



# Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



**AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019**

---

**EXERCÍCIO 2017**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

---

## **Avaliação do Plano Plurianual PPA 2016 – 2019**

**Exercício 2017**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

**GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL  
RODRIGO ROLLEMBERG**

**VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL  
RENATO SANTANA**

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**

**SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
BARÃO JOSÉ DE MELLO**

**SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO  
JOSEILDA MENDES DE MELLO**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

**EQUIPE TÉCNICA**

ADRIANE FREITAS DE OLIVEIRA COTIAS E SILVA  
ANA CAROLINA DA SILVA RAMOS  
BRUNO PESSOA TAVARES  
DANILO COSTA MACÊDO  
DIOGO PORTELA ROCHA MARTINS  
DONALDO CESAR RODRIGUES  
EMILSON FERREIRA FONSECA  
E'LEN DE OLIVEIRA  
EMERSON RIBEIRO BARBOSA  
ELIANA DE ANDRADE ROCHA  
EUDÓXIA MARIA MACHADO DA SILVA ANDRADE  
ERINALDO DA SILVA LÊLA  
HÉRCULES BONIFÁCIO FERREIRA FILHO  
JOÃO CARVALHO LEAL  
JÚLIO CÉSAR LIMA  
LUIZA ALMEIDA LONDE  
MARCELO SOUZA MARQUES  
MARCO AURÉLIO TEIXEIRA  
MARIA AUXILIADORA FERNANDES  
RAFAEL DUARTE DE PAULA SILVA

**Colaboração:**

Conjuntura Econômica: Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan  
Secretaria de Estado de Fazenda - SEF





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1. METODOLOGIAS ADOTADAS.....</b>	<b>10</b>
1.1. No Plano Plurianual PPA.....	10
1.2. Na Avaliação do PPA.....	12
1.3. Nota Explicativa.....	14
<b>2. CONJUNTURA ECONÔMICA.....</b>	<b>17</b>
2.1. Introdução.....	17
2.2. Economia Brasileira.....	18
2.3. Atividade Econômica do Distrito Federal.....	21
2.4. Análise de Preços.....	29
2.5. Mercado de Trabalho.....	35
2.6. Política Fiscal do Distrito Federal.....	42
2.6.1. Receitas.....	43
2.6.2 Despesas .....	51
2.6.3. Resultado Primário.....	53
2.6.4. Resultado Nominal.....	54
2.6.5. Dívida Pública.....	54
2.7. Conclusão da Conjuntura Macroeconômica.....	55
<b>3. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO.....</b>	<b>57</b>
3.1. Orientação Estratégica do Governo.....	57
3.1.1. Mapa Estratégico do Governo do Distrito Federal.....	57



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

3.2. Plano Plurianual PPA 2016-2019.....	58
3.2.1. Estrutura do PPA 2016-2019 ( Lei nº 5.602/15 e alterações).....	59
3.2.2. Correlação entre a dimensão Estratégica (Mapa Estratégico e os Programas Temáticos).....	60
3.2.3. Estatística do PPA 2016-2019.....	61
<b>3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL PPA – 2017.....</b>	<b>62</b>
3.3.1. Diretrizes Estratégicas e Programas de Governo (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e FCDF).....	62
3.3.2. Diretrizes Estratégicas (Programas Temáticos - OFSS, OI e FCDF).....	65
3.3.3. Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS, OI e FCDF).....	74
3.3.4. Programas Temáticos e de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS).....	77
3.3.5. Programas Temáticos (Orçamento de Investimento das Estatais).....	79
3.3.6. Fundo Constitucional do Distrito Federal (Saúde, Educação e Segurança).....	81
<b>3.4. DESEMPENHO DOS INDICADORES, METAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS.....</b>	<b>84</b>
3.4.1. Desempenho dos Indicadores.....	84
3.4.2. Desempenho de Metas e Ações Não Orçamentárias.....	87
<b>4. ANÁLISE DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS POR DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, PROGRAMAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>92</b>
<b>4.1. DIRETRIZ: VIVER BEM, DIREITO DE TODOS.....</b>	<b>93</b>
6202 - Brasília Saudável .....	94
6221 - Educa Mais Brasília.....	192
6217 – Segurança Pública com Cidadania.....	271
6228 - Famílias Fortes .....	376
6211 - Direitos Humanos e Cidadania.....	449
6219 - Capital Cultural.....	509
6206 - Cidade do Esporte e Lazer .....	561
<b>4.2. DIRETRIZ: ECONOMIA MAIS COMPETITIVA.....</b>	<b>583</b>
6207 - Brasília Competitiva .....	584



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

<b>4.3. DIRETRIZ: TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO.....</b>	<b>673</b>
6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável .....	674
6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental.....	739
6208 - Território da Gente .....	834
<b>4.4. DIRETRIZ ESTRATÉGICA: TODOS POR BRASÍLIA.....</b>	<b>891</b>
<b>4.5. DIRETRIZ ESTRATÉGICA: GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS.....</b>	
6203 - Gestão para Resultados.....	892
6204 -Atuação Legislativa .....	987
<b>5. TABELAS DE REFERÊNCIA.....</b>	<b>997</b>
Execução Orçamentária e Financeira – 2017, Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional) SIGGO.....	997



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

## **APRESENTAÇÃO**

A Avaliação do PPA 2016 – 2019 está prevista nos artigos 11, 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 5.602, de 30/12/2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2016-2019 e suas alterações.

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, na qualidade de Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal, por meio da Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN, cabe a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração, acompanhamento da execução das ações orçamentárias e avaliação de desempenho do Plano Plurianual.

A Avaliação Anual do Plano é elaborada em conjunto com os órgãos e entidades do GDF, os quais participam do processo encaminhando à SEPLAG as informações relativas à sua respectiva área de atuação, demonstrando os resultados da implementação das políticas públicas no exercício de 2017, os índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto. A Avaliação conjunta visa conferir maior consistência ao processo, considerando a necessidade de se identificar a concretização das diretrizes do planejamento estratégico de governo e das realizações previstas nos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias.

A orientação da SEPLAG é no sentido de que a elaboração do relatório de avaliação de cada unidade deve ser realizada em conjunto com a equipe que participa da implementação do programa, com o responsável pelos Objetivos Específicos, pelas Metas, pelas Ações Não Orçamentárias e pelos Indicadores, bem como com os demais órgãos envolvidos, de forma a possibilitar uma visão ampla dos avanços para o alcance ou não dos Objetivos Específicos.

A SUPLAN/SEPLAG analisa e consolida as informações em relatório único, “Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019/Exercício 2017” e encaminha à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF até o dia 30 de junho de 2018.

Este Relatório está estruturado de tal forma que, inicialmente, apresenta uma análise macroeconômica, enfatizando a conjuntura econômica do Brasil e do Distrito Federal em termos de atividade econômica; inflação; mercado de trabalho e política fiscal. Na abordagem relativa ao contexto nacional, essa análise macroeconômica, traz o panorama do nível da atividade econômica brasileira; bem como o comportamento da inflação; do mercado de trabalho e da política fiscal no Brasil no ano de 2017.

No enfoque do Distrito Federal, apresenta-se o comportamento da atividade econômica do DF, traçando-se breve panorama sob os indicadores econômicos locais em 2017, nos diversos segmentos da economia, destacando-se os setores do comércio e de serviços, nos quais o DF tem maior participação.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Na sequência, visando promover uma análise sobre a inflação, estudou-se o comportamento dos preços (INPC e INPCA) e ainda traçou-se uma breve leitura sobre o mercado de trabalho.

Ainda no enfoque do Distrito Federal traz-se uma análise mais detalhada da Gestão Fiscal, com foco na Execução Orçamentária e Financeira do DF, descrevendo o comportamento das receitas e das despesas, trazendo inclusive uma relação entre os gastos com pessoal e a receita corrente líquida no exercício de 2017 e ainda observa-se o comportamento do resultado primário, nominal e dívida pública do DF. Nesse sentido, busca-se avaliar o comportamento dos principais indicadores de desempenho, sua relação com a gestão governamental e os reflexos sobre a economia federal e local e seus desdobramentos sob o bem-estar da população de modo geral.

A estrutura da Conjuntura Econômica permite estabelecer uma conexão entre o contexto nacional e o distrital e apresenta uma análise dos resultados das Políticas Públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal, no exercício de 2017.

Em seguida, o Relatório apresenta uma síntese das informações consolidadas do Governo, buscando-se demonstrar de forma mais clara, a compatibilidade e o alinhamento entre o Mapa Estratégico do Governo, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual. Desse modo, a execução orçamentária e financeira é apresentada em diversos níveis de agregação: por Diretrizes Estratégicas, Esfera Orçamentária, Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e Recursos do Fundo Constitucional do DF, além de apuração em nível agregado do desempenho dos indicadores, metas e ações não orçamentárias.

E ainda, em última análise, é apresentado o desempenho dos Programas Temáticos e respectivos Objetivos Específicos, com apuração do desempenho das metas, indicadores e ações não orçamentárias, por programa, de forma quantitativa e qualitativa. As abordagens foram realizadas pelas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos Objetivos Específicos e seus atributos que buscaram elaborar a avaliação, estabelecendo um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do Plano e os resultados alcançados no exercício de 2017, com a finalidade de identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas. Em complementação às informações são apresentados também, gráficos e tabelas comparativas por Programas e Ações dos valores previstos no Plano e, respectiva Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2017.

Sabe-se que a cultura de avaliação e mensuração de resultados no Setor Público deve ser incentivada, e por isso, a SEPLAG vem a cada ano trabalhando para o aprimoramento dos instrumentos de planejamento.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

## **1. METODOLOGIAS ADOTADAS**

### **1.1. No Plano Plurianual - PPA**

O Plano Plurianual 2016-2019, em sua concepção, incorpora parcialmente a metodologia adotada pelo Governo Federal, que busca resgatar a função de planejamento, ao adotar uma visão mais estratégica da ação governamental e permitir o efetivo monitoramento das políticas públicas.

A metodologia foi adaptada à realidade do Distrito Federal, à Lei Orgânica do DF e ao Planejamento Estratégico do Governo e reflete também os compromissos assumidos pela atual gestão perante a sociedade no Plano de Governo, permitindo estabelecer uma melhor compatibilização entre os instrumentos de planejamento governamental e uma comunicação mais estreita entre a sociedade e os atores envolvidos em sua implementação.

O PPA foi estruturado em três principais entregas, previstas no Planejamento Estratégico do Governo de Brasília, a serem alcançadas até 2019, quais sejam:

- a) aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade social;
- b) conquistar a confiança da população no governo;
- c) tornar Brasília modelo de cidade sustentável.

Para atender a esses resultados da ação governamental foram definidos cinco eixos/diretrizes estratégicas:

- 1) Viver bem, direito de todos;
- 2) Economia mais competitiva;
- 3) Território planejado e estruturado;
- 4) Todos por Brasília; e

5) Governo ético, transparente e com foco em resultados, nas quais estão ancorados 17 objetivos estratégicos que foram traduzidos em 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado.

Os Programas Temáticos, onde estão refletidas as políticas públicas, alinham-se à visão estratégica do Governo, com seus atributos, como: contextualização; objetivos específicos; metas; indicadores; bem como ações orçamentárias e ações não Orçamentárias, estas quantificadas física e financeiramente. Esta estrutura possibilita o acompanhamento e a avaliação do Plano e proporciona a integração com os demais instrumentos de planejamento governamental (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais).



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

O Plano Plurianual, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indica os mecanismos para a efetivação das políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para o alcance dos objetivos pretendidos, sendo estruturado nas seguintes dimensões:

- **Dimensão Estratégica:** é a orientação estratégica onde se encontram a Visão, os Eixos/Diretrizes Estratégicas e Objetivos Estratégicos com a visão de longo prazo do Governo. Nessa dimensão, o PPA foi elaborado de forma participativa, construído em sintonia com o Plano de Governo e em conjunto com o Governador, SEPLAG, Secretários de Estado e suas equipes técnicas.

- **Dimensão Tática:** é a dimensão em que se encontram os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado que definem os caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e as transformações desenhadas na dimensão estratégica. O Programa Temático retrata a agenda de governo organizada por meio dos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental.

Ao definir os Programas Temáticos que expressam as Políticas Públicas a serem efetivadas pelo Governo no período de 2016 a 2019 foram elaboradas as contextualizações de áreas temáticas, nas quais se abordavam os seguintes aspectos:

- ▶ A interpretação completa e objetiva da temática tratada;
- ▶ As oportunidades e os desafios associados;
- ▶ Os contornos que a política pública deveria assumir;
- ▶ As transformações que se desejava realizar;
- ▶ Os desafios que deveriam ser considerados pelos Objetivos Específicos.

Cada Objetivo Específico apresenta uma caracterização que expressa os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública por parte de seus executores, evidenciando a caracterização da realidade posta para o Objetivo (linha de base para a meta) e, neste sentido foram detalhados:

- ▶ o escopo: *o que fazer, como fazer, em qual lugar e quando fazer*; e
- ▶ informações relevantes para o Objetivo, tais como: *aspectos legais, territoriais, tecnológicos, ambientais, de gestão e de financiamento*.

Para cada Objetivo Específico definiu-se então, metas, indicadores, ações, orçamentárias e/ou não-orçamentárias.

- **Dimensão Operacional:** relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência, buscando a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues. Nessa dimensão foram definidas as ações, orçamentárias e/ou não-orçamentárias que, deveriam ser executadas para conduzir ao alcance do Objetivo.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Nas Dimensões Tática e Operacional a elaboração do PPA, foi realizada pela SEPLAG em conjunto com os órgãos e entidades do complexo administrativo do GDF e dividiu-se em duas fases:

- (1) **fase qualitativa**, de formulação qualitativa dos Objetivos Específicos e seus atributos;
- (2) **fase quantitativa**, de quantificação física e financeira das ações.

A partir da execução das ações previstas no Plano, desde a sua concepção, são realizadas as avaliações de desempenho anuais. Verificada a necessidade de ajustes para que os Objetivos Específicos sejam alcançados realizam-se as revisões necessárias para o melhor desempenho do Plano.

### **1.2. Na Avaliação do PPA**

A Avaliação do PPA 2016 – 2019 está prevista nos artigos 11,12, 13, 14 e 15, da Lei nº 5.602, de 30/12/2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2016-2019 e constitui-se em uma fase fundamental do ciclo de planejamento, com a finalidade de otimizar a obtenção dos resultados previstos nos Programas, por meio da melhoria da gestão e da alocação dos recursos previstos no PPA e nos Orçamentos Anuais.

A metodologia adotada pela SEPLAG definiu como principal parâmetro a elaboração de uma avaliação conjunta com os Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF. Essa avaliação conjunta buscou conferir maior consistência ao processo, por meio da identificação das realizações previstas nos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias em coerência com as diretrizes do planejamento estratégico de governo.

Para garantir melhor qualidade, uniformidade e coerência das informações a SUPLAN elaborou instruções e realizou reuniões técnicas no intuito de orientar as Unidades quanto às informações que deveriam compor o seu Relatório e subsidiar o Relatório Consolidado de Avaliação do Plano.

As principais orientações para as Unidades Orçamentárias responsáveis pelos Objetivos Específicos e seus atributos foram no sentido de que deveriam estabelecer um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do Plano e os resultados alcançados no exercício de 2017. As demais UO's que de alguma forma tenham contribuído para o alcance do Objetivo Específico, deveriam informar as realizações que contribuíram para a implementação do Objetivo Específico. Essa análise tem a finalidade de identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas desenhadas por programas temáticos e os resultados alcançados, conduzindo à busca de um aperfeiçoamento contínuo do desenvolvimento das Políticas Públicas.

As unidades deveriam inicialmente apurar a evolução das metas e das ações não orçamentárias, fazendo uma análise quantitativa e qualitativa dos seus desempenhos. Com base nessas informações e na análise do desempenho dos indicadores, e execução orçamentária e financeira das ações orçamentárias as unidades foram orientadas a analisarem os resultados dos objetivos específicos, discorrendo sucintamente sobre o que foi abordado à época da elaboração do PPA.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Nessa análise deveria ser elaborada uma abordagem geral do Objetivo específico iniciando pela análise da caracterização, definida à época da elaboração do plano, informando em seguida sobre sua atuação no sentido de alcançar o Objetivo Específico proposto, identificando sempre que possível:

- (i) o público alvo beneficiado;
- (ii) a conexão com outras políticas públicas;
- (iii) os resultados da política pública (especialmente para as unidades responsáveis pela política); iv) se os resultados previstos foram alcançados);
- (v) as entregas agregadas e outras informações julgadas relevantes como, por exemplo: citação de projetos específicos; geração de emprego; redução das desigualdades; melhorias verificadas e outros ganhos de gestão.

Em complementação à análise devem ser informados ainda, os fatores que contribuíram e os que dificultaram o cumprimento das metas previstas para o Objetivo Específico, a previsão de realização para 2018, os arranjos de gestão e as pactuações mais relevantes para o alcance do Objetivo, bem como as medidas institucionais adotadas na implementação dos programas de governo.

As informações prestadas pelas Unidades foram analisadas e consolidadas neste “Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019/ Exercício 2017” e consiste na análise das políticas desenhadas nos Programas Temáticos e seus respectivos atributos, a partir do diagnóstico do comportamento desses Programas.

Na tabela de metas 2016/2019, na coluna “forma de apuração” foram adotados os seguintes critérios:

ACUM: reflete a situação atual da meta ao final do último exercício apurado. Enquadram-se nesta situação: metas cujo realizado de 2016 já está somado no valor de 2017 e as metas que são iniciadas a cada exercício, sendo o valor de 2017 o final a ser considerado. Para ambas as situações, a “Meta Realizada Acumulada” é o valor informado em 2017;

ANUAL: reflete o alcançado pela meta exclusivamente a cada ano e para se ter o cálculo da “Meta Realizada Acumulada” é necessário somar os exercícios 2016 e 2017.

No Relatório Consolidado, na análise de cada Programa Temático, há um quadro com a execução orçamentária e financeira de todas as ações orçamentárias realizadas naquele Programa, o qual pode ter sido executado por diversas unidades orçamentárias, não somente pela (s) Unidade (s) Responsável (is) pelo Objetivo (s) Específico (s). Dessa forma, verifica-se que o desempenho de cada Programa Temático conta com a participação de outras Unidades do Governo do Distrito Federal que colabora para àquele Programa na sua área de atuação, demonstrando, assim, a intersetorialidade no desenvolvimento das políticas públicas.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

### **1.3. Nota Explicativa**

#### **Fundo Constitucional do Distrito Federal**

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) foi instituído pela Lei 10.633/2002, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

Até o exercício de 2014, os recursos do FCDF eram executados diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. A partir de 2015, a execução dos recursos destinados às áreas de saúde e educação passou a ser realizada por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO/DF), mediante transferência da União ao Distrito Federal. Os recursos da área de segurança pública continuaram a ser executados no SIAFI.

Nesse sentido, no Plano Plurianual do Distrito Federal (PPA) para o quadriênio 2016/2019, os valores provenientes do FCDF para aplicação em ações de educação e saúde foram classificados como recursos do Tesouro do DF (Transferências Correntes).

Contudo, em novembro de 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a execução orçamentária e financeira dos recursos do FCDF voltasse a ser realizada diretamente no SIAFI a partir do exercício de 2016 (Acórdão 2891/2015). Esse prazo foi posteriormente prorrogado pelo Tribunal para o exercício de 2017 e está sendo cumprido, ou seja, os recursos do fundo destinados às áreas de saúde e educação estão sendo executados atualmente no SIAFI.

Além disso, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), por meio da Decisão nº 75/2018, determinou que o PPA 2016/2019 do DF fosse revisto para contemplar os efeitos do reestabelecimento da sistemática em comento. A SEPLAG já iniciou internamente o processo de revisão do PPA para dar cumprimento a essa decisão.

Diante do exposto, visando a melhoria da comparabilidade e fidedignidade das informações contidas nessa Avaliação, foram feitos ajustes nos valores previstos na Fonte de Recursos do PPA referente ao exercício de 2017. Ressalta-se que a revisão formal do PPA ainda não foi finalizada e publicada, podendo ser utilizados outros critérios.

Nesse sentido, os valores do FCDF vinculados às áreas de saúde e educação foram reclassificados da fonte “Tesouro” para “Outras Fontes”. Conforme a Lei do PPA, foram previstos R\$ 4.810.043.665 a título de “Fundo Constitucional – Educação e Saúde”, classificados como Transferências Correntes (Tabela 16, pág. 42 do Anexo I – Contextualização do Distrito Federal).

Em razão de não terem sido discriminados os montantes destinados especificamente a cada área, efetuou-se rateio desse valor com base na proporção constante da Lei Orçamentária Anual do DF relativa ao exercício de 2016, conforme tabela a seguir.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**Tabela 1: Dotação Inicial na LOA e Valores Previstos no PPA nas Áreas de Educação e Saúde (FCDF) - Exercício 2016**

Unidade Orçamentária	Ação	Dotação Inicial LOA	Rateio	PPA 2016
18.101 – Sec. de Educação/DF	8502 - Administração de Pessoal	1.065.259.004	21,70%	1.065.215.598
23.901 – Fundo de Saúde/DF	8502 - Administração de Pessoal	2.220.670.681	45,24%	2.220.580.196
<b>32.203 - IPREV</b>	<b>9004 - Encargos Previdenciários</b>	<b>1.622.478.137</b>	<b>33,06%</b>	<b>1.622.412.027</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.908.407.822</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.908.207.821</b>

Fonte: SIGGO

Dessa forma, foram aplicados os percentuais de 21,70% e 45,24% sobre o valor de R\$ 4.810.043.665 previsto no PPA para a Fonte Fundo Constitucional – Educação e Saúde para o cálculo do valor a ser transferido da Fonte “Tesouro” para “Outras Fontes” no PPA do exercício 2017, resultando nos valores de R\$ 1.043.911.286 e R\$ 2.176.168.593.

**Tabela 2: Valores Previstos no PPA nas Áreas de Educação e Saúde (FCDF) - Exercício 2017**

Unidade Orçamentária	Ação	PPA 2017		
		Tesouro	Outras Fontes	Total
18.101 – Sec. de Educação/DF	8502 - Administração de Pessoal	3.437.605.021	0	3.437.605.021
23.901 – Fundo de Saúde/DF	8502 - Administração de Pessoal	4.661.853.547	0	4.661.853.547
<b>32.203 - IPREV</b>	<b>9004 - Encargos Previdenciários</b>	<b>Não é lançado no PPA</b>		<b>Não é lançado no PPA</b>
		<b>8.099.458.568</b>	<b>0</b>	<b>8.099.458.568</b>

Fonte: SIGGO

**Tabela 3: Alteração da Fonte de Recursos do PPA nas Áreas de Educação e Saúde (FCDF) – Exercício 2017**

Unidade Orçamentária	Ação	Alteração PPA		
		Despesas de Pessoal		
		Tesouro	Outras Fontes	Total
18.101 – Sec. de Educação/DF	8502 - Administração de Pessoal	2.393.693.735 <sup>1</sup>	1.043.911.286 (21,70%)	3.437.605.021
23.901 – Fundo de Saúde/DF	8502 - Administração de Pessoal	2.485.684.954 <sup>2</sup>	2.176.168.593 (45,24%)	4.661.853.547
<b>32.203 - IPREV</b>	<b>9004 - Encargos Previdenciários</b>	<b>Não é lançado no PPA</b>	<b>1.589.963.786 (33,06%)</b>	<b>Não é no lançado PPA</b>
<b>Total</b>		<b>4.879.378.698(Ação 8502)</b>	<b>4.810.043.665 (Ação 8502)</b>	<b>8.099.458.568 (Ação 8502)</b>

<sup>1</sup> Resultado da subtração de R\$ 3.437.605.021 por R\$ 1.043.911.286

<sup>2</sup> Resultado da subtração de R\$ 4.661.853.547 por R\$ 2.176.168.593



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Cumprе esclarecer ainda que, para fins de consolidação da execução orçamentária e financeira do Distrito Federal, é necessário alocar os recursos do Fundo Constitucional do DF aos Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado previstos no PPA, visto que os valores do fundo são executados diretamente no SIAFI. Essa alocação foi realizada com fundamento nos seguintes critérios:

**Tabela 4: Critérios de Alocação dos Valores da Execução do FCDF aos Programas do PPA – Exercício 2017**

Área	Grupo de Natureza de Despesa	
	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes e Investimentos
Segurança	Programa 6002 - Social	Programa 6217 – Segurança Pública com Cidadania
Saúde	Programa 6002 - Social	Programa 6202 – Brasília Saudável
Educação	Programa 6002 - Social	Programa 6221 – Educa Mais Brasília

Como exposto na Tabela 4, a execução orçamentária e financeira do FCDF relativa ao Grupo de Natureza de Despesa 1 (Pessoal e Encargos Sociais) foi alocada ao Programa 6002 – Social. Já os valores referentes aos Grupos de Natureza de Despesa 3 (Outras Despesas Correntes) e 4 (Investimentos) foram alocados aos seguintes Programas Temáticos: Área Segurança – Programa 6217 (Segurança Pública com Cidadania); Área Saúde – Programa 6202 (Brasília Saudável); e Área Educação (Programa 6221 – Educa Mais Brasília).

**Correções no Relatório atual em relação às informações do Relatório de Avaliação do PPA 2016**

Cumprе destacar que o Relatório da Avaliação do PPA 2016-2019, deste exercício, apresenta correções de alguns dados constantes no Relatório de 2016, devido ao fato de ter sido verificados erros e/ou inconsistências, especialmente, em metas e ações orçamentárias, situação mencionada no Relatório de 2016 como possível de ocorrer, tendo em vista a nova metodologia empregada para apurar o alcance da Meta e da Ação Não Orçamentária.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

## **2. CONJUNTURA ECONÔMICA**

### **2.1. Introdução**

Esta análise da conjuntura econômica nacional em 2017, apresenta inicialmente um destaque para o último quadrimestre de 2017. Essa análise da conjuntura nacional serve de contexto para a avaliação do desempenho dos principais agregados econômicos do Distrito Federal. Quando se analisam os números da economia do Distrito Federal ao longo de 2017, é possível perceber que, apesar de novamente a economia local ainda sofrer os efeitos da recessão, a retração econômica verificada nos últimos trimestres desacelerou. Mesmo que no resultado anual o cenário ainda se mostre recessivo, o resultado no quarto trimestre oferece um quadro de reversão para quase todas as variáveis econômicas relevantes, com números positivos. Em outras palavras, a evolução no ano é negativa, em função, especialmente, de um primeiro trimestre muito ruim da economia, mas com recuperação ao longo do ano. O melhor desempenho no último quadrimestre mostra um cenário um pouco mais positivo para o ano de 2018.

Dentre os números positivos no ano, cita-se o indicador de desempenho da agropecuária, do comércio varejista ampliado, do nível de preços e os principais indicadores de mercado de trabalho. No quarto trimestre, destacam-se o desempenho do setor de serviços, a queda da taxa de desemprego, e, também, os números fiscais do governo estadual, como o aumento de receita corrente líquida.

Este relatório de conjuntura se estrutura com uma primeira seção avaliando o cenário nacional. Em seguida, são apresentados os resultados da economia do DF, medidos por meio do IDECON-DF e de pesquisas mensais de serviços e de comércio. A situação inflacionária da região é analisada pelo IPCA em seção seguinte. Logo após, oferece-se uma análise do mercado de trabalho, avaliando os números das pesquisas disponíveis para o DF, como a PED e a PNADCT, e do banco de dados CAGED do Ministério do Trabalho.

No tópico que trata da Política Fiscal no âmbito do Governo do Distrito Federal são apresentados, em grandes agregados, os resultados decorrentes da gestão das receitas e despesas no exercício de 2017. Por fim, a conclusão deste relatório oferece um resumo geral da conjuntura econômica do país e do Distrito Federal.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

## **2.2. Economia Brasileira**

### ***Nível de atividade***

Os resultados apurados pelo IBGE para o quarto trimestre de 2017 indicam continuidade no processo de recuperação da atividade econômica brasileira<sup>1</sup>. Na comparação com o terceiro trimestre do ano, o PIB mostrou estabilidade, com variação de 0,1%, e, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB avançou 2,1%. Já no acumulado do ano, a elevação registrada foi 1,0%, o que reflete na expectativa do mercado de que o produto mostre crescimento, em 2018, de 2,87%, de acordo o boletim Focus do Banco Central do Brasil de 9 de março de 2018.

Na análise por segmentos, a agropecuária e a indústria de transformação se destacam na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, com variação de 6,1% e 6,0%, respectivamente. O resultado da agropecuária advém do desempenho da lavoura sazonal e do aumento da produtividade no campo que ocorreu ao longo do ano. E, a recuperação da indústria de transformação é ratificada com essa variação vigorosa no último trimestre do ano, devido ao avanço na produção de veículos, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos, móveis, metalurgia e produtos de borracha e plástico.

No ano, os destaques são a agropecuária, com 13,0%, e as indústrias extrativas, com 4,3% de variação frente ao ano de 2016. A agropecuária influenciou positivamente o PIB do país, desde o primeiro trimestre apresentando altas significativas, encadeando um processo de recuperação na agroindústria e no agrosserviços. Aumento de produtividade e da quantidade produzida resultam em uma super safra, e produtos como milho e soja se destacaram no contexto geral. Já as indústrias extrativas cresceram com o avanço da extração de petróleo e gás natural, principalmente.

A construção civil merece destaque negativo, novamente com uma retração, de -1,6%, na comparação trimestral. No ano, a variação foi de -5,0%, comprovando a dificuldade de restabelecimento dos níveis de atividade do setor.

No segmento de serviços, a expansão de 1,7% na variação trimestral advém, principalmente, do bom desempenho de transportes, armazenagem e correio (4,4%), e do comércio (4,4%) e atividades imobiliárias (2,1%). Na comparação anual, estas mesmas atividades se destacam, com variações de 0,9%, 1,8% e 1,1%, respectivamente. Os segmentos de administração pública, importantes no Distrito Federal por possuírem participação elevada na sua economia, tiveram variação positiva de 0,3% no trimestre e de -0,6% em 2017.

---

<sup>1</sup> De acordo com o CODACE (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos) da IBRE/FGV, a economia brasileira saiu da recessão no quatro trimestre de 2016, após 11 trimestres, e que a recuperação tem sido mais lenta do que a verificada em outras recessões pela qual o país passou.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Pela ótica da demanda, o destaque positivo continuou sendo o consumo das famílias, com variação de 2,6% no quarto trimestre, frente ao mesmo período do ano anterior. No ano, essa variação ficou em 1,0%, influenciada pelo ambiente de baixa inflação, pela redução dos juros básicos e pela gradual recuperação do mercado de trabalho. Já o investimento (formação bruta de capital fixo) variou 3,8% no trimestre, e recuou 1,8% em 2017, indicando que o processo de recuperação começou a ocorrer mais para o fim do ano, principalmente em máquinas e equipamentos (bens de capital).

No que se refere ao setor externo, as exportações brasileiras apresentaram crescimento trimestral de 9,1% e de 5,2% no ano. As importações variaram 8,1% no quarto trimestre frente ao quarto trimestre do ano anterior, e 5,0% em 2017 frente a 2016. De um lado, as exportações refletiram a produção em setores como a agropecuária e segmentos automotivos de máquinas e equipamentos, e, de outro lado, as importações de produtos de siderurgia e metalurgia, equipamentos de informática, máquinas e aparelhos elétricos sinalizam aumento de consumo intermediário, criando-se, portanto, um início de ciclo virtuoso.

### ***Inflação***

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, apresentou comportamento estável nos últimos meses de 2017, depois de um processo de desinflação iniciado em setembro de 2016. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o IPCA registrou variação no acumulada no ano de 2,95%. Os grupos de educação, saúde e cuidados pessoais e habitação pressionam para cima o resultado enquanto os grupos artigos de residência e alimentos e bebidas controlam a elevação com números negativos. Os alimentos são os grandes responsáveis pelo comportamento da inflação brasileira por ter peso significativo (de mais de 1/5) na cesta de consumo do brasileiro. Assim, no acumulado em 12 meses, fechou abaixo do limite inferior da meta de inflação perseguida pelo Banco Central do Brasil de, 3,00% ao ano em 2018.

### ***Mercado de trabalho***

O mercado de trabalho continuou a exibir sinais de recuperação. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE, registrou 11,8% no quarto trimestre frente a 12,4% registrado no trimestre anterior. Trata-se da terceira queda no indicador após dez trimestres. O nível de ocupação avançou 0,4% em relação ao trimestre anterior, gerando uma estimativa de 92.108 mil pessoas ocupadas. Quando comparado ao quarto trimestre de 2016, o nível de ocupação registrou aumento de 1,85 milhão de pessoas.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho (MT), reforçam o cenário de melhora no mercado de trabalho. Houve redução de 25.358<sup>2</sup> postos de trabalho formais nos 12 meses do ano. Embora este resultado seja negativo, o número reflete uma recuperação, principalmente quando se compara com o ano de 2016, quando houve o fechamento líquido de 1.326.558 de postos.

Quanto aos rendimentos reais do trabalho principal, dados da PNAD Contínua mostram estabilidade há alguns trimestres, estimado em torno de R\$ 2.070,00. Essa manutenção do poder de compra é um dos motivos da recuperação do consumo das famílias, refletido no PIB brasileiro. Assim, estes desenvolvimentos no mercado de trabalho reforçam o cenário de otimismo em relação à recuperação da atividade.

### ***Política fiscal***

No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para dezembro sugerem alguma melhora em relação a setembro. Entretanto, vale ressaltar que os desenvolvimentos na área fiscal estão fortemente ligados à condução do processo político. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 32,3 bilhões em dezembro. No acumulado em doze meses, o déficit primário alcançou R\$ 110,5 bilhões (1,69% do PIB), um recuo R\$ 41,8 bilhões (0,66% do PIB) em relação ao mês de setembro, nesta base de comparação. Apesar do esforço do Governo Federal em reduzir gastos, as despesas com INSS continuam contribuindo para a manutenção do déficit primário em patamar elevado. Mais especificamente, o INSS registrou déficit de R\$ 182,4 bilhões em dezembro (2,78% do PIB), no acumulado em doze meses.

No lado financeiro, a despesa com juros nominais do setor público consolidado foi de R\$ 33,3 bilhões em dezembro. No acumulado em doze meses, a despesa alcançou R\$ 400,8 bilhões (6,11% do PIB) em dezembro. Na comparação com setembro, houve recuo de R\$ 14,2 bilhões (0,28% do PIB). Concorreu para este resultado a redução de R\$ 8,6 bilhões (0,07% do PIB) na despesa do Governo Federal e o expressivo aumento do superávit do Banco Central em cerca de R\$ 22,9 bilhões (0,35% do PIB). O resultado nominal foi deficitário em R\$ 65,6 bilhões em dezembro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal do setor público consolidado soma R\$ 511,4 bilhões (7,40% do PIB). Este valor representa uma redução de R\$ 56,1 bilhões (0,95% do PIB) em relação ao mês de setembro, quando o montante observado foi de R\$ 567,5 bilhões (8,75% do PIB). Pela ótica do estoque, a dívida bruta do governo geral alcançou R\$ 4,85 trilhões em dezembro (74,0% do PIB), elevando-se 0,2% do PIB em relação a setembro. A dívida líquida do setor público, por sua vez, alcançou R\$ 3,38 trilhões (51,6% do PIB) em dezembro ante R\$ 3,3 trilhões (50,9% do PIB) em setembro.

<sup>2</sup> Resultado do CAGED somado ao CAGED fora de prazo, de 12 de março de 2018.



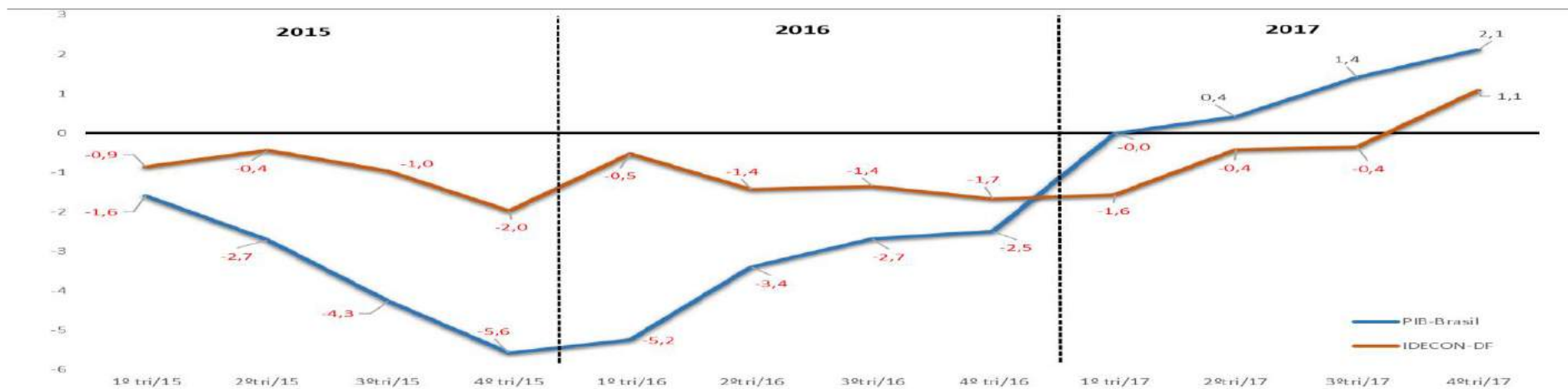


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

### 2.3. Atividade Econômica no Distrito Federal

Os indicadores econômicos mostram que a economia do DF atingiu a recessão de forma mais branda e com uma certa defasagem. Nos anos de 2015 e 2016, a economia do Brasil teve maior queda de atividade do que o DF e, em 2017, a economia brasiliense mostrou resultado pior do que o Brasil<sup>3</sup> em todos os quatro trimestres do ano. Esse comportamento pode ser visto no gráfico 01, com a queda no nível de atividade nacional sendo maior e mais abrupta, enquanto no DF a retração se mostra mais amena e ocorre mais lentamente. A saída de recessão tem se dado de maneira análoga: há sinais de recuperação no DF, porém mais incipientes do que os sinais verificados na economia brasileira.

**Gráfico 01** – Variação Trimestral (%) Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desempenho Econômico do DF (Idecon-DF) – Trimestre em relação ao mesmo trimestre no anterior – Brasil e Distrito Federal – 2015 a 2017



Fontes: Codeplan e IBGE - Elaboração: Núcleo de Contas Regionais

<sup>3</sup> Os resultados negativos podem ser observados pela evolução dos Indicadores de Desempenho da Economia do Distrito Federal - Idecon-DF, que é uma estimativa de medição da atividade econômica da região, mensurada pela CODEPLAN e que monitora a variação do volume de atividade econômica de maneira trimestral.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

O Idecon-DF estimado aponta para alta da ordem de 1,1% no quarto trimestre frente ao mesmo trimestre de 2016, enquanto o PIB trimestral brasileiro, na mesma base de comparação, aumentou 2,1%. Na comparação anual, a diferença é também visível, com o Brasil fechando o ano com crescimento de 1,0% e o DF com contração de 0,3%.

Esta diferença é observada em todos os grandes setores da economia, avaliados na Tabela 01. Enquanto no Brasil, os grandes setores não mostraram resultado negativo, no Distrito Federal, somente o setor Agropecuário registrou elevação. Contudo, este possui pequeno peso na economia local, de forma que seu resultado não influenciou sobremaneira o desempenho da atividade econômica regional.

**Tabela 01** - Idecon-DF e PIB-Brasil: Variações trimestral dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - 2016 e 2017.

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil			Idecon - DF			Peso (%) atividades
	2016	4º tri 2017/ 4º tri 2016	2017	2016	4º tri 2017/ 4º tri 2016	2017	
<b>Agropecuária</b>	<b>-4,3</b>	<b>6,1</b>	<b>13,0</b>	<b>1,0</b>	<b>11,1</b>	<b>15,7</b>	<b>0,3</b>
<b>Indústria</b>	<b>-4,0</b>	<b>2,7</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,4</b>	<b>-1,8</b>	<b>-2,8</b>	<b>5,4</b>
Extrativa mineral	-2,7	-0,1	4,3	-	-	-	-
Indústria de transformação	-5,6	6,0	1,7	-3,5	0,6	-1,1	1,4
Construção	-5,6	-1,6	-5,0	-3,5	-1,4	-3,1	2,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	7,1	0,0	0,9	-	-	-	-
Outros da Indústria <sup>1</sup>	-	-	-	1,8	-6,0	-4,4	1
<b>Serviços</b>	<b>-2,6</b>	<b>1,7</b>	<b>0,3</b>	<b>-1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>94,3</b>
Comércio	-6,1	4,4	1,8	-7,4	-1,0	-2,1	6,8
Serviços de informação	-3,2	1,5	-1,1	-1,6	-1,3	-1,5	3,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-3,3	0,3	-1,3	-3,2	0,7	-1,9	14,3
Administração, saúde e educação públicas	0,6	0,3	-0,6	-0,5	0,9	0,0	44,7
Transporte, armazenagem e correio	-6,8	4,4	0,9	-	-	-	-
Atividades imobiliárias	0,2	2,1	1,1	-	-	-	-
Outros serviços <sup>2</sup>	-3,2	1,0	0,4	0,4	2,9	0,9	25,2
<b>Idecon-DF/PIB-Brasil</b>	<b>-3,5</b>	<b>2,1</b>	<b>1,0</b>	<b>-1,2</b>	<b>1,1</b>	<b>-0,3</b>	<b>100</b>

Fontes: Codeplan e IBGE - Elaboração: Núcleo de Contas Regionais <sup>1</sup> Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. <sup>2</sup> Alojamento e alimentação; Educação e saúde mercantis; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos. O Idecon-DF inclui também Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

A despeito disso, o resultado do Idecon-DF se mostra melhor do que o observado no mesmo trimestre do ano anterior, quando teve contração de 1,7%. A comparação anual ratifica o resultado: em 2016, a economia do DF mostrou retração de -1,2% e, em 2017, a retração estimada é de 0,3%. A desaceleração



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

da recessão econômica do DF advém da recuperação do setor Agropecuário e, também, da estabilização da queda no volume do setor de serviços, principalmente, administração pública e comércio.

Entre os grandes setores econômicos que compõem o Idecon-DF, a agropecuária mostrou crescimento no ano de 15,7%. A boa safra de grãos ocorreu em praticamente todo o país, de maneira que no DF não foi diferente, embora sua participação seja de 0,3% no PIB local<sup>4</sup>, resultando em baixa influência sobre o desempenho econômico geral.

Já a indústria do DF reduziu 2,8% seu nível de atividade em 2017, pior do que em 2016. Novamente, o segmento de construção, que é responsável por mais da metade do setor industrial, manteve sua trajetória de queda com -3,1%. No Brasil a construção retraiu -5,0% no mesmo período, ficando claro que a crise nesse segmento é generalizada. Note-se, no entanto, que na comparação trimestral, o segmento da Indústria de Transformação registrou variação positiva, tanto no Brasil como no DF, ratificando o movimento de recuperação iniciado ao longo de 2017<sup>5</sup>.

Finalmente, o setor de Serviços, com maior participação na estrutura produtiva do DF, apresentou retração de 0,2% no ano, enquanto no país houve alta de 0,3%. No DF, o Comércio, Serviços de Intermediação financeira, e Serviços de informação foram os responsáveis pelo resultado negativo anual. Note-se que no Brasil, a Administração pública registrou retração enquanto no DF houve estabilidade, e o Comércio brasileiro cresceu, ao contrário do segmento comercial no DF, que teve contração. Contudo, na comparação trimestral, o resultado do quarto trimestre de 2017 para o DF mostrou melhor desempenho no setor de serviços. Apesar de a queda persistir no Comércio e no Serviços de Informação, nos demais segmentos o volume de atividade mostrou elevação na comparação com o mesmo período de 2016, mais uma vez ratificando a saída de recessão. O ponto pouco favorável é que, dada a baixa generalização desses resultados positivos e a reduzida magnitude da variação, os números confirmam que a retomada econômica vem sendo mais lenta do que o esperado.

### ***Segmento de Comércio***

Em relação ao comércio, que representa 6,8% da economia do DF, de acordo com o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista ampliado do Distrito Federal registrou, no quarto trimestre de 2017, alta de 3,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, essa variação foi de 7,5%, de forma que o DF se encontra na 20ª colocação no ranking das unidades federativas. Já quando se compara o ano de 2017 ao ano de 2016, a variação foi de

---

<sup>4</sup> A agricultura local é desenvolvida em pequenas áreas, dada a dimensão territorial do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3,7%, percentual que também foi menor do que a média brasileira, de 4,0%. Porém, o resultado anual, posiciona o DF em melhor colocação entre aos resultados do comércio das unidades federativas, conforme mostra a Figura 01.

**Figura 01**– Variação (%) do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Brasil e Unidades da Federação – Variação Anual e Trimestral - 2017



Fonte: PMC/IBGE elaboração Codeplan; <sup>1</sup>Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção.

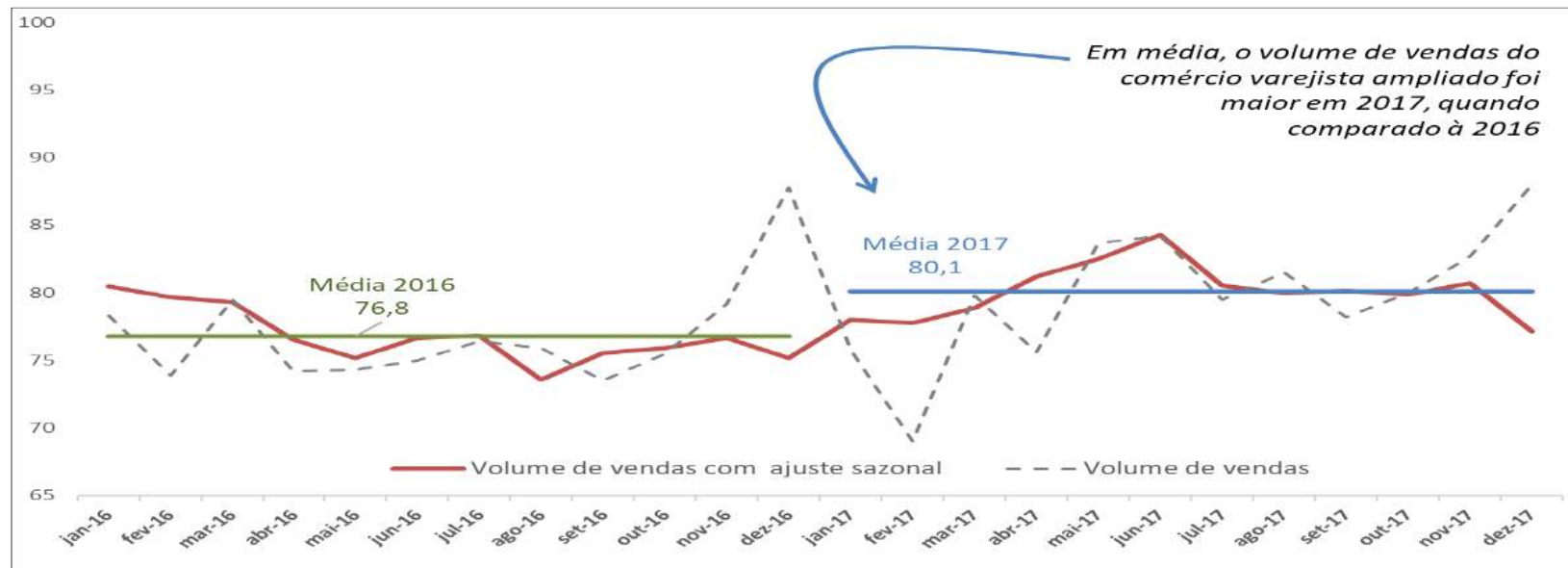
A evolução do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado no Distrito Federal é apresentada no Gráfico 02. Note-se que, ao se retirar a sazonalidade do índice, a trajetória muda no último trimestre, ou seja, quando se retira as elevações anuais periódicas de vendas no comércio nos últimos meses do ano, percebe-se que houve redução do volume de vendas, em novembro e em dezembro.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Contudo, quando se analisa a média anual, é visível o melhor resultado das vendas na comparação com 2016, ainda que tímido. Isso significa dizer que, mesmo que tenha havido algum nível de desaceleração no último bimestre, em 2017, o comércio mostrou alguma recuperação em seu nível de atividade.

**Gráfico 02** - Índice de volume de vendas com ajuste sazonal e sem ajuste sazonal - Distrito Federal - janeiro de 2016 a dezembro de 2017



Fonte: PMC/IBGE elaboração Codeplan; <sup>1</sup>Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção.

A explicação para o desempenho do comércio pode ser vista na Tabela 02. Em alguns segmentos econômicos houve vigorosa recuperação do volume de vendas, como é o caso do comércio de móveis (26,0%) de material de construção (24,9%) e de vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (19,0%). Contudo, em outros segmentos, as vendas ainda agonizam, de forma que o resultado para o conjunto de atividades econômicas do comércio é de uma variação menor.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

**Tabela 02** – Volume de vendas dos segmentos do comércio varejista ampliado – Variação trimestral e anual frente ao mesmo período do ano anterior (%) – Distrito Federal – 2017

Volume de vendas dos segmentos comércio varejista ampliado <sup>1</sup>					
Atividades	1º TRI 2017	2º TRI 2017	3º TRI 2017	4º TRI 2017	2017
Combustíveis e lubrificantes	-6,2	-11,2	-10,8	-10,8	-9,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-22,0	-8,4	-7,3	-11,3	-12,4
<i>Hipermercados e supermercados</i>	-25,7	-12,4	-12,6	-15,9	-16,8
Tecidos, vestuário e calçados	-0,9	1,4	-2,4	-8,5	-3,0
Móveis e eletrodomésticos	-0,3	6,1	13,0	7,1	6,3
<i>Móveis</i>	-17,3	38,4	44,7	48,9	26,0
<i>Eletrodomésticos</i>	-9,8	0,8	8,7	-0,2	-0,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-4,5	-1,0	6,0	3,4	1,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,7	-2,5	-7,9	-28,8	-11,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	29,6	7,1	-29,8	-2,4	0,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-5,1	5,7	4,2	5,3	2,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	3,3	37,0	19,4	17,0	19,0
Material de construção	23,2	24,5	28,7	23,3	24,9

Fonte: PMC/IBGE elaboração Codeplan; <sup>1</sup>Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção.

Portanto, o Comércio varejista ampliado mostra alguma recuperação em 2017, apesar de ter havido uma leve desaceleração no final do ano, em consonância com o movimento do consumo das famílias em todo o país. De maneira geral, das dez atividades de comércio que compõem o índice, no Distrito Federal, seis registraram sinal positivo, o que é um bom indicativo de disseminação da recuperação econômica. Cabe mencionar que um melhor nível de vendas na região indica, também, uma melhor situação da renda das famílias e do crédito, no que toca a disponibilidade de consumo e a expectativas quanto ao futuro.



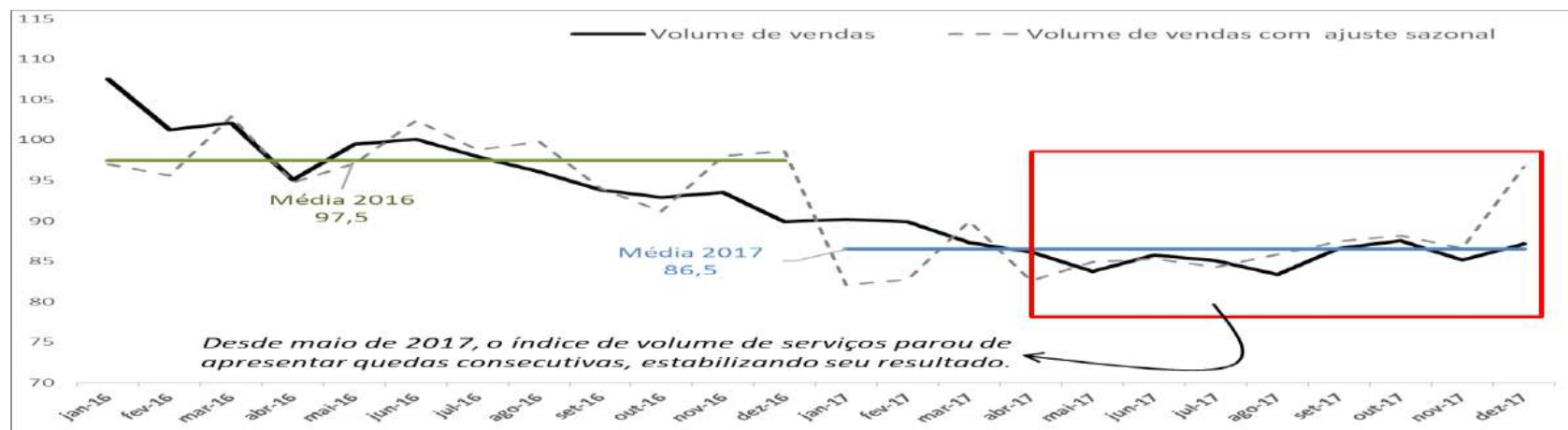
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

**Setor de Serviços**

De acordo com as estimativas, o volume de serviços<sup>6</sup> do Distrito Federal registrou no quarto trimestre do ano, queda de 5,7 quando comparado ao mesmo período de 2016. No entanto, quando se compara com os resultados dos demais trimestres, a queda se mostra cada vez menor, com as variações sendo de -13,7% no primeiro trimestre, de -14,1% no segundo e de -11,9% no terceiro<sup>7</sup>. No ano, a queda acumulada foi de 11,4%.

Esses números ratificam uma lenta trajetória de recuperação do DF, que pode ser observada a partir do comportamento do índice de volume de serviços, no Gráfico 03. Desde maio de 2017, o volume de serviços parou de apresentar quedas consecutivas, estabilizando seu resultado em uma queda em torno de 10% ao longo dos meses.

**Gráfico 03** - Índice de volume de serviços com ajuste sazonal e sem ajuste sazonal - Distrito Federal - janeiro de 2016 a dezembro de 2017



Fonte: PMS/IBGE elaboração Codeplan

<sup>6</sup> O IBGE divulga mensalmente os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), os quais contemplam indicadores que permitem acompanhar a evolução conjuntural no âmbito do setor de serviços no DF.

<sup>7</sup> Quando a série é ajustada para considerar a sazonalidade, os resultados são de: -3,2% no 1º trimestre, -4,3% no segundo trimestre, -0,3% no terceiro trimestre, e +1,9% no quarto.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Esse índice de volume, estimado pelo IBGE, não incorpora dados referentes ao setor financeiro (*intermediação financeira, seguros e previdência complementar*) – que tem peso de 14,3% na economia brasileira –, do comércio – com peso de 6,8% (analisado em outra pesquisa) – e, também, não avalia o desempenho da *administração, saúde e educação públicas*, com participação de 44,7%. Ou seja, esses números mostram o desempenho de parte do setor de *serviços*, que representa em torno de 30% da economia do Distrito Federal.

**Tabela 03** - Índice de volume de serviços por segmentos de atividade econômica – Variação trimestral frente ao mesmo período do ano anterior (%) – Distrito Federal e Brasil – 3º trimestre de 2016 a 3º trimestre de 2017.

Volume de serviços					
Atividades	1º TRI 2017	2º TRI 2017	3º TRI 2017	4º TRI 2017	2017
Serviços prestados às famílias <sup>1</sup>	-21,3	-17,0	-18,0	-18,3	-18,7
Serviços de informação e comunicação	-5,8	1,7	-0,8	4,6	-0,2
Serviços profissionais, administrativos e complementares <sup>2</sup>	-12,9	-6,8	-6,6	4,1	-5,6
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-5,2	-14,6	-14,5	-6,8	-10,4
Outros serviços <sup>3</sup>	-21,5	-40,2	-24,2	-21,3	-27,2

Fonte: PMS/IBGE elaboração Codeplan; <sup>1</sup> Os serviços prestados às famílias incluem alojamento e alimentação e outros serviços; <sup>2</sup> Os serviços profissionais, administrativos e complementares incluem serviços jurídicos, contábeis, de engenharia e arquitetura, de publicidade, e serviços de seleção de mão de obra, de agências de viagem, vigilância e segurança, entre outros; <sup>3</sup> Outros serviços incluem atividades como as imobiliárias, as atividades de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação, atividades de apoio à agropecuária e atividades de esgoto e coleta de resíduos sólidos

No resultado trimestral, o volume de serviços registrou alta no segmento de informação e comunicação, com 4,6%, e nos serviços profissionais, administrativos e complementares, com 4,1%. Este último é um segmento que presta serviços a outras empresas e, para se recuperar, ele depende da recuperação





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

de outros estabelecimentos. Dessa maneira, uma variação positiva nessas atividades indica melhora no nível de atividades de outros setores da economia, mais uma vez confirmando o desempenho do quarto trimestre.

Já na comparação anual, destaque-se o desempenho negativo do segmento outros serviços, com diminuição de 27,2% em 2017. Esse segmento é composto por uma série de atividades econômicas, como as imobiliárias, as de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação, etc. Dessa forma, não é possível afirmar em qual dessas atividades que houve a maior queda.

Pela Tabela 03, observa-se que a retração é generalizada entre os segmentos do setor na comparação anual. Entretanto, este resultado está relacionado à base de comparação, que é o ano de 2016, quando o volume de atividade estava muito mais alto, conforme visto no Gráfico 03.

A recuperação gradual dos serviços e suas atividades ocorre de maneira mais perceptível no quarto trimestre, em que se observa o registro de algumas variações positivas, como é o caso dos serviços de informação e comunicação, com 4,6%, e serviços profissionais, administrativos e complementares, com 4,1% de alta na comparação com o mesmo período de 2016. Assim, a expectativa é de que a recuperação da economia do DF se dissemine no setor de serviços ao longo deste ano de 2018.

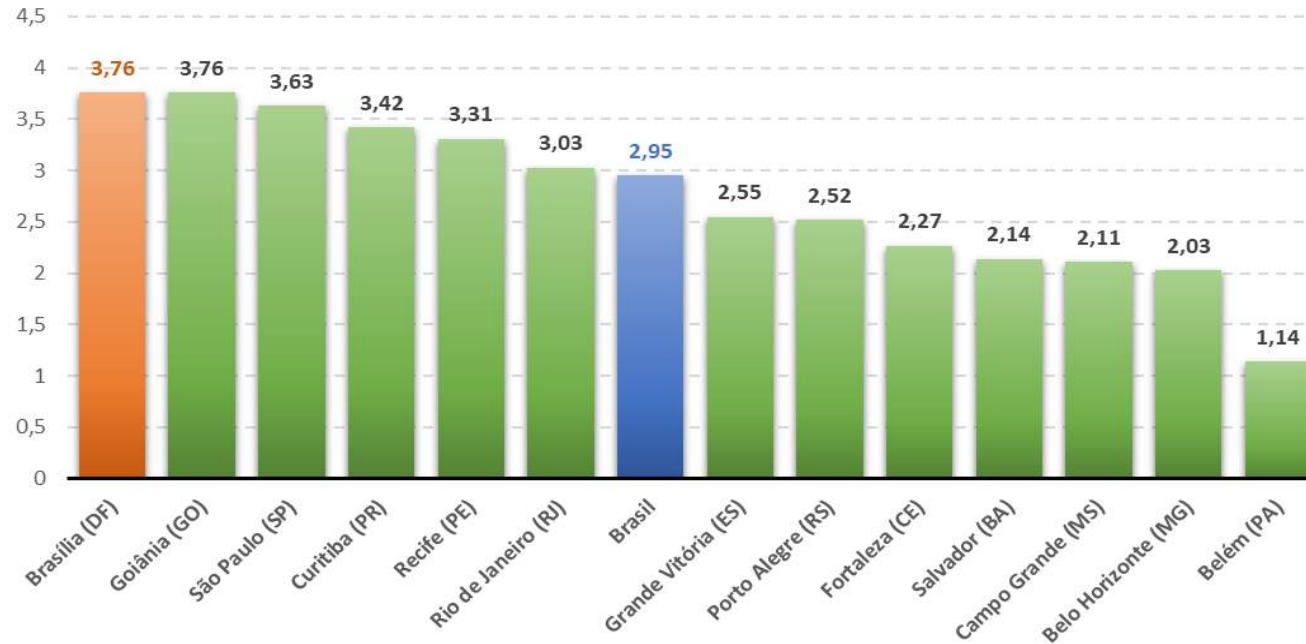
#### **2.4. Análise de Preços**

A inflação oficial de Brasília, medida pelo IPCA, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, registrou no mês de dezembro de 2017, aumento de 0,59% na comparação com o mês anterior. Com este resultado mensal, Brasília fechou o ano com inflação acumulada de 3,76%, maior resultado entre todas as regiões pesquisadas. O Gráfico 04 mostra a variação da inflação no ano em ordem. Goiânia registrou a mesma variação, dividindo a primeira posição entre das regiões da pesquisadas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Gráfico 04 - IPCA - Variação percentual (%) acumulada em 12 meses – Brasil e Regiões pesquisadas – dezembro de 2017



Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

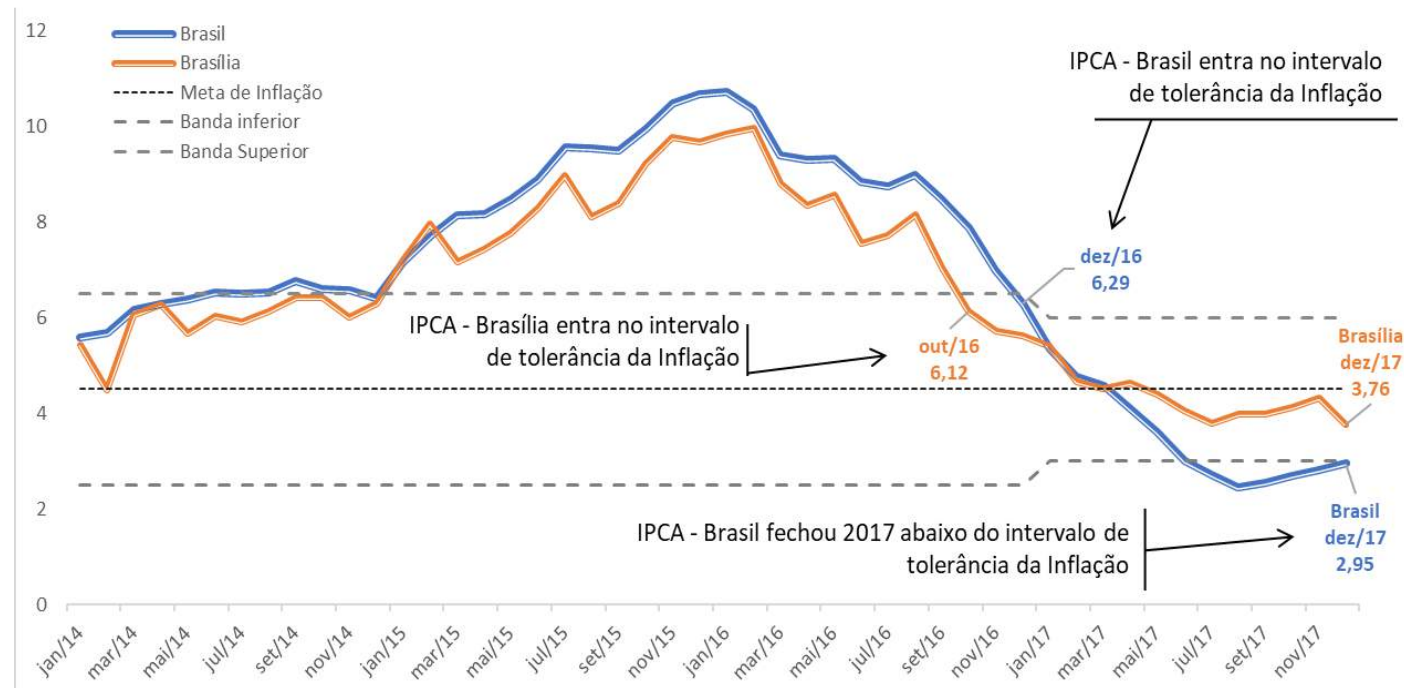
Já o IPCA Brasil terminou 2017 com uma inflação de 2,95%, abaixo do limite inferior da meta de inflação estabelecida (3,0%). A trajetória de queda da inflação brasileira para atingir esse nível começou em janeiro de 2016 e se intensificou ao longo de 2017. Como mostra o Gráfico 05, a inflação do Brasil registrou variação acumulada em 12 meses dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação em dezembro de 2016 e abaixo do limite inferior a partir de junho, patamar que vem sendo mantido. Uma vez que uma série de preços administrados sofreram reajustes em 2017, a explicação para uma inflação brasileira baixa reside na deflação de alimentos advinda, principalmente, da supersafra verificada em 2016/2017.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

O IPCA de Brasília, em sua trajetória descendente, alcançou o limite superior da inflação antes, em outubro de 2016, porém, sua curva foi menos inclinada, revelando um descolamento entre os dois índices de maneira mais contundente a partir de julho de 2017. Dessa forma, Brasília terminou o ano com a inflação 0,81 pontos percentuais acima da do país, porém, ainda relativamente baixa e menor do que a meta de inflação estabelecida para o Brasil, de 4,5%.

**Gráfico 05** - IPCA - Variação percentual acumulada em 12 meses – Brasil e Brasília – janeiro de 2014 a dezembro de 2017



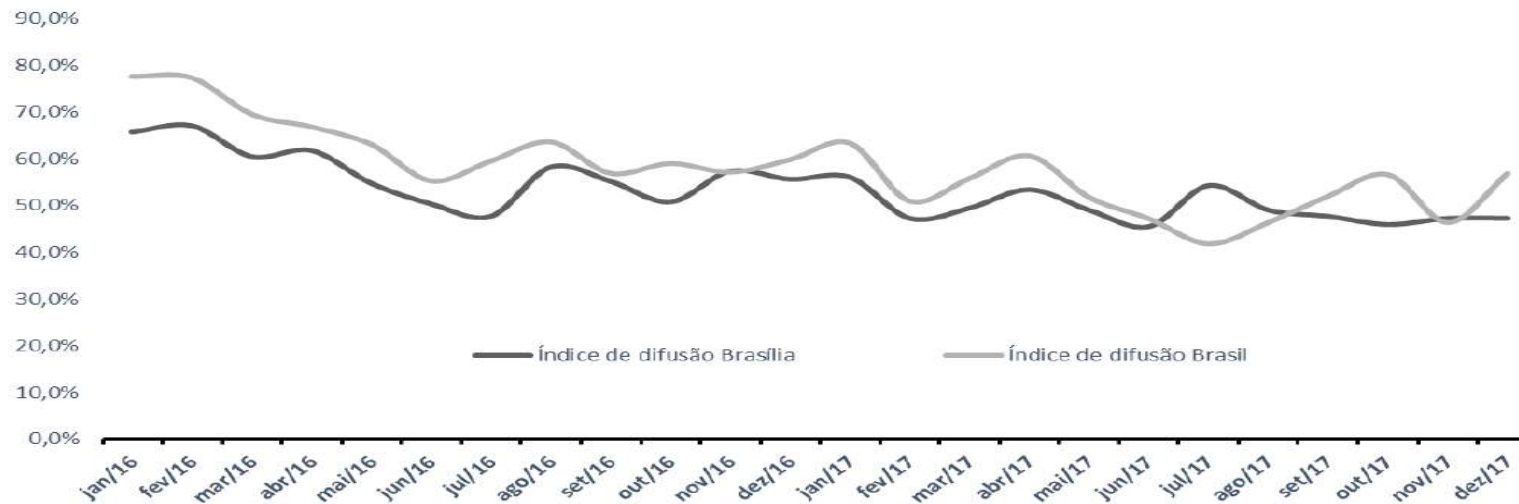
Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

Além disso, de acordo com o índice de difusão calculado, tanto em Brasília, como no Brasil, as variações positivas de preços do IPCA mostraram estabilidade em 2017. Isso pode ser observado no Gráfico 06, em que o percentual de itens ao longo de 2017 se mantém em torno de 50%, isto é, perto da metade dos itens, todos os meses, tiveram algum aumento de preços.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Gráfico 06 – Índice de difusão – IPCA – Brasília/DF e Brasil – janeiro de 2016 a dezembro de 2017



Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

Como índices de inflação estão frequentemente sujeitos a choques temporários de magnitude atípica, nem sempre esses índices refletem de maneira acurada a trajetória do conjunto de preços 13 de uma economia. Para contornar este problema, pode-se utilizar medidas alternativas, chamadas de núcleos de inflação. Em geral, os núcleos são calculados a partir de mecanismos de exclusão ou de reponderação dos itens que compõe a cesta de inflação e que se destacam por sofrerem choques mais pronunciados, como é o caso de produtos que sofrem reajustes de preços somente uma vez ao ano (por exemplo, remédios).

Para o Distrito Federal, foram calculadas duas estimativas de núcleo de inflação, uma por meio da média aparada suavizada (IPCA – MAS) e outra por meio da dupla ponderação (IPCA – DP)<sup>8</sup>. De maneira resumida, o IPCA-MAS desconsidera do cálculo aqueles itens que sofreram as maiores e as menores

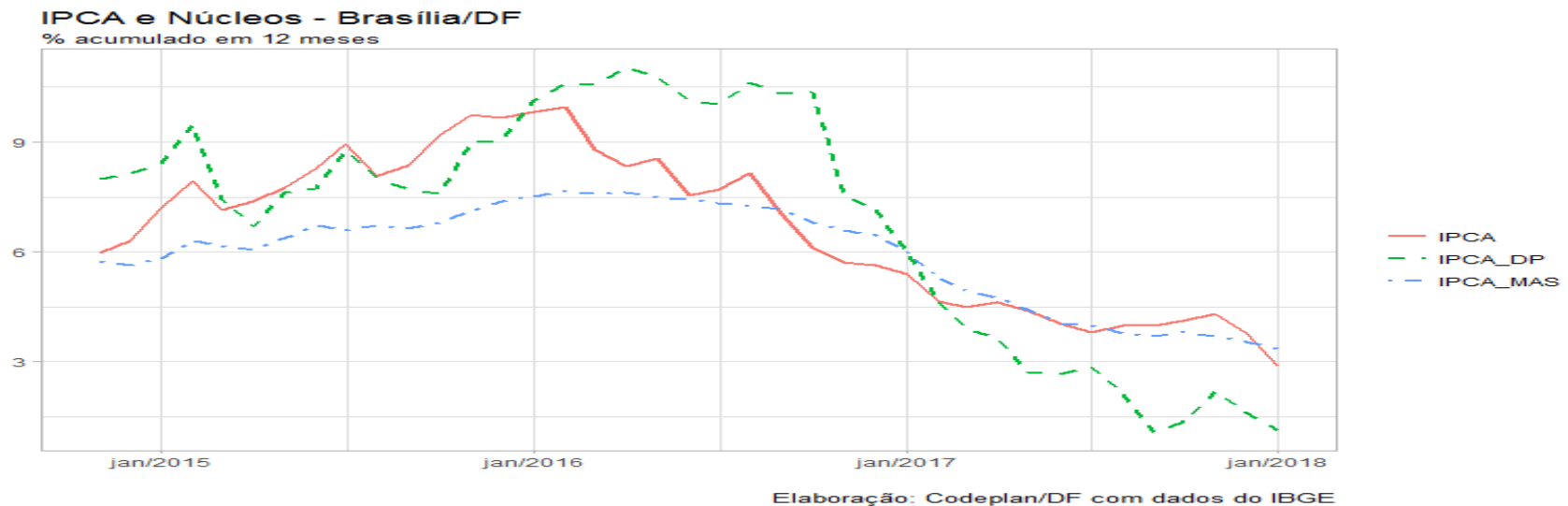
<sup>8</sup> A metodologia dessas estimativas será publicada no site da Codeplan, em nota técnica específica.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

variações em cada mês. O IPCA-DP, por sua vez, altera a estrutura de pesos dos itens, atribuindo menor peso àqueles itens que apresentam grande volatilidade no período. Portanto, o IPCA-MAS tende a ser inferior (superior) ao IPCA quando um conjunto pequeno de itens sofre grande variação positiva (negativa). Já o IPCA-DP tende a situar-se abaixo (acima) do IPCA quando itens bastante voláteis apresentam variações baixas (elevadas). A Figura 02 exibe essas estimativas além da variação acumulada em doze meses do IPCA/Brasília. É possível notar que ambas as medidas apresentam boa aderência à série original, respeitando sua trajetória ao mesmo tempo que suaviza movimentos mais abruptos.

**Figura 02** – Variação acumulada em 12 meses - IPCA/Brasília e medidas de núcleo de inflação do Distrito Federal, IPCA – MAS e IPCA-DP – Brasília – janeiro de 2015 a janeiro de 2018



Ainda na Figura 3, no período mais recente, nota-se que ambas as medidas de núcleo se situam abaixo do indicador original, o que sugere manutenção da trajetória de queda ou acomodação neste nível mais baixo. O IPCA – MAS, entretanto, aponta para uma certa acomodação na margem. O IPCA – DP pode demorar um pouco mais a reagir a novas informações, por ter uma rigidez maior, possivelmente relacionado a sua metodologia. De toda forma, a



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

imagem das séries temporais apresenta uma inflação baixa, em qualquer um dos índices analisados, indicando que o movimento deflacionário ocorreu amplamente em 2017.

De acordo com a Tabela 04, os grupos de maior alta do IPCA em Brasília nos três primeiros trimestres do ano foram: transportes, saúde e cuidados pessoais, educação. O grupo de saúde e cuidados pessoais, com 6,51%, pressionaram o ano pelo aumento de valores em planos de saúde e serviços médicos e hospitalares. O grupo educação, com alta de 5,03%, apresenta elevação a partir dos reajustes de mensalidades em cursos regulares e outros cursos diversos. Por fim, o grupo transportes, com a maior alta acumulada no ano, de 7,54%, pressionou a inflação no início do ano com o aumento das tarifas de transporte urbano ocorrido em fevereiro e, a partir do segundo semestre, com o preço da gasolina, que subiu acima da média nacional, conforme explicam Cruz e Schlabit (2017) em nota técnica sobre os preços da gasolina C no Distrito Federal.

De outro lado, os grupos que mostraram deflação em Brasília foram artigos de residência, -3,44%, e alimentação e bebidas, com -0,21%. No primeiro caso, o grupo reflete os resultados da crise econômica na região, de maneira que os subgrupos que mais mostram queda de preços são mobiliário, e eletrodomésticos e equipamentos.

Já o grupo alimentação e bebidas é um dos que mais pesa na cesta de consumo das famílias de Brasília, sendo de peso ainda maior na composição do INPC, que avalia o consumo das famílias que recebem até cinco salários mínimos<sup>9</sup>. Dessa forma, a redução observada no IPCA e no INPC oferece um alívio para as famílias que tiveram redução de renda ao longo do período recessivo. A diminuição dos preços dos alimentos acaba sendo um dos responsáveis pelo bom comportamento da inflação de Brasília neste ano de 2017.

Como pode ser visto na Tabela 04, no INPC acumulado no ano, o grupo transportes também desponta com a maior inflação, porém em percentual ainda maior do que o verificado no IPCA, de 11,0%. Este resultado foi explicado pelo aumento das tarifas de ônibus urbano ocorrido em fevereiro, que possui maior peso na cesta de consumos dessas famílias, e por causa dos preços da gasolina. Assim, o INPC acumulado em 2017 registrou alta de 3,09%, com as maiores variações advindas do grupo transportes, com 11,0%, do grupo saúde e cuidados pessoais, com 4,75%, e do grupo vestuário, com 4,07%. A pressão de baixa foi registrada no grupo de artigos de residência, com -4,05% e alimentação e bebidas, com deflação de -1,46%, principal responsável pela baixa inflação do ano no DF. Ainda assim, há uma diferença em relação ao país, já que o INPC/Brasil acumulou alta de 2,07% no ano. O motivo para isso reside principalmente

---

<sup>9</sup> O peso do grupo alimentação e bebidas no IPCA de Brasília corresponde a cerca de 22%, ao passo que no INPC é de aproximadamente 25%.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

nos grupos transportes, e alimentação e bebidas tanto para o INPC como para o IPCA. Em ambos os grupos, fatores locais foram os responsáveis pelos aumentos acima da média brasileira (ou, no caso da alimentação e bebidas, a deflação foi menor do que no resto do país).

**Tabela 04** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - Brasília - Variação no ano (%) –2016 e 2017

Índice geral e grupos	IPCA		INPC	
	2016	2017	2016	2017
<i>Índice geral</i>	5,62	3,76	5,16	3,09
Alimentação e bebidas	7,27	-0,21	7,58	-1,46
Habitação	4,51	4,25	4,44	3,42
Artigos de residência	2,33	-3,44	2,62	-4,05
Vestuário	2,67	4,14	3,23	4,07
Transportes	2,12	7,54	1,78	11,00
Saúde e cuidados pessoais	10,55	6,51	8,48	4,75
Despesas pessoais	9,12	4,53	8,64	3,00
Educação	8,65	5,03	7,58	3,78
Comunicação	1,34	2,61	1,08	1,07

Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

## 2.5. Mercado de Trabalho

A leitura dos dados da Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) referentes ao quarto trimestre de 2017 parece confirmar a percepção de recuperação gradual do mercado de trabalho no DF, iniciada no segundo trimestre, a exemplo do que vem ocorrendo a nível nacional. Entretanto, grande parte da melhora observada concentrou-se nos segmentos de empregados domésticos, autônomos e empregados do setor privado sem carteira assinada, o que sugere alguma cautela a respeito da qualidade destes novos vínculos. Os registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) mostram forte retração no saldo de contratações no trimestre. Todavia, este resultado deve-se, em grande medida, à sazonalidade de dezembro, mês no qual historicamente as demissões superam largamente as contratações<sup>10</sup>. Por fim, chama atenção a divergência dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), a qual aponta crescimento no desemprego e redução na ocupação. Este resultado ainda não está bem compreendido, uma vez que interrompe a trajetória de recuperação do mercado de trabalho em um momento em que a atividade econômica mostra-se mais resiliente.

<sup>10</sup> Este resultado é analisado na Nota técnica sobre o CAGED do mês de dezembro de 2017 a ser divulgada na seção de publicações do site <http://www.codeplan.df.gov.br>.

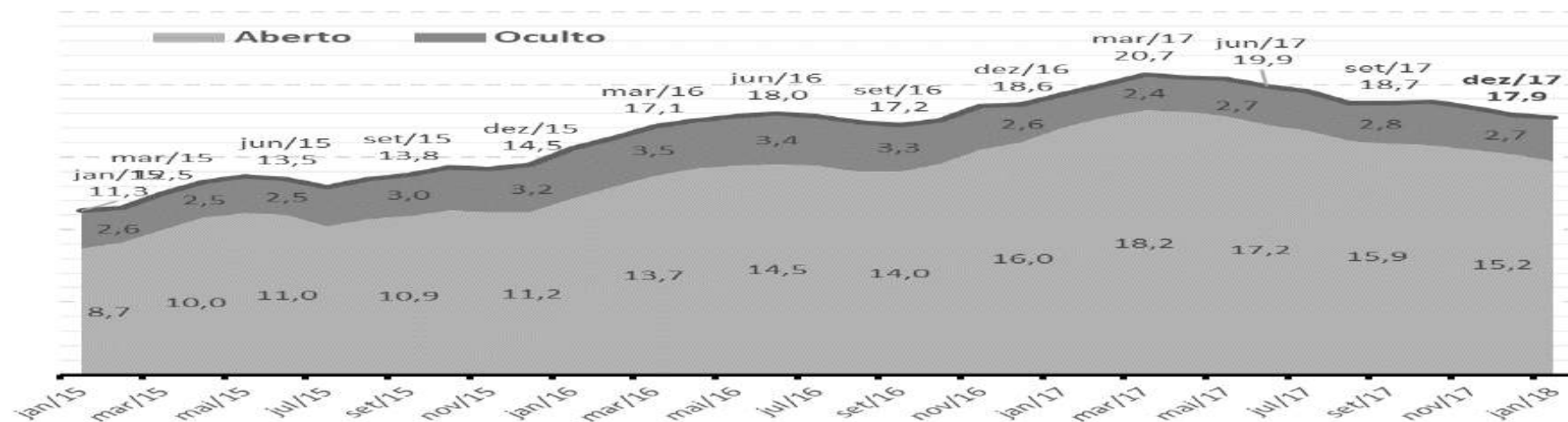




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

A taxa de desemprego medida pela PED passou de 18,7% na média móvel dos três meses encerrados em setembro para 17,9% na média móvel dos três meses encerrados em dezembro. Mais especificamente, este resultado refletiu a redução de 0,8% na taxa de desemprego aberto. O desemprego oculto, por sua vez, mostrou estabilidade na passagem do terceiro para o quarto trimestre, com variação de -0,1%<sup>11</sup>. Na comparação com dezembro de 2016, houve recuo de 0,7% no desemprego total. Vale destacar que, quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, o último recuo observado havia ocorrido em setembro de 2013.

**Gráfico 07** – Resultados mercado de trabalho – Taxa de desemprego (%) – total, aberto, oculto – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal – média trimestral – janeiro de 2015 a dezembro de 2017



Fonte: PED-DF - Convênio SEATRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE – Elaboração CODEPLAN/DIEPS/GECON

Quando analisada através de suas componentes, nota-se que grande parte da redução na taxa de desocupação total verificada no último trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior foi reflexo da queda na taxa de participação<sup>12</sup>. O exercício de decomposição da taxa de desocupação (Figura 03) mostra

<sup>11</sup> Desemprego oculto refere-se àqueles indivíduos em trabalho precário (auto-ocupação e trabalhos descontínuos ou irregulares, por exemplo) ou que não procuraram trabalho por motivo de desalento no período de referência. Desemprego aberto, por sua vez, refere-se aos indivíduos que buscaram trabalho de maneira efetiva no período.

<sup>12</sup> A taxa de participação é a razão entre a população economicamente ativa (ocupados mais desocupados que buscam emprego) e a população em idade ativa (todos com idade igual ou acima de 15 anos). Dito de outra forma, é a oferta efetiva de trabalhadores no mercado de trabalho.

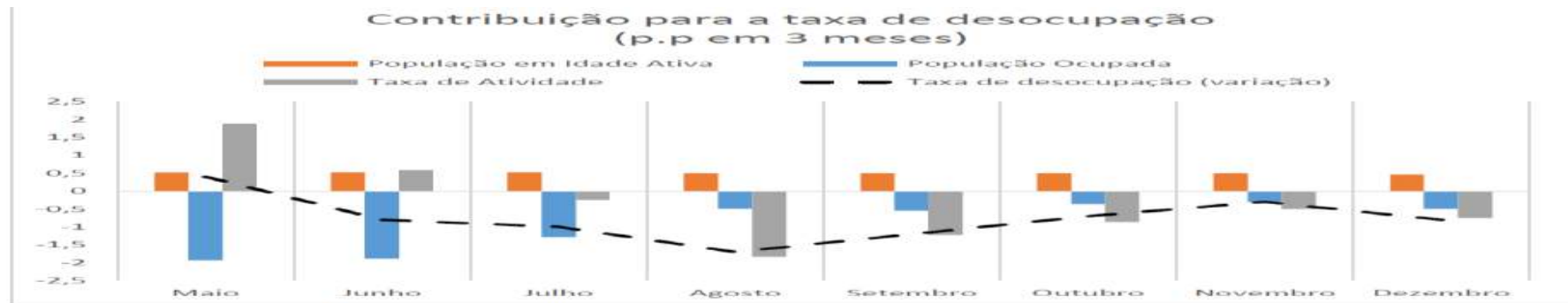




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

que a queda na taxa de atividade contribuiu com 0,74pp para a redução na taxa de desocupação – ou 60% da contribuição total para a redução –, enquanto o crescimento da população ocupada contribuiu com 0,49pp – os 40% restantes<sup>13</sup>.

**Figura 03** – Decomposição da taxa de desocupação por componentes: população em idade ativa (PIA), população ocupada (PO) e taxa de atividade (TA).



Fonte: PED-DF - Convênio SEATRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE – Elaboração CODEPLAN/DIEPS/GECON

Não obstante a importante contribuição da queda na taxa de atividade para a redução da taxa de desocupação desde julho, alguns sinais sugerem que este processo pode estar próximo de acomodar ou, eventualmente, de iniciar trajetória de reversão. Mais especificamente, a taxa de atividade alcançou 65,7% em dezembro de 2017 – valor próximo da mediana e igual à média da série histórica iniciada em março de 2012 –, acumulando redução de 1,5% em relação ao mesmo mês do ano passado. Além disso, a recuperação da atividade econômica tende a encorajar a busca por emprego daqueles em situação de desalento. Dito de outra forma, parece existir pouco espaço para reduções mais pronunciadas na taxa de atividade. Caso este cenário se confirme, a manutenção da trajetória de queda na taxa de desocupação dependerá fundamentalmente do aumento na ocupação.

No que diz respeito à ocupação, a PED registrou avanço de 0,6% no número total de ocupados em dezembro em relação a setembro, considerada a média móvel de três meses. Cabe ressaltar que esta expansão se concentrou nos empregados domésticos (6,1%) e autônomos (5,4%). Por outro lado, o número

<sup>13</sup> Este exercício foi baseado no box “Decomposição da evolução da taxa de desemprego” do Relatório Trimestral de Inflação divulgado pelo Banco Central do Brasil no terceiro trimestre de 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2014/09/ri201409b1p.pdf>.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

de ocupados no setor público e no setor privado com carteira assinada recuou 3,9% e 1,4%, respectivamente. Por fim, é importante notar que o desempenho positivo do setor privado consolidado só ocorreu por conta de forte elevação no número de ocupados sem carteira assinada (16,7%). Na comparação com o trimestre encerrado em dezembro de 2016, os resultados apontam dinâmica bastante similar, embora em magnitude mais modesta.

**Tabela 05** – Resultados mercado de trabalho – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal – Dezembro de 2017

<b>Indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)</b>							
				dez -2017 / set - 2017		dez -2017 / dez - 2016	
	dez/16	set/17	dez/17	Variação %	Variação Absoluta	Variação %	Variação Absoluta
Indicadores (em mil pessoas)							
<b>População</b>							
Em idade ativa	2.418	2.464	2.478	0,6	14	2,5	60
Economicamente ativa	1.623	1.634	1.630	-0,2	-4	0,4	7
Ocupados	1.321	1.329	1.337	0,6	8	1,2	16
Desocupados	302	305	292	-4,3	-13	-3,3	-10
Em desemprego aberto	260	260	248	-4,6	-12	-4,6	-12
Em desemprego oculto	43	45	45	0,0	0	4,7	2
Inativos com 14 anos ou mais	795	830	849	2,3	19	6,8	54
<b>Posição na ocupação</b>							
Total de ocupados	1.321	1.329	1.337	0,6	8	1,2	16
Total de assalariados	953	960	958	-0,4	-4	0,3	3
Setor privado	657	654	663	1,4	9	0,9	6
Com carteira assinada	551	558	550	-1,4	-8	-0,2	-1
Sem carteira assinada	106	96	112	16,7	16	5,7	6
Setor público	295	305	293	-3,9	-12	-0,7	-2
Autônomos	183	185	195	5,4	10	6,6	12
Empregados domésticos	81	82	87	6,1	5	7,4	6
Demais posições	104	102	99	-2,9	-3	-4,8	-5
<b>Setor da ocupação</b>							
Total de ocupados	1.321	1.329	1.337	0,6	8	1,2	16
Indústria de transformação	47	50	45	-10,0	-5	-4,3	-2
Construção	67	58	68	17,2	10	1,5	1
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	236	239	236	-1,3	-3	0,0	0
Serviços	947	956	970	1,5	14	2,4	23
Administração pública, defesa e seguridade social	179	189	182	-3,7	-7	1,7	3
<b>Rendimento médio real (em reais) dos ocupados, assalariados</b>							
Ocupados	3.373	3.633	3.605	-0,7	-28	6,8	232
<b>Taxas (em pontos percentuais)</b>							
<b>Variação p.p.</b>							
Taxa de desemprego total	18,6	18,7	17,9	-0,8		-0,7	
Taxa de desemprego aberto	16,0	15,9	15,2	-0,7		-0,8	
Taxa de desemprego oculto	2,6	2,8	2,7	-0,1		0,1	
Nível da ocupação	81,4	81,3	82,0	0,7		0,6	
Taxa de participação na força de trabalho	67,1	66,3	65,8	-0,5		-1,3	

Fonte: PED-DF - Convênio SEATRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE – Elaboração CODEPLAN/DIEPS/GECON



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

Em termos setoriais, o grande destaque é o setor de serviços, com avanço de 1,5% sobre o trimestre anterior. Apesar do número modesto, este setor representa cerca de 70% do total de ocupados no Distrito Federal, de modo que mesmo variações moderadas exercem impactos relevantes. Com efeito, o crescimento no número de ocupados neste setor somou 14 mil no trimestre móvel encerrado em dezembro. Outro destaque positivo foi o setor da construção, que encerrou dezembro com 10 mil ocupações a mais que o observado em setembro. Trata-se de uma expansão de 17,2% sobre o trimestre anterior. Vale ressaltar que ambos os setores registraram elevações também na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior.

Por outro lado, os setores de indústria de transformação, comércio e administração pública apresentaram retrações de 10%, 1,3% e 3,7%, respectivamente. Estes resultados devolvem, em alguma medida, o bom desempenho destes setores no trimestre anterior. Na comparação com dezembro de 2016. Todavia, comércio e administração pública registraram avanço, ao passo que a retração na indústria de transformação foi bem mais modesta.

Apesar da elevação no número de ocupados, o rendimento médio dos assalariados sofreu redução de 0,7% em termos reais na passagem de setembro para dezembro, utilizando como referência a média móvel de três meses. Este resultado pode ser atribuído ao fato de os salários daqueles que são admitidos ou desligados serem inferiores ao salário daqueles que permanecem ocupados<sup>14</sup>. Além disso, contribuiu para a diminuição da participação relativa dos ocupados no setor público<sup>15</sup>. Por tratar-se de um grupo com maior rendimento médio e grande parcela no total de trabalhadores ocupados (cerca de um terço dos assalariados), este movimento acaba exercendo forte influência no rendimento médio total. Vale destacar que o avanço no rendimento desta categoria ajudou a amortecer este impacto.

---

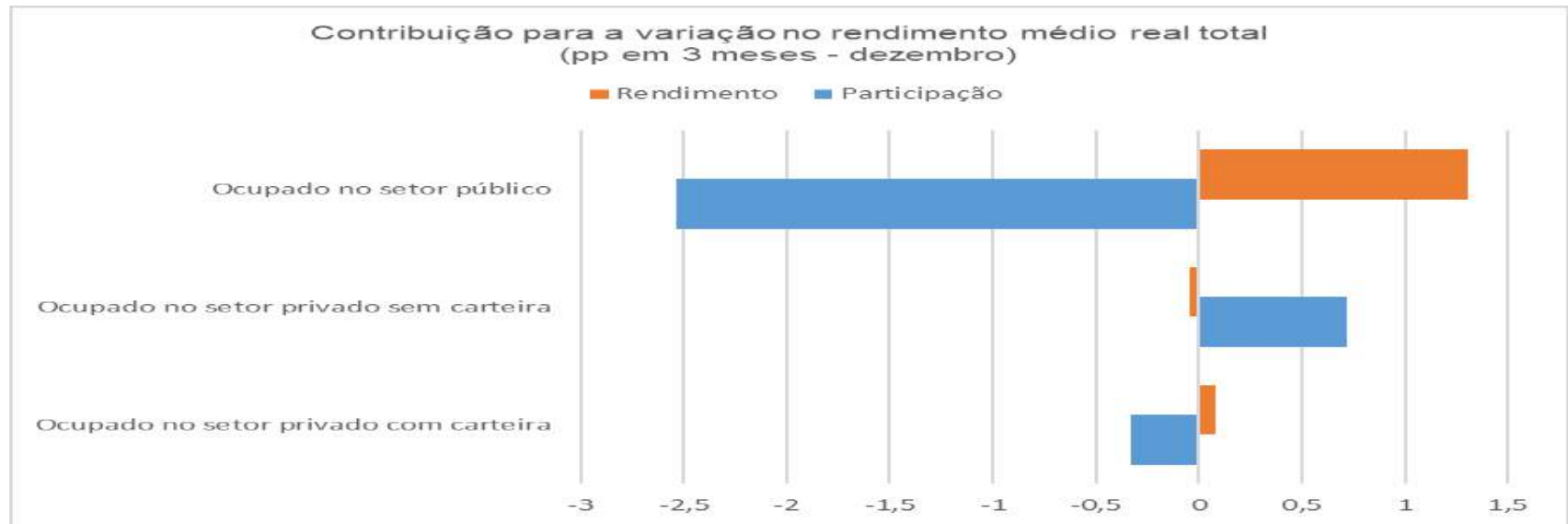
<sup>14</sup> De acordo com o box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do boletim regional do Banco Central do Brasil, divulgado em julho de 2017, os trabalhadores demitidos ou contratados recebem, respectivamente, 56% e 50% a menos que aqueles que permanecem ocupados, em média.

<sup>15</sup> Este exercício foi baseado no box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Julho de 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/07/br201707b2p.pdf>.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

**Figura 04** – Decomposição do rendimento médio total em rendimento e participação, por posição na ocupação – Distrito Federal – dezembro de 2017.



Fonte: PED-DF - Convênio SEATRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE – Elaboração CODEPLAN/DIEPS/GECON

Os dados da PNAD Contínua trimestral (IBGE) referentes ao quarto trimestre contrariam a leitura da PED. Em especial, a taxa de desocupação foi de 13,2% em dezembro, contra 12,3% em setembro – avanço de 0,9pp. Por um lado, o total de ocupados recuou 0,6%, ante estabilidade no trimestre anterior. Por outro lado, a forte redução que vinha sendo observada na taxa de atividade e que ajudou a reduzir a taxa de desocupação nos últimos trimestres registrou contribuição próxima a zero no trimestre de referência. Isto parece corroborar a avaliação de que a taxa de atividade deve acomodar nos próximos trimestres, tornando fundamental a geração de novos postos de trabalho a fim de manter a trajetória cadente da taxa de desocupação.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**Tabela 06** – Resultados mercado de trabalho – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral – Distrito Federal – 4º Trimestre de 2017.

<b>Indicadores da PNAD Contínua - População de 14 anos ou mais de idade</b>								
				4º tri 2017 / 3º tri 2017				4º tri 2017 / 4º tri 2016
	out-nov- dez/2016	jul-ago- set/2017	out-nov- dez/2017	Variação %	Diferença	Variação %	Diferença	
<b>Indicadores (em mil pessoas)</b>								
<i>População</i>								
Em idade para trabalhar	2.423	2.501	2.520	0,8	19	4,0	97	
Na força de trabalho	1.641	1.632	1.640	0,5	8	-0,1	-1,0	
Ocupada	1.413	1.431	1.423	-0,6	-8	0,7	10,0	
Desocupada	228	201	217	8,0	16	-4,8	-11,0	
Fora da força de trabalho	782	869	880	1,3	11	12,5	98	
<i>Posição na ocupação</i>								
Empregado no setor privado com carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	550	540	535	-0,9	-5	-2,7	-15	
Empregado no setor privado sem carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	98	129	137	6,2	8	39,8	39	
Trabalhador doméstico	112	102	99	-2,9	-3	-11,6	-13	
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	319	315	304	-3,5	-11	-4,7	-15	
Empregador	71	67	80	19,4	13	12,7	9	
Conta própria	255	270	263	-2,6	-7	3,1	8	
Trabalhador familiar auxiliar	8	7	6	-14,3	-1	-25,0	-2	
<i>Rendimento médio real habitual (em reais)</i>								
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	3.811	3.777	3.979	5,3	202	4,41	168	
<i>Massa de rendimento real habitual (em milhões de reais)</i>								
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	5.349	5.372	5.636	4,9	264	5,37	287	
<b>Taxas (em pontos percentuais)</b>								
Taxa de desocupação	13,9	12,3	13,2	-	0,9	-	-0,7	
Nível da ocupação	58,3	57,2	56,5	-	-0,7	-	-1,8	
Taxa de participação na força de trabalho	67,7	65,2	65,1	-	-0,1	-	-2,6	

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/ IBGE; elaboração CODEPLAN

Por fim, a análise dos registros administrativos do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED/MTE) mostra queda expressiva no saldo de admitidos no mercado de trabalho formal. As demissões superaram as admissões em 3.770 na soma dos últimos três meses de 2017, com destaque para o setor de serviços que fechou, em termos líquidos, 2.742 postos de trabalho.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Todavia, é importante ressaltar que este resultado é fortemente influenciado pela sazonalidade de dezembro, mês no qual historicamente o saldo é bastante negativo. Apesar disto, 2017 registrou geração líquida de 373 postos de trabalho formais. Embora modesto, este número representa uma grande evolução quando comparado a 2016, ano em que houve o fechamento líquido de 27.300 postos de trabalho formais.

**Tabela 07** – Saldo de vínculos empregatícios<sup>1</sup> no CAGED – Distrito Federal – Dezembro de 2017

Setores de Atividade Econômica	Variação Absoluta (pessoas) do número de empregos					
	2016	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	2017
<b>Total de vínculos</b>	<b>-27.252</b>	<b>619</b>	<b>-713</b>	<b>4.237</b>	<b>-3.770</b>	<b>373</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>16</b>	<b>476</b>	<b>-179</b>	<b>-156</b>	<b>-212</b>	<b>-71</b>
<b>Indústria</b>	<b>-8.253</b>	<b>-767</b>	<b>509</b>	<b>954</b>	<b>-816</b>	<b>-120</b>
<i>Extrativa mineral</i>	<i>-3</i>	<i>-11</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>6</i>	<i>-3</i>
<i>Indústria de transformação</i>	<i>-1.557</i>	<i>-171</i>	<i>13</i>	<i>-53</i>	<i>142</i>	<i>-69</i>
<i>Construção Civil</i>	<i>-6.339</i>	<i>-549</i>	<i>553</i>	<i>1.018</i>	<i>-775</i>	<i>247</i>
<i>Serviços Industriais de</i>	<i>-354</i>	<i>-36</i>	<i>-59</i>	<i>-11</i>	<i>-189</i>	<i>-295</i>
<i>Utilidade Pública</i>						
<b>Serviços</b>	<b>-19.015</b>	<b>910</b>	<b>-1.043</b>	<b>3.439</b>	<b>-2.742</b>	<b>564</b>
<i>Demais serviços</i>	<i>-11.999</i>	<i>2.498</i>	<i>-639</i>	<i>3.582</i>	<i>-4.114</i>	<i>1.327</i>
<i>Comércio</i>	<i>-6.918</i>	<i>-1.571</i>	<i>109</i>	<i>-62</i>	<i>1.481</i>	<i>-43</i>
<i>Administração Pública</i>	<i>-98</i>	<i>-17</i>	<i>-513</i>	<i>-81</i>	<i>-109</i>	<i>-720</i>

Fonte: RAIS/CAGED – Ministério do Trabalho elaboração Codeplan; <sup>1</sup>O saldo é calculado a partir da diferença entre admitidos (+1) e demitidos (-1) dentro e fora do prazo.

## 2.6. Política Fiscal do Distrito Federal

O Distrito Federal possui característica econômica distinta dos outros entes da Federação. No Distrito Federal a representatividade do Setor de Serviços é proporcionalmente maior que os demais setores da economia em comparação a outros Estados e Municípios brasileiros, em função da expressiva participação da Administração Pública (Governo Federal e Governo do Distrito Federal) no Produto Interno Bruto do DF. Neste contexto fica evidente o papel de destaque que o Governo local exerce no desenvolvimento econômico da região.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Os gastos efetuados pelo Governo do Distrito Federal influenciam de forma significativa o ciclo de geração de riquezas da região. As despesas do Governo com a compra de bens e serviços geram emprego e renda nas empresas. Por sua vez, a despesa de pessoal da máquina pública, além de promover a disponibilização de serviços à população, também gera riqueza para as famílias. Como consequência a riqueza disponibilizada, em grande parte se transforma em consumo, que gera a arrecadação de receitas para o Estado, alimentando assim parte significativa do ciclo econômico do Distrito Federal e do Entorno.

O desempenho da economia nacional nos últimos 3 anos interferiu diretamente na Gestão Fiscal do Governo do Distrito Federal e, por consequência atingiu a economia local. O comportamento das receitas do Governo do Distrito Federal tem determinado um ambiente de restrições orçamentárias e financeiras neste período.

As informações que se seguem refletem, em linhas gerais e em grandes agregados, os resultados da política fiscal do Distrito Federal no exercício de 2017.

**Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal**

**2.6.1. Receitas**

O ingresso das receitas que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Distrito Federal, nos últimos quatro exercícios financeiros, ocorreu conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Valores em R\$ milhão			
Receita	2014	2015	2016	2017
Tributárias	12.666	13.155	14.355	14.780
Transferências Correntes	1.753	7.894	7.295	1.918
Outras Receitas	4.497	4.850	4.643	4.958
<b>Total</b>	<b>18.916</b>	<b>25.899</b>	<b>26.293</b>	<b>21.656</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

O comportamento atípico ocorrido entre os anos de 2015 e 2016 se deve ao fato de que nestes exercícios as transferências do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF destinadas às áreas de Saúde e Educação foram empenhadas e pagas no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal. Em 2017 os recursos do FCDF voltaram a circular exclusivamente na esfera Federal, sendo executadas por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Em 2017 a receita total destinada ao desenvolvimento de ações do Governo do Distrito Federal foi de R\$ 34.874.979.072, sendo R\$ 13.218.604.133 provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal e R\$ R\$ 21.656.374.939 oriundos de receitas tributárias, transferências correntes e outras receitas que integram o orçamento fiscal e da seguridade do Distrito Federal.

**Comparativo entre Previsão de Receita e Receita Realizada - 2017**

	Previsão Inicial	Previsão Atual.	Realizada
Total das Receitas	24.864.290.312	25.756.531.734	21.656.374.939

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017

A diferença de valores ocorrida entre a receita efetivamente arrecadada e as previsões iniciais no orçamento do Distrito Federal se justifica pela frustração de receitas tributárias e pela não efetivação de algumas contratações de operação de crédito. A frustração de receitas obrigou o Governo a contingenciar parte de suas despesas correntes e postergar investimentos previstos para execução no exercício de 2017.

**Receita Arrecadada em 2017**

Item	Valor (R\$)
<b>Receita Total</b>	<b>21.656.374.939,81</b>
Receitas Corrente (*)	20.754.597.488,86
Receitas de Capital	901.777.450,95
Receitas Intra-Orçamentárias	75.650.019,26

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017.

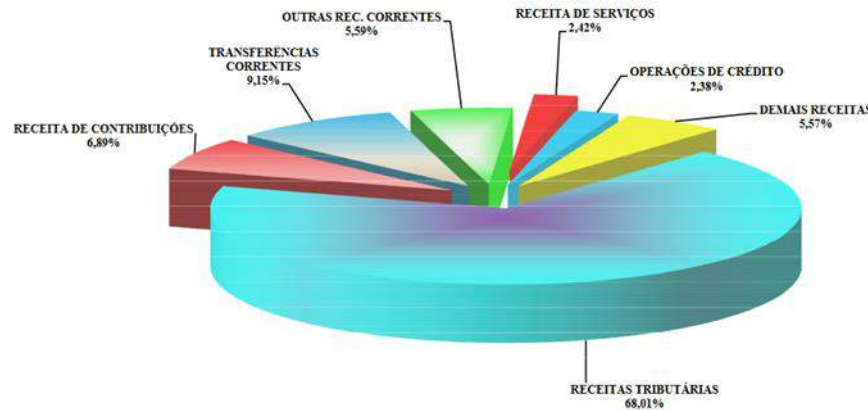




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

As receitas Intra-orçamentárias (corrente e de capital) são destinadas ao registro de receitas provenientes de órgãos integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade do Governo do Distrito Federal.

**Representação percentual da Receita Arrecadada em 2017**



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017.

**Receitas Correntes**

As receitas correntes são destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam à manutenção das atividades governamentais. A Lei nº 4.320 de 1964 define receita corrente como as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, bem como as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. Em 2017 as receitas correntes obtiveram arrecadação conforme demonstrado no quadro abaixo:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Item	Valor (R\$)
<b>Receita Corrente</b>	<b>20.754.597.488,86</b>
Receita Tributária	14.779.734.078,35
Receita de Contribuição	1.496.626.833,81
Receita Patrimonial	747.001.517,99
Receita Agropecuária	6.260,00
Receita Industrial	3.420.571,53
Receita de Serviços	525.204.659,40
Transferências Correntes	1.988.560.645,25
Outras Receitas Correntes	1.214.936.086,18
Deduções da Receita Corrente	-893.163,65

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017

A Receita Corrente Líquida – RCL é um dos parâmetros utilizados como referência para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo cumprimento deve ser demonstrado quadrimestralmente nos Relatórios de Gestão Fiscal. Para efeito de cálculo da RCL do exercício de 2017 foram consideradas as informações apresentadas conforme quadro abaixo:

Item	Valor (R\$)
<b>Receita Corrente</b>	<b>22.747.002.501,51</b>
Receita Tributária	14.779.734.078,35
Receita de Contribuição	1.496.626.833,81
Receita Patrimonial	747.001.517,99
Receita Agropecuária	6.260,00
Receita Industrial	3.420.571,53
Receita de Serviços	525.204.659,40
Transferências Correntes (*)	3.980.965.657,90
Outras Receitas Correntes	1.214.936.086,18
Deduções da Receita Corrente	-893.163,65
<b>Deduções</b>	<b>3.527.370.980,66</b>
Contribuições Previdenciárias	1.201.188.369,92
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	333.777.598,09
Receita para Formação do FUNDEB	1.992.405.012,65
<b>Recursos do FCDF não destinados ao pagamento de Pessoal</b>	<b>1.500.197.578,38</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>20.719.829.099,23</b>

(\*) No valor de Transferências Correntes estão incluídas as transferências para formação do FUNDEB

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

### Receitas Tributárias

Receita Tributária é toda fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhoria, os Empréstimos Compulsórios e as Contribuições Especiais, todos prefixados em lei em caráter permanente ou não. As receitas tributárias têm como finalidade básica o custeio das despesas estatais e suas necessidades de investimento. Em 2017 o valor total arrecadado de receitas tributárias foi de R\$ 14.779.734.078,35 e a sua composição percentual se apresentou conforme o quadro abaixo.

### Transferências

#### Demonstrativo das Transferências da União – 2017

Item	Valor (R\$)
<b>Transferências Correntes</b>	
<b>Participação na Receita da União</b>	<b>771.642.158,85</b>
Cota-parte do FPE	573.839.995,42
Cota-parte do FPM	163.816.043,00
Cota-parte do ITR	1.069.902,95
Cota-parte do IPI	8.600.187,16
Cota-parte Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico	24.316.030,32
<b>Outras Transferências da União</b>	<b>5.295.052,32</b>
Contribuição s/ Recursos de Concursos de Prognósticos Esportivos	5.295.052,32
Transferência da União para Educação	0
Transferência da União para a Saúde	0
Compensação Financeira Esforço Exportador	0
Demais Transferências da União	0
<b>Transferência de Compensação pela Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>2.732.716,49</b>
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	367.517,14
Cota-parte de Compensação de Recursos Minerais	2.365.199,35
<b>Transferência de Recursos do Sistema de Saúde - SUS</b>	<b>701.302.94,06</b>
<b>Transferência de Recursos do FNAS</b>	<b>18.933.579,42</b>
<b>Transferência de Recursos do FNDE</b>	<b>401.902.852,49</b>
Transferência do Salário Educação	360.123.751,29
Recursos do PNAE	41.779.101,20
Recursos do PNATE	0
Recursos do Brasil Alfabetizado	0
Recursos do Programa Fazendo	0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Item	Valor (R\$)
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração LC 87/1996	15.790.125,00
Outras Transferências da União	0
Transferências de Capital	0
Transferências da União	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.917.599.428,63</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017

Conforme pode ser observado no quadro anterior, os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal não integraram o valor total das transferências da União em 2017.

### Receitas de Capital

Categoria econômica da receita constituída de recursos provenientes de: conversão de bens e direitos em espécie (numerário), recebimento de amortizações de empréstimos concedidos, contratação de empréstimos de longo prazo transferências recebidas para a cobertura de despesas de capital, ou seja, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida. Em 2017 as receitas de capital ingressaram nos cofres do Tesouro do Governo do Distrito Federal, conforme quadro abaixo:

Receita	Valor
<b>Receitas de Capital</b>	<b>901.777.450,95</b>
Operação de Crédito	517.215.200,75
Alienação de Bens	29.765.294,93
Amortizações	14.046.877,56
Transferência de Capital	73.905.319,41
Outras Receitas de Capital (Depósitos Judiciais)	266.844.758,30

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017

### Participação percentual da Receita de Capital – 2017

Item	Valor (R\$)	Percentual
Receitas Corrente (*)	20.754.597.488,86	95,8%
Receitas de Capital	901.777.450,95	4,2%
	<b>21.656.374.939,81</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**Operações de Crédito**

Operações de crédito são as receitas oriundas da constituição de dívidas formalizadas por meio de empréstimos e financiamentos. O quadro a seguir demonstra o ingresso das receitas provenientes dessa fonte de recursos no período de 2014 a 2017:

Operação	Valores em R\$			
	2014	2015	2016	2017
Interna (135)	461.058.739,58	557.977.311,68	80.901.903,46	493.256.414,52
Externa (136)	26.838.419,90	22.767.916,76	19.204.245,00	23.958.786,23
<b>Total</b>	<b>487.897.159,48</b>	<b>580.745.228,44</b>	<b>100.106.148,46</b>	<b>517.215.200,75</b>

Fonte: SIGGO

Cabe destacar que os recursos provenientes de operações de crédito que ingressaram em 2017 foram significativamente maiores do que os valores apurados em 2016. A ampliação da captação de valores advindos de operações de crédito em 2017 possibilitou maior disponibilização de recursos para aplicação em investimentos para o Distrito Federal.

**Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF**

Em 2017 o Fundo Constitucional do Distrito Federal consignou R\$ 13.218.604.133 destinados à organização e à manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação. Deste total, R\$ 5.627.371.260 aplicados nas áreas de Educação e Saúde e R\$ 7.591.232.873 para a segurança pública do Distrito Federal.

A composição das receitas destinadas ao desenvolvimento de ações do Governo do Distrito Federal em 2017 revela que o somatório dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal é próximo ao da arrecadação tributária no mesmo período, o que demonstra grande dependência do GDF em relação aos recursos provenientes do Governo Federal.

**Demonstrativo Orçamentário-Financeiro do FCDF – 2003/2017**

Ano	Orçamento Autorizado - FCDF	Dotação/Repasse		Participação %	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança	Educação e Saúde
2003	3.356.182.872	1.700.764.243	1.655.418.629	51%	49%
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48%	52%
2005	4.449.234.051	2.143.179.975	2.306.054.076	48%	52%
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48%	52%
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49%	51%
2008	6.591.809.994	3.534.122.560	3.057.687.434	54%	46%



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Ano	Orçamento Autorizado - FCDF	Dotação/Repasse		Participação %	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança	Educação e Saúde
2009	7.603.528.305	3.931.107.687	3.672.420.618	52%	48%
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53%	47%
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53%	47%
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49%	51%
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48%	52%
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47%	53%
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51%	49%
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56%	44%
<b>2017</b>	<b>13.218.604.133</b>	<b>7.591.232.873</b>	<b>5.627.371.260</b>	<b>57%</b>	<b>43%</b>

Fonte: Secretaria de Fazenda do Distrito Federal – Coordenação de Gestão do FCDF

Em relação ao histórico apresentado no quadro anterior, cabe destacar o crescimento da participação percentual das despesas da área de segurança em relação às demais áreas no ano de 2017.

As dotações destinadas à área de segurança pública foram acrescidas em 12,6% em relação a 2016 (em valores nominais). O orçamento alocado nas áreas de saúde e educação cresceu 6,6% no mesmo período. Em relação à participação percentual dos recursos do FCDF, verifica-se uma tendência de aumento nas consignações disponibilizadas para a área de segurança pública, que passou de 47% em 2014 para 57% do total do FCDF em 2017.

Os impactos da redução de repasses para a educação e saúde repercutiram no orçamento do Governo do Distrito Federal, pois parte das despesas que antes eram custeadas pelo FCDF foram realizadas com recursos do Tesouro do GDF.

**Detalhamento das Despesas do FCDF – 2017**

Valores em R\$

Área	Despesa	Valor Inicial	Valor Atual
Segurança	Pessoal	6.098.019.461	6.110.637.490
	Custeio	1.443.140.109	1.399.492.573
	Investimento	252.681.347	81.102.810
	<b>Subtotal</b>	<b>7.793.840.917</b>	<b>7.591.232.873</b>
Saúde e Educação	Pessoal	4.778.014.340	5.605.612.720
	Custeio	617.924.604	21.758.540
	<b>Subtotal</b>	<b>5.395.938.944</b>	<b>5.627.371.260</b>
<b>Total FCDF</b>		<b>13.189.779.861</b>	<b>13.218.604.133</b>

Fonte: SIAFI. Tesouro Gerencial – posição 31/12/2017



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**2.6.2. Despesas**

As despesas empenhadas nos últimos quatro exercícios se realizaram conforme quadro a seguir:

Despesa Empenhada	Valores em R\$ milhões				
	2014	2015	2016	2017	
Pessoal	10.961	19.672	17.911	14.444	
Juros e Encargos da Dívida	183	230	197	219	
Outras Despesas Correntes	5.754	6.806	7.319	7.538	
Investimentos	1.643	674	685	860	
Inversões Financeiras	281	85	82	166	
Amortização da Dívida	188	239	224	233	
<b>Total</b>	<b>19.009</b>	<b>27.707</b>	<b>26.417</b>	<b>23.460</b>	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017

As significativas variações nos valores da despesa de pessoal ocorridas no período de 2014 a 2017 se justificam pelos seguintes fatores:

1) As despesas de pessoal das áreas de Saúde e de Educação passaram a ser executadas no âmbito do Orçamento do Distrito Federal nos exercícios de 2015 e 2016; e

2) No final do exercício de 2015 foi aprovada Lei de Crédito Extraordinário suplementando as dotações de Administração de Pessoal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade no montante necessário ao pagamento mensal de uma folha de remuneração de pessoal. Este procedimento teve o intuito de registrar tais despesas de acordo com a sua competência anual e interromper o mecanismo vulgarmente denominado de pedalada fiscal.

No exercício de 2016 a despesa de pessoal das áreas de Saúde e Educação continuou sendo executada no orçamento do GDF, contudo em 2017, por força de decisão do TCU, tais despesas voltaram a ser empenhadas diretamente no âmbito do Sistema SIAFI – Governo Federal.

A disparidade nos valores das Despesas Correntes de 2014, em relação aos demais exercícios se justifica em função dos expressivos gastos realizados e não pagos naquele exercício.

Merece destaque o aumento significativo de recursos empenhados em despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida) no exercício de 2017, em comparação aos anos de 2015 e 2016.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**Despesas Correntes**

***Despesa de Pessoal e Limites da LRF***

Quadro Demonstrativo do percentual de Gasto de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

Item	2014	2015	2016	2017
Despesa de Pessoal	46,93%	46,78%	46,82%	46,07%

Os resultados apontados no Relatório da Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2017 indicaram redução percentualmente das despesas de pessoal do Poder Executivo em relação à RCL, de forma a se enquadrar abaixo dos limites impostos pela LRF. Este fato possibilitou ao Executivo local efetuar 3.386 novas contratações para o quadro efetivo de pessoal, com destaque para a nomeação de 964 Técnicos em Saúde e 598 Médicos (Fonte: Relatório de Nomeações por Cargo - 2017 – SEPLAG).

**Outras Despesas Correntes**

O valor total empenhado em Outras Despesas Corrente – Grupo de Natureza de Despesa 3 - foi de R\$ 7,53 bilhões em 2017. Este valor foi executado em despesas classificadas nas seguintes funções:

Função	Valor	Part. %
Saúde	1.991.513.292	26,4%
Educação	1.401.092.330	18,6%
Transporte	885.796.495	11,8%
Urbanismo	836.959.966	11,1%
Administração	815.622.509	10,8%
Segurança	400.665.898	5,3%
Assistência Social	237.422.686	3,2%
Legislativo	172.890.922	2,3%
Direitos e Cidadania	122.442.975	1,6%
Cultura	95.267.465	1,3%
Demais Funções	578.530.993	7,6%
<b>Total</b>	<b>7.538.205.532</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIGGO





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

### Despesas de Capital

Em 2017, o total empenhado de Despesa de Capital foi de R\$ 1,26 bilhões, sendo R\$ 860,3 milhões em investimentos, R\$ 166,5 em Inversões Financeiras e R\$ 233,1 milhões em Amortização da Dívida.

O valor total de Investimentos – Grupo de Natureza de Despesa 4, foi empenhado em despesas classificadas nas seguintes funções:

Função	Valor	Part. %
Urbanismo	425.190.819	49,4%
Transporte	133.555.255	15,5%
Saúde	68.613.156	8,0%
Segurança Pública	55.027.185	6,4%
Educação	52.172.973	6,1%
Administração	49.257.722	5,7%
Ciência e Tecnologia	26.938.113	3,1%
Demais Funções	49.603.692	5,8%
<b>Total</b>	<b>860.358.915</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIGGO

Quanto às despesas do Grupo Inversões Financeira, do total empenhado (R\$ 166,5 milhões), a maior parte, ou seja, 75,7% foi destinada ao aumento na participação acionária nas empresas públicas do Distrito Federal. Cabe destacar também, que do total gasto com inversões financeiras, R\$ 23,4 milhões foram destinados a financiamentos de pequenos empreendedores econômicos.

### 2.6.3. Resultado Primário

O Resultado Primário apurado nos últimos 4 exercícios se apresentou conforme quadro abaixo:

	2014	2015	2016	2017
Receita Primária	17.873	24.706	25.299	20.523
Despesa Primária	18.387	27.231	25.985	21.498
<b>Resultado Primário</b>	<b>-514</b>	<b>-2.525</b>	<b>-686</b>	<b>-975</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Os Resultados Primários acima indicam que as despesas da Administração Pública foram maiores que a arrecadação de cada período. Isso demonstra que, embora o Governo tenha implementado diversas ações no sentido de conter o gasto, a receita primária efetivamente ingressada nos cofres públicos não foi suficiente para fazer frente às despesas do período.

Cabe destacar que a meta de resultado primário apurada no final de 2017, de R\$ 975 milhões negativos, foi inferior à meta pactuada na LDO-2017, de **R\$ 2,06 bilhões negativos**. Este resultado indica que as previsões iniciais apontavam despesas maiores do que aquelas efetivamente realizadas até o final do exercício.

#### **2.6.4. Resultado Nominal**

<b>Dívida Fiscal</b>	<b>Saldo 2016 (a)</b>	<b>Saldo 2017 (b)</b>
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>7.281.735.427</b>	<b>7.843.030.767</b>
Deduções	1.111.059.436	844.363.219
Disponibilidade de Caixa	391.472.617	64.473.687
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.619.293.590	1.751.577.653
(-) RP Processado	- 1.227.820.973	-1.311.114.479
(-) RP Processado – Retenção E	-	-375.989.487
Demais Haveres Financeiros	719.542.776	779.889.532
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>6.170.675.991</b>	<b>6.998.667.548</b>
<b>Receita de Privatizações</b>	-	-
<b>Passivos Reconhecidos</b>	-	-
<b>Dívida Fiscal Líquida</b>	<b>6.170.675.991</b>	<b>6.998.667.548</b>
<b>Resultado Nominal (b – a)</b>		<b>827.991.558</b>
<b>Meta Fiscal Fixada na LDO</b>		<b>1.352.388.385</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017

O quadro acima indica que, embora a meta de endividamento do Estado estabelecida na LDO-2017 fosse da ordem de R\$ 1.352.388.385, o valor apurado de Resultado Nominal foi de R\$ 827,9 milhões negativo. A justificativa desse saldo se deve, em parte, pela captação de recursos de operação de crédito abaixo do planejado no exercício de 2017.

#### **2.6.5. Dívida Pública**

Em conformidade com os ditames da Lei 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Dívida Pública representa o montante das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

A Dívida Consolidada do Distrito Federal é composta pela Dívida Contratual (interna e externa), precatórios emitidos a partir 05/05/2000 e parcelamentos de dívidas com tributos e contribuições sociais.

Em 2017, a Dívida Consolidada do Distrito Federal apresentou crescimento de R\$ 827,9 milhões em relação a 2016, em termos nominais, conforme pode ser verificado no quadro abaixo:

**Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada**

Dívida Fiscal	Saldo 2016	Saldo 2017
<b>Dívida Consolidada - DC (I)</b>	<b>7.281.735.427</b>	<b>7.843.030.767</b>
Dívida Mobiliária		
Dívida Contratual	3.677.820.749	4.071.334.989
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 – Vencidos e não pagos	3.603.914.677	3.771.965.778
<b>Deduções (II)</b>	<b>1.111.059.436</b>	<b>844.363.220</b>
<b>Dívida Consolidada Líquida – DCL (III) = (I – II)</b>	<b>6.170.675.991</b>	<b>6.998.667.548</b>
<b>Receita Corrente Líquida – RCL (últimos 12 meses)</b>	<b>19.881.229.933</b>	<b>20.719.829.099</b>
<b>Relação DC/RCL (I/RCL)</b>	<b>36,63%</b>	<b>37,85%</b>
<b>Relação DCL/RCL = (III/RCL)</b>	<b>31,04%</b>	<b>33,78%</b>
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	200,0%	200,0%
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	180%	180,0%

Fonte: Relatório da Gestão Fiscal – RGF – Dez/2017

### 2.7. Conclusão da Conjuntura Macroeconômica

A economia brasileira continua a mostrar recuperação, com avanço de 1,0% no ano e de 2,1% no quarto trimestre frente ao mesmo trimestre de 2016. No ano, destacam-se agropecuária e indústrias extrativas. Já o crescimento do último trimestre adveio da agropecuária, da indústria de transformação e do comércio.

A inflação brasileira alcançou 2,95% acumulados em 2017, abaixo do limite inferior do intervalo de confiança da meta de inflação estabelecida pelo CMN. Essa manutenção em patamares baixos de inflação auxilia o mercado de trabalho que também se recuperou ao longo de 2017. A taxa de desocupação, conforme a PNAD Contínua, registrou 11,8% no quarto trimestre frente a 12,4% registrados no trimestre anterior, resultado do aumento da informalidade.

Do lado fiscal do país, no acumulado em doze meses, o déficit primário, com auxílio de algumas receitas extraordinárias, alcançou R\$ 110,5 bilhões (1,69% do PIB), um recuo R\$ 41,8 bilhões (0,66% do PIB) em relação ao mês de setembro, nesta base de comparação. O déficit nominal, no acumulado em doze meses, registrou saldo negativo de R\$ 511,4 bilhões (7,40% do PIB).

Já no Distrito Federal, o Idecon-DF estima redução da ordem de 0,3% em 2017. A agropecuária mostrou crescimento de 15,7%, porém possui baixa influência sobre o desempenho econômico geral. A indústria diminuiu 2,8% e o setor de Serviços, preponderante na economia regional, registrou -0,2% de variação no ano.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Contudo, a recuperação econômica é evidenciada nos resultados do quarto trimestre, que registrou alta de 1,1% no Idecon-DF, frente ao mesmo trimestre de 2016. Nessa base de comparação, a agropecuária aumentou 11,1%, a indústria diminuiu 1,8% e os serviços variaram 1,2%. Esse resultado é corroborado pelo volume de vendas do comércio varejista ampliado que registrou, no quarto trimestre de 2017, alta 3,4%, e no ano, variação de 3,7%. Destacam-se positivamente o comércio de móveis (6,0%), e material de construção (24,9%) e de vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (19,0%). Além disso, mesmo com todos os segmentos de serviços apresentaram retração no resultado anual, porém, na evolução ao longo dos trimestres, as retrações desaceleraram.

Em 2017, o IPCA de Brasília acumulou variação de 3,76%, ficando acima da do Brasil de 2,95%. Os grupos que levaram a esse resultado no DF foram: saúde e cuidados pessoais e transportes, ambos com pressões de alta e alimentação e bebidas, que tiveram deflação, porém, menor do que no país. Note-se, entretanto, que mesmo com uma inflação maior do que a do país, o resultado é ainda de inflação baixa.

Os resultados da PED Brasília registraram diminuição da taxa de desemprego total, alcançando 17,9%, em relação a setembro (18,7%) e a dezembro de 2016 (18,6%). Em dezembro, o total de desocupados estava estimado em 292 mil pessoas. Pelos resultados do CAGED, o DF acumulou um saldo positivo de 373 empregos formais em 12 meses de 2017.

A redução na arrecadação dos principais tributos do Distrito Federal em 2017 demonstra que a atividade econômica na Capital do País ainda não deu sinais claros de recuperação. Com a estagnação de parte da receita tributária, o Governo do Distrito Federal precisou adotar mecanismos de contenção de gastos mais rígidos no sentido de manter o equilíbrio fiscal.

Os resultados primários apontados nos últimos 4 exercícios evidenciaram seguidos déficits e demonstraram que as despesas foram maiores que as receitas. Consequentemente a Administração Pública Distrital tem recorrido ao endividamento público para executar suas programações. E, apesar do Governo ter ampliado o valor total da dívida pública consolidada em 2017, este valor apresentou baixo crescimento em termos reais. Destaca-se que o pagamento de amortizações e encargos da dívida pública do DF possui pequena representatividade percentual nos gastos do Governo do Distrito Federal.

Em 2017 o valor total aplicado em investimentos foi significativamente superior ao do ano de 2016, principalmente influenciado pela maior captação de recursos provenientes de operações de crédito, contudo, as despesas correntes apresentaram baixo crescimento real. O ambiente de restrições orçamentárias dificultou a ampliação no fornecimento de serviços públicos demandados pelos diversos setores da sociedade local.

Nesse cenário, os reflexos negativos da situação econômica acima referenciada, também atingiu a execução dos Programas de Governo, como se pode observar nos gráficos e desempenho dos indicadores dos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos detalhados a seguir.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

### 3. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

#### 3.1. Orientação Estratégica do Governo

A Orientação Estratégica do Governo está estruturada no Mapa Estratégico a seguir no qual estão definidos: a Visão para 2019, 03 Grandes Entregas, 05 Eixos/Diretrizes Estratégicas e 17 Objetivos Estratégicos.

##### 3.1.1. Mapa Estratégico do Governo do Distrito Federal





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

### **3.2. Plano Plurianual PPA 2016-2019**

A metodologia utilizada na elaboração da Estratégia do PPA preconizou, como ponto de partida, a construção de um “Mapa Estratégico” que orienta a definição do conjunto de indicadores que será utilizado na disseminação e no controle da execução da Estratégia do Governo, devidamente alinhada com o Plano Plurianual.

No Mapa Estratégico, três grandes entregas explicitam a Visão de Futuro do Governo “resgatar o orgulho de viver em Brasília”, quais sejam: I – aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade; II – conquistar a confiança da população no Estado; e III – tornar Brasília um modelo de cidade sustentável.

Nas cinco Diretrizes Estratégicas foram agrupados os Objetivos Estratégicos: I – Viver bem, direito de todos, que contempla os Objetivos Macros de Saúde, Segurança, Educação, Inclusão Social, Cidadania, Esporte, Lazer e Cultura; II – Economia mais competitiva, que aborda os objetivos de Economia, Ciência e Tecnologia e Turismo; III – Território Planejado e Estruturado, que se refere aos objetivos da Mobilidade, Infraestrutura, Meio Ambiente e Planejamento Territorial Urbano e Rural; IV – Todos por Brasília, que aglutina os objetivos relacionados com a participação social e dos servidores públicos; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados, que abrange os objetivos relativos à transparência e à gestão pública. (Fonte: Lei nº 5.602 de 30/12/2015 – Lei do PPA/Anexo II – Estruturação e Base Estratégica do PPA).

Os 17 objetivos estratégicos agrupados foram retratados em 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

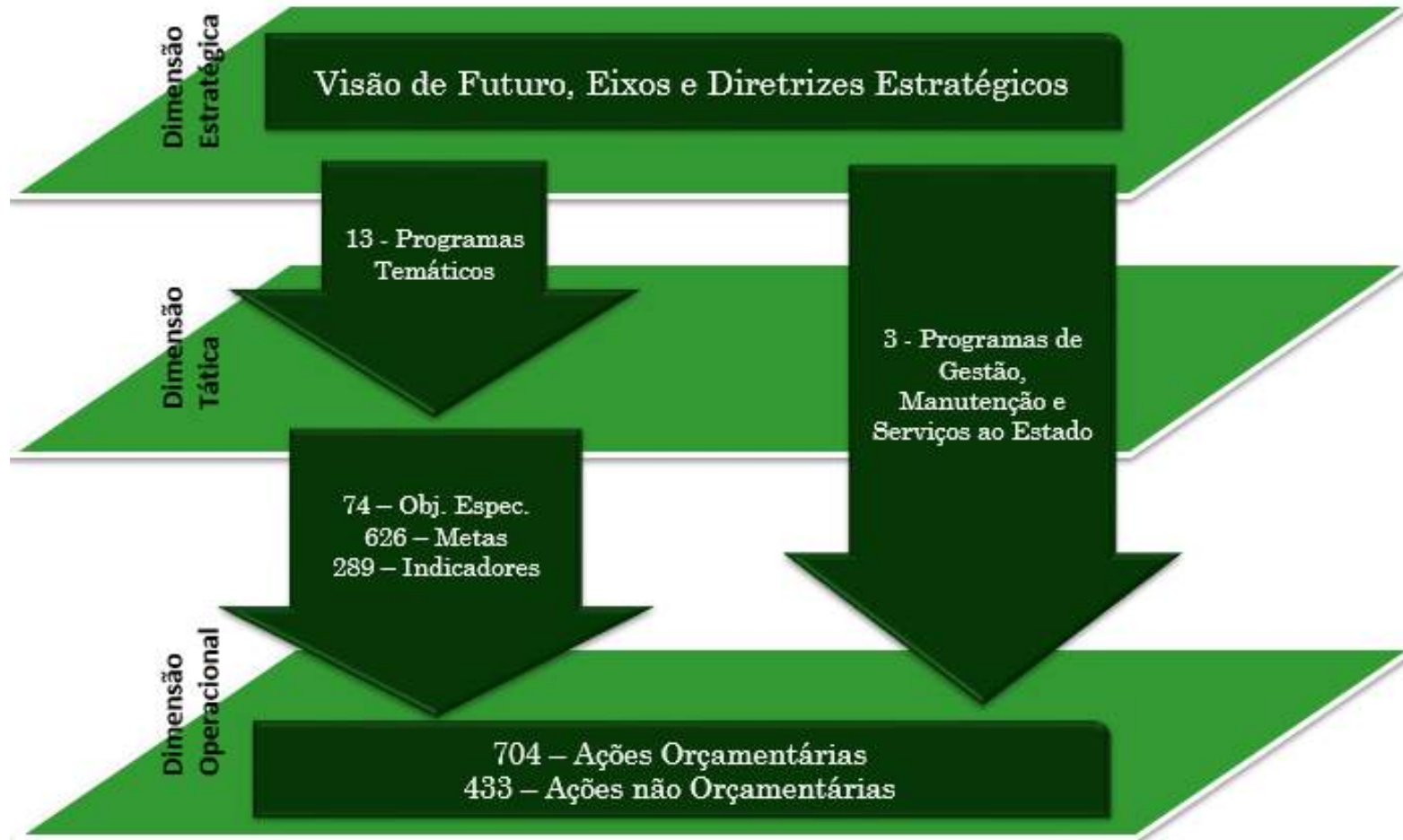
Os Programas Temáticos refletem as políticas públicas do governo e foram detalhados em 74 Objetivos Específicos, cada um contendo caracterização (texto abordando a situação da política pública no momento da elaboração do PPA e as expectativas de avanço até 2019), 626 Metas, 289 Indicadores, 433 Ações Não Orçamentárias e 704 Ações Orçamentárias (que se repetem nos programas). Os Programas Temáticos refletem as ações necessárias para a produção de bens e serviços a serem ofertados à sociedade.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (6001 – Desenvolvimento; 6002 – Social e 6003 – Gestão Pública) refletem a atividade administrativa que, por sua vez, dão suporte às realizações dos Programas Temáticos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.2.1. Estrutura PPA 2016 – 2019 (Lei nº 5.602/15 e alterações)



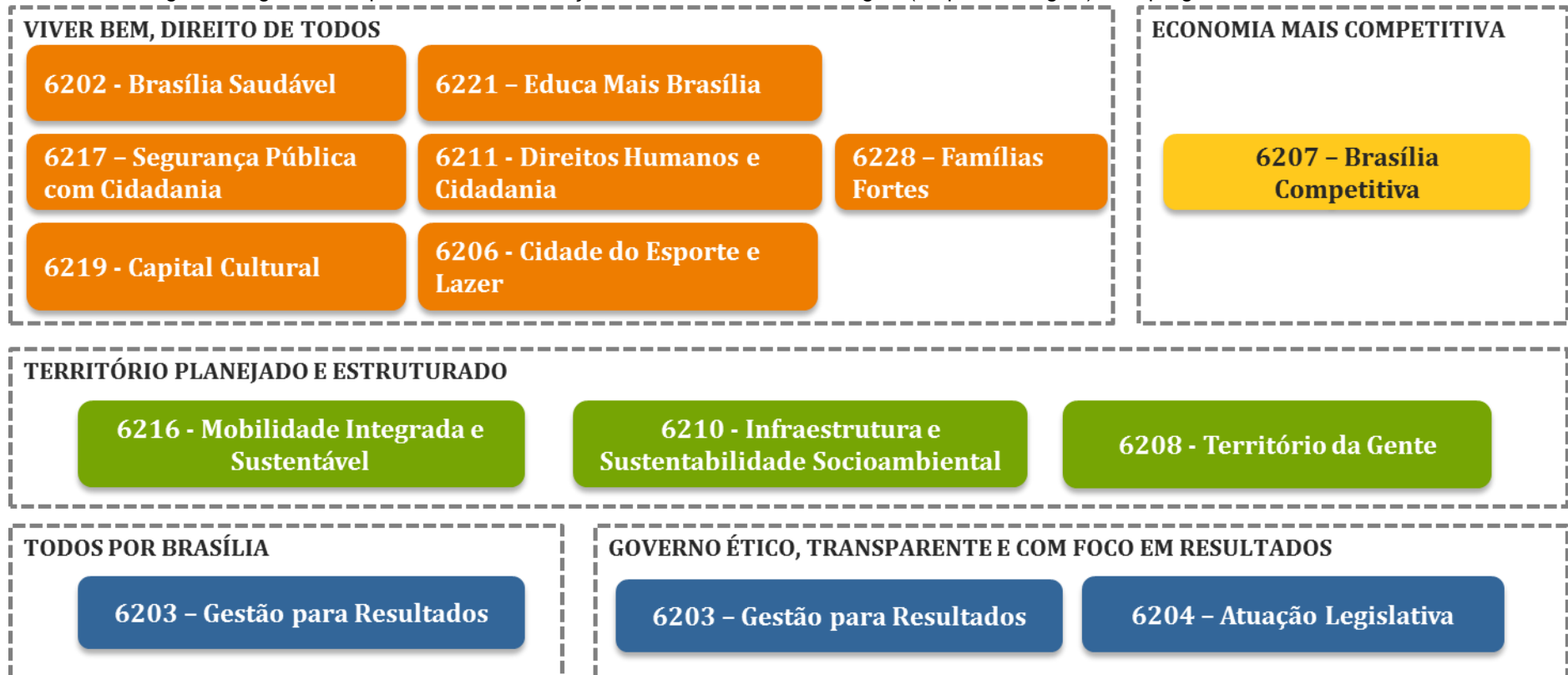




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.2.2. Correlação entre a Dimensão Estratégica (Mapa Estratégico) e os Programas Temáticos do PPA

Na figura a seguir está representada a correlação entre a dimensão estratégica (mapa estratégico) e os programas temáticos do PPA.







**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**3.2.3. Estatística do PPA 2016-2019**

O quadro a seguir demonstra os dados consolidados do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019. A coluna “valores” representa o acumulado para os quatro anos.

<b>PPA 2016-2019 EM NÚMEROS</b>						
PROGRAMAS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
<b>VIVER BEM, DIREITO DE TODOS</b>	<b>44</b>	<b>370</b>	<b>161</b>	<b>433</b>	<b>15.687.620.749</b>	<b>206</b>
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	58	36	87	6.449.321.094	23
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	14	4	31	495.320.901	5
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	42	14	50	783.065.154	64
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	85	38	77	1.835.350.252	41
6219 - CAPITAL CULTURAL	5	63	18	52	613.369.024	35
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	51	27	63	3.910.155.300	25
6228 - FAMILIAS FORTES	7	57	24	73	1.601.039.024	13
<b>ECONOMIA MAIS COMPETITIVA</b>	<b>7</b>	<b>56</b>	<b>27</b>	<b>94</b>	<b>3.133.908.914</b>	<b>84</b>
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	7	56	27	94	3.133.908.914	84
<b>TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO</b>	<b>15</b>	<b>147</b>	<b>57</b>	<b>245</b>	<b>17.725.429.885</b>	<b>104</b>
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	4	39	11	48	1.417.313.952	45
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	6	70	23	119	8.789.949.004	49
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	38	23	78	7.518.166.929	10
<b>TODOS POR BRASÍLIA E GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS</b>	<b>8</b>	<b>53</b>	<b>44</b>	<b>43</b>	<b>2.347.428.246</b>	<b>39</b>
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7	50	36	40	2.340.751.660	31
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	8	3	6.676.586	8
<b>TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS</b>	<b>74</b>	<b>626</b>	<b>289</b>	<b>815</b>	<b>38.894.387.794</b>	<b>433</b>
<b>PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO</b>						
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
6001 - DESENVOLVIMENTO	-	-	-	25	9.058.145.030	-
6002 - SOCIAL	-	-	-	24	68.625.250.945	-
6003 - GESTÃO PÚBLICA	-	-	-	33	12.656.351.515	-
<b>TOTAL PROGRAMAS DE GESTÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>82</b>	<b>90.339.747.490</b>	<b>-</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	2	561.515.118	-
<b>TOTAL RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>561.515.118</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>74</b>	<b>626</b>	<b>289</b>	<b>899</b>	<b>129.795.650.402</b>	<b>433</b>

\* O PPA 2016/2019 totaliza 704 ações orçamentárias que se repetem nos programas, da forma acima exposta.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL PPA 2017**

**3.3.1. Diretrizes Estratégicas e Programas de Governo(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e FCDF)**

Os recursos previstos no PPA para o exercício de 2017 totalizam o valor de R\$ 31.382.848.153,00 no qual estão incluídos os recursos dos Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e Recursos do Fundo Constitucional do DF- FCDF e o valor efetivamente liquidado na LOA-2017 foi de R\$ 31.104.662.320,00 (incluindo o FCDF).

As informações referentes à execução orçamentária e financeira comparadas aos recursos previstos no PPA buscam demonstrar diversos recortes que permitam visualizar o desempenho do Plano (por Diretrizes Estratégicas, por Programas, por esfera orçamentária entre outros).

Nesse primeiro conjunto de informações que se referem às Diretrizes Estratégicas, cabe ressaltar que no Mapa Estratégico são apresentadas 05 Diretrizes: I – Viver bem, direito de todos; II – Economia mais competitiva; III – Território Planejado e Estruturado; IV – Todos por Brasília; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados. Para efeito de demonstração da execução orçamentária e financeira, as duas diretrizes estratégicas IV – Todos por Brasília; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados estão consolidadas juntas e a execução orçamentária e financeira representada pelos Programas Temáticos 6203 – Gestão para Resultados e 6204 – Atuação Legislativa.

**Dimensões Estratégica, Tática e Operacional**

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
<b>Viver bem, direito de todos</b>								
Ampliar a capacidade de atender às necessidades de saúde com foco na prevenção.	6202 - Brasília Saudável	1.518.083.552	1.892.914.523	1.647.287.974	1.381.745.222	1.045.931.978	91	69
Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.	6221 - Educa Mais Brasília	942.371.164	1.615.116.906	1.348.510.915	1.069.489.600	954.756.592	113	101
Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.	6217 – Segurança Pública com Cidadania	397.949.951	1.917.731.671	1.837.534.726	1.687.474.219	1.480.480.135	424	372
	6228 - Famílias Fortes	401.331.530	385.137.215	418.517.852	308.833.981	293.838.124	77	73



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.	6211 - Direitos Humanos e Cidadania	193.150.195	192.786.231	287.895.844	140.553.647	122.367.257	73	63
Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.	6219 -Capital Cultural	153.669.147	158.902.038	118.465.564	93.745.115	89.373.192	61	58
Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.	6206 - Cidade do Esporte e Lazer	99.027.832	125.853.951	164.107.239	74.936.179	59.331.114	76	60
<b>Viver bem, direito de todos - TOTAL</b>		<b>3.705.583.371</b>	<b>6.288.442.535</b>	<b>5.822.320.114</b>	<b>4.756.777.963</b>	<b>4.046.078.392</b>	<b>128</b>	<b>109</b>
<b>Economia mais competitiva</b>								
Promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda.	6207 - Brasília Competitiva	743.443.337	892.251.631	917.170.822	160.632.025	221.702.465	22	30
Consolidar Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo.								
Tornar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação								
<b>Economia mais competitiva - TOTAL</b>		<b>743.443.337</b>	<b>892.251.631</b>	<b>917.170.822</b>	<b>160.632.025</b>	<b>221.702.465</b>	<b>22</b>	<b>30</b>
<b>Território planejado e estruturado</b>								
Ampliar a mobilidade tornando o transporte coletivo e não motorizado mais atrativos.	6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável	1.818.871.913	1.582.730.994	1.935.922.082	930.886.492	877.985.002	51	48
Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade.	6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	2.042.572.309	2.774.541.380	3.149.669.607	1.054.525.706	1.397.979.190	52	68
Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.								
Promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.	6208 - Território da Gente	329.474.289	344.454.651	426.020.280	52.689.690	109.422.230	16	33
<b>Território Planejado e Estruturado - TOTAL</b>		<b>4.190.918.511</b>	<b>4.701.727.025</b>	<b>5.511.611.969</b>	<b>2.038.101.888</b>	<b>2.385.386.422</b>	<b>49</b>	<b>57</b>
<b>Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados</b>								
Tornar o cidadão protagonista na formulação e controle de políticas públicas.		560.670.502	216.028.263	364.528.382	237.386.027	219.152.462	42	39



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
Tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo.	6203 - Gestão para resultados							
Assegurar o equilíbrio fiscal para garantir a capacidade de investimento do Governo.	6204 -Atuação Legislativa	1.554.604	1.644.100	794.100	240.804	237.300	15	15
Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.								
<b>Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados - TOTAL</b>		<b>562.225.106</b>	<b>217.672.363</b>	<b>365.322.482</b>	<b>237.626.831</b>	<b>219.389.762</b>	<b>42</b>	<b>39</b>
<b>PROGRAMAS TEMÁTICOS POR DIRETRIZ ESTRATÉGICA - TOTAL</b>		<b>9.202.170.325</b>	<b>12.100.093.554</b>	<b>12.616.425.387</b>	<b>7.193.138.707</b>	<b>6.872.557.041</b>	<b>78</b>	<b>75</b>
<b>PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO</b>								
6001 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - DESENVOLVIMENTO		2.200.211.584	2.007.610.123	1.891.598.095	1.639.771.435	1.652.249.477	75	75
6002 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - SOCIAL		16.753.529.479	13.609.302.307	15.053.703.002	14.928.275.496	14.667.450.310	89	88
6003 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - GESTÃO PÚBLICA		3.203.236.765	2.806.883.874	2.535.154.501	2.338.635.399	2.298.181.914	73	72
<b>PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TOTAL</b>		<b>22.156.977.828</b>	<b>18.423.796.304</b>	<b>19.480.455.598</b>	<b>18.906.682.330</b>	<b>18.617.881.701</b>	<b>85</b>	<b>84</b>
9999 - Reserva de Contingencia		23.700.000	449.799.689	5.108.741	0	0	0	0
0001 - Programa para Operação Especial		0	7.076.682.685	7.628.191.638	5.687.853.444	5.614.223.578		
<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional</b>		<b>31.382.848.153</b>	<b>38.050.372.232</b>	<b>39.730.181.364</b>	<b>31.787.674.481</b>	<b>31.104.662.320</b>	<b>101</b>	<b>99</b>
<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>		<b>24.824.205.801</b>	<b>26.902.341.731</b>	<b>29.287.317.873</b>	<b>23.461.520.364</b>	<b>22.295.062.982</b>	<b>95</b>	<b>90</b>
<b>Fundo Constitucional do Distrito Federal (Exceto Inativos)</b>		<b>5.472.883.482</b>	<b>9.180.388.032</b>	<b>8.328.315.375</b>	<b>8.326.154.117</b>	<b>8.156.289.214</b>	<b>767</b>	<b>751</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>		<b>1.085.758.870</b>	<b>1.967.642.469</b>	<b>2.114.548.116</b>	<b>-</b>	<b>653.310.124</b>	<b>0</b>	<b>60</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>31.382.848.153</b>	<b>38.050.372.232</b>	<b>39.730.181.364</b>	<b>31.787.674.481</b>	<b>31.104.662.320</b>	<b>101</b>	<b>99</b>

(<sup>1</sup>) Na coluna "E" constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.

(<sup>2</sup>) Na coluna "F" constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e Executado das unidades do Orçamento de Investimento(Estatais).



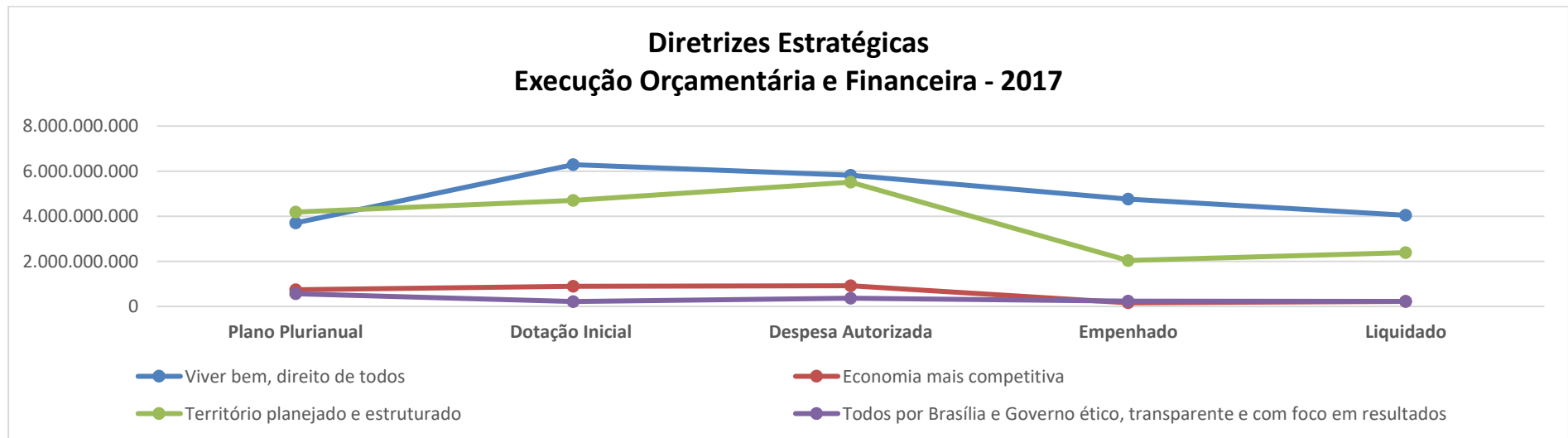
**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**3.3.2. Diretrizes Estratégicas (Programas Temáticos - OFSS, OI e FCDF)**

Nos valores agregados das Diretrizes Estratégicas, foram considerados somente os valores da Execução Orçamentária e Financeira dos 13 Programas Temáticos que retratam as Políticas Públicas. Destaque-se que tanto as despesas de Pessoal, quanto despesas de manutenção, que dão suporte à execução das Políticas Públicas foram alocadas nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

**Execução Orçamentária e Financeira por Diretrizes Estratégicas – 2017**

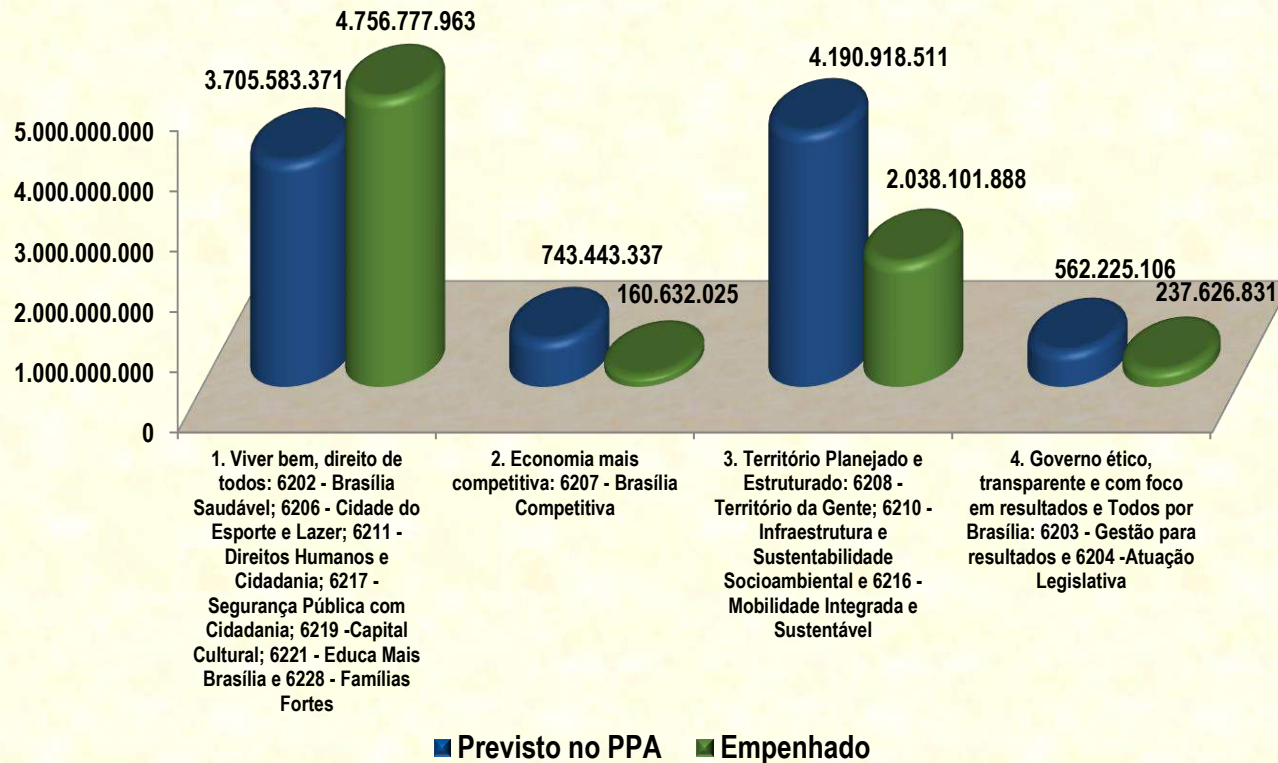
Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
Viver bem, direito de todos	3.705.583.371	6.288.442.535	5.822.320.114	4.756.777.963	4.046.078.392
Economia mais competitiva	743.443.337	892.251.631	917.170.822	160.632.025	221.702.465
Território planejado e estruturado	4.190.918.511	4.701.727.025	5.511.611.969	2.038.101.888	2.385.386.422
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados	562.225.106	217.672.363	365.322.482	237.626.831	219.389.762
<b>Total Diretrizes Estratégicas</b>	<b>9.202.170.325</b>	<b>12.100.093.554</b>	<b>12.616.425.387</b>	<b>7.193.138.707</b>	<b>6.872.557.041</b>





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos  
Previsto no PPA x Empenhado 2017  
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos  
Previsto no PPA x Liquidado - 2017  
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF

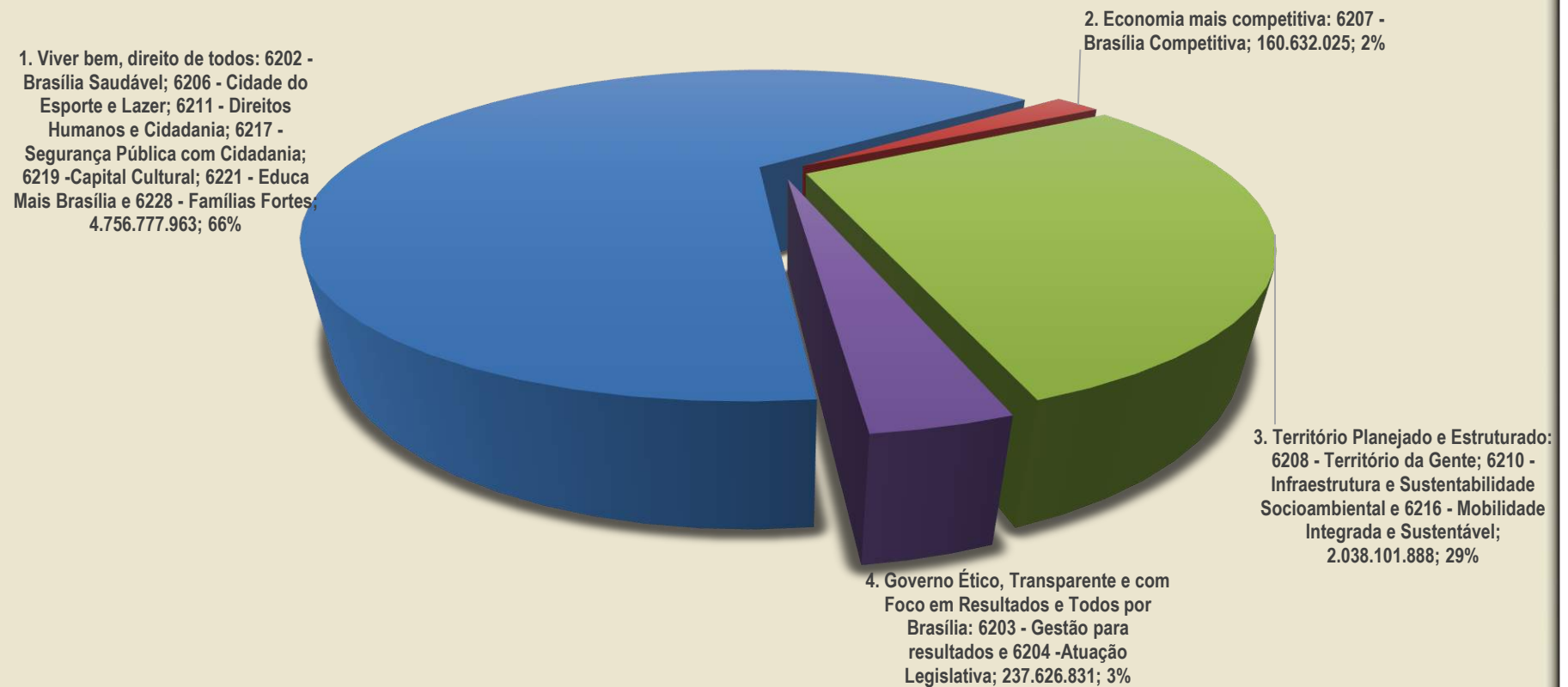






GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos  
Valores Empenhados - 2017  
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF





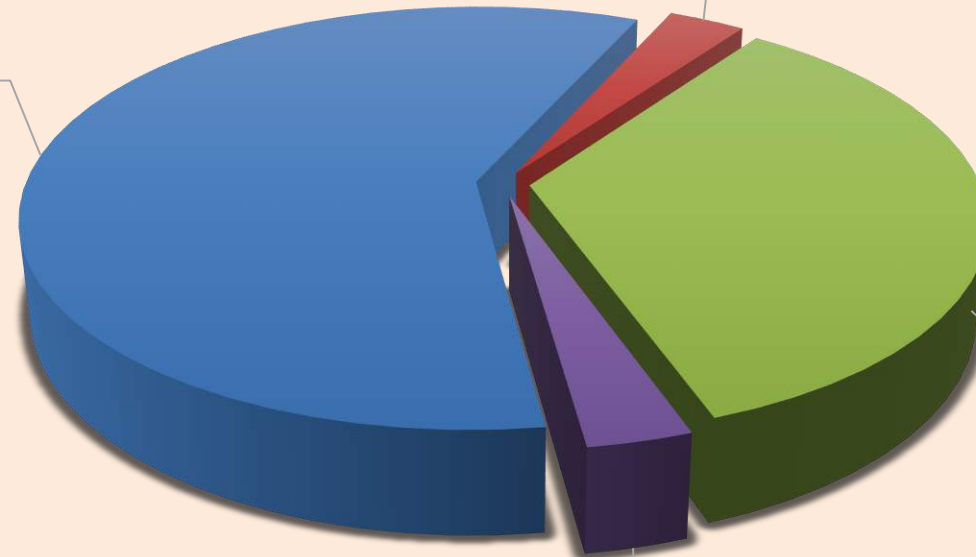


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos  
Valores liquidados - 2017  
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional do DF

1. Viver bem, direito de todos: 6202  
- Brasília Saudável; 6206 - Cidade do  
Esporte e Lazer; 6211 - Direitos  
Humanos e Cidadania; 6217 -  
Segurança Pública com Cidadania;  
6219 -Capital Cultural; 6221 - Educa  
Mais Brasília e 6228 - Famílias  
Fortes; 4.046.078.392; 59%

2. Economia mais competitiva: 6207  
- Brasília Competitiva; 221.702.465;  
3%

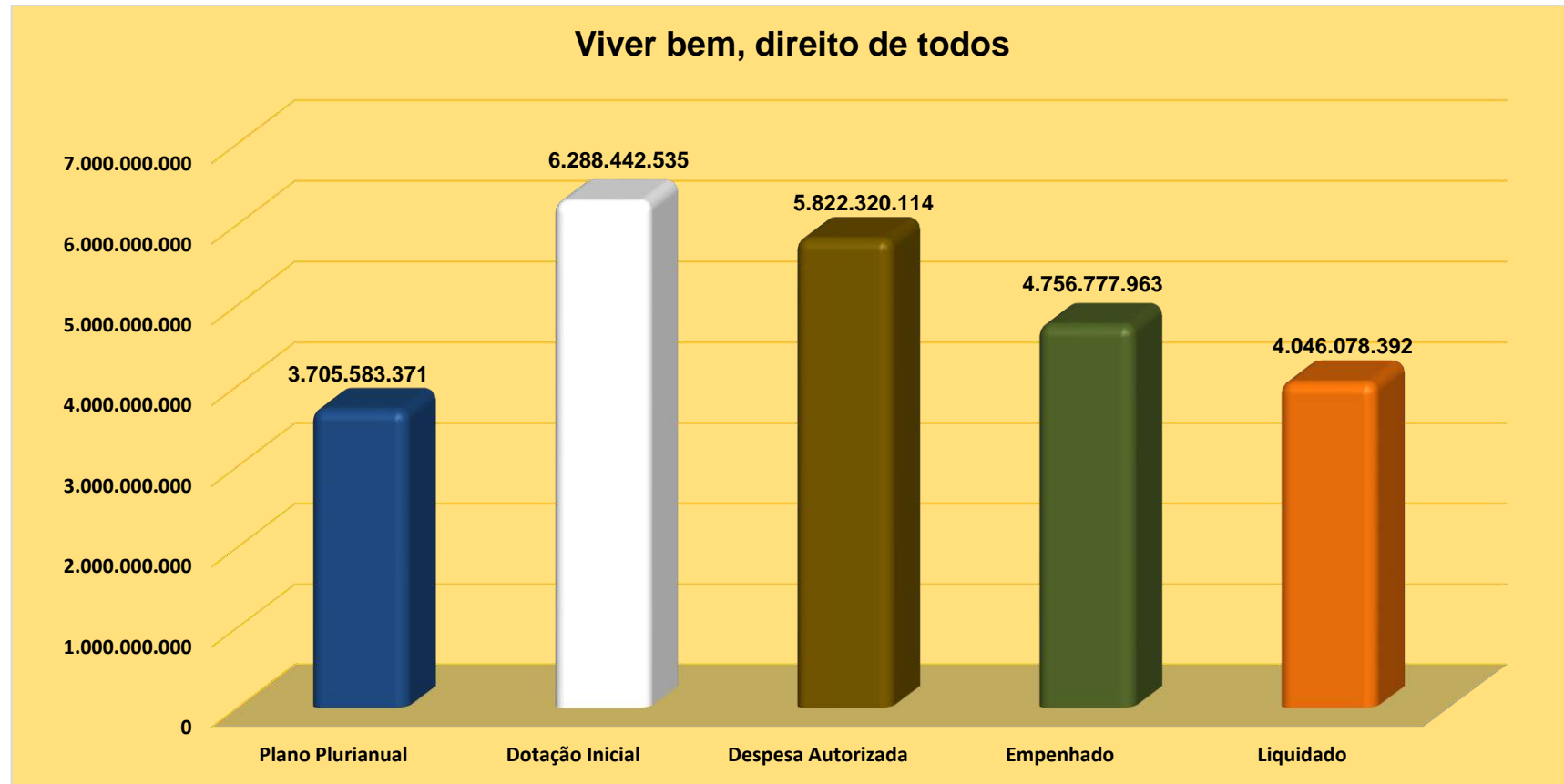


3. Território Planejado e Estruturado: 6208 - Território da Gente; 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental e 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável; 2.385.386.422; 35%

4. Governo Ético, Transparente e com Foco em Resultados e Todos por Brasília: 6203 - Gestão para resultados e 6204 -Atuação Legislativa; 219.389.762 ; 3%

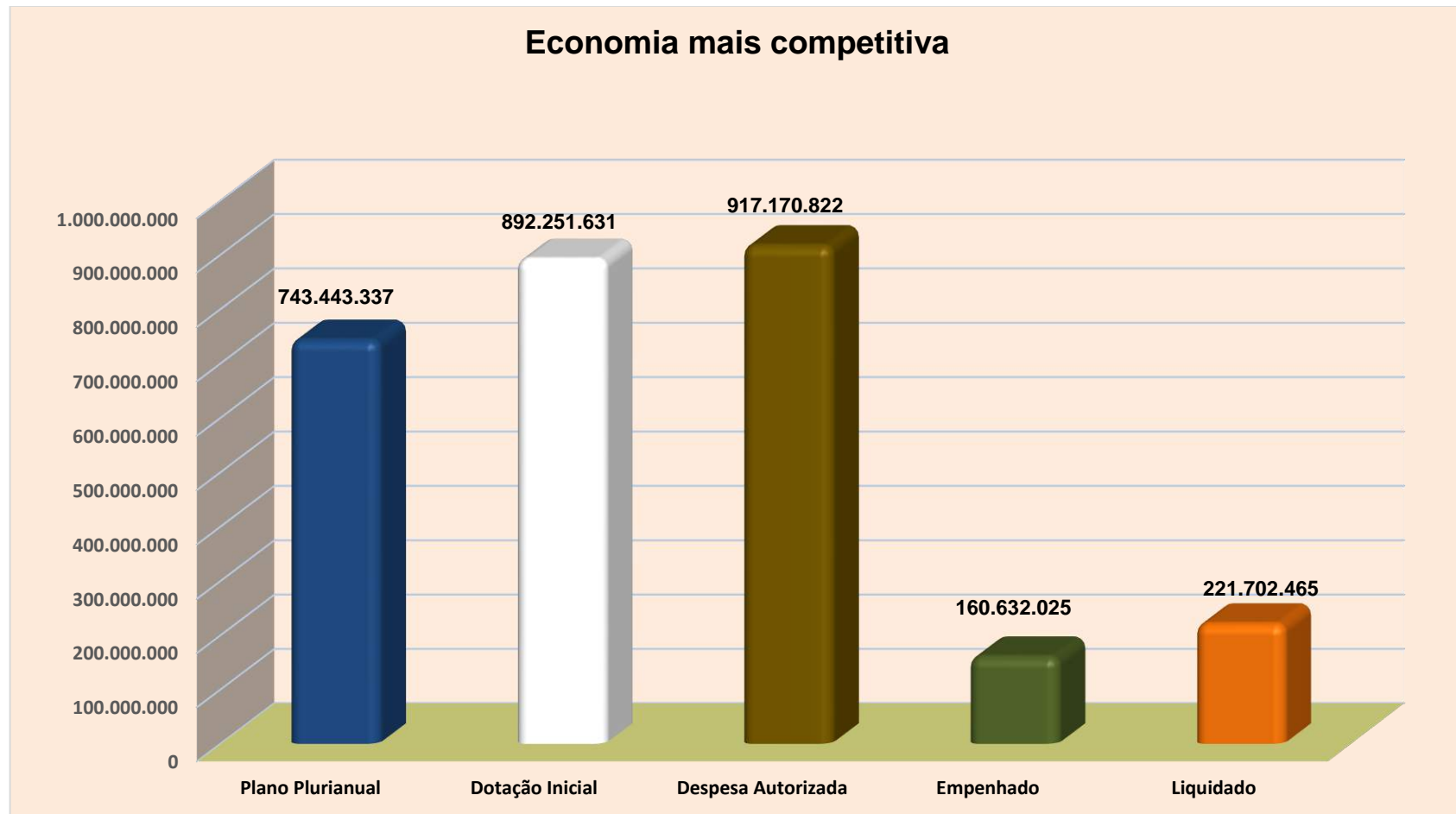


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO



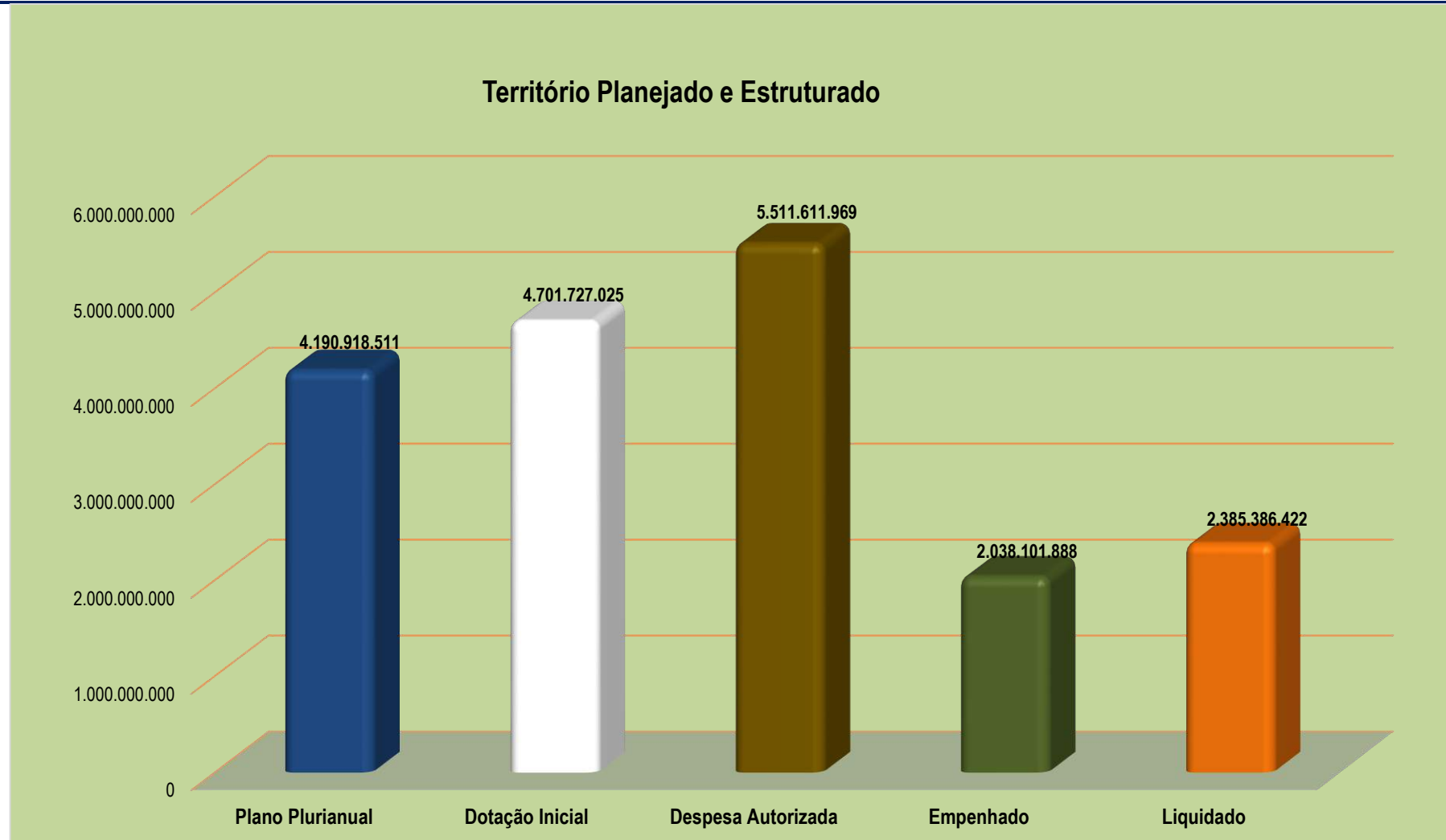


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO





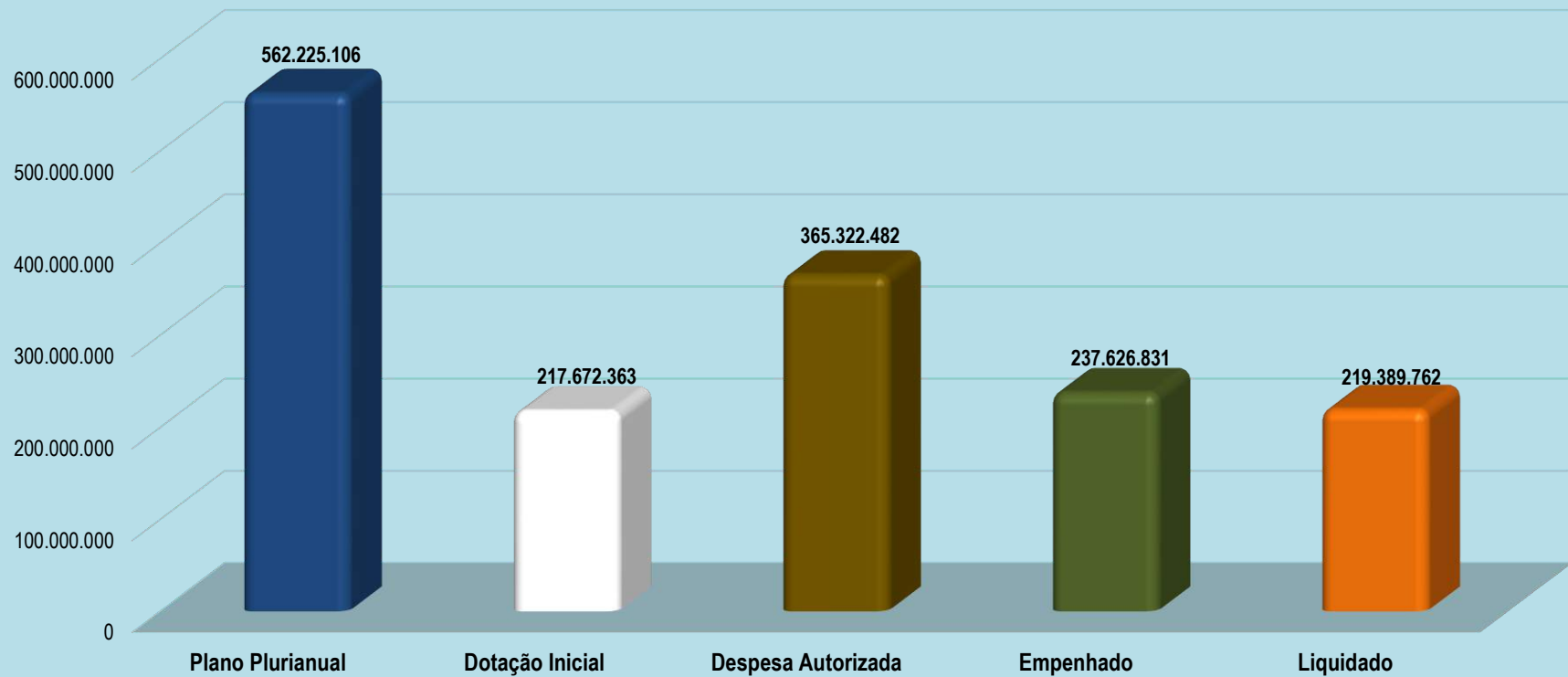
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

**3.3.3. Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS, OI e FCDF)**

Na estrutura do Plano Plurianual 2016-2019 constam 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O principal objetivo foi buscar junto às Unidades do GDF a alocação de despesas efetivamente administrativas nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e as despesas finalísticas nos 13 Programas Temáticos.

Comparando-se os recursos previstos para os Programas Temáticos, no valor de R\$ 12.100.093.554,00 em relação ao valor dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado R\$ 18.423.796.304,00, em que pese a execução dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado superarem as despesas dos Programas Temáticos, ressalte-se que valores consideráveis de recursos são aplicados em despesas de Pessoal e manutenção, que dão suporte à execução das Políticas Públicas, ou seja, estão intrinsecamente interligadas aos programas temáticos conforme mencionado anteriormente.

No quadro a seguir consta a Execução Orçamentária e Financeira do GDF, referente aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional, incluindo os Programas: 0001- Programa para Operações Especiais e 9999- Reserva de Contingência).



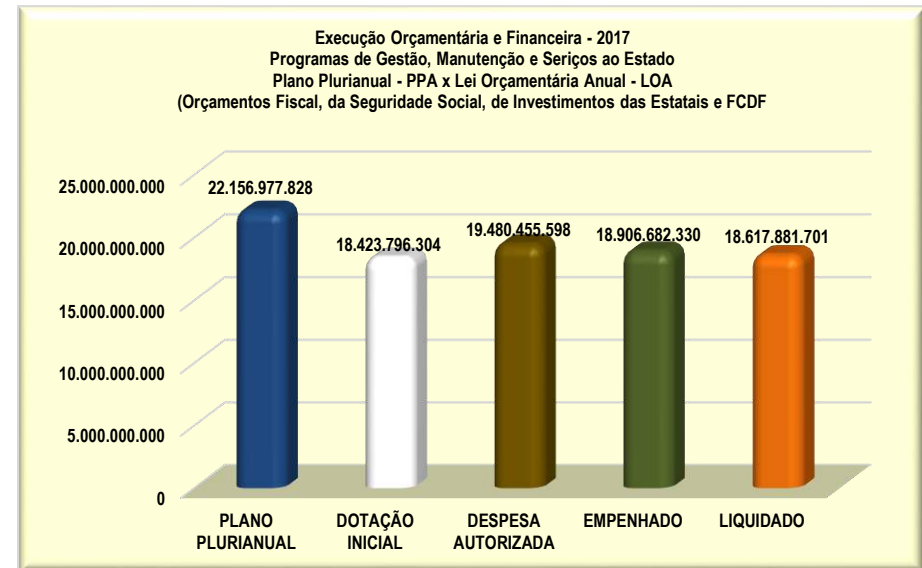
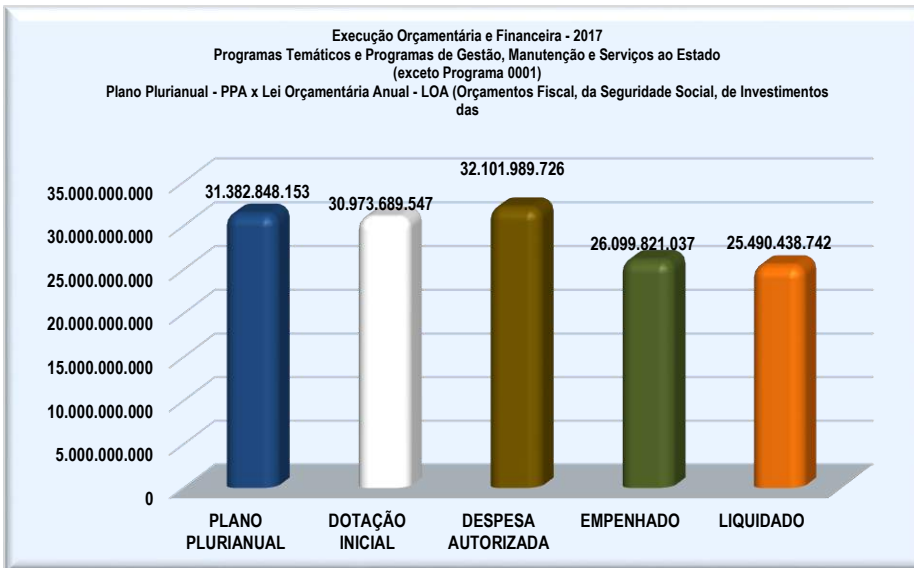
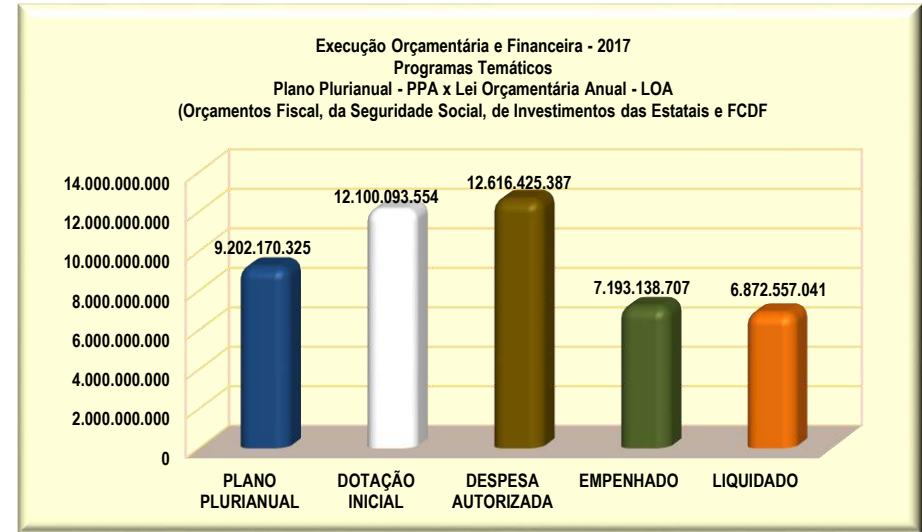
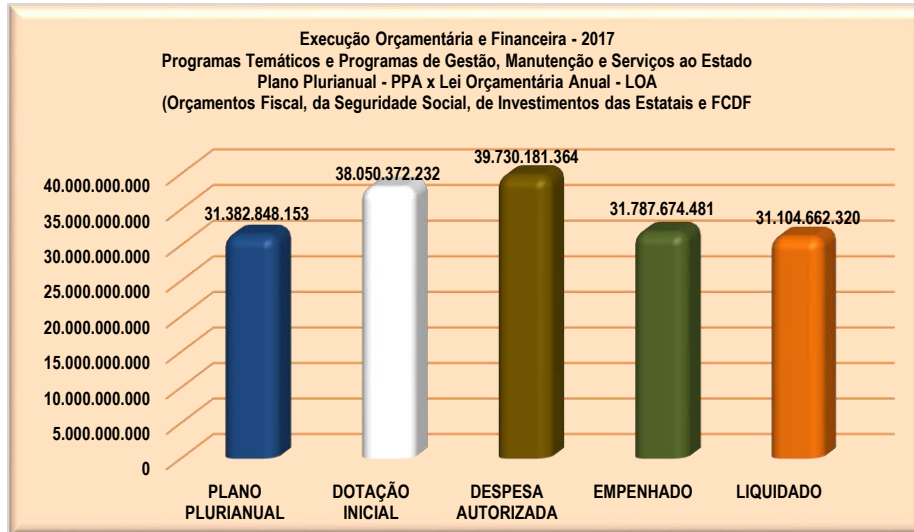
**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**Execução Orçamentária e Financeira - 2017**  
**Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**  
**Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual – LOA**  
**(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional)**

PROGRAMA	PLANO PLURIANUAL	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0	7.076.682.685	7.628.191.638	5.687.853.444	5.614.223.578	0	0
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	2.200.211.584	2.007.610.123	1.891.598.095	1.639.771.435	1.652.249.477	75	75
6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	16.753.529.479	13.609.302.307	15.053.703.002	14.928.275.496	14.667.450.310	89	88
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	3.203.236.765	2.806.883.874	2.535.154.501	2.338.635.399	2.298.181.914	73	72
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1.518.083.552	1.892.914.523	1.647.287.974	1.381.745.222	1.045.931.978	91	69
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	560.670.502	216.028.263	364.528.382	237.386.027	219.152.462	42	39
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1.554.604	1.644.100	794.100	240.804	237.300	15	15
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	99.027.832	125.853.951	164.107.239	74.936.179	59.331.114	76	60
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	743.443.337	892.251.631	917.170.822	160.632.025	221.702.465	22	30
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	329.474.289	344.454.651	426.020.280	52.689.690	109.422.230	16	33
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2.042.572.309	2.774.541.380	3.149.669.607	1.054.525.706	1.397.979.190	52	68
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	193.150.195	192.786.231	287.895.844	140.553.647	122.367.257	73	63
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1.818.871.913	1.582.730.994	1.935.922.082	930.886.492	877.985.002	51	48
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	397.949.951	1.917.731.671	1.837.534.726	1.687.474.219	1.480.480.135	424	372
6219 - CAPITAL CULTURAL	153.669.147	158.902.038	118.465.564	93.745.115	89.373.192	61	58
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	942.371.164	1.615.116.906	1.348.510.915	1.069.489.600	954.756.592	113	101
6228 - FAMÍLIAS FORTES	401.331.530	385.137.215	418.517.852	308.833.981	293.838.124	77	73
TOTAL DO PROGRAMA 9999	23.700.000	449.799.689	5.108.741	0	0	0	0
TOTAL GERAL	31.382.848.153	38.050.372.232	39.730.181.364	31.787.674.481	31.104.662.320	101	99



# GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO







**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**3.3.4. Programas Temáticos e de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS)**

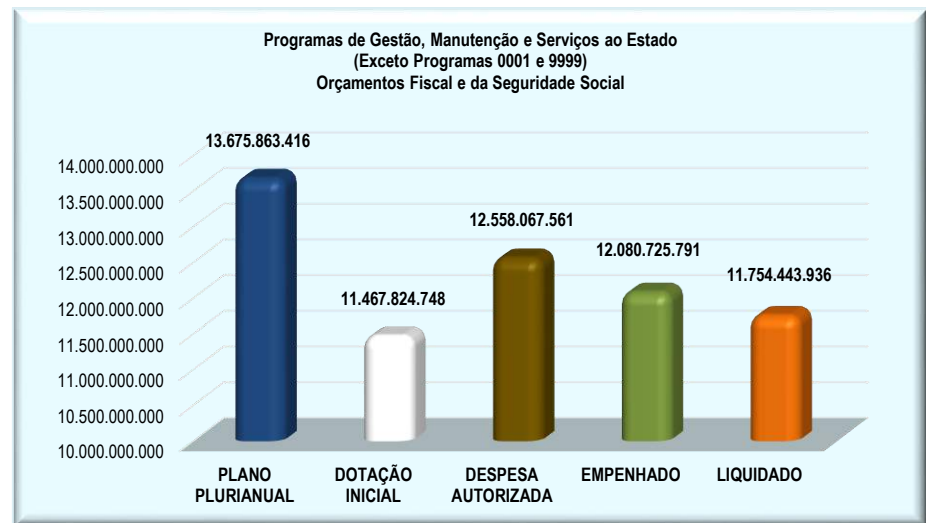
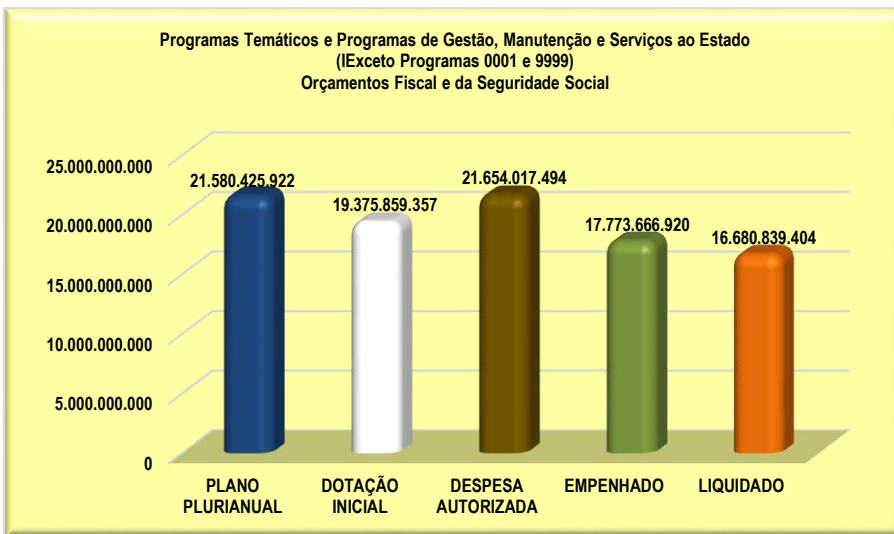
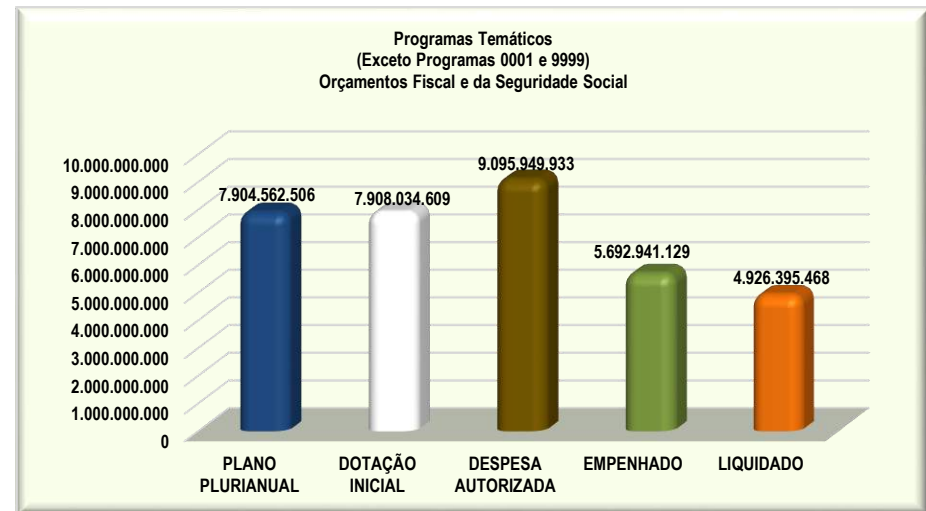
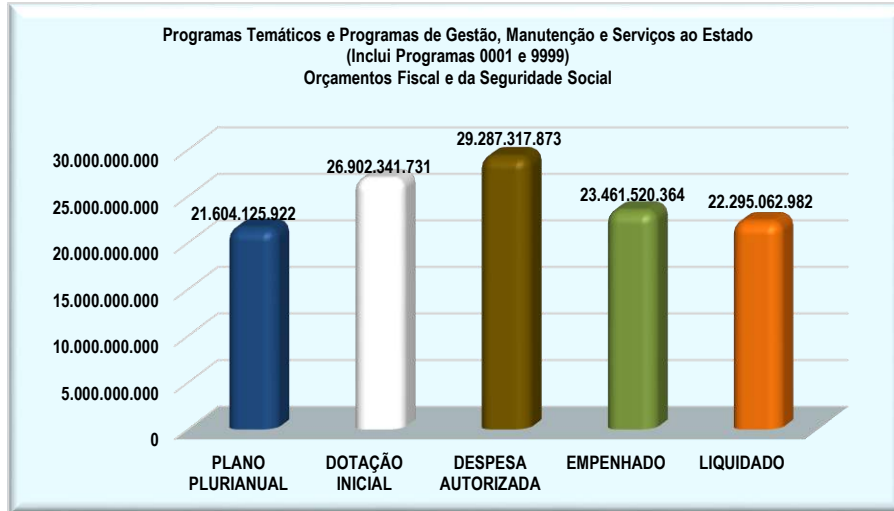
No quadro a seguir consta a Execução Orçamentária e Financeira do GDF, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. O valor previsto no PPA para 2016 atingiu o montante de R\$ **21.604.125.922,00** sendo a Dotação Inicial R\$ **26.902.341.731,00** (LOA), Despesa Autorizada R\$ **29.287.317.873,00**, Empenhado R\$ **23.461.520.364,00** e liquidado R\$ **22.295.062.982,00**. Considerados no total os valores do Programa 0001, em relação ao previsto no PPA, os valores empenhados e liquidados representaram **95% e 90%** respectivamente.

<b>Programa</b>	<b>Plano Plurianual</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>% Emp/PPA</b>	<b>% Liq/PPA</b>
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0	7.076.682.685	7.628.191.638	5.687.853.444	5.614.223.578	0	0
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	2.077.620.644	1.918.280.539	1.795.171.511	1.639.771.435	1.614.768.251	79	78
6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	8.395.006.007	6.742.660.335	8.227.741.550	8.102.318.957	7.841.493.771	70	68
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	3.203.236.765	2.806.883.874	2.535.154.501	2.338.635.399	2.298.181.914	73	72
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1.516.263.127	1.666.342.162	1.625.529.434	1.359.986.682	1.024.173.438	90	68
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	560.670.502	216.028.263	364.528.382	237.386.027	219.152.462	42	39
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1.554.604	1.644.100	794.100	240.804	237.300	15	15
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	94.427.832	106.323.951	125.546.969	74.936.179	59.331.114	79	63
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	580.488.836	688.790.109	709.254.900	160.632.025	139.013.323	28	24
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	250.904.289	235.061.651	319.408.000	52.689.690	48.919.806	21	19
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1.352.701.880	1.248.058.017	1.500.651.347	1.054.525.706	927.197.173	78	69
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	193.150.195	192.786.231	287.895.844	140.553.647	122.367.257	73	63
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1.807.092.913	1.573.456.994	1.928.824.783	930.886.492	877.642.311	52	49
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	73.570.487	221.910.215	356.939.343	209.035.181	171.906.000	284	234
6219 - CAPITAL CULTURAL	138.275.147	148.731.038	109.548.064	93.745.115	87.860.568	68	64
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	934.131.164	1.223.764.663	1.348.510.915	1.069.489.600	954.756.592	114	102
6228 - FAMÍLIAS FORTES	401.331.530	385.137.215	418.517.852	308.833.981	293.838.124	77	73
TOTAL DO PROGRAMA 9999	23.700.000	449.799.689	5.108.741	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>21.604.125.922</b>	<b>26.902.341.731</b>	<b>29.287.317.873</b>	<b>23.461.520.364</b>	<b>22.295.062.982</b>	<b>95</b>	<b>90</b>

**Observação: Na Coluna Plano Plurianual não se considera os valores do Programas 0001, que não integra o Plano.**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**



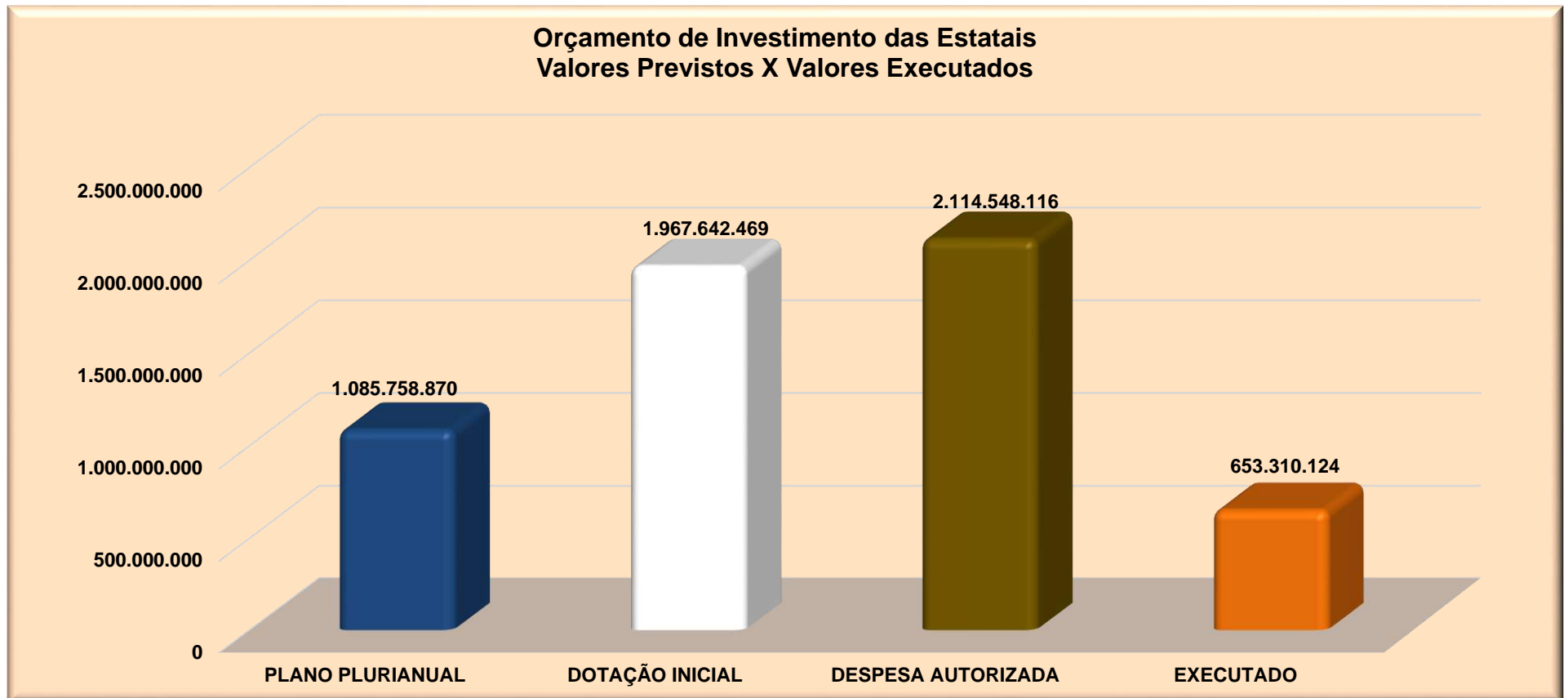
Na execução orçamentária e financeira está Incluído o Programa 0001 – Programa para Operação Especial, que não integra a Lei do PPA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.3.5. Programas Temáticos (Orçamento de Investimento das Estatais)

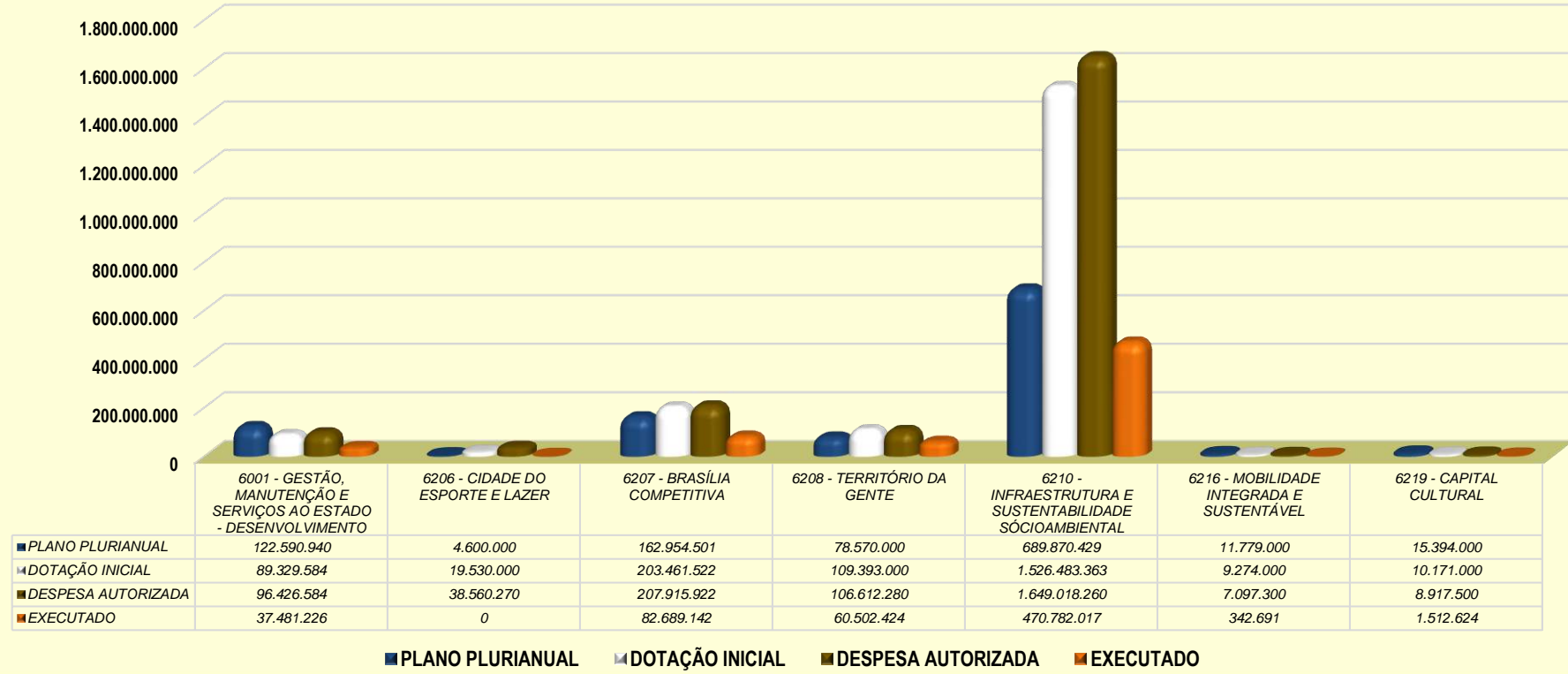
Com relação ao Orçamento de Investimento das Estatais, o gráfico a seguir demonstra que foram previstos no PPA recursos no valor de R\$ **1.085.758.870,00**, a Dotação Inicial totalizou **1.967.642.469,00**, o valor autorizado R\$ **2.114.548.116,00** e o Liquidado R\$ **653.310.124,00** Comparando com a previsão no PPA, o percentual liquidado foi de **61%**.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

## Orçamento de Investimento das Estatais Execução por Programa Temático





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**3.3.6. Fundo Constitucional do Distrito Federal (Saúde, Educação e Segurança)**

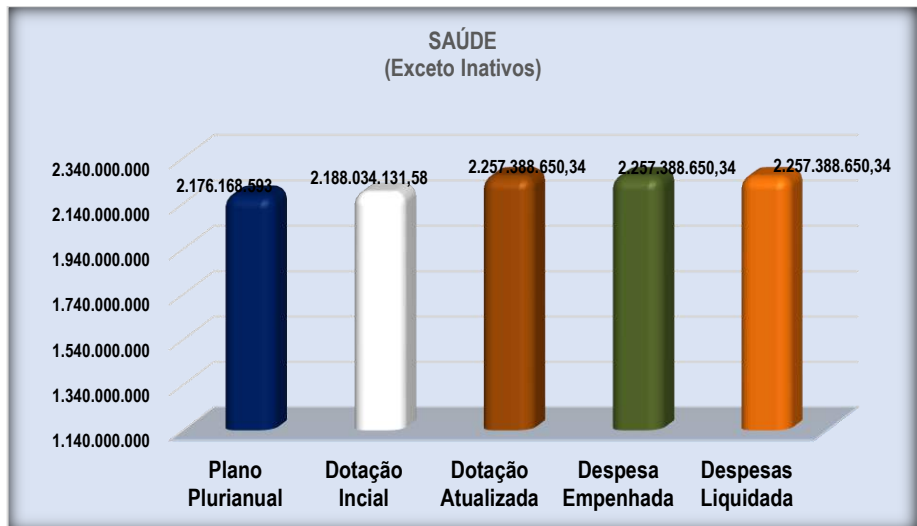
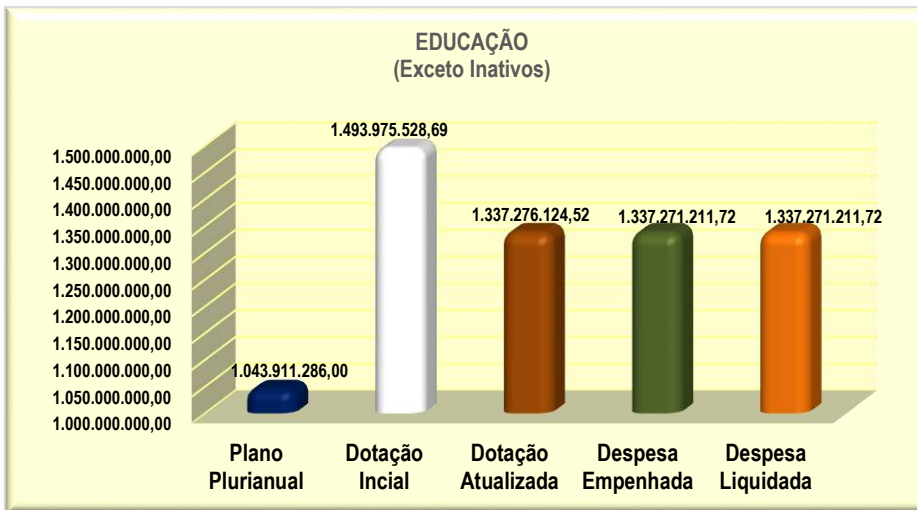
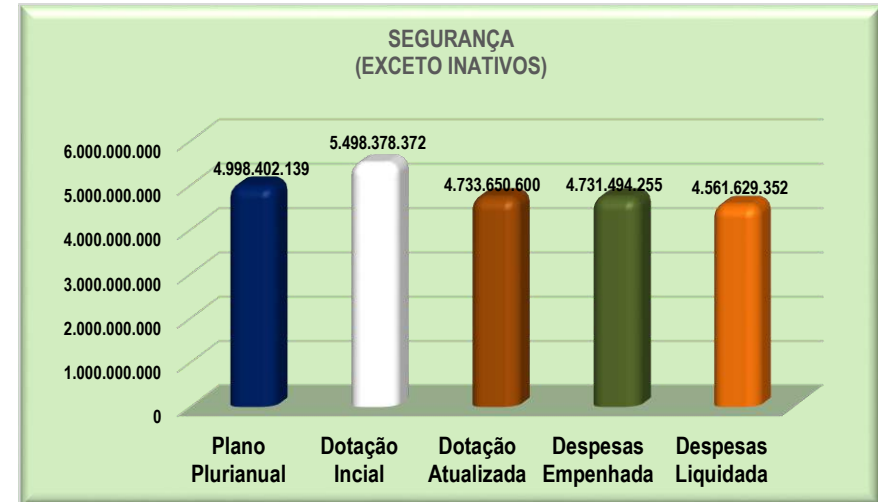
Foram previstos no PPA recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal no valor total de R\$ 13.189.779.861,00, dos quais R\$ 2.817.447.690,00 para a área de Saúde e R\$ 2.578.491.254,00 para Educação, executados diretamente no GDF/SIGGO, e R\$ 7.204.756.335 para a área de Segurança executados diretamente no Sistema SIAFI do Governo Federal . As tabelas a seguir demonstram a execução por área.

Considerando que no PPA não constam os valores para inativos, no gráfico comparativo entre o PPA e a execução orçamentária e financeira, estes valores também foram deduzidos das áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.

UG Executoras		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valor Pago
<b>Polícia Militar do DF</b>		<b>3.934.529.554,00</b>	<b>3.853.943.739,00</b>	<b>3.853.519.549,60</b>	<b>3.755.257.442,38</b>	<b>3.653.103.293,09</b>
	1 - Pessoal	1.818.200.000,00	1.550.200.000,00	1.550.200.000,00	1.550.200.000,00	1.493.197.202,78
	1.1 Inativos	1.204.000.000,00	1.406.402.792,00	1.406.402.792,00	1.406.402.792,00	1.393.424.196,74
	3 - Outras Despesas Correntes	815.187.347,00	856.187.347,00	855.829.239,70	787.059.560,78	754.886.803,97
	4 - Investimentos	97.142.207,00	41.153.600,00	41.087.517,90	11.595.089,60	11.595.089,60
<b>Corpo de Bombeiro Militar do DF</b>		<b>1.805.225.607,00</b>	<b>1.633.631.270,00</b>	<b>1.631.899.114,78</b>	<b>1.585.278.400,44</b>	<b>1.524.276.887,00</b>
	1 - Pessoal	781.147.906,00	667.147.906,00	667.147.906,00	667.147.906,00	644.361.566,90
	1.1 - Inativos	498.000.000,00	544.059.608,00	544.059.608,00	542.727.311,37	525.298.066,95
	3 - Outras Despesas Correntes	449.316.843,00	414.445.546,00	414.439.131,93	373.386.978,14	352.601.048,22
	4 - Investimentos	76.760.858,00	7.978.210,00	6.252.468,85	2.016.204,93	2.016.204,93
<b>Polícia Civil do DF</b>		<b>2.054.085.756,00</b>	<b>2.103.657.864,00</b>	<b>2.103.657.864,00</b>	<b>2.077.343.485,50</b>	<b>2.027.376.155,03</b>
	1 - Pessoal	1.203.209.010,00	1.035.707.311,00	1.035.707.311,00	1.035.707.311,00	1.023.992.108,38
	1.1 - Inativos	593.462.545,00	907.119.873,00	907.119.873,00	907.119.873,00	871.069.928,55
	3 - Outras Despesas Correntes	178.635.919,00	128.859.680,00	128.859.680,00	116.632.892,99	114.430.709,59
	4 - Investimentos	78.778.282,00	31.971.000,00	31.971.000,00	17.883.408,51	17.883.408,51
<b>Secretaria de Saúde do DF</b>		<b>2.817.447.690,00</b>	<b>2.974.780.100,00</b>	<b>2.974.780.100,00</b>	<b>2.974.780.100,00</b>	<b>2.974.780.099,40</b>
	1 - Pessoal			2.235.630.110,34	2.235.630.110,34	2.235.630.110,34
	1.1 - Inativos	2.590.875.329,00	2.953.021.560,00	717.391.449,66	717.391.449,66	717.391.449,66
	3. Outras Despesas Correntes	226.572.361,00	21.758.540,00	21.758.540,00	21.758.540,00	21.758.539,40
<b>Secretaria de Educação do DF</b>		<b>2.578.491.254,00</b>	<b>2.652.591.160,00</b>	<b>2.652.581.415,07</b>	<b>2.652.581.415,07</b>	<b>2.652.581.415,07</b>
	1 - Pessoal			1.337.271.211,72	1.337.271.211,72	1.337.271.211,72
	1.1 - Inativos	2.187.139.011,00	2.652.591.160,00	1.315.310.203,35	1.315.310.203,35	1.315.310.203,35
	3. Outras Despesas Correntes	391.352.243,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>13.189.779.861,00</b>	<b>13.218.604.133,00</b>	<b>13.216.438.043,45</b>	<b>13.045.240.843,39</b>	<b>12.832.117.849,59</b>



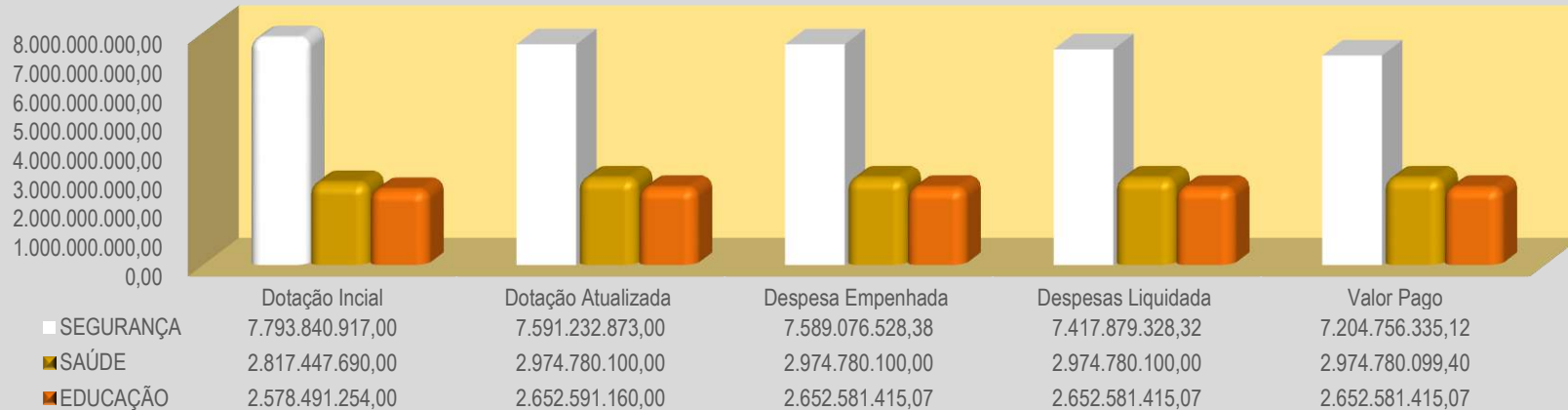
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO



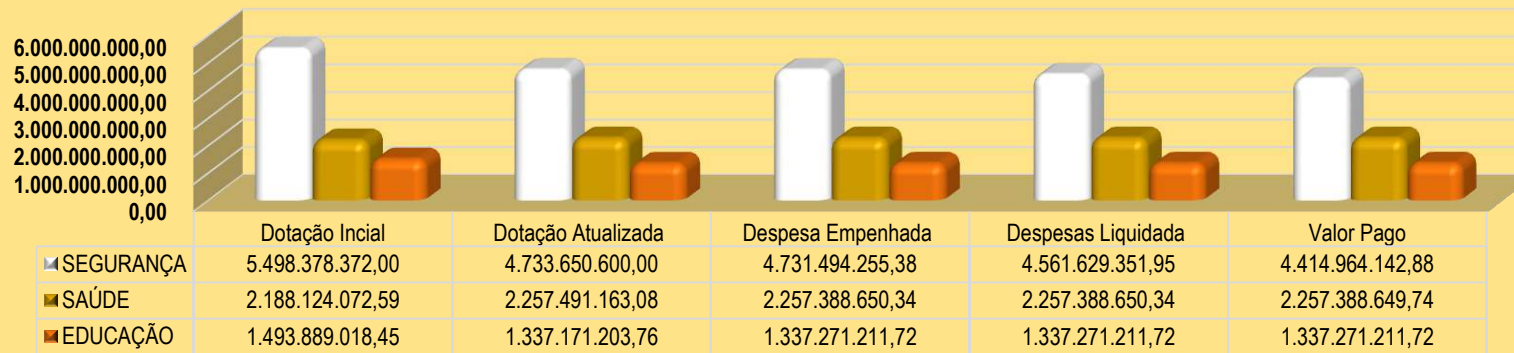


**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
(inclui Inativos)**



**FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
(Exceto Inativos)**





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

### **3.4. DESEMPENHO DOS INDICADORES, METAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

#### **3.4.1. Desempenho dos Indicadores**

O Mapa Estratégico do Governo orienta a definição do conjunto de indicadores que será utilizado na disseminação e no controle da execução da Estratégia do Governo, devidamente alinhada com o Plano Plurianual.

Os indicadores demonstram a conexão entre o Planejamento Estratégico do Governo, os objetivos traçados para executá-los, as ações para sua implementação e os resultados alcançados pelas políticas públicas, objeto deste documento.

A análise dos indicadores no contexto do PPA 2016-2019 é complexa visto que estabelecer indicadores que possam traduzir a realidade que se deseja alterar e que possibilite o acompanhamento de seu desempenho ao longo do tempo, ainda está em evolução em várias áreas do Governo.

A orientação da SEPLAG aos órgãos e entidades do GDF é a de se buscar a definição de indicadores mais significativos para mensuração dos resultados de Governo. Os avanços foram perceptíveis no PPA 2012-2015 e o trabalho desenvolvido pela SEPLAG nesse sentido refletiu-se no PPA 2016-2019, com a redução de 475 indicadores no PPA anterior para 289 indicadores no PPA vigente.

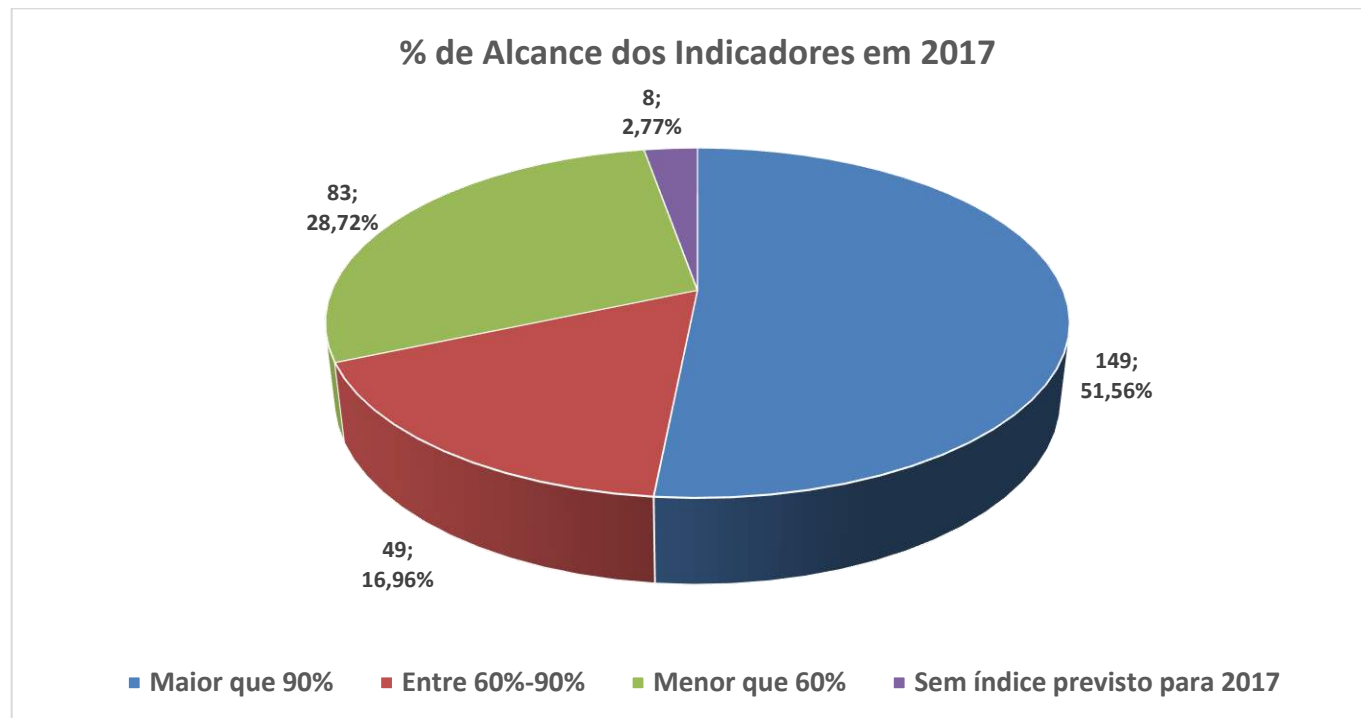
Conforme quadro demonstrativo a seguir, dos 289 indicadores apresentados no PPA para 2017, 149 tiveram desempenho maior que 90% do desejado, 49 tiveram desempenho entre 60%-90% do desejado, 83 tiveram desempenho abaixo de 60% do desejado e 8 não têm índice desejado para este exercício.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

% de Alcance dos Indicadores	Quantidade	%
Maior que 90%	149	51,56
Entre 60%-90%	49	16,96
Menor que 60%	83	28,72
Sem índice previsto para 2017	8	2,77
<b>Total</b>	<b>289</b>	<b>100</b>





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**Média de Desempenho dos Indicadores por Programa Temático**

**Análise Quantitativa - Quantidade e Percentual ( % )**

<b>Código</b>	<b>Descrição do Programa Temático</b>	<b>Total de Indicadores por Programa (A)</b>	<b>Indicadores sem índice previsto para 2016(B)</b>	<b>Quantidade de Indicadores ( A-B )</b>	<b>% Médio de Alcance por Programa</b>
6202	Brasília Saudável	36	4	32	75,53%
6203	Gestão para Resultados	36	0	36	88,26%
6204	Atuação Legislativa	8	0	8	86,87%
6206	Cidade do Esporte e Lazer	4	0	4	97,14%
6207	Brasília Competitiva	27	0	27	64,61%
6208	Território da Gente	11	0	11	94,34%
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	23	0	23	61,71%
6211	Direitos Humanos e Cidadania	14	0	14	67,23%
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	23	0	23	67,33%
6217	Segurança Pública com cidadania	38	0	38	62,38%
6219	Capital Cultural	18	3	15	81,91%
6221	Educa Mais Brasília	27	0	27	46,41%
6228	Famílias Fortes	24	1	23	78,45%
<b>Percentual de Execução Total</b>		<b>289</b>	<b>8</b>	<b>281</b>	<b>74,78%</b>

Obs: Para o cálculo da média de alcance, foram considerados 281 indicadores, uma vez que 8 não têm índice previsto para 2017.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

### **3.4.2. Desempenho das Metas e Ações Não Orçamentárias**

As metas e ações não orçamentárias estabelecidas pelos Órgãos e Entidades do GDF, têm previsão de execução ao longo do período de vigência do PPA, ou seja, 2016 a 2019. Os resultados apresentados referem-se ao primeiro ano de execução do Plano, o que não significa que o desempenho foi abaixo do previsto, pois, por definição, a execução pode ocorrer em qualquer exercício entre 2016 a 2019.

#### **Desempenho das Metas**

A metodologia adotada para mensuração do desempenho das metas leva em consideração o fato de que várias metas são qualitativas. Para mensuração do desempenho, nos casos em que a meta não foi expressa de forma numérica ou não foi possível inferir de forma clara, os campos “Meta até 2019” e “Unidade de Medida” foi definido o percentual de alcance de 100%, respectivamente. Desta forma, todas as metas, inclusive as qualitativas, possuem uma meta numérica a alcançar.

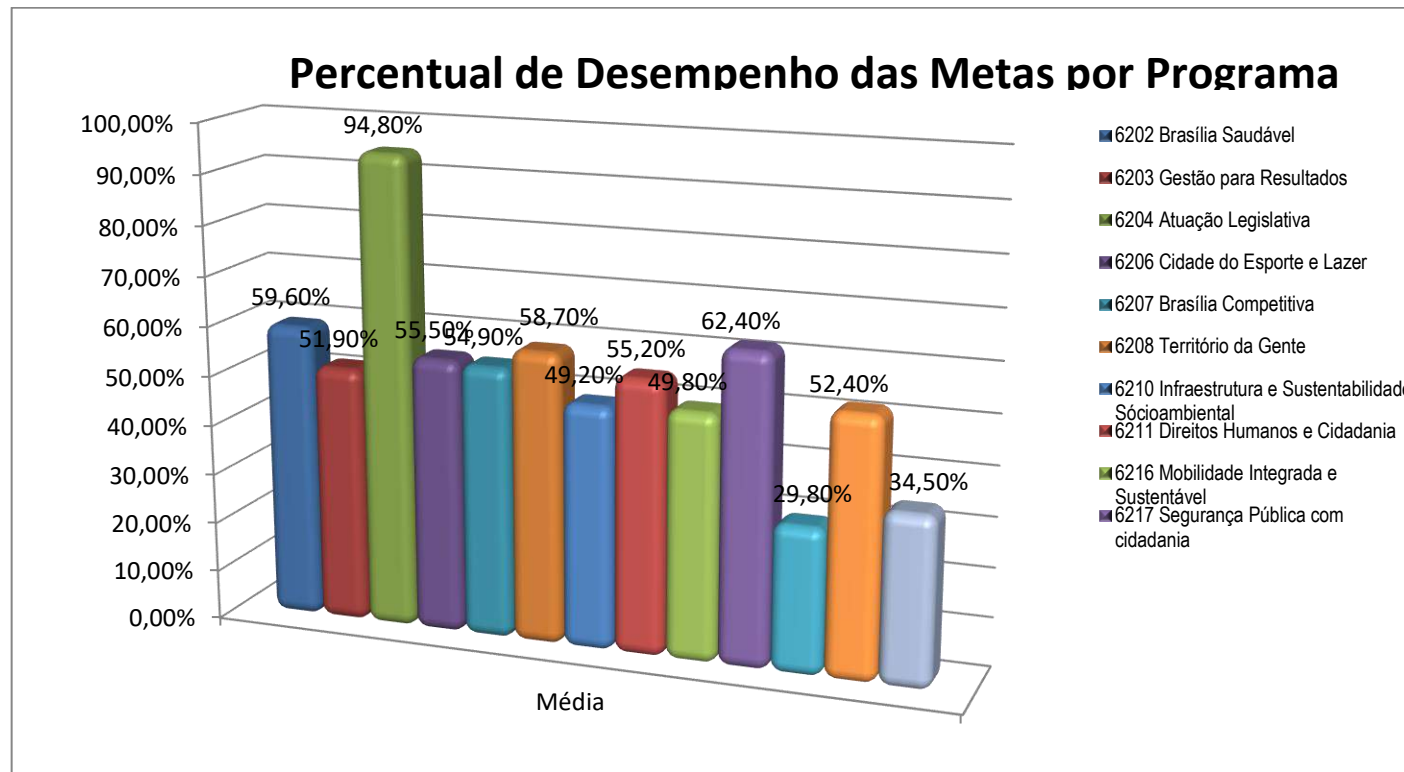
Conforme mencionado no Relatório de Avaliação do PPA, quando apresentou nesse campo justificativa quanto a possíveis inconsistências quanto a apuração do resultado da Meta, relativo à recente metodologia adotada, neste exercício houve a necessidade de fazer alguns ajustes em relação aos dados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA de 2016, especificamente, no que tange a Meta e ação não-orçamentária.

<b>Código</b>	<b>Descrição do Programa</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Média</b>
6202	Brasília Saudável	58	59,60%
6203	Gestão para Resultados	50	51,90%
6204	Atuação Legislativa	3	94,80%
6206	Cidade do Esporte e Lazer	14	55,50%
6207	Brasília Competitiva	56	54,90%
6208	Território da Gente	39	58,70%
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	70	49,20%
6211	Direitos Humanos e Cidadania	42	55,20%
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	38	49,80%
6217	Segurança Pública com cidadania	85	62,40%
6219	Capital Cultural	63	29,80%



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

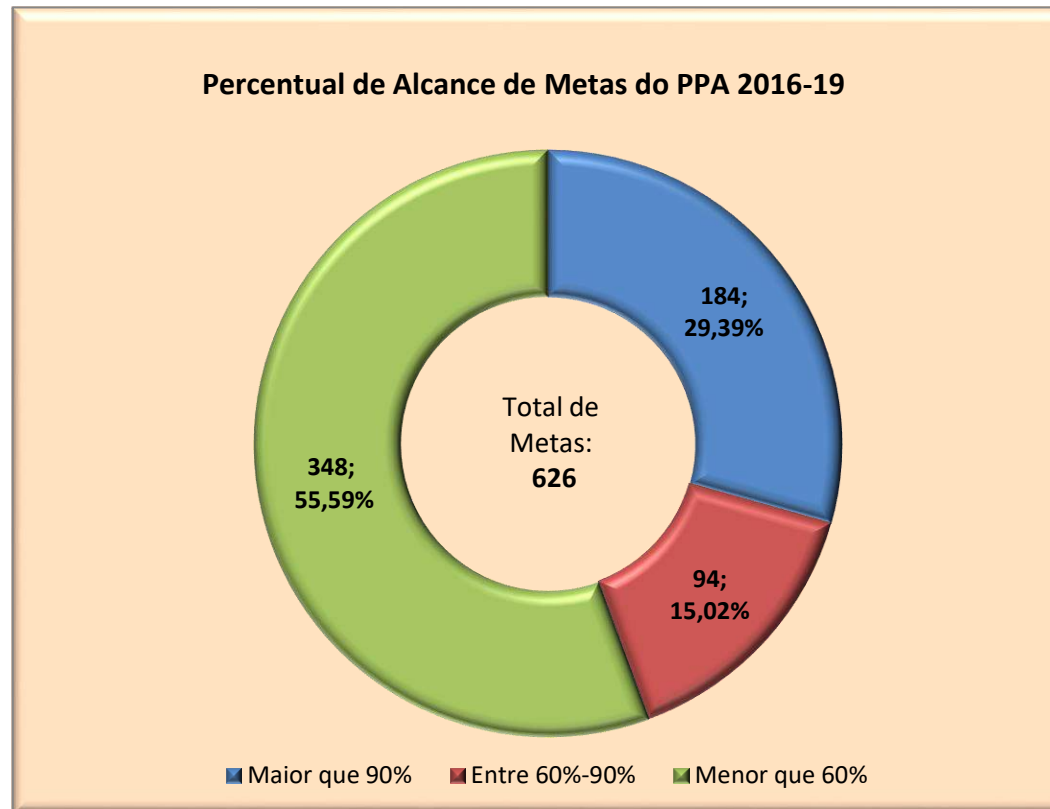
Código	Descrição do Programa	Quantidade	Média
6221	Educa Mais Brasília	51	52,40%
6228	Famílias Fortes	57	34,50%
<b>Total Geral</b>		<b>626</b>	<b>51,00%</b>





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

% de Alcance das Metas 2016/2019	Quantidade	%
Maior que 90%	184	29,39
Entre 60%-90%	94	15,02
Menor que 60%	348	55,59
<b>Total</b>	<b>626</b>	<b>100</b>





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

### Desempenho das Ações Não Orçamentárias

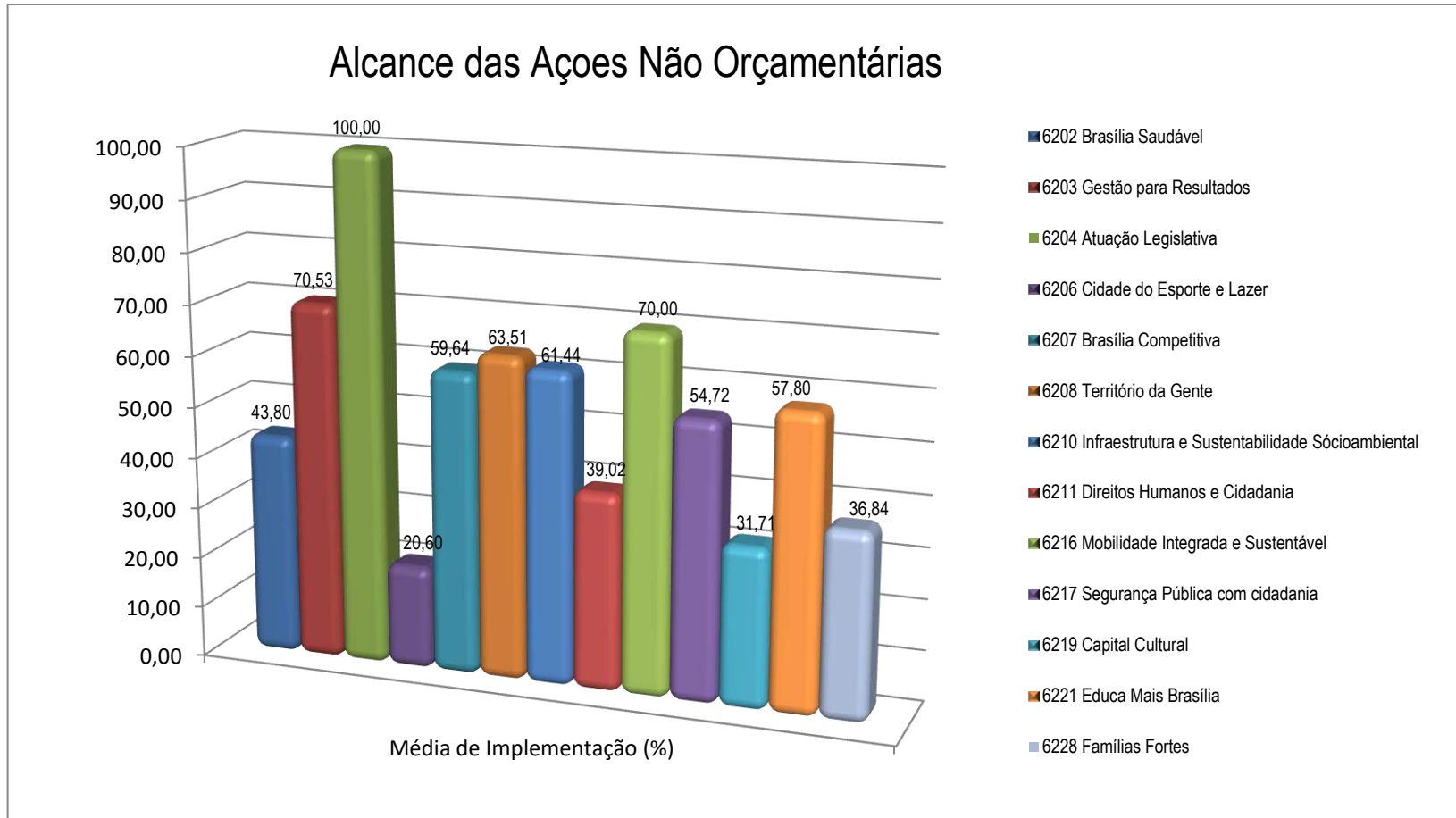
Para análise das Ações não Orçamentárias, os órgãos e entidades do GDF deveriam informar o percentual de implementação em 2017 e a análise da implementação. Padronizou-se para todas as Unidades a expectativa de alcance de 100% até 2019.

Na análise do desempenho das ações orçamentárias, os percentuais alcançados, constantes das tabelas e gráficos apresentados neste relatório podem apresentar alguma variação em relação ao efetivamente realizado, visto que a metodologia adotada ainda está em processo de aperfeiçoamento.

Código	Descrição do Programa	Quantidade	Média de Implementação (%)
6202	Brasília Saudável	23	43,80
6203	Gestão para Resultados	31	70,53
6204	Atuação Legislativa	8	100,00
6206	Cidade do Esporte e Lazer	5	20,60
6207	Brasília Competitiva	84	59,64
6208	Território da Gente	45	63,51
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	49	61,44
6211	Direitos Humanos e Cidadania	64	39,02
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	10	70,00
6217	Segurança Pública com cidadania	41	54,72
6219	Capital Cultural	35	31,71
6221	Educa Mais Brasília	25	57,80
6228	Famílias Fortes	13	36,84
<b>Total Geral</b>		<b>433</b>	<b>433</b>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

---

**4. Análise dos Programas Temáticos por Diretrizes Estratégicas, Programas e Objetivos Específicos**

A seguir, são detalhadas as análises dos Programas Temáticos, objetivos específicos, metas, indicadores e ações não orçamentárias com os resultados alcançados pelas Políticas Públicas no exercício de 2017. As informações apresentadas pelos Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF, buscam estabelecer um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do PPA e os resultados alcançados no exercício de 2017.

Para melhor visualização do ciclo de planejamento, cada Programa Temático está vinculado a uma Diretriz Estratégica definida no Mapa Estratégico do Governo. Em seguida, são apresentados os dados gerais de cada programa: descrição, objetivos específicos vinculados e a execução orçamentária e financeira.

A partir dessas informações, são apresentadas as análises e informações prestadas pelas Unidades Responsáveis pelos Objetivos Específicos, Metas, Indicadores e Ações não orçamentárias.



## DIRETRIZ ESTRATÉGICA: VIVER BEM, DIREITO DE TODOS



### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR DIRETRIZ E PROGRAMA (Valores em R\$)

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/PPA %	Liq/PPA %
<b>Viver bem, direito de todos</b>								
Ampliar a capacidade de atender às necessidades de saúde com foco na prevenção.	6202 - Brasília Saudável	1.518.083.552	1.892.914.523	1.647.287.974	1.381.745.222	1.045.931.978	91	69
Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.	6221 - Educa Mais Brasília	942.371.164	1.615.116.906	1.348.510.915	1.069.489.600	954.756.592	113	101
Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.	6217 - Segurança Pública com Cidadania	397.949.951	1.917.731.671	1.837.534.726	1.687.474.219	1.480.480.135	424	372
	6228 - Famílias Fortes	401.331.530	385.137.215	418.517.852	308.833.981	293.838.124	77	73
Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.	6211 - Direitos Humanos e Cidadania	193.150.195	192.786.231	287.895.844	140.553.647	122.367.257	73	63
Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.	6219 - Capital Cultural	153.669.147	158.902.038	118.465.564	93.745.115	89.373.192	61	58
Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.	6206 - Cidade do Esporte e Lazer	99.027.832	125.853.951	164.107.239	74.936.179	59.331.114	76	60
<b>TOTAL</b>		<b>3.705.583.371</b>	<b>6.288.442.535</b>	<b>5.822.320.114</b>	<b>4.756.777.963</b>	<b>3.705.583.371</b>	<b>128</b>	<b>109</b>

## OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DE SAÚDE COM FOCO NA PREVENÇÃO

### PROGRAMA TÊMÁTICO: 6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL

#### OBJETIVO GERAL:

Garantir acesso universal com equidade de todos os segmentos sociais a uma rede de atenção integral à saúde, com ênfase na ampliação da cobertura da atenção primária e da atenção especializada, promoção à saúde, na prevenção de fatores que levam ao adoecimento e na educação em saúde para população.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Programa Temático é composto de 09 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

#### Unidade Responsável/Objetivo Específico

<b>23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES</b>
<b>001 – ATENÇÃO PRIMÁRIA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO:</b> Expandir e qualificar a oferta da atenção primária em saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família e de políticas públicas transversais para a oferta de ações voltadas dos cidadãos quanto aos fatores responsáveis pela boa saúde, a prevenção de fatores que levam ao adoecimento, para o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população
<b>002 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE:</b> Ampliar o acesso e a qualidade da atenção especializada (média e alta complexidade), por meio da adequação das estruturas físicas, tecnológicas e das ações em saúde que a compõem.
<b>003 – REDES DE ATENÇÃO:</b> Organização, implementação e expansão das Redes de atenção à saúde, orientadas a partir da Atenção Primária à Saúde para ampliação do acesso e da assistência com qualidade.
<b>004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA:</b> Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade em todos os níveis de atenção, promovendo o uso racional de medicamentos
<b>005 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE:</b> Ampliação e qualificação da Política Pública de Vigilância em Saúde para prevenção, promoção, redução, eliminação dos riscos e agravos à saúde da população.
<b>006 – GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE:</b> Aprimorar os processos de planejamento, participação, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da SES e promover a descentralização de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços prestados nas unidades de saúde com a integração de ações e serviços finalísticos, e compartilhamento com a academia, sociedade e demais atores, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde no DF
<b>23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS</b>
<b>007 – EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE:</b> Garantir acesso e permanência no ensino superior e na educação profissional, bem como desenvolver ações de educação permanente e continuada, de pesquisa e extensão, com qualidade e socialmente referenciados, preparando profissionais para a atenção, gestão e educação em saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal
<b>23.202 – FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB</b>
<b>008 – Assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada</b> para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SU
<b>23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES</b>
<b>009 – ATENÇÃO PRIMÁRIA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM EPILEPSIA:</b> Expandir e qualificar a oferta da atenção primária e da atenção especializada (média e alta complexidade) em saúde para o diagnóstico e tratamento dos pacientes com epilepsia em todos os graus de complexidade, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde, bem como a promoção de políticas públicas no sentido de propagar a disseminação de informação a respeito do tema epilepsia. (EP)

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)**

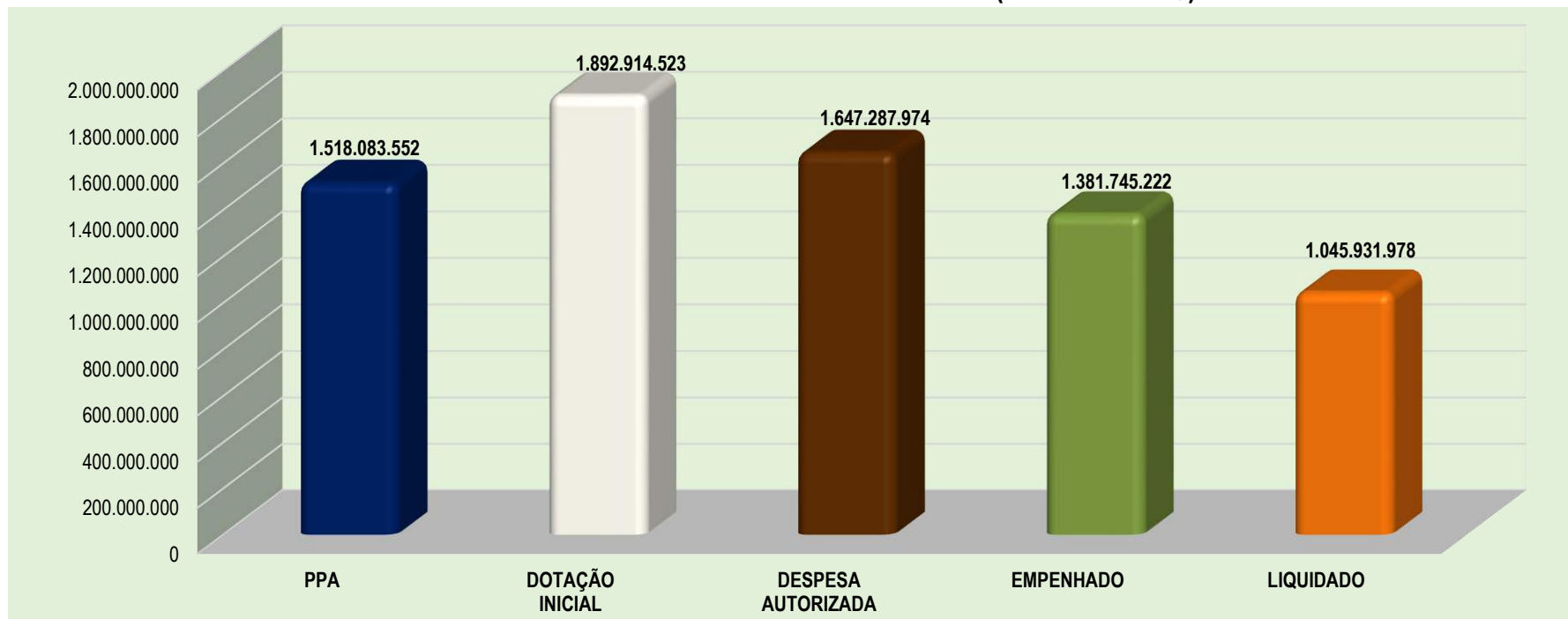
<b>AÇÃO</b>	<b>PPA</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DESPESA AUTORIZADA</b>	<b>EMPENHADO</b>	<b>LIQUIDADADO</b>	<b>% EMP/ PPA</b>	<b>% LIQ/ PPA</b>
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	1.002.000	2.000	3.446.168	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	19.195.000	10.841.000	6.605.933	5.340.125	3.150.701	28	16
1684 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	1.744.137	0	0	0	0	0	0
1743 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	50.000	30.000	21.000	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	7.000.000	4.000.000	2.839.395	2.469.989	1.457.519	35	21
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	6.252.425	11.427.000	9.704.816	9.368.091	8.248.165	150	132
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	50.000	157.600	9.398	7.185	7.185	14	14
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	200.000	226.200	33.214	17.397	17.397	9	9
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	148.000.000	229.359.896	244.171.854	229.825.736	162.121.369	155	110
2175 - FOMENTO À PESQUISA	400.000	450.000	515.918	420.465	420.465	105	105
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1.443.638	335.000	55.192	44.423	44.423	3	3
2454 - ATENÇÃO AOS PACIENTES COM COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS E DOENÇA FALCIFORME	198.000	0	0	0	0	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	600.000	420.000	199.547	176.902	176.902	29	29
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.000.000	22.000.000	12.911.958	11.364.655	2.462.301	284	62
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	5.622.480	6.650.000	2.295.115	2.141.668	1.619.502	38	29
2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	7.000.000	6.000.000	2.031.018	1.897.618	753.417	27	11
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	4.000.000	4.169.876	4.642.381	4.257.461	2.964.600	106	74
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	2.500.000	1.400.000	38.389	8.209	8.209	0	0
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	2.700.000	4.010.000	2.019.812	1.338.108	1.281.186	50	47
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.500.000	2.002.020	6.006.205	3.329.238	2.345.574	74	52
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	2.500.000	2.870.000	3.228	0	0	0	0
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	3.900.000	2.650.000	4.737.337	2.183.466	628.977	56	16
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	4.172.012	3.000.000	3.670.287	3.632.704	3.279.316	87	79
2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	20.500.000	30.000.000	20.470.203	10.597.030	5.105.896	52	25
2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	8.001.000	8.841.000	9.616.072	6.006.211	5.819.074	75	73

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	12.404.248	11.038.000	8.688.000	5.790.715	5.663.070	47	46
2876 - (EP) CAPTAÇÃO DE DOADORES DE TECIDOS, ÓRGÃOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E TRATAMENTO	300.000	0	0	0	0	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	85.000.000	107.586.117	108.630.553	95.526.931	47.503.472	112	56
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	558.000	10.000	4.200	0	0	0	0
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	10.000	4.200	0	0	0	0
3024 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER	1.250.000	10.000	669.603	669.603	0	54	0
3025 - REFORMA DE BASES DO SAMU	4.747.575	0	0	0	0	0	0
3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	2.000.000	10.000	14.814.688	0	0	0	0
3031 - REFORMA DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	4.000.000	4.000.000	0	0	0	0	0
3050 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	557.062	10.000	2.064.283	0	0	0	0
3109 - REFORMA DO NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	59.000	0	0	0	0	0	0
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	26.800.000	12.891.000	8.337.338	6.356.273	1.403.930	24	5
3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	600.000	100.000	1.133.928	1.091.927	0	182	0
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	27.700.000	1.055.000	1.252.079	158.448	121.537	1	0
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	8.000.000	9.012.170	45.618.027	40.987.048	40.622.699	512	508
3154 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	300.000	50.000	0	0	0	0	0
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3.000.000	2.200.000	2.100.000	2.100.000	1.799.491	70	60
3165 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	662.588	370.255	0	0	0	0	0
3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	610.000	20.000	14.000	0	0	0	0
3173 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU	1.000.000	300.000	1	0	0	0	0
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	18.000.000	30.533.823	4.612.108	827	827	0	0
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	35.000.000	22.314.415	48.067.301	3.351.110	343.092	10	1
3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	1.000.000	1.430.000	0	0	0	0	0
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	10.000.000	560.000	211.779	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	5.500.000	17.999.460	16.066.582	7.630.348	1.768.871	139	32
3642 - (EP) CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA UTI NO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	650.000	0	0	0	0	0	0
3663 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO CURRALINHO EM BRAZLÂNDIA	800.000	0	0	0	0	0	0
3664 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO INCRA 08 EM BRAZLÂNDIA	2.545.000	0	0	0	0	0	0
3680 - AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	1.000.000	0	0	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	55.000	50.000	50.000	0	0	0	0
4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	13.687.163	7.363.000	9.663.000	5.459.203	5.380.326	40	39
4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	1.435.000	1.587.000	1.407.000	775.551	705.027	54	49
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	20.000.000	19.383.000	15.227.889	13.845.508	12.215.296	69	61
4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	4.004.000	3.106.000	3.416.000	2.848.686	2.653.915	71	66
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.000.000	654.000	8.631.589	223.029	68.740	22	7
4091 - APOIO A PROJETOS	10.000	425.000	3.830.455	0	0	0	0
4133 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM RÉGIME FECHADO	936.882	386.882	0	0	0	0	0
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	19.000.000	14.680.736	5.327.715	3.482.239	1.851.859	18	10
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	200.000	705.000	15.062	0	0	0	0
4145 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3.500.000	1.700.000	323.408	205.207	71.322	6	2
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	800.000	2.340.309	6.655.639	944.520	944.520	118	118
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	13.000.000	17.207.857	12.450.000	12.449.992	12.406.167	96	95
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	159.307.098	159.442.936	175.200.743	150.945.615	113.327.502	95	71
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	125.000.000	105.040.000	96.979.248	96.959.248	87.524.913	78	70
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	103.358.729	105.194.245	34.339.449	21.652.529	15.878.155	21	15
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3.600.000	3.573.572	8.773.123	7.388.355	4.247.731	205	118
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	270.050.000	300.054.539	317.840.892	279.830.574	223.108.418	104	83
4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	16.701.417	27.946.910	30.112.892	24.954.760	14.349.678	149	86
4226 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	5.500.000	13.117.000	5.445.930	4.526.329	3.321.737	82	60
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	130.000.000	166.670.034	151.912.478	151.460.496	126.017.472	117	97
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	28.936.480	37.100.000	24.123.018	18.637.239	4.103.330	64	14
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	3.010.000	4.111.300	2.491.039	765.457	643.626	25	21
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	23.500.000	18.500.000	33.017.263	24.688.012	14.360.966	105	61
6055 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	3.360.218	4.651.861	27.930	27.929	27.929	1	1
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	5.500.000	1.125.000	1.125.000	1.125.000	1.125.000	20	20
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	354.000	295.000	30.001	0	0	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	493.680	430.680	398.250	363.015	363.015	74	74
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	51.123.320	77.066.869	78.309.312	78.272.678	78.272.027	153	153

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	86.400	81.600	72.000	65.600	65.600	76	76
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>1.516.263.127</b>	<b>1.666.342.162</b>	<b>1.625.529.434</b>	<b>1.359.986.682</b>	<b>1.024.173.438</b>	<b>90</b>	<b>68</b>
<b>Fundo Constitucional do DF (Saúde)</b>	<b>1.820.425</b>	<b>226.572.361</b>	<b>21.758.540</b>	<b>21.758.540</b>	<b>21.758.540</b>	<b>1.195</b>	<b>1.195</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6202</b>	<b>1.518.083.552</b>	<b>1.892.914.523</b>	<b>1.647.287.974</b>	<b>1.381.745.222</b>	<b>1.045.931.978</b>	<b>91</b>	<b>69</b>

**PROGRAMA 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL (Valores em R\$)**



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 – ATENÇÃO PRIMARIA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO:** Expandir e qualificar a oferta da atenção primária em saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família e de políticas públicas transversais para a oferta de ações voltadas dos cidadãos quanto aos fatores responsáveis pela boa saúde, a prevenção de fatores que levam ao adoecimento, para o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	1	1	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Estratégia Saúde da Família para 75% até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 6061, de 29/12/17)	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	31,91	36,9			36,9	49,2%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	1	2	Realizar avaliação em 80% dos ingressos no Sistema Prisional até 2019. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	89,02			89,02	111,3%

**Análise Qualitativa**

**1. Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Estratégia Saúde da Família para 75% até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em relação à referida meta, existiram normatizações que alteraram os cálculos, passando a ser considerado que uma Equipe de Saúde da Família - ESF deverá abranger 3.750 pessoas no Distrito Federal, utilizando-se o limite de 750 pessoas para cada Agente Comunitário de Saúde.

Quanto aos desafios para a implementação e o alcance da meta proposta, durante o ano de 2016, tivemos o aumento da Estrutura Física bem como ampliação das Unidades Básicas de Saúde – UBS para expandir a ESF, contratação de profissionais para consistir mais equipes de Saúde da Família e dessa forma, cadastrar no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, tornando o alcance da meta viável, principalmente no que diz respeito à contratação de Agentes Comunitários de Saúde – ACS e demais profissionais que fazem parte da ESF, como médicos de família e comunidade, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

## 2017

Em janeiro de 2017 o DF contava com 243 equipes de Saúde da Família cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), número que passou para 293 em dezembro. O Ministério da Saúde através da portaria nº 2.436, de 21 de setembro DE 2017, aprovou a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), porém, o Sistema Nacional de cadastro de estabelecimentos e equipes de saúde (SCNES) até o momento, ainda não admite essa nova organização de serviços e dessa forma com o cálculo de 3.750 pessoas adstritas por equipe, registrou-se um aumento de cobertura populacional de 31,91% (2016) para 36,9% (dez/17). Porém, de acordo com as diretrizes da PNAB, as equipes do DF compostas com 01 médico, 01 enfermeiro e 02 técnicos de enfermagem em atuação no território também são contabilizadas, totalizando 441 equipes com uma cobertura populacional de 55,54% em dez/17.

Em relação ao quantitativo de atendimentos médicos e de enfermagem na ESF, houve aproximadamente 149.000 atendimentos, o que representa cerca de 30% da meta anual de atendimentos (500.000). Durante esse período foram identificadas várias formas de registro dos atendimentos da APS, em diversas plataformas, possibilitando perdas nas informações. Para corrigir essas inconformidades foi deliberado a implantação do eSUS AB em toda APS, e que após a finalização de sua implantação em dez.2017 já apresentava uma variação significativa na quantidade de registros dos atendimentos.

Para o alcance de melhores índices de cobertura da ESF, houve a expansão das equipes com o redimensionamento de pessoal e nomeação de novos servidores, capacitação de profissionais em assistência da família, além das melhorias nas infraestruturas, reformas em duas UBS e construção de novas três, que já estão em fase final, e aquisição de equipamentos e mobiliários para a APS.

## 2. Realizar avaliação em 80% dos ingressos no Sistema Prisional até 2019. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

### 2017

A meta a ser alcançada em 2017 era de 50% de avaliação dos ingressos no Sistema Prisional sendo superada com 89,02% dos ingressos avaliados. Na referida avaliação é realizada a imunização dos internos, levantamento das condições de saúde com os devidos atendimentos e identificação dos casos de urgência/emergência para encaminhamento imediato ao serviço de saúde.

A sensibilização dos servidores da SESIPE foi importante para superar a meta quantitativa. O envolvimento entre as equipes de saúde e segurança é fundamental para a realização do acolhimento. A superação da meta quantitativa não exclui a importância da busca pela melhoria na qualidade no acolhimento. Dando continuidade a essas ações propõe-se a realização de triagem e diagnósticos precoce, evitando o agravamento das condições, bem como melhorar a ambiência para a obtenção de resultados qualitativos.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018	2019	Fonte Informação
1369	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	%	37,8	31/12/2014	50	33,90	45	37,07	50	55	SES / UO 23901 / OE 1
1372	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR (AD)	%	50	31/12/2014	66,6	65,17	70,8	55,49	75	80	GEAD/SAPS/SES / UO 23901 / OE 1
1373	PERCENTUAL DE INGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL COM PLANO DE CUIDADOS ELABORADO PELA EQUIPE DE SAÚDE	%	20	31/12/2014	30	-	40	89,02	60	80	SESIPE, DCCP, EABP/ SES / UO 23901 / OE 1
1689	PROPORÇÃO DO SERVIÇO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS OFERTADAS NA REDE SES-DF	%	58	31/12/2015	58,50	46,40	59	55,75	60	60,5	SES / UO 23901 / OE 1



## **Justificativas 2016**

**Indicador 1369** – Dados jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado representou 67,80% do alcance da meta. Ficando 32,20% abaixo do desejado. Segundo a área técnica, há necessidade de integração com a SEDESTMIDH no planejamento de ações para melhorar a captura dos dados e a atualização do sistema, bem como atualização e cadastramento dos beneficiários por parte da SEDESTMIDH.

**Indicador 1372** – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha atingido 97,85% da meta, ficou 2,15% abaixo da pactuada. A área técnica sugere o aprimoramento da coleta de dados.

### **Indicador 1373**

**Indicador 1689** – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O indicador de expansão da PIS (Práticas Integrativas de Saúde) para outras unidades de saúde não ocorreu, porém segundo a área técnica estas práticas foram implementadas nas unidades que já possuíam alguma, passando de 48 para 277 serviços, em especial, a shantala como apoio a humanização da Rede Cegonha.

## **Justificativas 2017**

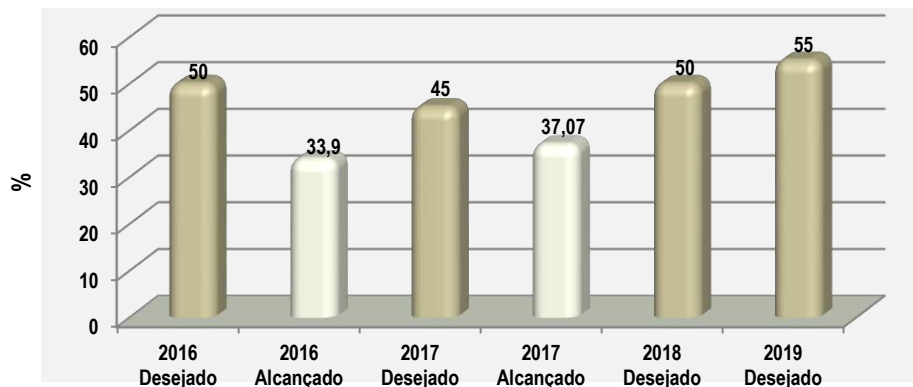
**Indicador 1369** - Para cálculo deste indicador é considerado a 2ª vigência. A primeira compreende o período entre 1º de jan. a 30 de junho e a segunda, de 1º de Agosto a 31/12 de cada ano. O indicador permite monitorar as famílias beneficiárias do PBF (família em situação de pobreza e extrema pobreza com dificuldade de acesso e de frequência aos Serviços de Saúde). Do total de 58.432 famílias beneficiárias, 37,07% foram atendidas, 82,37% da meta pactuada.

**Indicador 1372** - A variação de 15,31 pontos percentuais em relação a meta estabelecida, representou 78,38% da população atendida pelas equipes da AD. O resultado de 2017 ficou Abaixo do pactuado em 21,62%. Segundo a área técnica a falta de credenciamento de novas equipes de atenção domiciliar tem contribuído com o baixo desempenho. Pontua que é necessário a Adoção da AD como estratégia para mudança do modelo de saúde vigente: hospitalocêntrico, voltado para as cond. agudas e de alto custo.

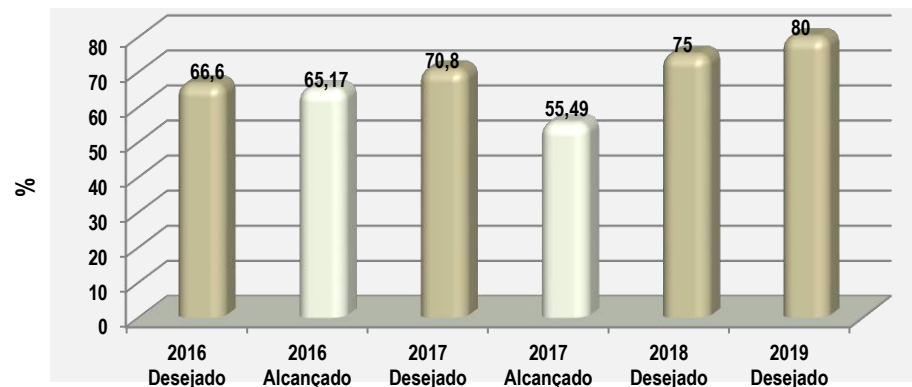
**Indicador 1373** - A variação de 49,02 pontos percentuais representa uma superação de 122,55% em relação a meta pactuada. No entanto, a área técnica esclarece que para este cálculo. Foram restritas a realização de teste rápido de HIV, sífilis, hepatite e vacinação.

**Indicador 1689** - A variação de 3,25 pontos percentuais representa um alcance da meta de 94,49%. Segundo a área técnica há necessidade de sensibilizar gestores e servidores quanto os benefícios dessas práticas. Ações que foram empreendidas: capacitação de 81 servidores da SES e voluntários nos 8 cursos oferecidos de automassagem e Reiki, além de encontros. Atualmente 97 unidades básicas de saúde da SES ofertam estas práticas.

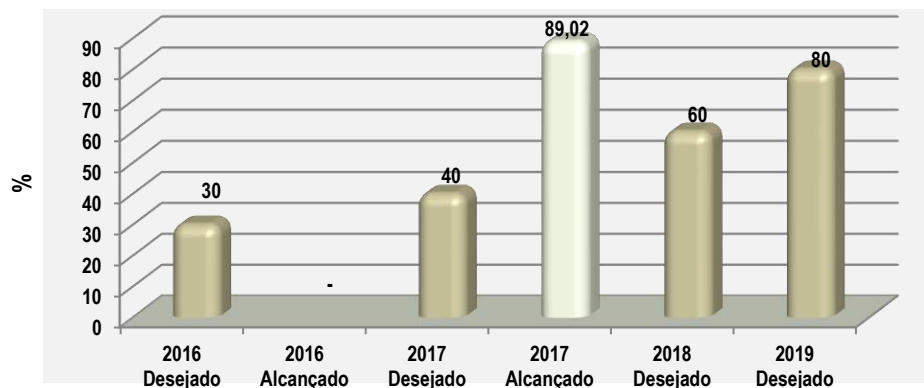
**COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**



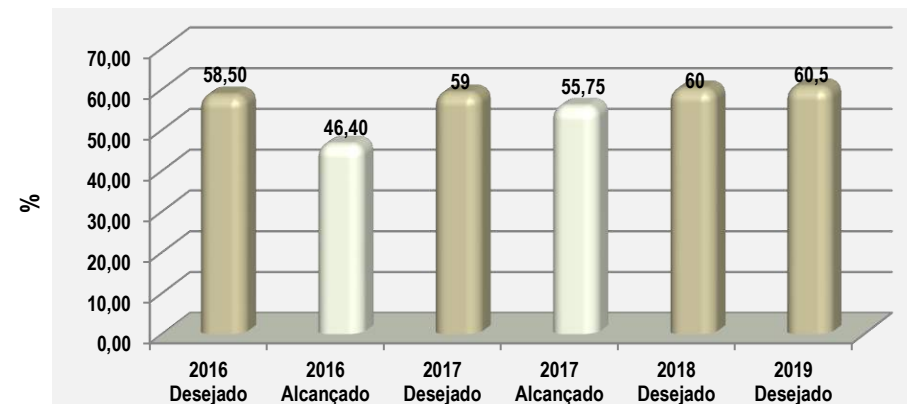
**PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR (AD)**



**PERCENTUAL DE INGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL COM PLANO DE CUIDADOS ELABORADO PELA EQUIPE DE SAÚDE**



**PROPORÇÃO DO SERVIÇO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS OFERTADAS NA REDE SES-DF**



## **Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos**

### **2016/2017**

A política de atenção primária à saúde é desenvolvida por meio de um conjunto de serviços prestados por 170 estabelecimentos públicos de saúde, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. Em dezembro de 2016, a SES/DF contava com 248 equipes de Estratégia Saúde da Família - ESF, 12 Equipes de Estratégia de Agentes Comunitários - EAC, 88 Equipes de Saúde Bucal - ESB, 5 Núcleos de Apoio à Saúde da Família - ENASF e 2 Equipes de Atenção Básica - EAB, 3 Equipes de Consultório na Rua - eCR e 8 Equipes de Saúde Prisional.

No PPA 2016-2019 a meta para 2016 era de uma cobertura populacional pela estratégia de saúde da família de 40%, no entanto a cobertura alcançada em 2016 foi de 31,91%. A Região de Saúde com a maior cobertura de estratégia de saúde da família é a Região Sul (Gama e Santa Maria), e a Região com menor cobertura é a Região Centro – Norte (Asa Norte, Cruzeiro, Lago Norte, Sudoeste e Octogonal e Varjão), região com uma concentração baixa de população vulnerável.

Para alcance das metas propostas se faz necessário: Aumento da Estrutura Física bem como ampliação das Unidades Básicas de Saúde – UBS para expandir a Estratégia Saúde da Família, contratação de profissionais para consistir mais equipes de Saúde da família e dessa forma, cadastrar no CNES, tornando o alcance da meta viável, principalmente no que diz respeito a contratação de Agentes Comunitários de Saúde – ACS e demais profissionais que fazem parte da ESF, como médicos de família e comunidade, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

No exercício de 2016, foram iniciadas as construções de três Unidades Básicas de Saúde, sendo duas unidades localizadas em Ceilândia e uma localizada em Samambaia. A construção da Unidade Básica de Saúde FERCAL iniciada por decisão judicial.

Quanto às reformas, foi concluída a Reforma do Centro de Saúde nº 05 do Lago Sul. Encontram-se paralisadas a Reforma do Centro de Saúde nº 08 do Gama, desde 22/07/2016, e a Reforma do Centro de Saúde nº 11 de Ceilândia desde 04/07/2016. A readequação para reforma de 14 Unidades Básicas de Saúde, e também para reforma da Penitenciária Feminina do Gama – UBS/PFDF serão viabilizadas por meio de uma parceria com a NOVACAP.

No que tange ao componente Ampliação de UBS, conforme PPA e PAS a previsão era de ampliação de 03 UBS no ano de 2016. Encontra-se em elaboração um Termo de Cooperação Técnica entre a SES/DF e a NOVACAP, para execução das obras, a saber: PSU Arapoanga, PSU Areal e PSU Itapoã.

Com o objetivo não só de expandir a Estratégia de Saúde da Família, mas também qualificar a rede de atenção primária já existente, foi lançado em junho de 2016, o PlanificaSUS, uma proposta de reestruturação da atenção primária do DF em parceria com o CONASS - Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, pelo Governo de Brasília integrando o Projeto Brasília Saudável. Desde então, a Coordenação da Atenção Primária - COAPS e CONASS vem realizando cronograma de Oficinas na Atenção Primária no DF, além de diversas oficinas e treinamentos.

Em 2016, a SES/DF manteve a adesão ao Programa de Valorização da Atenção Básica - PROVAB e recebeu 09 médicos, sendo distribuídos nas Regionais de Saúde Ceilândia, Gama e Santa Maria, bem como manteve a adesão ao Programa Mais Médicos para o Brasil, do Ministério da Saúde - MS, tendo recebido ao longo do ano 46 médicos do referido Programa, mantendo assim a cobertura em áreas mais vulneráveis do DF e de difícil fixação de profissionais.

Entre as ações da Saúde da Criança, foram coletados 15.132,6 litros de leite humano, contemplando 8.481 receptores. Foram realizadas 125.115 consultas individuais para lactantes e lactentes na rede de banco de leite.

Os indicadores “Proporção de Óbitos Infantis Investigados” e “Taxa de Mortalidade Infantil - TMI” são acompanhados sistematicamente pela área. Dados preliminares indicam que a TMI no ano de 2016 está em torno de 12,4/1.000 nascidos vivos - NV (dados preliminares). Com relação à investigação dos óbitos, dos 423 óbitos notificados, 66% se encontram em investigação. Em tempo, informamos que a conclusão da investigação dos óbitos infantil e fetal relativos ao ano de 2016 findará após transcorridos os primeiros 120 dias do ano de 2017.

O número total de famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família - PBF, a serem acompanhadas pelas equipes de saúde, foi de 69.626 na primeira vigência de 2016 (janeiro a julho); o número de famílias totalmente acompanhadas foi em torno de 33.133, perfazendo o percentual de cobertura de 47,58%.

A segunda vigência ainda está em andamento e com término previsto em 20 de janeiro de 2017. O número total de famílias beneficiárias a serem acompanhadas pelas equipes de saúde é de 68.086 (agosto a dezembro); o número de famílias totalmente acompanhadas é da ordem de 16.008, perfazendo o percentual de cobertura anual de 23,51%.

No caso da Sífilis congênita, a meta pactuada de 6,38%, para 2016, para o indicador taxa de casos novos de sífilis congênita, não foi alcançada, pois, entre outros fatores, tivemos reflexo do desabastecimento de medicamento – penicilina - em nível mundial, especialmente no início de 2016. Ainda há a dificuldade no atendimento e tratamento do parceiro da gestante considerando suas necessidades específicas.

Houve o aumento de novos serviços em Prática integrativa em Saúde - PIS, Hatha Yoga, Reiki, Shantala e Tai Chi Chuan, e parcerias com inserções de Práticas Integrativas em saúde na Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Meio Ambiente do DF, perfazendo um total de 277 serviços em PIS, devido a maior sensibilização. A Acupuntura e Homeopatia realizou 02 novos serviços no HRS e CSB 13 respectivamente.

Um dos principais projetos vinculados a este Objetivo Específico foi a implantação do Converte APS com o objetivo de expandir a Estratégia de Saúde da Família.

No Pré - Converte as UBS tradicionais ofertavam assistência que muitas vezes não se caracterizava como Primária, causando distorção das Redes de Atenção à Saúde e dificuldade de organização do modelo. A atenção era centrada no médico, a atuação limitada, fragmentada e desarticulada da enfermagem, da saúde bucal e da equipe multiprofissional. A estrutura da saúde pública no DF ainda tinha como foco primordial o hospital, com as UBS desconfiguradas e a atenção ambulatorial especializada (nível secundário) extremamente frágil, distante da APS e sem regulação do acesso.

Deste modo, as Portarias nº 77 e 78 da SES/DF, de 14 de fevereiro de 2017, marcaram o início do processo de mudança do modelo assistencial da Atenção Primária à Saúde (APS) no Distrito Federal. A primeira estabeleceu a Política de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal, fundamentada na Estratégia de Saúde da Família. Já a Portaria nº 78 regulamenta o artigo 51 da Portaria 77, de 2017, que disciplina o processo de conversão da Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal ao modelo de Estratégia Saúde da Família e estabelece normas e prazos a serem cumpridos neste processo.

Dos 168 médicos especialistas focais da Atenção Primária que efetivaram adesão ao processo de conversão, 135 foram incluídos em equipes de transição e submetidos ao processo de capacitação teórico-prática de 222 horas-aula pela EAPSUS/FEPECS, juntamente com 135 enfermeiros e 270 técnicos de enfermagem.

Mais 72 enfermeiros e 144 técnicos de enfermagem que também aderiram ao processo de conversão formaram 72 equipes de enfermagem (1 enfermeiro e 2 técnicos de enfermagem por equipe) para que fossem completadas com novos médicos da família e comunidade nomeados na SESDF.

A prova de avaliação de conhecimentos específicos, objetivando a avaliação dos profissionais que fizeram parte do programa de capacitação, foi realizada em novembro de 2017. No total 135 médicos realizaram a prova, e destes 121 foram aprovados.

Além disso, todos os 305 médicos da família e comunidade aprovados no concurso da SES/DF de 2014) foram nomeados até o final de 2017. Destes, 172 entraram em exercício e foram lotados nas áreas de maior vulnerabilidade e a ampliação da cobertura conforme o plano das Regiões de Saúde. Até o final de janeiro de 2018, mais 60 médicos poderão tomar posse no cargo pois ainda estarão no prazo.

Considerando essas ações e a partir da mudança do modelo assistencial na APS, houve a reorganização das equipes assistenciais buscando a formação de novas equipes de saúde da família. A meta anual para cobertura populacional pela ESF em 2017 é de 50%.

Em janeiro de 2017 haviam 243 equipes de saúde da família no DF cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). Em novembro de 2017, última competência disponível no SCNES até a presente data, o DF contava com 293 equipes cadastradas. Utilizando os parâmetros do DF, com média de 3.750 pessoas adscritas por equipe, esses dados refletem um aumento de cobertura populacional de 31,91% para 36,9%. Para atingir a meta faltam 104 equipes a serem incluídas no sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). Considerando as equipes não consistidas (total 441 ESF) atuantes, a cobertura passa para 55,54%.

A composição mínima exigida para cadastramento no SCNES de uma equipe de saúde da família é: um médico, um enfermeiro, um técnico ou auxiliar de enfermagem e um agente comunitário de saúde, todos com 40 horas semanais. Não foi possível aumento do quadro de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na SES/DF pelo impedimento de novas contratações destes profissionais diante das questões jurídicas que precisaram ser esclarecidas. Sendo assim, além das equipes cadastradas existem ainda 104 equipes atuando no modelo de Estratégia Saúde da Família com toda a composição exigida, excetuando-se o ACS, o que reflete cobertura de mais 13% da população. Com isso, a cobertura total por ESF alcança 49,9%.

A mudança de especialidade na SES/DF de médicos especialistas focais em processo de transição pelo “Projeto Converte APS” para Medicina da Família e Comunidade deverá refletir em maior aumento até o final de janeiro de 2018. Diante do número de médicos aprovados no processo de avaliação estimamos que poderá ser alcançado aumento da cobertura populacional de até 15,2% com esses profissionais nas equipes, caso todos optem pela mudança.

Com a Política de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal, o parâmetro aplicado para atenção à saúde bucal é de 1 equipe de saúde bucal para cada 2 equipes de saúde da família. Ou seja, 1 equipe de saúde bucal é responsável em média por 7.500 pessoas adscritas. Em janeiro de 2017, o DF contava com 94 equipes cadastradas no SCNES, o que refletiria 23,6% de cobertura por saúde bucal. Em novembro de 2017, até a presente data, última competência disponível no SCNES, o DF contava com 110 equipes de saúde bucal cadastradas, com cobertura estimada de 25,4%. Com a nomeação de novos profissionais e reorganização das equipes, deve-se alcançar a expansão com novas equipes vinculadas as equipes de saúde da família, podendo alcançar em 2018 até 65% de cobertura por saúde bucal, utilizando os parâmetros de cobertura no DF.

Fortalecendo ainda mais a Política de Atenção Primária no Distrito Federal, além da reorganização das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, houve aumento significativo do número de vagas nos programas de residência em Medicina de Família e Comunidade no DF, passando de oito vagas em 2013 para 60 em 2017, somente na ESCS. Isso gera uma expectativa de maior número de profissionais especialistas em disponibilidade no DF e no Brasil.

Outro ponto a destacar é a busca do “padrão ouro” para composição médica de equipes de saúde da família com especialistas em Medicina de Família e Comunidade. Houve então a alteração dos requisitos para investidura no cargo Médico, especialidade Médico da Família e Comunidade na SESDF, mediante alteração da Portaria Conjunta SGA/SES nº 08, de 18 de julho de 2006, com a publicação da Portaria Conjunta SEPLAG/SES nº 74, de 14 de dezembro de 2017, com inclusão do certificado de residência médica em Medicina de Família e Comunidade reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica ou título de especialista em Medicina de Família e Comunidade reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB). Destaca-se ainda a criação da especialidade de Enfermeiro de Família e Comunidade na mesma Portaria.

Nota-se então a importância de fortalecer a qualidade da atenção primária, por meio da contratação de especialistas em MFC, que contribuirão, inclusive, para apoiar com seu conhecimento as equipes formadas por profissionais do Projeto Converte-APS e fortalecer os cenários dos programas de residência médica no DF.

A perspectiva para o próximo ano, já no 1º semestre de 2018, é de se alcançar a cobertura por ESF na Região Norte de 96,7%, na Região Sul de 79,9%, na Região Leste de 75,4%, na Região Sudoeste de 68,3%, na Região Oeste de 65,9%, na Região Centro Sul de 61,1% e na Região Centro Norte de 41%. Isso reflete um potencial de aumento de 89,2% em todo o DF em relação à cobertura por ESF atual, sendo mais expressivo na Região Centro Norte com 31,00% de aumento e menos expressivo na Região Leste com aumento de 30,6%.

A partir da publicação da nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) pelo Ministério da Saúde, em setembro de 2017, devem ser reavaliados os parâmetros utilizados para fórmula de cálculo para a cobertura populacional por Estratégia Saúde da Família/APS, o que deve impactar nos dados de cobertura populacional em 2018.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**002 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE:** Ampliar o acesso e a qualidade da atenção especializada (média e alta complexidade), por meio da adequação das estruturas físicas, tecnológicas e das ações em saúde que a compõem.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	1	Adequar a taxa de ocupação de leitos hospitalares do DF para 80% dos leitos de internação, seguindo os parâmetros do MS nos próximos quatro anos (SES);	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	74,7	75			75	93,8%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	2	Implementar centrais de laudos integradas e digitalizadas para cada uma das especialidades: Radiologia e Patologia Clínica até 2019. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	3	Implantar em 100% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, no mínimo, 03 protocolos de segurança do paciente ("Higienização das Mãos", "Identificação dos Pacientes" e "Cirurgia Segura"), conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, Programa Nacional de Segurança do Paciente (Portaria GM/MS nº 529/2013) e RDC 36/2013 da ANVISA; (SES)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	60			60	60,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	4	Aumentar a oferta de serviços à regulação em 30% para redução das filas de espera. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	5	Implantar as técnicas de imunohistoquímica em 03 núcleos de Anatomia Patológica e Citopatologia nos Hospitais de Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Adequar a taxa de ocupação de leitos hospitalares do DF para 80% dos leitos de internação, seguindo os parâmetros do MS nos próximos quatro anos (SES);**

2016

No alcance de 74,7% como taxa de ocupação de leitos hospitalares no DF, destacamos que para atingir este índice a gestão de leitos tem trabalhado na rotatividade de internação nos leitos de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, box, PS Clínica Médica e Cirúrgica, Maternidade e Ginecologia, procurando sempre atingir grande capacidade de ocupação dos leitos disponíveis na Rede SES/DF. A Gestão de Leitos tem realizado diariamente a evolução dos pacientes internados em CM e CG; visitas constantes aos Pronto Socorros, verificando suas ocupações e conversando com as equipes assistências sobre as necessidades dos pacientes; constante busca pela alta hospitalar de pacientes que possam ser acompanhados em atenção domiciliar; conhecer pacientes que estão sob pendências sociais que impossibilitam desocupação de leitos; constantes acompanhamento de leitos bloqueados com objetivo de desbloqueá-los. Salientamos algumas dificuldades encontradas para atingir o referido percentual, como déficit de recursos humanos; demora nos pareceres em unidades que não detém profissionais da especialidade necessária, atrasando altas; falta de insumos para realização de exames; falta de manutenção de equipamentos, entre outros.

2017

A taxa de ocupação de leitos hospitalares no DF em 2017 foi de 75%. Destacamos que, após a contratualização das Regiões de Saúde, foi ratificado o compromisso de mensuração e gerenciamento da gestão de leitos para a eficiência da rotatividade de internação, otimização do tempo de permanência no leito e ampliação do acesso da população. Ressaltamos como fatores de persistência da dificuldade de atingir o referido percentual 80% o atraso (em decorrência de vários ajustes) na disponibilização do Sistema de regulação de leitos clínicos e cirúrgicos (SISLEITOS) às unidades de internação, a restrição de leitos por déficit de recursos humanos, a deficiência no acesso à medicina de apoio diagnóstico (exames e pareceres de especialidades), a deficiência no abastecimento de insumos para realização de exames e OPMES, a deficiência na manutenção de equipamentos, entre outros.

### **2. Implementar centrais de laudos integradas e digitalizadas para cada uma das especialidades: Radiologia e Patologia Clínica até 2019. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

2016

A central de Laudos de Radiologia está com projeto lógico pronto na Gerência. Porém, aguarda o projeto de instalação física, sob responsabilidade da SINFRA. A etapa de digitalização da radiologia nas unidades está 100% implementada.

A central de Laudos de Patologia Clínica foi reduzida para projeto piloto na Superintendência Centro Sul, ainda em discussão com a SAIS sobre a viabilidade de execução.

### **3. Implantar em 100% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, no mínimo, 03 protocolos de segurança do paciente (“Higienização das Mãos”, “Identificação dos Pacientes” e “Cirurgia Segura”), conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, Programa Nacional de Segurança do Paciente (Portaria GM/MS nº 529/2013) e RDC 36/2013 da ANVISA; (SES);**

2016

Dos 15 hospitais da rede SES/DF, 60% detém os 03 protocolos sugeridos implantados; 7,5% estão com 02 protocolos sugeridos implantados e 6,67% estão com 01 protocolo sugerido implantado.

2017

O ano de 2017 encerrou com a manutenção do percentual de implantação em 60%. Com intuito de ampliar o índice de implantação, teve início a criação do Plano Distrital em Segurança do Paciente e confecção de protocolos únicos para todas as Unidades de Saúde da Rede SES, por meio de Oficinas iniciadas em novembro junto aos Núcleos de Segurança do Paciente-NSP e Gerências de Risco em Serviços de Saúde-GRSS. O objetivo é padronizar as ações, baseadas nas metas internacionais de segurança.

**4. Aumentar a oferta de serviços à regulação em 30% para redução das filas de espera. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2016

Não atualizado pela área.

**5. Implantar as técnicas de imunohistoquímica em 03 núcleos de Anatomia Patológica e Citopatologia nos Hospitais de Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**  
2016

O projeto de implantação para estas Unidades estava em sobrestado devido à falta de dotação orçamentária. A atual gestão retomou o projeto e está em andamento. Estima-se que a unidade do HRT seja implementada em 2017.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançados	2017 Desejado	2017 Alcançados	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1375	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA	DIA	11,9	30/04/2015	11,9	29,70	11,9	16,00	11,9	11,9	SIS/SES / UO 23901 / OE 2
1547	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEONATAL	DIA	24,4	30/04/2015	24,4	22,26	24,4	36,60	24,4	24,4	SIS/SES / UO 23901 / OE 2
1548	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL	DIA	20	30/04/2015	14	18,59	12	22	8	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1549	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA	DIA	7	30/04/2015	6	7,97	5	6,05	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1550	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA	DIA	15	30/04/2015	12	14,44	10	14,87	8	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1551	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO	DIA	10	30/04/2015	8	10,35	6	13,14	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1552	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA	DIA	10	30/04/2015	8	6,17	6	4,71	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1553	MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO	DIA	5	31/12/2014	5	5,21	4	-	3	1	SES/DF / UO 23901 / OE 2

**Justificativas 2016**

**Indicador 1375** – Dados de jan-dez/2016. Segundo a área o resultado reflete que a longa permanência está diretamente ligada a ausência de leitos de cuidados prolongados e de internação domiciliar de alta complexidade.

**Indicador 1547** – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 2,14 dias entre o desejado e alcançado representa 8,77% de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

**Indicador 1548** – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. O tempo de permanência em leitos de UTI Geral carece de uma análise detalhada por parte da área técnica para apontar os motivos, visto que a variação de 4,59 dias significa um aumento de 32,77% de permanência no leito.

**Indicador 1549** – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 1,97 dias representa 32,83% de aumento no tempo de permanência que pode estar associada a diversos motivos, devendo a área técnica detalhá-los.

**Indicador 1550** – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,44 dias. Cabe esclarecer que o único hospital especializado existente no DF, é o HBDF, que atende toda a população de forma geral, independente de depender do SUS ou ter plano privado. Todos são atendidos no HBDF.



**Indicador 1551** – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,35 dias representa 29,38% de aumento no tempo de permanência na UTI que segundo a área técnica demanda leitos com capacidade de hemodiálise.

**Indicador 1552** – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 1,83 dias entre o desejado e alcançado representa 22,88 de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

**Indicador 1553** – Dados de jan-dez/2017. Indicador quanto menor melhor. A variação em 0,21 dias entre o desejado e alcançado representa 4,20% de aumento do tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1375** - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 4,10 pontos percentuais representa um aumento do tempo de permanência em leitos de UTI de 34,46%. Segundo a área técnica há necessidade de mais ações preventivas promovidas pela Rede Cegonha, bem como o melhor funcionamento dos Comitês de Investigação e Prevenção de Óbitos e gestores envolvidos nas ações preventivas.

**Indicador 1547** - Este dado refere-se a um único hospital da Rede SES-DF (HRSM - jan-dez/2017) que atende alto risco. Segundo a área técnica os demais hospitais não enviaram dados para cálculo do indicador, o que inviabiliza a análise.

**Indicador 1548** - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 10 pontos percentuais, representa um aumento no tempo de permanência do paciente. Segundo a área técnica, embora não se tenha alcançado a meta, a ação dos médicos rotineiros tem melhorado este tempo, pois o indicador reflete a gravidade que o paciente chega na unidade. Está relacionado ao tempo de espera na fila da CRIH e a demora do paciente sair da unidade após a alta, leitos de retaguarda

**Indicador 1549** - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,05 pontos percentuais indica um aumento no tempo de permanência. Ao comparar com o ano anterior houve redução de 24,09%. Embora não se tenha alcançado a meta pretendida, a área técnica afirma que as ações do trabalho dos médicos rotineiros têm melhorado o desempenho deste indicador.

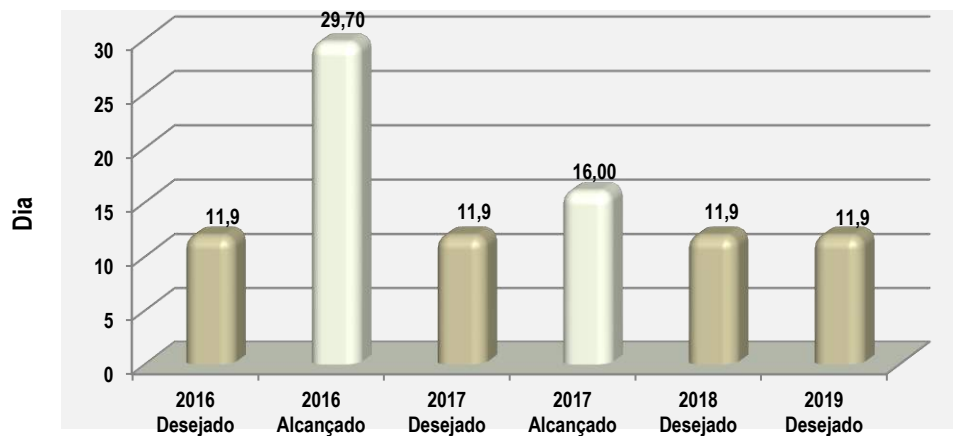
**Indicador 1550** - Indicador decrescente, quanto menor melhor. A variação de 4,87 pontos percentuais indica um aumento no tempo de permanência. Segundo a área técnica o tempo poderia ser menor se o tempo por internação domiciliar e de leitos especializados de reabilitação fossem mais rápido. Há necessidade de suporte multidisciplinar e leitos de retaguarda para receber egressos sequelados.

**Indicador 1551** - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 7,14, representa um aumento de 119% no tempo de permanência. Segundo a área técnica há necessidade de reativar a cirurgia cardíaca como forma de melhorar os resultados.

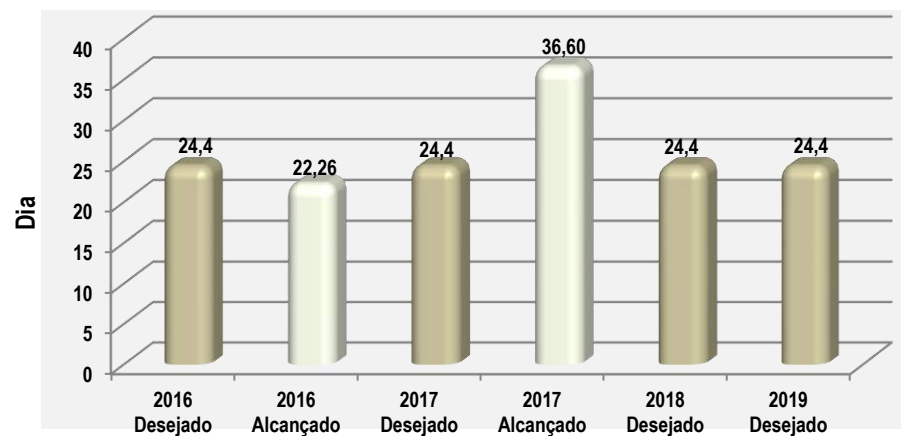
**Indicador 1552** - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,29 pontos percentuais, indica um resultado positivo. Houve redução 21,50% no tempo de Permanência.

**Indicador 1553** - Segundo a área técnica não foi possível coletar dados para cálculo do indicador no ano de 2017 em virtude da não implantação do SISLEITO, previsão para início de 2018.

TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA



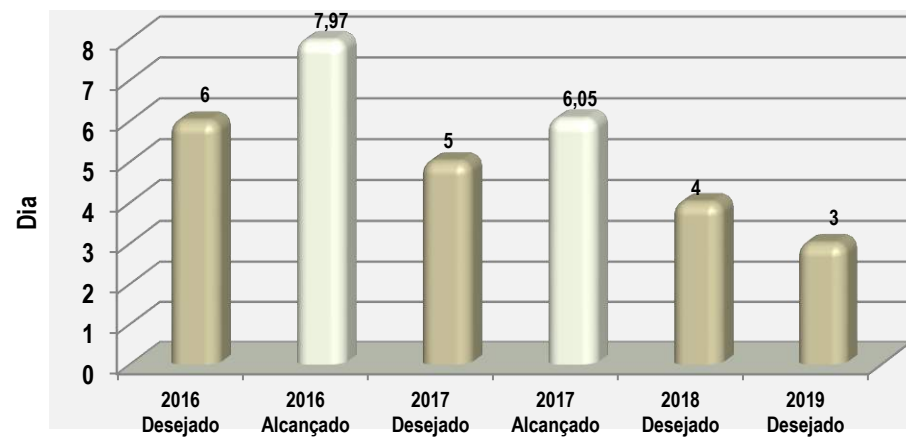
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEONATAL



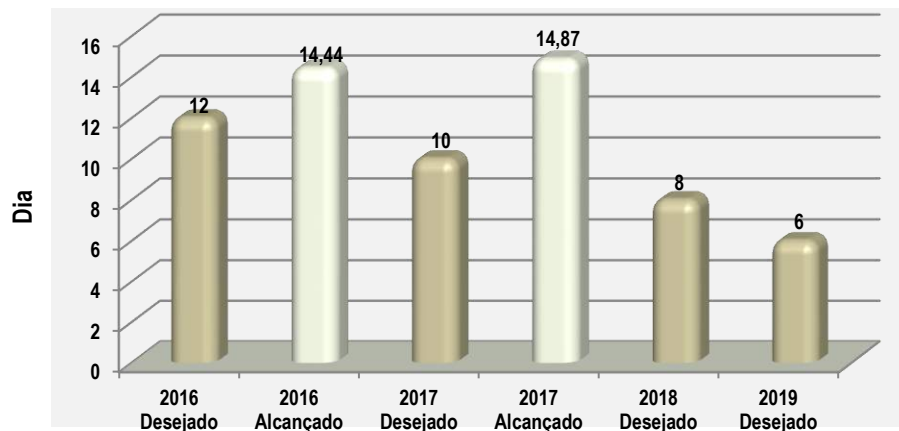
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL



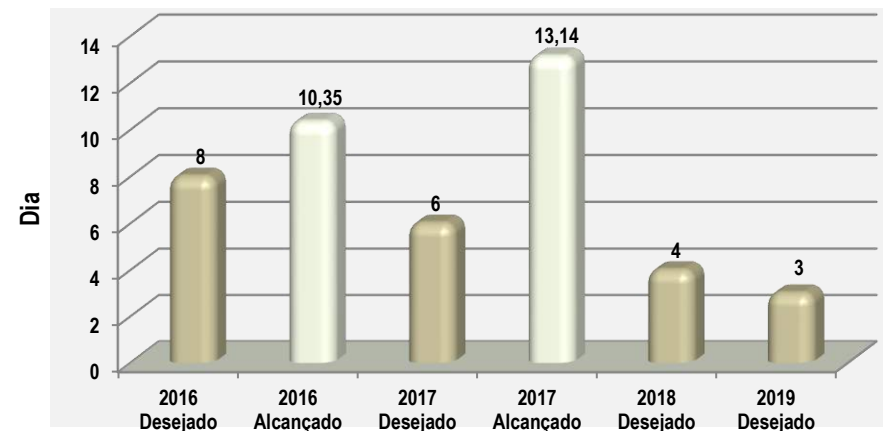
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA



TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA



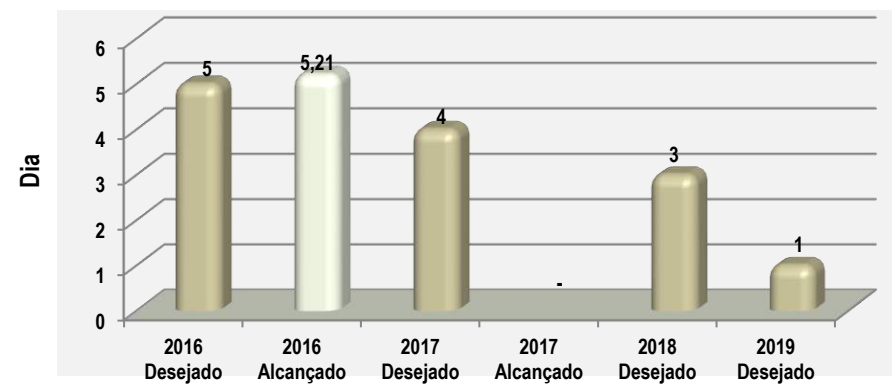
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO



TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA



MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO



## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

A atenção especializada é realizada predominantemente nos hospitais da rede própria, com objetivo de implementar as ações de saúde de média e alta complexidade, com o desenvolvimento de programas específicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito do Distrito Federal.

Os grandes desafios atuais, relacionados a essa área incluem a necessidade de incrementar a qualidade dos serviços secundários e terciários prestados à população, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, bem como a necessidade de ampliação do acesso, de implementação de acolhimento eficiente e humanizado com atendimento integral e resolutivo incluindo o suporte para operacionalizar ações em serviço social, acesso integral aos serviços de nutrição e a atenção especializada em saúde bucal.

Quanto aos recursos médicos especializados, foram realizadas as ações coordenadas em conjunto com a assistência especializada, tais como a implantação do projeto de cirurgias de pequena e média complexidade no HRSAM; contratação de serviços em cardiologia ICDF contratação de serviço para realização de vitrectomias, contratação de serviço para realização de catarata, reelaboração do protocolo de injeção intravítrea de antiangiogênico, manutenção dos serviços de eletroencefalograma, realização do TAC de joelho e ombro, parceria SES/DF e SES/GO para tratamento pacientes trauma ortopédico, mapeamento e parametrização dos ambulatórios de especialidades pediátricas, reabertura da sala de parto no HRSM, entrega de 20 cardiotocógrafos, reestruturação das portas de atendimento de PS em clínica médica, execução da obra na capela de manipulação de quimioterápico – HRT, dentre outras ações.

#### Alta Complexidade

Quanto ao serviço de TRS, a rede dispõe de três unidades prestadoras habilitadas pelo Ministério da Saúde, cujos procedimentos ambulatoriais são realizados e ressarcidos através de laudos de APAC (Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade) e oito serviços contratados que prestam serviço em Terapia Renal Substitutiva que totalizam 1.044 vagas de hemodiálise (HD) e 286 de diálise peritoneal (DP).

Uma parte dos custos envolvidos na realização dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados na SES/DF é custeada pelo próprio GDF, enquanto que a complementação é feita pelo Ministério da Saúde.

Do total geral de procedimentos de alta complexidade ambulatoriais registrados por APAC no DF, mais de 39% (14.536) corresponde ao grupo da Oncologia (quimioterapia com hematologia e radioterapia). Portanto, essa área de atuação pode ser compreendida como a mais onerosa e que exige maior quantidade de recursos para investimentos, mas também como uma das que mais gera faturamento para reembolso pelo Ministério da Saúde.

De janeiro a dezembro de 2016, dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados pela SES/DF e autorizados pela GAAC/DIASE, foram registrados um total de 37.117 laudos, o que representa um acréscimo de 3,46% com relação ao total geral de APAC do ano anterior (Fonte: Intranet - SES/DF).

#### Atenção Domiciliar

O público alvo prevalente do Programa de Internação Domiciliar - PID é o de idosos portadores de doença crônica agravada com incapacidade funcional e dependência física para as atividades da vida diária, com necessidade de um cuidador para seu acompanhamento, sob orientação da equipe de saúde. No ano de 2016, o Programa teve o total de 8.845 pacientes cadastrados, sendo que 1093 eram pacientes idosos ativos (68,5% do total). Ademais, neste ano, não houve credenciamento e implantação de novas equipes de AD, permanecendo o mesmo percentual de 67% de cobertura populacional, considerando a população estimada de 2012, período no qual foi aprovado o Plano de implantação de AD no DF.

#### Odontologia

No âmbito do serviço de Odontologia, foram realizadas de janeiro a outubro de 2016, 267.300 consultas odontológicas, atendimentos na Atenção Primária e Especializada, e 1588 atendimentos domiciliares. Atualmente, tem-se 88 Equipes de saúde Bucal - ESB na Rede SES/DF. A SES/DF tinha como meta, na Atenção Básica, consistir 10 novas Equipes de Saúde Bucal na

Estratégia Saúde da Família no ano de 2016. No entanto, foi possível consistir 04 novas equipes. Com este aumento e com a regularização dos CBO e cargas horárias dos servidores, houve a ampliação para 33,57% na cobertura de saúde bucal em 2016 dentro do Programa da Estratégia de Saúde da Família.

#### Construções, Ampliações e Reformas

Na atenção especializada foi concluída a Elaboração de Projeto Executivo para reforma dos ramais alimentadores elétricos que são supridos pela Subestação de Energia Elétrica do Prédio de Internação do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF.

A Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do Hospital Regional do Gama está sendo financiada com recurso de entidade de ensino privada (FACIPLAC).

DESCRIÇÃO DA OBRA / SERVIÇOS – Reformas	RA / LOCAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	(*) % CUMPRIDO
Reforma da Farmácia Central do Bloco Administrativo e das Fachadas do Prédio da Emergência do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	I	3223.0003	44,00%
Elaboração de Projeto Executivo para reforma dos ramais alimentadores elétricos que são supridos pela Subestação de Energia Elétrica do Prédio de Internação do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	I	4137.0001	100,00%
Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do HRG	II	-	70,00%

A atenção especializada tem como objetivos coordenar os processos da média e alta complexidade relacionados as formulação e promoção de políticas, linhas de cuidados, protocolos clínicos, fluxos assistenciais, fomentar e participar do processo de incorporação de tecnologias e inovação em saúde. As ações realizadas visam garantir o acesso do usuário ao SUS em todas as áreas de atendimento da atenção especializada, ou seja, consultas, exames, remédios, atendimentos de urgência e emergência e cirurgias médicas.

Os serviços de internação têm como principal objetivo desenvolver a gestão de leitos aprimorando o desempenho clínico das unidades, inclusive unidades de urgência e emergência, ampliando sua organização e resolutividade. Uma das ações implantadas e foi a gestão de vagas de internação que propicia o encontro entre a oferta e a demanda por leitos, estabelecendo prioridades em conformidade com os protocolos implantados nas unidades hospitalares, possibilitando assim maior agilidade na internação ou realocação dos pacientes de maior risco clínico.

As principais ações desenvolvidas dentro das áreas de atuação foram: a criação dos fluxos de saída dos pacientes da emergência nos hospitais da rede SESDF; a utilização do Kanban como método de informação para avaliação, regulação e controle e a proposição de estabelecimento de um Sistema de Informação de Gestão de Leitos com a coleta de informações sobre Taxa de Ocupação Hospitalar no PS, Taxa de Ocupação Hospitalar na Internação, Tempo Médio de Permanência no PS e Tempo Médio de Permanência na Internação nos 13 Hospitais da SES, discussão e análise das informações coletadas, discussão do diagnóstico situacional, discussão do Plano de Ação, discussão das metas a serem atingidas.

Em relação aos serviços ambulatoriais, este tem como principal objetivo gerenciar, promover e apoiar a organização do serviço ambulatorial, além de elaborar o diagnóstico situacional. Principais ações: elaboração do modelo assistencial com a atenção secundária baseando-se nas experiências existentes em alguns municípios do Brasil e alguns outros países com Sistemas Públicos de Saúde; elaboração do modelo de Atenção Ambulatorial Especializada regionalizado, ordenado pela Atenção Primária em Saúde, visando melhorar atenção preventiva, a diminuição do número de casos de doenças preveníveis, a diminuição das hospitalizações por causas evitáveis; o reconhecimento dos problemas dos usuários, a redução do custo com a assistência de média e alta complexidade, a otimização os recursos humanos e insumos, e a pactuação do entendimento que os dados de parametrização da atenção ambulatorial especializada são dinâmicos, dependendo de vários fatores, principalmente epidemiológicos, e deverão ser atualizados e revistos periodicamente; organização dos fluxos e protocolos de encaminhamentos, além de protocolos clínicos de manejo de pacientes, não apenas pela atenção primária como também pela atenção secundária, por questões epidemiológicas e estratégicas, há um esforço maior nas Linhas de Cuidado da Saúde da Mulher, Linha de Cuidado da Saúde da Criança e Linha de Cuidado das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, nesta última já havendo Nota Técnica publicada que vem sendo amplamente utilizada como critérios de encaminhamento à atenção secundária; rediscussão do modelo assistencial, conforme estabelecido pelo converte APS, para abertura ou adequação da estrutura organizacional para

o modelo de Policlínicas e a Inauguração do Centro de Diabetes, Obesidade e Hipertensão (CEDOH). Aguarda-se a inauguração do Ambulatório de Atenção Especializada Hipertensão e Diabetes da Regional Leste. Há previsão de mais onze estruturas neste modelo a serem implementadas em todas as regionais de saúde.

A Atenção Domiciliar (AD) é uma modalidade de atenção à saúde, integrada às Redes de Atenção à Saúde (RAS), caracterizada por um conjunto de ações de prevenção e tratamento de doenças, reabilitação, cuidados paliativos e promoção à saúde, prestadas em domicílio, garantindo a continuidade de cuidados. Essa modalidade assistencial é composta pelo Programa de Internação Domiciliar (PID DF), que segue as diretrizes do Programa Melhor em Casa do Ministério da Saúde pelo Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade (SAD AC), e pelo Programa de Oxigenoterapia Domiciliar (POD).

Atualmente o PID DF atua com 16 Equipes Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD e 09 Equipes Multiprofissional de Apoio -EMAP, localizadas em todas as 07 Regiões de Saúde da SES-DF, das quais 13 EMAD e 05 EMAP estão credenciadas pelo Ministério da Saúde, por adesão ao Programa Melhor em Casa. Esse serviço tem como principal objetivo dar assistência a pacientes estáveis, classificados como alta complexidade, dependentes de ventilação mecânica invasiva, traqueostomizados, com necessidade de assistência intensiva de enfermagem e internados em Unidades de Terapia Intensiva da SES-DF e conveniados. Atualmente, 51 pacientes são atendidos por empresa de prestação de serviços de home care.

O POD assiste pessoas com doenças pulmonares que cursam com insuficiência respiratória crônica causada por lesões pulmonares irreversíveis (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC, bronquiectasia, fibrose cística e fibrose pulmonar), que tenham indicação para esse tratamento, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Atualmente estão cadastrados no programa 2.665 pacientes.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**003 – REDES DE ATENÇÃO: Organização, implementação e expansão das Redes de atenção à saúde, orientadas a partir da Atenção Primária à Saúde para ampliação do acesso e da assistência com qualidade.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	1	Reduzir o número de trotes para 10% ao ano (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	%	ACUM	MENOR, MELHOR	7	7,6			7,6	124,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	2	Reduzir a média do "Tempo resposta" de atendimento do SAMU para 20 minutos até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20:00	MIN	ACUM	MENOR, MELHOR	39:32	30:30			0:30:30	47,5%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	3	Reduzir o número de óbitos para 2,8% no atendimento pré-hospitalar (via pública, logradouros e viaturas) (SES). (Meta alterada, conforme Lei de	2,80	%	ACUM	MENOR, MELHOR	2	0,65			0,65	176,8%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
				Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)										
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	4	Qualificar 30 viaturas USBs e 7 viaturas USAs do SAMU/DF pelo Ministério da Saúde a partir do cumprimento das normas dos pré-requisitos estabelecidos pelo MS (Portaria GAB/MS nº-1010/2012 DE 21/maio 2012) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	37	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	5	Estruturar 01 ambulância de transporte de paciente psiquiátrico (USA e USB) com Equipe de Médico Psiquiatra, Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social e Conductor, de acordo com a Portaria SES/DF Nº 95, de 20 de maio de 2009 e Portaria SES/DF Nº 82, de 27 de maio de 2011. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	X	X	X	1	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	6	Implantar 4 Serviços de Residências Terapêuticas (SRT's) (SES)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	7	Implantar ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10,64	14,29			14,29	14,3%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	8	Reduzir a taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio- IAM nas primeiras 48 horas para 8% (SES)	8	%	ACUM	MENOR, MELHOR	2	2,93			2,93	163,4%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	9	Aumentar em 10% o número de pacientes submetidos a trombólise no Acidente Vascular Cerebral- AVC nas primeiras 4 horas; (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	32,88			32,88	328,8%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	10	Diminuir o Tempo de Resposta ao Trauma para 12 minutos (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	MIN	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	11	Reduzir a taxa de ocupação dos prontos-socorros para 90% até 2019 (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	90	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	12	Programa "Cuidar Sempre": Ampliar 40 leitos de internação para Cuidados Paliativos. (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	40	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	0	0,0%

### Análise Qualitativa

#### 1. Reduzir o número de trotes para 10% ao ano (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Para o monitoramento desta meta, foram utilizadas duas detecções:

A primeira trata-se do "Trote (qualificado pelo operador)", que no ano de 2016 atingiu a média de 7% do total de ligações 69.507/ chamados, tendo a média de 190/dia classificados como trote.

A atuação do Projeto Samuzinho nas escolas da rede pública e privada, no ano passado, atuou em 5.782 alunos, professores e todos os funcionários das escolas, prioridade feita através pelo rastreamento de maior índice de chamados das cidades satélites, uma das razões mais significativas para a queda destes valores. No segundo semestre deste ano, o total de chamados classificados como trote do mês de agosto para o mês de dezembro atingiu uma redução de 23,32%.

A segunda trata-se do “Incidente desconhecido no local – Trote”: Este é o item mais oneroso, devido ao envio da viatura, gastos com a equipe, insumos, além da viatura deixar de atender uma ocorrência. Observatório tem rastreado o modo de classificação deste incidente e da possibilidade de estar sendo subnotificado como “Localização não encontrada ou inexistente” e “Paciente não está no local”.

### **2017**

Na meta pactuada foi estabelecida a diminuição de trotes para 10% ao ano. Tendo em vista o resultado de 7% no ano de 2016, para o ano de 2017 o percentual deveria ser inferior a 7,2%. Entretanto, o ano foi encerrado com 7,6% de ligações classificadas como trotes. Esta meta será objeto de revisão de PPA, a qual será proposto alteração para "manter o percentual de trotes abaixo de 10% ao ano".

Ressalta-se que para atingir a meta é necessária a conscientização da população. Em relação a esse problema, ações como o Projeto Samuzinho estão sendo realizadas com a comunidade, instituindo a educação popular em saúde, capacitando mais de 4 mil leigos, dentre crianças, professores, monitores e brigadistas. Com isso, constata-se uma redução significativa no número de trotes.

## **2. Reduzir a média do “Tempo resposta” de atendimento do SAMU para 20 minutos até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

### **2016**

Desde o ano de 2015, vários fatores contribuíram para o aumento gradativo do tempo resposta, um indicador importante para redução da taxa de mortalidade e sequelas, porque a meta do Atendimento Pré-Hospitalar é a redução do tempo de limitação na oxigenação, hemodinâmica, e alteração no metabolismo do corpo humano. O cálculo é feito a partir da chegada da ligação ao médico regulador até a chegada da Equipe ao endereço solicitante da ocorrência. Os fatores negativos nestes meses, destes dois últimos anos, dados apresentados em todos os relatórios de prestação de contas e informações, necessários para auditoria do serviço de saúde, foram discutidos e trabalhados para evitar seu crescente o que prejudica o atendimento do usuário da saúde.

Após a análise de mais de 10.000 fichas Guia de Atendimento de Emergência - GAE com os dados do SAL, foram detectados fatores, sendo os de maiores incidências:

- 1) Divergência real no escrito da ficha de atendimento (GAE), e no tempo registrado pelo sistema SAU/SAMU;
- 2) Chegada no local sem comunicação por áudio do tempo real;
- 3) Dificuldade de notificação via tablet ou celular.

Detectado tais incidentes, os membros do Observatório-SAMU iniciaram as equipes USBs e USAs, em outubro/2016, campanha interna de “Otimização do Tempo-Resposta priorizando:

- 1) Sensibilizar as equipes quanto a importância e necessidade da manutenção do status atualizado a tempo e a hora;
- 2) Dar maior autonomia aos Rádios Operadores para monitoramento das equipes via GPS;
- 3) Atuar em parceria com todos os núcleos para orientação dos atores envolvidos no trabalho de APH desde os TARM, Médico Regulador, Operadores de Frota e Equipe de viaturas

na redução do tempo-resposta.

A campanha permanece como efetividade da educação permanente e continuada focando o melhor atendimento ao usuário desde a criação da ocorrência até a chegada da equipe objetivando a redução do tempo-resposta.

### **2017**

Quanto ao "tempo resposta", mesmo havendo redução quando comparado ao ano anterior não se conseguiu atingir a meta. Encerrou o exercício com a média de 30,3 minutos. Esse indicador envolve várias etapas (tempo de atendimento do médico regulador, tempo de decisão, tempo de acionamento, tempo de partida e tempo de deslocamento da equipe até o local da



ocorrência). Devido a isso, sofre interferências de vários fatores oriundos de outros serviços que compõem a rede de atenção às urgências. A localização das bases e distribuição das ambulâncias na cidade também influencia o tempo de chegada das equipes, uma vez que estão sujeitas as condições de mobilidade no trânsito. Há um grande número de macas retidas nos locais de recebimento dos pacientes transportados pelo SAMU acarretando que as equipes fiquem indisponíveis para realizar novos atendimentos, gerando a necessidade de deslocar equipes de outras regiões de saúde para fazer a cobertura da equipe que se encontra retida na unidade de saúde, como consequência, há o aumento do tempo resposta e também aumento na demanda reprimida.

Em 2017, o SAMU realizou 74.476 atendimentos pré-hospitalares em ruas e domicílios de todo o território do Distrito Federal, bem como 3.886 transferências inter-hospitalares de pacientes graves e críticos para UTIs. Realizou educação permanente em urgência e emergência de toda a Rede de Urgência e Emergência da SES/DF, ofertando 12.042 vagas em cursos para 8.944 pessoas distintas, além da educação popular em saúde por meio do Projeto Samuzinho para a comunidade, capacitando 4.148 leigos, dentre crianças, professores, monitores e brigadistas. Houve a ampliação do número de duplas de motolâncias de sete para oito duplas, reabilitação de 15 ambulâncias Unidades de Suporte Básico, 2 ambulâncias Unidades de Suporte Avançado e 16 motolâncias junto ao Ministério da Saúde. Realizado também a renovação da frota de 23 ambulâncias do serviço, contratados os seguros das viaturas, manutenção preventiva e corretiva dessas e também, reformadas 13 bases descentralizadas e 1 lava-jato.

### **3. Reduzir o número de óbitos para 2,8% no atendimento pré-hospitalar (via pública, logradouros, e viaturas) (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### **2016**

Analisando os dados referentes aos óbitos, o comparativo de 2014 para 2016 apresenta diminuição significativa e importante, devido às condições técnicas dos trabalhadores e uso do autopulse, treinamento e protocolo novo do ATLS, e encaminhamento do usuário rapidamente a emergência do hospital ou UPA mais próximos do local de atendimento. Os óbitos denominados “Óbito sem intervenção\* (constatação) são apenas constatados/notificados pela equipe do SAMU apresentando sinais: Livor Mortis, Algor Mortis e/ou Rigor Mortis.

Houve mudança na nomenclatura do Sistema SAL/INOVA, para melhor descrição após a solicitação da inserção das subclassificações em fevereiro de 2016 sendo assim diferenciado a partir da data o “Óbito pós PCR” e “Óbito sem intervenção (constatação)”. Atualmente é possível a investigação dos óbitos pós Reanimação Cardio Pulmonar – RCP e possibilita detectar com melhor clareza os óbitos que não houve a assistência direta do SAMU, descritos como sem intervenção-constatação.

#### **2017**

O percentual no ano de 2017 foi de 0,65%, o que demonstrou que a constante atualização e treinamento das equipes no Suporte Básico de Vida e Suporte Avançado de Vida teve resultado efetivo na adoção dos protocolos de serviço. Apesar de obter um resultado acima da meta estabelecida, há fatores que podem ser melhorados para aumentar a eficiência do serviço, como por exemplo, a melhoria no abastecimento de materiais, insumos e medicamentos, a readequação de recursos humanos nas equipes, em especial médicos e um redimensionamento do número de viaturas de acordo com o aumento da população.

### **4. Qualificar 30 viaturas USBs e 7 viaturas USAs do SAMU/DF pelo Ministério da Saúde a partir do cumprimento das normas dos pré-requisitos estabelecidos pelo MS (Portaria GAB/MS nº-1010/2012 DE 21/maio 2012). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### **2016**

Em novembro 2013, iniciou-se Auditoria da Corregedoria Geral da União, onde foram apontados todos os pontos frágeis a serem corrigidos conforme as Portarias da criação da Coordenação Geral de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde – CGUE/MS, com relatório emitido e enviado a SES/DF por volta de julho 2014. Por falta de resposta ao relatório da CGU, foram enviados funcionários da CGUE/MS para vistoriar os pontos frágeis que seriam corrigidos para evitar a desabilitação das viaturas, o que não foi cumprido.

Em virtude deste descumprimento a CGUE/MS, devido a apresentação de excelência do atendimento do SAMU/DF, provocou o corte do repasse proveniente do MS por viaturas, mantendo o repasse da regulação e nove Motolâncias.

A Habilitação permanece por um tempo determinado, até que se cumpram as falhas evidenciadas nos relatórios dos funcionários da CGUE/MS, como a caracterização das bases de acordo com o protocolo do MS, os seguros das viaturas, e a produtividade com atuação de todas as viaturas habilitadas.

O projeto de qualificação está descrito desde 2014, no entanto está aguardado o cumprimento normativo das bases e viaturas para ser enviado.

**5. Estruturar 01 ambulância de transporte de paciente psiquiátrico (USA e USB) com Equipe de Médico Psiquiatra, Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social e Condutor, de acordo com a Portaria SES/DF Nº 95, de 20 de maio de 2009 e Portaria SES/DF Nº 82, de 27 de maio de 2011. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Conforme apresentado no Conselho de Saúde do Distrito Federal, através do Plano Distrital de Saúde 2016-2019, o Núcleo de Saúde Mental - NUSAM tem funcionado, a partir de junho 2016, com equipe completa, Médico, Enfermeira, Psicólogo, Assistente Social, mas envolvendo muitas horas extras, passou a funcionar em Viatura de Intervenção Rápida, 24 horas por dia, com um profissional de saúde regulador em saúde mental. A viatura que atende clinicamente e com remoção em maior número de atendimento e a USB. O percentual 12,5% do número de atendimento trata-se de emergências psicossociais.

No protocolo de atendimento da saúde mental, a equipe especializada realiza a prevenção ao suicídio. A estatística demonstra aproximadamente 5 casos de tentativas de suicídio por dia, como também, atendimento por telessaúde e atendimento das ocorrências, a tempo e a hora, 1 a 4 intervenções posteriores, por tele atendimento, de forma a vincular o paciente na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. No atendimento da psicotraumatologia, a equipe executa os primeiros socorros psicológicos e psicossociais, como também a prevenção do estresse pós-traumático em situações de violência, acidentes, desastres e catástrofes.

**6. Implantar 4 Serviços de Residências Terapêuticas - SRT's (SES);**

**2016**

Em 2016, foi elaborado Projeto Básico para aquisição de imóveis para implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos no Distrito Federal e autuado o Processo nº 0060-009411/2016, em setembro de 2016.

**2017**

A meta prevista para 2017 não foi atingida, não há nenhum Serviço de Residências Terapêuticas - SRT em atividade no DF. No decorrer do ano foram feitas várias tratativas para locação de imóveis em áreas de vulnerabilidade, mas foram frustradas por recusas da comunidade em relação a proximidade do Serviço terapêutico. Manteve-se a articulação com outros órgãos para viabilização de imóveis do GDF, bem como a regularização de imóveis da SES para este fim. Está previsto a abertura de 01 SRT em 2018.

**7. Implantar ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016, foi realizado a “V Jornada de Prevenção do Suicídio”, para 61 profissionais de saúde. Representa 10,64% dos profissionais capacitados do total de 573 que atuam nas equipes de saúde mental do DF, ou seja, a meta de 10 para 2016 foi atingida, no entanto é necessário promover mais capacitações sistematizadas aos profissionais que atuam nas equipes de saúde mental.

**2017**

O indicador está em estado muito crítico, com apenas 2 CAPS realizando ações de matriciamento com equipes de APS, totalizando 14,29% dos serviços habilitados. Para um melhor desempenho está sendo realizada a construção do Plano de Ação de Matriciamento em Saúde Mental, em parceria com a COAPS, e a capacitação das equipes dos CAPS e ESF.

**8. Reduzir a taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio- IAM nas primeiras 48 horas para 8% (SES);**

**2016**

Foi realizado treinamento no uso do anti-agregante plaquetário que integra a Linha de Cuidado do IAM. Não houve desabastecimento do anti-agregante plaquetário (tenecteplase) o que facilitou o êxito do planejamento. Há necessidade de treinamento dos servidores atuantes nas portas de emergência fixas.

**2017**

Meta superada com percentual de 2,93%. Houve treinamentos/capacitações de 135 servidores nas Linhas de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio - IAM, promovendo o fortalecimento da promoção e prevenção da saúde, com aproximação do acompanhamento dos pacientes com fatores de risco para o IAM.

**9. Aumentar em 10% o número de pacientes submetidos a trombólise no Acidente Vascular Cerebral- AVC nas primeiras 4 horas; (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Foi possível cobrir, no que tange ao atendimento da Linha de Cuidado do AVC, dentro do centro de referência (HBDF), a taxa preconizada pelo Ministério da Saúde.

**2017**

Meta superada com percentual de 32,88%. Foi comprovada a redução da mortalidade e das sequelas em pacientes que sofreram AVC e foram submetidos ao protocolo trombolítico. Apesar de a meta ter sido alcançada, é importante otimizar e estender a aplicação do protocolo, mantendo ou ampliando o índice preventivo.

**10. Diminuir o Tempo de Resposta ao Trauma para 12 minutos (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

Informamos que não há instrumentos aos quais possibilitem quantificar este dado, mas que está em andamento uma proposta de análise efetiva da meta estipulada.

**11. Reduzir a taxa de ocupação dos prontos-socorros para 90% até 2019 (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

Informamos que não foi possível a verificação da meta, visto que não há um sistema de informação que seja possível a extração/tabulação desses dados para análise da meta estipulada no ano de 2016, entretanto ressaltamos que ferramentas de trabalho estão sendo elaboradas no sentido de melhorar a rotatividade dos leitos com o objetivo de reduzir a taxa de ocupação bem como sua análise.

## 12. Programa “Cuidar Sempre”: Ampliar 40 leitos de internação para Cuidados Paliativos. (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)

### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1376	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	1/ 1.000	11,5	30/04/2015	11,2	10,92	10,9	11,44	10,6	10,3	SIM/ SES / UO 23901 / OE 3
1377	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	%	61,3	30/04/2015	63	62,85	-	46,02	70	72	SIH/ SINASC/ SES / UO 23901 / OE 3
1378	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,31	31/12/2014	0,3	0,18	0,32	0,19	0,5	0,7	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
1379	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,22	31/12/2014	0,22	0,03	0,10	0,05	0,25	0,35	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
1381	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1/ 1.000	0,52	31/12/2014	0,54	0,53	0,49	0,52	0,52	0,55	(CNES)/ População (IBGE)/SES / UO 23901 / OE 3

#### Justificativas 2016

**Indicador 1376** - Dados jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. Dado parcial sujeito a alteração tendo em vista que o banco de dados do Ministério da Saúde fecha o sistema SIM e SINASC em jun/2017. O resultado parcial demonstra queda na mortalidade infantil no DF e tende a se manter.

**Indicador 1377** - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Este considera os partos normais realizados na rede própria. Ao considerar todo o DF (público e privado) este resultado passa para 46,30%. Observa-se que os hospitais privados realizam mais partos cesários. Para o ano de 2018 a área técnica sugere a inclusão da rede suplementar, tendo em vista que a nível nacional este indicador passou a partir de 2017, ser obrigatório a informação. Assim sendo, como saúde pública será obrigatório.

**Indicador 1378** - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha alcançado 60% da meta, segundo a área técnica é necessário qualificar as equipes para o rastreo citológico de qualidade (captção, coleta e laudo), com ênfase na população de risco de 25 a 64 anos.

**Indicador 1379** - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. A falta de manutenção dos mamógrafos tem sido apontado pela área técnica como fator crítico de sucesso, além da falta de profissionais para operar os existentes (médicos radiologistas e técnicos). Poucas agendas são abertas para exames de mamografias, o que dificulta ainda mais a oferta.

**Indicador 1381** - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado mostra um alcance da meta de 98,15%. Para cálculo deste indicador são considerados apenas os CAPS que estão habilitados no Ministério da Saúde, 14. Que recebem recursos por atender todos os requisitos de funcionamento. Até dez/2016 a SES-DF estava com 17 CAPS em funcionamento, deste 3 sem habilitação junto ao Ministério da Saúde.

## **Justificativas 2017**

**Indicador 1376** - Dados parciais. Segundo área técnica o banco de dados de óbitos infantis só fecha em jun/2018. Assim sendo, não é possível fazer uma avaliação da mortalidade Infantil neste momento, embora o resultado atual aponte para o resultado esperado.

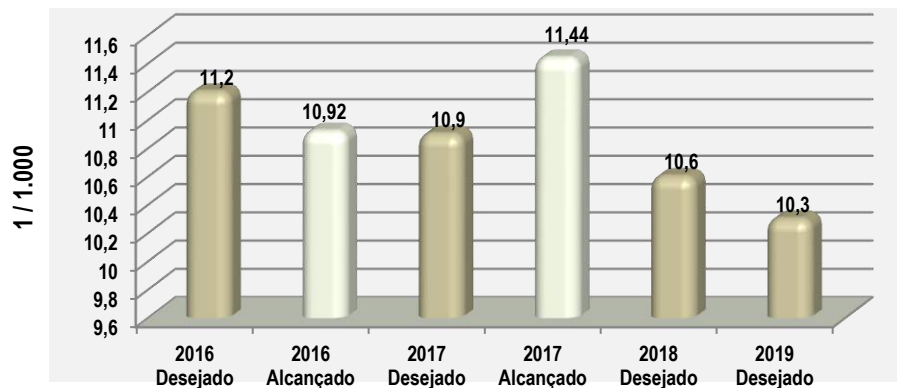
**Indicador 1377** - O indicador é crescente, quanto maior melhor. Com a pactuação interfederativa, o indicador sofreu uma alteração em 2017. Antes era considerado apenas os partos normais da rede SES e agora passou a ser considerado o privado tb. Assim sendo, o resultado dos partos na SES foi: 60,84% de partos normais, enquanto que o privado foi de 14,55%. O parâmetro nacional é de 45,90% de partos normais no SUS. Historicamente o DF ocupa o ranking dos entes federados com partos normais.

**Indicador 1378** - A variação de 0,13 pontos percentuais em relação a meta pactuada, representa um alcance da meta de 59,37%, ficando abaixo 40.63% da meta estabelecida. Segundo a área técnica o resultado abaixo se deve a quantidade de coleta inferior às necessidades da cobertura na APS, o acolhimento e o modelo de atendimento influenciam. Há também as limitações operacionais de citopatologia que represam laudos. Apontam como solução a ampliação do acesso a coleta na APS, recomposição do quadro, implantação do SISCAN.

**Indicador 1379** - O resultado ficou abaixo 50% do pactuado. A área técnica informa que apesar dos dados do SISREG demonstrarem normalização das filas de espera por exame, a meta não foi alcançada devido à baixa demanda e subutilização do SISMAMA pelos serviços de Radiologia. Aponta como solução a criação de serviços de diagnóstico de mama pelo menos em cada superintendência de saúde e contratação de radiologistas e técnicos de radiologia dedicados para mamografia e implantação do SISCAN.

**Indicador 1381** - A variação de 0,03 representa um aumento na cobertura dos CAPS. Segundo a área técnica há hoje no DF 17 CAPS, sendo 14 serviços habilitados pelo MS. Há três propostas de construção de CAPS cadastradas junto ao MS, com recurso de emenda parlamentar e funcionamento previsto para 2018 (CAPS i - Ceilândia Norte, CAPS ad III - Guará II e CAPS ad III - Taguatinga Norte).

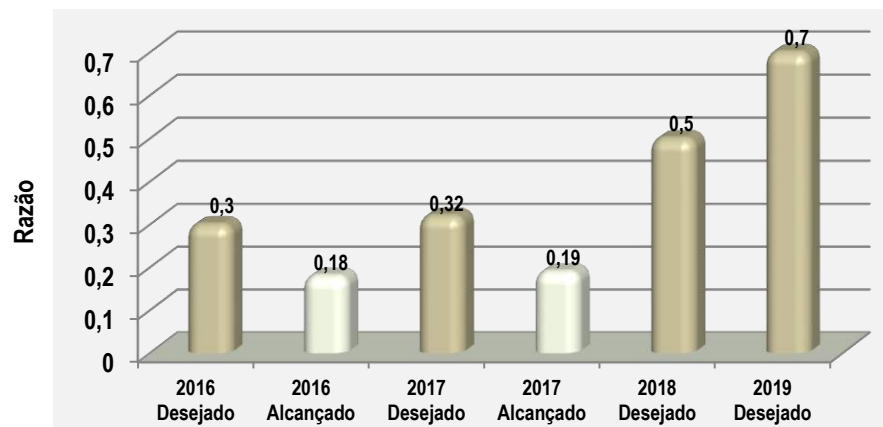
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



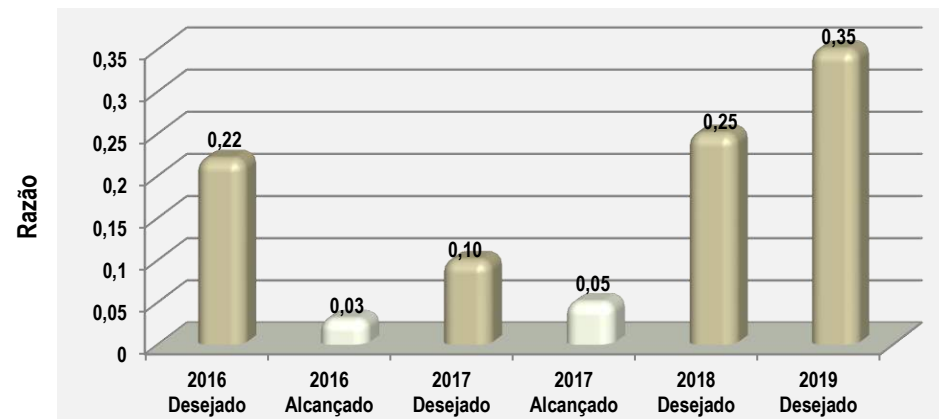
PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR



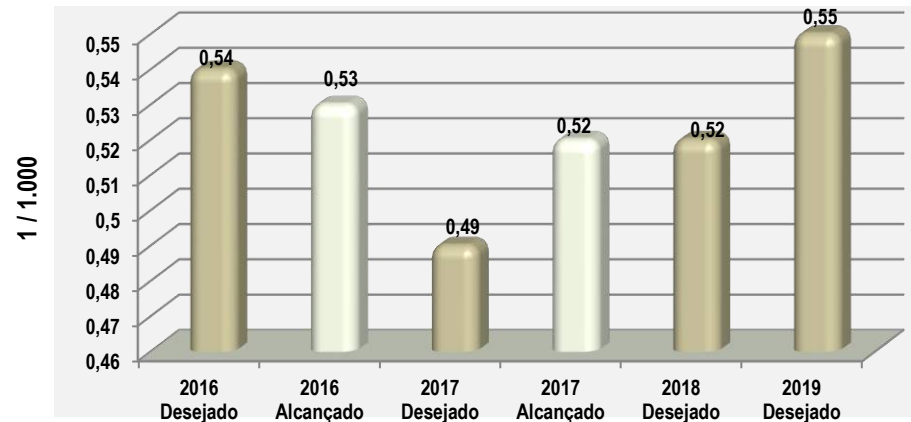
RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA



RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA



### COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL



### ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	3	1	Intensificação das articulações das Redes de Atenção do DF para fortalecer as pactuações de fluxos e de protocolos visando garantir a atenção integral em Saúde Mental.	23101	10%	<b>2016</b> A estruturação da equipe do NUSAM, a partir do 2º quadrimestre de 2016, fortalece a atenção em saúde mental na Rede de Urgência e Emergência garantindo a implementação dos fluxos e protocolos do MS para equipe de saúde mental móvel.
6202	3	2	Indução da implementação de Políticas Transversais e Intersetoriais.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.
6202	3	3	Promoção de iniciativas de cultura, fóruns de discussão temáticos, simpósios e seminários intra e intersetorial.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.
6202	3	4	Estabelecimento/ pactuação de fluxos de referência e contra referência entre os diferentes componentes da rede.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.
6202	3	5	Estruturação de 60 equipes treinadas no Controle do Tabagismo, programa "Brasília sem Tabaco" até 2019.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.
6202	3	6	Estruturação de um Centro de Orientação sobre os Fatores de Risco no Núcleo de	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Prevenção/GECAN/DIASE/SAS/SES/DF que executará ações educativas preventivas para 100% da demanda solicitada por unidades de saúde pública, privadas e demais instituições demandantes até 2019.			

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

As Redes de Atenção à Saúde atuam na integração de serviços da rede de atenção à saúde da SES- DF, na implantação, condução e monitoramento das redes temáticas do Ministério da Saúde. Na integração dos serviços da rede SES-DF, planeja-se a organização da integralidade da assistência à saúde através das Linhas de Cuidados, com construção de fluxos de referência e contra referência. Além disso, fomenta as atividades de fortalecimento da atenção integral à saúde articulando e integrando os diversos níveis de complexidade da assistência.

Na coordenação e articulação das Redes Temáticas de Atenção à Saúde (RAS) a SES-DF desenvolveu a interlocução, cooperação, apoio e pactuação com o Ministério da Saúde para o planejamento, implantação, habilitação, execução, monitoramento e avaliação das RAS. São cinco redes temáticas conduzidas pela SES-DF, a partir da adesão do Distrito Federal às políticas nacionais de saúde desenvolvidas pelo Ministério da Saúde: Rede Cegonha, Rede de Cuidados à Pessoa Com Deficiência, Rede de Urgências e Emergências, Rede de Atenção Psicossocial e Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas.

### Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Existem hoje no DF 17 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em funcionamento, destes 06 (seis) CAPS destinam-se ao atendimento de pessoas que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes; 07 (sete) CAPS Álcool e Drogas para atendimento a pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas; e 04 (quatro) CAPS para o atendimento Infante-Juvenil.

Para fins de cálculo das taxas dos indicadores da Saúde Mental são considerados apenas os serviços implantados que estão credenciados junto ao Ministério da Saúde. Deve-se considerar que o cumprimento dos critérios de credenciamento dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS junto ao Ministério da Saúde depende do esforço coletivo de vários setores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e do próprio GDF.

Considerando somente os serviços habilitado no SCNES e a população estimada para o DF em 2015 pelo IBGE, a cobertura é de 0,53, uma cobertura adequada segundo os parâmetros do Ministério da Saúde.

No que se refere à implantação dos Centros de Atenção Psicossocial foram acompanhados os processos de construção, reforma ou ampliação, porém sem execução no ano de 2016. Cabe informar que há três propostas de construção de CAPS cadastradas junto ao Ministério da Saúde para execução com recurso de emenda parlamentar.

Foram acompanhados processos para a adequação do CAPS I Sobradinho, a construção de sala multiuso no CAPS II Planaltina e a ampliação da ala psiquiátrica do HBDF, que estão aguardando manifestação de outros setores desta secretaria.

No que diz respeito à implantação das Residências Terapêuticas-DF foi autuado o Processo nº 0060-009411/2016, em setembro de 2016, para aquisição de imóveis para implantação desse serviço no Distrito Federal.

Realizou-se também a V Jornada de Prevenção do Suicídio”, sendo capacitados 573 profissionais que atuam nos serviços de saúde mental do DF. Por fim, foi elaborado o Protocolo de Uso do Cloridrato de Metilfenidato para ser submetido à Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde – CPPA e o Termo de Referência para contratação de estabelecimento para



internação compulsória de usuários de drogas judicializados e o Projeto Básico para locação de imóveis para funcionamento de serviços de saúde mental, além de ter autuado o processo para chamamento público.

A Rede de Atenção Psicossocial destina-se a fomentar a implementação da Política Nacional de Saúde Mental que é pautada no processo da reforma psiquiátrica brasileira e tem como fundamento a transformação de um modelo de atenção centrado na internação psiquiátrica hospitalar para um modelo de atenção de base comunitária e territorial, constituído por uma rede diversificada de serviços, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde(SUS).

A Saúde Mental na SES/DF atua na implementação e consolidação desse modelo, coordenando e supervisionando o processo de implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Distrito Federal, com vistas à ampliação da cobertura assistencial em saúde mental de forma a propiciar qualidade na atenção e no cuidado dos usuários dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas, bem como de seus familiares.

Para fins de cálculo das taxas dos indicadores da Saúde Mental são considerados apenas os serviços implantados que estão habilitados junto ao Ministério da Saúde. Deve-se considerar que o cumprimento dos critérios de habilitação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS junto ao Ministério da Saúde depende do esforço coletivo de vários setores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e do próprio GDF.

### **Rede de Urgência e Emergência**

Dentre as ações realizadas pela RUE, destaca-se o acolhimento e Classificação de Risco, Revisão do Plano de Ação, além de ações para sanar dificuldades de funcionamento das linhas de cuidado (IAM, AVC. TRAUMA) (exemplo: manutenção dos tomógrafos da REDE, fundamentais para as linhas de AVC e TRAUMA) e discussão e reestruturação do atendimento pediátrico de urgência na rede.

A SES/DF conta com seis UPA's em funcionamento (Ceilândia, Sobradinho, São Sebastião, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Samambaia) e teve como principal desafio o processo de reabilitação da UPA da Ceilândia, a qual perdeu sua habilitação gerando a suspensão dos repasses do Ministério da Saúde. Para os Jogos Olímpicos Rio 2016, com o objetivo de melhorar e organizar a efetividade na prestação de assistência, houve atualização do Plano de Ação no funcionamento da assistência pré-hospitalar e hospitalar, com treinamento e capacitação das equipes envolvidas. Ficou definido que o atendimento médico e de transporte dentro do Estádio Nacional de Brasília para o público e família olímpica estaria aos cuidados da RIO 2016 por empresa contratada e de sua responsabilidade. Entretanto, no perímetro fora do Estádio, a assistência ficou a cargo da SES/DF com o SAMU-DF. Dentro do Estádio esteve presente equipe da SES/DF dando apoio e fazendo triagem para os hospitais da rede pública e particular, caso fosse necessário. Durante a realização da “Rio 2016” destacamos o trabalho em conjunto com a gestão de leitos para redução na taxa de ocupação dos hospitais de referência (HRAN e HBDF) durante o período de 03 a 13.08.2016. Houve reforço das equipes dos prontos-socorros nos hospitais de referência e apoio (HRAN, HBDF e HRT) conforme plano de ação de cada unidade.

O SAMU-DF capacitou cerca de 200 alunos de medicina para atuarem como socorristas durante os jogos, caso houvesse necessidade de utilização do Plano de Catástrofe. No concernente ao serviço de atendimento móvel – SAMU 192, outro componente da RUE, destacamos a oferta de 100% de cobertura no DF ao longo de 2016. Porém este serviço tem enfrentado dificuldades em realizar a construção, ampliação e manutenção das suas bases descentralizadas, conforme preconiza o Ministério da Saúde. Este fato se dá devido à necessidade de termos de cessão em alguns casos, e/ou projeto de construção, e/ou recurso financeiro, e seguro das ambulâncias, o que tem acarretado em perda do repasse. Ressaltando que o processo de aquisição do seguro das ambulâncias encontra-se em andamento, aguardando parecer jurídico para prosseguimento do pleito e elaboração do plano de ação para o retorno do repasse das verbas das viaturas como também o seguro das mesmas. O SAMU/DF está habilitado, porém sem repasse de recursos (habilitação das bases do SAMU, conforme determina portaria) do Ministério da Saúde.

Quanto ao tempo de resposta no atendimento prestado pelo SAMU-DF, salientamos que este se encontra aquém do desejado, tendo como fatores de influência: a falta de manutenção dos equipamentos (monitores, oxímetros, ventiladores), desabastecimentos de alguns materiais médico-hospitalares, déficit de recursos humanos (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e condutor), instabilidade no contrato de manutenção. Contudo, é possível verificar uma melhora significativa a partir do mês de outubro/2016, logo após implantação da campanha de otimização do “Tempo-Resposta”, a qual se encontra vigente. O número de atendimentos que são considerados ligações “Encaminhadas para Regulação” mantêm-se dentro das expectativas.

Devido a constante mudança da realidade e necessidade de saúde do DF, foi preciso realizar a revisão da RUE, pois é necessário que ela represente a realidade do usuário que procura o atendimento. Com a revisão pode-se levantar o quanto as Regiões Administrativas cresceram em população e território e quantas pessoas buscam cada serviço para atendimento de urgência e emergência.

Contratado o serviço de telemedicina que possibilita troca de conhecimentos proporcionando maior segurança para o profissional realizar o tratamento de pacientes em casos mais complexos. Fornecendo aos usuários mais segurança nos procedimentos realizados dos exames Tele ECG possibilita que os sinais elétricos do coração sejam analisados, por meio da fixação de

eletrodos no tórax do paciente, Tele Holter possibilita o monitoramento da atividade elétrica cardíaca do paciente em suas atividades diárias, durante 24 horas, por meio de eletrodos (fios) fixados em seu peito. E o Tele Monitoramento Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA): método que possibilita a análise do comportamento da pressão arterial fora do ambiente de consultório médico, durante 24 horas. Visando também melhorar a atuação dos médicos que atendem nas UPA e Hospitais os casos de urgência e emergência, houve a criação da residência de Médico Emergencista, possibilitando que o usuário tenha um médico capacitado para atender os diversos casos que chegam à Urgência e Emergência dos Hospitais e UPAS do DF.

Com relação ao tempo resposta trata-se de indicador que envolve várias etapas (tempo de atendimento do médico regulador, tempo de decisão, tempo de acionamento, tempo de partida e tempo de deslocamento da equipe até o local da ocorrência) e sofre interferência de vários fatores oriundos de outros serviços que compõem a rede de atenção às urgências. A localização das bases e distribuição das ambulâncias na cidade influencia o tempo de chegada das equipes, uma vez que estão sujeitas as condições de mobilidade no trânsito. Há um grande número de macas retidas nos locais de recebimento dos pacientes transportados pelo SAMU acarretando que as equipes fiquem indisponíveis para realizar novos atendimentos, gerando a necessidade de deslocar equipes de outras regiões de saúde para fazer a cobertura da equipe que se encontra retida na unidade de saúde, como consequência, há o aumento do tempo resposta e também aumento na demanda reprimida.

#### **Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência**

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência está organizada e com Grupo Condutor em atividade, que se reúne mensalmente, sendo que as principais atividades realizadas foram: o acompanhamento do processo da construção do CER IV em Ceilândia, a revisão do contrato visando continuidade dos atendimentos na área, e melhoria dos serviços prestados à população do DF; e a habilitação de uma Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre.

#### **Rede Cegonha**

O Grupo Condutor Central da Rede Cegonha, desenvolveu no ano de 2016 ações como a condução do Colegiado de Maternidades da SES/DF, a realização de cursos de capacitação, visitas técnicas aos territórios, reabilitação dos leitos neonatais, para manutenção do repasse pelo programa, manutenção de propostas de reforma e ambiência do Hospital Regional de Samambaia e HMIB (criação de Centro de Parto Normal), condução de teste de triagem da gestante (Portaria Nº 247), triagem neonatal, triagem auditiva e habilitação de leitos canguru no HRT.

A respeito do pré-natal, o Distrito Federal apresenta um bom desempenho no que se refere ao número de consultas. Até o mês de novembro de 2017, aproximadamente 34 mil mulheres realizaram exames de triagem pré-natal no papel filtro, tendo sido realizadas mais de 245.000 consultas de pré-natal, com média de 74% das mulheres realizando pelo menos 7 consultas nesse período, em cumprimento ao preconizado pelo Ministério da Saúde.

Até novembro de 2017, foram registrados nos sistemas de informação a realização de 25.259 partos no serviço público do Distrito Federal, destes 60,6% foram partos normais. Importante ressaltar que esses números são parciais e provisórios, visto que, nesse momento ainda está ocorrendo a alimentação do sistema de natalidade.

O Grupo Condutor da Rede Cegonha direcionou os esforços para dar celeridade no andamento dos processos de construção/ambiência de Centros de Parto Normal (CPN), aprovados desde o ano de 2013 para o Hospital Regional da Samambaia (HRSAM) e Hospital Materno- infantil de Brasília (HMIB) com o objetivo de induzir a mudança para modelo obstétrico humanizado nos serviços da SES-DF. Atuou também na construção do Plano Distrital de Enfrentamento à Sífilis Congênita; na criação de fluxos de atendimento às emergências obstétricas por meio da Câmara Técnica de Ginecologia; na conclusão do Protocolo de Atenção à Saúde da Mulher no Pré-Natal, Parto, Puerpério e Cuidados ao Recém-nascido; e no treinamento dos profissionais da atenção primária de saúde que aderiram ao CONVERTE APS.

Ainda, com objetivo de reduzir os números de sífilis congênita, a Rede Cegonha por meio das Áreas Técnicas de Saúde da Mulher e do Homem incluiu no Protocolo de Atenção à Saúde da Mulher no Pré-natal, Puerpério e cuidados ao Recém-nascido, capítulo dedicado à Paternidade Ativa, que visa incluir o homem no pré-natal, realizando consultas, exames e avaliação física, além de acompanhar o atendimento à gestante.

Com a reestruturação da Atenção Primária à Saúde, os comitês de óbitos precisaram ser modificados, o que pode explicar os baixos números de investigação de óbitos até o momento. Buscando reorganizar e retomar o trabalho dos comitês de investigação, o Comitê Central reestruturou a organização dos grupos, unificando os comitês de prevenção e investigação do óbito materno e de prevenção e investigação do óbito fetal, neonatal e infantil. Dessa forma, as regiões estão novamente instituindo seus comitês e definindo seus processos de trabalho para consequentemente retomar as investigações com a celeridade que o processo enseja.

#### **Rede de Cuidados à Pessoa com Doença Crônica**

A Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas é uma estratégia para realização da atenção às doenças de início gradual, com duração longa ou incerta, de forma integral nos diversos pontos de atenção da SES/DF a partir da realização de ações de promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento de reabilitação, redução de danos e

manutenção da saúde. O enfoque inicial dado pelo MS foi aos temas Obesidade e Oncologia e no ano de 2016 foi escolhida a linha de cuidado da hipertensão e diabetes como a principal ação no processo de planificação de atenção à saúde em curso na SES-DF, em parceria com a EAPSUS e o CONASS.

A proposta de adesão à Linha de Cuidado (LC) para Prevenção e Tratamento do Sobrepeso e da Obesidade apresenta um formato inovador no âmbito da Rede de Atenção à Saúde, por meio da pactuação entre os diversos atores inseridos nos diferentes pontos de atenção à saúde, fortalecendo a comunicação institucional, bem como com outros atores governamentais e sociais presentes nas ações do DF. Em 21/03/2016 foi aprovado, por consenso, pelo Plenário do Colegiado de Gestão da SES/DF, o Plano de Ação da referida LC e no mesmo ano a Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA) da SES/DF forneceu parecer favorável à habilitação do Serviço de Alta Complexidade para tratamento da obesidade (cirurgia bariátrica) no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)

A implementação do Centro de Diabetes, Obesidade e Hipertensão (CEDOH) foi bastante relevante tendo em vista que será referência para as Regiões Centro-Norte e Centro-Sul para o atendimento a estas patologias em nível de atenção secundário.

Nesse processo de implantação da Linha de Cuidado é fundamental uma articulação entre as ações de prevenção, promoção e tratamento do sobrepeso e obesidade, com o objetivo de garantir a integralidade do cuidado a este público promovendo resolutividade dos serviços.

Foram realizadas as etapas de capacitação para implementação da Linha de Cuidado da Obesidade nas Regiões Centro-Norte, Centro-Sul e Leste. Foram capacitados 83 servidores, cujos respectivos serviços já estão funcionando conforme recomendação e fluxo da LCO. Estima-se que em 2018 pelo menos duas Regiões de Saúde sejam capacitadas no primeiro semestre.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade em todos os níveis de atenção, promovendo o uso racional de medicamentos.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	1	Manter regularizado o abastecimento de 100% dos medicamentos padronizados na SES/DF (SES)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	92,56	91,51			91,51	91,5%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	2	Atender 100% da necessidade de recursos humanos em número e qualificação adequada na Atenção Básica da Assistência Farmacêutica da SES/DF; (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	-	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	3	Adequar a estrutura física e organizacional de 80% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde da SES/DF; (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	-	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	4	Capacitar, em práticas de farmácia clínica, 90% dos farmacêuticos que atuam nas unidades de saúde da SES/DF; (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	-	0,0%
6202	BRASÍLIA	4	5	Implantar o projeto da dose individualizada em 100% dos leitos da	100	%	ACUM	MAIOR,	54,08	68,06			68,06	68,1%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	SAUDÁVEL			SES-DF (SES)				MELHOR						
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	6	Aumentar a cobertura dos pacientes acompanhados pelo serviço de farmácia clínica para 25% até 2019 (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	-			-	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	7	Informatizar 100% das farmácias das SES-DF (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	36,4	53,2			53,2	53,2%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	8	Expandir o serviço do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Alto Custo) com a abertura de 2 novas unidades de atendimento (Gama e Sobradinho) (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	1			1	50,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Manter regularizado o abastecimento de 100% dos medicamentos padronizados na SES/DF (SES);**

#### **2016**

Informa-se que são programados, ou seja, possuem processo para aquisição, 847 medicamentos. Diante desse quantitativo, vários são os fatores que interferem no abastecimento regular de todos eles, a exemplo: fracassos por preço nos processos licitatórios, descontinuação de fabricação, falta de matéria prima no mercado, pedidos de troca de marca, atrasos nas entregas, pedidos de cancelamento de Atas e empenhos pelos fornecedores, morosidade dos processos de aquisição, entre outros. Além do mais, em 2016, outro grande entrave para o abastecimento da rede foi a indisponibilidade financeiro-orçamentária. Dessa forma, todos esses fatores comprometem o atingimento da referida meta, apesar de terem sido autuados processos para a aquisição de todos eles.

#### **2017**

O abastecimento de medicamentos padronizados na Rede SES fechou o ano de 2017 com o percentual de 91,51%, valor inferior a 2016.

Com intuito de amenizar os fatores que interferem no abastecimento regular de medicamentos, a SULOLOG/SES, por meio de suas diretorias, reorganizou procedimentos de fluxos de trabalho e promoveu a implantação de uma nova ferramenta eletrônica, desenvolvida pela DIPRO/SULOLOG, para realizar o monitoramento ativo e permanente dos níveis de estoque de medicamentos e materiais médicos capaz de prever com antecedência de até 90 dias as situações de risco de desabastecimento desses produtos na rede SES e, dessa forma, adotar medidas para a mitigação desses riscos.

Além disso, com a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) espera-se maior celeridade, efetividade e economicidade dos processos de contratação e aquisição desses produtos.

Apesar do melhor desempenho alcançado com a nova ferramenta, é fundamental agilizar a emissão dos pedidos de materiais indisponíveis na Rede.

**2. Atender 100% da necessidade de recursos humanos em número e qualificação adequada na Atenção Básica da Assistência Farmacêutica da SES/DF. (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**3. Adequar a estrutura física e organizacional de 80% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde da SES/DF (SES). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)**

**4. Capacitar, em práticas de farmácia clínica, 90% dos farmacêuticos que atuam nas unidades de saúde da SES/DF (SES). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**5. Implantar o projeto da dose individualizada em 100% dos leitos da SES-DF (SES).**

**2016**

O projeto de implantação do sistema de distribuição por dose individualizada nos hospitais é crucial para melhoria do atendimento e da eficiência nos gastos públicos com medicamentos. É um Sistema no qual os pedidos de medicamentos são feitos especificamente para cada paciente (24 horas), de acordo com a segunda via da prescrição médica. Com isso, há diminuição dos estoques nas unidades assistenciais; facilidade para devolução à farmácia; redução potencial de erros de medicação; reduz tempo do pessoal da enfermagem quanto as atividades com medicamentos; redução de custos com medicamentos; controle mais efetivo sobre medicamentos; aumento da integração do Farmacêutico com a equipe de saúde. No entanto, em 2016, não existiram melhoras significativas quando comparado aos resultados de 2015, e a meta em implantar o serviço em 60% dos leitos não foi alcançada (54,08%). Fatores que impactaram negativamente no projeto de implantação da dose individualizada foram a falta de recursos humanos nas Farmácias dos hospitais, e sobretudo morosidade na tramitação dos processos para aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar as farmácias da SES/DF, quais sejam: refrigeradores, carrinho hidráulico para pallets, estação de trabalho com bins para materiais e medicamentos, pallets em polietileno de alta densidade, estantes, longarinas, plataformas, seladora, estação de trabalho, armários e caixas para medicamentos, carrinho para transporte de medicamentos em dose unitária e ar condicionado.

**2017**

Em 2017 também se obteve êxito nos processos de aquisição de equipamentos e insumos para a estruturação das farmácias, com o empenho de 57 refrigeradores para medicamentos termolábeis; 835 caixas organizadoras para o armazenamento de medicamentos e produtos para a saúde nos hospitais e UPAs; e 2 estufas para a secagem de plantas medicinais para a produção de fitoterápicos pela Farmácia Viva. Vale ressaltar que se tratam de processos autuados em 2013 e, com o novo modelo proposto pela SUAG e dada a devida prioridade, foi possível concluí-los no exercício.

**6. Aumentar a cobertura dos pacientes acompanhados pelo serviço de farmácia clínica para 25% até 2019 (SES). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Após realização do curso de capacitação em Farmácia Clínica, o próximo estágio é implantar o serviço nas farmácias hospitalares e também nas unidades básicas de saúde (cuidado farmacêutico). No entanto, essa atividade está prevista para ser monitorada e acompanhada em 2017, uma vez que a meta foi inserida na revisão do PPA 2016-2019 ocorrida em 2016. Dessa forma, os dados e resultados acerca desta meta serão obtidos ao longo de 2017.

**2017**

Na área da assistência, o principal projeto foi a implantação dos serviços clínicos farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde (APS) e o fortalecimento da Farmácia Clínica nos hospitais da rede. A partir de junho de 2017, os usuários puderam contar com o cuidado farmacêutico em 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que trouxe melhores resultados para as ações de saúde relacionadas à farmacoterapia. Para 2018, está prevista a ampliação do serviço para mais 12 UBS, a criação da Rede de Serviços Clínicos Farmacêuticos, que estabelecerá o fluxo de referência e contra referência na Assistência Farmacêutica, além da ampliação da Farmácia Clínica em nível ambulatorial, que, atualmente, está implantada no HCB, HAB e no HBDF. O serviço de Farmácia Clínica foi implantado em toda a Rede SES alcançou 100% das farmácias das unidades hospitalares.

Não há possibilidade de informar o dado em percentual, conforme inicialmente fora proposto. No entanto, é possível informar que o número de pacientes acompanhados pela Farmácia Clínica foi 47.149.

**7. Informatizar 100% das farmácias das SES-DF (SES). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Por se tratar de meta pactuada em 2016, no processo de revisão das metas do PPA 2016-2019, cuja atividade tinha início previsto para o início do ano de 2017, informa-se que há impossibilidade temporal de cumprimento da meta, tendo em vista que a presente avaliação se refere ao ano de 2016, momento o qual a meta ainda não estava vigente.

**2017**

Quanto às medidas para melhorar a gestão e controle de estoques nas unidades de saúde, foi ampliado o número de unidades básicas de saúde com gestão de estoque de maneira informatizada. Na APS elevou-se de 36,4%, em 2016, para 52,3% das UBS em 2017. Mesmo frente à falta de suporte para o sistema Alphasinc, optou-se por seguir com a informatização do controle de estoques nas Farmácias, visto ser uma demanda urgente e de alto impacto para o abastecimento, programação e orçamento da Assistência Farmacêutica. A meta pactuada para o ano de 2017 foi de 54%, entretanto o alcance foi de apenas 52,3%.

O desenvolvimento do Projeto de Cuidado farmacêutico necessitou de concentração de esforços para implantação do serviço, além disso, as unidades básicas foram ajustadas para atendimento às Portarias 77 e 78/2017, o que comprometeu a gestão local no empenho junto a estruturação física e de ampliação de recursos humanos para informatização das farmácias. Além dos problemas de conectividade na rede e o ataque de vírus ocorridos com o sistema Alphasinc, não foi possível dar celeridade no processo de informatização, prejudicando o alcance da meta pactuada.

Outra ação para melhoria desses resultados, é a estruturação dos Núcleos de Logística Farmacêutica nas regiões para auxiliar a gestão das ações de estruturação física e de recursos humanos nas farmácias das UBS.

Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de informatização das farmácias, bem como do apoio quanto às necessidades de adequações de estrutura física (espaço, rede lógica, internet) e reforço no RH para realização das atividades, para monitoramento, assistência e fornecimento de insumos farmacêuticos.

**8. Expandir o serviço do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Alto Custo) com a abertura de 2 novas unidades de atendimento (Gama e Sobradinho) (SES). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016).**

**2016**

Em 2016, houve bastante movimentação acerca da inauguração da Farmácia no Gama, no entanto não se iniciaram as obras. Dessa forma, estão previstas para que sejam iniciadas em 2017. Vale ressaltar que trata-se de uma meta inserida na revisão do PPA 2016-2019 ocorrida em 2016, com proposta de acompanhamento e monitoramento a ser realizado a partir de 2017.

**2017**

No segundo semestre de 2017 foi inaugurada a terceira farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (Alto Custo) na região administrativa do Gama. Estima-se que cerca de 6.000 usuários residentes nas regiões próximas, antes atendidos nas demais unidades (Ceilândia e Brasília), serão realocados para a nova unidade. Dessa forma, espera-se maior celeridade na execução dos trâmites administrativos, com redução no tempo de espera para o atendimento, e redução de deslocamento para as unidades Asa Sul e Ceilândia.

A quarta unidade de farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (Alto Custo) está programada para abertura até 2019 na RA de Sobradinho, conforme pactuado no PDS 2016-2019.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1383	PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA	%	48,88	31/12/2014	60	54,08	80	68,06	90	100	DIASF/SAS/ SES / UO 23901 / OE 4
1752	NÚMERO DE NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE ALTO CUSTO	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	-	-	1	0	SES

### Justificativas 2016

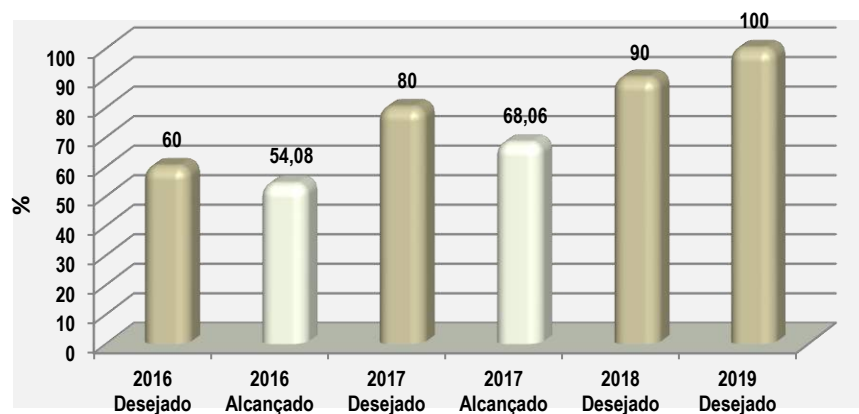
**Indicador 1383** - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado representa um alcance de 90,13% da meta.

### Justificativas 2017

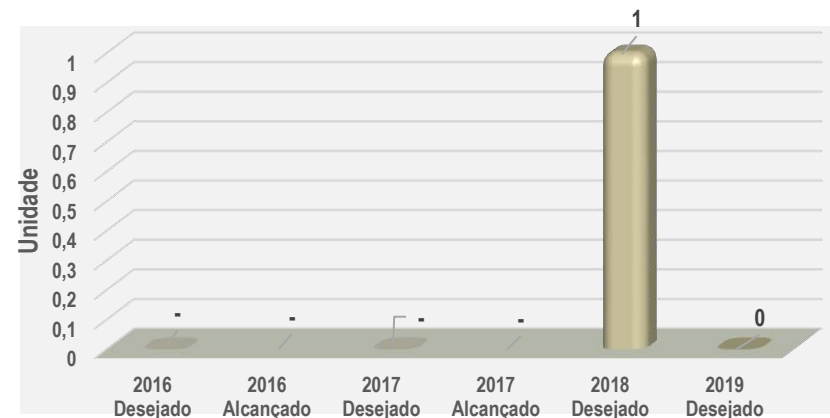
**Indicador 1383** - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 14,92 pontos percentuais representa um alcance da meta de 85,07% de leitos hospitalares com dose individualizada. No entanto, a área técnica aponta a necessidade de nomeação de servidores AOS-Farmácia e aquisição de mobiliários para as farmácias hospitalares.

**Indicador 1752** – Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período.

**PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA**



**NÚMERO DE NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE ALTO CUSTO**



## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

Os percentuais empenhados e liquidados dos recursos do Fundo de Saúde foram relativamente maiores 96,22% e 81,50% respectivamente, quando comparado ao ano de 2015, no entanto, os cursos destinados à Assistência Farmacêutica foram menores. Dessa forma, mantendo a eficiência dos anos anteriores, foi possível elevar esse valor percentual.

É de extrema importância destacar que boa parte dos recursos são liberados no final do ano, o que compromete todo o planejamento realizado, tendo em vista que a demanda por medicamentos é contínua e muitas vezes regular ao longo dos 12 meses. No ano de 2016, a assistência farmacêutica desenvolveu ações para promover a oferta de medicamentos e produtos para a saúde e a melhoria nos serviços farmacêuticos prestados à população. No âmbito da assistência farmacêutica hospitalar, foi mantido o projeto para ampliar e melhorar o fornecimento de nutrição parenteral com a contratação de empresa para prestar o serviço de manipulação das fórmulas, tendo como requisito o atendimento diário, incluindo feriados e domingos.

Quanto ao projeto de implantação do sistema de distribuição por dose individualizada nos hospitais, em 2016, não houve melhorias significativas quando comparado a 2015, e a meta em implantar o serviço em 60% dos leitos não foi alcançada (54,08%). Fatores que impactaram negativamente no projeto de implantação da dose individualizada foram a falta de recursos humanos lotados nas farmácias dos hospitais, e sobretudo morosidade na tramitação dos processos para aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar as farmácias da SES/DF, quais sejam: refrigeradores, carrinho hidráulico para pallets, estação de trabalho com bins para materiais e medicamentos, pallets em polietileno de alta densidade, estantes, longarinas, plataformas, seladora, estação de trabalho, armários e caixas para medicamentos, carrinho para transporte de medicamentos em dose unitária e ar condicionado.

Apesar das dificuldades, foi possível informatizar as farmácias satélites do Pronto Socorro do HRC, da farmácia de Dose individualizada - UTI do HRT, da farmácia do CAPS III Rodoviária e da farmácia do Pronto Socorro do HRBZ, o que permitiu melhorar o controle de estoque por parte das unidades de saúde e conseqüentemente oferecem melhores informações para a programação dos medicamentos, cujo consumo pode ser rastreado em virtude das baixas feitas pelo sistema. De certa forma houve grandes avanços nas informações obtidas por meio dos sistemas informatizados, uma vez que foram inseridos dados das monografias de todos os antibióticos no sistema de prescrição TrakCare, pois estes dados aparecem nas prescrições dos profissionais médicos e enfermeiros, melhorando a qualidade do serviço e segurança do paciente.

Outra atividade que passou a ser desenvolvida foi o acompanhamento mensal do consumo de medicamentos padronizados da SES/DF, de modo geral e por nível de atenção. Este indicador é alimentado mensalmente, e ao final do ano é utilizado no planejamento da aquisição de medicamentos para o ano subsequente.

Além da definição do elenco mínimo de medicamentos nos CAPS com farmacêuticos, a assistência farmacêutica concluiu a elaboração de mais dois projetos: criação da Central de Unitarização de medicamentos; implementação e expansão dos serviços de farmácia clínica em todas as unidades hospitalares da SES/DF.

No âmbito da Atenção Primária, vale ressaltar o impacto causado pela alteração da estrutura administrativa no início do ano de 2016, a qual criou 7 núcleos de logística farmacêutica na atenção primária, sendo um núcleo em cada Região de Saúde. O escopo de atuação dos núcleos é prestar apoio e suporte às ações de estruturação e organização dos serviços farmacêuticos na rede de atenção primária.

Outra mudança ocasionada pela reestruturação foi a reorganização da gestão e territórios de abrangência, sendo que os centros de saúde, clínicas da família e postos de saúde urbanos e rurais, que antes eram subordinados às Gerências de Centros de Saúde ou às Gerências de Saúde da Família, passaram a ser geridos pelas Gerências de Serviços da Atenção Primária. Assim, ao todo, somam 105 gerências de serviços que são responsáveis por 162 unidades básicas de saúde e 7 unidades de saúde prisionais.

Na reestruturação das farmácias houve importante avanço com a informatização da gestão dos estoques. No início de 2016, eram 39 farmácias de unidades básicas informatizadas. Com o apoio dos núcleos de logística farmacêutica, foi possível reformar, adequar e informatizar mais 20 unidades básicas de saúde. Desta forma, de 24% de unidades informatizadas passamos a 36,4%.

No âmbito assistencial, cumpre-nos informar que atualmente, o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF atende cerca de 30 mil pacientes, sendo 17.097 na Farmácia da Asa Sul e 12.088 na unidade da Ceilândia. No ano de 2016, as farmácias do componente especializado (antigo Alto Custo) realizaram 279.738 atendimentos, 25% a mais que no ano anterior. Houve, ainda, a ampliação do acesso aos medicamentos sujeitos a controle especial pela Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998 na região sudoeste, que antes contava com apenas uma unidade dispensadora em Taguatinga, e agora conta com 3 farmácias dispensadoras localizadas em Samambaia, Recanto das Emas e Vicente Pires.



O Núcleo de Farmácia de Ações está diretamente ligado à Diretoria de Assistência Farmacêutica o qual é responsável pela dispensação de medicamentos adquiridos por conta de determinações judiciais. Em 2016 o núcleo realizou 2.449 atendimentos a usuários de medicamento que foram adquiridos para atendimento de Ação Judicial, resultando uma média de 204 pessoas atendidas por mês.

Outro membro importante para a Assistência Farmacêutica é a Comissão Central de Farmácia e Terapêutica – CCFT, a qual desempenhou um papel imprescindível na avaliação dos itens padronizados pela SES/DF a fim de otimizar os gastos referentes à aquisição de medicamentos, acoplado a melhoria do acesso aos tratamentos de forma mais efetiva. Dessa forma foram revisados os itens padronizados da Atenção Básica, Média Complexidade e do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Foi definido juntamente com a Gerência do Componente Básico da Assistência Farmacêutica - GCBAF o elenco de medicamentos dos carrinhos de parada das unidades básicas de saúde, onde foram inseridos medicamentos injetáveis no rol de produtos padronizados para Atenção Básica.

O Núcleo de Farmácia Viva é outra unidade de saúde no quadro da DIASF, vinculado diretamente à GCBAF, o qual é responsável pelo cultivo e produção de fitoterápicos, além da distribuição para a rede pública. Em 2016 foram produzidos e distribuídos 25.277 fitoterápicos. Atualmente, o Núcleo de Farmácia Viva possui abrangência de distribuição de seus 13 fitoterápicos farmacopéicos a 21 Unidades de Saúde da SES/DF assim distribuídas: 01 Hospital, 17 Centros de Saúde; 01 Clínica da Família, 01 Estratégia Saúde da Família e o SAMU.

O ano de 2017 foi um período de mudanças estruturantes para a Assistência Farmacêutica no Distrito Federal, tendo em vista os importantes avanços alcançados nas diferentes áreas de atuação. Organizou-se o acompanhamento dos processos de aquisição e pareceres por meio de intervenções técnicas em diferentes etapas dos processos de compra de medicamentos, com a finalidade de aumentar a eficiência dos processos licitatórios, e aumentar a chance de sucesso nas aquisições. Neste sentido, a Assistência Farmacêutica tem acompanhado a situação de mercado dos medicamentos, principalmente para itens que não obtiveram sucesso em processos licitatórios, e, como consequência, é possível realizar ações corretivas como: revisar/ampliar descritivos inadequados/desatualizados; consolidação de informações sobre possíveis problemas de fabricação/comercialização; atuação junto à área responsável para definição de preços de referência no sentido de corrigir possíveis equívocos técnicos; atuação junto à área responsável pela elaboração do instrumento de compra, para adequação dos instrumentos convocatórios em casos de peculiaridades técnicas.

Na área da assistência, o principal projeto foi a implantação dos serviços clínicos farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde (APS) e o fortalecimento da Farmácia Clínica nos hospitais da rede. A partir de junho de 2017, os usuários puderam contar com o cuidado farmacêutico em 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que trouxe melhores resultados para as ações de saúde relacionadas à farmacoterapia. Para 2018, está prevista a ampliação do serviço para mais 12 UBS, a criação da Rede de Serviços Clínicos Farmacêuticos, que estabelecerá o fluxo de referência e contra referência na Assistência Farmacêutica, além da ampliação da Farmácia Clínica em nível ambulatorial, que, atualmente, está implantada no HAB e no HBDF.

Cumprindo o papel de norteador da política das ações de Assistência Farmacêutica na SES/DF, editou -se Notas Técnicas, dentre as principais: NT nº 02 de 05/06/2017, que traz os instrumentos para organização do Cuidado Farmacêutico nas Unidades Básicas de Saúde da SES/DF; e a NT conjunta DIASF/COAPS nº 01, de 23/10/2017, que estabelece os parâmetros e requisitos para manutenção e redistribuição dos servidores técnicos/auxiliares nas farmácias das Unidades Básicas de Saúde da SES/DF. Ambas apoiam as regiões de saúde a organizarem as ações de Assistência Farmacêutica melhorando os serviços prestados.

Outra medida importante para melhorar os serviços ofertados à população foi à realização de oficinas junto às Superintendências para a ampliação da oferta de medicamentos sujeitos a controle especial em todas as UBS que tenham farmacêuticos. Para cumprimento dessa demanda editou-se a Circular SEI-GDF n.º 4/2017, de 27/11/2017, que estabelece os requisitos necessários para a guarda, controle e fornecimento dos medicamentos sujeitos a controle especial e concede o prazo de até 30 de março de 2018 para que todas as 55 UBS com farmacêutico estejam dispensando os referidos medicamentos.

De fevereiro a setembro, foi realizado o projeto de estruturação da logística da Região Leste, que teve como objetivo organizar e descentralizar a distribuição de medicamentos e insumos destinados às Unidades Básicas de Saúde da Região. O projeto obteve êxito e permitiu dar mais autonomia, resolutividade e controle da demanda desses produtos às equipes de saúde e usuários, com importante diminuição da carga de serviço das farmácias hospitalares relacionada às demandas das UBS. Em 2018, planeja-se estruturar a logística de mais 2 regiões de saúde (Centro-Sul e Sudoeste ou Norte).

Também merece destaque a inauguração da terceira farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (antigo alto custo), em outubro, localizada na região administrativa do Gama. A ampliação do serviço se encaixa nos propósitos do governo para fortalecer os níveis de atenção de média e alta complexidade, contribuindo para a descentralização do atendimento hoje prestado, em consequência colaborando para a humanização do atendimento, aumento do acesso aos medicamentos e melhoria da assistência farmacêutica prestada. Estima-se

que cerca de 6.000 usuários residentes nas regiões próximas, antes atendidos nas demais unidades (Ceilândia e Brasília), serão realocados para a nova unidade. Dessa forma, espera-se maior celeridade na execução dos trâmites administrativos, com redução no tempo de espera para o atendimento, e redução de deslocamento para as unidades Asa Sul e Ceilândia.

A quarta unidade de farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (Alto Custo) está programada para abertura até 2019 na Região Norte (Sobradinho), conforme pactuado no PDS 2016-2019.

Outra ação realizada no âmbito do CEAF refere-se à divulgação dos estoques dos medicamentos dispensados nas unidades com o objetivo de prestar um serviço mais transparente e célere à população, mediante disponibilização da lista diária atualizada afixada nas unidades e por meio eletrônico no portal da transparência da SES-DF, evitando o enfrentamento de filas para verificar se o medicamento de interesse possui ou não estoque. Em 2018 se pretende ampliar as informações contidas no portal da SES-DF, a fim de que sejam disponibilizados em tempo real os quantitativos de estoques com apoio do DATASUS/Ministério da Saúde e demais informações quanto aos documentos necessários para solicitação de medicamentos nas unidades.

Em 2017 também obtivemos êxito nos processos de aquisição de equipamentos e insumos para a estruturação das farmácias, com o empenho de 57 refrigeradores para medicamentos termolábeis; 835 caixas organizadoras para o armazenamento de medicamentos e produtos para a saúde nos hospitais e UPAs; e 2 estufas para a secagem de plantas medicinais para a produção de fitoterápicos pela Farmácia Viva. Vale ressaltar que tratam-se de processos autuados em 2013, e com o novo modelo proposto pela SUAG e dada a devida prioridade, foi possível concluí-los no exercício.

A Farmácia Viva produziu 15.585 unidades de fitoterápicos até agosto, uma quantidade inferior a do último ano (25 mil) devido à falta de insumos, como o açúcar e potes plásticos. Entretanto, no mês de novembro, o abastecimento foi restabelecido e a produção já foi retomada. Essa produção própria atende atualmente 21 unidades de saúde. Contudo, está sendo realizado um recadastramento por meio de formulário enviado por e-mail às unidades atendidas, pois, dentre as atuais unidades de saúde cadastradas existem outras que atendem aos programas de saúde da família da região, e portanto, após o recadastramento acredita-se que esse número irá crescer.

A Farmácia Viva realizou neste ano a capacitação para mais de 40 servidores sobre plantas medicinais. Em 2018, planeja-se capacitação específica para os membros da equipe de saúde das UBS, visando multiplicar o conhecimento no tema para motivar os usuários sobre o plantio e uso adequado de plantas medicinais. Espera-se capacitar cerca de 60 servidores. Além disso, está em estudo a Inclusão do fitoterápico Alpinizerumbet "Colônia", que possui ação ansiolítica.

Já o Núcleo de Farmácia Judicial realizou cerca de 3000 atendimentos na Farmácia de Ações. Atualmente existem 793 pacientes judicializados ativos cadastrados no NUFAJ. Estas ações referem-se ao fornecimento de medicamentos não padronizados, padronizados cuja patologia do paciente não se enquadra em protocolo clínico distrital ou federal e demandas por produtos padronizados apenas para atendimento hospitalar.

Houve trabalho intenso para a reorganização da Comissão de Farmácia e Terapêutica, a qual retomou suas atividades no segundo semestre do ano de 2017. Nesse período, os principais esforços foram despendidos na revisão da Relação de Medicamentos Padronizados da SES-DF – REMEDF e adequação do Regimento Interno a ser publicado seguindo as recomendações do Tribunal de Contas e as sugestões da DIORG/SUPLAN. Este trabalho visou a redução dos itens programáveis pela SES-DF a fim de otimizar os processos de trabalho, e segregar aqueles itens que vinham constando na relação, mas encontravam sérios problemas de aquisição, seja por problema de fabricação do produto, fracassos nos processos licitatórios, descontinuação na produção, itens sem consumo na rede.

---

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**005 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE: Ampliação e qualificação da Política Pública de Vigilância em Saúde para prevenção, promoção, redução, eliminação dos riscos e agravos à saúde da população.**

---

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES**

---

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

## Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	1	Ampliar a capacidade de resposta laboratorial em 7% ao ano, com ano base 2015 (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	28	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	9,64	12,34			12,34	44,1%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	2	Ampliar, em 10% ao ano, a análise fiscal de medicamentos. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	27,72	X	X	X	X	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	3	Realizar 408 ações de vigilância em saúde do trabalhador até 2019 (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	408	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	121	136			136	33,3%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	4	Manter o índice de infestação do Aedes aegypti a menos de 1% ao ano (SES)	<1	%	ACUM	MENOR, MELHOR	0,56	0,71			0,71	129,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	5	Ampliar, em 10% ao ano, o número de análises de amostras de água para consumo humano, em relação aos parâmetros nacionais (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	40	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85	-			-	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	6	Realizar inspeções sanitárias em 80% das farmácias de manipulação até 2019 (SES)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15,47	22,58			22,58	28,2%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	7	Realizar 105 inspeções sanitárias nos ambientes de alta complexidade de 100% dos hospitais do DF até 2019. (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	105	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	46	X	X	X	-	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	8	Elaborar, anualmente, 15 documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde no DF. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	60	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	124	X	X	X	-	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	9	Encerrar, oportunamente, 90% dos casos de doenças de notificação compulsória por ano (SES)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	93,3	91,91			91,91	102,1%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	10	Manter, anualmente, ≤ 1 o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	<=1	UNID	ACUM	MENOR, MELHOR	0,48	0,47			0,47	153,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	11	Realizar inspeção em 100% dos serviços de mamografia até 2019 (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-			-	0,0%

## Análise Qualitativa

**1. Ampliar a capacidade de resposta laboratorial em 7% ao ano, com ano base 2015 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

O aumento ocorreu pela implementação de novas técnicas de diagnóstico, no intuito de atender as demandas epidemiológicas do Brasil e sobretudo do Distrito Federal. Entre as principais análises destacam-se técnicas sorológicas para Zika vírus e Mayaro e, moleculares para vírus respiratórios e febre amarela. Além de incrementos na área de bacteriologia e micologia.

**2017**

Para alcance do Objetivo Aprimorar as ações do Laboratório Central para atender as demandas específicas de saúde pública no DF foi pactuado o indicador Total de ensaios implantados no escopo analítico do LACEN, tendo superado a meta (267), o que contribuiu para esse resultado foi o aumento do escopo (para 273), que foi possível devido a incorporação de novos exames na área de bacteriologia e virologia. Está em implantação o plano de ação a partir da execução das pactuações oficializadas

Com a DIVISA, DIVEP, DIVAL e outras instâncias como o Ministério da Saúde, além de outras unidades da SES como a Farmácia Viva e GEDIAG/DISAH, para ampliação do escopo. Durante o ano de 2017 o LACEN-DF a partir de articulações com Laboratórios de Referência nacionais e internacionais capacitou 08 servidores, em unidades renomadas como o Instituto Evandro Chagas, Fundação Ezequiel Dias, Universidade Federal de Uberlândia e Public Health England.

## **2. Ampliar, em 10% ao ano, a análise fiscal de medicamentos. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em comparação ao ano anterior, há um aumento significativo no percentual das análises de produtos coletados. Pode-se destacar como ponto forte uma equipe exclusiva para realização de coletas de medicamentos. O ponto a melhorar é a realização de ensaios de identificação e teor.

## **3. Realizar 408 ações de vigilância em saúde do trabalhador até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

A meta definida para 2016 foi superada em 216%, tendo sido alcançada já no 1º Quadrimestre. Pontos fortes: Grande quantidade de Ações Educativas desenvolvidas e integração dos Projetos do Cerest. No 2º quadrimestre, a Diretoria do Cerest optou por focar nas ações de inspeção em ambiente de trabalho. Seguindo esse movimento, foram realizados dois cursos de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT), em parceria com a Fiocruz. Atualmente 90% dos técnicos do Cerest estão capacitados para realizar inspeções em ambiente de trabalho. Pontos a melhorar: Promover maior qualificação dos servidores do CEREST para realização de "Análise de Situação de Saúde" e fortalecer a integração com a Diretoria de Vigilância Sanitária para realização das "Inspeções Sanitárias em Ambientes de Trabalho".

**2017**

Quanto ao Objetivo Fortalecer as ações de vigilância e controle de agravos à Saúde do Trabalhador as ações planejadas foram executadas parcialmente, uma vez que de 03 ações somente 01 foi realizada: Participar de eventos com os Sindicatos e Controle Social com atividades educativas e/ou disponibilização de material informativo sobre Acidentes de Trabalho Graves, tendo o resultado (42) superado a meta (12).

É desejável dar continuidade as ações de saúde do trabalhador em todas as instâncias e pontos da Rede, mediante construção conjunta de protocolos, linhas de cuidado, fortalecendo e articulando as ações de vigilância em saúde na assistência, identificando os fatores de risco ambientais, para a proposição de ações.

## **4. Manter o índice de infestação do Aedes aegypti a menos de 1% ao ano (SES);**

**2016**

Em 2016 foram realizados apenas 3 Levantamentos de Índice Rápido para Aedes aegypti - LIRAA dos 4 previstos em razão da priorização das visitas domiciliares, assim como a reprogramação das férias dos servidores do Ministério da Saúde que foram suspensas no primeiro semestre. No primeiro LIRAA realizado em abril, o índice de infestação predial do DF foi de 0,24%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo B. Depósitos móveis: vasos/frascos com água, prato, pingadeira, recipiente de degelo de refrigeradores, bebedouros, pequenas fontes ornamentais.

No segundo LIRAA realizado em setembro, o índice de infestação predial do DF foi de 0,30%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante, também foi o tipo B. No terceiro LIRAA realizado em dezembro, o índice de infestação predial do DF foi de 1,15%, classificado como de alerta e o depósito predominante foi o tipo D2. Depósitos passíveis de remoção/proteção: Lixo (recipientes plásticos, latas), sucatas em pátios e ferro velhos, entulhos.

Assim, o índice de infestação do Aedes aegypti para o DF em 2016, foi de 0,56%, ou seja, menor de 1% classificado como satisfatório.

## 2017

Em 2017, foram realizados 04 LIRAA programados para esse período.

No 1º LIRAA (fev/2017), foi identificado um aumento significativo de depósitos predominantes A2 (depósitos ao nível do solo para armazenamento doméstico – tonel, tambor, barril, tina, depósitos de barro (filtros,oringas, potes), cisternas, caixas d'água, captação de água em poço/cacimba/cisterna), em função da crise hídrica.

No 2º LIRAA (maio/2017), o índice de infestação predial do DF foi de 0,56%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante permanece o tipo A2.

No 3º LIRAA (ago/2017), o índice de infestação foi 0,13%, classificado como satisfatório. O depósito predominante permanece o A2. Neste LIRA observamos uma redução do depósito predominante A2.

No 4º LIRAA (nov/2017), o índice de infestação predial do DF foi de 0,95%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo A2 e B ( depósitos móveis – Vasos/frascos com água, pratos, garrafas retornáveis, pingadeira, recipientes de degelo em geladeiras, bebedouros em geral, pequenas fontes ornamentais, materiais em depósitos de construção (sanitários estocados, canos, etc.), objetos religiosos/rituais).

Assim, o índice anual de infestação foi de 0,71%, alcançando a meta anual (<1%), no entanto, com resultado inferior ao ano anterior (0,56%).

Destaca-se entre as ações para o alcance da meta, o Programa Mensageiros da Água e a Ação Escola Sem Mosquito desenvolvido para o enfrentamento da mudança de comportamento em virtude da crise hídrica. Somente em maio de 2017 foram capacitados 514 profissionais da educação como multiplicadores. Essas ações foram fundamentais para orientação da população quanto ao uso racional da água, o armazenamento adequado e o combate ao Aedes.

De acordo com Informações fornecidas pela Terracap, em dezembro de 2017, o Distrito Federal possui 772.923 edificações. Aplicada a meta ao universo de imóveis do DF, o escopo das vistas, por ciclo, corresponde a 618.338. Portanto, para o alcance da meta são necessárias 2.473.353 visitas domiciliares no ano. Entretanto, não foi possível alcançar a meta devido principalmente ao déficit de servidores de campo. As equipes são formadas por 501 servidores que desenvolvem diretamente as atividades de visitas e inspeções domiciliares. No primeiro ciclo, foram realizadas 195.263 (31% da meta); no segundo ciclo 319.305 (47% da meta); no terceiro ciclo 304.992 (45% da meta); no quarto ciclo 261.578 ( 38% da meta); no quinto ciclo 271.941 (43% da meta); no sexto ciclo 283.810 (45% da meta).

De Janeiro a Outubro de 2017, foram realizadas as seguintes atividades: 124 Palestras (público atingido 7.480); 172 apresentações de Teatro (público atingido 25.627); 52 Stands (público atingido 6.845) e 07 capacitações de multiplicadores mirins (público atingido 1.370), 01 capacitação de multiplicador (público atingido 30 militares), distribuídas nas Regiões Administrativas de: Brazlândia; Ceilândia; Taguatinga; Santa Maria; Gama; Asa Norte; Asa Sul; Estrutural; Lago Sul; Guará; N. Bandeirante; Sobradinho; Planaltina; Samambaia; Recanto das Emas; Riacho Fundo I e II; Águas Claras; Paranoá; Itapuã; e São Sebastião.

As ações foram iniciadas em parceria com a secretaria das Cidades desde janeiro de 2017. Baseado no LIRA, as atividades são desenvolvidas a partir de áreas com IIP > 1% ou com circulação viral. 1º bimestre as RA's que receberam ações de manejo ambiental foram: Brazlândia, Ceilândia, Fercal, Sobradinho, Vila Planalto e Guará; 2º bimestre: Guará, Sobradinho I, Samambaia, Taguatinga, Riacho Fundo I; 3º bimestre: Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Águas Claras, Taguatinga; 4º bimestre: Taguatinga, Varjão, Lago Sul, Jardim Botânico; 5º bimestre: Gama, Park Way, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Lago Norte, Sudoeste, Octogonal e Cruzeiro.

Uma das ações propostas em 2017 foi a de realizar o Reconhecimento por Georreferenciamento nas regiões administrativas para subsidiar a SES nos programas de Saúde Pública (doenças transmitidas por vetores e zoonoses, animais peçonhentos, sinantrópicos e silvestres) (Ras). Em fevereiro iniciou-se o reconhecimento geográfico piloto em 1 RA (SAMAMBAIA). Houve a criação do formulário de reconhecimento geográfico. E dada a continuidade das atividades de reconhecimento geográfico nas RA's do Recanto das Emas e Gama; Santa Maria, Paranoá, Guará e Ceilândia.

**5. Ampliar, em 10% ao ano, o número de análises de amostras de água para consumo humano, em relação aos parâmetros nacionais (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

## 2016

A realização das análises por parte do Lacen-DF depende da quantidade que chega de amostras coletadas pela DIVAL. Em 2016 o número de amostras coletadas foi de 948. O Lacen realizou 85% de análises em relação ao que chegou ao laboratório, cumprindo assim a meta estabelecida pelo PDS-Plano Distrital de Saúde (dados inseridos na ferramenta SESPLAN/ 2016) para o Lacen.

**2017**

Em 2017, para alcance da meta era prevista a coleta de 2.104 amostras, no entanto, foram coletas 1.093 para análise.

Mesmo com a superação de algumas dificuldades detectadas durante o ano, esses quantitativos estão abaixo do esperado. A principal dificuldade foi o início tardio das coletas que se deu em meados de abril, apenas em unidades de saúde, majoritariamente causado pela redução no quantitativo de servidores da unidade. Adicionalmente, as limitações analíticas do LACEN-DF que restringem as amostras as 40 amostras semanais. No ano de 2017, não foi possível a pactuação interna (DIVAL/LACEN) para potencializar ações ou estratégias para atingir a meta.

Assim, verifica-se, além do não atingimento da meta, que o resultado diminui 7% ano em relação ao exercício anterior.

Dentre as ações que poderão contribuir positivamente para o alcance da meta em 2018, destaca-se a Integração da Vigilância junto ao LACEN; a descentralização das coletas para os Núcleos Regionais de Vigilância ambiental em Saúde, a conclusão da reforma dos laboratórios do LACEN e o ajuste do quantitativo junto ao Ministério da Saúde.

Visando atingir as metas PAS/2018 de controle de qualidade da água para consumo humano, nos meses de novembro e dezembro 2017 foram realizadas reuniões com as equipes gerenciais da GEVAC/DIVAL e GCQPA/LACEN para alinhamento de quantitativos de amostras semanais e metodologias de coleta. Ante aos acertos foi construído Plano de Amostragem da Vigilância em saúde ambiental - Controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano no DF -2018.

#### **6. Realizar inspeções sanitárias em 80% das farmácias de manipulação até 2019 (SES);**

**2016**

Devido à sobrecarga da equipe foram inspecionadas 50 empresas no universo de 83. Como pontos fortes podemos destacar a existência de uma equipe específica e dedicada. Um ponto a ser melhorado é planejar a distribuição da equipe de modo a atender as inspeções que não são programadas.

**2017**

Quanto a proporção de farmácias de manipulação inspecionadas, o resultado alcançado em 2017 foi de 22,58% ficando abaixo da meta (40,00%), programar as ações e debater com as equipes as possíveis intercorrências, facilitou e agilizou muito as inspeções de alta complexidade, porém, uma das equipes foi desfeita impactando no processo de trabalho

#### **7. Realizar 105 inspeções sanitárias nos ambientes de alta complexidade de 100% dos hospitais do DF até 2019. (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Foram pactuadas 102 ações de VISA em 34 hospitais até 2019. Desse total em 2016 até o final do segundo quadrimestre foram realizadas 17 ações de VISA, sendo 07 no primeiro e 10 no segundo quadrimestre de 2016, o que representa 77,27% tendo como base 22 inspeções programadas em 2016. Como pontos fortes pode-se destacar planos de ação consolidados, legislação disponível, roteiro de inspeções elaborados, reconhecimento do setor regulado, implantação do sistema de informação; modelos de relatórios elaborados e vasto histórico sanitário dos hospitais do Distrito Federal. Destaca-se alguns pontos a serem melhorados, tais como: insuficiência de infraestrutura física e organizacional e de logística adequada à operacionalização das atividades fins da gerência; insuficiência de servidores lotados na gerência; insuficiência de capacitação e qualificação. No 3º quadrimestre o programa de inspeções nos hospitais do DF foi completamente cumprido no ano de 2016, considerando a meta de 22 hospitais.

#### **8. Elaborar, anualmente, 15 documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde no DF. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

A GIASS produziu 11 documentos, destacando que o estudo do perfil de morb/mortalidade é fundamental para conhecer as condições de saúde e de doença de uma população. Saber onde e quantos adoecem e morrem, do que morrem, com que idade e as circunstâncias do óbito, é importante para avaliar o acesso e a qualidade do sistema de saúde e reorientar as políticas públicas de saúde, quando necessário. Dados dos relatórios estratificados em 2016 são referentes ao ano de 2015, dados parciais e provisórios na data dos relatórios. Fonte: SINAN- SIM-SINASC - as datas de fechamento dos bancos são de outubro do ano subsequente.

Foram produzidos e divulgados 2 Boletins Epidemiológicos (DST/Aids e de Sífilis) em 2016. Estes instrumentos são necessários para o conhecimento da situação e perfil epidemiológico dessas doenças nas regiões do DF e permitem analisar fatores que contribuem para essa situação e traçar recomendações de enfrentamento e/ou melhoria da atenção à saúde no DF.

O objetivo com a elaboração dos documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde do DF foi divulgar dados e indicadores relevantes, dar ampla divulgação para diferentes públicos e fornecer informações para o planejamento e programação da SES/DF.

#### **9. Encerrar, oportunamente, 90% dos casos de doenças de notificação compulsória por ano (SES);**

**2016**

O cumprimento da meta depende das ações desenvolvidas pelas equipes de Vigilância Epidemiológica das Superintendências de Saúde, além da necessidade de uma rede informatizada para a inserção dos dados no Sistema Nacional de Agravos e Eventos de Notificação-SINAN, inseridos no local de atendimento do paciente. O desafio hoje é colocar o complexo penitenciário ligado diretamente na rede do SINAN SES/DF para captação dos casos oportunamente. Data de extração dos dados 13/03/2017, Fonte: SINAN, Dados parciais e provisórios, os dados definitivos encerram-se em outubro do ano subsequente ao da notificação.

**2017**

O resultado anual de 2017 foi de 91,91% - a meta foi superada.

Verifica-se que a utilização do SINAN vem contribuindo para o encerramento em tempo oportuno das doenças de notificação compulsória.

Em 2017, as regiões centro sul, oeste, sul e sudoeste tiveram todas as unidades de saúde com SINAN implantado, sendo que na região centro sul o treinamento dos servidores para uso do SINAN foi feito pela própria equipe da Vigilância Epidemiológica. As regiões centro norte, leste e norte ainda estão em fase de descentralização.

Como fatores positivo destaca-se a melhoria na rede intranet e internet SES, a quantidade de unidades que realizam a inserção dos dados a partir da unidade de atendimento do paciente e a descentralização do SINAN para todas as UBS.

#### **10. Manter, anualmente, ≤ 1 o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Houve somente 01 caso registrado no DF no ano de 2016(\*) (numa população de 209.853 hab. menores de 5 anos). As ações para o controle da transmissão vertical do HIV estão implementadas no âmbito da Rede Cegonha, que coordena a implantação do diagnóstico e tratamento oportuno da gestante no pré-natal e parto e tratamento do recém-nascido, bem como o fornecimento de fórmula infantil substitutiva à amamentação. Em 2016(\*) foram notificadas 65 gestantes com HIV, o que demonstra a eficácia das estratégias implementadas e a necessidade de sua manutenção. (\*) Fonte SINAN 2016. Dados preliminares, sujeitos à alteração. Extraídos em 10/01/17.

**2017**

A incidência de AIDS em menores de 5 anos de idade teve o resultado alcançado ( 0,47) - coeficiente de incidência da AIDS ≤ 1 caso por 100.000 crianças menores de 5 anos , o que evidencia a eficiência das ações de controle da transmissão vertical do HIV. Foram notificados 52 casos de gestantes com HIV. No entanto ocorreu apenas 1 caso novo de AIDS em menores de 5 anos, demonstrando a eficiência das medidas de controle da transmissão vertical, com diagnóstico precoce, tratamento ARV à gestante e ao recém-nascido e o fornecimento de fórmula infantil, beneficiando por mês cerca de 60 crianças expostas ao HIV e HTLV até os 18 meses de idade.

#### **11. Realizar inspeção em 100% dos serviços de mamografia até 2019 (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

**2017**

Como a meta é nova, apenas será mensurada a partir do ano de 2018

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1384	PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDAS AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS	%	0,76	31/01/2015	<1	1,01	<1	0,71	<1	<1	SIST INF LIRAA/ GEVAPAC/ DIVAL/SES / UO 23901 / OE 5
1385	PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF	%	37	31/01/2015	80	53,81	80	36,83	80	80	GEVAZ/ DIVAL/ SES / UO 23901 / OE 5
1386	PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª DOSE) , POLIOMELITE (3ª DOSE) E TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE)- COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA.	%	100	31/01/2015	100	44,44	-	-	100	100	GEVEI/ DIVEP/ SES / UO 23901 / OE 5

### Justificativas 2016

**Indicador 1384** - Indicador quanto menor melhor. Foram realizados os 3 ciclos de LIRAA, o DF encontra-se em alerta em razão do índice está maior que 1, segundo a área técnica. Houve providências aos insumos como uniformes e outros materiais para o trabalho de campo, tendo ainda o desafio de falta de pessoal e veículos para a logística operacional.

**Indicador 1385** - Indicador quanto maior melhor. O resultado representa 67,01% da meta. Para atingir a meta são necessários ampliação em 40% o número de postos de vacinação, dos vacinadores para 3.360 vacinadores o total de pessoas nos dias de campanha. Ainda continua baixo a quantidade de profissionais envolvidos na campanha.

**Indicador 1386** - Indicador quanto maior melhor. Os dados são parciais por problemas em algumas regionais para fechamento do sistema. Segundo a área técnica providências estão sendo adotadas para correções no sistema (SIPIN - Sistema do Programa Nacional de Imunização com previsão para mar/2017).

### Justificativas 2017

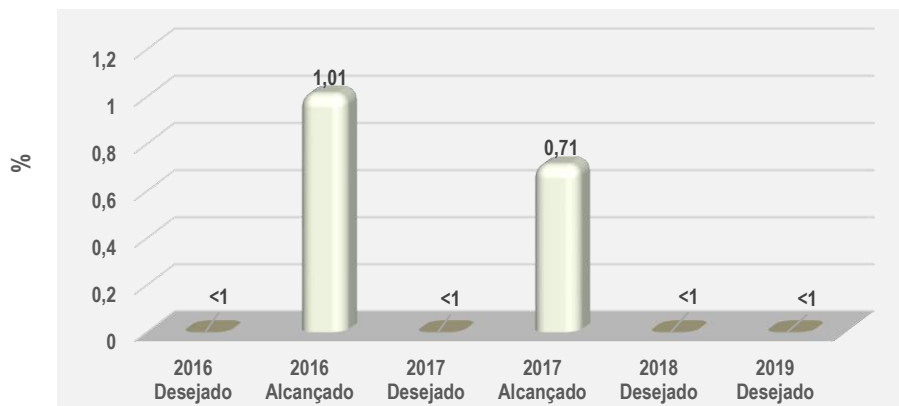
**Indicador 1384** - O indicador é decrescente. Quanto menor melhor. A meta foi superada em 28,98%. O quarto LIRA foi realizado entre os dias 20/11 e 24/11. O índice de infestação predial do DF foi de 0,95%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo B. A equipe técnica afirma que as ações que mais contribuíram para o alcance da meta foram: maior integração entre os núcleos regionais; identificação das áreas com maior incidência de infestação do Aedes aegypti.

**Indicador 1385** - A variação de 43,17 pontos percentuais, representa um alcance da meta de 46,04%, ficando abaixo 53,96% da pactuada. Segundo a área técnica foram realizadas divulgações da vacina de rotina durante todo o ano nos postos de vacinação da rede. Indica como necessidade fomentar parcerias com demais órgãos como SEMA, IBRAM, EMATER, CBM, PMDF e Forças Armadas para ampliar os postos de vacinação de rotina e campanha.

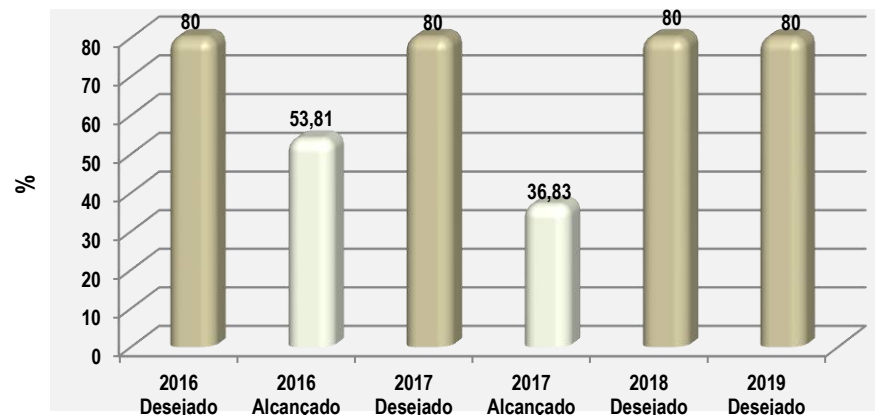
**Indicador 1386** - O indicador considera as quatro vacinas selecionadas na pactuação interfederativa pelo MS que considera o parâmetro de 95% para cada dose. Assim sendo, o DF só alcançou 87%, ficando 8,42% abaixo da meta preconizada nacionalmente, o que acaba zerando a informação.



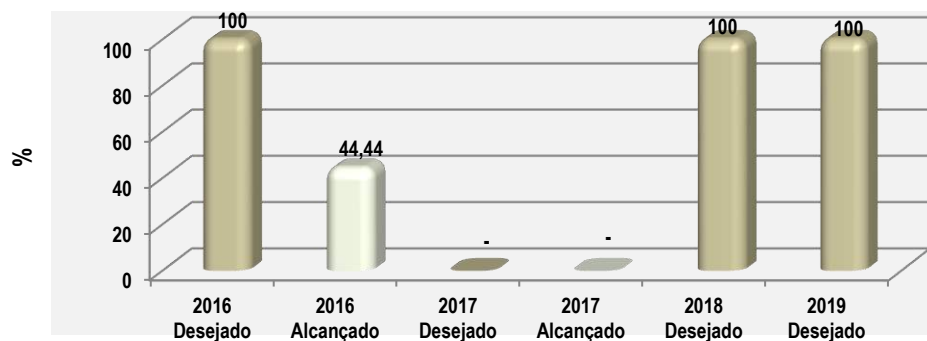
**PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDES AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS**



**PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF**



**PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10 - VALENTE (2ª DOSE), POLIOMELITE (3ª DOSE) E TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE) COM COBERTURAS VACINAIS PRECO**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	5	1	Fortalecimento do Programa de Qualidade Laboratorial do LACEN.	23101	100%	<p><b>2016</b> Foram realizadas visitas técnicas nos núcleos técnicos e administrativos do Lacen pela Gerencia do Sistema de Qualidade. Revisões de manuais e procedimentos operacionais padrões. Participação de dois servidores do Lacen no curso da norma ABNT NBR ISSO 15189/2015. Treinamento dos servidores no programa 5 s e em dois procedimentos gerenciais. Formação da comissão de qualidade e da comissão de resíduos químicos.</p> <p><b>2017</b> Para alcance do Objetivo Aprimorar as ações do Laboratório Central para atender as demandas específicas de saúde pública no DF foi pactuado o indicador Total de ensaios implantados no escopo analítico do LACEN para 273 tipos de exames, tendo superado a meta de 267, com a incorporação de novos exames na área de bacteriologia e virologia. O LACEN-DF em articulações com Laboratórios de Referência nacionais e internacionais capacitou 08 servidores, em unidades renomadas nacionalmente, como o Instituto Evandro Chagas, Fundação Ezequiel Dias, Universidade Federal de Uberlândia e Public Health England.</p>
6202	5	2	Promoção da educação continuada dos profissionais.	23101	50%	<p><b>2016</b> Ações de educação continuada foram desenvolvidas pela SVS, nas seguintes Diretorias: Realizada a Oficina de Programação Distrital da Vigilância Sanitária - A programação fiscal distrital foi elaborada para facilitar o gerenciamento dos riscos sanitários e o monitoramento de estabelecimentos sujeitos à fiscalização da vigilância sanitária. Capacitação de gerentes, servidores lotados nas gerências e gabinete, chefes de núcleos de inspeção, auditores de atividades urbanas, gestores e especialistas lotados na Diretoria de Vigilância Sanitária para o desenvolvimento de programas distritais utilizando a metodologia preconizada pelo sistema de gestão da qualidade. Promoção de capacitações em hanseníase; capacitação para o diagnóstico precoce e manejo clínico adequado da tuberculose; e capacitação em classificação e manejo clínico das Arboviroses (dengue, Chikungunya e Zika) para diversos profissionais de saúde do Distrito Federal. Foram realizadas 9 capacitações para 1.145 profissionais de saúde tanto de nível médio como superior; As ações realizadas atingiram aos objetivos propostos contribuindo para o alcance das metas dos indicadores do Plano Distrital de Saúde e no COAP. Foi realizada uma exposição dialogada sobre "Causas Externas" no Ciclo de Debates. Realizadas capacitações para a atuação nas situações de violência e notificação compulsória das violências interpessoais e autoprovocadas. Realizamos também capacitação para o fortalecimento do Atendimento especializado à violência e encontros de capacitação continuada para os Chefes do NUPAV. Foram feitos 33 encontros de capacitações continuadas para a gestão dos NUPAV nas Regiões de Saúde do DF. 24 capacitações para a atuação nas situações de violência, e ficha de notificação de violência interpessoal/autoprovocada., mediação de conflitos e comunicação não violenta.</p>
6202	5	3	Fortalecimento de articulações com as demais Subsecretaria da SES/DF (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	23101	X	<p><b>2016</b>-Realização de oficina de implementação da Vigilância em Saúde na Atenção Primária. Atuação no Grupo Condutor da Rede Cegonha, a fim de fortalecer a implementação das ações de diagnóstico e controle da sífilis em gestante, congênita, HIV em gestante e crianças expostas ao HIV. As ações realizadas atingiram aos objetivos propostos contribuindo para o alcance das metas dos indicadores do Plano Distrital de Saúde e no COAP. Foi realizada articulação com atenção primária a saúde para implantação da capacitação dos profissionais para implantação do Projeto Jogo de Cintura.  Para a implantação da Linha de Cuidado para pessoas em situação de violência foram realizadas reuniões para coordenação, pactuação e articulação com as Superintendências, outros setores da Secretaria e Unidades Hospitalares de Referência Distrital. Foi realizada articulação com setores da Secretaria para a recomposição de recursos humanos e pactuação de fluxos e protocolos de atendimento a pessoas em situação de violência na rede da SES/DF.</p>
6202	5	4	Elaboração e implantação de Plano de Comunicação Interna e Externa (Ação excluída,	23101	Não Informado	<p><b>2016</b> Quanto à elaboração e implantação de Plano de Comunicação Interna e Externa, a Secretaria utilizou os meios de comunicação interna e</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			<i>conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>		pela Unidade.	externa para sensibilizar e mobilizar para a temática da violência. Foram utilizados documentos oficiais, notas técnicas, fluxos, atividades de sensibilização e e-mail para a comunicação interna e uso do site e redes oficiais da SES/DF.
6202	5	5	Realização de análises e estudos de modelos já existentes de Agências de Vigilância em Saúde (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	6	Elaboração de instrumento legal para viabilizar a criação da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF e do Sistema Distrital de Vigilância em Saúde do DF (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	7	Criação de Grupo Técnico - GT para discutir a elaboração da Missão, Visão e Valores, bem como o Plano de Gestão da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF. (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	8	Elaboração de Regimento Interno da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF. (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	9	Elaboração de instrumento legal para criação da carreira de Vigilância em Saúde do DF. (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### **Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT)**

A Saúde do Trabalhador, promoveu dois cursos com apoio da Fiocruz, para capacitação de servidores e representantes sindicais em inspeção sanitária. Foram executadas 121 ações de VISAT, sendo que a meta anual foi superada em 223%.

A vigilância em saúde se relaciona às práticas de atenção e promoção da saúde dos usuários e aos mecanismos adotados para prevenção de doença, com base na análise das situações de saúde, de forma a programar e desenvolver ações Inter setoriais, na intenção de dar respostas aos problemas e necessidades da saúde da população. A organização da vigilância em saúde no DF se dá por meio das áreas de vigilância ambiental, vigilância sanitária, vigilância da saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica e também do Laboratório Central de Saúde Pública do DF, as quais devem se integrar entre si, bem como estar articulada com a assistência em saúde.

Uma importante ação neste ano foi a implantação do Comitê de Monitoramento de Eventos em Saúde Pública (CMESP), com reuniões semanais com o objetivo de monitorar eventos e surtos ocorridos no DF e propor resposta e controle oportunos. Foram publicados 03 documentos técnicos no âmbito da SVS decorrente das reuniões realizadas pelo Comitê.

Quanto ao Objetivo Fortalecer as ações de vigilância e controle de agravos à Saúde do Trabalhador, as ações planejadas foram executadas parcialmente, uma vez que de 03 ações somente 01 foi realizada: Participar de eventos com os Sindicatos e Controle Social com atividades educativas e/ou disponibilização de material informativo sobre Acidentes de Trabalho Graves, tendo o resultado (42) superado a meta (12). Foram realizadas 136 ações com foco em saúde do trabalhador. A maioria das inspeções em saúde do trabalhador foi realizada em parceria com a Vigilância Sanitária, com destaque para o Programa de Inspeções em Marmorarias e Serralherias, com o objetivo de sensibilizar os participantes sobre o impacto da atividade laboral na saúde do trabalhador, prevenção de agravos à saúde relacionados ao trabalho, bem como temas relativos ao âmbito da organização em diversos setores do Estado e das representações dos empregadores e trabalhadores.

Se faz necessário articular as ações de saúde do trabalhador em todas as instâncias e pontos da Rede, mediante construção conjunta de protocolos, linhas de cuidado, fortalecendo e articulando as ações de vigilância em saúde na assistência, identificando os fatores de risco ambientais, para a proposição de ações.

Em 2017 iniciou-se também a atividade de investigação de óbitos decorrentes da atividade laboral, tendo sido investigados 11 casos de acidentes de trabalho com óbito, sendo 100% dos casos investigados notificados no SINAN e sendo, quando possível, realizadas intervenções nos ambientes e processos de trabalho, visando evitar a recorrência de acidentes graves ou fatais.

### **Vigilância Ambiental**

Em 2016, houve atuação intensa nas ações de inspeção, prevenção e controle dos fatores ambientais biológicos e não biológicos capazes de influenciar na saúde da população do DF. Também foram realizadas as ações de Mobilização Social visando a redução das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Outro destaque foi a Campanha de Vacinação de cães e gatos, na qual foi alcançado o maior número de animais vacinados desde de 2002, para as três etapas.

Para o controle, intervenção, monitoramento e orientações quanto aos vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* foram previstos ao longo do ano a realização de seis ciclos de visitas aos imóveis existentes do Distrito Federal. A meta estabelecida foi de 80% das visitas previstas, em pelo menos 4 dos 6 ciclos pactuados, totalizando 2.978.121 visitas.

Foram contabilizados cerca de 930.662 imóveis existentes no DF, de acordo com os dados da Sala de Situação para Enfrentamento ao *Aedes aegypti* do DF, e foram realizadas 2.273.314 visitas.

Foram adotadas novas metodologias de controle químico de vetores. Uma delas foi a aplicação do inseticida em aerossol (Aero System) para o bloqueio de transmissão intradomiciliar da dengue e outras endemias, priorizando os imóveis próximos aos hospitais e residências de grávidas. Além disso, também utilizou-se de biolarvicidas tanto na formulação líquida como em pastilhas para o tratamento de focos do vetor.

Outra estratégia utilizada para o monitoramento da infestação do *Aedes*, foi a implantação de armadilhas entomológicas para larva e mosquito adulto.

Nas ações de Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti* (LIRAA), foram realizadas 26.340 visitas para o primeiro ciclo, as ações aconteceram no período de 11 a 15/04/2016. Para o segundo quadrimestre, não foi possível a realização do LIRAA, uma vez que a programação para junho/2016 teve que ser adiada para setembro/2016, em virtude da orientação ministerial para que todos os esforços fossem centrados no combate de campo e nas visitas domiciliares. O segundo LIRAA foi realizado de 26 a 30/09/2016 com 26.480 imóveis visitados. O terceiro ciclo aconteceu de 05 a 09/12/2016 com 25.386 imóveis visitados.

Em relação a Vigilância entomológica de Febre Amarela, foram realizadas 100% das inspeções previstas mensalmente em 2016, e, não foi registrado nenhum resultado positivo quanto ao isolamento do vírus amarílico ou outro flavivírus a partir dos exemplares de culicídeos capturados oriundos das atividades de vigilância entomológica.

Nas atividades das arboviroses foram desenvolvidas ações de inspeção, prevenção, controle de Mobilização Social visando a redução das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Como uma das principais atividades para o controle, intervenção, monitoramento e orientações quanto aos vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* foram pactuados e programados 6 ciclos de visitas aos imóveis existentes do Distrito Federal ao longo do ano. Vale ressaltar que dos 6 ciclos de visitas pactuados, pelo menos 4 devem possuir 80% dos imóveis visitados. Além da reestruturação dos serviços, a atualização e adequação das metodologias de monitoramento e controle de vetores preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Dengue para a realidade do Distrito Federal, é fundamental para a qualificação das ações desenvolvidas, assim como uma melhor perspectiva de alcance das metas pactuadas. Para tanto, a edição e publicação do Manual de Ações de Vigilância Ambiental em Saúde são indispensáveis. Nos Levantamentos de Índice Rápido para *Aedes aegypti* (LIRAA), o primeiro ciclo ocorreu em março. O segundo ciclo foi realizado, em maio, com 26.209. O terceiro ciclo aconteceu em agosto com 26.552 imóveis visitados. O quarto ciclo aconteceu, em novembro, com 26.479 imóveis visitados. A realização dos quatro LIRAA foi fundamental para orientar a programação de ações e as estratégias pontuais de controle do *Aedes*. Em março de 2017, com a realização do 1º LIRAA foi possível identificar uma mudança de comportamento na população do DF, que influenciada pela crise hídrica e o racionamento de água, passou a armazenar água para uso doméstico de forma indiscriminada, potencializando o surgimento de criadouros de vetores. Essa mudança promoveu uma transmissão sustentada de dengue no DF em período diverso do costumeiramente sazonal. Os resultados dos LIRAA também subsidiam a priorização das

ações do Programa Cidades Limpas. Para enfrentamento da mudança de comportamento em virtude da crise hídrica, foi desenvolvido o Programa Mensageiros da Água e a Ação Escola Sem Mosquito. Somente em maio de 2017 foram capacitados 514 profissionais da educação como multiplicadores. Essas ações foram fundamentais para orientação da população quanto ao uso racional da água, o armazenamento adequado e o combate ao Aedes.

#### **Vigilância Epidemiológica**

Em 2016 foram notificados e investigados 716 casos de Doenças Imunopreveníveis em moradores do DF. No mesmo período, notificados e investigados 23 casos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar em moradores do DF.

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza aconteceu no período de 18 de abril a 20 de maio 2016. Ao todo foram vacinadas 666.130 pessoas, 106,5 % da meta estipulada pelo Ministério da Saúde. Além disso, em setembro foi realizada a Campanha Nacional de Multivacinação. Nessa Campanha, foram aplicadas 80.387 doses de vacinas, sendo 68.247 doses de vacinas em menores de 5 anos, 4.669 doses de Tríplice viral em menores de 19 anos e 7.471 doses contra HPV em meninas de 9 a 14 anos. No total, foram aplicadas 2.353.092 doses de vacina no DF, durante o ano.

**Dengue, Chikungunya e Zika** - Em 2016 houve um aumento significativo de 73,41% no número de casos confirmados de dengue em relação ao ano anterior. Ocorreu simultaneamente uma alta incidência no entorno e outros estados vizinhos (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul foram os estados com maior incidência de Dengue no Brasil). O número de casos confirmados de chikungunya e zika no DF, em relação ao ano anterior, também teve um aumento importante, porém dentro do esperado visto que a circulação viral desses agravos já está estabelecida no Brasil e no DF. Foram priorizadas as atividades de treinamento das equipes de saúde da rede pública visando a melhoria do diagnóstico e manejo clínico dos casos de dengue produzindo uma redução significativa no coeficiente de letalidade por esse agravo. Esse coeficiente, em 2015 era de 0,49% e em 2016 baixou para 0,23%. (Fonte: Sinan Online e Net – dados atualizados em 20/03/2017 - sujeitos à alteração)

O número de casos prováveis de Chikungunya e Zika no DF em 2017, em relação ao ano anterior, também tiveram uma redução importante de 69% e 65% respectivamente. Até 2016 a maior parte dos casos de Chikungunya do DF vieram infectados de outros estados principalmente do Nordeste. Em 2017 este padrão mudou visto que a maior parte, 69% dos casos, se infectaram no próprio DF.

Em relação a dengue, 42% de óbitos que ocorreram no DF são provenientes de municípios do entorno. Historicamente, esses municípios possuem deficiências para o tratamento de pacientes graves casos além de contar com dificuldades ainda maiores como a falta regular de abastecimento de água e coleta de lixo.

Já a dengue, em 2017, teve uma redução de 76,68% no número de casos prováveis dessa doença em relação a 2016. No entanto, o racionamento de água fez com que a população armazenasse água, fator esse que manteve a circulação viral. Em algumas regiões administrativas, como Cidade Estrutural, São Sebastião, Planaltina, Fercal e Samambaia, as condições socioambientais colaboraram para a proliferação do vetor no período da seca. Neste ano o sorotipo predominante em 90% das amostras analisadas, foi o tipo DENV 2, o qual está associado ao aumento da ocorrência de casos graves com complicações neurológicas e óbitos. O coeficiente de letalidade por dengue foi de 0,4%, abaixo do valor aceito pela OMS que é de cerca de 1%, Aproximadamente 42% dos óbitos por dengue que ocorreram no DF são provenientes de municípios do entorno.

No que tange as **Doenças Sexualmente Transmissíveis**, identificou-se tendência de aumento de detecção de casos de HIV, quando comparado com os casos de AIDS, tal como se observa desde 2014. Isto significa incremento do diagnóstico precoce, antes do desenvolvimento da síndrome, e contribui significativamente para a qualidade do tratamento. Esses dados também apontam para a predominância no sexo masculino, alcançando quase 7 novos casos de HIV para cada caso feminino. Considerando que a forma de transmissão predominante entre os homens é a homossexual, deve-se considerar a vulnerabilidade deste segmento da população. Em 2016, foram notificados 595 casos de HIV e 388 de AIDS.

No âmbito da transmissão vertical do HIV, foram detectadas 67 gestantes com HIV. Em média, 80 crianças expostas ao HIV receberam fórmula infantil mensal ao longo do ano, tendo somente um caso de criança com HIV detectado em 2016, evidenciando a eficiência das medidas de prevenção neste segmento e a possibilidade de reduzir ainda mais os casos de transmissão vertical.

Segundo dados do Ministério da Saúde (Boletim Epidemiológico HIV/AIDS, 2016), 94% dos pacientes com HIV/Aids em tratamento no DF possuem carga viral considerada indetectável. Em 2016 foram intensificados os esforços para ampliação da oferta de testagem rápida. Até o final de novembro deste ano, foram repassados mensalmente para a rede de serviços de saúde da SES/DF e instituições parceiras, cerca de 15.000 testes rápidos para HIV (SISLOG-LAB, 2016).

Atualmente 11.075 pacientes estão recebendo medicamentos antirretrovirais, fornecidos pelo Ministério da Saúde e distribuídos por 10 Unidades Dispensadoras de Medicamentos (UDM) aos pacientes tanto em atendimento em serviços públicos de referência no DF como da rede privada. Observa-se nos últimos anos uma estabilização no número de casos novos.

Em 2017 foram notificados 863 casos (Fonte Sinan, dados parciais extraídos em 08/01/2018), mantendo a tendência de aumento de detecção de HIV e redução da detecção de AIDS de anos anteriores. Isto significa aumento do diagnóstico oportuno da infecção, possibilitando tratamento adequado e evitando o desenvolvimento da AIDS. Dos casos notificados este ano, 320 foram de AIDS e 543 de HIV. Ressalta-se a concentração maior na faixa etária de 25 a 39 anos, mas com crescimento detectado entre jovens de 15 a 24 anos e nas pessoas acima de 55 anos. O sexo masculino alcança quase 6 novos casos de HIV para cada caso feminino, tendo como forma predominante a transmissão homossexual. Atualmente, cerca de 12.600 pessoas com HIV/Aids recebem medicamento antirretroviral (ARV), no Distrito Federal. Houve, neste ano, somente um caso de AIDS em criança, dentre as 39 gestantes com HIV notificadas (Fonte:Sinan, dados parciais extraídos em 18/12/17), demonstrando a eficiência das medidas de controle da transmissão vertical, com diagnóstico precoce, tratamento ARV à gestante e ao recém-nascido e o fornecimento de fórmula infantil, beneficiando por mês cerca de 60 crianças expostas ao HIV e HTLV até os 18 meses de idade.

Das demais infecções sexualmente transmissíveis (IST), deve se destacar a situação da sífilis. Esta doença ainda apresenta uma tendência de crescimento. Em 2017 foram 1.431 casos novos de sífilis adquirida, o que representa um aumento de 11,1% em relação ao ano anterior. Nos casos de sífilis em gestantes, 285 casos foram notificados em 2017. Em relação à sífilis congênita o total de casos notificados foi de 261, representando um incremento de 19,6% em relação à 2016 (Fonte Sinan, dados parciais extraídos em 08/01/18), tal como observado nas demais regiões do país.

No âmbito da vigilância epidemiológica das hepatites, em 2016 foi intensificada a notificação dos casos detectados de hepatites B e C. Foram notificados 380 casos de hepatite B e 449 casos de hepatite C, com uma predominância de 64,7% de casos do sexo masculino. As regiões que apresentam mais casos notificados foram: Sudoeste, Centro-Sul e Centro-Norte.

Considerando o período de janeiro a dezembro de 2016, foram realizados um total de 1.637 atendimentos pela equipe do CIT DF, sendo os quais 42,8% (701) foram por acidentes/intoxicações por medicamentos, 12,1% (198) domissanitários, 7,6% (125) produtos químicos industriais, e 7,1% (116) animais peçonhentos e agrotóxicos de uso agrícola 4,4% (72 casos).

No que tange a Microcefalia, até o momento, o Comitê Técnico da SES/DF analisou 69 casos suspeitos de microcefalia relacionados às infecções congênicas segundo as definições dos protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Destes casos, 51 foram descartados por critérios clínicos, epidemiológicos e de imagem, 05 casos estão sob investigação, e 13 casos foram confirmados de microcefalia e ou alterações do Sistema Nervoso Central. Dos casos confirmados, 02 foram por alterações genéticas, 03 por zika vírus e 08 por outras infecções relacionadas a STORCH - sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes simples.

As atividades de vigilância entomológica e controle vetorial da doença de Chagas são realizadas nos 64 Postos de Informações de Triatomíneos – PIT, que recolheram e examinaram 853 insetos suspeitos, dos quais 3 foram positivos para Doença de Chagas, gerando 7 borrifações domiciliares para controle da doença.

A vigilância e controle da Leishmaniose Visceral – LV e da Leishmaniose Tegumentar Americana - LTA realizou a instalação de 160 armadilhas luminosas para coletas dos flebotomíneos (mosquito palha) e realizou 27 levantamentos e monitoramento entomológico que consistem em verificar a presença e o comportamento dos vetores, inclusive na ocorrência de casos humanos para identificar o Local Provável de Infecção – LPI.

Para a vigilância entomológica de Febre Amarela foram capturados 181culicídeos em áreas silvestres vulneráveis à transmissão do vírus amarelíco. Foram realizadas 181 ações de monitoramento e de investigação entomológica em 27 áreas de registro de morte de primata não humana (PNH). Foram realizadas 100% das inspeções previstas mensalmente em 2017 e não foi registrado nenhum resultado positivo quanto ao isolamento do vírus amarelíco ou outro flavivírus a partir dos exemplares de culicídeos capturados.

No ano de 2017, foram confirmados três casos de febre amarela por critério laboratorial, sendo que todos evoluíram para óbito resultando em um coeficiente de letalidade de 100%, bastante acima da média nacional que é de 33%. Há que se intensificar a vigilância para ocorrência de casos moderados/leves de febre amarela a fim de reduzir o coeficiente em referência.

A Cobertura Vacinal do DF manteve-se como o restante do país, onde apenas a vacina da BCG atingiu a meta determinada pelo Ministério da Saúde. Foram realizadas várias discussões com o Programa Nacional de Imunização para as melhorias das coberturas em todo o país. As Coberturas Vacinais até dezembro (em menores ou iguais a 1 ano) são BCG (106,4%), Poliomielite (87,39%), Pneumocócica (91,11%), Tríplice Viral (84,62%), Febre Amarela (88,46%), Meningocócica (85,35%), Rotavírus (83,23%), Pentavalente (86,36%), Influenza (69,13%).

Com o objetivo de capacitar profissionais que atuam nas salas de vacina, na Atenção Primária à Saúde e na Vigilância Epidemiológica da SES/DF, foram realizadas capacitações nas 07 Regiões de Saúde, totalizando 552 servidores capacitados. Também foi realizado no dia 7 de dezembro o IV Fórum Distrital de Imunização e o I Fórum de Doenças Imunopreveníveis, com 105 participantes, com a finalidade de discutir as baixas coberturas vacinais, as alterações do calendário de 2018, os indicadores de imunização e sistema de informação (SIPNI) e alertar para as doenças imunopreveníveis. No ano de 2017 foram distribuídas 7.372 ampolas de soros e imunoglobulinas, 2.828.816 doses de vacinas e 2.913.777 insumos, como impressos para estatística, seringas, caixas térmicas e termômetros, que complementaram os estoques das salas de vacinas dos centros de saúde, prontos socorros e centros de referência de imunobiológicos especiais. Por isso, em 2017 foi iniciada a implantação do sistema de Informações de Insumos Estratégicos-SIES nas 126 salas de vacinas, porém só houve implantação em 55 salas (44%). Esse alcance decorreu da falta de conexão à internet, recurso indispensável tendo em vista o sistema ser web. Essa situação dificultou a gestão dos estoques, principalmente das vacinas que estavam com problemas de abastecimento, pois, sem sistema, não houve acesso aos estoques das salas de vacina.

Por isso, as estratégias de prevenção, associadas à vigilância epidemiológica e o fortalecimento do tratamento representam as principais medidas para o controle dessas infecções. Em 2017 foram distribuídos em média mensal 1,1 milhão de preservativos masculinos, 70 mil preservativos femininos e 40 mil unidades de gel lubrificante. Esses insumos beneficiaram as ações das unidades públicas de saúde, outros órgãos governamentais e as entidades não governamentais parceiras da SES/DF. No Carnaval, Dia Nacional Contra Sífilis e Semana Distrital de Prevenção/Dia Mundial Contra AIDS, foram apoiadas as ações das Regiões de Saúde, Sistema Prisional, entidades culturais, organizações comunitárias, empresas com cerca de 300 mil unidades extras de preservativos masculinos e 13 mil testes rápidos para HIV e sífilis (Fontes SICLOM e SISLOG, extraídos em 08/01/18).

As organizações não governamentais foram importantes parceiras nas ações, tendo distribuído por mês cerca de 80 mil preservativos masculinos e 15 mil géis lubrificantes (fornecidos pela SES), além de dois projetos ONG financiados pelo Ministério da Saúde que realizaram cerca de 150 (cento e cinquenta) testes rápidos para HIV por mês, com a metodologia de fluido oral.

A Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP) também é importante estratégia de prevenção, voltada para as situações de exposição ocupacional ou relação sexual (consensual ou mediante violência). Em 2018 será implementada a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP), compondo o leque de medidas de prevenção primária e secundária na rede pública. Em 2017 foram fornecidas 2.892 PEP para situações ocupacionais e sexuais (Fonte SICLOM, extraído em 08/01/18).

Ressalta-se ainda a ampliação da realização de testagem rápida para HIV e sífilis. Em 2017 foram em média repassados 25 mil testes rápidos para sífilis por mês, sendo em média cerca de 9 mil testes rápidos para o pré-natal. No caso do HIV, em 2017 foram em média cerca de 25 mil testes por mês fornecidos à rede pública e outras entidades.

### **Vigilância Sanitária**

A Vigilância Sanitária realiza atividades normativas, de fiscalização e educação visando eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população do DF e tem como público alvo a pessoa física ou jurídica que compra, vende, consome, presta serviços ou requer produtos e serviços de interesse direto ou indireto da saúde. Em 2016, foram realizadas 246 inspeções em serviços hospitalares privados de alta complexidade e 83 inspeções em serviços hospitalares públicos de alta complexidade. Na área de alimentos foram realizadas 321 inspeções e 4 atendimentos de denúncias. Foram realizadas ainda, 32.456 inspeções sanitárias em estabelecimentos afetos à saúde pública do DF.

Variações consideradas dentro da normalidade das atividades da DIVISA, ressaltando que as variações estão relacionadas aos jogos olímpicos ocorridos em Brasília dentro do período. A grande oportunidade de melhoria para a Vigilância Sanitária está concentrada na qualidade de seu corpo técnico. Ressalta-se, ainda, a implantação do Sistema de Informação da Vigilância Sanitária do DF que agiliza todo o procedimento administrativo das inspeções e proporciona qualidade nos serviços prestados à população.

Foi publicada a Portaria nº196, de 10 de abril de 2017 que institui a Política da Qualidade em Vigilância Sanitária (PQVS) do Distrito Federal no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), assim como a Portaria nº197 de 10 de abril de 2017 que institui o Comitê Permanente do Sistema de Gestão da Qualidade (CGQ). Outra ação importante realizada foi a elaboração do Plano de Ação para atender às recomendações apontadas no Relatório de Auditoria sendo enviado a ANVISA. Foi implementado o Sistema de Informação de Vigilância Sanitária - SISVISA em 20 Núcleos de Inspeção para as ações de cadastramento, licenciamento e inspeção sanitária que permita o monitoramento de ações e indicadores específicos, capazes de fazer a

mediação com os problemas de saúde e da gestão em VISA. Quanto ao Percentual de execução de 7 ações de vigilância sanitária consideradas necessárias às regiões de saúde o resultado alcançado foi de 100%, tendo sido realizadas inspeções sanitárias em estabelecimentos públicos e privados, que forneçam produtos e/ou serviços que promovam riscos à integridade da saúde do cidadão brasileiro. A Proporção de farmácias de manipulação inspecionadas o resultado alcançado em 2017 foi de 22,58% ficando abaixo da meta (40,00%), programar as ações e debater com as equipes as possíveis intercorrências, facilitou e agilizou muito as inspeções de alta complexidade, porém por força maior, uma equipe foi desfeita impactando no processo de trabalho.

Quanto ao indicador Número de inspeções sanitárias realizadas nos ambientes de alta complexidade de todos os hospitais do DF (105 inspeções até 2019) o resultado alcançado em 2017 foi de 57 ficando acima da meta (35,00), o que favoreceu tal resultado foi o plano de ação da alta complexidade hospitalar que aconteceu como planejamento sendo finalizado em dezembro de 2017. A ação de capacitar os profissionais da DIVISA em auditoria, gestão e ações de Vigilância Sanitária, buscando qualificar os profissionais na sua área de atuação foi pactuada no Plano de Capacitações da DIVISA para o ano de 2018.

#### **Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal – LACEN**

Coordena a rede de laboratórios públicos e privados do Distrito Federal promovendo a capacitação dos recursos humanos, elaborando manuais com instruções de coleta, acondicionamento, processamento e transporte de amostras, definindo indicadores de qualidade das amostras recebidas, realizando procedimentos laboratoriais e ensaios complementares de alta e média complexidade para diagnósticos de agravos de interesse da saúde pública.

Relaciona-se com outros LACEN's, Centros Colaboradores e unidades vinculadas ao Ministério da Saúde, Laboratórios de Referência Nacional, que compõem a sub-rede do SISLAB para execução de análises, transferência de tecnologias e pesquisas científicas.

Também monitora a qualidade dos produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, pactuados entre os entes federados - ANVISA/MS, SEAPA/MAPA - e distritais - DIVISA/DF e DIVAL/DF.

Desenvolve programas de monitoramento terapêutico de medicamentos para acompanhamento de tratamento de pacientes da rede pública e pesquisas de intoxicação de interesse do Centro Distrital de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, da Diretoria de Vigilância Ambiental- DIVAL e em casos de agravos a saúde. Em 2016, o LACEN realizou 303.733 exames, 3.738 ensaios, 14.226 análises e em 2017, realizou 177.191 exames, 15.934 ensaios, 3.983 análises até dezembro deste ano.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**006 – GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Aprimorar os processos de planejamento, participação, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da SES e promover a descentralização de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços prestados nas unidades de saúde com a integração de ações e serviços finalísticos, e compartilhamento com a academia, sociedade e demais atores, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde no DF.**

#### **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES**

#### **ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

##### **Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA	6	1	Aumentar em 5% o faturamento no bloco de financiamento da Média e Alta	20	%	ANUAL	MAIOR,	-7,59	-6,46			-6,46	-129,2%



COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	SAUDÁVEL			Complexidade (MAC) da SES/DF ao ano (SES)				MELHOR						
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	6	2	Implantar o Programa a Gestão de Custos em 100% das unidades de saúde da SES/DF (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	9,4	28,38			28,38	28,4%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	6	3	Regular 100% das primeiras consultas das especialidades de oncologia clínica, cirúrgica e radioterapia da rede habilitada até 2017. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	6	4	Regular o Programa "Cuidar Cedo" - consultas para investigação e detecção precoce dos casos suspeitos para os 06 grupos de tumores com maior mortalidade: câncer de pulmão, câncer gastrointestinal, câncer de mama, câncer ginecológico, câncer urológico e câncer de cabeça e pescoço até 2019. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%

### Análise Qualitativa

#### 1. Aumentar em 5% o faturamento no bloco de financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC) da SES/DF ao ano (SES);

##### 2016

Para alcance da meta proposta foi verificado que um dos principais fatores era a melhoria da qualidade do registro das informações de faturamento por parte das unidades, assim como nivelamento de conhecimento em sistemas e processos de trabalho envolvidos. Visando sanar essas pendências, durante o primeiro quadrimestre foram realizadas diversas visitas técnicas nos hospitais, com reuniões envolvendo não só os diretores e coordenadores, mas também o corpo técnico do faturamento e coordenadores de especialidades das unidades. Em consequência dessas visitas, foi criado no mesmo período o Fórum Itinerante de faturamento, com palestras de uma hora meia, em vários horários e hospitais, destinados a nivelar o conhecimento sobre faturamento a todos os servidores das unidades. Este fórum treinou mais de 600 servidores, entre médicos, enfermeiros, técnicos diversos e demais profissionais da saúde. Para atendimento também do nivelamento de conhecimentos, foram realizadas capacitações nos principais sistemas de faturamento ministeriais utilizados pela SES para todos os servidores dos Núcleos de Captação e Análise de Informações (NCAIS) dos hospitais e DIRAPS. Ainda visando melhoria da qualidade dos registros, também foram realizadas capacitações para os profissionais do CAPS de todas as regiões no sistema RAAS do MS, destinado a registro de todas as ações psicossociais. Desta forma, foi possível alcançar no ano de 2016 um aumento de 8% acima do valor processado no mesmo período no ano de 2015. Apesar do valor MAC ter sido fechado -7% em relação ao teto, verifica-se uma melhora considerável em relação ao início do ano, onde registrava-se um total de 23% abaixo do TETO MAC.

##### 2017

No ano de 2017 não foi atingida a meta de ultrapassar em 5% o limite do teto MAC. O índice ficou 6,46% abaixo da meta (5% acima do teto MAC) nesse ano. Entretanto, alcançou 1,13% a mais que o percentual atingido em 2016, que foi de 7,59% abaixo do teto. Os fatores que contribuíram para o não alcance da meta estão relacionados, além das dificuldades de habilitar novos serviços junto ao Ministério da Saúde, a nova normatização do Ministério de Saúde que transferiu parte dos procedimentos anteriormente de repasse MAC para o FAEC, como por exemplo: parte de procedimentos de cirurgias eletivas, exames citopatológicos de colo uterino e mamografias para rastreamento. Esses procedimentos passaram a ser faturados via Fundo de Ações Estratégicas e Compensações – FAEC. Soma-se ao impacto causado no faturamento MAC pela mudança acima citada, outros fatores, relacionados a tipificação dos procedimentos utilizados pelas unidades de saúde para fins de faturamento. Essa migração de procedimentos do MAC para o FAEC, aliada a melhoria na classificação dos procedimentos, redução das glosas e atualização do CNES foram fatores que contribuíram para o aumento do faturamento no componente FAEC, que representaram entradas de recursos imediatos no Fundo de Saúde do DF. Em 2015 o faturamento FAEC foi de 53 milhões de reais; em 2016, 57 milhões e em 2017 ultrapassou 71 milhões.

## **2. Implantar o Programa a Gestão de Custos em 100% das unidades de saúde da SES/DF (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016, com a reestruturação orgânica da SES/DF, foram criados novos Núcleos de Gestão de Custos - NGC, abrangendo todos hospitais e toda atenção primária, totalizando 25 NGC; contribuindo assim, sensivelmente, para o início da implementação da gestão de custos em todas unidades de saúde da Secretaria.

No decorrer do ano, foram realizadas diversas ações para desenvolver os NGC e criar a cultura de gestão de custos na SES/DF: Visitas técnicas nos NGC locais; Capacitações em metodologia do Programa Nacional de Gestão de Custos - PNGC; Treinamentos no Sistema de Apuração de Custos - APURASUS; palestras de sensibilização com os gestores locais. Totalizando em 30 servidores capacitados e 5 palestras de sensibilização em gestão de custos com gestores das Regiões de Saúde: Sul, Centro-Sul, Norte, Sudoeste, Oeste.

Durante o período, houve avanço na implementação da gestão de custos nas unidades hospitalares, totalizando 13 hospitais cadastrados no APURASUS com o custo total apurado. Na atenção primária, foi iniciado a construção de um modelo de apuração de custos que se adequasse ao PNGC, uma vez que é uma ação pioneira no Brasil. Em agosto, foi inserida no APURASUS, a primeira Unidade Básica de Saúde do país (UBS 01 da Asa Sul), contendo o custo total da unidade e o custo unitário dos principais produtos da unidade.

No último bimestre, também foi realizado o módulo Financeiro-Orçamentário do Curso de Regionalização em Saúde da SES/DF, em que a Gestão de Custos foi uma das temáticas. Nesse espaço, foi apresentado aos Superintendentes e gestores os resultados e benefícios da implantação da Gestão de Custos nas unidades de saúde e a relevância estratégica no processo da Regionalização.

**2017**

Houve avanços significativos no processo de implantação da gestão de custos no Serviço Móvel de Urgência – SAMU e Hospital Universitário de Brasília - HUB. Além de fomentar, por meio de boletins informativos, a disseminação da gestão de custos como importante ferramenta de gestão aos gestores das unidades de saúde da SES/DF. Considerando a rotatividade dos chefes dos Núcleos de Gestão de Custos - NGCs nas unidades de saúde e a necessidade de avanços na consolidação da gestão de custos, foram ministrados cursos de capacitação, além das palestras de sensibilização com os gestores do HUB e Regiões de Saúde, bem como o 1º Fórum de Gestão de Custos em Saúde do DF, com o intuito de disseminar a importância de implantarmos a gestão de custos nas unidades e de solicitar colaboração para a coleta de informações de custos. A Rede SES/DF conta atualmente, com 63 unidades com custo total no sistema de apuração de custos ApuraSUS, sendo 14 unidades hospitalares, 44 UBSs, 4 UPAs e 1 Casa de Parto. Considerando as 222 unidades previstas para implantação, foi alcançado o percentual de 28,38%, abaixo da meta parcial para o ano, que era de 30%, porém muito próximo do alcance da mesma.

## **3. Regular 100% das primeiras consultas das especialidades de oncologia clínica, cirúrgica e radioterapia da rede habilitada até 2017. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Não informado pela área técnica.

## **4. Regular o Programa “Cuidar Cedo” - consultas para investigação e detecção precoce dos casos suspeitos para os 06 grupos de tumores com maior mortalidade: câncer de pulmão, câncer gastrointestinal, câncer de mama, câncer ginecológico, câncer urológico e câncer de cabeça e pescoço até 2019. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

**2016**

Não informado pela área técnica.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1387	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO EM SAÚDE - SIS - NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA	%	8,72	30/06/2015	20	11	49,5	100	75,5	100	SUTIS/ SES / UO 23901 / OE 6
1389	REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF	UNIDADE	0	31/12/2017	12	0	7	7	10	10	SUPRAC/ SAS/SAPS/ SES / UO 23901 / OE 6
1691	DEMANDAS ATENDIDAS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	%	0	31/12/2017	-	-	30	94,62	60	70	CTIN/ UO 23901/ OE 6
1692	PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS	%	0	31/12/2017	-	-	45	12,78	65	85	CTINF/ UO 23901/ OE 6
1754	PERCENTUAL DE ESPECIALIDADES AMBULATORIAIS REGULADAS COM PROTOCOLOS CLÍNICOS ATUALIZADOS E INSTITUCIONALIZADOS	%	0	31/12/2018	-	-	-	-	75	100	SES/UO 23901/OE 6
1755	PERCENTUAL DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM PROGRAMA IMPLANTADO E CUSTO TOTAL APURADO	%	0	31/12/2018	-	-	-	-	30	50	SES/UO 23901/OE 6

### Justificativas 2016

**Indicador 1387** - Considerando a diversidade das unidades da ESF da SES-DF, sendo algumas dentro do mesmo estabelecimento conforme consta do CNES e tendo em vista que houve falta de conectividade de internet fone cidade pela operadora OI, estima-se o alcance da meta de 11% em 2016 na utilização do Sistema Integrado de Saúde.

**Indicador 1389** - Não houve contratualização com as Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital em 2016. Foi priorizado a capacitação para os gestores com o curso de Gestão Regionalizada e o indicador repactuado para o ano de 2017.

**Indicador 1691** – Não Atualizado

**Indicador 1692** – Não Atualizado

**Indicador 1754** – Não Informado

**Indicador 1755** – Não Informado

### Justificativas 2017

**Indicador 1387** - Segundo a área técnica foi implantado nas 117 Unidades Básicas de Saúde, o sistema E-SUS AB, atingindo a meta antes de 2019. Esclarece que trata-se de um novo sistema, não tendo sido subestimada a meta. O próximo passo será a conclusão da capacitação de todos os servidores.

**Indicador 1389** - Todas as sete Regiões de Saúde contratualizaram com a ADMC (SES-DF) em dez/2017, o Acordo de Resultados.

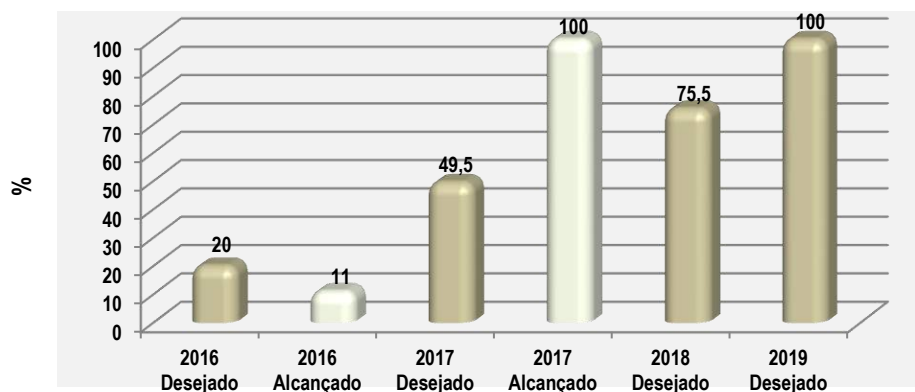
**Indicador 1691** - Segundo a área técnica, 94,62% das demandas da SES-DF foram atendidas em razão da implantação do Sistema Web Atendimento TI-SES-DF, que permitiu registrar todas as demandas (pedido, em atendimento, atendido e/ou pendente).

**Indicador 1692** - A variação de 32,22 pontos percentuais representa uma proporção de 28,44% de alcance da meta, ficando 71,60% abaixo da meta pactuada. Segundo a área técnica muitos processos estão em andamento para conclusão em 2018. No entanto, aponta a necessidade de mais servidores para atender a demanda da TI.

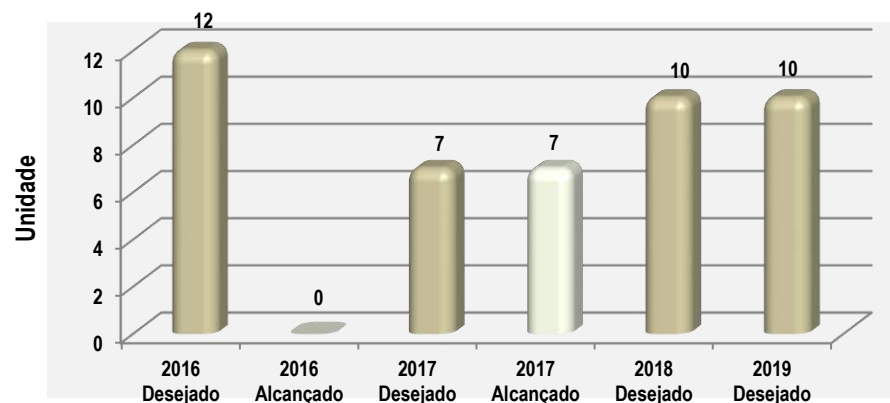
**Indicador 1754** - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período.

**Indicador 1755** - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período.

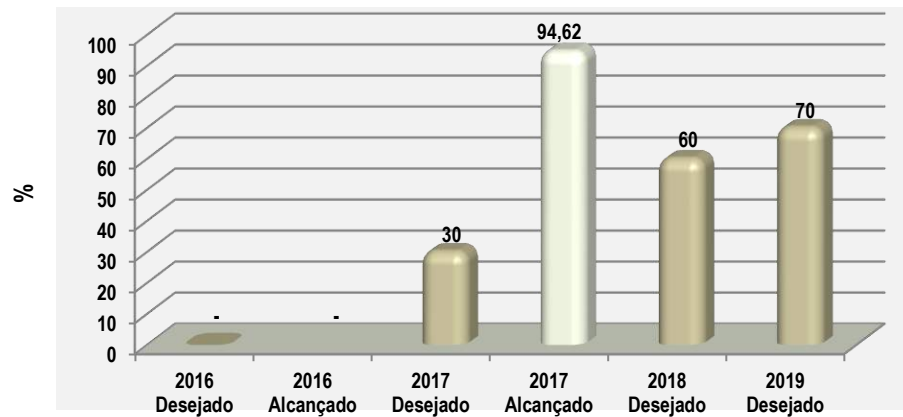
**PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO EM SAÚDE - SIS - NAS UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA**



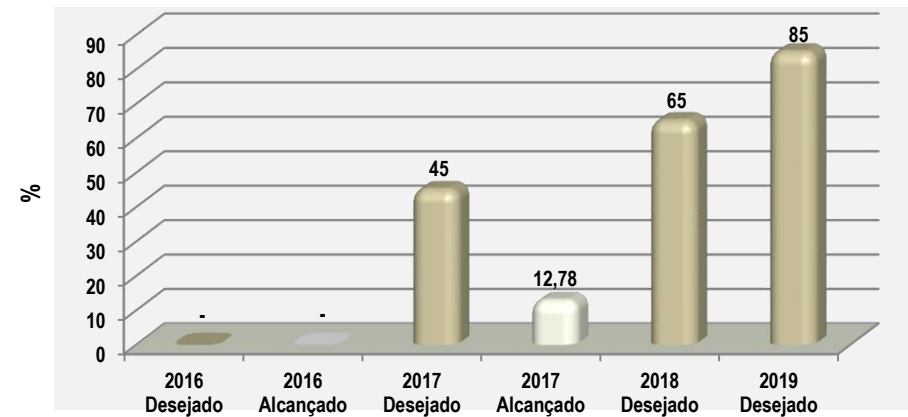
**REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF**



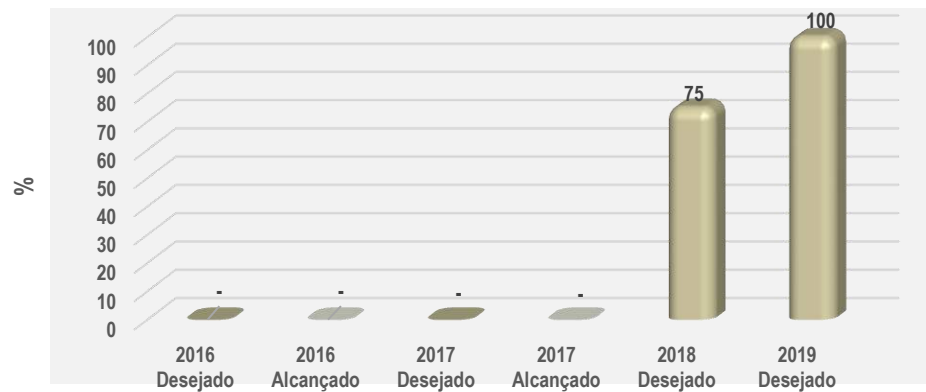
**DEMANDAS ATENDIDAS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**



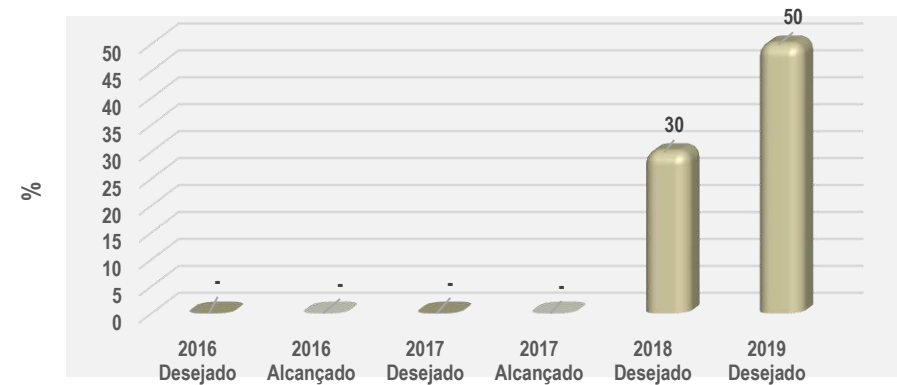
**PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS**



**PERCENTUAL DE ESPECIALIDADES AMBULATORIAIS REGULADAS COM PROTOCOLOS CLÍNICOS ATUALIZADOS E INSTITUCIONALIZADOS**



**PERCENTUAL DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM PROGRAMA IMPLANTADO E CUSTO TOTAL APURADO**



## **Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos**

**2016/2017**

### **Conselho de Saúde**

O Conselho de Saúde do Distrito Federal realizou 12 reuniões ordinárias e 20 reuniões extraordinárias, além de três reuniões do CSDF na Câmara Legislativa do DF com o tema “Saúde em Movimento”.

O Plano de Ação de Educação Permanente está sendo desenvolvido pela Comissão de Educação Permanente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal editou e publicou vinte resoluções de saúde no âmbito do DF. Foram aprovadas e publicadas pelo CSDF duas recomendações importantes para a saúde do DF por tratarem da manutenção de serviços essenciais à saúde e ao quadro de servidores da SES/DF.

### **Comunicação Social**

A Assessoria de Imprensa da Secretaria de Saúde recebeu, no ano de 2016, uma média de 778 demandas mensais, com as mais variadas solicitações de informação sobre a pasta, sua atuação e gestão, atendendo a 9.327 pedidos da imprensa, o que corresponde a uma média de 26 demandas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, uma vez que o serviço é prestado de forma contínua. Durante o ano, para o atendimento destas demandas, foram emitidas inúmeras notas oficiais e disponibilizadas mais de 1,5 mil fontes para entrevistas. Pelo atendimento à imprensa foram atendidos mais de 500 pedidos de matérias positivas em televisão, até então um dos principais meios de comunicação de massa.

Pela Agência de Notícias foram produzidas 993 matérias positivas, uma média de 83 pautas por mês, que renderam 810.583 acessos ao site da secretaria. Estes textos se referem às melhorias realizadas na rede e foram publicadas no site da pasta, disponibilizadas nas redes sociais oficiais, oferecidas com exclusividade a alguns veículos de comunicação de acordo com a estratégia de divulgação adotada e, as não exclusivas (99%), foram enviadas por e-mail a um mailing com mais de 500 jornalistas da imprensa local e nacional. Para cada uma destas matérias a dupla de fotógrafos da Ascom realizou cobertura e disponibilizou imagens para compor o conteúdo positivo.

Em 2016 foram produzidas 719 peças – média de 60 por mês de artes gráficas. Entre os materiais estão folders, cartazes, infográficos para reportagens especiais, banners, manuais, cartilhas, dentre outros.

A produção do Cerimonial, por sua vez, fechou o ano de 2016 com 101 eventos realizados. Entre eles, posse de servidores, formaturas de turmas da Escs, além de seminários e workshops desenvolvidos pelos mais diversos setores da rede.

Na área de Endomarketing e Comunicação Interna, foi implantado o programa de Marketing Interno (Endomarketing) da Secretaria de Saúde, que tem por intuito incorporar o público interno ao processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e serviços, além de valorizar e capacitar as habilidades dos servidores e criar um ambiente no qual todos trabalhem com o mesmo foco e, conseqüentemente, os tornem agentes propagadores da instituição.

Foi criado o canal de comunicação interna Fique Ligado, como uma alternativa inovadora de comunicação interna, e que tem como missão levar aos servidores informações e assuntos que possam facilitar e valorizar a sua vida, como benefícios, incentivos e conveniências, dicas de serviços, cursos e atividades que permitam melhorias em sua vida pessoal e profissional, ou seja, tudo o que for do seu interesse. Em janeiro de 2017 chegou à 10ª edição. Nesse ano busca-se incentivar uma participação maior dos servidores e setores da SES/DF, estendendo o seu alcance por meio de novas mídias, como o aplicativo WhatsApp e o Twitter, cadastrando quem quiser receber mensagens por esses canais digitais.

Realizada pela primeira vez em 2016, a Semana do Servidor teve como objetivo integrar as relações do servidor com a SES/DF, numa prática de humanização da gestão, dando visibilidade às inúmeras atividades desenvolvidas na instituição. O formato usado foi: Ciclo de palestras, Cine-debate, Feira de Ciências/Serviços aos servidores e atividades práticas, lúdicas e didáticas.

Em 2016 foram realizados pelas Novas Mídias, a criação do site Amamenta Brasília (amamentabrasilia.saude.df.gov.br), a criação do site Brasília Saudável e o Aplicativo mobile Amamenta Brasília para entrar em teste. Além disso, foram realizados, 240 demandas da Casa Civil – Interação social, 52 Campanhas de Comunicação em Saúde com foco educativo e de utilidade pública, 1.197 atualizações do site institucional, o alcance de 9.934.385 pessoas nas redes sociais, 70.009 seguidores na Base de relacionamento, 2.204 Publicações e 2.662 Atendimentos no SAC 2.0.

### **Faturamento**

No período de janeiro a novembro de 2016, o processamento das informações relacionadas aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares gerou um faturamento de R\$ 367.153.618,59.

Observa-se que houve aumento no faturamento geral de recursos provenientes do Ministério da Saúde de 7% quando comparado ao mesmo período em 2015. Os financiamentos MAC e FAEC apresentaram um aumento de 8% e 5% respectivamente. Apesar de a assistência farmacêutica ter apresentado ainda uma queda de 9% em relação ao acumulado dos períodos, houve crescimento nos últimos meses, superando no mês de novembro o montante processado no mesmo período em 2015.

#### **Gestão de Custos**

Com a reestruturação orgânica da SES/DF, foram criados Núcleos de Gestão de Custos em todas unidades hospitalares e também nos serviços de atenção primária das Regiões de saúde. Fato que contribuiu para o início da implantação da gestão de custos nas unidades hospitalares que ainda não haviam iniciadas e também nas unidades básicas de saúde da atenção primária.

Com a reestruturações e organização dos fluxos de trabalho das unidades de saúde e o avanço na implantação da gestão de custos a SES/DF possui 13 unidades hospitalares, 02 unidades de saúde básica, 03 Unidades de Pronto Atendimento e 01 Casa de Parto, com custo total apurado no sistema de apuração de custos APURASUS.

A implantação se dá por meio de pontuação conferida conforme avanço nas quatro fases da implantação. O produto do monitoramento demonstra o status das Regiões de Saúde e suas respectivas unidades de saúde.

#### **Regulação em Saúde**

O processo regulatório ambulatorial se inicia por meio da inserção de uma solicitação médica (procedimento ou consulta) em qualquer unidade de saúde do DF. Nestes locais, através do sistema SISREG, é inserida a solicitação do paciente que automaticamente entra nas filas de espera dos procedimentos. Na CMCE, os médicos reguladores, baseado em diretrizes clínicas de regulação, o qual preconizam a priorização da solicitação e da oferta de vagas, e nas informações fornecidas pelos solicitantes; avaliam, priorizam e autorizam as solicitações. Quando autorizada (marcada) a solicitação, a operação (videofonistas) identifica, automaticamente, e informa ao usuário sobre o agendamento. Atualmente, o serviço de videofonia é terceirizado, contratado pela CODEPLAN.

O sistema utilizado para regulação ambulatorial é o SISREG III, ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo Ministério da Saúde. Todas as unidades de saúde da rede SES/DF que possuem tecnologia de informação e acesso à internet, são habilitadas para realizar solicitações através do SISREG.

As especialidades Reguladas são: Consultas em dermatologia; Consultas e procedimentos em Oftalmologia; Consultas em Cardiologia; Exames cardiológicos: ecocardiografias, cateterismo cardíaco, angioplastia, estudo eletrofisiológico, holter 24 horas, MAPA, teste de esforço e tilt test; Consultas em radioterapia; Consultas em Especialidades Pediátricas: alergologia, cardiologia, cirurgia pediátrica, endocrinologia, gastroenterologia, homeopatia, imunologia, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, onco-hematologia, pneumologia e reumatologia; Consultas em Endocrinologia; Consultas em Otorrinolaringologia; Consultas em Saúde Auditiva; Consultas em Alergologia e Imunologia Adulto; Consultas em Cirurgia Vascular; Consultas em Cirurgia Plástica; Consultas em Oncologia Clínica; Consulta em Radioterapia; Consultas em Mastologia; Exames radiológicos: mamografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e densitometria óssea; e Exames otorrinolaringológicos.

Apresenta-se, na tabela a seguir, a produtividade referente às especialidades reguladas até 31 de dezembro de 2016, em um quadro comparativo com o ano de 2015:

<b>ESTATÍSTICA SISREG III – PRODUTIVIDADE E FILA DE ESPERA</b>				
<b>ESPECIALIDADES</b>	<b>PRODUTIVIDADE 2015</b>	<b>FILA 05/01/2016</b>	<b>PRODUTIVIDADE 2016</b>	<b>FILA 11/01/2017</b>
Alergologia - Consultas	2.331	1.319	4.093	0
Cardiologia - consultas	24.901	31.180	23.042	33.880
Cardiologia - exames	44.052	31.047	50.305	26.595
Dermatologia - consultas	22.255	18.511	24.251	19.725
Oftalmologia - consultas	35.653	31.047	29.221	51.880
Oftalmologia - procedimentos	10.177	5.284	6.592	6.433

ESTATÍSTICA SISREG III – PRODUTIVIDADE E FILA DE ESPERA				
ESPECIALIDADES	PRODUTIVIDADE 2015	FILA 05/01/2016	PRODUTIVIDADE 2016	FILA 11/01/2017
Radioterapia - consultas	820	713	442	1.291
Consultas pediátricas	12.423	29.798	15.662	31.886
Cirurgia vascular - consultas	2.136	21.758	1.919	26.486
Cirurgia Plástica - consultas	2.294	1058	2.592	31.886
Oncologia clínica – consultas	1.031	787	1.722	311
Endocrinologia	2.084	2940	3.465	1.945
Mastologia - consultas	4.022	88	4.092	190
Saúde Auditiva - consultas	1.904	0	2.253	0
Otorrinolaringologia - consultas	14.113	16.271	22.058	13.795
Mamografia	14.985	5.716	12.262	10.799
Ressonância Magnética	40.167	1.050	32.298	8.510
Tomografia Computadorizada	34.151	9.426	31.954	15.456
Densitometria óssea	10.139	3.832	7.684	7.083
<b>TOTAL</b>	<b>279.638</b>	<b>199.522</b>	<b>275.907</b>	<b>288.151</b>

Fonte: Sistema informacional SISREGIII/DATASUS

No segundo quadrimestre de 2016, iniciou-se a regulação dos exames otorrinolaringológicos, impossibilitando uma comparação referente a produtividade e fila com o ano anterior.

Nota-se diminuição na produtividade em 2016, que consequentemente ocasionou aumento na demanda reprimida. Tal situação pode ser justificada pela redução da oferta em virtude do remanejamento de profissionais para outras frentes de serviço, como pronto socorro, déficit na manutenção de aparelhos (tomógrafos, ressonância, radioterapia, vitreófago, etc.) e desabastecimento de insumos.

Com o intuito de dar celeridade ao acesso às especialidades, e proporcionar melhor qualificação das filas, garantindo assim o acesso do paciente de acordo com o grau de necessidade; durante o ano de 2016 a Gerência de Regulação Ambulatorial trabalhou junto aos coordenadores de especialidade, buscando aperfeiçoar as diretrizes clínicas de regulação. Tal processo deverá ser continuado no ano de 2017.

A Central de Regulação de Internação Hospitalar – CRIH é o setor responsável pela regulação dos leitos de UTI e UCIN dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS no DF. Além dos leitos próprios da rede SES/DF, a CRIH conta com unidades conveniadas e contratadas para ampliar o acesso. É regulamentada por protocolos operacionais e clínicos previstos nas Portarias SES/DF nº 199 e 200, atualizadas em 06 de agosto de 2015, as quais determinam o funcionamento da CRIH, as atribuições dos profissionais integrantes da equipe e os critérios de admissão e alta das UTIs. A CRIH funciona 24 horas ininterruptas, em esquema de plantão, e utiliza a ferramenta informacional Trakcare/InterSystems.

Ressalta-se que a fim de assegurar maior transparência no processo de regulação da internação hospitalar, sem violar a privacidade do paciente e o sigilo profissional, o acesso às informações referentes à regulação dos leitos foi disponibilizado ao poder judiciário, Defensoria Pública da União e do DF e Ministério Público do DF.

De acordo com os parâmetros indicados na Portaria GM/MS nº 1.101/2002 para a cobertura assistencial, 4% a 10% do total de leitos gerais devem ser destinados como leitos de terapia intensiva. A SES/DF disponibilizou em 2014, segundo o Resumo dos Serviços Médicos Hospitalares e Consultas - 2014, um total de 4.885 leitos gerais. Desta forma, aplicando-se os



parâmetros e considerando apenas a população do DF (estimativa de população do IBGE em 01/07/2016: 2.977.216 habitantes), a necessidade mínima para leitos de UTI seria de 297 leitos (4% de cobertura) e a máxima de 744 leitos (10% de cobertura).

Historicamente a SES DF se constituía como uma organização de modelo centralizado, com características de Estado e Município. Tornou-se assim uma estrutura robusta com processos que geram sobrecarga e morosidade na maior parte de suas ações. Resultando em pouca eficiência na utilização de recursos financeiros, na aquisição e manutenção de bens permanentes e de consumo e também na contratação de serviços. Há de se considerar ainda que esta configuração implica numa dificuldade de implementação do modelo de atenção à saúde nutrido assim um desequilíbrio da oferta de ações e serviços de saúde em nível primário, secundário e terciário.

Neste contexto surge em 2015, o Projeto da Gestão Regionalizada na Saúde com o objetivo de dotar as 7 Regiões de Saúde de capacidade de gestão de seus territórios para a conformação de Redes de Atenção à Saúde para a população do Distrito Federal, de forma a criar dispositivos para o enfrentamento dos problemas identificados. Foi publicado no DODF nº 143 de 27/07/2016 Decreto 37.515 de 26/07/2016 que Institui o Programa de Gestão Regional da Saúde - PRS para as Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital. Foram realizadas muitas atividades tais como o Curso de Gestão Regionalizada com o Módulo I: Regimento Interno, Módulo II: Conhecendo a Região de Saúde, Módulo III: Desafios do Acesso na Atenção à Saúde, Módulo IV: Gestão de Pessoas, Módulo V: Gestão Financeiro-Orçamentária e Infraestrutura e Logística, e o Seminário de Contratualização. Foi assinado em dezembro de 2017 os Acordos de Gestão Regional, que tem o objetivo de efetivar a contratualização entre a Administração Central e Regiões de Saúde, no qual está contido uma matriz de metas determinando os processos prioritários a serem descentralizados e seus indicadores de acompanhamento.

Quanto ao desenvolvimento da metodologia de descentralização do eixo orçamentário e financeiro do Programa de Gestão Regional de Saúde foi formalizado grupo de trabalho através da Portaria nº 360/2017 com o objetivo de elaborar proposta normativa, visando regulamentar a descentralização. Após muitas reuniões, estudos e discussões do grupo foi proposto diretrizes ao gabinete do Secretário que encaminhou na forma de Projeto de Lei à AJL/SEPLAG que encontra-se em análise na Unidade de Orçamento e Gestão da SEPLAG.

De forma a contribuir para o Objetivo Fortalecer as ações de Planejamento, Monitoramento, Controle e Avaliação de Saúde para gerar melhores resultados na gestão da SES DF, a SUPLANS ofertou durante todo o ano, apoio metodológico e orientativo para elaboração dos instrumentos de planejamento (PPA, PDS e PAS) inclusive da proposta orçamentária da SES/DF. Para aperfeiçoamento e qualificação dos processos de gestão em saúde a SUPLANS desenvolveu ferramentas para apoio no monitoramento da gestão: o SESPLAN que permite a todos os gestores registrarem o desempenho das áreas, propiciando a análise e avaliação do resultado de suas ações e metas programadas nos instrumentos de planejamento pactuados. Atualmente a SESPLAN é uma ferramenta disponível na plataforma excel, porém está sendo desenvolvido o software da ferramenta a partir de um Convênio com a Fiocruz, gerenciado pela DGIE – Diretoria de Gestão de Informações Estratégicas e tendo a DIPLAN – Diretoria de Planejamento e Orçamento como desenvolvedora da ferramenta. Foi instituído o fluxo de monitoramento mensal das pactuações através da ferramenta SESPLAN, e implantada as Reuniões de Análise de Resultados - RAR bimestral e quadrimestral, para discussão e análise das ações e resultados dos instrumentos de planejamento, PAS e Etapa SAG, a qual operacionaliza o PDS na respectiva esfera de gestão e orienta eventuais redirecionamentos. Esse espaço é importante pois contribui para o aumento da capacidade de execução dos gestores com tempo hábil para correções e melhoramentos do processo, e do aprendizado franco e acelerado da gestão por resultados.

O Modelo para a implantação da Gestão de Informação Estratégica na SES/DF, está sendo implantado com o apoio da estruturação de uma sala de situação da SES DF. A sala de situação tem como objetivo disponibilizar informações, de forma executiva e gerencial, para subsidiar a tomada de decisão. As informações serão georreferenciadas e para isso foi feito o mapeamento de serviços da SES por regiões de saúde.

Dos macros processos gerenciais e de sustentação da SES-DF foi realizado a Modelagem Organizacional do Complexo Regulador em Saúde do DF; aprovado o Projeto de "Estruturação e Implantação do Escritório Setorial de Gestão de Projetos e Processos da Secretaria de Saúde", que visa dotar a SES/DF de competências e estrutura para que as suas Iniciativas relacionadas a processos, projetos e resultados demandados pela Estratégia Institucional seja um processo contínuo e estruturado. Esse Projeto está sendo desenvolvido em parceria da SES com a Governadoria, a Casa Civil e a SEPLAG. O prazo para conclusão termina em dezembro de 2017; Programa de Capacitação com Aprendizado na Prática para implantação da Gestão Estratégica com Foco em Processos e Projetos na SES/DF. (145 Agentes de Planejamento capacitados) - SUPLANS.

O ano de 2017 foi o ano da reestruturação da Política de Regulação Assistencial do Sistema Único de Saúde da SES-, para isso houve um fortalecimento da parceria com o Ministério da Saúde que disponibilizou a adequação do Sistema de Centrais de Regulação do Ministério da Saúde – SISREG III conforme a proposta de regulação assistencial ambulatorial e de cirurgias eletivas por panoramas de regulação apresentado pela SES/DF. Para a regulação dos leitos gerais foi desenvolvido em parceria da Regulação com a CTINF o SISLEITOS que permitirá o controle do quantitativo e da disponibilidade de leitos clínico-cirúrgicos em tempo real, bem como a mensuração de indicadores relacionados ao processo de regulação de leitos gerais. O Projeto Reestruturação da Regulação do Sistema Único de Saúde da SES-DF, é composto por três Subprojetos: Regulação de Internação Hospitalar, Regulação Ambulatorial e Regulação de Cirurgias Eletivas. Esses

subprojetos visam dar maior transparência ao acesso de forma oportuna, referenciada, integral e equânime para os pacientes. Todos os subprojetos passaram a ser desenvolvidos concomitantemente após a efetiva estruturação do Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal como Unidade de Referência Distrital (URD), materializado no Decreto nº 38.488, de 13 de setembro de 2017, publicado no DODF de 14 de setembro de 2017, nos moldes recomendado pela Política Nacional de Regulação (Portaria GM/MS nº 1.559, de 1º de agosto 2008) e em atendimento à recomendação do TCDF.

O processo de mapeamento dos leitos gerais nas diversas unidades hospitalares da SES-DF e sua inserção no sistema de regulação específico já está concluído, aguardando somente a implantação do sistema SISLEITOS, que foi finalizado após a implantação do Complexo Regulador do Distrito Federal, para que o processo regulatório desses leitos seja concluído. A regulação da internação hospitalar está presente nas internações em leitos das unidades terapia intensiva - UTI adulto, pediátrica e neonatal, oferecendo suportes diversos tais como neurotrauma, coronariano, materno, dialítico, geral, dentre outros, e em leitos das unidades de cuidado intermediário neonatal – UCIN.

A regulação de acesso aos procedimentos de consultas e exames, no âmbito da SES/DF, encontra-se ancorada na utilização de um sistema informacional do Ministério da Saúde, o Sistema Nacional de Regulação – SISREG.

Considerando o objetivo Aprimorar os mecanismos de educação permanente para qualificar os profissionais do SUS temos dois indicadores pactuados a Média de horas de capacitação/ano por servidores capacitados e o Percentual da capacitação dos ACS por ano. Quanto ao indicador Percentual da capacitação dos ACS por ano, o resultado alcançado foi muito crítico (18,93%) em relação à meta (50,00), em decorrência de problemas de ordem administrativa, como planejamento, atraso no processo seletivo para instrutores, de 560 ACS apenas 106 continuam em capacitação (evasão de 60 ACS: 36%). A capacitação dos ACS é fundamental para a qualificação da prática assistencial na atenção primária. A média de horas de capacitação/ano por servidores alcançou o resultado de 11,75 ficando em alerta (10,50% abaixo da meta: 13,13). Nesse objetivo observa-se uma fragilidade na execução das ações uma vez que a SES DF ainda não possuía um Plano de Educação estruturado centralizado na SUGEP, encontram-se em andamento treinamentos e capacitações nas diversas áreas assistencial da SES-DF descentralizado, tais como Projeto de Conversão APS (COAPS), implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI (DIDOC/SUAG), Protocolo Manchester, dentre outros. Salienta-se o acontecimento de inúmeras ações educativas no âmbito da SES-DF em 2017 não ordenadas por um Plano de Educação estruturado. Contudo aconteceram as capacitações em todas as regiões e administração central ao longo dos bimestres, sendo compilados e ofertados os dados na etapa SAG e Indicadores. Foi apresentada proposta de Plano na Oficina Regional Centro-Oeste sobre a atualização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde promovida pelo Ministério da Saúde, ocorrida nos dias 23 e 24 de novembro de 2017, ocasião em que foi solicitado acompanhamento por parte do Departamento de Gestão da Educação em Saúde – DEGES/SGTES/MS para finalização da proposta em 2018. Frisamos que a SES/DF foi habilitada por meio da Portaria n.º 3342 em 08/12/2017 (DOU n.º 235) a receber o incentivo financeiro para a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde e execução de Ações de Educação Permanente em Saúde.

Em relação ao Objetivo Aprimorar a Gestão do Trabalho na SES-DF foi pactuado o indicador Taxa de absenteísmo de profissionais da saúde, observada cada categoria profissional. A taxa de absenteísmo alcançou um resultado de 7,87 ficando acima da meta (5,00), ou seja muito crítico, uma vez que quanto menor melhor. Dentre os principais motivos de faltas, a licença médica/odontológica é predominante o que demanda uma análise junto a medicina do trabalho para identificação das causas de adoecimento dos trabalhadores e assim planejar ações para ambientes mais saudáveis aos trabalhadores. A SES possui 100% dos servidores com regime estatutário. Quanto a ação dimensionar carreiras não finalísticas conforme processos de trabalho por serviço foi postergada em detrimento ao dimensionamento das carreiras finalísticas, produto do GT com prioridade para 2017 na Revisão do Manual de Parâmetros de dimensionamento da força de trabalho das unidades assistenciais/finalísticas.

Quanto ao Objetivo Implementar as diretrizes da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa na SES-DF foi pactuado o indicador Número de Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal ativos, em 2017 foram ativos 15 Conselhos Regionais: Brasília, Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Ceilândia, Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, Santa Maria, Gama, Guará, Riacho Fundo I, Taguatinga, Recanto das Emas e Samambaia. Foi realizado curso de capacitação de conselheiros em setembro de 2017 com 41 participantes.

Com a criação da Diretoria de Controle Social a participação da ouvidoria junto ao conselho foi reduzida, sendo os mesmos acompanhados pela nova diretoria, contudo as ouvidorias seccionais, na medida do possível, vem acompanhando as deliberações dos respectivos conselhos. Quanto à ação capacitação dos ouvidores, dos membros do controle social e servidores no curso de Mediação Sanitária, a negociação com a Fiocruz foi suspensa pela dificuldade de realização de convênio, porém segue sendo estudada possibilidades para a contratação. Foi solicitado a suspensiva de prazo para adequação do termo de referência.

Quanto ao Objetivo Aperfeiçoar a Captação e execução de recursos na SES-DF foi pactuado o indicador Percentual de aumento do faturamento no bloco de financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC). Meta não foi alcançada (5% acima do limite do teto MAC). O índice alcançou 6,46% abaixo do teto MAC neste ano, 1,13% maior que o atingido em 2016 que foi de 7,59% abaixo do teto.

Os fatores que contribuíram para o não alcance da meta estão relacionados à parte da produção de procedimentos de cirurgias eletivas, exames citopatológicos de colo uterino e mamografias para rastreamento, passarem a ser faturados via Fundo de Ações Estratégicas e Compensações – FAEC atendendo a normatização do Ministério da Saúde. Por sua vez, a redução do MAC ocasionou aumento no componente FAEC, que representaram entrada de recursos imediatos no Fundo de Saúde do DF. Em 2015 o faturamento FAEC foi de 53 milhões de reais; em 2016, 57 milhões e em 2017 ultrapassou 71 milhões.

Para o financiamento FAEC houve um aumento de 28% nos valores dessa fonte o que impactou positivamente em R\$ 13.769.422,50, quando comparados com o mesmo período de 2016. No faturamento da Assistência Farmacêutica observou-se uma redução de R\$ 151.193,06 que corresponde à queda de 2% neste período quando comparado com o mesmo período de 2016. O financiamento MAC apresentou uma redução de R\$ 10.094.798,00, equivalente a 4% em relação ao mesmo período de 2016 e manteve-se abaixo do teto financeiro MAC. Sobre o pagamento de procedimentos dentro do teto MAC ou via FAEC, ressalta-se que o Ministério da Saúde não paga em duplicidade, ou seja, se determinado procedimento for tipificado pelo Ministério da Saúde como FAEC, não conta para efeito de faturamento dentro do teto MAC, o que é vulgarmente denominado “extra-teto”. Dessa forma, é esperado que para cada conjunto de procedimentos pagos como FAEC, haja redução proporcional no valor financeiro atribuído normalmente a eles dentro do teto MAC.

A partir de diagnóstico realizado em 2016, o ano de 2017 foi dedicado à realização de visitas técnicas nas unidades que apresentaram as maiores dificuldades no processamento de informações de faturamento, ou necessidades pontuais, quais sejam: Hospital Universitário de Brasília (HUB), Centro de Orientação Médico Psicopedagógico (COMPP), Hospital de Apoio de Brasília (HAB), Hospital Regional de Santa Maria (HRSM) e Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF). Nestas unidades foi realizada uma orientação para a operacionalização dos sistemas de informação Sistema de Informação Hospitalar (SIA) e Sistema de Informação Hospitalar (SIH), bem como de utilização do módulo de faturamento automático do prontuário eletrônico Trakcare. Uma das iniciativas do ano corrente foi a produção de um Relatório Geral, que versa sobre a produção de serviços, o status do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e das causas de glosas do faturamento, individual por região de saúde, para discussão sobre melhorias com as respectivas Superintendências.

Esses relatórios monitoram o envio tempestivo das bases dos sistemas SIA, SIH e SISAB pelas Regiões de Saúde, além de um conjunto de indicadores pactuados com o Ministério da Saúde (produção de exames citopatológicos de colo uterino e mamografia; número de internações por diabetes e hipertensão arterial); informações sobre a produção ambulatorial (atenção primária, atenção especializada, urgência e emergência e atenção psicossocial); informações sobre a produção hospitalar geral; informações sobre tipos de financiamento e glosas, bem como o ranking de faturamento de todas as unidades. O relatório também analisa o status da estrutura da rede SES, tais como leitos disponíveis no CNES.

No período de janeiro a dezembro de 2017, o processamento das informações relacionadas aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares gerou um faturamento de R\$ 402.484.746,52. Para melhorar esse indicador foram planejadas ações tais como: concluir a cartela de serviços com potencial para habilitações das regiões e URDs, porém, existem serviços habilitáveis que podem ser criados em qualquer momento dentro das unidades hospitalares, busca ativa de serviços criados nas unidades hospitalares, elaborar e monitorar os planos de ações corretivas e ou de melhorias para habilitação, capacitar profissionais e gestores para melhoria da utilização dos sistemas de informação em faturamento por Unidades e Regiões.

Quanto ao Objetivo Sistematizar a avaliação da Execução Financeira e Orçamentária da SES-DF foi pactuado o indicador Percentual da execução orçamentária da SES DF tendo alcançado o resultado de 92,41 (abaixo de meta: 95,00). A execução inferior ao planejado foi em virtude da impossibilidade de empenhar o total da folha de competência dezembro/2017 no exercício corrente. Apesar do resultado ter ficado abaixo da meta, houve uma melhora do resultado no decorrer do ano de 2017. Aconteceu, pela primeira vez, cooperação entre todas as Subsecretarias da SES para revisão dos saldos dos empenhos emitidos e apontamento de cancelamentos, possibilitando redução do valor inscrito em restos a pagar. Embora essa atitude reduza o percentual de execução total, ela possibilita reduzir o endividamento, cumprir a LRF e uma execução real, com inscrição de restos a pagar apenas dos empenhos necessários para pagamento de insumos entregues e serviços prestados no exercício de competência. Para melhorar esse indicador foi planejado implantar o processo de trabalho para acompanhamento e avaliação da execução orçamentária, na qual está sendo elaborado um relatório de execução orçamentária, com periodicidade mensal, detalhado por programa de trabalho e encaminhado para as áreas técnicas, possibilitando monitorar, acompanhar e avaliar a execução orçamentária da SES:

Em relação ao Objetivo Fortalecer a integração da SES-DF com as instituições de Ensino Superior e de Nível Técnico foi atendida a demanda recebida das Instituições de Ensino Conveniadas, mantendo 100% dos estudantes nos campos/cenários das estruturas orgânicas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) e entidades vinculadas. No ano de 2017 tivemos 7.234 estudantes que entraram nos cenários de ensino da SES.

No Objetivo Fomentar ações de produção do conhecimento e grupos de pesquisa no âmbito do SUS-DF foram pactuados 02 indicadores Gasto público com fomento à pesquisa em saúde e Percentual de bolsas de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde por aluno de graduação da ESCS. No Programa Fomento à Pesquisa/ESCS/FEPECS previa utilizar no orçamento de 2017 R\$ 440.000,00, em seu processo seletivo, 8 projetos foram selecionados, mas apenas 7 apresentaram a documentação necessária para receber o recurso, o que resulta

na utilização de 94,98% dos recursos anteriormente previstos (R\$ 417.915,30). Ainda assim, em comparação a 2016, o Programa cresceu: houve aumento do número de financiamentos (um projeto a mais em 2017); e mais recursos disponíveis (a diferença entre 2016 e 2017 é de R\$ 117.915,30). O aumento dos recursos possibilitou aumentar o teto das pesquisas para até R\$ 80.000,00, quando em 2016 foi até R\$ 60.000,00. Isso possibilitou contemplar pesquisas mais robustas (há 5 pesquisas variando entre R\$54.697,50 e R\$74.747,03, quando em 2016 havia apenas 2 pesquisas dentro dessa faixa de recursos).

Em relação ao Percentual de bolsas de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde por aluno de graduação da ESCS, o número de bolsas de iniciação científica aumentou de 90 (2016) para 102 (2017), resultando num acréscimo de 12 bolsas. Em 2016, a relação era de 1 bolsa para cada 10 estudantes; em 2017, a relação passou a ser de 1 bolsa para cada 7 estudantes. Comparativamente, a UnB, em 2017, manteve a relação de 1 bolsa para cada 28 estudantes, abrangendo 3,5% da população de discentes/graduação. Com relação ao indicador da ESCS/FEPECS, o PIC abrangeu 13,3% dos estudantes de graduação (102 bolsas/765 estudantes). Assim, observa-se um crescimento extra de 1,83% daquilo que foi inicialmente planejado.

Para fortalecer o objetivo promover ações educativas de qualificação dos gestores da SES-DF foi realizado o Curso de Capacitação dos Gestores no Projeto de Regionalização da SES/DF que teve início em 2016 e término em março de 2017. Inscreveram-se 240 gestores e foram certificados 123, totalizando 200 horas/aula/gestor. Em 2016 foram realizados os módulos de Gestão de Atenção à Saúde, Gestão Financeira-Orçamentária, Gestão de Pessoas e Planejamento, e 2017 o Módulo de Infra-estrutura e Logística e o Seminário de Contratualização.

Para fortalecer o Objetivo Aprimorar os serviços de saúde da SES-DF para atuarem como ambiente de ensino aprendizagem foram pactuados 03 indicadores: Número de programas de residência em desenvolvimento, Número de preceptores capacitados por metodologias ativas e Número de bolsas de estudo de residência médica e de áreas de profissionais de saúde. Em 2017 o número de programas de residência em desenvolvimento foi de 11, sendo eles: (1) Atenção Cardíaca; (2) Atenção Oncológica; (3) Saúde Coletiva; (4) Saúde da Família; (5) Saúde da Criança; (6) Saúde do Adulto e Idoso; (7) Saúde Mental - Adulto; (8) Saúde Mental - Infante-Juvenil; (9) Terapia Intensiva; (10) Urgência e Trauma; (11) Gestão em Políticas Públicas para a Saúde. O Número de preceptores capacitados por metodologias ativas foi de 110, num total acumulado de 190 preceptores: 2016: 80 e 2017: 110. E em relação ao número de bolsas de estudo de residência médica e de áreas de profissionais de saúde o resultado alcançado em 2017 foi de 1.454, sendo que estão cursando a residência médica 964 médicos e 490 residentes em áreas profissionais de saúde. Os 964 residentes médicos estão distribuídos em 106 programas. Dos 490 residentes em áreas profissionais; há 386 residentes na área multiprofissional distribuídos em 11 programas e 104 residentes na área uniprofissional distribuídos em 04 programas. Verifica-se discreta diminuição da residência médica e aumento na residência em áreas profissionais de saúde. Isso acontece em razão de transferências, decisões judiciais e desistências.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**007 – EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE: Garantir acesso e permanência no ensino superior e na educação profissional, bem como desenvolver ações de educação permanente e continuada, de pesquisa e extensão, com qualidade e socialmente referenciados, preparando profissionais para a atenção, gestão e educação em saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal**

#### **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS**

#### **ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

## Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	1	Ampliar a oferta de cursos técnicos e pós-técnicos de 3 para 7 (FEPECS)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	2			2	50,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	2	Qualificar 100% dos Agentes Comunitários de Saúde da SES/DF no Curso de Qualificação Profissional Inicial (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	3	Implantar o turno noturno para a execução dos cursos de Educação Profissional (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	20			20	20,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	4	Ampliar o número de docentes da ETESB (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	15			15	15,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	5	Manter os Programas de Residência Médica atualmente ofertados (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	6	Ampliar os Programas de Residência Médica em áreas prioritárias para a SES/DF (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	60			60	60,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	7	Ampliar os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	8	Criar a Residência em Gestão da Saúde (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	9	Manter a oferta de curso de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade Mestrado Profissional (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	10	Implementar a Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade Mestrado Acadêmico (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	11	Implementar a Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> - Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	12	Ampliar os Projetos e Programas de Extensão da ESCS (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	32,5	74,8			74,8	74,8%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	13	Ampliar as ações para qualificação da integração ensino-serviço na SES/DF (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20			20	20,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	14	Ofertar 3.400 vagas em ações educativas para servidores da SES-DF e comunidade (FEPECS)	3.400	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2550	1.238			3.788	111,4%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	15	Ampliar o fomento à pesquisa em saúde, fortalecendo e consolidando a ESCS/FEPECS como instituição produtora de conhecimento (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	92,8			92,8	92,8%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	16	Implantar o Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde da ESCS (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10			10	10,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	17	Aprimorar a Política editorial e veiculação/disseminação da Revista de Comunicação em Ciências da Saúde-CCS (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA	7	18	Implantar o 3º curso de graduação (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR,	0	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	SAUDÁVEL							MELHOR						
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	19	Construir o campus integrado da FEPECS (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

## Análise Qualitativa

### 1. Ampliar a oferta de cursos técnicos e pós-técnicos de 3 para 7 (FEPECS);

#### 2016

A Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB, mantida pela Fepecs, previu, até 2019, implantar três (03) novos cursos técnicos e um (01) pós-técnico, ampliando o portfólio de cursos ofertados nessas duas modalidades. São eles: (1) Hemoterapia, (2) Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem, (3) Vigilância em Saúde e (4) Especialização em Saúde da Pessoa Idosa. Para tanto, em 2016, providências foram tomadas para que alguns dos cursos fossem aprovados pela Secretaria de Educação do DF, condição imprescindível para a implantação a partir de 2017. Os demais já contavam com parecer favorável daquela Secretaria. Além disso, foram elaborados editais e material didático. Isto posto, o próximo passo, planejado para execução, a partir de 2017, diz respeito à seleção dos instrutores, capacitação pedagógica, seleção dos estudantes e início do(s) curso(s).

#### 2017

Em 2017, a Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB ampliou a sua oferta com dois novos cursos nas modalidades:

- Técnica - Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem, ofertado a servidores da SES/DF e comunidade;
- Pós-Técnica - Especialização Pós-Técnica em Saúde da Família, exclusivo para servidores da SES/DF que atuam na Atenção Primária.

A oferta do curso Pós-Técnico em Saúde da Família foi de grande relevância para a SES/DF, uma vez que em 2017 teve início o processo de conversão da Atenção Primária em Estratégia da Saúde da Família, fazendo-se necessária a capacitação de servidores da área técnica para melhor qualificação da assistência à população e ampliação da cobertura da Atenção Primária

### 2. Qualificar 100% dos Agentes Comunitários de Saúde da SES/DF no Curso de Qualificação Profissional Inicial (FEPECS);

#### 2016

O papel do Agente Comunitário de Saúde-ACS no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS é estratégico, porquanto mediador social que desenvolve ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, por meio da informação e do processo educativo da comunidade. Para tanto, sua atuação está orientada às famílias, comunidades, indivíduos e grupos, visando intervir sobre os fatores a que a população está exposta, estimulando parcerias por meio de ações intersetoriais e de controle social. O curso de Qualificação Profissional Inicial para Agentes Comunitários de Saúde foi desenvolvido para favorecer o exercício da profissão, devendo, por tais motivos, abranger 100% dos ACS. Em 2016, foi executado em algumas regionais de saúde, tais como: São Sebastião, Paranoá, Planaltina e Sobradinho, abrangendo 20,6% da população alvo.

#### 2017

O curso de Qualificação Profissional Inicial para Agentes Comunitários de Saúde-ACS é executado com recursos oriundos do Ministério da Saúde, disponibilizados no orçamento do Fundo de Saúde do DF, dependendo da publicação do superávit financeiro para a contratação de instrutores. Estes são selecionados por Edital de Processo Seletivo, que, devido a trâmites administrativos, demora em média 4 meses para conclusão.

Por isso, em 2016 foi possível iniciar 4 turmas somente no mês de outubro. Considerando, ainda, que o curso tem carga horária total de 400 horas e está vinculado à liberação dos ACS do serviço, não foi concluído no referido ano, portanto a informação citada acima em 2016 é incorreta visto que o dado quantitativo informado em 2016 foi retificado para 0%.

Em 2017, houve necessidade de nova seleção de instrutores para continuidade dessas 4 turmas, após a publicação do superávit, o que inviabilizou sua conclusão também no ano. Prevê-se a conclusão em 2018, bem como início de novas turmas, a serem pactuadas com o serviço.

### **3. Implantar o turno noturno para a execução dos cursos de Educação Profissional (FEPECS);**

**2016**

A ETESB/Fepecs iniciou o processo de implantação de cursos noturnos em 2016, a partir da oferta de dois cursos na modalidade "Formação Inicial e Continuada": (1) Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização e (2) Capacitação Pedagógica para docentes e instrutores. A população alvo de ambos os cursos consistiu de servidores da SES/DF. A iniciativa da Escola propiciou oportunidades de formação na área da saúde sem prejuízo das atividades profissionais exercidas no período diurno. No entanto, o objetivo é mais ousado porque diz respeito à oferta sistemática de cursos técnicos e pós-técnicos, favorecendo também os trabalhadores externos à SES/DF que necessitam de melhor qualificação no exercício de suas atividades ou melhoria profissional.

**2017**

A escola, no processo de implantação do turno noturno em 2017, ofertou mais um curso na modalidade "Formação Inicial e Continuada": Complementação do Auxiliar para Técnico em Enfermagem. Desta forma, ampliou a meta para 20%.

Em decorrência do reduzido corpo docente da ETESB, ainda não foram abertos os cursos regulares no turno noturno. No entanto, a escola tem trabalhado junto à Fepecs para ampliação do número de docentes, tendo em vista a necessidade de oferta noturna, uma vez que a sua clientela é, em grande maioria, formada por trabalhadores.

### **4. Ampliar o número de docentes da ETESB (FEPECS);**

**2016**

Considerando que a Fepecs não possui quadro de pessoal próprio, incluindo docentes, a instituição tem utilizado servidores cedidos pela Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES/DF), em razão da Lei nº 2.676, de 12/1/2001, que dispõe sobre a criação da Fundação (DODF de 15/1/2001). No entanto, em 2016, embora gestões tenham sido feitas, reiteradamente, junto àquela Secretaria para cessão ou liberação de profissionais para o exercício da docência na ETESB, ainda assim não foi possível a ampliação do número de docentes. Reputa-se tal dificuldade à atual conjuntura da SES/DF, que se encontra com seu quadro de servidores da assistência reduzido.

**2017**

A ETESB contava com 13 docentes da assistência e, em 2017, conseguiu ampliar este número para 15, o que corresponde a um aumento de 15%. Diante da dificuldade de recursos humanos cedidos pela SES/DF, a escola contratou instrutores por meio de Processo Seletivo, utilizando recursos oriundo do Ministério da Saúde, via Fundo de Saúde do DF, para os cursos de Formação Inicial e Continuada, atendendo parcialmente às demandas da SES/DF e da comunidade.

### **5. Manter os Programas de Residência Médica atualmente ofertados (FEPECS);**

**2016**

Em 2016 foram mantidos 103 programas de residência médica, com 905 residentes em atividades, distribuídos em 10 hospitais e outras unidades da SES/DF. Estes programas são geridos pelas coremes dos hospitais e pela Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS/Fepecs. O atingimento da meta (100%) destaca a SES/DF como uma das maiores instituições formadoras de especialistas do Brasil, além da sua função de atenção à saúde.

**2017**

A ESCS/Fepecs apoiou as atividades pedagógicas e administrativas da residência médica da SES/DF, desenvolvida por meio de 106 programas, dos quais participaram 964 residentes, distribuídos em 10 hospitais e outras unidades da SES/DF.

Registre-se que houve ampliação do número de programas em comparação ao ano de 2016, com incremento de mais três programas. Com efeito, houve um acréscimo percentual de 6.1 residentes.

Alguns programas foram desenvolvidos em rede, com rotatividade do residente em vários tipos de cenários: hospitais, centros de saúde, clínicas de família e unidades de pronto atendimento (UPA).

## **6. Ampliar os Programas de Residência Médica em áreas prioritárias para a SES/DF (FEPECS);**

### **2016**

Em 2016 foi ampliado o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade. Assim, de 5 vagas (2015) passou-se a ofertar 48 vagas (2016), atingindo 60% da meta. O objetivo, até 2019, é oferecer 80 vagas. A ampliação da formação especializada em Medicina de Família e Comunidade é uma demanda prioritária para a SES/DF e tem papel importante na ampliação da cobertura e resolubilidade da Estratégia de Saúde da Família no Distrito Federal, elemento fundamental para a melhoria do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Além disso, outros programas estratégicos para o SUS também foram desenvolvidos no ano em análise: Anestesiologia, Cirurgia Geral, Psiquiatria da Infância, Medicina do Trabalho e Medicina Paliativa. Todos esses programas foram implantados em rede, que possui como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários: hospitais, centros de saúde, clínicas de família e unidades de pronto atendimento (UPA).

### **2017**

Foram mantidos os seguintes programas de residência médica em áreas prioritárias de saúde, implantados em 2016:

- Medicina de Família e Comunidade, com 48 vagas, sendo 24 para R1 (1º ano) e 24 para R2 (2º ano). Em 2016, registre-se, houve ampliação no número de vagas, de 5 para 48; entretanto, a ocupação plena dessas vagas só ocorreu em 2017.

- Anestesiologia;
- Cirurgia Geral;
- Medicina do Trabalho;
- Psiquiatria da Infância; e
- Medicina Paliativa.

Assim, foi possível apenas manter a mesma oferta no ano anterior. No entanto, ainda em 2017 foi submetida, à Comissão Nacional de Residência Médica/Ministério da Saúde, solicitação de ampliação do número de vagas do programa de residência em Medicina de Família e Comunidade, que deverá passar de 48 para 60 vagas (30 para R1 e 30 para R2), com previsão de liberação dessas novas vagas em 2018.

## **7. Ampliar os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional (FEPECS);**

### **2016**

Os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde – modalidades multiprofissional e uniprofissional – foram implantados em 2016, já com oferta de 13 programas (limite almejado até 2019), desenvolvidos em rede, tendo como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários. Esses programas visam criar a cultura da interdisciplinaridade entre os profissionais da saúde, garantindo a integralidade do cuidado aos pacientes.

Multiprofissional: (1) Atenção Cardíaca, (2) Atenção Oncológica, (3) Saúde Coletiva, (4) Saúde da Criança, (5) Saúde do Adulto e Idoso, (6) Saúde Mental – Adulto, (7) Saúde Mental – Infante-Juvenil, (8) Terapia Intensiva, (9) Urgência e Trauma.

Uniprofissional: (10) Cirurgia Bucomaxilofacial, (11) Enfermagem Obstétrica, (12) Enfermagem em Centro Cirúrgico, (13) Enfermagem em Nefrologia.

### **2017**

Foram oferecidos 15 programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, nas seguintes modalidades:



- Multiprofissional (11 programas, com 386 residentes): (1) Terapia Intensiva; (2) Saúde do Adulto e do Idoso; (3) Saúde Mental do Adulto; (4) Saúde Mental Infante-Juvenil; (5) Urgência e Trauma; (6) Saúde da Criança; (7) Atenção Oncológica; (8) Saúde Coletiva; (9) Atenção Cardíaca; (10) Saúde da Família - NOVO; e (11) Gestão em Políticas Públicas para a Saúde - NOVO.

- Uniprofissional (4 programas, com 104 residentes): (12) Enfermagem em Centro Cirúrgico; (13) Enfermagem Obstétrica; (14) Enfermagem em Nefrologia e (15) Cirurgia Bucomaxilofacial.

Comparando-se o biênio 2016-2017, verifica-se que houve ampliação de mais dois programas na modalidade multiprofissional (9 para 11).

Ainda em 2017, a Fepecs e a SES/DF concorreram ao edital de bolsas de residência, ofertadas pelo Ministério da Saúde, sendo contempladas com 50 bolsas para o ano de 2018: Saúde da Família; Atenção Oncológica; Urgência e Trauma; e Enfermagem em Centro Cirúrgico, esta última na modalidade uniprofissional.

Portanto, 490 residentes, entre enfermeiros, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e fisioterapeutas, estiveram na rede pública de saúde do Distrito Federal desenvolvendo atividades em nível de pós-graduação (especialização), supervisionados por profissionais habilitados.

## **8. Criar a Residência em Gestão da Saúde (FEPECS);**

### **2016**

Em 2016 foi criado grupo de trabalho para implantação, em 2017, da Residência Multiprofissional em Gestão de Políticas Públicas para a Saúde, com oferta de 8 vagas. O projeto pedagógico foi encaminhado ao MEC para credenciamento e autorização de oferta de vagas. Espera-se, até 2018, ofertar 16 vagas. O projeto é desenvolvido em parceria com a FIOCRUZ e tem como objetivo formar futuros gestores do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

### **2017**

A residência em Gestão da Saúde - Gestão de Políticas Públicas - está inserida na Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional, e orienta-se pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Teve início em 2017, com oferta de oito vagas para R1 (1º ano) abrangendo as seguintes profissões: enfermagem (4 residentes), serviço social (2 residentes) e saúde coletiva (2 sanitaristas), visando formar especialistas em gestão para o SUS. Este é o primeiro programa de residência multiprofissional em gestão de políticas públicas para a saúde no Brasil, desenvolvido em parceria com a FioCruz.

Constituem cenários de prática para essa residência as Superintendências de Saúde da SES/DF - oeste e sudoeste -, nas quais são realizadas atividades supervisionadas por preceptores, contribuindo com os gestores na consolidação do modelo da Estratégia de Saúde da Família na Atenção Primária.

## **9. Manter a oferta de curso de Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade Mestrado Profissional (FEPECS);**

### **2016**

O curso de Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade Mestrado Profissional está registrado na Área de Avaliação de Enfermagem da CAPES, com entradas anuais de 18 (dezoito) estudantes, resultado de demanda da SES/DF para qualificação dos profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS. O curso se encontra em sua 6ª turma, caracterizando oferta contínua. Foi mantida em 2016 a oferta desse curso com ingresso de 18 mestrandos (médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e enfermeiros) servidores da SES/DF e dos hospitais contratados, todos com vínculo com o SUS.

### **2017**

O Programa de Pós-graduação, modalidade Mestrado Profissional-MP, ofereceu dois novos cursos:

(1) Ciências para a Saúde (2017/2019) - duas turmas, com ingresso de 26 mestrandos, todos servidores da SES/DF. Este curso atende à demanda da SES/DF de qualificação de seus profissionais.

(2) Saúde da Família - ProfSaúde (2017/2019) - aprovado pela CAPES em 2015, teve início em 2017 para 200 mestrandos, sendo 11 certificados pela ESCS/Fepecs. O ProfSaúde tem a finalidade de capacitar médicos para atuarem nos Programas de Residência Médica em Saúde de Família em nível nacional.

Para além, esteve em atividades acadêmicas a 5ª edição do mestrado em Ciências para a Saúde, com 15 mestrando (servidores da SES/DF).

Dois cursos finalizaram suas atividades, com certificação de 30 mestres, entre servidores da SES/DF, docentes e preceptores: (1) Ciências para a Saúde (4ª edição) e (2) Administração em Saúde: Gestão de Sistemas de Saúde (ofertado pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ, em razão de convênio entre a Fepecs e o Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (CEPECS).

Desta forma, houve ampliação do número de mestrandos em atividades acadêmicas na ESCS/Fepecs em 82,2% (82 mestrandos) em relação a 2016 (45 mestrandos).

O MP beneficiou diretamente a SES/DF, bem como atendeu o Plano Distrital de Educação, a partir das ações resultantes:

- Capacitação de servidores em áreas do conhecimento de interesse da saúde, preparando profissionais para a atenção, gestão e educação em saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal;

- Elevação gradual do número de matriculados na pós-graduação stricto sensu.

#### **10. Implementar a Pós-Graduação stricto sensu na modalidade Mestrado Acadêmico (FEPECS);**

##### **2016**

Foi criado o Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde — projeto aprovado pela CAPES em 25/4/2016. Apresenta estrutura multidisciplinar em consonância com o perfil predominante dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Área de Avaliação — Medicina I da CAPES. A meta foi atingida em 2016, com a realização do processo seletivo que aprovou 18 (dezoito) mestrandos que iniciaram as aulas no primeiro semestre de 2017.

##### **2017**

Em 2017 foi implementado o curso de Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, tendo ingressado na primeira turma 18 estudantes das áreas de Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição, Administração e Serviço Social.

Dessa forma, a ESCS ampliou sua capacidade de formação profissional no Distrito Federal, atendendo também o Plano Distrital de Educação a partir da elevação gradual do número de matriculados na pós-graduação stricto sensu.

#### **11. Implementar a Pós-Graduação stricto sensu - Programa de Doutorado Interinstitucional – (DINTER) (FEPECS);**

##### **2016**

O Doutorado Interinstitucional (DINTER) está registrado na Área de Avaliação Medicina II da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), como instituição promotora, e a ESCS/Fepecs, como instituição receptora, tendo por objetivo a consolidação da pesquisa e dos programas de pós-graduação institucionais, bem como a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio da ESCS/Fepecs. Em 2016, foi realizado o processo seletivo que aprovou 25 doutorandos (docentes, pesquisadores, preceptores de graduação/ESCS e preceptores de residência/SES/DF), tendo o curso iniciado no primeiro semestre do mesmo ano.

##### **2017**

O Doutorado Interinstitucional foi implementado com a oferta de uma única turma, tendo como um dos objetivos a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio da ESCS/Fepecs. Manteve, durante o ano de 2017, 24 estudantes, contemplando docentes e preceptores que exercem atividades acadêmicas nos cursos de graduação da ESCS e Programas de Residências da ESCS e SES/DF.

Considerando que, dessa forma, será ampliado o número de profissionais habilitados para docência na Pós Graduação, a ESCS poderá pleitear junto a CAPES seu próprio curso de Doutorado em futuro próximo.

## **12. Ampliar os Projetos e Programas de Extensão da ESCS (FEPECS);**

**2016**

A Extensão Acadêmica, ofertada pela ESCS/Fepecs, compreende cursos, minicursos e projetos de curta e média duração, destinados a complementar os conhecimentos em áreas específicas, que respondam a demandas não atendidas regularmente pelo ensino formal da graduação e/ou pós-graduação. Em 2016, foram ofertados 25 cursos/minicursos e 05 projetos de extensão, dos quais participaram 1.626 pessoas, superando em 24% a meta de 1.306 pessoas previstas no PPA para o ano de 2016.

**2017**

A meta de ampliação dos Projetos e Programas de Extensão foi planejada para atingir uma clientela de 5.000 pessoas até o ano de 2019. As atividades de extensão, em 2017, compreenderam a realização de 13 minicursos, 10 cursos, 08 projetos de extensão e 03 eventos (simpósios e jornadas), abrangendo 3.742 pessoas, entre docentes, preceptores, residentes, estudantes e profissionais da área da saúde. Significa, em relação ao ano anterior, uma ampliação de 13% no número de atividades ofertadas. Dessa forma, foi alcançado 74,8% da meta prevista até 2019.

Visando à ampliação e modernização nos processos educativos, foi desenvolvida a Educação à Distância (EaD) na Fepecs, que contribuiu para o alcance de um maior número de pessoas. Com a utilização da plataforma moodle, foi possível tanto a oferta dos cursos preconizados pelo MEC como obrigatórios para certificação dos residentes, como a capacitação dos Preceptores dos Programas de Residências.

Destaca-se, na modalidade "projetos de extensão", trabalhos realizados junto à comunidade, confirmando o papel social da escola, bem como contribuindo com a formação dos futuros profissionais de saúde.

Portanto, nota-se que houve um equívoco no percentual realizado no ano de 2016 e o dado quantitativo foi retificado para 32,5%, concluindo-se que no ano de 2016 não houve o atingimento da meta no referido exercício.

## **13. Ampliar as ações para qualificação da integração ensino-serviço na SES/DF (FEPECS);**

**2016**

Foi desenvolvida ação para a qualificação da integração do ensino-serviço na modalidade de Treinamento em Serviço. Realizado em parceria com o Centro de Referência, Pesquisa, Capacitação e Atenção ao Adolescente em Família – Adolescentro, o projeto pedagógico foi construído e desenvolvido com a equipe da unidade e avaliado pelos treinandos e supervisores. A adesão foi de 50 % em relação ao nº de inscritos e ao nº de participantes. Uma das causas da não ampliação dessa ação para outras unidades e serviços de saúde na SES/DF é a falta de profissionais, técnicos capazes de desenvolver o Projeto no âmbito da Escola de Aperfeiçoamento do SUS–EAPSUS/Fepecs.

**2017**

A EAPSUS/Fepecs tem sob sua responsabilidade o gerenciamento das Atividades Curriculares Supervisionadas desenvolvidas nas estruturas orgânicas da Secretaria de Estado de Saúde (SES/DF) e entidades vinculadas (Fepecs e Fundação Hemocentro de Brasília-FHB), por estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos e de graduação de instituições públicas e privadas conveniadas sediadas no Distrito Federal. São 23 Instituições de Ensino conveniadas com a SES/DF com intermediação da Fepecs. Em 2017 observou-se expressivo aumento de aditivos de cursos nestes convênios, aumento do número de turmas e o conseqüente aumento do número de estudantes para realizarem Atividades Curriculares Supervisionadas. Neste cenário, a Escola enfrentou grande dificuldade operacional e não foi possível ampliar o alcance dessa ação.

Por sua vez, a modalidade educativa de Treinamento em Serviço, que tem por finalidade a atualização e o aperfeiçoamento de servidores e profissionais de saúde nas unidades administrativas e de saúde da SES/DF e unidades vinculadas, foi suspensa por 90 dias em 21/11/2016 e 22/12/2017. Ainda assim, 66 profissionais desenvolveram atividades nessa modalidade.

Espera-se, com a implantação de um sistema informatizado de gerenciamento dos processos relativos às Atividades Curriculares Supervisionadas, que a Escola possa retomar e ampliar suas ações para qualificação da integração ensino-serviço.

#### **14. Ofertar 3.400 vagas em ações educativas para servidores da SES-DF e comunidade (FEPECS);**

**2016**

Pautada nas diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde e na metodologia da problematização, a Escola de Aperfeiçoamento do SUS–EAPSUS/Fepecs desenvolve ações educativas que têm por objetivo qualificar a assistência no âmbito da SES/DF, por meio da construção coletiva do conhecimento, da (re)organização do processo de trabalho e da troca de experiências. Tem como principal clientela os servidores da Secretaria de Saúde do DF.

Em 2016, a Escola realizou diferentes ações educativas, tais como: jornadas, seminários, cursos, oficinas, totalizando 2.550 participações. Para 2017, a EAPSUS tem no seu planejamento uma oferta estimada de 700 vagas. Tendo em vista a meta de ofertar 3.400 vagas até o ano de 2019, a tendência apontada é de superação da meta, considerado o período de 4 anos.

**2017**

A EAPSUS/Fepecs realizou diferentes ações educativas para diferentes áreas da SES/DF, totalizando 1.238 participações, beneficiando servidores, gestores, profissionais de saúde e comunidade, nas seguintes modalidades:

- Cursos: as participações nesta modalidade corresponderam a 35% do total de pessoas abrangidas pelas ações educativas;

- ATOSS (Ações Temáticas Orientadas aos Serviços de Saúde): configura educação para profissionais alinhada com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente e que responda as necessidades dos profissionais e dos serviços; a atividade foi responsável por 28% das participações;

- Eventos técnicos/científicos (jornadas, seminários, fóruns): registra-se 37% de participações nesta modalidade.

Em 2017, a Escola consolidou sua proposta político-pedagógico e trabalhou direcionando suas ações para a resolução de problemas enfrentados no cotidiano dos serviços, pautados na realidade e problematizado com os profissionais e suas equipes. Neste sentido, todos os cursos foram pedagogicamente organizados utilizando metodologias ativas, especialmente a metodologia da problematização. Nesta proposta pedagógica, o número de participantes deve ser entre 30 e 35 profissionais e são utilizadas técnicas de trabalhos em grupo, plenárias, apresentação de filmes e vídeos, além das teorizações. Nessa perspectiva, é possível compreender a redução do número de participantes/ano nas atividades ofertadas pela Escola, considerando-se o ano anterior.

De qualquer modo, mesmo com a redução dos números referentes a 2017, confirma-se a tendência de superação da meta projetada para 2016-2019 de 3.400 vagas/ano ofertadas.

#### **15. Ampliar o fomento à pesquisa em saúde, fortalecendo e consolidando a ESCS/FEPECS como instituição produtora de conhecimento (FEPECS);**

**2016**

No ano em análise não houve ampliação do fomento à pesquisa em saúde, com ações desencadeadas apenas para manutenção das atividades já executadas nos anos anteriores.

Foram elas:

(1) Financiamento de seis projetos de pesquisa, abrangendo três linhas prioritárias em consonância com os eixos de pesquisa definidos pela Fepecs e SES/DF, quais sejam: (i) Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento; (ii) Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde; e (iii) Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados;

(2) Publicação do periódico “Comunicação em Ciências da Saúde-CCS”, na versão *on line*, ano 2016, com recursos oriundos de parceria firmada com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/Brasília.

As duas principais atividades foram executadas conforme planejado.

**2017**

A meta de ampliação do fomento à pesquisa almeja o financiamento de pesquisas na ordem de R\$ 450.000,00/ano até 2019.

Em 2017, o valor total do financiamento de projetos do Programa de Fomento à Pesquisa foi de R\$ 417.915,30. Significa dizer que 92,8% da meta do PPA já foi alcançada.

Em relação ao ano de 2016, registra-se uma ampliação de 39% no aporte de recursos. Os dados sinalizam a tendência de execução plena da meta proposta no Plano.

Também há que se considerar a ampliação na perspectiva quantitativa de pesquisas financiadas a cada ano:

- 2014: 4 projetos;

- 2015: 5 projetos;

- 2016: 6 projetos e
- 2017: 7 projetos.

Ainda em 2017, as sete pesquisas financiadas contemplaram cinco linhas prioritárias, com maior aporte de recursos na linha II (Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde), totalizando 48,7% dos recursos. Isto não quer dizer maior interesse nesta linha prioritária; apenas nos informa que esses projetos atenderam plenamente os requisitos do edital seletivo. As pesquisas financiadas em 2017 foram desenvolvidas em quatro hospitais da Secretaria de Estado de Saúde (HBDF, HRAN, HMIB e HCB) e no Centro de Saúde 12 (Asa Norte).

Pode-se dizer que o aporte de recursos públicos à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela Fepecs e SES/DF, contribuiu com o Sistema Único de Saúde do Distrito Federal, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população.

## **16. Implantar o Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde da ESCS (FEPECS);**

### **2016**

A implantação do Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde visa ampliar o Programa de Iniciação Científica atual da ESCS/Fepecs, incluindo, nas atividades de formação científica e pesquisa já existentes, as atividades de desenvolvimento tecnológico, de transferência de tecnologias e de inovação em saúde. A participação de estudantes de graduação poderá ser voluntária ou remunerada, por meio de concessão de bolsas de estudo. Em 2016 foi dado o passo inicial para a implantação do Programa, a partir do encaminhamento da proposta de Resolução Interna ao Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/ESCS.

### **2017**

Em 2017 houve um estudo aprofundado acerca da implantação do Programa de Desenvolvimento e Inovação em Saúde da ESCS. Verificou-se que, diante da estrutura ofertada hoje na SES/DF, não há viabilidade para a implantação do programa pelos próximos anos.

Em contrapartida, em 2017 houve a ampliação do Programa de Iniciação Científica da ESCS/Fepecs (PIC) em 12 novas bolsas, sendo 10 concedidas pela ESCS e 02 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, totalizando 101 bolsas. Dessas, 81 são provenientes do orçamento da Fepecs e 21, do CNPq. No total, houve o crescimento de 12,2% do Programa em comparação a 2016, promovendo a proporção de uma bolsa para cada oito estudantes de graduação da ESCS. Isso significa que os estudantes estão sendo instigados a um pensar crítico, a desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes na área de pesquisa, auxiliando na formação acadêmica.

Assim, entende-se preservada a importância estratégica do Programa de Iniciação Científica de forma geral, principalmente no que diz respeito à capacitação de pessoas para o desenvolvimento científico do Distrito Federal.

## **17. Aprimorar a Política editorial e veiculação/disseminação da Revista de Comunicação em Ciências da Saúde-CCS (FEPECS);**

### **2016**

Em 2016 não houve ação específica prevista para esta meta, porém foram desencadeadas as tratativas entre gestores institucionais para, em 2017, iniciar-se a revisão e aprimoramento da Política editorial e veiculação da Revista CCS.

### **2017**

A revista "Comunicação em Ciências da Saúde-CCS" (criada como Revista de Saúde do Distrito Federal, em 1990) tem por finalidade divulgar trabalhos científicos relacionados a todas as áreas de saúde e ciências afins, que contribuam para a compreensão e resolução dos problemas de saúde. Ela foi distribuída na versão impressa no período de 1990 a 2015.

Como estratégia de qualificação da revista "Comunicação em Ciências da Saúde", foi reestruturado seu Corpo e Política Editorial, bem como suas diretrizes e normas. Como consequência, no ano de 2017 foi implementada a versão online, tanto para consulta como para submissão e avaliação de artigos.

Atualmente, a revista está hospedada no Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER, desenvolvido pela Open Journal Systems (OJS). A OJS foi disponibilizada gratuitamente para a ESCS por meio de parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT e a Universidade de Brasília -UnB.

Foi mantida a periodicidade de 04 fascículos (números) por ano, disponibilizados gratuitamente no sítio da revista: [www.escs.edu.br/revistaccs](http://www.escs.edu.br/revistaccs).

## **18. Implantar o 3º curso de graduação (FEPECS);**

**2016**

Esta meta foi prevista para início em 2017. As ações iniciais dizem respeito à:

- (1) Consulta à SES/DF acerca da área de conhecimento do 3º curso, considerando o interesse do SUS/DF;
- (2) Consulta à SES/DF acerca da possibilidade de liberação de servidores para atuarem como docentes e na área administrativa, uma vez que a Fepecs prescinde de quadro próprio de pessoal. Consoante à Lei nº 2.676/2001, os recursos humanos necessários para o funcionamento da Fepecs, até a aprovação do Quadro de Pessoal próprio, serão cedidos da SES/DF;
- (3) Ampliação de área física e obtenção de outros recursos materiais para funcionamento e suporte das atividades acadêmicas; hoje, a instituição não dispõe de infraestrutura física para recepção de novos alunos;
- (4) Ampliação do orçamento da Fepecs para acobertar as despesas referentes ao novo curso: bolsas de estudo, pagamento de gratificação a docentes e outras despesas.

**2017**

Os objetivos estabelecidos para o ano de 2017 para nortear a meta prevista não foram cumpridos, devido a dificuldades de recursos orçamentários e humanos e, ainda, considerando o cenário macroeconômico do Governo do Distrito Federal. Por tudo isso, infere-se inviável a execução da meta até 2019.

## **19. Construir o campus integrado da FEPECS (FEPECS).**

**2016**

A meta diz respeito a uma sede que congregue as três escolas mantidas pela Fepecs (ESCS, ETESB e EAPSUS), com suas respectivas atividades acadêmicas. Para além, propõe-se um espaço com possibilidade de expansão do portfólio de cursos na área de saúde de interesse da população e, sobretudo, do SUS/DF, considerando as três modalidades já ofertadas: ensino superior, educação profissional e educação permanente e continuada. Com a infraestrutura atual é possível apenas a manutenção das atividades já implantadas e em funcionamento. Tal meta foi planejada para ter início a partir de 2018, porém dependerá da conveniência do governo do Distrito Federal, uma vez que a Fepecs, sendo instituição sem fins lucrativos, prescinde de receitas próprias para fazer frente à despesa. Assim, na data oportuna, consultar-se-á as instâncias competentes para avaliar a exequibilidade da pretensão e, sendo possível, o melhor momento.

**2017**

Não houve encaminhamentos em 2017 para esta meta, em razão de alguns fatos:

- (1) O valor consignado no orçamento da Fepecs para o grupo de despesa "investimentos", fontes 100 e 220, foi de R\$ 377.858,00, com destinação a despesas certas, incluindo contrapartida de convênio. Em 2016, registra-se um aporte de R\$ 275.240,00 para o mesmo grupo. Embora se verifique um aumento percentual de 37%, não houve consignação na fonte 100, ou outras fontes, suficiente para encaminhamentos pertinentes à meta.
- (2) A Fepecs, por ser instituição pública sem fins lucrativos, prescinde de receitas próprias de grande porte. Em 2017, por exemplo, programou-se o recebimento de R\$ 25.375,00 e auferiu-se R\$ 29.204,56.
- (3) O cenário macroeconômico do governo quando da programação da meta sinalizava uma possibilidade para tal investimento. Em 2017 verificou-se um cenário desfavorável para a despesa proposta, considerando, ainda, as prioridades do governo.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1422	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	%	0	31/12/2016	>=70	96,6	>=70	100	>=70	>=70	EAPSUS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1423	TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	%	0	31/12/2016	15	16,8	14	20,2	12	10	ETESB/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1424	PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	PONTO	5	31/12/2014	5	5,4	5	6,6	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1425	PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	PONTO	5	31/12/2014	5	5	5	6,0	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1426	PERCENTUAL DE CONCLUINTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	%	70	31/12/2014	87	90,6	93	78,7	100	100	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7

### Justificativas 2016

**Indicador 1422** - O cálculo foi feito por amostragem. Acredita-se que os altos índices obtidos estão diretamente relacionados à proposta de trabalho da Escola/Fepecs, que busca elaborar os projetos educativos de maneira singularizada e pactuada com a unidade demandante, além de utilizar metodologias ativas na construção da sequência pedagógica, com vistas ao atendimento dos objetivos apontados, constantes no projeto educativo.

**Indicador 1423** - Considera-se o diferencial aquém do planejado pouco significativo. Infere-se como principais causas da evasão na educação profissional a (1) necessidade de inserção dos estudantes no mercado de trabalho em horário incompatível com o curso e (2) aprovação em curso de graduação.

**Indicador 1424** - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em medicina baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da medicina superou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes.

**Indicador 1425** - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em enfermagem baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da enfermagem alcançou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes.

**Indicador 1426** - Houve superação da meta, indicando maior número de novos profissionais de saúde de nível superior (médicos e enfermeiros) formados pelo sistema educacional público do Governo do Distrito Federal-GDF.

## Justificativas 2017

**Indicador 1422** - A avaliação foi feita por amostragem em sete ações educativas (11 turmas). Todas as ações avaliadas obtiveram média superior a 70% de satisfação. O instrumento abordou a satisfação dos participantes. O resultado alcançado foi extremamente importante, pois reitera a opção pedagógica da Escola, que é construir cursos e ações educativas pautando-se no referencial teórico e metodológico da pedagogia da problematização e a decisão de construir as propostas junto com a área técnica responsável.

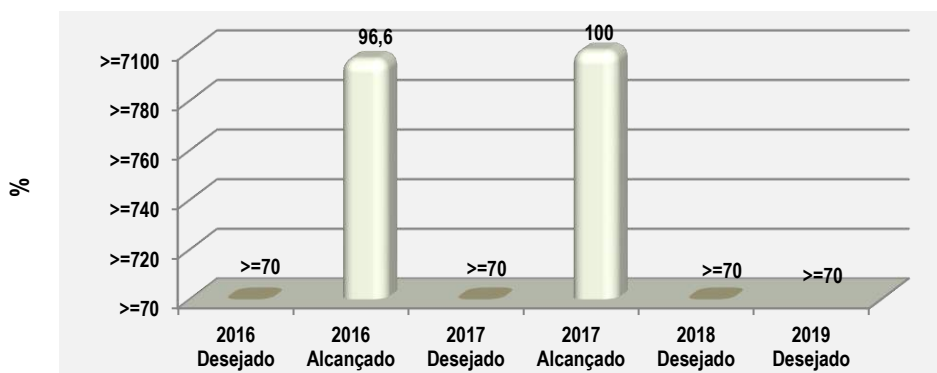
**Indicador 1423** - Com relação a 2016, verifica-se aumento da taxa de evasão escolar em 3,4%. Em relação ao programado para o ano, houve frustração em 6,2%. Infere-se o comportamento do indicador a alguns fatores, tais como: (1) inserção do aluno no mercado de trabalho, (2) aprovação em curso de nível superior e (3) oferta dos cursos em horário diurno, o que impossibilita o exercício profissional concomitante ao estudo. Esses fatores contribuíram para a evasão dos cursos.

**Indicador 1424** – O indicador baseia-se na amostra da mediana da última série do curso de graduação em medicina (6ª série), obtida por meio do Teste Progresso/2017. O resultado demonstra a relação entre conteúdo e estrutura curricular da graduação em medicina e desenvolvimento dos estudantes, que, neste caso, superou as expectativas da meta estabelecida para o período.

**Indicador 1425** – O indicador baseia-se na amostra da mediana da última série do curso de graduação em enfermagem (4ª série), obtida por meio do Teste Progresso/2017. O resultado demonstra a relação entre conteúdo e estrutura curricular da graduação em enfermagem e desenvolvimento dos estudantes, que, neste caso, superou as expectativas da meta estabelecida para o período.

**Indicador 1426** - A Escola disponibiliza, a cada ano, 160 vagas para os dois cursos de graduação: 80 para medicina e 80 para enfermagem. Assim, para 2017, programou que 93% destes alunos concluiriam seus cursos. No entanto, apenas 78,7% o fizeram, sendo: 74 estudantes da medicina e 52 estudantes da enfermagem. Diversos fatores contribuíram para este resultado ao longo do período dos cursos (6 anos medicina e 4 anos enfermagem), tais como: desligamentos, reprovações, trancamentos e mobilidade acadêmica.

**ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS**  
>=70

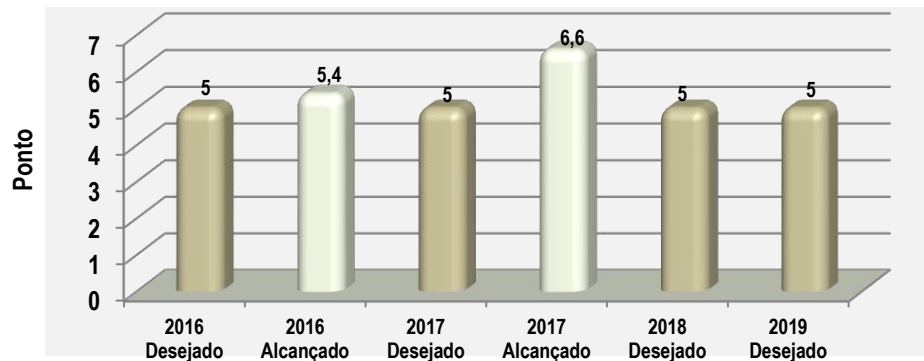


**TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA**

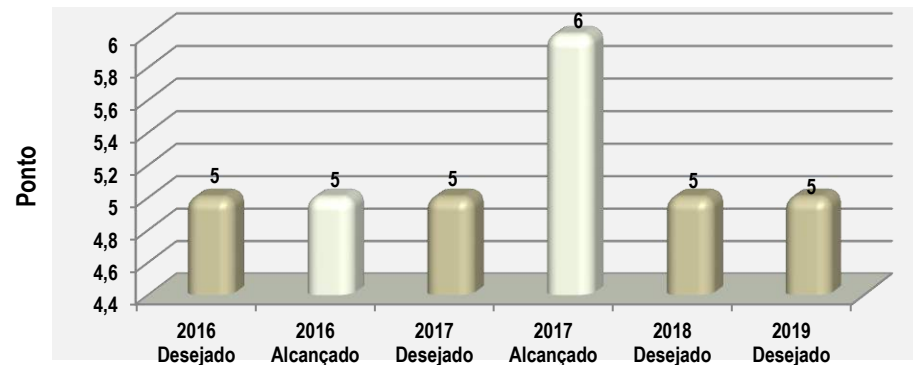




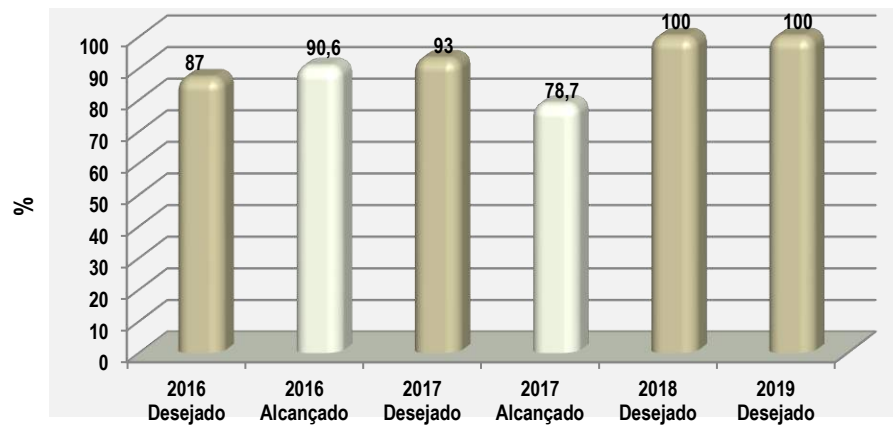
PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA



PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM



PERCENTUAL DE CONCLUINTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	7	1	Elaboração e proposição de norma/lei para implantação da gratificação de atividade de ensino para a educação profissional da ETESB; (FEPECS).	23203	100	<b>2016</b> A minuta de Projeto de Lei-PL foi elaborada e encaminhada à SES/DF, com posterior remessa à PGDF. Ainda não foi obtida resposta quanto ao PL. <b>2017</b> Substituída pelo Projeto de Lei da função docente na SES-DF, em tramitação.
6202	7	2	Elaboração e proposição de norma para implantação da preceptoria na ETESB; (FEPECS)	23203	100	<b>2016</b> O estudo foi finalizado e as normas, elaboradas. No momento, a proposta está em análise pela PGDF. <b>2017</b> Incluída no Projeto de Lei da função docente na SES/DF, em tramitação
6202	7	3	Revisão de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar da ETESB; (FEPECS)	23203	100	<b>2016</b> Em fase final de revisão, faltando apenas a validação pelo corpo docente e discente da Escola. <b>2017</b> Aprovada a Proposta Pedagógica pela SEE/DF. O Regimento Escolar ainda se encontra na SEE/DF em fase final de aprovação.
6202	7	4	Formulação, aprovação e implantação de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS do Distrito Federal; (FEPECS)	23203	30	<b>2016</b> - Foi redigida uma proposta de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS do Distrito Federal pela ESCS/Fepecs, mas sua aprovação está condicionada a questões que extrapolam a Escola, fato que será avaliado em uma revisão das ações não orçamentárias para os próximos anos. <b>2017</b> A Fepecs foi responsável, juntamente com a UnB e a Fiocruz, pela organização e fortalecimento da Rede Distrital de Avaliação de Tecnologia de Política em Saúde (REDAPTS), com a finalidade de incorporar tecnologias em saúde, construindo redes colaborativas no Distrito Federal para avaliar os efeitos e os impactos da tecnologia em saúde.
6202	7	5	Criação e implantação de uma plataforma de gestão de acompanhamento de Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS-DF; (FEPECS)	23203	30	<b>2016</b> O projeto da Plataforma de Gestão foi confeccionado e submetido à Chamada Pública da FAP/DF/MS-DECIT/CNPQ/SES/DF nº 001/2016 do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão compartilhada em saúde, porém não logrou êxito. O projeto foi também submetido ao Processo Seletivo do Programa de Iniciação Científica da ESCS. Assim, com auxílio de um estudante bolsista, está sendo desenvolvido um protótipo de Diretório de Pesquisa e Pesquisadores da SES/DF. <b>2017</b> O protótipo não foi validado, permitindo novas discussões sobre um Diretório de Pesquisa e Pesquisadores da SES/DF. Ao final do ano, uma nova matriz de base de dados começou a ser desenvolvida, com a finalidade de identificar as pesquisas e pesquisadores da ESCS/Fepecs.
6202	7	6	Formulação de marco regulatório para a criação e implantação do Laboratório de Inovação para o SUS-DF. (FEPECS)	23203	0	<b>2016</b> Não estava prevista nenhuma ação para o ano de 2016. <b>2017</b> Foi feito um estudo sobre os Laboratórios de Inovação para o SUS-DF existentes no Brasil, com elaboração de Nota Técnica. Verificou-se que para a criação e implantação do laboratório de inovação há necessidade de discussões mais aprofundadas para abarcar essa demanda.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

O acesso aos cursos de graduação da Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS/Fepecs foi garantido com o preenchimento das 160 vagas previstas para os cursos de graduação. Destas vagas, 64 foram preenchidas por estudantes oriundos do ensino público do Distrito Federal. Desta forma, a ESCS contribuiu de maneira efetiva para a diminuição da desigualdade social por meio do acesso à graduação de estudantes de menor nível socioeconômico.

Ainda na graduação, 90,6% dos ingressantes concluíram o curso, superando a meta prevista para o ano. Dentre os fatores que promoveram a permanência dos estudantes, destacamos a política de concessão de bolsas de estudo, quais sejam: bolsa universitária, bolsa monitoria e bolsas de iniciação científica. A qualidade da formação atingiu os exigentes critérios previstos nas metas de progressão de conhecimentos, aferida pelo teste de progresso. Pelo fato da formação acontecer principalmente nos serviços de saúde da SES/DF e a partir do enfrentamento dos problemas de saúde da população desde o primeiro ano do curso, os profissionais formados adquiriram as competências necessárias para atender as necessidades de saúde da população do DF.

A Extensão Acadêmica também foi ampliada com superação em 24% da meta estabelecida, sendo ofertados 25 cursos/minicursos e 05 projetos de extensão, dos quais participaram 1.626 pessoas.

Em 2016 estiveram em funcionamento 103 programas de residência médica mantidos pela SES/DF e pela ESCS, totalizando 905 vagas, mantendo a SES/DF como uma das maiores instituições formadoras de especialistas do Brasil.

Como ação estratégica para o provimento de força de trabalho para o SUS/DF, houve expansão do número de vagas de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade. Em 2015 foram ofertadas 5 vagas, passando para 48 vagas em 2016, atingindo 60% da meta. O objetivo é alcançar 80 vagas até 2019. A ampliação da formação especializada em Medicina de Família e Comunidade é uma demanda prioritária para a SES/DF e tem papel importante na ampliação da cobertura e resolubilidade da Estratégia de Saúde da Família no Distrito Federal, elemento fundamental para a melhoria do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Foram criados 9 programas de residência multiprofissional em 2016, alinhando o Distrito Federal com a política do Ministério da Educação de criação de uma cultura da interdisciplinaridade entre os profissionais da saúde, ação estratégica para garantir a integralidade do cuidado aos pacientes. Outra ação de importância estratégica do ano de 2016 foi a criação da Residência Multiprofissional em Gestão de Políticas Públicas para a Saúde, com oferta de 8 (oito) vagas para início em 2017. Este projeto, desenvolvido em parceria com a FIOCRUZ, tem como objetivo formar futuros gestores para o Sistema Único de Saúde no Distrito Federal. Ademais, também se ofertou a modalidade uniprofissional, com 4 programas.

Houve uma expansão importante da pós-graduação com a entrada de mais 18 estudantes no mestrado profissional, atingindo a 6ª turma. Em 2016 foram criados o Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, sendo selecionados 18 mestrandos que iniciarão as aulas no primeiro semestre de 2017, e o programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), com ingresso de 25 doutorandos.

Foram financiados seis projetos de pesquisa, abrangendo as linhas prioritárias em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela Fepecs e SES/DF. Apesar da meta de gastos estabelecida não ter sido alcançada plenamente, as duas principais atividades (financiamento de pesquisa e publicação de periódico) foram executadas conforme planejado e com economia de recursos, por meio de parceria com a FioCruz.

A meta de implantação do 3º curso de graduação ainda encontra-se em fase de estudos, sendo previstas para 2017 algumas ações, tais como: consultar a SES/DF acerca da área de conhecimento do 3º curso, considerando o interesse do SUS DF; obter recursos visando à elaboração de projeto de ampliação de área física; consultar a SES/DF acerca da disponibilidade de liberação de servidores para atuarem como docentes e na área administrativa, uma vez que a Fepecs prescinde de quadro próprio de pessoal e ampliar o orçamento da Fepecs para acobertar as despesas referentes ao novo curso.

A Educação Profissional é promovida pela Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB/Fepecs, que trabalha alinhada às políticas de saúde da SES/DF, capacitando e formando quadros para dar respostas à implementação dessas políticas estratégicas, em especial, acompanhando a reformulação do modelo de Atenção Primária com a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Garantir o acesso e permanência na Educação Profissional requereu implantação de algumas medidas, como a extensão do período para o noturno, desenvolvimento descentralizado dos cursos nos serviços de saúde, pactuação com os gestores referente à liberação dos servidores da SES/DF para a sua qualificação, elaboração de material didático e preparação dos profissionais de nível superior da SES/DF para a docência.

No ano em análise, três (03) cursos técnicos foram oferecidos à comunidade e aos servidores, como o Técnico em Enfermagem, Saúde Bucal e Análises Clínicas, além da oferta de cursos de Educação Permanente (Formação Inicial e Continuada) como Administração de Medicamentos e Protocolo de Sinais Vitais, Caminhos do Cuidado - Formação em Saúde Mental com ênfase em crack, álcool e outras drogas, Qualificação Profissional Inicial para ACS e Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização.

Esses cursos oferecidos aos servidores da SES/DF são de relevância significativa, impactando na contribuição da ampliação da eficiência dos processos realizados nas suas unidades de saúde, na melhoria do atendimento à população por meio das suas equipes de Saúde da Família, nas ações educativas voltadas para o processo de cuidar, incluindo as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, o conceito de Rede de Atenção Psicossocial, onde a atenção prestada pelas equipes de Saúde da Família se torna essencial.

Em 2016, houve algumas dificuldades para o desenvolvimento de ações na Educação Profissional, que deverão ser resolvidas nos próximos exercícios, a fim de não prejudicar a execução do objetivo específico. Dentre essas dificuldades destacamos a liberação de docentes para ministrarem aulas nos cursos técnicos da ETESB e dificuldade na liberação dos estudantes, servidores da assistência (ACS, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem).

A Escola de Aperfeiçoamento do SUS-Eapsus/Fepecs é responsável por desenvolver ações educativas, na perspectiva da educação permanente e continuada, para os profissionais de saúde da SES/DF, por meio de diferentes modalidades, quais sejam: seminários, fóruns, encontros, ciclo de debates, educação em ATOSS e cursos. A proposta pedagógica da Escola, alinhada com os princípios da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), esta orientada no sentido da construção de currículos singularizados e contextualizados na realidade dos profissionais e na utilização de metodologias ativas, especialmente a Metodologia da Problemática. Os cursos ofertados respondem as necessidades dos profissionais e das equipes, com vistas a desenvolver as competências necessárias para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Ainda que os dados apontem para o alcance das metas pactuadas ao final de 2019, torna-se importante mostrar que, além do quantitativo de vagas ofertadas ter sido superado, a Escola conseguiu ampliar seu leque de ofertas respondendo as demandas de diferentes áreas técnicas seja no âmbito da promoção à saúde, prevenção, assistência, reabilitação, vigilância e, em maior número para profissionais da gestão. Para além, foram construídas ações educativas que abordaram temas de grande relevância e transversais na saúde pública como aqueles tratados no Seminário Finitude, Adoecimento e Morte e o Fórum de Prevenção do Suicídio. Assim, tanto qualitativa como quantitativamente, a análise do objetivo específico é bastante positiva para a Eapsus.

A Escola Superior de Ciências da Saúde, conforme o artigo 3º de seu Regimento Interno, tem por finalidade desenvolver e aperfeiçoar o ensino-aprendizagem das Ciências da Saúde, mediante cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Com referência à graduação, anualmente são disponibilizadas 160 vagas, cuja seleção ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU, das quais 40% são reservadas ao sistema de cotas, em cumprimento à Lei Distrital nº 3.361/2004, regulamentada conforme o Decreto nº 25.394/2004.

A Escola programou um percentual de concluintes na graduação (medicina e enfermagem) de 93%, porém alcançou 78,7% em decorrência de trancamentos, reprovações, mobilidade acadêmica e desligamentos.

A progressão do conhecimento dos estudantes dos cursos de graduação baseia-se na amostra da mediana da última série de cada curso, obtida por meio do Teste de Progresso. A meta de 5 pontos foi superada pelos dois cursos, medicina 6,6 pontos e enfermagem 6,0 pontos.

As atividades de extensão compreenderam a realização de 13 minicursos, 10 cursos, 08 projetos de extensão e 03 eventos (simpósios e jornadas), abrangendo 3.742 pessoas, entre docentes, preceptores, residentes, estudantes e profissionais da área da saúde. Significa, em relação ao ano anterior, uma ampliação de 13% no número de atividades ofertadas. Desta forma, foi alcançado o percentual de 74,8 da meta prevista até 2019.

Com a utilização da plataforma moodle foi possível tanto a oferta dos cursos preconizados pelo MEC como obrigatórios para certificação dos residentes, como também a capacitação dos Preceptores dos Programas de Residências. Destaca-se, ainda, na modalidade "projetos de extensão", trabalhos realizados junto a comunidade, confirmando o papel social da escola, bem como contribuindo com a formação dos futuros profissionais de saúde.

Com referência à pós-graduação (lato sensu) residência médica, foram mantidos os programas da SES/DF, totalizando 964 residentes, distribuídos entre 106 programas nos hospitais e unidades de saúde da SES/DF em regime de rotatividade, caracterizando treinamento em serviço, com supervisão de profissionais habilitados.

Quanto à residência das áreas profissionais de saúde, foram oferecidas vagas para 15 programas em rede SES/DF, sendo 78,8% na modalidade multiprofissional e 21,2% na modalidade uniprofissional, obtendo o total de 490 profissionais residentes para os 1º e 2º anos. O aumento do número de residentes demonstra o compromisso em preparar profissionais que contribuirão com a melhoria do SUS.

Na pós-graduação (stricto sensu) mestrado profissional, os estudantes desenvolveram diversas pesquisas durante o período do curso, que têm sido aplicadas na prática, produzindo mudança de rotinas, protocolos e condutas terapêuticas dos profissionais de saúde e nas políticas de saúde do idoso, da mulher e da segurança do paciente.

Destacamos, por exemplo, os resultados da dissertação da estudante Elisabete Mesquita Peres de Carvalho, intitulada "Elaboração de instrumento para análise da adesão dos profissionais às práticas obstétricas seguras na atenção ao parto", que foram apresentados no grupo condutor da rede cegonha da SES/DF e atualmente estão sendo usados para discutir a casa de parto normal em Ceilândia. O produto da dissertação da estudante Lia Esther Correa de Paula Neiva, intitulada "Incidentes relacionados ao cuidado obstétrico: estudo dos casos notificados e proposta de protocolo para o Sistema de Notificação de Incidentes para a Secretaria de Saúde do Distrito federal", fará parte da Política Distrital em Segurança do Paciente, que está sendo elaborada em conjunto com os Núcleos de Qualidade e Segurança do paciente da SES/DF, sob supervisão do Órgão Regulador Central pertinente. A estudante Luana Salles de Moraes Girão desenvolveu projeto de pesquisa intitulado "Avaliação da efetividade do uso de um guia de orientação e cuidado ao idoso portador de doença pulmonar obstrutiva crônica: um ensaio clínico randomizado", no qual desenvolveu e testou uma cartilha de orientação aos pacientes, que ora encontra-se em fase de implantação para uso pelo serviço de Fisioterapia do Instituto Hospital de Base do Distrito Federal.

O Mestrado Acadêmico tem proporcionado o desenvolvimento de pesquisas no sentido de fortalecimento do SUS, tanto na atenção quanto no âmbito da qualidade da gestão. Além disso, tem dado oportunidade para que os professores de graduação da ESCS curse um programa de mestrado.

O Doutorado Interinstitucional foi implementado com a oferta de uma única turma, tendo como um dos objetivos a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio da ESCS/Fepecs. Manteve, durante o ano de 2017, 24 estudantes, contemplando docentes e preceptores que exercem atividades acadêmicas nos cursos de graduação da ESCS e Programas de Residências da ESCS e SES/DF. Considerando que desta forma será ampliado o número de profissionais habilitados para docência na pós-graduação, a ESCS poderá pleitear junto a CAPES seu próprio curso de Doutorado em futuro próximo.

Ao longo do período de 2008- 2017, o Programa de Fomento tornou-se dispositivo relevante para o desenvolvimento das pesquisas no âmbito da SES/DF. Este recurso viabiliza a realização de pesquisas em nível de pós-graduação, em especial o mestrado e o doutorado da ESCS, aprovados e pontuados pela CAPES, que são desenvolvidas no âmbito da SES/DF e entidades vinculadas, gerando conhecimento relevante para o desenvolvimento local dos serviços de saúde.

A atividade de apoio financeiro a projetos de pesquisa tem por finalidade fomentar pesquisas para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal/SUS-DF, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população, em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela ESCS e SES/DF.

Em 2017, o valor total do financiamento de projetos do Programa de Fomento à Pesquisa foi de R\$ 417.915,30. Significa dizer que 92,8% da meta do PPA já foram alcançados. Em relação ao ano de 2016, registra-se uma ampliação de 39% no aporte de recursos. Também há que se considerar a ampliação na perspectiva quantitativa de pesquisas financiadas a cada ano: 2014 - 4 projetos; 2015 - 5 projetos; 2016 - 6 projetos e 2017 - 7 projetos.

Quanto a implementação do terceiro curso de graduação, os objetivos estabelecidos para o ano de 2017 para nortear a meta prevista não foram cumpridos devido a dificuldades de recursos orçamentários e humanos, além do cenário macroeconômico desfavorável do Governo do Distrito Federal. Essas circunstâncias sugerem ser inviável a execução da meta ainda neste PPA.

A Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB, com a ampliação dos cursos oferecidos de forma descentralizada, vem desempenhando cada vez mais um papel imprescindível na formação, qualificação e especialização dos servidores da SES-DF, visando sempre à melhoria dos serviços de saúde no atendimento à população do DF.

No ano em questão, esteve alinhada com a nova política de atenção primária, oferecendo o curso de Especialização Pós-Técnica em Saúde da Família, com estudantes de várias regionais de saúde, com previsão de duas turmas por ano até 2019.

Com a implantação do turno noturno, houve ampliação no número de estudantes na Educação Profissional. A Escola espera que haja maior adesão aos seus cursos noturnos quando abrir processo seletivo para a comunidade, uma vez que, no momento, está atendendo apenas aos servidores da SES-DF.

Além dos cursos técnicos de Análises Clínicas, Saúde Bucal, Enfermagem e Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem, foram oferecidos os cursos de Administração de Medicamentos, Refletindo sobre o Processo de Envelhecimento, Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização, Curso de Atualização para Técnicos da área de Eletroencefalografia, Curso de Qualificação dos servidores de Farmácia da Atenção Primária a Saúde da SES-DF e o Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agentes Comunitários de Saúde – ACS, perfazendo um total de 553 estudantes formados e em formação.

A ETESB, em 2018, tem previsão de implantar o curso Técnico em Hemoterapia, finalizar 4 turmas de ACS (iniciadas em 2016), dar continuidade a 7 novas turmas de ACS, realizar nova turma de Especialização Pós-Técnica em Saúde da Família e oferecer nova turma de Qualificação dos servidores de Farmácia da Atenção Primária a Saúde da SES-DF. Com isso, contribui de forma positiva com o objetivo específico do PPA.

A Escola de Aperfeiçoamento do SUS-Eapsus/Fepecs consolidou suas diretrizes teóricas e metodológicas e seu leque de ofertas, em diferentes modalidades educativas. Os cursos são elaborados em parceria com as áreas técnicas e buscam responder aos problemas identificados na realidade dos serviços. Implantou a modalidade Ações Temáticas Orientadas para os Serviços de Saúde (ATOSS), cuja ação é construída com o grupo de participantes e a área técnica demandante para atender a necessidade desses profissionais e de seus serviços. Nesta modalidade, os encontros são mensais e direcionados, o que permite a frequência dos profissionais e potencializa a ação. A Escola respondeu as demandas de diferentes áreas da SES/DF e manteve os temas de relevância e transversais na saúde pública, como aqueles tratados no VI Fórum de Prevenção do Suicídio.

É possível identificar, nos dados 2016-2017, diminuição no número de vagas em ações educativas: 2016 - 2.550; 2017 - 1.238. Essa diferença pode ser explicada pela implantação definitiva das metodologias ativas na Escola. A opção pedagógica de trabalhar com a Metodologia da Problematização, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e com as diretrizes pedagógicas da Fepecs, pressupõe a redução do número de participantes por turmas. A redução quantitativa, neste caso, significa um ganho qualitativo significativo.

Assim, reiteramos que, tanto qualitativa como quantitativamente, a análise do objetivo específico se mantém bastante positiva para a Eapsus/Fepecs, no que diz respeito à sua missão de desenvolver atividades educativas em saúde, abrangendo a educação permanente e continuada dos servidores da SES/DF, profissionais de saúde, bem como o gerenciamento de cenários de aprendizagem na SES/DF.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

008 –Assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

23.202 – FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	1	Manter o percentual de doações de sangue em relação à população do DF em 2%; (FHB)	2	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	1,94	2,35			2,35	117,5%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	2	Manter o percentual de doadores de sangue fidelizados em 50%; (FHB)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	45	42			42	84,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	3	Manter o índice de satisfação do doador de sangue acima dos 95%; (FHB)	>95	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	95,2	95			95	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	4	Manter a certificação ISO para o ciclo de sangue; (FHB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	5	Expandir a certificação ISO para todos os laboratórios destinados aos exames de pacientes solicitados pelo ambulatório da FHB e rede SES/DF; (FHB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	6	Manter a classificação de Instituição de Saúde de Baixo Risco pela Vigilância Sanitária, ultrapassando os 95% de conformidade nas inspeções sanitárias; (FHB)	>95	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	98,4	99,8			99,8	105,1%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	7	Responder a demanda de rotina das Agencias Transfusionais em, pelo menos, 80%, para manutenção de seu estoque estratégico; (FHB)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	125,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	8	Atender 100% da demanda dos procedimentos hemoterápicos; (FHB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%

**Análise Qualitativa****1. Manter o percentual de doações de sangue em relação à população do DF em 2% (FHB);****2016**

A Fundação Hemocentro de Brasília alcançou o índice de 1,94% de doações na população do Distrito Federal. Este índice corresponde ao mesmo percentual obtido no ano de 2015, o que demonstra que a doações de sangue cresceram no mesmo ritmo que o crescimento populacional do DF. Este índice corresponde a 97% da meta pretendida de 2,0% de doações em relação à população do Distrito Federal e que garantiu o atendimento a 100% da demanda. O índice considerado seguro pela OMS para doação de sangue em uma população é de 3 a 5%, considerando-se

que a rede privada de banco de sangue responde a aproximadamente 1% das coletas e realizou um terço das transfusões computadas no ano de 2016, este índice aproxima-se do que é aceito como seguro pelas estimativas internacionais. Com o dever de adequar a oferta de sangue à demanda dos serviços de saúde, evitando desperdícios, podemos afirmar que para a atual dimensão da rede de assistência à saúde pública do Distrito Federal a Fundação Hemocentro de Brasília não possui a necessidade de obtenção da meta pactuada, podendo gerenciar a coleta de forma mais racional para uma cobertura efetiva e segura de fornecimento de sangue ao Distrito Federal.

**2017**

Em 2017 foi realizada a correção no método de cálculo do indicador para atendimento do disposto na portaria MS/GM nº 1469/2006 e passou a se considerar no resultado todas as doações realizadas no território do DF. O indicador avaliado contempla as doações realizadas na FHB e também nos bancos privados de sangue que informam mensalmente à FHB o número de doações recebidas. Para o resultado alcançado de 2,35%, 1,75% das doações foram realizadas na FHB e 0,6% nos bancos de sangue privados. Considerando-se as excepcionalidades aplicadas à realidade do DF, pode-se afirmar que a oferta de sangue está ajustada à demanda dos serviços de saúde, evitando desperdícios. Para a atual dimensão da rede de assistência à saúde pública do Distrito Federal a Fundação Hemocentro de Brasília consegue gerenciar a coleta de forma mais racional para uma cobertura efetiva e segura de fornecimento de sangue ao Distrito Federal. Em casos de aumento da demanda e baixa nos estoques estratégicos são disparadas campanhas em mídia para aumentar a captação de doadores de sangue.

## **2. Manter o percentual de doadores de sangue fidelizados em 50% (FHB);**

**2016**

Apesar de não ter alcançado a meta pactuada no PPA de 50% de doadores fidelizados, o índice obtido foi considerado adequado às necessidades da instituição para o cumprimento de sua missão, entendendo-se que é um fator positivo manter um número elevado de doadores fidelizados, para garantir a qualidade e quantidade dos produtos obtidos, porém é necessário um equilíbrio com a captação de novos doadores anualmente, elevando a divulgação do ato de doação de sangue e sua importância a novos públicos e ressaltando-se que não houve aumento do percentual de perda de sangue coletado por exames laboratoriais positivos, mostrando que a captação de novos doadores tem sido realizada de forma racional e segura, com orientação adequada da população.

**2017**

O não atingimento da meta proposta em 2017 não comprometeu o resultado institucional tendo sido atendidas as necessidades da instituição para o cumprimento de sua missão no que concerne à manutenção dos estoques estratégicos e o atendimento de 100% da demanda por hemocomponentes fora de rotina.

## **3. Manter o índice de satisfação do doador de sangue acima dos 95% (FHB);**

**2016**

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do ano pela FHB com redução da força de trabalho e mobilizações de servidores (paralizações) que impactaram no aumento do tempo de espera e, conseqüentemente, piora na avaliação dos serviços pelo doador usuário, a meta foi alcançada e o índice de satisfação do doador de sangue mantém-se elevado, colocando a instituição como um dos serviços públicos mais bem avaliados pelos cidadãos usuários.

**2017**

O resultado alcançado demonstra o compromisso institucional em atender com excelência o doador de sangue na Fundação Hemocentro de Brasília. Ocorre que o fator tempo é considerado no questionário de pesquisa de satisfação aplicado e em dias de campanha de doação o tempo de espera aumenta o que pode ter interferido no resultado alcançado. Espera-se que com a chegada de novos servidores do concurso e medidas internas adotadas pela equipe da Gerência do Ciclo do Doador possam impactar positivamente elevando a satisfação do doador.

## **4. Manter a certificação ISO para o ciclo de sangue (FHB);**

**2016**

A certificação ISO foi mantida para o ciclo do sangue no ano de 2016 demonstrando a manutenção da conformidade dos processos de trabalho sendo um selo de garantia dos serviços e produtos gerados.

**2017**



A certificação ISO foi mantida para o ciclo do sangue no ano de 2017 demonstrando a manutenção da conformidade dos processos de trabalho sendo um selo de garantia dos serviços e produtos gerados.

#### **5. Expandir a certificação ISO para todos os laboratórios destinados aos exames de pacientes solicitados pelo ambulatório da FHB e rede SES/DF (FHB);**

**2016**

No ano de 2016 foi comunicada à empresa certificadora da ISO contratada pela FHB sobre o aumento do escopo da certificação a iniciar a partir do ano de 2017, com expansão aos laboratórios de pacientes, tendo sido realizada toda a preparação e ajustes internos de processos de trabalho necessários para obtenção do sucesso na próxima auditoria de acreditação.

**2017**

Nos dias 21 a 24 de março de 2017, quando a FHB foi auditada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil – ICQ Brasil foi mantida a certificação ISO 9001:2008 no Ciclo do Sangue e ampliou-se o escopo do certificado para os laboratórios de atendimento a pacientes (Núcleo de Laboratórios Especiais: Laboratório de Hemostasia; Núcleo de Imunohematologia: Laboratório de Imunohematologia do Paciente; Núcleo de Suporte ao Transplante: Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário/ Transplante de Medula Óssea e Laboratório de Imunologia do Transplante).

#### **6. Manter a classificação de Instituição de Saúde de Baixo Risco pela Vigilância Sanitária, ultrapassando os 95% de conformidade nas inspeções sanitárias (FHB);**

**2016**

De acordo com a auditoria conjunta da VISA/DF e ANVISA no ano de 2016, a FHB manteve-se como instituição de baixo risco sanitário, tendo elevado seu índice de conformidade dos itens auditados de 97,7% para 98,4% quando aplicadas as análises de risco utilizadas pelas instituições auditoras.

**2017**

Nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2017, a FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA foi inspecionada pela equipe conjunta da VISA/DF e ANVISA, para monitoramento e avaliação do risco sanitário nos serviços de hemoterapia, e obteve percentual de conformidade com a legislação vigente de 99,80%. A instituição manteve o enquadramento na categoria de serviço de hemoterapia de BAIXO RISCO SANITÁRIO, atribuído a serviços que possuem percentual de conformidade superior a 95%.

#### **7. Responder a demanda de rotina das Agencias Transfusionais em, pelo menos, 80%, para manutenção de seu estoque estratégico (FHB);**

**2016**

Os atendimentos de rotina referem-se ao total de concentrados de hemácias, um dos componentes do sangue de maior utilização nos serviços de transfusão, enviados regularmente às agências transfusionais atendidas pela FHB, baseado em análise de série histórica da utilização deste componente de forma a garantir a disponibilidade imediata do produto em seu local de uso pela formação de um estoque estratégico local. Este índice é considerado como índice alvo, sendo quanto menor melhor na faixa entre 100% até o limite pactuado na meta de 85%, que indica que houve uma disponibilidade do produto para o uso sem que tenha se consumido todo o estoque estratégico local e necessidade de solicitações de reposição do hemocomponente de forma emergencial. Apesar de não ter sido alcançada a meta, o resultado obtido indica que houve um dimensionamento adequado destes estoques locais e garantiu ainda uma reserva de 10% do produto no local de uso, prevenindo a falta em ocasiões de aumentos pontuais da demanda.

**2017**

A relação entre a média do número de bolsas de CH transfundidas sobre as produzidas corresponde ao resultado do indicador estratégico da FHB, onde o índice de transfusão de concentrado de hemácias mantém-se em níveis próximos a 90 %, ou seja, cerca de 10% de bolsas de concentrado de hemácias distribuídas para transfusão não foram utilizadas nos últimos três anos. A não utilização, de cerca de 10% dos concentrados de hemácias, pode ser considerada segura e adequada, visto que existem descartes inerentes ao processo e uma demanda estimada.

#### **8. Atender 100% da demanda dos procedimentos hemoterápicos (FHB);**

**2016**

Foi atendida 100% da demanda transfusional dos serviços usuários do sangue e seus componentes coletados e processados pela FHB, não havendo registro de falta destes produtos a nenhum paciente da rede pública do Distrito Federal no ano de 2016.

**2017**

A demanda transfusional dos serviços usuários do sangue e seus componentes coletados e processados pela FHB foi atendida em sua totalidade, não havendo registro de não realização de procedimentos por falta deste produto ou falha de atendimento à demanda de algum serviço da rede pública do Distrito Federal no ano de 2017.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1427	PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO	%	1,97	31/12/2014	2	1,94	2	2,35	2	2	FHB / UO 23202 / OE 8
1428	PERCENTUAL DE TRANSFUSÃO	%	91,8	31/12/2014	85	90,04	85	89,2	85	85	FHB / UO 23202 / OE 8

### Justificativas 2016

**Indicador 1427** - A taxa de crescimento de doadores acompanhou a taxa de crescimento da população do Distrito Federal do ano de 2015 para 2016. Apesar de abaixo da meta pactuada, este resultado permitiu que a Fundação Hemocentro de Brasília suprisse a demanda da rede hospitalar em 100%.

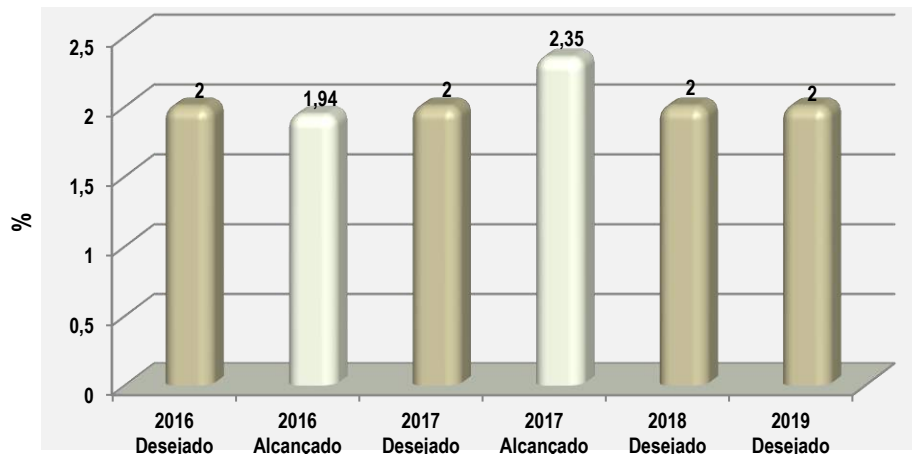
**Indicador 1428** - O indicador tem polaridade quanto menor - melhor até o limite do índice desejado. Apesar de não ter alcançado a meta pactuada, o resultado indica que houve um melhor aproveitamento dos produtos enviados a rede hospitalar, pois houve aumento das transfusões sem aumento significativo da demanda, garantindo ainda assim uma margem de segurança nas agências transfusionais na ordem de 10%.

### Justificativas 2017

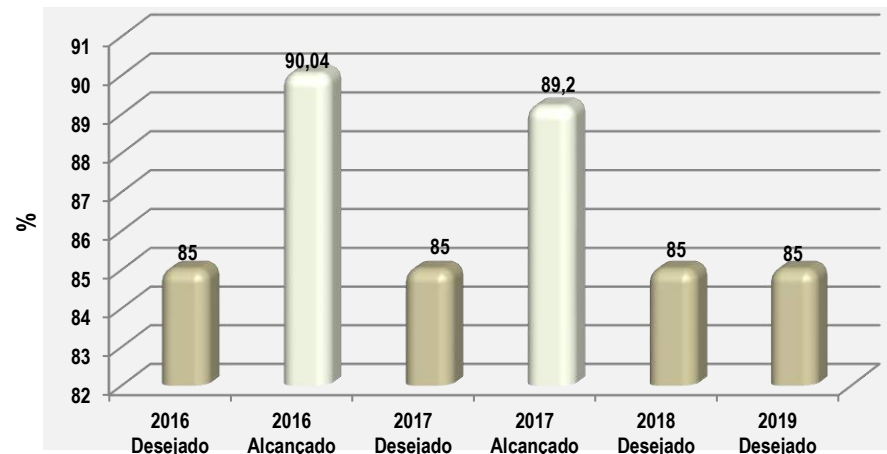
**Indicador 1427** - O resultado alcançado em 2017 superou a meta proposta porque, em acordo com a portaria 1469/2006, passou a considerar no cálculo todas as doações de sangue ocorridas no DF (público e privados) em relação à população total do DF estimada para o período.

**Indicador 1428** - O resultado alcançado em 2017 está dentro do resultado esperado (entre 85% e 95%) para garantir a segurança do estoque estratégico. A FHB atendeu 100% da demanda dos hospitais da SES-DF. \*o resultado apurado no mês de dezembro ainda está sujeito a alteração.

PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO



PERCENTUAL DE TRANSFUÇÃO



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	8	1	Parcerias com a sociedade civil, setor privado e administração pública para captação de doadores visando estimular a participação e conscientização da sociedade quanto ao ato de doar sangue; (FHB)	23202	100	<p><b>2016</b> A FHB atingiu o total de 2.008 parceiros cadastrados em 2016 que corresponde a um aumento de 11,6% do total de parceiros em relação ao ano de 2015, tendo realizado um total de 928 eventos com parceiros da sociedade, somando-se campanhas internas de coleta de sangue e treinamentos de multiplicadores.</p> <p><b>2017</b> A FHB atingiu o total de 2324 parceiros cadastrados em 2017, que corresponde a um aumento de 15,73% do total de parceiros em relação ao ano de 2016. Foram realizados um total de 635 eventos com parceiros da sociedade, dentre os eventos contabilizados incluem: campanhas internas de coleta de sangue e treinamento de multiplicadores de multiplicadores.</p>
6202	8	2	Treinamento de multiplicadores na sociedade, pessoas que atuam em suas respectivas comunidades (escola, empresa, igreja e outras), com vistas a estimular a participação e conscientização da comunidade quanto ao ato de doar sangue. (FHB)	23202	100	<p><b>2016</b> A FHB promoveu, no ano de 2016, 262 eventos de treinamento de multiplicadores atingindo um público total de 368 multiplicadores da doação voluntária de sangue na sociedade, garantindo sucesso nos eventos realizados para captação de doadores e contribuindo para a segurança transfusional no Distrito Federal e suprimento de 100% da demanda de hemocomponentes nos hospitais da rede pública de saúde e demais usuários dos produtos da FHB.</p> <p><b>2017</b> A FHB promoveu, no ano de 2017, 37 eventos de treinamento de multiplicadores. Neste ano, 260 instituições foram</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						treinadas e foram formados 434 multiplicadores da doação voluntária de sangue na sociedade, garantindo sucesso nos eventos realizados para captação de doadores e contribuindo para a segurança transfusional no Distrito Federal e suprimento de 100% da demanda de hemocomponentes nos hospitais da rede pública de saúde e demais usuários dos produtos da FHB.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### 2016

A Fundação Hemocentro de Brasília cumpriu, no ano de 2016, o objetivo estratégico de assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, de forma eficiente e eficaz. Para isto além de cumprir os indicadores e metas propostas, de forma a garantir a segurança transfusional em toda sua amplitude, desde a captação de doadores bem orientados e esclarecidos até o transporte dos hemocomponentes e suporte à transfusão nas agências transfusionais dos hospitais da rede SUS/DF e atendimento a 100% da demanda de componentes do sangue outras ações merecem destaque para que se entenda a eficiência de sua gestão, conforme elencadas a seguir:

- Correção de processos de trabalho em áreas administrativas, como o estabelecimento de prazos e normas para executores de contratos, trazendo maior agilidade e segurança para a área financeira e o novo fluxo para o recebimento de diplomas e certificados de conclusão de cursos para percepções de adicionais salariais, afastando o risco de fraudes neste processo.
- Mudança de uso do orçamento com redução de aproximadamente 50% dos recursos da fonte 100. As compras que pertenciam à área fim e que não utilizavam a fonte 138 (Fundo de Saúde) foram remanejadas à medida da contratação e da necessidade de renovação. Com a escassez de recursos, as mudanças na utilização dos recursos orçamentários da FHB foram essenciais para que não houvesse solução de continuidade nas atividades essenciais. Um bom exemplo foi a mudança de fonte do processo de licitação do transporte de hemocomponentes e doadores da Fundação Hemocentro, servindo como modelo para outros processos.
- Planejamento e início das atividades do futuro núcleo de contratos e convênios. A criação informal do núcleo já permitiu separar a área de Contratos da área jurídica. Isso trouxe melhoras no processo de *compliance* dos Contratos e aprimoramento do acompanhamento dos Termos de Referência (revisão) e dos processos. É de fundamental importância a regularização da estrutura da FHB, que formalizará o Núcleo de Contratos e Convênios. Com a implantação desse núcleo, haverá condições efetivas de acompanhar e prestar suporte aos executores de contratos, com melhorias da rotina de fiscalização e maior eficácia em vistorias, buscando aperfeiçoar a comunicação entre gestor, executores de contratos e contratado, bem como fazer um melhor acompanhamento da emissão de relatórios de execução, avaliação de resultados, dentre outros.
- Aquisição de software para realização de pesquisa de preço, solucionando um dos maiores gargalos da FHB, especificamente na área de Pesquisa de Preço e Análise de Viabilidade Econômica, que permitiu executar melhores pesquisas com maior agilidade.
- Renegociação de contratos, à medida de cada renovação, com adequação de valores quanto ao contrato original, permitindo uma redução total de valores renegociados de R\$ 8.588.591,82.
- Em novembro foi realizado treinamento dos médicos lotados em Unidades Básicas de Saúde que cumprirão parte da carga horário semanal em Unidades de Pronto Atendimento para atendimento a pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, em parceria com a FEPECS e SAMU. Este projeto de inclusão de treinamentos para equipes de atendimento a Urgências e Emergências será mantido ao longo do ano de 2017 para alcançar a totalidade dos profissionais, a fim de garantir atenção integral a esses pacientes.
- Transferência da distribuição de Fator IX Recombinante da coagulação a pacientes com ações judiciais à Farmácia de Judicializados da SES/DF.

- Obtenção do índice de 99,70% de conformidade nos itens verificados pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobras, para qualificação dos fornecedores de plasma. Devido à excelência dos serviços realizados, dos produtos disponibilizados e de seu corpo técnico, atua como Hemocentro Coordenador no Grupo de Assessoramento Técnico do Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Hemocomponentes da CGSH/DAHU/SAS/Ministério da Saúde. A FHB vem recebendo visitas técnicas, não apenas para avaliação de seus serviços, mas também para conhecimento de sua prática e tem se preparado para a acreditação internacional pela *American Association of Blood Banks - AABB* e Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia – ABHH.
- No que concerne à assistência hematológica aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, a FHB manteve a assistência integral e multiprofissional, inclusive com o fornecimento de hemoderivados a 100% dos pacientes que estão em profilaxia, seguindo, plenamente, os protocolos técnicos estabelecidos pela SES/DF e pelo MS, para o adequado acompanhamento de tais pacientes.
- Realização da Gestão dos Equipamentos Críticos pela Assessoria de Infraestrutura, com a execução das respectivas manutenções preventivas, corretivas e calibrações programadas.
- Celebração de Acordo de Cooperação com a NOVACAP para licitação e acompanhamento das obras de reforma e ampliação das áreas de coleta e laboratórios da FHB.

## 2017

A Fundação Hemocentro de Brasília vem se desenvolvendo ao longo dos anos buscando manter a excelência na prestação de serviços, atendimento a 100% da demanda por hemocomponentes e outros serviços de assistência hemoterápica, além de aperfeiçoar seus mecanismos de gestão.

O planejamento estratégico vigente integra o modelo de gestão da Fundação Hemocentro de Brasília ao lado de outros instrumentos como Plano Plurianual – PPA, Plano de Saúde, Plano Estratégico da SES, inspeções sanitárias e auditorias internas, para o alinhamento e a integração da estratégia com o orçamento e as várias ações institucionais. Em 2017 os indicadores estratégicos da Fundação Hemocentro de Brasília foram revisitados para a composição de um novo painel estratégico. Esses indicadores são monitorados de forma contínua pela alta direção da FHB visando a avaliação das estratégias utilizadas e adoção de medidas eficazes para o alcance das metas definidas para alcance dos objetivos definidos.

As metas constantes do planejamento da FHB visam garantir que as ações realizadas pelas áreas estão alinhadas com os objetivos e missão institucionais. As metas são propostas e monitoradas de acordo com diretrizes da Secretaria de Estado de Saúde-Distrito Federal, Governo do Distrito Federal e Ministério da Saúde, bem como órgãos normativos e de controle competentes, tendo em vista o fortalecimento do SUS-DF.

Em 2017 grandes avanços que geraram maior transparência, economia e modernização de processos de trabalho para a FHB foram evidenciados, merecendo destaque para:

Renovação da certificação ISO 9001/2008 com ampliação do escopo para os Laboratórios de pacientes, Laboratório de imunologia dos transplantes e Banco de sangue e cordão umbilical.

Nomeação de 79 novos servidores oriundos do concurso que diminuiu o déficit e reforçou o corpo técnico e administrativo da FHB.

Substituição de equipamentos dos laboratórios por outros mais modernos.

Implantação do sistema Alphalinc para controle de estoques nas agências transfusionais

Implantação do SEI em 11/12/2017.

Maior agilidade e modernização nos processos de compras com a qualificação dos executores de contrato e a padronização dos editais de compras e utilização de Sistema de Registros de preços.

Implantação da Política de Gestão de Riscos que incorporou a análise de riscos à tomada de decisão, sendo a FHB uma das instituições pioneiras no DF, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público.

Além de realizar atendimento das necessidades da população em hemoterapia, conforme diretrizes estabelecidas na política de sangue do DF, a FHB manteve em 2017 o índice de conformidade da Vigilância Sanitária em 99,8% sendo considerada uma instituição de baixo risco.

Fortalecimento da FHB como executora e coordenadora das linhas estratégicas de atuação da hemorrede realizando diversos treinamentos para atendimento de emergência em pacientes com coagulopatias, notificação de incidentes transfusionais.

Participação como coordenadora no processo de avaliação externa da qualidade do Ministério da Saúde.

Alteração da estrutura da FHB, sem aumento de custos, conforme decreto nº 38.624 de 08/12/2017, com a realocação da Unidade de Tecnologia subordinada diretamente à presidência e a criação de duas novas unidades: Núcleo de Contratos e Convênios para fornecer condições efetivas de acompanhar e prestar suporte aos executores de contratos e nova Gerência de Procedimentos Especiais para melhor adequação dos processos de trabalho da área finalística.

Realização de ajustes para implantação de software específico para a área de Orçamento e Finanças (CEOFNET), permitindo acompanhamento das execuções orçamentárias por cada área de trabalho da FHB e conferindo maior agilidade na tramitação de notas fiscais e processos, mitigando o risco de atrasos nas liquidações.

No que concerne à assistência hematológica aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, a FHB manteve a assistência integral e multiprofissional, inclusive com o fornecimento de hemoderivados a 100% dos pacientes que estão em profilaxia, seguindo, plenamente, os protocolos técnicos estabelecidos pela SES/DF e pelo MS, para o adequado acompanhamento de tais pacientes e retomada da entrega de hemocomponentes em domicílio.

Realização da Gestão dos Equipamentos Críticos pela Assessoria de Infraestrutura, com a execução das respectivas manutenções preventivas, corretivas e calibrações programadas;

Celebração de Acordo de Cooperação com a NOVACAP para licitação e acompanhamento das obras de reforma e ampliação das áreas de coleta e laboratórios da FHB.

---

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**009 – ATENÇÃO PRIMÁRIA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM EPILEPSIA: Expandir e qualificar a oferta da atenção primária e da atenção especializada (média e alta complexidade) em saúde para o diagnóstico e tratamento dos pacientes com epilepsia em todos os graus de complexidade, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde, bem como a promoção de políticas públicas no sentido de propagar a disseminação de informação a respeito do tema epilepsia. (EP)**

---

#### **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES**

---

#### **ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

## Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	1	Implementar protocolo de atendimento ao portador de Epilepsia nas sete regiões de saúde (1 região por ano); (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	27,7	42,85			42,85	42,9%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	2	Divulgar para todos os servidores da atenção primária o protocolo de atendimento ao portador de epilepsia; (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	-			-	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	3	Realizar ao menos 01 campanha de conscientização por ano; (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	1			1	25,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	4	Atualizar Parque Tecnológico da SES com aquisição de 13 novos aparelhos de EEG para unidades de média complexidade; (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	13	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	5	Implementar o serviço de vídeo - EEG. (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

## Análise Qualitativa

### 1. Implementar protocolo de atendimento ao portador de Epilepsia nas sete regiões de saúde (1 região por ano). (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

#### 2016

Em 2016, foram realizados 2.772 atendimentos por neurologistas com o CID G40 e G41 que atendem todos os tipos de epilepsia. Estes dados se referem ao atendimento em média e alta complexidade. Em relação a 2015, houve um incremento de 27,7% no atendimento feito por neurologistas em relação a este CID. Em 2016, foram abertos dois ambulatorios de epilepsia de difícil controle com 80 atendimentos/mês no Hospital Regional de Sobradinho. Quanto ao atendimento em nível de atenção primária, esta diretoria não tem acesso aos dados.

#### 2017

O fluxograma para atendimento ao portador de epilepsia foi aprovado junto com o protocolo de atendimento ao portador de epilepsia da SES-DF e publicado na portaria N°300 de 02 de junho de 2017, publicada no DODF, nº106 de 05 de junho de 2017. A proposta de Protocolo de Regulação com os critérios clínicos de prioridade para as consultas de Neurologia Adulto e para Epilepsia de difícil controle foram repassadas para a DIREG ainda em dezembro de 2017, sendo que esta RTD Neurologia não tem como precisar a finalização do processo para implementação da regulação. Houve capacitação em três regiões de saúde - Norte, Oeste e Sul - alcançando assim 42,85% da meta.

**2. Divulgar para todos os servidores da atenção primária o protocolo de atendimento ao portador de epilepsia; (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

O programa de capacitação em Neurologia foi iniciado em 2010 e consiste na capacitação contínua dos médicos da atenção primária nas doenças mais prevalentes em Neurologia – Cefaléia e Epilepsia. O programa de Epilepsia iniciou-se em 2013. Entre março de 2013 e setembro de 2014, na região Sul – Santa Maria e Gama. Entre outubro de 2014 até agosto de 2015, foi direcionado para região Leste – Paranoá e São Sebastião. Entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2017, o programa esteve na região Norte, Planaltina e Sobradinho. Em 2017, o programa está sendo direcionado para região Oeste, tendo previsão de início em abril de 2017.

Entre outubro de 2015 e julho de 2016 foi elaborado o protocolo de atendimento ao paciente portador de epilepsia. Este protocolo foi submetido a consulta pública durante agosto de 2016. Após os questionamentos e a readequação do protocolo, o mesmo foi encaminhado para comissão de protocolos em 06 de março de 2017 para ser submetido a nova consulta pública e concluir os trâmites para publicação. O objetivo do protocolo é estabelecer e divulgar toda a linha de cuidado do paciente portador de epilepsia nos três níveis de atenção.

**2017**

Uma vez que o protocolo de atendimento ao portador de epilepsia da SES-DF foi publicado na portaria N°300 de 02 de junho de 2017, publicada no DODF, n°106 de 05 de junho de 2017, o processo de divulgação do referido protocolo teve início a partir de julho de 2017 por meio de eventos de atualização em Epilepsia realizados nas regiões de Saúde e por meio do projeto de Educação Continuada em Cefaléia e Epilepsia que atua desde 2014. Na tabela abaixo, estão listados os eventos realizados. Tendo em vista a dificuldade de mensurar o percentual de servidores capacitados, será solicitado alteração do indicador na revisão do PPA para evento de capacitação na região de saúde.

	Evento	Local	Período	Público-alvo	Unidade de Atendimento
10.1	Palestra de divulgação do protocolo de epilepsia	Auditório do Hospital Regional Planaltina	21/07/2017 8 às 12h	Médicos da atenção primária região Planaltina	Atenção Primária
10.2	Palestra de divulgação do protocolo de epilepsia	Auditório do Hospital Regional Sobradinho	28/07/2017 8 às 12h	Médicos da atenção primária região Sobradinho	Atenção Primária
10.3	Matriciamento de Neurologia/Epilepsia	Faciplac bloco E sala 318 – campus Gama	04/08/2017 Período matutino	Médicos da atenção primária Gama	Atenção Primária
10.4	Matriciamento de Neurologia/Epilepsia	Faciplac bloco E sala 318 – campus Gama	18/08/2017 Período matutino	Médicos da atenção primária Santa Maria	Atenção Primária
10.5	Palestra de divulgação do protocolo de epilepsia	Churrascaria Fogo de Chão	20/09/2017 20h-22h	Neurologistas e neuropediatras	Atenção Especializada
10.6	Capacitação em Neurologia – Cefaléia e Epilepsia	Região Oeste Auditório da Pediatria HRC	Início em 29/09/2017 em andamento até o momento dada a extensão da região	Médicos da atenção primária Ceilândia e Brazlândia	Atenção Primária



### 3. Realizar ao menos 01 campanha de conscientização por ano (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Participação da coordenação de Neurologia e demais médicos que atuam em epilepsia no I Fórum de Epilepsia promovido pela frente parlamentar de defesa dos direitos da pessoa com epilepsia, em 30 de setembro de 2016, onde foi divulgado o protocolo de epilepsia.

2017

Foi realizada palestra de conscientização e divulgação do protocolo de atendimento ao portador de epilepsia junto aos neurologistas e neuropediatras do DF com o objetivo de ajudar na implementação do protocolo.

### 4. Atualizar Parque Tecnológico da SES com aquisição de 13 novos aparelhos de EEG para unidades de média complexidade (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O processo para aquisição de novos aparelhos de EEG – processo nº0060-007746/2012 – segue em tramitação desde 2012 e encontra-se ainda na fase readequação de termo de referência, trabalho concentrado na CEIC/SUAG/SES desde dezembro de 2016.

2017

O processo para aquisição de novos aparelhos de EEG – processo nº0060-007746/2012 – foi finalizado gerando ata de registro de preço em Dezembro/2017 foi iniciado o processo de execução com vistas a efetiva compra, prevista para 2018.

### 5. Implementar o serviço de vídeo - EEG. (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

O processo para aquisição dos aparelhos de vídeo EEG segue em tramitação no âmbito da SES desde 2015.

2017

O processo para aquisição dos aparelhos de vídeo EEG segue em tramitação no âmbito da SES e do IHBDF desde 2015. Será solicitado a alteração do indicador para acesso a avaliação da possibilidade de tratamento cirúrgico para os portadores de epilepsia refratária.

### ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	9	1	Realizar exames Bioquímicos (Hemograma, Na, K, Creatina, Uréia, Gama GT, ALT, AST) na Atenção Básica, Média e Alta Complexidade.	23101	100%	<b>2016</b> Os Exames de Hemograma, Na, K, Creatina, Uréia, Gama GT, ALT, AST estão disponíveis em todos os Laboratórios de Patologia Clínica da Rede SES/DF. <b>2017</b> Os Exames de Hemograma, Na, K, Creatina, Uréia, Gama GT, ALT, AST estão disponíveis em todos os Laboratórios de Patologia Clínica da Rede SES/DF.
6202	9	2	Realizar exames de EEG (1 a 3 vezes ao ano) na Média Complexidade e (1 a 5	23101	87,5%	<b>2016</b> No primeiro semestre de 2016, somente 3 (HRS, HRAN e COMPP) estavam em funcionamento. No segundo semestre de 2016,

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			vezes ao ano) na Alta Complexidade;			graças ao empenho dos serviços desta coordenação e da disponibilização de verba foi possível a reativação dos aparelhos do HBDF, HRT e HRC. Com a reativação destes serviços houve um incremento na realização de EEG da ordem de 240 exames/mês. Em dezembro de 2016, existem seis serviços de EEG em funcionamento na rede SES/DF – HBDF, HRAN, COMPP, HRS, HRT e HRC. Foram realizados cerca de 4000 exames de EEG na rede SES/DF em 2016. <b>2017</b> Em 2017, foram mantidos os seis serviços de EEG em funcionamento na rede SES/DF – HRAN, COMPP, HRS, HRT e HRC. Foram realizados cerca de 5473 exames de EEG na rede SES/DF em 2017. Aumento da ordem de 36% em relação a 2016.
6202	9	3	Realizar outros exames (TC, RNM crânio, SPECT) na Média e Alta Complexidade;	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> -Os exames de TC de Crânio estão disponíveis na Rede nas Unidades: HBDF, HRAN, HMIB, HRS, HRT, HRSAM, HRC, HRG, HRSM. Os exames de RM de Crânio são realizados por empresas credenciadas e marcados através da regulação. Os exames de SPECT não são disponíveis na Rede. A estimativa da implementação não pode ser mensurada, uma vez que o indicador é vago, os exames de TC e RM já são disponíveis na Rede e não apresenta meta a ser atingida. <b>2017</b> Não Informado pela Unidade.
6202	9	4	Implantar o funcionamento da Unidade de vídeo EEG no âmbito do HBDF, que já tem estrutura física pronta, por meio do remanejamento de servidores - técnicos de EEG, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, especificamente para esse fim;	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> O processo de aquisição ainda está tramitando na Secretaria. Há expectativa de processo licitatório em 2017. Já houve visita técnica da Engenharia Clínica no HBDF para adequar a estrutura elétrica. Está sendo realizado treinamento de servidores que estavam em readaptação funcional para a função de técnico de EEG. <b>2017</b> Dada a transformação do HBDF em Instituto autônomo, o processo de implantação do serviço de cirurgia em epilepsia está sob a gestão do respectivo instituto. O processo de aquisição segue em andamento.
6202	9	5	Disponibilizar servidores aptos a executar a avaliação neuro-psicológica para unidade de vídeo EEG;	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> Esta demanda será enviada a gerência de psicologia assim que o processo de aquisição do aparelho de vídeo EEG estiver mais próximo da conclusão. <b>2017</b> Demanda enviada a gerência de Psicologia que informou ter quantitativo de profissionais reduzido, mas que quando da efetiva implantação do serviço seria estudada possibilidade de remanejamento.
6202	9	6	Oferecer suporte por meio de acompanhamento social aos pacientes da atenção básica com dificuldade em acesso a consultas, medicamentos e exames. Sugere-se um servidor da área de assistência social para monitoramento de determinada população garantindo o acesso daqueles que receberam indicação para centros de média e alta complexidade no tratamento em epilepsia;	23101	Não Informado pela Unidade.	<b>2016</b> Proposta a ser discutida com a gerência de Assistência Social após a publicação do protocolo de atendimento a pessoa com epilepsia da SES/DF (em fase final de aprovação). <b>2017</b> Demanda enviada a gerência de Assistência Social que informou ter quantitativo de profissionais reduzido, mas que quando da efetiva implantação do serviço seria estudada possibilidade de remanejamento.
6202	9	7	Organizar locais para realização de exames de eletrencefalografia sob sedação, com presença de médico anestesiológico, com equipamento de suporte adequado (carrinho de anestesia, carrinho de parada, desfibrilador) para pacientes	23101	100%	<b>2016</b> O serviço de EEG do HRAN disponibiliza o exame de EEG sob sedação com uma média de 10 exames por mês em 2016 com o suporte de anestesiológico. Até o momento a demanda está sendo atendida, não há queixas de demanda reprimida. <b>2017</b> O serviço manteve o funcionamento tal como em 2016.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			encefalopatias que necessitam de sedação.			

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

Em 2016, a capacitação em Neurologia, com foco em epilepsia e cefaleia ambulatorial, foi realizada em conjunto com a atenção primária da superintendência Norte (população de cerca de 370.000 pessoas), com foco na região de Planaltina no primeiro semestre e na região de Sobradinho, no segundo semestre. Tivemos uma participação expressiva dos médicos da atenção primária, que tem se traduzido em uma melhora na assistência para população.

Houve um empenho da Coordenação de Neurologia e Neuropediatria em conjuntos com os médicos com atuação na área de Epilepsia da rede SES/DF em entregar o protocolo de atendimento ao portador de Epilepsia com foco na abordagem integral do paciente. Foram criados mais dois ambulatorios de epilepsia de difícil controle na SES/DF (um no HBDF e um no HRS) e o programa de capacitação continuada em epilepsia segue em atividade. Os pacientes que necessitam de vídeo EEG são enviados para outras unidades da federação (São Paulo e Goiás) por meio da Gerência de Tratamento Fora de Domicílio - TFD, garantindo assim o atendimento aos casos refratários e com possibilidade de tratamento cirúrgico, enquanto a unidade de cirurgia de epilepsia do DF não for implantada. Em 2016, foram encaminhados 24 processos de pacientes para TFD. Estas ações têm objetivo de qualificar e melhorar o atendimento, em todos os níveis de complexidade, de todos os portadores de epilepsia que buscam tratamento na rede SES/DF.

Há uma busca de parceria com os setores de faturamento e estatística no sentido de melhorar o faturamento dos procedimentos e exames em neurologia, cuja produtividade vem aumentando ao longo de 2016.

Há o monitoramento constante dos processos de aquisição de novos aparelhos e dos insumos necessários a manutenção do funcionamento dos serviços de Eletroencefalograma.

Em 2017, a principal realização foi a publicação do Protocolo de Atendimento ao Portador de Epilepsia, na portaria N°300 de 02 de junho de 2017, publicada no DODF, n°106 de 05 de junho de 2017. A partir de então foram realizadas palestras de divulgação para amplo conhecimento dos servidores da SES, tanto na atenção primária, como na atenção especializada.

Em relação à educação continuada em Epilepsia, em setembro, foi iniciado o projeto na região Oeste, que contempla Ceilândia e Brazlândia, em andamento até o momento, já na fase prática, com foco nos servidores médicos da atenção primária, ampliando o acesso ao tratamento.

Os pacientes que necessitavam de tratamento cirúrgico tiveram o acesso garantido por meio da Gerência de Tratamento Fora de Domicílio – TFD. Em 2017, foram encaminhados 39 processos de pacientes do DF, sendo que 37 já foram internados para atendimento e somente 2 ainda estão aguardando vaga.

Os processos para aquisições de insumos – pasta eletrolítica, eletrodos de EEG – foram regularizados, garantindo o funcionamento dos serviços existentes e permitindo um aumento no número de exames realizados para 5473 - aumento da ordem de 36%.

Foi realizado ainda o 1º Curso de Formação e Atualização para Técnicos em EEG, em setembro e outubro, com formação teórico e prática e participação de 30 servidores da rede SES-DF a fim de garantir equipe qualificada para realização de exames de EEG em toda rede SES.

Por fim, o processo de aquisição de novos aparelhos de EEG gerou uma Ata de registro de preço que se encontra na fase de execução. A finalização do processo de execução garantirá a renovação e modernização dos equipamentos e aprimoramento dos serviços de EEG da rede.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.

**PROGRAMA TEMÁTICO:**  
**6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA**

**OBJETIVO GERAL:**

Proporcionar uma educação pública democrática e de qualidade, voltada à formação integral do ser humano, com garantia da universalização do acesso à escola e da permanência, com êxito, no processo de ensino-aprendizagem; e assegurar a valorização dos profissionais da educação.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Especifico**

**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF**

**001 – AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO:** Ampliar significativamente o atendimento educacional em todos os níveis e as modalidades de ensino, prioritariamente para a educação Infantil (0-5 anos), de modo a promover um ambiente escolar com infraestrutura favorável ao ensino e às aprendizagens.

**002 – QUALIDADE DO ENSINO:** Democratizar o acesso à rede pública de ensino e assegurar a permanência, com êxito, dos estudantes, por meio da melhoria do fluxo escolar, trabalhando as habilidades socioemocionais e, sobretudo, da garantia das aprendizagens, de modo a promover condições de igualdade de oportunidades com vistas à construção da cidadania. (EP)

**003 – GESTÃO NA EDUCAÇÃO:** Fortalecer o sistema público de ensino por meio da valorização, da formação continuada e da otimização do quadro de profissionais da educação; e assegurar a gestão participativa e democrática.

**004 – MELHOR INDICADOR:** Promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal por meio de ações que contemplem as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

**005 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO:** Implantar e implementar sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas à garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.

**18.202 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB**

**006 – Educação Superior:** Ofertar vagas no ensino superior, para a formação nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)

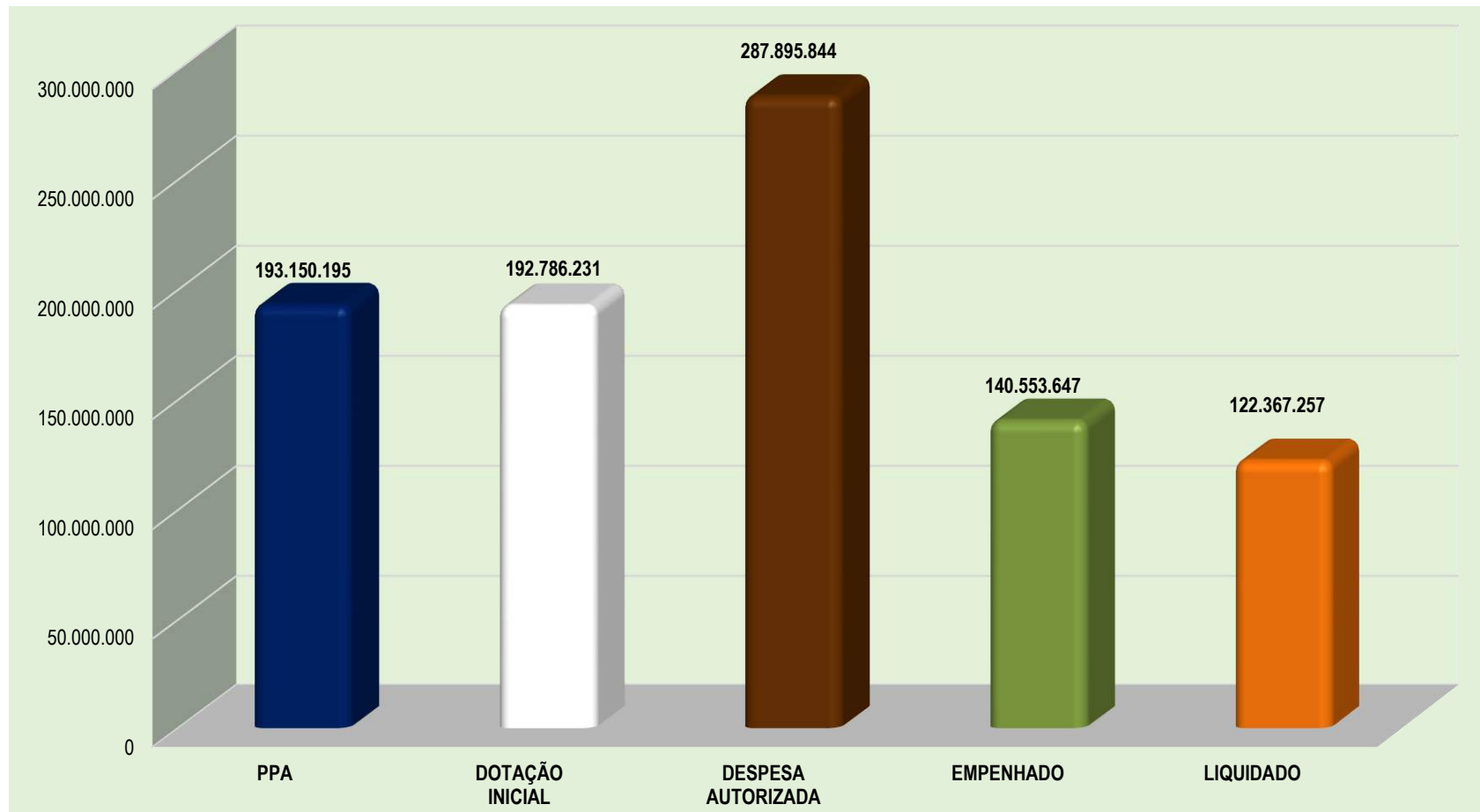
AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1001 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	13.000.000	0	0	0	0	0	0
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	0	300.000	250.000	0	0	-	-
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4.625.600	2.100.814	379.641	312.289	312.289	7	7
1731 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA ESCOLAR	413.000	0	0	0	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	1.000.000	750.000	200.000	0	0	0	0
1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC	3.634.400	7.010.000	28.792.140	11.534.974	7.359.493	317	202
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	388.484	200.000	0	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	600.820	706.500	0	0	0	0	0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	326.396	150.000	0	0	0	0	0
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.775.200	1.873.102	0	0	0	0	0
2175 - FOMENTO À PESQUISA	92.341	238.923	0	0	0	0	0
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	414.153	600.000	0	0	0	0	0
2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	56.754.400	107.317.265	126.753.468	125.976.934	124.883.132	222	220
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	188.730.138	215.296.964	188.645.283	175.416.284	171.600.852	93	91
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	266.576.106	370.789.292	454.268.045	426.189.485	373.389.425	160	140
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	91.967.442	106.148.328	124.545.811	114.609.752	91.323.771	125	99
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	14.631.983	7.482.325	5.356.800	2.644.071	1.209.056	18	8
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	8.578.339	12.164.661	7.167.871	4.812.263	3.694.570	56	43
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.255.740	4.077.183	6.176.369	4.056.938	2.275.896	125	70
2442 - CARTÃO CRECHE	227.150	12.000.000	0	0	0	0	0
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	3.964.800	13.268.000	5.653.440	5.653.368	5.649.717	143	142
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	167.880	280.000	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14.042.000	5.631.900	3.506.077	3.506.076	3.254.785	25	23
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	97.121	230.000	0	0	0	0	0
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	0	0	0	0	0	-	-
2874 - (EP)MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO ESPECIAL - EQUOTERAPIA	100.000	0	0	0	0	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	51.581	0	0	0	0	0	0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	28.584.000	63.080.523	76.523.975	76.301.242	63.804.060	267	223

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	57.421.800	38.710.492	42.114.066	28.474	28.474	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3230 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	2.140.725	0	0	0	0	0	0
3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	1.661.862	13.992	347.046	347.046	347.046	21	21
3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	2.014.800	3.187.107	3.693.422	1.232.149	1.232.149	61	61
3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	13.599.900	23.619.760	36.309.425	1.286.355	1.145.990	9	8
3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	4.835.520	3.923.580	11.515.865	3.352.894	2.687.897	69	56
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	1.007.400	12.074.984	7.878.021	2.025.239	712.812	201	71
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	14.022.940	16.363.971	2.599.428	0	0	0	0
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1.108.140	533.032	430.000	175.001	171.688	16	15
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	1.000.000	1.784.506	0	0	0	0	0
3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	3.324.420	422.760	0	0	0	0	0
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	42.777.500	78.310.137	82.665.346	7.671.161	6.181.304	18	14
3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	9.756.980	10.204.849	5.600.000	300.000	183.094	3	2
3482 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	352.590	0	0	0	0	0	0
3629 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE APRENDIZADO PARA PESSOAS COM DISTÚRBO DO PROCESSO DO PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL	3.000.000	0	0	0	0	0	0
3632 - SAÚDE ESCOLAR	2.737.112	1.449.971	165.764	33.711	33.711	1	1
3636 - (EP)CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA EM BRAZLÂNDIA	350.000	350.000	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5.640.166	481.458	894.956	642.062	617.997	11	11
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	863.296	300.000	0	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	87.969	100.000	0	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	87.969	100.000	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	53.956	0	0	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	33.576	220.000	0	0	0	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	45.176.901	81.353.506	104.747.367	101.376.402	92.651.954	224	205
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	12.560.410	5.195.507	0	0	0	0	0
5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	311.261	1.521.981	0	0	0	0	0
5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	5.074.219	53.390	0	0	0	0	0
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.025.900	11.213.900	21.323.790	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	104.906	10.000	7.500	5.430	5.430	5	5
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	113.924	220.000	0	0	0	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	113.924	350.000	0	0	0	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	12.024	0	0	0	0	0	0
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>934.131.164</b>	<b>1.223.764.663</b>	<b>1.348.510.915</b>	<b>1.069.489.600</b>	<b>954.756.592</b>	<b>114</b>	<b>102</b>
<b>Fundo Constitucional do DF (Educação)</b>	<b>8.240.000</b>	<b>391.352.243</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6221</b>	<b>942.371.164</b>	<b>1.615.116.906</b>	<b>1.348.510.915</b>	<b>1.069.489.600</b>	<b>954.756.592</b>	<b>113</b>	<b>101</b>

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:18.101 – SEDF, FUNAB)

### PROGRAMA 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (Valores em R\$)





**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 – AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO:** Ampliar significativamente o atendimento educacional em todos os níveis e as modalidades de ensino, prioritariamente para a educação Infantil (0-5 anos), de modo a promover um ambiente escolar com infraestrutura favorável ao ensino e às aprendizagens.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	1	Garantir que todas as unidades escolares a serem construídas estejam adequadas às necessidades da educação em tempo integral e às necessidades de acessibilidade arquitetônica, destinadas aos estudantes com deficiência. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	100			100	100,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	2	Criar 01 Escola Parque, preferencialmente, em região que ainda não disponha desse tipo de atendimento. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20			20	20,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	3	Criar 01 Centro Educacional destinado a centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes dos estabelecimentos penais do Distrito Federal. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	4	Reformar as instalações físicas (estrutura física, rede elétrica e hidráulica) de 06 unidades escolares do Ensino Fundamental; 02 unidades escolares do Ensino Médio; e 01 unidade escolar de Educação Profissional. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10			10	10,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	5	Ampliar 08 unidades escolares do Ensino Fundamental; 01 unidade escolar de Ensino Médio; 01 Centro Interescolar de Línguas. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	40			40	40,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	6	Construir 36 Centros de Educação da Primeira Infância; 04 Centros de Educação Infantil; 01 unidade escolar ofertante de Ensino Fundamental; 02 unidades escolares de Ensino Médio; 04 Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; e 01 Centro de Ensino Especial. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	40			40	40,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	7	Adequar a estrutura física e a estrutura lógica dos espaços destinados à instalação dos laboratórios oriundos do Programa Brasil Profissionalizado da SETEC/MEC. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	8	Reconstruir 03 unidades escolares de Ensino Fundamental. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	9	Ampliar a instalação de brinquedos em 105 unidades escolares. (SEDF)	105	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	115			115	109,5%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	10	Instalar 100 novos parques em unidades que ofertam Educação Infantil. (SEDF)	100	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Garantir que todas as unidades escolares a serem construídas estejam adequadas às necessidades da educação em tempo integral e às necessidades de acessibilidade arquitetônica, destinadas aos estudantes com deficiência. (SEDF)**

#### **2016**

A coordenação de Infraestrutura segue em seus projetos, todas as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que define todas as regras de acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.

#### **2017**

A SEEDF continua seguindo em seus projetos todas as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050, atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que define todas as regras de acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.

### **2. Criar 01 Escola Parque, preferencialmente, em região que ainda não disponha desse tipo de atendimento. (SEDF)**

#### **2016**

A publicação da Portaria nº 265 de agosto de 2016, a SEEDF dispõe sobre implementação da Política Formal de Educação Patrimonial. Nesse contexto, ampliou-se a idéia de criação de uma escola parque para um Centro de Educação e Patrimônio Escola Parque. O projeto será concluído ainda no 1º semestre de 2017, após a finalização das tratativas com o IPHAN e SEMA/IBRAM relativas à criação de um Museu e à cessão de espaço no Parque Três Meninas localizado em Samambaia.

Em 30 de dezembro de 2015 o Centro Educacional nº 01 de Brasília, localizado na Asa Sul, foi institucionalizado como a unidade destinada a acolher a equipe gestora e a coordenação pedagógica, bem como centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes oriundos de estabelecimentos penais.

#### **2017**

Em 2016, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Subsecretaria de Educação Básica elaborou proposta pedagógica para criação de um Centro de Educação e Patrimônio Escola Parque, em articulação com o IPHAN e SEMA/IBRAM, a ser constituído no Parque Três Meninas em Samambaia. No entanto, a referida proposta não foi efetivada, visto que a SEMA/IBRAM solicitou a esta Secretaria a responsabilização pela manutenção estrutural do espaço, incompatíveis com nossas condições administrativas. Em face disso, esta meta está em fase de estudo para que seja realizada a criação de uma nova Escola Parque, nos termos do proposto na presente meta.

### **3. Criar 01 Centro Educacional destinado a centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes dos estabelecimentos penais do Distrito Federal.**

#### **2016**

Em 30 de dezembro de 2015 o Centro Educacional nº 01 de Brasília, localizado na Asa Sul, foi institucionalizado como a unidade destinada a acolher a equipe gestora e a coordenação pedagógica, bem como centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes oriundos de estabelecimentos penais.

#### **2017**

Meta alcançada 100%. Criação do Centro Educacional 01 de Brasília, responsável pela gestão da oferta da escolarização no Sistema Prisional do DF, pela Portaria nº 239 de 30 de dezembro de 2015.

#### **4. Reformar as instalações físicas (estrutura física, rede elétrica e hidráulica) de 06 unidades escolares do Ensino Fundamental; 02 unidades escolares do Ensino Médio; e 01 unidade escolar de Educação Profissional. (SEDF)**

**2016**

Em 2016 teve início a reforma da unidade de Educação Profissional do Guará que tem término previsto para o primeiro semestre de 2017. A reforma das demais unidades não teve início devido ao contingenciamento de recursos. A Coordenação de Infraestrutura, mesmo com todo o contingenciamento de recursos no exercício de 2016, conseguiu atender as demandas de manutenção das escolas.

**2017**

Não foi possível executar a presente meta, pois não se efetivou o contrato com empresa especializada na elaboração de projetos complementares, o que inviabiliza a elaboração dos referidos projetos. Soma-se a isso os seguintes fatos: o número de profissionais efetivos desta SEEDF vinculados ao setor responsável pelas obras não ser suficiente para atender a toda a demanda da rede e a indisponibilidade de recursos para realização de ações que já possuíam projetos elaborados.

#### **5. Ampliar 08 unidades escolares do Ensino Fundamental; 01 unidade escolar de Ensino Médio; 01 Centro Interescolar de Línguas. (SEDF)**

**2016**

Da meta estipulada, a SEEDF em 2016 concluiu a reforma e ampliação dos setores de alimentação de 3 Centros de Ensino Fundamental, 2 Centros de Ensino Médio, melhorando consideravelmente o atendimento e o conforto para os alunos na área de alimentação escolar.

**2017**

#### **6. Construir 36 Centros de Educação da Primeira Infância; 04 Centros de Educação Infantil; 01 unidade escolar ofertante de Ensino Fundamental; 02 unidades escolares de Ensino Médio; 04 Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; e 01 Centro de Ensino Especial. (SEDF)**

**2016**

Foram concluídas e entregues em 2016, - 8 Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIs. Um Centro de Ensino Médio Integrado à Educação profissional está em fase de conclusão de obras, os outros 3 encontram-se em fase de elaboração de projetos. Não foi possível executar as demais ações tendo em vista a indisponibilidade orçamentária.

**2017**

Não foi possível executar a presente meta, pois não se efetivou o contrato com empresa especializada na elaboração de projetos complementares, o que inviabiliza a elaboração dos referidos projetos. Soma-se a isso os seguintes fatos: o número de profissionais efetivos desta SEEDF vinculados ao setor responsável pelas obras não ser suficiente para atender a toda a demanda da rede e a indisponibilidade de recursos para realização de ações que já possuíam projetos elaborados.

#### **7. Adequar a estrutura física e a estrutura lógica dos espaços destinados à instalação dos laboratórios oriundos do Programa Brasil Profissionalizado da SETEC/MEC. (SEDF)**

**2016**

Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação.

**2017**

Em virtude da ausência de disponibilidade orçamentária, não houve intervenções realizadas no período analisado.

## 8. Reconstruir 03 unidades escolares de Ensino Fundamental. (SEDF)

2016

Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação.

2017

Não foi possível executar a presente meta, pois não se efetivou o contrato com empresa especializada na elaboração de projetos complementares, o que inviabiliza a elaboração dos referidos projetos. Soma-se a isso os seguintes fatos: o número de profissionais efetivos desta SEEDF vinculados ao setor responsável pelas obras não ser suficiente para atender a toda a demanda da rede e a indisponibilidade de recursos para realização de ações que já possuíam projetos elaborados.

## 9. Ampliar a instalação de brinquedos em 105 unidades escolares. (SEDF)

2016

Em 2016, a Diretoria de Educação infantil fez uma pesquisa quanto à demanda de parques das unidades escolares que atendem a Educação Infantil da rede pública, por meio das Coordenações Regionais de Ensino, na qual foi apontada a existência ou inexistência de parques infantis, bem como as condições físicas dos equipamentos. A partir do resultado, foi priorizada a aquisição de equipamentos somente para as unidades escolares que não tinham parques e também para aquelas em que os equipamentos se encontravam em condições precárias. Foi elaborado então o Termo de Referência instruído no Processo nº 084.000421/2016. O TCDF e a CGDF analisaram e apontaram algumas necessidades de ajustes, as quais foram acatadas. O termo foi alterado e encaminhado para as devidas providências junto a SUAG e posterior encaminhamento de abertura do Pregão Eletrônico.

2017

Em 2017, a SEEDF realizou o Pregão Eletrônico nº 27/2016 para aquisição de brinquedos pedagógicos, com o objetivo de atender escolas que possuem turmas de Educação Infantil. A SEEDF acredita que os primeiros anos de vida da criança é o período mais importante porque é marcado pelas várias interações oportunizadas a elas desde o nascimento, com os adultos, com outras crianças, com o ambiente e com a apresentação de objetos e brinquedos a fim de que se estabeleça comunicação e aprendizado. Tendo em vista que essas interações estimulam os sentidos e a curiosidade sobre o mundo, o brinquedo desempenha um importante papel quando, a partir dessas interações, influencia na qualidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Isto posto, foram entregues 291 brinquedos e 487 placas de tatames para 115 escolas que atendem turmas de Educação Infantil, distribuídas em várias cidades do Distrito Federal, conforme tabela abaixo:

ESCOLAS	BRINQUEDO	QNT
115	caixa tátil	176
	tatame	487
	casinha de boneca	115

## 10. Instalar 100 novos parques em unidades que ofertam Educação Infantil. (SEDF)

2016

A instalação de 100 novos parques encontra-se atrelada ao mesmo processo de ampliação dos 105 parques listados na meta nº 09, assim, depois de acatar as sugestões efetuadas pela Corregedoria Geral do Distrito Federal e pelo Tribunal de Contas, a Subsecretaria de Educação Básica está aguardando a abertura do Pregão Eletrônico para aquisição e instalação dos novos equipamentos.

2017

Em 2017 a SEEDF realizou o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 28/2016. Para a instalação das primeiras unidades, Sete (7) unidades escolares foram selecionadas para iniciarem as obras necessárias para a citada instalação. A Instalação se dará no ano de 2018.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1501	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM SALAS DE LEITURA OU BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS	%	50	31/12/2014	55	-	60	0	70	80	SUPLAV/ SEDF / UO 18101 / OE 1

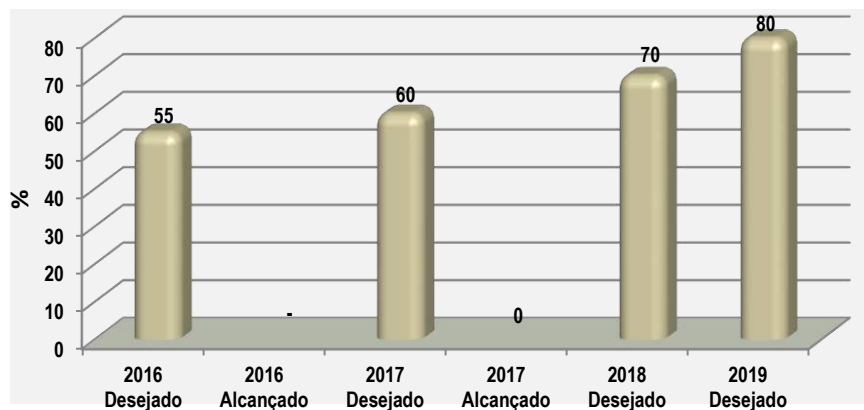
### Justificativas 2016

**Indicador 1501** - Não houve execução do índice por deficiência de recursos orçamentários disponíveis.

### Justificativas 2017

**Indicador 1501** - houve execução do índice por deficiência de recursos orçamentários disponíveis.

AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM SALAS DE LEITURA OU BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	1	1	Realização de inspeções periódicas nas unidades escolares para averiguar as instalações físicas (predial, rede elétrica, hidráulica e de computadores), bem como as condições de segurança (patrimonial e de prevenção e combate de incêndio) para identificar e atender as prioridades de reforma e adequações na estrutura física; (SEDF)	18101	0	<b>2016</b> Tendo em vista o reduzido número de profissionais habilitados lotados na Coordenação de Infraestrutura, a realização de tal ação nas unidades escolares, vem sendo realizada por demanda. <b>2017</b> Ainda no ano de 2017 continuamos com a mesma dificuldade em relação ao reduzido número de profissionais habilitados lotados na Coordenação de Infraestrutura da SEEDF. Dessa forma, a realização de tal ação nas unidades escolares, continua sendo realizada por demanda e não de forma periódica como estipulado na meta
6221	1	2	Realização de estudos para promover adequações nas instalações físicas visando proporcionar condições de acessibilidade, conforto térmico e acústico nas salas de aula, favoráveis à aprendizagem; (SEDF)	18101	5	<b>2016</b> Os Estudos são realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades. <b>2017</b> Os Estudos continuam sendo realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades escolares e administrativas
6221	1	3	Elaborar estudos para viabilizar a implantação de infraestrutura de redes de computadores com pontos de acesso à internet sem fio, com alcance em todas as salas de aula e ambientes educativos. (SEDF)	18101	5	<b>2016</b> Os Estudos são realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades. <b>2017</b> Os Estudos continuam sendo realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades escolares e administrativas.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/ 2017

Entendendo que a aprendizagem tem uma relação importante com o espaço físico no qual se desenvolve, a sua organização deve ser pensada e priorizada de modo a atender as necessidades sociais, cognitivas e motoras dos estudantes. Assim o objetivo específico 001 do PPA, no programa temático 6221, Educa mais Brasília, traz no seu escopo, a ampliação da cobertura da educação, dada a necessidade de adequar a rede física das unidades escolares da rede pública de ensino às condições necessárias para a uma boa prática pedagógica, demandando assim, um amplo trabalho de organização das ações de manutenção, de reformas, de obras de acessibilidade bem como de construção de novas unidades escolares.

Para ser factível o objetivo específico foi organizado em 10 metas, 28 ações orçamentárias, 3 ações não-orçamentárias e 1 indicadores. Dessa forma, em 2016, a Coordenação de Infraestrutura da Secretaria de Educação deu sequência em seus projetos obedecendo as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da ABNT que define as regras de acessibilidade a edificações destinadas a portadores de necessidades especiais.

Dando continuidade ao estabelecido no objetivo nº 01, foi destacado o Centro Educacional nº 1 de Brasília como unidade destinada a centralizar a gestão da documentação escolar oriunda dos estudantes de estabelecimento penais.

Igualmente, em concordância com as metas estabelecidas, foi iniciada a reforma da Unidade de Educação Profissional do Guará devendo ser finalizada no ano de 2017.

Houve também avanço na parte de alimentação escolar com a reforma e ampliação de três Centros de Ensino Fundamental e dois Centros de Ensino Médio, trazendo mais conforto para os alunos. Também foram concluídos e entregues em 2016 - oito Centros de Educação da Primeira Infância – CEPis e um Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional está em fase de conclusão da obra.

Lado outro, foi verificado o não alcance de percentual importante no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo. Tal fato deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor monta, por inadequação técnica e da força de trabalho.

Assim, depreende-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta proposta para o período, em aproximadamente 50%, ou seja, o público alvo foi parcialmente contemplado.

Em 2017, a coordenação de infraestrutura deu sequência em seus projetos obedecendo às normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da ABNT que definem as regras de acessibilidade a edificações destinadas a estudantes portadores de necessidades especiais.

Consolidou-se o Centro Educacional nº 1 de Brasília como unidade destinada a centralizar a gestão da documentação escolar oriunda dos estudantes de estabelecimentos penais, ficando essa unidade de ensino responsável pela gestão da escolarização do sistema prisional do Distrito Federal, meta esse cumprida integralmente.

Houve também a conclusão das obras da escola técnica do Guará e a conclusão dos projetos das escolas técnicas de Brazlândia, Paranoá e Santa Maria, bem como avanço na meta de construção de Centros de Educação da Primeira Infância com a construção e entrega de mais duas unidades.

Outro destaque foi a aquisição de equipamentos para as unidades escolares que não tinham parques e também para aquelas em que os equipamentos se encontravam em condições precárias e que começarão a ser entregues em 2018, e a aquisição de brinquedos pedagógicos para as escolas que atendem turmas de Educação Infantil, ultrapassando, apenas em 2017 toda a meta estabelecida para os 4 anos de vigência do Plano. Essa meta foi estabelecida em razão da Secretaria de Educação acreditar que os primeiros anos de vida da criança é o período mais importante, pois, é marcado pelas várias interações oportunizadas a elas desde o nascimento, com os adultos, com outras crianças, com o ambiente e com a apresentação de objetos e brinquedos a fim de que se estabeleça comunicação e aprendizado. Tendo em vista que essas interações estimulam os sentidos e a curiosidade sobre o mundo, o brinquedo desempenha um importante papel quando, a partir dessas interações, influencia na qualidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Por fim, verificou-se o não alcance de percentual importante no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 001, tal fato deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e tendo em vista não ter sido efetivado o contrato com empresa especializada na elaboração de projetos complementares, o que inviabilizou a elaboração dos referidos projetos, haja vista o número de profissionais efetivos desta Coordenação não ser suficiente para atender a toda a demanda da rede. Porém, no conjunto de ações vinculadas orçamentárias e não orçamentárias – a SEEDF continua avançando positivamente no cumprimento das metas estabelecidas neste PPA e o público alvo sendo parcialmente contemplado.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**002 – QUALIDADE DO ENSINO: Democratizar o acesso à rede pública de ensino e assegurar a permanência, com êxito, dos estudantes, por meio da melhoria do fluxo escolar, trabalhando as habilidades socioemocionais e, sobretudo, da garantia das aprendizagens, de modo a promover condições de igualdade de oportunidades com vistas à construção da cidadania. (EP)**

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	1	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	90	88			88	88,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	2	Ampliar, em 5% ao ano, a oferta de atendimento para crianças de 0-3 anos de idade. (SEDF)	20	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	18	26,94			26,94	134,7%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	3	Integrar à organização curricular de todas as unidades escolares que ofertam Educação Integral em tempo integral novos conhecimentos, tecnologias, ciências, culturas, artes e esportes; e novas atividades de turismo (Classes Transplantadas) e de meio ambiente (Brasília nos Parques). (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	25			25	25,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	4	Ampliar em 15% o número de estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal; em 30% o atendimento em educação física nos Centros de Educação Infantil e nos Jardins de Infância; e em 40% o atendimento da educação física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	67,11			67,11	67,1%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	5	Ampliar para, no mínimo, 30% a oferta de vagas para atendimento às pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal. (SEDF)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	14,3	14,3			14,3	47,7%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	6	Ampliar, até 2018, em 30% a oferta da Educação Profissional na Rede Pública de Ensino. (SEDF)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	28,60			28,6	95,3%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	7	Garantir para 100% dos estudantes com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação identificados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, independentemente da idade, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular e, quando necessário, em unidades de ensino especializado. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%



COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	8	Fomentar a adesão das unidades escolares aos ciclos no Ensino Fundamental e à semestralidade no Ensino Médio para o alcance de 50% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino. (SEDF)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	22	30,6			30,6	61,2%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	9	Ampliar, em 50% o atendimento da Educação do Campo (escolas rurais). (SEDF)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	3,83	14,43			14,43	28,9%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	10	Ampliar, em 50%, o atendimento à Educação de Jovens e Adultos, a fim de viabilizar o acesso do jovem trabalhador à educação formal. (SEDF)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	9,2	9,2			9,2	18,4%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	11	Ofertar Educação Profissional nas unidades de internação para 50% dos adolescentes e dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10,98	10,98			10,98	22,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	12	Implantar projeto-piloto Escola Compartilhada em todas as unidades escolares da região administrativa da Estrutural (RA XXV-SCIA) e estender anualmente sua implantação para mais 01 Região Administrativa. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	36	50			50	50,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	13	Implantar o Museu da Educação, cujo objetivo é a preservação do acervo histórico da Educação no Distrito Federal, em prédio reconstruído conforme projeto original do arquiteto Oscar Niemeyer para a Escola Classe Sarah Kubistchek. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	50			50	50,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	14	Aumentar para 4.200 o número de matrículas para estudantes do Sistema Prisional do Distrito Federal. (SEDF)	4.200	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1.650	1.650			1650	39,3%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	15	Aumentar a oferta de cursos técnicos de nível médio, presencial e a distância, na forma Integrada com a modalidade regular do Ensino Médio (CEMI/EPT) ou com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT e PROEJA); cursos de formação inicial e continuada (FICs); e cursos na modalidade ofertante do PRONATEC, em aproximadamente 400%. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	28,6			28,6	28,6%

## Análise Qualitativa

### **1. Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade. (SEDF)**

#### **2016**

A Secretaria de Educação, ciente de sua responsabilidade quanto à universalização da Educação Infantil, vem trabalhando em parceria com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV visando à priorização do atendimento à Pré-escola. Assim, seus profissionais participam da Comissão de Análise dos Planos de Trabalho que visam a renovação dos convênios/Termos de Colaboração efetuados com instituições educacionais parceiras, ampliando o atendimento de 2015 que era de 14.577 crianças para 16.263 em 2016.

Participou também do Grupo de Trabalho que regulamentou por meio do Decreto nº 37.630, de 16 de setembro de 2016, a aplicação da Lei Distrital nº 5.672, de 15 de julho de 2016, que instituiu o Programa Bolsa Educação Infantil - Pré-escola, destinado a ampliação do atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos.

Reforçando ainda mais o alcance desta meta, a Secretaria de Estado de Educação inaugurou em 2016, três Centros de Educação da Primeira Infância - CEPis.

De acordo com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV, a SEEDF promove anualmente a Chamada Escolar Obrigatória, conforme disposto na legislação vigente, em função disto, no mês de outubro do ano anterior, os responsáveis entram em contato com a Central Única de Atendimento Telefônico para informar o seu interesse em matricular o (a) filho (a) na Rede Pública de Ensino. Com relação ao quantitativo de crianças que solicitaram acesso à Pré-Escola no ano de 2016 temos a informar que 90% conseguiu ser alocada em unidade escolar da SEEDF.

### 2017

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em 2017, buscou aumentar a oferta de Educação Infantil, para isso realizou as 03 (três) Chamadas Públicas, atendendo o disposto no Decreto 37.630, de 16 de dezembro de 2016, para corroborar com sua meta de Universalizar da Educação Infantil. Visando também o alcance dessas metas foram inauguradas nove unidades de Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI em 2017.

Segundo dados do site :[www.dados.df.gov.br](http://www.dados.df.gov.br) no início do período letivo o Telematrículas recebeu 23.501 demandas de inscrição e foram contempladas 20.730 crianças, totalizando 88% de atendimento. Destaca-se que em 2017 o número de famílias que buscou uma vaga na Secretaria de Educação, pelo 156, para crianças em turmas de Educação Infantil aumentou, por isso, mesmo com o aumento de oferta de vagas apenas 88% dos estudantes que demandaram matrícula na rede pública de ensino nos anos em comento foram contemplados com vagas no início do ano letivo, entretanto, ao longo do ano, esta SEEDF envidou esforços a fim de suprir esta demanda reprimida de 12% e conseguiu terminar o ano de 2017 com a universalização do atendimento, nos termos do previsto na meta. Para tanto, em 2017, esta SEEDF reabriu a oferta educacional na Escola Classe 01 da Estrutural após sanear o problema do vazamento de gás. Criou e alterou a gestão de dois Centros de Educação para a Primeira Infância, quais sejam, Pinheirinho Roxo na CRE do Recanto das Emas que atendem o 1º período e Gavião na CRE do Plano Piloto/Cruzeiro que atende 1º e 2º período. Criou, ainda, dois Centros de Educação Infantil: CEI 4 de São Sebastião, vinculado à CRE de São Sebastião, que oferta Maternal II, 1º e 2º períodos; e CEI 7 de Taguatinga, vinculado à CRE de Taguatinga, que oferta 1º e 2º períodos. Foi criado, no 2º semestre de 2017, a Escola Classe 68 de Ceilândia, vinculada à CRE de Ceilândia, que ofertará o 1º e 2º períodos.

## 2. Ampliar em 5% ao ano, a oferta de atendimento para crianças de 0-3 anos de idade. (SEDF)

### 2016

Uma das estratégias para a ampliação do atendimento em Creche é o conveniamento, instrumento legal do qual o poder público se utiliza para associar-se a outra entidade pública ou privada sem fins lucrativos, com o intuito de fomentar políticas públicas. No Distrito Federal, para garantir a oferta da Educação Infantil, o Governo do Distrito Federal - GDF/SEEDF repassa recursos financeiros, para o atendimento educacional às crianças, na primeira etapa da Educação Básica, às instituições conveniadas que possuem prédio próprio, ou atuem em prédios públicos ou, ainda, nos Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIS, desde que atendam aos critérios estabelecidos por esta Pasta e pelas legislações em vigor.

Tal estratégia pressupõe que as duas partes possuam interesses comuns que é o atendimento educacional à criança, e prestem mútua colaboração para atingir seus objetivos. A atuação do poder público não se limita ao repasse de recursos, mas também no envolvimento permanente, na orientação, supervisão, formação continuada e assessoria técnica e pedagógica.

Com o intuito de manter o percentual de ampliação do atendimento à Creche; foi criado um grupo de trabalho para proceder à análise dos planos de trabalho das entidades conveniadas assim como as que pleiteiam o conveniamento visando a otimização da renovação dos convênios/Termo de Colaboração com Instituições Educacionais Parceiras. Além disso, foram inaugurados, no período, três Centros de Educação da Primeira Infância – CEPIS.

O quantitativo de estudantes matriculados em Creches passou a ter uma ampliação significativa, conforme os números informados abaixo:

2012	2013	2014	2015	2016
6.034	7.944	9.171	9.324	11.074

Fonte: Censo Escolar/SEEDF

## 2017

Com o advento do Decreto 37.630, de 16 de dezembro de 2016, a SEEDF aumentou o número de parceria com Organizações Não Governamentais para o atendimento à demanda de matrículas de crianças de 0 a 3 anos de idade. Isto posto, a SEEDF superou a meta e em 2017 aumentou em 7% o atendimento à essa faixa etária. Em números absolutos, a SEEDF, em 2016, atendeu 11.074 crianças de 0 a 3 anos, em escolas públicas e Instituições Educacionais Parceiras e em 2017 atendeu 11.836 crianças, segundo dados do site da SEDF (<http://www.educac2018ao.df.gov.br/censo-escolar-2016>).

### 3. Integrar à organização curricular de todas as unidades escolares que ofertam Educação Integral em tempo integral, novos conhecimentos, tecnologias, ciências, culturas, artes e esportes; e novas atividades de turismo (Classes Transplantadas) e de meio ambiente (Brasília nos Parques). (SEDF)

## 2016

As 208 unidades escolares que ofertam a educação integral pelo programa Mais Educação, tiveram acesso em 2016 aos territórios culturais e às unidades de conservação por meio de ações pontuais, realizadas de acordo com a agenda cultural e ambiental do Distrito Federal e, ainda, a disponibilização de transporte para eventos e mostras de cinema, bem como visitas orientadas aos parques, conforme descrito abaixo.

Atividade em territórios ambientais e culturais	Local	CRE	Unidades Escolares	Quantidade de estudantes
Festivalzinho de Cinema	Museu Nacional	14	-	Previsão: 4.500 estudantes Atendidos: 4.500 estudantes de Ensino Fundamental – anos iniciais e finais
Concertos Didáticos – Orquestra Sinfônica	Teatro Pedro Calmon	14	60	Atendidos: 1.170 estudantes do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais e Ensino Médio
Exposição Auguste Rodin	TCU	4	4	Previstos: 800 estudantes Ensino Fundamental - anos finais Atendidos: 200 estudantes Ensino Fundamental - anos finais
Visitas orientadas às Unidades de Conservação - UC	<b>Brasília nos Parques:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Parques Águas Claras;</li><li>• Sucupira;</li><li>• Saburo Onoyama;</li><li>• Três Meninas;</li><li>• Parque do Riacho Fundo; Veredinhas;</li><li>• Ezequias Heringer e</li><li>• Haras Vale Feliz</li></ul>	8	25	Atendidos: 3.563 estudantes do Ensino Fundamental - anos finais e 158 professores (formação)
Visitas Orientadas ao Centro Cultural Três Poderes	<ul style="list-style-type: none"><li>• Panteão da Pátria</li><li>• Praça dos Três Poderes</li><li>• Espaço Lúcio Costa</li><li>• Museu Histórico de Brasília</li></ul>	9	-	Atendidos: 1.994 estudantes de Ensino Fundamental
Visitas a Mostras de Artes Visuais e Instalações	Museu da República	12	-	Atendidos: 5.350 estudantes de Ensino Fundamental e Ensino Médio

As atividades desenvolvidas têm por Objetivo oportunizar e promover práticas educativas, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nosso patrimônio cultural (territórios culturais); fomentando a realização de atividades artístico-culturais e de educação ambiental nestes espaços, bem como a construção de estratégias ambientais e culturais de integração dos saberes.

Essas atividades só são consolidadas mediante a disponibilização de transporte. Por isso, muitas delas são canceladas e a oferta de agenda nem sempre pode ser sistemática e sistematizada.

## 2017

A meta em 2017 não se limitou a atendimento único e exclusivo aos estudantes das unidades escolares que ofertam Educação Integral pelo Programa Mais Educação. Toda rede pública teve oportunizado o acesso aos territórios culturais e às unidades de conservação por meio de ações pontuais, realizadas de acordo com a agenda cultural e ambiental do Distrito Federal e, ainda, a disponibilização de transporte para eventos e mostras de cinema, bem como visitas orientadas aos parques e espaços culturais.

As atividades desenvolvidas têm por objetivo oportunizar e promover práticas educativas, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nosso patrimônio cultural (territórios culturais); fomentando a participação em atividades artístico-culturais e de educação ambiental, bem como a construção de estratégias ambientais e culturais de integração dos saberes, nesses espaços. Com a Portaria do Parque Educador que estabelece parceria específica entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e a Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, com a participação do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM, fortaleceu-se a educação ambiental na rede pública de ensino do Distrito Federal, no contexto da concepção da Educação Integral (SEEDF) e do Programa Brasília nos Parques (SEMA-IBRAM), entretanto, a ampliação do atendimento é comprometida face a necessidade de disponibilização de transporte para que os estudantes possam se deslocar aos parques de atendimento.

A publicação da Portaria Conjunta nº 17, de 19 de outubro de 2017, possibilitou a SEEDF e a SECult o acesso à cultura, espaços e instituições culturais do Distrito Federal, oportunizando, prioritariamente, aos estudantes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a possibilidade de participarem de visitas mediadas e de conviverem com ações pedagógicas do Projeto Territórios Culturais e, igualmente, proporcionar iniciativas educacionais voltadas ao reconhecimento, à formação e à apropriação dos bens culturais do patrimônio material e imaterial, artístico e cultural da cidade. Com a instituição do Comitê Gestor que visa estabelecer metas de atendimento para os professores ora disponibilizados, esta pasta terá a oportunidade de ampliação das visitas orientadas aos territórios educativos da SECULT.

Atividade em territórios ambientais e culturais	Local	CRE	Unidades Escolares	Quantidade de estudantes
Festivalzinho de Cinema	* Cine Brasília * Teatro de Sobradinho * Teatro da Praça em Taguatinga * Auditório da Administração do Riacho Fundo * Cem 01 do Gama	14	-	Atendidos: 5.000 estudantes - Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
Programa Cultura Educa * Circuito de Museus * Concertos Didáticos da Orquestra Sinfônica * Escola Vai Ao Cinema * Casa do Cantador Convida	Em todas as regiões administrativas do DF	14	-	Atendidos: + de 12.000 estudantes - Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
Cine Detran Projeto Cine Detran/DF Mobilidade urbana nas escolas do DF	Cine Brasília	5 Ceilândia Samambaia Guará Taguatinga Plano Piloto	-	Atendidos: 2.238 estudantes

Visitas orientadas às Unidades de Conservação	Brasília nos Parques	8	25	Atendidos: 3.800 estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais
Visitas Orientadas ao Centro Cultural Três Poderes	* Panteão da Pátria * Praça dos Três Poderes * Espaço Lúcio Costa * Museu Histórico de Brasília	14	-	Atendidos: 17.988 Estudantes do e Ensino Fundamental – anos iniciais/finais e Ensino Médio
Visitas a Mostras de Artes Visuais e Instalações	Museu da República	14	-	Atendidos: 3.540 estudantes de Ensino Fundamental e Ensino Médio

#### **4. Ampliar em 15% o número de estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal; em 30% o atendimento em educação física nos Centros de Educação Infantil e nos Jardins de Infância; e em 40% o atendimento da educação física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (SEDF)**

##### **2016**

A meta de ampliação da participação de estudantes da Rede Pública de Ensino nos Jogos Escolares foi superada significativamente. O resultado pode ser explicado pelo aumento da divulgação do projeto em 2016, especialmente em meios de comunicação de massa como televisão e rádio, além disso, o projeto foi amplamente divulgado com cartazes em todas as Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e também em redes sociais e no site da Secretaria de Educação do DF (SEEDF). Outro fator importante foi a manutenção do serviço de transporte gratuito para estudantes das escolas públicas, item fundamental para democratizar a participação dos estudantes nos jogos escolares.

O Projeto Educação com Movimento (PECM) é a estratégia da SEEDF para ampliar o atendimento em educação física para os estudantes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Em 2016, foram abertas carências para o atendimento da educação física nos Centros de Educação Infantil (CEIs) e Jardins de Infância (JI) além de escolas que ofertam os anos iniciais. O quantitativo de escolas com carências abertas do PECM considerou as metas estabelecidas neste PPA, contudo, ressalta-se que duas escolas não tiveram as carências bloqueadas pela falta de professores interessados e que tivessem o perfil para o projeto, assim o atendimento foi realizado em 10 escolas de tipologia CEI ou JI, mantendo-se o percentual de 17% . Com relação aos Anos Iniciais o PECM atendeu 17,7% das unidades escolares com essa etapa de ensino.

Ressalta-se que além da abertura das carências, foram desenvolvidas reuniões periódicas com os professores do Projeto além de cursos de formação continuada, abordando as especificidades desse atendimento e um Seminário Final, socializando o trabalho realizado ao longo do ano. Com relação aos desafios para o cumprimento da meta, destaca-se a necessidade de abertura de novas carências de acordo com as metas projetadas, além da flexibilização dos critérios para aptidão no Procedimento de Remanejamento a fim de permitir uma maior adesão de professores que queiram atuar no Projeto.

##### **2017**

A meta de ampliação da participação de estudantes da Rede Pública de Ensino nos Jogos Escolares do Distrito Federal permanece sendo superada significativamente. No ano de 2017 o número mais que dobrou. O desejado era a participação de 4.305 estudantes, entretanto, alcançamos 10.668 participantes da rede pública de ensino. Tal aumento pode ser explicado em grande medida pela mudança do Regulamento Geral dos Jogos, que passou a ser regionalizado, ou seja, as escolas inicialmente jogam entre si em suas Coordenações Regionais de Ensino (CRE) – Etapa Regional, para depois se enfrentarem na Etapa Distrital. Tal mudança propiciou uma maior participação e integração das regionais na realização do evento, o que favoreceu a divulgação e a mobilização, principalmente, entre as escolas públicas. Insta salientar, que ações integradas de divulgação, especialmente em meios de comunicação de massa como televisão e rádio, cartazes, redes sociais e no site da Secretaria de Educação do DF (SEEDF), potencializaram a publicidade dos Jogos, contribuindo para os números alcançados. Por fim, cabe destacar a manutenção do serviço de transporte gratuito para estudantes das escolas públicas, item fundamental para democratizar a participação dos estudantes nos jogos escolares.

No ano de 2017, o Projeto Educação com Movimento (PECM) foi desenvolvido em 72 unidades escolares, das quais 63 unidades escolares de Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 09 unidades escolares de Educação Infantil. Esse quantitativo representa um atendimento de 15,7% de unidades atendidas entre Centros de Educação Infantil e Jardins de Infância (Educação Infantil). Quanto aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as 63 unidades escolares atendidas representam um atendimento de 16,5% em relação ao total de 382 unidades escolares apuradas em 2017.

Nesse sentido, constata-se um déficit no cumprimento da meta, o que demanda desta SEEDF esforços para o incremento da abertura de carências em outras unidades escolares e alterações nos procedimentos para inclusão de professores de educação física no Projeto

#### **5. Ampliar para, no mínimo, 30% a oferta de vagas para atendimento às pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal. (SEDF)**

**2016**

No ano de 2016 houve uma ampliação de 14.3% na oferta de vagas e matrículas no Centro Educacional 01 de Brasília. Vale ressaltar que o número de ofertas de vagas no Sistema Prisional do Distrito Federal está atrelado à disponibilidade de espaço físico dentro de cada Unidade Prisional e de Agentes Penitenciários, cuja função é garantir a movimentação dos estudantes e a segurança dos professores que atuam na Educação Prisional.

**2017**

O ano de 2017 não houve ampliação na oferta de vagas e matrículas no Centro Educacional 01 de Brasília. Vale ressaltar que o número de ofertas de vagas no Sistema Prisional do Distrito Federal está atrelado à disponibilidade de espaço físico dentro de cada Unidade Prisional e de Agentes Penitenciários, cuja função é garantir a movimentação dos estudantes e a segurança dos professores que atuam na Educação Prisional, dessa forma, pela falta de espaço físico e de Agentes Penitenciários suficientes a meta não pôde ser ampliada. Para os próximos exercícios, esta SEEDF está trabalhando juntamente com os órgãos responsáveis para sanar os problemas encontrados e voltar a aumentar o atendimento da presente meta.

#### **6. Ampliar, até 2018, em 30% a oferta da Educação Profissional na Rede Pública de Ensino. (SEDF)**

**2016**

Em 2015 a Educação Profissional atendeu a 11.670 estudantes. Em 2016, houve a diminuição do atendimento para 11.590 estudantes. Estava prevista a entrega da Unidade Escolar do Guará com pretensão de atendimento a 2.000 estudantes em cursos técnicos de nível médio, no entanto até o momento (abril/2017) a obra não foi concluída. O Ministério da Educação (MEC) não pactuou as turmas de cursos técnicos de nível médio na modalidade à distância (Redee-Tec), deixando de ofertar, aproximadamente, 490 vagas.

A fim de ampliar a oferta de Educação Profissional, serão realizadas as seguintes ações: abertura de novas turmas de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Articulado com a Educação Profissional na modalidade EJA - 2º e 3º Segmentos e a oferta de cursos FIC nas demais formas, de Curso Técnico Articulado na modalidade a distância e presencial, a oferta de cursos em Unidades Remotas (PRONATEC) bem como a construção de novas unidades escolares.

**2017**

Em 2017, a Educação Profissional atendeu a 18.070 (dezoito mil e setenta) estudantes. Houve a ampliação de oferta de 28,60% em relação aos anos anteriores. Os cursos ofertados em 2017 estão disponíveis no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – SISTEC-MEC, composto de mais de 100 cursos, selecionados de acordo com as demandas da comunidade, capacidade e estrutura para oferta pelas Unidades Escolares. Neste sentido, seu detalhamento não seria de fácil descrição. O maior desafio diz respeito à ampliação da oferta em unidades próprias, tendo em vista o atraso no processo de construção e implementação das novas Unidades Escolares previstas, o que levou a SEEDF a ampliar a oferta de cursos por meio do PRONATEC através das Unidades Remotas.

#### **7. Garantir para 100% dos estudantes com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação identificados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, independentemente da idade, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular e, quando necessário, em unidades de ensino especializado.**

**2016**

Em relação ao acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, verificou-se um aumento no número de estudantes beneficiados, não havendo hoje, demanda reprimida na área. Atualmente a Secretaria de Educação conta com salas de recursos em quase todas as escolas da rede, visando garantir o apoio especializado necessário aos processos de inclusão.

Garantiu-se também a ampliação do atendimento para 19 escolas a partir de demanda reprimida nas unidades escolares onde já existia o Programa de Educação Precoce, que atende crianças prematuras, de 0 a 3 anos e 11 meses, tendo atendido em 2016, 2.465 crianças nesta faixa etária, com deficiência e consideradas de risco, por serem vulneráveis e apresentarem atraso no seu desenvolvimento global. O Programa objetiva promover o desenvolvimento das potencialidades da criança no que se refere aos aspectos físicos, cognitivos, psicoafetivos, sociais e culturais,

priorizando o processo de interação e comunicação, mediante atividades significativas e lúdicas, assim como a orientação, o apoio e o suporte à família e ao estudante no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Hoje, o Programa de Educação Precoce está presente em todas as Regionais de Ensino do Distrito Federal

Além disso, a SEEDF em sua Escola Bilíngue – Libras e Português Escrito, garante uma educação específica, para estudantes surdos que têm a língua de sinais como sua primeira língua e o português escrito como segunda língua, sendo estas, as línguas de comunicação e de instrução das atividades escolares para o ensino de todas as disciplinas curriculares, em todos os níveis da educação básica (Lei 5.016/2013). Por fim e visando atender a todos os públicos inseridos nesta meta, a SEEDF atende aos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas na unidade escolar em razão de tratamentos de saúde que impliquem em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial por meio do Programa Classe Hospitalar e atendimento domiciliar.

#### **2017**

Os estudantes com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista têm o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado. Em decorrência disso, há um contínuo aumento no número de estudantes beneficiados. Não há demanda reprimida. Atualmente, a Secretaria de Educação conta com salas de recursos em quase todas as escolas da rede, visando garantir o apoio especializado necessário ao processo de inclusão dos estudantes com deficiência.

O Programa de Educação Precoce atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista e consideradas em risco de atraso no seu desenvolvimento global. O Programa objetiva promover o desenvolvimento das potencialidades da criança no que se refere aos aspectos físicos, cognitivos, psicoafetivos, sociais e culturais, priorizando o processo de interação e comunicação, mediante atividades significativas e lúdicas, assim como a orientação, o apoio e o suporte à família e ao estudante no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Hoje, o Programa de Educação Precoce está presente em todas as Regionais de Ensino do Distrito Federal. O Programa de Atendimento Precoce no ano de 2017 atendeu a 2.678 (duas mil, seiscentas e setenta e oito) crianças e ampliou a sua implementação para 19 Unidades Escolares. Por fim, visando atender a todos os públicos inseridos nesta meta, a SEEDF oferece aos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas na unidade escolar em razão de tratamentos de saúde que impliquem em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial por meio do Programa Classe Hospitalar e atendimento domiciliar.

### **8. Fomentar a adesão das unidades escolares aos ciclos no Ensino Fundamental e à semestralidade no Ensino Médio para o alcance de 50% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino. (SEDF)**

#### **2016**

A SEDF possui 521 Unidades Escolares na rede pública de ensino ofertando o Ensino Fundamental, sendo divididas em anos iniciais e final. Em 2016, 262 UE aderiram à Organização Escolar para o 2º Ciclo e 15 UE aderiram ao 3º Ciclo. A dificuldade de adesão ao 3º Ciclo se deu em virtude da incompreensão da política pública, resistência apresentada pelos professores, além falta de infraestrutura das escolas. Mesmo diante desse cenário, a Diretoria de Ensino Fundamental realizou inúmeras formações/seminários para os professores e gestores da rede, seja por iniciativa própria, seja por parcerias com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) e outras instituições públicas ou privadas. Das 90 Unidades Escolares que ofereceram o Ensino Médio em 2016, 33 já se encontravam na organização semestral, o que representa 37% da meta alcançada.

Em 2016, apenas uma escola aderiu à organização semestral, o que representa 1,1% das 90 escolas de Ensino Médio, perfazendo um total de 33 escolas na Semestralidade. A Diretoria de Ensino Médio realizou o primeiro Seminário da Semestralidade: avanços e desafios no Ensino Médio do Distrito Federal, na Universidade Paulista - UNIP, dia 07/04/2016. O evento contou com a colaboração da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE); Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional - SUPLAV; Subsecretaria de Modernização e Tecnologia -SUMTEC. Durante o seminário foram debatidas as Diretrizes do Trabalho Pedagógico na Semestralidade e foram realizadas oficinas para fomentar a adesão a esta organização pedagógica.

O seminário resultou na produção de um relatório com todas as dificuldades para adesão a Semestralidade, tais como: a impossibilidade de distribuição de carga horária do professor em blocos quando a escola também oferece o Ensino Fundamental no mesmo turno; o desconhecimento acerca da política pública e as necessidades de adequação tecnológica para atender as UEs na Semestralidade.

Também foram realizadas visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino para formação pedagógica das equipes gestoras e dos coordenadores pedagógicos das escolas que ainda não aderiram à Semestralidade. Nesses encontros, foram disponibilizados todos os materiais produzidos ao longo de 2016 sobre a Semestralidade: Mídia pedagógica com o material de formação

completo a ser utilizado nas coordenações pedagógicas coletivas para formação do corpo docente, folders para os estudantes e pais com a finalidade de informar a comunidade escolar acerca da organização pedagógica na Semestralidade e boletins informativos.

Tanto o seminário quanto as visitas as CREs proporcionaram ampla divulgação dessa política pública, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos para que as UEs implementem a Semestralidade.

### **2017**

O ano de 2017 foi o último ano em que as Unidades Escolares que ofertam Ensino Fundamental - anos finais ainda podiam optar pela adesão à Política de Ciclos para as Aprendizagens. Assim, a taxa de adesão de 2016 para 2017 aumentou em 13,7%, o que representou 21% do total das escolas de anos finais. Em relação às escolas de Ensino Fundamental – anos iniciais, em 2017, chegamos a 66% de adesão aos ciclos. Foi encaminhada a Circular nº35/2017-GAB/SEE, em 27 de junho de 2017, que estabelece que, em 2018, em cumprimento também à meta 2, estratégia 2.3, do PDE 2015-2024, todas as escolas de ensino fundamental devem organizar o seu trabalho pedagógico em ciclos. Neste sentido, foram realizadas reuniões técnicas com todos os gestores das Unidades Escolares de Ensino Fundamental das Coordenações Regionais de Ensino sobre a obrigatoriedade da universalização da organização escolar em ciclos para o ano de 2018 com o objetivo de esclarecer dúvidas e orientá-los pedagogicamente para essa organização. As secretarias das Unidades escolares também foram orientadas a organizar as turmas para 2018 em blocos para favorecer a utilização das estratégias de intervenção pedagógica e reagrupamentos.

A SEEDF, por meio da SUBEB/COEIF/DIEF, em parceria com as CRE/UNIEB, tem fomentado junto às Unidades Escolares de Ensino Fundamental o uso/construção de práticas pedagógicas inovadoras, unidade do trabalho pedagógico e o fortalecimento das práticas avaliativas na concepção formativa, que formam as bases da Organização Escolar em Ciclos. Nesse sentido, foram realizadas formações, fóruns, seminários, elaborados materiais de apoio (impressão e distribuição de cadernos das diretrizes, mídia pedagógica, caderno tira-dúvidas), bem como feitas articulações com outras instâncias da SEEDF.

Em 2017, houve adesão de cinco unidades escolares à Semestralidade, o que representa 5,43% das 92 unidades escolares de Ensino Médio, perfazendo um total de 38 escolas na Semestralidade (41,3%).

A SEEDF, por meio do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), propôs o curso de formação continuada sobre “Concepções e práticas na Semestralidade” para todos os professores de Ensino Médio da Rede, com intuito de formá-los para as práticas pedagógicas condizentes com as diretrizes educacionais da SEEDF. Essa ação faz parte das estratégias para implementação da Semestralidade, que, em 2018, abrangerá todas as escolas que ofertam Ensino Médio, conforme preconiza o Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024). Aspectos como planejamento, execução, acompanhamento e avaliação foram abordados durante o curso, habilitando 2.697 profissionais para trabalharem com uma organização pedagógica que tem demonstrado resultados satisfatórios, principalmente no que diz respeito à aprovação, à reprovação e ao abandono escolar.

Outra importante ação realizada foi o monitoramento e acompanhamento pedagógico, por meio de visitas planejadas às Unidades Regionais de Educação Básica (UNIEBs) e às unidades escolares (UEs) de diversas regionais que fizeram adesão à Semestralidade em 2017, a fim de orientar a comunidade escolar sobre a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade e propor soluções para os desafios.

Com o intuito de orientar as Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e unidades escolares (UEs) de Ensino Médio sobre o cumprimento da Meta 3, Estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação, foi remetida a Circular nº 35/2017 – GAB/SEE do Gabinete do Secretário, informando que todas as unidades escolares de Ensino Médio devem estar organizadas na Semestralidade em 2018.

Para tanto, houve o encaminhamento do Memorando nº 95 (SUBEB) para SUPLAV/COSIE/DIOFE, solicitando a análise sobre a estratégia de matrícula para todas as unidades escolares de Ensino Médio, a fim de identificar os principais desafios para implementação da Semestralidade no ano de 2018 e traçar estratégias para superá-los.

Em algumas CREs, houve unidades escolares que aderiram à Semestralidade durante o período por adesão, porém retornaram à organização tradicional seriada, relatando dificuldades. A DIEM se colocou à disposição dos gestores e das UNIEBs com o objetivo de esclarecer as eventuais dúvidas sobre a Semestralidade, promovendo visitas técnicas e encontros pedagógicos de compartilhamento de experiências nas CREs que solicitaram apoio.

Encerrando as atividades de formação do ano de 2017, ocorreu a Rede Colaborativa na EAPE no dia 20/12/2017. Essa atividade teve como objetivo informar os coordenadores pedagógicos e os chefes de UNIEBs sobre os materiais produzidos pela DIEM em relação à Semestralidade, objetivando facilitar o trabalho de implementação em 2018. Desse modo, os participantes

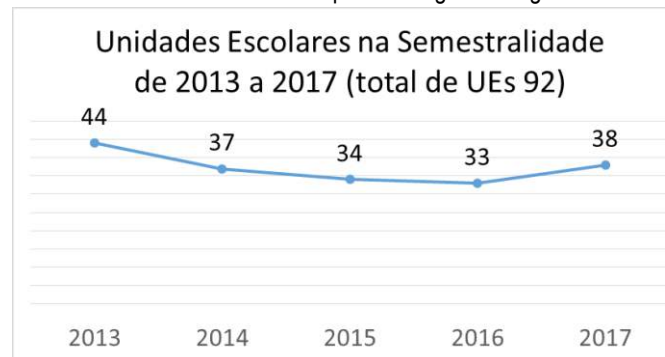


se apropriaram dos materiais sobre a Semestralidade e conheceram o conteúdo do drive compartilhado, criado com a finalidade de subsidiar o trabalho pedagógico das unidades escolares para o ano de 2018.

Com o foco ainda na Semestralidade, foi elaborado o Guia Prático da Semestralidade, documento de fácil linguagem, cujo objetivo é esclarecer os principais questionamentos sobre a Semestralidade, facilitando a manutenção dessa organização pedagógica nas unidades escolares que já se encontram assim organizadas e apoiando o trabalho de implementação daquelas que ainda não estão em organização semestral.

Os estudos e as análises dos dados e informações sobre a Semestralidade realizados por esta SEEDF foram publicados em um artigo para a revista Com Censo, resgatando as mudanças ocorridas no Ensino Médio desde a sua concepção até os dias atuais. O estudo demonstra como a última etapa da Educação Básica foi sendo reformulada ao longo dos tempos, enfatizando a reforma curricular; o panorama do Ensino Médio do Brasil; o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais no Paraná; o Ensino Semestral na escola Liceu Maracanaú do Ceará; e a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade Distrito Federal. Houve uma importante análise da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade para o Ensino Médio, adotada desde 2013 pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, objetivando diminuir os índices de reprovação e evasão no Ensino Médio, a fim de subsidiar tomadas de decisões para as políticas públicas na área educacional.

A adesão das unidades escolares na Semestralidade desde 2013 até 2017 está expressa no gráfico seguinte:



Observa-se um decréscimo na adesão à Semestralidade de 2013 a 2016. Essa diminuição, segundo os gestores das unidades escolares, está relacionada a dificuldades para modulação de professores, resistência à adesão por falta de incentivos financeiros e inadequação da estrutura física das unidades escolares. Entretanto, a partir dos trabalhos de formação de professores, visitas técnicas e produção de material pedagógico realizados pela SEEDF, mais cinco unidades escolares aderiram em 2017. A partir de 2018, consoante a Meta 3.3 do PDE, todas as unidades escolares que ofertam Ensino Médio devem estar funcionando nessa forma de organização.

## 9. Ampliar em 50% o atendimento da Educação do Campo (escolas rurais). (SEDF)

### 2016

A ampliação do atendimento da Educação do Campo faz-se, por um lado, pela ampliação da oferta de matrículas e, neste sentido, a partir de dados comparativos, estabelecidos entre os anos 2015 e 2016, tendo como referência os dados do Censo Escolar, realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV houve um aumento percentual, em termos absolutos, de 3,83% no total de matrículas em unidades escolares do campo, sendo importante observar que, no mesmo período, o atendimento à creche, que era inexistente, em 2015, passou a 30 (nº total); na Educação Infantil, o aumento foi de 29,96%; no Ensino Fundamental, de 1,02%; no Ensino Médio, de 2,09%; a Educação Profissional ainda não é atendida no meio rural; na Educação de Jovens e Adultos, o número de matrículas aumentou em 7,83%, e na Educação Especial, em 16%.

Quanto à transição entre as etapas da Educação Básica, observamos que dos Anos Iniciais para os Anos Finais, 38,75%, dos estudantes ficaram sem atendimento em escolas do campo e, dos anos Finais para o Ensino Médio, 69,62% dos estudantes não tiveram atendimento em unidades escolares do campo.

Por outro lado, a Gerência de Educação do Campo / Diretoria de Educação do Campo e Eixos Transversais, visando à garantia de direitos dos povos do campo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as unidades escolares do campo, conforme os marcos legais nacionais e Distritais para a Educação do Campo, considerando, ainda, o PDE, em sua Meta 8, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho, elaborou a proposta didático-metodológica para a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Unidades Escolares do Campo da SEEDF, cujo processo de implementação é acompanhado em 100% das unidades escolares do campo. Realizou 11 Dias do Campo com palestras, oficinas e debates em 100% das Regionais de Ensino que contam com essa modalidade de unidades escolares, iniciou o processo de articulação, debate e reflexão para a elaboração das Orientações Pedagógicas para a Educação Básica do Campo - SEEDF. Orientou a elaboração e execução dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares do campo, conforme os princípios e matrizes da modalidade de ensino. Coordenou e acompanhou a execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Projovem Campo – Saberes da Terra, formação integral na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, associada à qualificação social e formação profissional em Agroecologia, destinada a jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Deste modo, o processo de ampliação do atendimento à Educação do Campo implica: mapear as Regiões Administrativas do DF cuja oferta da Educação do Campo não atenda à demanda existente; realizar a abertura de turmas, observando todos os aspectos legais para tal fim; garantir a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo, conforme previsto nos marcos regulatórios da Educação do Campo e no PDE, Meta 8; e na articulação intersetorial, entre as coordenações e diretorias da Subsecretaria de Educação Básica, assim como por intermédio de parcerias com o Governo Federal, Distrital e outros órgãos e instituições, visando à sustentabilidade no uso da terra e outras demandas locais.

## 2017

Como explicitado em 2016, a ampliação do atendimento da Educação do Campo faz-se, por um lado, pela ampliação da oferta de matrículas e, neste sentido, a partir de dados comparativos, estabelecidos entre os anos 2016 e 2017, tendo como referência os dados do Censo Escolar, realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV houve um aumento percentual, em termos absolutos, de 10,17% no total de matrículas em unidades escolares do campo. Sendo importante observar que, no ano de 2016 foram matriculados na Educação Infantil 2099 estudantes, em 2017, este número aumenta para 2310 matrículas, somando 211 a mais de atendimento nas escolas do Campo de Educação Infantil. Em 2016 houve a matrícula de 15983 estudantes no Ensino Fundamental, dado que melhorou para uma ampliação do atendimento que somou 16155 matriculados no ano de 2017, totalizando 172 a mais que o ano anterior. Já no Ensino Médio, das 1852 matrículas de 2016, foi confirmada a oferta de 1961 vagas de Ensino Médio nas Escolas do Campo, melhorando no ano seguinte o número de 109 ofertas. Houve uma melhora significativa na oferta de Educação de jovens e adultos entre os anos de 2016 e 2017. Das 1389 matrículas de 2016, foram realizadas em 2017 1936 matrículas nessa modalidade, um incremento de 546 matrículas. É importante pontuar a novidade da oferta na Educação Profissional: em 2017 houve 68 estudantes matriculados nesta modalidade, sendo que ano passado não houve oferta.

A GCAM coordenou e acompanhou a conclusão da execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Projovem Campo – Saberes da Terra, que consiste em formação integral na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, associada à qualificação social e formação profissional em Agroecologia, destinada a jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Ressalta-se que 67 (sessenta e sete) estudantes concluíram o referido curso, recebendo a certificação correspondente ao Ensino Fundamental.

Tendo em vista a institucionalização adequada da política e o melhoramento da qualidade do atendimento pedagógico, esta SEEDF está em fase final de elaboração das Orientações Pedagógicas para as Escolas do Campo no DF e tem articulado a construção de uma Portaria Conjunta (SUPLAV/SUGEP/SUBEB) no sentido fundamentar o trabalho das escolas e instituir normativas de classificação e funcionamento das Escolas do Campo em alinhamento com as normativas nacionais. Neste sentido, acreditamos que ao longo dos anos de 2018 e 2019 haverá, a partir da publicação desses dois documentos, um melhoramento significativo da forma de atendimento das Unidades Escolares do Campo no DF.

As Orientações Pedagógicas para a Educação Básica do Campo do DF têm como objetivo a gestão e as práticas pedagógicas nas escolas do campo. Destinam-se a orientar a rede pública de ensino a reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de pertencimento dos estudantes e comunidade escolar cujo processo de ensino-aprendizagem faça sentido em suas vidas. A proposta é que a Portaria Conjunta da Política de Educação do Campo no DF possa nortear a comunidade escolar na oferta desta modalidade de ensino, conforme os princípios e matrizes da Educação do Campo, considerando que os sujeitos do campo têm direito à educação de qualidade pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do território em que a escola/comunidade está inserida. E, ainda, consiga resolver entraves relacionados à identificação, classificação e funcionamento das Escolas do Campo.

## **10. Ampliar em 50%, o atendimento à Educação de Jovens e Adultos, a fim de viabilizar o acesso do jovens trabalhador à educação formal. (SEDF)**

**2016**

O atendimento à Educação de Jovens e Adultos - EJA na Rede Pública de Educação Básica do DF apresentou um aumento percentual de 9,2% no ano de 2016. Essa avaliação observa, comparativamente, a quantidade de matrículas na EJA entre os anos 2015 e 2016 tomando como referência os dados do 1º semestre do Censo Escolar nos anos mencionados, realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV. De forma complementar, é possível apontar que o processo de ampliação do atendimento à EJA tem implicado, também, em mapear as Regiões Administrativas do DF que possuem demanda pela EJA, mas carecem de sua oferta; realizar a abertura de turmas na EJA observando a possibilidade de oferta da modalidade prevista nas Diretrizes Operacionais da EJA, os princípios da Lei de Gestão Democrática, os deveres e as funções do gestor público; promover a formação inicial e continuada do profissional responsável por atuar na EJA; evitar o fechamento da modalidade EJA nas unidades escolares, salvo quando for comprovado que os alunos não serão prejudicados quanto ao direito de escolarização, acesso e permanência no ensino formal; ações de integração entre a EJA e a Educação Profissional.

**2017**

Utilizou-se os resultados do Censo Escolar, como parâmetro para a análise das informações. Destaca-se que, enquanto a oferta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA é semestral, as informações do Censo Escolar são anuais e referem-se ao primeiro semestre de 2017. A análise comparativa da quantidade de matrículas na EJA entre os anos de 2016 e 2017 indicam que o quantitativo de estudantes atendidos pela EJA não foi ampliado neste período.

Apesar de a meta não ter avançado neste período, mantendo-se o percentual de aumento de 9,2% desde o início da vigência, vale ressaltar que 100% da procura por vagas na EJA são contempladas com este atendimento.

Como iniciativa para avançarmos à meta, foi realizado pela SEEDF, por meio da Gerência de Acompanhamento da EJA (GEJA) um levantamento estatístico da demanda social, por regional, utilizando as informações da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD/2015) e do Censo Escolar. Com este estudo, foi realizado o mapeamento das Regiões Administrativas do DF que possuem demanda potencial, considerando o quantitativo da população não alfabetizada e o crescimento populacional.

O estudo possibilita, também, fomentar as ações para chamadas públicas contínuas, visando à matrícula a qualquer tempo na EJA nessas Regionais, nos próximos semestres. Como estratégia, considera-se promover a busca ativa com agentes colaboradores nas unidades escolares, coordenações regionais de ensino e em parceria com organizações da sociedade civil como preconizado na Estratégia 9.20 do Plano Distrital de Educação (PDE).

São realizados esforços para atendimento às unidades escolares que solicitam abertura ou ampliação de turmas da EJA. As solicitações de autorização encaminhadas são analisadas e, sendo pertinentes, realizam-se orientações e encaminhamentos para garantir este atendimento. Da mesma forma, evita-se o fechamento de turmas da EJA, salvo quando for comprovado que os alunos não serão prejudicados quanto ao direito de escolarização, acesso e permanência no ensino formal. Além do exposto, a SEEDF, também, propõe ações de integração entre a EJA e a Educação Profissional, visando a manutenção e adesão das unidades escolares a essa modalidade.

Por meio da formação inicial e continuada para os alfabetizadores e coordenadores voluntários do Programa DF Alfabetizado, houve o incentivo para que os alfabetizados matriculados no Programa continuassem seus estudos no 1º Segmento da EJA. O Programa DF Alfabetizado está na sua 5ª edição, que contou com cerca de 836 vagas para alfabetizados e se encontra em fase de finalização.

## **11. Ofertar Educação Profissional nas unidades de internação para 50% dos adolescentes e dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)**

**2016**

Em 2016 havia 1.047 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A SEEDF ofereceu 150 vagas, destas, foram efetivadas 115 matrículas. Ao final do ano, 108 estudantes concluíram a jornada letiva, cumprindo assim, um percentual de 10, 98% de atendimento.

**2017**

A Secretaria de Educação disponibiliza o catálogo de curso do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) para escolha e adesão aos cursos pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude/SECRIANÇA. A SECRIANÇA é o órgão demandante, pela pactuação e execução do programa dentro das Unidades de Internação

Socioeducativas, ou seja, são os responsáveis pela senha de acesso ao SISTEC onde são realizadas as inscrições e confirmações. Nesse sentido, a SEEDF solicitará informações oficiais acerca do não atendimento em 2017 e primeiro semestre de 2018.

## **12. Implantar projeto-piloto Escola Compartilhada em todas as unidades escolares da região administrativa da Estrutural (RA XXV-SCIA) e estender anualmente sua implantação para mais 01 Região Administrativa. (SEDF)**

O projeto “Escola Compartilhada: espaço de encontro comunitário”, objetiva propiciar a abertura das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, inclusive aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, ambientais, de turismo, de ciência e tecnologia, de saúde, de agricultura, de direitos humanos e cidadania, entre outras, desenvolvidas por meio de ações intersetoriais. Essas atividades foram desenvolvidas em parceria com diversos órgãos, entre eles a Secretaria de Segurança Pública (CBMDF, PMDF, PCDF, DETRAN), o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente, CAESB, Defensoria Pública do DF, Vigilância Ambiental, Secretaria de Esporte e as Administrações Regionais das regiões envolvidas.

Destaca-se que o Projeto foi realizado para toda a comunidade das Regiões Administrativas, com público estimado de 2 mil pessoas em cada encontro.

Cronograma referente ao ano de 2016:

- ✓ 1º semestre: RA Estrutural.
- ✓ 2º semestre: RA Ceilândia, RA Planaltina, RA Varjão e RA Samambaia.

### **2017**

O projeto Escola Compartilhada: espaço de encontro comunitário foi realizado nas seguintes Regiões Administrativas:

CRE Guará – CEF 02da Estrutural – 30/04 e 25/06/2016  
CRE Guará – CED 01 da Estrutural - 14/05, 11/06, 09/07/2016  
CRE Ceilândia – CEF 18 – 17/09/2016  
CRE Plano Piloto/Cruzeiro – EC Varjão – 01/10/2016  
CRE Samambaia - CEF 411 – 22/10/2016  
CRE Planaltina CEM 02 – 19/11/2016  
CRE Santa Maria – Escola Classe 01 do Porto Rico – 10/06/2017  
CRE Brazlândia – CED Irmã Regina - 12/08/2017  
CRE Gama – CEF 10 Gama – 13/11/2017

## **13. Implantar o Museu da Educação, cujo objetivo é a preservação do acervo histórico da Educação no Distrito Federal, em prédio reconstruído conforme projeto original do arquiteto Oscar Niemeyer para a Escola Classe Sarah Kubistchek. (SEDF)**

### **2016**

O GDF assumiu a responsabilidade de construir o Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), na Candangolândia, por meio do Termo de Cooperação nº 01/2013, celebrado entre UnB e GDF (SEEDF, SECULT, IBRAM/DF, ArPDF e Administração Regional da Candangolândia). Em 2016 foi assinado o Termo de Cooperação Técnica Nº 05/2016, com a Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR, cujo objeto é a implantação do Projeto Museográfico do Museu da Educação do Distrito Federal, com captação de recursos por meio da Lei Rouanet.

### **2017**

Foi solicitada pela Secretaria de Estado de Educação do DF a inclusão da Construção do Museu da Educação na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). No primeiro semestre de 2017 foram realizadas pelo menos 5 (cinco) reuniões para acordos e tratativas com a presença da SEEDF, sobre a construção do Museu da Educação. Em maio/2017 realizou-se a Audiência Pública em prol do Museu da Educação onde contou com a presença de vários deputados, 2 (dois) Subsecretários da Educação, representantes da NOVACAP, IBRAM,

Administração da Candangolândia, entre outros. A NOVACAP ficou a cargo dos procedimentos licitatórios e execução de projetos. Ao longo de todo o ano de 2017 a coordenação do Museu da Educação empenhou-se no sentido de obter financiamento para construção do referido Museu, onde resultou em um montante de R\$ 2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil reais) advindas de emendas parlamentares da CLDF. Parte das emendas não foram desbloqueadas, por não ter havido deflagração do processo licitatório pela NOVACAP. Atualmente os projetos complementares e arquitetônicos encontram-se prontos e as planilhas orçamentárias em execução pela NOVACAP. Processo 112.004215/2013.

#### **14. Aumentar para 4.200 o número de matrículas para estudantes do Sistema Prisional do Distrito Federal. (SEDF)**

**2016**

O Atendimento aos estudantes pertencentes ao sistema prisional efetuado no Centro Educacional 01 de Brasília no ano de 2016 foi de aproximadamente 1.650 alunos. Este número costuma ser bastante volátil, pois, ao progredir de regime, o aluno tende a abandonar os estudos. Para atender a meta de 4.200 nos próximos anos, a SEDF vem articulando ações com a Secretaria de Segurança e a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal buscando a ampliação dos espaços reservados para a educação dentro das Unidades Prisionais. A SEEDF necessita, ainda, ampliar o quadro de servidores que atuam dentro nesta área.

**2017**

O atendimento aos estudantes privados de liberdade no Sistema Prisional depende de iniciativas e políticas intersetoriais, envolvendo a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social.

A análise comparativa dos dados de oferta e matrículas de estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre 2016 e 2017, no âmbito do Sistema Penitenciário do DF, indica que o alcance da meta permaneceu inalterado neste período.

Em 2017, foram matriculados 1630 estudantes, no 1º, 2º e 3º segmentos da EJA, nos 6 estabelecimentos penais do DF. Esse quantitativo representa aproximadamente 10% da população de custodiados, que, de acordo com informações cedidas pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE), alcançou um total de 15.800.

Os desafios para ampliação deste atendimento e alcance da meta são diversos e estão relacionados às especificidades do contexto do Sistema Penitenciário, como a falta de espaço físico, precárias condições estruturais, limitação do tempo disponível para permanência em sala de aula e o reduzido quantitativo de servidores da segurança, entre outros.

No entanto, apesar dos desafios, estão sendo realizados esforços para fomentar a melhoria na qualidade e ampliação da oferta da educação prisional. A criação de uma unidade escolar especializada para essa oferta, o Centro Educacional 01 de Brasília, representou um avanço significativo na coordenação das atividades pedagógicas, na formação continuada dos professores e gestores, permitindo o levantamento das dificuldades e potencialidades encontrados

#### **15. Aumentar a oferta de cursos técnicos de nível médio, presencial e a distância, na forma Integrada com a modalidade regular do Ensino Médio (CEMI/EPT) ou com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT e PROEJA); cursos de formação inicial e continuada (FICs); e cursos na modalidade ofertante do PRONATEC, em aproximadamente 400%. (SEDF)**

**2016**

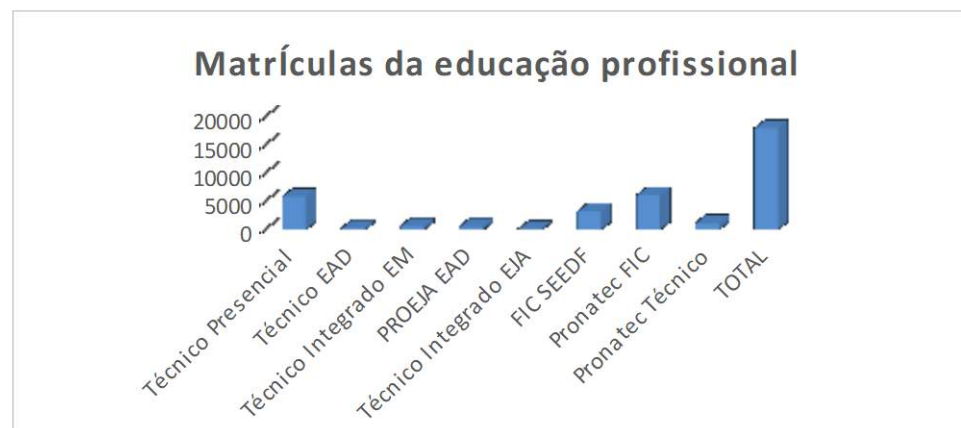
Até o ano de 2015, uma das políticas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF era a ampliação da oferta de Educação Profissional (EP) integrada, tanto com o Ensino Médio como com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja meta para 2016/17 era a implantação de 04 (quatro) Unidades Escolares com Educação Profissional (EP) integrada ao Ensino Médio (EM) e mais 04 (quatro) com a oferta de EP com a EJA. Para o alcance desta meta foram construídos 03 (três) Planos de Cursos Integrados ao EM e 01 (um) Plano de Curso Integrado à EJA, todos aguardando a aprovação das instâncias competentes.

Em virtude da parceria com repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, foi possível ampliar a oferta em 300%, nos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Articulado com a EJA - 2º e 3º segmentos na modalidade presencial, cursos FIC nas demais formas de oferta. Além disso, houve parcerias e ofertas pela Rede Pública de Ensino com o objetivo de ampliar o quantitativo de oferta. Considera-se que o percentual de repasse de recursos para os programas depende de apontamento das ações orçamentárias do Governo Federal, influenciando o aumento do quantitativo da oferta e de estudantes atendidos. A abertura de novas turmas depende de espaço físico, o que poderia ter sido ajustado pela adesão à

Educação Profissional por mais Unidades Escolares. Com efeito, tem-se que não houve aumento quantitativo de oferta/matrícula no ano de 2016 em relação ao ano de 2015. Para 2017, espera-se que a oferta do Ensino Médio Técnico presencial e a distância, cursos em Unidades Remotas (PRONATEC) e criação de novas Unidades Escolares poderão aumentar o percentual para atendimento do PPA.

### 2017

A Educação Profissional desta SEEDF atendeu a 18.070 estudantes em 2017, com a ampliação do número de matrículas em 28,60% comparado aos anos anteriores. Os cursos ofertados em 2017 estão disponíveis no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – SISTEC-MEC, composto por mais de 100 cursos, selecionados de acordo com as demandas da comunidade, capacidade e estrutura para oferta pelas unidades escolares. Uma das políticas para ampliação da oferta foi a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, do Ministério da Educação, pela SEEDF por meio do Convênio nº 701593/2011, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que possibilitou a construção do CEPAG, a primeira obra será entregue à população em maio de 2018. Temos, ainda, mais três processos de construção e implementação das novas unidades escolares previstas no Paranoá, Santa Maria e Brazlândia. Outra forma de ampliação da oferta se deu, por meio do PRONATEC, através das 62 Unidades Remotas. Conforme descrito no gráfico a seguir.



Ainda na forma Integrada, há previsão de ampliação da oferta para 2019 com a adesão de mais 5 escolas (CED 07 de Taguatinga, CEM 03 de Taguatinga, CED LAN, CED JK do Núcleo Bandeirante e CED Myriam Ervilha do Recanto da Emas).

### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1502	UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	%	46	30/06/2015	47	41,45	48	46,53	49	50	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1503	ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL	%	12	30/06/2015	13,5	8,74	15	13,11	16,5	18	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
1504	COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	47072	31/12/2014	51.780	-	54.134	59.820	56.134	58.842	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
1505	ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	4005	31/12/2014	4.155	5.224	4.305	10.668	4.455	4.606	CEFDESC/SEDF / UO 18101 / OE 2
1506	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	%	17	31/05/2015	19,5	20	23,5	15,7	28,7	35	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE2

### Justificativas 2016

**Indicador 1502** - Parte das Unidades Escolares suspenderam a oferta de Educação Integral por falta de repasse de verbas programas federais. Houve também dificuldades com a infraestrutura, recursos humanos, alimentação e transporte.

**Indicador 1503** - Houve redução do número de vagas ofertadas em razão de dificuldades com infraestrutura, recursos humanos e alimentação.

**Indicador 1504** – Dos responsáveis que entraram em contato com a Central única de Atendimento Telefônico para informar o seu interesse em matricular o (a) filho (a) na Rede Pública de Ensino, com relação ao quantitativo de crianças que solicitaram acesso à Pré-Escola no ano de 2016, 90% conseguiram ser alocada em unidade escolar da SEEDF. Já o quantitativo de estudantes matriculados na Creche passou a ter uma ampliação significativa com a política de conveniamento, instrumento legal do qual o poder público se utiliza para associar-se a outra entidade pública ou privada com o intuito de fomentar políticas públicas.

**Indicador 1505** - A meta estabelecida foi superada significativamente. O resultado acima da expectativa pode ser explicado pela maior divulgação do projeto em 2016, especialmente nos meios de comunicação de massa. Outro fator importante para o sucesso da meta foi a manutenção do serviço de transporte gratuito para os estudantes da escola pública pois permitiu democratizar a participação dos alunos da rede pública nos jogos escolares.

**Indicador 1506** - Houve uma ampliação em 2016 de 20% de centros de educação infantil e jardins de infância com atendimento em Educação física em relação ao ano anterior. Isso se deu devido o desenvolvimento educação com Movimento que inseriu o professor dessa disciplina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

### Justificativas 2017

**Indicador 1502** - Foi ofertada a política de Educ. em Tempo Integral com orientações de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE. Foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI e o Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, com jornada 10 horas. Disponibilizados coordenadores pedagógicos para acompanhar a oferta de Educação Integral em cada Unidade Escolar e Educadores Sociais Voluntários.

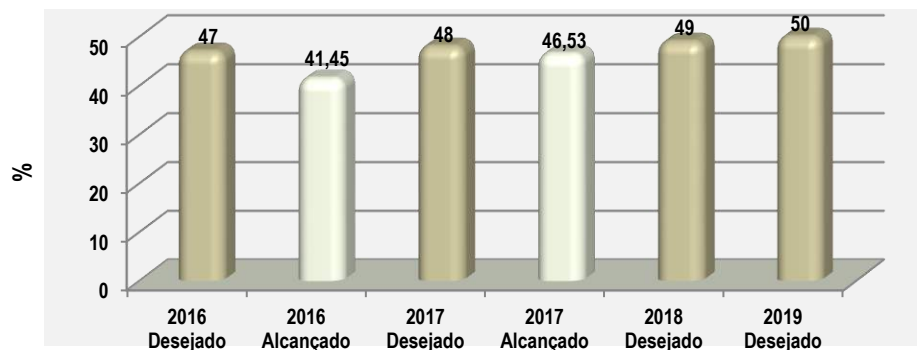
**Indicador 1503** - Foi ofertada a política de Educ. em Tempo Integral com orientações de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE, atendendo aproximadamente 57.272 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio. Foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI e o Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, com jornada 10 horas.

**Indicador 1504** - Em 2017, a SEEDF aumentou o atendimento de crianças de 0 a 5 anos com a inauguração de novos CEPIS, por meio da ampliação das parcerias com Instituições Educacionais que ofertam Educação Infantil (Chamamento Público nº 2/2017), e a abertura de mais turmas de educação infantil em unidades escolares da rede.

**Indicador 1505** - Foram, ao todo, 6.363 estudantes a mais do que a meta projetada. O resultado pode ser explicado pelo aumento da divulgação do projeto, em 2016, especialmente em meios de comunicação como televisão e rádio, cartazes em todas as CREs e também em redes sociais e no site da SEDF. A realização dos torneios em nível regional incrementou sobremaneira a participação dos estudantes da rede pública de ensino. Outro fator foi a manutenção do transporte gratuito para estudantes da escola pública.

**Indicador 1506** - O déficit demanda esforços para a abertura do Projeto em outras unidades e inclusão de professores de educação física. Várias ações não foram realizadas em 2017, prejudicando a mobilização e organização didático-pedagógica do Projeto, tais como: as reuniões ordinárias com os professores e a realização do curso de formação continuada. Entendem-se como motivos dessas ações não terem sido realizadas a falta pessoal e o não atendimento das solicitações de formação.

**UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**

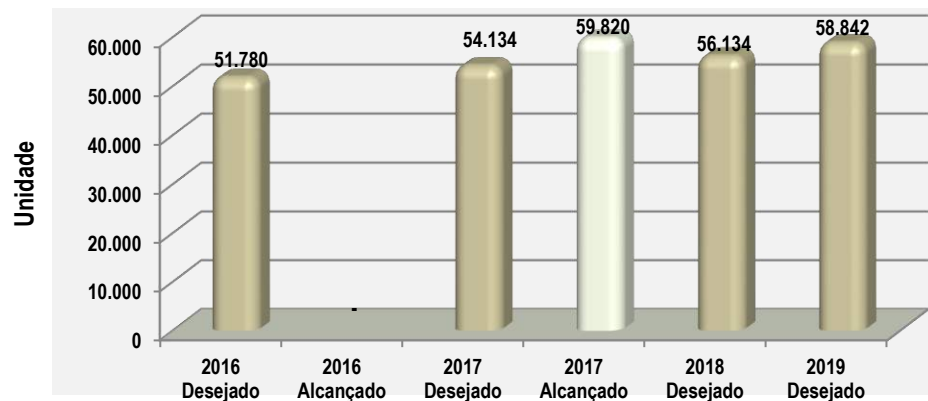


**ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL**

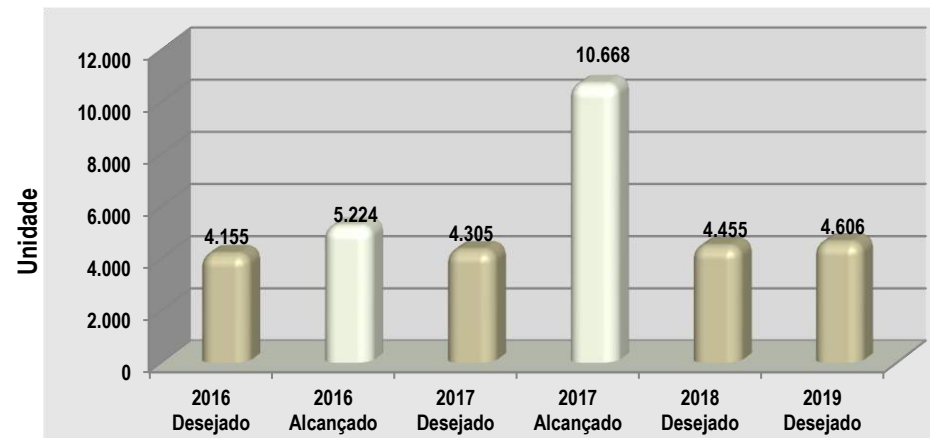




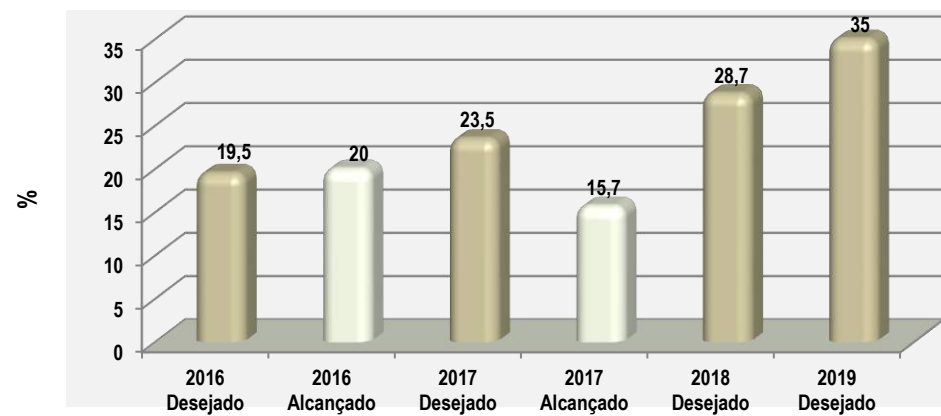
**COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO -  
EDUCAÇÃO INFANTIL**



**ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS  
ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL.**



**CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO  
EM EDUCAÇÃO FÍSICA**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	2	1	Ampliar o acesso aos programas e projetos do livro, da leitura e de eletrônicos/digitais (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b> A SEDF participa do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), do Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que atendem, com livros literários, didáticos e técnicos, todas as unidades escolares da Rede Pública de Ensino, tanto professores, quanto alunos. Além disso, a SEDF distribuiu no ano de 2016 1.146 tablets educacionais, adquiridos com recursos advindos do MEC/FNDE, através do Programa PROINFO.</p> <p><b>2017</b> A SEDF participa do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), do Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que atendem, com livros literários, didáticos e técnicos, todas as unidades escolares da Rede Pública de Ensino, tanto professores, quanto alunos. Além disso, registramos a publicação da Portaria Nº 364 de 24 de agosto de 2017, que dispõe sobre a organização, funcionamento e caracterização desses espaços na rede. Compra de uma quantidade média de 16 livros por unidade escolar na 33ª Feira do Livro de Brasília. Distribuição de 2.700 tablets educacionais, adquiridos com recursos advindos do MEC/FNDE, por meio do Programa PROINFO.-</p>
6221	2	2	Planejar, implementar, acompanhar e avaliar políticas de acesso, permanência e conclusão, com êxito, em seis núcleos de ensino das unidades de internação; (SEDF)	18101	20	<p><b>2016</b> A Institucionalização do Centro Educacional 01 como pólo agregador de todas as ações inerentes ao sistema prisional, facilitou e centralizou o trabalho de acompanhamento e avaliação das políticas de acesso à educação nos núcleos de ensino das unidades prisionais. A metodologia utilizada pelas coordenações pedagógicas propicia as discussões, o acompanhamento e a avaliação do atendimento executado nos núcleos de ensino das unidades de internação.</p> <p><b>2017</b> Esta ação foi planejada para ocorrer anualmente. No ano de 2016 o projeto foi planejado e concluído, porém no ano de 2017 apenas 20% das etapas programadas foram realizadas.</p>
6221	2	3	Implementar nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas as Diretrizes Pedagógicas da Escolarização na Socioeducação; (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b> A realização de evento de lançamento das Diretrizes, a disponibilização do documento impresso e virtual e a promoção de ações formativas para os profissionais da educação foram ações que contribuíram para sua implementação.</p> <p><b>2017</b> Realização de Coordenação Pedagógica Intersetorial e Intra-setorial. Essas Coordenações objetivam a articulação dos profissionais em nível central, intermediário e local, tanto da SECRIANCA quanto da SEEDF. Ao longo de 2017, foram realizadas 10 (dez) Coordenações Pedagógicas Intra-setoriais e Intersetoriais.</p>
6221	2	4	Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação; (SECRIANÇA/SEDF)	18101/51101	75	<p><b>2016</b> <b>SEDF</b> – A SEEDF promove coordenações pedagógicas intersetoriais ordinárias com o objetivo de articular ações visando a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPPs de cada Unidade de Internação, bem como a realização de projetos e ações em parceria com a SECRIANÇA/Unidades de Internação. Tais atividades contatam com a participação de todas as unidades de internação do DF.</p> <p><b>SECRIANCA</b> - No exercício de 2016, não houve ações de desenvolvimento desta ação. Contudo, no 1º semestre de 2017 foram feitas as articulações para definição do formato e cronograma de execução de implementação, ficando estabelecido que no 2º semestre de 2017 a SECRIANÇA e a SEDF iriam realizar oficinas e a construção do texto do Projeto Político Pedagógico.</p> <p><b>2017</b> <b>SEDF</b> – Núcleos de Ensino das Unidades de Internação foram orientados, por meio do documento "Orientação Pedagógica – Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica, a elaborar/atualizar os PPP dos Núcleos.</p> <p><b>SECRIANÇA</b> - Durante todo o ano de 2017, diversas reuniões foram realizadas em conjunto com a Secretaria de Estrado de Educação – SEEDF, culminando na produção, revisão e aperfeiçoamento de portaria conjunta, a qual estabelecerá procedimentos de atendimento educacional e pedagógico aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Trata-se de grande inovação e avanço no diálogo institucional e da</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						incompletude institucional, dois postulados norteadores do sistema socioeducativo. A expectativa é a de que a portaria seja publicada muito em breve, melhorando o atendimento escolar dos jovens acompanhados.
6221	2	5	Identificar e divulgar 50 experiências exitosas na área de Educação Especial e Inclusiva e 100% das pesquisas realizadas por profissionais egressos do afastamento de estudos da SEDF que desenvolveram seus estudos nessas áreas; (SEDF)	18101	80	<p><b>2016</b> A divulgação foi feita por meio de Seminário realizado em parceria com o <i>Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES</i>, órgão do <a href="#">Ministério da Educação</a> e centro nacional de referência na área da <a href="#">surdez no Brasil</a>, para cerca de 600 participantes entre docentes, discentes e demais membros da comunidade surda. Foi também implantada na rede de ensino, a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com necessidades educacionais especiais em atendimento a Lei Distrital 5714/2016.</p> <p><b>2017</b> A identificação e divulgação de experiências exitosas foram feitas por meio do II Encontro de Educação Especial do Distrito Federal, DIEE/SUBEB/UCB, e do Seminário de Educação Bilingue Matemática DIEE/SUBEB/CRE GAMA; Seminário de Educação de Surdos DIEE/SUBEB/CAS; Seminário de Educação Bilingue-DIEE/SUBEB/CAS/CLDF; Cerimônia de Comemoração dos 30 anos do Programa de Educação Precoce.</p>
6221	2	6	Promover ações de fortalecimento dos conselhos Escolares; (SEDF)	18101	0	<p><b>2016</b> Em 2016, não houve ação visando o fortalecimento dos conselhos Escolares por falta de recursos humanos.</p> <p><b>2017</b> Em 2017, esta SEEDF também enfrentou dificuldades no atingimento da ação visando o fortalecimento dos conselhos Escolares por falta de recursos humanos</p>
6221	2	7	Desenvolver Programas e projetos em parceria com Órgão do Governo Federal e do Distrito Federal. (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b> Não foi efetivado nenhum novo Programa de Cooperação com o Governo Federal. A SEEDF desenvolve ações em parceria com a Secretaria da Criança com o objetivo de desenvolver atividades pedagógicas com adolescentes que estão em unidades de internação.</p> <p><b>2017</b> Em 2017 foram concluídas as atividades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo - Saberes da Terra, cujos públicos são jovens da agricultura familiar de 18 a 29 anos que não completaram o Ensino Fundamental, atendidos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, associada à qualificação social e formação profissional em Agroecologia. O Programa foi implementado na CRE de Planaltina, no CEF Pipiripau II</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SEDF

O Objetivo específico 002 – do PPA, no programa Temático 6221, Educa Mais Brasília, traz no seu escopo a Qualidade do Ensino. Assim a Secretaria de Educação, ciente de sua responsabilidade quanto a universalização da Educação Infantil, vem priorizando em sua gestão o atendimento à Pré-escola, destacando seus profissionais para participarem de Comissões de Análise dos Planos de Trabalho objetivando a renovação dos Convênios/Termos de Colaboração firmados com instituições educacionais parceiras ampliando significativamente o atendimento a crianças na Pré-escola.

Ainda nesse objetivo a SEEDF atuou também no Grupo de Trabalho que regulamentou por meio do Decreto 37.630/2016 a aplicação da Lei Distrital 5.672/2016 que instituiu o Programa Bolsa Infantil – Pré-escola, voltado para o atendimento de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos. Inaugurou em 2016 três novos Centros de Educação da Primeira Infância – CEPis.

Houve ampliação da oferta de vagas em creche para atender as crianças de 0 a 3 anos que se deu em razão da atuação da SEEDF na renovação de Convênios/Termos de Colaboração com Instituições Educacionais parceiras, além da construção de novas unidades escolares.

Outro avanço significativo foi o aumento da participação de estudantes da Rede Pública de Ensino nos Jogos Escolares Estudantis que ocorreu em razão da boa divulgação do projeto nos meios de comunicação, agregando a isso, a manutenção do serviço de transporte gratuito para o deslocamento desses estudantes.

Destaca-se também a ampliação na oferta de vagas e matrículas para atendimento a pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade. Ainda na política de inclusão no acesso a Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado houve importante aumento no quantitativo de estudantes beneficiados, contando a SEEDF, atualmente, com salas de recursos em praticamente todas as escolas da rede, visando assim, garantir o apoio especializado aos processos de inclusão. Houve um aumento em termos absolutos, no total de matrículas em unidades escolares do campo e também no atendimento à educação de jovens e Adultos e na Educação Profissional.

Após análise, verificou-se o não alcance, em menor percentual, no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 002. Tal fato, onde identificado, deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por redução do quadro técnico da força de trabalho.

Assim, no Objetivo específico 002, depreende-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 70%, ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

## **SECRIANÇA**

O Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação tem como missão a promoção da reintegração social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em internação provisória e a interferência na trajetória do adolescente apreendido em flagrante por prática de ato infracional, preparando-os para o convívio social a partir da reflexão sobre as consequências lesivas do ato infracional praticado, do desenvolvimento da autonomia, do aprendizado da cooperação e da construção de seu projeto de vida.

Para o bom desenvolvimento da medida socioeducativa de internação, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006) apresenta que:

- (i) as Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão construir seu projeto educativo contendo os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer, os objetivos e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos (p.42);
- (ii) o projeto pedagógico deve ser o ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo, devem ter, obrigatoriamente, projeto pedagógico claro e escrito em consonância seus princípios;
- (iii) sua efetiva e conseqüente operacionalização estará condicionada à elaboração do planejamento das ações (mensal, semestral, anual) e conseqüente monitoramento e avaliação (de processo, impacto e resultado), a ser desenvolvido de modo compartilhado (equipe institucional, adolescentes e famílias) (p. 47);
- (iv) o espaço físico e sua organização espacial e funcional, as edificações, os materiais e os equipamentos utilizados nas Unidades de atendimento socioeducativo devem estar subordinados ao projeto pedagógico objetivando humanizar o atendimento e transformar as Unidades em ambientes verdadeiramente socioeducativos (p.48-49).

Para isso, a SECRIANÇA, em parceria com a Secretaria de Educação, participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação e disponibiliza seus recursos humanos, espaço físico para realização de reuniões e oficinas, suporte teórico e metodológico.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – GESTÃO NA EDUCAÇÃO:** Fortalecer o sistema público de ensino por meio da valorização, da formação continuada e da otimização do quadro de profissionais da educação; e assegurar a gestão participativa e democrática.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	3	1	Prover recursos tecnológicos destinados a auxiliar o processo de gestão de pessoas, e garantir o acesso às tecnologias e aos conteúdos favorecedores do desenvolvimento do corpo docente e discente. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	80			80	80,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	3	2	Garantir a formação continuada de 100% dos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10			10	10,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	3	3	Realizar formação continuada para 6.000 profissionais da educação, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado, e nos Centros de Ensino Especial. (SEDF)	6.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2.203	4.153			6356	105,9%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	3	4	Ofertar cursos, em conformidade com a Lei de Gestão Democrática, a 100% das equipes gestoras que atuam nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições conveniadas, conforme preconizado no inciso III do artigo 38 da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	50			50	50,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	3	5	Aperfeiçoar modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	40			40	40,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	3	6	Criar manual específico de gestão dos profissionais da educação, com informações relacionadas às normas, aos procedimentos e aos instrumentos aplicáveis à gestão de pessoas no âmbito da SEDF. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	50			50	50,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	3	7	Promover ações, junto à sociedade, voltadas a evidenciar e propagar a importância social dos professores e dos demais profissionais da educação. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	15			15	15,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	3	8	Instituir, até 2018, a modulação de profissionais para atuar nos níveis intermediário e central da Secretaria. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	50			50	50,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Prover recursos tecnológicos destinados a auxiliar o processo de gestão de pessoas, e garantir o acesso às tecnologias e aos conteúdos favorecedores do desenvolvimento do corpo docente e discente. (SEDF)**

**2016**

A execução da meta está focada no desenvolvimento de sistema de gestão que apresente eficiência e eficácia em resposta as necessidades de gestão de pessoas. Tal sistema envolve diversos atores na SEEDF com suas especificidades e peculiaridades. O desafio engloba a maturidade e qualidade da informação para obtenção de êxito na proposta, assim como a capacidade de desenvolvimento de sistemas da área de tecnologia. As funcionalidades atendidas pelo sistema contemplam: modulação de pessoas (carreira magistério), folha de ponto, programa anual de férias – emissão (PAF), ficha cadastral (dados pessoais), concessão de benefícios relacionados a gestão de pessoas.

**2017**

As funcionalidades atendidas pelo sistema aprimorado contemplam: folha de ponto, ficha cadastral (dados pessoais), concessão de benefícios relacionados a gestão de pessoas, remanejamento (carreira do magistério público), melhorias na modulação de pessoas (carreira magistério público) e melhorias estruturais no sistema. A funcionalidade de programa anual de férias – emissão (PAF) foi retirada do sistema em decorrência da implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

### **2. Garantir a formação continuada de 100% dos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. (SEDF)**

**2016**

Vários cursos ofertados em 2016 atenderam aos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. Porém, o curso "Institucionalização da Educação do Sistema Prisional" teve o público-alvo voltado prioritariamente para coordenador intermediário de educação do sistema prisional, equipe gestora, orientador educacional, professores e demais profissionais da educação do Centro Educacional. 01 de Brasília. Nesse curso se inscreveram 15 profissionais e foram certificados 11 deles.

Considera-se esta meta parcialmente atendida em 2016, haja vista que não foram desenvolvidos mais programas de formação específicos para os profissionais do sistema prisional e ainda, que não há profissional especializado para ofertar formação continuada para esse público.

**2017**

A SEEDF possui a proposta abaixo destinada a profissionais da educação que atuam com estudantes que cumprem medida socioeducativa. Além de propor que os demais cursos ofertados pela EAPE, incluíssem um módulo estruturante com foco nas “adolescências”, Diversidades e Garantias de Direitos.

Temáticas	Eixos de Conteúdo	Prováveis Parceria
Escolarização na Socioeducação	O Sistema Socioeducativo no Distrito Federal.	SECRANÇA/ TJDF
	A escola como instrumento de promoção e garantia de direitos no sistema socioeducativo.	SEEDF e PROEDUC
	O desafio da rede do Distrito Federal e dos seus profissionais diante das medidas socioeducativas	UNB/SECRANÇA/?SEEDF
	A organização do trabalho pedagógico na socioeducação: planejamento, ciclos, projetos e avaliação.	UNB e SEEDF
Módulos Estruturantes	Adolescência como fenômeno social	ADOLESCENTRO UNB

Temáticas	Eixos de Conteúdo	Prováveis Parceria
	O Sistema de Garantia de Direitos e a Educação	SECRIANÇA
	Educação em Direitos Humanos e a prática pedagógica	
	Diversidade e a prática pedagógica.	
	A escola e o trabalho em Rede	UNB

Apesar da iniciativa não houve oferta de cursos de formação continuada voltados aos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação em 2017, uma vez que ainda não havia sido selecionado profissional para atuar na EAPE com formação na área para ministrar esses cursos

### **3. Realizar formação continuada para 6.000 profissionais da educação, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado, e nos Centros de Ensino Especial. (SEDF)**

#### **2016**

Foram ofertados diversos cursos com o objetivo principal de contribuir com a valorização e formação integral e continuada do profissional da educação, ampliando seus conhecimentos no que se refere às temáticas da educação inclusiva, entre eles: A deficiência intelectual na educação inclusiva: reflexões sobre o fazer pedagógico; A atuação do psicólogo escolar no SEEA; Desenvolvimento, aprendizagens e os transtornos funcionais específicos; Meio ambiente no ensino especial: confecção e manuseio de hortas orgânicas; Pesquisa em práticas pedagógicas na educação inclusiva; Práticas pedagógicas para o AEE; Práticas de letramento em matemática e em língua materna para estudantes com deficiência; Conhecendo o transtorno do espectro autista.

Importante formação de parcerias com o Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV: resultou nos cursos: Educação de surdos: práticas e perspectivas; Libras (básico, intermediário, avançado, para intérprete); Ensino de língua portuguesa como segunda língua para estudantes surdos; Sorobã; Vivência e convivência com estudantes com deficiência visual; Avaliação funcional da visão; Orientação e mobilidade.

Também houve parceria com outros setores da SEEDF: SUBEB (Atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades; Formação de professores regentes de classes especiais de TGD e TEA), Oficinas Pedagógicas nas Coordenações Regionais de Ensino - CREs (Método Teacch: tratamento e educação para autistas).

A Secretaria de Estado de Cultura desenvolveu o curso “Prática e vivência dos aspectos relevantes da pintura”.

Esta meta foi atingida, pois foram inscritos 2.203 profissionais e certificados 1.557, uma média de 25% se considerado que o objetivo é formar 6.000 profissionais da educação até 2019, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no atendimento educacional especializado e nos centros de ensino especial.

#### **2017**

A SEEDF por meio da EAPE ofertou 1.100 vagas em oficinas e palestras e 1.950 vagas em cursos voltados aos profissionais da educação que atuam nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado e nos Centros de Ensino Especial. Alguns cursos oferecidos foram: "Atendimento Educacional Especializado", "Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista", "A deficiência intelectual na educação inclusiva: reflexões sobre o fazer pedagógico", "Currículo em Movimento: práticas de letramento em língua materna e em matemática para o estudante com deficiência", "Práticas Pedagógicas para o Atendimento Educacional Especializado", "Tecnologia Assistiva com ênfase no Atendimento Educacional Especializado", "Transtorno do Espectro Autista e Educação Infantil".

Também foram ofertados cursos com instituições parceiras, como o Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV, tendo em vista contribuir com a valorização e formação continuada do profissional da educação no que se refere às temáticas da educação inclusiva: Atendimento aos alunos surdos nos anos iniciais – AEE, avaliação funcional da visão e psicopedagógica para estudantes com deficiência visual, educação de surdos: práticas e perspectivas, ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos, libras básico, libras intermediário, surdocegueira, entre outros.

Além desses cursos, foram realizadas oficinas e palestras envolvendo a temática da educação inclusiva em eventos como o Seminário Distrital de Educação Matemática Bilingue, em parceria com a Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) e outras instituições do Distrito Federal, e o Seminário do CAS de Educação de Surdos - desafios no processo educacional dos surdos na

educação básica: os aspectos da visualidade na educação matemática de surdos; Uma análise linguística dos enunciados matemáticos; O professor intérprete educacional no contexto da aula de matemática; Sinal-termo, língua de sinais e glossário bilíngue; entre outros.

#### **4. Ofertar cursos, em conformidade com a Lei de Gestão Democrática, a 100% das equipes gestoras que atuam nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições conveniadas, conforme preconizado no inciso III do artigo 38 da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. (SEDF)**

**2016**

Em 2015, foi oferecido o curso “Gestão Escolar Democrática: das políticas públicas ao projeto político-pedagógico da escola”, que teve duas edições, uma no primeiro semestre e outra no segundo. Esta qualificação dos diretores e dos vice-diretores escolares aconteceu em 6 polos (Plano Piloto, Planaltina, Sobradinho, Samambaia, São Sebastião, Paranoá) totalizando 20 turmas em cada edição. O objetivo do curso, que teve carga horária de 180 horas, foi formar gestores escolares para a compreensão das políticas públicas da gestão democrática e dos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a organização do trabalho escolar, com a perspectiva de melhoria da qualidade da educação básica pública do Distrito Federal. A primeira edição, que aconteceu de 7 de abril a 13 de agosto, ofereceu 600 vagas, das quais 463 foram preenchidas por diretores e vice-diretores. Desse universo, houve 302 cursistas habilitados, o que representa 65%. A segunda edição, que aconteceu de 20 de agosto de 2015 a 10 de março de 2016, ofertou 660 vagas, das quais 388 foram preenchidas pelo mesmo tipo de público que se inscreveu na primeira edição, dos quais 246 foram habilitados (63%).

Em 2016, portanto, não foi ofertado este curso, haja vista que a grande maioria do público-alvo participou das edições de 2015 e parte de 2016. Em janeiro deste ano, 2017, tomaram posse os gestores escolares eleitos no processo eleitoral que aconteceu em novembro de 2016. Assim, outro curso está sendo preparado neste primeiro semestre de 2017 para atender aos dirigentes que se elegeram no ano passado.

Dessa forma, consideramos que a meta foi atendida, uma vez que o curso foi ofertado a todos os gestores em 2015 e 2016.

**2017**

Em 2017, o curso "Gestão Escolar Democrática: garantia do direito às aprendizagens" foi ofertado de junho a dezembro para gestores eleitos e reeleitos dos Centros Educacionais, Centros de Ensino Médio e Escolas Técnicas, totalizando 202 (duzentas e duas) vagas. Em 2018, o mesmo curso será ofertado para gestores eleitos e reeleitos de Centros de Ensino Fundamental e Escolas Classe.

#### **5. Aperfeiçoar modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF)**

**2016**

Até outubro de 2015 a mediação de conflitos na Secretaria de Educação era realizada sob o olhar da extinta Coordenação de Procedimentos Disciplinares e tinha o foco voltado para as ações de caráter correicionais. A partir da criação da Gerência de Mediação de Conflitos subordinada à Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor a mediação de conflitos foi aprimorada com o objetivo de superação de conflitos antes mesmo da apuração disciplinar.

A GMEC passa a atuar independente da correição, aprimorando seus procedimentos e estabelecendo parcerias com outros órgãos do GDF como a Controladoria Geral do DF, a Defensoria Pública, o MPDFT e a UnB visando à capacitação da equipe por meio da participação nos cursos de “mediação de conflitos nas escolas”, “Mediação Comunitária” e aprofundamento da discussão acerca da mediação. Como procedimento de avaliação foi adotado um modelo de pesquisa de satisfação dos servidores atendidos buscando a melhoria dos serviços oferecidos. Como parte da implementação do modelo de mediação foram realizadas as apresentações dos serviços oferecidos pela GMEC a setores da SUGEP além das CREs de Samambaia, Gama, Plano Piloto, Sobradinho e Recanto das Emas. O trabalho de apresentação da Gerência, bem como de iniciação dos princípios da mediação terão continuidade ao longo do ano de 2017 com o encontro das experiências de mediação da Rede Pública de Ensino previsto para o primeiro semestre.

**2017**

Quadro demonstrativo dos procedimentos de mediação realizados durante o ano de 2017.



	RESULTADO	TOTAL
Procedimento	Acolhimentos Satisfatórios	31
	Mesa de Mediação Frutífera (consenso/gestão)	66
	Mediação Infrutífera	01
	Mediação Impedida pelo teor do caso	12
	Involuntariedade (Uma ou mais partes, não concordou em participar da Mesa de Mediação)	44
	Casos Finalizados	154

Outras ações desenvolvidas pela Gerência de Mediação, durante o ano:

1º Encontro das Práticas de Mediação no Âmbito da SEEDF: Oficina com a participação de 80 servidores da SEEDF interessados no tema Mediação de Conflitos – 25 mai/2017.

2º Encontro das Práticas de Mediação no Âmbito da SEEDF: Mesa-redonda com cerca de 80 servidores da SEEDF e alguns convidados da SEEDF, SES, SSP e MPDFT, mediadores e interessados no tema – 22 set/2017.

Visitas as 14 CRE para apresentação do trabalho desenvolvido pela GMEC e levantamento das demandas relacionadas a situações mais comuns de conflitos entre servidores e demais agentes públicos – abr/mai/jun/2017.

Reunião com a Corregedoria da Educação para alinhamento de ações – mar/out/2017.

Reunião com a Ouvidoria para apresentação do trabalho da GMEC e alinhamento de ações – abr/2017.

Encontro técnico com Controladoria Geral do DF para ratificação das ações em desenvolvimento na GMEC – mar/2017.

Encontro técnico com Mediador do TJDFT sobre o tema: Mediação Comunitária - abr/2017.

Encontro técnico com Mediadora da Defensoria Pública sobre o tema Comunicação Não Violenta – jul/2017.

Roda de conversa sobre Pedagogia Sistêmica e Constelação Familiar – ago/2017.

Acolhimento de profissionais do SSPDF, PGDF para compartilhamento do trabalho de Mediação de Conflitos da SEEDF – set/2017.

## **6. Criar manual específico de gestão dos profissionais da educação, com informações relacionadas às normas, aos procedimentos e aos instrumentos aplicáveis à gestão de pessoas no âmbito da SEDF. (SEDF)**

**2016**

Durante o ano de 2016 a Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP iniciou um levantamento de todas as suas atribuições regimentais. Assim pode preparar uma minuta de regimento para compor o Regimento Interno da SEEDF. Paralelamente vem utilizando o levantamento para auxiliar na elaboração do texto final do manual de gestão a ser publicado e distribuído na SEEDF.

**2017**

Durante o ano de 2017 foi realizado mapeamento das ações/demandas dos diversos setores da SEEDF, culminando com a elaboração de documento denominado “Portfólio de Projetos Estratégicos da Subsecretaria de Gestão de Pessoas”. Como decorrência, foi empossada servidora ocupante do cargo Analista de Gestão Educacional - Administração, cuja atividade estará centrada no desenvolvimento de ações de planejamento estratégico, a partir do referido documento.

## 7. Promover ações, junto à sociedade, voltadas a evidenciar e propagar a importância social dos professores e dos demais profissionais da educação. (SEDF)

Foi criada a Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor – DISER, na Subsecretaria de Gestão de Pessoas, voltada à promoção do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho. Suas gerências são responsáveis por sistematizar informações destinadas à melhoria da gestão de pessoas; acompanhar os servidores em situação funcional específica (readaptados, pessoas com deficiência, disciplinas extintas, terceirizados e contratos temporários) de modo a promover sua integração ao trabalho e promover procedimentos de mediação a servidores envolvidos em situação de conflito no ambiente de trabalho.

Foi realizada, em articulação com a Comunicação Institucional e Interação Social do Governo do Distrito Federal, a veiculação de propagandas destinadas a informar à sociedade, as ações desenvolvidas pela Secretaria e, sobretudo, realçar a importância dos profissionais da educação para o sucesso da educação pública do Distrito Federal.

Foi realizada uma campanha junto à população voltada à valorização e ao incentivo ao ingresso nas carreiras da educação pública efetuada pela instituição responsável pela realização do Concurso Público 2016. Buscou-se, com esta campanha e com os demais espaços na mídia televisiva, de rádio e na Web, ressaltar a importância dos profissionais da Carreira Magistério, bem como dos profissionais de 11 especialidades da Carreira Assistência à Educação, cuja última seleção pública foi há mais de 7 anos.

**2017**

Realizada, em 2017, campanha publicitária de volta às aulas, nos meios de comunicação com maior audiência em Brasília, ressaltando o êxito dos estudantes, professores e responsáveis pelo ingresso na Universidade de Brasília – UNB. Adicionalmente, outras ações, no âmbito interno desta Secretaria, foram conduzidas no sentido de estimular a autoestima e motivação dos profissionais da educação, sendo: implementação do Projeto SER-VIR com a oferta gratuita de atividades físicas, culturais e artísticas; evento Mês do Servidor, com o slogan #SOUEDUCADOR, com diversas atividades voltadas para a valorização do servidor, abrangendo como público alvo todos os profissionais da educação, com abordagem de temas voltados a qualidade de vida no trabalho, cuidados com a saúde do servidor, além de exposição de trabalhos artísticos e culturais dos servidores; atividades voltadas à valorização e reconhecimento da servidora da Secretaria de Educação, com o tema: Mulheres Educadoras; implementada a política de reintegração e valorização da atuação dos professores readaptados por meio da publicação das Portarias nº 12, de 13/01/2017 e 13, de 17/01/2017; e, ações de mediação de conflitos, deixando de ser ação de caráter correccional e oportunizando ao servidor encontros para o gerenciamento dos aspectos emocionais, no âmbito laboral, com vistas a facilitar a resolução dos conflitos, propiciar a melhoria das relações, no ambiente de trabalho e, a promoção de saúde integral dos profissionais da educação.

## 8. Instituir, até 2018, a modulação de profissionais para atuar nos níveis intermediário e central da Secretaria. (SEDF)

**2016**

A modulação do nível intermediário que estabelece critérios de composição e modulação das Coordenações Regionais de Ensino da Rede Pública de Ensino - CREs e de suas unidades regionais jurisdicionadas, observando os princípios constitucionais de publicidade e igualdade, foi finalizada e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 08 de fevereiro de 2017, por meio da Portaria nº 35. A modulação do nível central encontra-se em fase de estudos.

**2017**

Foi publicada a Portaria Nº 35, em 07 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre os critérios referentes à composição e modulação das Coordenações Regionais de Ensino e suas unidades regionais jurisdicionadas (DODF nº 28, de 08 de fevereiro de 2017). Está em fase de elaboração a Portaria que dispõe sobre a modulação de servidores para atuar no nível Central da Secretaria.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1509	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	UNIDADE	250	30/06/2015	250	-	250	235	250	250	EAPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3
1510	TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.	%			50	60	80	80	100	100	SUGEPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3

## Justificativas 2016

**Indicador 1509** – Diversos cursos foram ofertados em 2016 prepararam o profissional para atuar em escolas de educação integral. Alguns, entretanto, têm público-alvo voltado prioritariamente para esses profissionais, tais como “Reeditor Ambiental” e “estratégias pedagógicas para a construção de escolas sustentáveis”, que contabilizam 46 inscritos e 37 habilitados. Entretanto, em função do sistema atualmente adotado pela EAPE para a inscrição nos cursos, não há como precisar o quantitativo de profissionais da educação inscritos, que de fato atuam em escolas de educação integral.

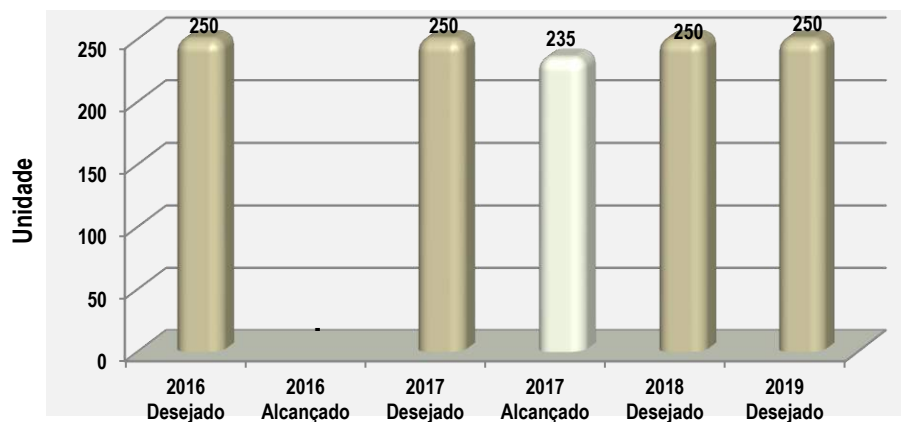
**Indicador 1510** - O índice foi superado em razão de a gestão ter priorizado os professores, dado a criticidade do sistema e a ampla dedicação da equipe envolvida.

## Justificativas 2017

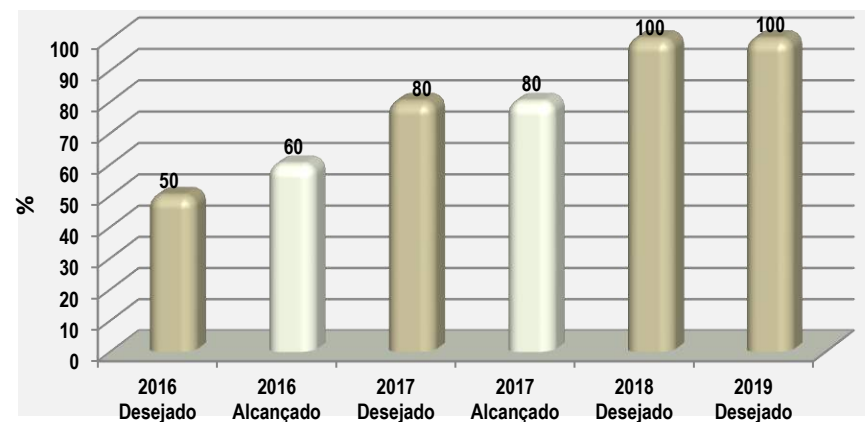
**Indicador 1509** - O EAPE oferece diversos cursos que preparam o profissional da educação para atuar em escolas de educação integral. Entretanto, o índice alcançado reporta-se ao curso "Formação de professores das Escolas Parque", ofertado exclusivamente para professores da SEEDF em exercício nas Escolas Parque que atendem as Unidades de Ensino que oferecem o regime integral, vinculadas à CREPPC.

**Indicador 1510** - índice alcançado devido à inclusão do Remanejamento de Professores no Sistema.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	3	1	Produção de trabalhos científicos e didático-pedagógicos para fortalecer e ampliar as ações de formação continuada da EAPE, de modo a embasar práticas pedagógicas que auxiliem nas aprendizagens dos estudantes. (SEDF)	18101	70	<p><b>2016</b> Foram criados grupos de trabalho com o intuito de desenvolver a pesquisa como princípio formativo na EAPE. Por ter várias etapas, os grupos estão ainda em fase de produção. Entretanto, houve publicação de artigos de alguns formadores da EAPE na Revista Com Censo, 4ª edição regular, publicada em novembro de 2016, que tratou especificamente do tema "Diversidade e práticas educativas". A fim de fortalecer as ações didático-pedagógicas foram ofertados cursos voltados para essa temática como: Construindo a pesquisa no espaço escolar com 49 inscritos; Grupo de pesquisa "Intertextualidades: literatura e outras linguagens" com 11 inscritos; A preparação de artigos científicos e seminários temáticos sobre Ética - 40 inscritos; Grupo de pesquisa "Educação étnico-racial: a implementação das leis 10.639/03 e 11.645 nas escolas públicas do DF" com 38 inscritos. Assim, considerando que trabalhos estão em andamento e outros foram publicados, pode-se afirmar que a meta foi 50% atingida.</p> <p><b>2017</b> Nesse ano, deu-se continuidade à parceria EAPE-SUPLAV com publicação de artigos de formadores do EAPE no volume 4, n. 3, da Revista Com Censo, publicada em junho de 2017, com a temática "Ludicidade e Educação: 30 anos de Oficinas Pedagógicas". No segundo semestre, teve início a preparação de outra edição, com a temática voltada para o ensino especial, a ser lançada no primeiro semestre de 2018. A fim de fortalecer as ações didático-pedagógicas, foi ofertado o curso "Grupo de pesquisa: Construindo projetos na perspectiva dos letramentos artísticos e científicos", cujo objetivo foi contribuir para a construção de projetos interventivos nas escolas da SEEDF. Considera-se a meta 70% atingida</p>
6221	3	2	Acompanhamento da contratação de profissionais da educação em todas as áreas da SEDF. (SEDF)	18101	70	<p><b>2016</b> A SUGEP acompanha todas as nomeações de servidores efetivos da Secretaria. O registro de 50% se dá tendo em vista que não há acompanhamento da contratação de profissionais terceirizados.</p> <p><b>2017</b> A SEEDF por meio da SUGEP faz o acompanhamento das necessidades de pessoal das Carreiras Magistério Público e Carreira Assistência à Educação, solicitando quando for o caso, a nomeação de professores efetivos junto à SEPLAG. Ofertado ainda, o curso Gestão Escolar Democrática: garantia das aprendizagens, destinado exclusivamente aos gestores das unidades escolares. Em 2017, o curso foi ofertado para 204 diretores e vice-diretores dos Centros de Ensino Médio, Centros Educacionais e Centros de Educação Profissional. Nomeados 292 professores no ano de 2017. Realizado, concurso público para provimento de 2.000 vagas para o cargo de professor. Foi realizado, ainda, concurso público para provimento de 900 vagas de profissionais da carreira administrativa, das quais 810 para os cargos de técnico e monitor de gestão educacional e 90 para os de analista de gestão educacional.</p>
6221	3	3	Promoção de cursos regulares na EAPE de formação continuada nas temáticas de Direitos Humanos e Diversidade. (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b> Os cursos ofertados pela EAPE com a temática de Direitos Humanos e Diversidade, tiveram como objetivo, favorecer a troca de informações e o debate. Ao longo do ano, ocorreram 19 cursos que contaram com a participação 1.030 profissionais da educação. Dessa forma, considera-se a meta cumprida para o ano de 2016, uma vez que os dados apresentados se encontram dentro da média para os cursos ofertados anualmente com essas temáticas na EAPE.</p> <p><b>2017</b> A SEEDF, por meio do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) ofertou, ao longo do ano de 2017, aproximadamente 30 cursos regulares de formação continuada voltados para a temática Direitos Humanos e Diversidade, totalizando cerca de 1.600 vagas. Assim, considera-se a meta cumprida</p>
6221	3	4	Acompanhamento de programas federais e locais de formação técnica da Educação Profissional e rede CERTIFIC. (SEDF)	18101	0	<p><b>2016</b> Com relação a Rede Certific, está ocorrendo desde 2015 tratativas entre a Diretoria de Educação Profissional/SEEDF e o Instituto Federal de Brasília - IFB visando atender aos professores que precisam legalizar suas habilitações junto à SEEDF. O IFB está estudando a possibilidade de viabilização desta oferta, pois existe somente em outros Estados. A Diretoria de Educação Profissional está aguardando os relatórios de atividades do 1º e 2º semestre de 2016, bem como o cumprimento dos encaminhamentos feitos nas reuniões ocorridas nos dias 25/01/2017 e 16/03/2017 da diretoria com a pró-reitoria do IFB.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p><b>2017</b> A SEEDF está em tratativas com o IFB que, por sua vez, está em processo de atualização da sua legislação em âmbito interno. A SEEDF está realizando o levantamento dos professores que atuam sem habilitação específica para o componente curricular, bem como mapeamento da necessidade de certificação. Além disso, a SEEDF, deverá atualizar os editais, portarias para reconhecimento da certificação da Rede Certific.</p>
6221	3	5	Promoção de ações continuadas em gestão da política pública para a educação. (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b> Realização do curso <i>Gestão Escolar Democrática: das Políticas Públicas ao Projeto Político Pedagógico da Escola</i> destinado a 1.500 Diretores e Vice-Diretores das unidades escolares em atendimento ao previsto na Lei Nº 4.751/2012 - Lei de Gestão Democrática. Foram ofertadas 297 vagas para o curso "Gestão Escolar: competências essenciais da equipe gestora das instituições conveniadas e dos CEPs". Com carga horária de 180 horas, teve como público-alvo as equipes gestoras de instituições conveniadas e dos CEPs, bem como executores pedagógicos e financeiros das Coordenações Regionais de Ensino – CREs. 240 professores da Educação Básica aprovados em 16 áreas de conhecimento do Concurso Público realizado em 2013 foram nomeados no período. Contratação de empresa para realização de concurso em 2017, destinado ao preenchimento de 800 vagas e 1.200 cadastro reserva na Carreira Magistério Público e 370 vagas e 530 cadastro reserva na Carreira Assistência à Educação e também, a criação de sistema <i>on-line</i> de remanejamento de profissionais. <b>2017</b> Ofertado o curso <i>Gestão Escolar Democrática: garantia das aprendizagens</i>, destinado exclusivamente aos gestores das unidades escolares. Em 2017, o curso foi ofertado para 204 diretores e vice-diretores dos Centros de Ensino Médio, Centros Educacionais e Centros de Educação Profissional. Nomeados 292 professores no ano de 2017. Realizado, concurso público para provimento de 2.000 vagas para o cargo de professor. Realizado, concurso público para provimento de 900 vagas de profissionais da carreira administrativa</p>
6221	3	6	Acompanhamento de programas federais e acordos de cooperação técnica que visam a melhoria da formação dos profissionais da educação. (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b>–Além do curso de formação para gestores escolares que teve com oferta de 120 vagas, a EAPE também em parceria com o MEC, ofertou o curso "<i>A experimentação e vivência nos conhecimentos no Ambiente Virtual de Aprendizagem</i>". e hoje Coordena o Programa Profucionário, por meio do Decreto nº 37.336, de 16 de maio de 2016, que é o Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública obedecendo ao disposto no art. 61 e art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996 e a Lei nº 12.014/2009, por meio do qual a profissionalização tornou-se direito de todos os funcionários da educação. Esse Programa é desenvolvido por meio de parceria com o Ministério de Educação – MEC. <b>2017</b> Foram ofertados, por meio de acordo de cooperação técnica, cursos de parceria entre esta SEEDF e instituições como o Cebraspe (Curso de Capacitação Profissional em Planejamento e Construção de Avaliação em Larga Escala), a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social/Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran nas Escolas), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Maria da Penha vai à Escola), entre outros</p>
6221	3	7	Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação por meio da Escola dos Profissionais da Educação – EAPE. (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b>–Em 2016, o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação - EAPE ofertou para os profissionais das carreiras Magistério Público e Assistência à Educação, 12.275 vagas em 105 cursos e 4.066 vagas em 21 eventos (colóquio, oficina, seminário, simpósio, encontro) envolvendo temáticas que contemplam cada etapa e modalidade do ensino, assim como as diretrizes do Currículo da Educação Básica. Do total de vagas oferecidas, houve 10.818 inscritos nos cursos/eventos e 8.158 profissionais da educação certificados. Assim, entendemos que esta ação está sendo atendida tendo em vista que há na Rede, aproximadamente 40 mil profissionais da educação e que, de 2016 a 2019, em média, todos terão realizados ao menos um curso de formação continuada ofertado pela EAPE. <b>2017</b> Foram ofertados por meio da EAPE, para as Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação, 120 cursos de formação continuada, totalizando 8.289 vagas no primeiro semestre e 2.640 vagas no segundo semestre</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	3	8	Aperfeiçoamento do modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF)	18101	40	<p><b>2016</b> A partir da criação da Gerência de Mediação de Conflitos em outubro de 2015, novas formas de mediação, agora com foco na mediação e superação de conflitos estão sendo implementadas, deixando o modelo correicional como última instância.</p> <p><b>2017</b> Foi realizada a apresentação dos serviços oferecidos pela Gerência de Mediação de Conflitos aos setores da SUGEP, além das CREs de Samambaia, Gama, Plano Piloto, Sobradinho e Recanto das Emas, com previsão de apresentação nas demais CRE's, aprimorando seus procedimentos de mediação e estabelecendo parcerias com outros órgãos do GDF como a Controladoria Geral do DF, a Defensoria Pública, o MPDFT e a UnB. Foram, ainda, realizados o 1º Encontro das Práticas de Mediação no Âmbito da SEEDF: Oficina com a participação de 80 servidores da SEEDF interessados no tema Mediação de Conflitos – 25 mai/2017; e o 2º Encontro das Práticas de Mediação no Âmbito da SEEDF: Mesa-redonda com cerca de 80 servidores da SEEDF e alguns convidados da SEEDF, SES, SSP e MPDFT, mediadores e interessados no tema – 22 set/2017</p>
6221	3	9	Promoção de intercâmbio de experiências de sucesso de práticas pedagógicas por meio da participação dos profissionais em fóruns, seminários, congressos entre outros. (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b> Em 2016, foram ofertados pela EAPE e parceiros, diversos eventos como oficinas, encontros, colóquios, seminários e simpósios. Ao todo, participaram 2.746 profissionais da educação, dos quais 2.698 foram certificados.</p> <p><b>2017</b> A EAPE possibilita aos profissionais da educação, por meio da participação em eventos científicos, o aprimoramento das práticas pedagógicas, de modo que possam rever e desenvolver concepções que norteiam o processo de ensino e aprendizagem. Em 2017, foram ofertados pelo EAPE e instituições parceiras, 47 eventos (seminários, oficinas, palestras), totalizando 4.233 vagas</p>
6221	3	10	Divulgação de programas de apoio à saúde dos profissionais da educação. (SEDF)	18101	60	<p><b>2016</b>-Vem sendo realizado o mapeamento de ações de promoção de bem-estar e qualidade de vida oferecidas nas diversas Regiões Administrativas divulgação e conhecimento dos servidores da Rede Pública de Ensino.</p> <p><b>2017</b> Fortalecimento das relações instituição/servidor, com vistas às CREs, promoção de ações diversas durante o mês do Servidor. Projeto SERVIR, e Projeto Piloto "Do Bem", implantado na Escola Parque Anísio Teixeira/CRE Ceilândia.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

A Secretaria de Educação focou suas ações também, no desenvolvimento de um sistema de gestão que alcance eficiência e eficácia. O Objetivo específico é direcionado para a Gestão na Educação, estruturado para fortalecer o sistema de ensino por meio da valorização, da formação e da otimização do quadro de profissionais da educação, assegurando uma gestão participativa e democrática na resposta às necessidades de gestão de pessoas.

As funcionalidades atendidas pelo sistema contemplam a modulação de pessoas, folha de ponto, programa anual de férias, ficha cadastral, concessão de benefícios entre outros. Nessa esteira, Cursos foram ofertados, especialmente para os profissionais de educação que atuam em unidades de internação, com destaque para o curso Institucionalização da educação do Sistema Prisional.

Igualmente foram ofertados diversos cursos também com o objetivo de contribuir com a valorização e formação integral e continuada do profissional da educação, ampliando seus conhecimentos no que se refere às temáticas da educação inclusiva, entre eles: a deficiência intelectual na educação inclusiva, reflexões sobre o fazer pedagógico, desenvolvimento, aprendizagens e os transtornos funcionais específicos, meio ambiente no ensino especial, pesquisa em práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Dando continuidade as ações estabelecidas nesse objetivo, foi ofertado o curso “Gestão Escolar Democrática: das políticas públicas ao projeto político-pedagógico da escola”, que teve duas edições, uma no primeiro semestre e outra no segundo. O objetivo desse curso com carga horária de 180 horas foi formar gestores escolares para a compreensão das políticas públicas da gestão democrática e dos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a organização do trabalho escolar, com a perspectiva de melhoria da qualidade da educação básica pública do Distrito Federal. As duas edições do curso ofertaram um total de 1.260 vagas.

A Secretaria também deu início por meio de sua Subsecretaria de Gestão de Pessoas a um levantamento de todas as suas atribuições regimentais e assim pode preparar uma minuta de Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação, bem como a elaboração do manual de gestão que deverá, no decorrer do ano subseqüente ser publicado e distribuído no âmbito da instituição.

Atuou também, diretamente na gestão voltada à promoção do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho. Instituiu Diretoria e Gerências diretamente responsáveis por sistematizar informações destinadas à melhoria da gestão de pessoas; acompanhar os servidores em situação funcional específica como readaptados, pessoas com deficiência, disciplinas extintas, terceirizados e contratos temporários de modo a promover sua integração ao trabalho e promover procedimentos de mediação a servidores envolvidos em situação de conflito no ambiente de trabalho.

Foi realizada em articulação com a *Comunicação Institucional e Interação Social* do Governo do Distrito Federal, a veiculação de propagandas destinadas a informar à sociedade, as ações desenvolvidas pela Secretaria e, sobretudo, realçar a importância dos profissionais da educação para o sucesso da educação pública do Distrito Federal.

Também foi realizada uma campanha junto à população voltada à valorização e ao incentivo ao ingresso na carreira da educação pública efetuada pela instituição responsável pela realização do Concurso Público 2016. Buscou-se, com esta campanha e com os demais espaços na mídia televisiva, de rádio e na *Web*, ressaltar a importância dos profissionais da Carreira Magistério, bem como dos profissionais de 11 especialidades da Carreira Assistência à Educação.

As ações não orçamentárias desse Objetivo Específico também tiveram significativo destaque, a saber: foram criados grupos de trabalho com o intuito de desenvolver a pesquisa como princípio formativo na EAPE. Houve publicação de artigos de alguns formadores da EAPE na Revista *Com Censo*, 4ª edição regular, que tratou especificamente do tema "Diversidade e práticas educativas". A fim de fortalecer as ações didático-pedagógicas, foram ofertados cursos voltados para essa temática como: construindo a pesquisa no espaço escolar; grupo de pesquisa "Intertextualidades: literatura e outras linguagens"; a preparação de artigos científicos e seminários temáticos sobre Ética e a implementação das leis 10.639 e 11.645 nas escolas públicas do DF.

Por fim, foi verificado um alcance parcial no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento desse objetivo, especialmente nas ações vinculadas não orçamentárias. Nesse contexto podemos inferir que a meta foi alcançada em 70%, ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**004 – MELHOR INDICADOR:** Promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal por meio de ações que contemplem as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	1	Implementar o Sistema de Gestão i-Educar em todas as etapas e as modalidades de ensino. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	86			86	86,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	2	Aumentar para 75% o número de unidades escolares que ofertam Ensino Fundamental cadastradas no Programa Mais Educação. (SEDF)	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	39,92	39,92			39,92	53,2%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	3	Reduzir, até 2019, a taxa de reprovação no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em, no mínimo, 10%; a taxa de abandono escolar no Ensino Médio em, no mínimo, 30%; e o quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental em 50%. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20			20	20,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	4	Alfabetizar 100% dos estudantes com 8 anos de idade. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	90	92,6			92,6	92,6%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	5	Garantir a implementação do currículo em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%

**Análise Qualitativa****1. Implementar o Sistema de Gestão i-Educar em todas as etapas e as modalidades de ensino. (SEDF)**

**2016**

O sistema de gestão escolar i-Educar visa contemplar as seguintes modalidades de ensino: Regular (ensino médio, educação infantil, ensino fundamental, EJA). A modalidade voltada para atender o ensino profissional será atendida pelo Sistema de Gestão Acadêmica – SGA. O sistema visa atender as unidades escolares quanto à vida acadêmica do estudante da rede pública de ensino. Mudanças de matriz curricular e perfil da modalidade são itens que comprometem o tempo de desenvolvimento e entrega do sistema.



**2017**

O sistema de gestão escolar i-Educar visa contemplar as seguintes modalidades e etapas de ensino: Regular (ensino médio, educação infantil, ensino fundamental, EJA). A modalidade voltada para atender o ensino profissional será atendida pelo Sistema de Gestão Acadêmica – SAGE. O sistema visa atender as unidades escolares quanto à vida acadêmica do estudante da rede pública de ensino. Mudanças de matriz curricular e perfil da modalidade são itens que comprometem o tempo de desenvolvimento e entrega do sistema. Durante o ano de 2017, foram desenvolvidos no i-Educar o Módulo de Eleições e implementada a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Por outro lado, foram realizadas manutenções evolutivas no SAGE para a sua implantação na rede a partir de 2018

## **2. Aumentar para 75% o número de unidades escolares que ofertam Ensino Fundamental cadastradas no Programa Mais Educação. (SEDF)**

**2016**

Das 521 unidades escolares que ofertaram o Ensino Fundamental em 2016, 208 (duzentas e oito) estavam cadastradas no Programa Mais Educação. A meta estabelecida para o ano de 2016 era de 63%, o que não foi alcançado. Cabe ressaltar que as principais dificuldades enfrentadas pelas unidades escolares foram, a falta de infraestrutura das escolas, a disponibilização de transporte para os alunos, a alimentação escolar e ainda, a falta de capacitação dos profissionais envolvidos para a elaboração de prestação de contas relativas ao recurso financeiro disponibilizado pelo FNDE para a execução do Programa. Com o objetivo de ampliar o número de escolas cadastradas, foram realizadas diversas reuniões com as Subsecretarias responsáveis pelo planejamento, infraestrutura, alimentação e transporte escolar.

**2017**

O Programa Novo Mais Educação integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Objetivando a melhoria da qualidade de ensino, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal oferta atendimento de Educação Integral, de 08 e 10 horas diárias, distribuídos nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, perfazendo um total de 32.398 estudantes matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental (series iniciais e finais) e Ensino Médio.

Após ampla divulgação junto às Unidades Escolares do Ensino Fundamental, a SEEDF fez a indicação de 245 (duzentas e quarenta e cinco) unidades escolares na plataforma do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC/PAR) para adesão ao Programa Novo Mais Educação. Vale ressaltar que os critérios para adesão ao Programa Novo Mais Educação são estabelecidos pelo Ministério de Educação. Dentre as indicadas, 208 (duzentas e oito) escolas se cadastraram no Programa Novo Mais Educação. Em 2017, contamos com 208 (duzentas e oito) Unidades Escolares cadastradas no Programa Novo Mais Educação, de um total de 581 Unidades Escolares do Ensino Fundamental.

Para que a implementação e acompanhamento do Programa nas Unidades escolares se desse de maneira mais clara possível, foram realizados 13 encontros regionais, para a equipe gestora e coordenadores, em cada CRE. As visitas técnicas de orientação e monitoramento para a execução e operacionalização do Programa Novo Mais Educação, com os responsáveis pelo acompanhamento das Unidades Educacionais.

## **3. Reduzir, até 2019, a taxa de reprovação no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em, no mínimo, 10%; a taxa de abandono escolar no Ensino Médio em, no mínimo, 30%; e o quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental em 50%. (SEDF)**

**2016**

Em 2016, com objetivo de promover a melhoria dos indicadores na Rede Pública, a Diretoria de Ensino Médio trabalhou na implementação e consolidação do Projeto da Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio (Semestralidade). Com o intuito de preparar os coordenadores intermediários das Regionais de Ensino e os coordenadores locais das Unidades Escolares, a Diretoria desenvolveu uma série de materiais sobre a Semestralidade, para fomentar o debate das Coordenações Regionais de Ensino com os gestores das unidades escolares de Ensino Médio, assim como servir de material base para a discussão entre gestores escolares e suas equipes docentes. Após análise dos dados das Unidades Escolares que estão na Semestralidade desde 2013 e fecharam o triênio em 2015 referentes a reprovação e ao abandono, verificou-se que a taxa de reprovação escolar no triênio 2010-2012 (organização anual) que era de 23,56% caiu para 16,12% no triênio 2013-

2015 e a taxa de abandono, que era de 11,06% no triênio 2010-2012 caiu para 7,72% no triênio 2013-2015 de acordo com os dados do Censo Escolar de 2016. Ao analisarmos as taxas de rendimento de todo o Ensino Médio, verifica-se que de 2014 a 2015, o percentual de reprovação caiu de 19,27% para 18,30%, o que representa queda de 0,97% da taxa de reprovação e o percentual de abandono caiu de 19,04% para 14,64%, o que representa queda de 4,4% da taxa de abandono de acordo com os dados do Censo Escolar 2016. Esta Diretoria aguarda o Censo 2017 para realizar a análise dos dados referentes a 2016.

A Diretoria de Ensino Médio também acompanhou sistematicamente a produção dos Projetos Político - Pedagógicos das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Outras ações estão relacionadas a programas e projetos que buscam incentivar a participação ativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem de forma a promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública. Neste foco, acompanhou, divulgou e estimulou a participação dos estudantes nos seguintes programas e projetos: Projeto Parlamento Juvenil do MERCOSUL; Programa Parlamento Jovem Brasileiro, desenvolvido pela Câmara dos Deputados; Programa Jovem Senador, desenvolvido pelo Senado Federal; Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP); Circuito de Ciências das Escolas Públicas; Etapa Distrital do V Circuito de Ciências; Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR); Festival de Filmes Curta-Metragem das Escolas Públicas de Brasília; Participação da Avaliação dos Projetos de Ensino Médio apresentados para concorrer ao Prêmio Professores do Brasil; Olimpíadas do Conhecimento, Olimpíadas de Língua Portuguesa, Biologia, Astronomia e Foguetes, Química Júnior, Química e Física, dentre outras e a participação em Feiras e concursos Nacionais e Internacionais. No âmbito do distrito Federal, os alunos participaram do Programa Conhecendo o Parlamento, desenvolvido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal; participação na Semana para a Vida - Maio Amarelo, desenvolvida pelo DETRAN; O que você tem a ver com a corrupção, desenvolvido pelo Ministério Público; Por Dentro dos Exames do Ensino do Ensino Médio, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Já no Ensino Fundamental, foi apresentado o Programa para Avanços das Aprendizagens Escolares - PAAE, em substituição às Orientações Pedagógicas para Correção da Distorção Idade-Série, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal por meio do Parecer CEDF nº 43/2016, homologado pela Portaria SEDF nº 69/2016. Após lançamento deste programa, a DIEF atuou na sensibilização da comunidade escolar, por meio de oficinas, fórum permanente para acompanhamento do programa, principalmente no tocante à abertura de turmas como forma de resgatar o estudante que se encontra em situação de defasagem escolar. Diversas dificuldades foram enfrentadas no processo, dentre as quais elencamos a resistência das Unidades Escolares em atender esses estudantes já estigmatizados, dificuldades de espaço físico e indisponibilidade de professores com dupla habilitação. Como forma de potencializar a adesão das UEs ao programa, a SEEDF apresentou a Portaria nº 448/2016, que estabelece e orienta o processo de abertura de turmas do Programa nas escolas de Ensino Fundamental.

## 2017

Segundo dados do Censo escolar os valores da presente meta, para o ano de 2017, foram os seguintes:

	2015	2016	2017
Reprovação	16,37	15,78	15,73
Abandono	7,39	7,22	7,7
Defasagem	22,05	22,24	21,69

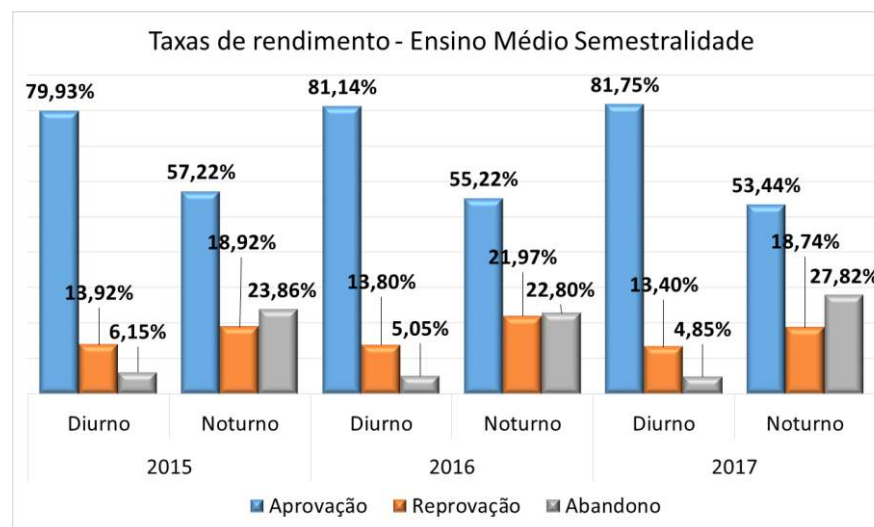
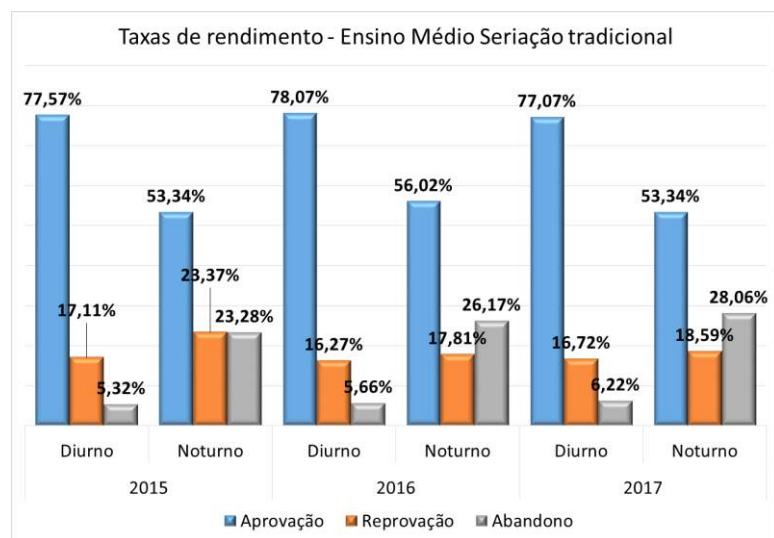
Tendo em vista o processo de implementação da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade em todas as unidades escolares de Ensino Médio em 2018, conforme preconiza a Meta 3, Estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a SEEDF trabalhou, em 2017, com a perspectiva de solucionar os desafios relacionados à Semestralidade. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2017, foi proposto, em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, o curso "Concepções e práticas na Semestralidade", ofertado para todos os professores de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O curso “Concepções e práticas na Semestralidade” foi idealizado no sentido de formar professores multiplicadores da prática pedagógica na Semestralidade juntamente às unidades escolares, por meio dos seus coordenadores pedagógicos locais. Nesse sentido, em 2017, foram formados e habilitados 2.697 professores de Ensino Médio, índice que contribuiu significativamente para superar os desafios relacionados à Organização Pedagógica na Semestralidade.

Em consonância com o curso “Concepções e práticas na Semestralidade”, a SEEDF, por meio da Diretoria de Ensino Médio-DIEM, realizou visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino (CREs), com objetivo de compartilhar as boas práticas e identificar os desafios que essa nova experiência trouxe às unidades escolares, além de esclarecer dúvidas e auxiliar na superação de eventuais problemas decorrentes da nova organização pedagógica.

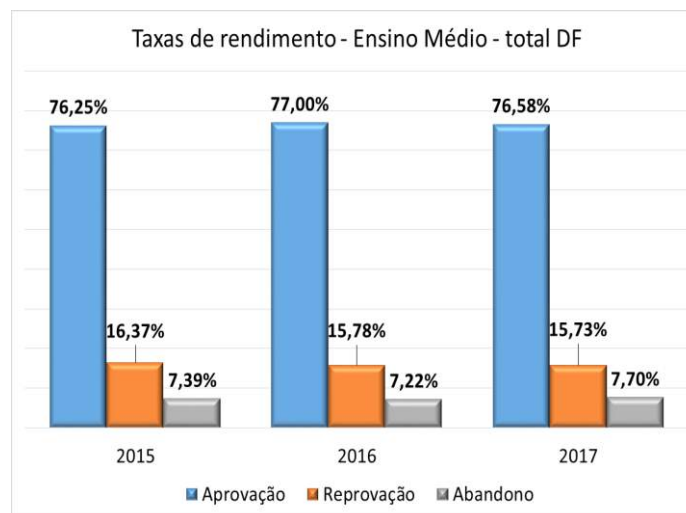
Buscando, ainda, dar suporte à implementação da semestralidade e ajudar na formação continuada de professores, a SEEDF criou um DRIVE DE EQUIPE, compartilhado com as UNIEBs e unidades escolares com uma série de materiais pedagógicos:

- Guia Prático da Semestralidade;
- Vídeos sobre Semestralidade voltado para professores e estudantes;
- Slides sobre a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade;
- Folders para os estudantes com as principais questões sobre Semestralidade.
- Os dados de rendimento escolar no Ensino Médio estão apresentados nas figuras a seguir, relativos à Seriação tradicional e à Semestralidade, respectivamente.



Como se observa, as escolas que adotaram a Semestralidade apresentaram rendimentos superiores àquelas que permaneceram na Seriação tradicional. Considerando que, a partir de 2018, todas as escolas devem organizar o trabalho pedagógico na Semestralidade, espera-se uma melhora considerável nesses indicadores a partir desse ano.

Com relação aos dados totais de rendimento do Ensino Médio no DF, como estabelecido na meta em tela, apresentam-se as figuras a seguir:



Variação percentual em relação a 2015				
	2016	2017	2018	2019
Aprovação	1%	0%	*	*
Reprovação	-4%	-4%	*	*
Abandono	-2%	4%	*	*

Em 2016, houve redução de 4% da taxa de reprovação dos estudantes no Ensino Médio, valor que se manteve em 2017. No entanto, com relação à taxa de abandono, percebe-se uma redução de 2% em 2016, seguido de um aumento de 4% em 2017. Ao se comparar os turnos de oferta, conclui-se que houve aumento muito superior nas taxas de abandono do noturno, o que indica a necessidade de ações próprias direcionadas para esse turno. As dificuldades encontradas no noturno incluem a insuficiente formação continuada para os professores, jornada de trabalho acumulada com a escola para os estudantes e a maior concentração de estudantes em situação de distorção idade/série nesse turno.

A perspectiva é que, a partir de 2018, as taxas de reprovação e abandono sejam reduzidas, em virtude da adoção da Semestralidade em todas as unidades escolares da Rede Pública, em consonância com a meta estipulada no presente PPA.

No ano de 2017, a SEEDF, visando uma maior atuação na diminuição da taxa de distorção idade-série, atuou na articulação e realização de ações para implementação e fortalecimento do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, no ensino fundamental, principalmente na ampliação da oferta e na orientação do trabalho pedagógico das Unidades Regionais de Educação Básica – UNIEB, que acompanham Unidades Escolares que ofertaram turmas do programa. Dessa forma, foi elaborada a Circular Conjunta SUBEB/SUPLAV nº 04/2017, que deu publicidade

à Portaria nº 448, DODF 240 de 22/12/2016 que dispõe sobre procedimentos para abertura de turmas de PAAE. Conforme informações do Sistema i-Educar/2017, foi constatado a existência de 176 turmas de PAAE no Ensino Fundamental, as quais atenderam o quantitativo de 4.829 estudantes, distribuídos em 13 (treze) CRE da Rede Pública de Ensino. Houve crescimento na oferta do atendimento se comparado aos anos anteriores.

Ainda nesse sentido de fortalecimento da ação, foram ofertadas 2 (duas) formações para os professores que atuam em turmas do PAAE, frutos de parcerias com a EAPE e a UNICEF: cursos “Quem sabe faz a hora...” e “Promovendo Autoria e Protagonismo de Adolescentes de 15 a 17 anos”. As formações contemplaram cerca de 100 (cem) professores, do total de 170 que atuaram no programa.

Outra ação realizada e que tem impacto direto na redução da defasagem escolar do DF se trata do ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, objeto da Circular SEI-GDF nº 49/2017 – SEE/GAB/SUBEB. No ano de 2017, o Distrito Federal que contou com cerca de 58 mil participantes do Ensino Fundamental e Médio.

Segundo dados do Censo escolar os valores da presente meta, para o ano de 2017, foram os seguintes:

	2015	2016	2017
Reprovação	16,37	15,78	15,73
Abandono	7,39	7,22	7,7
Defasagem	22,05	22,24	21,69

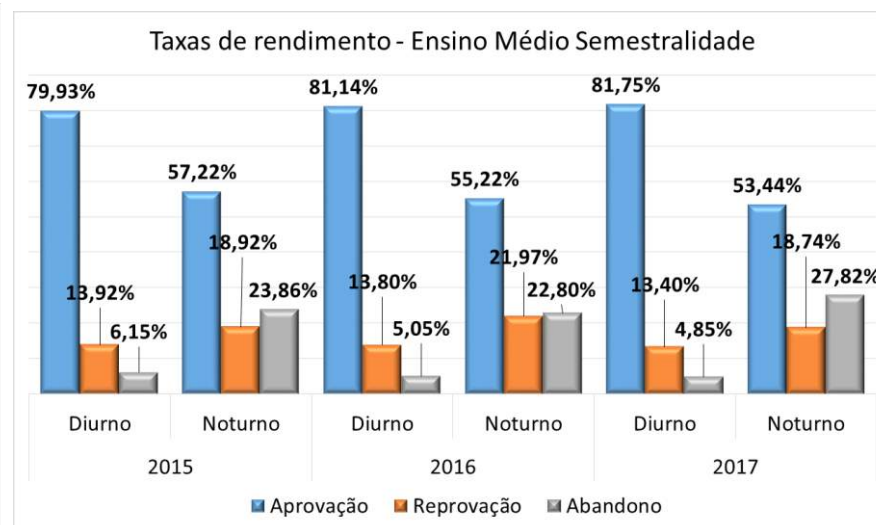
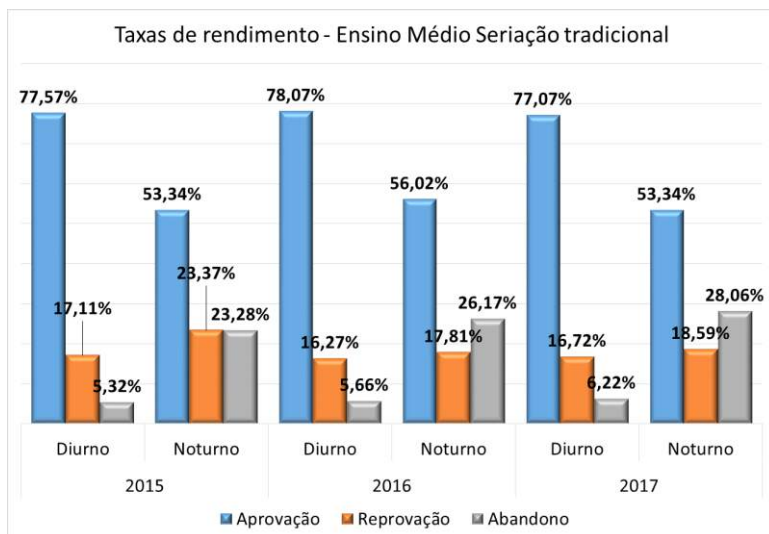
Tendo em vista o processo de implementação da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade em todas as unidades escolares de Ensino Médio em 2018, conforme preconiza a Meta 3, Estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a SEEDF trabalhou, em 2017, com a perspectiva de solucionar os desafios relacionados à Semestralidade. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2017, foi proposto, em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, o curso “Concepções e práticas na Semestralidade”, ofertado para todos os professores de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O curso “Concepções e práticas na Semestralidade” foi idealizado no sentido de formar professores multiplicadores da prática pedagógica na Semestralidade juntamente às unidades escolares, por meio dos seus coordenadores pedagógicos locais. Nesse sentido, em 2017, foram formados e habilitados 2.697 professores de Ensino Médio, índice que contribuiu significativamente para superar os desafios relacionados à Organização Pedagógica na Semestralidade.

Em consonância com o curso “Concepções e práticas na Semestralidade”, a SEEDF, por meio da Diretoria de Ensino Médio-DIEM realizou visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino (CREs), com objetivo de compartilhar as boas práticas e identificar os desafios que essa nova experiência trouxe às unidades escolares, além de esclarecer dúvidas e auxiliar na superação de eventuais problemas decorrentes da nova organização pedagógica.

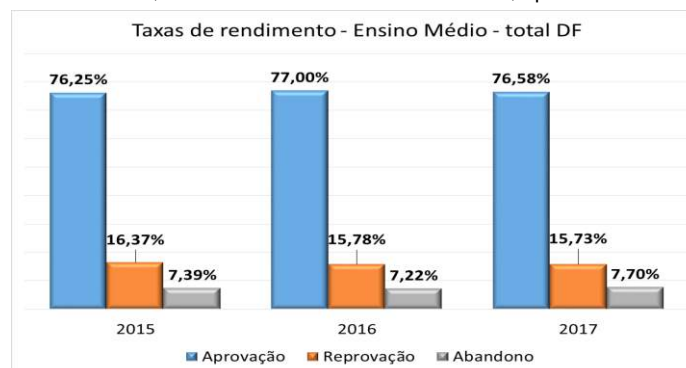
Buscando, ainda, dar suporte à implementação da semestralidade e ajudar na formação continuada de professores, a SEEDF criou um DRIVE DE EQUIPE, compartilhado com as UNIEBs e unidades escolares com uma série de materiais pedagógicos:

- Guia Prático da Semestralidade;
- Vídeos sobre Semestralidade voltado para professores e estudantes;
- Slides sobre a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade;
- Folders para os estudantes com as principais questões sobre Semestralidade.
- Os dados de rendimento escolar no Ensino Médio estão apresentados nas figuras a seguir, relativos à Seriação tradicional e à Semestralidade, respectivamente.



Como se observa, as escolas que adotaram a Semestralidade apresentaram rendimentos superiores àquelas que permaneceram na Seriação tradicional. Considerando que, a partir de 2018, todas as escolas devem organizar o trabalho pedagógico na Semestralidade, espera-se uma melhora considerável nesses indicadores a partir desse ano.

Com relação aos dados totais de rendimento do Ensino Médio no DF, como estabelecido na meta em tela, apresentam-se as figuras a seguir:



	Variação percentual em relação a 2015			
	2016	2017	2018	2019
Aprovação	1%	0%	*	*
Reprovação	-4%	-4%	*	*
Abandono	-2%	4%	*	*

Em 2016, houve redução de 4% da taxa de reprovação dos estudantes no Ensino Médio, valor que se manteve em 2017. No entanto, com relação à taxa de abandono, percebe-se uma redução de 2% em 2016, seguido de um aumento de 4% em 2017. Ao se comparar os turnos de oferta, conclui-se que houve aumento muito superior nas taxas de abandono do noturno, o que indica a necessidade de ações próprias direcionadas para esse turno. As dificuldades encontradas no noturno incluem a insuficiente formação continuada para os professores, jornada de trabalho acumulada com a escola para os estudantes e a maior concentração de estudantes em situação de distorção idade/série nesse turno.

A perspectiva é que, a partir de 2018, as taxas de reprovação e abandono sejam reduzidas, em virtude da adoção da Semestralidade em todas as unidades escolares da Rede Pública, em consonância com a meta estipulada no presente PPA.

No ano de 2017, a SEEDF, visando uma maior atuação na diminuição da taxa de distorção idade-série, atuou na articulação e realização de ações para implementação e fortalecimento do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, no ensino fundamental, principalmente na ampliação da oferta e na orientação do trabalho pedagógico das Unidades Regionais de Educação Básica – UNIEB, que acompanham Unidades Escolares que ofertaram turmas do programa. Dessa forma, foi elaborada a Circular Conjunta SUBEB/SUPLAV nº 04/2017, que deu publicidade à Portaria nº 448, DODF 240 de 22/12/2016 que dispõe sobre procedimentos para abertura de turmas de PAAE. Conforme informações do Sistema i-Educar/2017, foi constatado a existência de 176 turmas de PAAE no Ensino Fundamental, as quais atenderam o quantitativo de 4.829 estudantes, distribuídos em 13 (treze) CRE da Rede Pública de Ensino. Houve crescimento na oferta do atendimento se comparado aos anos anteriores.

Ainda nesse sentido de fortalecimento da ação, foram ofertadas 2 (duas) formações para os professores que atuam em turmas do PAAE, frutos de parcerias com a EAPE e a UNICEF: cursos “Quem sabe faz a hora...” e “Promovendo Autoria e Protagonismo de Adolescentes de 15 a 17 anos”. As formações contemplaram cerca de 100 (cem) professores, do total de 170 que atuaram no programa.

Outra ação realizada e que tem impacto direto na redução da defasagem escolar do DF se trata do ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, objeto da Circular SEI-GDF nº 49/2017 – SEE/GAB/SUBEB. No ano de 2017, o Distrito Federal que contou com cerca de 58 mil participantes do Ensino Fundamental e Médio.

#### **4. Alfabetizar 100% dos estudantes com 8 anos de idade. (SEDF)**

##### **2016**

A Diretoria de Ensino Fundamental realizou fóruns de discussões nas 14 Coordenações Regionais de Ensino - CREs acerca da implantação da Política Pública de Ciclos para as Aprendizagens referente ao 2º bloco do 2º ciclo nas Unidades de Ensino com o intuito de discutir sobre a unidade pedagógica da escola e a garantia do direito de aprender dos estudantes. Atuou ainda na formação/articulação com os Centros de Referência para os Anos Iniciais - CRAI e com as unidades escolares, tratando sobre avaliação sistematizada dentro da sua rotina de trabalho, levando os profissionais do CRAI a incentivar as escolas a realização desta, por meio do acompanhamento pedagógico, tomando a avaliação formativa como base.

Atuou ainda no aprofundamento dos estudos e da perspectiva trazida pela formação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC/MEC de professor-pesquisador, de modo a assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, implicando diretamente na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais. Desta forma, o trabalho realizado considerou os dados colhidos das avaliações externas, IDEB, SAEB e outros instrumentos utilizados nas unidades escolares, os quais balizaram o planejamento de ações por esta diretoria.

Como resultado, atingimos o índice 3 referente à meta da Provinha Brasil (alunos alfabetizados, capazes de ler textos curtos, inferir informações e reconhecer a finalidade deles) em mais de 90% provas dos estudantes que realizaram a avaliação, no item leitura, restando ainda atingir os 10% restantes. Vale ressaltar que

A “Provinha Brasil” é uma avaliação diagnóstica, de âmbito nacional que visa investigar as habilidades desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Composta pelos testes de Língua Portuguesa e de Matemática, a Provinha Brasil permite aos professores e gestores obter mais informações que auxiliem o monitoramento e a avaliação dos processos de desenvolvimento da alfabetização e do letramento inicial e das habilidades iniciais em matemática, oferecidos nas escolas públicas brasileiras, mais especificamente, a aquisição de habilidades de Leitura e de Matemática.

Aplicada duas vezes ao ano, a avaliação é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. Todos os anos os alunos da rede pública de ensino, matriculados no 2º ano do ensino fundamental, têm oportunidade de participar do ciclo de avaliação da Provinha Brasil. A adesão a essa avaliação é opcional, e a aplicação fica a critério de cada secretaria de educação das unidades federadas.

5 - Garantir a implementação do currículo em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (SEDF)

A Diretoria de Ensino Fundamental realizou, em 2016, diversos seminários e rodas de conversas formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e em momentos pontuais, com professores, com o objetivo também de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), de modo a torná-lo conhecido e aplicável. Como decorrência, a DIEF percebeu a necessidade de se definir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do ensino fundamental, possibilitando a garantia do que poderá/deverá ser aprendido ao se concluir essa etapa. O processo de definição desses objetivos de aprendizagem configura ação da DIEF e deverá ser finalizada em 2017.

A Diretoria de Ensino Médio desenvolveu ainda, um resumo sistemático da Orientação Pedagógica " Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF e disponibilizou para as unidades escolares, por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-las na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, já que o PPP é o instrumento de gestão escolar que concretiza o currículo e todas as atividades da escola. Ao analisarmos a versão final dos Projetos Políticos Pedagógicos enviados para a SUBEB, verificamos que o currículo está sendo implementado nas escolas de Ensino Médio.

Já a Diretoria de Educação Infantil promoveu reuniões mensais de formação/orientação pedagógica aos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares (bimestral – pública e quadrimestral – conveniada). Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos. Reelaboração do documento Orientações Pedagógicas para conveniamento e outros instrumentos específicos para o acompanhamento pedagógico. A realização de formação para todos os profissionais atuantes nas turmas de educação infantil, além de elaboração de ementa de dois cursos em parceria com a EAPE, com prioridade para as linguagens do Currículo de Educação Infantil (1- Aprendizagens, prática pedagógica e inclusão na Educação Infantil; 2- Gestão escolar, competências essenciais da equipe gestora das instituições conveniadas e dos CEPIs); fortaleceram ainda mais o trabalho realizado.

A realização do projeto IV Plenarilha de Educação Infantil “A cidade e o campo que as crianças querem”; a realização da Semana Distrital de Educação Infantil; e o desenvolvimento do projeto Educação Infantil no Circuito de Ciências tem vindo ao encontro do atendimento da implementação do currículo .



A SEEDF realizou encontros e oficinas junto às Coordenações Regionais de Ensino a fim de fortalecer o trabalho do CRAI, junto às UNIEB/CRE, nas formações e nas ações de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes das UE que ofertam atendimento aos anos iniciais. Após análise do resultado das principais avaliações externas (ANA e Prova Brasil) e dos indicadores de reprovação, por meio do projeto "INTERVINDO PARA AS APRENDIZAGENS" a SEEDF por meio da Diretoria de Ensino Fundamental - DIEF acompanhou as 70 escolas que apresentaram redução nos índices no IDEB entre 2013 e 2015, propondo ações e intervenções, a fim de potencializar o trabalho pedagógico e minimizar as principais dificuldades das aprendizagens dessas UE; Como resultado dessas ações, atingimos os índices 4 e 5 referente à meta da Provinha Brasil - 2ª etapa em 92,6% em Leitura e 95,02% em matemática das provas dos estudantes que realizaram a avaliação.

## **5. Garantir a implementação do currículo em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (SEDF)**

### **2016**

A Diretoria de Ensino Fundamental realizou, em 2016, diversos seminários e rodas de conversas formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e em momentos pontuais, com professores, com o objetivo também de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), de modo a torná-lo conhecido e aplicável. Como decorrência, a DIEF percebeu a necessidade de se definir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do ensino fundamental, possibilitando a garantia do que poderá/deverá ser aprendido ao se concluir essa etapa. O processo de definição desses objetivos de aprendizagem configura ação da DIEF e deverá ser finalizada em 2017.

A Diretoria de Ensino Médio desenvolveu ainda, um resumo sistemático da Orientação Pedagógica " Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF e disponibilizou para as unidades escolares, por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-las na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, já que o PPP é o instrumento de gestão escolar que concretiza o currículo e todas as atividades da escola. Ao analisarmos a versão final dos Projetos Políticos Pedagógicos enviados para a SUBEB, verificamos que o currículo está sendo implementado nas escolas de Ensino Médio.

Já a Diretoria de Educação Infantil promoveu reuniões mensais de formação/orientação pedagógica aos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares (bimestral – pública e quadrimestral – conveniada). Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos. Reelaboração do documento Orientações Pedagógicas para conveniamento e outros instrumentos específicos para o acompanhamento pedagógico. A realização de formação para todos os profissionais atuantes nas turmas de educação infantil, além de elaboração de ementa de dois cursos em parceria com a EAPE, com prioridade para as linguagens do Currículo de Educação Infantil (1- Aprendizagens, prática pedagógica e inclusão na Educação Infantil; 2- Gestão escolar, competências essenciais da equipe gestora das instituições conveniadas e dos CEPs); fortaleceram ainda mais o trabalho realizado.

A realização do projeto IV Plenarilha de Educação Infantil "A cidade e o campo que as crianças querem"; a realização da Semana Distrital de Educação Infantil; e o desenvolvimento do projeto Educação Infantil no Circuito de Ciências tem vindo ao encontro do atendimento da implementação do currículo.

### **2017**

Como a SEEDF empenha-se em garantir não apenas o acesso de todos e todas à educação básica, mas, sobretudo, a permanência com qualidade referenciada nos sujeitos sociais, foi desenvolvido o projeto Intervindo para as Aprendizagens que acompanhou o desenvolvimento pedagógico das 70 escolas de Anos Iniciais, que diminuíram seus resultados no (IDEB) entre 2013 e 2015 e das 70 que possuem índice de reprovação maior ou igual a 15%, nos Anos Finais, proporcionando reflexões e ações acerca das aprendizagens propostas pelo Currículo da Educação Básica do Distrito Federal por meio da interação entre a Diretoria de Ensino Fundamental, as UNIEB's e as unidades escolares. Além disso, a SEEDF fomentou e acompanhou as ações pedagógicas desenvolvidas nas Coordenações Regionais de Ensino, no que se refere ao atendimento específico das unidades escolares selecionadas, propôs ações para minimizar as principais dificuldades pedagógicas dessas e subsidiou as coordenações coletivas através da UNIEB de cada Coordenação Regional de Ensino participante do projeto.

A SEEDF em 2017 promoveu reuniões de formação/orientação pedagógica com os Gestores Pedagógicos responsáveis pelo acompanhamento das Instituições Educacionais Parceiras, bem como atendimento presencial estabelecido em cronograma anual e elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico semanal e trimestral junto à essas unidades, além de acompanhamento in loco, em algumas unidades públicas e parceiras. Foi elaborado ainda, documento de orientação pedagógica para a semana de adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola dessa SEEDF. Para atender a unidades escolares públicas e parceiras esta SEEDF promoveu a V Plenarilha da Educação Infantil, momento em que o currículo é evidenciado por meio de um tema que é traduzido da vivência da criança e ofereceu formações para professores e coordenadores com o tema da Plenarilha Criança na Natureza: por um crescimento sustentável e com o tema Desenvolvimento Infantil. Vale ressaltar que foi garantido em Calendário Escolar 3 dias de Formação para professores de Educação Infantil de toda a rede. Em 2017 também foram lançados 2 grandes projetos para garantir a implementação do Currículo: O Projeto Alimentação na Educação Infantil, mais de que cuidar: educar, brincar e interagir - que efetuou a substituição dos utensílios de plástico do lanche escolar por utensílios de vidro e inox e trouxe as linguagens do Currículo para esse momento privilegiado para aprendizagens, primando por mudanças de comportamentos e atitudes diante da alimentação saudável, que tanto almejamos. Por último foi lançado o 1º Prêmio Professores de Educação Infantil do Distrito Federal. O Prêmio teve como objetivos identificar, valorizar, estimular e dar visibilidade ao trabalho pedagógico realizado pelos professores das Unidades Escolares Públicas e das Instituições Educacionais Parceiras da SEEDF, de modo a promover o seu caráter científico e dar publicidade às boas práticas pedagógicas que contribuem para a melhoria da qualidade da Educação Infantil ofertada no Distrito Federal.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1511	TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.	%	70	31/07/2015	80	90	85	91	95	100	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1512	PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.	%	60	30/06/2015	63	58,98	67	58,98	71	75	PDE Interativo / Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1513	MÉDIA, NO IDEB, DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	3,6	31/12/2013	-	-	4,4	-	-	4,6	IDEB/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1514	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	NOTA	5,5	31/12/2013	-	-	6,0	-	-	6,3	IDEB/INEP/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1515	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	NOTA	4,1	31/12/2013	-	-	4,8	-	-	5,0	IDEB/INEP/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1516	TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%	17,79	31/05/2014	17,3	-	16,9	-	16,4	16	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1517	QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	6.873	31/05/2014	6.358	-	5.843	-	5.328	4.811	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1518	TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.	%	5,05	31/12/2014	7,6	3,96	19,9	5,71	33,6	50,0	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1519	TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.	%	31,77	31/07/2015	30,09	30,05	28,41	31,09	26,73	25,5	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4

## Justificativas 2016

**Indicador 1511** - O índice foi alcançado de forma exitosa em razão da atuação intensa da equipe no atendimento dos estudantes do ensino fundamental, anos iniciais, finais e ensino médio.

**Indicador 1512** - Houve redução no número de Unidades Escolares cadastradoras em razão do desligamento do programa por parte de algumas dessas Unidades.

**Indicador 1513** - Índice bianual. Será averiguado em 2017.

**Indicador 1514** - Índice bianual. Será averiguado em 2017.

**Indicador 1515** - Índice bianual. Será averiguado em 2017.

**Indicador 1516** – Após análise dos dados das Unidades Escolares que estão na Semestralidade desde 2013 e fecharam o triênio em 2015 referentes a reprovação, verificou-se que a taxa de reprovação escolar no triênio 2010-2012 (organização anual) que era de 23,56% caiu para 16,12% no triênio 2013-2015 de acordo com os dados do Censo Escolar de 2016. Ao analisarmos as taxas de rendimento de todo o Ensino Médio, verifica-se que de 2014 a 2015, o percentual de reprovação caiu de 19,27% para 18,30%, o que representa queda de 0,97% da taxa de acordo com os dados do Censo Escolar 2016.

**Indicador 1517** – Após análise dos dados das Unidades Escolares que estão na Semestralidade desde 2013 e fecharam o triênio em 2015 referentes ao abandono, verificou-se que a taxa de abandono, que era de 11,06% no triênio 2010-2012 caiu para 7,72% no triênio 2013-2015 de acordo com os dados do Censo Escolar de 2016. Ao analisarmos as taxas de rendimento de todo o Ensino Médio, verifica-se que de 2014 a 2015, o percentual de abandono caiu de 19,04% para 14,64%, o que representa queda de 4,4% da taxa de abandono de acordo com os dados do Censo Escolar 2016.

**Indicador 1518** - Até 2016 a abertura de turmas foi realizada por adesão pelos gestores das unidades escolares praticada como ato discricionário. Posteriormente foi regulamentada pela portaria nº 448/2016

**Indicador 1519** - O índice ficou abaixo por não ter havido implantação do programa de correção de fluxo no ensino médio no biênio 2015/16. Mesmo a Secretaria possuindo orientação pedagógica para a correção idade/série no ensino médio, a implantação é dificultada em razão do estudante em defasagem ser caracterizado por apresentar dois anos de atraso escolar em relação a idade pretendida para o ingresso nessa etapa que é cursada em três anos.

## Justificativas 2017

**Indicador 1511** - índice alcançado devido à inclusão da Gestão Democrática, do Módulo Creche, parecer 171 e integração com DFTRANS.

**Indicador 1512** - Conforme o PDE prevê o atendimento de no mínimo 7h diárias para ser oferta de Educação Integral, a SEDF fez adesão ao Programa Novo Mais Educação. Em outubro de 2016, foram indicadas 245 unidades escolares na plataforma do SIMEC/PAR para o Programa Novo Mais Educação. Dentre as indicadas, cadastraram-se no Programa Novo Mais Educação, através da plataforma do PDDE Interativo, 208 escolas da SEEDF.

**Indicador 1513** - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017, a divulgação dos resultados finais e micro dados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.

**Indicador 1514** - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017, a divulgação dos resultados finais e micro dados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.

**Indicador 1515** - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017, a divulgação dos resultados finais e micro dados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.

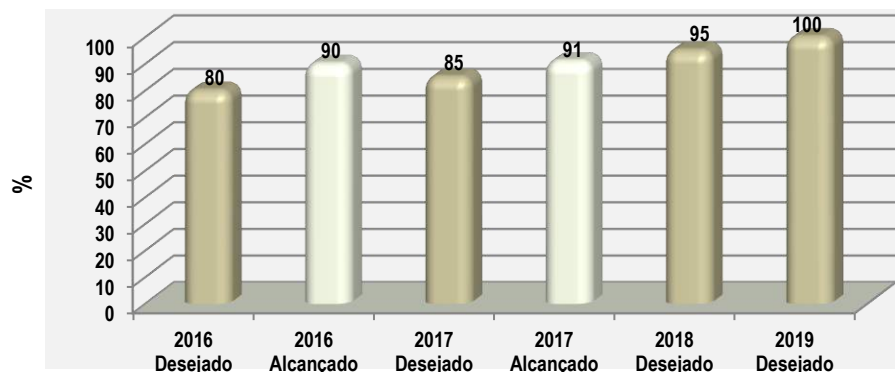
**Indicador 1516** - Disponíveis a partir de 5 meses do ano subsequente à coleta da matrícula inicial, conforme cronograma disposto na PORTARIA INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

**Indicador 1517** - Disponíveis a partir de 5 meses do ano subsequente à coleta da matrícula inicial, conforme cronograma disposto na PORTARIA INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

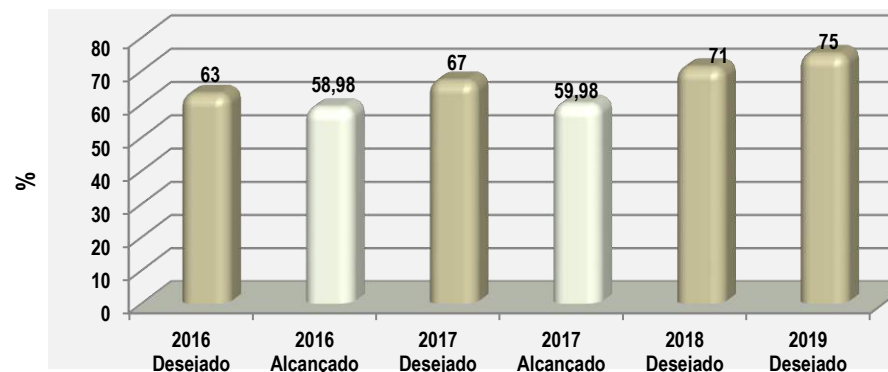
**Indicador 1518** - Baixa adesão das Unidades Escolares de Ensino Fundamental pelos seguintes motivos: resistência em trabalhar com estudantes em defasagem escolar, escassez de professores com dupla habilitação, não pagamento de horas residuais, falta de espaço físico, não responsabilização dos gestores/professores ao descumprirem as normas/orientações vigentes.

**Indicador 1519** - Os estudantes provenientes do Ensino Fundamental que já apresentam distorção são matriculados no Ensino Médio. Outro aspecto são índices elevados de reprovação, abandono e a evasão escolar devido à falta de estratégias de ensino e de práticas de avaliação formativa, que somada a fatores pessoais, familiares, econômicos e sociais fazem com que os estudantes não adquiram as aprendizagens necessárias para avançarem.

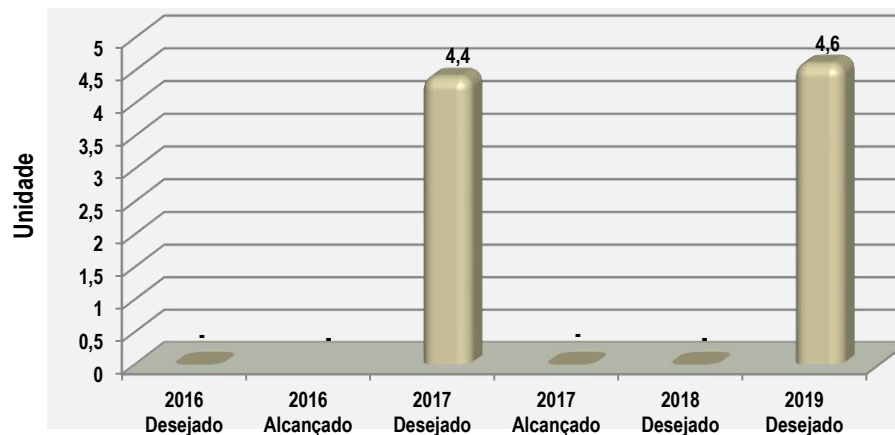
**TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.**



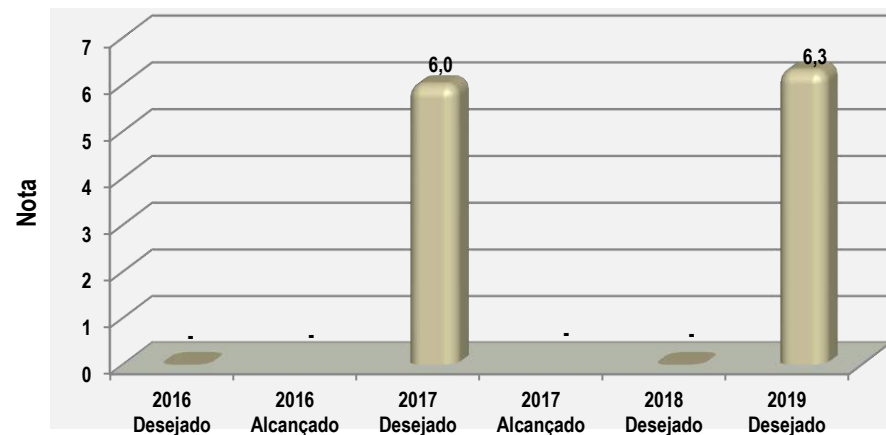
**PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.**



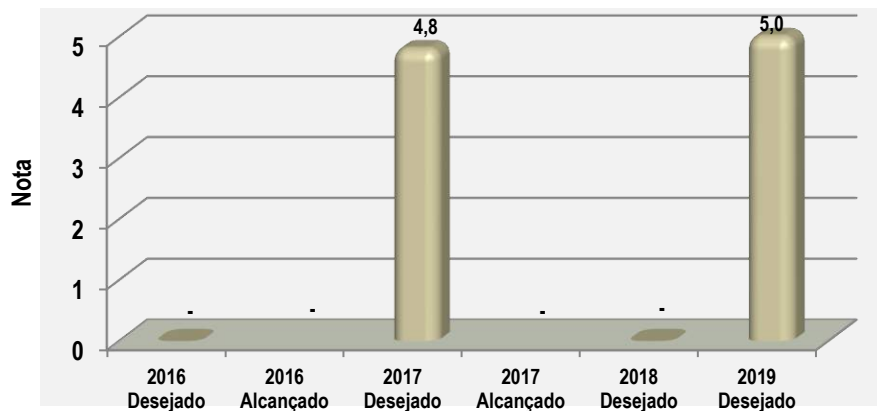
**MÉDIA, NO IDEB, DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.**



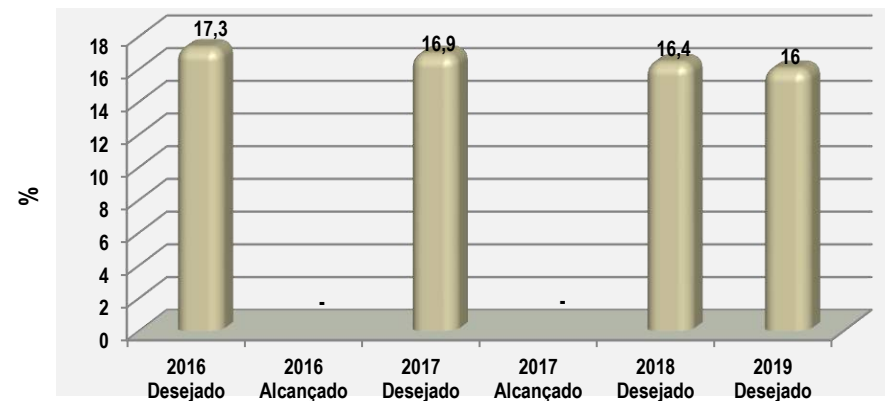
**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**



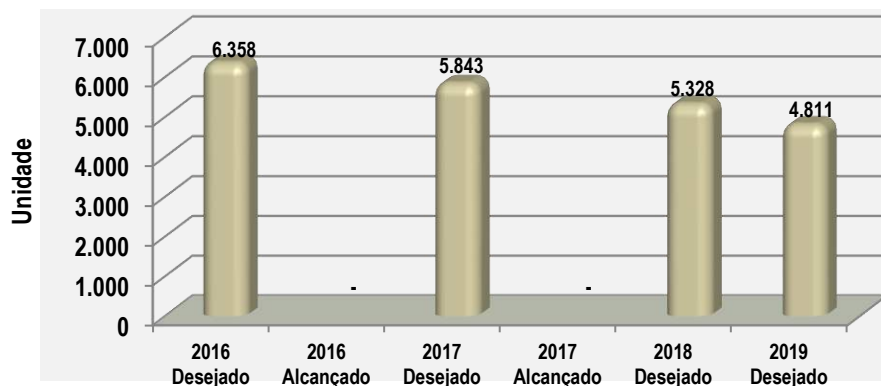
**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**



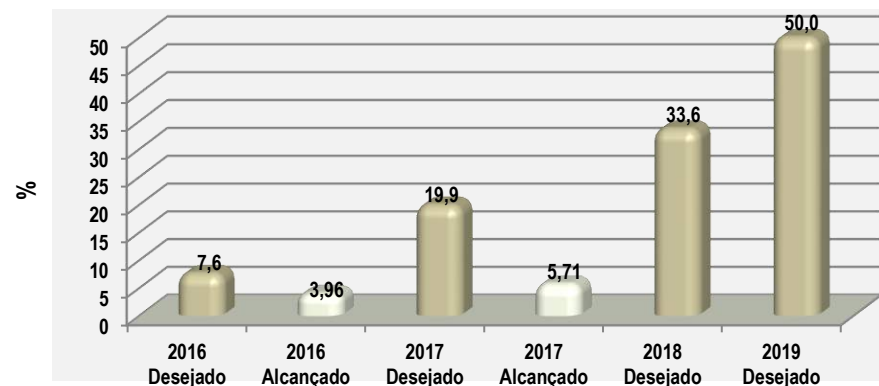
**TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.**



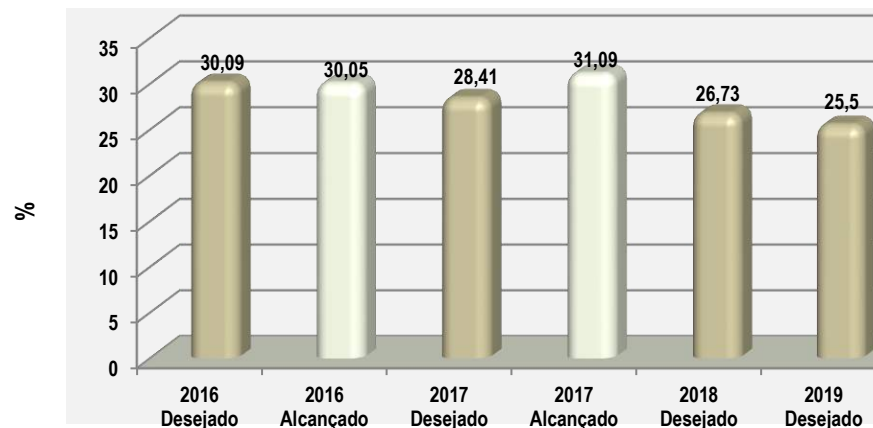
**QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.**



**TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.**



**TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	4	1	Realização de estudos para a criação de um Sistema de Informação da Secretaria específico para acompanhar, monitorar e avaliar a oferta de escolarização para crianças, adolescentes em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua, acolhimento institucional e medidas protetivas), de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Liberdade Assistida e Semiliberdade, bem como as populações historicamente excluídas (negros/as, indígenas, ciganos/as, travestis e transexuais) e população camponesa. (SEDF).	18101	10	<p><b>2016</b> A SEDF aplicou um questionário diagnóstico que objetivou o mapeamento das ações das unidades escolares em relação à aplicação dos Eixos Transversais Cidadania e Educação e para os Direitos Humanos e Educação para a Diversidade. Tal ação possibilitou a criação de um relatório que está sendo utilizado como balizador para a elaboração e proposição de políticas educacionais específicas para todas e cada uma das temáticas apresentadas nesta meta.</p> <p><b>2017</b> Após análise do questionário aplicado em 2016, verificou-se que estes estavam contaminados, pois as perguntas apresentavam vícios de construção. Para os próximos exercícios, a SEEDF irá viabilizar a articulação entre SUBEB/SUMTEC/SUPLAV para utilização de banco de dados dos sistemas I-EDUCAR, CENSO ESCOLAR, EDUCACENSO, AVALIAÇÃO EM DESTAQUE para efetivar proposta de desenvolvimento de Sistema Integrado de Informação</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	4	2	Elaboração de relatórios semestrais para as Secretarias envolvidas com a proteção integral dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b> O fluxo previsto de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas está previsto na Portaria nº 09/2013 que prevê momentos de articulação entre SECRIANÇA e SEEDF, inclusive com emissão de relatórios. Por solicitação das Unidades de Meio Aberto - UAMA/SECRIANCA foram emitidos relatórios individuais, e em fluxo contínuo, de estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas.</p> <p><b>2017</b> Foi elaborado relatório anual dos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação. Por solicitação das Unidades de Meio Aberto - UAMA/SECRIANCA demandando os relatórios individuais de estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, esclarecemos que todos os relatórios solicitados pela SECRIANÇA foram emitidos</p>
6221	4	3	Desenvolvimento de instrumento de indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos aos estudantes com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação, para avaliar 100% das instituições que oferecem atendimento complementar ou suplementar aos estudantes da Educação Especial. (SEDF)	18101	10	<p>2016-Foi realizado contato com a governadoria e a Fundação de apoio a Pesquisa - FAP lançou edital para avaliação dos indicadores de qualidade da Educação Especial na perspectiva da Escola Inclusiva O Edital foi lançado em agosto/2016, resultando em 13 projetos aprovados. O resultado final ainda não é de conhecimento desta Casa.</p> <p><b>2017</b> Está em elaboração o instrumento de indicadores de qualidade para funcionamento das instituições públicas que prestam atendimento aos estudantes com deficiência, TGD/TEA e AHS que oferecem atendimento complementar ou suplementar; Informamos que ainda não há acompanhamento de instituições particulares</p>
6221	4	4	Realização de mapeamento das áreas de insegurança alimentar para atendimento especial com relação à alimentação escolar. (SEDF)	18101	100	<p><b>2016</b> Levantamento das instituições situadas em área de vulnerabilidade social; encaminhamento de circular para as Coordenações Regionais de Ensino elencando as instituições situadas em áreas de vulnerabilidade que não estavam contempladas pela oferta de refeição complementar; determinação das escolas que demonstraram interesse e condições das instalações físicas; início do processo em 2016. As principais dificuldades enfrentadas foram a infraestrutura das cozinhas e depósitos que não permitem o aumento da oferta de mais uma refeição e a carência de recursos humanos. Hoje, das 198 escolas situadas em territórios de vulnerabilidade social, 38 foram atendidas com a refeição complementar, perfazendo um total de 19% das escolas atendidas. Das 77 escolas situadas em zona rural, 35 foram atendidas com refeição complementar, perfazendo um total de 45% das escolas atendidas.</p> <p><b>2017</b> O atendimento com a refeição complementar aos estudantes das unidades escolares em áreas de vulnerabilidade social e em zona rural foi mantido ao longo de todo ano letivo de 2017, mas não houve possibilidade de inclusão de novas unidades escolares.</p>



## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

O Objetivo específico 04, intitulado como Melhor Indicador, direcionou suas ações para promover a melhoria dos indicadores da rede pública de ensino do Distrito Federal, contemplando as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

Assim, nesse objetivo, A SEEDF direcionou sua atuação para a implantação do Sistema de Gestão i-educar nas modalidades de ensino: médio, fundamental, educação infantil e educação de jovens e adultos.

Avançou também o cadastramento das unidades escolares ofertantes do ensino fundamental no Programa Mais Educação.

Apurou ainda, uma redução nas taxas de reprovação e abandono escolar no ensino médio e uma redução no percentual de estudantes em distorção idade/série no Ensino fundamental.

Essas melhorias deram-se fundamentalmente pela ação contínua da Secretaria de Educação, na implementação e consolidação do Projeto da Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio. Houve uma preparação dos coordenadores intermediários das Regionais de Ensino e dos coordenadores locais das Unidades Escolares. A Secretaria desenvolveu uma série de materiais sobre a Semestralidade a fim de fomentar o debate nas Coordenações Regionais de Ensino com os gestores das unidades escolares de Ensino Médio envolvendo também as equipes docentes.

A SEEDF, por meio da Diretoria de Ensino Médio, também acompanhou sistematicamente a produção dos Projetos Político - Pedagógicos das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Outras ações diretamente relacionadas a programas e projetos que buscam incentivar a participação ativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem de forma a promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública também foram implementadas.

Por meio de sua Diretoria de Ensino Fundamental da subsecretaria de Educação Básica, realizou fóruns de discussões em todas as Coordenações Regionais de Ensino acerca da implantação da Política Pública de Ciclos para as Aprendizagens referente ao 2º bloco do 2º ciclo nas Unidades de Ensino, com o intuito de discutir sobre a unidade pedagógica da escola e a garantia do direito de aprender dos estudantes. Atuou ainda na formação e articulação com os Centros de Referência para os Anos Iniciais - CRAI e com as unidades escolares, tratando sobre avaliação sistematizada dentro da sua rotina de trabalho, levando os profissionais do CRAI a incentivar às escolas, a realização desta por meio do acompanhamento pedagógico, tomando a avaliação formativa como base.

Atuou ainda no aprofundamento dos estudos e da perspectiva trazida pela formação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC/MEC de professor-pesquisador de modo a assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, implicando diretamente na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais.

Como resultado, foi atingido o índice 3 referente à meta da Provinha Brasil - alunos alfabetizados, capazes de ler textos curtos, inferir informações e reconhecer a finalidade deles - em mais de 90% das provas dos estudantes que realizaram a avaliação no item leitura.

Ainda seguindo as metas definidas no referido Objetivo, a Secretaria de Educação realizou seminários e reuniões formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e professores com o objetivo, também, de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica, de modo a torná-lo conhecido e aplicável.

Foi desenvolvido também um resumo sistemático da Orientação Pedagógica "Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF, que foi disponibilizado para as unidades escolares por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-los na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos

Houve reuniões mensais de formação/orientação pedagógica com Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares. Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores.

Nas ações não orçamentárias, houve iniciativas importantes como a realização de estudos para a criação de um Sistema de Informação da Secretaria, específico para acompanhar, monitorar e avaliar a oferta de escolarização para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social - população de rua, acolhimento institucional e medidas protetivas de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Liberdade Assistida e semi liberdade, bem como as populações historicamente excluídas. Também foi desenvolvido instrumento de indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos aos estudantes com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Por fim, foi verificado também o não alcance de percentual total no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo. Tal fato deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por inadequação do quantitativo da força de trabalho.

Assim, avalia-se que, no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 60%, ou seja, o público alvo foi parcialmente contemplado.

Em 2017, a SEEDF direcionou sua atuação para a implantação do Sistema de Gestão i-educar nas modalidades de ensino: médio, fundamental, educação infantil e educação de jovens e adultos, dando continuidade na meta estabelecida. Foram desenvolvidos no i-Educar o Módulo de Eleições e implementada a modalidade de educação de jovens e adultos – EJA. Por outro lado, foram realizadas manutenções evolutivas no Sistema de Gestão Acadêmica - SAGE visando à sua implantação na rede a partir do próximo ano.

Avançou no cadastramento das unidades escolares ofertantes do ensino fundamental no Programa Mais Educação, bem como houve uma redução nas taxas de reprovação escolar no ensino médio e uma redução no percentual de estudantes em distorção idade/série no Ensino fundamental.

Em 2017, a SEEDF atuou na articulação de ações de implementação do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, ampliação do atendimento da oferta e na orientação do trabalho pedagógico das Coordenações Regionais de Ensino, que acompanham unidades escolares que ofertaram turmas do Programa. Foram constatadas 176 turmas do PAAE no Ensino Fundamental em 13 Regionais de Ensino. Esse atendimento representou o alcance de 4.829 (quatro mil, oitocentos e vinte e nove) estudantes. Foram ofertados ainda cursos para os docentes atuantes no Programa em parceria com a EAPE e UNICEF.

A SEEDF também acompanhou sistematicamente a produção dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Outras ações diretamente relacionadas a programas e projetos que buscam incentivar a participação ativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem de forma a promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública também foram implementadas.

A SEEDF por meio da Diretoria de Ensino Fundamental realizou fóruns de discussões em todas as Coordenações Regionais de Ensino acerca da implantação da Política Pública de Ciclos para as Aprendizagens, referente ao 2º bloco do 2º ciclo nas Unidades de Ensino com o intuito de discutir sobre a unidade pedagógica da escola e a garantia do direito de aprender dos estudantes. Atuou ainda na formação/articulação com os Centros de Referência para os Anos Iniciais - CRAI e com as unidades escolares, tratando sobre avaliação sistematizada dentro da sua rotina de trabalho, levando os profissionais do CRAI a incentivar as escolas a realização desta, por meio do acompanhamento pedagógico, tomando a avaliação formativa como base.

Também em 2017 a SEEDF por meio da Diretoria de Ensino Fundamental realizou encontros e oficinas junto às Coordenações Regionais de Ensino a fim de fortalecer o trabalho do CRAI, junto às UNIEB/CRE, nas formações e nas ações de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes das UE que ofertam atendimento aos anos iniciais. Após análise do resultado das principais avaliações externas e dos indicadores de reprovação, por meio do projeto intervindo para as aprendizagens a Secretaria por meio da Diretoria de Ensino Fundamental acompanhou as 70

escolas que apresentaram redução nos índices no IDEB, propondo ações e intervenções a fim de potencializar o trabalho pedagógico e minimizar as principais dificuldades das aprendizagens. Como resultado dessas ações, atingiu-se os índices 4 e 5 referente à meta da Provinha Brasil - 2ª etapa em 92,6% em Leitura e 95,02% em matemática das provas dos estudantes que realizaram a avaliação.

Atuou ainda no aprofundamento dos estudos e da perspectiva trazida pela formação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC/MEC de professor-pesquisador de modo a assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, implicando diretamente na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais. Como resultado, foi atingido o índice 3 referente à meta da Provinha Brasil - alunos alfabetizados, capazes de ler textos curtos, inferir informações e reconhecer a finalidade deles - em mais de 90% das provas dos estudantes que realizaram a avaliação no item leitura.

Ainda seguindo as metas definidas no referido Objetivo Específico, a Secretaria de Estado de Educação realizou seminários e reuniões formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e professores com o objetivo também de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica, de modo a torná-lo conhecido e aplicável.

Foi desenvolvido um resumo sistemático da Orientação Pedagógica "Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF e disponibilizado para as unidades escolares por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-los na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos

Tendo em vista o processo de implementação da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade em todas as unidades escolares de Ensino Médio em 2018, conforme preconiza a Meta 3, Estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a SEEDF trabalhou, em 2017, com a perspectiva de solucionar os desafios relacionados à Semestralidade. Como se pode observar pelos dados apresentados no Objetivo acima, as escolas que adotaram a Semestralidade apresentaram rendimentos superiores àquelas que permaneceram na Seriação tradicional. Considerando que, a partir de 2018, todas as escolas devem organizar o trabalho pedagógico na Semestralidade, espera-se uma melhora considerável nesses indicadores a partir desse ano.

Houve reuniões mensais de formação/orientação pedagógica com Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares. Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores.

Nas ações não orçamentárias desse Objetivo houve iniciativas importantes como a realização de estudos para a criação de um Sistema de Informação da Secretaria, específico para acompanhar, monitorar e avaliar a oferta de escolarização para crianças, adolescentes em situação de vulnerabilidade social - população de rua, acolhimento institucional e medidas protetivas, de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, liberdade assistida e semiliberdade, bem como as populações historicamente excluídas. Também foi desenvolvido instrumento de indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos aos estudantes com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Por fim, verificou-se que houve dificuldade no atingimento de percentual total no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 004. Isso se deu fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor proporção, pelo quantitativo da força de trabalho.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**005 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO: Implantar e implementar sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas à garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.**

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	1	Implantar Diretrizes de Avaliação definidas pela SEDF para 100 % dos estudantes da Educação Especial. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	60			60	60,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	2	Elaborar itens para compor o Banco de Itens com o acréscimo anual de, no mínimo, 10% em relação ao ano anterior, de modo a promover condições para a realização do acompanhamento do desempenho do rendimento escolar dos estudantes da Rede de Ensino do Distrito Federal. (SEDF)	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	3	Promover a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 100% dos gestores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	97	97			97	97,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	4	Realizar a Avaliação Institucional em 100% das instituições de ensino da Rede Particular de Ensino cadastradas no Censo Escolar do Distrito Federal. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	58,2	58,2			58,2	58,2%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	5	Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 75% dos docentes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	27	45,65			45,65	60,9%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	6	Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 70% dos estudantes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo escolar. (SEDF)	70	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	7	Implementar, até 2016, sistemática de avaliação de rede, vinculada ao Currículo da Educação Básica e às demais diretrizes educacionais do Distrito Federal, por meio de sistema informatizado destinado a gerenciar os dados das avaliações externas e os indicadores educacionais. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	70			70	70,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	8	Criar, até 2018, metas de aprendizagens para as avaliações externas e para os indicadores educacionais de todas as unidades escolares de todas as etapas e as modalidades da Educação Básica. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	5	9	Elaborar, até 2016, estratégias para o acompanhamento de todas as unidades escolares com baixo desempenho nas avaliações externas. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Implantar Diretrizes de Avaliação definidas pela SEDF para 100 % dos estudantes da Educação Especial. (SEDF)**

#### **2016**

A partir da publicação das Diretrizes de Avaliação Educacional em 2014, As áreas técnicas da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação e da Subsecretaria de Educação Básica realizaram diversas ações para a implantação do referido documento, como cursos de formação com gestores, coordenadores pedagógicos locais e professores das 14 Coordenações Regionais de Ensino além da sistematização de procedimentos de exames externos com adequação aos estudantes atendidos pela Educação Especial. Em 2017 foi instituído em Grupo de Trabalho para proceder a avaliação e revisão do referido documento.

#### **2017**

A reformulação das diretrizes de avaliação (2014-2016) foi encaminhada pela SEEDF por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) para consulta pública com a contribuição das áreas técnicas da Diretoria de Avaliação. Após esta etapa o documento será encaminhado para o Conselho de Educação do Distrito Federal para aprovação.

### **2. Elaborar itens para compor o Banco de Itens com o acréscimo anual de, no mínimo, 10% em relação ao ano anterior, de modo a promover condições para a realização do acompanhamento do desempenho do rendimento escolar dos estudantes da Rede de Ensino do Distrito Federal. (SEDF)**

#### **2016**

O referido banco de itens deverá compor o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que ainda está em processo de implementação uma vez que demanda sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução. Este momento de consolidação do sistema caracteriza-se por ações processuais que, institucionalmente, necessitam de articulações técnicas e pedagógicas e, ainda, em conjunto com a comunidade escolar, abrir espaço para conhecimento e discussões acerca do Sistema de Acompanhamento.

#### **2017**

Essa ação ainda não foi efetivada por demandar outros procedimentos técnicos tais como: elaboração de uma matriz de referência de avaliação para a SEEDF, curso de formação e preparação de ambiente tecnológico. Ressalta-se que para a iniciarmos a referida ação foi necessária a aprovação (mesmo que parcial), por parte do Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para dar início ao trabalho de construção da matriz de referência da SEEDF. Sendo assim, a referida ação terá início em junho/2018, após aprovação da BNCC, a qual encontra-se para aprovação junto ao Conselho Nacional de Educação. Para a construção da matriz de referência serão designados professores, por área de conhecimento, a partir até junho/2018. Será elaborado, em conjunto ao Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), Curso de Formação para elaboração de itens. Esta ação ocorrerá independentemente da aprovação da BNCC. Para a construção de uma matriz de referência, após a elaboração dos itens propostos pelos professores, deverá ser realizado a metodologia de testagens dos itens prevista para novembro e dezembro/2018. A testagem de itens é necessária para se comprovar a veracidade metodologia aplicada nas metodologias utilizadas para exames em larga escala.

### **3. Promover a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 100% dos gestores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)**

**2016**

Em 2016 foi desenvolvido um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo, o que proporcionou um acréscimo de 27% de participação em relação à última aplicação em 2014 (aplicação Bianual). Uma fragilidade encontrada na implantação está na utilização dos endereços eletrônicos das unidades escolares, uma vez que muitos são pessoais, e outros que foram alterados, mas não foram comunicados à área central. Para superar essa fragilidade, serão criadas contas de e-mail padronizadas por Unidade Escolar, conforme Projeto #Conecta DF instituído pela Portaria 16 de 25/01/2017 - DODF.

**2017**

Índice não apurado pois a Avaliação Institucional é realizada bianualmente, assim, no ano de 2017 não houve avaliação. Entretanto, no exercício de 2017, os resultados de 2016 foram analisados e disponibilizados por meio de um sistema de consulta desenvolvido por técnicos da SEEDF. Os resultados com tratamento estatístico foram apresentados em forma de pôster na Reunião da Associação Brasileira de Avaliação – ABAVE – em agosto de 2017.

### **4. Realizar a Avaliação Institucional em 100% das instituições de ensino da Rede Particular de Ensino cadastradas no Censo Escolar do Distrito Federal. (SEDF)**

**2016**

A Avaliação Institucional da Rede Privada foi realizada pela primeira vez, de forma censitária. Para um apoio na sensibilização quanto a importância da participação dos gestores, foi realizada uma parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINEPE. O desafio para as próximas edições será aumentar a participação dos gestores no processo avaliativo.

**2017**

Índice não apurado pois a Avaliação Institucional é realizada bianualmente, assim, no ano de 2017 não houve nova aplicação. Os resultados de 2016 foram analisados e disponibilizados à COSIE/COPAV- SUPLAV por meio de um sistema de consulta desenvolvido por técnicos da DIAV. Os resultados analisados com base na legislação foram apresentados em forma de relatório à COSIE/COPAV/SUPLAV.

### **5. Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 75% dos docentes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)**

**2016**

A aplicação desta avaliação é bianual e como estratégia para realização em 2016, foi elaborado um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo. Um dos grandes desafios na implementação está na fragilidade cadastral dos docentes e de seus endereços eletrônicos. Assim, como estratégias para superação desses obstáculos, a SEEDF está providenciando a criação de contas de e-mail padronizadas, conforme consta no Projeto #ConectaDF instituído pela Portaria 16 de 25/01/2017 – DODF e também, sensibilizando os profissionais da educação quanto a importância da participação de todos os docentes no processo avaliativo.

**2017**

O público-alvo da avaliação foi ampliado para todos os profissionais da educação da Rede Pública do DF – Base da SUGEP – 37 mil servidores cadastrados. 37 mil links de acesso ao formulário online foram enviados aos e-mails dos servidores da SEEDF lotados nas escolas, Administração da CRE, das Sedes e Bibliotecas. Responderam 16.891 profissionais da educação o que corresponde a 45,65% dos servidores cadastrados.

### **6. Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 70% dos estudantes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo escolar. (SEDF)**

**2016**

Será aplicada pela primeira vez em 2017 uma vez que foram encontrados alguns entraves no desenvolvimento do processo como a fragilidade cadastral dos estudantes e a falta de informação quanto a importância da participação nesse procedimento avaliativo. A SEEDF vem trabalhando para minimizar tais entraves através do recadastramento dos endereços eletrônicos dos alunos e promoção de sensibilização e conscientização da importância do processo avaliativo.

**2017**

Será aplicada de forma amostral em 2018 como piloto de aplicação. A necessidade de alteração da meta proposta em 2016 para uma aplicação amostral deve-se ao fato da importância de realização de um piloto para verificar viabilidade de infraestrutura, funcionamento e adequabilidade do sistema, uma vez que a proposta inovadora da DIAV é a aplicação de instrumentos online com a criação de contas padronizadas em parceria com a Google (Gsuite).

### **7. Implementar, até 2016, sistemática de avaliação de rede, vinculada ao Currículo da Educação Básica e às demais diretrizes educacionais do Distrito Federal, por meio de sistema informatizado destinado a gerenciar os dados das avaliações externas e os indicadores educacionais. (SEDF)**

**2016**

Essa atividade compõe o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que ainda está em processo de implantação uma vez que demanda sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução.

Houve atraso por parte do Ministério de Educação, na publicação do documento “Base Nacional Comum Curricular” e também, por parte da SEEDF, da revisão das Diretrizes de Avaliação Educacional. Esses fatores dificultaram a execução dessa ação. Por outro lado, o sistema que denominamos Avaliação em Destaque já está em funcionamento. Até o momento, foram coletados os dados da provinha Brasil e gerados relatórios e sínteses de desempenho dos estudantes nesta avaliação.

**2017**

Foi aplicada a Prova Diagnóstica para o Ensino Fundamental e Médio com o objetivo de verificar o conhecimento dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e, a partir de seus resultados, possibilitar aos professores o planejamento de estratégias pedagógicas e suas intervenções para que os estudantes, ao final do ano letivo, alcançassem os objetivos de aprendizagem propostos para o ano/série. Inicialmente, participaram da aplicação 13 escolas do Ensino Médio e, posteriormente, os estudantes do Ensino Fundamental do 5º, 7º e 9º ano censitariamente. Para 2018, a realização da Prova será destinada aos estudantes do 2º ano e 4º ano do Ensino Fundamental e para a 2ª série e 3ª série do Ensino Médio.

### **8. Criar, até 2018, metas de aprendizagens para as avaliações externas e para os indicadores educacionais de todas as unidades escolares de todas as etapas e as modalidades da Educação Básica. (SEDF)**

**2016**

A Diretoria de Avaliação criou a meta de aprendizagem 5/15/80, baseada nas estratégias descritas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas pelas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Por meio dela também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas da SEEDF. Está sendo elaborado um modelo estatístico de organização (categorização) das variáveis obtidas por meio da Avaliação Institucional, no intuito de formar agrupamentos de questões com base em sua similaridade. Busca-se também uma fundamentação legal por meio de leis federais e distritais que amparem a categorização estatística. As variáveis mais relevantes poderão ser confrontadas com o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de subsidiar a definição de indicadores educacionais próprios da SEEDF.

2017

Em continuidade ao que foi proposto em 2016, a SEEDF utilizou como estratégia para auxiliar na análise e na compreensão dos resultados das avaliações externas a meta de aprendizagem 5/15/80, baseada no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Por meio da referida estratégia objetiva-se subsidiar as discussões e análise dos resultados nas unidades escolares e Coordenações Regionais de Ensino.

#### 9. Elaborar, até 2016, estratégias para o acompanhamento de todas as unidades escolares com baixo desempenho nas avaliações externas. (SEDF)

2016

Tal como houve necessidade de se criar um instrumento de avaliação para a meta nº 8, a meta de aprendizagem 5/15/80 foi criada também para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas por parte dos diversos setores da SEEDF. Por meio dela, também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas dessa Secretaria. Além disso, criou a estratégia do “Estudo das Bandeiras” onde é realizada a análise individual das unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental em relação ao IDEB considerando dois indicadores, o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB, com o objetivo de auxiliar o acompanhamento do trabalho pedagógico da escola.

2017

Além da criação da meta 5/15/80 foi criada a estratégia do “Estudo das Bandeiras” onde foi realizada a análise individual de todas as unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental que tiveram o resultado do IDEB divulgado. Tal estudo considerou dois indicadores, o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1520	UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.	%			10	30	25	87	50	75	GERADE/SEDF / UO 18101 / OE 5
1521	INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%			50	75	75	75	100	100	GAVARE/SEDF / UO 18101 / OE 5
1522	GESTORES DAS UNID. ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/TOTAL DE UNID. ESCOLARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%	80	30/06/2014	85	97	90	-	95	100	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1523	GESTORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PARTICULAR PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%	0	31/12/2016	50	58,2	55	-	60	70	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1524	DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.	UNIDADE	924	30/09/2014	15.000	-	20.000	16.891	25.000	30.000	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1525	ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.	UNIDADE	17.285	30/09/2014	100.000	00	150.000	-	200.000	250.000	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5



## **Justificativas 2016**

**Indicador 1520** - O índice foi superado em razão da aplicação do simulado a 43 mil estudantes da 3ª série do ensino médio da rede pública e privada e 3º segmento da educação de jovens e adultos. O simulado também foi aplicado para 15 mil estudantes do 1º, 3º, 6º e 7º anos do ensino fundamental

**Indicador 1521** - Alcançado, contemplando ensino fundamental anos iniciais e finais e ensino médio. Houve também aumento de pessoas na equipe permitindo a melhor construção dos instrumentos.

**Indicador 1522** - Houve desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do formulário online.

**Indicador 1523** - Desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do preenchimento do formulário online.

**Indicador 1524** - Aplicação Bianual. Portanto será aplicado em 2017

**Indicador 1525** - A avaliação não foi realizada. Aguardando procedimentos do Grupo de Trabalho do Projeto ConectaDF - Portaria nº16/2017, para realizar a aplicação.

## **Justificativas 2017**

**Indicador 1520** - No ano de 2017 foi elaborada, organizada e sistematizada a aplicação da Prova Diagnóstica do Ensino Fundamental para todas as unidades escolares de Ensino Fundamental (509 unidades escolares) e a Prova Diagnóstica do Ensino Médio Integral (13 unidades escolares).

**Indicador 1521** - Os indicadores específicos referentes à Educação Especial e Educação Profissional ainda não foram produzidos.

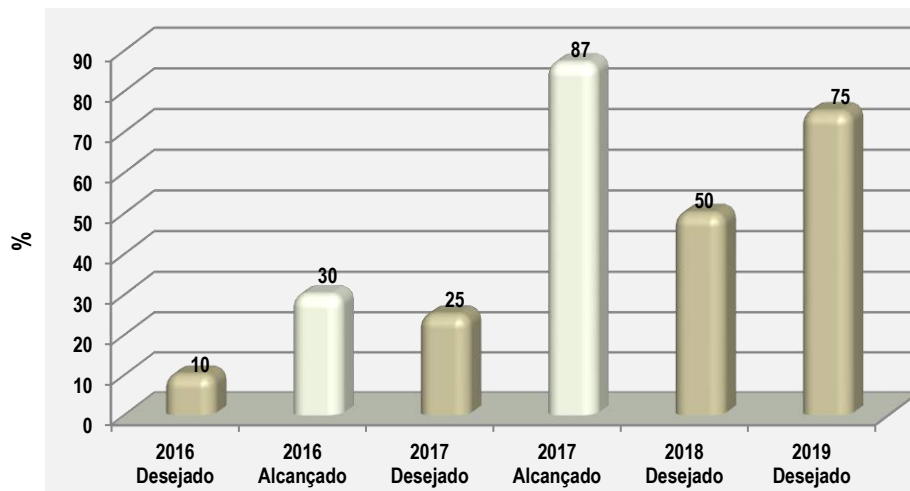
**Indicador 1522** - Avaliação realizada bianualmente assim, no ano de 2017, não houve aplicação. No ano de 2017, foram analisados os resultados de 2016 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta.

**Indicador 1523** - Avaliação realizada bianualmente assim, no ano de 2017, não houve aplicação. No ano de 2017, foram analisados os resultados de 2016 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta.

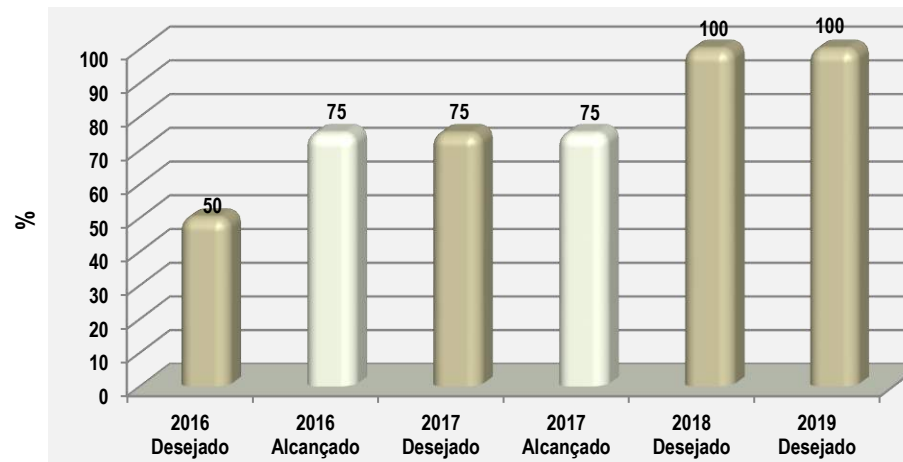
**Indicador 1524** - Avaliação realizada bianualmente. O público-alvo da avaliação foi ampliado para todos os profissionais da educação da Rede Pública do DF. 37 mil links de acesso ao formulário online foram enviados aos e-mails dos servidores da SEEDF lotados nas escolas, Administração da CRE, das Sedes e Bibliotecas.

**Indicador 1525** - Avaliação ainda não realizada por dificuldades na organização cadastral dos estudantes, cadastro do e-mail.

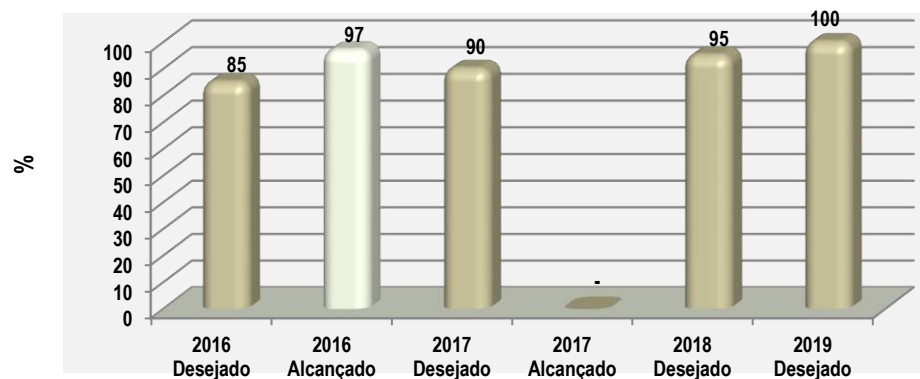
**UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.**



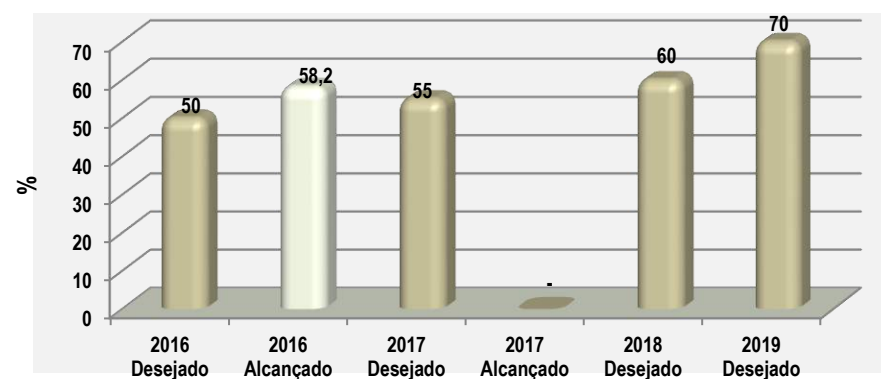
**INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.**



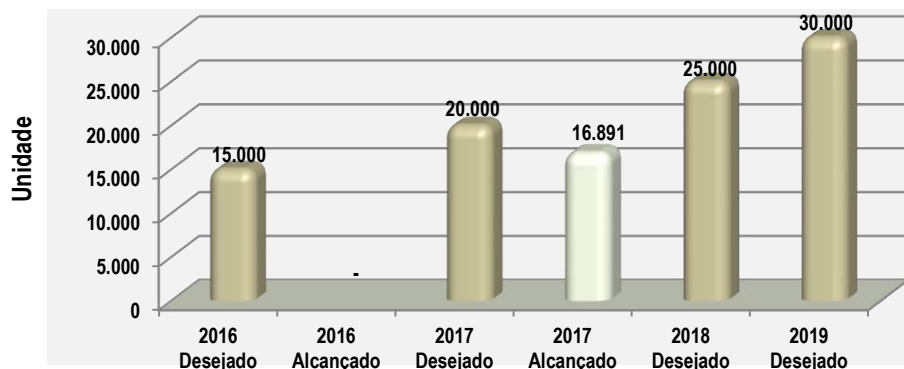
**GESTORES DAS UNID. ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/ TOTAL DE UNID. ESCOLARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO**



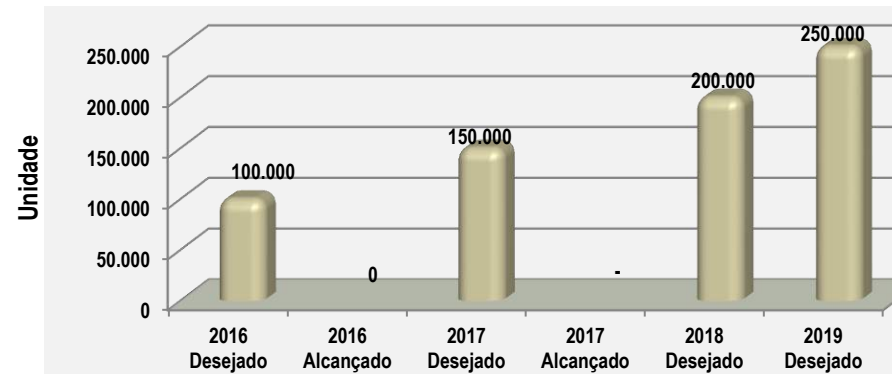
**GESTORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PARTICULAR PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/ TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO**



**DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.**



**ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.**



### ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	5	1	Elaboração e validação de referencial curricular para avaliação do ensino fundamental e médio. (SEDF)	18101	0	<p><b>2016</b> Essa atividade compõe o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que está em processo de implementação, por demandar sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução, isto é, o atraso na publicação da Base Nacional Comum Curricular pelo Ministério de Educação e também, a revisão das Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF foram fatores que dificultaram a execução dessa ação.</p> <p><b>2017</b> Não foi possível a realização desta ação. Entretanto, ainda no exercício de 2018, com a publicação da BNCC do Ensino Fundamental, a SEEDF iniciará o processo de elaboração da Matriz de Referência. A referida ação encontra-se em fase de formatação para ter início em junho/2018, como mencionado na Meta 6 do presente Objetivo.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

O Objetivo nº 05, Sistema de Avaliação, tem suas ações voltadas à implantação e implementação de sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas a garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.

A SEEDF a partir da publicação das Diretrizes de Avaliação Educacional, realizou diversas ações para a implantação do sistema de avaliação e monitoramento da rede. Foram realizados cursos de formação com gestores, coordenadores pedagógicos locais e professores de todas as Coordenações Regionais de Ensino, além da sistematização de procedimentos de exames externos com adequação aos estudantes atendidos pela Educação Especial. No ano de 2016, foi desenvolvido um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo o que proporcionou um acréscimo de 27% de participação em relação a última aplicação que é bianual.

Seguindo o descrito na meta também foi realizada pela primeira vez, de forma censitária, a avaliação institucional da rede privada. Este evento foi realizado pela SEEDF em parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal.

A Secretaria criou também, por meio da Diretoria de Avaliação da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV, a meta de aprendizagem 5/15/80, que é baseada nas estratégias descritas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas pelas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Por meio dela também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas da Secretaria. Está sendo elaborado um modelo estatístico de organização – categorização - das variáveis obtidas por meio da Avaliação Institucional, no intuito de formar agrupamentos de questões com base em sua similaridade. Busca-se também uma fundamentação legal por meio de leis federais e distritais que amparem a categorização estatística. As variáveis mais relevantes poderão ser confrontadas com o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de subsidiar a definição de indicadores educacionais próprios da Secretaria de Educação.

Por fim, tal como houve necessidade de se criar um instrumento de avaliação para a meta nº 8, a meta de aprendizagem 5/15/80 foi criada também para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas por parte dos diversos setores da SEEDF. Por meio dela, também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas dessa Secretaria. Além disso, criou a estratégia do “Estudo das Bandeiras” onde é realizada a análise individual das unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental em relação ao IDEB considerando dois indicadores, o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB, com o objetivo de auxiliar o acompanhamento do trabalho pedagógico da escola.

Por fim, foi verificado o não alcance de algumas metas no conjunto estabelecido para o cumprimento do objetivo específico 005, tal fato, onde identificado, deu-se fundamentalmente por indisponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por inadequação da força de trabalho.

Assim, conclui-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 65%, ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

Em 2017, a partir da publicação das Diretrizes de Avaliação Educacional em 2014 a SEEDF realizou diversas ações para a implantação do referido documento, como cursos de formação com gestores, coordenadores pedagógicos locais e professores das 14 Coordenações Regionais de Ensino além da sistematização de procedimentos de exames externos com adequação aos estudantes atendidos pela Educação Especial. Em 2017 foi instituído Grupo de Trabalho para proceder a avaliação e revisão do referido documento. A proposta de reformulação das diretrizes de avaliação 2014-2016 foi encaminhada pela SEEDF para consulta pública, após essa etapa o documento será encaminhado para o Conselho de Educação do Distrito Federal para aprovação.

Outro destaque foi o desenvolvimento do sistema para preenchimento do formulário avaliativo institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar junto a 100% dos gestores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo Escolar. Essa Avaliação Institucional é realizada bianualmente, os resultados do ano anterior foram analisados em 2017 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta. Foram também apresentados em forma de pôster na Reunião da Associação Brasileira de Avaliação – ABAVE.

Quanto à avaliação institucional destinada a realização de diagnóstico junto ao corpo docente da SEEDF, trata-se uma ação bianual e que no ano de 2017 foi ampliada para os profissionais da Secretaria de Educação. Visando a eficácia desse processo avaliativo dos profissionais da Rede Pública de ensino, a Secretaria criou contas de e-mails padronizadas e vem buscando sensibilizar os profissionais da educação quanto a importância da participação de todos os servidores no processo avaliativo. Em 2017 aproximadamente 46% dos trabalhadores da educação participaram do processo.

Outro avanço importante foi na implantação da sistemática de avaliação da Rede, vinculada ao currículo da Educação Básica e demais diretrizes educacionais do Distrito Federal, feito por meio de sistema informatizado destinado a gerenciar os dados das avaliações externas e os indicadores educacionais. Com isso, em 2017, foi aplicada a Prova Diagnóstica para o Ensino Fundamental e Médio com o objetivo de verificar o conhecimento dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e, a partir de seus resultados, possibilitar aos professores o planejamento de estratégias pedagógicas e intervenções para que os estudantes, ao final do ano letivo, alcancem os objetivos de aprendizagem propostos para o ano/série.

Destaca-se também o alcance de 100% da meta de aprendizagens para as avaliações externas e para os indicadores educacionais de todas as unidades escolares em todas as fases e modalidades da Educação Básica. A SEEDF criou a meta de aprendizagem 5/15/80, baseada nas estratégias descritas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas pelas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Assim, foi possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas da Secretaria. Foi também elaborado um modelo estatístico de organização –categorização - das variáveis obtidas por meio da Avaliação Institucional no intuito de formar agrupamentos de questões com base em sua similaridade. Buscou-se também uma fundamentação legal por meio de leis federais e distritais que visassem amparar a categorização estatística. As variáveis mais relevantes puderam então ser confrontadas com o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de subsidiar a definição de indicadores educacionais próprios da Secretaria de Educação.

Por fim, por meio da meta de aprendizagem 5/15/80, foi possível redirecionar as ações e políticas públicas da Secretaria de Educação, com a criação de uma estratégia intitulada Estudo das Bandeiras que permitiu realizar a análise individual das unidades escolares de anos iniciais e finais do ensino fundamental em relação ao IDEB, considerando dois indicadores fundamentais: o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB com o objetivo de auxiliar o acompanhamento do trabalho pedagógico da escola.

Isto posto, depreende-se que em 2017, mesmo com toda limitação de recursos orçamentários, houve significativos avanços no conjunto das metas estabelecidas para esse objetivo específico. Conclui-se desse modo que o conjunto das ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias, alcançou resultados amplamente positivos.

---

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**006 – Educação Superior: Ofertar vagas no ensino superior, para a formação nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão universitária.**

---

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**18.202 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB**

---

## ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	1	Criar a Escola Superior de Magistério; (FUNAB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	2	Oferecer 3 Cursos de Graduação; (FUNAB)	3	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	3	Oferecer 2 Cursos de Pós-Graduação; (FUNAB)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	4	Oferecer 10 Cursos de Extensão Universitária. (FUNAB)	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	3	2			5	50,0%

### Análise Qualitativa

#### 1. Criar a Escola Superior de Magistério (FUNAB);

##### 2016

A Portaria nº 190, de 28 de junho de 2016, credenciou a Escola Superior de Magistério – ESM, junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, pelo prazo de cinco anos, bem como, autorizou a oferta do Curso de Pedagogia, Licenciatura, na modalidade presencial, nas seguintes unidades: Centro de Ensino Médio 2 da Ceilândia, Escola Classe 22 do Gama e Centro de Ensino Fundamental 2 de Planaltina.

A Escola não está em funcionamento em nenhuma de suas três Unidades.

##### 2017

Embora a meta tenha sido alcançada em 2016, a Escola Superior de Magistério ainda não está em funcionamento, tendo em vista que a Ação ajuizada pelo Ministério Público ainda se encontra em tramitação.

#### 2. Oferecer 3 Cursos de Graduação (FUNAB);

##### 2016

Em 06/06/2016 foi publicado no DODF nº 106, Seção III, p. 35/37, o Edital nº 08/2016, que tratava do Processo Seletivo Interno Simplificado (PSIS) de professores da carreira de magistério da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para compor banco de talentos para exercício futuro de tutoria, no curso de graduação em pedagogia, da Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF. O Edital deu origem a 02 (duas) etapas: 1ª etapa) seleção de professores, por meio de análise documental; 2ª etapa) realização do *Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF*.

O *Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF* foi iniciado em 11 de julho de 2016, na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), nos horários matutino (8h às 12h) e vespertino (14h às 18h), com duração de 80 horas (60h presenciais e 20h a distância), em conformidade com os itens 7 e 8 do Edital nº 08/2016. O curso foi interrompido por determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), fato que inviabilizou a oferta do Curso de Graduação no exercício de 2016.

**2017**

A Portaria nº 450/2017 da SEDF homologou o parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal aprovando o credenciamento da Escola Superior de Gestão – ESG e autorizou a oferta do Curso de Graduação Tecnólogo em Gestão Pública. A FUNAB e a EGOV estão trabalhando em um Acordo de Cooperação Técnica para detalhar os módulos da primeira série do curso de graduação e capacitar tutores e preceptores para o início efetivo do mesmo.

### **3. Oferecer 2 Cursos de Pós-Graduação (FUNAB);**

**2016**

Embora a Escola Superior de Magistério tenha sido credenciada junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, o não funcionamento no âmbito da SEDF, impõe um limite importante para as ações de execução da FUNAB.

Dessa forma, esta Fundação elaborou uma proposta de Pós-Graduação acadêmica que poderia se realizar somente após o início das atividades do Curso de Graduação em Pedagogia da Escola Superior de Magistério. Considerando que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios interrompeu o processo seletivo interno de tutores para o referido curso, o Programa de Pós-Graduação não se realizou nos moldes propostos inicialmente.

**2017**

Para contornar o impedimento apostado à Escola Superior de Magistério, em função de decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, esta Fundação, em 2017, planejou duas especializações para ocorrerem em 2018: uma a ser ofertada à Polícia Civil e outra a ser ofertada a professores da SEDF

### **4. Oferecer 10 Cursos de Extensão Universitária (FUNAB).**

**2016**

Foram realizados 3 (três) cursos de extensão.

A partir da parceria com a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), a FUNAB elaborou e realizou dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), com um total de 72 (setenta e duas) pessoas capacitadas. O primeiro curso, realizado de 04 a 24/05/2016 nas dependências da APC, com carga horária de 60 horas, envolveu os formadores da instituição, entre eles: Agentes de Polícia, Delegados e Papiloscopistas. O segundo curso, nos mesmos moldes, realizado no período de 23/11 a 14/12/2016, envolveu os Peritos Criminais que irão atuar como formadores no curso de pós-graduação a ser ofertado na APC em 2017. Ambos os cursos contaram com a participação de cursistas de outros dois parceiros institucionais da FUNAB: o Instituto Federal de Brasília (IFB) e a Escola Técnica de Saúde de Planaltina, com os quais a FUNAB deverá articular formações específicas em 2017.

O *Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério (ESM/SEDF)* deu-se na modalidade de extensão universitária. No entanto, não foi considerado nos indicadores de desempenho, uma vez que não foi concluído, tendo sido interrompido por determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

**2017**

A partir da parceria com a Escola Técnica de Saúde de Planaltina (CEP Saúde) da SEE, a FUNAB elaborou e realizou 02 (dois) cursos de extensão denominados "Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)", resultando na formação de 29 cursistas. O curso de especialização para os docentes da SEDF, em fase de planejamento, também envolve uma ação de extensão a ser desenvolvida com unidades escolares do ensino fundamental.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1672	MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO	UNIDADE			240	0	720	0	1.440	2.400	FUNAB / UO 18202 / OE 6
1673	MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO	UNIDADE			60	0	120	0	120	120	FUNAB / UO 18202 / OE 6
1674	MATRÍCULA NA EXTENSÃO	UNIDADE			120	72	180	29	300	300	FUNAB / UO 18202 / OE 6
1675	MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	UNIDADE			-	-	1.500	0	3.000	4.500	FUNAB / UO 18202 / OE 6

### Justificativas 2016

**Indicador 1672** - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida em razão do não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), devido ao cancelamento do Processo Seletivo Interno Simplificado de profissionais, determinado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

**Indicador 1673** - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de pós-graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida, pois, cursos de pós-graduação, pela legislação atual, só se dão em instituições de ensino superior. Nesse sentido, o não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), também impediu o desenvolvimento da pós-graduação.

**Indicador 1674** - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de extensão da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta foi parcialmente cumprida com a matrícula de 72 (setenta e dois) cursistas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), Instituto Federal de Brasília (IFB) e Escola Técnica de Saúde de Planaltina, em dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

**Indicador 1675** - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados na graduação - educação à distância da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. Não existe meta estabelecida para o exercício de 2016.

### Justificativas 2017

**Indicador 1672** - As restrições impostas pela obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a carência de recursos humanos e materiais atuaram como impeditivo para a implantação das Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros da FUNAB, como SEDF, CBMDF, JBB, EGOV e PCDF que, após credenciamento, também ofertarão cursos de graduação.

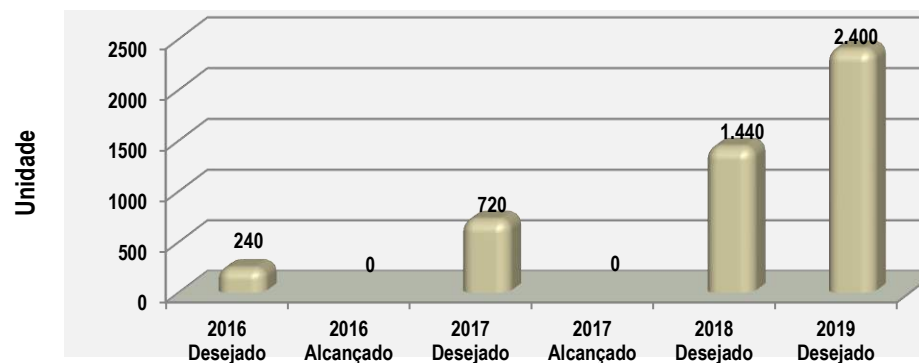
**Indicador 1673** - Em função da Legislação Vigente, apenas Instituições de Ensino Superior em funcionamento poderão ofertar cursos de pós-graduação. Assim, como as Unidades Acadêmicas previstas ainda não entraram em funcionamento, a meta não pôde ser atingida.



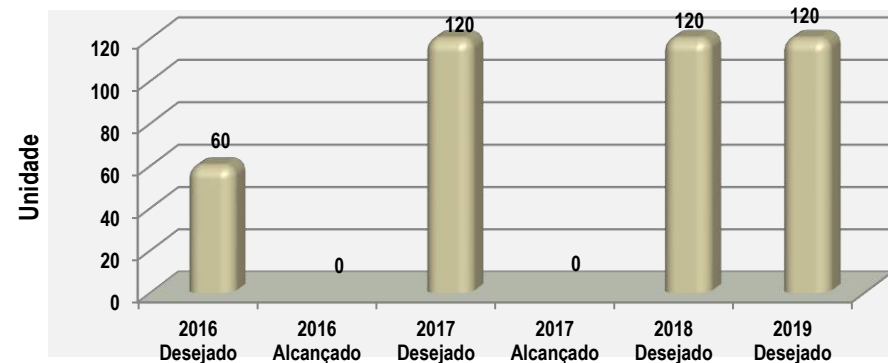
**Indicador 1674** - A meta foi parcialmente atingida, tendo em vista a carência de Recursos Humanos e Matérias, que dificultou a implantação das Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros da FUNAB.

**Indicador 1675** - A meta não foi cumprida em razão dos protocolos exigidos pelo Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, para a oferta de Graduação à Distância, somado a isso a carência de recursos humanos e materiais. Os documentos exigidos encontram-se em fase de elaboração (PDI, PPI e PPC) dos cursos a serem ofertados pelas Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros SEDF, CBMDF, JBB, EGOV e PCDF, para serem apreciados pelo CEDF.

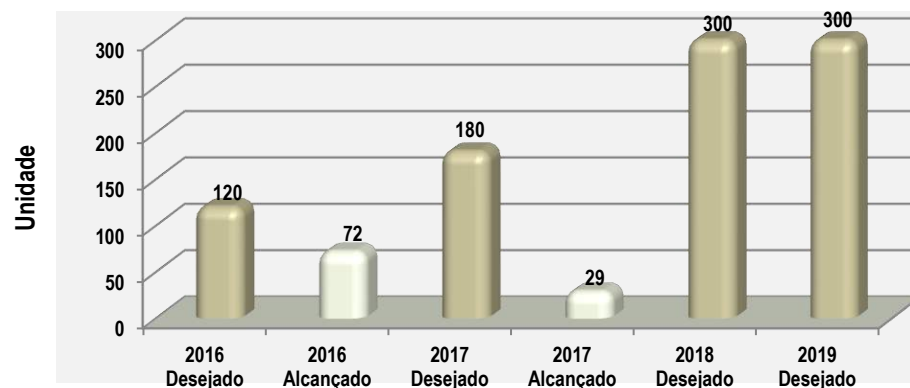
**MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO**



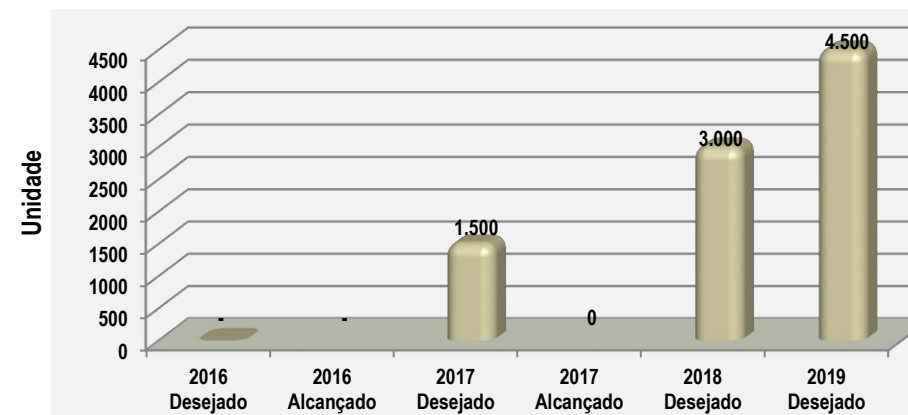
**MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO**



**MATRÍCULA NA EXTENSÃO**



**MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**



## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016 - 2017

À época da elaboração do PPA 2016-2019, considerou-se que a formação em nível superior era estratégica para a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal e RIDE, em geral, e dos serviços públicos ofertados pelo Governo do Distrito Federal, em particular. Haja vista, a ideia de uma universidade do Distrito Federal focada no desenvolvimento regional, como importante diferencial.

Em 2016, os principais resultados alcançados foram três: (i) criação da Escola Superior de Magistério (ESM); (ii) parcerias interinstitucionais e (iii) matrículas nos cursos de extensão.

Em síntese, a vida acadêmica consistente e substancial se dá em torno de uma graduação consolidada. A partir dela, as demais ações universitárias se desenvolvem para fortalece-la e expandi-la, como via de regra. Isso posto, o não funcionamento dos cursos de graduação na ESM se configurou em grande obstáculo. Contudo, ações foram desenvolvidas no sentido de fortalecer parcerias e atividades outras. Nesse sentido, uma das pactuações importantes se deu com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), por meio de sua Escola de Governo (EGOV), cuja parceria institucional levou à elaboração de documentação pertinente ao pedido, junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), de credenciamento da Escola Superior de Gestão (ESG) e de autorização de funcionamento do curso superior tecnológico de gestão pública, ao longo do ano de 2016. Outras parcerias foram desenvolvidas ao longo desse ano, cujas ações se evidenciam, por exemplo, em: (i) Grupo de Trabalho Escola de Música de Brasília – parceria com a SEDF, Portaria n. 54, de 8 de março de 2016; (ii) Grupo de Trabalho Instituto Federal de Brasília (IFB); (iii) Curso de Formação Docente em Metodologias Ativas – parceria com o CEP Saúde, Planaltina; dentre outros.

A oferta de vagas por meio da extensão universitária está avançada. Foram 47 (quarenta e sete) estudantes na primeira edição do curso ofertado de Metodologias Ativas para a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal; na segunda edição foram 25 (vinte e cinco). A seguir, foram 80 (oitenta) estudantes que cursaram o curso de Iniciação às Práticas de Metodologias Ativas, em parceria com a SEDF (inconcluso), motivo pelo qual esse quantitativo não foi incluído nos indicadores de desempenho.

Os obstáculos encontrados na implantação da ESM têm prejudicado muito o cumprimento dos objetivos propostos por esta Fundação. Em 2017, foram interpostas várias ações para reverter a decisão judicial, mas os tempos do Poder Judiciário são próprios, não havendo como abreviá-los. Alternativas vem sendo construídas: resposta a demandas por setores e órgãos do GDF para criação de novas Escolas Superiores com a Escola Superior de Gestão junto com a EGOV ( já credenciada pelo CEDF); estruturação de um Curso de Especialização em Segurança Pública a ser ofertado no primeiro semestre de 2018 , demanda da Academia de Polícia da PCDF; elaboração do PPI, PCI e PPC para criação da Escola Superior de Bombeiros, demanda do CBMDF; elaboração do PPI, PCI e PPC para criação da Escola Superior do Cerrado, atendendo demanda do JBB; elaboração de instrumentos jurídicos para firmar Termo de Cooperação e/ou Convênios entre a FUNAB e órgãos do GDF e do Governo Federal (caso do IFB) para regular a implantação das Escolas Superiores e respectivos cursos para oferta de graduação e pós-graduação, além de ações de extensão.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.

**PROGRAMA TEMÁTICO:**

**6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA**

**OBJETIVO GERAL:**

Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 09 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

<b>24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP</b>
<b>001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO:</b> Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública.
<b>002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE :</b> Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.
<b>003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES:</b> Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.
<b>004 – PAZ NO TRÂNSITO:</b> Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.
<b>005 – CULTURA DE PAZ:</b> Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.
<b>006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS:</b> Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade.
<b>24105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF</b>
<b>007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE:</b> Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)

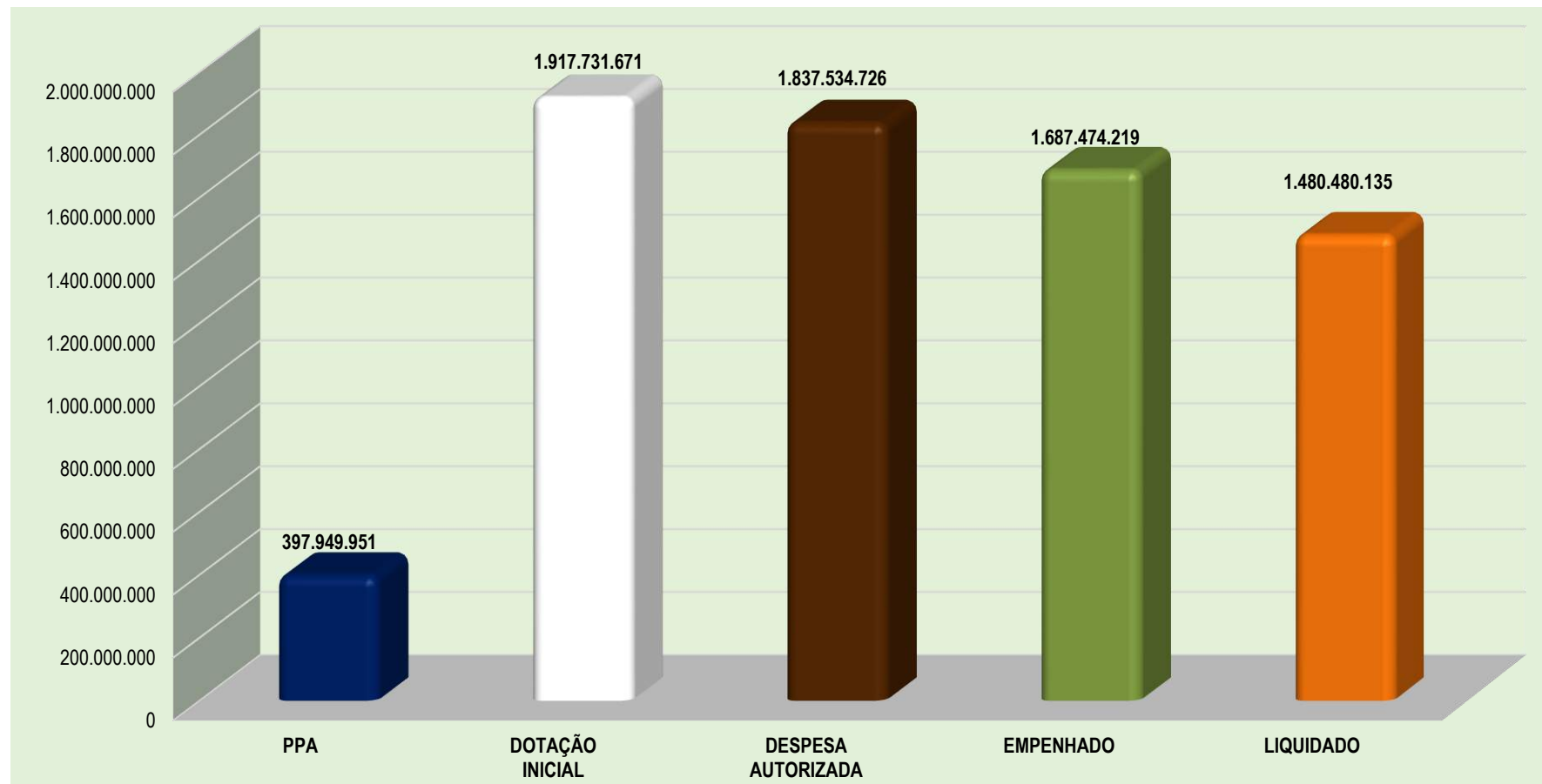
AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1094 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA INFORMATIZADA	7.710.000	0	0	0	0	0	0
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	8.000.000	0	0	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	14.396.466	916.232	385.683	25.332	25.332	0	0
1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS	11.613.000	0	0	0	0	0	0
1482 - REFORMA DE QUARTÉIS	4.159.000	700.000	0	0	0	0	0
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	800.000	800.000	250.000	0	0	0	0
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.240.226	20.200.000	53.319.782	4.357.868	4.067.868	195	182
1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	450.000	0	0	0	0	0	0
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	77.128	0	0	0	0	0	0
2205 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	208.000	0	0	0	0	0	0
2322 - BOMBEIRO AMIGO	45.988	150.000	0	0	0	0	0
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	19.329	80.000	80.000	0	0	0	0
2340 - BOMBEIRO MIRIM	24.682	200.000	100.000	8.308	8.308	34	34
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	55.000	0	0	0	0	0	0
2362 - CENTRO PILOTO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	130.000	0	0	0	0	0	0
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	358.188	500.000	150.000	97.035	90.659	27	25
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	2.500.000	2.000.000	1.440.000	717.165	717.165	29	29
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	41.220.974	34.557.816	59.370.801	53.570.464	48.891.157	130	119
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	26.127.000	26.370.000	40.674.175	38.743.132	37.846.073	148	145
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	10.000.000	0	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.015.000	0	0	0	0	0	0
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	1.212.500	2.510.000	7.392.266	647.717	467.428	53	39
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	25.400.000	31.852.323	28.032.521	23.408.813	19.703.584	92	78
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	6.100.000	13.300.000	16.335.663	12.716.991	9.970.515	208	163
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCRR	5.188.028	500.000	0	0	0	0	0
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	6.233.949	3.700.000	0	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	316.235	150.000	0	0	0	0	0
2779 - ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE DESORDEM PÚBLICA (INCIVILIDADES)	329.329	0	0	0	0	0	0
2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	156.000	8.001	0	0	0	0	0
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	6.400.000	6.350.000	9.450.000	6.566.865	5.462.101	103	85
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000.000	8.750.000	9.005.103	8.173.001	7.285.472	82	73
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	2.100.000	1.500.000	1.719.000	405.389	405.389	19	19
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	6.536.861	600.000	479.443	0	0	0	0
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	21.106.170	18.630.932	79.830.534	38.343.258	20.219.995	182	96
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	50.000	0	0	0	0	0	0
3051 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER	56.000	0	0	0	0	0	0
3061 - IMPLANTAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE GÊNERO	7.000.000	0	0	0	0	0	0
3062 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS	5.000.000	0	0	0	0	0	0
3063 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL - UCOP	11.000.000	0	0	0	0	0	0
3080 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	567.394	0	0	0	0	0	0
3083 - AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA	100.000	0	0	0	0	0	0
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	100.000	100.000	7.864	0	0	0	0
3095 - CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE TRÂNSITO	400.000	0	0	0	0	0	0
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	15.876.219	0	0	0	0	0	0
3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	3.175.500	0	0	0	0	0	0
3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	199.540	100.000	0	0	0	0	0
3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	1.834.624	4.300.000	3.378.993	0	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	60.069	30.000	0	0	0	0	0
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	600.000	600.000	313.000	292.000	292.000	49	49
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	3.036.264	1.500.000	670.000	517.243	517.243	17	17
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	312.000	10.001	0	0	0	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	23.804.230	3.800.000	61.155	55.092	55.092	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500.000	523.572	173.572	173.517	0	35	0
3646 - (EP)CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL	12.000.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	4.511.147	1.080.000	1.458.000	1.229.545	968.374	27	21

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.178.415	1.100.000	533.000	494.365	494.365	42	42
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	15.637.948	1.000.000	0	0	0	0	0
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	100.000	20.000	1.000	0	0	0	0
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	6.500.000	0	0	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6.055.344	140.000	1.050.000	1.025.122	1.025.122	17	17
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.813.239	100.000	0	0	0	0	0
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	13.700.000	13.216.000	10.293.984	10.267.648	6.306.413	75	46
4122 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA	120.000	128.300	372	0	0	0	0
4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	15.768.432	1.000.000	54.200	50.491	50.491	0	0
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	4.900.000	5.000.000	5.140.000	3.263.934	3.263.934	67	67
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	3.100.000	2.000.000	2.000.000	1.739.110	1.739.110	56	56
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	1.012.020	210.000	984.536	657.331	615.427	65	61
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	1.000.000	500.000	251.084	196.211	196.211	20	20
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	10.379.053	11.127.038	22.553.612	1.292.234	1.221.172	12	12
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	273.460	0	0	0	0	0	0
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>73.570.487</b>	<b>221.910.215</b>	<b>356.939.343</b>	<b>209.035.181</b>	<b>171.906.000</b>	<b>284</b>	<b>234</b>
<b>Fundo Constitucional do DF (Segurança Pública)</b>	<b>324.379.464</b>	<b>1.695.821.456</b>	<b>1.480.595.383</b>	<b>1.478.439.038</b>	<b>1.308.574.135</b>	<b>456</b>	<b>403</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6217</b>	<b>397.949.951</b>	<b>1.917.731.671</b>	<b>1.837.534.726</b>	<b>1.687.474.219</b>	<b>1.480.480.135</b>	<b>424</b>	<b>372</b>

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:(24.101 – SSP, 24.105 PCDF, PMDF, CBMDF, DETRAN)

### PROGRAMA 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (Valores em R\$)



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública.

**UNIDADES RESPONSÁVEIS:**

24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	1	Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	2	Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	25			25	25,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	3	Reestruturar o policiamento comunitário; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-			-	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	4	Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades); (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-			-	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	5	Reduzir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasileira; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	6,98	8,60			30	50,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	6	Diminuir, anualmente, em 29 segundos o tempo médio decorrido entre o despacho da ocorrência e a disponibilização do socorro no local do evento para as ocorrências APH (Atendimento Pré-Hospitalar), salvamentos, incêndios urbanos e acidentes automobilísticos, de modo a atingir índices cada vez mais favoráveis à população; (CBMDF)	8:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	9:47	-			-	0,0%

\*Não foi possível mensurar a meta.



## **Análise Qualitativa**

### **1. Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências (SSP);**

**2016**

Foi publicada Portaria Conjunta Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2016, que instituiu medidas emergenciais de reestruturação do funcionamento da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE, o que proporcionou o atingimento de 77,67% de chamadas atendidas em dezembro de 2016.

**2017**

Meta atingida. Em 2017, graças às medidas de reestruturação, o Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE aumentou para 92,24% (dez/2017), ultrapassando a meta estimada de 85%; o que pode ser creditado à efetividade das alterações estruturais realizadas no ano anterior, bem como a capacitação dos atendentes e despachantes no “Curso para Atendimento e Despacho de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal/ Copom”, com carga horária de 12 h/a, organizado pela SEVAP, no período de 29 a 31 de março, nas instalações da EGOV e com certificação da SEVAP para 25 capacitados.

### **2. Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública (SSP);**

**2016**

Meta parcialmente atingida. Foram adquiridos 272 terminais de radiocomunicação digital, 100 terminais de comunicação digital tetra portátil, e 677 terminais de radiocomunicação.

**2017**

Meta parcialmente atingida. Durante o exercício de 2017, foi realizada a contratação de uma nova empresa especializada na execução de serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica (instalação, manutenção e certificação) com fornecimento de materiais nas redes existentes que suportam a Solução de Videomonitoramento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A Solução de Videomonitoramento proporcionará o aprimoramento da comunicação entre as Forças de Segurança Pública do Distrito Federal, uma vez que será capaz de monitorar áreas estratégicas das Regiões Administrativas do DF e permitirá a vigilância eletrônica de vários locais ao mesmo tempo com um número reduzido de operadores. A Solução de Videomonitoramento é uma ferramenta importante de reforço na segurança que permitirá visualizar, em tempo real, situações que necessitem de um controle detalhado dos acontecimentos e dimensionar a gravidade de uma ocorrência para o envio do atendimento adequado, bem como garantirá o armazenamento de imagens para posterior análise, nos casos de investigação criminal. A solução permitirá, ainda, uma gestão mais eficaz dos recursos humanos disponíveis para atendimento de emergências, pois as forças de pronta resposta somente são enviadas se comprovada a necessidade.

As imagens serão capturadas por câmeras e transmitidas por meio de rede de cabos de fibra ótica a grandes distâncias das Centrais de Monitoramento Regional (CMR), localizadas em 04 (quatro) áreas do Distrito Federal e uma Central de Monitoramento Centralizada (CMC), situada na Secretaria de Segurança Pública do DF, onde permanecem armazenadas as imagens capturadas por período determinado de tempo. As imagens também serão disponibilizadas aos profissionais da Polícia Militar e Polícia Civil, respectivamente, para diminuir o tempo de resposta de ocorrências registradas pelas câmeras e servir de banco de dados para investigação criminal dos delitos gravados.

### **3. Reestruturar o policiamento comunitário (SSP);**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

Considerando que o cumprimento da meta de reestruturação do policiamento comunitário compete essencialmente à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a SSP/DF informa que, no momento da Avaliação do PPA, esta meta será renomeada para “Prover qualificação relativa ao Policiamento Comunitário”. No entanto, cumpre esboçar as principais ações desenvolvidas por esta pasta com o intuito de Reestruturar o policiamento comunitário.

Em 2017, esta SSP/DF passou por uma reestruturação orgânica, Decreto nº 38.046, a qual possibilitou a criação da Diretoria de Segurança Comunitária dentro da estrutura da Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC). Tal iniciativa fortaleceu o acompanhamento e difusão da filosofia de polícia comunitária no Distrito Federal.

As várias iniciativas de amadurecimento da política de policiamento comunitário continuaram sendo realizadas, a exemplo do Seminário Internacional para multiplicação da filosofia de Polícia Comunitária, fruto do Acordo de Cooperação Técnica Internacional para implementação do Projeto de Difusão Nacional da Polícia Comunitária no Brasil, o qual contou com palestras de profissionais da Secretaria Nacional de Segurança Pública e peritos japoneses. O Seminário foi realizado na Escola de Governo (EGOV) e reuniu os embaixadores do Japão, da Espanha, da Nicarágua e de El Salvador; além de representantes das forças de segurança, dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), líderes comunitários e profissionais do sistema de segurança pública; totalizando 176 (cento e setenta e seis) pessoas. Ademais, um policial militar do DF participou do Curso de Gestor de Polícia Comunitária - Sistema Koban, realizado em Tóquio, a fim de absorver experiências e atuar como multiplicador.

Entre os meses de julho e setembro de 2017, com o intuito de proporcionar a maior participação social nas ações de segurança pública, e propor o alinhamento de conceitos e troca de experiências, a SSPDF promoveu o curso “Promotor de Polícia Comunitária”, o qual capacitou 76 (setenta e seis) pessoas entre servidores da segurança pública e líderes comunitários das regiões administrativas do Paranoá e de Planaltina, áreas consideradas de risco.

No dia 22 de novembro de 2017, esta SSP celebrou o Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para a implementação e expansão da abordagem de justiça restaurativa no DF. A cooperação se dará, inicialmente, por meio da capacitação de servidores e comunidade na referida abordagem, a qual será realizada pelo TJDFT, e, por outro lado, haverá o encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e criminal para os projetos de prevenção da SSP. Nesse primeiro momento, será executado um projeto piloto na região administrativa de Planaltina.

Dessa forma, a Secretaria de Segurança Pública vem fomentando a adoção de práticas que fortaleçam a proposta de policiamento comunitário, com a aproximação e integração do cidadão com a polícia, a fim de romper o distanciamento entre estes atores.

#### **4. Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades) (SSP);**

##### **2016**

Os eixos que orientam as ações do programa Viva Brasília – Pacto pela Vida, são: combate aos crimes contra a vida, como homicídios, roubos seguidos de morte e lesões corporais seguidas de morte; crimes contra o patrimônio, que incluem roubos a pedestres, em coletivos e em comércio; além da melhoria dos serviços de segurança oferecidos à população, que refletem na qualidade de vida e na sensação de segurança.

Contudo outros fenômenos atuam diretamente para que as pessoas se sintam inseguras, e são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles estão problemas com som alto, falta de iluminação pública, lixo e resíduos acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, esta ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do “Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida”. Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

##### **2017**

A Meta foi atingida como demonstrado nas ações a seguir, porém a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria Especial da Ordem Pública e Social – SEOPS. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

É importante observar as ações integradas realizadas por esta SSP e outros órgãos, visando mitigar fenômenos que impactam diretamente na sensação de insegurança da população, são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles, problemas como som alto, falta de iluminação pública, lixo e resíduos acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido, foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016 – a qual revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença

do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas em situação de rua, encaminhando-as a abrigos públicos.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil, o Setor Comercial Sul não registrou, entre outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio e ocorrências relativas ao uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente; tal iniciativa tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida, programa que possui como uma de suas iniciativas a divisão territorial do Distrito Federal em Áreas e Regiões integradas de segurança pública e do monitoramento através de grupos de trabalhos com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da Sociedade.

Resumidamente, a Região Integrada de Segurança Pública (RISP) consiste na instância de deliberações sobre encaminhamentos para os problemas estruturais que repercutem em mais de uma Área Integrada de Segurança Pública (AISP). Cada uma das RISPs é composta por cinco AISPs. É competência desse comitê, portanto, estabelecer e coordenar as operações integradas e diretrizes para o enfrentamento dos problemas comuns e propor soluções estruturantes a serem mobilizadas e consolidadas nos comitês de governança seguintes.

Em 2017, esta Secretaria passou a contar com a figura dos articuladores territoriais, personagens que fortaleceram o supracitado modelo de gestão, o qual preceitua a importância da mobilização da comunidade para autoproteção e resolução de problemas que geram crises, com foco na resolução de problemas geradores de crime e desordem. Assim, os articuladores territoriais, em conjunto com os Conselhos de Segurança Comunitários (CONSEGs), trazem ao poder público as demandas de incivildade e desordem pública da sua região, propiciando o incremento da metodologia de mapeamento desses riscos e contribuindo para o plano de intervenção estatal. Assim, a polícia assume funções que não se limitam apenas à repressão ou a atendimentos emergenciais, pois o trabalho preventivo de saneamento de desordens tende a minimizar ou, até mesmo, evitar que problemas se desdobrem em situações mais complexas e de maior perigo.

## **5. Reduzir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasileira (PMDF);**

### **2016**

A diminuição de 6,98% nos índices de violência e criminalidade se refere aos crimes de Homicídio, Latrocínio e Homicídio tentado. Foi utilizada essa metodologia, pois a apuração desses crimes transmite dados de maior confiabilidade, visto que todos os homicídios são registrados nos órgãos de segurança pública, afastando assim a cifra negra.

### **2017**

Nesse exercício, houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade.

## **6. Diminuir, anualmente, em 29 segundos o tempo médio decorrido entre o despacho da ocorrência e a disponibilização do socorro no local do evento para as ocorrências APH (Atendimento Pré-Hospitalar), salvamentos, incêndios urbanos e acidentes automobilísticos, de modo a atingir índices cada vez mais favoráveis à população (CBMDF);**

### **2016**

A redução gradual no tempo de chegada das guarnições do socorro é elencada como meta, dada a importância do fator tempo em relação a preservação da vida e das propriedades. Para alcançar esta redução estão em andamento iniciativas de capacitação dos militares que recebem as notícias dos sinistros, e a melhora sistemática do processo de atendimento e despacho, fase crucial para o acionamento das equipes de socorro. Encontra-se em implantação o sistema “Fênix” do qual almeja-se maior agilidade no atendimento e despacho permitindo o pronto acionamento das equipes e início do deslocamento. Aliado a isso, ocorrem medidas estruturais com a ampliação da rede de atendimento do CBMDF com a construção, ampliação e reforma das unidades operacionais, e a aquisição de viaturas e equipamentos que propiciem maior agilidade ao atendimento.

A meta definida para 2016 não foi alcançada propriamente, no entanto, permanecemos próximos a ela, as medidas de capacitação, implementação de sistema e ampliação da rede de atendimento constituem um processo, ao que esperamos contribuir positivamente para o alcance das metas. Existem ainda fatores externos que interferem, tais como o cenário de mudanças na

legislação previdenciária que tem impelido militares a ingressarem antecipadamente na reserva remunerada, diminuindo o efetivo disponível para guarnecer os quartéis, e retirando da atividade fim, profissionais experientes, sendo que o tempo exigido para desenvolvimento de habilidades e experiência é superior ao período disponível para alcançar as metas.

**2017**

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1576	OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA	UNIDADE	4.155,53	31/07/2015	17.600	20.913	18.800	24.786	20.000	21.200	PMDF / UO 24103 / OE 1
1577	EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO	UNIDADE	2.924	31/12/2014	2.818	2.906	2.800	1.033	2.795	2.834	DOP/PMDF / UO 24103 / OE 1
1578	QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)	UNIDADE	1.353	31/12/2014	1.500	2.339	1.500	3.420	1.500	1.500	UPM <sub>2</sub> s/ PMDF / UO 24103 / OE 1
1579	TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO	MINUTO	8,18	31/08/2014	9,26	9,47	8,57	4,62	8,29	8	SeGeo/ CBMDF / UO 24104 / OE 1
1582	CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE	%	78	31/07/2014	80	77,67	85	92,24	90	95	SOPS/SSP / UO 24101 / OE 1

### Justificativas 2016

**Indicador 1576** - O número apresentado se origina da divisão do número total de ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Distrito Federal pela quantidade de meses do ano. Foi possível superar a meta tendo em vista várias ações desenvolvidas pelo Comando da Corporação de intensificação da ação de presença, com o enxugamento do efetivo administrativo, utilização das Cotas de Serviço voluntário gratificado, o que propiciou a otimização do processo finalístico gerando maior efetividade no serviço operacional.

**Indicador 1577** - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar, tendo superado a meta prevista para o período, mesmo em detrimento da redução do efetivo da corporação em decorrência dos excessivos pedidos de ingresso na reserva remunerada, o que diminuiu sobremaneira o efetivo disponível para o pronto emprego.

**Indicador 1578** - Informamos que o resultado apresentado representa o público que assistiu às palestras ministradas. A meta foi superada devido à intensificação das palestras voltadas ao problema com a especialização e aumento do efetivo afim aumentar o alcance da atividade de prevenção primária do crime e da violência.

**Indicador 1579** - Conforme análise do indicador institucional equivalente, o resultado vem mantendo-se no mesmo patamar nos últimos quatro anos. Este indicador passou a constar como objetivo estratégico para o ciclo 2017-2020. Fatores como quantidade de viaturas e militares, rotina de atendimento do CIADE e deslocamento até o local influenciam no resultado. Essas variáveis vêm sendo trabalhadas, a fim de potencializar o alcance das próximas metas, que são ainda mais ousadas e desafiadoras.

**Indicador 1582** - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido à reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

### Justificativas 2017

**Indicador 1576** - O indicador apresentado consiste na divisão total do número de ocorrências atendidas pela PMDF pela quantidade de meses do ano. Verifica-se que a meta foi superada e continua em tendência de crescimento em relação ao ano imediatamente anterior. A Intensificação da ação de presença, confiança da população na PMDF para solução de conflitos e o retorno do atendimento e despacho (COPOM) pela corporação são fatores que influenciaram diretamente no aumento do atendimento de ocorrências.

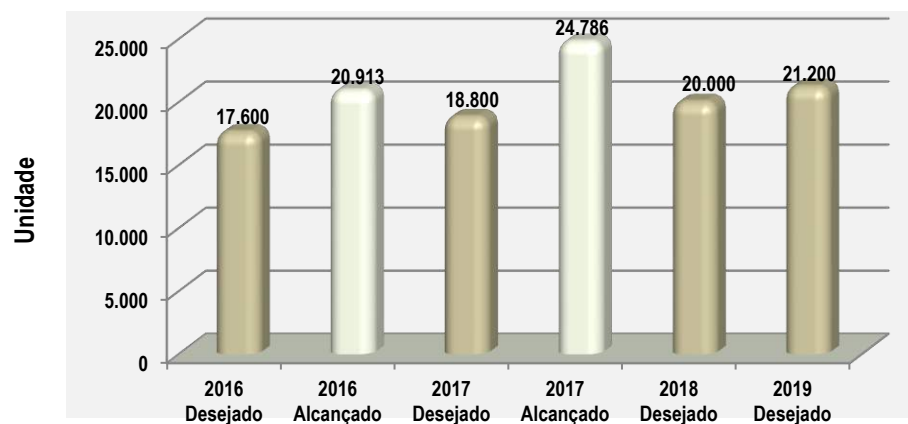
**Indicador 1577** - Redução decorrente do número crescente de aposentadorias. Não obstante, existem processos seletivos para contratação de pessoal em andamento para recompor o quadro da corporação.

**Indicador 1578** - Este número não se refere a quantidade de palestras, mas ao número de pessoas que assistiram às palestras ministradas por policiais militares que atuam no PROVID.

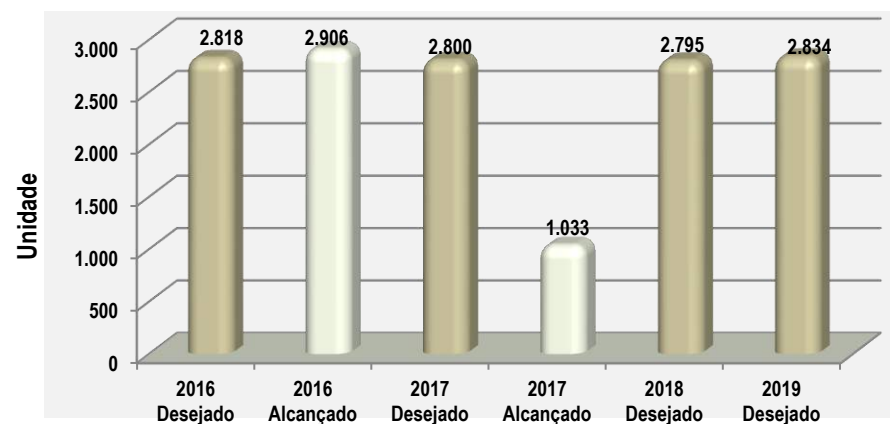
**Indicador 1579** - O tempo foi obtido de forma indireta, devido à mudança no sistema de registro de ocorrências (Fênix) e à nova classificação. A implantação do sistema Fênix e a transferência do despacho para os Grupamentos de Bombeiro Militar do CBMDF tiveram impacto positivo na redução do tempo para atendimento.

**Indicador 1582** -2017 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

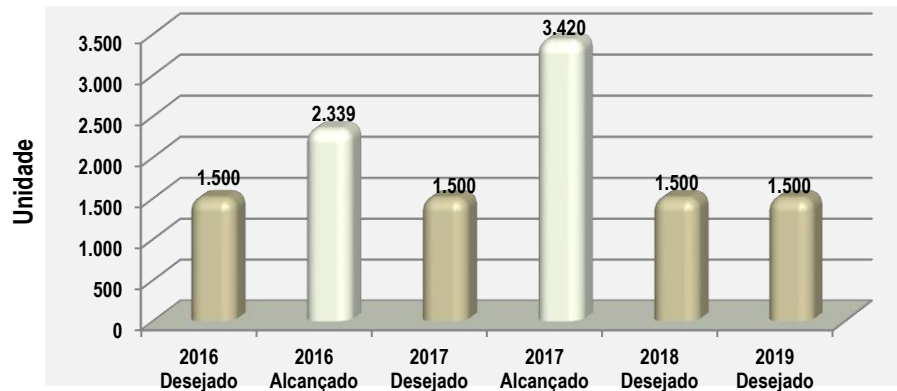
**OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA**



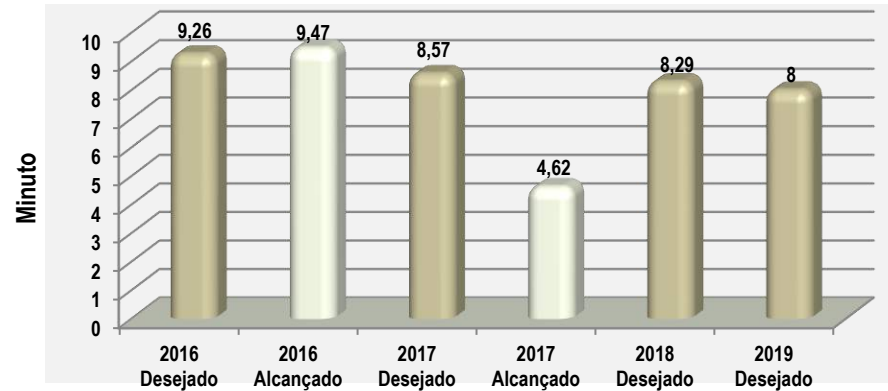
**EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO**



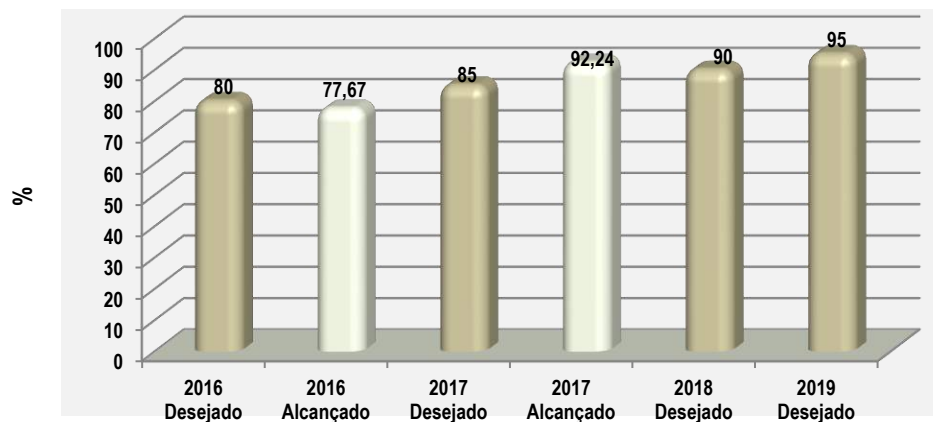
**QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)**



**TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO**



**CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	1	1	Implementar uma cultura de prevenção ao crime; (PMDF)	24103	-	<p><b>2016</b> Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição.</p> <p><b>2017</b> Trata-se de uma meta qualitativa onde o viés principal e a sensação de segurança sentida pela sociedade desta forma realizar a mensuração de sensação de segurança ficou prejudicada.</p>
6217	1	2	Implementar ações de mediações de conflito em todos os níveis de infrações penais, inclusive nas de menor potencial ostensivo; (PMDF)	24103	70%	<p><b>2016</b> Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição.</p> <p><b>2017</b> Em fase de implementação, com aproximadamente 70% da ação já em execução.</p>
6217	1	3	Realização de palestras para alunos, professores e pais, em toda a rede escolar do DF, agindo diretamente na prevenção primária; (PMDF)	24103	50%	<p><b>2016</b> A Polícia Militar do Distrito Federal realizou 386 palestras para alunos, professores e pais, em toda a rede escolar do DF, atendendo um público de 25.220 participantes.</p> <p><b>2017</b> Neste exercício a Corporação aumentou muito sua produção, sendo realizadas 70.168 palestras, incluindo aí, o PROERD, TEATRO RODOVIA, PROJETO LOBO GUARÁ, PROVID entre outros agindo diretamente na prevenção primária ao crime e a violência.</p>
6217	1	4	Reestruturação do Policiamento comunitário; (PMDF)	24103	2,75%	<p><b>2016</b> A PMDF iniciou em 2016 o processo de ampliação das atividades do PROVID, estendendo-o para todas as regiões administrativas do Distrito Federal. Instaurou também uma comissão com objetivo de estudar mecanismo para incrementar o policiamento comunitário. Contudo, não foi possível apurar o grau de implementação.</p> <p><b>2017</b> Segundo dados coletados no Centro de Políticas Públicas da PMDF, com a reestruturação do Policiamento Comunitário da PMDF, foram alcançados 2,75% da População com nossos programas de prevenção primária ao crime e violência. Isso representa 83.701 pessoas, em uma população de 3.039.444 habitantes</p>
6217	1	5	Ampliação das operações "RIC" (Redução dos Índices de Criminalidade); (PMDF)	24103	0%	<p><b>2016</b> A Corporação realizou diversas Operações, a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, porém nenhuma Operação foi denominada como RIC. Isso será revisto para os anos seguintes.</p> <p><b>2017</b> Embora a corporação tenha realizado diversas operações a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, nenhuma dessas operações foi denominada "RIC". As ações de combate ao crime e à violência foram ampliadas, a despeito da perda de um número considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada. Isso demonstra o alto grau de eficiência das operações.</p>
6217	1	6	Realização de capacitação continuada. (PMDF)	24103	27,97%	<p><b>2016</b> No ano de 2016, foram 1.575 operadores da Segurança Pública formados em diversos cursos patrocinados pela PMDF.</p> <p><b>2017</b> No exercício financeiro de 2017 foram realizados 1.560 cursos de formação e aperfeiçoamento de operadores da segurança pública, representando 13,92% do efetivo da corporação do serviço ativo</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2017

### SSP

O Objetivo Específico “**Qualidade do Atendimento ao Cidadão: realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública**”, caracteriza-se pela incessante busca por parte desta Secretaria no sentido de implementar práticas que aprimoram e ampliam o acesso do cidadão aos serviços públicos de qualidade. O exercício da democracia e a preservação dos direitos e garantias inerentes têm exigido dos órgãos incumbidos de exercerem a segurança pública a adoção de modelos de gestão que ampliem a capacidade de atender, com mais eficiência, eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social em perfeita consonância com as unidades vinculadas do respectivo sistema, tem implementado ações que visam ao aprimoramento da gestão dos serviços públicos correlatos, à ampliação da participação e do controle social por parte do cidadão, bem como o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de segurança pública.

Deste modo, investimentos em modernização e ampliação de infraestrutura e equipamentos foram realizados buscando o aumento da qualidade do atendimento prestado ao cidadão. Da mesma forma, fez-se necessário o investimento contínuo em recursos humanos, por intermédio da capacitação profissional permanente.

Nesse contexto, o atual modelo é objeto de exaustivas discussões travadas com o escopo de promover a reestruturação das ações e canais de atendimento às ocorrências, ao aprimoramento dos sistemas de comunicação das forças e intensificação dos investimentos em polícia comunitária, mediação e conciliação.

Desta maneira, reconhecer o trabalho do profissional de segurança pública, através de projetos e programas de valorização que incentivem e fortaleçam as carreiras, é umas das principais estratégias para conferir eficiência às organizações da segurança, além de aperfeiçoar continuamente a qualidade dos serviços prestados à população.

Ademais, melhorar a qualidade dos serviços de segurança prestados, aproxima o cidadão do agente público e aumenta a confiança da população nas instituições de segurança pública, refletindo diretamente na satisfação com a sensação de segurança.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, em que se destaca: I) reestruturação da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; II) participação na Ação Centro Legal; III) realização da Pesquisa de Vitimização; IV) capacitação de 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento; e V) Ações de Valorização Profissional.

E referente a 2017: I) O Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE alcançou o patamar de 92,24% (dez/2017); II) realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa de Vitimização, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSP/DF, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial e Pesquisa de Violência nas Escolas; e III) Ações de Valorização Profissional.

### PMDF

A PMDF pautou suas ações em um conjunto de medidas com o objetivo de reduzir a violência e estabelecer a paz social. Tais ações são alicerçadas por valores que orientam a construção da política de segurança, sendo eles: articulação entre segurança pública e direitos humanos; incorporação da política de melhoria da gestão; prioridade no combate aos crimes letais intencionais e violentos contra o patrimônio. Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a PMDF fomentou programas que visam o aprimoramento da gestão dos serviços de segurança.

A Corporação envidou, ainda, esforços no sentido incrementar ferramentas de gestão relacionadas ao monitoramento, avaliação e controle dos serviços prestados. Nesse viés, desenvolveu o sistema Gênesis, onde é registrado as atividades policiais, o que melhorou o acompanhamento e planejamento das ações voltadas ao policiamento preventivo, bem como iniciou a implementação do COPM (Central de Ocorrências Policial Militar), cujo objetivo principal é o despacho das ocorrências do 190.



Além disso, no ano de 2016, iniciou-se uma intensa evolução do Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID) cujo objetivo é promover a segurança pública e os direitos humanos, atuando na prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar, tendo 03 eixos orientadores: ações e campanhas no âmbito da prevenção primária, em especial ações educativas, voltadas para prevenção à violência doméstica; ações de prevenção secundária, com foco nas famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio do policiamento ostensivo e visitas solidárias; e articulação em rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar, que envolve órgãos governamentais, não governamentais e a sociedade.

Por outro lado, considerando a disparada demográfica experimentada pelo Distrito federal, será necessária a contratação de servidores necessários para atender satisfatoriamente a progressão da população.

Nota-se que, mesmo diante de algumas dificuldades, tais como, problema com a escassez de servidores e falta de orçamento, a Polícia Militar vem evoluindo como órgão, tornando-se preparada para atender os anseios e demandas da sociedade. Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, cita-se o desenvolvimento do sistema Gênesis, onde é registrado as atividades policiais, a implementação do COPM (Central de Ocorrências Policial Militar), cujo objetivo principal é o despacho das ocorrências do 190, e ampliação das atividades do PROVID.

Em 2017, houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE: Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.**

#### UNIDADES RESPONSÁVEIS:

**24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	1	Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP); (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	2	Fortalecer a atividade pericial; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	100			100	100,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	3	Fortalecer o combate ao tráfico de drogas; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	4	Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	5	Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019 (PCDF)	44,34	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44,24	41,6			41,60	93,8%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	6	Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados, anualmente, em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)	83,39	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,79	62,96			62,96	75,5%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	7	Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado; (PCDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,76	98			98	98,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	8	Apreender uma média de 2.000 armas de fogo a cada ano; (PMDF)	8.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2.023	2.062			4.085	51,1%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	9	Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000 pelo Instituto de Criminalística, 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação. (PCDF)	324.300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	95.071	91.805			186.876	57,6%

### Análise Qualitativa

#### 1. Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP) (SSP);

2016

Meta não atingida.

2017

A SSP realizou a revisão do PPA 2016-2019 e será solicitada à SEPLAG a transferência de responsabilidade por entender que a matéria pertence à PCDF. Consta como ação concluída no Relatório das Iniciativas Estratégicas 2015-2018/PCDF, publicado em janeiro de 2018, referente ao Objetivo Específico Resposta Qualificada à Criminalidade, item 8), a criação do Serviço de Proteção à Pessoa na estrutura da Coordenação de Homicídios 2018.

#### 2. Fortalecer a atividade pericial (SSP);

2016

Em 01 de abril de 2016 a SSP/DF publicou aviso de Ratificação de Homologação e Adjudicação de Licitação, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense, em terreno localizado no Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal. Convênio 798.422/2013 MJ.

**2017**

A Meta foi atingida como demonstrado nas ações a seguir. No entanto, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

Consta no Relatório das Iniciativas Estratégicas 2015-2018/PCDF, publicado em janeiro de 2018, referente ao Objetivo Específico do PPA “Resposta Qualificada à Criminalidade”, nos itens: 15) Aquisição de 20 veículos (TrailBlazer) para uso nas atividades especiais e de perícia (concluído); 16) Utilização de 3 Pajeros e 6 Air Cross customizadas para uso da perícia criminal, com geladeira para transporte de vestígios; 17) Desenvolvimento do software CriminalDroid utilizado nas perícias externas do Instituto de Criminalística, proporcionando a confecção de laudo semiautomático (concluído); 18) Fortalecimento do uso de drones na perícias (em andamento); 19) Descentralização do Sistema LIMS, de gestão de vestígios - Sistema de Gestão e Informações Periciais - em delegacias: implantação na Coordenação de Repressão às Drogas (a iniciar em 2018); 33) Implantação do sistema de agendamento das perícias de pátio do Instituto.

### **3. Fortalecer o combate ao tráfico de drogas (SSP);**

**2016**

Publicado no DODF nº 168, de 05/09/2016, o Extrato de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia. O Acordo de Cooperação terá validade de 48 meses a contar da assinatura (em 19/8/2016) e tem por finalidade a conjugação de esforços dos partícipes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios, por meio de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, da integração do serviço de inteligência dos organismos de Segurança Pública, de ações integradas entre as instituições de Segurança Pública e/ou Defesa Social, de reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e à obtenção de resultados, de ações de prevenção de violências, de ações de repressão qualificada da criminalidade e do encaminhamento de proposições legislativas.

**2017**

Cabe ressaltar que são objetivos do Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes: redução dos crimes violentos letais intencionais; redução dos crimes violentos contra o patrimônio; aumento da confiança da população nas instituições de segurança pública e/ou Defesa Social e a melhoria da prestação do serviço público de segurança, aumento da identificação de autoria de homicídio, aumento de apreensão de armas, aumento de apreensão de drogas, aumento de desbaratamento de organizações criminosas, aumento das ações de combate a incêndio, salvamento, atendimento pré-hospitalar e ações de Defesa Civil; e, por fim, diminuição da vulnerabilidade social por meio da promoção de políticas de prevenção de violência e de inclusão social.

Desta feita, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela PCDF e a PMDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

### **4. Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF (SSP);**

**2016**

A Subsecretaria de Inteligência passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ (extrato do Acordo de Cooperação Técnica, publicado no DOU nº 140, de 22 de julho de 2016, Seção 3).

No dia 01 de julho de 2016, foi inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interstadual no prédio da SIOSP/SSP/DF. Nesse mesmo evento, foi formulado um Plano de Trabalho de todos os Comitês do Pacto Integrador - Gestor, de Análise Criminal, de Planejamento Estratégico e Operacional, de Inteligência e de Ações Sociais Integradas, o qual foi aprovado pelos Secretários de Segurança Estaduais e do Distrito Federal.

**2017**

Com a publicação do Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), houve o fortalecimento da atribuição finalística de manter um canal técnico interligando as Agências de Inteligência dos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal e a possibilidade de ampliação deste sistema, por meio de Termos de Cooperação ou instrumentos congêneres.

A Coordenação de Integração de Multiagências – CIM/SOPI/SSP/DF (antigo CICCR - Centro Integrado de Comando e Controle Regional) utiliza o modelo de gestão integrada com a participação de diversas agências diretamente relacionadas a operações e eventos de alta complexidade, permitindo que cada um dos participantes possa executar suas ações e atribuições operacionais de forma integrada com as demais, a fim evitar sobreposição de competência, otimização de recursos materiais e humanos.

Durante o exercício de 2017, conforme propõe o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), a SSPDF utilizou a Célula de Inteligência Integrada de Segurança Pública, inicialmente voltada ao Pacto Integrador, com o intuito de planejar e executar diversas ações integradas e, promovendo a segurança da população durante os eventos que ocorreram em datas comemorativas e em ações específicas de repressão ao crime no Distrito Federal.

## **5. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019 (PCDF);**

### **2016**

Meta não atingida. A PCDF teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição. Estes elementos impactaram na resolução dos Crimes de Homicídios. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios em 2016. Considerando que a meta até 2019 é de 10%, ou seja, para todo o quadriênio, sendo desejável o índice de 2,5 % ao ano, verifica-se que a meta a ser atingida em 2016 era de 41,17 %. Contudo, alcançou-se 40,17%, o que corresponde a 2,44%. O índice de alcance total foi de 24,40 %.

### **2017**

No sentido de alcançar melhores resultados no exercício de 2017, foram envidados esforços em favor da elucidação de crimes contra a vida com a criação do Serviço de Proteção à Pessoa, na Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa - CHPP. A Coordenação iniciou o emprego de metodologia mais efetiva na repressão de homicídios, visando maior integração entre delegados, agentes, peritos e papiloscopistas, para obter resultados mais céleres na elucidação dos crimes.

Processos internos foram otimizados, como a implementação de protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de feminicídio no âmbito do Distrito Federal, colaborando de forma decisiva para implementação eficaz da política de Segurança Pública e Paz Social contrapondo-se à Violência de Gênero.

Assim, a meta prevista para o índice de Resolução de Crimes de Homicídios em 2017 era de 42,20%, contudo alcançou-se 41,60%, índice muito próximo do desejado.

Nota: O índice de 2016 é objeto de solicitação de revisão. Se aprovada a revisão, o índice alcançado passará de 44,24% para 43,32%, enquanto o índice esperado para o ano deveria ser de 41,17%.

## **6. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019 (PCDF);**

### **2016**

Meta não atingida – A Instituição Policial teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de Inquéritos Relatados Anualmente. Estes fatores impactaram no índice deste indicador. Considerando que a meta até 2019 é de 2% anualmente, o índice desejável de Inquéritos Relatados é de 78,58%. Contudo, o índice alcançado foi de 56,49%, o que corresponde a 1,46%. O índice de alcance total foi de 73%.

### **2017**

A meta restou aquém do esperado. Em 2017, apenas 62,96% da universalidade dos inquéritos policiais foi relatada. O índice do TIR desejado para o exercício de 2017 era de 80,15%.

Em razão do baixo efetivo policial, houve fechamento de Delegacias no período noturno e mobilização dos policiais civis para atendimento em plantões policiais nas centrais de flagrantes, o que prejudicou as investigações policiais.

Os dados registrados sobre a evolução de Efetivo Policial entre 2003 a 2017 demonstram alguns dados em série histórica e ilustra a análise da questão de Pessoal no âmbito da PCDF.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF, percebe-se o aumento no número de policiais no ano de 2006, ocasião em que a PCDF teve seu ápice de vagas preenchidas (5.606 vagas). Desde então, a média de decréscimo de pessoal foi de 166,33 entre os anos 2010 e 2013, ocorrendo uma queda brusca na recomposição do quadro funcional entre os anos de 2014 e 2015, oportunidade em que a diferença correspondeu a uma diminuição de 275 (duzentos e setenta e cinco) servidores policiais, excedendo a média de decréscimo anterior em 65% (sessenta e cinco por cento). Ao final de 2017, a PCDF contava com 4.625 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco) policiais em atividade, configurando o pior cômputo em quatorze anos.

Este é notoriamente fator preponderante para o não atingimento da meta, configurando um quadro de reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia, o que prejudica as investigações e impede que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos “relatados”.

Nota: O índice da taxa de inquéritos relatados em 2017 foi objeto de solicitação de revisão em maio de 2018, em razão de erro material. O índice alcançado foi elevado de 50% para 62,96%.

#### **7. Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado (PCDF);**

**2016**

Meta atingida - A PCDF obteve o índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%, executando com proficiência seus recursos e obtendo eficiência e eficácia dos seus gastos.

**2017**

A PCDF planeja e executa programação orçamentária - financeira de modo escorreito. Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu a meta, alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. Ressalte-se que o correspondente indicador de desempenho para a PCDF tem como índice desejado > 95% de assertividade orçamentária.

O arcabouço estratégico traçado pelo Governo do Distrito Federal, sob a perspectiva "Viver bem, direito de todos", vem sendo rigorosamente seguido, aplicando conjuntamente premissas de planejamento e de orçamento.

Em nível operacional, novas medidas administrativas no âmbito da gestão de aquisições de materiais, bens e serviços foram tomadas, com a adoção de boas práticas em Administração, bem como de eficientes ferramentas de gestão orçamentária.

#### **8. Apreender uma média de 2.000 armas de fogo a cada ano (PMDF);**

**2016**

Embora a média seja um valor consideravelmente alto, pois a apreensão de armas de fogo é uma ação que não depende exclusivamente da vontade do policial, havendo diversos fatores para o sucesso, a PMDF conseguiu alcançar a meta com muito esforço de seus servidores.

**2017**

A quantidade de armas apreendidas segue aumentando. Nesse ano foram apreendidas 2.062 armas de fogo, uma leve alta em relação ao ano anterior. Esse resultado foi obtido a despeito do reduzido efetivo de policiais, o que representa um ganho em eficiência.

#### **9. Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000 pelo Instituto de Criminalística, 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação (PCDF).**

**2016**

Meta atingida - A PCDF ultrapassou a meta de laudos expedidos em 11%, totalizando no ano de 2016 o número de 95.071 laudos. Um dos fatores determinantes para tal desempenho foi a aquisição de bens mais modernos. Ressalte-se a compra de um Tomógrafo Computadorizado e de um Scanner Radiográfico a serem utilizados nas apurações de crimes, seguindo-se a aquisição de equipamentos laboratoriais e novos equipamentos para necropsia; de nova central de guarda e custódia de vestígios, de aparelho para diagnóstico por imagens em cadáveres humanos, além de aquisição de materiais para serviços de análises de amostras biológicas para a Seção de Perícias e Análises Laboratoriais - SPAL/IC/PCDF, o que resultou na prestação de um serviço de excelência por parte da Polícia técnica-científica do Distrito Federal.

**2017**

Considerando o cômputo total de laudo expedidos por todos os institutos de Polícia Técnica da PCDF, a meta foi superada. O Departamento de Polícia Técnica, contemplado com arrojadas aquisições materiais, robusteceu seu desempenho, o que pode ser percebido a partir da análise do quadro de laudos produzidos até 31.12.2017 pelo Instituto de Medicina Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação: 91.805 (noventa e um mil, oitocentos e cinco) laudos periciais. O Instituto de Criminalística superou o estabelecido em 6.267 (seis mil duzentos e sessenta e sete) laudos. Por sua vez, o Instituto de Identificação superou o cômputo aguardado em 785 (setecentos e oitenta e cinco) laudos.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1583	OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE	262,57	31/07/2015	1.050	4.732	1.100	15.764	1.150	1.200	PMDF / UO 24103 / OE 2
1584	APREENSÃO DE DROGAS POR QUILOGRAMA <i>(Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	KG	60,67	30/06/2015	600	2.190	630	2.348	660	690	PMDF / UO 24103 / OE 2
1586	INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	UNIDADE	16.708	31/08/2015	16.700	13.765	16.867	13.693	17.036	17.206	PCDF / UO 24105/ OE 2
1587	APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	KG	5.214	30/06/2015	3.000	4.204	3.150	5.144,021	3.308	3.473	PCDF / UO 24105/ OE 2
1591	ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	%	72,70	31/07/2015	80	74,27	80	-	85	85	SI/ SSP / UO 24101 / OE 2
1696	CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI	UNIDADE	694	31/12/2015	649	635	605	539	561	517	SSP/ UO 24101/ OE 2
1697	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	UNIDADE	1933	31/12/2015	1812	2129	1694	1.966	1581	1472	SSP/ UO 24101/ OE 2

### Justificativas 2016

**Indicador 1583** - O resultado obtido foi superior à meta, em função da formalização das atividades operacionais policiais.

**Indicador 1584** - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendida no ano de 2016. A meta foi superada, face as várias ações pró-ativas, desencadeadas pelas Unidades Policiais Militares, com o enxugamento da atividade administrativa com a nova implantação da nova estrutura administrativa proposta, o que gerou aumento de efetivo nas ruas, aumentando a sensação de segurança da população e inibindo as ações de tráfico e uso de drogas, com aumento da capacidade de abordagem a pessoas suspeitas.

**Indicador 1586** - O índice não foi alcançado em vista do reduzido efetivo de policiais civis nas Delegacias de Polícia

**Indicador 1587**- Forte atuação de PCDF na repressão ao tráfico de drogas no Distrito Federal.

**Indicador 1591** - Índice de Produção de Conhecimento de Inteligência: O índice não atingiu o desejado em virtude do efetivo limitado para fazer frente a alta demanda, uma vez que a SI passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública.

**Indicador 1696** - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

**Indicador 1697** - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais não apresentaram queda quando comparados aos anos anteriores. Mas razões para tais índices precisam ser buscadas no cenário nacional de crise econômica, na pressão sofrida por Brasília ser a capital política do país e em variações específicas de cada AISP.

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1583** - Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2017, o valor apurado de 15.764 refere-se ao total de operações das 31 R.A.'s englobadas pelos 8 Comandos de Policiamento Regionais da PMDF, em virtude de um único Comando Regional atender várias R.A.'s.

**Indicador 1584** - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendidas no ano de 2017. A meta foi superada em decorrência da ação reinterada, consistente e proativa da PMDF no combate as drogas ao longo do ano. A atuação das Unidades policiais militares nas ações de uso e porte bem como tráfico e drogas logrou êxito em retirar mais de 2 toneladas de entorpecentes das ruas do Distrito Federal, mantendo a sensação de segurança da população e inibindo ações criminosas de tráfico.

**Indicador 1586** - A PCDF produziu 13.693 inquéritos concluídos com autoria definida em 2017. O índice desejado era de 16.867 casos concluídos com autoria definida. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017: Reduzido número de policiais civis atuantes nas delegacias de Polícia.

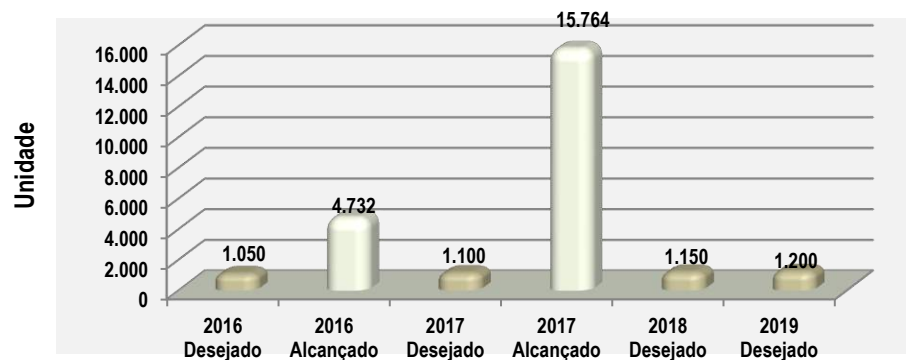
**Indicador 1587**- A PCDF superou o número de apreensões de drogas desejado para o período (3.150 Kg). Foram apreendidos 5.144,021 kg de drogas. O número de apreensões superou 63% do total desejado para o exercício de 2017. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017: Comprometimento dos policiais civis, aliado ao bom desempenho do Instituto de Criminalística quanto ao tempo de resposta para entregas de laudos de constatação de substância entorpecente.

**Indicador 1591** - 2017 - Justificativa: 2016 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno a exclusão do Indicador.

**Indicador 1696** - 2017 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2017 mostra que foram registrados 16,3 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.

**Indicador 1697** - 2017 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2016. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

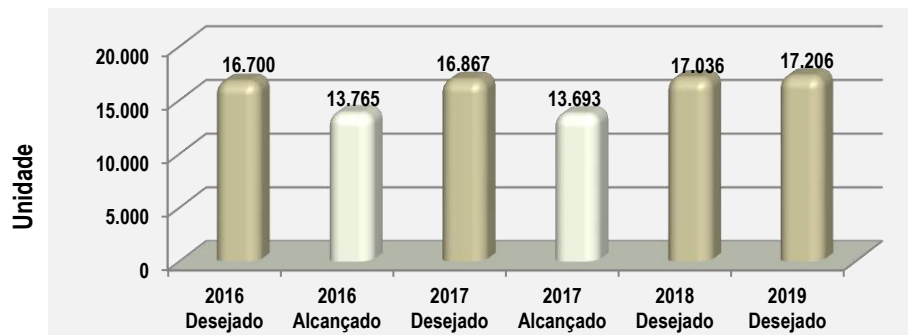
**OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA**



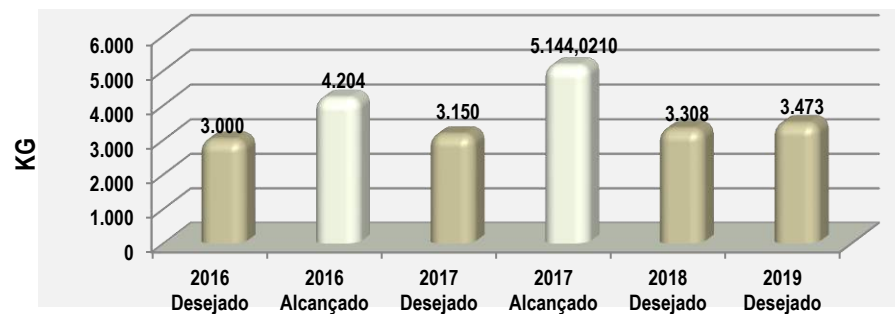
**APREENSÃO DE DROGAS POR QUILOGRAMA**



**INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA**

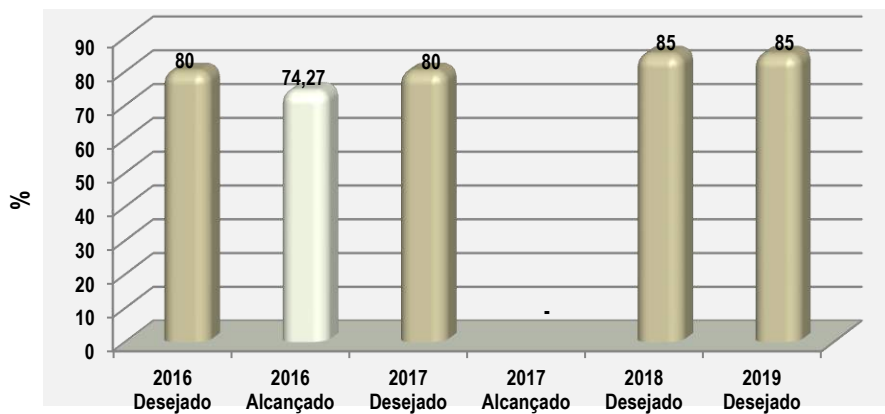


**APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF**

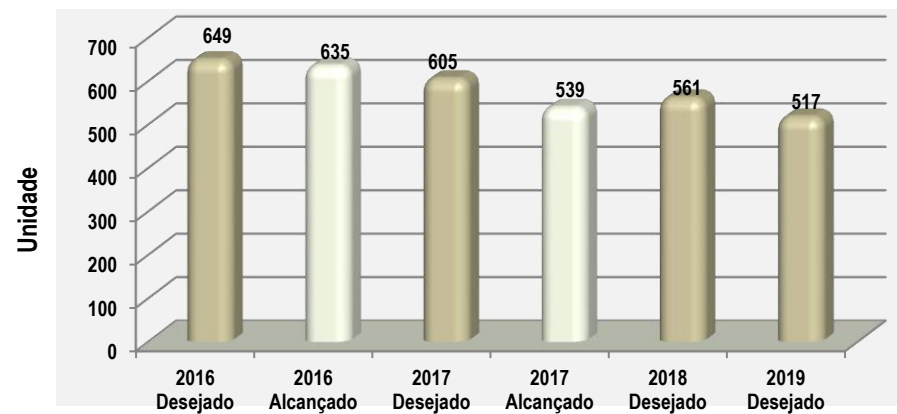




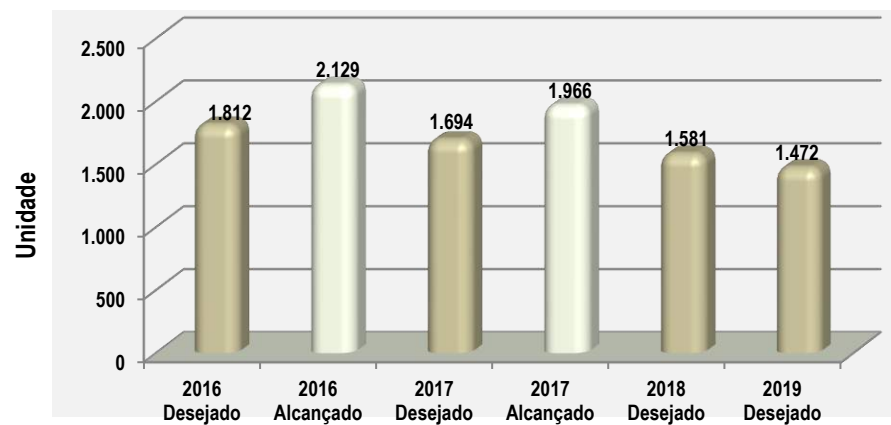
**ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA**



**CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI**



**CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	2	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios; (SSP)	24101	0	<b>2016</b> Fase inicial de funcionamento. <b>2017</b> Não houve reunião da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios.
6217	2	2	Funcionamento da Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas; (SSP)	24101	0	<b>2016</b> Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016. <b>2017</b> Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas não foi implementada em 2017.
6217	2	3	Criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal – SISP/DF. (SSP)	24101	100	<b>2016</b> Ação Orçamentária não implementada. <b>2017</b> Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF).

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SSP

O Objetivo Específico “Resposta Qualidade a Criminalidade: *promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente*”, caracteriza-se por buscar alcançar índices satisfatórios que representem o aumento da sensação de segurança, através do incremento imediato e permanente das respostas ao avanço da criminalidade, notadamente, os delitos violentos letais intencionais e os crimes violentos contra o patrimônio.

Para tanto, os investimentos em segurança pública no exercício de 2016 foram direcionados com vistas a responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção qualificada de provas e com garantia de direitos. Em face de premissa construída, o panorama de aperfeiçoamento das políticas de segurança demanda atualização e qualificação dos mecanismos e dos atores incumbidos da repressão.

Portanto, a repressão da criminalidade moderna e sofisticada não deve ser reativa, mas pró-ativa. Sua atuação qualificada deve compreender, necessariamente, as dimensões da Inteligência, da Informação, da Tecnologia e da Gestão.

No que tange ao preparo dos profissionais de segurança pública, treinamentos e operações que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal (com aquisição de equipamentos apropriados) proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas, ao mesmo tempo em que constrói uma relação de confiança com a população e valoriza a atividade policial

Dessa forma, reforçando o já apregoado em linhas anteriores, o alcance do objetivo pretendido encontra seu sucesso na elevação do nível de cooperação e integração entre os órgãos componentes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, por meio da articulação das ações, do compartilhamento de dados e pela adequada gestão das informações produzidas e disseminadas pelas respectivas instituições.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) início do processo licitatório cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense por meio de convenio; II) formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia, com a finalidade de conjugar esforços dos partícipes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios; e III) inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF.

Destacam-se ainda que os indicadores monitorados por esta Secretaria foram divididos nos dois grupos priorizados pelo “Viva Brasília”: CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais e CCP – Crimes Contra o Patrimônio. O CVLI é um indicador composto de três naturezas: Homicídio; Latrocínio; Lesão corporal seguido de morte e o CCP, composto de seis naturezas: Roubo a transeunte; Roubo de veículo; Roubo em transporte coletivo; Roubo em comércio; Roubo em Residência; e Furto em veículo, para esses indicadores as metas previstas para 2016, foram a redução de 6% no CVLI e 4% no CCP.

O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

“Quando analisado o grupo dos três crimes contra a vida, monitorados pelo” Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida – homicídio”, latrocínio e lesão seguida de morte – também se verifica reduções. Foram 21,3 mortes para cada 100 mil habitantes. O número está abaixo da média nacional, que atualmente é de 25,7/ 100mil, segundo o 10º Anuário de Segurança Pública de 2016. A aplicação desse tipo de taxa é uma metodologia recomendada pelas Organizações das Nações Unidas para aferir o nível de violência de determinado lugar, relativizando o número da criminalidade com a população.

Os Crimes Contra os Patrimônios não apresentaram queda em 2016, quando comparados aos anos anteriores.

Em 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto, onde pode-se destacar que em 05 de dezembro de 2017 foi editada a Portaria Conjunta Nº 02, que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do Pacto pela Vida e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF.

Destaca-se ainda que o número de homicídios cometidos em 2017 caiu 15,7% em relação a 2016 – os índices passaram de 591 para 498. Com isso, o Distrito Federal bateu a marca da menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes dos últimos 29 anos, ou seja 16,3 por 100 mil habitantes. Isso quer dizer que desde 1988 não havia uma taxa tão baixa. Roubos e furtos também apresentaram redução entre os anos analisados. Se forem analisados apenas os números absolutos, ao invés de taxa índice, 2017 fechou com o menor número de homicídios em 15 anos. No conjunto dos crimes violentos letais intencionais – homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte – a queda verificada foi de 15,8% ou 101 casos a menos. Foram 640 ocorrências em 2016 e 539 em 2017. Separadamente, os latrocínios baixaram de 44 para 36; e as lesões seguidas de morte mantiveram-se com os mesmos índices nos dois anos: cinco ocorrências.

Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio monitorados pelo Viva Brasília, a diminuição foi de 5,6%. Os casos registrados nas delegacias caíram de 63.491 em 2016 para 59.953 em 2017. Nesse montante consideram-se roubos a pedestres, de veículo, em transporte coletivo, em comércio, em residência e furto em veículo.

Em número percentual, a menor queda dos crimes contra o patrimônio foi no registro de roubo em comércio: 23% (2.774 para 2.136). Essa natureza criminal inclui casas lotéricas, postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais no geral. O roubo de veículo teve um decréscimo de 14,3%: 5.663 registros em 2016 e 4.855 em 2017. Os roubos em transportes coletivos, por sua vez, saíram de 3.130 para 2.681, ou seja, menos 14,3%.

A queda nos casos de roubo em residência foi de 6,2%, passando de 919 em 2016 para 862 em 2017. Roubos a pedestres – que têm o celular como principal alvo – tiveram baixa de 3,8% (38.206 para 36.763). Os furtos em veículos, incluindo arrombamentos, saíram de 12.799 para 12.656 (-1,1%).

## **PMDF**

No que tange à redução dos índices de crimes violentos de forma imediata e permanente, a PMDF buscou realizar seus investimentos na direção de responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção de provas e com garantia de direitos. Tendo em vista a premissa construída, norteou-se no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, qualificando dos 1.575 operadores da Segurança Pública, no ano de 2016. Ademais, no ano de 2016, foram realizadas as tratativas relacionadas a estande de tiro. Na PMDF, não havia local seguro para o Treinamento de Tiro Policial Militar e o Teste de Aptidão de Tiro Policial Militar, cujo objetivo é geral é a atualização do conhecimento necessário ao desenvolvimento de competências cognitivas, operacionais e atitudinais específicas, no exercício das atividades demandantes de procedimentos operacionais, além de promover a melhoria do desempenho do policial militar no uso e manuseio do armamento e a uniformização de procedimentos. Isso com o escopo de criar uma doutrina corporativa no uso e manuseio do armamento visando diminuir os índices de acidentes e de erros em ocorrências no serviço e no horário de folga do policial militar.

Com o foco ainda na redução os índices de crimes violentos, a PMDF ampliou, e continua realizando estudo para aumentar ainda mais, o policiamento de proximidade, o qual promove o amparo das ações repressivas através de ações policiais de índole preventiva, em função do seu potencial de interação com a comunidade.

Houve ainda concentração de energias no preparo dos profissionais de segurança pública, que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal. Houve investimentos na aquisição de equipamentos apropriados os qual proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas.

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a PMDF norteou-se no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, bem como buscou o terreno para a implementação do estande de tiro da PMDF. Além disso, ampliou, e continua realizando estudo para aumentar ainda mais, o policiamento de proximidade, o qual promove o amparo das ações repressivas através de ações policiais de índole preventiva, em função do seu potencial de interação com a comunidade. Existiram investimentos na aquisição de equipamentos apropriados os quais proporcionam um policiamento com uso diferenciado, proporcional e progressivo da força mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima.

Em 2017, houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade.

## **PCDF**

Dentre as ações orçamentárias vinculadas ao objetivo específico 02 está previsto o Centro Piloto de Prevenção ao uso de Drogas. As palestras e exposições realizadas pelas unidades fixa e móvel do Museu de Drogas tiveram 7.302 expectadores e visitantes. Em outra vertente, quanto a sistemas de Informação, e abrangendo os aspectos de integração e modernização dos segmentos de Segurança Pública, foi desenvolvido o Sistema TCNet, responsável pela confecção do termo circunstanciado eletrônico, o qual objetiva o registro de crimes de menor potencial ofensivo. Tal solução tecnológica propicia o cumprimento de acordo de cooperação celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal e Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Noutro giro, o desenvolvimento e entrega de Sistema de Gestão Administrativa - SGA possibilitou a automação dos controles e procedimentos afetos aos recursos humanos da PCDF. Ainda contribuiu decisivamente para a modernização dos ativos da Polícia Civil a aquisição de Painéis de Gestão da Informação, voltados ao monitoramento de dados estatísticos, de análise criminal e procedimentos policiais, bem como controle de atividades não finalísticas da Instituição Policial: consumo de água, abastecimento de viaturas e dados referentes a recursos humanos. No que tange a modernização institucional, deu-se a construção da nova página virtual da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil em 2017, além do aperfeiçoamento de sua plataforma *on line*, disponível para uso em dispositivos móveis. Registre-se que houve a inclusão de 04 (quatro) novas tipificações criminais para registro via internet, totalizando 17 (dezessete) tipos penais, o que possibilitou o aumento dos registros eletrônicos em 30% (trinta por cento) do total já realizado pela Polícia Civil. As edificações havidas no âmbito da Polícia Civil também contribuíram para o alcance deste objetivo, a saber: Construção da 15ª DP - Ceilândia Centro; Construção da 38ª DP (Vicente Pires); Construção do Instituto de Criminalística - IC e Construção da 16ª DP - Planaltina. Conclui-se que, em relação ao objetivo específico em comento, a Polícia Civil do Distrito Federal teve desempenho exitoso, contribuindo com relevantes conquistas voltadas para a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, e conseqüentemente, colaborando para a redução dos índices de crimes violentos.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES:** Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**24101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	1	Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	2	Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	3	Aumentar anualmente a quantidade de perícias de incêndios realizadas em 30 perícias a mais que o ano anterior; (CBMDF)	368	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	670	495			1165	316,6%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	4	Aumentar anualmente a quantidade de prevenções em 581 prevenções realizadas; (CBMDF)	5721	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	12.879	1.975			14.854	259,6%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	5	Manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. (CBMDF)	100	%	ACUM	MANTER	100	100			100	100,0%

**Análise Qualitativa****1. Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)****2016**

Meta parcialmente atendida. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2016 foram vistoriadas 15 áreas de riscos em 8RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.762, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc).

**2017**

Meta atingida. A Subsecretaria de Defesa Civil – SUDEC/SSP, realizou o mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019. Os riscos incluem desabamento, incêndio, eletrocussão, entre outros. A SUDEC/SSP, buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que, em caso de normalidade, possam agir na prevenção junto as suas áreas ou, em situações de anormalidades, atuem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil, tendo capacitado 3.125 pessoas. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2017, foram vistoriadas 10 áreas de riscos em 2 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.733, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc). Cabe ressaltar que a SUDEC/SSP, anualmente, elabora os planos de contingência relativos aos períodos chuvosos e de estiagem, que são apresentados nos meses de setembro e abril respectivamente, bem como a elaboração do plano de atuação com um calendário de ações a serem desenvolvidas durante todo o ano nas Regiões Administrativas do DF.

## **2. Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, a SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

O CBMDF implantou o Sistema SCIPWEB que tem por objetivo oferecer à sociedade os serviços de consulta prévia, análise dos projetos e vistorias, com acesso direto via internet, minimizando gastos, deslocamentos, perda de tempo e retrabalho. O CBMDF criou o Centro de Referência em Investigação de Incêndio que realiza a aquisição de equipamentos, materiais e insumos para equipar os laboratórios de investigação de incêndio e ciência do fogo, da Diretoria de Investigação de Incêndio. Por meio dessa nova infraestrutura será possível realizar amplas pesquisas sobre a ciência do fogo, gerando conhecimento capaz de aprimorar os processos operacionais de combate a incêndios. Nesse sentido, teremos um reflexo positivo na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos do DF, além de se possibilitar a caminhada para a formulação de técnicas mais eficientes, que demandem menor utilização de recursos naturais, como água, na extinção de incêndios. Os esforços da corporação estão alinhados às premissas de responsabilidade socioambiental do governo.

## **3. Aumentar anualmente a quantidade de perícias de incêndios realizadas em 30 perícias a mais que o ano anterior; (CBMDF)**

**2016**

Em relação a quantidade de perícias de incêndios, a meta está mais do que alcançada. O aspecto inovador desse interesse foi a implantação do relatório de retroalimentação do sistema de segurança contra incêndio e pânico, uma vez que a partir das atividades de perícia e prevenção, buscou-se estabelecer o nexos entre tais atividades, verificando in loco se a legislação de prevenção esteve sendo respeitada, se tais normas foram eficientes para a preservação das pessoas e dos bens, se a técnica, a tática e a estratégia do combate e do atendimento contribuíram com este intuito de preservação, indicando desta forma a eficiência de todo o sistema e permitindo a correção da legislação e dos manuais profissionais.

**2017**

Com a aplicação dos novos critérios para o cômputo do indicador da DINVI, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A DINVI abandonou o critério quantitativo e adotou o critério qualitativo para o tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A implantação do critério qualitativo trouxe uma maior eficiência na prestação do serviço de perícia de incêndio realizado pelo CBMDF. A DINVI mudou os critérios para acionamento da equipe de perícia de incêndio para incêndio em veículo produto de furto e para incêndio em que já havia registro de Boletim de Ocorrência da PCDF com solicitação de perícia criminal. Essa mudança qualitativa na prestação do serviço de perícia de incêndio teve como objetivo prestar um serviço melhor com o menor empenho de recurso humano e material possível. A mudança qualitativa fica evidente na comparação dos números de 2016 e 2017. Em 2016 foram 991 atendimentos (67%); já em 2017 foram 746 atendimentos (66,35%). Uma diferença de 245 atendimentos de um ano para o outro. Esses 245 atendimentos estão relacionados com perícias de incêndio

que não foram eleitas como perícias realizáveis, como exemplo: veículo produto de furto ou roubo - já encaminhados para a PCDF. Assim, a mudança para o critério qualitativo otimizou o emprego dos recursos humanos e materiais disponíveis na DINVI sem que tenha havido perda da eficiência do serviço de perícia de incêndio prestado pelo CBMDF.

#### 4. Aumentar anualmente a quantidade de prevenções em 581 prevenções realizadas; (CBMDF)

##### 2016

A quantidade de prevenções também foi amplamente alcançada, dado que reflete as atividades do sistema de prevenção contra incêndio e pânico em vistorias, credenciamentos, análises de projetos e desenvolvimento de legislação específica, e também a atuação direta das unidades operacionais em eventos com concentração de público, passeios escolares, atividades de aproximação da corporação ao público nas quadras, nas escolas e no interesse de criar, despertar e incentivar uma cultura de prevenção de sinistros, por meio de iniciativas de educação junto à comunidade, e nos comitês de segurança comunitária.

##### 2017

Cabe destacar que o dado lançado no quadro acima referente ao ano de 2017 corresponde apenas ao número de prevenções em eventos promovidas pelo Comando Operacional do CBMDF. Em 2017, foram realizadas 1.975 prevenções, atendendo aproximadamente 3.009.578 pessoas. Em 2016, o Comando Operacional do CBMDF realizou 2.288 prevenções em eventos, atendendo cerca de 3.712.359 pessoas. Ao comparar o quantitativo de prevenções operacionais entre 2016 e 2017, observa-se uma diminuição em cerca de 13% no número de prevenções em 2017. Isso se justifica, pois, em 2016, o Distrito Federal recebeu vários jogos das Olimpíadas. Ainda em decorrência dos jogos olímpicos muitos outros eventos sediaram a cidade, e contaram com atividades preventivas promovidas pela corporação, aumentando assim o quantitativo de prevenções em 2016. Portanto, a diminuição nos atendimentos operacionais foi quantitativa e não qualitativa.

#### 5. Manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. (CBMDF)

##### 2016

Dada a dificuldade de renovação do efetivo da corporação, e às inúmeras atividades-fins que ela executa, pretende-se manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. Esta meta foi alcançada mesmo com a dificuldade de manter os militares disponíveis para os projetos.

##### 2017

Apesar de redução de efetivo, por motivo de reforma de militares, na Assessoria de Programas Sociais, o quantitativo de atendimentos nos programas sociais manteve-se estável e de acordo com a meta esperada.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1592	INCÊNDIOS PERICIADOS	UNIDADE	277	31/01/2015	278	670	308	495	338	368	DINVI/CBMDF / UO 24104 / OE 3
1593	AÇÕES PREVENTIVAS	UNIDADE	4376	31/01/2015	3.977	12.879	4.558	1.975	5.140	5.721	COMOP/CBMDF / UO 24104 / OE 3
1594	TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	%	90	31/12/2014	15	44	50	75	75	100	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
1595	QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES	UNIDADE	2.279	31/12/2014	3.279	4.954	4.279	3.125	5.279	6.279	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3

## **Justificativas 2016**

**Indicador 1592** - A forma de tratamento das perícias passou por um processo de reformulação, permitindo o aumento do valor numérico do indicador, que parece ter atingido um patamar de estabilidade entre 600 e 700 perícias por ano, intrínseco à quantidade de ocorrências de incêndio, bem como as condições de trabalho da Diretoria de Investigação de Incêndio.

**Indicador 1593** - Foram realizadas ações de descentralização dos serviços dos sistemas de prevenção contra incêndio e pânico através da implantação de postos de atendimento no Na Hora da Rodoviária do Plano Piloto. Aliadas a estas ações foram realizadas prevenções in loco em eventos de grande concentração de público, bem como campanhas com o intuito de difundir a cultura de prevenção, via simulados de abandono de escolas, palestras e demonstrações. Esse resultado já reflete toda esta atuação.

**Indicador 1594** -Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

**Indicador 1595** - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado superou o desejado em virtude dos treinamentos realizados e a preparação para os agentes e comunidade envolvidos com o Sistema de Proteção e Defesa Civil terem sido intensificados.

## **Justificativas 2017**

**Indicador 1592** - Com a ampliação dos novos critérios para a contagem do indicador da Diretoria de Investigação de Incêndio - DINVI, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A DINVI abandonou o critério quantitativo e adotou o critério qualitativo para o tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio e otimizou o emprego dos recursos e materiais disponíveis na DINVI sem perda de eficiência do serviço de perícia de incêndio do CBMDF.

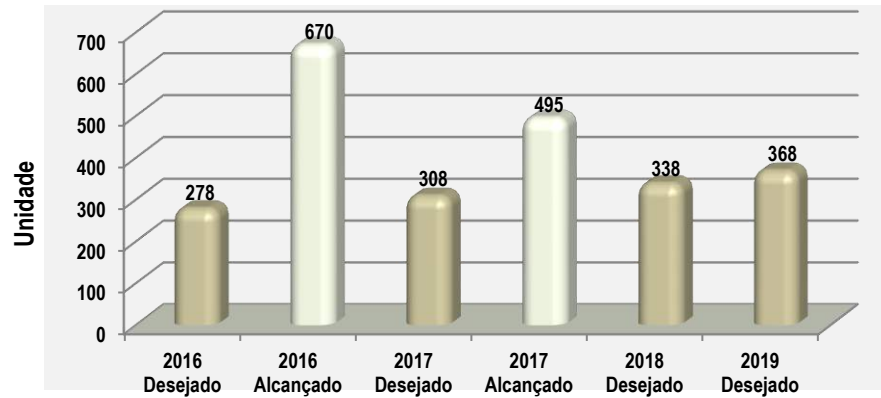
**Indicador 1593** - O total de ações corresponde ao público de 3.099.578 pessoas. O número de prevenções atendidas em 2017 foi um pouco menor do que em 2016, tendo em vista o Distrito Federal não sediou nenhum grande evento nacional como as Olimpíadas. Cabe ressaltar que muitas prevenções do tipo "aquática" deixaram de ser atendidas devido ao corte da cota de serviço voluntário, anteriormente destinada para esta função.

**Indicador 1594** - 2017 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

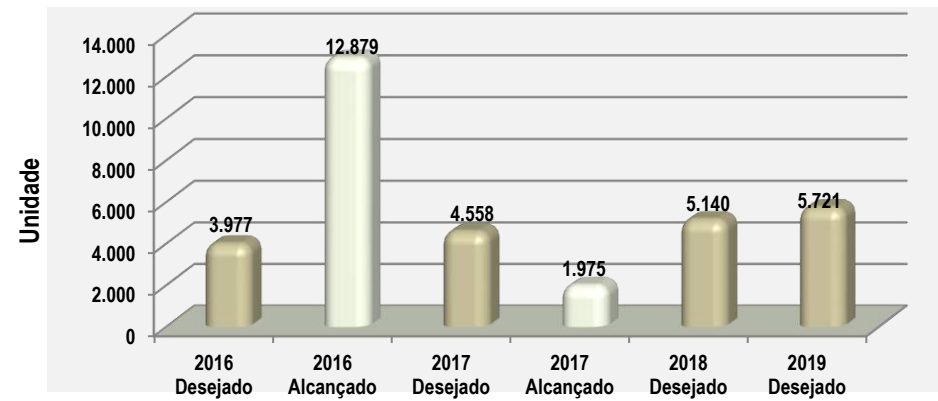
**Indicador 1595** - 2017 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois nos meses de junho e julho as capacitações foram interrompidas devido ao emprego dos agentes na Operação de Levantamento de dados dos Reservatórios de Água nas Escolas Públicas do DF, e nos meses de novembro e dezembro houve novamente interrupção, pois, os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.



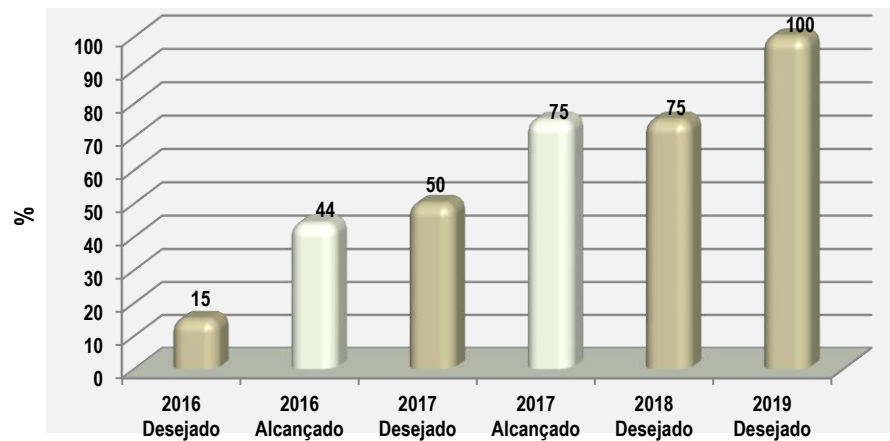
**INCÊNDIOS PERICIADOS**



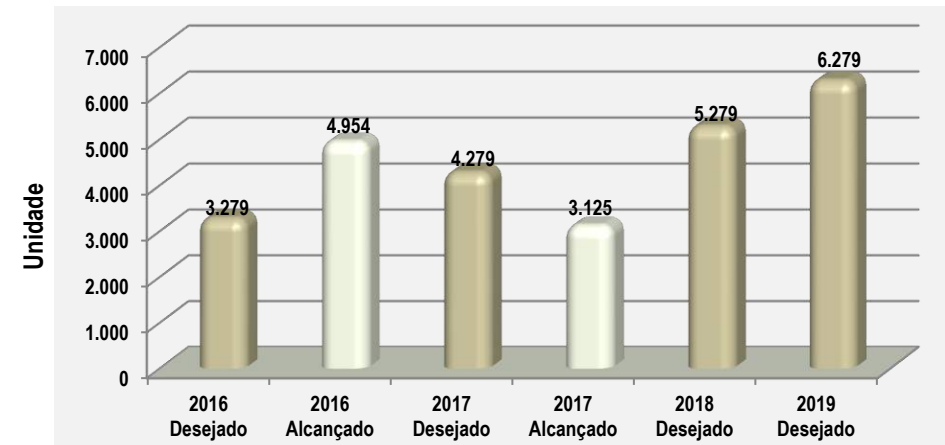
**AÇÕES PREVENTIVAS**



**TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO**



**QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	3	1	Formação de multiplicadores internos para acompanhar voluntários/agentes comunitários de defesa civil; (SSP)	24101	100	<p><b>2016</b> No ano de 2016 foi executado o Projeto NUDEC JOVEM, com crianças (3 a 12 nos) e adolescentes (13 a 17 anos) de acordo com a tipificação, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil com o uso de fantoches, abordando assuntos diversos de prevenção de desastre e cidadania, e ainda para os adolescentes foram oferecidos 13 horas/aula sobre assuntos diversos de prevenção e cidadania. Foram realizados também treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e defesa Civil, totalizando 4.954 pessoas capacitadas em 2016.</p> <p><b>2017</b> O Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nudex Jovem, capacitou 3.125 pessoas em 2017 para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil.</p>
6217	3	2	Bombeiros nas Escolas; (CBMDF)	24104	49	<p><b>2016</b> Foram realizados 39 simulados de abandono nas escolas. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, foram realizados ainda 207 simulados diversos. O objetivo é aproximar o profissional de situações de socorro operacional, promovendo o treinamento em locais de concentração de público tais como estádio, empresas, órgãos públicos, shoppings e instalações de manipulação de produtos perigosos.</p> <p><b>2017</b> Foram realizados 48 simulados de abandono nas escolas. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, foram realizados 152 simulados diversos. O objetivo é aproximar o profissional de situações de socorro operacional, promovendo o treinamento em locais de concentração de público tais como estádio, empresas, órgãos públicos, shoppings e instalações de manipulação de produtos perigosos.</p>
6217	3	3	Bombeiros nas Quadras. (CBMDF)	24104	54	<p><b>2016</b> Foram desenvolvidos 43 eventos de Bombeiros nas Quadras. Outras ações de prevenção e resposta a emergências e desastres desenvolvidas: 2.659 prevenções aquáticas, 486 palestras e 303 reuniões comunitárias com a participação de militares.</p> <p><b>2017</b> Foram desenvolvidos 68 eventos de Bombeiros nas Quadras, com um público de aproximadamente 18.993. Também foram realizadas 400 prevenções aquáticas, atendendo a um público de aproximadamente 151.161 pessoas. Foram ministradas 885 palestras a um público de aproximadamente 161.885; e realizadas 439 reuniões comunitárias com a participação de militares.</p>

### Análise dos Resultados Alcançados pelo Objetivo Específico

#### 2016/2017

#### SSP

O Objetivo Específico “Prevenção, Gestão de Riscos e Respostas às Emergências e Desastres: *identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança*”, caracteriza-se por coordenar as medidas destinadas a prevenir as consequências nocivas de eventos desastrosos e a socorrer as populações e áreas atingidas por esses eventos.

Deste modo, compete à Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, através de sua Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, conhecer e identificar os riscos de desastres, reparar serviços vitais e restabelecer o bem-estar da população.

Destaca-se ainda que para a proteção de vidas, patrimônio e do meio ambiente, o CBMDF possui uma estrutura operacional funcionando diuturnamente. Trata-se de unidades dispostas no território com recursos humanos capacitados, equipados com os recursos materiais necessários para o atendimento das mais diversas naturezas de ocorrências de sua competência.

Nessa perspectiva, a antecipação dos acontecimentos catastróficos, é imprescindível e proporciona um preparo adequado ao enfrentamento de tais eventos. Com um planejamento específico é possível estabelecer o que fazer, quem irá fazer, como fazer e quando deve ser feito. Assim, nos moldes da melhor doutrina do Comando de Incidentes, ao se adotar o consagrado princípio 2P2R, realizam-se atividades de Prevenção e Preparação a fim de capacitar a implementação das fases seguintes de Resposta e Reconstrução.

Assim, considerando as peculiaridades do Distrito Federal, a oportunidade de se tornar referência a outros estados da federação na seara da proteção civil, demanda especial atenção por parte dos principais atores da gestão pública distrital que, realizando investimentos contínuos, com baixo dispêndio de recursos, em atividades de defesa civil, mormente no que se refere à prevenção e respostas às calamidades públicas, podem contribuir essencialmente para o aproveitamento da oportunidade oferecida pelo contexto atual.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, em que se destaca: I) vitórias em 15 áreas de riscos em 08 Regiões Administrativas; II) treinamento e preparação para os agentes e comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil; e execução do Projeto Nudec Jovem, com crianças e adolescentes, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil.

Em 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2017 pois realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nudec Jovem, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto às suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil, totalizando 3.125 pessoas capacitadas em 2017.

O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2017 foram vistoriadas 10 áreas de riscos em 2 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.733, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc).

## **CBMDF**

Em 2016 este objetivo específico é de responsabilidade da unidade.

Em 2017, foram realizados 48 simulados de abandono nas escolas do DF, com um público de aproximadamente 16.546 pessoas – um aumento de 9%, se comparado ao ano anterior, mostrando que o programa alcançou quase a metade das escolas do DF. Foram promovidos 68 eventos Bombeiros nas Quadras – um aumento de 14,3 % comparado a 2016. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, também foram realizados 153 simulados, com um público de aproximadamente 54.455 pessoas; e 885 palestras com um público de 161.885. Em eventos dessa natureza, a população é instruída sobre como agir ao enfrentar situações de emergência e como acionar os serviços de segurança pública. A comunidade tem ainda a oportunidade de conhecer a rotina operacional do CBMDF, por meio de instruções, palestras e visualização e manipulação de equipamentos de resgate. Essas ações aproximam o público dos profissionais, bem como promovem capacitação para atuação em situações de risco, ou mesmo em situações de rotina que envolvam manipulação de substâncias inflamáveis ou tóxicas. A corporação também participou de 439 reuniões comunitárias – um aumento de mais de 40% se comparado a 2016. Com essas medidas a unidade se aproxima da comunidade obtém um conhecimento maior de suas necessidades.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**004 – PAZ NO TRÂNSITO:** Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.

**UNIDADES RESPONSÁVEIS:**

**24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL – SSP**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	1	Modernizar a sinalização e do monitoramento das vias; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	2	Criar e implementar o plano de educação no trânsito; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	3	Modernizar a perícia em acidentes de trânsito; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	4	Implantação do projeto Detran nas Escolas; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	5	Ampliação das ações educativas em Campanhas Educativas de Trânsito; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25			25	25,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	6	Implantar da Academia de Trânsito do Distrito Federal; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	25			25	25,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	7	Implantação da plataforma de Ensino à Distância; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25			25	25,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	8	Implantação de nova sistemática para o serviço de sinalização estratigráfica; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	75			75	75,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	9	Frota Licenciada Anual do DF (DETRAN) <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	68			68	68,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	10	Ampliar a inspeção veicular em 12% da frota de veículos do Distrito Federal; (DETRAN)	12	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	3			3	25,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	11	Ampliar o serviço de vistoria em 30%; (DETRAN)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	7,5	11,4			11,4	38,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	12	Ampliar os serviços oferecidos no sítio do Detran/DF; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	40			40	40,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	13	Abrir unidades de atendimento presencial; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	14	Reformar, ampliar e construir em seis unidades de atendimento; (DETRAN)	6	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4	0			4	66,7%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	15	Construir unidade de atendimento em Samambaia.; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	-			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	16	Diminuir, anualmente, em 20 segundos o tempo médio decorrido entre o recebimento da ocorrência por parte do CBMDF e a disponibilização do socorro no local do evento, para as ocorrências do tipo de acidente automobilístico; (CBMDF)	7:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	8:58	-			-	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	17	Reduzir os índices de acidentes de trânsito a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasileira; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,17	21			21	21,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	18	Atender uma média de 70.000 pessoas a cada ano pelo Teatro Rodovia. (PMDF)	280.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	22.259	16.312			38.571	13,8%

## Análise Qualitativa

### 1. Modernizar a sinalização e do monitoramento das vias (SSP);

2016

A Engenharia de Trânsito desenvolveu projetos de mudança viária visando melhorar a fluidez e a segurança dos veículos. As atividades rotineiras de pintura horizontal e sinalização vertical e semaforizada nas vias foram consideradas satisfatórias, atendendo praticamente a todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto, àquelas em algumas vias dependiam de pavimentação asfáltica. Foram implantados 267.694,56 m<sup>2</sup> de Sinalização Horizontal; 5.670 placas de Sinalização Vertical; 55.781 unidades de Tacha e Tachão e 09 novos cruzamentos semaforizados. Destaca-se ainda a execução das principais atividades este ano:

- Desenhos georreferenciados e cadastros dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos semaforizados;

- Mapa com os pontos dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos georreferenciados;
- Cadastros e atualizações das aferições realizadas pelo Inmetro;
- Inserções dos dados de movimentações e infrações fornecidos pelas empresas;
- Relatórios de funcionamentos dos equipamentos para os pagamentos de fatura;
- Fornecimento de consultas geradas pelo SIGDETRAN para usuários internos e externos;
- Inserções nos mapas georreferenciados dos pontos dos acidentes fatais.

## 2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF, solicitará a alteração do responsável pela meta.

No exercício de 2017 destacamos as seguintes ações:

- Instalação de focos leds em 3.160 semáforos instalados nas vias urbanas do DF (lâmpadas vermelhas) resultando e, uma economia de 92% dos custos com energia elétrica consumida pelos equipamentos semafóricos;
- Instalação de 8 semáforos nas vias urbanas que apresentam maior incidência de acidentes de trânsito.
- Modernização da Central Semafórica (AR 2017);
- Implantação dos bolsões de motos;
- Sinalização de 3.800 faixas de pedestres;
- Substituição ou reciclagem de 5.113 placas de trânsito.

## 2. Criar e implementar o plano de educação no trânsito (SSP);

### 2016

Com a finalidade de Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF implementou as seguintes realizações finalísticas:

A Educação de Trânsito realizou o acompanhamento, supervisão e fiscalização das atividades pedagógico administrativas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino de Trânsito credenciadas pelo Detran-DF, totalizando 17 análises de projetos pedagógicos, 09 análises de credenciamento e 3.165 registros de certificados das IETs. (Instituições de Ensinos de Trânsito). Foram realizados cursos na área de trânsito, totalizando 378 turmas e atendendo a 4.655 alunos, realizou-se 843 coordenações pedagógicas, emitiu-se 28 segundas vias de certificados e reproduziu-se 339.872 materiais didáticos.

A Educação de Trânsito atendeu mais de 225 mil pessoas de forma direta no período de janeiro a dezembro, realizou 09 campanhas educativas atendendo a um público de 305.242 pessoas, 124 campanhas temáticas/comemorativas, 131 blitz educativas, 216 ações sociais, 105 ações do Projeto Detran nas Escolas e promoveu 24 eventos do tipo: congressos, seminários, feiras e workshops. Foram distribuídos 312.611 folders educativos e 418.579 brindes educativos. Foram atendidas 29.943 pessoas nas diversas palestras sobre segurança viária, legislação de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros e relações interpessoais no trânsito.

Foram ainda formados 141 Agentes Mirins na Colônia de Férias do Detran-DF.

### 2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

No ano de 2017 houve:

- Estruturação de plataforma EAD para oferta de cursos em educação no trânsito; formação de 100 agentes mirins em educação no trânsito; Jogos Pedagógicos aplicados aos alunos das turmas do 2º período de Educação Infantil do DF; 100 Alunos da Rede Pública de Ensino formados em Educação no Trânsito (curso teórico);
- Realização do 1º Prêmio DETRAN-DF de Educação de Trânsito;
- Realização de Cursos, dos quais destacamos: Curso de Superação do Medo de Dirigir e Curso de Mecânica, Condução Defensiva para Motociclistas e Formação e Mobilidade e Trânsito (capacitando 2.700 educadores para atuarem ativamente no Programa DETRAN nas Escolas);
- O DETRAN - DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo, pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo";
- Campanhas educativas do DETRAN voltadas para o uso de celular ao volante, bebidas ao volante, entre outras (806 ações, público atingido 721.057 pessoas). No ano de 2017, o número de vítimas mortas reduziu 35% nas vias do DF comparado ao ano anterior. Dados mostram que, em 2017, foram registradas 255 mortes em acidentes de trânsito, contra 390 ocorridas em 2016. Sendo esta a menor redução desde o início da contabilização dos dados no ano de 1995. Em dezembro de 2017, o DF apresentou um índice de 8,4 mortos por 100 mil habitantes.

### **3. Modernizar a perícia em acidentes de trânsito (SSP);**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

Ao longo do período 2016-2017 a PCDF realizou aquisição de 20 veículos (TrailBlazer) para uso nas atividades especiais e de perícia; utilização de 3 Pajeros e 6 Air Cross customizadas para uso da perícia criminal, com geladeira para transporte de vestígios; desenvolveu o software CriminalDroid utilizado nas perícias externas do Instituto de Criminalística, proporcionando a confecção de laudo semiautomático e fortalecimento do uso de drones nas perícias.

### **4. Implantação do projeto Detran nas Escolas (DETRAN);**

**2016**

O Projeto foi implantado parcialmente, sendo assinado o acordo de cooperação entre o DETRAN e a Secretaria de Educação do DF em dezembro de 2015. Porém, em relação à capacitação de 750 professores inscritos no programa, informa-se que o Curso de Educação para o Trânsito, que abarca a Educação Infantil e o Ensino Fundamental teve adesão inicial de 804 professores. Contudo, a capacitação não aconteceu já que o processo de parceria com a UNESCO ficou na Casa Civil devido a uma certidão positiva trabalhista, considerando que a UNESCO é organismo internacional, estando assim impossibilitada de fornecer a certidão em questão. Com relação ao número de adesões, foi feita uma análise e identificado que o número provável de inscrições na capacitação será de 457 professores. Considerando esta informação, é possível a abertura de mais 273 vagas para que se chegue ao número de 750 capacitações.

**2017**

O Projeto foi implantado, sendo assinado o acordo de cooperação entre o Detran-DF e a Secretaria de Educação do DF em dezembro de 2015. No ano de 2016, ocorreu a capacitação de 18 professores para o desenvolvimento da formação inicial de condutores. Ainda em 2016, iniciou-se a formação inicial teórica para condutor, sendo realizada em 5 (cinco) escolas de Ensino Médio, tendo ao final do processo, em 2017, certificado 608 estudantes de Ensino Médio. No ano de 2017, teve início a formação dos professores em Educação para o Trânsito. No I Ciclo de Formação em Mobilidade e Trânsito, entre setembro à dezembro de 2017, foram realizadas 9 (nove) palestras, 25(vinte cinco) oficinas regionalizadas e 3(três) cursos de Formação em Mobilidade e Trânsito, na modalidade Educação a Distância. Participaram das palestras e oficinas, em torno de 1.700 (Hum mil e setecentos) educadores. Nos cursos de formação inscreveram-se um total de 533 (quinhentos e trinta e três) professores, sendo que destes, 316(trezentos e dezesseis) acessaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem, confirmando suas matrículas e sendo certificados 122 (cento e vinte e dois) professores. Para o ano de 2018, a continuidade da capacitação oferecerá 2.000 vagas, já estando inscritos para os cursos do II Ciclo de Formação em Mobilidade e Trânsito, 752 (setecentos e cinquenta e dois) professores, a serem desenvolvidos no 1º semestre de 2018. Até maio de 2018, serão entregues 760 kits dos Jogos Educativos de Educação de Trânsito para a Educação Infantil. Um conjunto

de 6(seis) jogos, produzidos em parceria com a SEDF, voltados para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos. Está em fase de editoração os livros didáticos, pertencentes a coleção "Educa", disponibilizado pelo ONSV e, aprovado pelo Contran, para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. No primeiro semestre de 2018 serão disponibilizados, aos professores que participarem da capacitação, cerca de 24.000 livros didáticos de apoio, para o trabalho em sala de aula.

## **5. Ampliação das ações educativas em Campanhas Educativas de Trânsito (DETRAN);**

**2016**

As ações foram de fato ampliadas, e atendidas, no ano de 2016, 499.104 pessoas, em 600 ações durante o ano, em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações. Isso foi possível devido à Ata de Registro de Preço firmada com uma Agência de Eventos.

**2017**

As ações foram de fato ampliadas, e atendidas no ano de 2017 o quantitativo de 727.465 pessoas, em 826 ações durante o ano, em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações. E, em 2016, que foram realizadas 600 ações, com atendimento a 499.104 pessoas. O Detran-DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo".

## **6. Implantar da Academia de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN);**

**2016**

Esta meta, além de constar do PPA, deu origem a um projeto estratégico para execução no biênio 2017-2019, também compondo o acordo de resultados.

**2017**

A proposta é de implantar um Centro Interativo de Educação de Trânsito - CIET, em substituição a uma Academia, tendo em vista as seguintes razões:

- a) a proposta de CIET tem como objetivo atender o público de Brasília de forma inovadora, interativa e experimental sobre temas de segurança de trânsito, mobilidade urbana e sustentabilidade, conforme preconiza o inciso quinto do artigo 1º do CTB.
- b) Brasília carece de um espaço como este, tendo tão somente uma cidade mirim (DER); O Detran-DF ao longo dos seus 51 anos não dispõe de nenhum espaço educativo para abordar de forma experimental e interativa, por exemplo, fatores de risco no trânsito.
- c) No mundo, existem poucos espaços como o que se propõe ser o CIET. Brasília é uma cidade inovadora e tem todas as condições de sediar um projeto como este por meio do Detran-DF, despontando no Brasil e, talvez, no mundo como uma referência.
- d) A ideia anterior, de academia, atende a público específico, em geral servidores públicos. Vide as Academias das corporações da SSP-DF, por exemplo. Já o CIET se propõe ser um espaço aberto ao público, com visitas frequentes de escolares e grupos de universitários, além de despontar como um possível local de grande visitação de turistas.
- e) O Detran-DF tem condições de fazer um projeto que deixará para a cidade um legado jamais visto no Brasil, despontando como referência no cenário da educação de trânsito. Vale destacar que o CIET será um espaço privilegiado de formação e complementar as atividades do Programa Detran-DF nas Escolas, fortalecendo-o. Por esta razão, altera-se o nome desta meta para CIET, superando a concepção anterior de Academia.

O processo de solicitação do terreno para a construção do CIET foi encaminhado à SEDF, que aprovou a cedência. No entanto, a TERRACAP é a proprietária atual do terreno. No momento, está sendo negociada, na Casa Civil do GDF, uma Lei que possa ceder o terreno em definitivo para a SSPPS, com vista ao uso pelo Detran-DF.

No entanto, existem tratativas para o CIET seja implantado, temporariamente, em um prédio a ser alugado pelo Detran-DF. Desta forma espera-se que ainda em 2018, tenhamos o CIET em funcionamento.

## **7. Implantação da plataforma de Ensino à Distância (DETRAN);**

**2016**

A plataforma EaD não pode ser implantada em 2016, sendo transferida para o Acordo de Resultados do ano de 2017, bem como o Planejamento Estratégico do Detran para o biênio 2017-2019. Um dos problemas apontados pela gestão à época foi que devido à morosidade da tramitação nos diversos setores deste DETRAN, a pesquisa de preço foi comprometida.



**2017**

A plataforma EaD foi implantada em setembro/2017, neste ano, foram ofertados 7 (sete) cursos, com um total de 631(seiscentos e trinta e um) inscritos. A oferta foi de 03 (três) cursos para professores da SEDF e 4 (quatro) cursos para professores da EPT e profissionais do Detran-DF, PCDF, PMDF e BMDF. Para o ano de 2018 está prevista a abertura de 5.200 vagas, em diversos cursos, para professores da SEDF, profissionais do Detran-DF, PCDF, PMDF, BMDF, DER e PRF.

#### **8. Implantação de nova sistemática para o serviço de sinalização estratigráfica (DETRAN);**

**2016**

O DETRAN/DF, por meio da fábrica de software contratada, está desenvolvendo o Sistema de Sinalização Horizontal para o Núcleo de Geoprocessamento da Diretoria de Engenharia. Atualmente a primeira etapa do sistema está em fase de testes. Houve um atraso que já era esperado pela complexidade das funcionalidades do sistema, mas que não comprometeu a entrega. Teremos, também, uma fase adaptativa para as empresas contratadas especializadas em sinalização horizontal e para os executores do contrato no tocante à emissão das Ordens de Serviços. Podemos mensurar que 60% da proposta já foi alcançada. Não obstante, apesar do sistema já está bastante adiantado, trata-se da primeira etapa de 02, ou seja, falta o desenvolvimento de mais uma etapa, que corresponderá à elaboração dos painéis e mapas gráficos de sinalização horizontal, onde a sociedade brasileira poderá acompanhar, de forma transparente, intuitiva e objetiva, o processo de sinalização.

**2017**

O Detran-DF, por meio da fábrica de software contratada, desenvolveu o Sistema de Sinalização Horizontal para o Núcleo de Geoprocessamento – Nugeo da Diretoria de Engenharia de Trânsito - Diren. Atualmente a primeira etapa do sistema foi totalmente implantada com êxito e está sendo utilizado pelos executores e pelas empresas contratadas, possibilitando uma melhor gestão e controle dos serviços executados até o controle e emissão da ordem de pagamento. A segunda etapa do sistema está sendo desenvolvida, que será o aperfeiçoamento da gestão do contrato. Pode-se mensurar que 75% da proposta já foi alcançada.

#### **9. Frota Licenciada Anual do DF (DETRAN);**

**2016**

- Alocação do efetivo em locais estratégicos para melhor desenvolvimento das atividades de fiscalização da frota de veículos;
- Utilização de monitoramento da frota via sistema de identificação de veículos presente nos equipamentos adquiridos pela Autarquia;
- Aumento de efetivo nas missões diurnas para a melhoria das atividades de fiscalização nos horários com maior fluxo de veículos;

**2017**

No início do ano foram alteradas escalas de serviço dos Agentes de Trânsito de forma a proporcionar um melhor atendimento às demandas de fiscalização. Sobretudo, para melhorar o atendimento nos locais e nos horários de maior necessidade. Contudo, mesmo com a adequação do efetivo, a frota de veículos licenciados não teve um grande aumento por se tratar de um ano notadamente de crise financeira. Os números de veículos licenciados de 2016 e 2017 mantiveram-se próximos.

#### **10. Ampliar a inspeção veicular em 12% da frota de veículos do Distrito Federal (DETRAN);**

**2016**

- Aumento do efetivo nos postos de vistoria com acréscimo de agendamentos e, por consequência, aumento na quantidade de inspeção;
- Melhoria e padronização dos procedimentos de inspeção veicular, diminuindo o tempo de espera e o intervalo entre as inspeções;
- Melhoria da tecnologia empregada nas inspeções para ampliar o atendimento e aumentar o número de inspeções realizadas nos postos.

**2017**

Não foi possível aumentar a inspeção veicular, conforme a previsão do PPA, em razão da falta de computadores para a Gerência de Inspeção Veicular. As máquinas só chegaram ao fim do ano, logo espera-se uma melhoria nas metas para o ano de 2018.

### **11. Ampliar o serviço de vistoria em 30% (DETRAN);**

**2016**

As vistorias e as inspeções são realizadas nos mesmos postos. Portanto, seguem os mesmos planos de metas.

Adequação do efetivo de vistoriadores em locais de maior demanda. Principalmente nos postos do Setor de Cargas, Shopping Popular e Taguatinga;

Aumento do efetivo nos postos de vistoria com acréscimo de agendamentos e, por consequência, aumento na quantidade de inspeção;

Melhoria e padronização dos procedimentos de vistoria veicular, diminuindo o tempo de espera e o intervalo entre as inspeções;

Melhoria da tecnologia empregada nas vistorias para ampliar o atendimento e aumentar o número de vistorias realizadas nos postos.

**2017**

Com a melhoria na gestão do pessoal de vistoria, a criação do sistema de agendamento e a chegada dos computadores no último trimestre do ano, foi possível ampliar em 11% a quantidade de vistorias em relação a 2016 e de 17% em relação a 2015. Números expressivos se forem levados em consideração a redução de servidores em razão de aposentadorias e outras vacâncias.

### **12. Ampliar os serviços oferecidos no sítio do Detran/DF (DETRAN);**

**2016**

Em 2016 foi implementado a 1ª fase do pré-atendimento de serviços de veículo com vistoria. Os resultados começaram a aparecer com a diminuição de retornos ao atendimento e redução do tempo de espera, apesar do crescimento da demanda. Também foi concluída a fase de mapeamento da implementação de serviços online por meio do planejamento estratégico. O processo de cadastramento/habilitação dos usuários foi definido. Também se definiu a relação dos serviços que deverão ser entregues em cada etapa. Apresentou-se o projeto para a prestadora de serviços. Esta, por sua vez, já iniciou a análise do projeto. A meta para 2017 é começar a cadastrar os usuários e disponibilizar inicialmente 04 serviços online.

**2017**

O Portal de Serviços Online foi desenvolvido e encontra-se em fase de testes. Será disponibilizado no sítio do Detran-DF após o início do cadastramento biométrico, que deve ocorrer até o fim de 2018. O acesso à plataforma será criado no momento do cadastramento biométrico e a ferramenta contará, inicialmente, com 4(quatro) serviços. Outros serviços serão incluídos gradativamente.

Está sendo desenvolvido o agendamento de atendimento médico do Detran-DF no sítio, que também dependerá do início do projeto da biometria, pois esta modificará toda a forma de identificação de usuários. Por meio desse sistema será possível, inicialmente, agendar 2(dois) serviços. A intenção é continuar aumentando essa oferta.

O agendamento de prova teórica no sítio está sendo ajustado para se adequar ao projeto da biometria. Este módulo também deverá entrar juntamente com o cadastro biométrico.

### **13. Abrir unidades de atendimento presencial (DETRAN);**

**2016**

O projeto está sendo revisto. A proposta agora é concentrar esforços para oferecer serviços online, que é uma tendência mundial para proporcionar facilidade, agilidade, e satisfação, aliados à segurança.

**2017**

Projeto parado. Os esforços têm sido no sentido de ofertar serviços por meio digital, proporcionando comodidade, agilidade e segurança ao usuário dos serviços do Detran-DF. Essa medida irá desafogar os atendimentos presenciais existentes hoje, possibilitando a otimização dos serviços prestados nas unidades.

#### **14. Reformar, ampliar e construir em seis unidades de atendimento (DETRAN);**

**2016**

Em 2016 foram realizadas as seguintes obras nas unidades de atendimento: Reforma/adequação do Auditório do Edifício Sede Detran (Plano Piloto); Reforma/ampliação na Unidade de Atendimento do Detran Gama - Copol Sul; Reforma/adequação dos Edifícios: Sede Detran (acessibilidade), Unidade de Atendimento no Shopping Popular e DVA 1 (Plano Piloto).

**2017**

Não foram realizadas obras de reforma, ampliação e construção em virtude do encerramento de contrato e não houve tempo hábil para celebração de um novo certame.

#### **15. Construir unidade de atendimento em Samambaia. (DETRAN);**

**2016**

Ainda não houve formalização da posse do terreno pelo Detran/DF. Há previsão de construção para os anos de 2018/2019.

**2017**

Foi solicitada a exclusão desta meta por meio do Ofício n.º 890 de 06 de julho de 2017, encaminhado à Suplan, considerando às necessidades desta Autarquia e em conformidade com o Planejamento Estratégico do Detran-DF.

#### **16. Diminuir anualmente em 20 segundos o tempo médio decorrido entre o recebimento da ocorrência por parte do CBMDF e a disponibilização do socorro no local do evento, para as ocorrências do tipo de acidente automobilístico (CBMDF);**

**2016**

A busca pela diminuição do tempo utilizado para iniciar o atendimento é maior ainda quando se trata dos acidentes de trânsito. Por padrão internacional, entende-se que o ideal é que o primeiro socorro alcance uma ocorrência dessa natureza em oito minutos. No entanto, muitos são os fatores que interferem no alcance deste índice, tais como o dia, o local, a hora ou se acontecem outros sinistros simultaneamente. Iniciativa como a Operação “Avançar o Socorro” faz com que as equipes de serviço adiantem as viaturas e suas guarnições para locais com maior histórico de acidentes, promovendo não apenas o pronto-atendimento, mas também a conscientização e o alerta de perigo, ao permanecerem os veículos sinalizados e com luzes de emergência acionadas indicando o aumento da atenção.

Para diminuir esse tempo-resposta, procura-se também ampliar a rede de atendimento com a construção de quartéis e aquisição de viaturas e equipamentos. Em que pese o momento econômico atual, o objetivo é que cada região administrativa tenha seu quartel, ou mesmo instalações próximas que as alcancem prontamente. Outro fator que interfere diretamente nesse atendimento é a redução do efetivo dado o alcance do tempo de serviço para a inatividade, as perdas naturais de militares, e principalmente a falta de reposição do efetivo por meio de concurso público. Ressalte-se que a diferença entre o efetivo fixado em lei e a força de trabalho disponível atualmente é da ordem de 43%. Esse quantitativo não acompanha o aumento da população do DF e a criação de novos polos habitacionais.

**2017**

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

#### **17. Reduzir os índices de acidentes de trânsito a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasileira; (PMDF)**

**2016**

O índice de 2016 refere-se à quantidade de mortes em acidentes de trânsito e diz respeito a informações de novembro de 2016 até março de 2017, onde houve uma redução de 23 mortes em acidentes de trânsito para 11 mortes – Informações coletadas junto ao Batalhão de Trânsito.

Os índices de acidentes de trânsito tiveram uma redução, devido a várias ações da PMDF que intensificaram o policiamento e a fiscalização de trânsito. Só no ano de 2016, tem-se os seguintes números: 206.645 autuações de trânsito e 8.217 notificações por embriagues ao volante.

#### 2017

No ano de 2017 houve uma redução de 21% no número de mortes e de acidentes de trânsito com vítimas. Esse índice é resultado do aumento do número de operações. Os casos de alcoolemia - uso do veículo após o consumo de álcool - aumentaram em 101%. Isto se deve, preponderantemente, ao aumento da operação álcool zero, que sai de 2.305 operações em 2016 para 3.580 operações, refletindo diretamente no resultado alcançado. Ressalta-se ainda o combate ao transporte irregular de passageiros – em 2017 foram 5.592 casos, um aumento de 71% em relação ao ano anterior.

### 18. Atender uma média de 70.000 pessoas a cada ano pelo Teatro Rodovia. (PMDF)

#### 2016

A meta não foi alcançada, visto que 70.000 pessoas é um número elevado, além do mais, a PMDF possui a necessidade de completar seu quadro de servidores. A previsão é de 18.000 policiais, porém o ano de 2016 encerrou-se com menos de 12.000.

#### 2017

A meta não foi alcançada e deverá ser revista. A PMDF necessita recompor seu quadro de servidores.

### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1598	PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS NAS VIAS URBANAS DO DF	PROPORÇÃO	0,90	31/12/2014	0,85	0,88	0,80	0,52	0,75	0,70	GEREST/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1599	ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE	%			10	10	15	24	20	25	DIREDC/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1600	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA			4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	4,5	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1620	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA			4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	4,5	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 / OE 6
1736	PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR	DIA	7	31/12/2016	-	-	4	9,4	4	3	DIRPOI/GERINSP/ 24201/OE 4
1737	TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DO DETRAN/DF	MINUTO	30	31/05/2017	-	-	25	31	23	20	DIRCONV/CGATE/ 24201/OE 4

#### Justificativas 2016

**Indicador 1598** - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e das ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

**Indicador1599** - O índice foi alcançado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação.

**Indicador1600** - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementada no callcenter, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente, agradando os usuários.

### **Justificativas 2017**

**Indicador1598** - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito com ampla divulgação nas maiores mídias, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e das ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

**Indicador1599** - O índice de 2017 foi superado em virtude da intensificação e da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação de massa e ações nas escolas e em diversos pontos do DF.

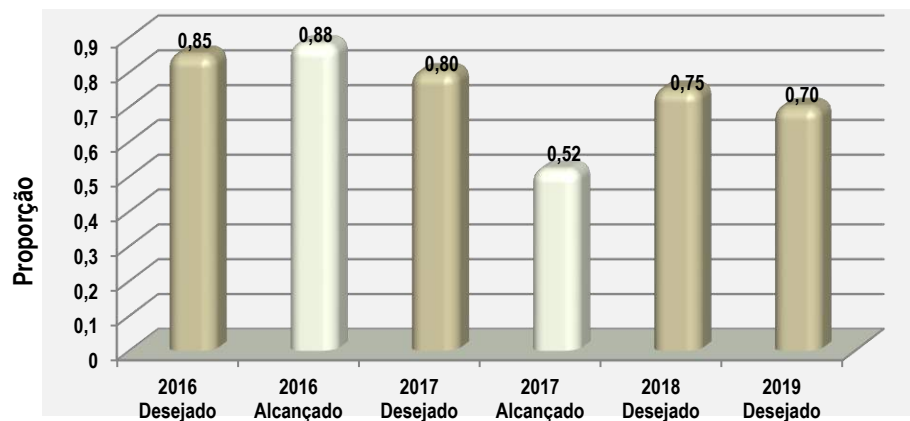
**Indicador 1600** - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e, em 2017, quando foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.

**Indicador 1620** - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e, em 2017, quando foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.

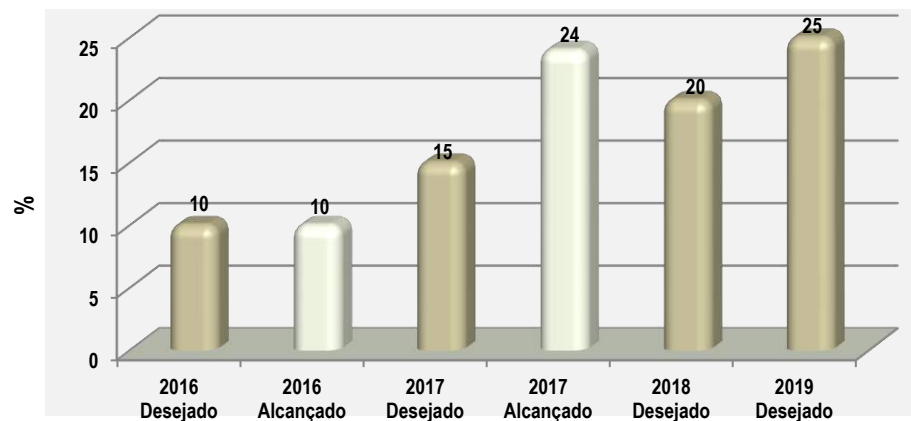
**Indicador 1736** - O sistema do Detran/DF, por motivos técnicos, ficou sem agendamento da vistoria por 13 dias consecutivos no início de julho, o que ocasionou uma demanda reprimida associada ao aumento sazonal da procura por esse serviço própria dos meses de novembro e dezembro refletindo, desta forma, no indicador.

**Indicador 1737** - A devolução, em 2017, de 27 servidores do SLU que prestavam serviço nas unidades de atendimento presenciais do Detran/DF foi determinante para o aumento no tempo de espera dos usuários refletindo, desta forma, no indicador.

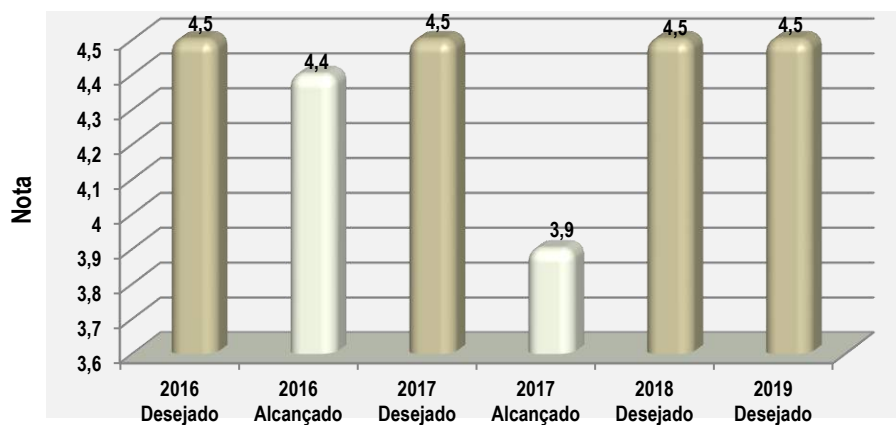
PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS NAS VIAS URBANAS DO DF



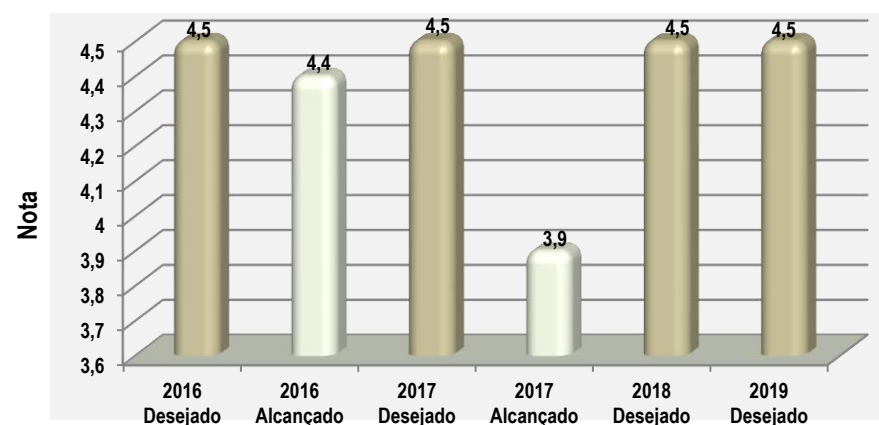
ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE



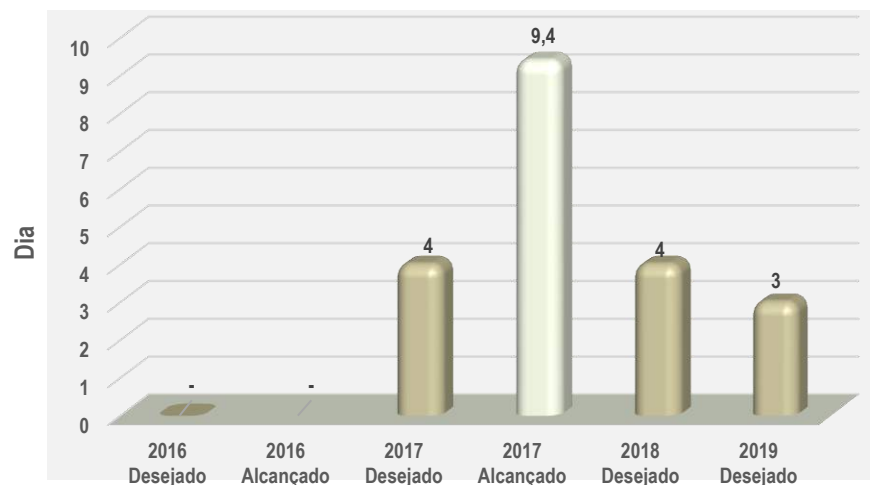
SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



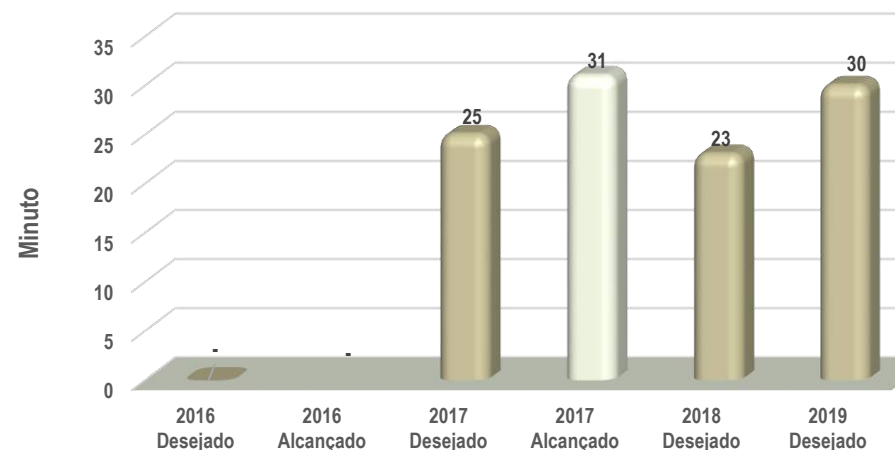
SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR



TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DE DETRAN/DF



### ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Paz no Trânsito; (SSP)	24101	0	<b>2016</b> Ação não implementada. <b>2017</b> Ação não implementada.
6217	4	2	Elaboração de projeto de atuação da educação para o trânsito; (DETRAN)	24201	80	<b>2016</b> Houve um grande aumento nas ações educativas nas escolas, porém, muitas ações estavam planejadas junto à UNESCO, que restou prejudicada, pois o processo de parceria ficou na Casa Civil devido a uma certidão positiva trabalhista, considerando que a UNESCO é organismo internacional, estando assim impossibilitada de fornecer a certidão em questão. <b>2017</b> Houve um aumento importante de ações educativas, o início do Acordo de Cooperação Internacional com a Unesco, permitiu o complemento das atividades planejadas para o período.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	3	Definição de política de atuação da fiscalização do DETRAN/DF; (DETRAN)	24201	80	<p><b>2016</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalização constante em locais de acidentes com vítimas, para a redução de vítimas no trânsito;</li> <li>- Mapeamento as áreas com maiores retenções nas vias urbanas para planejamento e execução de ações de mobilidade e controle de tráfego com o objetivo de melhorar a fluidez das vias;</li> <li>- Adequação do efetivo nas regiões com maiores demandas de violência no trânsito e cometimento de infrações que geram riscos à segurança viária.</li> <li>- Desenvolvimento e ampliação das Unidades de Motociclistas, Logística Operacional e Aérea com o objetivo de melhorar a fiscalização, além das ações de mobilidade e fluidez nas vias;</li> </ul> <p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação de Operações Específicas para combater irregularidades pontuais como veículos clonados, transporte irregular de passageiros, condutores com o direito de dirigir suspenso ou cassado, entre outros;</li> <li>- Criação de operações com uso tecnológico: Uso dos Drones e do sistema de Monitoramento na identificação de irregularidades no trânsito.</li> </ul>
6217	4	4	Remodelagem do sítio do Detran, inserindo-o no conceito de foco no usuário, aumentando os Serviços disponíveis; (DETRAN)	24201	40	<p><b>2016</b></p> <p>Foi implementada a 1ª fase do pré-atendimento de serviços de veículo com vistoria. Essa fase do projeto proporciona ao usuário do serviço um entendimento melhor sobre seu requerimento (serviço solicitado) e faz as consultas necessárias para habilitar ou não o atendimento para aquele veículo. Finalizado o mapeamento e desenho do macroprocesso de serviços online pelo planejamento estratégico do Detran.</p> <p><b>2017</b></p> <p>Foi desenvolvido uma plataforma onde os serviços serão oferecidos, o Portal de Serviços Online. O projeto foi dividido em fases sendo que os primeiros serviços ofertados neste módulo já estão em testes e devem ser disponibilizados ao público com o início do cadastro biométrico, até o fim de 2018. Outros projetos de serviços disponíveis em meio digital estão em andamento. Um deles é o agendamento de serviços médicos pelo sítio do Detran-DF. Serão disponibilizados inicialmente 2 serviços, e está em estudo a possibilidade de aumentar a oferta. O projeto tem previsão de início em 2019. Outro módulo que está em andamento é o agendamento de prova teórica pelo sítio do Detran-DF. O sistema está em adaptação para se adequar ao cadastro biométrico, e deve ficar pronto até o fim de 2018.</p>
6217	4	5	Realização de pesquisa de satisfação do cliente; (DETRAN)	24201	100	<p><b>2016</b></p> <p>A pesquisa foi realizada com a aplicação de 1.325 questionários, pela manhã e a tarde em 20 unidades de atendimento ao usuário. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento e teve uma margem de erro 05 pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A faixa etária dos usuários situou-se entre 18 e 60 anos de idade. Foi realizada entre pessoas de ambos os sexos e por escolaridade. Os quesitos foram: Tempo de espera, conforto, limpeza, tempo de atendimento, cordialidade, entre outros. Foi obtida a nota 3,81 dentre as variações: 1-péssimo e 5-ótimo.</p> <p><b>2017</b></p> <p>A pesquisa de satisfação foi aplicada entre os meses de outubro e novembro de 2017, somando 1.881 questionários válidos, em vinte e quatro unidades de atendimento presencial do Detran-DF. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento nas unidades de atendimentos da Autarquia. O plano de amostragem e erro amostral teve por definição população infinita com base no número de atendimentos durante o ano 2017, uma margem de erro 5(cinco) pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A média das notas dadas em 2017 foi 3,9, superior à obtida em 2016, que foi de 3,8</p>



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	6	Unificação do conhecimento junto as unidades de atendimento do DETRAN/DF;	24201	70	<p><b>2016</b> Implementado o Manual de Procedimento de Atendimento ao Público de Veículo. O servidor pode acessá-lo de modo rápido e fácil quando precisar, sendo sua atualização informada por meio de leitura obrigatória. O documento contempla os procedimentos de rotina que devem ser executados pelo servidor, seus conceitos e fundamentação legal. Falta a elaboração e publicação dos manuais dos setores de habilitação e multa.</p> <p><b>2017</b> O Manual de Procedimento de Atendimento ao Público de Veículos está em pleno funcionamento. É constantemente atualizado e dessa forma mantém a uniformização dos procedimentos nesta área. O manual do Depósito está sendo construído e deve finalizar até o final de 2018. Os manuais de habilitação e multas ainda não foram elaborados devido às diversas modificações que estas áreas sofreram recentemente. A previsão é de que uma comissão seja montada até 2019 para desenvolver esse trabalho.</p>
6217	4	7	Operação Avançar o Socorro Do CBMDF. (CBMDF)	24104	60	<p><b>2016</b> Desde muitos anos é uma rotina dos quartéis operacionais adiantarem o socorro nos horários de maior movimento nas rodovias do DF. Apenas as regiões administrativas onde ainda não foi implantada unidade operacional que a operação não acontece.</p> <p><b>2017</b> O programa que posiciona as viaturas e o socorro em prontas condições de atendimento em pontos estratégicos em horários de pico do tráfego automotivo manteve o alcance de 60%.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SSP

Em 2016, o Objetivo Específico “Paz no Trânsito: *promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes*”, caracteriza-se pelo complexo desafio do Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, iniciam-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Noutro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública, tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, etc, a condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e DETRAN-DF tem o entendimento de que as realizações de 2016 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF que é a de salvar vidas, apresenta-se o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 0,88. Destaca-se que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Em 2017, em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, inicia-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Em outro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública, tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, entre outros, à condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e DETRAN-DF tem o entendimento de que as realizações de 2017 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF, que é a de salvar vidas, apresentamos o índice de mortos por 10 mil veículos nas vias urbanas em 0,52, índice que vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Destaque para a atuação do Detran/DF, cujas ações contribuíram para a redução das mortes no trânsito em 35%. Em 2016, 390 pessoas envolveram-se em acidentes fatais, enquanto em 2017 foram 254 casos, ou seja, 136 a menos. A queda é resultado da grande quantidade de ações educativas desenvolvidas pelo órgão (826 apenas em 2017) e fiscalização, com a atuação de 24.425 condutores que insistiam em dirigir embriagados. Além disso, 6.808 placas de trânsito foram recuperadas, implantadas e substituídas ao longo do ano.

Esta redução das mortes nas vias do DF é consequência da maior conscientização dos motoristas e está ligada às punições que o órgão impôs aos que insistem em dirigir mesmo com a CNH cassada ou suspensa. Durante todo o ano, quase cinco mil condutores tiveram a carteira de motorista suspensa ou cassada, e nas ações da PMDF e do Detran/DF foram mais de 24 mil autuações por alcoolemia e o mais importante é que 98% dessas autuações foram feitas antes do envolvimento dos condutores com acidentes de trânsito.

## **PMDF**

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a PMDF focou em várias ações que intensificaram o policiamento e a fiscalização de trânsito. Só no ano de 2016, temos os seguintes números: 206.645 autuações de trânsito e 8.217 notificações por embriaguez ao volante, além de realizar campanhas educativas, a fim de promover a paz no trânsito, com o escopo de prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços.

## **DETRAN**

Em 2016, foi desenvolvido dois softwares para otimização dos serviços de engenharia. O primeiro diz respeito à gestão da sinalização horizontal, e o segundo trata das autorizações para de obra e evento em via pública. Os sistemas estão em fase de teste. O primeiro permitirá um maior controle das garantias das sinalizações e possibilitará uma gestão mais eficiente no tocante as repinturas, evitando que as vias fiquem com a sinalização apagada por falta de manutenção. Já o segundo possibilitará um maior controle sobre os acontecimentos, obras e eventos, nas vias, evitando sobreposições de eventos e/ou autorizações de eventos além da capacidade operacional da SSP/DF.

Dois retrorefletômetros foram adquiridos para auxiliar na conferência das especificações das sinalizações verticais e horizontais. Evitando a utilização de materiais de baixa qualidade ou materiais com especificações diversas das contratadas. Está em andamento o processo de contratação de manutenção semafórica, no qual está previsto também uma ata de registro de preços com vistas a implantação de 30 novos cruzamentos semafóricos, a interligação dos semáforos (criação da rede (subárea)) de Águas Claras e padronização, finalização das obras de sentido único das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga e melhoramento dos aspectos físicos do Parque Semafórico Urbano do Distrito Federal como todo.

Está em andamento também a modernização da Central de Controle de Semáforos em duas frentes: a primeira com a mudança da Diren para o prédio da 906 Sul, com vistas ao melhor acompanhamento das rotinas de gestão do tráfego e centralização de seus Núcleos, e a segunda frente é a contratação da consultoria técnica para definição da estratégia, tecnologia e infraestrutura necessária para a modernização da Central.

A área de Educação contribuiu atendendo um total de 499.104 pessoas, em 600 ações durante o ano, um grande aumento em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações.

Em 2017, o software para controle dos serviços de sinalização horizontal foi desenvolvido e está sendo utilizado pelos executores e pelas empresas contratadas com bastante êxito, possibilitando uma melhor gestão e controle dos serviços executados até o controle e emissão da ordem de pagamento. Com a utilização dos retrorrefletômetros adquiridos a equipe consegue manter um melhor controle de qualidade dos serviços executados. Estamos fazendo levantamentos para alimentar a base de dados do sistema a fim de complementá-lo e disponibilizá-lo de forma remota a outros órgãos. Quanto ao segundo sistema que possibilitará um maior controle sobre as obras e eventos em vias, será encaminhado Termo de Referência para a contratação. A licitação para a contratação da manutenção semafórica e modernização do sistema foi aberta em fevereiro/2018, mas está suspensa por ordem do Tribunal de Contas do Distrito Federal. A mudança do núcleo de manutenção de equipamentos eletrônicos - Numeq está sendo providenciada, com a execução de pequenas obras de adaptação no prédio do Detran-DF na 906 sul. A intenção é implementar o Centro de Controle Semafórico no prédio, e a proximidade do executor e da equipe é essencial para uma melhor gestão dos serviços visando um melhor acompanhamento das rotinas que envolvem a gestão do tráfego.

Intensificação nas operações de fiscalização com o intuito de reduzir as mortes no trânsito e atingir a menor quantidade de óbitos em vinte anos.

As ações sofreram ajustes no planejamento e na execução de forma a garantir mais segurança a todos os usuários das vias no Distrito Federal, com o mapeamento de locais de acidentes com vítimas, para a redução de vítimas no trânsito, bem como das áreas com maiores retenções nas vias urbanas para ações de mobilidade e controle de tráfego com o objetivo de melhorar a fluidez das vias.

Além disso, houve uma grande adequação do efetivo nas regiões com maiores demandas de violência no trânsito e cometimento de infrações que geram riscos à segurança viária.

Foram criadas as Unidades de Motociclistas, Inteligência e Logística Operacional, além da melhoria de alguns setores como a Unidade Aérea e Depósitos. Criação de operações com uso tecnológico: Uso dos Drones e do sistema de Monitoramento na identificação de irregularidades no trânsito.

As ações educativas de trânsito foram de fato ampliadas, e atendidas no ano de 2017 o quantitativo de 727.465 pessoas, em 826 ações durante o ano. O Detran-DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo".

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**005 – CULTURA DE PAZ: Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.**

**UNIDADES RESPONSÁVEIS:**

**24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	1	Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	2	Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	3	Fortalecer as redes de enfrentamento à violência; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	4	Implementar ações de prevenção e combate ao racismo; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	5	Ampliar e reformar os postos de acolhimento às vítimas de violência; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	6	Ampliar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	7	Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	8	Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã. (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	9	Manter a média da soma anual de atendimentos por trimestre de 9000 pessoas atendidas. (CBMDF)	144.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	18.568	-			18.568	12,9%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	10	Manter a média anual de 13.586 litros de coleta de leite humano; (CBMDF)	54.344	LITRO	ANUAL	MAIOR, MELHOR	16.387	17.081			33.468	61,6%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	11	Capacitar todos os profissionais da área multidisciplinar do Pró-Vítima, educadores, servidores, por meio de cursos, palestras, campanhas educativas e atualização EaD; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	12	Realizar 01 (um) seminário nacional sobre os direitos das vítimas de violência por ano; (SEJUS)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	13	Criar o Portal Pró-Vítima e um aplicativo para celular; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	14	Implantar o Projeto Ônibus Itinerante (SEJUS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	15	Realizar parcerias com órgãos ocupantes de prédios públicos para a instalação de postos de atendimentos do Pró-Vítima em regiões atualmente não atendidas (SEJUS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	16	Criar espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais (com vedação acústica) para terapia em grupo, atendimento jurídico-social e psicológico, tornando o atendimento multidisciplinar mais humanizado (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	50			50	50,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	17	Realizar palestras, distribuir folders e cartilhas informativas nos atendimentos às vítimas de violência, em escolas públicas, em delegacias, na rede social de atendimento, no Ministério Público do DF, no Tribunais de Justiça do DF, nas ações sociais e seminários; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	18	Realização de Seminário, Simpósio, Oficinas, Encontro, Capacitação, Ações, Caminhada e Palestras sobre Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Políticas Migratórias do DF para os diversos públicos do Distrito Federal; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	19	Apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos em tráfico de pessoas; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	20	Implantação do Posto Humanizado de Atendimento ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	21	Formalizar de Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e Instituto Federal de Brasília (IFB) para projeto de atendimento ao migrante e refugiado residente no DF; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	22	Reduzir a taxa de Femicídio para 5 (quantidade de óbitos por feminicídios X 100.000 / população de mulheres do DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	5	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	23	Reduzir a taxa de jovens negros de 15 a 29 anos assassinados para 12 (quantidade de óbitos por assassinato de jovens negros de 15 a 29 anos X 100.000 / população de jovens de 15 a 29 anos do DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	12	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	24	Reduzir para metade a taxa de negros/as vítimas de violência racial (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	25	Reduzir para metade a taxa de mulheres vítimas de violência de gênero (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	26	Taxa de pessoas idosas vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	27	Taxa de pessoas com deficiência vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	28	Taxa de pessoas LGBT vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	29	Sensibilizar 300 profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	85			85	28,3%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	30	Formar 300 novos profissionais de Segurança e Paz Social como multiplicadores de Direitos Humanos (SEDESTMIDH) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	31	Realizar 16 rodas de conversa sobre Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	16	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	15	4			19	118,8%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	32	Formar 400 mulheres negras de comunidades carentes como multiplicadoras dos direitos raciais; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	400	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	33	Publicar um Protocolo de ação elaborado junto com a Secretaria de Segurança Pública para denúncias de crimes raciais; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	34	Promover os direitos da primeira infância. (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	35	Desenvolver campanhas, mobilizar a sociedade e fomentar atividades que promovam os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	36	Realizar eventos com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e juventude do Distrito Federal; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	37	Capacitar 100% dos servidores; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	92,18			92,18	92,2%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	38	Atender uma média de 9.000 pessoas, a cada ano, em Projetos Sociais; (CBMDF)	36.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	15.954	12.232			28.186	78,3%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	39	Coletar uma média de 13.586 litros de leite materno a cada ano; (CBMDF)	54.344	LITRO	ANUAL	MAIOR, MELHOR	16.387	17.081			33.468	61,6%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	40	Capacitar uma média de 175 profissionais da rede de proteção e promoção social, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada ano; (SECRIANÇA)	700	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	160	125			285	40,7%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	41	Atender uma média de 85 crianças e adolescentes a cada ano no Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual. (SECRIANÇA)	340	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	257			257	75,6%

## Análise Qualitativa

### 1. Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados (SSP);

2016

O modelo de gestão do “Viva Brasília” foi idealizado a partir de compilação de diferentes estratégias de políticas nacionais e internacionais de segurança pública consideradas exitosas. A adequação e aprovação dos indicadores da divisão territorial em áreas (AISPs) e regiões integradas (RISPs) de segurança pública e do monitoramento e avaliação do programa foram realizadas mediante a implantação de grupos de trabalho com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da sociedade civil.

A Região Integrada de Segurança Pública – RISP consiste na divisão geográfica do território do Distrito Federal para fins de segurança pública que permite a articulação e integração regional, no nível tático e operacional, das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito, entre si e com os demais atores internos e externos que possuam interfaces com o tema.

A Área Integrada de Segurança Pública – AISP consiste na divisão geográfica de uma RISP e se caracteriza por um espaço geográfico comum, urbano ou rural, destinado à articulação e à integração.

**Tabela 1 – Regiões e Áreas de Segurança Pública**

RISP	AISPs
Metropolitana	Plano Piloto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste, Guará, SIA, SCIA, Estrutural e Lago Sul
Sul	Gama, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way, Santa Maria e Jardim Botânico
Oeste	Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires
Leste	Planaltina, Lago Norte, Varjão, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal.

Fonte: SGI/SSP/DF

Assim, para cada uma das AISPs considerada prioritária, foi elaborado um Plano Integrado de Ação, em que foram especificados: a situação-problema, a ação-resposta, o responsável e o prazo. (Na reunião devolutiva dos Planos Integrados, uma nova coluna, de status da ação, foi inserida). Com a pactuação dos Planos, a equipe da UCPPV passou a realizar o monitoramento de todas as ações, fazendo, operacionalizando reuniões e realizando bilaterais, quando os órgãos responsáveis tinham dificuldades nessas articulações, ao mesmo tempo que monitorava, junto a SGI, o efeito das ações sobre os índices de segurança a cada dez dias.

Por isso, vale retomar aqui os resultados positivos encontrados a partir da elaboração, pactuação e monitoramento dos Planos Integrados de Segurança (“intervenção”):

**Tabela 2 – Comparação CCP nas AISPs Prioritárias (Antes e Depois da Implementação do Plano Integrado, atualizado em 21/11/2016)**

Área crítica	Crime com maior incidência	Antes da intervenção	Após a intervenção	Diferença percentual
Estrutural	Roubo a transeunte	164	73	-55,50%
Samambaia	Roubo a transeunte	736	595	-19,20%
Santa Maria	Roubo a transeunte	475	388	-18,30%
Taguatinga	Roubo a transeunte	511	442	-13,50%
Ceilândia	Roubo a transeunte	881	784	-11,00%
Brasília	Furto em veículo	847	768	-9,30%
São Sebastião	Roubo a transeunte	221	205	-7,20%
Planaltina	Roubo a transeunte	371	417	12,40%

Fonte: SGI/SSP/DF



A SSP/DF também participou da Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, a ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas. Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul é o principal exemplo dos resultados da metodologia do "Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida". Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

## 2017

Ao longo de 2017 a SSPDF, por meio da Subsecretaria de Segurança Cidadã – SUSEC, participou da organização e realizou o acompanhamento de reuniões nas Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e comunidade para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública locais. Esses encontros visavam promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais e ocorreram no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e Comitês de Área Integrada de Segurança Pública (CAISPs).

A SUSEC possui quatro diretorias responsáveis por coordenar e acompanhar tais reuniões: Diretorias da Rede Colaborativa Leste, da Rede Colaborativa Metropolitana, da Rede Colaborativa Oeste e Rede Colaborativa Sul.

Nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Já nos encontros de CAISP, os dirigentes dos órgãos de segurança pública priorizam as demandas a serem atendidas e discutem as soluções possíveis para a resolução dos problemas apresentados.

Abaixo, seguem consolidadas tabelas informando as principais demandas apresentadas nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança realizadas em 2017, organizadas por Região Integrada de Segurança Pública (RISP):

### Diretoria da Rede Colaborativa Leste - RISP LESTE

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	544	274	162	144	12	1.136
Demandas Resolvidas	403	217	125	99	5	750
Demandas Pendentes	141	57	37	45	7	386
Quantidade e Tipo de Público	1.620 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

### Diretoria da Rede Colaborativa Metropolitana - RISP METROPOLITANA

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	344	216	164	152	-	876
Demandas Resolvidas	179	154	72	82	-	487
Demandas Pendentes	165	62	92	70	-	389
Quantidade e Tipo de Público	2.861 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

**Diretoria da Rede Colaborativa Oeste - RISP OESTE**

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	196	227	234	64	1	722
Demandas Resolvidas	75	149	186	6	-	416
Demandas Pendentes	121	78	48	58	-	305
Quantidade e Tipo de Público	2.402 (Líderes comunitários, associações, moradores e síndicos)					

**Diretoria da Rede Colaborativa Sul - RISP SUL**

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	168	201	96	49	2	516
Demandas Resolvidas	79	147	45	26	1	298
Demandas Pendentes	89	54	51	23	1	218
Quantidade e Tipo de Público	2.654 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

**2. Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs (SSP);**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

Para o atingimento da meta, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF desenvolveu ações pontuais em parceria com os CEAMs, tais como: oficina de Desenho e Pintura/Grafite em Planaltina. Também entende que as ações a serem desenvolvidas para o seu alcance estão intrinsecamente vinculadas as atividades desenvolvidas pela SEDESTMIDH/SAMIDH. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

**3. Fortalecer as redes de enfrentamento à violência (SSP);**

**2016**

Foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, o Núcleo de Enfrentamento ao Femicídio (NEF), diretamente subordinado ao Comitê Executivo do Viva Brasília: Nosso Pacto pela Vida, por meio da Portaria nº 32, de 27/06/2016: Considerando que o Decreto nº 36.619, de 21 de julho de 2015, instituiu o “Pacto pela Vida - PPV como um conjunto de estratégias e ações do Governo do Distrito Federal voltados à segurança pública e à paz social, que será conduzido pelo Governador do Distrito Federal e coordenado pela Secretária de Estado da Segurança Pública e da Paz Social.

Foi constituído Grupo de Trabalho encarregado de realizar completo, detalhado e analítico levantamento da execução do Termo de Adesão ao Programa "Crack é Possível Vencer", celebrado pelo Distrito Federal em 07/12/2012, cujo objeto é além da adesão ao referido programa a atuação integrada junto à União com vistas a implementação de ações Inter setoriais de enfrentamento ao crack e outras drogas, nos termos do art. 5º-A do Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010, por meio da Portaria nº 66, de 09 de setembro de 2016, DODF Nº 173, de 13/09/16.

**2017**

Em 2017 foi lançado o programa Viva Flor, voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. A partir deste programa, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher foi fortalecida com atores trabalhando conjuntamente, tais como SEDESTMIDH, SSPDF, PMDF, PCDF, CBMDF, TJDFT e MP, por meio de reuniões de Grupo de Trabalho e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes.

Ademais, reuniões do Núcleo de Enfrentamento ao Femicídio (NEF) foram realizadas, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2016.

#### **4. Implementar ações de prevenção e combate ao racismo (SSP);**

**2016**

Meta parcialmente atendida. Foi criada Câmara Técnica Segurança: Juventude e Igualdade Racial, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco nas Vulnerabilidades Sociais, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.

**2017**

Meta atingida. Em 2017, por meio da articulação com a Escola de Governo do Distrito Federal foram indicados servidores, inclusive administrativos, que estão lotados na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, para o curso de Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo: realizado de 27 a 31 de março, com 9 concluintes da SSP/DF.

#### **5. Ampliar e reformar os postos de acolhimento às vítimas de violência (SSP);**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

#### **6. Ampliar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas (SSP);**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

#### **7. Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (SSP);**

**2016**

Meta atingida. O GDF inaugurou no dia 25 de outubro de 2016 o primeiro espaço do Centro Oeste dedicado a integrar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, está funcionando na 307 sul, área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

## 2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Criança – SECRIA. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

### 8. Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã (SSP);

## 2016

Ao longo do período, no Projeto Esporte à Meia Noite, foram desenvolvidas atividades em 10 núcleos, nas seguintes Regiões Administrativas: 1) Ceilândia; 2) Estrutural; 3) Gama; 4) Itapoã; 5) Jardim Roriz (Planaltina); 6) Vila Buritis (Planaltina); 7) Samambaia; 8) Santa Maria; 9) São Sebastião; e 10) Sobradinho II. De acordo com os dados fornecidos pela Gerência de Programas de Prevenção à Violência e à Criminalidade, estão sendo atendidas 300 adolescentes e jovens, em média, mensalmente.

No Projeto Picasso não Pichava foram realizadas oficinas de Serigrafia, Desenho e Pintura/Grafite, DJ, Audiovisual/Cinema e Capoeira. O Projeto está presente nas Regiões Administrativas de Planaltina, Ceilândia, Estrutural, Itapoã, Cruzeiro e Plano Piloto, e atendeu cerca de 165 adolescentes, jovens e mulheres sob medida protetiva por mês.

Ainda em 2016 foi firmada Parceria por meio desta Subsecretaria de Segurança Cidadã com a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente para o oferecimento de oficina de audiovisual, com duração de 3 meses, para jovens atendidos pelas seguintes UAMA's do Distrito Federal: Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, São Sebastião, Paranoá, Ceilândia, Gama e Santa Maria.

Durante o ano de 2016, foi realizada parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, de modo a expandir as atividades do Projeto para as Unidades de Meio Aberto do Sistema Socioeducativo - UAMAS, sendo os atendimentos ampliados para os jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Atualmente, cerca de 60 adolescentes aderiram às atividades e são vinculados a 07 (sete) UAMAS, quais sejam: Ceilândia – 2 UAMAS, Estrutural, São Sebastião, Samambaia, Santa Maria e Paranoá. Com exceção da Região Administrativa do Paranoá, as atividades são desenvolvidas em Centros Olímpicos.

## 2017

Meta atingida. No ano de 2017, foram realizadas atividades do Projeto "Picasso não Pichava" nas Regiões Administrativas do Itapoã, Paranoá, Ceilândia, Planaltina, Samambaia, São Sebastião e Recanto das Emas, com oferta de oficinas de cinema, discotecagem/DJ, pintura, capoeira, serigrafia, música, fotografia e intervenções de grafite. Durante o ano, foram atendidos 344 adolescentes e jovens, desses, 104 em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

As atividades são realizadas em parceria com Espaço Cultural Céu das Artes do Recanto das Emas, Casa do Cantador, em Ceilândia, Horta Comunitária do Itapoã, Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM/ Planaltina, Centro Cultural Imaginário de Samambaia e com as Unidades de Atendimento em Meio Aberto – UAMAS e Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – UNAC.

O quadro abaixo apresenta informações das oficinas realizadas durante o ano:

Atividade	Localidade	Frequência	Quantidade de alunos atendidos
Oficina de Capoeira	Horta Comunitária – Itapoã	3ª e 5ª	26
	Casa do Cantador – Ceilândia	2ª e 4ª	26
Oficina de Serigrafia	FUNAP/CIR – São Sebastião	3ª e 5ª	10
	CED 02 – Cruzeiro	2ª e 5ª	30
Oficina de Desenho e Pintura/Grafite	CEAM – Planaltina	3ª	85
Oficina de Audiovisual/ Cinema	Espaço Imaginário – Samambaia	2ª e 4ª	70

	Céu das Artes – Recanto das Emas	3ª e 5ª	17
	UAMA – Paranoá	3ª e 5ª	17
	Casa da Criança Batuíra – Ceilândia	3ª e 5ª	11
	Secretaria de Segurança Pública Asa Norte Auditório – Jovens da UAMA	3ª e 5ª	17
Oficina de DJ	Céu das Artes – Recanto das Emas	2ª e 4ª	15
Oficina de Música	Céu das Artes – Recanto das Emas	3ª e 5ª	20
Total de Alunos			344

O Projeto Picasso Não Pichava também realiza parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil para oferta de suas atividades em eventos comemorativos, para fortalecimento de vínculos comunitários e/ou para ocupação do espaço público. São ofertadas oficinas de Pintura em Tela, Serigrafia, intervenções de grafite, apresentação de roda de capoeira, exposição de telas, entre outras ações. Ao longo de 2017 mais de 3000 pessoas tiveram acesso às atividades do "Picasso Não Pichava" em eventos realizados nas regiões administrativas do DF.

Outro importante Projeto é o "Esporte à Meia Noite" que conta com 10 (dez) núcleos onde são realizadas as atividades e dispõe de 18 (dezoito) professores de Educação Física da Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas. As atividades ocorrem, em geral, no período noturno (22h às 02h) e são organizadas em esportivas coletivas (futsal, voleibol, basquetebol) e individuais (jogos de tabuleiros – dama, xadrez e tênis de mesa)

Visando a qualificação do trabalho desenvolvido, os professores passaram por duas capacitações em 2017:

- Curso “Primeiros Socorros”. Ofertado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por meio do Grupamento de Atendimento Pré-hospitalar – GAEPH com o objetivo de atualizar e aprimorar os conhecimentos quanto à aplicação dos primeiros socorros e alguns cuidados a serem tomados para prestação de auxílio imediato aos participantes do projeto. Realizado entre os dias 29 e 31 de março.
- Metodologia de prevenção ao crime por meio do esporte. Parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes para capacitar em abordagem de prevenção ao crime, à violência e ao abuso e uso de drogas por meio de prática esportiva. Realizada entre os dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro.

Durante o ano, foram realizados mais de oito mil atendimentos pelo "Esporte à Meia Noite", conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela – Atividades do Esporte à Meia Noite

NÚCLEOS	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR MÊS -2017
Ceilândia	21h às 01h, de segunda a sexta-feira.	100
Estrutural	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	120
Gama	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	150
Planaltina (Jardim Roriz)	22h às 01h, de segunda, terça, quinta e sexta-feira (exceto a quarta-feira).	60
Planaltina (Vila Buritis)	19h às 22h, de segunda a sexta-feira.	90
Samambaia	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	60
São Sebastião	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	110
Recanto das Emas	14h às 18h, as segundas, terças e quintas.	50
Média de público atendido por mês		740
Média de atendimentos por ano		8.880

FONTE: SUSEC/SSPDF

Destacamos também o objeto da atual proposta do Viva Brasília nas Escolas que consiste no estabelecimento de mútua cooperação entre SSPDF e SEEDF visando prevenir e reduzir vulnerabilidades sociais e criminais nas escolas públicas do Distrito Federal e seus perímetros, por meio do desenvolvimento de diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar, valorização dos profissionais de educação e segurança, formação da comunidade escolar e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz.

O programa está organizado em quatro eixos:

- Diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar. Atingiu até o momento 50% das escolas públicas do Distrito Federal;
- Valorização dos Profissionais de Educação e Segurança. Em fase de elaboração da minuta de desenho curricular para workshop/curso de capacitação com os profissionais de educação e segurança. Previsão: março de 2018;
- Formação da Comunidade Escolar. Em fase de construção o planejamento para metodologia de trabalho, que inclui a proposta de formação da comunidade escolar (alunos, famílias, equipe gestora da escola, entre outros) e de Comitês de Paz com os alunos;
- Articulação de Políticas Sociais, Programas, Projetos e Ações que promovam a Cultura de Paz nas escolas: Em fase de construção do planejamento para mapeamento e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz nas Escolas.

Dos novos projetos, destaca-se o lançamento do "Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor", voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. O projeto piloto beneficiará, em seu primeiro ano, até cem mulheres.

Ainda em 2017, foram desenvolvidas ações de sensibilização de cultura de paz e formação de vínculos com os alunos da escola Zilda Arns, localizada na Região Administrativa do Itapoã, para a formação de Comitê de Paz. Também foram realizadas diversas atividades no Centro de Ensino Médio – CEM 02, em Planaltina, conforme informações na tabela abaixo:

Tabela – Atividades do Viva Brasília nas Escolas

Atividade	Professor/Responsável	Localidade	Participantes
Oficina de Teatro	Teatro Comunitário do Itapoã – órgão responsável.	CEM 02	40 alunos
Palestras de Direitos Humanos (Parte I)	Comissão Especial de direitos da criança, adolescentes da OAB DF. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES PROMODEF	CEM 02	
Painel de Direitos Humanos (Parte II)	Subsecretaria de Igualdade Racial/SEDESTMIDH	CEM 02	
Painel sobre bullying e cultura de paz	Equipe da Subsecretaria de Segurança Cidadã /SUSEC/SSP/DF com psicóloga voluntária e Subsecretaria de Educação Básica / SUBEB/SEEDF	Escola Zilda Arns	40 alunos
Total de Participantes 2017			80 ALUNOS

FONTE: SUSEC/SSPDF

Para 2018 a SSPDF pretende manter os atuais projetos em atividade e regulamentar a atividade voluntária na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A captação de voluntários justifica-se pela necessidade de ampliação e qualificação dos projetos desenvolvidos pela SUSEC, bem como pelo incentivo a participação cidadã em projetos do estado. A presente minuta de Portaria autoriza e regulamenta o serviço voluntário social e profissional, não remunerado, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, adotando como princípios fundamentais. Os voluntários se inscreverão nos projetos de prevenção às violências da SSP, por meio do Portal do Voluntariado, parte do Programa Brasília Cidadã do GDF.

## **9. Manter a média da soma anual de atendimentos por trimestre de 9000 pessoas atendidas. (CBMDF)**

**2016**

Tomando apenas os atendimentos às urgências urbanas (acidente de trânsito, atendimento pré-hospitalar, ocorrências de socorro, busca e salvamento e combate a incêndio) totalizam-se 74.274 intervenções da Corporação. Existem muitos outros atendimentos prestados e o intuito é de impor excelência em cada atuação. Para tanto, o empenho em bem atender se inicia no planejamento institucional, passando toda a gestão de recursos para proporcionar o atendimento mais apropriado, digno e devido. Assim o esforço de capacitação tem o foco na qualidade do atendimento, na seriedade da atuação e o foco no cidadão.

**2017**

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

## **10. Manter a média anual de 13.586 litros de coleta de leite humano (CBMDF);**

**2016**

Nos termos da parceria entre o CBMDF e a Secretaria de Saúde, é realizada a coleta de leite humano em todo o Distrito Federal e entorno. A coleta atende aos 12 bancos de leite contando com 24 militares e 10 viaturas. Esses veículos são locados pelo GDF e a corporação cede os motoristas e as coletoras de leite.

**2017**

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o número de 24 militares disponíveis para a execução das coletas em domicílio. A meta de coleta de leite humano foi superior ao número esperado para o período.

## **11. Capacitar todos os profissionais da área multidisciplinar do Pró-Vítima, educadores, servidores, por meio de cursos, palestras, campanhas educativas e atualização EaD (SEJUS);**

**2016**

Durante o Exercício de 2016, 30% dos servidores da SEJUS foram capacitados por meio de cursos presenciais e à distância oferecidos pela rede de atendimento, a saber: Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, Universidade de Brasília – UNB, Rede Multidisciplinar das RA's (onde há postos do Pró-Vítima) e os cursos organizados e promovidos pela própria Subsecretaria.

Entretanto, os cursos especializados que tinham custo e demandavam providências quanto à elaboração de projeto básico e verificação de dotação orçamentária não se concretizaram em razão de diversas reestruturações administrativas que levaram à alta rotatividade de servidores. Assim, não foi possível a Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS alcançar a Meta nº 11 que indicou inicialmente a capacitação e 25 servidores em 2016, sendo possível capacitar apenas 07 servidores do total, perfazendo um total de 30% no Exercício/2016.

**2017**

Durante o Exercício de 2017, servidores da SEJUS/ PRÓ-VÍTIMA foram capacitados por meio de cursos presenciais e à distância oferecidos pela rede de atendimento, a saber: Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA, Secretaria de Estado de Saúde do DF - SES, Universidade de Brasília – UNB, Rede Multidisciplinar das Regiões Administrativas (onde há postos do Pró-Vítima). Não houve cursos de capacitação organizados e promovidos pela própria Subsecretaria.

Os cursos especializados que tinham custo e demandavam providências quanto à elaboração de projeto básico e verificação de dotação orçamentária não se concretizaram em razão de diversas reestruturações administrativas e extinção da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS em maio de 2017, que foi incluída nas atividades geridas pela SUBJUSPRED/SEJUS.

Devido à capacitação oferecida pela Rede de Atendimento, a Meta nº 11 foi alcançada plenamente, considerando-se que todos os servidores do psicossocial participaram de, pelo menos, um curso de capacitação, dos 56 cursos realizados em 2017, entre seminários, palestras, jornadas e conferências. Assim, garantiu-se 100% de aproveitamento da meta.

#### **12. Realizar 01 um seminário nacional sobre os direitos das vítimas de violência por ano (SEJUS);**

**2016**

Apesar das tratativas desta Secretaria de Justiça e Cidadania com os órgãos parceiros (Banco de Brasília – BRB, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJDF, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Secretaria de Estado da Mulher) não foi possível a realização do Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vítimas de Violência que almejava, entre outros objetivos, alcançar um público estimado de 400 pessoas e, por conseguinte, a produção de documento oficial (cartilha) que reuniria as propostas de melhorias no atendimento dos serviços prestados às vítimas de violência.

Mudanças no secretariado do Governo do Distrito Federal impactaram nas atividades e nas rotinas administrativas da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS (somente em 2016, 03 Secretários ocuparam a pasta da SEJUS) o que ocasionou a descontinuidade das ações e inviabilizou o alcance da Meta nº 12 no Exercício/2016.

**2017**

Não foi possível a realização do Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vítimas de Violência, entre outros objetivos, como alcançar um público estimado de 400 pessoas e, por conseguinte, a produção de documento oficial (cartilha) que reuniria as propostas de melhorias no atendimento dos serviços prestados às vítimas de violência.

Mudanças no secretariado da SEJUS impactaram nas atividades e nas rotinas administrativas, bem como a alteração da estrutura administrativa da SEJUS, na qual a Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência foi extinta e os serviços ofertados continuaram na SUBJUSPRED, o que ocasionou a descontinuidade das ações e inviabilizou o alcance da Meta nº 12 no Exercício/2017.

#### **13. Criar o Portal Pró-Vítima e um aplicativo para celular (SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Trata o PORTAL PRÓ-VÍTIMA de uma ferramenta que servirá para armazenar os registros de atendimento de pessoas vitimadas, garantindo ao usuário acesso aos processos judiciais, realização de downloads de cartilhas, de leis e de matérias relativas ao programa. A meta proposta no PPA 2016/2019 – Ano-Base 2016 era alcançar uma marca de 200.000 acessos. Infelizmente, a meta não foi alcançada.

Os custos e a carência de profissionais habilitados para operar o Portal conduziram os gestores, à época, a estudar a possibilidade de utilizar o próprio site da SEJUS. Entretanto, a ideia também não se consolidou em razão da descontinuidade das ações promovidas pela alta rotatividade de pessoal em postos estratégicos da Secretaria.

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à implementação do Botão do Pânico (aplicativo de celular para chamadas urgentes em situações de violência), indicava uma projeção de 90 acessos no primeiro ano do Plano Plurianual (Ano-Base 2016), entretanto, como o aplicativo não foi criado e a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF implementou a meta e a executou por meio de sua central de atendimentos, ressalte-se que esta Subsecretaria oficiará suas unidades superiores para que se manifestem acerca da manutenção ou retirada da Meta nº 13 do rol de metas da SEJUS.

#### **14. Implantar o Projeto Ônibus Itinerante (SEJUS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016 a Assessoria da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência elaborou uma minuta de projeto básico e realizou tomadas de preços, com vistas à implementação do PRÓ-VÍTIMA ITINERANTE, entretanto, nenhum outro andamento foi dado no sentido de consolidar a transferência de recursos do BID para o GDF (Vide Mapeamento de Ação Orçamentária) o que inviabilizou



a contratação de empresa para aquisição do ônibus adaptado. O repasse, que corresponde à R\$ 773.000,00 não ocorreu. Nem mesmo autuou-se processo para solicitar providências em direção à Meta nº 14.

**2017**

O projeto básico para a implantação do Ônibus Itinerante não foi finalizado em 2017 por razões de diversas trocas de gestores o que inviabilizou dar continuidade às ações iniciadas em 2016. Deste modo, a meta não se consolidou.

**15. Realizar parcerias com órgãos ocupantes de prédios públicos para a instalação de postos de atendimentos do Pró-Vítima em regiões atualmente não atendidas (SEJUS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Não houve instalação de nenhum dos três postos indicados na Meta. Em relação à Taguatinga, houve tratativas no sentido de adaptar um espaço de atendimento à vítima de violência nas dependências da unidade NA HORA de Taguatinga, entretanto, a Meta nº 15 não se consolidou porque, devido à rotatividade de pessoal dentro do Programa (que incluiu a substituição do Subsecretário do PRÓ-VÍTIMA por duas vezes em 2016), as negociações não avançaram. O objetivo desta instalação visa otimização de custos e a facilidade de acesso.

Relativo à instalação do Posto de Sobradinho, informe-se que houve conversas informais entre o então Subsecretário do Pró-Vítima e o representante do Fórum do Tribunal do Justiça do Distrito Federal e Territórios daquela Região Administrativa, mas o acordo não foi finalizado por motivos de substituição de pessoal, e a gestão que assumiu posteriormente decidiu pela paralização das tratativas.

Relativa à instalação do Posto de Samambaia, não há nenhum registro, nem processo formal que apontem andamentos em direção ao alcance da Meta.

Para efeito de esclarecimentos, informamos que há servidores nomeados para atuar nos postos nas RA's de Taguatinga, Sobradinho e Samambaia desde 2015 (conforme Decreto nº 37.032, de 30 de dezembro de 2015, relativo à estrutura da SEJUS, mas os postos não foram instalados até a presente data).

**2017**

Em 2017, não houve parcerias com outros órgãos para a instalação de mais postos do Pró-Vítima, mantendo-se em funcionamento os postos já existentes nas cidades de, Ceilândia, Asa Sul, Paranoá, Guará e uma unidade na sede da SEJUS, no SAIN/DF.

**16. Criar espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais (com vedação acústica) para terapia em grupo, atendimento jurídico-social e psicológico, tornando o atendimento multidisciplinar mais humanizado (SEJUS);**

**2016**

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à reforma e ampliação dos Postos do Pró-Vítima indicava uma projeção de reforma/ampliação de 01 (um posto) no primeiro ano (Ano-Base 2016), entretanto, a Meta nº 16 não foi alcançada.

Posto Paranoá: em virtude das condições precárias do espaço situado à Quadra 05, conjunto 03 – AE D, Parque de Obras – Paranoá/DF, foi elaborado projeto básico com descrições de etapas, objetivos, custos e cronograma de execução para a celebração de um convênio entre a SEJUS e a NOVACAP, entretanto, a ação não se consolidou.

Para a referida celebração, era necessário um repasse desta Secretaria à NOVACAP no valor de R\$ 1.556.869,22 e, com a substituição de chefia, a nova gestão manifestou-se pela não continuidade das tratativas, por considerar que o alto valor apreçado para aquela reforma não se justificava já que o prédio utilizado pelo Posto Paranoá é apenas cedido pela Administração Regional, podendo a RA não renovar o Termo quando do término de sua vigência. Este fato levou a então Subsecretária a repensar a relação custo-benefício quanto à celebração do convênio com a NOVACAP, para a reforma do espaço.

Posto Guará e Posto Ceilândia: não houve nenhuma ação ou autuação de processo com andamentos para a ampliação e reforma destes postos.

Postos Samambaia, Posto Taguatinga e Posto Sobradinho: estes postos sequer foram instalados, não havendo que se falar em ampliação/reforma.

Posto 114 Sul: apesar de não constar do rol da Meta nº 16, haverá necessidade de sua inclusão para possíveis ampliações e/ou reformas ao longo do quadriênio 2016/2019. Informamos que esta Subsecretaria de Proteção à Vítima de Violência enviará solicitação de inclusão deste posto na Meta em tela.

**2017**

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à criação de espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais para terapia e atendimento psicológico foi alcançada em 2017 haja vista a inauguração de 02 (duas) ludotecas nos Postos de Atendimento da Ceilândia e do Paranoá, fruto do Termo de Cooperação assinado entre a SEJUS e o Instituto SABIN. As ludotecas (espaços lúdicos para atendimentos psicológicos infantis às vítimas de violência) foram inauguradas nos dias 14/09/2017 e 17/11/2017, respectivamente. E, considerando-se a média de criação destes espaços de uma por ano (pelo menos), em 2017 o acumulado percentual da meta alcançou 50%, em relação aos quatro anos do PPA 2016/2019.

**17. Realizar palestras, distribuir folders e cartilhas informativas nos atendimentos às vítimas de violência, em escolas públicas, em delegacias, na rede social de atendimento, no Ministério Público do DF, nos Tribunais de Justiça do DF, nas ações sociais e seminários (SEJUS);**

**2016**

Atingimos com êxito a Meta nº 17 no que tange à quantidade de pessoas atendidas nas ações do Pró-Vítima por meio de palestras, ações sociais e seminários. A meta proposta no PPA 2016/2019, indicava uma projeção de cerca de 480 atendimentos. Tal expectativa foi superada porque apenas nas escolas o Pró-Vítima atingiu mais de 1.300 crianças, além de pais, professores e corpo técnico. Além disso, o Programa também realizou ações conjuntas (entes públicos e privados) nas RAs do Ipapuã, Paranoá, Recanto das Emas, Arapoanga, Fercal, Sobradinho, Taguatinga, Plano Piloto, perfazendo um estimado de mais de 3.000 atendimentos.

Em parceria com as Varas de Violência Doméstica foi distribuído, nas 957 audiências, material gráfico com orientações do Programa (cartilhas e folders). Considerando-se que em cada audiência distribuía-se, uma média de 03 cartilhas/folders aos vitimados e acompanhantes, temos um estimado de distribuição de cerca de 2.870 materiais gráficos. Além disso, também promoveu-se a publicidade do Programa nas seguintes ações: Campanha 18 de Maio; Encontro com a Rede (encontros mensais que acontecem em fóruns, nos conselhos tutelares, CREAs, CRAs); Pro-Vítima nas Escolas; Papo de Mulher pra Mulher; Pedala pra Vida, Ação Global (participação do Pró-Vítima), Mutirão da Cidadania, com distribuição de pelo menos 200 folders/cartilhas por evento, fez-se um total aproximado de 1.400 unidades distribuídas.

Também houve ações de publicidade por meio da confecção de material gráfico em parceria com o Exército Brasileiro.

**2017**

Atingiu-se com êxito a Meta nº 17 no que tange à quantidade de pessoas atendidas nas ações do Pró-Vítima por meio de palestras, ações sociais e seminários. A meta proposta no PPA 2016/2019, indicava uma projeção de cerca de 480 atendimentos. Tal expectativa foi superada porque apenas no Projeto Pró-Vítima nas Escolas foram oferecidas palestras a 3.100 alunos, além de pais, professores e corpo técnico.

Além disso, o Programa também realizou ações conjuntas (entes públicos e privados) perfazendo um estimado de mais de 3.000 atendimentos, com o Mutirão da Criança no Paranoá em 21/10/2017, o Mutirão da Criança em Ceilândia, nos dias 28/10/2017, os Mutirões da Cidadania, Papo de Mulher nos 05 (cinco) postos de atendimentos. Também ocorreram caminhadas em prevenção ao abuso sexual infantil, participações em ações sociais públicas e privadas e outros.

Em 2017 também promoveu-se a publicidade do Programa nas seguintes ações: Campanha 18 de Maio; Encontro com as Redes Sociais (encontros mensais que acontecem em fóruns, nos conselhos tutelares, CREAs, CRAs); Mutirão da Cidadania com a distribuição de folders bem como atendimentos e encaminhamentos.

**18. Realização de Seminário, Simpósio, Oficinas, Encontro, Capacitação, Ações, Caminhada e Palestras sobre Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Políticas Migratórias do DF para os diversos públicos do Distrito Federal (SEJUS);**

**2016**

Conforme relato da Diretoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Apoio ao Migrante e Refugiado, as ações desenvolvidas em 2016 alcançaram de forma direta 2.439 pessoas, que participaram de palestras, oficinas, capacitações, seminário, simpósio, caminhada, etc, e foram distribuídos cerca de 8.000 materiais informativos sobre as temáticas atinentes a suas competências como folders, panfletos, cartilhas.

No sentido de ampliar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no DF será publicado em janeiro de 2017, o Edital de Chamada de entidades não governamentais da sociedade civil organizada interessadas em participar como membros representantes consultivos no Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

**2017**

A SEJUS realizou em 2017 mais de trinta ações preventivas acerca do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Distrito Federal entre seminários, simpósios, oficinas, palestras e capacitações. Estas atividades alcançaram um público de cerca de 6 mil pessoas. Também foram distribuídos cerca de 7.500 materiais informativos durante as atividades realizadas no Exercício/2017.

#### **19. Apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos em tráfico de pessoas (SEJUS);**

**2016**

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania realizou o I Simpósio da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Vítimas de Tráfico de Pessoas, nos dias 26 e 27 de julho de 2016, no auditório da Defensoria Pública da União – DPU, oportunidade em que foram apresentados 09 trabalhos acadêmicos, entre os quais: 07 destes em formato de artigos científicos e 02 em formato pôster, ambos relacionados às temáticas de migrações, refúgio e tráfico de pessoas. Os estudos apresentados foram realizados por estudantes de universidades públicas e privadas do Distrito Federal e de outros estados, além de pesquisadores ligados às áreas mencionadas.

**2017**

A SEJUS realizou o II Simpósio da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Vítimas de Tráfico de Pessoas, dias 26 e 27 de julho de 2017, no Auditório da UPIS, com o apoio da DPU, MJ, UNODC, MPDFT, TJDFT. Na oportunidade, foram apresentados seis artigos científicos para um público multiplicador de 70 pessoas. Um dos objetivos desta ação é a perspectiva de publicação dos trabalhos, por meio de parceria com a Universidade de Brasília - UNB. Considerando-se a realização de atividade que cooperou para o apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos ligados à temática do tráfico de pessoas, considera-se o alcance da Meta em sua integralidade para o exercício/2017.

#### **20. Implantação do Posto Humanizado de Atendimento ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana (SEJUS);**

**2016**

Quanto à implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana, até o presente momento, não foi possível efetivá-lo devido à indisponibilidade orçamentária, insuficiência de recurso humano e cessão de espaço para tal finalidade.

**2017**

A implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante ainda não se efetivou em razão das mesmas questões apresentadas em 2016. Ausência de disponibilidade orçamentária e de insuficiência de pessoal impossibilitaram a implantação no referido Exercício.

#### **21. Formalizar de Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento ao migrante e refugiado residente no DF (SEJUS);**

**2016**

No que diz respeito à formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento a migrante estrangeiro e refugiado residente no DF, encontra-se em fase avançada carecendo apenas de pequenos ajustes para a sua concretização. A despeito disto, foi realizado o I Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para o referido público, de 16/11/16 a 07/03/17, em parceria com o IFB, Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH) e Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), via PRONATEC, que contou com a participação de 36 alunos 2017.

**2017**

Em 2017 foram retomadas as tratativas para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília - IFB, mas em razão das mudanças de gestão, impossibilitou-se sua finalização. Mas, considerando o interesse do IFB em prosseguir com a parceria, deverá a SEJUS continuar com os ajustes à Minuta do ACT. Informe-se que assinatura está prevista para o 1º semestre de 2018, conforme delineado no Processo nº 0400-000240/2016.

A SEJUS solicita a alteração para 0% do percentual relativo a 2016, tendo em vista que o Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e o IFB não foi realizado. Ademais, trata-se de meta percentual, e não unitária. Portanto, a informação 36 no ano de 2016 estava incorreta.

**22. Reduzir a taxa de Femicídio para 5 (quantidade de óbitos por feminicídios X 100.000 / população de mulheres do DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**23. Reduzir a taxa de jovens negros de 15 a 29 anos assassinados para 12 (quantidade de óbitos por assassinato de jovens negros de 15 a 29 anos X 100.000 / população de jovens de 15 a 29 anos do DF) (SEDESTMIDH). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**24. Reduzir para metade a taxa de negros/as vítimas de violência racial (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**25. Reduzir para metade a taxa de mulheres vítimas de violência de gênero (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**26. Taxa de pessoas idosas vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**27. Taxa de pessoas com deficiência vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**28. Taxa de pessoas LGBT vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**29. Sensibilizar 300 profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos (SEDESTMIDH);**

2016

Não houve implementação da meta pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

2017

Foi proposto pela Secretaria a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), uma capacitação na temática étnico-racial aos servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. O curso de Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, foi ofertado em março de 2017 pela EGOV, com a participação de 85 agentes de segurança pública.

**30. Formar 300 novos profissionais de Segurança e Paz Social como multiplicadores de Direitos Humanos (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Ação corresponde ao projeto Multiplicadores contra o Racismo Institucional, aprovado em 2015 para financiamento no âmbito do Programa Viva Brasília – Pacto pela Vida em 2016, cujo o financiamento (carta consulta BID) foi inviabilizado uma vez que o Programa Viva Brasília deixou de ser projeto prioritário no Plano de Assistência à Família - PAF do DF junto ao MPOG. Ressalta-se

a importância de verificação e articulação intersecretarial no que tange à previsão de liberação dos recursos do Viva Brasília – Pacto pela Vida para nova avaliação técnica de projetos da Secretaria aprovados no mesmo, em que pese o tempo que ainda sobra para suas execuções e a adequação da equipe remanescente para o pleno desenvolvimento das ações.

**2017**

Não foi realizado.

### **31. Realizar 16 rodas de conversa sobre Direitos Humanos (SEDESTMIDH);**

**2016**

Foram realizadas 15 rodas de conversa sobre o projeto Por Dentro da Lei Maria da Penha, focada nas mulheres dos territórios e servidores das administrações regionais

**2017**

No ano de 2017 foram realizadas 4 (quatro) rodas de conversa no âmbito do Projeto Por Dentro da Lei Maria da Penha, focado em levar informações às mulheres dos diversos territórios do DF e aos servidores das Administrações Regionais.

### **32. Formar 400 mulheres negras de comunidades carentes como multiplicadoras dos direitos raciais; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

Não houve implementação da meta pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

### **33. Publicar um Protocolo de ação elaborado junto com a Secretaria de Segurança Pública para denúncias de crimes raciais (SEDESTMIDH);**

**2016**

No ano de 2016, foi elaborada minuta de instrução normativa que regulamenta o fluxo da coleta das manifestações oriundas do Disque Racismo e o Protocolo de Atendimento a ser utilizados pelos atendentes do Disque Racismo. A minuta foi elaborada com a participação da representante da Delegacia Especial de Repreensão aos Crimes, por Discriminação Racial, religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou Com Deficiência (DECRIN). Neste sentido, tal protocolo poderá servir de indicativo às outras Delegacias e deverá ser objeto de diálogo com representante da SSP.

**2017**

Em 2017 foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº158, 17 de agosto de 2017, pág. 10, a Instrução Normativa nº 02, a qual institui o fluxo de demandas do Disque Racismo e o protocolo de atendimento para melhoria na prestação de serviços ao cidadão.

### **34. Promover os direitos da primeira infância (SECRIANÇA);**

**2016**

Para promover os direitos da primeira infância, a SECRIANÇA deu continuidade a coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, tendo realizado cerca de 12 reuniões com seus integrantes, a promoção da 1º Semana do Bebê do DF, levantando de informações sobre a situação da primeira infância no DF e advocacy na Câmara legislativa sobre o Projeto de Lei do Marco legal da Primeira Infância no DF.

Sendo uma ação incentivada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância, a semana do Bebê mobilizou 396 atividades entre os dias 18 a 28/10/2016 envolvendo a comunidade, escolas de educação básica e os profissionais da rede de atendimento a primeira infância. Elas foram promovidas pela rede que compõe o Comitê e a Secriança esteve envolvida diretamente na organização da atividade de abertura no dia 24/10/2016 com a Apresentação e debate do Filme “O Começo da Vida” e Lançamento do Guia Metodológico de fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas, além da Audiência Pública “O Bebê Sujeito de Direitos no contexto do Plano Distrital pela Primeira infância”, no dia 27/10/16.

O Projeto de Lei nº 821/2015 foi construído no âmbito do Comitê em consonância com as discussões nacionais e o processo de elaboração da Lei nº 13.257, marco legal para primeira infância no Brasil. O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 e durante o ano de 2016 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs, foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto ele ainda está em discussão.

## 2017

Com o intuito de promover os direitos da primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) do DF, a SECRIANÇA deu continuidade ao trabalho de coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, conforme Decreto 34.136 de 05/02/2013 e Decreto 36.509 de 22 de maio de 2015. Em 2017 o Comitê realizou suas reuniões ordinárias regularmente, levantou informações sobre a situação da primeira infância no Distrito Federal, acompanhou os tramites do programa do Governo Federal, o Criança Feliz, realizou a 1º e a 2º Semana do Bebê do DF, além da articulação e acompanhamento do Projeto de Lei do Marco Legal da Primeira Infância do DF apresentado na Câmara Legislativa no final de 2015.

A Semana do Bebê é uma ação incentivada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância para que os Estados e Municípios deem visibilidade para a primeira infância, propondo, discutindo e avaliando a política pública e a realidade desta população. Em 2017 a semana aconteceu entre os dias 24/06 a 02/07, com **31 atividades que mobilizaram uma média de 6.578 pessoas, com a temática “O desenvolvimento infantil”**. Durante a Semana do Bebê foram realizadas atividades de lazer para a comunidade, contação de histórias, oficina de shantala, pinturas de rosto, oficina de sling, roda de amamentação, formação dos profissionais da rede de educação infantil, saúde, apresentação e debate de Filmes sobre a temática, Lançamento de material didático; Audiências Públicas, Seminário e Oficina sobre Violência.

O Projeto de Lei nº 821/2015 foi construído no âmbito do Comitê em consonância com as discussões nacionais e o processo de elaboração da Lei nº 13.257, marco legal para primeira infância no Brasil. O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015, durante o ano de 2017 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto no dia 28 de julho de 2017 a Câmara Legislativa aprovou a Lei Nº 5.936, que tratava da mesma temática, inviabilizando a proposta apresentada pelo Governo do DF.

## 35. Desenvolver campanhas, mobilizar a sociedade e fomentar atividades que promovam os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos (SECRIANÇA);

### 2016

Conforme planejamento da SECRIANÇA foram realizadas diversas campanhas de mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras, e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente.

Campanha de Proteção à Criança e ao Adolescente no Carnaval, com mobilização dos Conselhos Tutelares e distribuição de material; Campanha de Enfrentamento a Violência Sexual - 18 de maio: Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 37 ações com a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente; Campanha de Mobilização para o Dia 12 Junho - Trabalho Infantil, cerca de 20 ações com a rede de proteção; Mês da Criança, ação de lançamento da campanha 'Direito de ser criança. Direito de ser feliz.', festa do dia das crianças e Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2016.

### 2017

Conforme planejamento da SECRIANÇA, foram realizadas campanhas de mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e a violência sexual e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente. Em 2017 a SECRIANÇA trabalhou com cerca de 80 parceiros para a adesão e divulgação das campanhas nas diferentes regiões administrativas do DF e RIDE com fomento de informações sobre as temáticas, mapeamento das atividades locais, distribuição de materiais gráficos, atividades educativo-culturais, solenidades de abertura das campanhas, seminários e oficinas.

São as campanhas: Campanha de Proteção à Criança e ao Adolescente no Carnaval; Campanha da Ação Coletiva para a Proteção de Crianças e Adolescentes durante as Olimpíadas de 2016 - "Respeitar, Proteger, Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes"; Campanha de Enfrentamento a Violência Sexual - 18 de maio: Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Campanha de Mobilização para o Dia 12 Junho - Dia Mundial contra o Trabalho Infantil; Semana do Bebê – Mobilização pelos Direitos na Primeira Infância, Mês da Criança – "Direito de Ser Criança, Direito de Ser Feliz" e "Direito de Ser Criança, Direito de Brincar", e Campanha de Arrecadação de Brinquedos para os Conselhos Tutelares e as crianças vinculadas ao Banco de Alimentos da Central de Abastecimento do DF que reuniu 17.000 brinquedos em 2016 e 23.000 brinquedos em 2017.

### **36. Realizar eventos com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e juventude do Distrito Federal (SECRIANÇA);**

**2016**

- ✓ Semana do Bebe - Apresentação e debate do filme "O Começo da Vida" e Lançamento do Guia Metodológico de Fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas e Audiência Pública: "O Bebe sujeito de direitos no contexto do plano distrital pela primeira infância".
- ✓ 18 de maio - Show pela Vida em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, CDCA/ DF e Fórum nacional PETI,
- ✓ Trabalho Infantil - Seminário Trabalho Infantil - Diálogos Sobre uma Experiência Coletiva em parceria com o CEASA e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.
- ✓ Construção do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente - foram realizadas 04 Oficinas Abertas com a participação da rede de atendimento, organizações da sociedade civil e adolescentes para discussão e elaboração do Plano.
- ✓ Conferências foram realizadas 04 Conferências Regionais e 01 Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- ✓ 2º Encontro Nacional de Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede - Curso promovido pela SECRIANÇA em parceria com a Childhood Brasil e UNICEF para a capacitação da rede de atendimento a criança e adolescente vítima de violência sexual. Foi realizado nos dias 21 a 24 de março de 2016 com a participação de 260 pessoas.

**2017**

A Secriança realizou diversos eventos com os parceiros da rede de atenção a criança e ao adolescente no intuito de difundir o sistema de garantia de direitos, tais como:

- ✓ Ação do trem da proteção no Metro DF por ocasião do 18 de maio; 2º e 3º Encontros Nacionais de Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede; Festa do dia das crianças; Lançamento da Campanha de Arrecadação de Brinquedos; Atividade de Lançamento da Semana do Bebê, entre outras.
- ✓ Lançamento da Campanha de Proteção no Carnaval na atividade de pré-carnaval do Bloco Suvaquinho da Asa; Seminário Distrital de Enfrentamento a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e adolescentes; Lançamento do Programa Criança Candanga, 3 reuniões com o Comitê executivo do Programa, 13 reuniões bilaterais com órgãos e empresas do GDF e 1 reunião com conselhos de direitos e setorias referentes a área da infância. Inauguração do Centro Integrado 18 de Maio, Atividade de lazer para famílias e bebês no parque da Cidade, Audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 821/2015 que trata o Marco Legal da Primeira Infância no DF; Oficina Crescer sem Violência; 04 Rodas de Conversas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente na Semana Universitária da UnB; 02 Encontros de fortalecimento de redes na Universidade UNIP; 02 Palestras sobre violência contra mulheres Crianças e adolescentes em escolas e Universidades, Participação nas atividades dos 16 dias de ativismo contra a violência de mulheres e meninas; Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências; Aniversário do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio; Apresentações da Experiência do Centro Integrado 18 de Maio em 02 cidades do Brasil; Festa do dia das crianças com 03 ações descentralizadas; entre outras.

### **37. Capacitar 100% dos servidores (SECRIANÇA);**

**2016**

A SECRIANÇA tem oferecido muitos cursos, a maioria voltada para o Sistema Socioeducativo, área que conta com o maior número de servidores da Secretaria e de grande importância para as políticas públicas a crianças e adolescentes. Outros cursos foram ofertados pela Escola de Governo – EGOV, a maioria direcionada a atividades administrativas.

**2017**

A SECRIANÇA ofereceu diversos cursos, seminários e workshops voltados para atividades administrativas e de gestão, bem como para as políticas públicas a crianças e adolescentes, como podemos citar: capacitação de Conselheiros Tutelares, capacitação para a equipe especializada em atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes e capacitação voltado para o Sistema Socioeducativo.

Além dos organizados pela Pasta, foram oferecidos cursos pela Escola de Governo do DF – EGOV e outras instituições governamentais. Os servidores desta pasta participaram de 60 daqueles ofertados.

**38. Atender uma média de 9.000 pessoas, a cada ano, em Projetos Sociais (CBMDF);**

**2016**

O programa Bombeiro Mirim é voltado para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos realizando atividades da cultura de prevenção a acidentes domésticos em instruções semelhantes às atividades de bombeiro quanto a prevenção de incêndio, primeiros socorros, salvamento e instrução militar. Acontecem ainda atividades educativas de música, artesanato, artes, cidadania, educação de trânsito e vídeos, bem como atividades esportivas com as modalidades de futebol, futsal, voleibol, basquete, karatê, natação e atletismo. Acontecem ainda atividades recreativas e culturais por meio de visitas, passeios e gincanas e comemorações.

As atividades acontecem em 12 regiões administrativas de segunda a sexta-feira nos turnos matutino e vespertino coordenadas por bombeiros militares e auxiliadas por voluntários.

**2017**

Os Programas Sociais do CBMDF atenderam, em 2017: 5.773 doadoras de leite humano; 1.600 crianças e adolescentes no Programa Bombeiro Mirim; 81 crianças no programa de Taekwondo; 910 idosos no Programa Bombeiro Amigo; 3 pessoas no Programa Cão Guia; e 3.868 usuários no Programa Caminhando com a Saúde. As ações totalizaram um número de 12.232 pessoas atendidas em 2017, o que corresponde a um aumento de 35,91% da meta projetada para o ano de 2017.

A Assessoria de Programas Sociais manteve todas as unidades de atendimento dos Programas em funcionamento em 2017 e os objetivos previstos para o período foram atingidos de acordo com as metas projetadas.

**39. Coletar uma média de 13.586 litros de leite materno a cada ano (CBMDF);**

**2016**

Essa meta reflete os mesmos interesses da meta 10.

**2017**

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o nº de 24 militares disponíveis para a execução das coletas em domicílio. A meta de coleta de leite humano foi superior ao número esperado para o período.

**40. Capacitar uma média de 175 profissionais da rede de proteção e promoção social, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada ano (SECRIANÇA);**

**2016**

Para a realização dessa meta foram realizadas três atividades de capacitação em parceria com a rede de atendimento a criança e o adolescente.

No primeiro Semestre de 2016, no contexto do processo de implantação do Centro de Atendimento Integrado 18 de maio, foi realizado em parceria com a Childhood/Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o *II Encontro Nacional dos Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede* com o objetivo de capacitar os profissionais da rede de proteção para atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O evento teve três dias de duração e contou com 190 participantes.

No segundo semestre de 2016 foi realizada a 4ª edição do Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes para os profissionais da rede de promoção e proteção, em parceria com Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, com carga horária de 60 horas.



O curso formou 103 profissionais e trabalhou os conceitos teóricos sobre abuso e exploração sexual; a compreensão do funcionamento da rede de proteção de crianças e adolescentes no DF envolvendo as violações de direito; o conhecimento das principais características das crianças e/ou adolescentes vítimas de violência sexual e estabelecimento no âmbito da comunidade escolar, assistência social, justiça e Conselhos Tutelares de estratégias de enfrentamento à violência sexual de forma preventiva com o apoio da rede de proteção local.

Também no segundo semestre aconteceu a Oficina Crescer sem Violência como fruto da parceria entre a Secretaria da Criança, o Canal Futura e o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como objetivo o fortalecimento da rede de proteção local na defesa dos direitos da criança e do adolescente para atuar na prevenção e no enfrentamento às violências sexuais, por meio do uso pedagógico do kit educativo Crescer sem Violência. A oficina atendeu 21 participantes. Foram contemplados no total de 314 profissionais.

## 2017

Com o intuito de capacitar a rede sobre esta temática, a Secriança realiza desde 2012 o Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE possibilitando aos servidores, conselheiros tutelares, professores e demais membros da rede de atenção à crianças e ao adolescente, o alinhamento teórico e prático sobre a sua atuação no enfrentamento a violência sexual contra essa população, assim como o entendimento dos conceitos básicos dos direitos humanos de crianças, adolescente e juventude e a perspectiva de enfrentamento àquela violação de direitos na abordagem de redes. Em 2017 o curso aconteceu em sua 5ª edição, tendo carga-horária total de 60 horas. Em 2017 foram dois turnos, 118 inscritas e 55 que o finalizaram.

Em 2017 foi realizado o I Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências e III Encontro Nacional dos Centros de Atendimento Integrado e contou com a participação de 329 pessoas. Essas atividades foram um momento de aprimoramento das metodologias de trabalho para o atendimento integrado às crianças e adolescentes vítimas de violências, e no *advocacy* da plataforma dos Centros Integrados para os novos gestores das capitais dos estados brasileiros, que iniciaram mandatos a partir de janeiro deste ano. Foi uma importante atividade para a capacitação, articulação e aproximação da rede do DF (Conselhos Tutelares, Polícia civil, sistema de justiça, servidores da saúde, etc) e Estados, além dos servidores do Centro Integrado 18 de maio.

Em 2017 houve também uma Formação dos Conselheiros Tutelares sobre a Lei 13.431/2017 e os Fluxos do Centro Integrado 18 de Maio. A formação foi criada com o intuito de formar os conselheiros para a atuação frente à nova legislação que trata da proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, alinhando o trabalho e a parceria do Centro com os Conselhos. A formação aconteceu em dois dias e contou com 70 conselheiros.

## **41. Atender uma média de 85 crianças e adolescentes a cada ano no Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual (SECRIANÇA).**

## 2016

O Centro de atendimento integrado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, denominado Centro de Atendimento integral 18 de Maio, foi inaugurado pelo Governador do Distrito Federal em outubro de 2016. A partir de sua inauguração, em novembro, os servidores iniciaram um processo de capacitação, realizado em parceria com a Childhood Brasil e o TJDFT, na escuta especializada de crianças e adolescentes. Como o atendimento do Centro requer uma especialização em seu atendimento a gestão optou pela formação inicial de seu corpo de servidores para depois iniciar o atendimento a comunidade. Neste sentido, os últimos dois meses do ano de 2016 foram concentrados na capacitação dos servidores e no mapeamento e articulação da rede de atendimento para que em janeiro de 2017 o Centro iniciasse os atendimentos.

## 2017

O Centro tem como objetivo atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, de uma forma integrada e especializada, evitando a revitimização. Nesse sentido a equipe realiza diversos procedimentos: escuta especializada, estudo psicossocial, acompanhamento das famílias ao hospital, acompanhamento das famílias ao IML, elaboração de relatório psicossocial e encaminhamentos para a rede de proteção. No ano de 2017 o Centro atendeu 257 crianças e adolescentes e suas respectivas famílias e realizou 1.354 procedimentos.

Outra vertente de trabalho do Centro é a aproximação da rede de atendimento e do Sistema de Garantia de Direitos e o nivelamento conceitual da rede de atendimento de forma que os casos tenham mais celeridade no atendimento. Nesse sentido foram realizados 11 estudos de casos, 121 reuniões com a rede de proteção, 22 supervisões ministradas pelo TJDFT, 44 conferências, seminários ou encontros, 7 cursos/palestras, 8 visitas de outros estados/países no Centro, duas reuniões entre os demais Centros do País e 2 viagens para a disseminação do Centro.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1602	REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL) (VSC) - JOVENS	%	71,5	31/12/2012	61,5	-	51,5	-	41,5	26,5	MS/SVS/DASIS, SNJ/PR, UNESCO, SGI/SSP, SECRIA e Redes Sociais de Apoio / UO 24101 / OE 5
1603	REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL) (VSC) - REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS	%	85	31/12/2010	75	-	65	-	55	40	SEJUS, MPDFT, TJDF, DPDF, MJ E OUTROS / UO 24101 / OE 5
1604	TAXA DE FEMINICÍDIOS	%	13	31/05/2015	12	-	10	-	7	5	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
1605	TAXA DE JOVENS NEGROS DE 15 A 29 ANOS ASSASSINADOS	%	27	31/05/2015	26	-	22	-	17	12	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
1606	TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	%	1,5	30/09/2015	1,4	-	1,3	-	1,2	1,1	SSP /SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5)
1608	TAXA DE SATISFAÇÃO AO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	%			70	0	75	0	80	85	SUBPOLÍTICA/ SECRIANÇA/ UO 51101/ OE 5

### Justificativas 2016

**Indicador 1602** - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal). Jovem: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

**Indicador 1603** - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

**Indicador 1604** - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

**Indicador 1605** - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

**Indicador 1606** - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

**Indicador 1608** - Taxa de satisfação ao atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes, não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência.

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1602** - 2017 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) jovens: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

**Indicador 1603** - 2017 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016 -2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

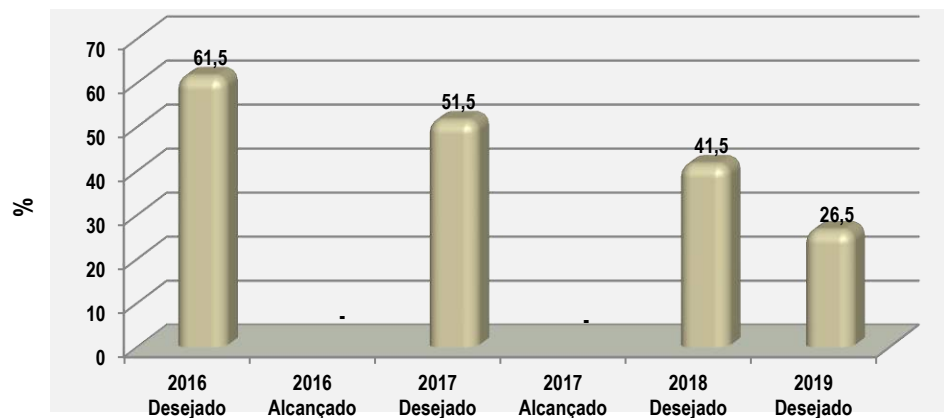
**Indicador 1604** - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existindo ainda, a cultura de não registrar a ocorrência

**Indicador 1605** - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existindo ainda, a cultura de não registrar a ocorrência

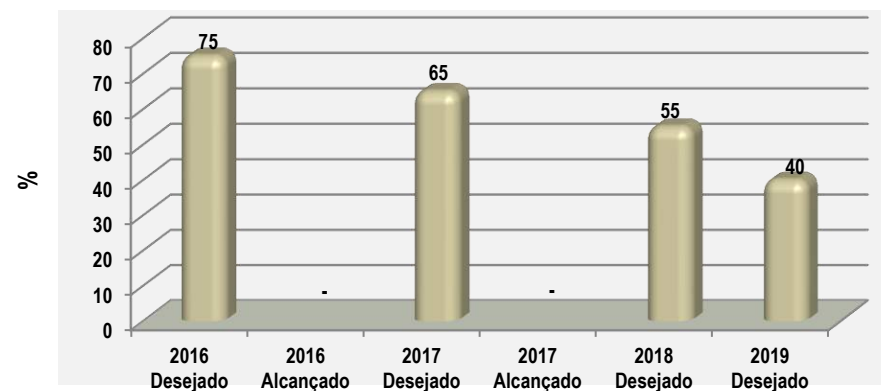
**Indicador 1606** - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, contudo foram realizados 22.372 atendimentos a mulheres vítimas de violência de gênero em 2017 nas seguintes unidades: Casa da Mulher Brasileira, Casa Abrigo, Unidades Móveis, Centros Especializados de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento às Mulheres e aos Autores de Violência Doméstica.

**Indicador 1608** - Não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência. Assim, questionar acerca do nível de satisfação após o atendimento não nos é possível como em outros serviços.

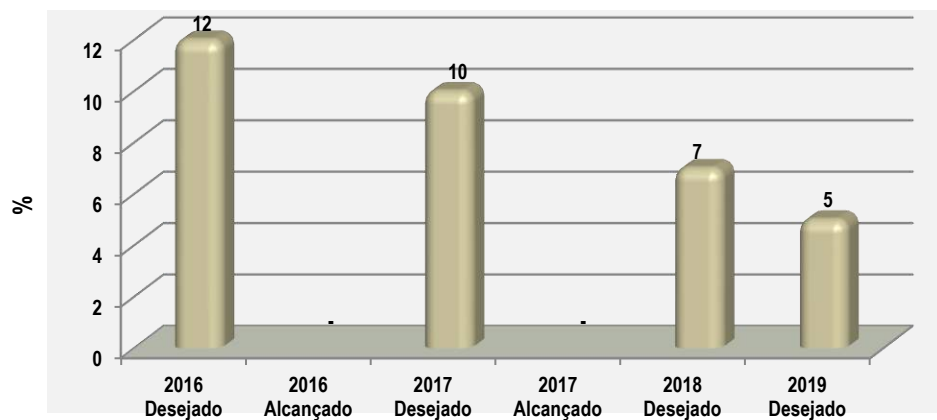
REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL) (VSC) - JOVENS



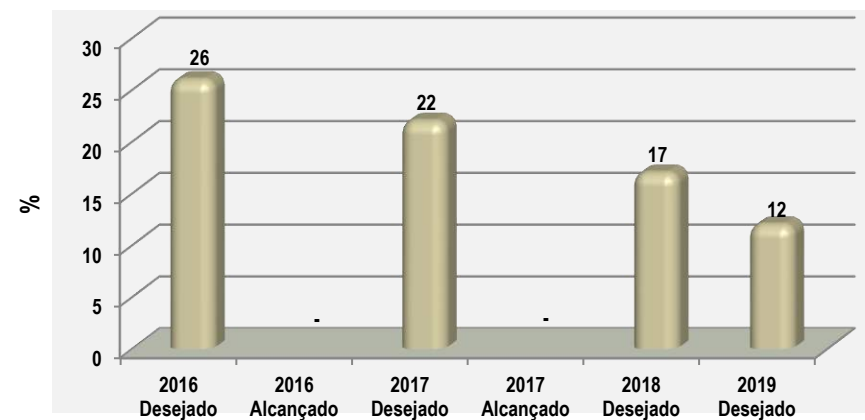
REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL) (VSC) - REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS



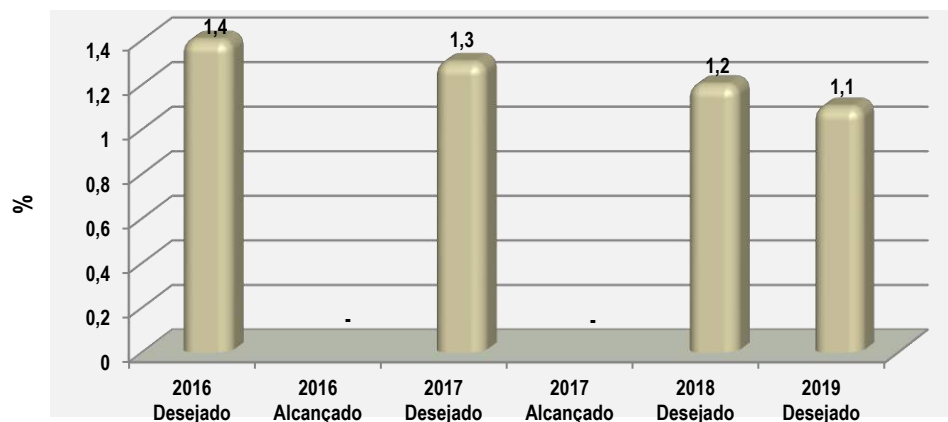
TAXA DE FEMINICÍDIOS



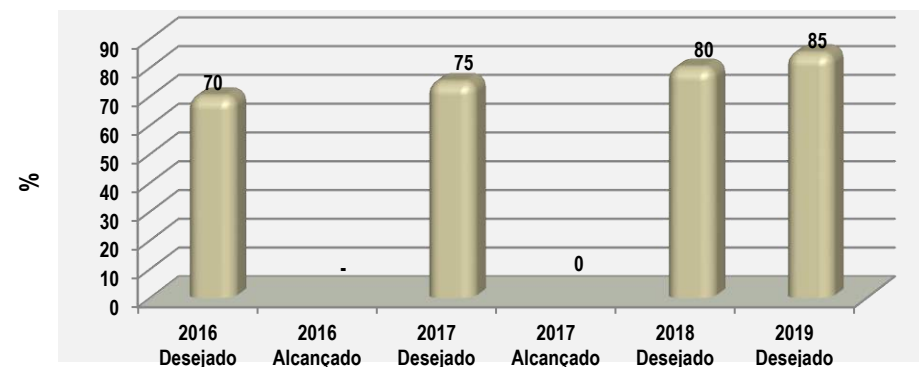
TAXA DE JOVENS NEGROS DE 15 A 29 ANOS ASSASSINADOS



**TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**



**TAXA DE SATISFAÇÃO AO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	1	Criação do Conselho Distrital de Segurança Pública do DF; (SSP)	24101	100	<b>2016</b> Publicação do DECRETO Nº 37.554, DE 17 DE AGOSTO DE 2016. Altera o Decreto nº 36.909, de 25 de novembro de 2015, que cria o Conselho Distrital de Segurança Pública – CONDISP e Publicação da PORTARIA Nº 101, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016. Torna pública a composição do Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP para o biênio 2016-2018. <b>2017</b> A implementação da ação aconteceu no ano de 2016.
6217	5	2	Revisão do Portfólio de Projetos Temáticos para a Cultura de Paz; (SSP)	24101	100	<b>2016</b> A Carteira de Projetos Temáticos foi atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos. <b>2017</b> A Carteira de Projetos Temáticos foi atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.
6217	5	3	Funcionamento da Câmara Técnica de Combate à Violência contra a Mulher; (SSP)	24101	0	<b>2016</b> Ação não orçamentária não implementada. <b>2017</b> Ação orçamentária não implementada.
6217	5	4	Funcionamento da Câmara Técnica de Atenção a Pessoas em Situação de Rua; (SSP)	24101	0	<b>2016</b> Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016. <b>2017</b> Ação implementada em 2016.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	5	Estabelecer articulação com a rede de serviços especializados e não especializados nas regiões onde os CEAMs serão implantados; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Roda de conversas com o IFB em Planaltina, com 20 professores participantes.</li> <li>✓ Palestra no CECOSAL – Centro Comunitário São Lucas, com 30 pessoas.]</li> </ul> <p><b>2017</b> Em 2017 os servidores dos CEAMs, NAFAVDs, Casa Abrigo e Unidades Móveis participaram ativamente das reuniões mensais e das ações promovidas pelas redes locais, compostas por serviços como os CREAS, CRAS, o Pró-Vítima da SEJUS; os PAVs da SES-DF; a DEAM da PCDF; o PROVID da PMDF; o Núcleo de Defesa da Mulher da DPDF; o Centro Judiciário da Mulher do TJDF; o Núcleo de Gênero Pró- Mulher do MPDF; e pela sociedade civil, como forma de aprimoramento do trabalho e atendimento global das demandas, visto o benefício do trabalho em rede, especialmente no atendimento às mulheres em situação de violência Doméstica.</p>
6217	5	6	Sensibilizar e qualificar para a temática do racismo, sob a perspectiva de direitos humanos, 800 profissionais da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social; (SEDESTMIDH) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	25101	X	<p><b>2016</b> Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>
6217	5	7	Confeccionar protocolo de atendimento para o Disque Racismo e para Delegacias que recebam denúncias de racismo; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> No ano de 2016, foi elaborada minuta de instrução normativa que regulamenta o fluxo da coleta das manifestações oriundas do Disque Racismo e o Protocolo de Atendimento a ser utilizados pelos atendentes do Disque Racismo. A minuta foi elaborada com a participação da representante da Delegacia Especial de Repreensão aos Crimes, por Discriminação Racial, Religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou Com Deficiência (DECRIN). Neste sentido, tal protocolo poderá servir de indicativo às outras Delegacias e deverá ser objeto de diálogo com representante da SSP.</p> <p><b>2017</b> Publicação da Instrução Normativa nº 02, a qual institui o fluxo de demandas do Disque Racismo e o protocolo de atendimento para melhoria na prestação de serviços ao cidadão, no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº158, 17 de agosto de 2017, pág. 10.</p>
6217	5	8	Elaborar material didático sobre racismo; (SEDESTMIDH) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	25101	X	<p><b>2016</b> Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>
6217	5	9	Fazer registro audiovisual do processo de formação em direitos humanos de 400 mulheres negras (projeto “mulheres negras”); (SEDESTMIDH) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	25101	X	<p><b>2016</b> O recurso da carta de consulta BID foi inviabilizado por não se tratar de prioridade no PAF DF.</p>
6217	5	10	Estabelecer parceria para a reformulação dos cursos formativos para as Polícias Militar e Civil com a inserção da temática racial e da	25101	X	<p><b>2016</b> Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			importância de se trabalhar o racismo institucional nas práticas policiais; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)			
6217	5	11	Sensibilizar policiais sobre direitos humanos e racismo, incluindo realização de atividades culturais que envolvam musicalidade, dramaturgia, práticas desportivas, artes gráficas e dança para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais (projeto "sou da sua rua"); (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<b>2016</b> Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	12	Promover rodas de conversa com a juventude e policiais voluntários do projeto de combate ao racismo para formação política conjunta e implementação de políticas de promoção de igualdade racial;( SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<b>2016</b> Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	13	Articulação intersetorial; (SECRIANÇA)	51101	100	<b>2016</b> A promoção de políticas para crianças e adolescentes tem como uma das suas atribuições principais a articulação e o fomento para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Neste sentido em 2016 a SECRIANÇA iniciou o processo de construção do Programa Criança Candanga, que visa articular e fomentar a Política da Criança e do Adolescente no governo, e na sociedade, com destaque para as áreas: Direitos Humanos; Saúde; Assistência Social; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Segurança e Paz Social e Meio Ambiente. O programa foi construído com as seguintes pastas responsáveis pelas áreas acima, bem como com a governadoria e a colaboradora do Governo de Brasília Marcia Rollemberg. O programa foi lançado em abril de 2017. <b>2017</b> A SECRIANÇA vem trabalhando com a articulação intersetorial em todas as suas ações. Nesse sentido compõe comitês, GTs e conselhos, realiza campanhas de forma integrada as Secretarias, ONGs e demais parceiros, implementou o Centro integrado 18 de Maio e lançou o Programa Criança Candanga em conjunto com a Governadoria.
6217	5	14	Monitoramento e avaliação das políticas públicas para crianças, adolescentes e juventude; (SECRIANÇA)	51101	80	<b>2016</b> Para a criação do programa criança candanga, bem como para o comitê da primeira infância. Foi realizado um primeiro levantamento dos programas, ações e projetos de diversas secretarias. Importante ressaltar que a sistematização dessas ações não é fácil e com a implementação do Programa Criança Candanga essas informações serão coletados por um sistema de monitoramento. <b>2017</b> - Este trabalho vem sendo realizado no âmbito do Programa Criança Candanga e está em andamento.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	15	Proposição de audiências públicas e participação em eventos regionais, nacionais e internacionais sobre direitos humanos de crianças e adolescentes; (SECRIANÇA)	51101	100	<p><b>2016</b> Em 2016 a SECRIANÇA participou ativamente da construção metodológica e da realização das 4ª Conferências Regionais, com a participação de 295 adultos, 88 jovens e 279 adolescentes, totalizando 662 pessoas, bem como da Conferência Distrital aconteceu nos dias 11 e 12/03/16. Realizou o 2º encontro nacional dos Centros de Defesa em março de 2016 com parceria da Childhood Brasil e Unicef; Participou como delegada da conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente entre outras ações. Participou de quatro audiências públicas na câmara distrital. Participação em eventos relacionados à criança e aos adolescentes na Câmara Federal. Participação na Construção no protocolo de atendimento a vítimas de violência sexual promovido pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.</p> <p><b>2017</b> Realizou 02 audiências públicas durante a Semana do Bebê, 02 seminários nacionais e 01 do DF na temática do enfrentamento a violência sexual, Lançamento do Programa Criança Candanga, 04 Conferências regionais e 01 Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, 01 Seminário do DF sobre trabalho infantil, 02 Apresentações da Experiência do Centro 18 de Maio no Brasil; Participação em 02 Seminários Nacionais sobre enfrentamento a violência sexual e nas atividades nacionais de comemoração ao dia mundial de enfrentamento ao trabalho infantil, 02 Seminários nacionais sobre a primeira infância, participação em diversas audiências públicas sobre enfrentamento a violência sexual na CLDF e nas RAs do DF, dentre outras.</p>
6217	5	16	Aprovar Projeto de Lei que dispõe sobre a política distrital da primeira infância. (SECRIANÇA)	51101	20	<p><b>2016</b> Após a apresentação do Projeto de Lei nº 821/2015 na Câmara Legislativa do DF, foram feitas 03 emendas supressivas (Nºs 01, 02 e 03); 01 emenda substitutiva; além de apensarem ao PL os projetos de Lei nº 295/2015 e nº 267/2015. Desde o início do ano foram realizados contatos telefônicos e 05 reuniões com a assessoria da Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos da Casa Civil, reuniões com deputados, solicitando seus apoios. O trabalho foi finalizado com a criação do Substitutivo nº 01 que não corresponde a todos os anseios da Secretaria e do Comitê, mas foi o documento possível para o contexto vivenciado na Câmara Legislativa do DF. No entanto até o final do ano passado o PL não tinha sido colocado para a aprovação.</p> <p><b>2017</b> O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 e durante o ano de 2016 e 2017 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs, foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto no dia 28 de julho de 2017 a Câmara Legislativa aprovou a Lei Nº 5.936, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que tratava da mesma temática, inviabilizando a proposta apresentada pelo Governo do DF.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SSP

Objetivo Específico “Cultura de Paz”: *enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater ao racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. “Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas”, caracteriza-se por expressar os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública de segurança e paz social. Também evidencia que a realidade posta é de violência de gênero, violência racial e violência contra segmentos sociais historicamente discriminados na sociedade. O foco na prevenção e na aproximação com esses segmentos historicamente discriminados e mais fortemente atingidos pela violência produzirá um efeito de cultura de paz em toda a sociedade. Em outras palavras, o escopo do objetivo cultura de paz é prevenir a violência com foco nos grupos mais fortemente atingidos por ela.*



Todas as ações são voltadas para disseminar valores da tolerância e coexistência humana sem preconceitos no âmbito no Sistema de Segurança Pública e Paz Social e, assim, na sociedade do Distrito Federal. Para tanto, propõe-se qualificar e estreitar as relações institucionais entre agentes do Sistema de Segurança Pública e Paz Social e as comunidades historicamente discriminadas.

Dessa forma, as políticas públicas preventivas, além de contribuírem substancialmente para o atingimento dos objetivos do programa, são os canais efetivos e recomendados para sustentar a pacificação social conquistada pela atuação conjunta e integrada dos órgãos de segurança pública.

Em síntese, o Programa Cultura de Paz define estratégias para a redução das vulnerabilidades sociais que afetam as comunidades mais violentas do DF, além da efetivação de práticas que ajudem a combater a criminalidade e o ciclo da violência, e divide-se em oito Subprogramas:

1. Egressos e pessoas em conflito com a lei;
2. Segurança comunitária: cooperação social e prevenção às violências;
3. Pessoas em situação de rua e drogas;
4. Gênero e LGBT;
5. Criança, adolescente e idoso;
6. Paz nas escolas;
7. Pessoas com deficiência;
8. Juventude e igualdade racial.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto.

Destacam-se em 2016 as seguintes ações: I) articulação de ações nas Áreas Integrada de Segurança Pública – AISP; II) participação na ação Centro Legal (policimento ostensivo); III) criação do Núcleo de Enfrentamento ao Homicídio; desenvolvimento dos Projetos Esporte à Meia Noite, Picasso não Pichava, Oficina de Cinema e Peça de Teatro Baby; IV); assinatura do protocolo de intenções entre a SSP/DF, MPDFT e o TJDF para implantação do Programa de Segurança Pública Preventiva para Mulheres sob Medida Protetiva de Urgência; e V) publicação do Decreto 37.462, de 05 de julho de 2016, que dispõe sobre a denominação, finalidade, estrutura, composição, atribuições dos componentes, funcionamento, forma de atuação e criação de novos Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal.

Referente ao ano de 2017, são listadas as seguintes ações: I) Atividades desenvolvidas pelo Projeto Picasso não Pichava: Oficina de Capoeira, Oficina de Serigrafia, Oficina de Audiovisual/Cinema, entre outras. Público atendido: 344 (trezentos e quarenta e quatro) alunos; II) Atividades desenvolvidas pelo Projeto "Esporte a Meia Noite": Curso de Primeiros Socorros, atividades esportivas. Público atendido: 8.880 (oito mil, oitocentos e oitenta) alunos; III) Atividades desenvolvidas pelo Programa Viva Brasília nas Escolas: Palestras de Direitos Humanos, Bullying e Cultura de Paz. Público atendido: 80 (oitenta) alunos; IV) Criação da Diretoria de Segurança Comunitária; V) Realização do Seminário Internacional de Polícia Comunitária; VI) Lançamento do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor; e VII) Fortalecimento da articulação territorial por meio da realização de mais de 300 reuniões junto aos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs.

## **SECRIANÇA**

Referente ao ano de 2016: a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA) está alinhada com a Política Nacional de Direitos Humanos que tem como princípios norteadores o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que esses direitos são universais, com equidade e justiça social.

Nosso objetivo é a consolidação de uma Política que promova a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, respeitando as condições de pessoas com deficiência, as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Nossas ações seguem as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas na universalidade e indivisibilidade dos direitos, intersetorialidade e atuação em rede.

As Políticas para Crianças e Adolescentes atuam em três linhas estratégicas, são elas:

- 1) Política de Formação Continuada em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- 2) Política de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes
- 3) Política de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes

Para garantia dessas políticas públicas foram realizadas diversas ações, em especial:

1) A inauguração do **Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio**, que visa o atendimento multidisciplinar e humanizado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, foi realizado no dia 25 de outubro de 2016, está localizado na 307 Sul e veio consolidar as políticas públicas pretendidas no Programa Temático 6217, Objetivo Específico 005. O nome 18 de Maio é uma referência ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A unidade disponibiliza uma estrutura de profissionais que possibilitam a intersetorialidade e centralidade no atendimento de forma a evitar a revitimização com a repetição do relato dos fatos, aproximando os atendimentos protetivos, com enfoque psicossocial, da responsabilização do autor. O objetivo é a escuta especializada da criança e do adolescente, com profissionais extremamente capacitados, em que a oitiva ocorre sempre com o acompanhamento de um agente da polícia civil. Em todas as etapas do processo — da oitiva da criança ou do adolescente à responsabilização do autor —, o foco é evitar a chamada revitimização, que acontece quando a pessoa que sofreu violação é obrigada a lembrar e recontar o fato. Os produtos do Centro são o relatório psicossocial encaminhado à rede após o estudo, o boletim de ocorrência para iniciar os processos investigativos, a oitiva gravada para fins legais e de consulta, quando necessário e respeitados os critérios de sigilo, o acompanhamento dessa família aos serviços emergenciais da rede e o monitoramento da situação da família.

Nas primeiras semanas de funcionamento, o Centro ofereceu capacitação para servidores. Os atendimentos começaram em 6 de novembro de 2016, a partir dos encaminhamentos feitos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e pelos Conselhos Tutelares do DF.

Os atendimentos de profilaxia, bem como os demais exames e tratamentos de saúde necessários às vítimas são feitos no Hospital Materno-Infantil de Brasília (HMIB) e no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), unidades de saúde de referência nesses casos.

O Laboratório Sabin, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a organização Childhood são parceiros na ludoteca do Centro, nos equipamentos e mobiliários e na capacitação, respectivamente.

A expectativa é atender cerca de 360 pessoas por ano, atendendo a demanda atual, conforme dados de denúncias do Disque 100 no Distrito Federal. O diferencial do Centro 18 de Maio em relação às demais instituições é a possibilidade que tem a vítima de violência sexual de prestar depoimento apenas uma vez. A escuta qualificada permite o atendimento qualificado e integrado para que a criança não tenha que contar o que lhe ocorreu a cada instância da rede, revitimizando-a nesse processo.

Os maiores desafios para a implementação do Centro atualmente são: as ausências dos profissionais da Secretaria de Saúde que seriam cedidos para compor a equipe do Centro e ainda não foram, atrapalhando o processo de formação, a composição das equipes e o completo funcionamento do serviço; a disponibilização do sistema para o Registro de Ocorrências policiais a fim de garantir o atendimento previsto por parte dos agentes de polícia; a disponibilização de mais uma agente de polícia com a finalidade de compor a equipe no período da tarde, conforme tratativas; a ausência de equipamento próprio de gravação das oitivas, dependendo de equipamento emprestado e sem as características desejadas; e a ausência de um banco de dados interno para a armazenagem segura das informações de cada caso.

2) O **Comitê pela Primeira Infância**, criado pelo Decreto nº 34.136 de 05/02/2013 e reestruturado pelo Decreto nº 36.509 de 22 de maio de 2015, possui a atribuição precípua de aprimorar a integração das políticas distritais para criança de até seis anos de idade e monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação do Plano Distrital pela Primeira Infância, aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Resolução ordinária Nº 135/2013, de 28 de novembro de 2013.

Coordenado pela SECRIANÇA-DF por meio da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, durante o ano de 2016, o Comitê realizou o mapeamento das ações para a primeira infância nas Secretarias de Estado, acompanhou o Projeto de Lei nº 821/2015 e organizou a 1ª Semana do Bebê do Distrito Federal.

Se bem estruturado, o Comitê tem potencial de contribuir para o aumento da qualidade do atendimento prestado a crianças de 0 a 6 anos, aumento do acesso dessas crianças a bens públicos e políticas de garantia de direitos fundamentais (educação, saúde, assistência social, dentre outras), redução no número de violações de direitos de crianças pequenas, aumento da participação de crianças de até 6 anos na formulação e consolidação de políticas públicas, dentre outros.

3) As **campanhas e mobilizações contra violação de direitos de crianças e adolescentes** têm como objetivo sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente. As campanhas de enfrentamento a violência sexual mobilizam as redes locais de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, por meio de ações de prevenção em escolas, distribuição de materiais em feiras, caminhadas e blitz educativas sobre o tema. Além dessas ações a sociopolítica realizou em 2016 duas ações importantes de capacitação da rede do DF na temática, em março de 2016 foi realizado o II Encontro Nacional dos Centros de Atendimento a vítimas de violência, reunindo experiências de todo o país e da rede do DF e no segundo semestre foi realizado, em parceria com a EAPE, o Curso de formação em prevenção a violência sexual para professores, conselheiros tutelares e demais servidores da rede de garantia de direitos do DF.

4) Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de defesa dos direitos infantis, o governo de Brasília lançou, no dia 10/10/2016, o **Mês da Criança** com o tema 'Direito de ser criança. Direito de ser feliz', sob a coordenação da SECRIANÇA-DF. As ações objetivam o direito a informação e ao entretenimento com a finalidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para a prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, e fomentar a implementação e o fortalecimento de políticas públicas visando à inclusão social.

5) **Erradicação do Trabalho Infantil no Lixão da Cidade Estrutural** por meio da participação da Secretaria de Estado da Criança, Adolescente e Juventude no Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto nº 36.437, de 02 de abril e prorrogado pelo Decreto nº 36.618 de 20 de julho, ambos de 2015, com a finalidade de elaborar e de executar um Plano de Intervenção para o encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei.

Ao final de 2016, foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a retomada das atividades do Grupo de Trabalho voltado a desenvolver ações para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na Estrutural.

Em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural.

A SECRIANÇA tratou ainda a questão do melhoramento do Conselho Tutelar da Estrutural como ferramenta de apoio para qualificação dos atendimentos, a infraestrutura do Conselho passará por melhorias. Outra ação que a SECRIANÇA estará promovendo em parceria com a SEDESTMIDH será a reativação da Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do DF (CEPETI) para discussão da situação do Trabalho Infantil no DF.

6) **Enfretamento do Trabalho Infantil na Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA.** A CEASA coordena as ações para o enfrentamento a situações de trabalho infantil identificadas nas cadeias produtivas que circunscrevem as atividades ali desenvolvidas, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta Inquérito Civil nº 000684.2013.10.000/8, e se colocam para construir e aperfeiçoar estratégias de fortalecimento da rede de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes e de desempenhar o controle social necessário para acompanhar e monitorar a situação.

Para fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos foi realizado uma ação de capilaridade nos territórios, com a realização de Seminário Trabalho Infantil - Diálogos sobre uma Experiência Coletiva, no dia 24 de junho. Como últimos encaminhamentos de 2016, o Grupo de trabalho da Ceasa solicitou a SECRIANÇA-DF a elaboração de Ofício a ser encaminhado para o Ministério Público do Trabalho objetivando um maior controle da situação da disponibilização de vagas para aprendizado de empresas no DF e a inclusão dos adolescentes detectados em situação de trabalho infantil na Ceasa.

Referente ao ano de 2017: uma das formas de se criar uma cultura de paz se dá pelo reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, em fase peculiar de desenvolvimento e que demandam do Estado, da família e da sociedade ações que promovam seu desenvolvimento integral, saudável e livre de violências, conforme é preconizado pelos marcos legais nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a Secriança vem trabalhando de modo a enfrentar as violências, problematizando-as por meio das campanhas, seminários, oficinas, capacitações, participação em Grupos de Trabalho, Comissões, Comitês e demais eventos e atividades que mobilizem a sociedade e as diferentes pastas de Estado. Além da promoção de uma mentalidade que entenda a importância da garantia de direitos para o bom desenvolvimento humano.

Na missão delicada de construir políticas que garantam os direitos postos, bem como sua ampliação, é necessário ainda melhorar os serviços públicos oferecidos e assim a Secriança vem se empenhando em consolidar o Programa Criança Candanga, que visa o aprimoramento da política de atenção a criança e ao adolescente, a partir da intersetorialidade, e o Centro de Atendimento Integrado 18 de maio que realiza atendimento inicial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual de modo que não venham sofrer revitimização com o processo subsequente a violência sofrida.

## **CBMDF**

Uma vez que o objetivo pertence a unidade 24101 – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social, a participação do CBMDF por meio dos seus projetos sociais é essencial. Ao oportunizar às crianças e adolescentes atendidos pelo projeto as noções de cidadania, desenvolvendo as culturas de respeito a vida e prevenção de acidentes domésticos e de trânsito. O contato com os profissionais bombeiros, as atividades desenvolvidas e a prática desportiva são recursos para o desenvolvimento do público atendido e a proteção quanto a ameaças externas.

A parceria com a Secretaria de Saúde para a coleta domiciliar de leite também assegura aos assistidos pelo programa o nutriente indispensável ao desenvolvimento e à saúde.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal assume papel de relevância por meio dos seus projetos sociais. Em 2017 foram ensinadas noções de cidadania a crianças e adolescentes atendidos pelo projeto, desenvolvendo a cultura de respeito à vida e prevenção de acidentes domésticos e de trânsito. O contato com os profissionais bombeiros, as atividades desenvolvidas e a prática desportiva são recursos para o desenvolvimento do público atendido e a proteção quanto a ameaças externas.

A parceria com a Secretaria de Saúde para a coleta domiciliar de leite também assegura aos assistidos pelo programa o nutriente indispensável ao desenvolvimento e à saúde.

## **SEDESTMIDH**

Para enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o sexismo, e a transfobia, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade com vistas a fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas a secretaria adentrou nos territórios e desenvolveu rodas de conversas sobre direitos humanos, inclusive em centros comunitários e núcleos universitários nos territórios, além das administrações regionais e assentamentos ou núcleos rurais.

Apesar da maioria das ações relativas à segurança pública e igualdade racial terem sido atreladas ao financiamento dos projetos, a ação não orçamentária referente ao Disque Racismo de elaboração normativa vem sendo implementada com a minuta de instrução normativa.

Foi firmado, em 20 de novembro de 2017, o Termo de Cooperação Técnica Nº 001/2017 entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social - SSP/DF, Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH e a Defensoria Pública do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e a União, por intermédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, tendo como objeto a criação e implantação do Programa de Segurança Preventiva para ofendidas em Medida Protetiva de Urgência (MPU) por meio da disponibilização de um aplicativo – software a ser instalado em aparelhos telefônicos celulares. Tal acordo vem sendo executado com a participação da unidade CEAM da Casa da Mulher Brasileira e vem ao encontro do objetivo do Programa no enfrentamento às violências contra as mulheres, bem como à sua proteção.

## **SEJUS**

O Pró-Vítima é um programa de Assistência Multidisciplinar às Vítimas de Violência, vinculado à Secretaria de Estado e Justiça e Cidadania do Distrito Federal e é executado pela Subsecretaria de Proteção as Vítimas de Violência - PROVITIMA.

O Pró-Vítima ocupa-se da pessoa que, individual ou coletivamente, tenha sofrido um prejuízo ou atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor.

É sabido que as vítimas de crimes violentos ou seus familiares muitas vezes não são contemplados pelos programas sociais oferecidos pelo Estado o que aumenta não só o nível de desamparo da pessoa que sofreu o dano, como o sentimento de que o Estado, ao exercer o direito de punir o agente que ofendeu a Lei, ocupe-se mais do agressor do que do agredido.

Durante o ano de 2016, foram realizadas ações que ofereceram assistência multidisciplinar na área psicossocial e jurídica às famílias vitimadas por crimes: homicídio, tentativa de homicídio, estupro, estupro de vulnerável, violência no trânsito, sequestro, violência doméstica, desaparecimento, latrocínio, tentativa de latrocínio e feminicídio. Tais ações têm como foco cumprir a obrigação do Estado de dar assistência e acolhimento às vítimas de violência e seus familiares, bem como suprir a falta de atendimento aos que necessitam.

No que se refere à proteção às vítimas, às testemunhas e seus familiares, a SEJUS deu orientação jurídica com participações e acompanhamentos às vítimas comparecendo às audiências nas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em diversos Fóruns do Distrito Federal, totalizando 957 audiências e atendimentos realizados, bem como realizou

acompanhamento processual e prestou 144 atendimentos jurídicos aos acolhidos do programa em sua sede e nos postos estabelecidos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal (Posto da 114 Sul, Ceilândia, Guará e Paranoá). Os aludidos Postos de Atendimento e a sede (Estação Rodoviária – Asa Norte) contabilizaram 1.859 atendimentos psicossociais às vítimas de violência doméstica e familiar, sendo: a) 296 no Posto da 114 Sul; b) 774 em Ceilândia; c) 311 no Guará; d) 341 no Paranoá e; e) 137 na Sede.

Foram realizados 127 atendimentos jurídicos e 62 atendimentos psicossociais com parceiros da Rede (que envolve agentes públicos e privados como Universidades, Secretarias de Estado, Sistema S, ONGs, clínicas etc.). Com base no desempenho dos indicadores e nas metas podemos afirmar que o Ano-Base 2016, sob a avaliação, não alcançou todas as metas propostas no PPA 2016/2019 por razões que envolvem, sobretudo, mudanças de gestão.

### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade**

### UNIDADES RESPONSÁVEIS:

**24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP**

### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

#### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	1	Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	2	Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	3	Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	4	Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	5	Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	6	Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	100			100	100,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	7	Criar e implementar plano de valorização e qualificação dos profissionais da segurança pública; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100			100	100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	8	Fomentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por policiais militares atualmente capacitados; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	20			20	20,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	9	Capacitar policiais militares em formação superior continuada, em área específica de segurança pública; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	42,5			42,5	42,5%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	10	Elevar, anualmente, em 2% o índice de disponibilidade da frota operacional. (CBMDF)	93,6	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	84,49	90,88			90,88	97,1%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	11	Capacitar uma média de 515 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período; (SSP)	2.060	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4.607	7.873			12.480	605,8%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	12	Capacitar uma média de 3.720 policiais militares, a cada ano, em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. (PMDF)	14.880	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	60	14			74	0,5%

\*Não foi possível mensurar a meta.

## Análise Qualitativa

### 1. Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)

#### 2016

**Estruturar e implantar o escritório de projetos da Segurança Pública:** Autuação de processo que trata da Contratação de prestação de serviços técnicos de apoio à elaboração e/ou revisão do Planejamento Estratégico da SSP/DF, estruturação e implantação do Escritório de Projetos, com adoção de metodologia integrada de planejamento estratégico, de projetos e de processos, com operação assistida à execução do Plano Estratégico da SSP/DF, bem como elaboração e revisão de normas e políticas inerentes às atividades da AGEPRO/SSP.

**Elaboração do Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019 (Concluído):** Caderno Executivo finalizado, aguardando aprovação e validação pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo. Aguardando também o *layout* pela Assessoria de Comunicação Social, para após a aprovação, realizar as impressões.

**Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF):** Cooperação tem por finalidade a conjugação de esforços entre os partícipes, visando ao estabelecimento e à implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos territórios do Distrito Federal, Estado de Goiás, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, Estado de Rondônia, Estado de Tocantins, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais e Estado do Maranhão por meio da criação de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, a integração do serviço de inteligência dos organismos de segurança pública, ações integradas entre as instituições de segurança pública e/ou Defesa Social, reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e obtenção de resultados, ações de prevenção de violências e ações de repressão qualificada da criminalidade, do encaminhamento de proposições legislativas

e a construção de um Acordo de Cooperação Interestadual de Segurança Pública e/ou Defesa Social Integrada.

**2017**

Meta atingida. A SSP elaborou o Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019: Caderno Executivo finalizado, aprovado e validado pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo.

Elaborou e implantou a Matriz de Priorização de Projetos, ferramenta que permite ao Gestor uma tomada de decisão baseada em critérios técnicos (determinação legal, impacto nas metas estratégicas, complexidade, custos, riscos, tempo de geração de resultados, entre outros) para escolha dos projetos a serem executados, considerando o orçamento disponível.

## **2. Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)**

**2016**

Portaria nº 16, de 23/05/2016: Regulamenta o art. 5º do Decreto nº 36.620/2015, que dispõe da criação do Comitê Gestor de Dados e Informações sobre Segurança Pública, composto por um representante titular e um suplente indicado pelos órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública do DF e do DETRAN.

**2017**

Meta atingida. Uma importante ferramenta utilizada pela SSPDF é a plataforma de gestão de ocorrências criminais e de desordens Gis Gestão – SIGEO, que tem subsidiado o planejamento de operações e auxiliado os gestores no acompanhamento dos resultados de suas intervenções. A plataforma SIGEO já faz parte da rotina de trabalho de mais de 430 servidores do GDF, dos seguimentos das Forças de Segurança e de outras Secretarias. Seu principal produto é a disponibilização tempestiva de informação concernente aos índices de criminalidade, desordens e sensação de insegurança.

Já o Sistema de Gestão de Ocorrência (SGO) será a ferramenta de gestão utilizada pela CIADE para o acompanhamento das ocorrências e de seus desdobramentos, bem como para aferição da qualidade do atendimento”. O Sistema SGO 3.0, registra as solicitações de atendimento nos números 190, 193 e 199.

Ao longo de 2017, a SSPDF realizou importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal. Destacamos a seguir os principais levantamentos empreendidos:

- Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização): a Pesquisa Distrital de Segurança Pública foi concluída em junho de 2017 totalizando 19.922 entrevistas;
- Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF: a Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho foi concluída entrevistando 348 servidores da SESIPE e 163 servidores da SSPDF;
- Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial: a Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial segue em suas etapas de forma contínua, desenvolvendo seus produtos a cada trimestre;
- Pesquisa de Violência nas Escolas: a Pesquisa de Violência nas Escolas concluiu a coleta de dados entrevistando ao todo 362 escolas do DF.

Em dezembro de 2017 a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social (SSP/DF) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) assinaram os Termos de Outorga e Aceitação (TOAs) dos projetos de pesquisas considerados prioritários pelas forças de segurança do Distrito Federal.

Ao todo, 10 pesquisas foram selecionadas, nas quais serão investidos cerca de R\$ 750 mil para realização dos projetos que deverão ser desenvolvidos em até um ano, a partir de 2018. Os temas, como locais com maior incidência de acidentes de trânsito, diagnóstico e estratégias sobre acidentes domésticos, juventude e Segurança Pública e projeto de remição de pena pela leitura, foram sugeridos pelas forças de segurança. Os resultados das pesquisas vão subsidiar ações do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF), da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), da Polícia Militar do Distrito do Distrito Federal (PMDf) e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN).

## **3. Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)**

**2016**

O grande diferencial do “Viva Brasília” corresponde à metodologia de gestão compartilhada que utiliza para coordenar e articular as ações intragovernamentais e intergovernamentais entre: o Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, áreas intersetoriais do governo, com destaque para as Secretarias de Estado voltadas para políticas sociais, sociedade civil e movimentos

sociais do Distrito Federal. Tal gestão compartilhada parte da elaboração de diagnósticos específicos sobre a situação de criminalidade de cada Região Administrativa do DF e busca o alcance de indicadores e metas de desempenho pactuadas, além da realização de reuniões sistemáticas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública.

Nesse sentido, o Programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida” desenvolve um modelo de gestão em segurança pública amparado na perspectiva de que a situação de vulnerabilidade a violências, desordens, incivildades e crimes requer do Estado a consolidação de estratégias de intervenção articuladas entre o setor policial e outros diferentes setores. É inspirado em modelos, estratégicas e procedimentos de gestão por resultados implementados e testados em territórios que promoveram uma redução acentuada em suas taxas de violência e criminalidade, tais como: Nova York, Bogotá, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco. Desse modo, a metodologia se vale da elaboração de indicadores e metas de desempenho, além da realização de reuniões periódicas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública de forma pactuada entre os órgãos de segurança pública, demais áreas do governo e a sociedade civil do DF.

No ano de 2016, o processo de articulação e coordenação do “Viva Brasília” baseou-se na realização de reuniões periódicas, contemplando diferentes níveis de tomada de decisão, para: analisar problemas de segurança pública, buscar soluções e avaliar resultados. A preparação das reuniões ocorreu a partir de um levantamento abrangente sobre os problemas de segurança pública que mais afetam a população.

As fontes de informação utilizadas para a definição dos assuntos a serem discutidos nas reuniões do “Viva Brasília” foram oriundas das estatísticas, análises criminais e pesquisas de vitimização produzidas pela Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI/SSP-DF). Também foram fontes de informações as demandas da população apresentadas das reuniões dos 37 Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG) e nos eventos Rodas de Conversa e Voz Ativa, que promoveram o diálogo direto do Governador com a comunidade local.

**2017**

Meta atingida. No ano de 2017 foi elaborada a Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal-SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal-CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF no âmbito do Pacto pela Vida. As reuniões de governança, em todos os níveis, foram retomadas e o resultado foi a redução da criminalidade como um todo no Distrito Federal.

#### **4. Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

Meta atingida. A SSP não adquiriu ferramentas tecnológicas de apoio como sistemas de controle de frota. No entanto, desenvolveu ações no sentido de cumprir a Meta estabelecida. Observando o que Dispõe o Decreto DECRETO Nº 32.880, DE 20 DE ABRIL DE 2011, publicado no DODF de 25/04/2011 que trata sobre o uso, aquisição, locação e cessão de veículos oficiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências, a SSPDF tem administrado as informações de todos os veículos da sua carga, tais como: o estado, prazos para cada manutenção (preventiva e corretiva), trocas de peças e assim por diante. Tudo isso com foco em economia para evitar gastos desnecessários.

Outra medida importante foi implantação do gerenciamento de pool de veículos, o que vem trazendo mais praticidade aos servidores. Em plena operação o modelo trouxe organização, agilidade e eficiência na requisição das solicitações dos veículos que precisam (mediante agendamento), seja para serviços externos ou viagens.

#### **5. Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)**

**2016**

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social realizou o acompanhamento, fiscalização e recebimento das seguintes obras: ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP, no Complexo Penitenciário da Papuda, permitindo o acréscimo de 400 vagas, foram concluídas e entregues em 25 de dezembro de 2016; ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF, na Fazenda Colméia no Gama, que permitiu o acréscimo de mais 400 vagas, foram concluídas e entregues em 14 de setembro de 2016; construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, obra entregue em dezembro de 2016, objetivando capacitar 300 internas.

Quanto às obras de construção dos Centros de Detenção Provisória, CDP's 1, 2, 3 e 4, no Complexo da Papuda está seguindo o cronograma previsto e se encontrava na 17ª medição, realizada em 15/12/2016, com execução de 42% da obra, e o acompanhamento é realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.



As aquisições abaixo discriminadas foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

#### Outras Aquisições

DESCRIÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÊNIO
Impressora multifuncional	08	80.000,00	FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF
Extintores Diversos	1.393	1.286.866,00	
Terminal de radiocomunicação digital	272	858.976,00	
Terminal de radiocomunicação digitaltetra portátil	100	374.200,00	751904/2010-SENASP/MJ
Terminal de radiocomunicação	37	194.583,00	751904/2010-SENASP/MJ
Terminal de radiocomunicação	640	2.021.120,00	751904/2010-SENASP/MJ
CorrelacionadorOminiespectrais de radiofrequência	02	484.666,00	775735/2012-SENASP/MJ
Detector de junção não linear com 2,4GHZ de frequência de transmissão	02	264.588,00	775735/2012-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	265.729,00	789133/2013-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	16.271,00	789133/2013-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Lancha de salvamento e combate a incêndio medindo	01	1.000.000,00	802614/2014-SENASP/MJ
Lancha de salvamento e combate a incêndio	01	424.970,00	802614/2014-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER	09	1.136.782,00	802615/2014-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2015/2016	01	132.218,00	802615/2014-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Móveis Diversos (Cadeiras, Mesas, Gaveteiros, Armários, Outros)	1.301	1.117.836,00	

FONTE: SUAG/SSP/DF

#### 2017

Meta atingida. Em 2017 foram realizadas novas aquisições como discriminadas abaixo, foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

DESCRIÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÊNIO
Colchões	15.000	1.768.500	
Cobertores	15.000	190.200	
Tomozeleiras	6.000	11.658.240	
Tablets	28	43.085	
Microcomputadores	195	818.805	
Tomógrafo computadorizado	01	800.000	SENASP/MJ nº 793.101/2013
Miras Holográficas e Magnificadores de Miras	56 e 15 (respectivamente)	296.648	SENASP/MJ nº 840.979/2016
Analizador Genético de DNA	01	400.625	SENASP/MJ nº 776.522/2012
Central de Monitoramento de Temperatura	01	101.000	SENASP/MJ nº 793.101/2013
Mesas de necropsias	04	290.000	SENASP/MJ nº 793.101/2013
Aparelhos de Ar Condicionado	170	471.478	
Coletes balísticos	590	1.511.193	
Câmara de Fumigação de Cianocrilato e Câmaras Triplas para Aceleração de Ninidrina		1.468.800	

Fonte: SUAG/SSP/DF

## **6. Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP)**

**2016**

Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública.

**2017**

A meta foi atingida em 2016, com a elaboração do Estudo do Dimensionamento do Efetivo.

## **7. Criar e implementar plano de valorização e qualificação dos profissionais da segurança pública; (SSP)**

**2016**

Em 2016 foram realizadas as seguintes ações: Diagnóstico das Condições de Trabalho dos Atendentes da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; Feira da Saúde (com aferição de pressão arterial, exame de glicemia, campanha do meio ambiente com a Defesa Civil, saúde bucal, palestras motivacionais, orientações sobre doação de órgãos, otorrinolaringologia); Iniciativas visando Institucionalizar o Programa de Prevenção do Estresse e cumprir com as atividades que constam no plano de trabalho pactuado no Convênio nº 760.179/2011 com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ

**2017**

Meta atingida. No ano de 2017 destacamos as seguintes ações que contribuíram para o atingimento da meta: elaboração do Plano de Ação da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional; Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal; Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher.

## **8. Fomentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por policiais militares atualmente capacitados; (PMDF)**

**2016**

A Corporação dentro desta ótica procurou reformular todo o seu sistema de radiocomunicação adquirindo o sistema TETRA, implantou torres de redes de transmissão de dados, e está adquirindo novas estações de trabalho com tecnologias modernas, além do mais, trabalha na questão de auxiliar a SSP na implantação do vídeo monitoramento das ruas do Distrito Federal.

**2017**

Neste exercício a Corporação, dando continuidade ao seu processo de reaparelhamento e modernização, adquiriu novos e modernos coletes balísticos para todo efetivo e ainda iniciou o processo de renovação de sua frota oficial; adquiriu novas e modernas estações de trabalho para a atividade meio; adquiriu ainda, de forma inovadora, macacões com air bag para motociclistas. Isto alinhado às conquistas do exercício anterior capacitou a Corporação na busca da meta traçada, otimizando e trazendo mais segurança aos Policiais Militares no desenvolvimento do negócio da Corporação, garantido maior eficácia e efetividade no processo fim.

## **9. Capacitar policiais militares em formação superior continuada, em área específica de segurança pública; (PMDF)**

**2016**

No ano 2016, a Polícia Militar do Distrito Federal promoveu a formação de 20 policiais militares no curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado), e está inovando agora oferecendo curso superior a população do Distrito Federal, por meio do Instituto Superior de Ciências Policiais.

**2017**

A Polícia Militar do Distrito Federal promoveu a formação de novos policiais militares no curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado), e está inovando agora oferecendo curso superior à população do Distrito Federal, por meio do Instituto Superior de Ciências Policiais. Houve também a formação de 14 Policiais Militares em graduação de tecnólogo em segurança pública.

## **10. Elevar anualmente em 2% o índice de disponibilidade da frota operacional. (CBMDF)**

### **2016**

Apesar de não haver alcançado a meta de elevar a disponibilidade da frota, é necessário observar o que índice obtido demonstra elevada eficiência em manter os veículos em plenas condições de uso. Para tanto, a manutenção das viaturas é realizada de forma direta no setor vocacionado e indireta por meio de contratação dos serviços e aquisição de peças. O exercício de 2016 se caracterizou pela ampliação da rede de oficinas credenciadas, aumentando o alcance dos contratos quanto as marcas e tipos de veículos. Outra realização foi o lançamento de edital para contratação de mecânicos não apenas para as viaturas, mas também para as aeronaves, garantindo a continuidade da manutenção própria e o acompanhamento especializado das empresas fornecedoras de peças e serviços terceirizados.

### **2017**

Fatores:

1. Os Comandos de Áreas-(COMAR's) têm uma defasagem de pessoal de 15% na Qualificação Bombeiro Militar Geral 01 (combatente) - QBMG-01 e 8% de militares do Qualificação Bombeiro Militar Geral - 02 (condutor e operador de viatura) - QBMG-02, para o atender ao mínimo previsto pela matriz, considerando a média de afastamentos dos últimos 2 anos;
2. As Escadas tipo AEM e ABE somente 65,6% do tempo (2017) estavam em condições mecânicas de serem ativadas;
3. Há necessidade de equalizar os afastamentos previstos.

Decisões tomadas:

1. Implantação diária das IN 019/2016(Compartilhamento de Guarnição) e 024/2016 (Remanejamentos Prévios);
2. Realização de 2610 remanejamentos de Combatentes comporem SOS em unidade diversa a sua;
3. Realização de 2152 remanejamentos de Condutores para ativação/disponibilização de viaturas para SOS em unidade diversa a sua;
4. Acompanhamento das manutenções das viaturas tipo escadas (AEM e ABE) junto à autorizada juntamente com o executor de contrato visando dar celeridade e agilidade na liberação das viaturas;
5. Implantação do SMA (Sistema Marcação de Afastamentos) para a marcação das férias 2018 segundo todos os critérios da portaria 027/2010.

\*É válido salientar que os valores correspondentes aos anos de 2016 e 2017 são incomparáveis, no sentido de que o primeiro índice contemplava apenas a disponibilidade da viatura, enquanto que, a partir de 2017, passou-se a considerar também a disponibilidade da equipe de socorro (condutor e guarnição).

## **11. Capacitar uma média de 515 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período; (SSP)**

### **2016**

A longo do ano foram capacitados 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, presencial (844 servidores) e à distância (3.763 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais se destacam: Curso de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, Curso de Gestor de Unidades de Combate às Drogas, Curso de Investigações Cibernéticas e Crime Organizado, Curso de Análise Criminal, Curso de Sistema de Comandos e Incidentes, Curso de Investigação de Homicídios, Curso de Capacitação para Atendimento de Pessoas com Deficiência em Situação de Violência com Introdução à Libras, Workshop Lançamento do Plano Estratégico 2016-2019, Capacitação de Atendentes da CIADE e outros.

### **2017**

Em 2017 a SSPDF, por meio da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional – SEVAP, também atuou continuamente na oferta de diversos cursos, seminários, workshops com o objetivo de fomentar a estratégia de execução do programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida”, por meio do Eixo 3: aumento da confiança e melhoria do serviço público de segurança, embasado por duas diretrizes: valorização dos profissionais de segurança pública e qualificação da gestão da segurança pública por meio de indicadores de desempenho e de resultado.

A SEVAP atuou fortemente na reestruturação das ações e canais e atendimento a ocorrências, do “Viva Brasília, nosso Pacto pela Vida”, com cursos voltados para os atendentes e despachantes da CIADE, no intuito de aperfeiçoar esta mão-de-obra tão importante para o sistema da segurança pública e atender os anseios da comunidade na melhoria dos serviços prestados por aquela Central.

O Programa de Implantação do SEI na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social foi um sucesso. Hoje o sistema está funcionando plenamente. Como consequência, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão concedeu à SSPDF o Certificado: “Honra ao Mérito – Eu Virei a Chave”, pela modernização e simplificação na gestão de documentos, alcançando a marca de 100% na utilização do processo eletrônico.

A SEVAP participou de todo processo de implantação do Programa “Viva Flor”, em especial formando os multiplicadores da PMDF, PCDF e CBMDF.

Ao longo do ano foram capacitados 7.873 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops presenciais (3.212 servidores) e à distância (4.661 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Curso para Atendimento e Despacho do Centro de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal (Copom);
- Workshop: Atividade de Inteligência – Técnica de Entrevista e Análise de Veracidade;
- Seminário Internacional de Polícia Comunitária;
- Curso de Comando de Incidentes (SCI) – nível básico;
- Seminário sobre o Sistema Penitenciário do Distrito Federal
- Curso de Justiça Restaurativa, Mediação e Outros Métodos Participativos em Área Penal;
- Oficina de Segurança para Profissionais da Imprensa em Áreas de Manifestações;
- Seminário Pacto pela Vida: Resultados e Perspectivas;
- Treinamento, Prevenção e Combate a Princípio de Incêndio;
- Curso de Prevenção e Investigação de Lavagem de Dinheiro;
- Curso de Formação de Multiplicadores – Atendimento de Ofendidas em Medidas Protetivas de Urgência;
- Curso de Habilitação para Pistola .40;
- Programa de Implantação do SEI – ensino presencial;
- Capacitação sobre a Percepção de Risco e Atuação de Emergências;
- Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal.
- Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher;
- Capacitação em Armamento e Tiro-Pistola Calibre .40;
- Capacitação em Ferramentas de Análise de Fenômenos de Segurança Pública;
- Plano de Abandono do Edifício Sede da SSPDF;
- Exercício Simulado de Abandono do Edifício Sede da SSPDF, entre outros.

## **12. Capacitar uma média de 3.720 policiais militares, a cada ano, em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. (PMDF)**

### **2016**

Antes de 2015 a Polícia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 Policiais Militares em Tecnólogo Em Segurança Pública, em 2016 foram formados 60 Policiais Militares como pode ser observado na tabela acima.

### **2017**

Antes de 2015 a Polícia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 Policiais Militares em Tecnólogo Em Segurança Pública, em 2017 foram formados 14 Policiais Militares.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1611	ÍNDICE DE AQUISIÇÕES PARA RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SSP	%			80	-	85	-	90	95	SMT/SSP / UO 24101 / OE 6
1612	ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%	0	30/06/2015	50	100	75	100	80	90	AGEPRO/ SSP / UO 24101 / OE 6
1613	ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	%	99,82	30/06/2015	85	99,48	90	99,62	90	90	SUAG/SSP / UO 24101 / OE 6
1615	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	255	31/07/2015	255	-	255	-	255	255	SIGI/SSP / UO 24101 / OE 6
1616	ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS DE INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PROPOSTO <i>(Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	%	26,90	31/01/2015	100	59,43	100	41,58	100	100	PMDF / UO 24103 / OE 6
1618	DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL	%	85,13	31/01/2015	87,6	84,49	89,6	90,88	91,6	93,6	CEMEV/ CBMDF / UO 24104 / OE 6
1619	ACIDENTES DE SERVIÇO	%			4,4	8,7	3,52	15,98	2,63	1,75	Diret.Saúde/ CBMDF / UO 24104 / OE 6

### Justificativas 2016

**Indicador 1611** - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade, custos factíveis

**Indicador 1612** - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2016 forma gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e consequentemente pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

**Indicador 1613** - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

**Indicador 1615** - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

**Indicador 1616** - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF, para investimento, não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.

**Indicador 1618** - Verificou-se que durante o ano de 2016 houve interrupção de contrato de fornecimento de peças. Contudo, a regularização dos contratos de fornecimento de peças no decorrer do 1º trimestre contribuiu para que o resultado ficasse bem próximo da meta, tendo crescido em relação ao ano de 2015, um fator positivo.

**Indicador 1619** - Verificou-se que no ano de 2016 houve melhora no resultado do indicador em relação aos 3 anos anteriores. Apesar do resultado aquém da meta, este setor vai envidar esforços no sentido de verificar se há correlação entre parte dos acidentes relatados com os meses de seca (Operação Verde Vivo) e/ou a realização de cursos operacionais, a fim de melhorar o alcance ou reanalisar as metas estipuladas com parâmetros internacionais.

**Indicador 1620** - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementados no callcenter, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente agradando os usuários.

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1611** - 2017 - - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade custos.

**Indicador 1612** - 2017 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

**Indicador 1613** - 2017 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

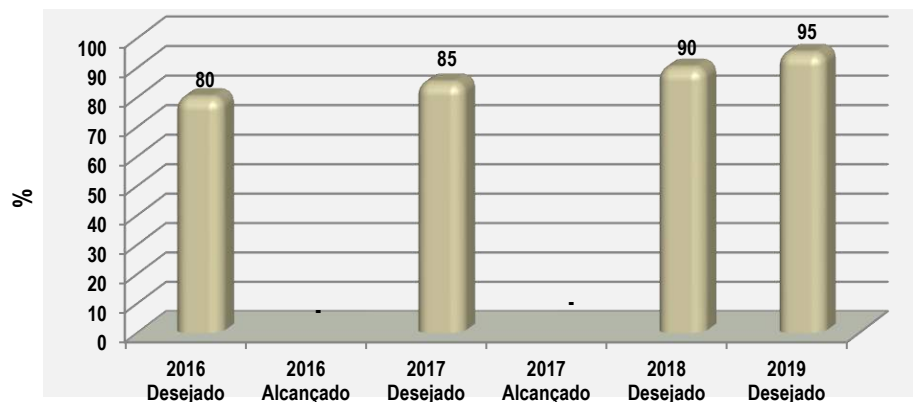
**Indicador 1615** - 2017 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/ SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados, os quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

**Indicador 1616** - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF para investimentos não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.

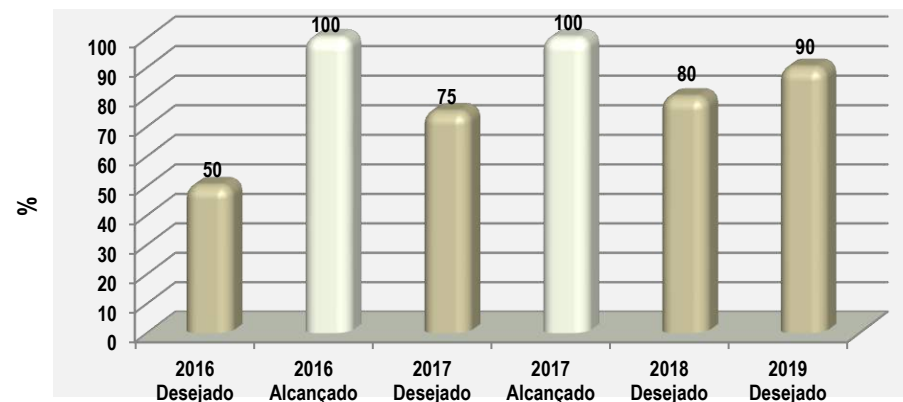
**Indicador 1618** - Verificou-se que, durante o ano de 2017, foi possível atender de forma eficiente a demanda de manutenção, alcançando o índice acima do desejado e confirmando a crescente evolução aos anos anteriores. A obtenção do resultado positivo se deu em decorrência da eficaz gestão de recursos humanos e materiais para otimizar o tempo gasto nas manutenções e, consequentemente, diminuir o tempo em que as viaturas ficaram efetivamente baixadas para manutenção.

**Indicador 1619** - O número de acidentes em serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e cursos. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento que é um meio de desenvolver competências nos bombeiros para que se tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades, sendo outro recurso a oferta de cursos objetivando o aprimoramento técnico-profissional, administrativo e cultural, para o desempenho de suas funções.

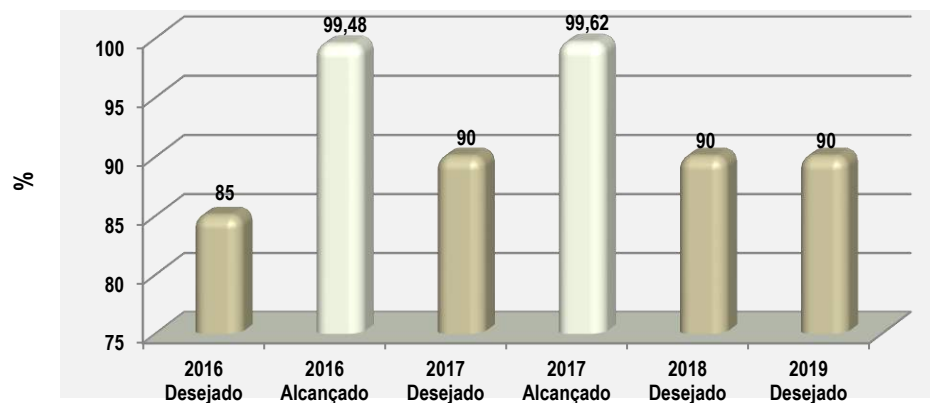
ÍNDICE DE AQUISIÇÕES PARA RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SSP



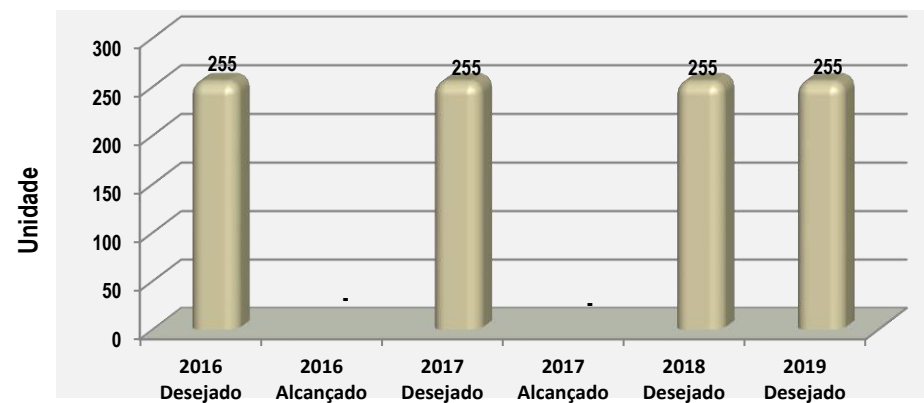
ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS



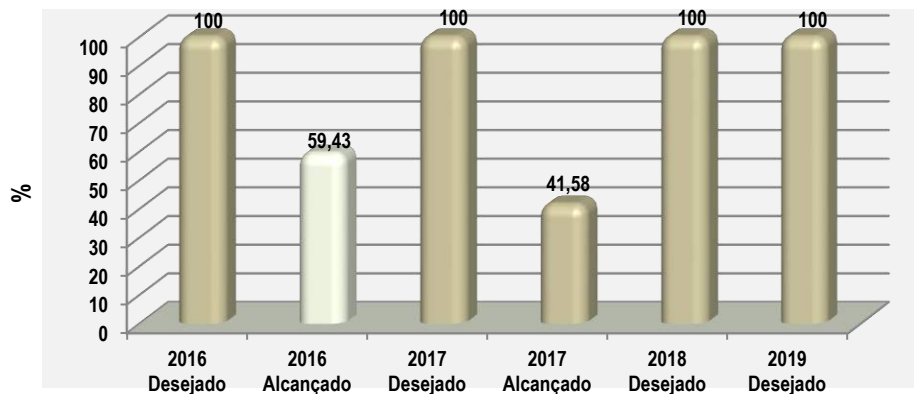
ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



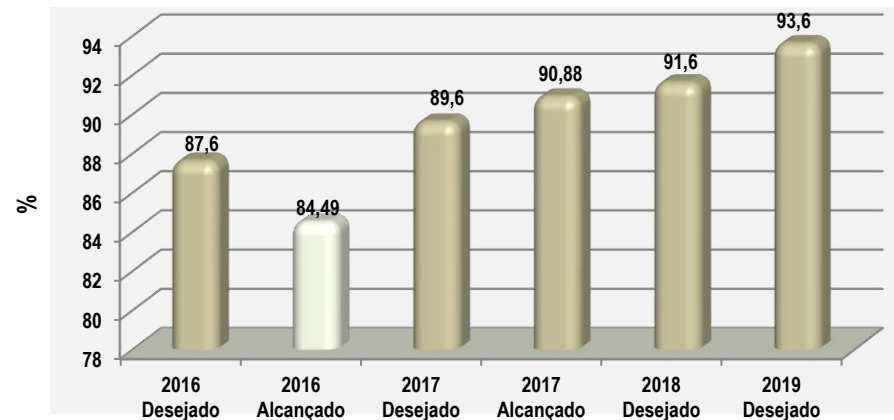
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA



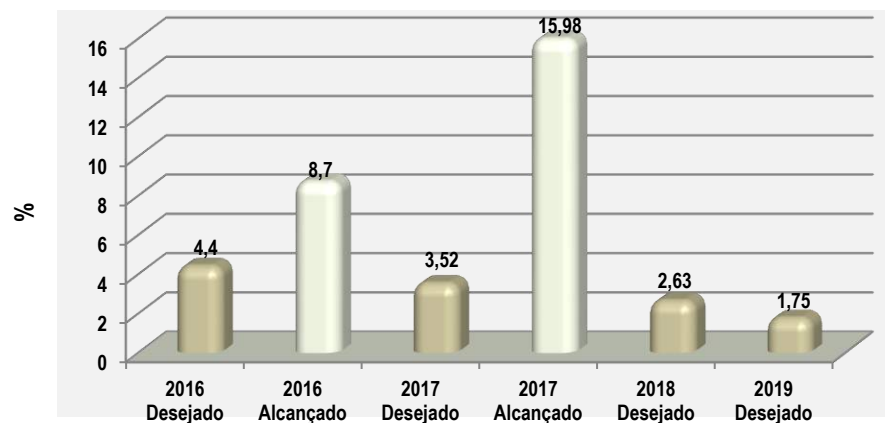
**ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS COM INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PROPOSTO**



**DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL**



**ACIDENTES DE SERVIÇO**





## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	6	1	Formulação Planejamento Estratégico integrado entre SSP e Forças de Segurança; (SSP)	24101	100	<b>2016</b> Plano Estratégico elaborado, aguardando validação do Secretário. <b>2017</b> Caderno Executivo do Plano Estratégico finalizado, aprovado e validado pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo.
6217	6	2	Implantação de Metodologia de Gestão Estratégica; (SSP)	24101	100	<b>2016</b> Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo. <b>2017</b> Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo.
6217	6	3	Aprimoramento da Metodologia de Gerenciamento de Projetos; (SSP)	24101	100	<b>2016</b> Ação não orçamentária parcialmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. <b>2017</b> Ação não orçamentária totalmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. A SSP/DF também utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF.
6217	6	4	Divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria; (SSP)	24101	100	<b>2016</b> Não houve nenhuma atividade de divulgação específica desta Pasta. Divulgação realizada apenas pela Ouvidoria Geral do GDF. <b>2017</b> A divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria foram realizada pela Ouvidoria Geral do GDF e também por meio do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.
6217	6	5	Criação do Comitê Gestor de Sistemas na SSP; (SSP)	24101	0	<b>2016</b> Ação orçamentária não implementada. <b>2017</b> Ação orçamentária não implementada.
6217	6	6	Gestão junto à Governança-DF para retomada de projetos paralisados; (SSP)	24101	100	<b>2016</b> A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta. <b>2017</b> A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta.
6217	6	7	Criar e implantar um manual técnico voltado para a redução dos custos da administração; (PMDf)	24103	80%	<b>2016</b> No ano de 2016, iniciou-se a criação do Manual de Orçamento das PMDF e do Manual de Logística da PMDF. Ambos estão em fase de conclusão. <b>2017</b> Ação ainda não implementada
6217	6	8	Divulgar para a sociedade, as atividades realizadas e os resultados obtidos pela Corporação; (PMDf)	24103	100%	<b>2016</b> A Corporação divulga diariamente sua produtividade em seu SITE oficial, estando disponível a toda a População do Distrito Federal. <b>2017</b>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Cumprindo a Lei de Acesso a Informação, a corporação disponibiliza atualmente em seu site oficial informações a respeito de seus resultados.
6217	6	9	Implantar o Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal; (PMDF)	24103	100%	<b>2016</b> A proposta do Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal foi concluída no que se refere às providências possíveis da PMDF. Como o código será um Decreto Federal, a proposta está seguindo a tramitação específica. <b>2017</b> Ação já totalmente implantada, possível de sofrer revisões e atualizações
6217	6	10	Criação e implementação de programas motivacionais voltados para melhoria da produtividade do serviço policial militar; (PMDF)	24103	0%	<b>2016</b> Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição <b>2017</b> Em 2017 a Corporação adquiriu coletes balísticos para todo o efetivo; roupas com air bags para motociclistas; iniciou o processo de renovação de sua frota, bem como adquiriu novas e modernas estações de trabalho para a atividade meio, impactando diretamente a motivação dos Policiais Militares na execução do negócio da Corporação, servindo de fator motivador para o aumento do desempenho dos Policiais Militares na atividade fim. Outro fator a ser levado em consideração foi a aquisição de novas estações de trabalho, e ainda o início da renovação da frota oficial da PMDF.
6217	6	11	Implementação da reestruturação da carreira policial militar; (PMDF)	24103	20%	<b>2016</b> Em andamento. <b>2017</b> O processo de reestruturação da carreira continua em andamento.
6217	6	12	Criar e Implantar a Perícia Criminal da Polícia Militar do Distrito Federal. (PMDF)	24103	30%	<b>2016</b> A corporação formou 03 peritos oficiais, a fim de efetuarem atividades próprias de Perícia Criminal. Foi criado dentro da Corregedoria da PMDF, o Núcleo de Perícia Criminal. Contudo, para a efetivação completa, necessita-se de aquisição de equipamentos específicos. <b>2017</b> A ação orçamentária em questão encontra-se em processo de implantação e inicialização. A Polícia Militar já capacitou 07 oficiais e está em processo de capacitação de mais oficiais em cursos de perícia no país e no mundo. A perspectiva é de implantar o núcleo de perícia PMDF para atender à Corporação nos próximos anos.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SSP

O Objetivo Específico “Governança, Gestão e Pessoas: desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade”, caracteriza-se por fazer parte de um projeto amplo de desenvolvimento, que proporcione a melhoria concreta das corporações e instituições de segurança pública, assim como das organizações e dos métodos praticados, da informação gerencial e da capacitação de pessoas, assumindo os contornos estratégicos pretendidos.

A atual proposta de gestão e governança da segurança pública do Distrito Federal, passa pelo surgimento de um novo profissional da área, identificado por uma gestão de pessoas eficientes, embasada na capacitação de competências. Dessa forma, como características principais da nova gestão da segurança pública, merecem destaque: busca pela revitalização da função da segurança pública e profissionalização dos servidores inerentes, bem como pela competência institucional, enfatizando a redução da criminalidade violenta e a proteção social; foco em resultados, mediante avaliação permanente; direcionamento dos serviços de segurança pública para o cidadão-usuário; simplificação de procedimentos, transparência e garantia de acesso às informações públicas;

implantação de arranjos institucionais que visam à representação dos interesses coletivos, fortalecendo o controle social e enfatizando a gestão da informação. É pertinente elencar as diretrizes básicas que norteiam a governança do programa o Programa Segurança com Cidadania: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Institucional.

No que tange aos mecanismos de gestão aplicados, convém acentuar que os mesmos são responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema de Segurança Pública, através das melhores práticas de gestão, objetivando sempre o aperfeiçoamento da integração dos órgãos vinculados à segurança pública, conquistando a sinergia entre recurso, ação e resultado.

Evidencia-se, portanto, que a governança e a gestão das políticas públicas de segurança orientam-se para a sociedade, deslocando o foco exclusivo e tradicional da atividade repressiva para o alcance de objetivos sociais mais amplos. Com isso, surge o imperativo de fortalecer e trazer efetivamente a sociedade para o centro do processo de decisão política do planejamento da segurança pública, promovendo a gestão assentada no interesse público.

Releva notar, que nesse processo, os agentes de segurança pública estão em posição de protagonismo central, pois são os responsáveis por levar a efeito os atos de governança, para o que se requisita a formação e a mobilização de competências específicas e direcionadas de conteúdo técnico e político.

Nesse contexto, a área de gestão de pessoas, notadamente a de desenvolvimento e valorização dos profissionais de segurança pública, assume posição destacada. Ao serem orientados e capacitados para agirem em seu próprio nome, no bojo do cenário social imposto e junto às instituições vinculadas, com a colaboração maciça das respectivas academias de ensino, os servidores públicos da segurança exercem a cidadania e propiciam o engajamento transversal no alcance e manutenção da paz social.

Com a qualificação adequada e direcionada dos profissionais de segurança pública, reforçam-se os mecanismos de envolvimento institucional e social na formulação, na execução, na correção da trajetória e do aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança, norteando a direção da busca pela excelência dos serviços prestados à comunidade.

Diante de tais considerações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a conclusão e implementação do Planejamento Estratégico e alinhamento deste com o PPA da Secretaria; II) Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF); III) implantação do Sistema de Gestão da Informação em Segurança Pública – SIGEO; conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PPDF (400 vagas); IV) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, V) aquisição de diversos equipamentos; VI) conclusão do Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública; VII) realização da Pesquisa de Vitimização; e VIII) capacitação de 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Para o ano de 2017, destacam-se as seguintes ações: I) a elaboração e implantação da Matriz de Priorização de Projetos; II) Realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização), Pesquisa Distrital de Segurança Pública, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial e Pesquisa de Violência nas Escolas; III) elaboração da Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV; IV) Realização de melhorias, adequações, reparos e manutenção no Bloco III do Centro de Progressão Penitenciária - CPP, no Bloco I do Centro de Detenção Provisória - CDP, na Área de Tratamento Psiquiátrico - ATP da Penitenciária Feminina do Distrito federal - PPDF; e V) capacitação de 7.873 (sete mil, oitocentos e setenta e três) servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Destaca-se que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal.

### **CBMDF**

Em 2017, o número de Acidentes de Serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e durante a realização de cursos. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento, que é um meio de desenvolver competências dos bombeiros que os tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades.

### **PMDF**

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, em 2016, atuou ainda com o foco na redução dos índices de crimes violentos. Houve concentração de energias no preparo dos profissionais de segurança pública, valorizando o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal. Houve ainda, investimentos na aquisição de equipamentos apropriados que proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas. A corporação formou ainda 03 peritos oficiais, a fim de efetuarem atividades próprias de Perícia Criminal. Foi criado dentro da Corregedoria da PMDF, o Núcleo de Perícia Criminal, e está buscando criar um manual técnico voltado para a redução dos custos da administração. Ademais, a proposta do Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal foi concluída no que se refere às providências possíveis da PMDF, sendo que resta apenas a tramitação específica.

### **DETRAN**

Visando a valorização dos profissionais no âmbito do DETRAN/DF, foram realizados cursos e eventos de formação continuada. No ano de 2016 foram atendidos 434 servidores no período de 18 de fevereiro a 06 de dezembro, contemplados nos eventos assim especificados: cursos presenciais foram atendidos 371 profissionais, nos cursos à distância foram 63 servidores. Já no ano de 2017, foram atendidos 608 servidores no período de fevereiro a de dezembro, com destaque para a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI no âmbito do Departamento, possibilitando maior agilidade e eficiência nos processos administrativos

Em 2017, os profissionais também puderam participar de seminários e congressos fora do DF a fim de aprenderem com a experiência de outros Estados. Nesse caso, 14 servidores no ano de 2016 e 29 servidores no ano de 2017 deslocaram-se para outras unidades com objetivo de serem capacitados nas diversas áreas de interesse do órgão, como por exemplo: educação, engenharia e fiscalização.

---

### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados**

---

### **UNIDADES RESPONSÁVEIS:**

**24.105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF**

---

### **ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

## Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	1	Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)	44,34	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44,24	41,6			41,6	93,8%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	2	Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)	83,39	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,79	62,96			62,96	75,5%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	3	Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado. (PCDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,76	98			98	98,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)**

#### **2016**

Meta não atingida - A PCDF teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição. Estes elementos impactaram na resolução dos Crimes de Homicídios. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios em 2016. Considerando que a meta até 2019 é de 10%, ou seja, para todo o quadriênio, sendo desejável o índice de 2,5 % ao ano, verifica-se que a meta a ser atingida em 2016 era de 41,17 %. Contudo, alcançou-se 40,17%, o que corresponde a 2,44%. O índice de alcance total foi de 24,40 %.

#### **2017**

O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6% em 2017. Não alcançou a meta almejada de 42,2% prevista para o período, ficando aquém do esperado em 0,6%. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019.

Em que pese este obstáculo, a Alta Gestão da instituição policial tomou medidas e apoiou várias ações convergentes para rápida elucidação dos crimes de homicídios, como a capacitação de peritos criminais em contemporâneas técnicas de necropsia virtual, instituição do protocolo para atendimento de casos de feminicídio e reestruturação organizacional da Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa - CHPP, com respectiva criação do serviço de proteção a pessoa. Todavia, as constantes paralisações dos servidores, bem como a insuficiência de recursos humanos provocada pelo alto número de aposentadorias e pela evasão de pessoal profissionalmente capacitado em razão da falta de aumento salarial foram fatores negativos que determinaram o resultado aquém do esperado.

Justificativa -se o não atingimento da meta em razão da redução do efetivo policial nas Delegacias de Polícia. O desempenho da atividade finalística em 2017 foi impactado negativamente, mormente, pelo movimento paredista denominado PCDF LEGAL que, por mais um ano, provocou o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios no exercício de 2017. Como outros fatores que também contribuíram para o não atingimento da meta temos a insuficiência de Recursos Humanos e o alto índice de aposentadorias.

Nota: O índice de 2016 é objeto de solicitação de revisão. Se aprovada a revisão, o índice alcançado passará de 44,24% para 43,32%, enquanto o índice esperado para o ano deveria ser de 41,17%.

## 2. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)

**2016**

Meta não atingida – A Instituição Policial teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice Inquéritos Relatados Anualmente. Estes fatores impactaram no índice deste indicador. Considerando que a meta até 2019 é de 2% anualmente, o índice desejável de Inquéritos Relatados é de 78, 58%.

**2017**

A meta almejada não foi atingida.

Em 2017, somente 62,96% dos inquéritos policiais foram relatados, sendo desejado atingir o cômputo de 80,15%.

A Polícia Civil do Distrito Federal tem como fim precípuo o exercício da Investigação Policial. Esta é o supedâneo de um relatório final exitoso. Contudo, o processo investigativo restou prejudicado pela insuficiência de recursos humanos no ano de 2017.

Justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos relatados.

Nota: Índice da taxa de inquéritos relatados em 2017 foi objeto de solicitação de revisão em maio de 2018, em razão de erro material. O índice alcançado foi elevado de 50% para 62,96%.

## 3. Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado. (PCDF)

**2016**

Meta atingida - A PCDF obteve o índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%, executando com proficiência seus recursos e obtendo eficiência e eficácia dos seus gastos.

**2017**

Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu a meta desejada no Plano Plurianual (>95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017.

Convergindo para o alcance deste objetivo específico, Plano e Agenda de Governo foram alinhados às diretrizes do Programa Avançar da PCDF em nível tático, realizando com sucesso o desdobramento da estratégia corporativa, traduzida em ações elencadas na Matriz de Projetos da PCDF, parte integrante do Programa Avançar. Projetos estratégicos na esfera governamental foram considerados prioritários e suas execuções garantidas em razão de um plano orçamentário bem estruturado, no qual foi realizada acurada projeção de custos e o planejamento de investimentos.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1622	ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)	%	40,17	31/12/2014	44,18	44,24	42,20	41,6	43,25	44,34	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
1623	TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	%	77,04	31/12/2014	78,58	52,79	80,15	62,96*	81,75	83,39	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
1624	ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA	%			> 95	99,76	> 95	98	> 95	> 95	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7

\* Alterado mediante solicitação da unidade (Processo SEI nº 00052 – 00013697/2018 – 83)

## **Justificativas 2016**

**Indicador 1622** - Em que pese a PCDF priorizar a elucidação de crimes de homicídios em todo Distrito Federal, as diversas paralisações ocorridas em razão do movimento paredista, o crescente número de aposentadoria de policiais civis, além da insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição prejudicaram o desempenho quanto à resolução dos crimes de homicídios.

**Indicador 1623** - As várias paralisações dos servidores em razão do movimento paredista, o crescente número de aposentadoria de policiais civis e a insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição ensejaram a redução da taxa de inquéritos relatados nas Delegacias de Polícia.

**Indicador 1624** - O índice de Assertividade da PCDF alcançou de 99,76%. Ressalte-se que o Departamento de Administração Geral tem em sua estrutura organizacional uma Comissão Permanente de Licitação e uma Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, as quais atuam em estrita conformidade com as orientações e decisões normativas dos Órgãos Fiscalizadores e de Controle Externo. Estas comissões se encontram vinculadas ao Objetivo Estratégico - otimização dos processos administrativos e operacionais, ref.: P 13, quadro de Objetivos Estratégicos, Programa AVANÇAR do Planejamento Estratégico da PCDF.

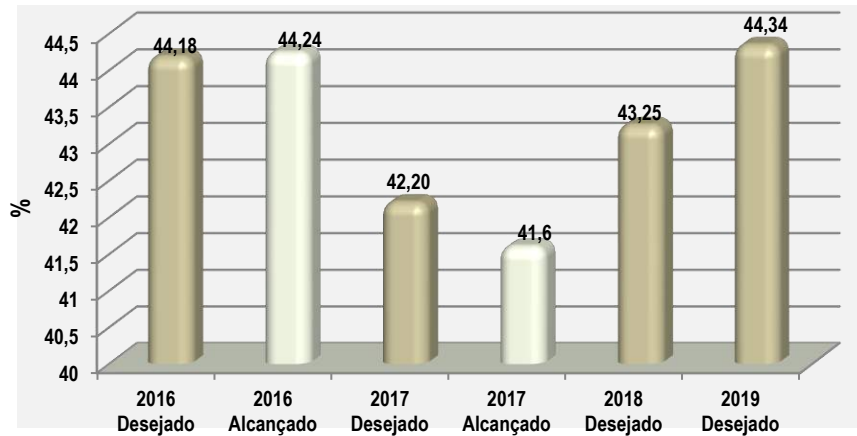
## **Justificativas 2017**

**Indicador 1622** - O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6%, em 2017. Não alcançou a meta de 42,2% prevista para o período. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019, ou seja, atingir um aumento percentual de 2.5% ao ano até final do quadriênio. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia.

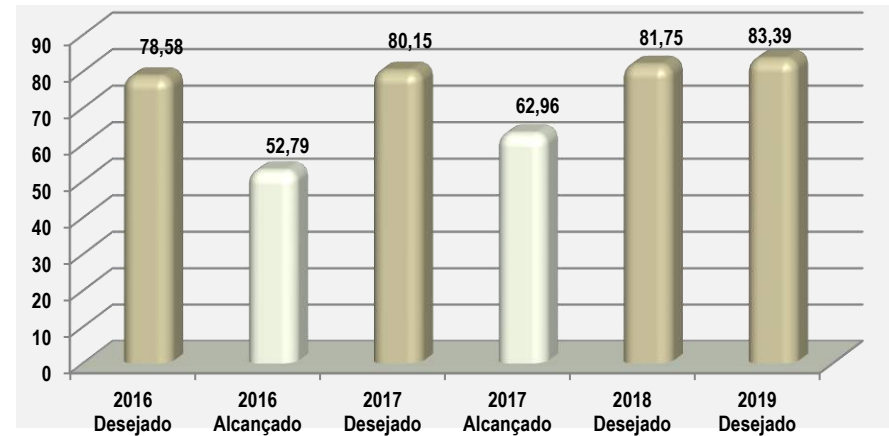
**Indicador 1623** - O índice de inquéritos relatados decaiu. Em 2017, apenas 50% da universalidade dos inquéritos policiais foi relatada. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos "relatados".

**Indicador 1624** - Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu o índice desejado no Plano Plurianual (>95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. (Fonte: DOF/DAG/PCDF) justificativa 2017: Novas medidas administrativas para as aquisições de materiais, bens e serviços. Adoção de boas práticas em Administração. Adoção de eficientes ferramentas de gestão orçamentária e de materiais.

ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)



TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)



ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA





## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2017

Impende consignar que o Objetivo Específico proposto para o período para execução do PPA 2016-2019 compreende a essência e a funcionalidade da Polícia Civil do Distrito Federal /PCDF, tendo o mesmo logrado pleno êxito, pois, diuturnamente a Instituição foi instada a alcançá-lo.

Nesse sentido, a PCDF elaborou a partir de sua ideologia corporativa que são expressas na concepção de seu Negócio, Missão, Visão e Valores, o “Projeto Avançar – Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil do DF” - projeto este voltado à implantação do Planejamento Estratégico da Instituição para o período 2014-2020, quais sejam:

Negócio: Elucidar infrações penais com efetividade, exercer as funções de polícia judiciária e promover a cidadania.

Missão: Até 2020, ser referência nacional como instituição policial em resolução das infrações penais e atendimento ao cidadão, incrementando os respectivos índices atuais em 30%, com repercussão na diminuição da criminalidade no DF.

Visão: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados, visando aprimorar o exercício da cidadania.

Noutro giro, consignamos que a PCDF tem gerido de forma eficiente e eficaz seus Orçamentos Anuais no período PPP 2016-2019, atentando para os objetivos do Programam Temático - 6217 - Segurança Pública – assim como para as disposições contidas nas diretrizes de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal e Distrital.

Por fim, é fácil perceber a similitude das reflexões conceituais do Projeto Avançar – Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil com o Objetivo Específico indicado para execução do PPA 2016-2019, fortalecendo, destarte, a busca da Instituição por incremento dos índices de resolução de crimes, por meio da elaboração de procedimentos formais.

Em 2017 foram implementadas ações para fomentar a contínua capacitação profissional dos mesmos por meio de cursos técnicos, dentre eles:

Curso	Servidores Capacitados
CURSOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	791
CAPACITAÇÃO CONTINUADA	703
ACADEMIA VAI ATÉ VOCÊ	474
TREINAMENTO	200
<b>TOTAL</b>	<b>2.168</b>

Fonte: Academia de Polícia Civil – APC (2017).

Ademais, com o fim de imprimir celeridade na redução da criminalidade, a Polícia Civil do Distrito Federal promoveu a instalação do Núcleo de Audiência de Custódia - NAC em prédio do Complexo da Polícia Civil.

No âmbito interno da PCDF foram promovidas as seguintes ações orçamentárias para o atingimento do objetivo específico:

Quanto à **Modernização de Sistema de Informação**, além do Sistema de Gestão Administrativa - SGA e de Painéis de Gestão da Informação - adquiridos para o monitoramento de estatística, análise criminal e procedimentos policiais, bem como controle de consumo de água, abastecimento de viaturas e recursos humanos -, atendendo a 80 unidades policiais e 337 policiais habilitados, cabe consignar a implementação do TCnet, sistema responsável pela padronização dos termos circunstanciados gerados na PCDF e integração eletrônica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o qual passou a automatizar todo o processo de apuração de delitos de menor potencialidade ofensiva em 2017. Por sua vez, o Sistema de Gestão Administrativa - SGA, criado para a melhoria da gestão administrativa da PCDF, consiste em instrumento de gerenciamento, monitoramento e controle de procedimentos afetos aos recursos humanos da PCDF, garantindo maior eficiência e melhor gestão dos ativos institucionais.

Quanto as ações de Inteligência e aos recursos tecnológicos almejados para o cumprimento do objetivo específico em comento, cite-se a realização do 1º Seminário de Inteligência Policial Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, com o fim de discutir a atuação das inteligências das Polícias Judiciárias, o qual foi marco importante nos processos de integração dos operadores de Segurança Pública, agregando valor aos profissionais. O evento reuniu 302 (trezentos e dois) participantes, oriundos de 37 (trinta e sete) órgãos públicos das esferas federal, estadual e distrital, representando 11 (onze) Unidades da Federação

Em relação ao **Centro Piloto de Prevenção ao uso de Drogas**, destacamos o desenvolvimento de Atividades Comunitárias no Centro de Educação e Prevenção ao Uso de Drogas- CEPUD/APC/PCDF em pleno funcionamento após modernização de suas instalações. O CEPUD desenvolve importante trabalho social no Museu de Drogas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal e também pelo Museu Itinerante. Desempenham um papel fundamental na política de Segurança Comunitária, tanto no que se refere à aproximação com a comunidade quanto à prevenção da criminalidade. Em 2017 foi possível promover uma ampla reforma no Museu de Drogas da Academia de Polícia Civil, resultando num ambiente mais atualizado e adequado ao recebimento de visitantes, sobretudo crianças em idade escolar. Vale ressaltar que não há um único perfil ou público-alvo, mas há predominância de visitantes jovens. No citado exercício, prestou-se o serviço a escolas públicas e privadas, empresas privadas, igrejas e demais agremiações religiosas, além de o museu itinerante ter ido de encontro a ações sociais governamentais. Também Organizações não Governamentais - ONG's voltadas ao de atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade foram atendidas e usufruíram do espaço para trabalhos socioeducativos, além dos demais órgãos de Segurança, como a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e o Grupo de e formação de Guardas Municipais das cidades do Entorno do Distrito Federal, por intermédio do Instituto Federal de Goiás - IFGO. Enfim, foram contabilizados 7.302 (sete mil trezentos e dois) eventos de apresentação, dentre visitas, palestras e exposições em 2017.

Na seara das obras e construções de Unidades Policiais e Delegacias, tem-se:

Descrição	Região Administrativa	Etapa realizada até 31/12/2017	Estágio
15ª DP -	IX	100%	Em fase de recebimento
38ª DP -	XXX	100%	Em fase de recebimento
Instituto de Criminalística	XXII	81,75%	Em andamento
16ª DP -	VI	69,36%	Em andamento

Fonte: DAE/DAG/PCDF (2017).

Por último, consignamos que o número de carteiras de identidade expedidas pela instituição alcançou o cômputo de 1.161 (mil cento e sessenta e um) documentos.

Passando a análise quanto ao alcance do objetivo específico 07, primeiramente ressaltamos que houve resultado positivo em promover a assertividade orçamentária da instituição, proporcionando meios materiais para o exercício da função de Polícia Judiciária, e robustecendo seus ativos fixos e tangíveis através das ações orçamentárias. Considerando as diretrizes já traçadas para o exercício da Segurança pública no Distrito Federal, dentre elas a otimização dos procedimentos e ampliação de acesso do cidadão aos serviços de segurança pública, é notória a modernização das ferramentas tecnológicas para o exercício da função de Polícia Judiciária. Houve resultados satisfatórios quanto a modernização dos sistemas informatizados e ações de voltadas para a segurança da Informação. Porém, tais ações, utilizadas como meios para alcançar o objetivo, não foram suficientes para superar a falta de investimento em recursos humanos, o que causou um o decréscimo nos resultados esperados pela Polícia Civil quanto aos índices de inquéritos concluídos com autoria definida e de resolução de crimes de homicídios.

Por todo o exposto, considera-se que houve êxito parcial quanto ao atingimento deste objetivo específico 02.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, a Polícia Civil do Distrito Federal segue em sua missão de promover Segurança Pública com excelência na elucidação de infrações penais, mantendo o foco na investigação policial de qualidade, no intuito de garantir que a resposta ao avanço da criminalidade seja célere e permanente.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.

**PROGRAMA TÊMÁTICO:**  
**6228 – FAMÍLIAS FORTES**

**OBJETIVO GERAL:**

Promover o desenvolvimento humano e social, garantindo o respeito às individualidades por meio da integração das políticas públicas voltadas à inclusão social, cidadania, direitos humanos e proteção.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

<b>25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH</b>
<b>001 – ACESSO À RENDA:</b> Elevar a renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza.
<b>002 – DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL:</b> Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável por meio da consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
<b>003 – DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL:</b> Garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conferindo eficiência e eficácia à rede de atendimento e proteção social dos usuários da política de assistência.
<b>51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA</b>
<b>004 – PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE:</b> Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças, Adolescentes e Juventude, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), SINASE e Estatuto da Juventude, promovendo seus direitos fundamentais.
<b>44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS</b>
<b>005 – PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS, ATENÇÃO INTEGRAL E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS:</b> Promover a conscientização da população, a prevenção do uso de álcool e outras drogas, a inserção social dos usuários, com foco na promoção da saúde, prevenção e tratamento, atenção psicossocial integral, redução de danos, reestabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a inserção no mundo do trabalho.
<b>51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA</b>
<b>006 – RESGATE DA CIDADANIA -</b> Resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei com dignidade, dando-lhes oportunidades de crescimento pessoal e profissional, através da educação, arte, cultura, esporte, lazer entre outros, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
<b>51.901 – FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FDCA</b>
<b>007 – FORTALECIMENTO DE PARCERIAS -</b> Fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)

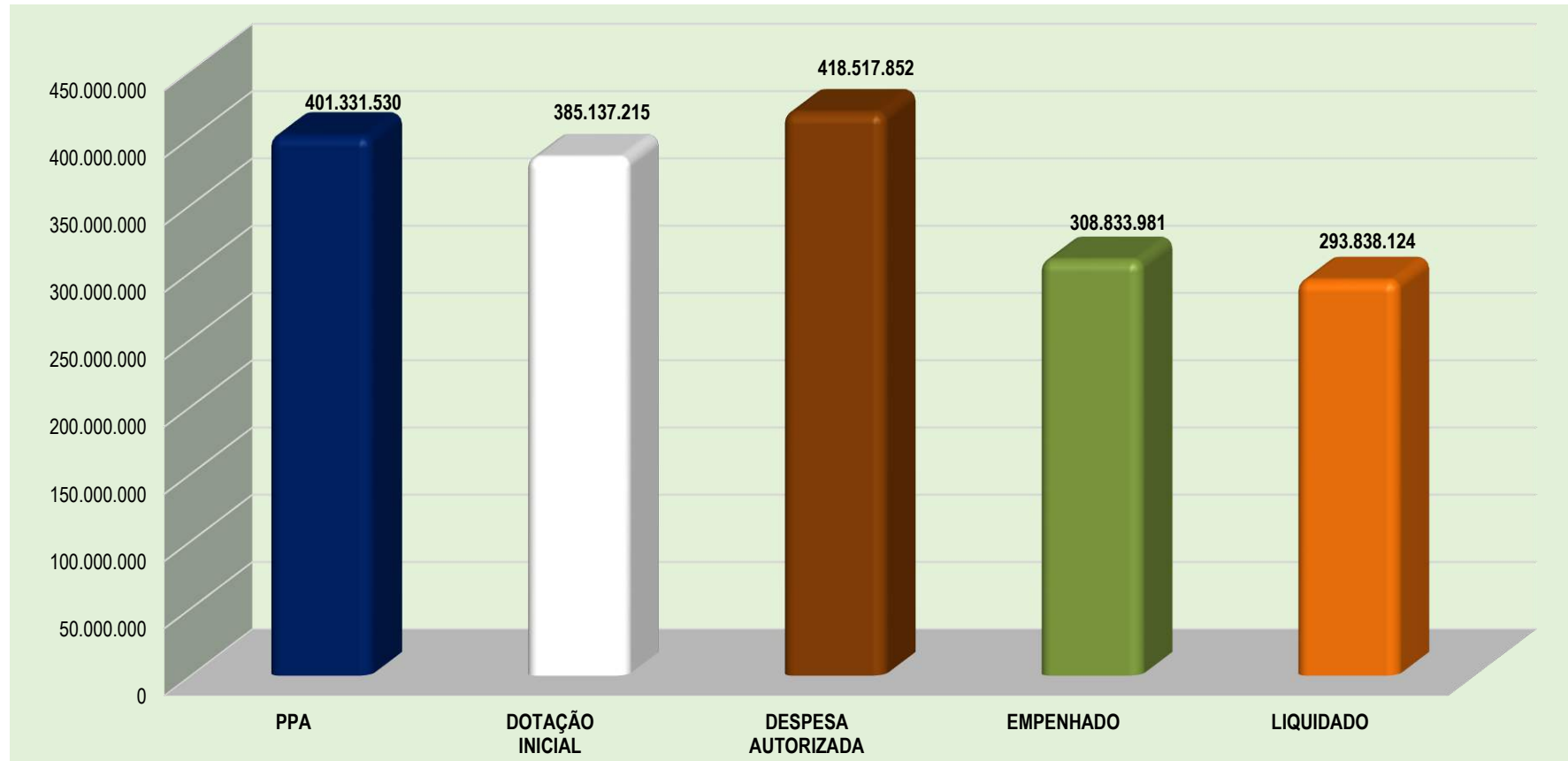
PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1235 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	513.166	0	0	0	0	0	0
1237 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DO SUAS	513.166	0	0	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	208.000	470.000	1.577.102	1.577.100	0	758	0
1583 - REFORMA DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	279.221	0	0	0	0	0	0
1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	1.037.920	2.033.000	1.033.000	1.033.000	1.032.749	100	100
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	2.808.010	7.841.596	18.266.215	6.298.448	5.753.147	224	205
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	12.406.160	15.950.982	41.341.936	5.335.914	4.943.608	43	40
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	2.036.693	1.975.646	3.653.885	3.092.825	2.743.040	152	135
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	316.414	150.000	1.462.797	296.898	265.078	94	84
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	6.732.848	7.371.260	7.680.817	6.026.189	5.661.189	90	84
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	572.000	1.500.000	430	430	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	4.567.834	2.446.000	2.548.626	2.407.436	2.268.501	53	50
2623 - CUIDANDO DA VIDA	1.856.038	20.000	1.125.680	764.918	764.918	41	41
2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	400.000	940.000	2.078.059	0	0	0	0
2754 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA	416.000	10.001	0	0	0	0	0
2761 - FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ AO TRABALHADOR	1.072.209	0	0	0	0	0	0
2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	34.121.475	39.623.572	43.887.607	43.684.682	43.258.205	128	127
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	1.040.000	10.001	0	0	0	0	0
3044 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SUAS -CRAS	478.956	0	0	0	0	0	0
3049 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (COSE)	478.956	0	0	0	0	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	365.650	731.226	681.226	0	0	0	0
3177 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	105.040	10.001	0	0	0	0	0
3184 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	367.763	0	0	0	0	0	0
3186 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	213.166	0	0	0	0	0	0
3188 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	558.442	0	0	0	0	0	0
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	279.221	0	0	0	0	0	0

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
3192 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	558.442	0	0	0	0	0	0
3195 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	684.222	0	0	0	0	0	0
3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	208.000	10.001	0	0	0	0	0
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	3.600.000	4.047.000	3.547.002	220.040	0	6	0
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	100.000	100.000	100.000	0	0	0	0
3270 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	104.000	10.000	10.000	10.000	9.814	10	9
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	8.037.919	8.807.571	9.946.003	504.000	504.000	6	6
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.669.040	1.000.177	1.600.177	1.130.760	858.906	68	51
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.623.475	1.160.353	560.353	0	0	0	0
4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.279.200	748.039	335.307	335.282	261.299	26	20
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.092.000	110.000	0	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	208.000	262.000	150.000	0	0	0	0
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	31.837.460	30.788.173	39.029.441	30.045.189	29.628.426	94	93
4153 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	717.267	446.000	830.556	82.670	65.745	12	9
4154 - ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	5.568.570	5.612.860	4.517.660	4.124.820	4.096.760	74	74
4155 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	712.620	1.181.000	1.222.039	1.099.938	912.710	154	128
4156 - ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	614.129	20.000	10.000	0	0	0	0
4157 - ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA	214.980	0	0	0	0	0	0
4158 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS	7.359.153	8.757.134	11.686.652	10.826.905	10.826.905	147	147
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	207.998	210.000	761.636	710.981	706.672	342	340
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	4.654.194	3.000.000	14.552.930	3.100.000	1.050.834	67	23
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	102.191.062	118.348.600	99.028.703	93.272.640	93.113.256	91	91
4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	91.645	20.000	410.283	0	0	0	0
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	12.737.840	12.496.000	10.534.775	10.354.775	10.029.536	81	79
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	7.406.821	5.500.000	44.844	44.842	0	1	0
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	38.803.846	39.150.000	24.546.138	23.971.797	19.309.308	62	50
4176 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS COZINHAS COMUNITÁRIAS	1.411.295	0	0	0	0	0	0

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
4179 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	3.121.651	1.180.084	1.369.179	697.390	593.520	22	19
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	316.414	10.000	0	0	0	0	0
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	316.414	100.000	654.095	0	0	0	0
4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	379.697	5.000	0	0	0	0	0
4185 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	18.890.635	17.643.263	20.663.247	18.939.357	18.590.653	100	98
4186 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS	1.897.536	0	0	0	0	0	0
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	35.644.237	10.177.200	15.088.676	14.580.026	13.099.373	41	37
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	206.069	3.721.000	8.354.228	3.588.100	3.535.039	1.741	1.715
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	25.165.506	25.193.572	19.372.124	19.359.436	18.650.555	77	74
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	1.761.690	243.200	258.720	251.490	238.988	14	14
5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	767.822	65.703	1.065.703	1.065.703	1.065.390	139	139
5762 - CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	326.333	0	0	0	0	0	0
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	4.100.000	3.930.000	2.930.000	0	0	0	0
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>401.331.530</b>	<b>385.137.215</b>	<b>418.517.852</b>	<b>308.833.981</b>	<b>293.838.124</b>	<b>77</b>	<b>73</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6228</b>	<b>401.331.530</b>	<b>385.137.215</b>	<b>418.517.852</b>	<b>308.833.981</b>	<b>293.838.124</b>	<b>77</b>	<b>73</b>

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:25.101 – SEDESTMIDH ; 44.101 – SEJUS e 51.101 – SECRIANÇA, FDCA)

### PROGRAMA 6228 - FAMÍLIAS FORTES (Valores em R\$)





**OBJETIVO ESPECÍFICO:****001 – ACESSO À RENDA: Elevar a renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza.****UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:****25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH****ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	1	1	Instituir programa de transferência de Renda para famílias pobres e/ou extremamente pobres do DF cadastradas no Cadúnico; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	1	2	Ampliar o registro do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	61,5	63,4			63,4	63,4%

**Análise Qualitativa****1. Instituir programa de transferência de Renda para famílias pobres e/ou extremamente pobres do DF cadastradas no Cadúnico (SEDESTMIDH);****2016**

O Programa DF Sem Miséria foi criado pela Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011 a qual é alterada pela lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011, a qual estabelece critérios e parâmetros a serem adotados para elegibilidade para suplementação financeira, a famílias que recebem o Programa Bolsa Família e não atingem o valor de 140 reais. A suplementação financeira visa reduzir as desigualdades sociais e a superação da extrema pobreza.

**2017**

O Programa DF Sem Miséria (DFSM) contemplou todas as famílias que após inscrição/atualização no âmbito do Cadastro Único apresentaram perfis elegíveis à concessão do benefício. Em dezembro/2017, haviam 79.206 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), destas 60.712 receberam suplementação financeira do Governo do Distrito Federal no âmbito do DFSM, Bolsa Alfa e Programa Vida Melhor, o que corresponde a 76,65% do universo de famílias beneficiárias. Ressalte-se que as demais famílias que somente eram beneficiárias PBF, não foram selecionadas para o DFSM por não atenderem os critérios de elegibilidade.

## 2. Ampliar o registro do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (SEDESTMIDH);

### 2016

As condicionalidades são os compromissos que a família assume, nas áreas de educação, saúde e assistência social, ao entrar no Programa Bolsa Família/PBF. São destinadas às crianças e aos adolescentes, entre 0 e 17 anos, às grávidas e às mães em amamentação.

Para cada política existe uma forma de registro do acompanhamento da família, são eles:

✓ Informações sobre saúde são registradas a cada seis meses no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), respeitando o calendário do Ministério da Saúde. O responsável pelo registro dos dados é o técnico da área de Saúde.

✓ O registro da frequência escolar é feito no sistema do Ministério da Educação (MEC). Os dados da frequência escolar podem ser registrados pela própria escola, ou por um técnico indicado.

✓ As informações da frequência às atividades do Serviço Socioeducativo do PETI são registradas no SisPETI, Sistema da Secretaria Nacional da Assistência Social do MDS.

Para acompanhar todo esse processo das 03 políticas, tem-se o Sistema de Condicionalidades - SICON, que sistematiza e disponibiliza informações que evidenciam dificuldades relacionadas à frequência escolar e ao acesso a serviços de saúde.

Assim para uma boa gestão do PBF é importante o cumprimento por todas as políticas de seu papel no acompanhamento das condicionalidades.

No ano de 2016, houve a retomada do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, Secretaria de Estado de Educação/SEE e Secretaria de Estado de Saúde/SES. O comitê tem se constituído em importante espaço de definição de estratégias para superação das dificuldades relativas ao acompanhamento das condicionalidades da saúde estabelecidas pelo PBF. Algumas das estratégias definidas foram: ações de telemarketing ativo para as famílias com perfil de acompanhamento da saúde; impressão de materiais que contribuíram para a organização do registro de atendimento; repasse de informações atualizadas do CadÚnico relativas a famílias público para localização da SES e a realização de atendimento para localização das famílias pelos agentes comunitários da saúde. Este trabalho resultou no acompanhamento de 83% das condicionalidades referentes a política de educação e 33% da política de saúde.

### 2017

Perduraram as atividades do Comitê Gestor intersectorial do Programa Bolsa Família (PBF) no DF, conforme Portaria Nº 111, de 23 de agosto de 2016 – SEDESTMIDH que objetiva o fortalecimento das ações intersectoriais do Programa Bolsa Família, junto à Saúde e Educação, sendo realizadas 06 (seis) reuniões deliberativas. Junto à Secretaria de Saúde foram realizados dois seminários intersectoriais nas regiões Sudoeste (Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga) e Leste (Itapoã, Paranoá e São Sebastião) de forma a fortalecer a rede intersectorial local, garantindo assim a proteção social às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Uma vez que o acompanhamento das condicionalidades vinculadas à saúde ocorre semestralmente, em ambas vigências do referido ano foram divulgadas nas plataformas digitais da SEDESTMIDH (facebook, sítio da Secretaria, [www.sedest.df.gov.br](http://www.sedest.df.gov.br)) as listagens das famílias beneficiárias que deveriam cumprir as condicionalidades.

Ainda no 1º semestre, foram realizadas convocações das famílias por telemarketing ativo em parceria à CODEPLAN. Em suma, no 1º período de 2017, das 67.517 famílias com perfil vinculada à condicionalidade de saúde, 31.084 executaram o registro do acompanhamento, o que representa índice de 46,04%. Este índice é o segundo maior da média histórica do DF. No 2º semestre de 2017, de 58.435 famílias beneficiárias PBF, 21.662 executaram o registro do acompanhamento, o que fez índice de 37,07%. A média apresentada dos 2 (dois) períodos de 2017 é 41,55%. Para a Educação foram retomadas as discussões acerca de projeto piloto que visa qualificar as informações dos alunos infrequentes, bem como ajustar as informações escolares no Sistema Presença da Educação e no Cadastro Único, de forma que sejam reduzidos os alunos Não Localizados (NLoc) por inconsistência das informações entre essas duas bases. Nota-se redução no número de beneficiários com perfis passíveis de acompanhamento de frequência escolar de 124.327 crianças e adolescentes em novembro/2016 para 104.967 em novembro/2017. Em reflexo, o quantitativo de famílias acompanhadas também foi reduzido de 111.558 em novembro/2016 para 95.843 em novembro/2017. Entretanto, percentualmente houve acréscimo total, uma vez que em novembro/2016 a taxa de acompanhamentos efetuados era de 89,73% e em novembro/2017 a taxa alcançou os 91,31% percentuais. O índice médio alcançado nos 06 períodos de registro de frequência escolar no ano de 2017 foi de 85,278%. A média entre os índices médios alcançados no acompanhamento das condicionalidades do PBF de Educação (85,27%) e Saúde (41,55%) em 2017 foi 63,41%.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1390	TAC: TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	%	0,42	31/12/2014	0,55	0,58	0,65	0,68	0,75	0,75	Cadastro Único/MDS / UO 25101 / OE 1
1391	TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	%	0,81	31/12/2014	0,83	0,89	0,83	0,91	0,85	0,85	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
1392	TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE	%	0,37	31/12/2014	0,40	0,33*	0,42	0,46	0,45	0,50	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1

\* Índice atualizado em relação ao Relatório de Prestação de Contas de 2016 e SIGGO (0,47)

### Justificativas 2016

**Indicador 1390** - Fundamental a parceria estabelecida com o MDSA para efetivação do procedimento. Neste processo os cadastros desatualizados por período igual a superior a 48 meses são retirados da base cadastral.

**Indicador 1391** - A superação da meta estabelecida se deu em virtude da retomada do Comitê Gestor Inter setorial do Programa Bolsa Família, composto pela SEDESTMIDH, SEE e a SES. Conjuntamente foram criadas soluções relativas ao acompanhamento da frequência escolar.

**Indicador 1392** - A retomada do Comitê Gestor Inter setorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEE e SES, criou soluções para as dificuldades relativas ao acompanhamento da condicionalidades estabelecidas pelo Programa: telemarketing ativo para a famílias com perfil de acompanhamento da saúde; impressão de materiais que contribuíram para a organização do registro de atendimento; repasse de informações atualizadas do CadÚnico relativas a famílias público para localização da SES e realização de atendimento.

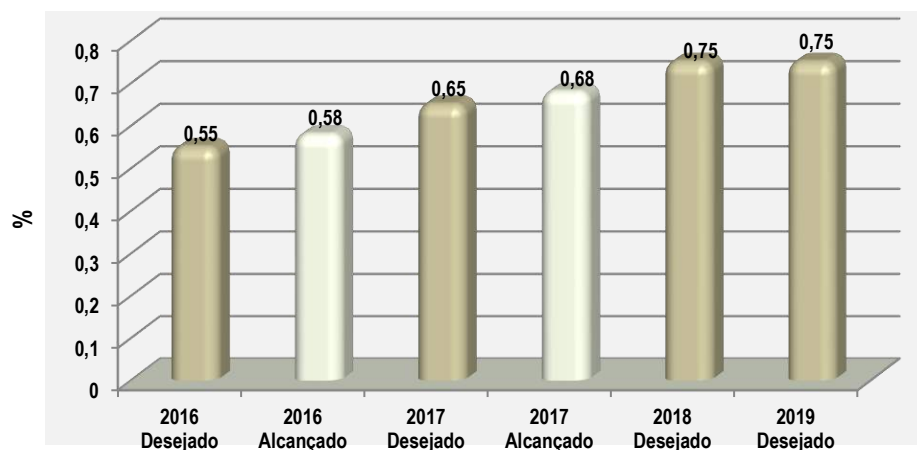
### Justificativas 2017

**Indicador 1390** - Foi fundamental a parceria do MDS com a Exclusão Lógica - cadastros desatualizados por período igual ou superior a 48 meses são retirados da base cadastral. Outras ações importantes foram: Telemarketing ativo para as famílias cujos cadastros se encontravam com prazo de validade extrapolado (2 anos); Procedimentos de apuração de irregularidades de recebimento de benefício de transf. renda; Chamamento de famílias para exclusões lógicas futuras e Aprimoramento do Sistema de Agendamento 156

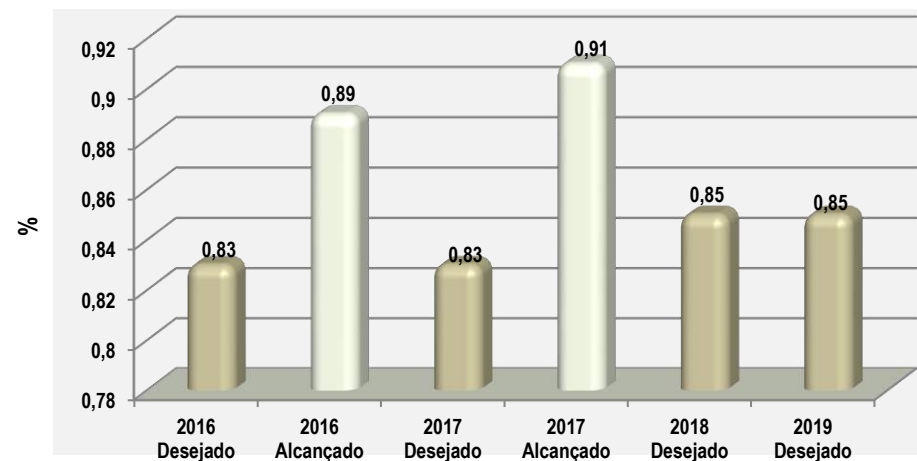
**Indicador 1391** - Deu-se em virtude de: Fortalecimento do Comitê Gestor Inter setorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEDU e SESAU; criadas soluções para dificuldades relativas ao acompanhamento da frequência escolar: foi apresentado ao MEC um problema identificado na rotina de reg. de frequência no Sistema Presença e estão sendo desenvolvidas estratégias no sentido de qualificar as informações escolares dos alunos em descumprimento de condicionalidades da Saúde com recursos do IGDPBF.

**Indicador 1392** - Deu-se em virtude de: Fortalecimento do Comitê Gestor Inter setorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEDU e SESAU; Criadas soluções para as dificuldades relativas ao acompanhamento das condicionalidades de saúde: telemarketing orientando comparecimento ao PS; Impressão de materiais para organização do registro; Repasse de informações atualizadas do CadÚnico; Realização de dois seminários Inter setoriais de forma a fortalecer a rede e divulgação das listagens das famílias que precisam ser acompanhadas.

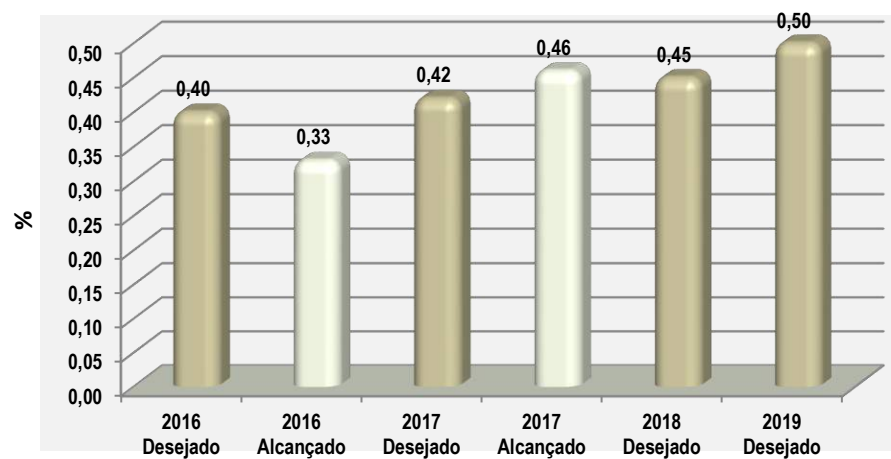
**TAC: TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL**



**TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR**



**TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	1	1	Cadastramento e atualização cadastral das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. (SEDESTMIDH)	25101	82,53	<p><b>2016</b> Segundo o último Censo IBGE (2010) o DF possuía 161.263 famílias de baixa renda. Com base no Espelho do Cadastro extraído em 21/01/2017, existiam 161.663 famílias de baixa renda, ou seja, com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, que correspondem a mais de 100% da estimativa de famílias de baixa renda, indicando a identificação desse público. A taxa de atualização cadastral tem recebido incremento e superou o índice mínimo estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.</p> <p><b>2017</b> Em comparativo à estimativa do Censo IBGE 2010, estima-se que no DF residam 95.674 famílias pobres e extremamente pobres, desta forma em dezembro/2017 haviam 78.969 famílias inscritas no CadÚnico com o registro atualizado, o que corresponde a 82,53%. Se consideradas às inscrições atualizadas e não atualizadas, o quantitativo total é de 103.860, o que corresponde a 108,55% sobre a estimativa do Censo. Cabe ressaltar que os valores apresentados no relatório para o ano de 2016, considerou a estimativa de famílias de baixa renda, e não pobreza e extrema pobreza, diante disso considerou 100% da demanda atendida.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

No Distrito Federal, das famílias selecionadas para o Programa Federal Bolsa Família, 100% das que possuem perfil de elegibilidade ao DF sem Miséria encontram-se beneficiadas, fato que contribui para elevação da renda como forma de contribuir para a redução da pobreza e extrema pobreza. A seleção das famílias é realizada a partir das informações constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A validade das informações cadastrais é de 24 meses, sendo necessária a atualização após esse período, ou, sempre que houver alteração de dados.

Desde a unificação das bases cadastrais de famílias de baixa renda no DF e utilização do Cadastro Único como instrumento exclusivo de seleção de famílias para programas de transferência de renda, houve a intensificação da busca ativa de famílias, objetivando a inserção de todas aquelas com perfil compatível com o exigido para inscrição no Cadastro Único. Ademais, a demanda por inserção de dados no Cadastro Único tem sido ampliada devido à necessidade de utilização obrigatória\* dessa base de dados para seleção de beneficiários e integração de programas sociais voltados à família de baixa renda. Como medida de manutenção/atualização das informações cadastrais, além do processo de Revisão Cadastral ocorreu a exclusão de cadastros com data de atualização superior a 48 meses, processo denominado “Exclusão Lógica”, culminado na elevação da Taxa de Atualização Cadastral para 58%.

A melhoria da TAC influencia na elevação da localização das famílias, contribuindo, indiretamente, para o incremento da Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE) e Taxa de Acompanhamento da Agenda da Saúde (TAAS).

\*Decreto nº 6.135/2007

Considera-se família de baixa renda todo núcleo familiar que possua renda mensal total até 3 (três salários-mínimos), em valores atuais - R\$2.862,00 (dois mil e oitocentos e sessenta e dois reais) - e/ou que possua renda per capita até meio salário-mínimo - R\$477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais)

As famílias pobres são as que possuem renda per capita entre R\$85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) e R\$170,00 (cento e setenta reais), já as famílias extremamente pobres são aquelas que possuem renda per capita inferior até R\$85,00 (oitenta e cinco reais).

No âmbito do Cadastro Único (CadÚnico) são considerados atualizados todos os registros cujo prazo de 24 meses contados da última data de atualização não tenham expirado.

Desta forma em dezembro de 2017 haviam 56.370 famílias extremamente pobres e 22.599 famílias pobres com o registro atualizado, o que soma 78.969 famílias pobres e extremamente pobres com o registro atualizado. No mesmo mês haviam 13.173 famílias extremamente pobres e 11.718 pobres com o registro desatualizado, o que soma 24.891 famílias pobres e extremamente pobres com o registro desatualizado.

Em comparativo à estimativa do Censo IBGE 2010, estima-se que no DF residam 95.674 famílias pobres e extremamente pobres, desta forma em dezembro/2017 haviam 78.969 famílias inscritas no CadÚnico com o registro atualizado, o que corresponde a 82,53%. Se consideradas às inscrições atualizadas e não atualizadas, o quantitativo total é de 103.860, o que corresponde a 108,55% sobre a estimativa do Censo.

Cabe ressaltar que os valores apresentados neste relatório para o ano de 2016, considerou a estimativa de famílias de baixa renda, o que gerou uma discrepância com relação à operacionalização de conceitos desenvolvida neste documento.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**002 – DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável por meio da consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	1	Diminuir a insegurança alimentar e nutricional (IAN) em níveis moderado e grave em 90% dos domicílios do DF, estimados em 3,5% dos domicílios (2013); (SEDESTMIDH)	90	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	-			-	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	2	Reduzir em 100% o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional grave; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	-			-	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	3	Construir 03 Restaurantes Comunitários e 05 Cozinhas Comunitárias; (SEDESTMIDH)	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	0			1	12,5%
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	4	Reformar e modernizar 08 Restaurantes Comunitários; (SEDESTMIDH)	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	0			1	12,5%
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	5	Promover a aquisição de produtos da agricultura familiar, por meio da incorporação das compras institucionais nos Programas de Provimento Alimentar(contínuado ou não); (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	30			30	30,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	6	Implantar o Programa Café da Manhã do Trabalhador; (SEDESTMIDH)	14	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	2			3	21,4%
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	7	Coordenar a implementação do SISAN no Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	8	Distribuir 120.000 cestas emergenciais de alimentos a cada ano. (SEDESTMIDH)	480.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	78.007	64.613			142.620	29,7%

### Análise Qualitativa

#### **1. Diminuir a insegurança alimentar e nutricional (IAN) em níveis moderado e grave em 90% dos domicílios do DF, estimados em 3,5% dos domicílios (2013) (SEDESTMIDH);**

**2016** - A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

**2017** - A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE e CODEPLAN ainda não foram divulgados.

#### **2. Reduzir em 100% o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional grave (SEDESTMIDH);**

**2016** - A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

**2017** - A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE e CODEPLAN ainda não foram divulgados.

#### **3. Construir 03 Restaurantes Comunitários e 05 Cozinhas Comunitárias (SEDESTMIDH);**

**2016**

Em 23/05/2016 foi inaugurado o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, em Ceilândia Norte, alcançando a meta de construção de 01 restaurante em 2016. As demais unidades estão previstas para serem construídas nos outros anos.

**2017**

Não houve alteração na meta proposta, considerando que não foi construída nenhuma Unidade de Restaurante e/ou Cozinha Comunitária no exercício de 2017.

#### **4. Reformar e modernizar 08 Restaurantes Comunitários (SEDESTMIDH);**

**2016**

Em 2016 foram realizadas apenas obras de manutenção e reparo nos RCs, tais como as intervenções no RC do Itapoã, com reparo do piso, pintura, manutenção do sistema de água e saneamento, para retomada das atividades, em 21/11/16; e os reparos nas caixas d'água de Ceilândia Centro, Estrutural, Itapoã e Santa Maria.

No tocante às reformas ampliação e modernização dos RCs, o programa tem previsão de início em 01/01/2018 e término em 31/12/2019.

**2017**

Embora não tenha sido efetuada nenhuma reforma e/ou modernização das Unidades, foram realizadas obras de manutenção e reparo nos seguintes Restaurantes Comunitários: Estrutural - reparo na caixa d'água; Brazlândia - piso da cozinha, piso das câmaras fria e congelada, e reparo na parte elétrica; Ceilândia - piso das câmaras fria e congelada; Samambaia - piso da cozinha, adequação das canaletas de águas pluviais, e reparo no telhado; Santa Maria - reforma no telhado e forro; Paranoá - reforma do telhado e calhas, piso da cozinha, e reparos na parte elétrica; Sobradinho - piso da cozinha, e reparo nas caixas de gordura e esgoto.

#### **5. Promover a aquisição de produtos da agricultura familiar, por meio da incorporação das compras institucionais nos Programas de Provimento Alimentar (continuado ou não); (SEDESTMIDH)**

**2016**

Os editais das licitações dos programas e ações de SAN da SEDESTMIDH incluíram a compra da produção da agricultura familiar do DF como item prioritário. Para o Programa de Provimento Alimentar Institucional – PROVISAN a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar, assim como o Programa de Provimento Alimentar Emergencial, que prevê a aquisição de cestas verdes e sua distribuição para pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da aquisição da produção da agricultura familiar do Distrito Federal.

**2017**

Todos os Editais de Licitação e/ou Chamamento Público dos programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional desta SEDESTMIDH incluíram a compra da produção da agricultura familiar do Distrito Federal como item preferencial, o que vem sendo cumprido.

#### **6. Implantar o Programa Café da Manhã do Trabalhador; (SEDESTMIDH)**

**2016**

O programa está previsto para iniciar em 2017. Porém, a avaliação da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional indica que a distribuição das refeições fora do ambiente dos restaurantes comunitários pode gerar dificuldades técnicas e logísticas que inviabilizem sua implementação. Não obstante, o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, que iniciou suas atividades servindo almoço à população, passou a ofertar também o café da manhã a partir de 23 de novembro de 2016 e há previsão de que os demais RCs também avancem na oferta dessa modalidade de refeição.

**2017**

O programa foi reestruturado e implantado nos Restaurantes Comunitários do Sol Nascente. Em novembro de 2017, os Restaurantes Comunitários de Brazlândia e Paranoá voltaram a funcionar por meio de contratação regular, iniciando suas atividades ofertando a refeição do tipo almoço à população e implantarão o café da manhã a partir de janeiro de 2018. Após a conclusão do processo licitatório, que já está em fase final de instrução, todas as Unidades dos Restaurantes Comunitários contarão com a concessão do café da manhã, almoço e jantar.

#### **7. Coordenar a implementação do SISAN no Distrito Federal; (SEDESTMIDH)**

**2016**

Em 2016 foram realizadas 06 reuniões ordinárias e 01 reunião extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, além das reuniões dos grupos de trabalho. Também foram realizadas discussões e aprovada uma proposta de alteração no regimento interno e no Decreto que organiza o funcionamento do CONSEA/DF. Além disso, no segundo semestre ocorreu o processo de seleção das novas entidades que representariam a sociedade civil no Conselho.

A CAISAN/DF realizou uma reunião dos Plenos Executivo e Secretarial. Em 2016, as atividades desta Câmara Intersetorial ficaram voltadas para a realização de uma avaliação das metas do I PDSAN que teve a sua vigência encerrada em 2015 e para a articulação com o CONSEA/DF e com a CAISAN Nacional, além de realizar discussões que culminaram na publicação do Decreto n.º 37.865/2016, que alterou o Decreto n.º 33.142/2011.



**2017**

Integram o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN no âmbito do Distrito Federal, a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), além de outros componentes. Ressalta-se que o Distrito Federal aderiu ao SISAN em 2011 e, desde então, vem trabalhando na estruturação dos componentes no âmbito distrital.

Em 2017 a prioridade da Secretaria Executiva da CAISAN/DF foi a elaboração do II PDSAN- 2016/2019, com isso, foi realizado o levantamento das metas do I PDSAN junto aos órgãos responsáveis pelas mesmas e análise dos Programas Temáticos do Plano Plurianual de Governo-PPA 2016/2019, na perspectiva de verificar as metas relacionadas com a segurança alimentar e nutricional.

Em decorrência do Decreto nº 37.895/2016, foi trabalhado no Pleno Executivo da CAISAN a recomposição da Câmara, considerando a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e competências dos órgãos, em especial, da SEDESTMIDH que tem sob sua gestão políticas relacionadas com a SAN, como: segurança alimentar e nutricional, assistência social, direitos humanos e igualdade racial.

Em decorrência da Frente Parlamentar de Desenvolvimento Social, criada em 2016, que na área de segurança alimentar e nutricional encaminhou a proposição de criação da nova Lei de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, tendo por referência a Lei nº 4.085/2008 e 4.725/2011 e o trabalho realizado pela CAISAN/DF e CONSEA/DF na gestão anterior, que propôs algumas alterações sem realizar os encaminhamentos necessários à publicação.

Assim, está tramitando na SEDESTMIDH a minuta de Lei que institui o SISAN no Distrito Federal e alteração da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.

#### **8. Distribuir 120.000 cestas emergenciais de alimentos a cada ano. (SEDESTMIDH)**

**2016**

Em 2016 foram distribuídas 54.027 cestas secas e 23.980 cestas verdes, totalizando 78.007 cestas emergenciais. Iniciou-se um processo de nova contratação para aquisição das cestas secas, de modo a ampliar a quantidade de cestas adquiridas por mês, no entanto, este processo ainda está em andamento.

**2017**

Em 2017, foram entregues 54.423 cestas secas e 10.290 cestas verdes, totalizando 64.613. Houve um decréscimo em relação à demanda de 2016, provavelmente devido ao novo protocolo de concessão de cestas emergenciais, que visa melhorar o processo de análise e concessão do benefício emergencial.

#### **INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1393	DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - IAN	%	9,8	31/12/2014	9,8	-	-	-	-	5,5	PNAD/IBGE / UO 25101 / OE 2
1394	MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO	UNIDADE	24.000	30/04/2015	26.000	25.627	26.000	0	30.000	30.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 2

#### **Justificativas 2016**

**Indicador 1393** - O indicador não pode ser apurado, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

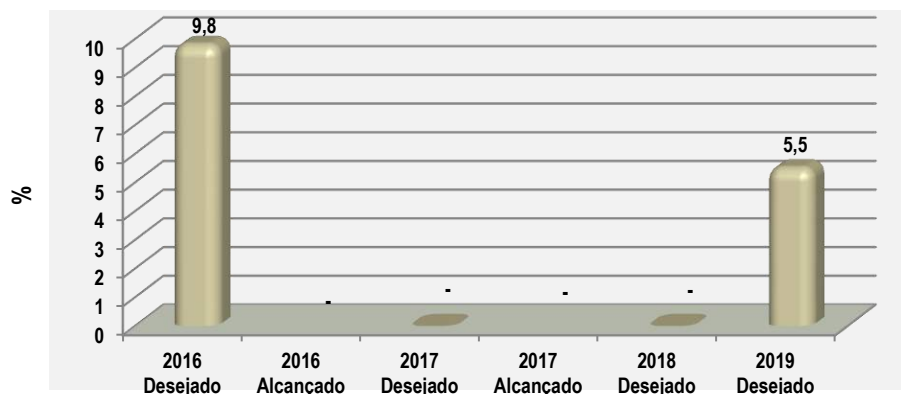
**Indicador 1394** - Os atendimentos foram realizados em 200 instituições sociais cadastradas no Programa de Provimento Alimentar Continuoado - PROVISAN da SEDESTMIDH.

## Justificativas 2017

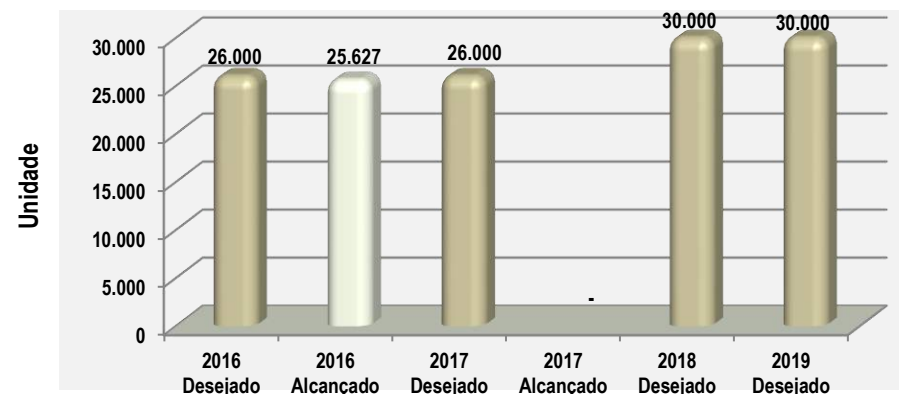
**Indicador 1393** - O indicador será apurado ao final do Quadriênio, com os dados da PNAD/IBGE

**Indicador 1394** - Os atendimentos não foram realizados nas instituições sociais cadastradas no Programa de Provimento Alimentar Continuado-PROVISAN, o contrato foi encerrado por desistência da então contratada e o processo licitatório não foi concluído. A dificuldade em contratar está ligada ao desenho do programa, que inclui no valor da aquisição o custo de entrega ponto a ponto, o que encarece a contratação e limita o número de cooperativas de agricultores familiares com capacidade técnica de atender a demanda

**DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - IAN**



**MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO**



## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

Conforme previsto no art. 10 do Decreto n.º33.329, de 10 de novembro de 2011, o direito humano à alimentação adequada às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional é garantido por meio de ações e programas intersetoriais, mediante ampliação do acesso dessas famílias à rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (no caso da SEDESTMIDH, são os restaurantes comunitários), aos programas de transferência de renda ou aos programas de provimento alimentar. Além disso, para a promoção desse direito faz-se necessário o adequado funcionamento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal.

#### Restaurantes Comunitários

O Programa Restaurantes Comunitários (RC) do DF foi responsável por servir mais de 13.422 (treze mil quatrocentas e vinte e duas) refeições por dia, totalizando 4.013.431 (quatro milhões, treze mil, quatrocentos e trinta e uma) refeições servidas ao longo do ano de 2016.

Em outubro de 2015 o Governo do Distrito Federal anunciou um pacote de medidas, incluindo o aumento do valor das tarifas para o consumo nos Restaurantes Comunitários para R\$ 3,00 (três reais) no que foi constatada queda significativa no número de refeições nos meses seguintes. Contudo, em maio de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.355/2016 implementando a tarifa diferenciada no valor de R\$ 1,00 (um real) para as famílias cadastradas no Cadastro Único com renda familiar de três salários mínimos ou meio salário mínimo per capita e o valor de R\$ 2,00 (dois reais) para a população em geral. Com isso, o quantitativo de vendas a partir do referido mês teve um aumento significativo em todos os Restaurantes, conforme quadro abaixo.

Restaurante	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Brazlândia	14.931	8.055	16.244	16.245	18.374	24.060	27.633	26.551	16.723	9.138	0	0
Ceilândia	41.005	11.038	39.959	39.956	44.238	57.152	62.003	61.847	54.449	50.144	46.850	54.300
Estrutural	14.015	13.849	15.095	13.839	15.126	20.957	23.460	13.857	19.739	26.873	26.543	26.783
Gama	8.776	18.561	33.300	30.152	34.010	45.607	48.264	48.406	44.065	43.627	41.333	45.009
Itapoã	11.223	7.526	0	0	0	0	0	0	0	0	8.534	<b>31.282</b>
Paranoá	14.035	11.533	17.738	16.165	17.646	25.046	23.878	27.911	20.837	11.345	0	0
Planaltina	20.118	7.954	0	0	22.484	63.199	50.421	53.532	49.313	52.554	51.636	54.063
Recanto das Emas	12.695	13.251	14.465	14.451	15.202	24.144	27.759	17.682	20.070	24.639	24.267	33.594
Riacho Fundo	15.389	14.917	15.707	15.269	16.888	25.866	29.840	32.028	28.164	26.048	25.049	0
Samambaia	20.400	20.814	22.827	22.204	24.511	32.257	35.521	20.453	26.126	34.817	33.527	39.524
Santa Maria	17.978	17.003	16.916	17.670	18.875	26.403	28.161	15.766	11.133	26.752	28.110	31.743
São Sebastião	17.203	15.906	17.435	13.715	18.874	27.050	29.772	17.449	27.441	31.093	29.339	33.502
Sobradinho	18.249	16.626	0	13.028	19.017	28.815	32.798	35.037	34.362	33.086	32.397	34.250
Sol Nascente	0	0	0	0	9.290	42.972	45.566	39.930	34.943	34.684	32.819	37.794

Em 23 de maio de 2016, esta Secretaria de Estado inaugurou o 14º Restaurante Comunitário do Distrito Federal, o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, que iniciou suas atividades ofertando a refeição almoço à população e passou a ofertar também o café da manhã a partir de 23 de novembro. O Restaurante Comunitário do Itapoã ficou inoperante entre os meses de março a outubro, devido ao processo licitatório para a contratação de nova empresa gestora da unidade. No período em que esteve fechado, o Restaurante passou por reforma significativa. Os Restaurantes de Brazlândia e Paranoá estão inoperantes desde os dias 17 e 18 de outubro, respectivamente. A empresa gestora dessas unidades mostrou desinteresse em continuar prestando o serviço de preparação e oferta das refeições e anunciou a entrega dos equipamentos nas datas mencionadas. Assim, estão em andamento processos licitatórios emergenciais visando novas contratações.

#### **Educação Alimentar e Nutricional**

Foram realizadas diversas atividades de **Educação Alimentar e Nutricional** pela Secretaria entre as quais destacam-se a formação de 15 Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Estrutural e Paranoá – março/16; Atividade de Educação Alimentar e Nutricional com foco em alimentação saudável e Direito Humano à Alimentação Adequada, em parceria com a FUNAP - setembro/16; Coma Bem Viva Bem - Projeto de Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover o direito humano a alimentação adequada, foram desenvolvidas atividades e oficinas nos restaurantes comunitários da Estrutural, Planaltina e Samambaia em outubro de 2016.

#### **Programa de Lanches e Refeições**

A Secretaria é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal, que promove a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais em 62 unidades. Este programa visa garantir uma alimentação adequada aos usuários atendidos nestas unidades.

Em 2016, a contratação dos serviços de fornecimento de lanches e refeições para as unidades socioassistenciais do DF se deu por meio de chamamento público (contratação emergencial) formalizado por meio dos contratos de prestação de serviços. No período, foram servidos 1.033.579 lanches e refeições

#### **Programa de Provimento Alimentar Institucional – PROVISAN**

Atualmente, a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar. Por meio desse programa, que objetiva complementar a alimentação ofertada nas unidades cadastradas sob o escopo do Decreto Distrital nº 33.329, de 10 de novembro de 2011 e da Portaria nº 51, de 05 de outubro de 2012, foram atendidas cerca de 200 instituições e programas sociais (um aumento de 5% de entidades cadastradas em relação a 2015). E, em 2016, o PROVISAN colaborou com a alimentação de aproximadamente 25.627 pessoas - média mensal.

Em novembro de 2016, as entregas foram interrompidas pela contratada por enfrentar dificuldades em cumprir o contrato, devido à alegação de defasagem nos preços praticados. Foi solicitado o realinhamento dos preços dos produtos, porém foi negado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal por entender que os motivos alegados pela Cooperativa não seriam suficientes para subsidiar tais alterações. Com a situação mantida, a empresa não teve condições de manter as entregas regulares, o que motivou medidas pertinentes por parte dos setores competentes.

#### **Programa de Provimento Alimentar Emergencial**

Consiste na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2016, foram entregues 54.027 secas e 23.980 cestas verdes, totalizando 78.007 cestas emergenciais entregues. Percebeu-se um aumento em relação à demanda de 2015, provavelmente devido à crise que está ocorrendo no Brasil. Foi apresentado um Protocolo de concessão de cestas emergenciais, de forma a melhorar o processo de análise e concessão do benefício emergencial.

#### **Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**

Integram o SISAN, no âmbito do Distrito Federal, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, além de outros componentes.

A CAISAN tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, ligados à área de SAN, além de elaborar, monitorar e avaliar de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações ou programas de interesse de SAN. Em 2016 as articulações realizadas tiveram como foco principal o levantamento das metas do I PDSAN, com vista à elaboração do II Plano Distrital. Esse exercício propiciou o monitoramento das metas, ainda que de forma simplista. Quanto às demais competências da Câmara não foram exercidas.

Seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas:

1. Participação em Eventos:
  - 12º Encontro das CAISAN's - fevereiro;
  - 13º Encontro das CAISAN's - maio;
  - 14º Encontro das CAISAN's- setembro;
  - Oficina Indicadores de SAN- setembro;
  - Seminário Regional de EAN + compra institucional- outubro;
  - Lançamento Frente Parlamentar de Desenvolvimento Social.
2. Levantamento metas do I PDSAN e órgãos responsáveis pelo cumprimento das mesmas;

3. Articulação com os órgãos responsáveis por metas no I PDSAN solicitando posicionamento com relação às mesmas, o que envolveu outros órgãos do GDF para além dos que compõem a Câmara.
4. Revisão Decreto criação da CAISAN: o novo Decreto (nº 37.865) foi publicado no DODF de 28/12/2016, que altera a composição da Câmara por áreas de atuação que tem interface com a Política de SAN e não nominando as Secretarias. Acrescenta-se ainda a vinculação da Câmara à Secretaria responsável pela Política de SAN, assim como da Secretaria Executiva da CAISAN à mesma área.
5. Prorrogação convênio Nº 48/2012: Definição das ações para o novo Plano de Trabalho considerando a prorrogação do convênio até dezembro/2017.
6. Reuniões:
  - Secretaria de Agricultura e Secretaria de Saúde: discussão das metas de responsabilidade das duas Secretarias no I PDSAN e sensibilização para a necessidade de posicionamento com relação às mesmas;
  - CAISAN Nacional: discussão prorrogação convênio nº 48/2012, que tem por objeto a consolidação do SISAN no Distrito Federal, por meio da elaboração do I Plano Distrital de SAN e o fortalecimento dos componentes do SISAN;
  - CODEPLAN: solicitação participação reunião da CAISAN e apresentação do estudo realizado sobre os aspectos da SAN no Distrito Federal;
  - Pleno Secretarial e Pleno Executivo: outubro;
  - CONSEA/DF: participação na 49ª e 50ª reuniões ordinárias do Conselho, sendo que na última teve como um dos pontos de pauta apresentação da proposta de alteração no Plano de Trabalho para prorrogação do convênio, mediante aditamento do convênio até dezembro de 2017. A proposta foi aprovada pelo Pleno;
  - Reuniões Comissão de Transição para realização dos procedimentos de indicação ou recondução dos membros da sociedade civil no CONSEA.

A Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010, que alterou a redação do art. 6º da Constituição Federal, introduziu a alimentação como um direito social de todos os cidadãos, bem como a assistência aos desamparados, sendo, portanto, dever do Estado garantir a alimentação de forma regular, saudável, equilibrada e de qualidade nos aspectos da nutrição e da segurança alimentar. No âmbito distrital temos o Decreto nº 33.329/2011, que regulamenta a Lei nº 4.601/2011, que institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza – DF sem Miséria, dispõe que o direito humano à alimentação adequada às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional é garantido por meio de ações e programas intersetoriais, mediante ampliação do acesso dessas famílias à rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, aos programas de transferência de renda, ou ao provimento alimentar direto. Assim, levando-se em consideração as ações desta Secretaria de Estado, voltadas para o desenvolvimento de atividades, programas e atendimentos socioassistenciais e tendo em vista a garantia do direito humano à alimentação adequada são desenvolvidos os seguintes Programas:

#### **Restaurantes Comunitários**

Responsável por servir aproximadamente 17.881 refeições por dia, totalizando 5.274.896 refeições servidas ao longo do ano de 2017. Sendo que deste total 16.104 são refeições do tipo café da manhã no Restaurante Comunitário do Sol Nascente.

#### **Quantitativo de Refeições Servidas nos Restaurantes Comunitários - 2017**

Mês	Brazlândia	Ceilândia	Estrutural	Gama	Itapoã	Paranoá	Planaltina	Recanto	Riacho	Samambaia	Sta. Maria	São Sebastião	Sobradinho	Sol Nascente	Unidade
JAN	0	54.151	27.691	46.073	32.662	0	50.385	32.261	1.366	42.810	34.033	32.917	35.022	36.616	425.987
FEV	0	35.281	24.476	40.455	28.662	0	43.633	25.049	25.201	37.894	29.801	28.169	30.417	31.767	380.805
MAR	0	53.884	30.492	47.396	33.248	0	52.932	28.399	32.191	45.171	33.862	30.070	34.285	36.459	458.389
ABR	4.119	43.268	22.414	37.605	24.388	16.071	40.488	22.074	26.837	34.902	25.045	25.069	26.498	27.971	376.749
MAI	36.212	54.410	28.858	47.521	30.449	29.111	50.663	26.987	34.549	44.426	32.222	33.165	32.927	35.479	516.979

Mês	Brazlândia	Ceilândia	Estrutural	Gama	Itapoã	Paranoá	Planaltina	Recanto	Riacho	Samambaia	Sta. Maria	São Sebastião	Sobradinho	Sol Nascente	Unidade
JUN	35.822	51.802	29.066	44.397	30.722	30.075	50.121	27.861	38.214	29.552	33.764	33.139	32.640	36.586	503.761
JUL	37.985	54.165	32.212	44.268	33.248	33.827	52.263	30.478	40.329	50.063	39.952	34.214	33.844	36.679	553.527
AGO	37.208	53.084	33.211	45.467	31.600	34.326	51.486	30.386	42.399	50.367	39.314	30.999	34.877	36.980	551.704
SET	20.147	49.819	29.601	44.266	0	17.681	49.657	28.821	37.078	47.696	0	29.830	32.178	33.534	420.308
OUT	0	40.170	29.165	30.822	0	0	50.731	26.611	36.246	44.932	0	29.530	31.620	28.895	348.722
NOV	25.235	18.984	27.484	18.111	4.806	16.933	47.013	25.618	33.456	48.322	9.213	28.001	12.100	10.914	326.190
DEZ	19.422	40.711	29.266	21.156	25.564	24.371	40.721	29.053	35.543	60.961	34.876	31.062	3.759	15.310	411.775
Ano	216.150	549.729	343.936	467.537	275.349	202.395	580.093	333.598	383.409	537.096	312.082	366.165	340.167	367.190	5.274.896

Está em fase final de instrução um processo licitatório visando o Registro de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços de alimentação e nutrição, para gestão de Restaurante Popular, a partir do preparo, fornecimento e distribuição de refeições do tipo café da manhã, almoço e jantar nas 14 Unidades dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal.

Em novembro de 2017, os Restaurantes Comunitários de Brazlândia e Paranoá voltaram a funcionar por meio de contratação regular, iniciando suas atividades ofertando a refeição do tipo almoço à população, com implantação do café da manhã a partir de janeiro de 2018.

#### **Educação Alimentar e Nutricional - EAN**

Foram realizadas diversas atividades de Educação Alimentar e Nutricional, cujo objetivo é fornecer informações sobre alimentação, estimulando hábitos alimentares conscientes, sustentáveis e saudáveis, tornando os Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) locais não só do fornecimento de refeições, mas também de educação e promoção de saúde e cidadania.

Em 2017, foram atendidos 2.253 usuários com as atividades, com os seguintes temas: Direito Humano à Alimentação Adequada; Higiene e Conservação dos Alimentos; Aproveitamento Integral dos Alimentos; e Alimentos industrializados: sódio, gordura e açúcar.

#### **Lanches e Refeições**

A SEDESTMIDH, por meio da SEADS, é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal, que promove a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais em 67 Unidades. O público atendido nestas Unidades é composto de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou de risco pessoal e social, por ocorrência de violação de direitos, ambos em sua maioria com insuficiência ou ausência de renda, tendo como uma das consequências o comprometimento da segurança alimentar e nutricional dessas famílias e indivíduos.

Em 2017, foram servidos aproximadamente 1.132.764 lanches e refeições.

#### **Provisionamento Alimentar Institucional – PROVISAN**

O Programa "Provisionamento Alimentar Institucional – PROVISAN" foi formatado a partir de uma revisão do fornecimento de pão e leite, oriundo da extinta ação Nutrindo à Mesa – Nosso Pão e Nosso Leite. Atualmente, a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar. A ação integra duas estratégias: colaborar com as entidades e programas sociais e contribuir com a redução da pobreza rural, uma vez que os alimentos são adquiridos de agricultores familiares.

Por meio desse programa, que objetiva complementar a alimentação ofertada nas unidades cadastradas sob o escopo do Decreto Distrital nº 33.329, de 10 de novembro de 2011 e da Portaria nº 51, de 05 de outubro de 2012, seriam atendidas cerca de 200 instituições e programas sociais.

Em 2017 realizou a contratação de novo fornecedor foi concluído no último trimestre, porém não houve orçamento para a sua implantação e, por isso, os atendimentos ainda não foram iniciados.

### **Provisionamento Alimentar Emergencial - Cestas**

As ações de provisionamento alimentar em caráter emergencial consistem na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em 2017, foram entregues 54.423 cestas secas e 10.190 cestas verdes, totalizando 64.613. Houve um decréscimo em relação à demanda de 2016, provavelmente devido ao novo protocolo de concessão de cestas emergenciais, que visa melhorar o processo de análise e concessão do benefício emergencial.

	<b>SECAS</b>	<b>VERDES</b>
JAN	4.320	0
FEV	4.320	0
MAR	4.320	0
ABR	6.048	0
MAI	5.992	0
JUN	0	1.280
JUL	0	960
AGO	7.083	1.800
SET	3.750	1.050
OUT	5.625	2.000
NOV	7.500	2.000
DEZ	5.465	1.100
TOTAL	54.423	10190
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>64.613</b>

### **Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**

Em 2017 foi elaborado o II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional- II PDSAN, apenas aguardando algumas definições para sua publicação.

Principais atividades desenvolvidas:

#### **CAISAN/DF:**

- Reuniões componentes CAISAN/DF: Pleno Executivo - 3;
- Pleno Setorial - 1 e Comitê Técnico nº 07 - 13.
- Frente Parlamentar Desenvolvimento Social: Reuniões - Grupo de Trabalho da Assistência Social - 2;

- Grupo de Trabalho da Segurança Alimentar e Nutricional - 8.

**CAISAN Nacional:**

- 15º e 16º Encontro das CAISAN's Estaduais;
- Audiência Pública/Frente Parlamentar - Assistência Social;
- Seminário/Frente Parlamentar - Segurança Alimentar e Nutricional;
- Plenária Regionalizada de Assistência Social do Núcleo Bandeirante;
- XII Conferência de Assistência Social do Distrito Federal;
- Etapa Distrital para a 5ª Conferência +2;
- Resoluções Publicadas: Resolução nº 01 - composição da CAISAN/DF, considerando o Decreto nº 37.895/2016 e Resolução nº 02
- Instituição do Comitê Técnico nº 07, responsável pela elaboração do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional - II PDSAN

**CONSEA/DF:**

- Foram realizadas 4 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária;
- Fevereiro/17 - Posse da nova gestão 2017 a 2019;
- Realização de capacitação para os novos conselheiros;
- Publicação do novo decreto que dispõe sobre a composição, a organização e o funcionamento e as atribuições do CONSEA /DF;
- Aprovação da Nova Lei do SISAN DF em plenária do CONSEA/DF;
- Aprovação do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional em plenária do CONSEA/DF;
- Análise e Elaboração do Novo Regimento do CONSEA/DF;
- Em dezembro/17 foi realizada a 4ª Conferência Distrital +2 de SAN na qual foi elaborado um relatório de propostas que subsidiou o documento síntese para a 5ª Conferência Nacional +2 de SAN em 2018.



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conferindo eficiência e eficácia à rede de atendimento e proteção social dos usuários da política de assistência. (Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**25.904 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FAS**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	1	Recompor e ampliar o quadro de recursos humanos da Subsecretaria de Assistência Social em 60%, visando a gestão e execução dos serviços socioassistenciais (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	2	Capacitar 1.400 operadores do SUAS, entre gestores, dirigentes, trabalhadores e conselheiros de Assistência Social da Política de Assistência Social; (SEDESTMIDH)	1.400	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	3	Desenvolver o sistema de Vigilância Socioassistencial da Política Pública de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	4	Expandir o quantitativo de vagas/referenciamento em serviços socioassistenciais, de referência e referenciados, em 41%, por meio da execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela Secretaria à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	41	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	5	Ampliar o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades, alcançando 100%, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	14,12	X	X	X	X	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	6	Inserir e acompanhar a frequência de 3.300 crianças e adolescentes identificados nas situações prioritárias para atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes –	3.300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2.104	2.130			2.130	64,5%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
				SISC; (SEDESTMIDH)										
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	7	Realizar a XII e XIII Conferências de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	50			50	50,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	8	Construir 10 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 05 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE e 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	X	X	X	X	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	9	Construir 02 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	10	Construir 04 Unidades de Acolhimento no Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	X	X	X	X	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	11	Conceder 9.866 benefícios eventuais até 2019; (SEDESTMIDH)	9.866	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	22.192	25.382			47.574	482,2%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	12	Conceder 12.018 benefícios excepcionais até 2019. (SEDESTMIDH)	12.018	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4.277	8.555			12832	106,8%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	13	Expandir em 30% o quantitativo de vagas em serviços socioassistenciais, de execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela SEDESTMIDH à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	10,99			10,99	36,6%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	14	Ampliar o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa de Renda do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades na modalidade suspensão, alcançando 100%, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF; (SEDESTMIDH).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	11,25			11,25	11,3%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	15	Construir 01 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em território de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	16	Construir 03 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	17	Construir 02 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Recompôr e ampliar o quadro de recursos humanos da Subsecretaria de Assistência Social em 60%, visando a gestão e execução dos serviços socioassistenciais (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

A meta não foi alcançada em virtude da revogação de autorização para realizar o concurso público para a carreira pública de assistência social, conforme resolução do Comitê de Governança de Pessoal publicada no DODF nº 218 de 13/11/2015. De acordo com o levantamento apresentado pela Diretoria de Pessoal da SEDESTMDH, a atual situação dos Recursos Humanos da Secretaria é de que dos 2.000 cargos de Especialista em Assistência Social, apenas 450 estão ocupados atualmente, existindo, portanto, uma vacância de 1.150, ou seja 77,50%.

2017

A meta não foi alcançada em virtude da não realização de concurso público. Entretanto, já existe um processo o qual encontra-se na SEDESTMIDH desde o dia 28/03/2018 para dar prosseguimento e a gestão realizar os devidos direcionamentos.

### **2. Capacitar 1.400 operadores do SUAS, entre gestores, dirigentes, trabalhadores e conselheiros de Assistência Social da Política de Assistência Social (SEDESTMIDH);**

2016

Houve uma tentativa de contratação de Instituição de Ensino credenciado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, no entanto, as propostas apresentadas foram superiores a R\$500.000,00 da disponibilidade orçamentaria disponível para a ação. Em novembro de 2016 foi iniciado novo procedimento para procedimento licitatório que será concluído em 2017.

2017

Está previsto a contratação de Instituição de Ensino para capacitação de 1.110 trabalhadores, gestores e conselheiros da Política de Assistência Social. Ouve uma redução previsão de capacitações uma vez que ocorreu redução do quadro de servidores em virtude de desligamentos e afastamentos de servidores.

### **3. Desenvolver o sistema de Vigilância Socioassistencial da Política Pública de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)**

2016

A Secretaria vem trabalhando no desenvolvimento de sistemas que auxiliam no mapeamento das áreas de maior vulnerabilidade social de acordo com os dados de CADÚNICO, em sistema de registro de atendimentos realizados pelas unidades operativas, em sistema de vagas de acolhimento. Esse conjunto de sistemas favorece o sistema de vigilância nos territórios do DF.

2017

A SEDESTMIDH, está desenvolvendo estudo preliminar de estruturação bem como a implantação da Política de Vigilância Socioassistencial, desta fase está sendo feita estimativa de custo, para ampliação e modernização dos sistemas existentes, bem como as necessidades de aquisições de licenças específicas para cruzamento e mapeamento de dados e território.

### **4. Expandir o quantitativo de vagas/referenciamento em serviços socioassistenciais, de referência e referenciados, em 41%, por meio da execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela Secretaria à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

O ano de 2016 foi marcado por grande crise financeira gerada pela diminuição na arrecadação financeira do Governo do Distrito Federal, o que resultou na diminuição do orçamento destinado as ações da Política de Assistência Social, prejudicando assim a ampliação dos serviços, sendo possível apenas a manutenção do serviço já existente.

**5. Expandir o quantitativo de vagas/referenciamento em serviços socioassistenciais, de referência e referenciados, em 41%, por meio da execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela Secretaria à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, chamados condicionalidades. Na área de educação os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 06 a 17 anos na escola. A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês. Na área de saúde, os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde.

Todo esse esforço se justifica para garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza; identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos; encaminhar famílias para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos; e contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido nos 27 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do DF e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O PAIF oferece atendimento às famílias, visitas domiciliares, orientações e encaminhamento a outros serviços e políticas públicas. Não foi possível atingir a meta de 100% prevista pela insuficiência de Recursos Humanos nos CRAS. Foi possível acompanhar 700 famílias em descumprimento de condicionalidades pelo PAIF no ano de 2016. De acordo com o Sistema de Condicionalidades do MDSA, 4.966 famílias descumpriram as condicionalidades. Dessa forma, conseguiu-se atingir 14,12% da meta estimada de 100%.

**6. Inserir e acompanhar a frequência de 3.300 crianças e adolescentes identificados nas situações prioritárias para atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes – SISC (SEDESTMIDH);**

**2016**

De acordo com os dados registrados no SISC, a inserção e acompanhamento da frequência de usuários identificados nas situações prioritárias previstas na Resolução CIT nº 1/2013 e na Resolução CNAS nº1/2013 alcançou 2.104 usuários em 2016. Esse número corresponde a 61% da meta pactuada no PPA a ser atingida até o ano de 2019.

Dentro da lógica de complementaridade do trabalho social com famílias, o encaminhamento de usuários para o SCFV a partir de avaliação técnica das unidades CRAS, CREAS, Centro Pop e unidades de acolhimento. Esse processo é realizado em conjunto com o Técnico de Referência do SCFV no CRAS.

A avaliação e registro das situações prioritárias são realizados inicialmente no atendimento supracitado. Entretanto, muitas situações vivenciadas pelos usuários são identificadas pela equipe do SCFV apenas no decorrer do atendimento/acompanhamento oriundo das atividades desenvolvidas pelo Serviço. Essas informações são inseridas no SISC e ao Técnico de Referência do SCFV para avaliação das providências necessárias para a inserção da família no acompanhamento familiar.

Adicionalmente ao exposto acima, existem casos onde a (s) situação (ões) de prioridade do usuário é superada e a atualização da informação no SISC se faz necessária, de forma a garantir que os registros correspondam à realidade da oferta do serviço nos territórios. De uma forma geral, o número de usuários vinculados ao SCFV como público prioritário varia de acordo com o panorama descrito.

Destarte, pode-se realizar uma análise positiva do alcance, já em 2016, de 61% da meta pactuada e a perspectiva de aumento desse percentual em 2017 em decorrência do atendimento associado ao retorno do Programa Caminhos da Cidadania (SCFV - 15 a 17 anos) e do aperfeiçoamento no processo de articulação entre o SCFV – PAIF – PAEFI.

**2017**

De acordo com os dados registra no SISC, a inserção e acompanhamento da frequência de usuários identificados nas situações prioritárias previstas na Resolução CIT nº 1/2013 e na Resolução CNAS nº1/2013 alcançou o quantitativo de 2.130 usuários em 2017. Esse número corresponde a 64,5% da meta pactuada no PPA a ser atingida até o ano de 2019.

Dentro da lógica de complementaridade do trabalho social com famílias, o encaminhamento de usuários para o SCFV é realizado por meio da avaliação técnica das unidades CRAS, CREAS, Centro Pop e Unidades de Acolhimento. O processo de inserção dos usuários no SCFV é realizado de forma conjunta pelo Técnico de Referência do CRAS, Especialista do SCFV e Especialista da Proteção Social Especial (nos casos encaminhados pela média ou alta complexidade).

A avaliação e registro das situações prioritárias são realizados inicialmente no atendimento supracitado. Entretanto, muitas situações vivenciadas pelos usuários são identificadas pela equipe do SCFV apenas no decorrer do atendimento/acompanhamento oriundo das atividades desenvolvidas no Serviço. Essas informações são inseridas no SISC pelo Especialista de referência e formalizadas ao Técnico de Referência do SCFV para avaliação das providências necessárias para a inserção da família no acompanhamento familiar.

Adicionalmente ao exposto acima, existem casos onde a situação de prioridade do usuário é superada e a atualização da informação no SISC se faz necessária, de forma a garantir que os registros correspondam à realidade da oferta do serviço nos territórios. De uma forma geral, o número de usuários vinculados ao SCFV como público prioritário varia de acordo com o panorama descrito.

Destarte, pode-se realizar uma análise positiva do alcance de 64,5% da meta em 2017 e a perspectiva de aumento significativo desse valor em 2018 em decorrência da consolidação do atendimento associado ao Programa Caminhos da Cidadania (SCFV - 15 a 17 anos), do aperfeiçoamento no processo de articulação entre o SCFV – PAIF – PAEFI, do alinhamento conceitual e técnico junto as Organizações da Sociedade Civil parceiras (execução indireta do SCFV) e, principalmente, da previsão de início da utilização do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS) pelos Especialistas do SCFV.

#### **7. Realizar a XII e XIII Conferências de Assistência Social do Distrito Federal (SEDESTMIDH);**

**2016**

A conferência de assistência social do DF ocorre a cada 2 anos, sendo que a XII conferência realizar-se-á em outubro de 2017 e a XIII Conferência em 2019.

**2017**

Foi realizada a XII Conferência de Assistência Social no ano de 2017, durante o período de agosto a setembro. Ao todo foram realizadas 14 (quatorze) Conferências Regionais e 01 (uma) Conferência Distrital. Considerando que as Conferências acontecem a cada 2 (dois) anos, a XIII Conferência será realizada em 2019.

#### **8. Construir 10 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 05 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE e 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Foi construído o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (COSE) de São Sebastião, não foi possível construir as demais unidades previstas devido a insuficiência de recursos financeiros. No entanto, ressaltamos que esta secretaria não apresenta condições para implantar novas unidades em razão do déficit de servidores para execução dos serviços.

#### **9. Construir 02 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Recursos referentes a construção de novos equipamentos foram contingenciados no exercício de 2016. No entanto, ressaltamos que esta secretaria não apresenta condições para implantar novas unidades em razão do déficit de servidores para execução dos serviços.

#### **10. Construir 04 Unidades de Acolhimento no Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

Das 04 unidades prevista, foram construídas: a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias de Ceilândia – UNAF- Ceilândia; a UNAF de Planaltina e a UNAF de São Sebastião estão ainda em fase de finalização da construção, no entanto, provavelmente esses imóveis terão suas destinações alteradas. A UNAF de Planaltina foi repassada para a Secretaria de Educação.

Quanto a 4ª unidade, não foi possível prever recursos para a construção, pois houve contingenciamento de recursos devido à baixa arrecadação financeira do GDF.

#### **11. Conceder 9.866 benefícios eventuais até 2019 (SEDESTMIDH);**

**2016**

A Lei estabelece que Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, de morte, situações de vulnerabilidade temporária, desastre e/ou de calamidade pública. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania e dos direitos sociais humanos.

Os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades: I - auxílio natalidade; II - auxílio por morte; III - auxílio em situação de vulnerabilidade temporária; IV - auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

No ano de 2016, esta Secretaria atingiu a quantidade de 22.192 benefícios pagos, número que supera em muito a meta estimada. Uma das razões para a ocorrência disso é o crescente empobrecimento da população do Distrito Federal agravado com a crise econômica instalada.

**2017**

No ano de 2017, esta Secretaria atingiu a quantidade de 25.382 benefícios pagos, número que supera em muito a meta estimada. Duas razões para a ocorrência disso é o crescente empobrecimento da população do Distrito Federal agravado com a crise econômica instalada e as capacitações que foram realizadas nas unidades, da política de Assistência Social, explicando os critérios de concessão de cada Benefício Eventual.

#### **12. Conceder 12.018 benefícios excepcionais até 2019 (SEDESTMIDH);**

**2016**

O auxílio em razão do desabrigo temporário é prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação, decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial. O auxílio em razão do desabrigo temporário é concedido a pessoas ou famílias privadas da respectiva moradia em decorrência de um dos seguintes adventos: I – catástrofe, desastre ou calamidade pública; II – situações de risco geológico; III – situações de risco à salubridade; IV – desocupação de áreas de interesse ambiental; V – processos de realocação, remoção ou reassentamento; VI – risco pessoal e eventos de risco, em casos excepcionais; VII – situações de rua.

No ano de 2016, esta Secretaria concedeu 4.277 benefícios.

**2017**

No ano de 2017, esta Secretaria concedeu 8.555 benefícios. Considerando a soma dos anos de 2016 e 2017 atingimos a meta estipulada até o ano de 2019 e a tendência é o aumento dessas concessões visto crescente empobrecimento da população do Distrito Federal.

#### **13. Expandir em 30% o quantitativo de vagas em serviços socioassistenciais, de execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela SEDESTMIDH à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

A meta não foi atendida. No entanto, a SEDESTMIDH, como tentativa para viabilização da ampliação da oferta, publicou 11 editais de chamamento público, para realização de parceria com Organizações da Sociedade Civil, dos quais 06 foram habilitadas. No entanto, com a restrição orçamentaria do exercício de 2017, não houve a possibilidade de firmar parcerias e, desta forma, convergiu na não expansão do quantitativo de vagas em serviços socioassistenciais de execução indireta. Com relação a execução direta dos serviços, a ampliação do mesmo implica em aumento do efetivo de servidores, considerando que não houve a realização do concurso público, não foi possível expandir o serviço, considerando que a incapacidade operacional para oferta do serviço.

**14. Ampliar o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa de Renda do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades na modalidade suspensão, alcançando 100%, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF ; (SEDESTMIDH);**

Periodicamente, o MDS gera uma base de dados com o público para acompanhamento das condicionalidades, ou seja, uma tabela com informações das crianças e dos adolescentes de 6 a 17 anos que deverão ter a frequência escolar verificada e informações das crianças de 0 a 6 anos que deverão ter o calendário vacinal, o peso e a altura acompanhados, além de dados das mulheres em idade fértil para identificação das gestantes e acompanhamento do pré-natal.

Quando uma família descumpra os compromissos do Bolsa Família, são aplicados efeitos que podem causar repercussão nos benefícios. Os casos de descumprimento podem sinalizar situações que requeiram a atuação da assistência social.

O acompanhamento familiar às famílias em descumprimento de condicionalidades é um dos serviços oferecidos pelo CRAS, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF é oferecido nos 27 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS do DF e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Através do PAIF, o trabalho social com famílias proporciona o apoio aos usuários na superação de vulnerabilidades sociais e no enfrentamento das situações de risco. O serviço, aliado à garantia de renda por meio da interrupção dos efeitos do descumprimento efetuada no SICON, potencializa a capacidade de recuperação, preservação e desenvolvimento da função protetiva das famílias, contribuindo para sua autonomia e emancipação.

Contudo, a meta estipulada no PPA de alcançar 100% do acompanhamento no PAIF não foi alcançada pela insuficiência de recursos humanos nos CRAS, bem como a dificuldade de localizar essas famílias através da busca ativa.

Durante o ano de 2017, em relação a beneficiários BFA – Bolsa Família, na faixa etária de 06 a 15 anos, num total de 12.462 famílias em descumprimento passível de recurso, foram realizados 1.459 registros de recursos no SICON pelos CRAS. Em relação BVJ - Benefício Variável Jovem, para jovens com idade de 16 e 17 anos, num total de 1.868 famílias passíveis de recursos, foram realizados 149 registros de recursos no SICON pelos CRAS.

Durante o ano de 2017, em relação a beneficiários BFA – Bolsa Família, na faixa etária de 6 a 15 anos, num total de 12.462 famílias em descumprimento passível de recurso, foram realizados 1.459 registros de recursos no SICON pelos CRAS. Em relação BVJ - Benefício Variável Jovem, para jovens com idade de 16 e 17 anos, num total de 1.868 famílias passíveis de recursos, foram realizados 149 registros de recursos no SICON pelos CRAS.

**15. Construir 01 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em território de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

Considerando que no exercício de 2017, não houve disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, essa meta não pode ser alcançada. Somado a falta de orçamento, tem-se a falta de pessoal. Desta forma, enquanto não houver a recomposição do quadro de servidores desta SEDESTMDH, fica inviabilizado a abertura de novos equipamentos, uma vez que, atualmente, não estamos cumprindo com o número mínimo de servidores nas unidades executivas da Política de Assistência Social, exigidos pelas normativas nacionais da Política.

**16. Construir 03 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

Foi construído o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (COSE) de São Sebastião. Considerando que no exercício de 2017, não houve disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, essa meta não pode ser alcançada. Somado a falta de orçamento, tem-se a falta de pessoal. Desta forma, enquanto não houver a recomposição do quadro de servidores

desta SEDESTMDH, fica inviabilizado a abertura de novos equipamentos, uma vez que, atualmente, não estamos cumprindo com o número mínimo de servidores nas unidades executivas da Política de Assistência Social, exigidos pelas normativas nacionais da Política.

**17. Construir 02 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

**2017**

Considerando que no exercício de 2017, não houve disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, essa meta não pode ser alcançada. Somado a falta de orçamento, tem-se a falta de pessoal. Desta forma, enquanto não houver a recomposição do quadro de servidores desta SEDESTMDH, fica inviabilizado a abertura de novos equipamentos, uma vez que, atualmente, não estamos cumprindo com o número mínimo de servidores nas unidades executivas da Política de Assistência Social, exigidos pelas normativas nacionais da Política.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1396	NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - EAS	UNIDADE	869	31/12/2014	1.005	818	1.103	803	1.198	1.238	FAS/DF / UO 25101 / OE 3
1397	ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS	UNIDADE	301.922	30/06/2015	312.596	437.014	347.569	426.552	405.671	445.044	Sinopse Estatística/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
1398	VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	UNIDADE	278.940	30/06/2015	292.380	278.940	306.268	205.856	351.808	372.788	SUBSAS/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3

### Justificativas 2016

**Indicador 1396** - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao valor apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance ou superação da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social.

**Indicador 1397** - Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país pode ser um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social.

**Indicador 1398** - A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ações previstas: - Implantação de 01 CRAS: 5.000 novas vagas de atendimento/mês; - Ampliação de 700 vagas/mês de SCFV por meio de execução indireta; - Execução Programas FAST e PFF: 75 vagas/mês - Implantação de Centro Dia por meio de Parceria: 60 vagas/mês; - Ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias: > UNAF Planaltina: 120 vagas/mês > UNAF Ceilândia: 150 vagas/mês – algumas nas metas não foram executadas em razão da falta de disponibilidade orçamentária e financeira.



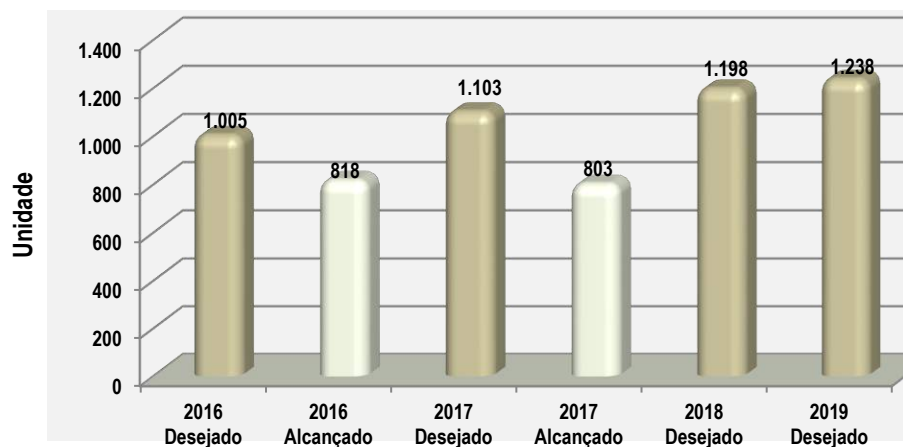
## Justificativas 2017

**Indicador 1396** - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social. A autorização para o concurso foi dada por meio da portaria nº 248 de 01 de junho de 2017, foi elaborado Projeto Básico para provimento de 314 vagas, o qual está submetido a SEPLAG para análise e aprovação.

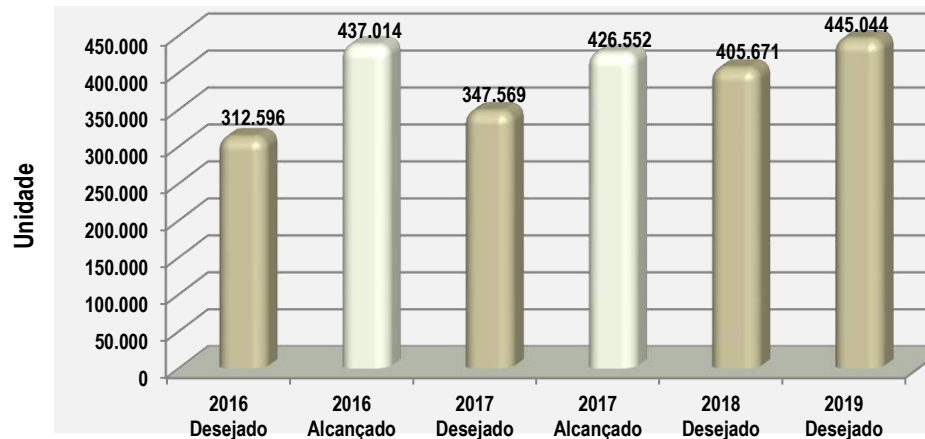
**Indicador 1397** - Foram realizados 426.552 atendimentos em 2017, destes 229.352 referentes a proteção social básica e 197.200 pela proteção social especial. Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país é um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social.

**Indicador 1398** - A capacidade de atendimento/ mês das unidades públicas de Assistência Social, em 2017, foi de 205.856 pessoas. Destas, 27.508 são da Proteção Social Especial e 178.348 da Proteção Social Básica. A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ampliações de serviços e implantação de novos serviços previsto.

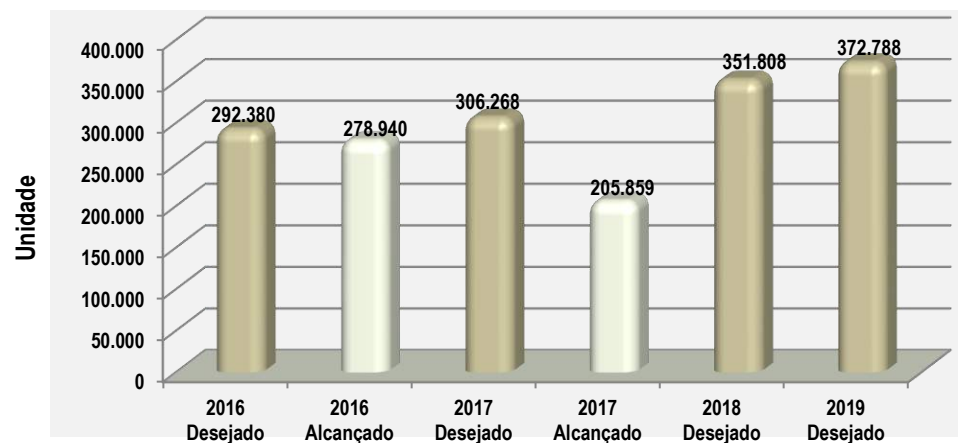
**NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - EAS**



**ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS**



### VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS



## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS, organiza as ações da política pública de assistência social em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira destina-se à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda, destina-se a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a Proteção Social Especial se subdivide em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Para oferta dos serviços em cada equipamento das proteções sociais tem-se a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS – NobSuas/RH – publicada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução Nº 01, em 25 de janeiro de 2007, que se constitui em um documento norteador para a estruturação dos equipamentos do SUAS, apresentando a quantidade mínima de recursos humanos para garantir a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade, além de apontar para a necessária política de qualificação e valorização das/os trabalhadoras/es do sistema.

Atualmente a SEDESTMIDH, não consegue dispor em seus equipamentos de execução, o quadro mínimo de servidores instituído pela NOB/RH, o que impacta diretamente na execução e oferta de serviço à população em situação de vulnerabilidade do DF.

É importante ressaltar que mesmo com grande a redução do quadro de servidores, em 2016 na proteção social básica, os CRAS realizaram 195.173 atendimentos pelo PAIF, que se constitui em uma importante ferramenta para o trabalho social com famílias, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Os CRAS também realizaram 156.036 atendimentos de inserção e atualização do Cadastro Único para programas Sociais/CADÚNICO; concederam ainda: 54.406 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; 8.965 auxílios natalidade, 124 auxílios por morte, 13.007 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 5.328 benefícios excepcionais na modalidade auxílio em razão de desabrigo temporário.

Além do atendimento direto a população os gestores e técnicos das unidades participaram de capacitação por meio do Projeto Rodas Qualifica SUAS, entre os meses de fevereiro e junho. A metodologia utilizada envolveu um cronograma de estudos com as equipes, a fim de propiciar momentos de reflexão e discussão sobre as orientações técnicas sobre o PAIF e sobre as terminologias técnicas do SUAS/DF, presentes na rotina de trabalho das unidades.

No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foram registrados 34.127 atendimentos pelas unidades vinculadas e 51.340 atendimentos na execução indireta. Foi realizado junto aos educadores sociais a revisão e a qualificação de processos de trabalho: realinhamento para preenchimento do Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC/MDSA, ampliação das ações de monitoramento e supervisão por meio da recomposição da equipe da Diretoria responsável, bem como por meio de acompanhamento in loco e realização de reuniões regionalizadas que auxiliaram no processo de compartilhamento de métodos e estratégias de trabalhos e oficinas de convivências.

Na Proteção Social Especial, foram registrados 11.488 atendimentos pelo PAEFI, um dos serviços realizados pelo CREAS, também foram realizadas oficinas e capacitações pelos CREAS e pelo Centro da Diversidade, de acordo com as principais demandas da área de abrangência, especialmente: população em situação de rua e trabalho infantil; grupos de acolhida com adolescentes encaminhados pelo NAI/UAI (adolescentes com medida socioeducativa); desenvolvimento de campanhas educativas em todo o Distrito Federal relacionadas às temáticas ao enfrentamento da violência contra a mulher, combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e combate ao Trabalho Infantil destacando-se o desenvolvimento de ações conjuntas na CEASA e no Lixão da Estrutural; e ações com a rede do território envolvendo pessoas em situação de rua, revisão e qualificação de processos de trabalho: construção de estratégias para lidar com a demanda reprimida; construção do Planejamento Estratégico dos CREAS. Ressalte-se ainda que o Serviço Especializado de Abordagem Social executado por meio de termo de colaboração com a Organização da Sociedade Civil - OSC Associação Casa Santo André, realizou 30.294 atendimentos.

Os dois Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP registraram 80.865 atendimentos a pessoas em situação de rua, dentre as ações, destaca-se atividades em grupo para as pessoas em situação de rua: grupo voltado para a preparação de usuários para a saída da rua e a organização de suas moradias; grupo voltado para a redução de danos com dependentes de álcool e outras drogas; grupo para oportunizar o autoconhecimento, autoestima, autonomia e a interação entre os demais usuários e servidores da Unidade, parceria com a Revista Traços com o objetivo promover autonomia das pessoas em situação de rua, contribuindo para o processo de saída das ruas.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes realizaram 774 acolhimentos nas unidades de acolhimento de crianças e adolescentes e 3.216 acolhimentos nas Organização da Sociedade Civil - OSC com termos de colaboração firmados com a Secretaria.

Em relação ao acolhimento de adultos, famílias, mulheres, pessoa idosa e pessoa com deficiência, registramos 2.250 acolhimentos nas unidades de acolhimento e 7.656 acolhimentos nas OSC com termos de colaboração firmados com a Secretaria.

A Política de Assistência Social se organiza na forma de Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O SUAS integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da Assistência Social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. Assim ele se organiza em 02 (dois) níveis de Proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, e estas garantem a oferta por meio de Serviços, Programa, Projetos e Benefícios, os quais são aprovados por meio atos normativos do Governo Federal.

A Política de Estado de Assistência Social é cofinanciada pelos entes federados, com regulações específicas quanto a uso do recurso e equipe mínima para execução dos serviços, dentro dos equipamentos públicos de assistência social.

A Norma Operacional Básica de RH - NOB-RH, dá as diretrizes relacionadas a equipes que devem executar cada serviço, bem como quantitativo mínimo em cada unidade pública da assistência social (CRAS, CREAS, Unidade de acolhimento, Centros Pop), assim considerando as normativas o DF, atualmente não cumpre as mesmas, no que diz respeito ao quantitativo e as especificidades de profissionais e isso impacta na capacidade sobremaneira no atendimento, na qualidade da oferta do serviço à população, bem como no repasse de verbas, pelo Governo Federal.

No entanto, mesmo com as dificuldades de recursos humanos e diminuição do orçamento em relação a anos anteriores a SEDESTMIDH atendeu no ano de 2017:

#### **Na Proteção Social Básica:**

- Os CRAS registraram 145.617 atendimentos pelo PAIF. Para além do atendimento PAIF foram feitos 93.773 atendimentos referentes ao Cadastro Único, 33.594 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; Concessão de 7.951 auxílios natalidade, 85 auxílios por morte, 14.541 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 6.699 benefícios excepcionais na modalidade auxílio em razão de desabrigo temporário;

- No Serviço de Convivência, 37.288 atendimentos pela execução direta e 47.520 atendimentos na execução indireta, que são as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil - OSC;

- A concessão total de Benefícios Eventuais no exercício de 2017 foi de 29.484 benefícios e 13.875 pagamentos referentes a Bolsas Sociais (Programa Agentes de Cidadania Ambiental, Caminhos da Cidadania e Compensação Financeira de Catadores)

#### **Na Proteção Social Especial:**

##### **- Proteção Social de Média Complexidade:**

Os CREAS registram atendimento de 16.657 pelo PAEFI. Além do atendimento em CREAS, a PSMC, realiza o Serviço de Abordagem Social através de parceria com OSC, onde em 2017 foram registradas 13.870 abordagens pessoa em situação de rua no DF. Nos Centros de Pop, em 2017, foram registrados 136.916 atendimentos.

Em 2017 foram registrados 11.760 atendimentos nas Organizações da Sociedade Civil Parceiras. Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autosustento.

##### **- Proteção Social de Alta Complexidade:**

Foram registrados 1.603 acolhimentos na execução direta e 3.120 acolhimentos na execução indireta;

Foram registrados 216 acolhimentos na execução direta e 2.680 na execução indireta a pessoas idosas; Acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, em 2017 foram registrados 2.265 acolhimentos na execução indireta;

Foram registrados 2.678 atendimentos pela UPS24h

- Realização de levantamento socioeconômico em 49 áreas distintas do DF que gerou aproximadamente 1.700 atendimentos à população e participação de 121 operações da AGEFIS/SUOPS in loco e esteve de sobreaviso em outras 94 operações;

Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, com a definição de gestão autônoma de cada Unidade, realização da transição entre os modelos e apoio ao processo de relocação de servidores.

Em 2017 foram feitos 4.179 acolhimentos de crianças e adolescentes, nos serviços de execução direta e indireta, e 610 atendimentos pela Central de Acolhimento.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Com a qualificação das informações cadastrais é possível conhecer de forma mais fidedigna a realidade das famílias de baixa renda do DF, de forma a desenvolver políticas públicas setoriais mais efetivas, em especial no que concerne à transferência de renda direta às famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita até R\$ 85,00 independente da composição

familiar) e pobreza (renda per capita entre R\$85,01 e R\$177,00 que possuam em sua composição crianças e adolescentes 173.923 famílias inseridas no Cadastro Único pelo Distrito Federal. Dessas 79.206 estão beneficiadas no Programa Bolsa Família, sendo que 60.712 são suplementadas no âmbito do programa DF sem Miséria.

Realização de ação de cadastramento/ atualização cadastral de 371 famílias da demanda reprimida do 156 com o maior número de ligações na Central 156.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**004 – PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE: Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças, Adolescentes e Juventude, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), SINASE e Estatuto da Juventude, promovendo seus direitos fundamentais.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	1	Construir 04 (quatro) unidades de internação (2016 – Unidade feminina do Gama; 2017 – Colônia Agrícola de Sobradinho; 2018 – Unidade de internação de Ceilândia; 2019 – Unidade de internação de Samambaia); (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	10			10	10,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	2	Capacitar os socioeducandos e acompanhar os egressos do Sistema Socioeducativo; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	3	Dar continuidade ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM com o objetivo de proteger crianças e adolescentes que se encontram em situação de ameaça de morte, bem como ampliar sua rede de atendimento; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	80			80	80,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	4	Implementar o Observatório Distrital dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	5	Construir 07 (sete) Conselhos Tutelares com sede própria até 2019; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	6	Implementar a Escola de Conselho com o objetivo de capacitar 100% dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito e Conselheiros da Juventude; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	20			20	20,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	7	Implementar o Programa Renda Jovem Cidadania; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS	4	8	Promover a formação técnico-profissional dos jovens do Distrito	100	%	ACUM	MAIOR,	90,7	53,33			53,33	53,3%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	FORTES			Federal por meio do Programa Jovem Candango e aumentar a sua rede de atendimento; (SECRIANÇA)				MELHOR						
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	9	Implantar 5 (cinco) Centros da Juventude, 2 (duas) Praças da Juventude e 5 (cinco) Polos de Estudo no Distrito Federal. (SECRIANÇA)	12	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	3			3	25,0%

### Análise Qualitativa

#### **1. Construir 04 (quatro) unidades de internação (2016 – Unidade feminina do Gama; 2017 – Colônia Agrícola de Sobradinho; 2018 – Unidade de internação de Ceilândia; 2019 – Unidade de internação de Samambaia). (SECRIANÇA);**

##### **2016**

No exercício de 2016 foram realizadas as etapas de instrução processual para a construção da Unidade de Internação Socioeducativa do Gama, com orçamento estimado em **R\$ 16.636.168,88 (dezesesseis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**. O objeto da contratação de empresa especializada para Construção e Equipagem da Unidade de Internação Feminina no Gama/DF, na forma do Edital da Concorrência Nº 01/2017-SECRIANÇA, foi realizado por meio do Processo nº 417.000.056/2016 e sua execução está prevista para início de junho 2017.

##### **2017**

Em 28 de junho de 2017 teve início a construção da Unidade de Internação Feminina do Gama. Atualmente a obra está em andamento com estimativa de 40% de execução. As outras Unidades ainda não tiveram suas obras iniciadas. Portanto, sendo a expectativa de quatro unidades, cada uma representando 25% da meta a ser atingida, pode-se dizer que apenas 10% da meta inicial foi executada.

#### **2. Capacitar os socioeducandos e acompanhar os egressos do Sistema Socioeducativo (SECRIANÇA);**

##### **2016**

Atualmente a SECRIANÇA divide em duas as políticas de capacitação de socioeducandos e as políticas para egressos. Para os socioeducandos, as políticas de capacitação são implantadas por meio de cursos e oficinas dentro das Unidades de atendimento (internação e semiliberdade), por meio de projetos e parcerias desenvolvidas pela Coordenação do Sistema Socioeducativo e instituições parceiras.

Quanto à política para egressos, havia um Projeto de Atendimento aos Egressos do Sistema Socioeducativo do DF, o qual se daria sob contratação de entidade especializada conveniada com o CDCA para o acompanhamento de 50 adolescentes egressos, por 12 meses. O projeto visava facilitar a transição entre o sistema socioeducativo e a vida comunitária e familiar, por meio da oferta de atividades culturais, esportivas, capacitação profissional, acompanhamento escolar, dentre outras. Contudo, devido intempéries administrativas e intersetoriais, quando da abertura do processo, o projeto foi arquivado, para que um novo plano de ação seja apresentado nos moldes sugeridos pelo CDCA, o que acarretou a interrupção desta ação até a data presente, com a política de acompanhamento de egressos permanecendo com o percentual de 0% (zero).

##### **2017**

Atualmente a SECRIANÇA divide em duas as políticas de capacitação de socioeducandos e as políticas para egressos. Para os socioeducandos, as políticas de capacitação são implantadas por meio de cursos e oficinas dentro das Unidades de atendimento (internação e semiliberdade), por meio de projetos e parcerias desenvolvidas pela Coordenação do Sistema Socioeducativo e instituições parceiras.

Quanto à política para egressos, havia um Projeto de Atendimento aos Egressos do Sistema Socioeducativo do DF, o qual se daria sob contratação de entidade especializada conveniada com o CDCA para o acompanhamento de 50 adolescentes egressos, por 12 meses. O projeto visava facilitar a transição entre o sistema socioeducativo e a vida comunitária e familiar, por meio da oferta de atividades culturais, esportivas, capacitação profissional, acompanhamento escolar, dentre outras. Contudo, devido intempéries administrativas e intersetoriais, quando da abertura do processo, o projeto foi arquivado, para que um novo plano de ação seja apresentado nos moldes sugeridos pelo CDCA, o que acarretou a interrupção desta ação até a data presente, com a política de acompanhamento de egressos permanecendo com o percentual de 0% (zero).

Importa ressaltar que há outro processo em tramitação para a contratação de entidade especializada no atendimento a egressos do Sistema Socioeducativo e, enquanto a contratação não se aperfeiçoa, a SECRIANÇA tem tomado as providências cabíveis para encaminhar os egressos aos programas de atendimento disponíveis, em especial o Jovem Candango.

### **3. Dar continuidade ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM com o objetivo de proteger crianças e adolescentes que se encontram em situação de ameaça de morte, bem como ampliar sua rede de atendimento (SECRIANÇA);**

**2016**

O Programa tem como objetivo prover a proteção integral e a convivência familiar de 50 pessoas, entre familiares e criança ou adolescente protegido no Distrito Federal e na RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (acrescido pelo Decreto Distrital Nº 35.485/2014), em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.069/90, do Decreto Federal nº 6.231/2007. Com isso, a SECRIANÇA tem conseguido incluir as crianças e adolescentes ameaçados que procuram a inclusão no programa através de sua entidade executora, pelas respectivas portas de entrada: Conselhos Tutelares, Ministério Público ou qualquer outro poder judiciário.

**2017**

O Programa tem como objetivo prover a proteção integral e a convivência familiar de 50 (cinquenta) pessoas, entre familiares e criança e/ou adolescente protegido no Distrito Federal e na RIDE (acrescido pelo Decreto Distrital Nº 35.485/2014), em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.069/90, do Decreto Federal nº 6.231/2007, com isso, tem conseguido incluir todas as crianças e adolescentes ameaçados que procuram a inclusão no programa através de sua entidade executora, pelas respectivas portas de entrada: Conselhos Tutelares, Ministério Público ou qualquer outro poder judiciário.

### **4. Implementar o Observatório Distrital dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude (SECRIANÇA);**

**2016**

O Observatório era um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do Programa Pacto pela Vida. Contudo, esse projeto não é mais prioridade no atual Governo e encontra-se arquivado.

**2017**

O Observatório era um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do Programa Pacto pela Vida. Contudo, esse projeto não é mais prioridade do Governo e encontra-se arquivado.

### **5. Construir 07 (sete) Conselhos Tutelares com sede própria até 2019 (SECRIANÇA);**

**2016**

Por motivos de prioridades de governo e falta de recursos orçamentários não foi realizada nenhuma ação relacionada a construção de Conselhos Tutelares, mas estamos trabalhando por meio de emenda parlamentar o projeto básico para a construção do Conselho Tutelar do Núcleo Bandeirante até 2019.

**2017**

Por uma escala de prioridades e por falta de recursos financeiros, nenhuma edificação destinada a Conselho Tutelar foi construída ou está em obras no momento.

## **6. Implementar a Escola de Conselho com o objetivo de capacitar 100% dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito e Conselheiros da Juventude (SECRIANÇA);**

**2016**

Em 2016 o projeto foi entregue ao CDCA e encontra-se em fase de sobrestamento para discussão em plenária, votação, liberação de verba do Fundo da Criança e do Adolescente e organização estratégica para a evolução do cronograma e direcionamento das próximas fases, foi liberado os recursos para construção da escola, estamos trabalhando nas mudanças necessárias no projeto básico junto ao CDCA.

**2017**

O Projeto regrediu, entretanto ainda está em análise para a implementação da Escola de Conselho.

## **7. Implementar o Programa Renda Jovem Cidadania (SECRIANÇA);**

**2017**

O Programa Renda Jovem de Cidadania tem por finalidade apoiar o jovem no desenvolvimento de sua autonomia pessoal, incentivar a permanência na escola, reduzir os determinantes das vulnerabilidades sociais e promover a participação cidadã para sua plena inserção social. Para tanto, deverá ser concedida, no âmbito do Programa, bolsa a jovens da rede pública de ensino do Distrito Federal, no valor mensal de R\$ 300,00. Como o programa prevê transferência de renda, foi solicitado orçamento para tal ação, no entanto, não houve dispensa de recurso para esta pasta o que inviabilizou a implementação do Programa.

**2017**

O Programa Renda Jovem de Cidadania tem por finalidade apoiar o jovem no desenvolvimento de sua autonomia pessoal, incentivar a permanência na escola, reduzir os determinantes das vulnerabilidades sociais e promover a participação cidadã para sua plena inserção social. Para tanto, deverá ser concedida, no âmbito do Programa, bolsa a jovens da rede pública de ensino do Distrito Federal, no valor mensal de R\$ 300,00. Como o programa prevê transferência de renda, foi solicitado orçamento para tal ação, no entanto, não houve dispensa de recurso o que inviabilizou a implementação do Programa.

## **8. Promover a formação técnico-profissional dos jovens do Distrito Federal por meio do Programa Jovem Candango e aumentar a sua rede de atendimento (SECRIANÇA);**

**2016**

O Brasília + Jovem Candango foi recepcionado pela SECRIANÇA por meio do Decreto 37.107, de 04 de fevereiro de 2016. Na época, 2028 aprendizes estavam contratados, e concluíram o Programa em setembro. Em outubro do ano corrente houve renovação dos contratos, e mais 1600 jovens iniciaram a formação técnico-profissional no mês de dezembro. Com isso, conseguiu-se atingir 90,7% da meta estabelecida – que era de 4 mil jovens. Havia a intenção de contratar 3 mil jovens na segunda edição do Programa, no entanto, devido ao decreto que limita o valor dos contratos em R\$ 10 milhões, não foi possível cumprir 100% da meta estabelecida.

**2017**

Conseguiu-se atingir 90,7% da meta estabelecida – que era de 4 mil jovens (2.028+1.600 = 3.628). Havia a intenção de contratar 3 mil jovens na segunda edição do Programa, no entanto, devido ao decreto que limita o valor dos contratos em R\$ 10 milhões, não foi possível cumprir 100% da meta estabelecida, ou seja, foram contratados apenas 1.600 dos 3.000 jovens, o que totalizou 53,33% da meta para esse ano de 2017.

## **9. Implantar 5 (cinco) Centros da Juventude, 2 (duas) Praças da Juventude e 5 (cinco) Polos de Estudo no Distrito Federal (SECRIANÇA).**

**2016**

A implantação dos 5 Centros de Juventude dependia de ações da NOVACAP, dentre elas, a finalização dos projetos executivos e a licitação das obras. No entanto, nenhuma das ações foi concretizada pela empresa pública, impedindo assim a concretização da ação. A implantação das Praças da Juventude dependia da finalização das obras que eram executadas pela



NOVACAP, porém tais obras não foram concluídas no prazo estabelecido. Sobre a implantação dos Polos de Estudo, cabe informar que foi solicitado orçamento, mas não houve dispensa de recurso para esta pasta, impedindo assim a concretização da ação.

#### 2017

Até o momento foram implantados um Centro de Juventude na Samambaia e dois Polos de Estudo - Estude Aqui – nas cidades Estrutural e Samambaia.

As Praças da Juventude ainda estão sendo construídas e nesta fase são de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e da TERRACAP. Após a conclusão das obras e entrega da edificação a gestão das Praças será desta Subsecretaria, a qual já possui o Plano de Trabalho, Guia Operacional e Edital de Chamamento Público para execução das atividades no referido equipamento, sendo essas as atribuições que cabem à SUBJUV.

Os recursos para construção de 5 Centros de Juventude foram devolvidos ao FUNDURB-SEGETH em 2017, devido a morosidade na confecção dos projetos executivos por parte da NOVACAP, após dois anos com os projetos paralisados, optou-se por devolver os recursos ao Fundo para que este subsidiasse projetos em fases mais avançadas. No entanto, foi reformada a unidade de Samambaia e inaugurado o Centro de Juventude da Samambaia em fevereiro de 2018.

Em 2017 não foram inaugurados polos de estudo – Estude Aqui – por falta de recursos financeiros. Cabe informar que foi solicitado orçamento, mas não houve dispensa de recurso para esta pasta, impedindo assim a concretização da ação

### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1401	TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF	%			60	100	70	100	85	90	Subproteca/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1402	TAXA DE CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA	%			60	80	80	80	90	100	Subproteca/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1403	TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS	%			20	76,94	40	65,93	60	80	COORPS / SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1404	TAXA DE CONSELHEIROS DA JUVENTUDE CAPACITADOS	%			50	9,09	80	0	50	80	Subjuv/SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1405	TAXA DE JOVENS ATENDIDOS NOS CENTROS DE JUVENTUDE DO DF	%			10	11,40	20	12,08	30	40	Subjuv/ Cadastro Único/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4

#### Justificativas 2016

**Indicador 1401** - Taxa de crianças de adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do DF- PPCAAM-DF, em 2016, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa.

**Indicador 1402** - Taxa de conselheiros Tutelares em formação, em 2016, 80% dos Conselheiros Tutelares (160 pessoas) passaram por formações vinculadas as suas funções. As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares, atingindo o contingente de 200 pessoas. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos conselheiros tutelares (40 pessoas) não participaram das capacitações.

**Indicador 1403** - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 76,94% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados. O que demonstra uma taxa superior ao que foi estabelecido.

**Indicador 1404** -Taxa de conselheiros da juventude capacitados - No ano de 2016, foram capacitados apenas os conselheiros distritais da juventude, 20 conselheiros, os quais foram eleitos em 2016. Não foi possível realizar a eleição dos 200 novos conselheiros territoriais da juventude devido à insuficiência de recursos.

**Indicador 1405** -Taxa de jovens atendidos nos Centros de Juventude do DF - Em números absolutos, a Subsecretaria da Juventude atendeu 35 mil jovens em programas e projetos direcionados para a juventude, deste total apenas 4 mil foram atendidos nos Centros de Juventude.

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1401** - Taxa de crianças e adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte do DF- PPCAAM-DF. Em 2017, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa.

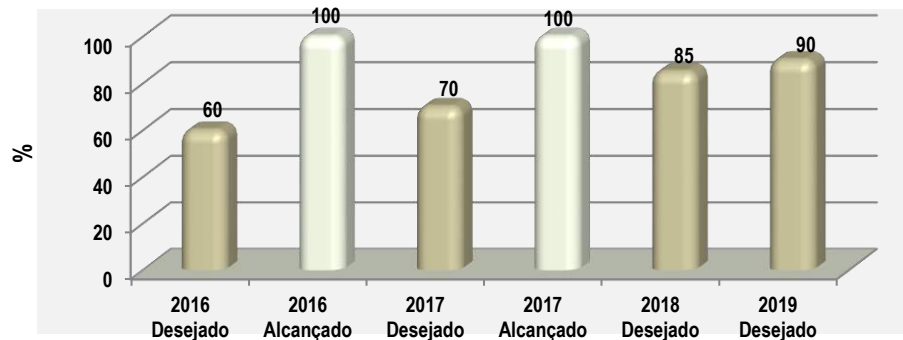
**Indicador 1402** - As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais), 20% dos conselheiros tutelares não participaram das capacitações.

**Indicador 1403** - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 65,93% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados.

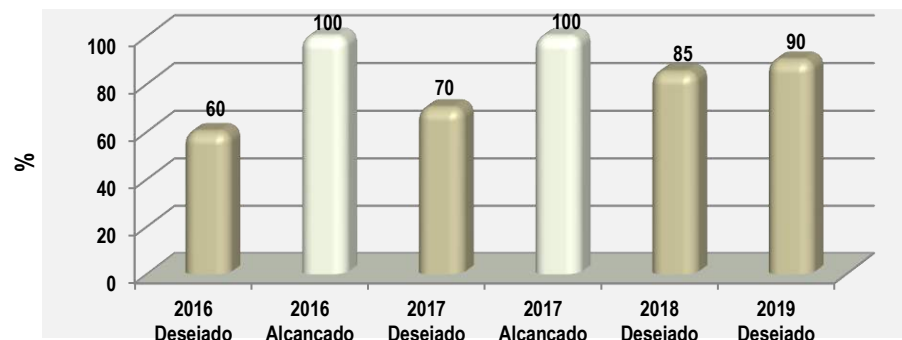
**Indicador 1404** - Informamos que tramita na Secriança o processo nº 417.002.324/2016 que tem como objeto o Termo de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura - UNESCO. Porém ainda não foi confirmada a liberação dos recursos financeiros.

**Indicador 1405** - Taxa de jovens atendidos nos Centros de Juventude do DF foi extraída do número total de jovens atendidos e dividido pelo número total de jovens atendidos pelos Centros e pelo #BoraVencer Profissionalizante, que realizou suas aulas nas dependências dos Centros de Juventude.

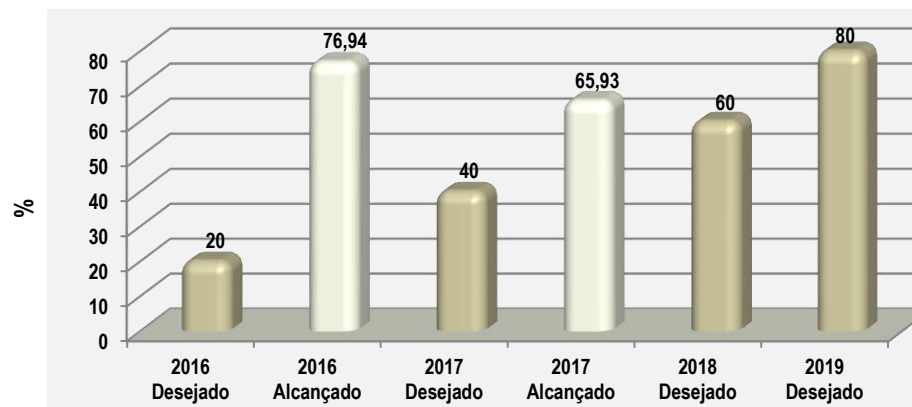
TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF



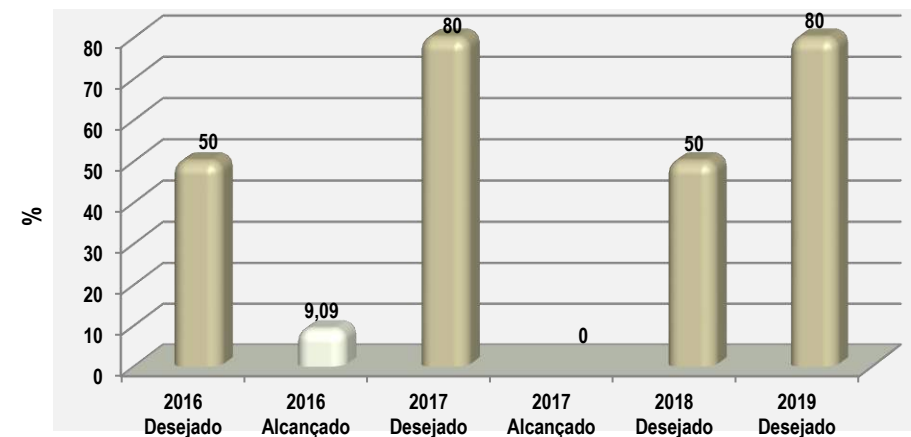
TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF



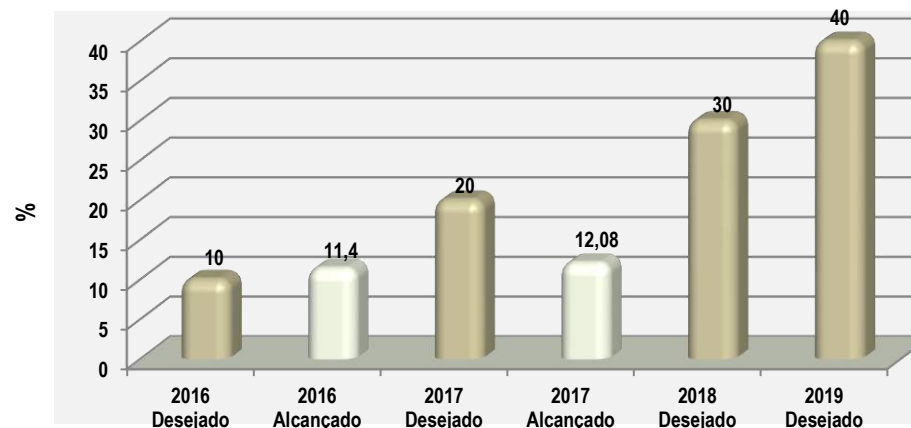
TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS



TAXA DE CONSELHEIROS DA JUVENTUDE CAPACITADOS



TAXA DE JOVENS ATENDIDOS NOS CENTROS DE JUVENTUDE DO DF



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	4	1	Criação do Observatório Distrital dos Direitos de Crianças, Adolescentes e Juventude: Constituição de sítio na internet que agregue informações, pesquisas e diagnósticos relativos a Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA)	51101	0	<b>2016 / 2017</b> O projeto não será concluído, pois se trata de um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública pelo programa pacto pela vida que não está sendo mais aplicado pela respectiva Secretaria.
6228	4	2	Enfrentamento e erradicação de todas as formas de trabalho infantil (SECRIANÇA)	51101	100	<b>2016</b> As proposições construídas pelo GT de Erradicação do Trabalho Infantil, anteriormente coordenado pela SECRIANÇA, estão sendo trabalhadas no âmbito da Ação Civil Pública, coordenadas por um Juiz do Trabalho. Ao final de 2016 foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a Retomada das atividades do Grupo de Trabalho, em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango (coordenado pela SECRIANÇA) para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural. Ações de mobilização ao trabalho <b>2017</b> As proposições construídas pelo GT de Erradicação do Trabalho Infantil, anteriormente coordenado pela SECRIANÇA, estão sendo trabalhadas no âmbito da Ação Civil Pública, processo 0000117-64.2012.5.10.002, coordenadas pelo Juiz

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						do Trabalho GUSTAVO CARVALHO CHEHA. Ao final de 2016 foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a Retomada das atividades do Grupo de Trabalho, em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango (coordenado pela SECRIANÇA) para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural. Ações de mobilização ao trabalho infantil no CEASA.
6228	4	3	Criação do Fundo da Juventude com o objetivo de prever recursos para a execução de projetos destinados ao fomento da Política de Juventude (SECRIANÇA)	51101	0	<b>2016 / 2017</b> A dinâmica estabelecida pela SECRIANÇA foi inserir o Fundo Distrital de Juventude no mesmo documento do Plano Distrital de Juventude. Este documento está sendo construído, desde dezembro de 2016, por meio do Comitê Intragovernamental Permanente de Acompanhamento e Articulação das Ações de Juventude. No entanto, demanda-se tempo na sua elaboração, pois envolve consultas públicas aos jovens de todo o DF. Além disso, para a construção do Plano não foi liberada dotação orçamentária, o que prejudica a sua construção.
6228	4	4	Construir os Centros de Juventude com orçamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB/SEDHAB (SECRIANÇA)	51101	0	<b>2016</b> A construção dos Centros de Juventude dependia da finalização dos projetos executivos e da licitação das obras por parte da NOVACAP. No entanto, nenhuma das ações foi realizada, impedindo assim, o acesso aos recursos do FUNDURB. <b>2017</b> Os recursos para construção de 5 Centros de Juventude foram devolvidos ao FUNDURB-SEGETH em 2017, devido a morosidade na confecção dos projetos executivos por parte da NOVACAP, após dois anos com os projetos paralisados, optou-se por devolver os recursos ao Fundo para que este subsidiasse projetos em fases mais avançadas.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Dentro do Sistema de Garantia de Direitos os Conselhos Tutelares desempenham uma função estratégica: a de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

No ano de 2016, 76,48% das denúncias recebidas por meio dos canais disque 100, plantão da SECRIA-DF-DF (CISDECA), ouvidoria ou por procura espontânea nos Conselhos Tutelares foram encaminhadas e/ou solucionadas. Compreende-se a partir da legislação vigente que o Conselho Tutelar é porta de entrada do Sistema de Garantia de Direitos, órgão que aciona a rede de proteção para a efetivação dos direitos. Os casos não encaminhados e/ou solucionados estão sendo apurados pela Comissão de Ética dos Conselhos Tutelares e pela SECRIANÇA. A maioria das demandas não solucionadas diz respeito a casos encaminhados de forma errada ou falhas na apuração do caso.

Além dos Conselhos Tutelares, a fim de garantir o Sistema de Garantia de Direitos, contamos também com:

O Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte PPCAAM, instituído pelo Decreto 34.142/2013, tem a finalidade de manter a integridade física e a vida de crianças e adolescentes expostos a grave ameaça que podem estar envolvidos em redes de tráfico e de exploração sexual. Busca conciliar a proteção do direito à vida e a garantia dos demais direitos

específicos, com convivência familiar e comunitária e com acesso a serviços e programas públicos. Sob a Coordenação da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude foi assumida a política de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como a Coordenação do Conselho Gestor e do Programa PPCAAM.

A Cartilha dos Direitos traz um resumo dos principais assuntos ligados aos direitos da criança e do adolescente com linguagem adaptada e simples para que todos possam entender e saber como buscar ajuda quando precisar. O projeto, que é uma articulação da rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e conta com o apoio técnico aos Conselhos Tutelares, tem por objetivo promover diálogo, estabelecer fluxos e incidir nas lacunas da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, tendo como referência a diretriz estratégica de atuação do Conselho Tutelar.

O Comitê de Proteção da Criança e do Adolescente para grandes Eventos instituído no Distrito Federal o (Decreto nº 34.301, de 22 de abril de 2013). O Comitê de Proteção foi criado como um dispositivo intersetorial e integrado para a proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes durante os megaeventos. Constituído com a participação de Secretarias de Estado, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF – CDCA e da sociedade civil na perspectiva de construir e potencializar estratégias conjuntas para o enfrentamento de violações de direitos de crianças e adolescentes que tendem a se acentuar nesses contextos.

A Biblioteca Virtual no portal da SECriança consiste na compilação de documentos, legislações nacionais e normativas internacionais que compõe a política de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, disponíveis no site da SECriança. Funciona como uma ferramenta de utilidade pública de formação e pesquisa.

Serviço 24 horas do Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CRCA que tem como finalidade receber denúncias referentes à violação de direitos de crianças e de adolescentes e de acionar os Conselhos Tutelares, bem como outros órgãos de competência, de modo a dar celeridade ao atendimento das denúncias. O CRCA monitora os casos recebidos e o funcionamento é ininterrupto, inclusive aos finais de semana e feriados.

No que se refere à juventude do Distrito Federal, o exercício de 2016 representou um marco, pois diversas políticas públicas direcionadas a este público puderam ser executadas. Com os projetos realizados pela SECRIANÇA foi possível atender diretamente cerca de 40 mil jovens, o que nos aproxima de atingir o objetivo de incluir, emancipar e proporcionar aos jovens de Brasília um cenário propício para o seu desenvolvimento e protagonismo. Todos os projetos desenvolvidos pela SECRIANÇA têm como alicerce os preceitos da Política Distrital de Atenção ao Jovem que norteiam a elaboração e a execução de políticas públicas assertivas para a juventude, e os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Juventude.

As crianças, os adolescentes e os jovens compõem uma importante parcela da população total do Distrito Federal, o que torna imprescindível a formulação e execução de políticas públicas assertivas e direcionadas. Portanto, não podem ser encaradas apenas como uma fase de transição para a vida adulta e, em especial, quando se trata de um território marcado por desigualdades no acesso às oportunidades, como o DF. Nesse caso, trata-se de uma fase determinante na construção de trajetórias autônomas em vários sentidos, seja o econômico, o social, o cultural ou o político, fato que pode transformar a realidade de uma região.

Diante da realidade do Distrito Federal, a SECRIANÇA, em parceria com os demais órgãos do Governo e com a sociedade civil, tem a árdua tarefa de formular, executar e articular ações que assegurem os direitos, promovam a melhoria das condições de vida e estimule o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens, por meio do acesso à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, assistência social, promoção da cidadania, garantia dos direitos sociais, qualificação e inserção profissional, prevenção do uso de drogas ilícitas, controle da reincidência de atos infracionais e da letalidade, estímulo a participação cidadã e à ação comunitária.

Para tanto, a SECRIANÇA possui projetos que asseguram o estímulo ao protagonismo. Em 2017, as políticas públicas de juventude atingiram 60.211 jovens, por meio de projetos como: #BoraVencer, Centros de Juventude, Brasília + Jovem Candango, Mês da juventude e atividades pontuais.

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Dentro do Sistema de Garantia de Direitos os Conselhos Tutelares desempenham uma função estratégica: a de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Os Conselhos Tutelares materializam a participação popular, representando a sociedade civil na política e na atenção a população. Com base na atuação comunitária, as ações dos Conselheiros Tutelares são voltadas à exigibilidade dos direitos previstos na legislação e na materialização dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Conselho Tutelar é serviço público de natureza essencial e permanente, sendo imprescindível ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Atualmente, de acordo com a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, temos 40 Conselhos Tutelares no Distrito Federal, totalizando 200 Conselheiros. Eles encontram-se vinculados administrativamente à SECRIANCA-DF. Todos os Conselhos tutelares do DF contam com equipe técnica administrativa, carro, sede, telefone e internet.

Qualquer pessoa pode ter atendimento do Conselho Tutelar pelo telefone do Conselho Tutelar ou indo diretamente ao Conselho Tutelar.

As denúncias também podem ser feitas por meio dos seguintes órgãos:

- 1) Plantão 24h CISDECA, pelos telefones (61) 3234-8555 e (61) 3234-2876ou e-mail [crcaplantao@crianca.df.gov.br](mailto:crcaplantao@crianca.df.gov.br);
- 2) Disque 100. Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República;
- 3) Ouvidoria geral do GDF via telefone 162;
- 4) Portal SIPIA/CT/WEB, por meio do Link [www.sipia.gov.br](http://www.sipia.gov.br).

Todas as denúncias que forem realizadas a esses órgãos, serão encaminhadas ao Conselho Tutelar mais próximo da residência da criança ou adolescente que está com os direitos violados.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**005 – PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS, ATENÇÃO INTEGRAL E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS: Promover a conscientização da população, a prevenção do uso de álcool e outras drogas, a inserção social dos usuários, com foco na promoção da saúde, prevenção e tratamento, atenção psicossocial integral, redução de danos, reestabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a inserção no mundo do trabalho.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	1	Qualificar o serviço de Consultório na Rua em funcionamento na RA I – Brasília, na modalidade III, para trabalhar junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas, com a estratégia de redução de danos; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	2	Realizar a inserção social de 500 pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas e que encontram em situação de rua, até 2019, dentre	500	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	104			104	20,8%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
				cerca de 1.000 pessoas de 4 regiões administrativas do DF (Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Gama), engajadas nas atividades do programa "Cuidando da Vida", mediante ações intersetoriais articuladas de oferta de moradia social, inserção no mundo do trabalho, atendimento integral à saúde, redução de danos, acesso a cultura, esporte e lazer, facilitação do acesso às políticas de assistência social e auxílio à construção de projetos de vida; (SEDESTMIDH)										
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	3	Capacitar 270 atores em "tratamento comunitário" para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários e usuários, além de promover a aproximação entre a universidade, o poder público e a comunidade, dentro do "Programa Crack é Possível Vencer"; (SEDESTMIDH)	270	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	7	50			57	21,1%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	4	Capacitar 270 atores em "tratamento comunitário" para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	270	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	X	X	X	X	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	5	Ministrar palestras para 30.000 alunos por ano; (SEJUS)	120.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	20.155	21.000			41.155	34,3%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	6	Consultoria didática para 72 escolas por ano; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	288	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	7	Realizar 01 evento esportivo (caminhada, corrida ou outra atividade), com disponibilização de informações de prevenção do uso de drogas por ano; (SEJUS)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	1			2	50,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	8	Atender ou prestar serviços de informação para 1.000 famílias por ano; (SEJUS)	4.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1.041	1.020			2.061	51,5%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	9	Alcançar 500.000 pessoas por meio de vídeos de conscientização; (SEJUS)	500.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	1.500			1500	0,3%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	10	Distribuir 100.000 cartilhas informativas por ano; (SEJUS)	400.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	47.866	3.000			50.866	12,7%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	11	Atender ou prestar serviços de reinserção para 1.000 dependentes químicos e profissionais da área por ano; (SEJUS)	4.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	898	0			898	22,5%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	12	Implantar 02 novos Conselhos Regionais por ano; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	13	Credenciar 25 novos Entes e Agentes Antidrogas por ano; (SEJUS)	100	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	13	8			21	21,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	14	Disponibilizar 500 leitos para atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, com aumento de 5% nos anos seguintes; (SEJUS)	579	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	316	316			316	54,6%



COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	15	Apoiar projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	16	Instalar 7 Conselhos Distritais/Regionais de Políticas sobre Drogas. (SEJUS)	7	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

### Análise Qualitativa

#### **1. Qualificar o serviço de Consultório na Rua em funcionamento na RA I – Brasília, na modalidade III, para trabalhar junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas, com a estratégia de redução de danos (SEDESTMIDH);**

2016

Esta ação está dentro do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, no entanto, é uma ação desenvolvida pela Secretaria de Saúde.

2017

Está ação está dentro do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, no entanto, é uma ação desenvolvida pela Secretaria de Saúde.

#### **2. Realizar a inserção social de 500 pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas e que encontram em situação de rua, até 2019, dentre cerca de 1.000 pessoas de 4 regiões administrativas do DF (Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Gama), engajadas nas atividades do programa “Cuidando da Vida”, mediante ações intersetoriais articuladas de oferta de moradia social, inserção no mundo do trabalho, atendimento integral à saúde, redução de danos, acesso a cultura, esporte e lazer, facilitação do acesso às políticas de assistência social e auxílio à construção de projetos de vida (SEDESTMIDH);**

2016

O Projeto cuidando da vida é uma parceria com o Ministério da Justiça, que tem como público pessoas em situação de rua, usuárias de álcool, crack e outras drogas, e será executado no Distrito Federal, no que compete a área de assistência social pela Secretaria em parceria com a Organização Sociedade Civil - OSC - NAMASTÊ, com objetivo de atender 200 pessoas na Região Administrativa de Brasília, a partir de 2017. No entanto, a proposta do projeto são ações intersetoriais que serão desenvolvidas por outras Secretarias do DF.

As regiões de Taguatinga e Ceilândia serão atendidas pela Secretaria de Justiça e Cidadania. A RA do Gama ainda não tem definição de qual órgão irá desenvolver o projeto.

2017

O Projeto cuidando da vida está sendo executado em parceria com a Organização Sociedade Civil - OSC - NAMASTÊ, com a meta de atendimento de 200 pessoas na Região Administrativa de Brasília até o fim do projeto em 2018. Em 2017, foram atendidas 104 pessoas. As regiões de Taguatinga e Ceilândia serão atendidas pela Secretaria de Justiça e Cidadania. A RA do Gama ainda não tem definição de qual órgão irá desenvolver o projeto.

#### **3. Capacitar 270 atores em “tratamento comunitário” para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários e usuários, além de promover a aproximação entre a universidade, o poder público e a comunidade, dentro do “Programa Crack é Possível Vencer” (SEDESTMIDH);**

2016

Foi realizado em novembro de 2016, Curso de Extensão em Tratamento Comunitário promovido pela Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS/SEDF), com participação 7 servidores da proteção social especial entre cuidadores sociais e especialistas.

2017

Foi realizado, em março de 2017, um curso de extensão "Vulnerabilidades Sociais e Redes de Proteção Comunitária" com 120 horas com a participação de 50 profissionais, executado pela SEDESMIDH em parceria com a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

**4. Capacitar 270 atores em "tratamento comunitário" para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários (SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Em 2016, 03 servidores da SEJUS participaram do Curso de Tratamento Comunitário do Centro Regional de Referência - CRR da Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal – ESCS.

Alguns fatores dificultaram a consecução da capacitação em tratamento comunitário, entre os quais, mudanças dos gestores da SEJUS a partir do mês de maio de 2016 e o quadro reduzido de servidores do Conselho de Política sobre Drogas – CONEN, que conta apenas com 02 servidores para atendimento às diversas demandas da Secretaria-Executiva.

Apesar das adversidades que incluem ausência de estrutura física adequada e de recursos humanos e materiais, o Colegiado conseguiu desempenhar a contento suas atribuições legais por meio da promoção de fiscalizações e orientações nas Comunidades Terapêuticas, buscando-se alternativas para melhor capacitá-las a desenvolverem suas atividades de acordo com as exigências legais.

**5. Ministras palestras para 30.000 alunos por ano; (SEJUS)**

2016

A SEJUS conseguiu alcançar a Meta nº 05 em 16,7% considerando a meta para os quatro anos do PPA e 67% para 2016, o que representa, em valores absolutos, mais de 20.100 alunos alcançados por palestras em 2016. Entraves como o desenvolvimento de trabalhos sem recursos financeiros, mudança de gestão em maio/2016, ausência de registro das atividades desenvolvidas durante os meses de abril e maio de 2016, foram elencados como impeditivos para o alcance dos 100% da meta estabelecida (30 mil/12 meses).

2017

A SEJUS alcançou em 2017 uma média de 21.000 alunos de áreas de maior vulnerabilidade social do Distrito Federal. Por meio dos Mutirões da Criança e da Cidadania ocorridos nas escolas, foi possível democratizar informações relacionadas com o uso e abuso de drogas. O recurso mais utilizado na oportunidade foram palestras. Importante salientar que a escassez de recursos financeiros e as constantes alternâncias de gestores em cargos estratégicos geraram dificuldades para uma melhor execução da meta.

**6. Consultoria didática para 72 escolas por ano; (SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Esta ação faz parte do projeto "Curtição Sim, Drogas Não", criado em 2015 por esta SEJUS e interrompido em 2016 por razões de irregularidades encontradas no Processo. Além disso, trata-se de uma ação que deveria ter sido realizada em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Deste modo esta Secretaria solicitará a retirada da Meta nº 06 por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG, nos termos da Lei nº 5.0602/2015 do PPA 2016/2016.

**7. Realizar 01 evento esportivo (caminhada, corrida ou outra atividade), com disponibilização de informações de prevenção do uso de drogas por ano (SEJUS);**

2016

Foi realizada a 1ª Caminhada de Prevenção às Drogas pela Cultura da Paz, em 26 de junho de 2016, no Eixão Sul de Brasília, em comemoração ao Dia Internacional de Combate ao Uso e ao Tráfico de Drogas. Este evento levou muita gente às ruas para lembrar a importância de prevenir e tratar o uso de entorpecentes e preservar a saúde, mantendo-se longe do mundo das drogas. Contou ainda com a presença de autoridades governamentais, líderes comunitários, artistas, estudantes e público em geral.

Durante a ação, a Secretaria de Justiça e Cidadania divulgou seus programas de enfrentamento ao uso de drogas. Na oportunidade, houve distribuição de material informativo, dicas de nutrição e treino, aferição de pressão e glicemia, avaliação física, e sorteio de brindes.

**2017**

Foi realizado um campeonato de futebol no projeto "Mutirão da Criança" que ocorreu no Paranoá, no dia 21 de outubro de 2017. A programação entrou no calendário do mês das crianças e oportunizou ao público-alvo um ambiente recreativo e também reflexivo já que um dos principais motes do projeto abordou as questões relacionadas à Também ocorreram atividades voltadas para a promoção da cidadania e da integração social entre as famílias envolvidas e o poder público, tendo como objetivo principal a prevenção ao uso de drogas, com uma linguagem acessível, considerando a faixa etária dos participantes. A SEJUS também aproveitou a oportunidade para reforçar informações de combate ao tráfico de pessoas, e de apoio às pessoas vítimas de violência.

#### **8. Atender ou prestar serviços de informação para 1.000 famílias por ano (SEJUS);**

**2016**

"Ame, mas não Sofra", programa criado para orientar famílias de dependentes químicos, conseguiu atuar na prevenção ao abuso de drogas por meio de diversas ações como a Unidade de Apoio (onde são prestadas orientações individuais às famílias), o Curso de Multiplicadores Sociais (mix de palestras de especialistas com depoimentos e grupos de apoio) e a Unidades Itinerantes (com terapia comunitária e palestra nas RA's do Distrito Federal).

O resultado, por ação corresponde a 438 participantes formados em duas edições do Curso de Multiplicadores Sociais; 494 atendimentos realizados pela Unidade de Apoio, e 109 pessoas beneficiadas nas Unidades Itinerantes, o que permitiu ultrapassar a meta nº 08 em 4% relativa à quantidade de atendimento anual proposta.

**2017**

A Secretaria de Justiça e Cidadania criou, em 2017, o Núcleo de Atendimento Psicossocial às Famílias para realizar atendimentos e informar/empoderar os familiares de indivíduos que fazem uso nocivo de álcool e outras drogas. Nos meses de janeiro a março foram realizadas rodas de conversa com o objetivo de informar aos familiares sobre assuntos correlatos à temática de drogas. Em média, 100 famílias passaram por esse atendimento. Realizou-se, ainda, palestras de orientação aos pais de alunos de escolas do Distrito Federal e uma ação/homenagem dirigida às mães foi executada na Rodoviária do Plano Piloto. Estes eventos alcançaram uma média de 920 famílias.

#### **9. Alcançar 500.000 pessoas por meio de vídeos de conscientização (SEJUS);**

**2016**

Tendo em vista que os recursos constantes do Convênio nº 57/2013 (destinados à produção de vídeos de conscientização sobre o uso de droga), não puderam ser utilizados em razão da necessidade de alteração do Plano de Trabalho do referido Convênio, não foi possível alcançar as 500 mil pessoas por meio da produção dos vídeos educativos/informativos. Tal Convênio, celebrado entre o Fundo Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, encontra-se registrado no SICONV. O novo Plano de Trabalho aguarda aprovação do Ministério da Justiça para a execução das metas, que inclui, a contratação de empresa para a criação e produção de 12 vídeos de 30 segundos para campanha em cinemas, TV, rádio, internet e/ou outros meios de comunicação, de conscientização sobre o papel da família na prevenção e recuperação contra as drogas.

**2017**

Tendo em vista que os recursos constantes do Convênio nº 57/2013 (destinados à produção de vídeos de conscientização sobre o uso de droga) não puderam ser utilizados em razão da necessidade de alteração do Plano de Trabalho do referido Convênio, não atingiu a quantidade prevista de pessoas em 2017 com a produção dos vídeos educativos e informativos tratados nesta meta. Informe-se que o convênio, celebrado entre o Fundo Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, encontra-se registrado no SICONV e o novo Plano de Trabalho aguarda aprovação do Ministério da Justiça para a execução das metas, que inclui a contratação de empresa para a criação e produção de 12 vídeos de 30 segundos para campanha em cinemas, TV, rádio, internet e/ou outros meios de comunicação. A temática dos vídeos abrange assuntos de conscientização sobre o papel da família na prevenção e recuperação contra as drogas.

A despeito destas questões, foi possível realizar o Mutirão da Criança no Paranoá, dia 21 de outubro de 2017, e na Ceilândia, dia 28 de outubro de 2017, em referência ao mês das crianças, que contou com um público de 1.500 crianças. Neste evento, foi possível reproduzir vídeos de prevenção ao uso de drogas por meio de uma parceria com o PROERD/PMDF.

## **10. Distribuir 100.000 cartilhas informativas por ano; (SEJUS)**

**2016**

A Prevenção ao Uso de Drogas distribuiu 22.626 cartilhas informativas em 90 instituições educacionais e nos teatros de fantoches do projeto intitulado: Aprendendo a Dizer Não. O projeto Ame, mas não Sofra também distribuiu 5.240 cartilhas e folders informativos nas ações de apoio às famílias. Informe-se que não houve contrato em 2016 para a produção de material gráfico confeccionado pela própria SEJUS (folders e cartilhas). O material distribuído a que se refere a Meta nº 10 foi fornecido pelo SENAD, restando prejudicado o alcance da meta.

**2017**

Não houve contrato em 2017 para a produção de material gráfico confeccionado pela própria SEJUS (folders e cartilhas). Assim, foram distribuídas cartilhas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD/MJ nos eventos que a Secretaria de Justiça e Cidadania realizou e participou como parceira. Uma média de 3 mil cartilhas informativas foi distribuída em diversas ações organizadas pela Sejus ou que contaram com a sua participação.

## **11. Atender ou prestar serviços de reinserção para 1.000 dependentes químicos e profissionais da área por ano (SEJUS);**

**2016**

Foram prestados serviços contínuos de acolhimento (na modalidade internação, em regime de residência) a 898 pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. As parcerias renovadas entre esta Secretaria de Estado e as comunidades terapêuticas Abba Pai, Caverna de Adulão, Instituto Crescer, Renovando a Vida e ONG Salve a Si foram formalizadas por meio de Contratos, com vigência até o Exercício/2016. A SEJUS lançou o Edital de Credenciamento nº 001/2016, publicado no DODF nº 164, de 30 de agosto de 2016, com vistas à seleção de novas entidades para a prestação serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso de drogas.

**2017**

Em 2013, iniciou-se uma parceria SEJUS/SENAD com vistas à reinserção de dependentes químicos no âmbito das comunidades terapêuticas, entretanto, em razão de as metas propostas no Plano de Trabalho não estarem compatíveis com a realidade de execução do projeto, a SEJUS propôs alteração das metas na oportunidade à SENAD (ente concedente do recurso). Ressalte-se que o referido Plano não foi autorizado por aquela Secretaria, para a descontinuidade das ações inicialmente pactuadas. Durante o exercício/2017, as alterações propostas no Plano de Trabalho não tiveram andamento realizadas em razão de frequentes mudanças de gestão à frente desta Pasta o que impossibilitou o atingimento da Meta 11.

## **12. Implantar 02 novos Conselhos Regionais por ano; (SEJUS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Tendo em vista a similitude da Meta nº 12 com a de nº 16, será solicitada manifestação ao Conselho de Políticas sobre Drogas – CONEN para que opte por sua retirada (caso entenda tratar-se do mesmo objeto), ou pela sua manutenção. Sobre o alcance desta meta, a SUBJUSPRED tratou de detalhar a avaliação logo mais adiante, na Meta 16.

## **13. Credenciar 25 novos Entes e Agentes Antidrogas por ano (SEJUS);**

**2016**

Em 2016, por meio do Conselho de Políticas sobre Drogas, foram realizadas aproximadamente 15 visitas de orientação, fiscalização e averiguação das condições para concessão ou renovação de registro no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal. Também houve a celebração de novos contratos com as Comunidades Terapêuticas - CTs, o que possibilitou o aumento de 5 para 13 CTs contratadas.

**2017**

Tendo em vista que o credenciamento dos entes é válido por três anos, e que em 2017 o Conselho de Políticas sobre Drogas credenciou oito delas, a SEJUS solicitará, em momento oportuno, a adequação da Meta nº 13 para a seguinte redação: "Credenciar 8 Novos Entes e Agentes Antidrogas por Ano". O objetivo é compatibilizar as metas propostas neste PPA com a realidade de ações promovidas pela Secretaria de modo que a fiscalização, orientação e averiguação das condições para concessão e renovação de registro no cadastro de entes e agentes antidrogas do DF estejam em conformidade com a meta apresentada.

#### **14. Disponibilizar 500 leitos para atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, com aumento de 5% nos anos seguintes (SEJUS);**

**2016**

Em 2016, por meio do Conselho de Políticas sobre Drogas – CONEN, houve a celebração de novos contratos com comunidades terapêuticas, o que aumentou de 5 para 13 o número de entidades contratadas. Deste modo, foi possível ampliar a quantidade de leitos de 152 para 316, destinados a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Com o fim de alcançar a Meta nº 14, o CONEN/DF realizou 09 reuniões ordinárias e 30 atendimentos presenciais e 200 telefônicos a representantes das Comunidades Terapêuticas; liderou reuniões com os representantes das CT's para esclarecimento de dúvidas acerca dos contratos com a SEJUS; organizou 02 reuniões para a elaboração da minuta de edital de credenciamento para contratação de vagas em CT's; promoveu 20 visitas para a concessão de registro e/ou apuração de denúncias e 02 rodas de conversas entre a CT's e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPSAD.

**2017**

Em outubro de 2017 foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Chamamento Público nº. 01/2017-FUNPAD/DF, entretanto, não houve celebração dos Termos de Colaboração tendo em vista a insuficiência de recursos orçamentários para cobrir as despesas para ampliação das vagas/leitos com fins de acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

Parcerias da SEJUS com entes privados possibilitaram que o Fundo Antidrogas do Distrito Federal - FUNPAD executasse o referido acolhimento em regime de residência. E, durante o ano, foi pleiteada a ampliação da capacidade de atendimento e de custeio para 400 vagas por mês, conforme previsto no Plano Plurianual 2016/2019, ao custo de R\$ 1.000,00/vaga.

Durante o exercício 2017 foram custeados, com recursos do Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD, 316 vagas/leitos para dependentes químicos, e o compromisso do FUNPAD/SEJUS é ampliar a quantidade de vagas para 500 em 2018, compreendendo-se que ainda se trata de um número pequeno de cobertura, se levarmos em conta a demanda por internação nas comunidades terapêuticas e consequente necessidade de ampliação do serviço.

#### **15. Apoiar projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas (SEJUS);**

**2016**

A SEJUS apoiou em 2016 o projeto “Ame, mas não Sofra” o qual engloba ações direcionadas às famílias de dependentes químicos, atendimento multidisciplinar de equipe formada de psicólogo e assistente social, seminário de multiplicadores de ações sociais de apoio às famílias e rodas de terapia comunitária, com foco nas ações:

- a) Preventiva: apoio às famílias dos dependentes;
- b) Multiplicadora: realização de seminários para disseminação de informações e formação de multiplicadores;
- c) De Apoio: foi criada uma Unidade de Apoio às famílias para promover acolhimento e informação, com sede na SEJUS, localizada no SAIN Estação Rodoferroviária, Térreo;
- d) Interativa: a Secretaria criou o canal de comunicação com as famílias por meio do endereço eletrônico [amemasnaosofra@sejus.df.gov.br](mailto:amemasnaosofra@sejus.df.gov.br) e da página do Projeto no site da SEJUS: <http://www.sejus.df.gov.br/projetos/ame-mas-nao-sofra>.

**2017**

A SEJUS apoiou até o primeiro semestre de 2017 o projeto “Ame, mas não Sofra” com ações dirigidas às famílias de dependentes químicos. Além disso, realizou ações continuadas de prevenção ao uso de drogas e às violências em escolas públicas do Distrito Federal e criou o Núcleo de Atendimento Psicossocial às Famílias visando prestar acolhimento e orientação às famílias de dependentes de substâncias psicoativas visando a conscientização sobre a codependência.

## 16. Instalar 7 Conselhos Distritais/Regionais de Políticas sobre Drogas. (SEJUS)

2016

Sobre a criação dos Conselhos Regionais a PGDF apresentou à SEJUS algumas manifestações para explicitar alguns pontos da minuta do decreto. A Procuradoria enumerou algumas questões a serem dirimidas para que melhor compreenda a formatação que a minuta do diploma ora em análise pretende emprestar aos CONRED's: Sobre a legitimidade para a criação dos Conselhos - art. 1º; Sobre a natureza privada dos CONRED's – art. 7º; Sobre o sentido da expressão “cooperação voluntária” – art. 7º; Forma de custeio dos Conselhos; Criação de assessoria Jurídica para os CONRED's. A AJL da SEJUS respondeu aos questionamentos feitos pela PGDF e encaminhou os autos ao CONEN para atendimento do teor do parecer da Procuradoria.

2017

Para a instalação dos Conselhos Distritais/Regionais de Políticas sobre Drogas são necessárias parcerias que envolva a participação de outros órgãos públicos como as Administrações Regionais, por exemplo, por meio da cessão de espaços físicos para as referidas instalações. Foi autuado o processo nº 400.001.290/2015 Não foi possível estabelecer essas parcerias por ausência de espaços físicos nas RA's, razão pela qual não foi possível a criação dos CONRED's também durante o Exercício/2017.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1406	COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS	%			45	-	65	12,5	75	80	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1407	INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA	%			5	-	18	15	35	53	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1408	INSERÇÃO HABITACIONAL	%			10	-	20	50	30	37	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1668	ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS	PESSOA	0	31/12/2016	30.000	18.961	30.000	25.000	30.000	30.000	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
1669	FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)	FAMÍLIA	0	31/12/2016	1.000	1.341	200	120	200	200	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
1670	DEPEDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL	PESSOA	0	31/12/2016	1.000	898	400	316	400	400	SEJUS / UO 44101 / OE 5

### Justificativas 2016

**Indicador 1406** - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida.

**Indicador 1407** - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida

**Indicador 1408** - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida.

**Indicador 1668** - O índice foi alcançado através da articulação de ações integradas nas diversas áreas (saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer) de modo a garantir a intersetorialidade da Política sobre Drogas; através do projeto escola compartilhada. Que tem como objetivo e missão de desenvolver e coordenar as políticas sobre drogas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de diversos alunos em escola pública e particular.

**Indicador 1669** - A superação da meta foi conquistada em virtude do programa de informação, apoio e orientação as famílias de dependentes químicos e de preservação ao abuso de drogas, por meio da unidade de apoio no qual são prestadas orientações individuais às famílias; curso de multiplicadores sociais, composto por palestras de especialistas, depoimentos de grupos de apoio. Realizadas campanha virtual prevenção da Rede, cartazes com intuito de sensibilizar as famílias p. o seu papel na prevenção das drogas.

**Indicador 1670** - O índice foi alcançado, não como se pretendia. Mas, dentro geral foi bastante satisfatório. Garantiu a implementação, efetivação e melhoria do programa, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida.

## **Justificativas 2017**

**Indicador 1406** - O projeto conta atualmente com 5 usuários frequentando o CAPS AD. Ressaltamos que outras pessoas buscaram nesse período tratamento para a superação de sofrimento relacionado ao abuso de substâncias. No entanto, ainda estão em processo de mobilização ou vinculação aos CAPS AD e não foram quantificados nessa etapa.

**Indicador 1407** - Um dos principais motivos do atraso no cumprimento desta meta foi a extinção do PRONATEC Pop Rua, que seria a grande via de capacitação e profissionalização dos parceiros do Projeto Cuidando da Vida. Para buscar novas estratégias de inclusão das pessoas no mundo do trabalho, foi realizada supervisão com Léo Pinho, financiada pela FIOCRUZ, no dia 29/08, para discutir a construção de uma incubadora de empreendimentos para a população em situação de rua.

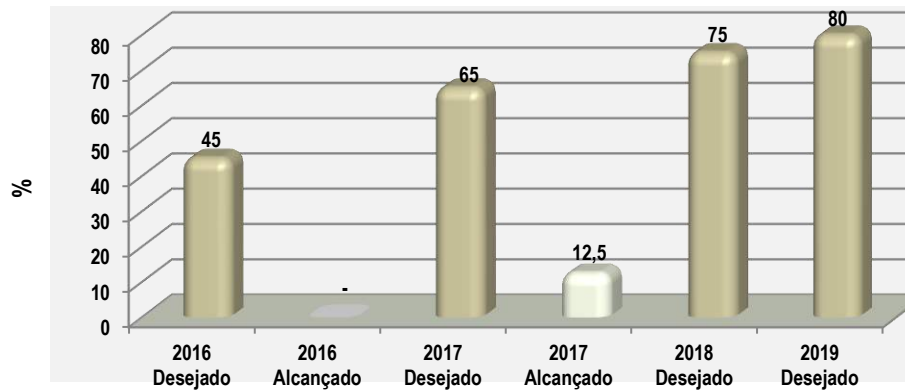
**Indicador 1408** - Perceberam-se várias mudanças significativas no comportamento e na atitude dos usuários, após sua entrada no Projeto e fica patente a diferença na qualidade do acolhimento prestado a estas pessoas pelo Projeto Cuidando da Vida.

**Indicador 1668** - A impossibilidade de alcance deste índice de desempenho deve-se, entre outras razões, por não haver equipe de pessoal em quantitativo suficiente à demanda de atendimentos indicados. Além da carência na área de qualificação técnica para a execução de atividades do Programa. Não obstante o exposto, as constantes alterações na gestão da Secretaria e as substituições de equipes inteiras por novos servidores também comprometeram a continuidade regular dos projetos.

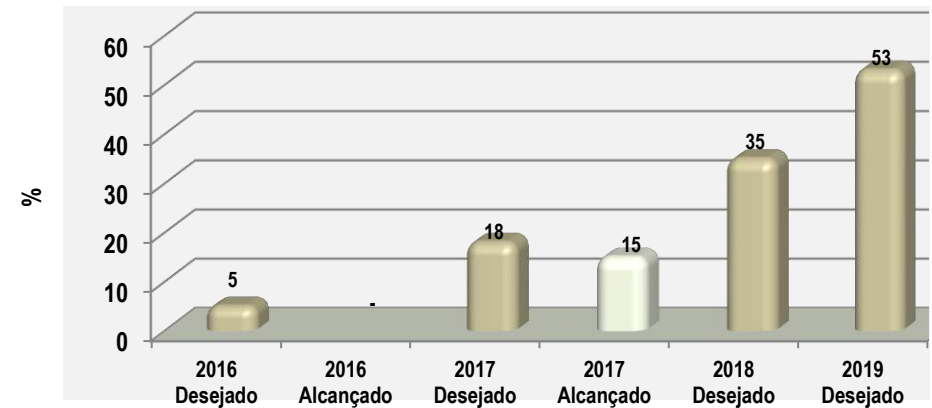
**Indicador 1669** - O indicador de desempenho relativo ao Programa AME, MAS NÃO SOFRA não foi alcançado como desejado porque também esbarra na insuficiência quantitativa de equipe de pessoal. Há também a carência de qualificação técnica para a execução das atividades do Programa, bem como, alterações constantes na gestão da Secretaria e substituições de equipes de pessoal por novos servidores, o que comprometeu o regular andamento das ações.

**Indicador 1670** - Os resultados poderiam ter sido maximizados com a ampliação do efetivo de servidores e/ou a criação de novos cargos em comissão para compor a estrutura administrativa do CONEN. Além disso, os recursos orçamentários suplementares destinados ao Edital de Chamamento nº 01/2017 somente foram liberados em SET/2017, o que reforçou sobremaneira a impossibilidade de alcance da meta do indicador.

**COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS**

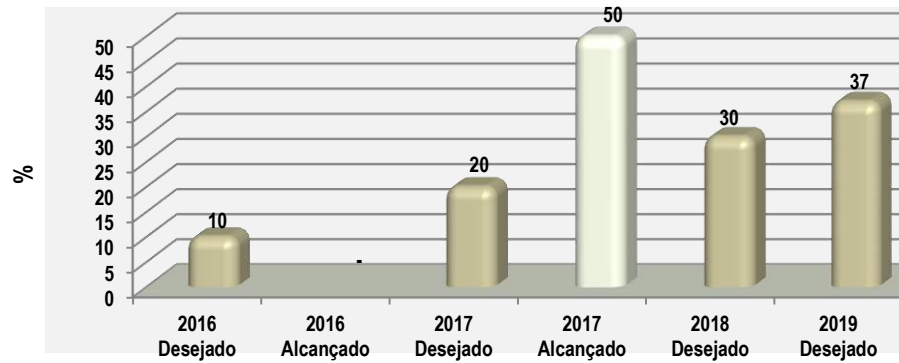


**INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA**

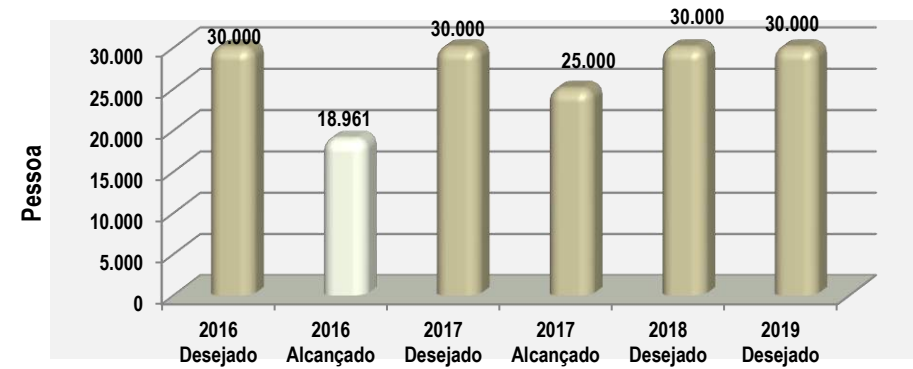




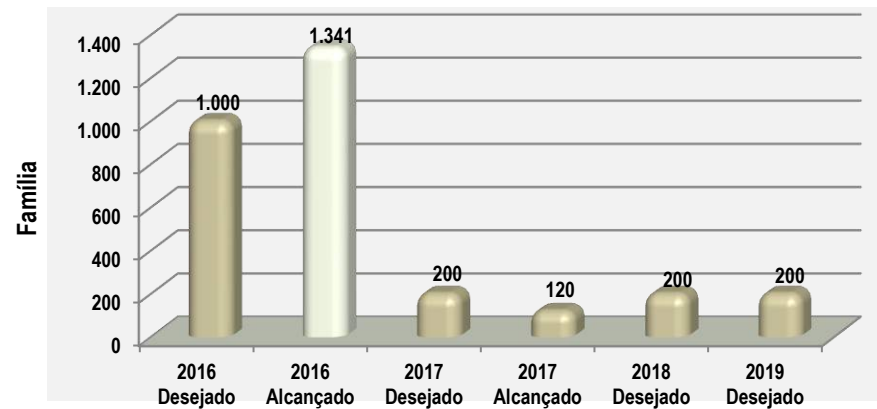
**INSERÇÃO HABITACIONAL**



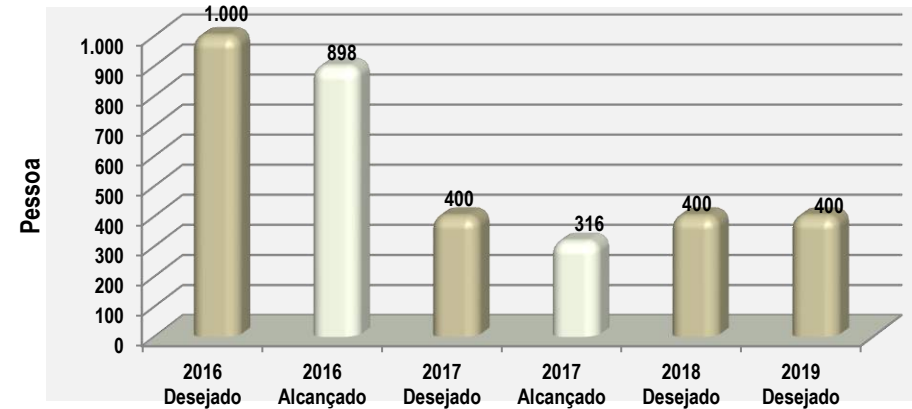
**ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS**



**FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)**



**DEPEDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	5	1	Articulação das redes de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas para a execução intersectorial de projetos, atividades e ações transversais. (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> O programa será iniciado em 2017, no entanto, a equipe da Secretaria vem desenvolvendo parceria com a equipe do Consultório na Rua e com os Centros de Atenção Psicossocial, ampliando a capacidade de atendimento integrado bem como estabelece articulação com os centros especializados em casos de pessoas com uso de problemático de álcool e drogas, Articulação realizada fora do Projeto Cuidando da Vida.</p> <p><b>2017</b> O Projeto Cuidando da Vida foi iniciado em 12 de abril de 2017, sendo executado por meio de parceria com a organização da Sociedade Civil Namastê, com meta de atendimento de 200 pessoas na região administrativa de Brasília. O projeto é desenvolvido por meio de articulação entre a equipe da OSC, do Centro Pop Brasília, Consultório na Rua e Centro de Atenção Psicossocial Candango.</p>
6228	5	2	Lançar edital de chamamento público, no DODF, para seleção de projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas. (SEJUS)	44101	0	<p><b>2016</b> A respectiva ação visa garantir a participação e colaboração da sociedade na proposição de políticas públicas no que tange à oferta e a demanda de drogas. Além disso, a respectiva iniciativa pretende dar maior efetividade às políticas sobre drogas atualmente desenvolvidas pela SEJUS. No entanto, tal iniciativa, ainda carece de implementação em virtude de mudanças de gestão as quais impactaram o lançamento do edital de chamamento público, pois, os gestores que ocuparam cargos em 2016 não detinham o conhecimento das ações constantes do PPA (2016/2019). Para o segundo semestre de 2017 pretende-se lançar o aludido edital de chamamento público.</p> <p><b>2017</b> Em 2017, não foi possível realizar a implementação do objetivo elencado considerando que os recursos liberados para o FUNPAD, mesmo após a suplementação realizada em programa específico, foram utilizados em praticamente sua totalidade no atendimento ao acolhimento/tratamento de dependentes químicos através de comunidades terapêuticas credenciadas no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal (CEAAD). Com a recriação de uma unidade orgânica específica para a gestão dos projetos e assuntos relacionados à temática da drogadição, deverá ser publicado no 2º semestre de 2018 um edital para o atendimento do objetivo.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SEJUS

Em 2016, o objetivo específico decorre da necessidade de descentralizar e integrar os diversos atores envolvidos nas ações de enfrentamento às Drogas, em especial da sociedade civil. Situação que se coaduna com o que prevê o Decreto nº 36.628, de 22 de julho de 2015, o qual consolida a legislação sobre o Comitê de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, uma vez que esse Decreto prevê como objetivo a promoção e ampliação da participação comunitária nas políticas e ações de prevenção do uso, tratamento, redução de danos, reinserção social e ocupacional de usuários de crack e outras drogas e fomento da multiplicação de boas práticas, bem como o fortalecimento das ações de enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas em todo o território do Distrito Federal.

O objetivo em 2017 manteve-se consoante ao mencionado em 2016, isto quer dizer que ações continuaram sendo realizadas no sentido de descentralizar e integrar os diversos atores envolvidos nas ações de enfrentamento às drogas.

## **SEDESTMIDH**

Para alcance das metas estabelecidas em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, bem como no Termo de Referência que orientou o Chamamento Público para seleção e estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida, no entanto, os procedimentos administrativos para realização da efetivação da parceria será finalizado no exercício subsequente.

O Projeto Cuidando da Vida é direcionado ao público em condição de alta vulnerabilidade social, em situação de rua e uso problemático de crack e outras drogas, de forma articulada e integrada com a rede intersetorial, visando a garantia do acesso das pessoas à moradia, qualificação profissional, renda, emprego, cultura, lazer, esporte e outras políticas públicas. Ele é executado por meio de parceria com a Associação Cultural Namastê e com financiamento da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas – SenaD/MJ.

O Cuidando da Vida é um projeto piloto da metodologia do Housing in First (habitação em primeiro lugar) como estratégia de atendimento a pessoas em situação de rua com vínculo extremamente problemático com drogas e com grande dificuldade de acesso aos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Housing in First é uma tecnologia recente de intervenção das políticas sociais voltadas para pessoas em situação de rua. Ela é uma alternativa aos serviços de acolhimento e lógicas de moradia de transição, que rompem com a perspectiva que considera que o acesso a uma habitação é a última etapa de uma intervenção organizada por acesso gradativo às políticas sociais. Nessa nova perspectiva, o acesso a uma habitação estável é considerado a prioridade da intervenção e instrumento da transformação integral do sujeito e reconstrução de laços comunitários.

A SEDESTMIDH prorrogou a execução do projeto até o dia 05 de junho de 2018, coincidindo com o prazo de vigência do Convênio SICONV nº 814349/2014, fonte dos recursos desta parceria. Nesse processo de aditamento, também foram realizadas alterações nas metas previstas do Plano de trabalho.

A expectativa do projeto era incluir em moradia 30 pessoas do público alvo mais vulnerável. Contudo, só foi viável a garantia de moradia a 20 pessoas, em razão das enormes verificadas no provimento de aluguéis residenciais para o público mais vulnerável e a sobrecarga sobre a equipe do projeto na viabilização do acompanhamento na moradia com a proximidade e frequências necessárias.

O projeto tinha a meta de qualificação profissional e acesso a renda de 65 pessoas. Contudo, essa ação precisou ser concentrada em 20 pessoas. A qualificação e o acesso à renda das 65 pessoas eram previstos por meio de cursos a serem ofertados pelo Programa PRONATEC Pop Rua. Contudo, o Programa PRONATEC Pop Rua deixou de ser executado nacionalmente. Também era prevista a inserção das pessoas atendidas no Projeto da Revista Traços, no entanto, percebe-se que, com relação às pessoas que fazem uso problemático de substâncias, no grau de comprometimento do público referenciado pelo Cuidando da Vida, os beneficiários, à exceção de alguns poucos, não se interessaram pela proposta da Revista.

Por outro lado, foi observado que a metodologia adotada permitiu o aumento significativo do número de pessoas engajadas em tratamento de saúde e redução na vinculação problemática com drogas.

Com o aditamento, o projeto ainda está em curso e terá seus resultados avaliados no final da sua execução. O Cuidando da Vida também está sendo acompanhado pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, por meio do Projeto Redes, o qual visa à promoção de articulação intersetorial de políticas sobre Drogas, tendo como objetivo principal realizar assessoria no desenvolvimento de metodologias de articulação intersetorial territorial para integração entre as políticas públicas de inclusão social e do exercício da cidadania das pessoas com problemas relacionados às drogas.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**006 – RESGATE DA CIDADANIA - Resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei com dignidade, dando-lhes oportunidades de crescimento pessoal e profissional, através da educação, arte, cultura, esporte, lazer entre outros, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.**

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

**51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	1	Atender as necessidades básicas dos adolescentes e jovens vinculados ao Sistema Socioeducativo; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	95			95	95,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	2	Atender 100% dos socioeducandos em unidades que seguem as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	80			80	80,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	3	Promover ações de orientação educacional aos internos do sistema socioeducativo; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	95			95	95,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	4	Instalar Scanner Corporal em todas as Unidades de Internação do Distrito Federal; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	45			45	45,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	5	Implantar o sistema de monitoramento informatizado em 100% das unidades e conselhos da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	35	60			60	60,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	6	Implantar um sistema gerador de relatórios e estatísticas para todas as áreas fins da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52	70			70	70,0%

**Análise Qualitativa****1. Atender as necessidades básicas dos adolescentes e jovens vinculados ao Sistema Socioeducativo (SECRIANÇA);**

**2016**

Esta meta é alcançada com êxito dentro do Sistema Socioeducativo por meio das ações que satisfazem serviços de higiene, salubridade dentro das internações e semiliberdades, alimentação, saúde, conforto nos quartos (colchões e lençóis) e vestuário.

**2017**

As necessidades básicas dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas vêm sendo providas com êxito. Os kits de higiene pessoal e vestuário foram distribuídos a todos os adolescentes que passaram pelas Unidades Socioeducativas do DF em 2017, além de as famílias estarem autorizadas a fornecerem alguns desses materiais por voluntariedade própria (dentro dos padrões estabelecidos).

Quanto à alimentação, vale destacar que o contrato atual de alimentação está em fase final e foi elaborado termo de referência para a contratação de nova empresa, a licitação está em fase de contratação junto à SEPLAG. Neste aspecto, imperioso é destacar que, ampliando a oferta de atendimento de necessidades básicas aos adolescentes atendidos, foi previsto o fornecimento de kit lanche para as Unidades de Atendimento em Meio Aberto, eis que tais unidades realizam atendimentos periódicos aos adolescentes.

## **2. Atender 100% dos socioeducandos em unidades que seguem as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade (SECRIANÇA);**

**2016**

Atualmente o Sistema Socioeducativo atende 100% da demanda de adolescentes sentenciados ao cumprimento das medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade, porém com espaço físico, infraestrutura e capacidade aquém do necessário e previsto nas diretrizes do SINASE. Atuamos, em média, 10% acima da capacidade das Unidades de Internação e 50% acima da capacidade das Unidades de Semiliberdade. A adequação necessária será ajustada, em parte, quando do atendimento da meta prevista no Programa 6228, objetivo específico 4, meta 1.

**2017**

A SECRIANÇA conta com Central de Vagas, órgão ao qual compete promover a gestão das vagas e encaminhamentos dos jovens que dão entrada no Sistema Socioeducativo. Assim sendo, a gestão da capacidade das vagas das Unidades Socioeducativas passa por diário acompanhamento, a fim de que haja um contrabalanço na gestão das vagas das Unidades de acordo com a sua capacidade. Não se nota preocupante superlotação, até porque o Sistema Socioeducativo é demasiadamente dinâmico, de modo que diariamente entram e saem jovens das Unidades. Ainda sobre a capacidade, é importante mencionar que a Central de Vagas realiza permanente gestão junto ao Poder Judiciário, de maneira que algumas audiências de reavaliação são realizadas periodicamente, nas quais ocorre, quando a situação assim o permite, a liberação dos jovens que já estão em fase final de cumprimento da medida.

Quanto ao espaço físico, a SECRIANÇA conta com 08 Unidades de Internação, 06 Unidades de Semiliberdade e 15 Unidades de Atendimento em Meio Aberto. Existe a previsão de inauguração de mais duas Unidades de Internação, em Brazlândia e uma Unidade exclusivamente para atendimento de jovens do sexo feminino no Gama. As obras de Brazlândia estão em avançado estado de edificação, de maneira que em breve esta Unidade deverá estar em funcionamento. Quanto à obra do Gama, esta está ainda em fase inicial de construção.

## **3. Promover ações de orientação educacional aos internos do sistema socioeducativo (SECRIANÇA);**

**2016**

As ações de orientação educacional são realizadas por meio dos atendimentos dos especialistas socioeducativos aos adolescentes e jovens, especialmente na figura do Pedagogo. Palestras, oficinas e eventos desta temática também são realizados com certa periodicidade, o que visa estimular o desenvolvimento pessoal e a cidadania destes jovens.

**2017**

Os adolescentes não cessam de receber escolarização nas Unidades Socioeducativas privativas de liberdade, eis que em nenhum momento esse serviço foi negado. Nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto, considerando que os adolescentes são encaminhados para as escolas da rede pública de ensino, ou estudam em escolas particulares, considera-se que o acompanhamento escolar foi ofertado e os jovens encaminhados acompanhados pelas equipes técnicas em sua jornada escolar. Ademais, a minuta de portaria conjunta entre a SECRIANÇA e a SEEDF, que prevê o fluxo de atendimento escolar e pedagógico dos jovens atendidos pelo Sistema Socioeducativo, está em fase final de elaboração e nos trâmites derradeiros para sua efetiva publicação em Diário Oficial.

#### 4. Instalar Scanner Corporal em todas as Unidades de Internação do Distrito Federal (SECRIANÇA);

2016

A compra dos scanners está em fase de licitação. É uma contratação na modalidade integral e pelo critério de menor preço para a compra de 08 (oito) conjuntos de inspeção pessoal e de volumes como forma de humanizar a revista pessoal nas Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo, incluindo os equipamentos, sala de operação, instalações, treinamentos, testes e assistência técnica.

2017

O processo de aquisição dos scanners corporais foi finalizado com êxito, sendo contratada empresa especializada em tais equipamentos. Atualmente, a empresa está em fase inicial de instalação dos equipamentos nas Unidades Socioeducativas e de capacitação dos servidores. As obras de instalação foram iniciadas na Unidade de Atendimento Inicial, na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião, na Unidade de Internação do Recanto das Emas e na Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas. A previsão é de que nos próximos meses sejam instalados scanners em todas as Unidades de Internação e que sejam capacitados todos os servidores que nelas laboram.

#### 5. Implantar o sistema de monitoramento informatizado em 100% das unidades e conselhos da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA);

2016

A SECRIANÇA, na gestão atual, fez o levantamento de todas as unidades. No que se refere a implantação do sistema de monitoramento informatizado, os cálculos foram feitos considerando a quantidade de unidades e 4 etapas de implantação (Infraestrutura, Equipamentos, Instalação dos Equipamentos e Configuração do Software).

Atualmente o sistema de monitoramento está instalado em sua totalidade nas Unidades de Internação, porém de forma deficitária. Visando corrigir as imperfeições de planejamento da contratação feita em 2012 e 2013, a SECRIANÇA tomou as seguintes providências: 1) após levantamento das constantes quedas e picos de energia nas Unidades de Internação fizemos um estudo de custos para aquisição de Nobreak com Módulo de Baterias. Foi aberto o processo de aquisição do material, porém não autorizaram a aquisição, mas que em 120 dias estaria disponibilizada uma Ata de Registro de Preços; 2) Outra ação tomada e já executada foi a reforma das salas onde estão instalados os equipamentos servidores e de monitoramento; 3) Para serviços de manutenção corretiva e preventiva foi aberto um processo, que está iniciando a fase de ETP – Estudo Técnico Preliminar da Contratação; 4) Para serviços de expansão de arquivamento das imagens foi aberto um processo, que está entrando na fase de cotação.

2017

A SECRIANÇA, na gestão atual, fez o levantamento de todas as unidades. No que se refere a implantação do sistema de monitoramento informatizado, a SECRIANÇA fez seus cálculos considerando a quantidade de unidades e 4 etapas de implantação (Infraestrutura, Equipamentos, Instalação dos Equipamentos e Configuração do Software). Segue-se abaixo o quadro de cálculos indicado que foi finalizada 35 % na totalidade das unidades:

Unidades	Quantitativo de Unidades			Etapas de Implantação				Percentual Final
	Quant.	Percentual		Infraestrutura	Equipamentos	Instalação	Software	
CENTROS	3	4%	0,046	1				1%
CONSELHOS	40	61%	0,615	1				15%
SEMI	7	11%	0,108	1				3%
UAMA	6	9%	0,092	1				2%
INTERNAÇÃO	7	11%	0,108	1	1	1	1	36%
SEDE	1	2%	0,015	1	1			1%
GALPÃO	1	2%	0,015	1	1	1	1	2%
	65	100%	1,000					60%

Atualmente o sistema de monitoramento está instalado em sua totalidade nas Unidades de Internação, porém de forma deficitária. Visando corrigir as imperfeições de planejamento da contratação feita em 2012 e 2013, a SECRIANÇA tomou as seguintes providências.

- Após levantamento das constantes quedas e picos de energia nas Unidades de Internação foi feito um estudo de custos para aquisição de Nobreak com Módulo de Baterias. Porém a SEPLAG não autorizou a aquisição informando que o referido Termo de Referência estaria incluído no processo eletrônico (SEI) nº 00410-00011969/2017-40, bem como em Plano de Suprimentos (PLS) e dentro de 120 dias estaria disponibilizada uma Ata de Registro de Preços. O que não ocorreu no ano de 2017.

- A reforma das salas onde estão instalados os equipamentos servidores e de monitoramento está em fase de acabamento sendo concluída no mês de abril de 2018.
- Foi autuado também o Processo 0417-001299/2016 para contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva do SMV, que esta em fase final de Estudo Técnico Preliminar em conjunto com a área fim. Devido ao valor de 7 milhões estimados no primeiro ETP estamos adequando este segundo por questões de ECONOMICIDADE.

- Para serviços de expansão de arquivamento das imagens foi aberto o processo 0417-000516/2017, que está entrando na fase de Instalação.

## **6. Implantar um sistema gerador de relatórios e estatísticas para todas as áreas fins da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA);**

**2016**

No que tange ao sistema de relatórios e estatística, a SECRIANÇA fez os cálculos considerando a quantidade de demandantes, complexidade de desenvolvimento e 3 etapas de implantação (infraestrutura, sistemas e relatórios). Visando este objetivo, primeiramente foram criados os servidores SRV008 (Application Server) e SRV009 (Database Server) na SEPLAG e foram desenvolvidos os seguintes sistemas de captação de dados:

- **SISTEMA DE REMANEJAMENTO DE SERVIDORES – 2016** (linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql)
- **SISTEMA DE ATENDIMENTO – DITI:** Sistema para gestão dos chamados e serviços, de todas as unidades da Secriança, realizados pela Diretoria de Informática e Tecnologia da Informação foi desenvolvido o Sistema de Atendimento da DITI – linguagem DELPHI (para desktop) e PHP (para Web).
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O #BORAVENCER INTENSIVÃO – SUBJUV:** Sistema de Inscrição do processo seletivo para selecionar jovens para o preenchimento de 1.750 (um mil, setecentos e cinquenta) vagas para o projeto #BoraVencer Intensivão - curso preparatório intensivo gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE PORTARIA – SECRIANÇA:** Sistema de controle de acesso de visitantes e servidores na sede desta secretaria que trabalha em conjunto com o sistema de catracas e cartões. – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O I FÓRUM DE PRIORIZAÇÃO DO MEIO ABERTO – SUBSIS:** Sistema de Inscrição do I Fórum de Priorização do Meio Aberto – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **INTRANET – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.**
- **SISTEMA GESTÃO – SUBSIS – (LIVRO DO MÓDULO, GESTÃO NAI e PROCESSOS CV):** Sistema de gerenciamento de socioeducandos passando pelo NAI, controlando os processos judiciais na Central de Vagas e controlando o dia a dia do adolescente dentro das unidades de internação – linguagem PHP e C# com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO – SECRIANÇA:** Sistema de georreferenciamento criado com o intuito de centralizar os dados produzidos pelos sistemas criados dentro da secretaria da criança, trazendo a localização de longitude e latitude, registradas na API do Google Maps (interface de localização em GPS do Google), de todas as unidades da secretaria – linguagem PHP e GMAPBOARD com servidor de banco de dados MySql.

Após a implantação destes sistemas, a SECRIANÇA pretende realizar a integração de dados e criação dos relatórios e painéis estatísticos.

2017

No que tange ao sistema de relatórios e estatística, a SECRIANÇA fez seus cálculos considerando a quantidade de Demandantes, Complexidade de desenvolvimento e 3 etapas de implantação (Infraestrutura, Sistemas e Relatórios). Segue-se abaixo o quadro de cálculos indicando que finalizamos 52 % na totalidade das unidades

Demandantes	Complexidade	Etapas de Implantação			Percentual Final
		Infraestrutura	Sistemas	Relatórios	
CENTROS	5	1			5%
CONSELHOS	10	1			6%
SEMI	15	1			8%
UAMA	15	1			8%
INTERNAÇÃO	30	1	1		23%
SEDE	25	1	1		20%
					70%

Visando este objetivo, primeiramente foram criados os servidores SRV008 (Application Server) e SRV009 (Database Server) na SEPLAG e foram desenvolvidos os seguintes sistemas de captação de dados:

- **SISTEMA DE REMANEJAMENTO DE SERVIDORES – 2017** (linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql)
- **SISTEMA DE ATENDIMENTO – DITI:** Sistema para gestão dos chamados e serviços, de todas as unidades da Secriança, realizados pela Diretoria de Informática e Tecnologia da Informação foi desenvolvido o Sistema de Atendimento da DITI. – linguagem DELPHI (para desktop) e PHP (para Web).
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O #BORAVENCER INTENSIVÃO – SUBJUV:** Sistema de Inscrição do processo seletivo para selecionar jovens para o preenchimento de 1.750 (um mil setecentos e cinquenta) vagas para o projeto #BoraVencer Intensivão - curso preparatório intensivo gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE PORTARIA – SECRIANÇA:** Sistema de controle de acesso de visitantes e servidores na sede desta secretaria que trabalha em conjunto com o sistema de catracas e cartões. – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O I FÓRUM DE PRIORIZAÇÃO DO MEIO ABERTO – SUBSIS:** Sistema de Inscrição do I Fórum de Priorização do Meio Aberto – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- INTRANET – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA GESTÃO – SUBSIS – (LIVRO DO MÓDULO, GESTÃO NAI e PROCESSOS CV):** Sistema de gerenciamento de sócio-educandos passando pelo NAI, controlando os processos judiciais na Central de Vagas e controlando o dia a dia do adolescente dentro das unidades de internação – linguagem PHP e C# com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO – SECRIANÇA:** Sistema de georreferenciamento criado com o intuito de centralizar os dados produzidos pelos sistemas criados dentro da secretaria da criança, trazendo a localização de longitude e latitude, registradas na API do Google Maps (interface de localização em GPS do Google), de todas as unidades da secretaria – linguagem PHP e GMAPBOARD com servidor de banco de dados MySql.
- **CONSULTA PÚBLICA DA CARREIRA SOCIOEDUCATIVA 2018 – SUBSIS:** Dispõe sobre a reestruturação da carreira Socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências– linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- INTRANET – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.



Depois da implantação destes sistemas, partiremos para a etapa de integração de dados e criação dos relatórios e painéis estatísticos.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1409	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO	%			70	63,07	70	84	70	70	Coordema / SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1410	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE	%			30	36,93	30	47,74	30	30	SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1411	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS	%	82	31/12/2014	90	93,72	95	100	100	100	SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1412	TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO	%	85	31/12/2014	90	90	95	75	100	100	Dir Inform e Tecnologia/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6

### Justificativas 2017

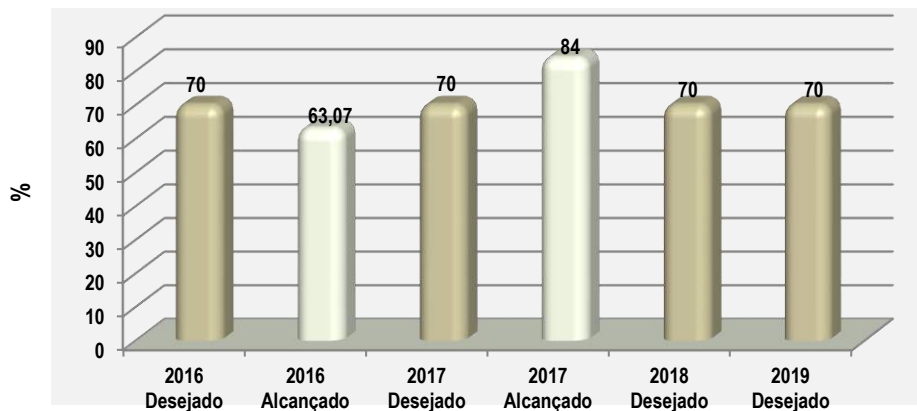
**Indicador 1409** - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto, considerando as medidas de meio aberto, sendo prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida em relação ao total vinculado ao sistema socioeducativo, totalizando 84%.

**Indicador 1410** - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contrapartida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade, total de 47,74%.

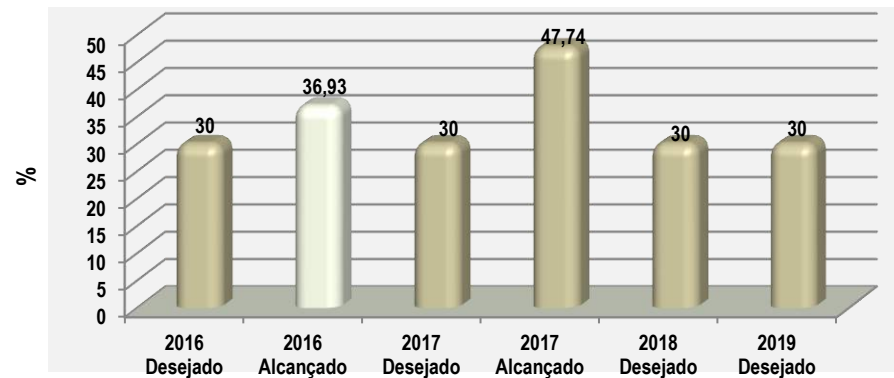
**Indicador 1411** - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, higiene meta superada, atingindo 100%.

**Indicador 1412** - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado considera o número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. O índice apurado caiu devido à falta dos recursos necessários.

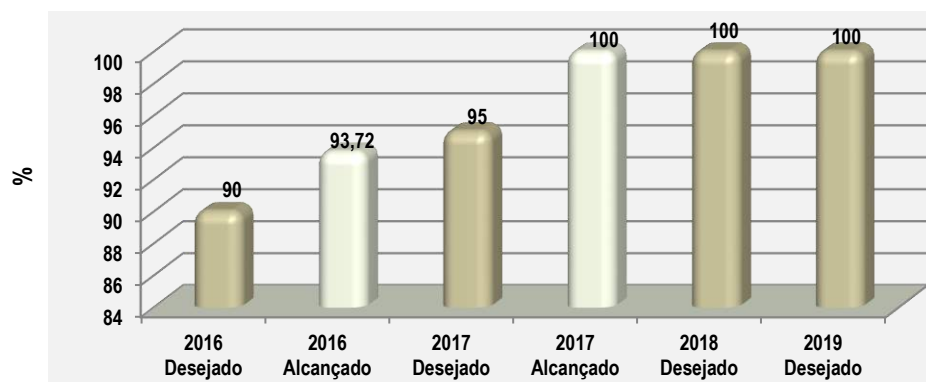
**TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO**



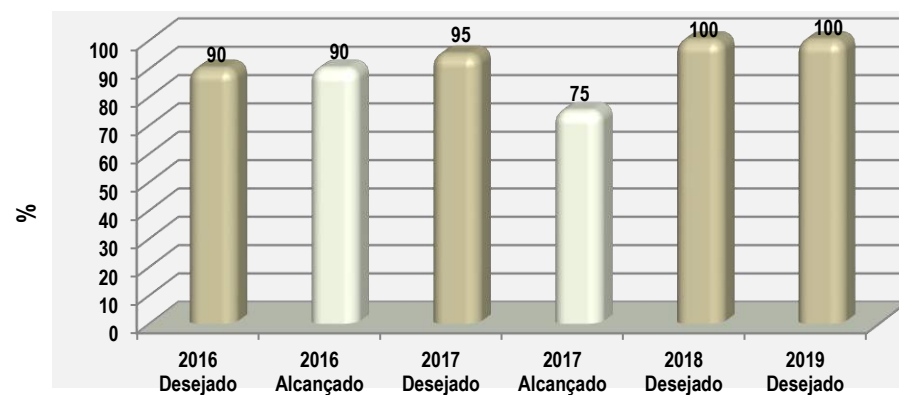
**TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE**



**TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS**



**TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	6	1	Implantar do novo manual de segurança a ser utilizado em 100% das Unidades de Internação. (SECRIANÇA)	51101	100	<b>2016 / 2017</b> A portaria n°. 160, de 19 de setembro de 2016, aprovou o os Procedimentos de Segurança Socioeducativa-PSS, no âmbito da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal. Esta entrou em vigor na data de sua publicação.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

Frente a estes objetivos, a SECRIANÇA considera que a infância e a adolescência, bem como os direitos a elas direcionados - crescimento pessoal e profissional, cidadania, dentre outros - têm que estar sempre na linha de frente do trabalho a ser desenvolvido, diante disso, esta Secretaria vem implementando ações para enfrentar as dificuldades de realização e implementação destas políticas e metas estabelecidas.

A maioria das metas listadas dentro dos objetivos específicos foi alcançada, algumas com êxito além do esperado e outras estão em andamento. Entretanto, algumas dessas metas carecem de um olhar mais detalhado, atenção para seu cumprimento e resoluções burocráticas. Vale frisar que não é por falta de esforços institucionais e governamentais que se encontram em suspensão, mas há fragilidades que envolvem o todo e dificultam seu cumprimento. A SECRIANÇA, em esforço com outros órgãos distritais, bem como as Unidades de Atendimento aos adolescentes, encontra dificuldades, as quais impõem barreiras que atrapalham o desenrolar das atividades e o pleno atendimento aos socioeducandos, logo, o cumprimento de algumas metas estabelecidas.

A primeira delas se refere, especialmente, ao déficit do quantitativo de servidores que atuam nas Unidades do Sistema Socioeducativo - SSE. O baixo efetivo de servidores compromete de sobremaneira o atendimento e cumprimento das metas estabelecidas, porque inviabiliza muita das atividades que ocorrem nas Unidades, as quais necessitam de um número expressivo de servidores envolvidos – como exemplo os agentes socioeducativos, os quais acompanham de perto os menores em atividades escolares e profissionalizantes. Portanto, faz-se necessário que haja o empenho de todos os setores da Secretaria no sentido de garantir e manter o número de servidores atuantes nas Unidades em quantitativo ideal para que haja todos os atendimentos e realização das atividades de interesse dos acautelados. Frisamos que houve a realização de concurso público recentemente, e os aprovados aguardam a nomeação, a qual foi pedida à SEPLAG em maio de 2017 pelo então Secretário desta.

Outra dificuldade para atingir as metas faltantes é a ausência e/ou insuficiência de recursos orçamentários/financeiros e estrutura física. Não é raro que faltem materiais básicos de uso dos servidores, e também não raro, que faltem materiais e insumos necessários à realização das mais diversas atividades e oficinas no contexto das Unidades.

Com o objetivo de resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei a SECRIANÇA realizou diversas atividades e projetos com a finalidade de atender ao referido objetivo, todas beneficiando o público alvo: adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

- Atividade de Constelação Familiar nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto -UAMA, oferecendo grupos terapêuticos de desenvolvimento pessoal aos jovens;
- Encaminhamentos para programas de jovem aprendiz e estágio junto ao CIEE, Jerônimo Candinho e SENAC;
- Reuniões intersetoriais com a SEDF e planejamento de nova rotina de acompanhamento escolas dos socioeducandos;
- Atividades culturais e de lazer como visita a exposição de arte da Frida Kahlo e Feira do Livro;

- Projeto Esporte à Meia Noite nas UAMAs;
  - Projeto de Futebol nas UAMAs Planaltina, Paranoá e Ceilândia e campeonato entre as Unidades;
  - Projeto CineUAMA, com oficina de apresentação de filmes e debates socioeducativos na UAMA Paranoá; e projeto de ampliação para todas as UAMAs;
  - Oficina de fotografia com celular para os jovens das UAMAs;
  - 1ª turma de PSC em audiovisual, na qual os jovens em cumprimento de medida produziram um curta-metragem a partir da reflexão sobre seu contexto social (parceria com a Secretaria de Segurança Pública);
- Ceilândia;
- Articulação intersetorial com DFTrans para facilitar o acesso dos socioeducandos ao transporte;
  - Inclusão digital de adolescentes no projeto “PEDAGOGIA DA HORA: UMA APRENDIZAGEM CONECTADA”, através de uma parceria do IESB com socioeducandos da UAMA
- instituição Vida e Juventude;
- Rodas de Conversa e Oficinas que abordam temáticas relacionadas às realidades juvenis através do projeto “OUTRAS EXPRESSÕES, NOVAS TRAJETÓRIAS” desenvolvido pela
  - Atividades de fortalecimento de vínculos familiares e valorização da relação mãe-bebê, promovidas nas UAMAs durante a Semana do Bebê;
  - Incentivo às atividades coletivas na UAMAs e oferta de kit lanches;
  - Adequação da estrutura física das UAMAs;
  - Cursos de capacitação de Saúde Mental
  - Eventos que promoveram qualificação profissional de Saúde Mental
  - Inclusão cultural dos socioeducandos;
  - Atendimento religioso aos/as adolescentes que manifestarem expressamente seu interesse;
  - Práticas desportivas com o objetivo de aumentar a auto-estima, estimular a socialização e colaborar para afastar os jovens das drogas;
  - Atividades profissionalizantes;
  - Educação Formal: todos (100%) os socioeducandos menores de 18 anos de idade, independentemente de sua faixa etária, preferencialmente, são matriculados nas unidades de ensino público situadas o mais próximo da UAMA de sua vinculação.

Para efetivar o Sistema de Monitoramento Informatizado, a SECRIANÇA deu prioridade ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, ao atendimento das necessidades contínuas de informática e telefonia (atendimentos de suporte), ao levantamento do parque tecnológico e à estruturação física visando o desenvolvimento de softwares para atender a SECRIANÇA-DF, assim como criou o banco de dados corporativo e um servidor de sistemas e desenvolveu 10 sistemas de informação e está criando um manual de normas e procedimentos de informática.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**007 – FORTALECIMENTO DE PARCERIAS - Fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais.**

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**51901 – FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FDCA**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	1	Implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	2	Informatizar o cdca com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	3	Implementar o centro de atendimento integrado a crianças vítimas de violência sexual; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80,67	100			100	100,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	4	Realizar pesquisas para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	5	Expandir em 80% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA; (FDCA)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	122,08			122,08	152,6%
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	6	Fortalecer os programas governamentais por meio de parcerias voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	13,53	11,56			11,56	11,6%
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	7	Realização de conferências e eventos de promoção à criança e ao adolescente. (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos (FDCA);**

**2016**

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos;

**2017**

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos no ano de 2017.

### **2. Informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes (FDCA);**

**2016**

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes;

**2017**

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes.

### **3. Implementar o centro de atendimento integrado a crianças vítimas de violência sexual (FDCA);**

**2016**

O projeto de Implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio) foi aprovado pelo CDCA no ano de 2015 no valor total de R\$265.307,16 para ser implementado em 2016. Nesse mesmo ano, o referido projeto foi ajustado para R\$361.966,55. Entretanto, no ano de 2016 foi empenhado R\$292.007,62 por meio de adesões a Atas de Preços para aquisição de: mobiliários, equipamento de videoconferência, TV's, Switchs, aparelhos de ar condicionado e computadores. Dessa forma, o valor empenhado representa 80,67% do valor total do projeto, ficando um saldo de R\$69.958,93 do projeto para ser executado no ano de 2017.

**2017**

Em 2017 havia destinado no QDD do FDCA para o término do projeto de implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual o valor total de R\$ 100.000,00, o qual já havia em curso quatro processos de aquisição de equipamentos, brinquedos pedagógicos, bens de consumo e serviços de impressão gráfica no valor aproximado de R\$ 69.958,93. Entretanto, devido à morosidade no processo de licitação e o fim do exercício financeiro de 2017, não houve o empenho de nenhum valor relativo a esta meta. Mesmo que em 2017 não conste nenhum valor empenhado a conta do orçamento do FDCA para equipagem do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio) o mesmo já está pleno funcionamento desde o início do ano de 2017, uma vez que para a sua implementação total houve também a parceria com outros órgãos do Distrito Federal.

### **4. Realizar pesquisas para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF (FDCA);**

**2016**

Em 2016 foi discutido na 265ª Reunião Plenária Ordinária do CDCA o projeto de parceria com a CODEPLAN para a realização de pesquisa sobre "Os Adolescentes do Sistema Socioeducativo". Apesar da discussão sobre este projeto, o mesmo ainda não foi executado, assim como não foi apresentado nenhum outro projeto de pesquisa para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF, e por isso considera-se como 0% de atingimento da meta.

**2017**

Em dezembro de 2017, foi feita a descentralização orçamentária à Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, no valor total de R\$ 174.947,21 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos), por meio de duas Portarias Conjuntas, com o objeto de custear despesas com aquisição de material permanente, computadores e tablets, bem como serviços de terceiros - pessoa jurídica para fornecimento de licenças para a CODEPLAN, a qual em contrapartida a CODEPAN iria realizar uma pesquisa para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF. Porém, devido à proximidade do fim do exercício, a CODEPLAN não chegou a executar nenhum valor relativo a descentralização e, por conseguinte, não foi feita nenhuma pesquisa relacionada a esta meta.

**5. Expandir em 80% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA (FDCA);**

**2016**

O número de atendimentos de crianças e adolescentes em 2015 foi de 3.591 por meio de 20 projetos de parcerias com entidades da sociedade civil. Já no ano de 2016, o número de atendimentos foi de 6.563 por meio de 30 projetos com entidades da sociedade civil, sendo assim, houve uma expansão de 82,76% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA, o que representa mais de 100% do atingimento da meta.

**2017**

Em 2017 foram atendidas 7.975 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de 22 parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA, o que gerou uma expansão de 122,08% em relação ao número de atendidos de 2015, que foi de 3.591 de crianças e adolescentes atendidas. Essa expansão foi muito acima da expectativa para a meta prevista no PPA 2016-2019, que se explica pelo fato do aumento do número de instituições registradas no CDCA que passaram acessar os recursos FDCA/DF, bem como a entrada em vigor do novo marco regulatório (a Lei nº 13.019/14 e o Decreto nº 37.843/16) que deu mais celeridade na liberação dos recursos. Além disso, houve o aumento do limite financiado por projeto no Edital nº 01/2016 para 800 mil por instituição, um aumento de quase 200% em relação aos Editais anteriores, o que atraiu ainda mais a participação de mais entidades que atendem crianças e adolescentes.

**6. Fortalecer os programas governamentais por meio de parcerias voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA (FDCA);**

**2016**

Conforme dispõe o art. 53 da Resolução nº 71 do CDCA, as entidades governamentais devem proceder à inscrição de seus programas de atendimento às crianças e adolescentes conforme os regimes de atendimento. Após a inscrição, esses programas governamentais são fortalecidos por meio de parcerias com entidades governamentais, que tem seus projetos aprovados pelo CDCA na modalidade de aplicação direta (modalidade 90). Essa modalidade de aplicação apresentou uma dotação total em 2016 de R\$14.839.064,00 distribuídos em 7 programas de trabalho. Assim, a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescente e Juventude apresentou 7 projetos de parcerias no ano de 2016, todos aprovados pelo CDCA como, por exemplo, o projeto de aquisição de Scanners Corporais, o projeto da frota Socioeducativa, o projeto Plena Harmonia, o projeto de Implantação do Centro Integrado 18 de Maio, entre outros. Desses projetos, foi empenhado um total de R\$2.009.134,48 em 2016, o que representou 13,53% da dotação para essa modalidade de aplicação, o que também representa 13,53% do alcance da meta. As execuções desses projetos contemplaram certa de 1.930 crianças e adolescentes em 2016.

**2017**

Em 2017 foram realizadas 6 parcerias com entidades governamentais, sendo 4 projetos propostos pela Secretaria Executiva do CDCA que foi a aquisição de Sistema de Banco de Preços e a realização dos Eventos "Atividades comemorativas ao Dia da Criança", "Simpósio Nacional de Socioeducação", Seminário "O Conselho Tutelar no Distrito Federal" e o seminário "Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes"; e 2 projetos sociais propostos pela Secretaria de Estado de Política para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA que foi o de aquisição de 2 veículos tipo Microônibus que atenderá todas Unidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e o de evento do "18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes". Essas 6 parcerias contribuíram para o fortalecimento dos respectivos programas governamentais dos órgãos, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA, atingindo assim o percentual de 11,56% do alcance meta estabelecida, uma vez que o valor total previsto em 2017 para aplicação direta era de R\$ 14.202.210,79 e foi empenhado um montante total de R\$ 1.642.749,54.

## 7. Realização de conferências e eventos de promoção à criança e ao adolescente (FDCA).

### 2016

Em 2016, foi realizada a IX – Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente no valor total de R\$ 310.707,25 no qual atendeu a um público de cerca de 1.064 pessoas entre crianças e adolescentes. A conferência ocorre a cada dois anos, considera-se como atingido 50% da meta já no ano de 2016, já que a próxima conferência está prevista para 2018. Além da conferência, foram realizados outros eventos em 2016 como, por exemplo, os seminários “Os desafios no enfrentamento às violações de Direitos no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal” e “Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes”, no valor total de R\$ 125.510,00.

### 2017

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente são Bianuais, sendo que a última que ocorreu no ano de 2016 a próxima está prevista para o ano de 2018. Quanto aos eventos de promoção à criança e ao adolescente, ocorreram os eventos “18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” que atendeu cerca de 2.350 crianças e adolescentes do Distrito Federal; os eventos em comemoração ao “Mês da Criança” e o “Simpósio Nacional de Socioeducação”; também em 2017, ocorreram os seminários: “O Conselho Tutelar no Distrito Federal” e “Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes”. Como a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente só ocorrerá em 2018, só será levado em conta os 5 (cinco) eventos de promoção à criança e ao adolescente que contribuíram com 100% do alcance da meta, uma vez que contemplou todo o calendário de eventos relacionados ao tema.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

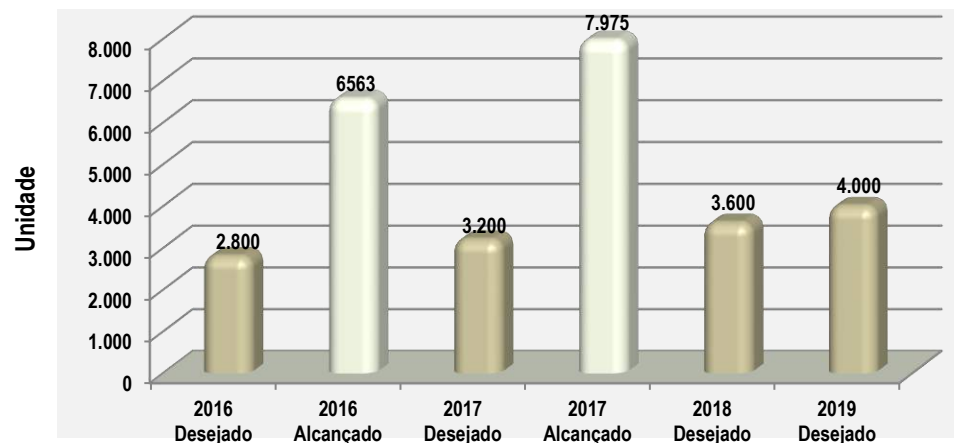
Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1676	CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	2.400	30/06/2015	2.800	6563	3.200	7.975	3.600	4.000	UNGEF/CDCA / UO 51901 / OE 7

### Justificativas 2017

**Indicador 1676** - Houve um aumento de mais 100% do número de atendidos em relação ao ano interior em função do aumento da dotação conforme destinação mínima de três décimos por cento da receita tributária líquida, conforme Art. 269-A da LODF; também em função do aumento do teto de gastos dos projetos do Edital 1/2016 para 800 mil; e por fim, em função da entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, regulamentado pelo Decreto nº 37.843/2016, que deu maior celeridade à análise e liberação de recursos dos projetos.



**CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	7	1	Ampliação e expansão da rede de serviços específicos de defesa de direitos; (FDCA)	51901	41,44	<p><b>2016</b> Em 2016, o FDCA ampliou a rede de atendimento à criança e adolescente por meio da ampliação no número de Instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA. Além disso, houve o crescimento no número de registros de programas dos órgãos governamentais, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA.</p> <p><b>2017</b> O FDCA ampliou a rede de atendimento à criança e adolescente por meio do aumento no número de Instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA. Em 2017, havia 157 (cento e cinquenta e sete) instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA, uma expansão de 41,44% em relação ao ano de 2015, que havia 111 (cento e onze) instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA.</p>
6228	7	2	Monitorar e acompanhar as ações governamentais e não governamentais desenvolvidas	51901	20	<p><b>2016</b> A principal ideia dessa ação era criar um Sistema de TI capaz de monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas no atendimento às crianças e aos adolescentes no Distrito Federal. Mas, em 2016 verifica-se a ausência de encaminhamentos para essa finalidade.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			com crianças e adolescentes no DF; (FDCA)			<b>2017</b> Em 2017, houve uma reunião com a área de TI no sentido de se criar um sistema para gerir os registros das instituições e os programas governamentais, bem como criar uma ferramenta de cadastro e acompanhamento dos Planos de Trabalho de projetos das instituições com o FDCA; houve a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito da Secretaria Executiva, do CDCA e de suas Comissões, que auxiliam no processo monitoramento e acompanhamento das ações governamentais e não governamentais .
6228	7	3	Realizar planejamento estratégico do CDCA; (FDCA)	51901	0	<b>2016</b> Em 2016 não há registro de ações concluídas referente à elaboração do Planejamento Estratégico. <b>2017</b> Em 2017 não há registro de ações concluídas referente à elaboração do Planejamento Estratégico
6228	7	4	Ações direcionadas especificamente ao fomento e fortalecimento do protagonismo juvenil; (FDCA)	51901	50	<b>2016</b> Em 2016, foi efetivado o Comitê Consultivo dos Adolescentes, escolhidos em assembleia específica, com direito a voz no CDCA-DF. Foram feitas várias reuniões com os adolescentes abordando temas diversos de seus interesses, para que dessa forma suas demandas fossem levadas às reuniões plenárias do CDCA. <b>2017</b> Em 2017 foi realizado o seminário "Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes", no qual envolveu ações que fortaleceram o protagonismo juvenil.
6228	7	5	Agilizar o processo de liberação dos recursos do fundo. (FDCA)	51901	60	<b>2016</b> A fim de dar mais agilidade para a liberação dos recursos do fundo foi criado um Grupo de Trabalho específico por meio da Portaria nº 206, de 25/11/2016, para análise dos processos e para a formulação de pareceres técnicos de habilitação/inabilitação dos projetos dos Editais 01 e 02/2016. Além disso, a Secretaria Executiva do CDCA apresentou projeto para a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para validar os custos dos projetos apresentados pela Sociedade Civil, objeto do Edital 01/2016. <b>2017</b> Em 2017, houve uma reestruturação administrativa na Secretaria Executiva do CDCA com a criação de uma Diretoria e Gerência específica de Projetos; foi criada a Comissão de Seleção do CDCA destinada a processar e julgar projetos de parcerias do FDCA; houve o contrato de 12 meses para o fornecimento da ferramenta de pesquisa do Banco de preços, para dar agilidade na pesquisa e comparação dos preços das instituições; e por fim, foram nomeados 3 servidores efetivos para o CDCA, sendo 2 Técnicos Administrativos e 1 Contador.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

No ano de 2016, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal apresentou um resultado positivo para o alcance do Objetivo Específico nº 007, que é o "fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais".

Esse fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos (SGD), no âmbito da sociedade civil, se deu por meio de parcerias (convênios) com 30 instituições sem fins lucrativos, que através do Edital de Chamada Pública nº 01/2015 receberam um montante total de R\$ 5.601.640,00, contemplando assim um público de 6.563 crianças e adolescentes de várias regiões do DF, sendo que essas instituições atuam em projetos que vão desde a área de aprendizagem e de acolhimento institucional, até com adolescentes do sistema socioeducativo, entre outras áreas.

Já o fortalecimento do SGD no âmbito das entidades governamentais se deu por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude que, ainda neste ano, teve cinco projetos financiados pelo FDCA/DF, no qual podemos destacar o projeto da Frota do Sistema Socioeducativo que adquiriu quatro veículos novos, tipo Van, para atender as demandas das Unidades do Sistema Socioeducativo, que conta com cerca de 853 adolescentes em regime de internação, garantindo o direito de um deslocamento seguro entre as unidades e as atividades externas.

Há destaque também para o projeto de implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio), no qual o FDCA destinou um orçamento de R\$ 462.185,00 cujo valor executado em 2016 foi de R\$ 292.007,62 com a aquisição de: mobiliários, equipamento de videoconferência, TV's, Switchs, aparelhos de ar condicionado e computadores. Este centro, que faz parte da rede do SGD, foi instituído pelo Decreto nº 34.517, de 11 de julho de 2013, tem por finalidade realizar o atendimento inicial de cerca de 360 de crianças e adolescentes por ano que são vítimas de violência sexual, assim como de suas respectivas famílias, a fim de minimizar a revitimização decorrente de sucessivas escutas não qualificadas e dar celeridade aos procedimentos a serem adotados de proteção à vítima e à família.

Ainda em 2016, ocorreu o projeto apresentado pela Secretaria Executiva do CDCA para realização da IX – Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, que contou com a participação de cerca de 1.064 crianças e adolescentes, conferência essa que ocorre a cada dois anos, foi um evento com um espaço de diálogo e proposições, voltados para o exercício da cidadania e do compromisso com a promoção e a defesa dos direitos humanos, nesse caso em especial, dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, que também é visto como uma maneira de fortalecer o SGD.

Quanto à análise das metas, de modo geral houve um alcance muito satisfatório em 3 das 7 ações orçamentárias (metas nº 3,5 e 7), na qual duas atingiram a meta pré-determinada em 100% (metas 5 e 7) e a outra meta (número 3) chegou aos 80,67% do objetivo para o ano de 2016. A meta de nº 6 embora tenha alcançado apenas os 13,53% do objetivo, não se torna menos relevante uma vez que ainda há outros três anos para alcançar os 100% no acumulado. Essas quatro metas analisadas foram as que contribuíram de modo mais positivo para o alcance do objetivo específico, uma vez que sendo executadas de modo integral ou não, proporcionaram parcerias com as instituições públicas e privadas que trabalham diretamente com o público de crianças e adolescentes, que são público alvo das ações voltadas para o sistema de garantia de direitos – SGD. Por outro lado, houve também as metas que não lograram êxito em 2016, que foram as de nº 1, 2 e 4 que foram exatamente as ações que não houve nenhuma proposição de projetos junto ao órgão concedente, no caso o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA, de modo que essas metas tiveram 0% de alcance do objetivo.

Quanto à análise das ações não orçamentárias, das cinco ações apresentadas apenas as ações de nº 1, 4 e 5 apresentaram alguns avanços positivos, sendo que as demais ações tiveram desempenho de 0% da sua meta estipulada. Dentre as ações que houve algum avanço, destacando-se a ação nº 1, que buscou uma “ampliação e expansão da rede de serviços específicos de defesa de direitos”, e para isso o CDCA se mobilizou para aumentar o número de registros das instituições da sociedade civil junto ao órgão, bem como aumentar o número de registros de programas das instituições governamentais, o que proporcionou um desempenho de 30% da meta para essa ação. Destaca-se também a ação não orçamentária nº 4, que tinha como objetivo “ações direcionadas especificamente ao fomento e fortalecimento do protagonismo juvenil”, que para isso foi criado o Comitê Consultivo dos Adolescentes, escolhidos em assembleia específica, com direito a voz no CDCA-DF, no qual foram realizadas várias reuniões com os adolescentes abordando temas diversos de seus interesses, para que dessa forma suas demandas fossem levadas às reuniões plenárias do CDCA, o que fez com que essa ação tivesse um desempenho de 20% da meta. Já a ação nº 5, no qual tinha o objetivo de “agilizar o processo de liberação dos recursos do fundo”, foi criado um Grupo de Trabalho específico por meio da Portaria nº 206, de 25/11/2016, para fazer a análise dos processos e a formulação de pareceres técnicos de habilitação/inabilitação dos projetos dos Editais de 2016 a fim de dar mais agilidade na liberação dos recursos. Também nesse sentido a Secretaria Executiva do CDCA apresentou um projeto para a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública para facilitar a pesquisa de mercado e validar os custos dos projetos apresentados pela Sociedade Civil, com essas medidas essa ação teve um desempenho de 25% do alcance da meta.

Em 2017, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, apresentou um resultado razoável para o alcance do Objetivo Específico nº 007, que é o “Fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos das Crianças e Adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais”.

Esse fortalecimento se consolidou por meio de parcerias (termos de colaboração) com 17 instituições da Sociedade Civil, que através 22 (vinte e dois) projetos aprovados pelo Edital de Chamada Pública nº 01/2016, no qual foi liberado para as instituições um montante total de R\$ 4.943.608,25 (valor liquidado) contemplando assim um público de 7.975 crianças e adolescentes de várias regiões do DF, sendo que as mesmas atuaram em projetos que vão desde fortalecimento institucional, por meio de aquisição de equipamentos, bens permanentes e obras, até oficinas de musicalização e contação de história.

Já quanto as entidades governamentais, esse fortalecimento se deu por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude e a Secretaria Executiva do CDCA, que juntas apresentaram 6 (seis) projetos, somando um montante total de R\$ 1.642.749,54 executados em 2017 com recursos FDCA/DF como, por exemplo, o projeto social para aquisição de dois veículos tipo Micro-ônibus, que atenderá todas Unidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, que contam com um efetivo diário de 972 adolescentes e jovens, sendo 853 em regime de internação e 119 em regime de semiliberdade.

Quanto à análise das metas, verifica-se que elas tiveram um desempenho satisfatório para o alcance o Objetivo Específico nº 007, uma vez que das 7 metas apresentadas no PPA-2016-2019, 3 metas (nºs 3,5 e 7) alcançaram o seu objetivo, sendo que a meta nº 5 superou a expectativa, atingindo o percentual de 122,08%. A meta de nº 6 alcançou um resultado regular ficando com o percentual de 11,56% do objetivo, entretanto há a expectativa de um melhor resultado com a execução de outros projetos no próximo exercício, como por exemplo, o projeto do Scanner Corporal e o Plena Harmonia. Por outro lado, as metas de nºs 1, 2 e 4 não lograram êxito no ano 2017, pois para essas ações não houve a proposição de nenhum projeto junto ao órgão concedente, no caso o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA, de modo que essas metas ficaram com o percentual 0% de alcance do objetivo.

Quanto à análise das ações não orçamentárias, teve um grande avanço em relação ao ano de 2016, uma vez que das cinco ações não-orçamentárias apresentadas, três alcançaram o um percentual de certa de 50% do objetivo, que foram as ações de nº 1,4 e 5. Esse avanço se deu principalmente por conta da entrada em vigor de nova legislação, bem como da implantação de sistema de gestão de informação e reestrutura administrativa nos órgãos do CDCA. Entretanto, as ações de nº 2 e 3 não tiveram um resultado positivo, ficando com o percentual respectivo de 20% e 0% do alcance da meta.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.

**PROGRAMA TEMÁTICO:**  
**6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**OBJETIVO GERAL:**

Promover a defesa e garantia dos direitos humanos assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

<b>25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH</b>
<b>001 – ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO PARA SEGMENTOS SOCIAIS HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS:</b> Promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como afrodescendentes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBT, povos e comunidades tradicionais, entre outros; promovendo a igualdade de oportunidades para esses segmentos no mundo do trabalho e no empreendedorismo.
<b>09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL – CACI</b>
<b>002 – POLÍTICA PARA CATADORES:</b> Promover a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio da integração de políticas públicas voltadas à assistência social, geração de trabalho, renda e acesso aos serviços públicos.
<b>44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA/PROCON – SEJUS/PROCON</b>
<b>003 – EXERCÍCIO DA CIDADANIA:</b> Orientar, proteger e defender os direitos sociais, bem como buscar a harmonização das relações de consumo, oferecendo atendimento de qualidade, com eficiência e rapidez, facilitando o acesso aos serviços públicos.
<b>004 – CIDADANIA CARCERÁRIA:</b> Promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços públicos, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio à reinserção no mercado de trabalho.
<b>25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH</b>
<b>005 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS:</b> Promover a igualdade de gênero, a igualdade racial e étnica; promover uma Brasília sem preconceitos e com acessibilidade; conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos.
<b>48.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF</b>
<b>006 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRADA E GRATUITA:</b> Prestar assistência jurídica integral, gratuita e com eficiência aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando a solução extrajudicial dos litígios como forma de pacificação social.

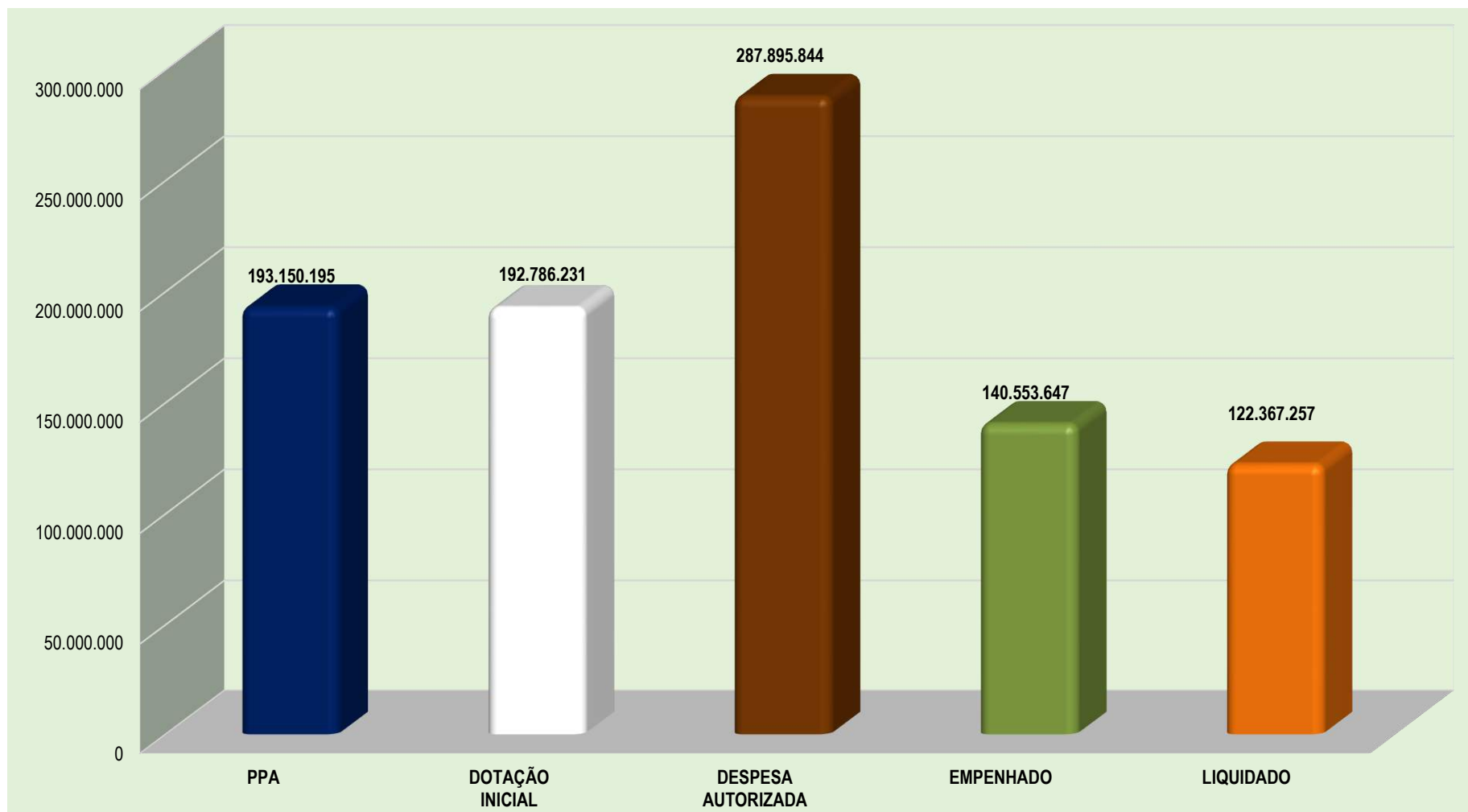
## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.530.000	2.407.350	5.952.403	2.177.474	0	142	0
1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.096.875	254.797	0	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	300.000	50.000	0	0	0	0	0
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	332.995	73.536	3.536	0	0	0	0
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	3.625.527	4.447.350	3.731.463	984.113	984.113	27	27
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	1.283.856	819.217	300.002	0	0	0	0
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	87.000	200.000	0	0	0	0	0
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	39.708.308	29.111.519	48.435.270	36.785.052	33.870.687	93	85
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10.000	20.000	0	0	0	0	0
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	10.000	60.000	0	0	0	0	0
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDÁRIOS	30.961.790	69.400.000	73.460.676	73.180.676	65.685.719	236	212
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	390.000	568.866	568.866	0	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.385.000	460.000	250.000	231.386	208.573	17	15
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	2.500.000	1.104.000	2.904.582	2.070.603	1.961.852	83	78
2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	700.000	500.000	505.325	505.323	505.323	72	72
2628 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	700.000	100.000	1	0	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	750.000	0	0	0	0	0	0
2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	5.040.000	200.000	950.000	0	0	0	0
2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	41.500.000	0	0	0	0	0	0
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	239.212	2.051.000	1.740.497	51.900	6.868	22	3
2782 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	0	940.000	0	0	0	-	-
2877 - (EP)PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	5.050.000	0	0	0	0	0	0
2890 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES ALTERNATIVAS PENAS	700.000	22.100.000	33.723	10.617	617	2	0
2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR	121.142	100.000	100.000	250	250	0	0
2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	24.300.000	23.100.000	12.877.241	12.866.342	8.689.619	53	36
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	6.586.989	2.698.308	6.744.561	3.715.124	2.969.868	56	45
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	1.370.978	6.200.000	1.860.000	478.010	0	35	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	300.000	50.000	0	0	0	0	0
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	3.106.409	10.641.088	75.662.370	6.813.966	6.813.966	219	219
3189 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	300.000	0	0	0	0	0	0
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	500.000	0	0	0	0	0	0
3481 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE	130.000	0	0	0	0	0	0
3568 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO-DIA DO IDOSO - CDI	3.000.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.412.500	100.000	0	0	0	0	0
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	1.000.000	11.293.772	257.258	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.212.500	0	0	0	0	0	0
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.712.500	296.800	0	0	0	0	0
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.212.500	410.000	250.434	0	0	0	0
4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	112.514	90.000	190.000	96.072	96.072	85	85
4127 - DEFENSORIA PÚBLICA NA COMUNIDADE	1.000.000	0	0	0	0	0	0
4128 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO	100.000	70.000	50.000	0	0	0	0
4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	390.122	300.000	25.000	23.732	10.723	6	3
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	100.000	30.000	12.800	336	336	0	0
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	1.212.500	200.000	0	0	0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	5.067.978	2.136.628	51.029.836	562.671	562.671	11	11
4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	1.000.000	200.000	0	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.000	2.000	0	0	0	0	0
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>193.150.195</b>	<b>192.786.231</b>	<b>287.895.844</b>	<b>140.553.647</b>	<b>122.367.257</b>	<b>73</b>	<b>63</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6211</b>	<b>193.150.195</b>	<b>192.786.231</b>	<b>287.895.844</b>	<b>140.553.647</b>	<b>122.367.257</b>	<b>73</b>	<b>63</b>

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: SEJUS, SEDESTMIDH , CACI, DPDF)

### PROGRAMA 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (Valores em R\$)





**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 –ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO PARA SEGMENTOS SOCIAIS HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS:** Promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como afrodescendentes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBT, povos e comunidades tradicionais, entre outros; promovendo a igualdade de oportunidades para esses segmentos no mundo do trabalho e no empreendedorismo.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1	1	Destinar 50% dos recursos das políticas de microcrédito e para o empreendedorismo para a população negra e 50% para a população feminina (SEDESTMIDH); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1	2	Alcançar 80% de avaliação positiva pelas/os beneficiárias/os das políticas de apoio para as/os afroempreendedoras(es) e para as mulheres empreendedoras (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1	3	Fomentar o acesso do público alvo às políticas de Microcrédito e empreendedorismo. (SEDESTMIDH). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1000	PESSOA	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	542			542	54,2%

**Análise Qualitativa**

**1. Destinar 50% dos recursos das políticas de microcrédito e para o empreendedorismo para a população negra e 50% para a população feminina (SEDESTMIDH); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

Em parceria com o PRONATEC, em 2016, foram capacitadas 567 mulheres que estarão aptas a acessarem às políticas de microcrédito.

Em relação à população negra, a meta não se encontra em condição de ser efetivamente aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas públicas do Governo de Brasília. Em 2017 será feita articulação intersetorial para a implementação do referido cadastro.

**2. Alcançar 80% de avaliação positiva pelas/os beneficiárias/os das políticas de apoio para as/os afroempreendedoras(es) e para as mulheres empreendedoras (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

2016

A Secretaria está em diálogo para a implementação deste item, de modo que seja possível fazer a pesquisa de satisfação junto e estes usuários. Ainda, com base na Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2017, da Subsecretaria de Publicidade e Propaganda, da SECOM, que prioriza a realização de campanhas publicitárias acerca da temática do Afroempreendedorismo, entre outros temas, intenta-se promover campanha publicitária específica para dar ciência ao público-alvo sobre a existência da linha de crédito e dos resultados dos programas envolvidos.

**3. Fomentar o acesso do público alvo às políticas de Microcrédito e empreendedorismo. (SEDESTMIDH). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2017

Foram contempladas 542 pessoas negras com microcrédito no programa PROSPERA.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1538	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO.	UNIDADE	0	31/12/2017	200	331	500	560	800	1.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1

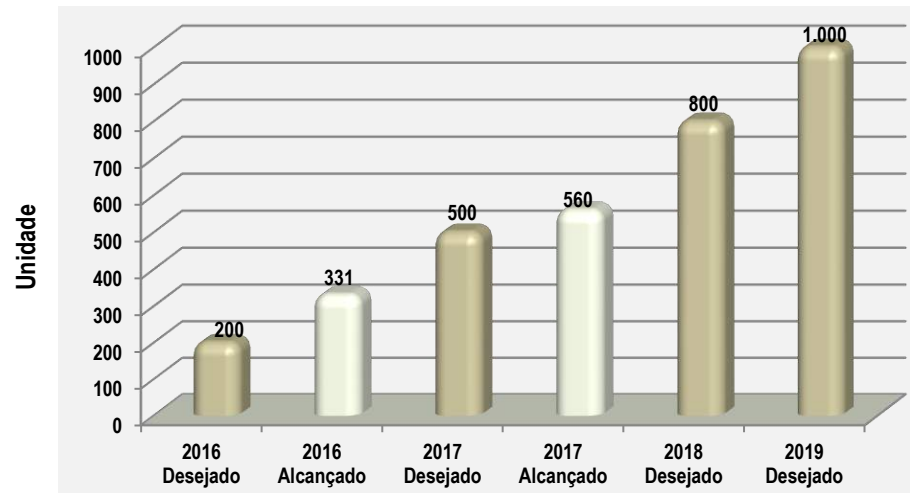
**Justificativas 2016**

**Indicador 1538** – Foram enviados 3.687 currículos a empresas com mais de 100 funcionários, dos quais foram contratados 331 candidatos.

**Justificativas 2017**

**Indicador 1538** – Foram encaminhados pela SAMIDH 2.587 (dois mil e quinhentos e oitenta e sete) currículos a empresas, sendo que foram realizadas 218 (duzentos e dezoito) contratações. Ocorre que também cabe à SEATRAB promover a mediação de vagas de trabalho às pessoas, dentre elas as pessoas com deficiência, onde foram realizadas 342 (trezentos e quarenta e duas) contratações de pessoas com deficiência por meio das ações de intermediação realizadas pelas Agências do Trabalhador do DF.

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO.**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	1	1	Garantir a equidade racial e de gênero em todas as políticas de apoio ao empreendedorismo e ao microcrédito implementadas pelo Governo de Brasília; (SEDESTMIDH) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	25101	X	<b>2016</b> Ação não aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas de microfinanciamento. A Secretaria está articulando para implementação do quesito raça/cor.
6211	1	2	Elaborar, orientar, acompanhar e monitorar projetos apoiados pela Lei do Afroempreendedorismo <i>(Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	25101	25	<b>2016</b> Ação não aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas de microfinanciamento. A Secretaria está articulando para implementação do quesito raça/cor <b>2017</b> - Publicação do Plano Operativo do Programa Afroempreendedor - A Portaria Nº 161, de 28 de julho de 2017, estabeleceu diretrizes para execução do Plano Operativo do Programa Afroempreendedor e deu outras providências. Publicada no DODF Nº 146, de 1º de agosto de 2017. Objetivo: Institucionalização do POPAFRO. Situação atual: etapa cumprida. - Elaboração do Projeto de Afro Incubadoras para o CEU's das Artes e Box da Torre. - Feira de Afroempreendedores no Centro de Economia Solidária

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	1	3	Orientar, acompanhar e monitorar os projetos apresentados por mulheres e apoiados pela política de microcrédito, a fim de contribuir para o sucesso dos projetos apoiados e evitar a inadimplência; (SEDESTMIDH) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	25101	X	<b>2016</b> A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.
6211	1	4	Organizar uma rede de afroempreendedoras/es para troca de experiências e avaliação da política de apoio ao afroempreendedorismo; (SEDESTMIDH)	25101	25	<b>2016</b> Foi realizado o mapeamento inicial das redes e eventos relativos a afroempreendedores no DF e alguns municípios do Entorno, e ao empreendedorismo relativo às comunidades tradicionais de terreiro, nos termos da Lei nº 5447 de 12 de janeiro de 2015. Reuniões com sociedade civil para retomada da rede estão previstas para reiniciarem em junho de 2017. <b>2017</b> - Realizada a reunião de Articulação da Rede Afroempreendedores em 12/07/17 - Foram consolidadas as seguintes redes: Cemegro (Recanto das Emas e Riacho Fundo); Coletivo Vale Jovem (Vale do Amanhecer/Planaltina); Rede de Mulheres Negras do DF e Entorno; e Rede Coisa de Preto.
6211	1	5	Organizar uma rede de mulheres empreendedoras para troca de experiências e avaliação da política de apoio ao empreendedorismo feminino; (SEDESTMIDH)	25101	25	<b>2016</b> Em 2016 foram criados três grupos de mulheres empreendedoras a partir das capacitações oferecidas em parceria com a Secretaria de Educação, que são: Mulheres de HAMSÁ, Flores do Cerrado e Revitalize. <b>2017</b> Em 2017 os três grupos de mulheres empreendedoras não deram sequência aos trabalhos. - REALIZAÇÃO E APOIO DE FEIRAS Articulação e intercâmbio entre afroempreendedoras (es), com o Fórum de Mulheres do Campo e do Cerrado, com o Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno e empresas do setor privado, com vistas a geração de oportunidades e renda para mulheres negras, ciganas, indígenas, quilombolas e de terreiro. - FEIRA DE AFROEMPREENDEDORES 16 a 18 de novembro Local: Centro de Economia Solidária - FEIRA BRASIL DIVERSIDADES 01 a 10 de dezembro Local: Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade - FEIRA DAS MULHERES DO CAMPO E DO CERRADO 08 a 10 de dezembro Local: Estacionamento da Administração do Parque da Cidade.
6211	1	6	Oferecer palestras continuadas sobre empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária para o público feminino na Casa da Mulher Brasileira; (SEDESTMIDH)	25101	25	<b>2016</b> Projeto de cursos semestrais de recolocação profissional para mulheres acompanhadas pela Casa da Mulher Brasileira (Serviço de Promoção da Autonomia Econômica das Mulheres – SPAE - CMB), com duas turmas concluídas. Realização de uma palestra sobre economia solidária com o Instituto Marista. <b>2017</b> Ações e atividades realizadas:

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>O Serviço de Promoção da Autonomia Econômica (SPAЕ) elaborou um trabalho em duas frentes: articulação e atendimento, onde na primeira frente estão as parcerias e projetos estabelecidos e na segunda, o atendimento às mulheres em situação de violência e em busca de sua autonomia econômica, por meio da educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de uma Palestra sobre como organizar projetos com consultora voluntária, além de auxiliar na criação do grupo de trabalho derivado do curso de massoterapia, o "Mulheres de HAMSÁ".</li> <li>- Parceria com a Secretaria Adjunta do Trabalho - SEATRAB com duas turmas de recolocação profissional, contemplando 71 (setenta e uma) mulheres.</li> <li>- Minicurso de Educação Financeira com parceria do Banco de Brasília (BRB) e às mulheres atendidas pela Casa da Mulher Brasileira - CMB. Ocorreram 2 (dois) cursos durante o ano de 2017, 01 (um) por semestre.</li> </ul>
6211	1	7	Promover a qualificação profissional das mulheres de Brasília; (SEDESTMIDH)	25101		<p><b>2016</b> Em 2016, através de parceria da SEDESTMIDH com o PRONATEC/Mulheres Mil, mulheres atendidas nos equipamentos foram qualificadas profissionalmente nos cursos de recepcionista, massagista, assistente administrativo, cuidadora de idosos, agente comunitário de saúde, manicure, pedicuro e copeira, sendo 180 na Casa da Mulher Brasileira e 217 nos Centro Especializado de Atendimento as Mulheres. O projeto Coma Bem Viva Bem capacitou 110 mulheres nos cursos de Cozinha Básica e Pão Artesanal. Ocorreram ainda, oficinas de bordados, bijuteria com material reciclado, confecção de puff feitos com pneu, boneca de pano, pintura em tecido e decoração de cadernos. Capacitando 60 mulheres na Casa Abrigo.</p> <p><b>2017</b> Em 2017 foi mantida a parceria entre Secretaria de Estado de Educação - SEEDF, SEDESTMIDH e MEC para a oferta de cursos do PRONATEC/Mulheres Mil. Foram abertas 1.509 vagas distribuídas em cursos diversos, realizados nos equipamentos da Secretaria. Os cursos eram voltados às mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pelos equipamentos. Das 1.414 mulheres matriculadas, 945 concluíram os cursos. Além disso, nos dias 28 e 29/11 e 05/12, a Secretaria promoveu, em parceria com o SEBRAE-DF, uma capacitação no âmbito dos preparativos para o Lançamento da Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado. As 21 artesãs selecionadas para expor seus produtos, as integrantes do Fórum Distrital Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado e Mulheres Afroempreendedoras foram convidadas para participar das capacitações com temas: Como atrair, conquistar e manter clientes (Atendimento ao público); preparando para começar bem; como vender em datas comemorativas; e educação financeira (formação de preços). Casa da Mulher Brasileira: foram qualificadas 75 (setenta e cinco) mulheres por meio da parceria com o Programa PRONATEC/Mulheres MIL – SEEDF. Em 2017, a CMB não foi unidade remota para cursos, realizou a seleção e encaminhamento para matrícula nos cursos, os mapas da vida em todas as turmas que ocorreram em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, como Cruzeiro, Recanto das Emas, Gama e Estrutura.</p>
6211	1	8	Promover políticas de microcrédito existentes em Brasília junto à população feminina e afrodescendente; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.</p> <p><b>2017</b> Objetivo: Controle Social do POPAFRO e fortalecimento da Rede de Afroempreendedores. O público foi composto majoritariamente por mulheres negras (28), sendo que a grande maioria eram afroempreendedoras atuantes no Distrito Federal. Dentre o público estavam presentes empreendedores africanos que mantêm suas atividades no DF há mais de 7 anos.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Outrossim, 90% dos participantes da reunião desempenham suas atividades comerciais no DF, 52% dos participantes eram mulheres negras. Diversas áreas de atuação dos afroempreendedores foram identificadas na reunião: etnogastronomia, moda, beleza, educação, consultoria, importação e exportação, produção cultural, agricultura familiar, tecnologia, negócios sociais, Organizações da Sociedade Civil, pesquisa, entre outros.
6211	1	9	Orientar mulheres empreendedoras beneficiárias das políticas de microcrédito de Brasília; (SEDESTMIDH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	25	<b>2016</b> A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013. <b>2017</b> CICLO DE CAPACITAÇÕES DA SEDESTMIDH A Secretária realizou uma oficina sobre o PROSPERA – Fundo de Geração de Emprego e Renda e organização em rede para cerca de 25 empreendedores vinculados ao Centro de Referência do Negro (CerNegro), localizado no Recanto das Emas.  OFICINAS DO SEBRAE 25/10/2017 - Empreendedorismo para começar bem (4h/a). Capacitação para 30 afroempreendedores vinculados ao Programa Afroempreendedor (POPAFRO). 26/10/2017 - Redes Associativas na Medida - Modulo 1 - Despertando para o Associativismo (4h/a). Capacitação para 20 afroempreendedores vinculados ao Programa Afroempreendedor (POPAFRO).
6211	1	10	Promover o cooperativismo feminino, por meio da organização de uma rede de articulação; (SEDESTMIDH)	25101	25	<b>2016</b> A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013. <b>2017</b> Em atenção a solicitação do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado, foram promovidas duas edições da Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado, no Parque da Cidade, com a participação das mulheres rurais, afroempreendedoras, mulheres de comunidades tradicionais e egressas dos equipamentos da SEDESTMIDH. Tal solicitação decorreu da necessidade de comercialização dos produtos, a fim de escoar a produção. Houve, também, com um box na Torre de TV, com sistema rotativo de expositores.
6211	1	11	Acompanhar, capacitar e orientar artesãs/ãos afrodescendentes e/ou de comunidades tradicionais de Brasília para utilização do box da Feira de Artesanato da Torre de TV; (SEDESTMIDH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	25	<b>2016</b> Em 2016 o projeto foi elaborado e no Acordo de Resultados de 2017 está contemplada a meta de utilização dos boxes de Artesanato da Torre de TV. <b>2017</b> A Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado, ao Lado da Administração do Parque da Cidade, objetivou promover a autonomia e independência econômica e financeira das mulheres produtoras rurais, ciganas, indígenas, afrodescendentes e quilombolas, por meio da oferta de local estratégico para comercialização de seus produtos, seu lançamento ocorreu no dia 08/12/17. A venda dos produtos ocorreu também nos dias 09 e 10/12/17 e 15, 16 e 17/12/17, esta foi a primeira parte da execução do Projeto " Torre de TV".

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>As artesãs se inscreveram a partir da publicação do Edital 01, publicado no site <a href="http://www.mulher.df.gov.br">www.mulher.df.gov.br</a> e foram selecionadas pela Comissão Avaliadora dos Produtos da Feira das Mulheres do Cerrado, criada por meio da Ordem de Serviço Nº 04, de 06 de novembro de 2017, publicada no DODF Nº 218, de 14 de novembro de 2017.</p> <p>EMISSÃO DE CARTEIRAS DE ARTESÃ</p> <p>A Secretaria em articulação com a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do DF - SETUL realizaram força tarefa, para beneficiar 21 (vinte e uma) artesãs – 16 (dezesesseis) foram cadastradas e tiraram a carteira do artesão, e as outras 05 (cinco) renovaram o cadastro.</p>
6211	1	12	Fomentar a participação de artesãs/ãos nas atividades organizadas pelo Governo de Brasília; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b></p> <p>Foram realizadas 12 exposições, sendo: CMB 6, CEAM Ceilândia 1, CEAM Planaltina 1, Casa Abrigo 3 e também foi realizada a Tenda 16 dias de Ativismo ONU Mulheres e Governo de Brasília.</p> <p>Foi iniciado em 2016 articulação para a Feira de Mulheres do Campo e do Cerrado, uma reivindicação dos membros do Fórum Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado. A feira será realizada no Parque da Cidade e dará oportunidade para as artesãs e produtoras rurais venderem seus produtos.</p> <p><b>2017</b></p> <p>A Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado, ao Lado da Administração do Parque da Cidade, objetivou promover a autonomia e independência econômica e financeira das mulheres produtoras rurais, ciganas, indígenas, afrodescendentes e quilombolas, por meio da oferta de local estratégico para comercialização de seus produtos, seu lançamento ocorreu no dia 08/12/17.</p> <p>A venda dos produtos ocorreu também nos dias 09 e 10/12/17 e 15, 16 e 17/12/17, esta foi a primeira parte da execução do Projeto " Torre de TV".</p> <p>As artesãs se inscreveram a partir da publicação do Edital 01, publicado no site <a href="http://www.mulher.df.gov.br">www.mulher.df.gov.br</a> e foram selecionadas pela Comissão Avaliadora dos Produtos da Feira das Mulheres do Cerrado, criada por meio da Ordem de Serviço Nº 04, de 06 de novembro de 2017, publicada no DODF Nº 218, de 14 de novembro de 2017.</p>
6211	1	13	Apoiar empreendimentos econômicos solidários e a redes de economia solidária, no âmbito dos espaços de matriz africana; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p><b>2016</b></p> <p>A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.</p>
6211	1	14	Promover qualificação profissional de afrodescendentes, indígenas e população cigana de Brasília. (SEDESTMIDH)	25101	50	<p><b>2016</b></p> <p>Fase final de estudo e elaboração do projeto de apoio ao empreendedorismo indígena através da realização de Feira de Artesanato na Praça do Índio, localizada na Asa Sul.</p> <p>Por falta de previsão orçamentária, a Escola Técnica Aberta de Afroempreendedorismo - CRIAR aguarda implementação.</p> <p>As mulheres ciganas foram incluídas no programa de capacitação PRONATEC/Mulheres Mil.</p> <p><b>2017</b></p> <p>As mulheres afrodescendentes, indígenas e população cigana de Brasília continuaram tendo acesso ao Programa de Capacitação PRONATEC/Mulheres Mil.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

Em 2016, com vistas a promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como mulheres e promover a igualdade de oportunidades para esses segmentos, especialmente no mundo do trabalho e no empreendedorismo, foram realizadas parcerias para fortalecer a autonomia econômica das mulheres vítimas de violência, por meio do PRONATEC e do Instituto Marista. Pelo projeto Coma Bem foram realizadas oficinas de pães artesanais, e ainda oficinas de artesanato e confecção de bijuterias. A secretaria apoiou a estruturação de 03 redes de mulheres empreendedoras, realizadas 12 exposições de artesanato com mulheres empreendedoras, e capacitação de 567 mulheres, que a partir de 2017 contarão com novos caminhos para a promoção de sua autonomia econômica.

Considerando que a variável racial não estava sendo mensurada na política de microcrédito, ações foram realizadas no âmbito institucional para proporcionar a inserção do quesito raça-cor no sistema de cadastro e gestão do microcrédito.

No ano de 2017 foram desenvolvidas ações com vistas à inserção das mulheres no mercado de trabalho, com especial foco às mulheres vítimas de violência doméstica, pois é indiscutível a importância da promoção da autonomia econômica para o regaste da cidadania de mulheres nessa situação. Apesar das tentativas de sair do ciclo de violência, muitas voltam ao convívio com seus (suas) agressores (as) por não vislumbrarem outras formas de sustentarem a si e seus dependentes, ou seja, a conquista da independência financeira é fator fundamental para o empoderamento e ressignificação de vida.

Além da oferta de atendimento em serviços especializados, foram realizadas capacitações para mulheres artesãs; oficinas diversas realizadas nos Centros Especializados de Atendimento à Mulher, e foram promovidos os cursos profissionalizantes por meio do PRONATEC/Mulheres Mil com foco na qualificação para o mercado de trabalho. Foram 1.509 vagas abertas, 1.414 mulheres matriculadas e destas, 945 concluíram os cursos

Somado a isso, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 0012/2017, celebrado entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH e o Senado Federal, e o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2017, celebrado com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando a execução dos Programas de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Econômica em Decorrente de Violência Doméstica dos referidos Órgãos, com destinação do percentual de 2% das vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados do Senado e CLDF, promovendo assim a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Em 14 de dezembro de 2017 foi sancionada a Lei Nº 6.022 que assegura a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do Distrito Federal. Esta recente conquista na área das políticas públicas voltadas à promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de violência doméstica é resultado do Projeto de Lei Nº 334/2015, de iniciativa parlamentar, aprovado pela Câmara Legislativa no dia 22 de novembro de 2017. A proposta é que o Banco de Empregos seja uma ferramenta que agregará as políticas, programas e projetos, públicos ou privados, voltados à promoção da autonomia econômica de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, como os Acordos de Cooperação Técnica celebrados com outros Órgãos e as parcerias com instituições públicas e privadas. A lei está em fase de regulamentação.

Uma das principais conquistas para a política de promoção da autonomia econômica foi o Termo de Cooperação Técnica assinado entre SEDESTMIDH e o Senado Federal, que destina 2% das vagas de novas contratações de terceirizados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. No ano de 2017, ocorreu a contratação para a vaga de atendente, com o período de seleção no mês de maio de 2017. Na oportunidade, a Casa da Mulher Brasileira - CMB entrevistou mulheres atendidas que possuíam o perfil profissional solicitado pela empresa e encaminhou 08 currículos, dividindo a seleção com mulheres também encaminhadas pelos equipamentos da CEVICOM (Coordenação de Enfrentamento à Violência contra a Mulher).

Por meio do PRONATEC mulheres Mil, foram ministrados diversos cursos até dezembro de 2017 em várias Regiões Administrativas do DF. Estes cursos são um desdobramento do SPAE na Casa da Mulher Brasileira e envolvem também os demais equipamentos da Pasta de Mulheres. Além do encaminhamento de mulheres, participamos junto ao programa com a sensibilização dos professores, aula inaugural, desenvolvimento do Mapa da Vida, com palestras sobre tipos de violências e atendimento psicossocial.

Além destas articulações, foram realizadas as seguintes ações: Realização de matrículas de mulheres nos cursos ofertados pelos Campis do Instituto Federal de Brasília. incentivo à matrícula no EJA (Educação de Jovens e Adultos), para elevação de escolaridade, divulgando os prazos de inscrição para matrícula na rede pública de ensino pelo 156, realização de parceria com o Instituto Marista de Solidariedade para mulheres interessadas no tema Economia Solidária, palestras sobre como organizar projetos com consultora voluntária, além de auxiliar na criação do grupo de trabalho derivado do curso de massoterapia, o “Mulheres de Hamsá”, Desenvolvemos parceria com o Instituto Íthaka e Grupo Salto Alto que ofertaram oficinas de Design Thinking, voltado para



organização profissional e pessoal, com duas turmas de recolocação profissional, contemplando 71 (setenta e uma) mulheres e em parceria com o Banco de Brasília, foram ofertados 02 minicursos de Educação Financeira, atendendo a 66 mulheres.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**002 – POLÍTICA PARA CATADORES: Promover a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio da integração de políticas públicas voltadas à assistência social, geração de trabalho, renda e acesso aos serviços públicos.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:

**09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL - CACI**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2	1	Coordenar a implantação do projeto "Coleta Seletiva Solidária" em 100% dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do DF para destinação dos materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores; (CACI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	40			40	40,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2	2	Coordenar a implantação do "Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores". (CACI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50			50	50,0%

##### Análise Qualitativa

#### 1. Coordenar a implantação do projeto "Coleta Seletiva Solidária" em 100% dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do DF para destinação dos materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores (CACI);

##### 2016

A ação teve início com os órgãos e entidades sediados no Palácio do Buriti e Edifício Anexo, sendo realizadas, inicialmente, reuniões com os servidores da limpeza para explicar sobre o início da campanha; a forma que seria feito o descarte correto do material (lixo seco ou orgânico) e; a separação para a destinação à cooperativa e associações de catadores. Assim, no mês de maio de 2016 teve início a campanha com foco principal na conscientização dos servidores públicos e prestadores de serviços quanto à importância e os benefícios da redução da geração de resíduos e do correto descarte no ambiente de trabalho. Nesse contexto, a equipe responsável pela campanha distribuiu panfletos aos servidores e afixou cartazes em todos os andares do prédio, além de divulgar mensagens na intranet e spots nos elevadores com informações e explicações sobre o início da Coleta Seletiva Solidária. Também foram distribuídas lixeiras coletoras (em papelão) para separação do lixo seco do orgânico e o estímulo aos servidores para retirada das lixeiras individuais substituindo-as pelas lixeiras coletivas. Em 2017, iniciou-se o mapeamento dos demais órgãos que ainda não

realizam a coleta seletiva e está sendo preparada campanha aos demais órgãos e entidades da Administração Pública com entrega de material informativo. Um dos grandes desafios é a necessidade de alterar o Decreto nº 35.817/2014, que trata da coleta seletiva, para aperfeiçoar sua aplicação, o que está trâmite para publicação até maio de 2017.

**2017**

Foram realizadas ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária que não se mostrava efetiva em todos os órgãos do GDF, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos órgãos para atender os dispositivos do decreto anterior (Dec. nº 35.817/2014), sendo editado o novo Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar os procedimentos para implementação e ampliação das ações de coleta seletiva como, por exemplo, a previsão de instituir Comissão de Gestão da Coleta Seletiva em cada órgão e os procedimentos para distribuição dos materiais coletados que passou a ser regulamentado pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, deixando de ser uma “obrigação” de cada órgão fazer a seleção da associação/cooperativa, o que dificultava a doação dos materiais coletados.

Nesse contexto, foi realizado o “*Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal*” no mês de julho de 2017, que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital, ocasião em que os representantes governamentais foram orientados acerca dos procedimentos para implementar e potencializar as ações de Coleta Seletiva Solidária nas respectivas Unidades Administrativas de cada órgão/entidade.

Para acompanhar e gerenciar a implantação e a execução da Coleta Seletiva Solidária na administração pública distrital, a Secretaria da Casa Civil iniciou em 2017, o desenvolvimento de sistema informatizado que será disponibilizado em 2018 a todos os órgãos/entidades, cuja expectativa é que se tenha, em tempo real, informações atualizadas sobre as ações desenvolvidas e os impactos e resultados alcançados.

## **2. Coordenar a implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores”. (CACI)**

**2016**

Essa ação está sendo realizada no âmbito do Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, instituído com o objetivo de promover a articulação e coordenação do diálogo com os catadores do Distrito Federal. Nesse contexto, foram realizadas no decorrer de 2016 reuniões para debater o tema contando com a participação dos órgãos de governo envolvidos direta e indiretamente com a temática (CACI / Escritório de Projetos Especiais da Governadoria / SLU / SEMA / SEDESTMIDH), além das entidades representativas dos catadores, com destaque para as duas centrais CENTCOOP e REDE ALTERNATIVA, que congregam ao todo 32 associações e cooperativas de catadores, o que representa aproximadamente 3.244 catadores de materiais recicláveis. A agenda de trabalho foi organizada da seguinte forma: a discussão do Plano de Transição (encerramento das atividades no Aterro Controlado do Jóquei e o funcionamento dos Centro de Triagem e Reciclagem); regularização dos terrenos ocupados por cooperativas de catadores e; a contração das cooperativas para prestação de serviços de coleta seletiva no Distrito Federal. Também foi realizada a apresentação aos catadores do novo modelo de Coleta Seletiva que será adotado no Distrito Federal e que terá reflexo direto na execução do Plano de Transição/Inclusão.

**2017**

A Coordenação da implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores” é executada no âmbito do Comitê Intersetorial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal – CIISC/DF, instituído pelo Decreto nº 34.329/2013, por meio do constante diálogo com os catadores e a articulação e o acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo que executam as diferentes políticas setoriais. Destaca-se, como resultado dessa ação, a iniciativa da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH que atendeu 900 (novecentos) catadores no programa “Agente de Cidadania Ambiental”, com repasse de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 para cada beneficiário que participa de 12 horas mensais de capacitação e outras atividades voltadas a reciclagem e ao meio ambiente. Também foram contemplados um total de 600 adolescentes entre 15 a 17 anos, (filhos de catadores) no programa “Caminhos da Cidadania” com recebimento de bolsa auxílio de R\$ 190,00, os quais participam de diversas atividades de formação e cidadania. Destaca-se, ainda, a seleção de mais 07 cooperativas/associações de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para fazer a triagem e/ou coleta seletiva em rotas específicas que somadas as 6 contratadas em 2016, perfazem um total de 13 contratações no período.

Ademais, como uma das ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Inclusão, foi assinado com os representantes das cooperativas/associações que atuam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) um Termo de Compromisso para o encerramento das atividades irregulares naquele local, sendo que as 8 cooperativas/associações que ali atuavam foram transferidas para 5 galpões alugados pelo SLU contendo máquinas e equipamentos de proteção individual para que possam realizar seu trabalho com segurança e salubridade, além de serem contratadas para prestar serviço de triagem dos materiais da coleta seletiva com pagamento por tonelada comercializada como forma de incrementar a renda dos mesmos. Nesse sentido, o governo elaborou e foi

validado pelos catadores o Modelo de Gestão dos Centros de Triagem e também foi editada a Lei nº 5.893/2017, que cria Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei que passaram a trabalhar nos galpões cedidos as cooperativas/associações, sendo que em 2017 um total de 80 primeiros catadores já começaram a receber o auxílio no valor mensal de R\$ 360,75. A expectativa é que esse número chegue a 1.200 catadores em 2018, quando todos estiverem atuando nos galpões, e atendidas as demais exigências legais, a fim de garantir a efetiva inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1539	COLETA SELETIVA IMPLANTADA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GDF	%			10	10	30	30	30	30	SAD REL INST E SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 2

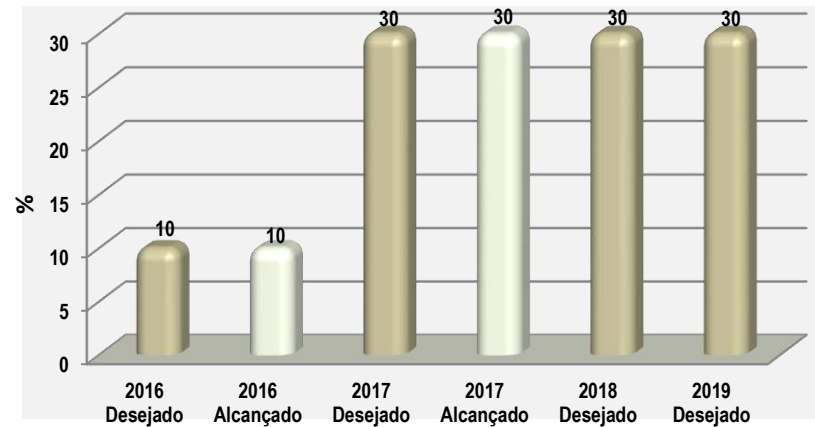
### Justificativas 2016

**Indicador 1539** - Implantação da Coleta Seletiva Solidária em 10 órgãos, sendo eles: Gabinete da Governadoria e respectivas Assessorias; Comunicação Institucional e Interação Social; Casa Civil; Casa Militar; Secretaria das Cidades; Secretaria de Mobilidade; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria Adjunta de Políticas para Igualdade Racial e a Secretaria Adjunta de Promoção dos Direitos Humanos da SEDE; Controladoria Geral do DF e Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF.

### Justificativas 2017

**Indicador 1539** - Dando prosseguimento às ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária, destaca-se o "Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal" que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital. Ainda, foi publicado o Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar os procedimentos para implementação e ampliação das ações de coleta seletiva e a distribuição dos materiais coletados que passaram a ser regulamentados pelo SLU.

**COLETA SELETIVA IMPLANTADA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GDF**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	2	1	Revisão do Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores. (CACI)	9101	50%	<p><b>2016</b>  <b>Implementação em andamento.</b> Todavia, as etapas previstas para 2016 consistiram na realização de reuniões, diálogo e articulação com catadores e representantes de órgãos públicos que tem relação direta com essa temática, a fim de auxiliar na construção de entendimentos e no encaminhamento de propostas que visem a efetiva inclusão social e econômica desse público.</p> <p><b>2017</b>                      A implantação do Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores, que integra e converge as diferentes ações desenvolvidas pelos demais órgãos de governo para atender esse público, contribuiu significativamente para o encerramento das atividades irregulares no Aterro do Jôquei (Lixão da Estrutural) garantindo trabalho e renda para os catadores com disponibilização de 5 centros de triagem (galpões) com infraestrutura e instalações salubres, com banheiro e refeitório, além de equipamentos de proteção individual e máquinas (como esteiras e empilhadeiras) que facilitam e aumentam a produtividade. Ademais, a contratação de cooperativas pelo SLU para realizar serviço de triagem tem incrementado a renda dos grupos.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/ 2017

Em 2016, iniciou-se efetivamente a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal o que possibilitará ampliar, significativamente, o quantitativo de materiais recicláveis doados à associações e cooperativas de catadores, a fim de incrementar a renda desses grupos.

Coordenar a implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores” por meio do diálogo com os catadores e a articulação e o acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo, que executam as diferentes políticas setoriais. Destaca-se nessa ação a iniciativa da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH que incluiu 900 (novecentos) catadores no programa “Agente de Cidadania Ambiental”, com repasse de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 para cada beneficiário que participa de 12 horas mensais de capacitação e outras atividades voltadas a reciclagem e ao meio ambiente. Também foram contemplados um total de 199 adolescentes entre 15 a 17 anos, (filhos de catadores) no programa “Agentes de Cidadania” com recebimento de bolsa auxílio de R\$ 190,00, os quais participam de diversas atividades de formação e cidadania. Destaca-se, ainda, a contratação de 06 cooperativas de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para fazer a coleta seletiva em rotas nas cidades de Brazlândia, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Santa Maria e Samambaia, com previsão de que em 2017 seja ampliado para até 10 novas rotas com a contratação de mais cooperativas de catadores. Para os próximos exercícios (2017-2019) estão previstos:

- i) disponibilização de 5 Centros de Triagem e 01 Centro de Comercialização;
- i) capacitação dos catadores para operar as referidas Unidades;
- ii) ampliação do número de vagas para crianças entre 6 a 12 anos (200 filhos de catadores) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado no âmbito da Política de Assistência Social;
- iii) implementação de um benefício temporário de compensação para 2.300 catadores que atuam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) no valor de R\$ 360,00, em função do encerramento das atividades naquele local e o início de trabalho nos Centros de Triagem, a fim de garantir a efetiva inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

Em 2017 deu-se continuidade às ações educativas para implantação efetiva da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal o que tem possibilitado ampliar, significativamente, o quantitativo de materiais recicláveis doados à associações e cooperativas de catadores, contribuindo, assim, para incrementar a renda desses grupos.

Continuidade das ações de implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores” por meio do constante diálogo com os catadores e a articulação e o acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo, que executam as diferentes políticas setoriais. Destaca-se nessa ação a iniciativa da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH que manteve 900 (novecentos) catadores no programa “Agente de Cidadania Ambiental”, com repasse de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 para cada beneficiário que participa de 12 horas mensais de capacitação e outras atividades voltadas a reciclagem e ao meio ambiente. Também se ampliou para 600 adolescentes entre 15 a 17 anos, (filhos de catadores) inseridos no programa “Agentes de Cidadania” com recebimento de bolsa auxílio de R\$ 190,00, os quais participam de diversas atividades de formação e cidadania. Foi instituído pela Lei nº 5.893/2017, o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) que passaram a trabalhar nos 5 Centro de Triagem (galpões) cedidos as cooperativas/associações pelo SLU, sendo que em 2017 um total de 80 primeiros catadores já começaram a receber o auxílio no valor mensal de R\$ 360,75 e a expectativa é que esse número chegue a 1.200 catadores em 2018. Destaca-se, ainda, a contratação de mais 07 sete cooperativas/associações de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, perfazendo um total de 13 contratações para o serviço de coleta seletiva e/ou triagem dos resíduos, o que tem contribuído para incrementar a renda dos grupos. Para os próximos exercícios (2018-2019) estão previstos: Construção de 02 Centros de Triagem e Reciclagem; ii) capacitação dos catadores para operar e gerir as referidas Unidades; iii) ampliação do número de vagas para crianças entre 6 a 12 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado no âmbito da Política de Assistência Social; e iv) ampliação do número de catadores que recebem o benefício de Compensação Temporária (passando para 1.200), que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) com recebimento do valor de

R\$ 360,00, em função do encerramento das atividades naquele local e o início de trabalho nos Centros de Triagem, a fim de garantir a efetiva inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – EXERCÍCIO DA CIDADANIA: Orientar, proteger e defender os direitos sociais, bem como buscar a harmonização das relações de consumo, oferecendo atendimento de qualidade, com eficiência e rapidez, facilitando o acesso aos serviços públicos.**

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA/PROCON – SEJUS/PROCON**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	1	Efetivar e implementar a Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor; (PROCON)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	2	Implantar novos postos de atendimento do PROCON/DF, proporcionando, ainda, atendimento diferenciado às pessoas com deficiência e garantia de acessibilidade; (PROCON)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	3	Ampliar o número de veículos para o PROCON Móvel; (PROCON)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	4	Aumentar a média mensal de atendimento do NA HORA para 374.991; (SEJUS)	374.991	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	216.921	239.041			239.041	63,7%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	5	Aumentar o índice de satisfação do usuário para 99%; (SEJUS)	99	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,97	99,97			99,97	101,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	6	Diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos; (SEJUS)	07:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	15:32	14:43			0:14:43	-10,2%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	7	Diminuir o tempo médio de atendimento para 05 minutos; (SEJUS)	5:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	4:46	4:34			0:04:34	108,7%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	8	Diminuir o número de pessoas sem Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, realizando pelo menos dois mutirões por ano a fim de erradicar o sub-registro, e capacitar 100 (cem) agentes públicos por ano para atuarem como multiplicadores; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	9	Ampliar o acesso e o número de Entidades que almejam o título de utilidade pública no Governo de Brasília; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	-			-	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	10	Realizar dois eventos do Casamento Comunitário por ano, alcançando 100 casais em cada (SEJUS). <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2	2			4	50,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	11	Encaminhar jovens dispensados do serviço militar obrigatório para o mercado de trabalho (SEJUS). <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25,75	55,53			55,53	55,5%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	12	Democratizar o acesso dos recursos do Fundo à sociedade civil, mediante seleção de projetos voltados ao direito do consumidor; (FDDC)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	13	Ampliar o conhecimento sobre a legislação consumerista; (FDDC)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	14	Manter a produção e distribuição anual de 250.000 cartilhas para o consumidor. (FDDC)	250.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	15	Aumentar o número de órgãos parceiros que prestam serviços nas unidades do Na Hora para 7 unidades. (SEJUS) <i>(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	7	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	2			2	28,6%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Efetivar e implementar a Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor (PROCON);**

#### **2016**

Esta meta relaciona-se com a implantação da Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor. Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.

#### **2017**

De junho de 2016 até setembro de 2017 não teve servidor nomeado, impossibilitando a implantação das ações. Dessa forma, o Procon aguarda novas nomeações.

## **2. Implantar novos postos de atendimento do PROCON/DF, proporcionando, ainda, atendimento diferenciado às pessoas com deficiência e garantia de acessibilidade; (PROCON);**

**2016**

Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público. Não há como abrir novos postos por conta da falta de servidores.

**2017**

O PROCON criou o Núcleo de atendimento do Riacho Fundo, localizado no "Na Hora", que foi publicado no DODF, Anexo II do Decreto nº 38.078, de 22 de Março de 2017.

## **3. Ampliar o número de veículos para o PROCON Móvel (PROCON);**

**2016**

A ampliação do número de veículos necessita de novos servidores para dirigi-los e, portanto, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.

**2017**

O PROCON não adquiriu novos veículos, porém a estrutura do Ônibus do PROCON Móvel foi revitalizada, possibilitando a continuidade das ações.

## **4. Aumentar a média mensal de atendimento do NA HORA para 374.991 (SEJUS);**

**2016**

A fim de atingir o maior número de pessoas com o menor tempo de espera possível, a Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA ampliou o número de parceiros em 2016. Com o ingresso dos serviços da Defensoria Pública da União – DPU, da Polícia Rodoviária Federal – PRF e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB foi possível elevar em 10,35% o número de atendimentos em comparação ao ano de 2015.

Além disso, foi autuado o anteprojeto de lei que cria o Instituto do Serviço de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal, que tem por meta ampliar a política de excelência no atendimento ao cidadão no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica do Distrito Federal.

**2017**

Com o propósito de dar maior transparência aos serviços prestados nas Unidades do Na Hora e de conferir maior agilidade no atendimento ao cidadão, a Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA firmou novas parcerias em 2017 com os Correios e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Isto provocou um aumento nos atendimentos comparados à 2016.

## **5. Aumentar o índice de satisfação do usuário para 99% (SEJUS);**

**2016**

Foi possível superar o índice de satisfação do usuário em razão do comprometimento e dedicação dos servidores/colaboradores do Na Hora.

**2017**

Em 2017 repetiu-se o padrão do ano de 2016. Deste modo, superou-se o índice de satisfação do usuário, ou seja, a previsão de 99% de satisfação do usuário chegou a 99,7% em razão, entre outros, da capacitação e do incentivo do espírito de equipe suscitado entre os servidores/colaboradores do NA HORA.



## **6. Diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos (SEJUS);**

**2016**

Embora tenha havido esforços no sentido de reduzir o tempo médio de espera do cidadão (pós-guichê até ser atendido pelo órgão de seu interesse), o NA HORA enfrentou, em 2016, um déficit de 274 servidores, conforme levantamento realizado em 2015 pelo Núcleo de Atenção ao Servidor – NA HORA.

Naquela oportunidade, o NA HORA encaminhou documento à Diretoria de Gestão de Pessoas - para manifestação e andamentos administrativos no sentido de realizar concurso público para o provimento 1.200 vagas, das quais 274 eram para provimento imediato, e as demais para o cadastro reserva em caso de nomeações futuras nas unidades. Além do déficit de pessoal, o NA HORA também enfrentou em 2016 o aumento do fluxo de atendimentos do DETRAN/DF que, nos últimos três meses daquele Exercício, passaram a emitir todos os CRLVs via NA HORA.

A fim de diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos, o NA HORA solicitou a redução da carga horária dos servidores das unidades, o que serviria de incentivo para atrair e expandir a parceria com outros órgãos e, como consequência do aumento da força de trabalho, poderia ocorrer a redução do tempo médio de espera dos usuários, a diminuição do tempo médio de atendimento e o aumento do índice de satisfação do usuário. O processo que trata de proposição para a redução da carga horária dos servidores que trabalham nas unidades do NA HORA encontra-se na carga da AJL/SEJUS para análise e manifestação acerca da viabilidade da solicitação, desde o dia 18 de abril de 2017.

**2017**

Em 2017 o índice desejado de 07 min de espera chegou a 14,43 min de espera. A redução do tempo médio de espera do cidadão para o cumprimento dos índices apontados depende de maior contingente de servidores e implantação de mais unidades do NA HORA nas Regiões Administrativas do DF. A descentralização do atendimento também é uma forma de reduzir o tempo de espera nas unidades. Atualmente, as medidas tomadas para que se cumpra essa meta é a projeção de novas unidades no Aeroporto, Brazlândia e Samambaia.

## **7. Diminuir o tempo médio de atendimento para 05 minutos (SEJUS);**

**2016**

Foi possível superar o índice Tempo Médio de Atendimento em razão do comprometimento e dedicação dos servidores/colaboradores do NA HORA.

**2017**

O tempo médio de espera desejada de 05 min esperado para 2017 foi alcançado com êxito e até superado já que este tempo de espera caiu para 4,34 min. A superação do índice deu-se por motivo de capacitação profissional dos servidores e em razão do comprometimento e dedicação dos servidores/colaboradores do NA HORA.

## **8. Diminuir o número de pessoas sem Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, realizando pelo menos dois mutirões por ano a fim de erradicar o sub-registro, e capacitar 100 (cem) agentes públicos por ano para atuarem como multiplicadores (SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Tendo em vista as diretrizes do Governo Federal, em especial do Ministério de Direitos Humanos da antiga Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e, considerando-se a redução no percentual de sub-registro civil de 14% para 1%, conforme Censo do IBGE de 2014, esta Secretaria de Estado optou pela não realização de mutirões voltados para a disponibilização de registro civil de nascimento e acesso à documentação básica. Diante do exposto, a SEJUS providenciará a solicitação de substituição desta Meta por similar que elimine a ideia de mutirões e concentre as ações em comunidades e/ou públicos específicos como população quilombola, cigana, de rua, indígena etc.

## **9. Ampliar o acesso e o número de Entidades que almejam o título de utilidade pública no Governo de Brasília (SEJUS);**

**2016**

Tendo por escopo a ampliação do conhecimento acerca dos requisitos para concessão do Título de Utilidade Pública, foi realizado um “Fórum de Utilidade Pública e Cidadania”, em 30/09/2016, com a participação de 96 pessoas, entre as quais representantes de 48 entidades filantrópicas do DF.

Foram alcançados os seguintes objetivos: entendimento da Lei 1.617/97 e do Decreto 19.004/98 e suas respectivas alterações, exposição de mudanças trazidas pelo MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) no âmbito federal e distrital e exposição do ponto de vista das entidades do terceiro setor.

Ao longo de 2016, também foram analisados 96 processos administrativos de pedidos de declaração de utilidade pública, entre os quais 39 referem-se à concessão e 57 à atualização de dados sobre prestação de contas.

**2017**

Com a reestruturação ocorrida na SEJUS em 2017, extinguiu-se a Gerência de Utilidade Pública, unidade responsável pela emissão de títulos. Isto inviabilizou o alcance da meta. A extinção fundamentou-se na revogação da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e na aprovação da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações através da Lei nº 13.204/2015, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

Com a publicação da referida lei e do Decreto nº 38.370/2017, restou claro que a vontade do legislador foi desobrigar a emissão do Título de Utilidade Pública, razão pela qual não restou a necessidade de manutenção de sua concessão. Assim, a Gerência de Utilidade Pública responsável por essa emissão no âmbito desta Secretaria foi extinta. A SEJUS solicita a atualização do índice de 2016 para 100%, considerando que se trata de meta cuja unidade de medida é percentual, e não unitária.

## **10. Realizar dois eventos do Casamento Comunitário por ano, alcançando 100 casais em cada (SEJUS);**

**2016**

Em 2016, aconteceram a 13ª e 14ª edição do Casamento Comunitário, com 122 e 68 casais inscritos, respectivamente.

A realização das cerimônias foi possível graças ao apoio do poder público por meio da liberação de pagamento de taxas de cartório, da Administração de Brasília e da AGEFIS, além da disponibilização do espaço para a cerimônia. As duas edições também contaram com a participação da sociedade civil com a disponibilização de brindes de utilidades do lar, vestidos de noiva, dia da noiva, decoração do espaço, fotos, cenário, cerimonial e lanches para os nubentes e voluntários.

Alguns fatores, entretanto, dificultaram a realização das cerimônias de casamento comunitário como a falta de recurso financeiro da SEJUS para as demandas necessárias à execução dos eventos; a ausência de projetos para a contratação de fornecedores e a ausência de memória documental relativa às edições anteriores.

**2017**

Em 2017 a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania realizou duas edições do projeto Casamento Comunitário. A 15ª edição foi responsável pela regularização do estado civil de 74 casais, e na 16ª edição regularizou-se a situação de 80 casais hipossuficientes. As cerimônias foram possíveis graças a parcerias firmadas com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG (liberação do pagamento das taxas de cartório); com a Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTIMIDHT, com o Comando do 7º Distrito Naval da Marinha do Brasil, entre outros. Além destes, firmamos também parcerias com empresas e colaboradores do setor privado que contribuíram com o fornecimento de brindes, vestidos de noiva, lanches, fotografias e decoração para a realização do evento. Alguns fatores, entretanto, dificultaram a realização da cerimônia como o cancelamento, sem prévio aviso, ou morosidade na oferta de alguns serviços ofertados por entes públicos e privados, bem como, escassez de recursos financeiros. A SEJUS solicitou a alteração do dado informado em 2016 para 02, relativo a 02 eventos de casamento comunitário realizados em 2016.

## **11. Encaminhar jovens dispensados do serviço militar obrigatório para o mercado de trabalho (SEJUS);**

**2016**

Considerando que os serviços prestados pela Diretoria de Articulação das Atividades da Junta Militar são exclusivamente de ordem militar, há necessidade de construção de um novo projeto, sob a supervisão de outro setor, para o encaminhamento dos jovens dispensados do serviço militar ao mercado de trabalho independente da Junta Militar. Em 2016, registrou-se 08 cerimônias de compromisso à bandeira nacional; entregou-se 715 Certificados de Dispensa de Incorporação 1ª via e 307 Certificados de Incorporação 2ª via; e realizou-se 581 alistamentos. Ampliou-se, ainda, o atendimento nas cidades do Cruzeiro, Octogonal, Setor Militar Urbano, Sudoeste, Noroeste e Estrutural. No total, existem registrados 7.629 atendimentos realizados pela Junta Militar.

**2017**

Em 2017, emitimos 586 Certificados de Dispensa de Incorporação - 1ª via e 141 Certificados de Incorporação - 2ª via e realizamos 465 alistamentos, além da realização de 06 cerimônias de compromisso à bandeira nacional. Perfazendo um total de 1.192 atendimentos em 2017. Considerando-se uma média de atendimento anual de 1.000 alistamentos (perfazendo um somatório de 4 mil atendimentos em quatro anos), os percentuais alcançados nos exercícios 2016 e 2017 são da ordem de 25,73% e 29,80%, respectivamente, o que significa uma média de 55,53% do alcance da meta, no acumulado dos dois primeiros anos do PPA 2016/2019.

Importante frisar que, em momento adequado, solicitaremos a alteração da redação da Meta nº 10 para o seguinte texto: "Alistar jovens para o serviço militar e emitir Certificado de Dispensa e Incorporação". Dessa forma, a meta estará consoante às atividades desenvolvidas pela Junta Militar/SEJUS.

Além disso, solicitaremos a edição da coluna "2016": Onde se lê atualmente "0", pediremos a correção para o quantitativo de "25,75%" atendimentos, tendo em vista que a unidade de medida da meta é percentual, e não em unidades

## **12. Democratizar o acesso dos recursos do Fundo à sociedade civil, mediante seleção de projetos voltados ao direito do consumidor (FDDC);**

**2016**

No ano de 2016, o FDDC lançou o primeiro edital de chamamento público para seleção de projetos para entidades sem fins lucrativos. O objetivo era firmar convênios com entidades que tivessem fins voltados a atividades de defesa do consumidor. O edital foi publicado no mês de dezembro de 2015 e republicado no mês de março de 2016. Foram previstos oito temas de direito do consumidor e o objetivo era firmar, no mínimo, dois convênios no ano de 2016. No entanto, não houve qualquer proposta apresentada, não tendo sido alcançado o objetivo inicial. As empresas relataram a dificuldade na publicidade do edital e o pouco tempo que tiveram para apresentar propostas, sugestões estas que deverão ser acatadas para o edital de 2017.

**2017**

O Conselho de Administração lançou o Edital de Chamamento nº 01/2017 (publicado no Diário Oficial do DF nº 114, de 16 de junho de 2017, página 288) para seleção de projetos de Organizações da Sociedade Civil, conforme autorização na 02ª Reunião Ordinária de 2017 do CA/FDDC (01 de junho de 2017) e processo administrativo nº 015.000.029/2017. Foram apresentados 15 projetos, porém, a seleção pelo Conselho não caminhou na velocidade necessária para serem executados. Os projetos deverão ser selecionados em 2018.

## **13. Ampliar o conhecimento sobre a legislação consumerista (FDDC);**

**2016**

A previsão para essa ação era de capacitar os servidores do PROCON, a fim de melhorar o atendimento ao público do Instituto. Com a grande evasão de servidores ocorrida nos anos de 2015/2016, o PROCON perdeu grande parte da área técnica de projetos, o que dificultou a elaboração de termos de referência para capacitar seus servidores. Há enorme necessidade de que o PROCON se aperfeiçoe nas áreas de projetos básicos para que haja a correta execução orçamentária anual. Sobram ideias, porém, pecam na execução dos projetos. Há que se ressaltar ainda que o PROCON passou por três Diretores-Gerais no ano de 2016, havendo enorme mudança no quadro de servidores comissionados em cada gestão, dificultando a continuidade dos projetos iniciados.

2017

A Secretaria Executiva elaborou Circular a fim de aumentar o interesse dos servidores nos cursos de capacitação a serem custeados pelo Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor. Porém, não houve interessado, restando a meta prejudicada.

#### 14. Manter a produção e distribuição anual de 250.000 cartilhas para o consumidor (FDDC);

2016

O PROCON iniciou um processo de aquisição de serviços gráficos para confecção das cartilhas educativas. No entanto, o projeto encontrou falhas na elaboração, notadamente na parte de pesquisa de preço, o que resultou no arquivamento do processo. Não houve evolução nessa ação, portanto. Há que se ressaltar ainda que o PROCON passou por três Diretores-Gerais no ano de 2016, dificultando a continuidade dos projetos iniciados.

2017

Foi autuado processo administrativo para criação, elaboração e distribuição de cartilhas para implementação do "Selo do Consumidor" que iria beneficiar os fornecedores que tivessem melhor desempenho nas fiscalizações do PROCON. O projeto não foi a frente por falta de continuidade. Por outro lado, as 350.000 cartilhas existentes (Procon Mirim) não puderam ser utilizadas em razão de processo administrativo investigativo aberto na Autarquia.

#### 15. Aumentar o número de órgãos parceiros que prestam serviços nas unidades do Na Hora para 7 unidades. (SEJUS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

A Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA firmou duas novas parcerias em 2017 com a entrada dos Correios e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em suas atividades. Ressalte-se que o aumento de órgãos parceiros que podem prestar serviços nas unidades do Na Hora é uma meta que passa por um interesse bilateral na celebração dos Acordos de Cooperação entre o Na Hora e o (s) órgão (s) que deseja (m) ofertar seus serviços à população dentro daquela estrutura.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1540	RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS	%	42	31/12/2014	50	39	60	60	70	80	PROCON/DF / UO 44202/ OE 3
1541	CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL	UNIDADE	0	31/12/2016	02	0	02	0	02	02	FDDC / UO 44902 / OE 3

#### Justificativas 2016

**Indicador 1540** - No ano de 2016, o PROCON teve mudança de gestão, ficando cerca de 5 meses sem nomeação de Diretores e Diretor-Geral, acarretando perda da produtividade. Ademais, houve perda de 30% do quadro efetivo da carreira.

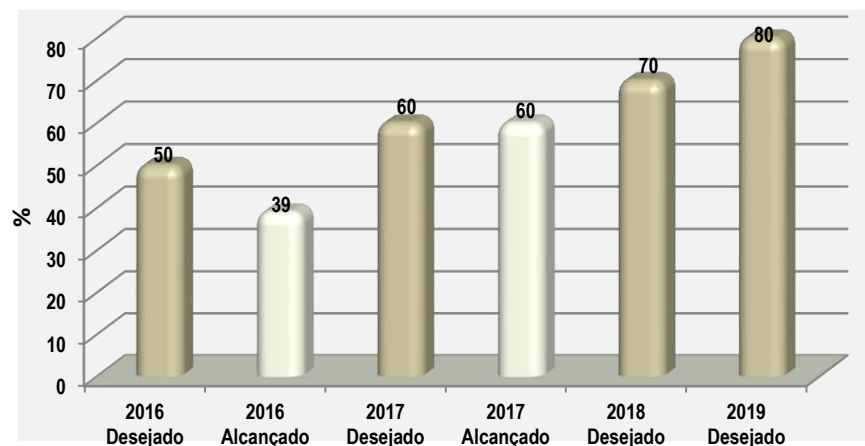
**Indicador 1541** - Foi lançado edital de chamamento público em dezembro de 2015 para que entidades civis apresentassem projetos com perspectiva de convênios a serem firmados com o fundo de defesa do consumidor. No entanto, após 5 meses de edital, não houve proposta válida e aprovada pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual não foi alcançado o índice desejado.

## Justificativas 2017

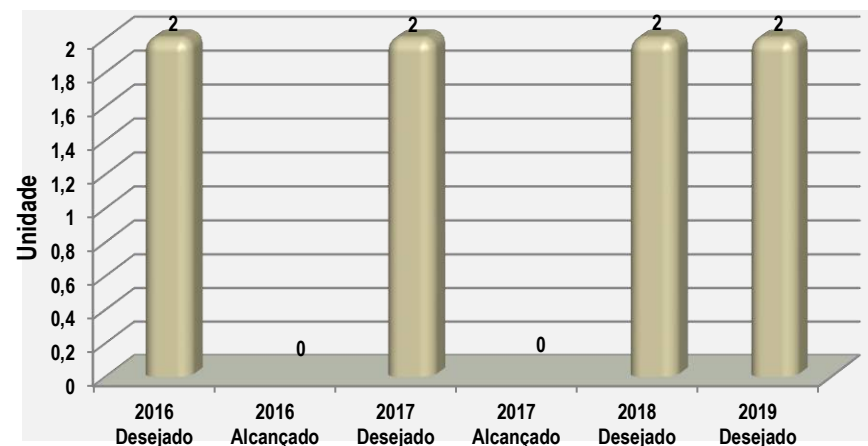
**Indicador 1540** - Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando o exercício do direito à cidadania. O índice foi alcançado devido a treinamentos e conscientização dos atendentes do PROCON. O tempo médio que o cidadão passa para resolver suas questões foi reduzido devido aos novos procedimentos adotados pelo órgão.

**Indicador 1541** - Foi lançado edital de chamamento público em junho de 2017 e 18 projetos chegaram ao Conselho, porém, com o final do mandato dos Conselheiros, estes solicitaram que se aguardasse nova composição. Assim, o julgamento e a execução dos convênios ficarão para 2018.

RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS



CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	3	1	Assinatura de Termos de Cessão de Uso com as Administrações Regionais para instalação de Postos de Atendimento e Escola do Consumidor; (PROCON)	44202	0	<p><b>2016</b> A abertura de novos postos de atendimento demanda a contratação de servidores para prestar informações. Diante da impossibilidade, a ação não foi implementada.</p> <p><b>2017</b> Não houve assinatura de termos em função do quadro reduzido de servidores.</p>
6211	3	2	Elaboração de Termo de Demanda para aquisição de veículos, pesquisa de Atas de Registro de Preços em validade no DF, editais de licitação visando adquirir veículos para funcionamento do PROCON Móvel; (PROCON)	44202	0	<p><b>2016</b> Para o ano de 2016, o PROCON optou por usar seus recursos na melhoria da sede do Instituto. A ação foi prorrogada para o ano de 2017.</p> <p><b>2017</b> O PROCON não adquiriu novos veículos, porém a estrutura do Ônibus do PROCON Móvel foi revitalizada, possibilitando a continuidade das ações.</p>
6211	3	3	Parcerias com órgãos públicos, empresas públicas e privadas, por meio de acordos de cooperação técnica. (SEJUS)	44101	73,91	<p><b>2016</b> O NA HORA conta com 23 órgãos parceiros, dos quais 11 encontram-se com os Termos de Cooperação vigentes e 12 em processo de regularização. A SUBJUSPRED celebrou diversos acordos de cooperação técnica, sendo um deles com o Ministério da Justiça (MJ), Procuradoria Geral do Trabalho (PGT), tendo sido iniciadas articulações com o Instituto Federal de Brasília (IFB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Os acordos firmados com o MJ e a PGT preveem ações relacionadas ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.948/2006 e o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, publicado pela Portaria Interministerial nº 625, de 22 de fevereiro de 2013.</p> <p><b>2017</b> Os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados com o Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral do Trabalho ainda estão vigentes. Em 2017 foram retomadas as tratativas para a assinatura do ACT com o Instituto Federal de Brasília, mas devido às mudanças de gestão, impossibilitou-se sua finalização. No entanto, foi constatado em reunião com o IFB o interesse em prosseguir com essa parceria, devendo a SEJUS continuar com os ajustes à Minuta do ACT para assinatura prevista para o 1º semestre de 2018 (Processo nº 0400-000240/2016). Sobre os Termos de Cooperação firmados com o NA HORA, informe-se que atualmente há 23 órgãos parceiros dos quais: 17 vigentes e 6 em processo de regularização. Deste modo, em termos percentuais, os valores em 2016 e 2017 são da ordem de 47,83% e 73,91%, respectivamente, considerando-se os 23 órgãos parceiros.</p>
6211	3	4	Publicação anual de edital de chamamento público para seleção de projetos de entidades civis sem fins lucrativos; (FDCC)	44902	100	<p><b>2016</b> Foi publicado no Diário Oficial de março de 2016, o primeiro Edital de Chamamento Público para seleção de projetos de entidades civis sem fins lucrativos.</p> <p><b>2017</b> Foi publicado no Diário Oficial de junho de 2017, o segundo Edital de Chamamento Público para seleção de projetos de entidades civis sem fins lucrativos</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	3	5	Firmar convênios com as entidades selecionadas nos editais; (FDDC)	44902	0	<b>2016</b> Ainda que tenha havido o edital, não houve apresentação de propostas válidas ao Conselho, o que resultou no número informado. <b>2017</b> Ainda que tenha havido o edital, não houve apresentação de propostas válidas ao Conselho, o que resultou no número informado
6211	3	6	Termo de referência para confecção de cartilhas voltadas para direito do consumidor. (FDDC)	44902	0	<b>2016</b> O processo administrativo passou por falhas técnicas na pesquisa de preço, o que resultou no seu arquivamento no ano de 2016. <b>2017</b> Não houve interesse na elaboração ou continuidade nos projetos antigos de confecção de cartilhas para o ano de 2017

### Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

#### 2016/2017

#### SEJUS

O Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, foi instituído no Distrito Federal por meio do Decreto nº 22.125, de 11 de Maio de 2001, e visa reunir, em um único local, representações de órgãos públicos distritais e federais para a prestação de serviços públicos de qualidade primando-se pela eficiência, agilidade e acessibilidade. Em 2016, Isto foi possível graças à parceria firmada com 23 órgãos públicos distritais e federais. Deste total, havia 11 Termos de Cooperação vigentes e 12 em processo de regularização para a manutenção de todos os serviços atualmente prestados nas Unidades. As parcerias visam à diminuição da burocracia, à otimização de tempo do usuário (que encontra no mesmo lugar a possibilidade de solucionar várias questões), à ampliação dos canais de comunicação entre o Estado e o cidadão e à simplificação de processos e clareza nas informações. As parcerias também auxiliam na redução dos custos sociais e financeiros do serviço público.

A iniciativa de firmar parcerias com órgãos públicos, empresas públicas e privadas, por meio de acordos de cooperação técnica, decorre da necessidade de se estreitar as relações com setores estratégicos para consecução de objetivos comuns, entre eles o desenvolvimento de ações intersetoriais e integradas que permitam uma maior efetividade das políticas públicas executadas. Dada essa necessidade, alguns acordos foram celebrados com órgãos do Governo Federal, em específico o Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral do Trabalho, para o estabelecimento de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, conforme a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Tais acordos resultam também da necessidade de fortalecer a atuação integrada dos atores governamentais de forma descentralizada, apoiando os Núcleos e Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, garantindo a articulação das ações, o intercâmbio de experiências e a participação da sociedade civil. Além disso, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estabeleceu como diretrizes o fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas do Governo, na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como no atendimento à reinserção social das vítimas e a estruturação de rede de enfrentamento a essa modalidade de crime, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil.

Há, ainda em consolidação e construção, acordo de cooperação a ser celebrado com o SENAC para consecução de atividades que envolvam a prevenção da violência, ao tráfico de pessoas e ao uso de Drogas, bem como a qualificação técnica de vítimas atendidas pelo Programa de Proteção às Vítimas de Violência e a reinserção social de dependentes químico em fase final de

tratamento. Ademais, as tratativas para celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Federal de Brasília (IFB) almeja o desenvolvimento de ações direcionadas aos migrantes estrangeiros de modo a permitir a sua integração ao território, a inserção laboral e social.

Em 2017, os ACTs firmados com o Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral do Trabalho ainda estão vigentes. Foram ainda retomadas as tratativas para a assinatura do ACT com o Instituto Federal de Brasília. No entanto, devido às mudanças de gestão, impossibilitou-se sua finalização. Todavia, foi constatado em reunião com o IFB o interesse em prosseguir com essa parceria, devendo a SEJUS continuar com os ajustes à Minuta do ACT, cuja assinatura está prevista para o 1º semestre de 2018 (Processo nº 0400-000240/2016).

Sobre os Termos de Cooperação firmados com o NA HORA, informe-se que atualmente há 23 órgãos parceiros dos quais 17 estão vigentes e 6 em processo de regularização. Visa-se prestar atendimento de alto padrão de qualidade, ampliar o acesso do cidadão aos serviços públicos, simplificar as obrigações de natureza burocrática e ampliar os canais de comunicação entre o Estado e o cidadão.

Também houve tratativas de cooperação com o SENAC para consecução de atividades que envolvam a prevenção à violência, e com o Instituto Federal de Brasília para o combate ao tráfico de pessoas (com vistas ao desenvolvimento de ações direcionadas aos migrantes estrangeiros de modo a permitir a sua integração ao território, a inserção laboral e social) e parcerias para a prevenção ao uso de drogas, com a reinserção social de dependentes químicos em fase final de tratamento, além das que tratam de qualificação técnica de vítimas atendidas pelo Programa de Proteção às Vítimas de Violência.

## **PROCON**

Em 2016, o PROCON fiscalizou diversas empresas, aplicando mais de R\$ 6 milhões de reais em multas sancionatórias. Ademais, efetuou mutirão com o Banco de Brasília – BRB S/A a fim de renegociar dívidas de consumidores com a instituição financeira. Por fim, foi realizada parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil para realização de audiências de conciliação com o intuito de diminuir a quantidade de demandas no PROCON.

Em 2017, o PROCON, em parceria com o BRB e BRB CARD, em 2017, realizou mutirão de renegociação de dívida com 2.270 atendimentos (valor renegociado: aproximadamente R\$ 10,5 milhões). Foi realizado mutirão com a Caixa Econômica Federal no período de 18 a 29 de setembro de 2017, totalizando 558 atendimentos e um valor envolvido de aproximadamente R\$ 900.000,00. O PROCON implantou a plataforma Consumidor.Gov em 2017 ([www.consumidor.gov.br/pages/principal/](http://www.consumidor.gov.br/pages/principal/)) em seu sistema para atender os consumidores na solução alternativa de conflitos de consumo via internet. A sede passou por reformas e aquisição de mobiliário e divisórias (aquisição de mesas, estações de trabalho, cadeiras e longarinas para a sede e todos os postos de atendimento) para atender às condições de trabalho dos servidores, houve reforma dos banheiros, renovação de pintura e instalação elétrica. O PROCON fez acordo de cooperação técnica com o Sindicato dos Advogados e a Rede Internacional de Excelência Jurídica para instalação e implementação do Centro de Medição, Negociação e Conciliação na sede.

## **FDDC**

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor – FDDC tem como objetivo principal financiar atividades voltadas à melhoria das relações entre consumidores e fornecedores, seja através de projetos que contemplem a educação para o consumo, seja estruturando os órgãos de defesa do consumidor. No ano de 2016, foram apresentados 05 projetos, dos quais 4 destes foram aprovados pelo Conselho de Administração do FDDC – CA/FDDC. Dois projetos envolviam a melhoria na estrutura do IDC-PROCON/DF, tendo sido empenhado cerca de R\$ 1.800.000,00, pendentes de finalização, na reforma do espaço da Sede. Um dos projetos envolveu a melhoria no Núcleo Telefônico do PROCON (telefone 151), com a aquisição de novos conjuntos de fone de ouvido (headset) para os atendentes. Por fim, em ação civil pública que buscou regularizar projeto de engenharia, o FDDC aprovou o pagamento de perícia para determinar se houve falha no projeto, prejudicando centenas de consumidores.

No ano de 2017, o FDDC evoluiu enormemente na aprovação de projetos de interesse dos órgãos de defesa do consumidor do DF. Foram 5 projetos aprovados para o PROCON-DF: aquisição de novos computadores, scanners, storage, firewall, servidores de rede, cabos de fibras óticas. São projetos ligados à área de tecnologia da informação, fazendo a ponte entre a implementação do sistema SEI no atendimento ao consumidor e a estrutura adequada do órgão. A partir do ano de 2018, todos os atendimentos do PROCON, bem como os projetos do Fundo, serão



elaborados por processos eletrônicos, diminuindo o custo e espaço do Órgão. No entanto, apesar de aprovados, os projetos demandam esforços da área de licitação e contrato no sentido de executá-los. Por outro lado, foi feita uma parceria com a Defensoria Pública do DF (NUDECON/DPDF) que resultou na aprovação de um grande projeto de estruturação do novo Núcleo de Atendimento da DPDF: aquisição de mobiliário, equipamentos e serviços para produção de vídeos, soluções tecnológicas e livros para biblioteca. Esses projetos serão executados no ano de 2018. Por fim, o PROCON executou dois projetos que mudaram a cara da Autarquia: aquisição de novos mobiliários e divisórias, permitindo uma melhor forma de atender o consumidor, seja esteticamente, seja na dinâmica dos setores.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**004 – CIDADANIA CARCERÁRIA: Promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços públicos, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio à reinserção no mercado de trabalho.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	1	Nomear 300 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias em 2016; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	209			209	69,7%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	2	Criar 1000 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias em 2016; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	1.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	3	Reduzir o reingresso no sistema Penitenciário em 1,5% até o ano de 2019; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	1,50	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	-			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	4	Instalar 2.100 tornozeleiras até o ano de 2019 (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	2.100	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	48			48	2,3%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	5	Implementar e realizar assistência técnica em hortas da Fazenda Modelo da Papuda (EMATER);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	6	Ampliar o atendimento aos sentenciados no período de 2016-2019, com ações educativas, de formação profissional, capacitação e intermediação junto a iniciativa privada, para a reintegração no mercado de trabalho, com abrangência a 3.000 sentenciados e	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	69,01	89			89	89,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
				apoio assistencial a 3.000 famílias; (FUNAP)										
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	7	Aumentar para 12.299 o número de vagas do sistema penitenciário. (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	12.299	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	7.496	7.395			7395	60,1%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Nomear 300 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias em 2016 (SSP);**

**2016**

Concurso em andamento conforme edital Nº 1 – SEAP-SSP, de 12 de dezembro de 2014. Todas as informações do Curso de Formação Profissional serão divulgadas no seguinte site do Instituto Brasil de Educação (IBRAE), opção concursos em andamento: [www.ibrae.com.br](http://www.ibrae.com.br).

**2017**

Meta parcialmente atingida. O edital de concurso público para provimento dos cargos de Agente Atividades Penitenciárias foi publicado no dia 12 de dezembro de 2014. O resultado final, com a divulgação dos aprovados, foi publicado no DODF, em 06 de novembro de 2017.

Desde a homologação do concurso, já foram nomeados 209 (duzentos e nove) candidatos.

### **2. Criar 1000 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias em 2016 (SSP);**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

Meta não atingida. Em que pese a meta ter estipulado um marco temporal para ser realizada - ano de 2016 - cumpre destacar que durante os anos de 2015 e 2016, devido à grave crise financeira que assolou os Estados da Federação, o Distrito Federal atingiu o limite prudencial de gastos públicos com despesa de pessoal, o que impossibilitou o acréscimo de cargos ao quadro de servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias. No entanto, o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2017, apontou a redução do percentual dos gastos do Distrito Federal e a sua saída do limite prudencial. Diante disso, as tratativas referentes à criação de 1.400 (hum mil e quatrocentas) vagas para a Carreira de Atividades Penitenciária foram retomadas, conforme demonstra o processo SEI nº 0050-001110/2017; o qual trata da minuta do projeto de lei para ampliação do supracitado quadro de 1.600 (hum mil e seiscentos) para 3000 (três mil) cargos.

### **3. Reduzir o reingresso no sistema Penitenciário em 1,5% até o ano de 2019 (SSP);**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

A referida meta encontra-se em análise por esta Secretaria de Segurança Pública e passará por alterações durante a Avaliação do PPA, visto que atualmente não existem mecanismos eficazes para a sua mensuração, uma vez que a redução do reingresso no sistema penitenciário envolve todo o sistema de execução penal.

Pela SSP, há duas iniciativas em andamento, sendo a primeira em execução desde setembro de 2017, com a implantação da Central Integrada de Monitoração Eletrônica, como uma medida alternativa à pena por meio da utilização de tornozeleiras eletrônicas. A segunda é a Central de Alternativas Penais, fruto do convênio nº 823.776/2015 – DEPEN/MJ e que está em processo de implantação.

É importante destacar os benefícios trazidos pela implementação dos trâmites das Audiências de Custódia, projeto que possibilita que, durante a audiência, o juiz analise a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. Ou seja, proporcionam agilidade aos procedimentos com relação aos presos, promoção da justiça e economia de recursos públicos ao serem criadas alternativas à detenção. Tal processo favorece a redução de reingressos no Sistema Penitenciário uma vez que o juiz pode dispor de medidas como a concessão de liberdade provisória, substituição da prisão em flagrante por medidas cautelares diversas, análise da consideração do cabimento da medida penal, evitando a judicialização do conflito; corroborando com práticas restaurativas e outros encaminhamentos de natureza assistencial. Dessa forma, previnem-se os ciclos de violência, de criminalidade e de encarceramento, quando possibilitam ao juiz analisar se está diante da prisão de um criminoso ocasional ou daqueles envolvidos em facções criminosas.

#### **4. Instalar 2.100 tornozeleiras até o ano de 2019 (SSP);**

**2016**

Contratação do serviço em andamento -. Convênio nº 812.110/2014-DEPEN. A SSPDF informa, com fulcro no inciso IX do Artigo 11, do Decreto nº 5.450/2005, a Adjudicação do objeto do certame com empresa contratada, no valor unitário de R\$ 161,92 por dispositivo/mês; total mensal R\$ 971.520,00 por 6.000 dispositivos/mês; total anual de R\$ 11.658.240,00 para 6.000 dispositivos/12 meses. Informa ainda a Homologação do certame com fulcro no inciso VI, do Artigo 8º, do Decreto nº 5.450/2005.

**2017**

Meta parcialmente atingida. O monitoramento eletrônico, através do uso de tornozeleiras, fortalece o sistema de execução penal e cumpre uma função ressocializadora ao permitir que o apenado tenha acesso a uma medida cautelar diversa da prisão. Amparada por esses preceitos, a Secretaria de Segurança Pública instruiu, em 2016, processo nº 050.000.511/2016, com o objetivo de realizar um registro de preços para o serviço de monitoração e rastreamento eletrônico de pessoas vinculadas a procedimentos judiciais, por meio de dispositivo eletrônico portátil tipo tornozeleiras.

Após a realização de estudos que objetivaram especificar os serviços que se adequariam ao Sistema Penitenciário de Brasília, elaboração de fluxos de trabalho e a conclusão dos trâmites licitatórios, houve a inauguração, no dia 04 de setembro de 2017, da Central Integrada de Monitoração Eletrônica. Desde a sua inauguração, até o dia 31/12/2017, a Central já monitorou 48 (quarenta e oito) apenados, sendo 35 (trinta e cinco) de medidas cautelares e 7 (sete) de decisões da VEP e 06 (seis) da VEPERA.

O contrato celebrado prevê a possibilidade de instalação de até 6.000 (seis mil) tornozeleiras que serão instaladas a partir das decisões expedidas pelo Poder Judiciário. Dessa forma, é importante ratificar que o número de tornozeleiras instaladas é uma meta que depende substancialmente dos trâmites judiciais, e diante disso, esta SSP proporá, no momento de Avaliação do PPA, ajustes nesta meta a fim de adequá-la ao contexto de execução penal. Diante desse contexto, cumpre informar que esta Secretaria, no momento de Avaliação do Plano Plurianual, proporá a modificação da meta para “Disponibilizar 6.000 (seis mil) tornozeleiras até 2019”.

#### **5. Implementar e realizar assistência técnica em hortas da Fazenda Modelo da Papuda (EMATER);**

**2016**

Foi elaborado o projeto de irrigação para as produções de hortaliças, de mudas e de plantas medicinais e foi realizado reuniões de planejamento e mobilização.

**2017**

Em 2017 foram realizadas cinco visitas técnicas para orientação em temas diversos, incluindo as atividades pecuárias desenvolvidas no local suinocultura, bovinocultura e piscicultura. Foi realizado ainda um curso de capacitação de 40 horas para 34 internos. Nas atividades agrícolas foi orientada a implantação de 1,3 ha de pimenta e 5,0 ha de milho.

#### **6. Ampliar o atendimento aos sentenciados no período de 2016-2019, com ações educativas, de formação profissional, capacitação e intermediação junto a iniciativa privada, para a reintegração no mercado de trabalho, com abrangência a 3.000 sentenciados e apoio assistencial a 3.000 famílias (FUNAP);**

**2016 – 2017**

Após o segundo semestre de 2016 foram intensificadas as ações desenvolvidas pela FUNAP/DF, como:

No projeto “Liberdade sobre Rodas”, foram construídas 20 cadeiras de rodas a partir de peças bicicletas doadas pela Secretaria de Segurança, estas bicicletas seriam destruídas por serem produto de crimes, com isso seis reeducandos do CIR/PAPUDA, foram inseridos no projeto como serralheiros, para aprender a profissão e serão os instrutores dos próximos reeducandos desta oficina.

Todas as oficinas do CIR, PFD, PDF I, Marcenaria, Serralheria, Mecânica, Funilaria, Alfaiataria, Panificação, e Informática, a partir do segundo semestre do ano de 2016, deram início a reformas e aquisição de equipamentos novos e insumos, para que no ano de 2017 seja possível a classificação de um número maior de reeducandos para aprenderem uma nova profissão.

Na Fazenda da FUNAP/DF, localizada na PAPUDA, teve início a reforma de todas as instalações da mesma, como o viveiro de mudas onde foi iniciado um contrato com a TERRACAP para a produção de 120.000 mudas de árvores nativas do Cerrado; foram plantados mais de cinco hectares de milho para consumo interno pelos bovinos, aves, equinos e suínos; foi iniciado o aproveitamento de rejeitos orgânicos, restos de alimento fornecido pelo CIR/PAPUDA, utilizados como lavagem para suínos e compostagem para produção de adubo orgânico; foi criada uma horta com produção de diversas espécies de hortaliças e verduras, para isso foi necessário a ampliação do número de reeducandos classificados para trabalharem na Fazenda.

No “Projeto Borboleta”, a FUNAP/DF arrecada doações de roupas, calçados, bijuterias e outros produtos que possa aumentar a autoestima dos reeducandos, no final do ano.

Todos os contratos de prestação de serviços, por reeducandos, oferecidos pela FUNAP/DF, aos diversos seguimentos da administração pública e privada, foram analisados com intuito de serem ampliados para o ano de 2017, criando assim a possibilidade real de atingir as metas do PPA.

Foi iniciado o planejamento para a realização de diversas parcerias com mais órgãos da administração pública e privada, principalmente para realização de cursos profissionalizantes e contatos para ativação de novos contratos de prestação de serviços realizados, assim ampliando significativamente o número de reeducandos inseridos no mercado de trabalho.

## **7. Aumentar para 12.299 o número de vagas do sistema penitenciário (SSP).**

**2016**

Meta não atingida.

**2017**

Meta parcialmente atingida. Durante o exercício de 2016, foram inauguradas 800 (oitocentas) novas vagas para o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, sendo 400 (quatrocentas) no Centro de Detenção Provisória e 400 (quatrocentas) na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. A referida ampliação ocasionou uma diminuição no déficit do número de vagas e proporcionou um fortalecimento das normas de segurança prisional. Ademais, promoveu uma condição mais digna para os presos, a ampliação dos espaços, uma melhor condição de ventilação das celas e a modernização da estrutura.

Além disso, o Convênio nº 787683 (SICONV), celebrado entre o Distrito Federal e o Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, cujo objeto é a construção de mais quatro blocos no Complexo Penitenciário, proporcionará, mais 3.200 (três mil e duzentas) vagas.

No entanto, é importante destacar que com a transferência da Subsecretaria do Sistema Penitenciário para a Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), nos termos do Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, o supracitado convênio estava sendo executado pela SEJUS. No decorrer da execução do Contrato algumas contrariedades foram enfrentadas pelo órgão gestor e a empresa, o que ocasionou na paralisação da obra, já com 58,61%. Diante desse contexto, considerando o retorno da Subsecretaria do Sistema Penitenciário e a importância da conclusão da referida obra e seus benefícios ao Complexo da Papuda, foi executada a sub-rogação do Convênio para esta Secretaria de Estado de Segurança Pública em 29/12/2017 (DOU nº 4, de 05/01/2018, p. 57), a fim de que a obra possa ser retomada o mais breve possível.

Ainda como demonstração dos esforços para aumentar o número de vagas no Sistema Penitenciário, no dia 16 de novembro de 2017, através da Portaria nº 102, esta Secretaria descentralizou recursos orçamentários para que a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) possa elaborar os projetos executivos e complementares para a construção de mais uma unidade no Complexo Penitenciário da Papuda, a Penitenciária do Distrito Federal III (PDFIII).

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1543	PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/ OFICINAS PRODUTIVAS	%	0	31/12/2016	5	1,92	10	2,39	15	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
1544	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF	%	0	31/12/2016	5	3,98	10	7,2	15	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
1545	MÉDIA DOS PRESOS ASSISTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS.	UNIDADE	14.350	31/07/2015	16.751	15.000	18.541	15.753	20.482	22.572	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
1688	PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	%	0	31/12/2016	10	8,66	15	3,07	20	25	FUNAP / UO 24202 / OE 4

### Justificativas 2016

**Indicador 1543** – A partir do segundo semestre de 2016, foram firmadas parcerias com o “Sistema S” MEC/PRONATEC e EMATER, para a oferta de cursos de qualificação profissional em diversas áreas. O percentual baixo de atendimento do indicador relaciona-se às dificuldades nas pactuações de parcerias com órgãos Públicos e Privados, como também na manutenção do preso nos cursos profissionalizantes e oficinas de trabalho em razão de normas internas de segurança estabelecidas pelas unidades prisionais.

**Indicador 1544** - A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2016, em razão de mudança na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de familiares das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média de 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2017, a proposta é que seja computado o número de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP.

**Indicador 1545** - Devido ao aumento de 4,93% na população carcerária do Distrito Federal em 2016, resultou no aumento do Déficit de vagas no Sistema Penitenciário em 7504 vagas.

**Indicador 1688** - No ano de 2016 foram celebrados mais nove contratos de trabalho da FUNAP com órgãos públicos e privados, para a empregabilidade de mão-de-obra carcerária e egressa no mercado de trabalho. No final de dez/2016 havia 1.201 pessoas inseridas nestes contratos. A previsão da FUNAP para 2017 é aumentar 30% o número de contratos, com vistas a inserir um maior número de presos no mercado de trabalho.

### Justificativas 2017

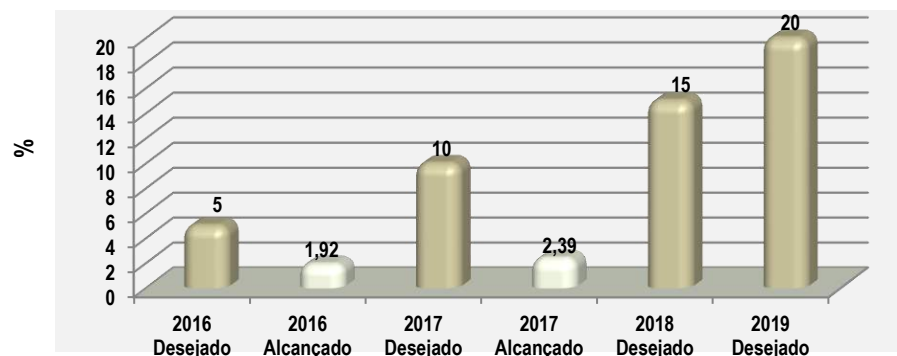
**Indicador 1543** – 2017 - A partir do segundo semestre de 2017, foi celebrado parceria com sistema "S" para a oferta de cursos de qualificação profissional, de panificação, corte e costura e eletricitista predial para 75 internos do sistema prisional do DF. O percentual baixo de atendimento refere se aos dados prestados junto a SESIP, quanto ao número de internos que tiveram direito ao trabalho externo deferido.

**Indicador 1544** - 2017-A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2017, em razão de mudanças na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de famílias das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2018, a proposta é que sejam computados o n° de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP

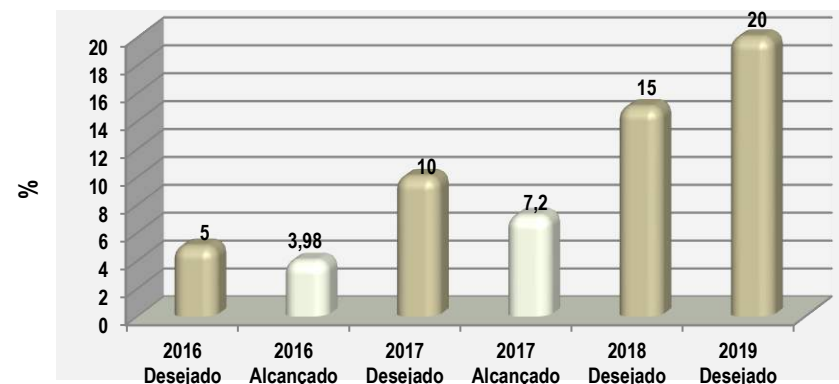
**Indicador 1545** - Devido ao aumento de 5,02% na população carcerária do Distrito Federal em 2017, resultou no déficit de 8.358 vagas no Sistema Penitenciário.

**Indicador 1688** - 2017- A Funap conta com 96 contratos, com órgãos públicos e empresas privadas, de prestação de serviços de mão de obra de sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/17, segundo informações da Sesipe, haviam 2912 presos com trabalho externo deferido e 1215 presos trabalhando vinculados à Funap. Já em DEZ/17, a quantidade de presos com trabalho externo deferido subiu para 3132 e os de presos trabalhando vinculado à FUNAP foram 1403, ocorrendo um aumento de 3,07% na contratação de sentenciados

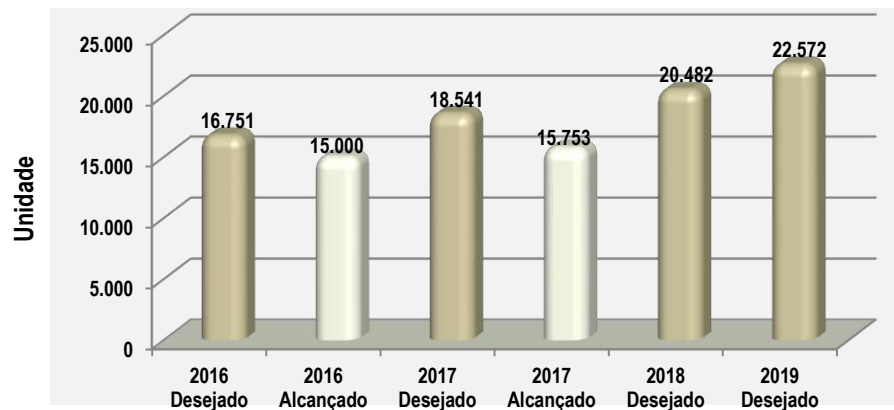
**PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF  
QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/  
OFICINAS PRODUTIVAS**



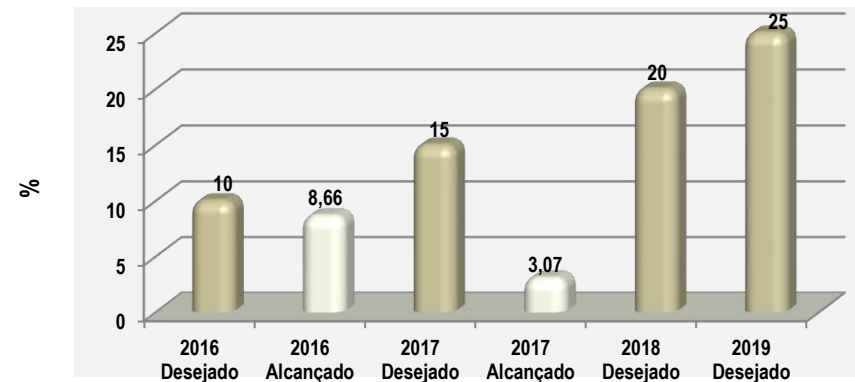
**ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE  
LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF**



### MÉDIA DOS PRESOS ASSISTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS.



### PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	4	1	Articulação junto a Iniciativa Privada e Órgãos Setoriais do GDF, Instituições Federais (Tribunais), Redes de Educação Profissional, para inserção do sentenciado no mercado de trabalho; (FUNAP)	24202	87	<p><b>2016</b> A FUNAP/DF iniciou o ano de 2016 com 59 contratos e 941 reeducando contratados, finalizando o ano com 68 contratos e 1.201 reeducando contratados por órgãos do GDF, Governo Federal e iniciativa privada.</p> <p><b>2017</b> Atualmente há 72 contratos em vigência e 1376 reeducandos contratados por órgãos do GDF, Governo Federal e iniciativa privada.</p>
6211	4	2	Articulações junto aos Órgãos Setoriais do GDF, para uma atuação de Complementaridade; (FUNAP)	24202	89,1	<p><b>2016</b> Foram contatados todos os órgãos do GDF para iniciarem contratos com a FUNAP/DF. Ao final do ano foram efetivados 68 contratos. Parcerias foram feitas com SEBRAE, Secretaria de Educação e por meio do PRONATEC.</p> <p><b>2017</b> Foram contatados todos os órgãos do GDF para iniciarem contratos com a FUNAP/DF. Ao final foram efetivados 72 contratos. Parcerias foram feitas com SEBRAE, Secretaria de Educação e por meio do PRONATEC.</p>

6211	4	3	Articulações com Organizações Não Governamentais e Organismos Internacionais para otimização do orçamento da FUNAP/DF; (FUNAP)	24202	0	<b>2016</b> Não foram realizadas parcerias para esta finalidade no ano de 2016. <b>2017</b> Não foram realizadas parcerias para esta finalidade no ano de 2017.
6211	4	4	Articulação com o Departamento Penitenciário-DEPEN, para capacitação profissional dos sentenciados, por meio do PRONATEC. (FUNAP)	24202	87	<b>2016</b> Foram realizados os seguintes cursos profissionalizantes junto ao PRONATEC: Pintor de obras imobiliárias, Eletricista predial, Instalador de revestimento cerâmico e Pedreiro e com SEBRAE os cursos, "Sei vender", "Sei empreender" e "Sei controlar meu dinheiro". Atendendo 180 reeducandos. <b>2017</b> Foram realizados os seguintes cursos profissionalizantes junto ao PRONATEC: Pintor de obras imobiliárias, Eletricista predial, Instalador de revestimento cerâmico e Pedreiro. Foram atendidos mais de 250 reeducandos.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SSP

O Objetivo Específico "Cidadania Carcerária: *promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio a reinserção no mercado de trabalho*", fundamenta-se na implementação de políticas públicas voltadas ao combate da superlotação dos presídios, do déficit de servidores e na dificuldade em proceder a ressocialização dos presos, reintegrando-os a sociedade de tal forma que se evite a reincidência na prática de novos crimes. O primordial e indispensável é a assistência de todos os internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal por meio do fornecimento de condições básicas, tais como: alimentação, saúde e educação.

Para sanar o grave problema de superlotação carcerária e visando a manutenção e aperfeiçoamento da segurança nos presídios, em 2016, foram implementadas ações para a redução no déficit de vagas no Complexo Penitenciário do DF através da construção de novas vagas que proporcionam aos internos uma vida digna enquanto privados de sua liberdade.

Visando facilitar o andamento das atividades, a implantação de tecnologias como as tornozeleiras eletrônicas, facilitará o controle de presos que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e prisão domiciliar. Tal medida, além de proporcionar ao preso o bem estar de ter maior convívio familiar, ajudará na escassez de servidores do Sistema, visto que um número menor de pessoas ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento efetivo da pena.

Para promover e administrar a custódia dos presos com segurança e dignidade faz-se necessária a adoção de medidas de educação e cultura que viabilizem um alto número de pessoas reintegradas a sociedade, reduzindo assim o reingresso no Sistema Prisional. Para tanto, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP tem por principais objetivos, promover a ressocialização da população carcerária, em regime aberto, semiaberto e na condicional; defender os direitos sociais e apoiar com ações assistenciais a família do sentenciado; oportunizar a qualificação educacional e profissional do sentenciado, com intermediação junto à iniciativa privada e órgãos públicos, para ampliar as oportunidades de trabalho.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, em que se destaca: I) conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (400 vagas); II) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal; e III) execução de 42% da construção dos Centros de Detenção Provisória – CDP's 1, 2, 3 e 4; e licitação do Serviço de Monitoração e Rastreamento Eletrônico de Pessoas vinculadas a procedimentos judiciais no TJDF, por meio de dispositivo eletrônico portátil tipo tornozeleiras.



Em 2017, visando facilitar o andamento das atividades, a SSP/DF inaugurou a Central Integrada de Monitoração Eletrônica (monitoração por meio tornozeleiras eletrônicas) o que facilitará o controle de presos que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e prisão domiciliar. Tal medida, além de proporcionar ao preso o bem-estar de ter maior convívio familiar, ajudará na escassez de servidores do Sistema, visto que um número menor de pessoas ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento efetivo da pena.

Realizações de 2017: I) conclusão da obra de um galpão com 609 m<sup>2</sup> para funcionamento de oficinas profissionalizantes; II) melhorias, adequações, reparos e manutenções no sistema hidráulico e elétrico do Bloco III do Centro de Progressão Penitenciária - CPP, no Bloco I do Centro de Detenção Provisória - CDP, e na Área de Tratamento Psiquiátrico - ATP da Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PFDF; e III) implantação do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.

### **EMATER**

O projeto voltado para produção de alimentos é uma iniciativa que favorece aos apenados que trabalham na horta e pode funcionar como um incentivo à diminuição dos índices de reincidência. Tanto do ponto de vista profissional como motivacional pois oportuniza capacitação e treinamento por meio de cursos e atividades regulares, não somente nas hortas, mas também em outras atividades existentes no local (suinocultura, bovinocultura e psicultura). Assim, além dos apenados produzirem alimentos, cria-se oportunidade para a profissionalização e futuramente estas ações poderão facilitar a ressocialização dos egressos do sistema carcerário

### **FUNAP**

A FUNAP tem a previsão de criar novos contratos para atender mais reeducando, como é possível observar na tabela abaixo dos reeducandos inseridos no mercado de trabalho em 2016, via FUNAP.

<b>Mês</b>	<b>Contratos em Vigência No Mês</b>	<b>Reeducando Trabalhando</b>
Janeiro	59	941
Fevereiro	61	1.020
Março	61	1.061
Abril	62	1.037
Mai	62	1.032
Junho	65	1.079
Julho	64	1.198
Agosto	66	1.209
Setembro	66	1.190
Outubro	66	1.201
Novembro	67	1.230
Dezembro	68	1.201

A partir da metade do ano de 2016, foram realizadas parcerias com a Secretaria de Educação (CED 01) e o Sistema S, devido a estas parcerias foi possível obter estes atendimentos realizados.

Unidade CIR: Pedreiro de Alvenaria - 20 internos atendidos (vespertino); Aplicação de Revestimento Cerâmico - 20 internos atendidos (Matutino); Aplicação de Revestimento Cerâmico – 20 internos atendidos (Vespertino); Operador de Computador - 20 internos atendidos (diurno); Práticas Agrícolas - 30 internos atendidos (matutino).

Unidade CPP: Pintor de obras imobiliária -20 internos atendidos (noturno); Aplicador de Revestimento Cerâmico – 20 internos atendidos (matutino)

Oficinas: “Sei Vender” - 16 internos atendidos (matutino); “Sei Empreender” -12 internos atendidos (matutino); “Sei Controlar o Meu Dinheiro” - 15 internos atendidos (matutino).

Unidade PDF1: Padeiro – 20 internos atendidos (matutino); Padeiro – 20 internos atendidos (matutino); Assistente Administrativo - 20 internos atendidos (matutino); Informática Básica: 15 internos atendidos (matutino).

Unidade CDP: Instalador Eletricista Predial: 20 internos atendidos (matutino).

Total de reeducando - que concluíram cursos profissionalizantes: 283

Devido à falta de registro do atendimento às famílias das pessoas em privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal pela FUNAP/DF, relativas ao início do ano, somente a partir do mês de julho de 2016 que foi possível o acesso às informações concretas acerca destes atendimentos realizados, neste período, de julho a dezembro de 2016, foram atendidas 590 pessoas no Núcleo Psicossocial, Financeiro e Diretoria somados.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**005 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Promover a igualdade de gênero, a igualdade racial e étnica; promover uma Brasília sem preconceitos e com acessibilidade; conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5	1	Elaborar e implementar Plano Distrital de Direitos Humanos e o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres; (SEDESTMIDH) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	30			30	30,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5	2	Implementar ao menos 60% das ações previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5	3	Cumprir ao menos 60% das metas previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência; (SEDESTMIDH) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5	4	Atender ao menos 50% do público alvo de pessoas com perfil de atendimento no Centro de Referência em Direitos Humanos, por segmentos de público (pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade, LGBT e igualdade racial). (SEDESTMIDH)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20			20	40,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Elaborar e implementar Plano Distrital de Direitos Humanos e o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Realizada Conferência de Direitos Humanos em 2016, cujo relatório servirá de documento orientador para elaborar o Plano Distrital de Direitos Humanos. Foi realizada a avaliação do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, cujo relatório servirá de base para elaboração do II Plano Distrital para as Mulheres.

2017

Elaborado relatório de monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, visando nortear a elaboração do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (IIPDPM), cuja elaboração e apresentação será realizada em 2018. Desta forma, considerando que o IIPDPM não foi elaborado, por conseguinte, registra-se que não houve a respectiva implementação.

### **2. Implementar ao menos 60% das ações previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Está previsto para 2017 a elaboração do II Plano Distrital para Mulheres – II PDPM

2017

Considerando que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (IIPDPM) não foi elaborado em 2017, registra-se que não houve implementação das respectivas ações.

### **3. Cumprir ao menos 60% das metas previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Está previsto para 2017 a elaboração do II Plano Distrital para Mulheres – II PDPM.

2017

Considerando que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (IIPDPM) não foi elaborado em 2017, registra-se que não houve implementação das respectivas metas.

### **4. Atender ao menos 50% do público alvo de pessoas com perfil de atendimento no Centro de Referência em Direitos Humanos, por segmentos de público (pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade, LGBT e igualdade racial). (SEDESTMIDH).**

2016

Atualmente a Estação da Cidadania (112 Sul) atende o segmento pessoas com deficiência e para a pessoa idosa, conforme Lei 5.307/2014, já está instalado o Conselho do Idoso e está em implementação de equipe para atendimento de referência para enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. A partir de Emenda Parlamentar será implementado espaço complementar do Centro de Referência em Direitos Humanos para o segmento LGBT no CEU das Artes do Recanto das Emas. Para o segmento igualdade racial e pessoas em situação de vulnerabilidade, será implementado espaço na 112/312 Sul, espaço cedido a partir de articulação com a Polícia Civil do DF.

2017

A Secretaria não possui equipamento público de Centro de Referência em Direitos Humanos, os atendimentos/atividades voltado para o segmento das Pessoas com Deficiência são realizados na Estação da Cidadania, espaço esse localizado na Estação do Metrô da 112 Sul

Desta feita, são ofertados naquele espaço atendimento direto à Pessoa com Deficiência por meio da Central de Libras, a qual oferta serviço gratuito de intérpretes de Libras (Língua Brasileira dos Sinais) a pessoas com deficiência auditiva; da Gerência de Oportunidades de Trabalho, a qual realiza o encaminhamento de currículos de pessoas com deficiência a empresas com mais de 100 funcionários, conforme orienta a legislação nacional para a temática (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, lei sobre contratação de pessoas com deficiência nas empresas e a Lei nº

8213/91, que prevê cotas para pessoas com deficiência e dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência); da Gerência do Passe Livre Especial, a qual realiza, em conjunto com o DFTrans, a concessão do Passe Livre Especial para Pessoa com Deficiência.

Na Estação da Cidadania encontra-se instalado, ainda, o Conselho de Direitos das Pessoas Idosas do Distrito Federal – CDI/DF

No exercício de 2016 eram realizados atendimentos a Pessoas Idosas, por meio de Termo de Colaboração celebrado com a Fundação de Assistência Jurídica – FAJ, da OAB/DF. Contudo, em que pese os esforços envidados para a prorrogação de termo de colaboração com a Fundação de Assistência Judiciária (FAJ/OAB), que tinha por objetivo a prestação de assistência jurídica ao idoso, a OAB se manifestou pela não prorrogação do termo, alegando falta de recursos.

Outra parceria almejada seria com o Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa da entidade União Planetária. A proposta era que de que equipe psicossocial estivesse na Estação durante a semana para a realização de atendimento aos idosos e familiares. Contudo, pelo não repasse de recursos de convênio com o Governo Federal, a União Planetária se viu inviabilizada de manter seu corpo técnico (assistente social, psicólogo e advogado) e dar continuidade às suas atividades.

No exercício de 2016 foi firmado Convênio nº 827656/2016, com o atual Ministério de Direitos Humanos, para a implementação de Cursos de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de LGBT na Região Administrativa XV, Recanto das Emas, Distrito Federal. Em razão da necessidade de adequações ao Plano de Trabalho, o Convênio foi prorrogado até dezembro de 2018 e tem previsão de início para o mês de junho do corrente ano.

Ademais, no exercício de 2017 foi implementado o Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU das Artes” do Recanto das Emas, o qual integra num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social.

No exercício de 2018 serão inaugurados os Centros de Artes e Esportes Unificados da QNM 28 e da QNR 02, ambos localizados na cidade de Ceilândia/DF

Desta feita, importa asseverar que a Secretaria não possui espaço de referência para atendimento aos segmentos dos direitos humanos, mas realiza o atendimento por meio de outros espaços e ações.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1554	CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS	UNIDADE	0	31/12/2016	1	3	3	7	5	7	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1555	SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)	UNIDADE	0	31/12/2016	600	519	600	952	600	600	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5

### Justificativas 2016

**Indicador 1554** - Campanha violência contra a mulher, contra o estupro e a campanha de enfrentamento à violência contra pessoa idosa.

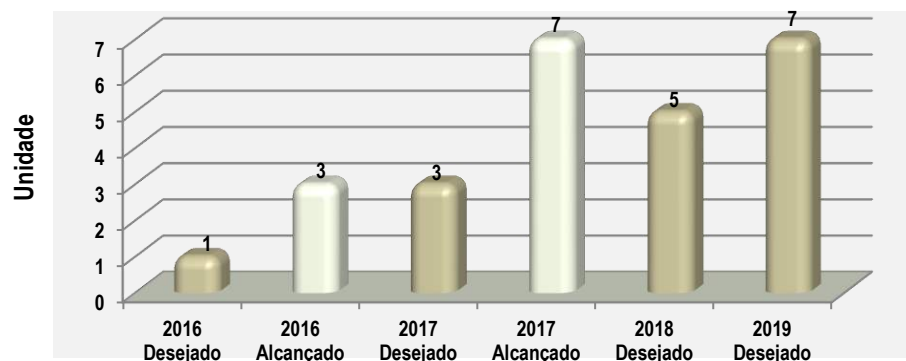
**Indicador 1555** - Capacitação para servidores da Central 156 (Disque Idoso e Disque Racismo), curso sobre a Lei Maria da Penha, Racismo Institucional, Igualdade Racial, Atendimento ao Idoso, entre outros.

### Justificativas 2017

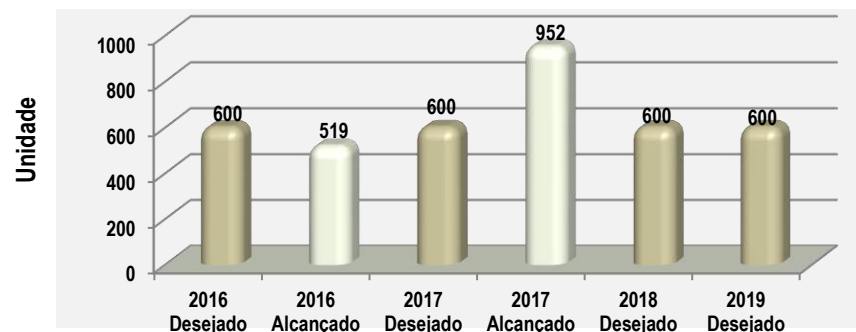
**Indicador 1554** - Campanha publicitária da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; Projeto "Caravana da Pessoa Idosa"; Mobilização Social nos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU's das Artes DF, com 31 (trinta e uma) oficinas, no Rec. das Emas, na QNM 28 e na QNR 02 de Ceilândia; Campanha do Dia Internacional da Mulher - março; Campanha no Aniversário da Lei Maria da Penha - agosto; Campanha Outubro Rosa - e Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher - nov e dez.

**Indicador 1555** - Projeto UBUNTU, nas temáticas relacionadas ao racismo, violência contra mulher e direitos humanos no Varjão, Ceilândia e Itapuã; Capacitação de operadores da Central 156, com o objetivo de repassar/discutir aspectos relacionados ao bom atendimento a pessoa idosa, bem como os direitos do idoso; III Ciclo de Palestras sobre Vulnerabilidades com Foco em Orientação Sexual e Identidade de Gênero p/ 500 serv. da PCDF e Capacitação no Projeto Lidera - "Empoderar para Multiplicar".

**CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS**



**SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)**



### ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	5	1	Facilitar o acesso da população aos serviços e informações	25101	25	2016 ✓ Ações e atividades realizadas em 2016:

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			relativos aos direitos humanos e formas de garanti-los; (SEDESTMIDH)			<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1ª Edição do Di@loga SEDESTMIDH com divulgações dos serviços, eventos e mobilização por meio das redes sociais; Elaboração do Mapa da Rede de Proteção à Mulher para divulgação; Criação da página do GT permanente de combate ao Femicídio.</li> <li>✓ Elaboração da carta de serviços ofertados à População LGBT.</li> <li>✓ Elaboração de material gráfico com Serviços da SEDESTMIDH; Enfrentamento à Violência Contra à Pessoa Idosa e Prevenção ao HIV/Aids para pessoas idosas, foram distribuídos 1.500 folders e 300 cartazes.</li> <li>✓ Lançamento do Projeto Ubuntu que visa capacitação e transversalização das temáticas nos territórios via administrações regionais</li> </ul> <p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de material gráfico (cartilha) sobre a Rede de Atendimento a Pessoa Idosa no Distrito Federal e divulgação dos canais de denúncia nos casos de violações de direitos contra o público idoso, ao todo foram distribuídas 1000 (uma mil) cartilhas e 300 (trezentos) cartazes;</li> <li>- Realização de 01 (uma) palestra referente ao Projeto Comunidade Global - Jovens Embaixadores dos Direitos Humanos, em parceria com Organização das Nações Unidas</li> <li>- ONU, na Escola Dra Zilda Arns, com o intuito de contribuir para a construção de uma cultura dos direitos humanos, incentivo e fortalecimento de práticas cidadãs e de direitos humanos no ambiente escolar. O Projeto será multiplicado para demais escolas do DF no primeiro semestre de 2018;</li> <li>- Realização de 03 (três) Ações nos Centros Especializados para População em Situação de Rua (Plano Piloto e Taguatinga) e Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias em formato de rodas de conversa com o objetivo de sensibilizar a população com relação aos direitos da população em situação de rua, bem como as formas de participação e controle social junto ao Governo do Distrito Federal;</li> <li>- Realização de 02 (duas) Ações na Penitenciária Feminina do Distrito Federal realizada em parceria com o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH, Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal - CDM, Conselho da Pessoa Idosa - CDI, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CODDEDE e diversos Órgãos Públicos e do Governo do Distrito Federal, com foco na orientação jurídica, encaminhamento psicossocial e atendimento e orientação odontológica aos familiares das sentenciadas;</li> <li>- Realização de 06 (seis) Ações na Penitenciária Masculina do Distrito Federal, distribuídas nos complexos CDP, PDF I e PDF II, construída em parceria com o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH, Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal - CDM, Conselho da Pessoa Idosa - CDI, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CODDEDE e diversos Órgãos Públicos e do Governo do Distrito Federal, com foco na orientação jurídica, encaminhamento psicossocial e atendimento e orientação odontológica aos familiares dos sentenciados;</li> <li>- O Comitê Distrital da Diversidade Religiosa, criado pelo Decreto Distrital 37.056/2016, se constitui num espaço de diálogo entre a sociedade e o Estado, cujo objetivo é o fomento e promoção dos direitos humanos para a diversidade religiosa, o combate à intolerância religiosa e a defesa da laicidade. Nesse sentido, ao longo de 2017 foram realizadas 13 (treze) reuniões com o intuito de pactuar o regimento interno do Comitê, bem como articular rede de atendimento às vítimas de agressões em virtude da intolerância religiosa.</li> </ul>
6211	5	2	Proporcionar à população um espaço físico para a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b></p> <p>Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fortalecimento da Estação da Cidadania como espaço de referência para a pessoa idosa.</li> <li>✓ Reordenação e qualificação dos Centros de Convivência para Idosos, com atividades planejadas e sistematizadas.</li> <li>✓ Acompanhamento da Implantação de Centro Dia em consonância com a Política de Assistência Social, é um equipamento destinado a Proteção Social Especial de Média Complexidade, classificado como Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social, conforme resolução nº 109/09, o serviço tem a finalidade de promover a autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários.</li> </ul> <p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inauguração do equipamento público "Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU das Artes" do Recanto das Emas, o qual integra num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social. Para tanto, foram</li> </ul>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						realizadas 14 (quatorze) Oficinas de Mobilização Social com a finalidade de sensibilizar a comunidade local quanto a gestão compartilhada do equipamento público. No exercício de 2018 serão inaugurados os Centros de Artes e Esportes Unificados da QNM 28 e da QNR 02, ambos localizados na cidade de Ceilândia/DF. Desta feita, no ano de 2017 foram realizadas 11 (onze) Oficinas de Mobilização Social na QNM 28 e 06 (seis) Oficinas na QNR 02 de Ceilândia.
6211	5	3	Melhorar a comunicação entre o poder público e a população em matéria de direitos humanos; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criação do GT Permanente de Combate ao Femicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher com a participação da Sociedade Civil, realizando 8 reuniões e 2 seminários.</li> <li>✓ Articulação com Central 156, opção 8 (disque idoso), serviço destinado ao repasse de informações e orientações sobre temas relacionados a pessoa idosa, tais como acesso a documentação civil, benefícios socioassistenciais e rede de atendimento a pessoa idosa no Distrito Federal. As atividades Desenvolvidas foram a atualização da Base de Conhecimentos da Central; foram realizadas reuniões para alinhamento de informações e planejamento de ações, bem como capacitação de quatro turmas de operadores realizadas.</li> </ul> <p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação dos operadores da Central 156 - 8 (Disque- Idoso) e Central 162, com o intuito de fomentar um melhor atendimento ao público idoso, divulgar a rede de atendimento ao idoso no DF e discutir aspectos relacionados a violência contra a pessoa idosa. Na ocasião participaram 50 (cinquenta) operadores;</li> <li>- Realização de 04 (quatro) Caravanas da Pessoa Idosa, cujo objetivo foi levar ao público idoso dos territórios informações e orientações sobre a rede de atendimento a pessoa idosa no DF e, ainda, ofertar serviços de diversas políticas públicas setoriais. Ao todo participaram 1000 (mil) pessoas;</li> <li>- No ano de 2017 foi publicado o Decreto nº 38.440, de 25 de agosto de 2017, o qual estabelece que a Coordenação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal – CIAMP/RUA compete a SEDESTMIDH, por meio da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos/Coordenação de Vulnerabilidade. Nesse sentido, o CIMAP/RUA retomou suas atividades, sendo que no exercício de 2017 foram realizadas 04 (quatro) Reuniões Ordinárias com os componentes do Comitê.</li> </ul> <p>Atualização da Base de Conhecimento do serviço 156, opção 07 (Disque Racismo) e Realização de treinamento aos atendentes do Disque Racismo, a fim de oferecer informações que subsidiem no acolhimento de denúncias de racismo e injúria racial. No total foram 139 atendentes capacitados.</p>
6211	5	4	Recepcionar a pessoa necessitada, qualificar a sua demanda, dar os devidos encaminhamentos aos órgãos competentes e, acompanha-los até o seu desfecho final; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantada unidade da Ouvidoria na qual as pessoas que são vítimas de racismo podem fazer sua denúncia pessoalmente.</li> <li>✓ Central de Libras, oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras às pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com intérpretes de Libras. A CIL é parte da Política Nacional da Pessoa com Deficiência. A Central está implementando também um serviço de atendimento online e conta com computadores equipados com webcam e microfone. Em 2016 foram realizados 13.135 atendimentos.</li> </ul> <p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Central de Libras – CIL, estrutura que compõe a Coordenação de Pessoas com Deficiência, da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos, oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras (Língua Brasileira dos Sinais) a pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com intérpretes de Libras. A CIL é parte da Política Nacional da Pessoa com Deficiência. Nesse</li> </ul>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						sentido, no exercício de 2017 foram realizados 34.792 (trinta e quatro mil e setecentos e noventa e dois) atendimentos
6211	5	5	Produzir e disseminar conteúdos relativos aos direitos humanos, bem como divulgação de campanhas, legislações afetos à temática, dados estatísticos e demais informações úteis; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Veiculação de campanha de combate a violência doméstica contra a mulher, de incentivo à denúncia nas mídias e redes sociais no decenário da Lei Maria da Penha.</li> <li>✓ Agendas representativas da causa feminina: Outubro Rosa, 16 dias de Ativismo, Aniversário da Lei Maria da Penha e o Mês da Mulher.</li> <li>✓ Lançamento do Edital de Chamamento Público nº 02, que trata de processo de seleção para os representantes da sociedade civil que compõem o Comitê Distrital da Diversidade Religiosa.</li> <li>✓ Realização dos encontros da Rede de Proteção e Atendimento à Pessoa Idosa em parceria com a OSCIP União Planetária.</li> <li>✓ Participação no Projeto Rede em Debate, iniciativa da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa.</li> </ul> <p><b>2017</b> - Realização de campanha em mídia televisiva, cartilhas e cartazes sobre a violência contra a pessoa idosa, canais de denúncia e formas de enfrentamento. Distribuição de 1000 cartilhas e 300 cartazes</p>
6211	5	6	Criar, implementar e manter preventiva e corretivamente o Portal de referência em Direitos Humanos, proporcionando à população um canal virtual de espaço para a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p><b>2016</b> Ação não desenvolvida em 2016 considerando a dificuldade técnica na execução. Tal ação está sendo revista a fim de implementar o projeto</p>
6211	5	7	Realizar campanhas educativas de combate a atos discriminatórios; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Veiculação da campanha sobre a violência doméstica e de incentivo à denúncia nas mídias e redes sociais</li> <li>✓ Parceria com o METRÔ-DF para duas campanhas educativas de combate ao racismo e intolerância religiosa.</li> <li>✓ Realização de atividades educativas nas efemérides referente aos grupos étnicos/raciais com divulgação dos serviços de combate ao racismo (disque 156, opção 7), cartilhas e estatuto.</li> <li>✓ Divulgação dos marcos legais de atos discriminatórios através do site e face book da Secretaria.</li> <li>✓ Evento sobre o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa (Brasília nos Parques – Parque Ezequias Heringer) com 200 participantes.</li> <li>✓ Realização de ato público de alusão ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.</li> </ul> <p><b>2017</b> - Realização de ações alusivas ao "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa", dia 21 de janeiro, data instituída como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Desta feita, na semana do dia 21 de janeiro foram realizados eventos alusivos à data, os quais foram promovidos pelas representações governamentais e não governamentais, com o apoio da SEDESTMIDH, quais sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rodas de conversa sobre intolerância religiosa;</li> <li>2. Ato inter-religioso para lembrar o "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa";</li> <li>3. Seminário sobre o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em parceria com a Comissão de Liberdade Religiosa da OAB/DF;</li> </ol>



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						4. Realização de roda de conversa sobre a intolerância religiosa em conjunto com a Iniciativa das Religiões Unidas – URI Brasília, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Rede Ecumênica da Juventude – REJU, Comunidade Bahá'í e Movimento Espiritualidade em Ação. Propostas de campanhas publicitárias elaboradas pela Secretaria: Disque Racismo; Quesito Raça/Cor/Etnia: Eu Declaro; POPAFRO e Afro Incubadoras
6211	5	8	Criar e implementar Plano de Capacitação em Direitos Humanos para servidores públicos do GDF; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Capacitação de servidores do Centro Olímpico de Samambaia e Riacho Fundo I na temática da excelência ao atendimento ao idoso. 80 servidores capacitados.</li> <li>✓ Articulação com o DFTrans para capacitação de motoristas de ônibus em excelência no atendimento à Pessoa Idosa. 60 motoristas capacitados.</li> <li>✓ Realizada reunião para implementar a formação de agentes da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência – DECREIM sobre as especificidades da população LGBT.</li> </ul> <p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de capacitação para agentes do Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal e da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN) sobre as especificidades da população LGBT - cerca de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas.</li> <li>- Capacitações sobre Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial aos servidores públicos da Administração Regional de Ceilândia e da Administração Regional do Itapoã, por meio do Projeto UBUNTU, no ano de 2017. Foram capacitados 46 servidores da RA Ceilândia e 10 da RA Itapoã.</li> <li>- Realização de palestra sobre Políticas de Igualdade Racial e ações da SIR, ministrada no III Módulo de Curso de Gerentes da SEDESTMIDH e no IV Fórum de Gestão de Pessoas da SEPLAG, ocorrida em 2017, na EGOV, com a participação de 120 servidores públicos.</li> <li>- Articulação com a Escola de Governo do Distrito Federal para realização do Curso de Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo. Foram realizadas 5 (cinco) edições deste curso no ano de 2017, sendo 88 servidores capacitados.</li> <li>- Atividade: Capacitar Servidores. Título: Temática Étnico Racial. Subtítulo: Promoção da Igualdade racial. Data 31/07/2017. Local: Cras Ceilândia Sul. Público: Servidores. Quantidade: 10.</li> <li>- Atividade: Palestra. Título: Políticas de Igualdade Racial e ações da Subsecretaria de Igualdade Racial no III Módulo de Curso de Gerentes da SEDESTMIDH. Subtítulo: Capacitação de Multiplicadores. Data 04/07/2017. Local: EGOV. Público: Gestores da SEDESTMIDH. Quantidade: 40.</li> <li>- Atividade: Palestra. Título: Políticas de Igualdade Racial e ações da Subsecretaria de Igualdade Racial no VI Fórum de Gestão de Pessoas da SEPLAG. Subtítulo: Capacitação de Multiplicadores Data: 29/08/2017. Local: EGOV Público: Gestores do Governo de Brasília Quantidade: 80.</li> </ul>
6211	5	9	Criar e implementar o Projeto Jornadas em Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	25101	0	<p><b>2016</b> Ação não iniciada em 2016, estão previstas várias ações em 2017, dentre elas o Festival em Direitos Humanos por meio da realização de atividades artísticas e culturais em alusão ao dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que acontecerá no mês de dezembro de 2017.</p> <p><b>2017</b> Ação não implementada em razão da limitação orçamentária-financeira e, sobretudo, em virtude da redução da equipe técnica de trabalho que restringiu, até mesmo, o desenvolvimento dos projetos já pactuados.</p>
6211	5	10	Realizar cursos, palestras, oficinas e rodas de discussão sobre Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foram realizadas 15 palestras com 450 pessoas sobre a Lei Maria da Penha, com cerca de 225 servidores das administrações das RAs.</li> <li>✓ Seminário Femicídio, por Luiza Bairos (120 pessoas) e Seminário da Lei do Femicídio (200 pessoas).</li> <li>✓ Seminário "A Atuação do Sistema de Justiça Criminal do Distrito Federal na Aplicação da Lei nº 9.455/97", que define os crimes de tortura, com 50 pessoas.</li> </ul>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ação na Penitenciária Feminina do DF construída em parceria com diversos órgãos do Governo que realizou atendimento psicossocial, assessoria jurídica, atendimento de saúde e outros atendimentos para familiares e detentas.</li> <li>✓ Realização da Conferência Distrital Conjunta de Direitos Humanos e acolheu 03 Conferências Temáticas: 3ª Conferência Distrital de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais - LGBT; 4ª Conferência Distrital dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência e 5ª Conferência Distrital de Direitos Humanos, com a presença de 600 participantes.</li> <li>✓ Participação e apoio na organização do Encontro dos Conselheiros do CDI/DF e Instituições de atendimento à pessoa idosa. Durante a Conferência Conjunta de Direitos Humanos, foi realizada a capacitação dos novos conselheiros do CDI/DF.</li> <li>✓ Realização de eventos em alusão aos direitos da pessoa idosa no espaço da 112 Sul, com a participação de 150 pessoas.</li> <li>✓ Palestra para idosos nas unidades do SESC sobre os direitos da pessoa idosa, com 450 participantes.</li> <li>✓ Palestra para idosos em visitação na Residência Oficial de Águas Claras (ROAC), com 120 idosos participantes.</li> <li>✓ Seminário sobre Preparação para a Aposentadoria, promovido pela Subsaúde – SEPLAG/DF com 150 participantes.</li> <li>✓ Palestra em evento da Associação Brasileira de Alzheimer, com 120 participantes.</li> <li>✓ Participação na mesa do Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas sobre Envelhecimento Ativo com 200 participantes.</li> <li>✓ Evento alusivo ao Dia de Mundial de Luta contra a Aids da Associação de Idosos de Taguatinga com 40 participantes.</li> <li>✓ Projeto Matiné da Maturidade na Associação de Idosos onde funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Taguatinga com o objetivo de proporcionar a reflexão sobre temas afetos à velhice e ao envelhecimento de forma lúdica e dialogada, com 30 participantes.</li> <li>✓ Exposição de filme longa metragem Envelhescência na Semana de Valorização da pessoa idosa com 100 participantes.</li> </ul> <p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foram realizadas 23 rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha no âmbito do Núcleo das Unidades Móveis, com foco nas mulheres vítimas de violência doméstica.</li> <li>✓ Realização de 03 (três) Diálogos de Direitos Humanos e 01(um) Fórum Distrital de Empoderamento da Pessoa Idosa, em parceria com o Conselho dos Direitos do Idoso do DF. Participação de 400 pessoas no total;</li> <li>✓ Foram realizadas 02 palestras para Idosos na Residência Oficial de Águas Claras sobre a violência contra a pessoa idosa, direitos e rede de atendimento, 150 (cento e cinquenta) pessoas participantes;</li> <li>✓ Oficinas com os gestores dos Centros de Convivência para Idosos – CCIs:</li> <li>✓ Foram realizadas de 09 (nove) palestras do Ciclo de palestras sobre direitos com mais de 1.750 (hum mil, setecentos e cinquenta) pessoas;</li> <li>✓ Atividade: UBUNTU. Título: Capacitação de Servidores. Subtítulo: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. Quantidade: 45 participantes;</li> <li>✓ Capacitação de servidores público e atendentes do Disque Racismo 156. Subtítulo: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. Quantidade: 133;</li> <li>✓ Foram realizadas 09 palestras: Políticas de Igualdade Racial e sobre promoção da Igualdade Racial, com 2.031 (dois mil e trinta e um) participantes.</li> </ul>
6211	5	11	Articular ações com as demais Secretarias de Estado do DF para que todas as políticas públicas tenham as perspectivas de direitos humanos, com ênfase na igualdade racial e na equidade de gênero; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b></p> <p>Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foram realizadas 09 reuniões do Comitê Intersetorial do Disque Racismo, nas quais os participantes foram sensibilizados e capacitados em políticas de promoção da igualdade racial.</li> <li>✓ Foi elaborado o Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial.</li> <li>✓ Criado o curso de Racismo Institucional e Igualdade Racial.</li> <li>✓ Elaborado plano operativo do Afroempreendedorismo.</li> <li>✓ Foi retomado o comitê técnico de saúde da população negra.</li> <li>✓ Projeto Papo Reto capacitou 576 participantes nos marcos regulatórios do SINAPIR</li> </ul> <p><b>2017</b></p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Articulação com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para reformulação e publicação da Portaria Conjunta N° 17, a qual disciplina a implementação de ações voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais.
6211	5	12	Instituir Grupo de Trabalho para a elaboração do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres; (SEDESTMIDH)	25101	0	<b>2016</b> Ação não iniciada, aguardando a finalização do monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM <b>2017</b> Ação não iniciada. Em setembro de 2017 foi apresentado o relatório de monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para ser utilizado.
6211	5	13	Instituir Grupo Técnico para o monitoramento da implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, realizando audiências públicas para debater cada capítulo do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres com a sociedade civil, diversas pastas governamentais e demais instituições parceiras; (SEDESTMIDH)	25101	0	<b>2016</b> Ação não iniciada, aguardando a finalização do monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM <b>2017</b> Ação não iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi elaborado.
6211	5	14	Monitorar a implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres bimestralmente; (SEDESTMIDH)	25101	0	<b>2016</b> Ação não iniciada, aguardando a finalização do monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM <b>2017</b> Ação não iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi elaborado.
6211	5	15	Apresentar a implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres nas reuniões do Conselho Distrital dos Direitos da Mulher e avaliar anualmente a implementação de suas ações e o cumprimento de suas metas. (SEDESTMIDH)	25101	0	<b>2016</b> Ação não iniciada, aguardando a finalização do monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM <b>2017</b> Ação não iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi elaborado.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

Nas ações de promoção da igualdade de gênero, para promover uma Brasília sem preconceitos e conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos, desenvolveu-se ações focadas na comunicação, como a carta de serviços e o mapa da rede de proteção à mulher, mobilização de redes sociais e movimentos sociais. Foi criado o Grupo de Trabalho permanente de Combate ao feminicídio, com a ampla participação da Sociedade Civil, aproximando o diálogo e a interação dos equipamentos com a rede local de enfrentamento à violência, veiculadas campanhas de mídia e agendas representativas da pauta feminina, palestras, seminários e ações focadas em diversos segmentos, como feminicídio e a questão racial, Lei Maria da Penha e mulheres presas, entre outras.

A Secretaria vem articulando ações transversais de promoção de igualdade racial e étnica por meio de atividades formativas, culturais, articulação de redes com a sociedade civil, assim como implementação de políticas de combate ao racismo e ao preconceito racial tanto na sociedade quanto nas instituições públicas do Distrito Federal.

Dentre as dificuldades encontradas para a implementação das ações definidas no PPA 2016 destacamos a não prorrogação da parceria firmada com o Fundo de Assistência Judiciária da OAB/DF e União Planetária, por falta de interesse daqueles na manutenção das atividades na Estação da Cidadania. Registramos que a implantação do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, cuja proposta é a oferta de atendimento aos idosos e familiares por meio de equipe psicossocial na Estação da Cidadania está prevista para 2017.

Considerando que o desenvolvimento das ações esbarrou em dificuldades de ordem estrutural, decorrentes da falta de servidores para composição das equipes as ações de reordenamento dos Centros de Convivência do Idoso, instalação do Conselho LGBT foram prejudicadas. No entanto, destacamos um saldo positivo no que tange a capacitação em direitos humanos de servidores do Governo de Brasília, os tornando agentes multiplicadores da temática. Tem-se, então, como meta a ampliação dessas parcerias, para que se possa redimensionar o alcance e para que a política pública atenda a quem de fato necessita.

A Secretaria realizou a IV Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial – IV CODIPIR, no Centro de Convecções Ulysses Guimarães, dias 12 e 13 de janeiro de 2018, com a temática “Brasília na Década de Afrodescendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos”. Contou com a 320 participantes, sendo que 129 foram delegados (as) da IV CODIPIR e 64 inscritos para Delegados (as) da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. As Conferências são espaços de participação popular necessárias para deliberações de políticas públicas e promoção dos direitos das populações negras, indígenas, ciganas e comunidades de matriz africana.

Nas ações referentes a implementação do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, destaca-se que foram previstas para o início de 2018 reuniões para as definições referentes a comissão de monitoramento. Ressalta-se que o relatório do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres será um norteador para a elaboração das metas e ações do II PDPM.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**006 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRADA E GRATUITA: Prestar assistência jurídica integral, gratuita e com eficiência aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando a solução extrajudicial dos litígios como forma de pacificação social.**

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**48.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	1	Elevar para 19 o número de medidas para tutela de interesses coletivos; (DPDF)	19	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	17	26			26	136,8%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	2	Elevar o número de projetos institucionais e sociais desenvolvidos de 11 para 20; (DPDF)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	15			15	75,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	3	Aumentar para 48 o número de participação em Comissões, Conselhos e Programas; (DPDF)	48	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	37	37			37	77,1%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	4	Elevar para 20 o número de campanhas publicitárias de divulgação ou educativas; (DPDF)	20	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	83	53			136	680,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	5	Elevar o índice de audiências realizadas com a presença do Defensor de 70% para 85%; (DPDF)	85	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	73	78			78	91,8%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	6	Elevar o número de audiências realizadas sob o patrocínio da Defensoria Pública de 83.600 para 89.300; (DPDF)	89.300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	70.457	105.310			105.310	117,9%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	7	Manter em 25 minutos o tempo de espera; (DPDF)	25:00	MINUTO	ACUM	MANTER	25:00	25:00			0:25:00	100,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	8	Manter em 90% o índice de satisfação do usuário; (DPDF)	90	%	ACUM	MANTER	90	90			90	100,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	9	Elevar de 85 para 100 o número de menção positiva das ações na mídia; (DPDF)	100	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	498	950			950	950,0%
6211	DIREITOS	6	10	Elevar o índice de processos organizacionais	90	%	ACUM	MAIOR,	60	80			80	88,9%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	HUMANOS E CIDADANIA			padronizados de 60% para 90%; (DPDF)				MELHOR						
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	11	Elevar o índice médio de capacitação de 40% para 55%; (DPDF)	55	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	42	48			48	87,3%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	12	Elevar o número de medida de desenvolvimento da competência de 85 para 100; (DPDF)	100	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	89	90			90	90,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	13	Elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional de 85% para 100%; (DPDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85	87			87	87,0%
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	14	Elevar o índice de projetos estratégicos implantados de TI de 85% para 100%. (DPDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85	90			90	90,0%

### **Análise Qualitativa**

#### **1. Elevar para 19 o número de medidas para tutela de interesses coletivos (DPDF);**

**2016**

Conforme a demanda da sociedade, a DPDF vem aumentando o ingresso de Ações Cíveis Públicas.

**2017**

Aumentou para 26 o número de medidas para tutela de interesses Coletivos.

#### **2. Elevar o número de projetos institucionais e sociais desenvolvidos de 11 para 20 (DPDF);**

**2016**

A DPDF constantemente analisa as necessidades da sociedade e elabora projetos institucionais e sociais criando inovações que beneficiem a população mais carente com atividades e políticas públicas.

**2017**

A DPDF constantemente analisa as necessidades da sociedade e elabora projetos institucionais e sociais criando inovações que beneficiem a população mais carente com atividades e políticas públicas, com prospecção de iniciar novos projetos.

#### **3. Aumentar para 48 o número de participação em Comissões, Conselhos e Programas (DPDF);**

**2016**

A DPDF vem elevando a participação em comissões, conselhos e programas buscando dessa forma o aprimoramento da assistência à comunidade. No ano de 2016 participou de diversas comissões, tais como: Comissão Especializada na Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Comissão do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE; Comissão de Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias dentre outras.

**2017**

A DPDF vem elevando a sua participação em Comissões, Conselhos e Programas, na medida em que é solicitada a sua participação ou quando a participação da DPDF é exigida, por competência das suas atribuições, para garantia dos Direitos Individuais (cidadania) e Sociais (coletividade). A DPDF participa da Comissão Especializada na Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; da Comissão do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais - CONDEGE; da Comissão de Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias, e de outros Conselhos regularmente constituídos.

#### **4. Elevar para 20 o número de campanhas publicitárias de divulgação ou educativas (DPDF);**

**2016**

Em 2016 a DPDF enfatizou na divulgação de suas campanhas publicitárias e educativas, com o intuito de conscientizar a população da finalidade essencial dos serviços prestados por ela aos mais carentes. Esses trabalhos continuarão sendo desenvolvidos para o amplo conhecimento de toda sociedade.

**2017**

Em 2017 a DPDF enfatizou a divulgação de suas campanhas publicitárias e educativas, as quais foram feitas no site da Defensoria e junto ao jornalismo, com o intuito de conscientizar a população da finalidade essencial dos serviços prestados pelo órgão aos mais carentes. Esse trabalho continuará a ser desenvolvido para dar amplo conhecimento a toda sociedade sobre os seus direitos e a Assistência Jurídica prestada pela Defensoria.

#### **5. Elevar o índice de audiências realizadas com a presença do Defensor de 70% para 85% (DPDF);**

**2016**

No ano de 2016 foram nomeados novos Defensores possibilitando dessa forma a elevação da presença deste profissional nas audiências.

**2017**

Em 2017 foram nomeados 22 novos Defensores Públicos, o que ajudou na melhoria do índice "atendimento com a presença de Defensor Público nas audiências realizadas"

#### **6. Elevar o número de audiências realizadas sob o patrocínio da Defensoria Pública de 83.600 para 89.300 (DPDF);**

**2016**

No ano 2016 não foram implantadas medidas que busquem elevar o número de audiências patrocinadas pela Defensoria Pública.

**2017**

No ano de 2017 houve aumento de 49% nas audiências, em comparação com o exercício de 2016. O aumento do Quadro de Defensores e de Analistas (nível superior), melhoria nas instalações físicas, equipamentos de tecnologia da informática e comunicação de dados, juntos, são fatores positivos e preponderantes na melhoria do índice e na elevação da quantidade das ações de patrocinadas pela Defensoria Pública no ano de 2017.

#### **7. Manter em 25 minutos o tempo de espera (DPDF);**

**2016**

O tempo de espera para atendimento ao público vem sendo mantido em 25 minutos.

**2017**

O tempo de espera para o atendimento ao público continua satisfatório e dentro da previsão de 25 minutos.

#### **8. Manter em 90% o índice de satisfação do usuário (DPDF);**

**2016**

O índice de satisfação, em 2016, foi mantido, mesmo com o aumento da demanda da população mais carente.

2017

Mantido o índice de satisfação na casa dos 90%, mesmo com o aumento da demanda dos serviços prestados pela DPDF.

#### **9. Elevar de 85 para 100 o número de menção positiva das ações na mídia (DPDF);**

2016

Constantemente houve menções positivas quanto as ações executadas pela DPDF e que foram ao encontro dos anseios da população assistida por esta Defensoria, conforme demonstrado pela análise quantitativa acima.

2017

As menções positivas sobre a DPDF foram executadas por meio de divulgação no site do órgão e por meio de matérias jornalísticas enviadas aos diversos veículos de comunicação e divulgação (jornais, TV e outros).

#### **10. Elevar o índice de processos organizacionais padronizados de 60% para 90% (DPDF);**

2016

No ano de 2016 não foram implantadas medidas para elevar o índice de processos organizacionais padronizados.

2017

No ano de 2017 foram implantadas medidas de divulgação e incentivo na participação dos servidores nos cursos realizados pela EASJUS - DPDF, EGOV, ENAP e outras Escolas (Universidades) abertas de outros órgãos públicos, visando elevar o nível do conhecimento e conformidade sobre "processos organizacionais padronizados".

#### **11. Elevar o índice médio de capacitação de 40% para 55% (DPDF);**

2016

A Escola de Assistência Judiciária – EASJUR vem desenvolvendo o trabalho, conforme análise da demanda da população, para a capacitação de todos os servidores do órgão, buscando sempre o aprimoramento no atendimento e satisfação do assistido para atender sua necessidade.

2017

No ano de 2017 foram implantadas medidas de divulgação e incentivo na participação dos servidores nos cursos realizados pela EASJUS - DPDF, EGOV, ENAP e outras Escolas (Universidades) abertas de outros órgãos públicos, objetivando elevar o nível de capacitação dos servidores da Defensoria.

#### **12. Elevar o número de medida de desenvolvimento da competência de 85 para 100 (DPDF);**

2016

Constantemente a EASJUR, após cada curso ministrado, busca avaliar o grau de importância da capacitação oferecida.

2017

O nível de desenvolvimento da competência foi mantido estável em relação ao ano de 2016.

#### **13. Elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional de 85% para 100% (DPDF);**

2016

A DPDF em 2016 mudou para a nova sede administrativa, com o espaço físico mais apropriado, mas infelizmente teve que devolver vários servidores a seus órgãos de origem, o que consequentemente vem dificultando a elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional.

2017

A DPDF manteve o elevado índice de aceitação no Clima Organizacional.



#### 14. Elevar o índice de projetos estratégicos implantados de TI de 85% para 100% (DPDF).

2016

Em 2016 não foi implantado nenhum projeto estratégico de TI, apenas houve a reestruturação e aquisição de computadores e um servidor de rede.

2017

Foi criada a Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação - SITIC, com reformulação de todo o setor, que passou a integrar a alta gestão da DPDF e foi alçada à posição de Subsecretaria. O quadro de servidores da informática foi renovado e recomposto, passando o enfoque para as habilidades e competências da gestão. As prioridades passaram a ser definidas por um Comitê de TI e houve investimentos na aquisição de 310 computadores, 100 scanners e 620 monitores. A TI realizou convênio com a DP de Tocantins para disponibilização de sistema de atendimento ao público - Sistema SOLAR. Foram realizadas ações de treinamento dos técnicos e a implantação está prevista para iniciar em 2018. A TI desenvolveu uma prova de conceito com a interface de aplicativo para celular que permite ao usuário a consulta sobre o andamento de processos relacionados às suas demandas, com prospecção de implantação de outras etapas dessa funcionalidade prevista para 2018, com a integração com o Sistema Solar. A TI também consolidou a utilização do Processo Judicial Eletrônico em 70% dos núcleos no ano de 2017.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1556	ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS	%	0	31/12/2016	10	0,02	11	1,21	12	13	DPDF / UO 48101 / OE 6
1557	NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	UNIDADE	1.123	31/12/2014	2.000	1.465	2.200	1.610	2.400	2.600	DPDF / UO 48101 / OE 6
1558	ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO	%	0	31/12/2014	18	12	17	7,42	16	15	DPDF / UO 48101 / OE 6
1559	ATENDIMENTOS REALIZADOS	UNIDADE	440.000	31/12/2014	500.000	479.525	600.000	334.100	700.000	800.000	DPDF / UO 48101 / OE 6

#### Justificativas 2016

**1556** - O índice estabelecido, como desejado, foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria, que além dos ajuizamentos de petições, também, prestamos atendimentos de orientação jurídica, bem como outros processos onde o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc).

**1557** - No exercício de 2016 houve aumento no número de atuação extrajudicial em razão da capacitação de Mediadores pela Escola da Defensoria Pública, bem como das inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil - CPC, refletindo assim na celeridade do processo.

**1558** - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 18% sobre o total de atendimento, no entanto, a meta ficou abaixo do previsto, em 12%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2016.

**1559** - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo, atendimento idoso, atendimento psicólogo, atendimento servidor, atendimento social, atendimento vítima doméstica e visitas; também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça onde, a Defensoria prestava serviço em torno de 60% da capacidade das Varas, e com as medidas implantadas no ano 2016, a capacidade aumentou para 94%.

### **Justificativas 2017**

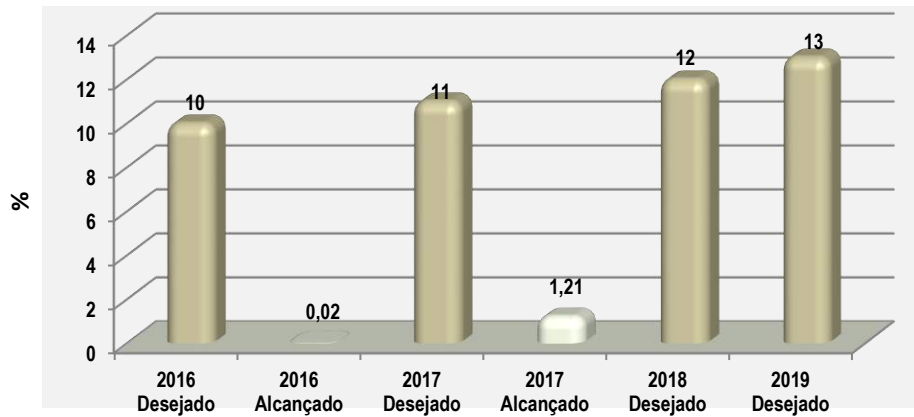
**Indicador 1556** - O índice estabelecido como desejado foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria que, além dos ajuizamentos de petições, também presta atendimento de orientação jurídica, em que cabe à vontade das partes realizar ou não os acordos, bem como os processos em que o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc.)

**Indicador 1557** - Atuação extrajudicial para resolução dos conflitos depende da atuação de mediadores e conciliadores, bem como da vontade das partes. Considerando o índice estabelecido, como desejado, foi alcançado 73,5%.

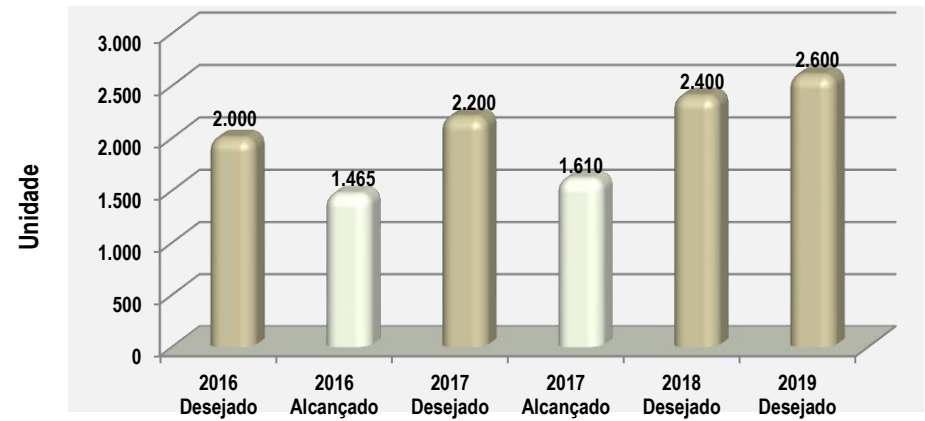
**Indicador 1558** - Fundamenta-se no número de processos atuados, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame; iniciais medicamentos; iniciais propostas; iniciais tratamentos; iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 17% sobre o total de atendimento; no entanto, a meta ficou melhor do que o previsto, em 7,5%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais atuados no ano de 2017.

**Indicador 1559** - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo; atendimento ao idoso; atendimento psicológico; atendimento ao servidor; atendimento social; atendimento a vítima doméstica e visitas. Também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça em que a Defensoria prestava serviço. Considerando que o valor desejado foi superestimado, mesmo assim, alcançou índice de 55,5%.

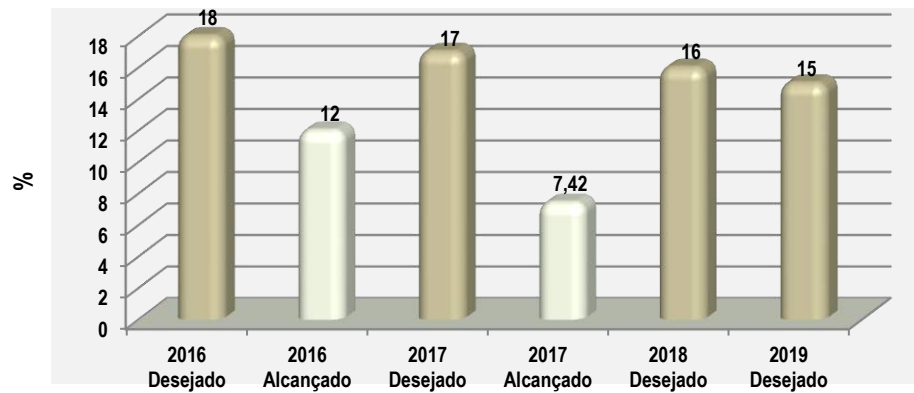
ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS



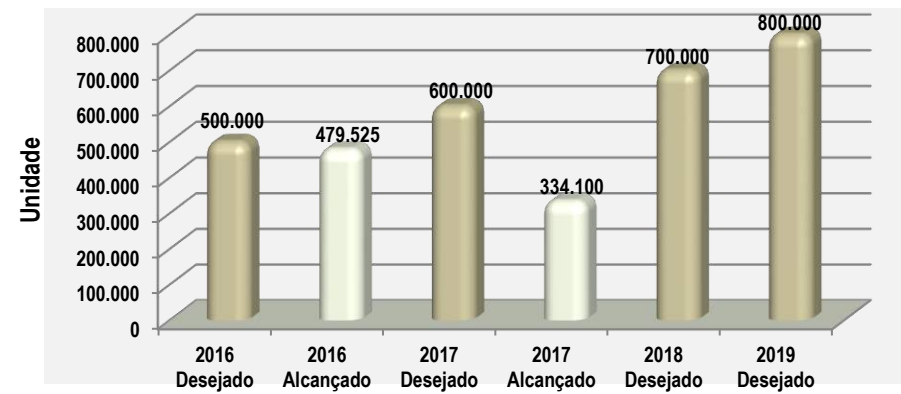
NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL



ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO



ATENDIMENTOS REALIZADOS



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	6	1	Elaborar e buscar aprovação da Lei de organização e funcionamento da Defensoria Pública; (DPDF).	48101	100 %	<b>2016</b> Foi publicada a Lei Complementar 908 de 11/01/16 que modifica a Lei Complementar 828 de 26/07/10, que trata sobre as atribuições e competências da Defensoria Pública do DF. <b>2017</b> Mantida situação
6211	6	2	Acompanhar, propor e demandar a implementação das políticas públicas voltadas à população carente, grupos vulneráveis e proteção de direitos humanos; (DPDF).	48101	85 %	<b>2016</b> Acompanhamento dos processos legislativos afetos às áreas temáticas tais como: violência doméstica, idoso, infância. Demanda a implementação de leis, decretos, resoluções para a concretização de direitos na saúde, consumidor, idoso, bem como o funcionamento dos equipamentos públicos. A Defensoria Pública do DF tem membros nos diversos conselhos de direitos: mulher, idoso, infância, direitos humanos. <b>2017</b> A DPDF faz acompanhamento dos processos legislativos afetos às áreas temáticas, tais como: violência doméstica, idoso, infância. Demanda a implementação de leis, decretos, resoluções para a concretização de direitos na saúde, consumidor, idoso, bem como o funcionamento dos equipamentos públicos. A Defensoria Pública do DF tem membros nos diversos conselhos de direitos: mulher, idoso, infância, direitos humanos.
6211	6	3	Realizar anualmente audiências públicas com entidades da sociedade civil, a fim de identificar suas demandas e estabelecer parcerias, subsidiando novas ações estratégicas; (DPDF).	48101	90 %	<b>2016</b> A Defensoria participa anualmente de audiência pública em diversos órgãos e instituições tais como: Secretaria de Saúde, Câmara Legislativa do DF, Secretaria de Educação, Secretaria da Criança e Adolescente, e com a sociedade civil. <b>2017</b> A Defensoria aumentou sua participação em audiência pública em diversos órgãos e instituições tais como: Secretaria de Saúde, Câmara Legislativa do DF, Secretaria de Educação, Secretaria da Criança e Adolescente, e com a sociedade civil.
6211	6	4	Criar política de comunicação institucional para divulgar as ações exitosas da instituição; (DPDF).	48101	80 %	<b>2016</b> Faz parte da política de comunicação a divulgação das ações exitosas da instituição pelo departamento próprio, com inserção no <i>site</i> , <i>facebook</i> , entrevistas, rádio, televisão e por mídia impressa. <b>2017</b> Faz parte da política de comunicação a divulgação das ações exitosas da instituição por meio de sua Assessoria de Comunicação, com inserção de matérias no seu próprio no <i>site</i> , <i>facebook</i> , entrevistas, rádio, televisão e por mídia impressa.
6211	6	5	Implantar serviço de diligência; (DPDF).	48101	0 %	<b>2016</b> Não foi implantado. <b>2017</b> Não foi implantado
6211	6	6	Manter critérios objetivos para aferir a hipossuficiência; (DPDF).	48101	100 %	<b>2016</b> É aferida por meio da aplicação dos critérios da Resolução nº 140 de 24/06/15. <b>2017</b> É aferida por meio da aplicação dos critérios da Resolução nº 140 de 24/06/15
6211	6	7	Fortalecer a atuação nos juizados especiais e de violência doméstica e familiar contra a mulher; (DPDF).	48101	100 %	<b>2016</b> A Defensoria Pública tem investido na lotação de Defensores para atuar nos Juizados de Violência Doméstica. <b>2017</b> A DPDF mantém atuação constante nas esferas dos juizados especiais e de violência doméstica e familiar (contra a mulher), e ainda atua por meio de projetos e programas específicos
6211	6	8	Fortalecer a atuação da	48101	20 %	<b>2016</b>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Defensoria Pública nos Tribunais e turmas recursais, criando a rotina de trabalho para a realização da sustentação oral e de apresentação de justificativa em caso de não interposição de recursos; (DPDF).			Fortalecimento da atuação nos Tribunais através de capacitação pela EASJUR e reuniões entre os Defensores do 2º Grau com os Núcleos Temáticos. <b>2017</b> Mantida a situação em relação ao ano de 2016
6211	6	9	Fortalecer a atuação da Defensoria Pública no 1º Grau, atuando em todas as unidades jurisdicionais do Distrito Federal, justificando os casos de impossibilidade de comparecimento; (DPDF).	48101	90 %	<b>2016</b> A Defensoria Pública tem investido na lotação de Defensores para aumentar a atuação nas unidades jurisdicionais do Distrito Federal. O ganho institucional depende da contratação de Defensores, o que está diretamente relacionado à dotação orçamentária. <b>2017</b> Com a posse dos 22 novos Defensores em 2017, houve uma condição de melhoria na atuação nas diversas instâncias de Justiça
6211	6	10	Implantar CallCenter; (DPDF).	48101	0 %	<b>2016</b> Não iniciou a implantação. <b>2017</b> Não iniciou a implantação.
6211	6	11	Fortalecer a atuação dos Núcleos no acompanhamento e elaboração de políticas públicas, bem como na tutela de interesses coletivos; (DPDF).	48101	90 %	<b>2016</b> A Defensoria Pública vem inovando esforços para que os Núcleos Temáticos atuem de forma articulada entre as diversas áreas de atuação, junto às Secretarias, Órgãos, Instituições, Sociedade Civil, na defesa da tutela dos interesses coletivos. <b>2017</b> A DPDF fortaleceu sua atuação coletiva, com a implantação do Núcleo de Direitos Humanos
6211	6	12	Fortalecer a atuação das câmaras temáticas, criando rotinas de trabalho para o exercício uniformizado da assistência jurídica; (DPDF).	48101	0 %	<b>2016</b> Atualmente existe uma dificuldade na participação dos Defensores para compor as câmaras temáticas. <b>2017</b> Mantido a situação de 2016, com prospecção de ações para 2018
6211	6	13	Criar sistema de comunicação para as partes das decisões; (DPDF).	48101	50 %	<b>2016</b> Tal funcionalidade é essencial nos sistemas a serem desenvolvidos ou implementados no âmbito da DPDF, no entanto, ainda não há ações neste sentido. <b>2017</b> Apesar da inexistência de um sistema próprio, a comunicação da DPDF com a parte interessada é feita por meio de telefone, correspondência, e-mail e WhatsApp.
6211	6	14	Estabelecer sistema de atendimento pessoal pelo Defensor ou de supervisão direta das orientações por este; (DPDF).	48101	80 %	<b>2016</b> Através da análise e comparação entre os fluxos dos diversos núcleos da Defensoria Pública para priorizar a uniformização do atendimento. Atualmente os Núcleos trabalham com o atendimento pessoal pelo Defensor e de supervisão direta das orientações. <b>2017</b> O atendimento é feito preferencialmente, por Defensor Público ou por ele supervisionado
6211	6	15	Padronizar o sistema de atendimento ao público; (DPDF).	48101	60 %	<b>2016</b> Foi desenvolvido um sistema de atendimento ao público, no entanto, ainda não foi finalizado para atender às demandas de adequações da Defensoria ao PJ-e, bem como não foi implementado. <b>2017</b>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						o atendimento está padronizado, via e-sic, e outras funcionalidades implantadas pelo sistema SOLAR.
6211	6	16	Estruturar curso de formação voltado para motivação e criação de espírito institucional.	48101	70 %	<b>2016</b> A EASJUR vem trabalhando na formação e capacitação dos Defensores, assim como, aperfeiçoando demais servidores. <b>2017</b> Por meio de Escola Própria (EASJUR), que mantém programa de formação e capacitação de servidores e Defensores.
6211	6	17	Implantar cursos obrigatórios de aperfeiçoamento e reciclagem anual por área de atuação; (DPDF).	48101	0 %	<b>2016</b> Não iniciou a implantação de cursos obrigatórios. <b>2017</b> Não iniciou a implantação de cursos obrigatórios.
6211	6	18	Implementar pesquisa de satisfação do assistido; (DPDF)	48101	20 %	<b>2016</b> Não iniciou a implantação. <b>2017</b> Houve iniciativas de realização de pesquisa de satisfação em alguns Núcleos de Atendimento Jurídico.
6211	6	19	Realizar a análise e melhoria de processos organizacionais; (DPDF)	48101	60 %	<b>2016</b> A Defensoria Pública do DF está mapeando os fluxos de serviços dos diversos núcleos. <b>2017</b> A DPDF está mapeando os fluxos de serviços prestados à população nos diversos Núcleos.
6211	6	20	Reestruturar a organização administrativa; (DPDF).	48101	60 %	<b>2016</b> - A Administração Superior vem trabalhando para compatibilizar o crescimento do órgão com a estrutura administrativa. <b>2017</b> A Administração Superior trabalha para compatibilizar o crescimento do órgão com a estrutura administrativa - Foi criada a Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da informação e Comunicação (SITIC).
6211	6	21	Elaborar o Regimento Interno da Defensoria Pública; (DPDF)	48101	0 %	<b>2016</b> Não foi elaborado. <b>2017</b> Não foi elaborado
6211	6	22	Padronizar a organização administrativa da Defensoria Pública; (DPDF).	48101	60 %	<b>2016</b> - Em decorrência da análise dos processos organizacionais, a Defensoria Pública do DF já implementou algumas rotinas de trabalho. <b>2017</b> A DPDF já implementou algumas rotinas de trabalho e prospecta melhorar a padronização de processos organizacionais em 2018
6211	6	23	Padronizar procedimentos de gestão de pessoas; (DPDF)	48101	70 %	<b>2016</b> Restou implementado fluxo de procedimentos no Departamento de Pessoal, o que está muito adiantado, faltando maior padronização nos Núcleos. <b>2017</b> Padronização de procedimentos de gestão de pessoas em implantação.
6211	6	24	Elaborar e buscar aprovação da Lei que cria o quadro de funções comissionadas da Defensoria Pública; (DPDF)	48101	0 %	<b>2016</b> Não foi elaborado. <b>2017</b> Não foi elaborado.
6211	6	25	Implementar pesquisa para medir o desenvolvimento da competência; (DPDF)	48101	0 %	<b>2016</b> Não foi implementada. <b>2017</b> Não foi implementada
6211	6	26	Implementar pesquisa de satisfação do servidor; (DPDF)	48101	0 %	<b>2016</b> Não foi implementada. <b>2017</b> Não foi implementada

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	6	27	Reestruturar a área de Informática; (DPDF)	48101	100 %	<b>2016</b> Houve pequenas ações de reestruturação, e houve aquisição de 200 computadores e um servidor de rede. <b>2017</b> Foi criada a Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação (SITIC) com a reformulação de todo o setor, que passou a integrar a alta gestão da DPDF e foi alçada à posição de Subsecretaria. O quadro de servidores da informática foi renovado e recomposto, passando o enfoque para as habilidades e competências da gestão
6211	6	28	Implantar o sistema de informações e processo judicial eletrônico. (DPDF)	48101	100 %	<b>2016</b> - A utilização do Processo Judicial Eletrônico já está iniciada em dois Núcleos da DPDF (NAJ Família e NAJ Mulher). <b>2017</b> Implantado por meio do PJe, em todos os Núcleos de Atendimento.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

No ano de 2016, a Defensoria Pública do Distrito Federal teve mudança da sede administrativa, pois estava localizada no Edifício Zarife no Setor Comercial Sul, onde as dependências físicas estavam precárias e insalubres. A mudança para a nova sede no SIA trouxe melhores acomodações físicas, pois a estrutura do prédio é nova, com salas climatizadas, amplo estacionamento, o que proporciona um ambiente de trabalho mais adequado.

No mesmo intuito, buscou-se a modernização da área administrativa/jurídica, em que a Diretoria de Informática adquiriu 200 (duzentos) novos computadores para serem distribuídos aos núcleos de atendimento e vem aperfeiçoando o sistema informatizado de diversos setores.

Para assegurar bons resultados, a DPDF identificou que para o atendimento das metas e dos programas prioritários do Órgão, deveria estar presente em todos os Fóruns do Distrito Federal, ação esta de difícil cumprimento, pois a DPDF não possui prédios próprios, necessitando de locações de espaços para as instalações dos Núcleos de Atendimento Jurídicos (NAJs) ou cessão de espaço. Nesse sentido, em 2016, a DPDF inaugurou mais dois NAJs: Recanto das Emas e Águas Claras.

É imperioso ressaltar que a DPDF possui uma Sede Administrativa, localizada em prédio alugado, localizada no SIA Sul, Trecho 17, Rua 07 – Lote 45, bem como possui um terreno cedido para construção de sua Sede nas proximidades da Ponte JK em Brasília, no Setor de Clubes Sul, porém faltam recursos financeiros para a construção.

A demanda da DPDF aumenta conforme o crescimento demográfico da população do Distrito Federal, e a DPDF não mede esforços para atender toda essa procura. Em 2016 nomeou mais 23 (vinte e três) Defensores Públicos e 22 (vinte e dois) Analistas Judiciários, ambos os concursos estão vigentes e, na medida da disponibilidade financeira, estarão sendo nomeados.

Por sua vez, em 2017, a Defensoria Pública do Distrito Federal promoveu a inauguração da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) destinado a aprimorar as atividades fim desta Defensoria e proporcionar um ambiente de trabalho confortável, de excelente acesso para a população, bem como proporcionando a infraestrutura adequada aos servidores, para que possam exercer suas atividades com a devida dignidade, o que resultará na agilidade do atendimento em prazo de tempo exíguo e a continuidade das ações da DPDF, em defesa dos interesses do cidadão, tendo em vista que o serviço prestado necessita de continuidade da triangulação processual, quais sejam, assistidos, procuradores e o Poder Judiciário.

A UAI / DPDF foi instalada no Edifício Rossi Esplanada Business, térreo, localizado na Quadra 01, Lote G, Setor Comercial Norte, para onde foram realocadas 10 Unidades: NAJ Defesa do Consumidor; NAJ Execução de Medidas Socioeducativas; NAJ Execução Penal; NAJ Fórum Júlio Mirabete; NAJ Iniciais de Brasília (e Mediação); NAJ Saúde; NAJ Segundo Grau e Tribunais Superiores; NAJ Fazenda Pública; Psicossocial; e Escola Jurídica da DPDF.

No mesmo intuito, buscou-se a modernização da área de Tecnologia da Informação, com a criação da Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação - SITIC, que passou a integrar a alta gestão da DPDF e foi alçada à posição de Subsecretaria. O quadro de servidores da informática foi renovado e recomposto, passando o enfoque para as habilidades e competências da gestão.

Foram adquiridos diversos equipamentos de Informática e Comunicação, ressaltando a aquisição de: 310 computadores, 100 scanners e 620 monitores, os quais foram distribuídos nos diversos setores administrativos e nos Núcleos de Atendimento Jurídico, sendo objeto de melhoria das condições de trabalho dos servidores da Defensoria.

Para assegurar bons resultados das metas estabelecidas, a DPDF identificou que entre os programas prioritários do Órgão deveriam ter sua presença em todos os Fóruns do Distrito Federal, sendo que algumas ações são de difícil cumprimento, pois a DPDF não possui prédios próprios, necessitando de locações de espaços para as instalações dos NAJs ou cessão de espaços de outros órgãos, bem como da necessidade de acomodar os NAJs que estão provisoriamente ocupando espaços cedidos nos fóruns do TJDF. Para isso foram iniciados processos de chamamento público, visando as locações de imóveis para abrigar os NAJs de Santa Maria, São Sebastião e da Infância e Juventude, cujos processos não foram finalizados em 2017 e as instalações desses NAJs poderá ocorrer no exercício de 2018.

Em 2017, foram nomeados mais 22 (vinte e dois) Defensores Públicos e 8 (oito) Analistas Judiciários, para comporem o quadro da Defensoria e assim reforçar a força de trabalho e o atendimento da população do Distrito Federal.



**OBJETIVO ESTRATÉGICO: Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.**

**PROGRAMA TEMÁTICO:  
6219 – CAPITAL CULTURAL**

**OBJETIVO GERAL:**

Incentivar, fomentar e difundir a cultura, em toda a sua diversidade, considerando-a como direito fundamental do cidadão, tão importante quanto o voto, a moradia, a alimentação, a saúde e a educação. O programa compreende a cultura em sua diversidade e sob uma perspectiva integrada, envolvendo Brasília e Entorno, com base em uma concepção que considera a cultura em suas dimensões simbólica, cidadã, artística, educativa, patrimonial e econômica, como um vetor estratégico para a inovação e o desenvolvimento do DF.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 05 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

**16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT**

**001 – CULTURA PARA TODOS:** Disseminar circuitos de arte e cultura, desenvolver políticas de distribuição e formação de apreciadores para arte, bem como de formação de agentes e produtores culturais e de comunicação para a cultura, garantindo o acesso dos cidadãos à fruição e à produção cultural, aos bens culturais, à memória e ao patrimônio cultural e histórico, bem como o acesso à formação e à pesquisa e o acesso interativo a conhecimentos e conteúdos.

**002 – PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL:** Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais nas regiões do DF, com estratégias de gestão modernas, participativas e integradas, bem como reestruturar e fortalecer a política pública de patrimônio, material e imaterial – em sua dimensão cultural, histórica, artística e arqueológica –, a fim de preservar e promover a dimensão de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, com mecanismos de salvaguarda de curto, médio e longo prazos, e também, a fim de transcender a área tombada, por meio da promoção e do reconhecimento das dimensões identitárias, territoriais e educacionais do patrimônio nas várias regiões do DF.

**003 – DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES:** Ampliar e proteger os recursos para fomento e incentivo a produções artísticas e culturais, inclusive de pesquisa, experimentais, tradicionais e aquelas historicamente excluídas, por meio da formulação de uma política inovadora, participativa e integrada para as artes, que contemple a produção, o acesso, a difusão, a promoção e a circulação das mais diversas linguagens em todas as regiões do DF.

**004 – DIVERSIDADES:** Potencializar as iniciativas culturais de grupos e comunidades historicamente desassistidas pelo Estado, principalmente na forma de premiações e no apoio aos projetos de espaços culturais denominados Pontos de Cultura e suas unidades de articulação e mobilização, dentro de uma política transversal de valorização e promoção da cidadania, do protagonismo e da diversidade cultural no DF.

**005 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL:** Promover a eficácia dos serviços públicos de cultura, por meio da modernização da gestão cultural e de políticas permanentes de valorização dos servidores públicos, bem como dos serviços prestados diretamente à população, com foco na avaliação de resultados e no fortalecimento das políticas do setor cultural sob a ótica de Estado e na inclusão de cultura como base essencial para o desenvolvimento pleno da Capital brasileira.

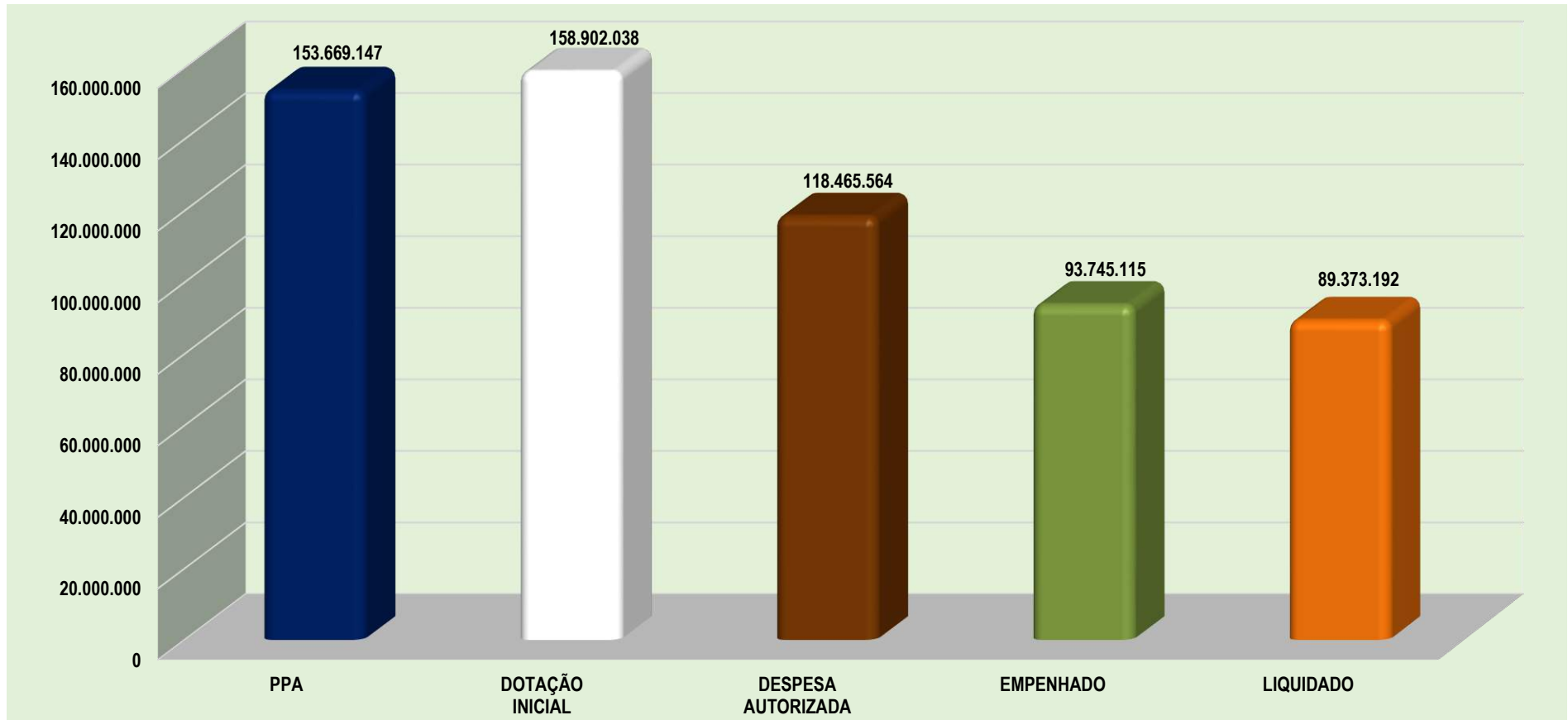
### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (Valores em R\$)

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	43.966	1.001.000	810.000	280.260	0	637	0
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	2.275.303	822.000	6.119.296	1.754.918	647.783	77	28
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	40.000	150.000	149.999	139.923	129.077	350	323
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	255.200	200.000	48.935	48.934	45.228	19	18
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	2.300.000	1.500.000	875.890	860.562	850.265	37	37
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	1.045.000	750.000	900.000	757.490	757.490	72	72
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	3.000.000	6.000.000	1.074.587	1.005.636	1.003.671	34	33
2817 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	4.500.000	3.000.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	56	56
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	4.623.396	5.850.000	8.628.767	7.978.222	6.268.864	173	136
2837 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA ORQUESTRA SINFÔNICA	720.000	0	0	0	0	0	0
2838 - MOSTRA BRASÍLIA	200.000	5.000	0	0	0	0	0
2843 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS	1.500.000	15.000	0	0	0	0	0
2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	3.000.000	350.000	2.740.210	498.701	451.025	17	15
2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	3.000.000	1.000.000	158.268	108.267	83.027	4	3
2880 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO	300.000	158.000	40.319	40.319	40.319	13	13
2978 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	1.000.000	600.000	550.000	534.414	534.414	53	53
3110 - REFORMA DO PÓLO DE CINEMA	100.000	10.000	0	0	0	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	1.270.000	800.000	0	0	0	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	15.394.000	10.171.000	8.917.500	0	1.512.624	0	10
3304 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA	1.700.000	8.410.000	1.353.412	698.710	58.710	41	3
3307 - REALIZAÇÃO DO PROJETO PONTES CULTURAIS	1.500.000	1.000.000	729.782	729.780	729.780	49	49
3308 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "FORA DA ESTANTE"	5.000.000	2.756.000	203.592	203.127	203.127	4	4
3313 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA	800.000	250.000	1	0	0	0	0
3340 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF	18.100.000	10.870.000	4.468.369	4.218.459	4.156.359	23	23
3348 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	5.130.000	10.638.995	1.956.954	1.674.657	1.174.657	33	23

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3350 - REFORMA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	200.000	100.000	0	0	0	0	0
3364 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	100.000	95.000	0	0	0	0	0
3402 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO	100.000	100.000	0	0	0	0	0
3458 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA	100.000	100.000	2.716.286	1.789.853	1.320.778	1.790	1.321
3508 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS	400.000	0	0	0	0	0	0
3510 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES	300.000	200.000	50.000	0	0	0	0
3531 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO CULTURAL	100.000	0	0	0	0	0	0
3550 - CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IPAC	100.000	0	0	0	0	0	0
3576 - (EP)REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3577 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	400.000	0	0	0	0	0	0
3580 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL CINE ITAPOÃ	500.000	700.000	0	0	0	0	0
3582 - (EP)CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIA DE BRAZLÂNDIA	600.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3.132.872	11.535.180	10.325.516	9.386.180	8.922.039	300	285
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40.000	0	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	2.539.194	9.433.000	10.099.605	9.031.229	8.914.874	356	351
4091 - APOIO A PROJETOS	58.966.202	63.819.142	45.382.861	42.122.967	41.922.967	71	71
4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	540.000	514.000	314.000	270.045	270.045	50	50
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	3.235.781	2.098.721	2.378.105	2.190.076	2.148.274	68	66
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	1.133.521	0	0	0	0	0	0
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	1.384.712	0	1.600.000	1.549.077	1.354.486	112	98
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	2.000.000	3.900.000	3.373.310	3.373.309	3.373.309	169	169
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>138.275.147</b>	<b>148.731.038</b>	<b>109.548.064</b>	<b>93.745.115</b>	<b>87.860.568</b>	<b>68</b>	<b>64</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>15.394.000</b>	<b>10.171.000</b>	<b>8.917.500</b>	<b>0</b>	<b>1.512.624</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6219</b>	<b>153.669.147</b>	<b>158.902.038</b>	<b>118.465.564</b>	<b>93.745.115</b>	<b>89.373.192</b>	<b>61</b>	<b>58</b>

Obs1: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:16.101 – SECULT, Administrações Regionais etc)

### PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL (Valores em R\$)



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 – CULTURA PARA TODOS:** Disseminar circuitos de arte e cultura, desenvolver políticas de distribuição e formação de apreciadores para arte, bem como de formação de agentes e produtores culturais e de comunicação para a cultura, garantindo o acesso dos cidadãos à fruição e à produção cultural, aos bens culturais, à memória e ao patrimônio cultural e histórico, bem como o acesso à formação e à pesquisa e o acesso interativo a conhecimentos e conteúdos.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO:**

**16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	1	1	Patrocinar 1.786 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT)	1.786	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	287	0			287	16,1%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	2	Beneficiar 18 proponentes por meio do programa de bolsas do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	18	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	18	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	3	Patrocinar 117 projetos culturais por meio do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	117	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	48	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	4	Realizar estudo para composição de indicadores de gestão das contratações artísticas; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	5	Desenvolver e implantar a plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF em 2016; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	6	Articular rede de informações sobre eventos do Distrito Federal, tanto do Governo quanto da Sociedade Civil, para alimentação continuada da plataforma e aplicativo; [2016/2017]; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	7	Reduzir 50% dos custos de contratação de serviços para execução dos eventos; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	8	Expandir de forma inédita a programação do Aniversário de Brasília em diversas Regiões Administrativas; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	2	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL	1	9	Realizar 60 eventos de maneira descentralizada nas 31 regiões	60	UNID	ANUAL	MAIOR,	10	90			100	166,7%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	CULTURAL			administrativas (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR						
6219	CAPITAL CULTURAL	1	10	Beneficiar 06 cidades do DF com apresentação das mostras de filmes do Festival de Brasília de Cinema Brasileiro; (SECULT)	6	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	6	10			16	266,7%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	11	Conceder 18 Bolsas de Estudos para formação artística. (SECULT)	18	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	18	0			18	100,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	12	Promover o acesso de 20.000 alunos de escolas públicas às atividades culturais realizadas pela Secretaria de Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	3.060			30060	150,3%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	13	Oferecer 50 oficinas de formação técnica ou profissional em arte e cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	50			50	100,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	14	Promover a cultura do DF por meio da organização de delegações artísticas em 15 feiras e mercados nacionais e internacionais (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	15	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	24			24	160,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	15	Incentivar o intercâmbio cultural dos bens e serviços culturais do DF com a articulação de 10 bolsas internacionais e 10 bolsas nacionais de gestão, produção e criação artística (SECULT)	20	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	16	Apoiar 10 plataformas de promoção do DF para ampliação da participação de lideranças nacionais e internacionais em eventos no território (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	10			10	100,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	17	Fortalecer a exibição e circulação artística em 20 espaços culturais independentes nas RAs (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	20			20	100,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	18	Realizar 50 eventos de incentivo ao livro, leitura e literatura em bibliotecas públicas de maneira descentralizada nas RAs (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	50			50	100,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	19	Ampliar o acervo das bibliotecas públicas do DF em 5 mil exemplares (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	5.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	9.900			9900	198,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	20	Realizar os eventos do calendário oficial da SEC/DF – Reveillon, Carnaval, Aniversário de Brasília, Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, Natal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100			100	100,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	1	21	Apoio a 10 equipamentos culturais próprios da SEC/DF para fortalecimento da programação e gestão (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	10			10	100,0%

### **Análise Qualitativa**

### **1. Patrocinar 1.786 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio à Cultura (SECULT);**

**2016**

Em 2016, foram financiados projetos artísticos e culturais através da contratação e pagamento de projetos contemplados em seleções realizadas por meio de editais lançados nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os projetos apoiados em 2016 não se restringiram apenas às produções culturais, como também projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, manutenção de grupos e espaços culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal. Dos projetos contratados e pagos em 2016, 284 foram contemplados no Edital n° 1/2015- FAC, que teve seu resultado final publicado em de fevereiro de 2016. Os projetos referentes ao edital n° 1/2015, apoiados em 2016, contemplaram diversas regiões do Distrito Federal, atingindo um público de mais de 500 mil pessoas e gerando cerca de 5.200 empregos diretos. No ano de 2016, também foram contratados e pagos dois projetos de audiovisual contemplados na categoria de Produção de Longa Metragem de Ficção para exibição no circuito de salas de cinema, referente ao edital n° 7/2014-FAC. Além desses, também foi apoiado um projeto de Manutenção de Grupos Artísticos contemplado no Edital de Manutenção de Grupos e Espaços n°12/2014.

**2017**

Em 2017, como resultado de estreito e profícuo diálogo estabelecido internamente na SEC ficou acordado o aumento do volume de recursos para a linha de patrimônio no edital do FAC Áreas Culturais. No edital n° 3/2017, lançado em 25 de agosto, o volume de recursos para área de patrimônio multiplicou. Criou-se uma sublinha específica e inédita para expografia e acervos museológicos. A SEC procurou difundir-lo da forma mais ampla possível às comunidades acadêmicas e instituições públicas e privadas relacionadas ao tema do patrimônio cultural. O edital foi difundindo nas malas diretas e redes de informação do IPHAN/DF, do IBRAM/MINC, e de diversas instituições. No dia 18 de julho, o segmento do patrimônio, memória e museus foi objeto, pela primeira vez, de uma conversa pública no marco da rodada de "Diálogos Culturais" promovida pela secretaria para divulgar e tirar dúvidas sobre os editais. A conversa pública contou com expressiva participação de cerca de 30 pessoas. Como resultado dos esforços de divulgação, o número de projetos recebidos pela linha de patrimônio aumentou de 20 para 29, dos quais 17 foram aprovados.

### **2. Beneficiar 18 proponentes por meio do programa de bolsas do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016 foram apoiados 18 agentes culturais com concessão de bolsas de estudo para capacitação em instituições de ensino formal ou ações de intercâmbio voltadas à residência artística. Através desse programa atua-se de forma mais efetiva no campo do intercâmbio, capacitação e formação continuada buscando melhor estruturar o setor cultural do Distrito Federal.

### **3. Patrocinar 117 projetos culturais por meio do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Além dos projetos selecionados e apoiados através dos editais lançados no decorrer do ano, o FAC apoio ações de intercâmbio através de programa permanente Promoção, Difusão e Intercâmbio Cultural. O Programa instituído desde 2011 apoia solicitações de passagens e diárias de agentes e grupos culturais do DF que pretendem participar de eventos, festivais, feiras, mercados, seminários, congressos ou rodadas de negócios, que interessem ao Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, em âmbito nacional e internacional. Em setembro de 2016 o programa foi reestruturado e ampliado através da Resolução n°3/2016 do Conselho de Cultura do Distrito Federal que trouxe inovações como a nova linha de apoio "Circulação Nacional, Internacional ou Mista" que destina-se a pedidos de concessão de apoio financeiro para apresentações e exposições artísticas e culturais de circulação nacional, internacional ou mista de pessoas físicas ou jurídicas que atuem como agentes ou grupos artísticos e culturais no Distrito Federal. Em 2016 foram 45 projetos apoiados na linha de participação de eventos, 3 na nova linha de Circulação. Ao todo o programa beneficiou nas linhas de participação de eventos e circulação 356 agentes e entes culturais do Distrito Federal.

**4. Realizar estudo para composição de indicadores de gestão das contratações artísticas (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

A implementação da ação encontra-se em processo de discussão e planejamento visando à realização para o exercício 2018 em diante.

**5. Desenvolver e implantar a plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF em 2016 (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Em relação à implantação da plataforma de dados foi realizado em 2016 o lançamento do projeto “Mapa nas Nuvens”, nos dias 29 e 30/06, em parceria, com estruturas de sonorização; iluminação; mobiliário; banners; serviços gráficos; contratação de serviços temporários de RH; alimentação; produção; hospedagem com alimentação, além de serviços de treinamento aos participantes. O Mapa nas Nuvens o público atingiu 300 pessoas e o objetivo foi alcançado com êxito. O Mapa nas Nuvens (mapa.cultura.df.gov.br) é um espaço livre e colaborativo de identificação e mapeamento georreferenciado de pessoas, culturas, lugares, territórios e ações artísticas e culturais do Distrito Federal e RIDE. Servirá como bússola para a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal na elaboração de diagnósticos e formulação de ações, programas e políticas culturais. Para os artistas e gestores culturais, ele servirá também como página de divulgação de seus projetos e espaços, por meio da criação de sua própria página com fotos, vídeos, áudio, logos, histórico de atuação. A partir da ferramenta é possível criar informações sobre agenda cultural do DF, acessar o registro completo dos produtores e espaços culturais de uma região, assim como contatar produtores culturais da cidade. Em paralelo, foi também criada a plataforma Cultura nas Nuvens (agenda.cultura.df.gov.br), agenda atualizada dos projetos que estão acontecendo no território do DF e sincronizada com as informações inseridas na base de dados do Mapa nas Nuvens.

**6. Articular rede de informações sobre eventos do Distrito Federal, tanto do Governo quanto da Sociedade Civil, para alimentação continuada da plataforma e aplicativo; [2016/2017] (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

O lançamento Mapa nas Nuvens tem crédito da Agência Brasília com suas matérias publicadas seguinte forma: “Plataforma colaborativa mapeará eventos culturais do DF”. “Agenda cultural do DF é construída com participação de entidades civis”; “Mapa nas Nuvens tem artistas, produtores e empresários inscritos; “Projeto vai mapear as atividades culturais no Distrito Federal”.

**7. Reduzir 50% dos custos de contratação de serviços para execução dos eventos (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

Em 2016 não foi possível reduzir custos concernentes à contratação de serviços, tanto os prestados para atender às estruturas dos eventos quanto em relação às contratações artísticas, tendo em vista uma demanda maior de eventos em relação ao exercício 2015, o que levou a um gasto superior ao previsto no valor de aproximadamente, R\$ 7.841.162,00. Para o exercício 2017, planeja-se um custo inferior ao exercício 2015.

**8. Expandir de forma inédita a programação do Aniversário de Brasília em diversas Regiões Administrativas (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

2016

Em 2016, a programação do aniversário de Brasília aconteceu na Região Administrativa de Brasília, na Torre de TV, de 21 a 23/04/2016, com estruturas, cachês e fornecimento de passagens aéreas aos artistas; no Memorial dos Povos Indígenas com a abertura da exposição “Abril Indígena”, no dia 19/04/2016, com público de 70.000 pessoas durante todo o evento; na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, no Museu Vivo da Memória Candanga, com Mostra de Cinema Feminino de Brasília, de 20 a 22 de abril de 2016, com público de 100 pessoas.



**9. Realizar 60 eventos de maneira descentralizada nas 31 regiões administrativas (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016 foram realizados 10 eventos provenientes de termos de fomento nas regiões administrativas de alta vulnerabilidade:

1. Ill Be There – homenagem a Michael Jackson, com 4 apresentações gratuitas nas regiões administrativas do Gama e da Ceilândia; pocket show como contrapartida social na AC Namastê, no Núcleo Bandeirante;
2. Caravana Cultural Quilombos da Liberdade, nas escolas públicas de Samambaia e do Riacho Fundo I e II. Abordou as manifestações culturais como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças/jovens com oficinas; palestras; rodas de conversa; fóruns culturais;
3. Avivar Hip Hop – 9ª edição, reuniu representantes da cultura urbana, do segmento hip hop gospel em Santa Maria. A atividade foi para jovens em situação de vulnerabilidade social;
4. Ação Social Jovens com Atitude – na Ceilândia contemplando os segmentos da cultura urbana, e Hip Hop;
5. Elemento 5 – na Ceilândia por meio da reunião de artistas de várias partes do país para troca de saberes e oficinas dos elementos Hip Hop e basquete de rua. Envolveu poesia, música e dança popular e urbana num sarau para valorizar os artistas locais no intercâmbio com artistas de todo o Brasil;
6. Hip Hop contra a Fome – apresentações, encontro automotivo e uma edição do lazer das antigas com coleta de 1 Kg de alimento como ingresso;
7. Rock Ecologia – apresentação de 20 bandas e coletivos de rock em São Sebastião, Samambaia e Ceilândia. Houve shows e atividades, oficinas, plantio de árvores nativas do cerrado entre outras;
8. 8ª Parada LGBT da Ceilândia, tendo por tema “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT”; aconteceu em 21/08 na Ceilândia;
9. 8ª Parada LGBT no Gama, o tema abordou a importância da regulamentação de lei que criminalize a LGBT fobia no âmbito do DF: Minha vida, minha luta, Lei 2.615 já; aconteceu no dia 14/08 no estádio Bezerrão;
10. Educarte; Roda de Cultura e Cidadania, visando promover acesso às fontes de cultura a 120 crianças de 6 a 12 anos, de famílias em situação de vulnerabilidade social da região adm. de São Sebastião. Teve oficinas de artesanato, desenho e pintura, literatura e contação de histórias, roda de músicas e brincadeiras tradicionais; dança e expressão corporal, como forma de integração sociocultural entre os participantes, as famílias e a comunidade. O projeto durou 7 meses. O objetivo da meta foi parcialmente alcançado, porém com êxito nas realizações.

**2017**

Realizaram-se 90 eventos: aniversário das regiões administrativas; Brasília Junina; Encontro de Cultura Urbana; Dia Nacional da Visibilidade; Circuito de Atividades Circenses; Encontro de Capoeira; Festa Cigana no Mês da Diversidade; Festa da Goiaba; 6º Festival Japão Brasília; Cruzada Cultural Gospel da Paz; 22ª Festa do Morango; Mês da Diversidade Cultural e Luta contra a AIDS; CEU das Artes; Ações Educativas: Escola vai ao Cinema; Circuito dos Museus e Concertos Didáticos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro; 60 Anos dos Remanescentes do HJKO; Virada do Cerrado; 11ª Primavera dos Museus; De Olho no Futuro; Sexta do Repente; Sabadão do Furró; Viola e Violeiros; Cantatas de Páscoa; Arraiá do Cruzeiro; Cruzada Cultural Gospel da Paz; Via Sacra dos Surdos; Via Sacra ao Vivo; Arranjo Produtivo Local; Oficinas p/ Ampliação da Rede de Pontos de Cultura; Brasília Cênica; Artes nas Cidades; Gira Cultura; Paradas LGBT: Gama, Ceilândia e Guará; 13ª Ação Lésbica DF e Entorno; 37ª Noite Cultural T-Bone; Clube do Choro Convida; Jornada Inclusiva LGBT; Hip Hop Contra a Fome; Programação do Centro de Dança; Carnavalesca; Mostra Zezito de Circo; Sarau da Ponta da Asa; Bacural da Artes; 32º Ferroco; Quarta Dimensão; Revista Traços e Encontros; São Batuque; Ducina Doce Sina; Periferia 360º; I'll Be There; Tenho mais discos que amigos; 12º Festival Taguatinga de Cinema; Rock do Quadrado; Um Som com a Comunidade; Aviva Hip Hop; Campeonato Stylos; Arte Luta Brasil de Capoeira; Gruvipi Circuito de Samba; Feira Cultural da Ceilândia; 16º Encontro de Folia de Reis; Mossoró Dayó; Encontro de Violeiros Caipiras de Brasília/Viola Caipira do Cerrado; A feira tem cultura nordestina; Festival de Música Gospel; Desfile da Beleza Negra; Quinta Cultural. Alcançou-se o objetivo da meta.

## **10. Beneficiar 06 cidades do DF com apresentação das mostras de filmes do Festival de Brasília de Cinema Brasileiro (SECULT);**

**2016**

Em 2016, foi levada a diversos tipos de públicos, 13 mostras do Festival Internacional de Brasília do Cinema Brasileiro, inclusive nas embaixadas e em algumas regiões administrativas do DF. Mostras Cinematográficas entre elas: Mostra da Alemanha, Festival de Cinema Europeu, Cine Esloveno, Festival de Cinema de Escolas Públicas do DF, Festival Internacional de Cinema - BIFF, com o quantitativo de público de 25.051 pessoas no total. A programação das Mostras Temáticas foi realizada em parceria com embaixadas, órgãos públicos e associações, investimento através de bens e serviços; a programação comercial, as mostras temáticas e os festivais aconteceram em conformidade com o planejado pelo curador do espaço, com público de 51.797 pessoas.

**2017**

O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro foi realizado ao longo de dez dias e as exibições das mostras programadas aconteceram em quase todo o Distrito Federal sendo: Cine Brasília, Museu da República, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Riacho Fundo I, entre outras localidades. Ao longo desse período o público pode assistir aos filmes das mostras competitivas e das mostras paralelas, além de comparecer aos debates, painéis, conversas, encontros, master class e lançamentos de livros, realizados em vários locais da cidade, alcançando-se o objetivo proposto para a meta

## **11. Conceder 18 Bolsas de Estudos para formação artística (SECULT);**

**2016**

Em 2016 houve o apoio proporcionado através de bolsas de estudo visando à formação artística a 18 agentes culturais para a capacitação em instituições de ensino formal e/ou ações de intercâmbio voltadas à residência artística. Através desse Programa atua-se de forma mais efetiva no campo do intercâmbio, capacitação e formação continuada buscando melhor estruturar o setor cultural no Distrito Federal.

## **12. Promover o acesso de 20.000 alunos de escolas públicas às atividades culturais realizadas pela Secretaria de Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

A secretaria expandiu atividades nas escolas públicas do DF levando a cultura aos alunos em várias modalidades: projeto Duas Asas: oficinas de canto, teatro, percussão e outras; conv. nº 822552/15 - MINC, de maio a setembro, e atendimento a 3.000 alunos; Brasília de todas as Culturas, conv. nº 786497/13, entre a SEC/MINC para realização de ações que difundem ritmos musicais: samba, blues e cultura popular, a arte urbana do grafite e do Hip Hop, e atividades de teatro em escolas da rede pública do DF, proveniente de emenda parlamentar, e público estudantil de 5.000 alunos; Caravana das Histórias: realização de espetáculos de contação de histórias, para escolas e creches públicas do DF, proveniente de emenda parlamentar, de 18/09 a 31/10, com público de 2.500 alunos; projeto 10 Anos de Samba, de outubro a dezembro; na ARUC e nas escolas públicas do DF, apoio com estruturas e contratação artística, e público de 500 alunos aproximadamente; projeto Educarte - Roda de Cultura e Cidadania; realização de oficinas em São Sebastião, de 24/07/17 a 24/03/18, com público de 300 pessoas por dia; Oficina das Artes, através de emenda parlamentar; realização de oficinas de música e apresentações de orquestras em São Sebastião, de 09/12/17 a 05/03/18, dentre outros, com público, em dezembro, de 300 alunos; Música na Escola, entre a SEC e a Organização da Sociedade Civil Clube do Choro de Brasília, de 01/08 a 31/10, visando mostrar às crianças a importância da cultura musical, com realização de 20 encontros de visitação de alunos das escolas do DF ao Clube do Choro, para atividades de teatro, manuseio de instrumentos musicais e participação em oficinas instrumentais, proveniente de emenda parlamentar, atingindo um público 2.400 estudantes; Eixo Imaginário, com realização de atividades culturais, sendo 14 espetáculos, 12 ações de formações, 7 ruas de lazer, 1 colônia de férias, 8 vivências para estudantes da rede pública de ensino, proveniente de emenda parlamentar, de 1º/11/17 a 31/08/18, com público aproximado de 2.500 pessoas por dia de evento; 6ª edição do projeto Quilombos da Liberdade - Identidade, proveniente de emenda parlamentar, nas escolas públicas, público aprox. 2.000 alunos; A Quebrada em Cena - audiovisual, proveniente de emenda parlamentar, realizada de 28/11 a 20/12, nas escolas públicas de Santa Maria, com público aproximado de 80 alunos; A Roda de Samba vai à Escola, proveniente de emenda parlamentar, de 14/12/17 a 30/03/18, em São

Sebastião, com público aproximado de 3.000 alunos. No geral, promoveu-se o acesso ao público estudantil nos eventos culturais durante 2017 num total de aproximadamente 30.060 alunos de creches e escolas públicas do DF, alcançando-se assim, o objetivo pretendido para a meta

**13. Oferecer 50 oficinas de formação técnica ou profissional em arte e cultura (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Promoveram-se oficinas para formação técnica/profissional nas áreas de TI; canto; teatro; instrumentos musicais; dança; música e outros, em diversas áreas beneficiando jovens e adultos dentro da programação cultural desta secretaria: Caravana Cultural, de 20/12/17 a 30/05/18, consistindo na promoção à cultura e capacitação profissional em diversas áreas de tecnologia digital para jovens e adultos de 9 regiões administrativas do DF, proveniente de emendas parlamentares, com público aproximado até o final de 2017 de 2.070 pessoas; projeto Duas Asas: oficinas de canto, teatro, percussão e outras em várias regiões administrativas do DF; projeto Educarte - Roda de Cultura e Cidadania; oficinas em São Sebastião; Oficina das Artes: oficinas de música; Música na Escola: oficinas de teatro, música, instrumentos musicais; Arte na Praça: oficinas de diversas modalidades; Oficinas de artesanato no Museu Vivo da Memória Candanga; projeto Capacita Recanto: realização de cursos de capacitação e qualificação de jovens e inclusão social; de 01 a 10/09, por meio de descentralização de crédito orçamentário/financeiro para o Recanto das Emas, através da Portaria Conjunta nº 30, de 27/06/17, DODF nº 127, de 05/07/17, proveniente de emenda parlamentar, com público aproximado de 2.500 pessoas; Elemento 5: realização de oficinas, apresentações culturais, sarau e outros, de novembro a dezembro, proveniente de emenda parlamentar; - Instituto Acesso - Integração Cultural entre Gerações: oficinas diversas, dança do ventre, forró, balé, hip hop, violão popular, proveniente de emenda parlamentar, de 11/09/2017 a 11/04/2018, com público aproximado de 4.200 pessoas; realização do Seminário de Equidade de Gênero nas Profissões da Cultura – II Semina: oficinas de palhaçaria, discotecagem, rima e apresentações musicais, no período de 13 a 17/03, com contratações artísticas por meio de convite, na Casa Abrigo e no CCBB, e de 08 a 18/05, com estruturas; houve alcance do objetivo.

**14. Promover a cultura do DF por meio da organização de delegações artísticas em 15 feiras e mercados nacionais e internacionais (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

A cultura está presente nas suas variadas formas e se expande cada vez mais em feiras culturais e afins. Em 2017 houve projetos desenvolvidos para essa modalidade: - Arte na Praça, com a realização de uma feira de artesanato com praça de alimentação; feira de produtos orgânicos, espaços para as palestras, oficinas e apresentações artísticas com diversas linguagens totalizando 24 encontros, proveniente de emenda parlamentar, com período de realização entre 1º de julho de 2017 a 15 de março de 2018, com público aproximado estimando em 32.000 durante todo o evento.

**15. Incentivar o intercâmbio cultural dos bens e serviços culturais do DF com a articulação de 10 bolsas internacionais e 10 bolsas nacionais de gestão, produção e criação artística (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve.

**16. Apoiar 10 plataformas de promoção do DF para ampliação da participação de lideranças nacionais e internacionais em eventos no território (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno em parceria com a Superintendência do IPHAN no DF. O evento ocorreu no Cine Brasília nos dias 21 e 22 de agosto e teve por objetivo aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do patrimônio cultural moderno com convidados internacionais que apresentaram suas experiências relativas aos instrumentos e mecanismos dessa gestão nas cidades de Le Havre (França) e Telavive (Israel), e debate entre o IPHAN-DF, a SEC e outros órgãos do GDF sobre o encaminhamento das questões locais; - Mostra de Cultura dos Povos Indígenas: de 17 a 23 de abril realizaram-se diversas contações de história e rodas de conversa, além de exposição de artesanato de vários povos indígenas brasileiros. As

atividades foram realizadas em parceria com a Funai no contexto das comemorações do Dia do Índio e do "Abril Indígena 2017". Os eventos contaram com a participação de cerca de 5.500 pessoas; - Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato: no dia 15 de maio o Museu dos Povos Indígenas recebeu a oficina internacional para o Intercâmbio de Informações e experiência de proteção em saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, organizada pela Funai. A oficina propiciou o intercâmbio com ênfase na vigilância em saúde indígena e de populações que vivem no entorno destes povos e na atenção à saúde em processos de contato. O evento contou com a participação de cerca de 650 pessoas; - VI Encontro Internacional da Nación Pachamama: de 16 a 18 de junho o MPI recebeu o evento de diálogo internacional promovido pela ONG Pachamama, com espetáculos artísticos e debates sobre temas ligados às culturas originárias e à proteção do meio ambiente. Entre os participantes destacam-se o músico uruguaio Antônio Cárceres; o artista plástico Bené Fonteles, coordenador do movimento Artistas pela Natureza, o presidente e líder espiritual da Nación Q'eros (Peru), Francisco Quespi; Kamuu Dan Wapichana, membro do Conselho Nacional de Política Indigenista; a representante latino-americana do Comitê Central do Tibete Network, professora Sandra Erikson do Rio Grande do Norte; o coordenador da Missão Q'eros 2017, da ONG Pachamama, o argentino Rama Flores, e o escritor e idealizador dos movimentos "Mística andina" e "Nación Pachamama", Lucidor Flores. O evento teve a participação de 1.500 pessoas; - lançamento de edital de premiação Plataforma - conexão Cultura DF; foi firmado acordo de cooperação técnica internacional: Fortalecimento e Modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF – UNESCO. Houve alcance do objetivo proposto na meta.

**17. Fortalecer a exibição e circulação artística em 20 espaços culturais independentes nas RAs (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Foram oferecidos 25 cursos de artesanato nas áreas de tecelagem, cerâmica, papel artesanal, costura, meio ambiente, gravura, audiovisual e madeira, atingindo cerca de 250 alunos, no Museu Vivo da Memória Candanga, além de outros, e visitas diversas. No Museu do Catetinho, dentre as atividades de educação patrimonial, ocorreu no dia 25 de abril os espetáculos "Quilombos da Liberdade" e "Da Discórdia ao Quadrilátero que descobriu o Brasil". O evento contou com a participação de 90 alunos do ensino fundamental da rede pública. No Memorial dos Povos Indígenas também aconteceram atividades para o público em 2017, dentre elas: - Twin Labs: no dia 17 de março o MPI participou do evento inserido no projeto "Pontos de Encontro & Criação Performática", reunindo artistas do Brasil e da Dinamarca. Após um breve período de vivência no espaço os artistas realizaram performances feitas especialmente para o Memorial dos Povos Indígenas. O foco artístico destas atividades foi a interação com a arquitetura de Oscar Niemeyer e com a arte indígena, de maneira a criar uma experiência de diálogo cultural de vanguarda. O evento contou com a participação de cerca de 400 pessoas; - Mostra de Cultura dos Povos Indígenas: de 17 a 23 de abril realizaram-se diversas contações de história e rodas de conversa, além de exposição de artesanato de vários povos indígenas brasileiros. As atividades foram realizadas em parceria com a Funai no contexto das comemorações do Dia do Índio e do "Abril Indígena 2017". Os eventos contaram com a participação de cerca de 5.500 pessoas.

**18. Realizar 50 eventos de incentivo ao livro, leitura e literatura em bibliotecas públicas de maneira descentralizada nas RAs (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do 2017 PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Foram realizados cursos de formação para 320 pessoas, em restauração e auxiliar de biblioteca; realizados convênios entre a SEC e a Secretaria de Estado de Educação para ministrar cursos de formação em Braille, em 2 bibliotecas públicas de Taguatinga, curso esse, ainda em tramitação. Foram realizadas 235 Malas do Livro, sendo 51 malas recolhidas, 20.355 doações realizadas, e 22.630 doações recebidas; visitas técnicas a bibliotecas públicas e Administrações Regionais, captação de possíveis parceiros de apoio, participação em atividades culturais: Feiras do Livro; exposições; grupos de estudos; gestão e acompanhamento de atividades inerentes ao setor; apoio ao Circuito de Feiras Culturais, realizado em 9 regiões administrativas do DF, perfazendo um público de 40.000 pessoas. As Malas do Livro compreenderam: malas instaladas e residenciais, nos Centros Olímpicos, nas estações do Metrô; no Capes; na Secretaria de Saúde; na Secretaria da Criança e do Adolescente; nas unidades de internação, nas casas de semiliberdade, na Casa Abrigo; nas unidades prisionais da Secretaria de Segurança Pública (penitenciária da Papuda e presídio feminino) Coses; Zoológico e SENAI. As atividades desenvolvidas pelas malas do livro foram: visitas e acompanhamento das atividades dos agentes de leitura; participação em eventos de incentivo à leitura (DF e entorno); feiras do livro; Bienal do Livro e da Leitura; participação em atividades socioculturais promovidas pelos Centros Olímpicos; Coses e outras instituições; realização de encontros mensais com os agentes de leitura; realização de cursos de formação (contação de histórias voluntariado e outros) para os agentes de leitura. Alcançou-se o objetivo proposto para a meta

**19. Ampliar o acervo das bibliotecas públicas do DF em 5 mil exemplares (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Foram adquiridos em acervos: 6.500 exemplares para consultas; 3.400 através de doação recebida, e 15.496 exemplares doados nas feiras do livro. Alcançou-se o objetivo proposto para essa meta.

**20. Realizar os eventos do calendário oficial da SEC/DF – Reveillon, Carnaval, Aniversário de Brasília, Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, Natal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

O Carnaval 2017 foi realizado inicialmente contando com serviço de consultoria, e apresentações em vários locais do DF: Complexo Cultural da República; Museu Nacional e Biblioteca Nacional de Brasília, nas mediações da Funarte e nas regiões administrativas do DF, com estruturas em geral; desfiles de escolas de samba e blocos carnavalescos; contratações artísticas por chamamento público; baile da 3ª idade, e contou com um público confirmado de aproximadamente 1.500.000 pessoas; - 57º Aniversário de Brasília, ocorrido no mês de abril, contou com a realização de contratações de artistas por meio de edital de chamamento público e contratos de inexigibilidade, estruturas em geral, exposições, espetáculos teatrais e outros. As apresentações ocuparam diversos locais do DF: o Museu Nacional da República; a Torre de TV; a Casa do Cantador - Ceilândia, com a realização do Encontro da Rede de Pontos e Pontões de Cultura, de 14 a 16/04; as estações do Metrô; o Complexo Cultural Três Poderes com atividades diversas e espetáculos teatrais, comemorando ainda os 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO; as exposições comemorativas aconteceram no Museu Nacional: Projeto Museu 10 Anos MAB/MUN, de 19/04 se estendendo a 04/06; no SESC da 504 Sul: "Brasília, cidade que eu inventei", de 05 a 13/04; no Museu Vivo da Memória Candanga: "Um Olhar sobre Brasília", de 20/04 a 31/05; no Memorial dos Povos Indígenas, foi realizada a Semana da Índio, com a Mostra de Cultura dos Povos Indígenas, de 17 a 23/04 dentre outras atividades. As comemorações do 57º aniversário da cidade, no geral, atraíram um público de aproximadamente 50.000 pessoas; - Festival de Brasília do Cinema Brasileiro realizou a sua 50ª edição entre os dias 15 e 24/09/2017; - Festividades de Final de Ano: Dia do Samba, nos dias 30 e 31/12, na Praça dos Orixás - Prainha, proveniente de emenda parlamentar, pagamento de ECAD e cachês, com público aproximado de 30.000 pessoas durante todo o evento; 7ª Ação Natalina do Instituto Pipoquinha, com atividades culturais proporcionando às crianças um espaço que estimule a expressividade, a criatividade individual e coletiva, proveniente de emenda parlamentar, com realização no período de 21 de dezembro de 2017 a 22 de fevereiro de 2018, com público aproximado de 500 pessoas por dia de evento; - Revêillon, na Esplanada dos Ministérios nos dias 30 e 31, com público aproximado de 50.000 pessoas durante todo o evento. Alcançou-se o objetivo proposto.

**21. Apoio a 10 equipamentos culturais próprios da SEC/DF para fortalecimento da programação e gestão (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2017

Atendendo à programação dos espaços culturais: Dia Mundial da Água, em 25/03, apoio com estruturas, no Museu Nacional e na Ermida Dom Bosco, com público aproximado de 900 pessoas; - Encontro de Grafite do DF, 26 a 28/05, com estruturas, no Museu Nacional e no Parque da Cidade, com público aproximado de 2.000 pessoas; Seminário de Revisão Institucional do Memorial dos Povos Indígenas que ao longo de sua história, atravessou diferentes fases que refletiram não apenas contextos políticos e administrativos distintos como também concepções diversas sobre os propósitos e objetivos da instituição. Em 2017, ano em que se completam 30 anos de sua construção, a secretaria concentrou esforços e recursos para promover debates que permitam uma avaliação da trajetória da instituição e de sua situação atual. Este processo de revisão institucional tem por finalidade conferir mais clareza sobre a vocação do MPI, bem como aprimorar seus princípios norteadores e sua atuação no cenário cultural do DF e cenário nacional de instituições que atuam pelo reconhecimento e apoio aos povos indígenas. O Seminário de Revisão Institucional do MPI, com dois dias de duração, reuniu um grupo de interlocutores para elaboração dialógica de proposta de linhas gerais do plano de gestão museológica, debatendo sobre escopo e abrangência, linhas narrativas, abordagem e conteúdos do MPI, e chegando à reformulação de sua missão e visão institucional, valores e objetivos. Alcançou-se o objetivo proposto para o exercício.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1738	EVENTOS APOIADOS PELA SECULT/DF	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	30	25	30	30	SPDPC/SCDC/SUP 16101/OE 1
1739	EVENTOS REALIZADOS PELA SECULT/DF	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	20	65	20	20	SPDPC/SCDC/SUP 16101/OE 1
1740	AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	20	10	20	20	SPDC/SUFIC/SEC 16101/OE 1
1741	AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE FEIRAS E MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	10	8	20	20	SPDPC/SUFIC/SE 16101/OE 1

### Justificativas

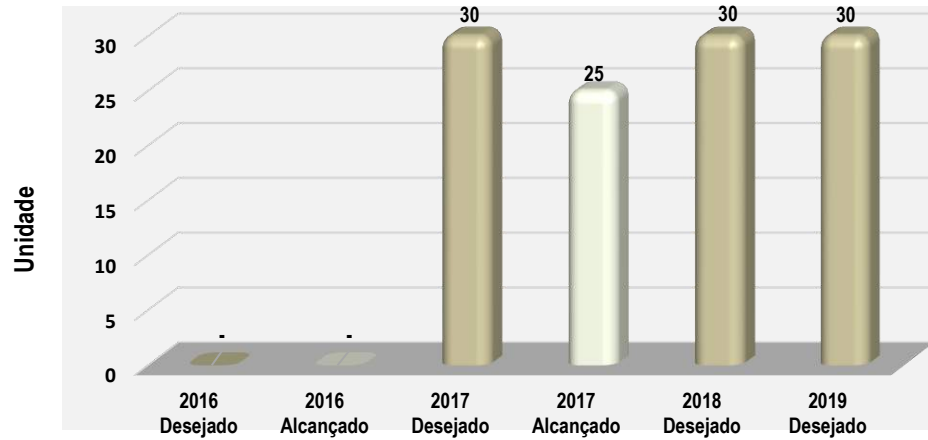
**Indicador 1738** - As subsecretarias integrantes da Secretaria de Estado de Cultura apoiaram institucional e logisticamente 25 eventos incluindo emendas parlamentares, alcançando o objetivo proposto com êxito.

**Indicador 1739** - A Secretaria de Estado de Cultura realizou, através de suas subsecretarias, um quantitativo de eventos culturais, incluindo emendas parlamentares, que superou o que fora inicialmente previsto, alcançando com êxito o objetivo proposto.

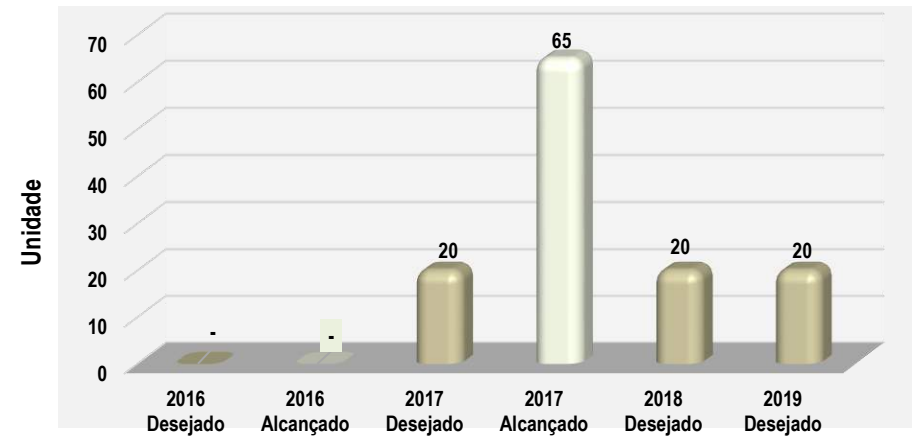
**Indicador 1740** - Foram efetivadas ações de intercâmbio cultural através do termo de fomento Brasil de todos os choros e 7 estados brasileiros, difundindo a cultura e alcançando o objetivo proposto com êxito.

**Indicador 1741** - Índice parcialmente alcançado, porém com sucesso.

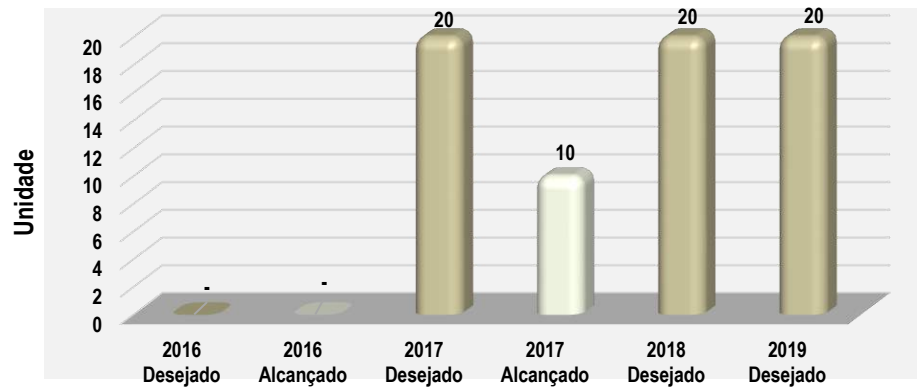
**EVENTOS APOIADOS PELA SECULT/DF**



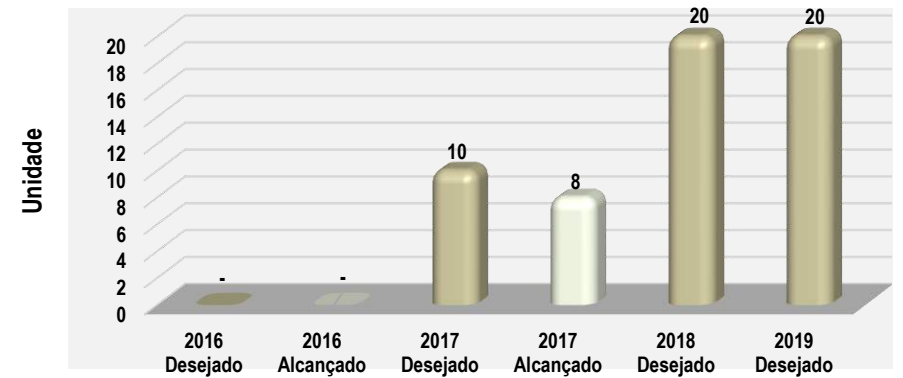
**EVENTOS REALIZADOS PELA SECULT/DF**



**AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS**



**AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE FEIRAS E MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	1	1	Formação de rede de informações e entidades interessadas no mapeamento de eventos e atividades culturais no Distrito Federal, visando à alimentação de dados, compartilhada entre Estado e Sociedade Civil; (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	<b>2016</b> Lançamento do projeto Mapa nas Nuvens, em parceria com o Observatório de Economia Criativa da UNB. Integrou o I Encontro da Rede Articuladora de Informações Culturais (RAIC), onde realizaram-se: III reunião da Rede Mapas Culturais, com 6 estados e 7 municípios, e o primeiro encontro do GT Indicadores Culturais do DF, com participação da CODEPLAN e do IPEA. Em 4 meses mobilizou 470 agentes culturais, mapeou 175 espaços culturais, e realizou 86 eventos. Investiu R\$ 37.574,15 contou com 200 pessoas entre agentes culturais, conselheiros regionais de cultura, membros da Rede Articuladora de Informações Culturais; Rede Mapas Culturais e outros.
6219	1	2	Revisão do Decreto nº 34.577/2013 através de participação popular em consultas por plataforma digital para pactuação de um novo marco das contratações artísticas no DF; (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	<b>2016</b> Não houve implementação dessa ação no exercício 2016, tendo em vista outras demandas que impossibilitaram a realização, porém encontra-se em discussão para efetivação a partir do exercício 2017 com pretensão de conclusão até 2019.
6219	1	3	Estabelecimento de um novo modelo de Edital de Chamamento de Artistas que simplifique a relação entre o Estado e os artistas e suas produções. (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	<b>2016</b> O ano de 2016 foi investido para equacionar diversas questões relacionadas à realização das atividades previstas na Secretaria de Estado de Cultura, dentre elas o desenvolvimento de um novo modelo de edital de chamamento público para viabilizar a seleção e a realização de contratações artísticas.
6219	1	4	Instituir instrumentos para o fortalecimento dos mecanismos de seleção artística desburocratizados e democráticos (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	<b>2017</b> A Secretaria de Estado de Cultura instituiu novo instrumento para contratações artísticas e realização de eventos culturais por meio de MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e Organizações da Sociedade Civil (OSC) visando fortalecer o mecanismo de seleção.
6219	1	5	Institucionalização do Programa Cultura Educa (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	<b>2017</b> Curso de conservação e restauro - Pronatec/Mediotec: desde o segundo semestre de 2017, o museu recebe estudantes do ensino médio da rede pública matriculados no curso técnico de conservação e restauro. Ministrada nas dependências do museu, a profissionalização é voltada para o entendimento sobre conservação de documentos, noções de arquivamento e de restauro de obras de arte e preservação do patrimônio. A iniciativa faz parte do MedioTec, modalidade do Pronatec para adolescentes oferecida em concomitância com o ensino médio regular. O projeto é viabilizado pelo governo federal, mas executado em parceria entre as Secretarias de Educação e de Cultura, por meio do programa Cultura Educa. Na primeira turma foram matriculados 13 alunos.
6219	1	6	Institucionalização do Programa Conexão Cultura DF (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	<b>2017</b> Lançamento de edital de premiação Plataforma - Conexão Cultura. , voltado à promoção e difusão da arte e cultura produzida no Distrito Federal, incluindo a circulação, distribuição e intercâmbio de agentes, bens e serviços culturais e criativos.



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	1	7	Instituir mecanismos para fortalecimento da descentralização das atividades culturais para as 31 RAs ( <i>Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i> )	16101	100	<b>2017</b> Por meio de Termo de Fomento, através da MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e Organizações da Sociedade Civil (OSC) visando dar maior celeridade à realização de projetos inseridos no orçamento desta Secretaria de Estado de Cultura.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

No exercício de 2016, foi realizado financiamento de projetos artísticos e culturais por meio de editais lançados de 2014 a 2016; apoiado ainda projetos direcionados a diversas funcionalidades, inclusive de audiovisual; agentes culturais com a concessão de bolsas de estudo, atuando de forma efetiva no que concerne a intercâmbio, capacitação e formação continuada, os quais visam estruturar o setor cultural do Distrito Federal. Também merecem destaque projetos contemplados através dos editais lançados no decorrer do exercício com ações de intercâmbio através de Programa de Promoção, Difusão e Intercâmbio Cultural, incluindo passagens aéreas fornecidas a agentes e grupos culturais de todo o DF visando a participação ativa em eventos, festivais, feiras, mercados, seminários, congressos ou rodadas de negócios direcionados ao Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, em âmbito nacional e internacional. No exercício 2016 o programa foi reestruturado e ampliado, o que trouxe grandes inovações. O objetivo proposto para as metas foi alcançado com êxito.

Como ações de disseminação e promoção da plataforma, foi realizado, nos dias 18 e 19 de julho, 16 horas de capacitação sobre a usabilidade da plataforma Mapa nas Nuvens aos servidores da cultura da SEC/DF, em parceria com o Instituto TIM. Teve um público de 200 participantes envolvidos.

O 56º aniversário de Brasília, ocorrido no mês de abril onde foram realizadas apresentações musicais nos três dias de evento ocupou o gramado da Torre de TV com artistas locais. O investimento total foi de R\$ 217.500,00 (duzentos e dezessete mil e quinhentos reais) em cachês dos artistas participantes; R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) em estrutura de palco, totalizando R\$ 767.500,00 (setecentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais); evento cívico cultural realizado com sucesso, com público de 70.000 pessoas, atingindo o objetivo proposto.

Em 2016 foram realizados eventos nas regiões de alta vulnerabilidade provenientes de termos de fomento que não foram previstos nos programas institucionais constantes do PPA 2016-2019 desta secretaria quando de sua elaboração, tendo em vista se tratar de emendas parlamentares, inseridas no Quadro Detalhamento Despesa – QDD desta unidade no decorrer do exercício 2016 à medida que os referidos orçamentos eram desbloqueados pelo órgão competente. Em virtude disso não há contextualização do programa temático e da consequente caracterização do objetivo específico, bem como dos indicadores de desempenho e ações afins. O objetivo da meta foi parcialmente alcançado, porém com êxito nas realizações.

A Secretaria de Estado de Cultura em 2017 desenvolveu suas atividades conforme planejado dentro das limitações orçamentárias, havendo grande quantidade de realização e/ou apoio de eventos decorrentes de emendas parlamentares em sua maioria, disponibilizadas para esta unidade, e termos de fomento/colaboração/convênios firmados, através da publicação de editais de chamamento público e/ou convite para contratação de artistas fora dessa localidade, dentro do programa de difusão e intercâmbio cultural. Dificuldades houveram, porém, somente em relação a bloqueios orçamentários, bem como por morosidade no andamento de processos de licitação, e ainda indisponibilidade orçamentário-financeira para algumas realizações; no entanto, de um modo geral, cumpriu com êxito os trabalhos realizados. Foram realizados 90 eventos culturais descentralizados para todas as regiões administrativas do DF, levando a cultura e o lazer a toda a população do Distrito Federal e alcançando o objetivo proposto para o exercício. Foram realizados ainda cursos de teatro, dança; ministradas oficinas em diversas áreas, e palestras difundindo a cultura em todas as suas formas. Para o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro foram beneficiadas 10 regiões administrativas com a mostra de filmes durante o período do festival. Promoveu-se acesso de 30.060 alunos de escolas públicas às atividades culturais realizadas pela Secretaria de Cultura em todo o DF; oferecidas 50 oficinas de formação técnica ou profissional em arte e cultura, além de feiras artesanais e de diversas modalidades culturais; foi realizado um total de 50 eventos de incentivo ao livro, leitura e literatura em bibliotecas públicas de maneira descentralizada nas diversas

regiões administrativas do DF; ampliado o acervo das bibliotecas públicas do DF em 9.900 exemplares, sendo que, 6.500 são para consultas; 3.400 de doação recebida, e 15.496 exemplares doados nas feiras de livro. As realizações quanto ao Carnaval 2017, o Aniversário de Brasília e as festividades de final de ano compreendendo Natal e Revêillon também tiveram êxito beneficiando todo o público de Distrito Federal, alcançando-se o objetivo proposto.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**002 – PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL:** Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais nas regiões do DF, com estratégias de gestão modernas, participativas e integradas, bem como reestruturar e fortalecer a política pública de patrimônio, material e imaterial – em sua dimensão cultural, histórica, artística e arqueológica –, a fim de preservar e promover a dimensão de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, com mecanismos de salvaguarda de curto, médio e longo prazos, e também, a fim de transcender a área tombada, por meio da promoção e do reconhecimento das dimensões identitárias, territoriais e educacionais do patrimônio nas várias regiões do DF.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	1	Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	2	Elaboração política preservação e manutenção de acervos do DF; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	3	Realização de inventário, catalogação e software dos acervos dos museus; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	4	Realização de higienização, acondicionamento e restauro dos acervos dos museus da SECULT-DF; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	X	X	X	X	0,0%
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	5	Realização de inventário e Plano de Salvaguarda de Bens Imateriais Registrados e dos Bens Materiais Tombados no DF; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	6	Reabertura de pelo menos 02 Equipamentos da Secretaria de Cultura que estejam fechados ao público (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2	1			3	150,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	7	Tombar pelo menos 02 bens e registrar pelo menos 02 bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT);	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	2			2	50,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
				(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)										
6219	CAPITAL CULTURAL	2	8	Realizar o inventário e plano de preservação de pelo menos 02 bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	9	Realizar o inventário e plano de salvaguarda de pelo menos 02 bens registrados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	10	Elaborar e implantar plano museológico e regimento interno para pelo menos 02 museus da Secretaria de Cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	1			1	50,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	11	Aumentar em 15% o número total de visitantes aos museus da Secretaria de Cultura até 2019, tendo como referência as estatísticas de 2015 (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	15	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	5			10	66,7%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	12	Restauro e pequenas intervenções em bens tombados (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	20			20	20,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	13	Restauro e manutenção de peças de acervo ou bens integrados à edificação tombada (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	30			30	30,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	14	Implantação de novo projeto expográfico para o Museu do Catetinho e para o Museu Vivo da Memória Candanga (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	20			20	20,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	15	Reforma da maquete do Espaço Lúcio Costa (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	16	Reforma da Pira do Panteão da Pátria (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	17	Realização de inventários e planos de preservação de bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	18	Realização de inventários e planos de salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	2	19	Elaboração e implantação de planos museológicos e regimentos internos para o Memorial dos Povos Indígenas, Museu do Catetinho e Museu Vivo da Memória Candanga (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL	2	20	Realização das Jornadas do Patrimônio (SECULT); (Meta incluída,	100	%	ACUM	MAIOR,	-	100			100	100,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	CULTURAL			conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR						
6219	CAPITAL CULTURAL	2	21	Realização do Prêmio José Aparecido (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100			100	100,0%

### **Análise Qualitativa**

**1. Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - Não houve apresentação de projeto.

**2. Elaboração política preservação e manutenção de acervos do DF (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - Não houve apresentação de projeto.

**3. Realização de inventário, catalogação e software dos acervos dos museus (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - Não houve apresentação de projeto.

**4. Realização de higienização, acondicionamento e restauro dos acervos dos museus da SECULT-DF (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Houve a restauração do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, e elaborado o projeto básico, além de laudos técnicos de conservação e mapeamento de danos das peças descritas no processo.

**5. Realização de inventário e Plano de Salvaguarda de Bens Imateriais Registrados e dos Bens Materiais Tombados no DF (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Visando à elaboração e execução deste plano de ação foi criada uma comissão para participação em debates em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e sobre a Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal; aconteceram vistorias técnicas para monitoramento de bens tombados do Distrito Federal; foram feitas vistorias nas igrejas São Geraldo, no Paranoá, e São José Operário, na Candangolândia, e elaborado relatório com recomendações para a preservação dos bens, encaminhado à Cúria Metropolitana de Brasília.

Foi criada ainda uma Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento (CPRT) com o objetivo de instruir processos referentes ao patrimônio cultural e se pronunciar sobre assuntos a ele pertinentes. Em 2016, foi instruído o processo de tombamento da Casa do Artesão (antigo Paço Municipal) de Planaltina.

**6. Reabertura de pelo menos 02 Equipamentos da Secretaria de Cultura que estejam fechados ao público (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em setembro de 2016 teve início a obra de readequação do Espaço Cultural Renato Russo; obra que está sendo executada com recursos da TERRACAP, com fiscalização da NOVACAP e conseqüentemente acompanhamento de técnico da Secretaria de Estado de Cultura. A obra de readequação do Centro de Dança continua em andamento desde 2014 e está sendo realizada com parceria entre a TERRACAP, a NOVACAP e a Secretaria de Cultura.

Em 2016 também houve a recuperação do Conjunto Fazendinha (Vila Planalto), através de projetos de restauro; realizou-se projeto básico para ampliação do estacionamento da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional com abertura de entrada no Eixo Monumental.

**2017**

No segundo semestre de 2017 a secretaria orientou as obras de instalação de equipamentos de segurança e combate a incêndio requerido pelo CBMDF para a reabertura do Foyer da sala Villa Lobos ao público. No dia 7 de dezembro, data comemorativa dos 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, o Foyer foi reaberto em solenidade que contou com a presença do Governador, do Secretário de Estado de Cultura e de algumas autoridades.

**7. Tombar pelo menos 02 bens e registrar pelo menos 02 bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

Em 2017, a pedido do Secretário de Estado de Cultura, iniciou-se o processo de registro da Praça dos Orixás e do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal. Teve participação no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano, coordenado pela SEGETH.

**8. Realizar o inventário e plano de preservação de pelo menos 02 bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

Assinado Termo de Colaboração entre o CTI e a Secretaria de Estado de Cultura para a execução do projeto "Preservação e Revitalização do Memorial dos Povos Indígenas", pelo prazo de 2 anos. Apesar da informação de assinatura do Termo de Colaboração para execução, nenhum dos 2 bens tombados foi inventariado e nem o projeto de preservação iniciado em 2017, desta forma considera-se "0%" na realização.

**9. Realizar o inventário e plano de salvaguarda de pelo menos 02 bens registrados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve.

**10. Elaborar e implantar plano museológico e regimento interno para pelo menos 02 museus da Secretaria de Cultura (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

Em novembro de 2016, a Fundação Ford, por meio do Institute of International Education - IEE viabilizou a contratação de uma consultoria de pesquisa para o desenvolvimento de proposta de plano museológico de gestão do MPI, envolvendo levantamento de dados sobre o histórico da instituição e da coleção; proposta de revisão e atualização da missão, visão, valores e objetivos institucionais; desenvolvimento de diagnóstico atual, destacando desafios e potencialidades; análise e proposta de planejamento de programas e projetos em andamento e a desenvolver;

revisão de funções de equipe e organograma; e proposta de estratégias de gestão e captação de recursos. Além de encontros presenciais com a equipe da Secretaria de Estado de Cultura e do Memorial dos Povos Indígenas, a consultoria também envolveu suporte metodológico para a organização de um seminário de revisão institucional do MPI, realizado em 22 e 23 de março de 2017, com a participação de convidados com notória atuação junto aos povos indígenas. O Seminário de Revisão Institucional do MPI, com dois dias de duração, reuniu um grupo de interlocutores para elaboração dialógica de proposta de linhas gerais do plano de gestão museológica, debatendo sobre escopo e abrangência, linhas narrativas, abordagem e conteúdo do MPI, e chegando à reformulação de sua missão e visão institucional, valores e objetivos. Também foram colhidas sugestões e propostas para as diversas linhas de atuação museológica, incluindo ampliação e fortalecimento das parcerias com organizações da sociedade civil. Diante do grande potencial cultural do Memorial dos Povos Indígenas, das experiências que apontaram caminhos favoráveis nas parcerias com a sociedade civil e dos subsídios colhidos no seminário de revisão institucional, chegou-se à proposta de fortalecimento do modelo de participação social na gestão do museu por meio de um chamamento público com o objetivo de selecionar Organização da Sociedade Civil - OSC para a gestão, solidificando e dando maior eficiência e transparência ao modelo de gestão participativo e inclusivo que já está presente na trajetória institucional do MPI. O edital de chamamento público nº 17/2017 foi publicado no dia 20 de outubro. Em 6 de novembro realizou-se conversa pública, que contou com a participação de cerca de 20 pessoas, entre representantes da sociedade civil e de órgãos interessados, como o IBRAM/MINC. Concluído o prazo de 30 dias para recebimento de propostas foi recebida apenas uma proposta, a do Centro de Trabalho Indigenista - CTI. A proposta foi aprovada e, após reuniões para adequação do plano de trabalho apresentado pela OSC foi assinado Termo de Colaboração entre o CTI e a Secretaria de Estado de Cultura para a execução do projeto "Preservação e Revitalização do Memorial dos Povos Indígenas", pelo prazo de 2 anos.

**11. Aumentar em 15% o número total de visitantes aos museus da Secretaria de Cultura até 2019, tendo como referência as estatísticas de 2015 (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Em 2017 a Secretaria de Estado de Cultura atuou na gestão do patrimônio cultural do DF de diversas formas, dentre elas, na realização de estatísticas de visitação, em que unifica mensalmente as estatísticas diárias de visitação dos museus próprios, coletadas mediante livro de visitas e agendamentos escolares. Tais estatísticas são encaminhadas ao Observatório do Turismo, vinculado à Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer. No exercício, em comparação a 2015, houve um aumento na proporção de 10% em relação às visitas aos museus próprios desta secretaria.

**12. Restauro e pequenas intervenções em bens tombados (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Restauro do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina: a secretaria buscou apoio do IPHAN-DF para a execução e, em 29 de setembro de 2017, realizou reunião com representantes daquele instituto e do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Samambaia para estabelecer parceria para desinfestação e restauro do acervo do museu. O IFB se prontificou a fazer a desinfestação imediata do acervo sem custos. A retirada do material infestado foi realizada em 19 de outubro e entregue na sede do IFB - Samambaia no mesmo dia, com a supervisão desta Unidade. As peças receberam o tratamento imediato. O IFB prontificou-se ainda a realizar o restauro das peças desde que fosse providenciado o material necessário. A secretaria fez então gestões junto à Administração de Planaltina para solicitar recursos visando aquisição dos materiais. A administração aguarda o desbloqueio dos recursos para proceder à aquisição do material do restauro do mobiliário.

**13. Restauro e manutenção de peças de acervo ou bens integrados à edificação tombada (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

A SEC realizou higienização, catalogação e disponibilização do acervo documental da sede em parceria com a UNB; executou também serviços de restauro e recomposição de diversos itens da exposição permanente do Museu do Catetinho, tais como: o traje do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o sofá e diversos itens do cenário da cozinha.

**14. Implantação de novo projeto expográfico para o Museu do Catetinho e para o Museu Vivo da Memória Candanga (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

FAC Patrimônio: como resultado de estreito e profícuo diálogo estabelecido internamente na SEC ficou acordado o aumento do volume de recursos para a linha de patrimônio no edital do FAC Áreas Culturais. Assim, no edital nº 3/2017, lançado em 25 de agosto o volume para a área de patrimônio multiplicou e criou-se uma sublinha específica e inédita para expografia e acervos museológicos.

**15. Reforma da maquete do Espaço Lúcio Costa (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve.

**16. Reforma da Pira do Panteão da Pátria (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

A Secretaria de Estado de Cultura solicitou apoio da Casa Militar e da Defesa Civil visando elaboração do projeto básico para licitação de reforma da pira. O resultado dessa licitação foi publicado em 18 de dezembro de 2017, para execução em 2018. Não atingiu o objetivo da meta.

**17. Realização de inventários e planos de preservação de bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

A secretaria tem participado ativamente dos debates do Conselho, em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e sobre a LUOS - Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal. Atuou na elaboração de Nota Técnica sobre suas competências e atribuições. A Nota Técnica nº 7 visa informar as competências nos procedimentos de aprovação/licenciamento de projetos, obras, serviços, eventos, instalação ou retirada de mobiliário urbano (incluindo postes, engenhos publicitários e de comunicação visual, esculturas, vegetação, sinalização de trânsito vertical e horizontal, entre outros) que envolvam bens tombados no DF, além de obras de manutenção de infraestrutura em espaços públicos inseridos em áreas de tutela. O objetivo é prestar orientação a respeito das obrigações anteriores à execução de quaisquer intervenções físicas ou realização de eventos em bens tombados e em suas respectivas áreas de tutela. Atuou na análise de projetos de intervenção em bens tombados e áreas de tutela (Praça das Fontes; Praça Cel. Salviano Monteiro - Planaltina). Realizou vistorias técnicas regulares para monitoramento de bens tombados (Palácio do Planalto; Palácio do Jaburu; Museu do Catetinho; Praça do Relógio - Taguatinga; Museu Histórico de Planaltina; diversos painéis de Athos Bulcão).

**18. Realização de inventários e planos de salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve.

**19. Elaboração e implantação de planos museológicos e regimentos internos para o Memorial dos Povos Indígenas, Museu do Catetinho e Museu Vivo da Memória Candanga (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve.

**20. Realização das Jornadas do Patrimônio (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

A Secretaria de Estado de Cultura atuou na educação patrimonial de diversas formas, dentre elas na realização da "Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno" em parceria com a Superintendência do IPHAN no DF. O evento ocorreu no Cine Brasília nos dias 21 e 22 de agosto e teve por objetivo aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do

patrimônio cultural moderno com convidados internacionais que apresentaram suas experiências relativas aos instrumentos e mecanismos dessa gestão nas cidades de Le Havre (França) e Telavive (Israel), e debate entre o IPHAN-DF, a SEC e outros órgãos do GDF sobre o encaminhamento das questões locais. Atingiu o objetivo da meta.

## 21. Realização do Prêmio José Aparecido (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

A secretaria atuou no fomento e na valorização do patrimônio cultural do DF de diversas formas: na retomada do Prêmio José Aparecido de Oliveira; o prêmio foi instituído pelo Decreto nº 28.379, de 24 de outubro de 2007, DODF nº 206, de 25 de outubro de 2007, cujo objetivo é premiar ações que contribuam para a preservação de Brasília, O Decreto estabelece que o evento contemple duas premiações, para primeiro e segundo colocados, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) respectivamente, além de indicar as instituições que comporão a Comissão Julgadora que fará a escolha da melhor proposta. Desde a sua criação foram realizadas cinco edições do Prêmio José Aparecido de Oliveira, a última delas em 2012. Tendo em vista o interesse da secretaria em retomar a realização do evento no ano em que se comemoram os 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO constatou-se a necessidade de reavaliar os dois decretos acima mencionados. Passados dez anos da criação do evento verificou-se a conveniência de realizar algumas alterações no Decreto para atualizar os valores da premiação, modificar o procedimento de designação da Comissão Julgadora e suprimir a entrega do troféu como parte da premiação. Como resultado elaborou-se minuta de decreto com acompanhamento da Assessoria Jurídica Legislativa da SEC. O Decreto nº 38.669/2017 foi assinado pelo Governador no dia 7 de dezembro, dia em que se completaram 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. A próxima edição do prêmio, agora em novas bases, deverá ser realizada pela secretaria no primeiro semestre de 2018. Atingiu o objetivo proposto.

### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1742	ESPAÇOS INAUGURADOS	UNIDADE	0	31/07/2017	0		1	1	1	2	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1743	ESPAÇOS TOMBADOS E REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	1	2	1	3	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1744	INVENTÁRIOS E PLANOS DE PRESERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS REALIZADOS	UNIDADE	0	31/07/2017	-		0		1	1	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1745	INVENTÁRIOS E PLANOS DE SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF REALIZADO	UNIDADE	0	31/07/2017	-		0		1	1	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1746	PLANOS MUSEOLÓGICOS E REGIMENTOS INTERNOS EM MUSEUS IMPLANTADOS	UNIDADE	0	31/07/2017	-		0		1	1	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1747	NÚMERO DE VISITANTES AOS MUSEUS PRÓPRIOS AUMENTADO	%	0	31/07/2017	-	-	5	3,22	5	5	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2

#### Justificativas 2017

**Indicador 1742** - Inaugurada a Praça da Cidadania, no dia 29 de julho de 2017, alcançando o objetivo com êxito.

**Indicador 1743** - Em 2017, a Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento, composta por cinco servidores da SEC, deu início ao processo de registro da Praça dos Orixás - Prainha, e do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal, contribuindo para o alcance do objetivo proposto que superou o proposto inicialmente.



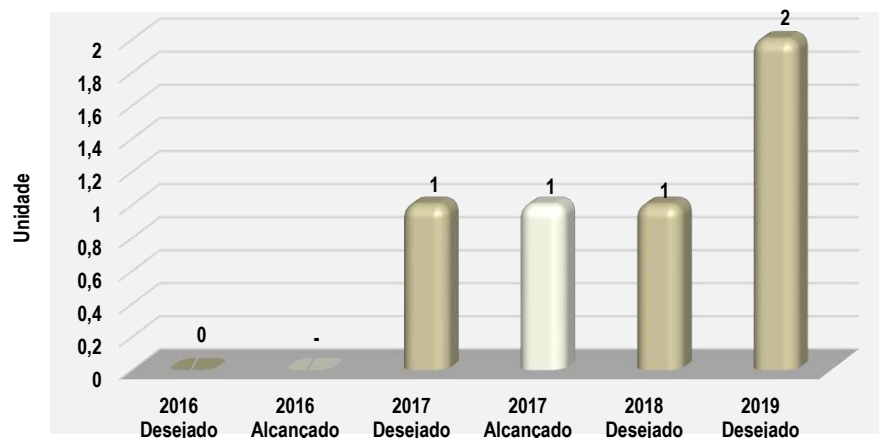
**Indicador 1744 -**

**Indicador 1745 -**

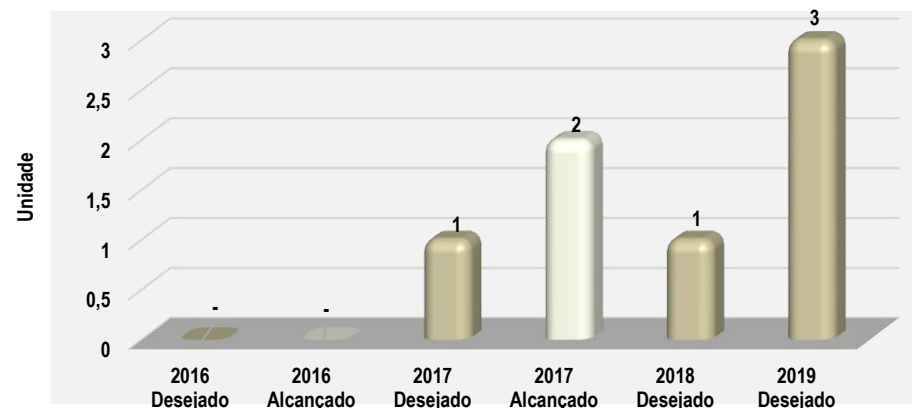
**Indicador 1746 -**

**Indicador 1747 -** Em 2017, o total de visitantes aos museus próprios da SEC englobaram 6 (seis) museus, a saber: Complexo Cultural Três Poderes composto do Panteão da Pátria, fechado a partir de julho para manutenção; Espaço Lúcio Costa e o Museu da Cidade; Museu do Catetinho; Memorial dos Povos Indígenas, fechado no mês de maio e em junho não houve visitaçã

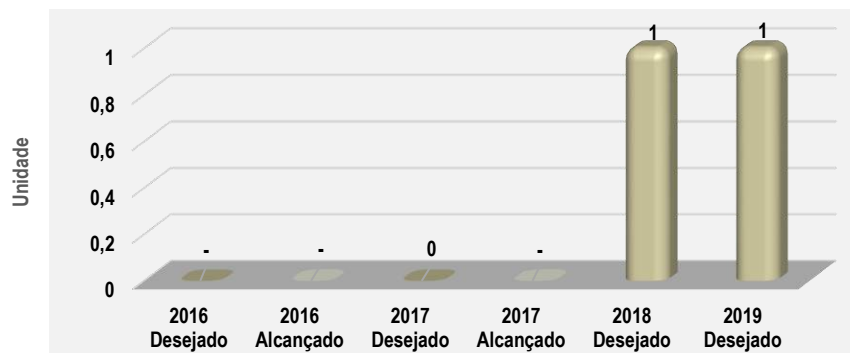
**ESPAÇOS INAUGURADOS**



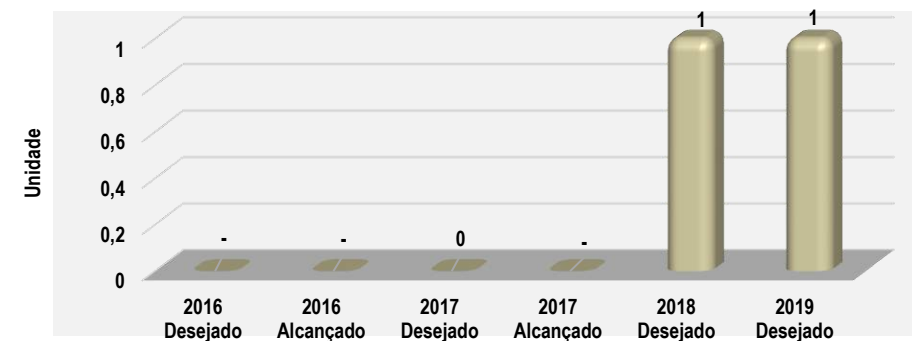
**ESPAÇOS TOMBADOS E REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF**



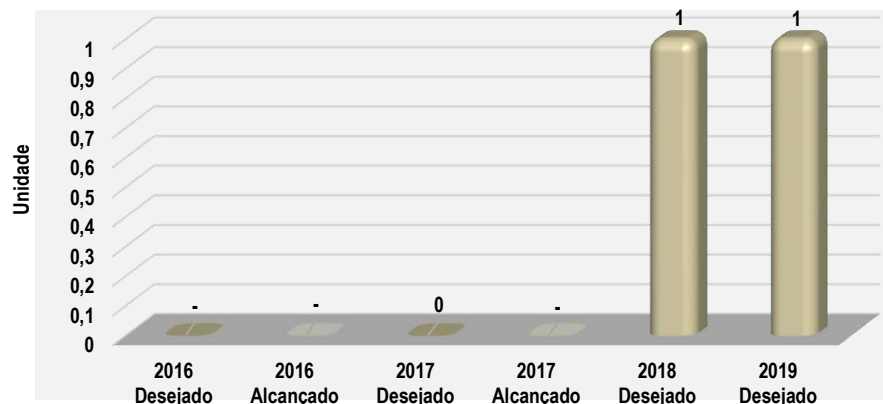
**INVENTÁRIOS E PLANOS DE PRESERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS REALIZADOS**



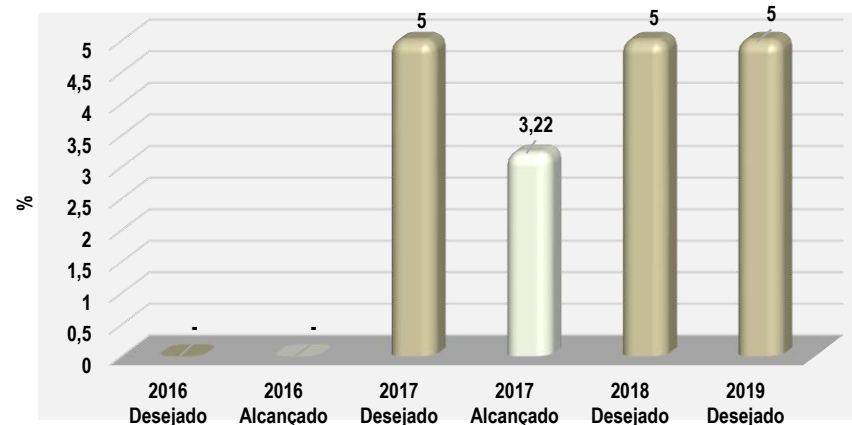
**INVENTÁRIOS E PLANOS DE SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF REALIZADO**



**PLANOS MUSEOLÓGICOS E REGIMENTOS INTERNOS EM MUSEUS IMPLANTADOS**



**NÚMERO DE VISITANTES AOS MUSEUS PRÓPRIOS AUMENTADO**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	2	1	Revisar Portarias de regulamentação de Tombamento e Registro (CPRT) e elaborar plano de ação para educação patrimonial no DF (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	<b>2017</b> elaborado plano de ação para educação patrimonial no DF através da Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno com o objetivo de aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do Patrimônio Cultural Moderno
6219	2	2	Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios; (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	
6219	2	3	Elaboração e implantação da política de acervos da Secretaria de Cultura do DF (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	<b>2017</b> - Não houve.
6219	2	4	Criação do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	
6219	2	5	Elaboração e implantação do modelo de reforma, gestão e programação do Teatro Nacional Cláudio Santoro (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do	16101	100	<b>2017</b> Em 2017 a secretaria realizou diálogos com entidades e assinou um acordo de cooperação com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para custeio do estudo de adequação do projeto executivo, cujo estudo é realizado pelo escritório de

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			PPA nº. 6061, de 29/12/17)			arquitetura Acunha Solé, responsável pelo projeto original. A secretaria iniciou contatos com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops) com o intuito de solucionar necessidades técnicas como a elaboração de projeto estrutural, estudos e análises sobre possíveis modelos de gestão e financiamento para a obra. Com isso o projeto de reforma foi incluído no escopo do acordo entre a Unops e a Unidade de Parcerias Público-Privadas da Secretaria de Fazenda. Entre os dias 24 e 26/10/2017 o Secretário de Estado de Cultura viajou ao Rio de Janeiro para prospectar parceiros e patrocinadores visando chamamento público, para a reforma do Teatro Nacional. A viagem objetivou promover e divulgar entre interlocutores relevantes o modelo de parcerias MROSC desenvolvido e aplicado pela SEC. Em 20 de outubro a SEC lançou edital de seleção de Organização da Sociedade Civil para parceria na reforma do espaço. O vencedor do certame foi o Instituto Pedra, que captará recursos via Lei Rouanet e executará a reforma da sala Martins Penna, prevista para início de 2018.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

No exercício 2016, cumprindo-se parte desses objetivos, houve a participação de servidores no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano. Coordenado pela SEGETH, o CCPPTM é composto por 64 conselheiros do governo e da sociedade civil.

A Secretaria de Estado de Cultura, no âmbito do CCPPTM, tem participado ativamente nos debates do Conselho, em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e sobre a LUOS - Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal; com as vistorias técnicas para monitoramento de bens tombados em âmbito distrital intensificou-se o trabalho nos museus e próprios culturais.

Técnicos da SEC fizeram vistorias em diversos bens culturais, bem como nas igrejas São Geraldo, no Paranoá, e São José Operário, na Candangolândia, e foram elaborados relatórios contendo todas as recomendações que visem à preservação dos bens, encaminhando-os à Cúria Metropolitana de Brasília.

Bem se sabe que os bens mobiliários dos museus e demais próprios culturais da Secretaria de Estado de Cultura necessitam de restauro permanente em virtude da idade já bastante avançada. No exercício 2016 houve a restauração do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina retornando à sociedade um bem material renovado, sendo ainda elaborado o projeto básico acompanhado de laudos técnicos essenciais e necessários à conservação e ao mapeamento de danos das inúmeras peças descritas e que são parte integrante do patrimônio histórico e artístico do DF.

Visando iniciativas de tombamento e registro de bens materiais e imateriais do DF, foi instituída a Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento (CPRT) conduzida por cinco servidores e com a responsabilidade de instruir todos os processos referentes ao patrimônio cultural, bem como de se pronunciar sobre assuntos que se referem a ele. Os processos de tombamento referem-se à declaração de um bem como patrimônio material e os de registro de um bem como patrimônio imaterial. No exercício 2016 foi instruído o processo de tombamento da Casa do Artesão (antigo Paço Municipal) de Planaltina, no entanto, o encaminhamento do processo foi suspenso ao se tomar conhecimento da decisão judicial que retira do Governo do Distrito Federal a jurisdição administrativa sobre o Setor Tradicional de Planaltina, onde se encontra o referido imóvel.

Está em fase final de instrução o processo de tombamento da Fazenda Velha, casarão rural da segunda metade do século XIX situado na zona rural de Sobradinho. Encontra-se em estudo também um plano de gestão para o imóvel, de modo a viabilizar sua preservação diante da forte pressão imobiliária da região.

Em 2016, intensificou-se o compromisso da Secretaria de Cultura com a reabertura e revitalização dos espaços culturais do Distrito Federal. Em setembro de 2016 teve início à obra de readequação do Espaço Cultural Renato Russo, fechado desde janeiro de 2014. A obra está sendo executada com recursos da TERRACAP, fiscalização da NOVACAP e acompanhamento de técnico

da SEC. A previsão de reabertura do equipamento é para o primeiro semestre de 2017. Continua em andamento a obra de readequação do Centro de Dança, iniciada em outubro de 2014 e realizada por meio de parceria entre a TERRACAP, a NOVACAP e a Secretaria de Cultura. A SEC desenvolveu o projeto de reforma, compatibilizando a arquitetura e propondo soluções, e segue alocando técnico responsável que tem acompanhado a execução da obra. A previsão de reabertura do equipamento é no primeiro semestre de 2017. Visando ainda a recuperação do Conjunto Fazendinha (Vila Planalto), a SEC desenvolveu projetos de restauro para duas das cinco casas do Conjunto Fazendinha, no âmbito do Plano de Ação para a Vila Planalto e de forma a atender à Notificação n.º 3/2015, expedida pela 1ª Prourb/MPDFT por meio do Ofício n.º 146/2015–PGJ–MPDFT. A elaboração dos projetos executivos contou com o apoio da SEGETH e da NOVACAP; realizou-se projeto básico para ampliação do estacionamento da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional com abertura de entrada no Eixo Monumental. O projeto foi encaminhado para a NOVACAP em junho de 2016 para a elaboração de projeto executivo. Considerando-se todas essas realizações no exercício 2016 para o objetivo específico em questão, alcançou-se parcialmente o objetivo nas ações propostas.

No exercício ocorreu a reabertura do Foyer da Sala Vila Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro, após todas as providências tomadas em relação à segurança contra incêndios e outros; iniciou-se o processo de registro da Praça dos Orixás - Prainha, bem como do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal, com a participação do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano, coordenado pela SEGETH. Foi assinado o Termo de Colaboração entre o CTI e a Secretaria de Estado de Cultura para a execução do projeto "Preservação e Revitalização do Memorial dos Povos Indígenas", pelo prazo de 2 anos. A secretaria contratou ainda serviços de consultoria visando à elaboração de um plano museológico, com suporte metodológico visando a organização do Seminário de Revisão Institucional do Museu dos Povos Indígenas - MPI, para elaboração dialógica de proposta de linhas gerais do plano de gestão museológica, debatendo sobre escopo e abrangência, linhas narrativas, abordagem e conteúdo do MPI, chegando assim à reformulação de sua missão e visão institucional, valores e objetivos. A SEC realizou restauros em alguns próprios culturais; higienização, catalogação e disponibilização do acervo documental da sede em parceria com a UNB; atuou na educação patrimonial com a realização da "Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno" em parceria com a Superintendência do IPHAN no DF visando aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do patrimônio cultural moderno. A secretaria retomou o Prêmio José Aparecido de Oliveira, instituído pelo Decreto nº 28.379, de 24 de outubro de 2007, cujo objetivo é premiar ações que contribuam para a preservação de Brasília. Atingiu o objetivo proposto para algumas metas, sendo algumas iniciadas para dar continuidade em 2018.

---

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES: Ampliar e proteger os recursos para fomento e incentivo a produções artísticas e culturais, inclusive de pesquisa, experimentais, tradicionais e aquelas historicamente excluídas, por meio da formulação de uma política inovadora, participativa e integrada para as artes, que contemple a produção, o acesso, a difusão, a promoção e a circulação das mais diversas linguagens em todas as regiões do DF.**

---

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:**

**16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT**

---

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

## Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	3	1	Criação da Fundação das Artes de Brasília [2016], com foco em Promoção, Marketing, e difusão da Cultura do Distrito Federal; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	3	2	Ampliação da Fundação [2017] com atendimento a 03 setoriais: Artes do Espetáculo, Música, Audiovisual e Fotografia; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	3	3	Ampliação da Fundação [2018] com atendimento a 06 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	3	4	Ampliação da Fundação [2019] com atendimento a 8 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; Design de Moda, Gráfico, de Objetos; Arte e Tecnologia (jogos e aplicativos). (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	3	5	Ampliação da Carteira de empresas incentivadoras da Lei de Incentivo à Cultura – LIC (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	3	6	Apoio a manutenção, revitalização, salvaguarda e uso do Patrimônio Cultural da Cidade com a LIC (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	3	7	Patrocinar 150 projetos culturais por meio do programa Conexão Cultural DF, conforme as seguintes linhas de apoio: Participação em eventos; Circulação Nacional, Internacional ou mista; e concessão de bolsa de estudo, capacitação, pesquisa e residência e intercâmbio, por meio do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	150	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	93			93	62,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	3	8	Patrocinar 1.436 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio a Cultura (FAC) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1436	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	381			381	26,5%
6219	CAPITAL CULTURAL	3	9	Premiar 240 personalidades, grupos, organizações artísticas de significante contribuição para estabelecimento e consolidação da identidade cultural do Distrito Federal com vistas ao reconhecimento e recebimento de prêmios honoríficos por meio dos recursos do Fundo de Apoio a Cultura (FAC) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	240	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	60			60	25,0%

## **Análise Qualitativa**

**1. Criação da Fundação das Artes de Brasília [2016], com foco em Promoção, Marketing, e difusão da Cultura do Distrito Federal (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**2. Ampliação da Fundação [2017] com atendimento a 03 setoriais: Artes do Espetáculo, Música, Audiovisual e Fotografia (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**3. Ampliação da Fundação [2018] com atendimento a 06 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**4. Ampliação da Fundação [2019] com atendimento a 8 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; Design de Moda, Gráfico, de Objetos; Arte e Tecnologia(jogos e aplicativos) (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**5. Ampliação da Carteira de empresas incentivadoras da Lei de Incentivo à Cultura – LIC (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**6. Apoio a manutenção, revitalização, salvaguarda e uso do Patrimônio Cultural da Cidade com a LIC (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Criação de uma portaria para incentivo a projetos voltados ao patrimônio. Tais projetos deverão se enquadrar na Portaria SEC nº 103, de 05 de abril de 2017, que trata de incentivo fiscal a projetos voltados ao patrimônio histórico e artístico do DF. Paralelamente, a secretaria realizou diversas reuniões de trabalho com intuito de definir as rotinas e os procedimentos administrativos a serem aplicados aos projetos da LIC que versam sobre reforma, restauro e manutenção de patrimônio material.

**7. Patrocinar 150 projetos culturais por meio do programa Conexão Cultural DF, conforme as seguintes linhas de apoio: Participação em eventos; Circulação Nacional, Internacional ou mista; e concessão de bolsa de estudo, capacitação, pesquisa e residência e intercâmbio, por meio do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Além dos projetos selecionados e apoiados através dos editais, o FAC apoia ações de difusão e Intercâmbio através do programa permanente Conexão FAC. O Programa instituído desde 2011, passou por uma reestruturação em 2016, após a publicação da Resolução nº3/2016 do Conselho de Cultura do DF. O Programa tem como objetivos: I – ampliar a oferta e a fruição dos bens e serviços culturais e criativos; II - possibilitar a adoção de mecanismos de promoção, circulação e distribuição dos bens e serviços culturais produzidos no Distrito Federal a outras regiões do país e do mundo, privilegiando-se a América Latina; III – facilitar e promover a participação de artistas, produtores, empreendedores e grupos artísticos e culturais em eventos nacionais e internacionais; IV – estimular o intercâmbio de conhecimento entre agentes do DF e seus pares nacionais e internacionais; V – estimular o empreendedorismo cultural, inserindo bens e serviços culturais e criativos no mercado nacional e internacional; VI – fortalecer a formação e capacitação artística e cultural dos agentes do Distrito Federal; VII - produzir, estimular e divulgar dados e informações estratégicas para a promoção de agentes, bens e serviços culturais e criativos, no âmbito nacional e internacional; e VIII - criar plataformas, virtuais e presenciais, de promoção de

agentes, bens e serviços culturais e criativos. Os recursos destinados ao Conexão FAC são divididos entre três linhas de apoio: I - Participação em Eventos; II - Circulação Nacional, Internacional ou mista; e III - Concessão de Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência. Em 2017 foram 50 projetos apoiados na linha de participação de eventos, 13 na nova linha de Circulação e 30 na linha de Concessão de Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência. Ao todo o programa beneficiou mais de 300 agentes e entes culturais do Distrito Federal.

#### **8. Patrocinar 1.436 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

O Fundo de Apoio à Cultura – FAC, no exercício de 2017, cumpriu sua finalidade de financiar projetos artísticos e culturais através da contratação e pagamento de projetos contemplados em seleções realizadas por meio de editais lançados nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os projetos apoiados pelo FAC em 2017 não se restringiram apenas às produções culturais, foram apoiados também projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, manutenção de grupos e espaços culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal.

Dos projetos contratados e pagos em 2017, 29 foram contemplados no Edital do FAC nº 1/2015, que teve seu resultado final publicado no dia 2 de fevereiro de 2016. O valor total destinado ao pagamento de projetos contemplados no edital nº 1/2015 foi de R\$ 2,9 milhões.

No dia 11 de outubro de 2016 foi publicado no DODF o resultado final do edital FAC Audiovisual 2016. Esse edital consolidou o Fundo como um dos maiores apoiadores a projetos cinematográficos no país. Foram 71 projetos contemplados em 16 linhas de apoio, um grande salto em relação ao edital anterior, de 2014, quando foram apoiados 48 projetos distribuídos entre 9 linhas de apoio. A contratação e pagamentos dos projetos contemplados neste edital teve início no ano de 2017, foram 65 projetos contratados e pagos durante o exercício.

Em 2017 também foram pagos com recursos do FAC projetos contemplados nos editais FAC Áreas Culturais, FAC Regionalizado, FAC Ocupação e FAC Manutenção de Grupos e Espaços. Lançados em setembro de 2016 e com resultados finais publicados em julho de 2017, os editais apresentaram grandes inovações em relação a editais anteriores do FAC. Foram pagos em 2017 o total de 281 projetos contemplados no bloco de editais composto pelos Editais FAC Áreas Culturais, FAC Regionalizado, FAC Ocupação e FAC Manutenção de Grupos e Espaços, totalizando um investimento de R\$ 22,5 milhões.

No ano de 2017, também foram pagas a segunda parcela do apoio financeiro a seis projetos de grupos ou espaços contemplados no Edital de Manutenção de Grupos e Espaços nº12/2014.

#### **9. Premiar 240 personalidades, grupos, organizações artísticas de significativa contribuição para estabelecimento e consolidação da identidade cultural do Distrito Federal com vistas ao reconhecimento e recebimento de prêmios honoríficos por meio dos recursos do Fundo de Apoio a Cultura (FAC). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2017

Iniciativa inédita da Secretaria de Cultura, os Editais de Prêmios do FAC tiveram seus resultados publicados em abril de 2017 e contemplaram 70 artistas, grupos ou coletivos da cidade por contribuições importantes para a formação da identidade local e para a consolidação das expressões artísticas no DF no hip-hop, na equidade de gênero e nas culturas popular e afro-brasileiras. Cada artista recebeu R\$ 15 mil e um troféu, que foi entregue em evento realizado na Casa do Cantador em Ceilândia, como parte das atividades do Encontro da Rede de Pontos e Pontões de Cultura do DF realizado nos dias 13, 15 e 16 de abril. Dos 70 prêmios, 60 foram pagos em 2017.

#### **INDICADORES DE DESEMPENHO**

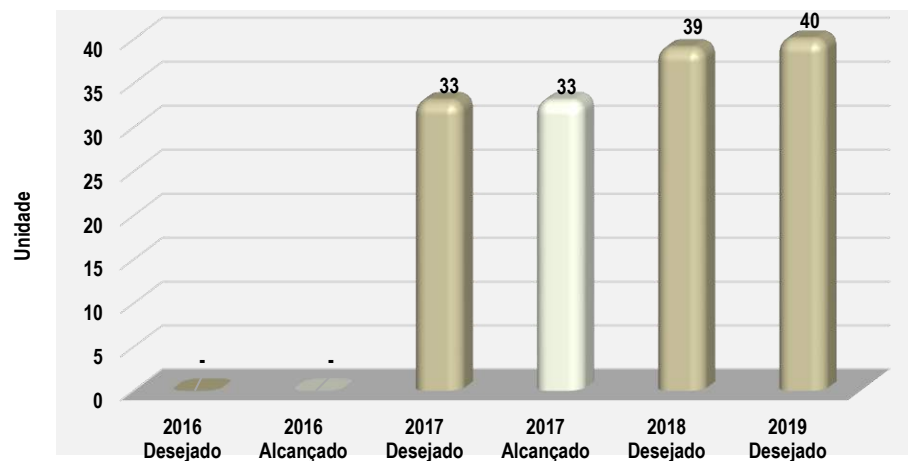
Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1748	PROJETOS APOIADOS PELO FAC	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	33	33	39	40	SUFIC/SECULT/U 16903/OE 3
1749	POLÍTICAS SETORIAIS INSTITUCIONALIZADAS	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	3	2	3	0	SPDPC/GAB/SECU 16101/OE 3

## Justificativas 2017

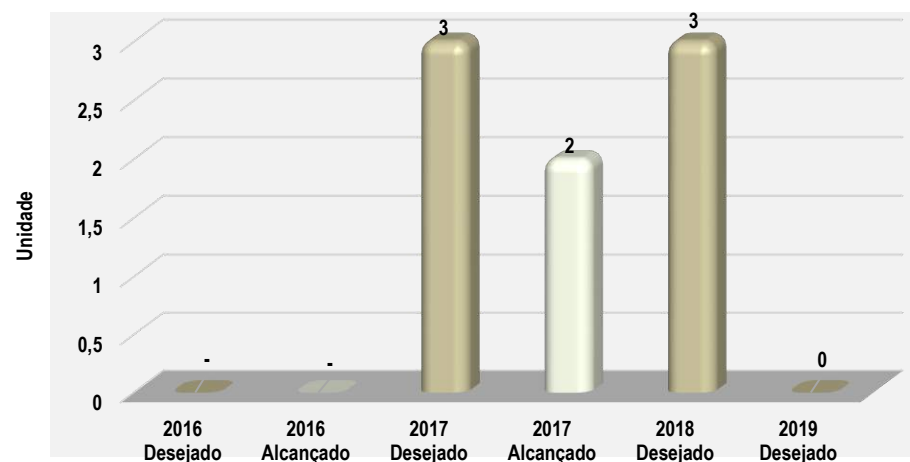
**Indicador 1748** – Indicador 1748 No exercício de 2017, o Fundo de Apoio a Cultura atingiu a meta prevista/desejada de concessão de apoio financeiro a 33 projetos no programa projeto apoiado Cultura Educa que, a partir do exercício atual (2018), passou a ter a denominação de Programa Conexão FAC.

**Indicador 1749** – Indicador 1749 No âmbito do projeto de cooperação 914BRZ4020: "Fortalecimento e modernização das políticas públicas de cultura no DF", firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e a UNESCO, foram contratadas 2 (duas) consultorias para elaboração de planos de desenvolvimento de setores econômicos da cultura, relacionados aos campos socioprodutivos da música e audiovisual. As consultorias serão desenvolvidas entre janeiro e setembro de 2018.

PROJETOS APOIADOS PELO FAC



POLÍTICAS SETORIAIS INSTITUCIONALIZADAS





## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	3	1	Articulação dos Colegiados Setoriais (SECULT) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	X	
6219	3	2	Implantação de um sistema informatizado da SEF junto à SEC para habilitação e abatimento fiscal das incentivadoras <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização.
6219	3	3	Prospecção de novas incentivadoras por segmento empresarial <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização.
6219	3	4	Proporcionar maior segurança jurídica para empresas incentivadoras: novo decreto simplificando regras e condições para incentivo <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização.
6219	3	5	Criação de linhas de incentivo prioritárias <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização.
6219	3	6	Habilitação de todas as empresas do Distrito Federal na Lei de Incentivo à Cultura – LIC <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização.
6219	3	7	Institucionalização de políticas de fomento para as diversas expressões artísticas <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização.
6219	3	8	Ampliação e fortalecimento do Fundo de Apoio à Cultura <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16903	100	2017 Inversão das etapas do processo de seleção, permitindo que os projetos contemplados sejam realmente aqueles que possuem o maior mérito cultural. - Novos critérios de seleção: coerência dos gastos destinados entre o pagamento de profissionais técnicos e artísticos que atuarão no projeto; conformidade da experiência profissional do proponente com as atividades exercidas por ele no projeto; e sensibilização de novos públicos. - Fortalecimento do FAC com garantia expressa em lei de que não pode ser contingenciado e com indicação de calendário anual para os editais.
6219	3	9	Institucionalização, requalificação e aprimoramento técnico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização.
6219	3	10	Institucionalização, requalificação e aprimoramento técnico da Rádio Cultura <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

**2016/2017**

### **FAC**

Os editais FAC Áreas Culturais, FAC Regionalizado, FAC Ocupação e FAC Manutenção de Grupos e Espaços, lançados em setembro de 2016 e com resultados finais publicados em julho de 2017, apresentaram grandes inovações em relação a editais anteriores do FAC. O inédito edital FAC Regionalizado contemplou projetos artísticos e culturais apresentados e realizados por artistas locais de diversas regiões administrativas do DF, sendo um grande avanço na gestão dos recursos do FAC, uma vez que pela primeira vez na história, o Fundo priorizou efetivamente a descentralização dos recursos, historicamente concentrados em atividades no Plano Piloto, além do fortalecimento da cena artística das diversas regiões administrativas do DF. O Edital FAC Ocupação, que distribuiu seus recursos entre as Categorias de Cultura e Cidadania, Cultura Educa, Cultura nos Parques e Ocupação Cultural de Espaços e Equipamentos Públicos, pela primeira vez estimulou a realização de projetos culturais no âmbito da valorização do patrimônio cultural, do meio ambiente, direitos humanos e educação. O edital FAC Manutenção de Grupos e Espaços contemplou projetos de Grupos Artísticos e Espaços Culturais do DF, tendo como grande diferencial proporcionar aos grupos ou espaços contemplados a garantia de aporte de recursos durante dois anos consecutivos para manutenção e desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para sustentabilidade do trabalho de coletivos e espaços culturais. Fechando o bloco, o já tradicional edital FAC Áreas Culturais, disponibilizou linhas de apoio estruturadas em torno das diversas linguagens artísticas: Artes Visuais, Fotografia, Artesanato, Circo, Cultura Popular, Dança, Design e Moda, Livro e Leitura, Música, Ópera, Patrimônio, Radiodifusão e Teatro.

Outro fator relevante foi a sanção pelo governador, em dezembro de 2017, da Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal (LOC). Elaborada pelo Executivo em parceria com a sociedade, a Lei atendeu a uma demanda histórica da categoria de entes e agentes culturais. Entre os avanços da norma está o fortalecimento do FAC, com a garantia expressa de não contingenciamento do Fundo e indicação de calendário anual para os editais.

### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**004 – DIVERCIDADES: Potencializar as iniciativas culturais de grupos e comunidades historicamente desassistidas pelo Estado, principalmente na forma de premiações e no apoio aos projetos de espaços culturais denominados Pontos de Cultura e suas unidades de articulação e mobilização, dentro de uma política transversal de valorização e promoção da cidadania, do protagonismo e da diversidade cultural no DF.**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:**

**16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT**

## **ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

## Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	4	1	Ampliar a atuação junto aos grupos culturais historicamente excluídos, bem como nos territórios de vulnerabilidade, por meio de premiações, capacitações e realização/apoio a eventos culturais de base comunitária (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	2	Criar política de promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares, identitárias e tradicionais do DF; (SECULT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	3	Ampliar em 100% o investimento e o reconhecimento de espaços, pontos de cultura, redes e circuitos culturais, até 2019; (SECULT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	4	4			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	4	Ampliar em 30% o apoio a eventos, atividades e iniciativas culturais de base comunitária, até 2019; (SECULT)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	5	Reconhecer e fomentar iniciativas culturais voltadas para o reconhecimento, fomento e promoção da cultura LGBTQ (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	4	4			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	6	Produzir, entre 2016 e 2017, um mapa da diversidade cultural do Distrito Federal e Região Metropolitana, valorizando as expressões e manifestações culturais e suas identidades históricas e territoriais; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	7	Realizar 20 eventos culturais de base comunitária; e (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	8	Apoiar 80 Pontos de Cultura apoiados pela Secretaria de Cultura. (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	80	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	9	Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da realização e apoio a projetos específicos (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	10	Desenvolver e apoiar ações voltadas para o acesso e fruição da produção artística e cultural das pessoas com deficiência (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	11	Ampliar o acesso e o fomento à produção artística de jovens e crianças (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	12	Apoiar pesquisa, investigação e produção de conteúdos sobre o patrimônio cultural imaterial (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	13	Promover formação e qualificação para agentes culturais (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	4	14	Ampliar as atividades de estudo, pesquisa e base de dados relacionadas às expressões artísticas e culturais que compõem a diversidade cultural do DF e RIDE (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Ampliar a atuação junto aos grupos culturais historicamente excluídos, bem como nos territórios de vulnerabilidade, por meio de premiações, capacitações e realização/apoio a eventos culturais de base comunitária (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - Não houve realização. Objetivo não alcançado.

2017 - Não houve realização.

### **2. Criar política de promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares, identitárias e tradicionais do DF (SECULT);**

2016 - Não houve realização.

2017 - Não houve realização.

### **3. Ampliar em 100% o investimento e o reconhecimento de espaços, pontos de cultura, redes e circuitos culturais, até 2019 (SECULT);**

2016

Em 2016 realizaram-se o Circuito de Circo - com espetáculos circenses e workshops gratuitos nos dias 23, 24 e 25 de dezembro de 2016 em dez Regiões Administrativas: Ceilândia, Itapoã, Varjão, Planaltina, Estrutural, Samambaia, São Sebastião, Brazlândia, Recanto das Emas e Taguatinga (Areal); investimento: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); os espetáculos e workshops realizados conforme o proposto. Público: 1.500 pessoas;

- Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária: compreendeu um circuito com 03 feiras realizadas nas cidades de Brazlândia, Planaltina-DF e Formosa, uma feira em cada cidade, para comercialização de produtos e comidas típicas oriundas dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária do DF e Entorno e realização de mostras culturais. Paralelamente às feiras, foram realizadas atividades de debates, oficinas, seminários e palestras, com temas relacionados à agroecologia, segurança alimentar, economia solidária, entre outros, além de um circuito de mostras culturais relacionados ao universo da Reforma Agrária e do campo. Toda a programação das feiras foi gratuita e aberta ao público em geral do DF e Entorno e teve atividades para o público infantil, jovem e adulto. Aconteceu nos dias 09, 10 e 11 de dezembro;

- Circuito de Feiras do Livro do DF, com participação da Mala do Livro, no período de 28 a 31/03/2016, na Ceilândia e em Taguatinga, e de 01 a 27/04/2016 em várias cidades do DF.

- Circuito Internacional de Triathlon, no dia 14/05/2016, no SESC, com público de 500 pessoas. O objetivo da meta foi alcançado dentro do proposto.

2017 - Não houve realização.

### **4. Ampliar em 30% o apoio a eventos, atividades e iniciativas culturais de base comunitária, até 2019 (SECULT);**

2016 - Não houve realização. Objetivo não alcançado.

2017 - Não houve realização.

### **5. Reconhecer e fomentar iniciativas culturais voltadas para o reconhecimento, fomento e promoção da cultura LGBTQ (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

As iniciativas voltadas à valorização da cultura LGBT contaram com a realização das paradas em várias localidades do DF: 8ª Parada LGBT da Ceilândia - teve por tema: "Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT". Aconteceu no dia 21 de agosto, na Ceilândia Centro;

- 8ª Parada LGBT do Gama - O tema da edição de 2016 abordou a questão da importância da regulamentação de uma lei que criminalize a LGBT fobia no âmbito Distrito Federal: Minha vida, minha luta. Lei 2.615 já! A Parada aconteceu no dia 14 de agosto, no estacionamento do Estádio Bezerrão.

Conferência Conjunta dos Direitos Humanos - realizada de 9 a 13 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, reuniu quatro segmentos: direitos humanos, pessoas com deficiência, direitos da pessoa idosa, e LGBT. A Secretaria de Cultura apoiou a realização da Conferência Conjunta;

A classe foi contemplada com uma Conferência Conjunta dos Direitos Humanos - realizada de 9 a 13 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães que reuniu quatro segmentos: direitos humanos, pessoas com deficiência, direitos da pessoa idosa, e LGBT. A Secretaria de Cultura apoiou a realização da Conferência Conjunta.

-19ª Parada LGBT de Brasília - no dia 26 de junho, na Esplanada dos Ministérios. Tendas ofereciam apoio a vítimas de preconceito e testes rápidos de HIV. A concentração ocorreu no Congresso Nacional e teve um público aproximado de 15.000 pessoas.

2017 - Não houve realização.

**6. Produzir, entre 2016 e 2017, um mapa da diversidade cultural do Distrito Federal e Região Metropolitana, valorizando as expressões e manifestações culturais e suas identidades históricas e territoriais. (SECULT); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - Não houve realização.

2017 - Não houve realização.

**7. Realizar 20 eventos culturais de base comunitária (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Em 2016, foram realizados os seguintes eventos: Caravana Cultural Quilombos da Liberdade; Avivar Hip Hop - 9ª Edição; Festival de Cultura Namastê; Via Sacra dos Surdos; Ação Social Jovens com Atitude; Elemento 5; Metamorfose; Conferência Conjunta dos Direitos Humanos; Hip Hop Contra a Fome; Dia Mundial do Skate; Rock Ecologia; Seminário de Equidade de gênero nas Profissões da Cultura; Festival Hip Hop - Periferia 360º; 5ª Edição do Festival Sai da Lata; Exposição Multimídia Catadores de História – Reflexões sobre Lixo; Casa Abrigo – Dia das Crianças e Carnaval; Grito de Liberdade - espetáculo “Quilombos da Liberdade”; Dia da Consciência Negra; Duas Asas – Fase 1; Ballet Tradicional de Angola Nzinga Mbandi. Objetivo alcançado com êxito.

**8. Apoiar 80 Pontos de Cultura apoiados pela Secretaria de Cultura (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - Não houve realização. Objetivo não alcançado

**9. Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da realização e apoio a projetos específicos (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**10. Desenvolver e apoiar ações voltadas para o acesso e fruição da produção artística e cultural das pessoas com deficiência (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**11. Ampliar o acesso e o fomento à produção artística de jovens e crianças (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**12. Apoiar pesquisa, investigação e produção de conteúdos sobre o patrimônio cultural imaterial (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**13. Promover formação e qualificação para agentes culturais (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**14. Ampliar as atividades de estudo, pesquisa e base de dados relacionadas às expressões artísticas e culturais que compõem a diversidade cultural do DF e RIDE (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

2017 - Não houve realização.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1569	PREMIAÇÕES HONORÍFICAS COM RECURSOS DO FAC	UNIDADE	0	31/12/2016	10	0	70	70	80	90	SUFIC/SCDC / SECULT/ UO 16101 / OE 4
1570	ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADOS.	UNIDADE			12	42	150	0	200	250	SCDC / UO 16101 / OE 4
1571	AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS.	PESSOA			50	0	250	235	300	350	SCDC / UO 16101 / OE 4

**Justificativas 2016**

**Indicador 1569** - Premiação para as artes: não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. Objetivo não realizado.

**Indicador 1570** - Atividades apoiadas: Caravana Cultura Viva; Seminário de Acessibilidade Cultural; Gisberta; Caravana Cultural Quilombos da Liberdade; Boi nas Escolas - Salvaguardando o Patrimônio Cultural de Brasília; Avivar Hip Hop; Ação Social Jovens com Atitude; Brasília Junina; Paradas LGBT; Rock Ecologia Trilha Parque; ampliação da rede Pontos de Cultura e outros; objetivo alcançado superando o esperado.

**Indicador 1571** - Agentes capacitados: objetivo não alcançado; não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira.

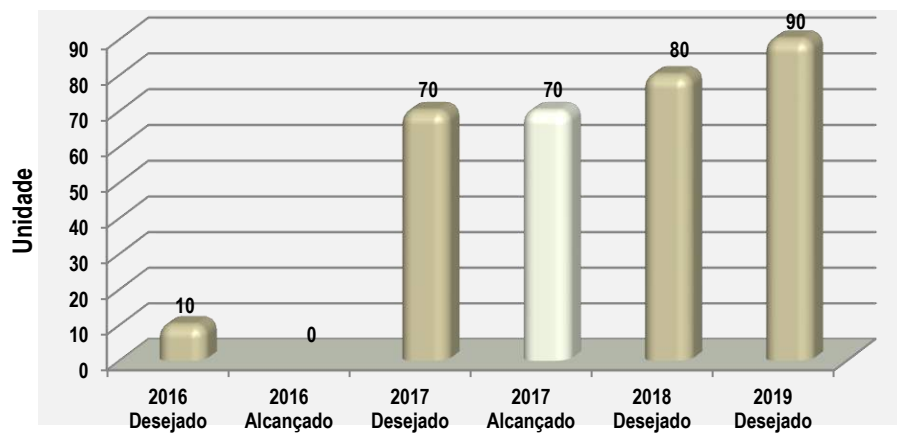
**Justificativas 2017**

**Indicador 1569** - Índice alcançado com sucesso, conforme previsto.

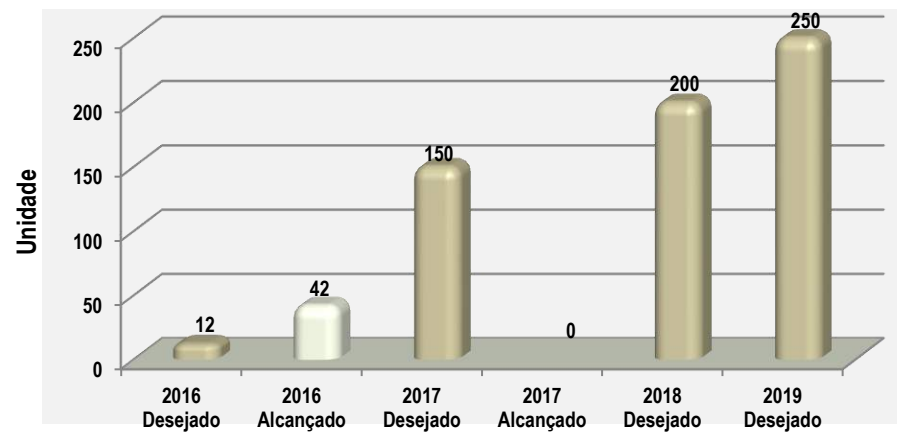
**Indicador 1570** - Não houve apoio por indisponibilidade orçamentária.

**Indicador 1571** - Índice parcialmente alcançado, porém com sucesso.

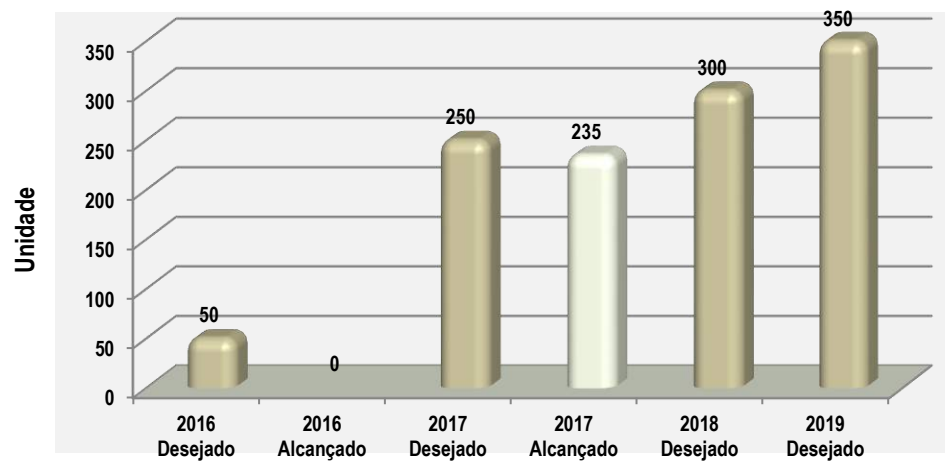
**PREMIAÇÕES HONORÍFICAS COM RECURSOS DO FAC**



**ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADOS.**



**AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS.**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	4	1	Formulação de Política Distrital de Acessibilidade Cultural e Arte Inclusiva (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Não houve. Elaboração completa lançamento em 2018.
6219	4	2	Formulação da Lei Cultura Viva DF (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Criada na LOC com previsão de publicação em 2018 juntamente com a portaria
6219	4	3	Formulação da Política de Equidade de Gêneros na Cultura (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Elaboração completa lançamento em 2018
6219	4	4	Elaboração de diagnóstico sobre a cadeia produtiva dos festejos juninos no DF e Entorno (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	-	2017 - Ação foi revogada, devendo ser excluída.
6219	4	5	Formulação de política de reconhecimento, promoção, difusão e fomento dos festejos juninos do DF e RIDE – Brasília Junina (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Publicação do Decreto nº 38.385/2017, torna público o edital da modalidade de fomento de premiação da comunidade cultural
6219	4	6	Formulação de política distrital para a cultura LGBTQ (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	-	2017 - Portaria nº 277 de 28/09/2017, posteriormente revogada
6219	4	7	Formulação de política distrital de proteção às culturas populares e tradicionais (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Em fase e de elaboração contratado executor para a realização do levantamento
6219	4	8	Realização de Encontro de Acessibilidade e Arte Inclusiva (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Não realizada, dependendo de orçamento
6219	4	9	Lançamento de edital voltado para a cultura LGBTQ (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Elaboração completa, lançamento em 2018
6219	4	10	Realização do Encontro dos Pontos de Cultura do DF (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	10	2017 - Realizada a Teia em abril de 2017
6219	4	11	Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro do DF e Entorno (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Não houve. Previsão para 2018.
6219	4	12	Realização de Seminário de Equidade de Gênero na Cultura – SEMINA (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Realizada em março 2017
6219	4	13	Realização de premiações para pontões e pontos de cultura do DF para as culturas populares, cultura LGBTQ, equidade de gêneros, cultura juventude, inclusão cultural da pessoa idosa e arte inclusiva (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 Elaboração completa, lançamento em 2018
6219	4	14	Apoio a projetos culturais que promovam a cidadania e a diversidade cultural (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - 32 Termos de Fomento em 2017
6219	4	15	Realização da programação do mês da consciência negra (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Realizada em novembro de 2017
6219	4	16	Realização de encontros de grafite do DF e RIDE (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Iniciadas reuniões em maio de 2017 para realização em 2018
6219	4	17	Realização do circuito Brasília Junina (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Realização do projeto Brasília Junina, de 16/06 a 23/07; apoio com estruturas e pagamento de cachês às quadrilhas juninas, nas diversas regiões administrativas do DF; contou com um público aproximado de 4.900 pessoas.



## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

No exercício 2016 aconteceram diversos projetos já previstos neste segmento, tais como:

- Caravana Cultural Quilombos da Liberdade - realizado durante o mês de novembro de 2016, o projeto aconteceu em escolas públicas das regiões administrativas de Samambaia, do Riacho Fundo I e II. A 5ª edição do projeto abordou a temática das manifestações culturais como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças e jovens a partir de oficinas práticas de capoeira, palestras sobre metodologias de aplicação e seus fundamentos, rodas de conversa temáticas, fóruns culturais, dentre outras atividades que buscaram, através da vivência da capoeira com os mestres, promover a cultura popular e integrar o processo de preservação e popularização dos Saberes e Fazeres culturais na formação de alunos dos níveis de ensino básico, fundamental e médio.

- Avivar Hip Hop - 9ª Edição - o evento reuniu representantes da cultura urbana, sobretudo representantes do segmento de Hip Hop Gospel, na Área Central de Santa Maria, em frente à Administração Regional. A atividade foi voltada para jovens em situação de vulnerabilidade social.

- Festival de Cultura Namastê - no dia 12 de junho na Funarte. O evento ofereceu apresentações musicais, oficinas diversas, foodtrucks, exposições, ações sociais e de consciência ambiental. A programação foi mais voltada para o rap, mas trouxe também cultura popular e MPB. As oficinas oferecidas foram em diversas áreas e linguagem, como na música, sustentabilidade, circo e terapias.

- Via Sacra dos Surdos - O teatro a céu aberto é todo encenado por atores surdos e tem tradução para Língua Portuguesa simultânea. Um espetáculo acessível e inclusivo, com diversos recursos de acessibilidade para pessoas com diferentes deficiências. Aconteceu no dia 02/04, na comunidade Obra de Maria, na Vila Cauhy, no Núcleo Bandeirante.

- Ação Social Jovens com Atitude - O evento aconteceu nos dias 18 e 25 junho, na Ceilândia, contemplando os segmentos da cultura urbana, em especial do movimento Hip Hop (Break, DJ, Graffiti e MC);

- Elemento 5 - realizou uma série de atividades na Ceilândia, por meio da reunião de artistas de várias partes do país para uma troca de saberes e oficinas dos elementos que compõem a cultura Hip Hop (Rap, Break, Graffiti e DJ), incluindo o basquete de rua. A iniciativa buscou, ainda, envolver diversos segmentos artísticos, tais como poesia, música e dança popular e urbana, em um grande sarau a fim de valorizar os artistas locais nesse intercâmbio com artistas de todo o Brasil. As atividades aconteceram entre os dias 7 e 19 de novembro;

- Metamorfose - projeto de restauração e revitalização dos 102 murais de arte no muro da Escola Pública CAIC UNESCO de São Sebastião, com temática de diversidade cultural, pintados em 2012. Os murais foram idealizados pelo artista plástico Chico Metamorfose e pintados de maneira colaborativa por participantes do Instituto Metamorfose Cidadão com Profissão, formado por artistas plásticos, jovens aprendizes e convidados. Os 462,60 metros lineares do muro resultaram na maior intervenção urbana com arte já realizada em São Sebastião. Através da restauração desta obra de arte pretende-se resgatar o vínculo com o espaço em São Sebastião e o compromisso com a preservação do patrimônio através da identificação da população com as obras;

- Hip Hop Contra a Fome - nos dias 08 e 09 de julho, no Taguaparque e no Estádio Serejão, em Taguatinga, com apresentações culturais, encontro automotivo, e uma edição do Lazer das Antigas dentro do projeto Hip Hop contra a Fome. Foram mais de 30 atrações de rap que se apresentaram dentro da programação.

- Dia Mundial do Skate – aconteceu no mês de junho no Museu Nacional, com apoio da Secretaria de Cultura. O evento contou com obstáculos para a prática do esporte e apresentações culturais para celebrar a data;

- Caravana das Histórias - apresentando “Histórias de Encantamento e de Respeito à Natureza e à Sabedoria”, a Caravana atendeu principalmente o público infantil, crianças de séries iniciais e as creches da rede pública do Distrito Federal. Foram 76 apresentações de contação de histórias em 26 dias, o que corresponde a 3.420 minutos contando e cantando histórias para cerca de 22.800 alunos em julho;

- II Mostra de Contadores de Histórias - realização entre os dias 03 e 09 de dezembro, voltada para o incentivo à leitura com base no trabalho dos contadores de histórias da Associação Amigos das Histórias e convidados, oferecendo ambiente e espaço para que a sociedade e o poder público comemorem, avaliem, qualifiquem e planejem ações e políticas voltadas para o incentivo à leitura no Distrito Federal;

- Rock Ecologia - Iniciativa da Secretaria de Cultura em convênio com o Ministério da Cultura que selecionou 20 bandas e coletivos de rock para se apresentar nos dias 18/09, 25/09 e 1 e 2/10 nos parques vivenciais localizados nas regiões administrativas de São Sebastião, Samambaia e da Ceilândia. Além de shows e atividades artísticas, foram realizadas oficinas de permacultura, material reciclável, brinquedos populares, plantio de mudas de árvores nativas do cerrado, entre outras ações. Todas as atividades foram gratuitas e abertas a todos os públicos;

- Seminário de Equidade de gênero nas Profissões da Cultura - aconteceu entre os dias 08 e 11/12 e contou com painéis, palestras e workshops na sala Cássia Eller, na Funarte e no Museu Nacional da República. Também compôs a programação a exposição Monólogos de Gênero, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) Brasília. O evento debateu os desafios encontrados pelas mulheres nas profissões relacionadas à cadeia produtiva da Cultura no Distrito Federal e de que maneira as desigualdades de gênero no mercado de trabalho refletem na cadeia produtiva da cultura, especialmente nas profissões técnicas;

- Festival Hip Hop - Periferia 360° - pelo Dia Mundial do Hip Hop, nos dias 11 e 12/11 com 15 dias de atividades, representando elementos do Hip Hop (Break, Grafite, MCs, DJs). A iniciativa contou com mais de 50 atrações entre bboys, grafiteiros, DJs, poetas e rappers de todo o país;

- 5ª Edição do Festival Sai da Lata - Nos dias 16 e 17/09, no Museu Nacional da República. Festival de artes integradas que celebrou a juventude e a diversidade cultural em Brasília, visando gerar, através da arte e da cultura, benefícios socioculturais. Público de 30.000 pessoas. Tem como objetivo defender e promover a juventude e a diversidade cultural em Brasília, divulgando as artes integradas por meio da economia criativa para conscientizar sobre temas de relevância: igualdade racial, valorização da cultura nacional, reciclagem, consumo dos recursos naturais, tecnologia e a sociabilização através da música;

- Exposição Multimídia Catadores de História – Reflexões sobre Lixo, Consumo e Impermanência - realizada entre os dias 15 e 30/09, no Museu Nacional da República. Trouxe temas como incineração x reciclagem, coleta seletiva x coleta seletiva solidária, logística reversa x logística perversa, tecnologias de tratamento de resíduos, mecanização x reciclagem popular, lixão x aterro sanitário, jovens catadores, etc. Vários objetos produzidos com a participação dos catadores compõem a mostra, conduzindo os visitantes ao universo da reciclagem;

- Casa Abrigo – Dia das Crianças e Carnaval - no dia 14/10 foram disponibilizados brinquedos infláveis e atividades lúdicas para celebrar o Dia das Crianças. Essa ação contou ainda com a discotecagem da DJ Donna. Teve brincadeiras como guerra de cotonetes, escorregador inflável, mesa de pebolim, e barraquinhas de pipoca, mini-cachorro-quente e algodão doce. Houve um baile de carnaval na instituição no dia 04/02 com DJ Donna nas pick-ups; o baile teve músicas de todos os estilos, mas principalmente Black Music, sua especialidade;

- Mossoró Dayo – evento da ancestralidade através da corporeidade, o grupo cultural Obará realizou uma nova temporada com o espetáculo que apresenta dança, teatro, cantos em iorubá e a música para falar das condições atuais da população negra e da cultura afro-brasileira. O espetáculo aconteceu nos dias 22 e 23/11 no teatro Ulysses Guimarães - UNIP (Asa Sul);

- Educarte, Roda de Cultura e Cidadania - promoveu acesso às fontes de cultura a 120 crianças, de 06 a 12 anos, de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social de São Sebastião-DF. Aconteceram oficinas de: artesanato; desenho e pintura; literatura e contação de histórias; rodas de músicas e brincadeiras tradicionais; dança e expressão corporal como forma de integração sociocultural entre os participantes e as famílias, a comunidade: 02 “saraus culturais” com a participação de artistas locais de distintas expressões culturais, estimulando a produção, valorização e difusão da cultura local de forma a possibilitar a fruição, o intercâmbio, a troca de saberes e a continuidade das tradições. O projeto durou 07(sete) meses;

- Grito de Liberdade - O espetáculo “Quilombos da Liberdade” passou por escolas públicas do DF promovendo manifestações culturais afro-brasileiras como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças e jovens. Houve oficinas práticas de capoeira; palestras sobre metodologias de aplicação e fundamentos; rodas de conversa; fóruns culturais, dentre outras atividades visando a preservação e popularização da cultura afro-brasileira nos níveis básico, fundamental e médio. Aconteceu entre abril e outubro em escolas dos Riachos Fundos I e II, Gama, Núcleo Bandeirante, da Ceilândia, Asa Sul e do Recanto das Emas. Na 5ª edição visou facilitar o acesso e valorizar a arte através de identificação com a cultura brasileira;

- Dia da Consciência Negra - no dia 20 de novembro, Ellen Oléria convidou Lazzo Matumbi e Paula Lima para uma apresentação histórica na Praça dos Orixás - Prainha, numa noite de valorização e promoção da cultura afro-brasileira;

- Duas Asas – Fase 1 – chamamento público, objetivou a seleção de artistas com vistas à prestação de serviços coordenador pedagógico, oficineiro, oficineiro assistente e grupos/artistas para realização das atividades previstas na primeira fase, realizada a partir de 03/11/2016 onde selecionarão 01 educador cultural, 01 oficineiro, 01 assistente e 01 artista;

- Ballet Tradicional de Angola Nzinga Mbandi – celebrando o 41º aniversário da independência da República de Angola, comemorado no dia 11/11. Promoção em parceria com a Embaixada da Angola, uma apresentação do grupo de ballet, o grupo divulga danças folclóricas de Angola: Kudima, Rainha Njinga, Força dos Indígenas, Muxiki, Chianda, Xinguilamento e Semba. Apresentaram acrobacias e números que incluem pirotecnia, tradicionais na cultura do país. O espetáculo foi no dia 09/11, na sala Plínio Marcos da Funarte;

- Seminário de Acessibilidade para Produtores - Voltado para produtores de atividades culturais do DF, objetivou apresentar as normas de acessibilidade aplicadas à cultura, explicar a Lei Brasileira de Inclusão e o seu impacto nas produções culturais do DF, bem como oferecer um panorama a respeito de acessibilidade cultural, arte inclusiva e assuntos relacionados. Aconteceu no dia 02 de março no Museu Nacional da República. O objetivo foi alcançado com êxito nas atividades propostas;

- Via Sacra de Planaltina - No intuito de realizar o maior espetáculo teatral a céu aberto do Brasil o Grupo Via Sacra ao Vivo apresenta a proposta para a 44ª Via Sacra ao Vivo que será realizada de 08 a 16 de abril na cidade de Planaltina-DF e no Morro da Capelinha;

- Quintas Culturais - Realização do projeto “Quinta Cultural”, uma ação semanal, que reúne apresentações artísticas, gastronomia e projetos sociais, durante 5 meses, no Setor Comercial Sul, em Brasília. O projeto, que contará com 20 edições em 2017, movimentará em cada uma de suas edições cerca de 600 pessoas, como trabalhadores do entorno, turistas e artistas, e busca a revitalização desses centros por meio da ocupação cultural e artística;

- Periferia 360 Oficinas - Promover e fomentar a cultura do HIP HOP, por meio de atividades formativas de debates, palestras e gravação em estúdios, envolvendo 4 cidades de diferentes regiões do Distrito Federal com a finalidade despertar novos talentos, formar plateias e sensibilizar a juventude a se comprometer com os movimentos de protesto e denúncia;

- Educarte - Promover o efetivo acesso às fontes de cultura a 120 (cento e vinte) crianças, 06 a 12 anos, oriundas de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social da Região Administrativa de São Sebastião-DF, por meio de oficinas de artesanato, desenho e pintura, literatura e contação de histórias, rodas de músicas e brincadeiras tradicionais e, dança e expressão corporal, de forma que tenham acesso a essas manifestações culturais, valorização assim a identidade cultural da região;

- 9ª Parada LGBT Gama - As Paradas são eventos, realizados a partir da mobilização dos grupos organizados da sociedade civil, engajados na promoção dos direitos de LGBT, com intuito de chamar a atenção da sociedade brasileira tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que objetivam estimular a rediscussão de valores, a recomposição do campo político e a ampliação dos direitos sociais e civis dos LGBT;

- Quilombos da Liberdade - O Projeto – QUILOMBOS DA LIBERDADE – IDENTIDADE realizado pelo Centro Cultural e Social Grito de Liberdade - Mestre Cobra, trata-se da circulação do espetáculo artístico – cultural QUILOMBOS DA LIBERDADE em escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, integrando o processo de preservação e popularização dos Saberes e Fazeres culturais na formação de alunos dos níveis de ensino: básico, fundamental e médio;

- XVII Encontro de Violeiros - O Encontro de Violeiros de 2017 chega em sua 17ª edição para celebrar a semana nacional do folclore, tendo como ícone um dos grandes folcloristas do Brasil, o artista e violeiro Cornélio Pires. Em paralelo o Clube do Violeiro, articulado com a Associação Nacional dos Violeiros e Violeiros do Brasil está em articulação com a Câmara Federal para poder instituir o dia nacional da viola e música caipira no dia 22 de julho;

- 10ª Aviva Hip Hop - A décima edição do Aviva Hip Hop será realizado na cidade de Santa Maria, no estacionamento da Administração Regional e no ginásio de esportes da Praça Central, sendo que no dia 27 de agosto acontecerão apresentações musicais com artistas de várias regiões do Brasil e de 28 de agosto à 29 de setembro haverá a elaboração de um documentário intitulado Voz de Rua;

- Projeto Instituto ACESSO - Realização de 05 (cinco) oficinas culturais nas modalidades de: dança do ventre, balé infantil, hip-hop/breaking, forró e violão popular beneficiando diretamente 100 (cem) pessoas pelo período de 06 (seis) meses facilitando a população, especialmente às crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos o livre e efetivo acesso às fontes de cultura, por meio de ações capazes de incentivar e estimular a produção e a difusão cultural e artística regional, bem como a troca de experiências e vivências através da dança e música valorizando as expressões e vocações socioculturais da comunidade de forma a possibilitar à difusão de ideias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da população;

- Caravana das Histórias - Contribuir para a qualificação do ambiente escolar com a itinerância de espetáculos de contação de histórias, especialmente desenvolvidos para escolas e creches das RA's de Planaltina, Guará, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Cruzeiro, Brazlândia e Gama;

- Noite Cultural T-Bone - A Noite Cultural T-Bone é um evento tradicional da cidade que já completa 19 anos de existência, com a primeira edição realizada em 1998. Faz parte do Calendário Cultural oficial do Distrito Federal (Lei nº. 3.193, de 25 de setembro de 2003) e tem apoio da Secretaria de Cultura do DF e da Administração Regional de Brasília. É um projeto cultural multilinguagem, que reúne música, poesia e artes cênicas em uma programação que contempla toda a família, realizado ao ar livre, em espaço público, com acesso totalmente gratuito, contribuindo assim para a democratização do acesso à arte e à cultura;

- Círculo de Samba - O projeto Cultural GRUVIPI Círculo do Samba 2017 tem a finalidade de valorizar a história social do samba a partir do resgate da nossa memória musical e tem o objetivo de despertar e desenvolver a integração social, o bem-estar e a construção de uma cultura de paz e fortalecimento da autoestima. Com a intenção de promover inovar, divertir, interagir o sociocultural para toda a família que é à base da sociedade;

- Feira Cultural de Ceilândia - Promover a realização de 03 (três) eventos com espetáculos diversos no intuito de afirmar a identidade cultural de Ceilândia por meio da produção artística de grupos de diversos segmentos atuantes em Ceilândia;

- 10 anos de samba - Realização de 05 apresentações descentralizadas em sedes de 5 Escolas de Samba do DF e entorno;

- Eventos Culturais (ASDAS) - Os Eventos Culturais do Grupo Arte Luta Brasil de Capoeira (ASDAS) o Encontro Feminino e o Batizado e Troca de Cordas são fruto de um trabalho realizado há mais de quinze anos com crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas com necessidades especiais e, sobretudo, com aqueles em situação de vulnerabilidade social;

- Elemento 5 - A realização do ELEMENTO 05 - PROJETO VILA DOS SONHOS que pretende reunir Arte Educadores para oferecer através de oficinas o ensino da arte para alunos egressos e não egressos de escola pública ou de escola particular se assim a organização do projeto desejar. Os elementos do hip hop estarão inclusos nas atividades a serem ministradas agregando outras artes como parte das oficinas. Realização de um seminário cultural e a realização de um evento de caráter SARAU na cidade de Ceilândia;

- Festival São Batuque - Celebrar a diversidade e riqueza do batuque brasileiro com um festejo que proporciona à vivência coletiva do trabalho, do entretenimento e da formação de cidadãos que valorizam o tambor, e suas tradições e técnicas de toques, por meio da realização do X São Batuque a festa, contando parte da história/memória construída com instrumentos percussivos, mediante o oferecimento do evento com entrada e as atividades franqueadas ao público e classificação indicativa livre;

- 1º Festival de viola caipira do cerrado - O Festival de Viola Caipira do Cerrado será realizado na intenção de difundir a cultura da música caipira em uma cidade do Distrito Federal que não tenha a cultura da viola tão forte quanto nas regiões administrativas de Brazlândia e Planaltina;

- Oficina das Artes - O Instituto José Maurício (JoMa) é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado e interesse público. Criado no ano de 2009 por iniciativa de pais e artistas da comunidade de São Sebastião, que vem desde então desenvolvendo no Distrito Federal, os grupos Canarinhos de Brasília, Camerata José Maurício, grupo de Teatro e de Dança, e assim buscam oferecer um aprimoramento artístico na comunidade. O processo artístico desenvolvido pelo JoMa é oferecido de forma gratuita aos nossos bolsistas, os quais são orientados por artistas profissionais das mais diversas qualificações, bem como por meio do voluntariado; tendo assim obtido, resultados promissores ao conduzir os nossos alunos as universidades, bandas militares, orquestras de câmara e sinfônicas e grupos culturais;

- Festival Periferia 360 - Promover e fomentar a cultura do HIP HOP, por meio do Festival Periferia 360 com 02 dias de vasta programação de música, dança, grafite e hip hop, promovendo a arte urbana de periferia de Brasília para um público de 15 mil pessoas. O Festival será realizado no estacionamento do Estádio Serejinha em Taguatinga;
- Hip Hop Contra a Fome - O Projeto Hip Hop Contra a Fome: Isso Sim é Ser Solidário já realizou 10 edições em várias cidades do Distrito Federal dentre elas Planaltina, Sobradinho, Taguatinga e Ceilândia;
- Um Som pela Comunidade - O projeto UM SOM COM A COMUNIDADE é uma proposta da ABNS - ASSOCIAÇÃO BATERIA NOTA SHOW com o propósito de oferecer a crianças, adolescentes e adultos oficinas de Dança e Capoeira e iniciação musical, de maneira que os mesmos possam deslumbrar qualificação para a inserção no mercado de trabalho;
- Na Feira Tem Cultura Nordestina - O Projeto “Na Feira tem Cultura Nordestina Viola, Coco de Embolada e Sanfona – Poesia e Pé de serra nas Feiras da Ceilândia” consiste na apresentação de espetáculos musicais e teatrais nas três maiores feiras da Cidade de Ceilândia, em três domingos consecutivos, levando para cada feira 8 (oito) atrações (Cinco trios de Forró de pé de serra, uma dupla de repentistas, uma dupla de coco de embolada e um grupo de teatro de mamulengo) além de uma apresentação coletiva que será um rodão de sanfona composto por no mínimo 20 sanfoneiros;
- Campeonato de Stylos - Promover e fomentar a cultura de DANÇAS URBANAS, por meio do “Campeonato de Stylos”, Atividades Sociais do “Arte Cultura e Cidadania” em 03 dias de vasta programação de música e dança promovendo arte urbana de vários estilos com Interserviços Culturais, Oficinas para um público estimado em três mil pessoas;
- Desfile Beleza Negra - O Desfile Beleza Negra pretende oferecer oficinas gratuitas e um desfile apresentando as possibilidades das nuances fashion e comercial para o público negro, promover a inclusão social, resgatar jovens e adolescentes do ócio, das ruas, do trauma, do bullying, e dessa forma melhorar a autoestima rumo à construção da cidadania;
- Dia da Diversidade Cultural de Luta Contra a AIDS - Dia da Diversidade Cultural de Luta contra HIV/AIDS; - Encontro Cultural de Hip Hop - O presente projeto visa a promover e fomentar a cultura com realização de um evento aonde serão desenvolvidas atividades culturais e esportivas, sendo elas: 1) Batalha de rima; 2) Apresentações de break dance; 3) e skate, mini-rampa para apresentações de manobras; 4) Encontro de equipes de flashback 5) Encontro 3x3 de basquete de rua e 6) Apresentações musicais do gênero Rap. O evento terá duração de 1 dia, totalizando 12 horas, sendo as atividades disponíveis gratuitamente para a comunidade;
- A Roda de Samba vai a Escola - Realizar o projeto A Roda de Samba Vai à Escola com a semana cultural do samba, com realização de Oficinas, Palestras e Apresentações em quatro escolas públicas da Região Administrativa de São Sebastião no período entre 04/12/2017 à 15/12/2017;
- PARADAS DO ORGULHO LGBT /2017 - Realização da 9ª Parada do Orgulho LGBT na Ceilândia/DF – dia 19 de novembro de 2017 no local Praça do Trabalhador (ao lado da Administração da Ceilândia) e horário 14 às 00h; Realização da 4ª Parada do Orgulho LGBT do Guará/DF – dia 26 de novembro de 2017 no local AO LADO DO Estacionamento do Cave (ao lado da Feira Permanente) e horário das 14h às 00h;
- Folia a Reis - Realização da 16ª edição do Encontro de Folia de Reis do DF, que acontece na Casa do Cantador, em Ceilândia, e reúne 15 grupos e 300 foliões do DF e Entorno, e também de outros Estados. É um projeto que promove a divulgação e a valorização das manifestações artísticas agregadas às folias de reis, atuando como um instrumento de interface entre diferentes grupos e suas músicas, danças e performances, em uma valorização dos mestres e das mestras de cultura popular e a convivência destes com as novas gerações. Conta ainda com apresentações de espetáculos musicais que se relacionem à cultura caipira, bem como cavalgada de tropeiros, oficinas, rodas de prosa e exposição de elementos ligados às Folias;
- Festival de Música Gospel - Posicionar o estilo de linguagem cristã no resgate de valores sociais, tendo como fio condutor, a música, as expressões da palavra, da musicalidade, da oralidade, da poesia e das expressões com objetivo final em alegrar e contribuir na transformação de vidas com propósito de levar a felicidade.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**005 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL:** Promover a eficácia dos serviços públicos de cultura, por meio da modernização da gestão cultural e de políticas permanentes de valorização dos servidores públicos, bem como dos serviços prestados diretamente à população, com foco na avaliação de resultados e no fortalecimento das políticas do setor cultural sob a ótica de Estado e na inclusão de cultura como base essencial para o desenvolvimento pleno da Capital brasileira.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

**16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	5	1	Implementação do Sistema de Indicadores e Informações Culturais SIIC-DF (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	2	Modernização da rede de equipamentos e informação da Secretaria de Cultura, para desenvolvimento e programação de plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	3	Realização de Pré-Conferências Regionais em 4 macrorregiões do Distrito Federal (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	4	Lançamento da plataforma SIIC DF [2017] - caravana de cadastramento dos agentes, equipamentos culturais e ações culturais continuadas no SIIC DF; Articulação de Rede de Informações, Dados e Indicadores Culturais do Distrito Federal para continuidade de pesquisa e produção de material passível de ser substrato dos planejamentos em gestão estratégica e políticas culturais do Distrito Federal; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	5	Realização da V Conferência Distrital de Cultura [2017]; (SECULT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	6	Participação na IV Conferência Nacional de Cultura [2017]; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	7	Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para avaliação das metas do Plano de Cultura do Distrito Federal durante a gestão [2018]. (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	X	X	X	X	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	8	Eleição de 31 Conselhos Regionais de Cultura (SECULT)	31	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	5	9	Institucionalização e fortalecimento dos Colegiados Setoriais de Cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	10	Fortalecimento e modernização do Conselho de Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	11	Autorização para criação da Fundação das Artes do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	12	Autorização para criação da Fundação do Patrimônio do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	13	Formulação e aprovação do Sistema de Arte e Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	14	Formulação e aprovação do Plano de Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	15	Formulação das metas e indicadores do Plano de Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	16	Realizar Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para coleta de informações para formulação do Sistema e Plano de Cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	17	Desenvolver e implantar plataforma colaborativa, em código aberto, sobre a cultura do DF, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	18	Mobilizar agentes culturais, tanto do poder público quanto da sociedade civil, para a inclusão continuada de dados na plataforma de mapeamento sobre ações, agentes e equipamentos culturais no DF e RIDE (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	19	Institucionalização da política de informações culturais, com proposta de carteira de indicadores sobre a cultura do DF (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	20	Instituir instrumentos de modernização da gestão e financiamento dos equipamentos culturais do DF (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6219	CAPITAL CULTURAL	5	21	Garantir o pleno funcionamento dos espaços públicos e independentes de cultura do Distrito Federal (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Implementação do Sistema de Indicadores e Informações Culturais SIIC-DF (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - Não houve realização pela grande demanda de atividades.

2017 - Não houve realização.

**2. Modernização da rede de equipamentos e informação da Secretaria de Cultura, para desenvolvimento e programação de plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil; (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - O projeto de modernização da rede de informática encontra-se em andamento, ainda não concluído.

**3. Realização de Pré-Conferências Regionais em 4 macrorregiões do Distrito Federal (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016 - Não houve realização.

2017 - Não houve realização.

**4. Lançamento da plataforma SIIC DF [2017] - caravana de cadastramento dos agentes, equipamentos culturais e ações culturais continuadas no SIIC DF; Articulação de Rede de Informações, Dados e Indicadores Culturais do Distrito Federal para continuidade de pesquisa e produção de material passível de ser substrato dos planejamentos em gestão estratégica e políticas culturais do Distrito Federal; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

2016 - Projetos em andamento para ampliar a realização englobando o máximo de ações, daí o motivo pelo qual não houve realização. Objetivo não alcançado.

**5. Realização da V Conferência Distrital de Cultura [2017] (SECULT);**

2016 - Projeto em aprimoramento para realização; motivo pelo qual não houve realização. Objetivo não alcançado.

2017 - Não houve realização..

**6. Participação na IV Conferência Nacional de Cultura [2017] (SECULT) e Eleição de 31 Conselhos Regionais de Cultura (SECULT);**

2016

Projeto em estudo para ampliar a participação da Secretaria de Estado de Cultura em eventos de âmbito nacional levando a cultura do DF a outros estados. Objetivo não alcançado.

**7. Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para avaliação das metas do Plano de Cultura do Distrito Federal durante a gestão [2018]. (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

2016

Em 2016, aconteceram reuniões mensais sobre Diálogos Culturais, ocasião em que Gerentes de Cultura disponibilizaram apoio presencial e virtual aos gerentes de cultura na inserção dos dados na plataforma, cumprindo-se as metas do Plano de Cultura do Distrito Federal, em 10%, em parceria com a CODEPLAN.

**8. Eleição de 31 Conselhos Regionais de Cultura (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**9. Institucionalização e fortalecimento dos Colegiados Setoriais de Cultura (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.

**10. Fortalecimento e modernização do Conselho de Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017 - Não houve realização.



- 11. Autorização para criação da Fundação das Artes do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 12. Autorização para criação da Fundação do Patrimônio do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 13. Formulação e aprovação do Sistema de Arte e Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 14. Formulação e aprovação do Plano de Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 15. Formulação das metas e indicadores do Plano de Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 16. Realizar Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para coleta de informações para formulação do Sistema e Plano de Cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 17. Desenvolver e implantar plataforma colaborativa, em código aberto, sobre a cultura do DF, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 18. Mobilizar agentes culturais, tanto do poder público quanto da sociedade civil, para a inclusão continuada de dados na plataforma de mapeamento sobre ações, agentes e equipamentos culturais no DF e RIDE (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 19. Institucionalização da política de informações culturais, com proposta de carteira de indicadores sobre a cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 20. Instituir instrumentos de modernização da gestão e financiamento dos equipamentos culturais do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**  
2017 - Não houve realização.
- 21. Garantir o pleno funcionamento dos espaços públicos e independentes de cultura do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**  
2017 - Não houve realização.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1574	INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PUBLICADOS	UNIDADE			10	0	15	15	15	15	GAB/AJL/SECULT/ UO 16101 /OE 5
1575	IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA	UNIDADE	10	31/07/2015	20	0	31	28	0	0	SECULT; SAD REL INST SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 16101 / OE 5
1750	AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO SIIC	UNIDADE	0	31/07/2017	-		500	500	1000	1000	SPDPC/SECULT/U 16101/OE 5

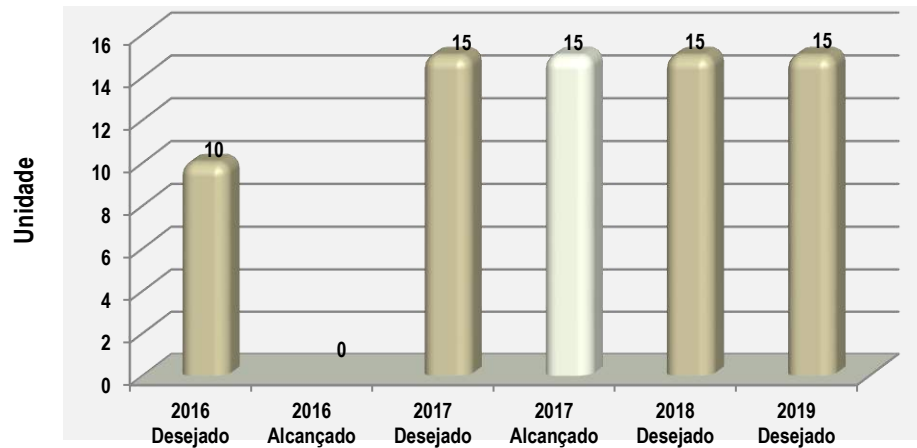
### Justificativas 2017

**Indicador 1574** - Índice alcançado com sucesso.

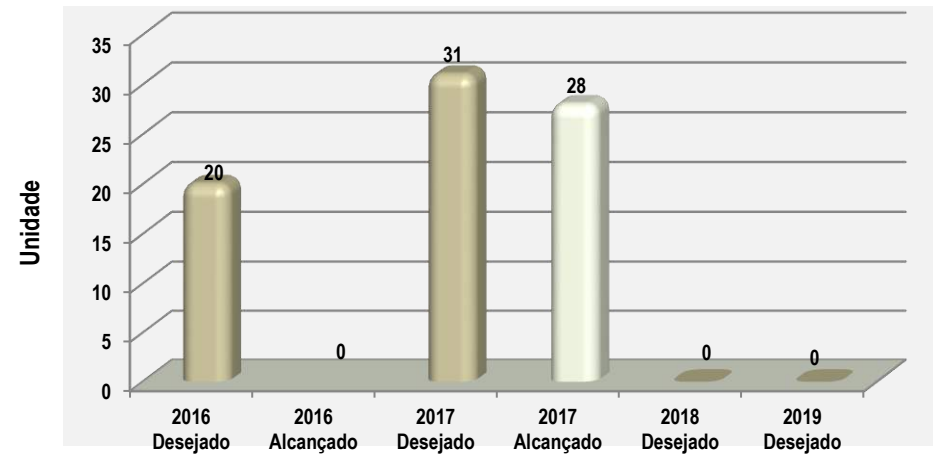
**Indicador 1575** - Não foram instituídos ainda 3 (três) Conselhos Regionais de Cultura: em Taguatinga e na Candangolândia, por manifestação da área cultural quanto à participação de membros culturais não moradores das duas regiões administrativas, mas que exercem atividades nessas. Portanto, aguardando nova resolução da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEC para dar continuidade ao processo. A solicitação foi feita pelo Conselho de Cultura - CCDF; na RA do SIA não houve seminário nem eleição por falta de inscrições.

**Indicador 1750** - Objetivo alcançado com sucesso.

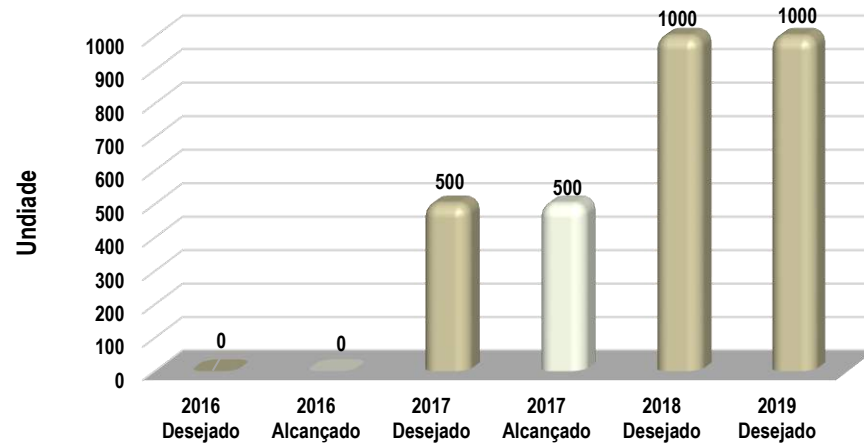
**INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICOS**



**IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA**



**AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO SIIC**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	5	1	Parcerias com os órgãos CODEPLAN, IBGE, IPEA, OBCULT, OBEC, MINC, SERIS, SEE, Administrações Regionais, bem como instituições da sociedade civil voltadas para plataformas para políticas e indicadores culturais; (SECULT)	16101	0	2017 - Não houve realização.
6219	5	2	Finalização da proposta de Lei Geral da Cultura e encaminhamento para aprovação da Câmara Legislativa [2016]; (SECULT) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	X	2016 - Implementação do LOC – lei Orgânica da Cultura que institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural".
6219	5	3	Elaboração de planejamento estratégico para implementação das metas do Plano [2016]; (SECULT) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	X	
6219	5	4	Revisão do planejamento estratégico de implementação do Plano a partir dos anos publicados [2019]. (SECULT) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	X	
6219	5	5	Avaliação, implementação e acompanhamento de políticas de infraestrutura, gestão e programação dos espaços culturais públicos e independentes do Distrito Federal <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	0	2017 - Não houve realização..

**OBJETIVO ESTRATÉGICO: Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.**

**PROGRAMA TÊMÁTICO:  
6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER**

**OBJETIVO GERAL:**

Garantir à sociedade brasileira o acesso à prática esportiva educacional, de participação, de rendimento e lazer, com vistas na promoção de vida saudável, redução das desigualdades sociais e democratização do acesso às atividades esportivas e de lazer.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 04 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

**34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL**

**001 – ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO E LAZER:** Promover e desenvolver a prática de atividade física em busca de uma vida saudável por meio do Esporte de Participação e Lazer em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, por meio de ações de fomento às práticas esportivas, atividades físicas de lazer, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos.

**002 – ESPORTE EDUCACIONAL:** Ampliar as ações voltadas ao Esporte Educacional por meio do desenvolvimento e o incentivo à qualificação profissional, provimento de equipamentos (escolas, centros esportivos, Centros Olímpicos e Paraolímpicos e áreas esportivas das Regiões Administrativas), acessibilidade, serviço e recurso às pessoas com deficiência, bem como, realização de eventos esportivos educacionais.

**003 – ESPORTE DE RENDIMENTO:** Potencializar, ampliar e apoiar os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal de Esporte de Rendimento por meio da qualificação profissional, maior participação de atletas em competições, provendo de equipamentos de treino e competição, fortalecendo a relação dos atores esportivos e sociedade, escolas, universidades, instituições de administração do esporte e empresas, incentivando a realização de estudo, pesquisa e oferecendo suporte multiprofissional.

**004 - GESTÃO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER:** Qualificar e capacitar a comunidade esportiva, promover estudo e pesquisa com vistas a contribuir para o desenvolvimento esportivo e paraesportivo. Implantar nas Regiões Administrativas, estrutura para o desenvolvimento do esporte e lazer, com acessibilidade, permitindo, dessa forma, a plena participação social, com qualidade e segurança.

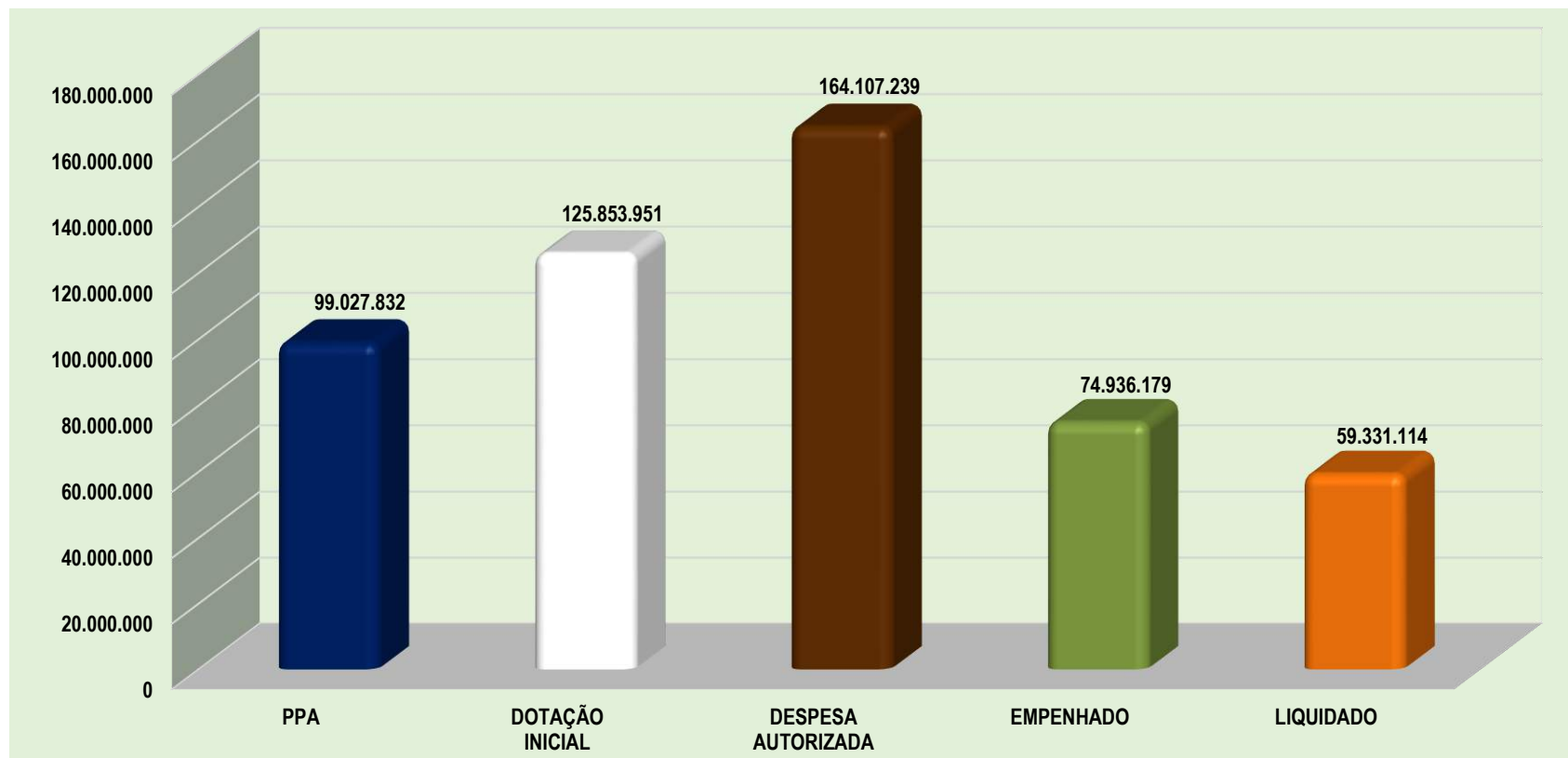
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)**

<b>AÇÃO</b>	<b>PPA</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DESPESA AUTORIZADA</b>	<b>EMPENHADO</b>	<b>LIQUIDADO</b>	<b>% EMP/ PPA</b>	<b>% LIQ/ PPA</b>
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	420.000	0	0	0	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	5.332.001	10.046.278	10.239.831	4.605.080	887.869	86	17
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	0	10.000	10.000	0	0	-	-
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.489.001	3.389.955	965.002	563.821	112.820	13	3
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.500.000	1.510.000	25.390.270	0	0	0	0
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	2.234.340	3.800.000	7.185.778	1.308.281	813.233	59	36
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	2.094.100	3.550.418	4.188.964	2.865.930	2.680.506	137	128
2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	105.000	15.000	1	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	420.000	0	0	0	0	0	0
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	871.097	1.730.000	6.501.714	6.288.004	5.128.961	722	589
2875 - (EP)PROJETO BOLEIROS	5.500.000	0	0	0	0	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	4.539.754	898.422	6.682.292	0	0	0	0
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	611.000	1.270.000	546.000	0	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	1.594.200	5.406.000	1.014.827	490.350	349.796	31	22
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	100.000	18.000.000	13.150.000	0	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	105.000	15.000	1	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	1.887.849	6.438.871	3.947.344	1.586.162	1.254.673	84	66
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	0	10.000	10.000	0	0	-	-
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	250.000	884.000	5.032.436	4.879.039	4.830.966	1.952	1.932
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	6.670.442	2.830.303	3.202.908	859.986	520.112	13	8
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.630.009	6.470.861	3.340.865	2.944.057	2.431.638	181	149
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	5.104.386	6.546.000	4.087.431	2.480.014	836.100	49	16
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	33.171.244	29.961.712	39.176.674	36.675.232	32.104.789	111	97
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	94.343	10.000	10.000	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	2.066.984	5.695.795	7.974.231	4.879.119	3.204.190	236	155
4091 - APOIO A PROJETOS	3.448.743	5.165.020	4.780.250	400.720	400.720	12	12
4092 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	525.750	50.000	0	0	0	0	0
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2.451.750	2.316.000	2.471.702	2.422.965	2.088.754	99	85

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
4177 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS	110.000	50.000	50.000	0	0	0	0
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	10.500	110.000	1	0	0	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	835.000	18.556	1	0	0	0	0
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	2.605.000	3.600.000	8.504.626	0	0	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	3.370.000	2.695.760	2.358.999	0	0	0	0
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	1.880.339	3.360.000	3.285.090	1.687.419	1.685.987	90	90
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>94.427.832</b>	<b>106.323.951</b>	<b>125.546.969</b>	<b>74.936.179</b>	<b>59.331.114</b>	<b>79</b>	<b>63</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>4.600.000</b>	<b>19.530.000</b>	<b>38.560.270</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6206</b>	<b>99.027.832</b>	<b>125.853.951</b>	<b>164.107.239</b>	<b>74.936.179</b>	<b>59.331.114</b>	<b>76</b>	<b>60</b>

Obs¹: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (22.101 – SINESP ; 22.201 – NOVACAP; 28.106; 34.101 – SETUL e 34.902 – FAE).

### PROGRAMA 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER (Valores em R\$)





**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

001 – ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO E LAZER: Promover e desenvolver a prática de atividade física em busca de uma vida saudável por meio do Esporte de Participação e Lazer em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, por meio de ações de fomento às práticas esportivas, atividades físicas de lazer, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	1	Realizar 28 etapas do Circuito de Lazer (SETUL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	28	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	10	3			13	46,4%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	2	Realizar 40 etapas do Circuito de Corridas/Ciclismo; (SETUL)	40	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	6	6			12	30,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	3	Realizar 04 Jogos da Cidade, tornando o Evento parte do Calendário Esportivo da Cidade; (SETUL)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	1			2	50,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	4	Ampliar em 20% o número de jogos do Projeto Boleiros; (SETUL)	20	%	ANUAL	MAIOR, MELHOR	5	5			10	50,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	5	Implantar o Projeto de Esporte de Vizinhança em 20 escolas; (SETUL)	20	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	5	2			7	35,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	6	Realizar 36 Etapas do Projeto Atividades Física Orientada; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	36	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	10	X	X	X	10	27,8%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Realizar 28 etapas do Circuito de Lazer (SETUL). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Diante da importância de ampliar o número de projetos e eventos esportivos no Distrito Federal e, assim melhorar a qualidade de vida e do bem-estar dos participantes, bem como incentivar a prática regular de atividades físicas, a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, promoveu o Projeto Circuito de Lazer, voltado ao Esporte de Participação, nos espaços públicos do Distrito Federal, explorando locais de maior concentração popular, visando à democratização do acesso ao esporte e lazer nas Regiões Administrativas.

Em 2016 foram realizadas 10 etapas do Projeto, durante os circuitos são realizadas atividades voltadas para criança, adolescente, adulto, idosos e pessoas com deficiência, as atividades são desenvolvidas de acordo com o perfil cada Região e local disponibilizado. Outra forma de explorar os espaços públicos foi o apoio ao programa “Brasília nos Parques” realizado em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente.

**2017**

Desenvolver o Esporte de Participação e Lazer, promovendo mais saúde e vida saudável aos brasilienses e, entendendo a importância do lazer e das práticas da atividade física como fator de integração social, em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal. Para isso foram realizadas ações do Projeto Circuito de Lazer, nos espaços públicos do Distrito Federal, sendo atendidas 495 pessoas.

### **2. Realizar 40 etapas do Circuito de Corridas/Ciclismo (SETUL);**

**2016**

O projeto Circuito de Corridas e Ciclismo é realizado pela Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer com apoio aos diversos Órgãos do Governo de Brasília. Todas as etapas são programadas e contam com a participação, também, de idosos e pessoas com deficiência. As atividades são realizadas de acordo com o calendário de temas transversais e eventos importantes para o DF. O objetivo da parceria com outros Órgãos do Governo de Brasília é realizar de forma transversal temas e datas importantes para a cidade, como por exemplo, “outubro rosa”, “novembro azul” dentre outras campanhas de conscientização da população. O circuito de corridas de rua tem o intuito de estimular a prática de atividades físicas, o desenvolvimento de uma vida saudável, assim como o exercício da cidadania, realizados como dito, com enfoque em cada temática abordada. As principais corridas de rua no DF são realizadas no Plano Piloto. Em 2016 foram realizadas 05 etapas do Circuito de Corridas: primeira etapa em 31/01/2016 com a Corrida de Reis, que contou com 8.000 inscritos; a segunda em 19/03/2016, realizada no parque da cidade, cujo tema foi “Corrida da Paz”, a qual contou com 1.000 inscritos; a terceira etapa foi realizada no dia 15/05/2016, no Eixão Norte, obteve 1.000 inscritos e o tema foi 2ª Corrida do Gari; e a quarta e quinta etapas foram realizadas no dia 29/05/2016, com o tema “Corrida Tiradentes pela Cidadania”, e alcançou 2.000 inscritos. No exercício de 2016 foi realizada uma etapa do circuito de ciclismo no dia 06 de novembro com a participação de 500 atletas.

**2017**

Com intuito de estimular a prática esportiva, foram realizadas 6 etapas do Circuito de corridas: a 1ª. Etapa, Corrida de Reis que contou com 8.000 inscritos; 2ª Etapa, Corrida do Trabalhador, 2.000 inscritos; 3ª Etapa, O Gari mais Veloz, 2.000 inscritos; 4ª Etapa, Corrida Tiradentes, 2.000 inscritos; 5ª Etapa, maio Amarelo DER, 1.000 inscritos e 6ª Etapa, Virada do Cerrado com 1000 inscritos.

### **3. Realizar 04 Jogos da Cidade, tornando o Evento parte do Calendário Esportivo da Cidade (SETUL);**

**2016**

Os Jogos Abertos de Brasília têm como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte. Participaram das competições atletas e paratletas, com idade acima de 16 anos, representando as Regiões Administrativas. As modalidades dos Jogos são: atletismo, judô, natação, basquetebol, handebol, tênis de mesa, futsal e voleibol nas categorias feminino e masculino, as modalidades adaptadas são: tênis de mesa, atletismo e natação. Realizado em novembro de 2016, a 2ª edição dos Jogos, ocorreu no período de 19 novembro a 04 de dezembro de 2016. Participaram das competições 3.200 atletas sendo que 197 são paratletas, representando 20 regiões administrativas.

**2017**

Realizado em maio, a 3ª edição dos Jogos Abertos de Brasília, teve como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte. As competições foram realizadas no período de 11 a 28 de maio. Participaram das competições 2.580 nas modalidades coletivas e 210 nas individuais as disputas ocorrem em nove modalidades olímpicas (atletismo, judô, ciclismo, natação, tênis de mesa, basquetebol, futsal, handebol e voleibol) e quatro paralímpicas (basquete em cadeira de rodas, atletismo, natação e tênis de mesa) com premiação para todas.

#### **4. Ampliar em 20% o número de jogos do Projeto Boleiros (SETUL);**

**2016**

O Projeto Boleiros tem como finalidade fomentar e apoiar o desenvolvimento do esporte amador, praticado em qualquer região administrativa do Distrito Federal. O apoio é concedido a entidades sem fins lucrativos (ligas ou associações) por meio da disponibilização de serviços de arbitragem, premiação e a compra de material de estrutura básica (bolas, redes, coletes e formulários de súmula). A partir de 2017 será realizado atendimento a pessoas com deficiência, pois a modalidades paralímpica foi incluída na Lei nº 5.649, de 31 de março 2016. Em 2016, foram realizados 10.081 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 100.081 mil pessoas, contemplando 27 regiões administrativas.

**2017**

Por meio da disponibilização de serviços de arbitragem, premiação e a compra de material de estrutura básica (bolas, redes, coletes e formulários de súmula), em 2017, foram gerados 10.674 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 437.400 pessoas, contemplando 27 regiões administrativas.

#### **5. Implantar o Projeto de Esporte de Vizinhança em 20 escolas (SETUL);**

**2016**

O Projeto “Esporte de Vizinhança” é um projeto transversal ao Projeto “Escola Compartilhada” da Secretaria de Educação do DF. O objetivo é abrir as unidades de ensino aos sábados e oferecer diversos serviços públicos à comunidade local. Em parceria com a Secretaria de educação a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, proporcionou aos participantes do programa atividades em 5 escolas: CED 01 e CEF 02 da Estrutural, CEF 18 Ceilândia, CEM 02 Planaltina e Escola Classe do Varjão, totalizando 9 ações e beneficiando um público estimado de 1.780 participantes.

**2016**

Em parceria com a Secretaria de Educação, a SETUL proporcionou aos participantes do programa atividades esportivas no CED Irmã Maria Regina Velanes Regis - EPCT - DF-430 – Rodeador e CED 2 Gama, realizando 234 atendimentos.

#### **6. Realizar 36 Etapas do Projeto Atividades Física Orientada; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

**2016**

Os Circuitos de Atividade Orientada foram realizados em conjunto com os 10 Circuitos de Lazer.

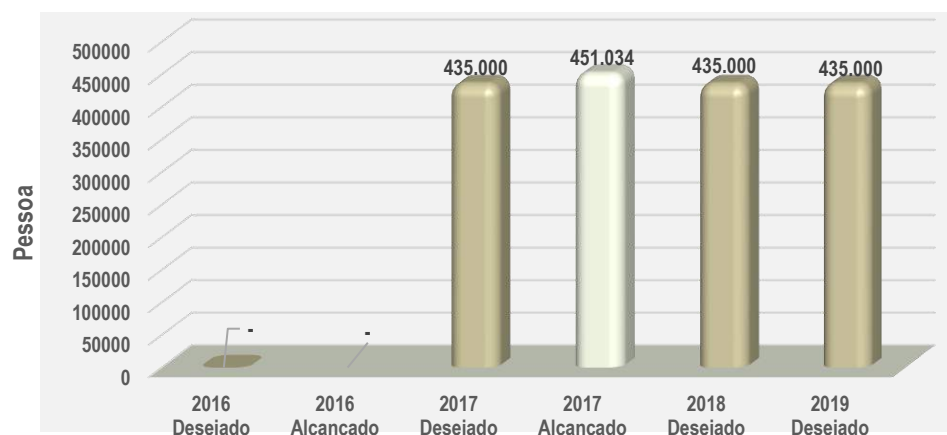
### **INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1707	PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PESSOA	313.180	31/12/2016	-	-	435.000	451.034	435.000	435.000	SUEL/SEL/UO 34101/OE1

## Justificativas

**Indicador 1707** - Esse índice foi alcançado devido ao êxito obtido nos Circuitos de Corridas, Jogos da Cidade, Escola Compartilhada e, mesmo com dificuldades orçamentárias, a Secretaria conseguiu atender ao Programa Boleiros.

PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	1	1	Realizar parcerias com as Regiões Administrativas, Parques e Secretarias do GDF. (SETUL)	34101	25	<p><b>2016</b></p> <p>A Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, participa ativamente do Plano de Governo do Distrito Federal em diversos eixos, e contribui com outras políticas públicas potencializando e contribuindo para a eficácia dos serviços prestados às comunidades. No ano de 2016 foram renovadas 25 parcerias, as quais foram realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Secretaria de Estado da Saúde:</b> Programa Saúde da Família – PSF; Os COPs disponibilizam espaço físico para receber as equipes das unidades de saúde da família de acordo com a necessidade e interesse;</li> <li>- <b>Secretaria de Estado da Cultura:</b> Programa Mala do Livro, que amplia as possibilidades de acesso ao livro com a utilização de minibibliotecas para atividades de empréstimo;</li> <li>- <b>Secretaria de Estado de Educação:</b> Programa CID – contribuindo para que dentro do interesse e necessidade dos CIDs, disponibiliza espaços nos COPs para que possam ser realizadas as atividades do Programa assim como utilizar também para competições.</li> </ul> <p>Programa Escola Integral – Os COPs disponibilizam espaço físico além de profissionais qualificados que lecionam atividades esportivas, visando o</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>atendimento dos alunos das escolas de ensino integral;</p> <p>- <b>Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude:</b> com o Programa de Prestação de serviço à comunidade-PSC, semiliberdade contribuindo na recuperação dos adolescentes/jovens que cumprem medidas sócio educativas e possibilitando que a medida seja cumprida nos COPs.</p> <p>- <b>Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH:</b> Programa Centro de orientação Socioeducativa-Cose, disponibilizam espaço físico além de profissionais qualificados que lecionam atividades esportivas, que consiste em trabalhar os aspectos biopsicossociais com crianças, jovens e adolescentes nas diversas modalidades esportivas, oferecidas nos COPs, utilizando-se como base o esporte. Para integrar o Sistema Esportivo do Distrito Federal, a SETUL, vem mantendo o diálogo com outras Secretarias para o desenvolvimento apoio e realização de eventos esportivos e Lazer visando maior integração e manifestação social ao esporte através de projetos esportivos.</p> <p>- <b>Secretaria de Meio Ambiente</b> – Brasília nos Parques.</p> <p><b>2017</b></p> <p>No ano de 2017 foram renovadas as 25 parcerias, as quais foram realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs. Além das parcerias mantidas a SETUL, firmou uma nova parceria com Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude através do Núcleo de atendimento Integrado - NAI/UAL, UAMA e Esporte a Meia Noite para que adolescentes/jovens cumpram medidas sócio educativas nos COPs. Além dos termos de colaboração com o instituto do tênis, Clube de Golfe de Brasília, UNODOC/ONU, FIFA e Projeto Velejando.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

A Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer, entendendo a importância do lazer e das práticas da atividade física como fator de integração social, em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, tem como objetivo promover diversas ações que proporcionem a integração e o bem-estar da comunidade, através da prática esportiva, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos. Assim à SETUL realizou diversas ações no sentido de apoiar eventos voltados ao lazer, como por exemplo:

a) Circuito do lazer, que trata de uma ação que visa o livre acesso à prática de atividades esportivas e de lazer explorando os espaços públicos de maior concentração popular visando à democratização do acesso ao esporte e lazer nas Regiões Administrativas.

b) Circuito de corridas/ciclismo oportunizou a comunidade a participação de corrida de rua e circuito de ciclismo sem custo. As corridas foram realizadas de acordo com o calendário de temas transversais e eventos importantes para o DF.

c) Jogos da Cidade, a 2ª edição dos Jogos Abertos de Brasília, teve como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte.

d) Programa Boleiro, disponibilização de serviços de arbitragem.

e) Projeto Esporte de Vizinhança, uma ação em parceria com a Secretaria de Educação que utilizou escolas públicas nos finais de semana, possibilitando à comunidade local atividades físicas e de lazer.

Com essas ações a SETUL, também, teve a preocupação em aumentar a participação de crianças e adolescentes e pessoas com deficiência na prática esportiva e para isso foi realizado junto às Regiões Administrativas, diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer, que apresentou praças de esporte e lazer sem manutenção; equipamentos quebrados e não adequados às pessoas com deficiência e ausência de projetos que estimulem a prática do esporte e lazer.

Deste modo, a SETUL entende que para aumentar a participação da população em atividades esportivas é necessário, além da manutenção dos espaços já existentes, ampliar a oferta de espaços e instalações adequadas para a prática de atividades físicas na cidade.

Vale destacar que a SETUL participa ativamente do Plano de Governo do Distrito Federal em diversos eixos, e contribui com outras políticas públicas potencializando e contribuindo para a eficácia dos serviços prestados às comunidades e para o desenvolvimento, apoio e realização de eventos esportivos e Lazer a Secretaria e para isso vem mantendo o diálogo com outras Secretarias. No exercício de 2016, foram renovadas as parcerias, realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs, com a Secretaria de Estado da Saúde: Programa Saúde da Família; Secretaria de Estado da Cultura: Programa Mala do Livro; Secretaria de Estado de Educação: Programa CID e Programa Escola Integral; Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude: com o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade-PSC; e Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH: Programa Centro de Orientação Socioeducativa-Cose.

Para promover mais saúde e vida saudável aos brasilienses e, entendendo a importância do lazer foi fomentado às práticas esportivas incentivando a ocupação dos espaços públicos. Com isso a SETUL possibilitou através dos jogos abertos promover encontros esportivos e integrar as regiões administrativas, por meio de jogos onde as equipes esportivas e paraesportivas representassem a sua cidade. Outra forma de desenvolver a prática esportiva por meio do esporte de participação foi expandir as ações relativas à premiação, material de jogo e contratação de arbitragem, para o esporte amador com a promoção de jogos comunitários através do Projeto Boleiros. Além dessas ações a SETUL, em parceria com a Secretaria de Políticas para Criança, Adolescentes e Juventude, desenvolveu ações nas Unidades de Internações no recesso escolar, onde os adolescentes e jovens que estão em medidas de restrição de liberdade praticassem uma atividade esportiva. Além disso, a SETUL em parceria com a Secretaria de Educação desenvolveu o Projeto Escola Compartilhada levando ações esportivas às comunidades onde os projetos são desenvolvidos. No decorrer do ano algumas ações foram prejudicadas interferindo em sua execução.

A SETUL encontrou dificuldades para execução de algumas ações, especificamente quanto à readequação dos processos, fazendo necessária à redução de contratos e convênios, o que interferiu na execução de algumas ações planejadas.

A expectativa para o ano de 2018 é que as atividades possam ser expandidas e ampliadas através da renovação das parcerias por Meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**002 – ESPORTE EDUCACIONAL: Ampliar as ações voltadas ao Esporte Educacional por meio do desenvolvimento e o incentivo à qualificação profissional, provimento de equipamentos (escolas, centros esportivos, Centros Olímpicos e Paraolímpicos e áreas esportivas das Regiões Administrativas), acessibilidade, serviço e recurso às pessoas com deficiência, bem como, realização de eventos esportivos educacionais.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	1	Realizar, por ano, 2 etapas do Projeto Esporte nas Férias (SETUL)	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	2			3	37,5%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	2	Manter as atividades esportivas da Escola de Esporte da SETUL; (SETUL)	100	%	ACUM	MANTER	100	100			100	100,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	LAZER													
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	3	Realizar, por ano, 02 ações nas Unidades de "Acolhimento Sócio Educativo"; (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	7	2			9	112,5%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	4	Certificar 600 crianças no Projeto Ensinando a Nadar da Princesa de Mônaco; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	600	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	5	Realizar 11 cursos de esporte e lazer para jovens líderes no Projeto Pacto pela Vida; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17)	11	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Realizar, por ano, 2 etapas do Projeto Esporte nas Férias (SETUL);**

#### **2016**

O Projeto Esporte nas férias tem como objetivo executar ações voltadas ao esporte (educacional e participação), de lazer e cultural, por meio de atividades dinâmicas, atendendo crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência de 04 a 17 anos matriculados ou não nos COPs. O Projeto é voltado ao Esporte Educacional e Participação, que visa ampliar as ações no período de férias e recessos escolares de acordo com o calendário anual da rede pública de ensino do DF, por meio de ações dinâmicas de promoção de atividades esportivas e paraesportivas com eixos temáticos educacionais nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF. Em 2016, foi realizado o Projeto piloto nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos no período de recesso escolar do dia 1º ao dia 12 de agosto.

#### **2017**

Em 2017 foi realizado o Projeto nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos no período de férias escolares do dia 3 ao dia 27 de janeiro realizando 28.534 atendimentos, Recesso Escolar do dia 11 a 28 de julho de 2017, realizando 27.810 atendimentos.

### **2. Manter as atividades esportivas da Escola de Esporte da SETUL (SETUL);**

#### **2016**

As aulas nas Escolas de Esporte foram ministradas nos espaços esportivos da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, possibilitando à comunidade aprender modalidades esportivas, incentivando a prática esportiva entre crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, integrando o adulto, o idoso e as pessoas com deficiência em programas que estimulem um hábito de vida saudável e formar equipes esportivas que possam revelar talentos para o cenário esportivo. As matrículas são abertas a toda comunidade do DF. Em 2016 foram mantidas as 12 Escolas de Esporte da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do DF.

#### **2017**

Foram mantidas as 12 escolas de esportes e com a inauguração do Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina com uma estrutura pedagógica de atendimento a criança, jovem adulto e pessoas com deficiências totalizando 13 escolas mantidas.

**3. Realizar, por ano, 02 ações nas Unidades de “Acolhimento Sócio Educativo”; (SETUL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

A Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, em parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, realiza o Projeto “Esporte nas Férias” com intuito de contribuir com a ressocialização dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa e proporcionar momentos de lazer e diversão. O projeto é realizado no período de férias nas sete Unidades de Internação com orientação de atividades esportivas aos jovens de 12 a 17 anos e com a realização de torneios esportivos, por meio da atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, supervisionados pelos professores de educação física das unidades. A ação realizada em 2016 aconteceu de 11/01/2016 a 29/01/2016 nas 07 unidades de Internação do DF e atendendo aproximadamente 850 internos, objetivando que esses jovens não fiquem ociosos nas férias, visto que, de acordo com a Secretaria da Criança, no período de férias e recesso escolar os socioeducandos, acredita-se que em face da ociosidade, costuma aumentar o índice de suicídio nas Unidades de Internação.

2017

O projeto foi realizado no período de férias em três Unidades de Internação com torneios esportivos voltados em média a 800 socioeducandos, por meio da atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos sendo atendidos 830 socioeducandos no período de 11 a 29 de janeiro e 800 socioeducandos no período de 02 a 12 agosto.

**4. Certificar 600 crianças no Projeto Ensinando a Nadar da Princesa de Mônaco; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

**5. Realizar 11 cursos de esporte e lazer para jovens líderes no Projeto Pacto pela Vida; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17).**

2016

Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

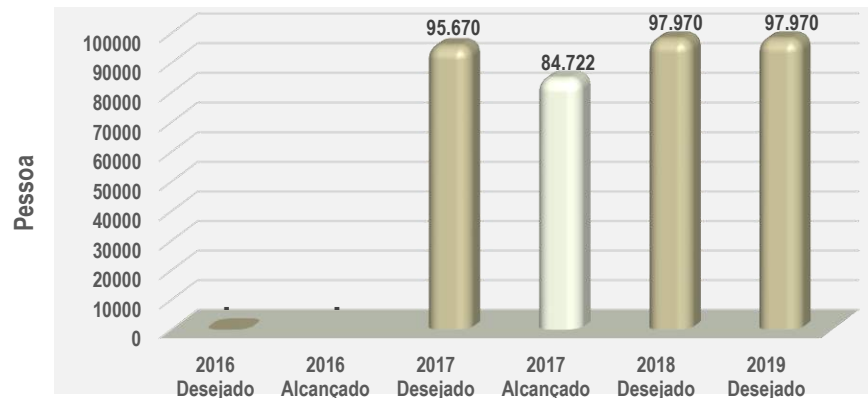
Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1708	PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS AÇÕES VOLTADAS AO ESPORTE EDUCACIONAL (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PESSOA	68.670	31/12/2016	-	-	95.670	84.722	97.970	97.970	SUEL/SEL/UO 34101/OE 2

**Justificativas**

**Indicador 1708** - A grande dificuldade para atingir em 100% desse objetivo foi o Programa Esporte Acesso de Todos nas unidades socioeducativas, com somente duas unidades de internação disponibilizadas. Porém o número de atendimentos nos Centros Olímpicos e Paraolímpicos, Escolas de Esporte e no Esporte nas Férias foram bastante satisfatórios



PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS AÇÕES VOLTADAS AO ESPORTE EDUCACIONAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	2	1	Realizar parcerias com as Regiões Administrativas, Banco Internacional de Desenvolvimento BID e Secretarias do GDF. (SETUL)	34101	25	<p><b>2016</b> A SETUL prioriza ações de ocupação de espaços públicos esportivos com programas e projetos desenvolvidos pela SETUL ou em parceria com entidades do Governo do Distrito Federal (administração direta, autarquias, fundações); entidades do Poder Judiciário (Vara da Infância, Adolescente e Juventude, Tribunais, Conselhos, Promotoria) e entidades privadas (federações, associações, clubes, confederações) outros órgãos e entidades da sociedade civil, com objetivo de ampliar as ações comunitárias e suporte aos Programas do Governo do Distrito Federal.</p> <p>No ano de 2016 foram renovadas as parcerias realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos - COPs, com a Secretaria de Estado da Saúde: Programa Saúde da Família; Secretaria de Estado da Cultura: Programa Mala do Livro; Secretaria de Estado de Educação: Programa CID e Programa Escola Integral; Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude: com o Programa de Prestação de serviço à comunidade - PSC; e Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH: Programa Centro de orientação Socioeducativa-Cose.</p> <p><b>2017</b> No ano de 2017 foram renovadas as parcerias, as quais foram realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paraolímpicos – COPs. Além das parcerias mantidas a SETUL, firmou parceria com Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude através do Núcleo de atendimento Integrado - NAI/UAJ, UAMA e Esporte a Meia Noite para que adolescentes/jovens cumpram medidas sócio educativas nos – COPs.</p>

## **Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos**

### **2016/2017**

É inegável que a prática esportiva vem estimulando e transformando a vida de muitas crianças, jovens, adultos e idosos e pessoas com deficiência, a superar barreiras e limitações e o crescimento das noções de solidariedade e respeito às diferenças. O esporte, portanto, torna-se essencial para a formação de um cidadão, compreendendo seus direitos e deveres.

Desse modo, os projetos e programas vêm ampliando as ações de desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer, oferecidas às crianças e adolescentes das Unidades de Internação, no período de férias escolares, diferente das antigas colônias de férias.

Nesse sentido, destacam-se as ações desenvolvidas no âmbito do “Programa Esporte Acesso de Todos”, com a realização de torneios esportivos voltados a esse público, com a atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, realizada no período de férias nas sete Unidades de Internação. Trata-se de uma parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude que em seu quarto ano de realização beneficiando jovens que cumprem medidas sócias educativas.

A SETUL priorizou ações de ocupação de espaços públicos esportivos com programas e projetos desenvolvidos em parceria com outros órgãos e entidades da sociedade civil, seguindo estratégia de apresentar a prática esportiva como forma de inclusão social, de socialização, de respeito e de melhoria da qualidade de vida, associada a atividades continuadas com a implementação de programas e projetos.

As dificuldades encontradas por esta Secretaria foram executar a realização de capacitações nos segmentos esportivos e orientação aos gestores; falta de manutenção nas escolas de esporte; recursos financeiros e a diminuição no quadro de servidores.

Em 2017, a SETUL continuou com as parcerias com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, por meio do Projeto Acesso de Todos visando atender os internos das unidades de internação e ampliar para duas ações por exercício o Projeto Esporte nas Férias; com a Secretaria de Educação no apoio a realização dos jogos escolares e o Projeto Esporte nas Férias realizado nos Centros Olímpicos e Paralímpicos.

Assim, a perspectiva da SETUL para o exercício 2017, foi aumentar o atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, e pessoas com deficiência, por meio das escolas de esportes, oportunizando além das atividades esportivas, outras ações de intercâmbios com atividades culturais e sociais, bem como, gerenciar atos que possam promover a manifestação relativa à diversidade, meio-ambiente, atividade física, qualidade de vida, sempre contando com a participação da equipe profissional dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de outras Secretarias e ou entidades, em benefício da comunidade em geral.

Para o ano 2018, a expectativa é continuar mantendo e aumentando os atendimentos às crianças, adolescentes, e pessoas com deficiência, por meio das escolas de esportes, com a participação da equipe profissional dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de outras Secretarias e ou entidades, em benefício da comunidade em geral.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – ESPORTE DE RENDIMENTO:** Potencializar, ampliar e apoiar os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal de Esporte de Rendimento por meio da qualificação profissional, maior participação de atletas em competições, provendo de equipamentos de treino e competição, fortalecendo a relação dos atores esportivos e sociedade, escolas, universidades, instituições de administração do esporte e empresas, incentivando a realização de estudo, pesquisa e oferecendo suporte multiprofissional.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	1	Apoiar 2.500 atletas/comissão técnica no Projeto Compete Brasília (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2.647	4438			7085	70,9%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	2	Realizar e/ou apoiar, por ano, 03 Grandes Eventos Esportivos (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	13	2			15	125,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	3	Apoiar 160 atletas no Projeto Atleta da Casa; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	160	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	4	Apoiar mensalmente 147 atletas convencionais e 120 atletas paraolímpicos no Projeto Bolsa Atleta, conforme lei nº 2.402 de 10/01/1999 (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1068	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	215	267			482	45,1%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	5	Premiar 400 atletas/dirigentes no Prêmio Brasília Esporte (SEL).	400	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	49	56			105	26,3%

**Análise Qualitativa****1. Apoiar 2.500 atletas/comissão técnica no Projeto Compete Brasília (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

O Projeto Compete Brasília tem o objetivo de incentivar a participação de atletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, por meio da concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais). O apoio é dado por meio de concessão de passagens aéreas ou

terrestres e em caso de equipes por aluguel de ônibus ou micro-ônibus. Em 2016 foram apoiados 2.647 atletas. A execução do projeto depende da demanda dos atletas e da disponibilidade orçamentária.

**2017**

O Projeto Compete Brasília apoiou 3.519 atletas e 919 membros de comissão técnica totalizando 4.438 atendimentos, com a concessão de passagens aéreas e terrestres em competições nacionais e internacionais, o que proporcionou uma maior visibilidade do Distrito Federal em diversas competições nacionais e internacionais, uma vez que houve um aumento significativo de atletas e paratletas beneficiados, em comparação com os anos anteriores.

## **2. Realizar e/ou apoiar, por ano, 03 Grandes Eventos Esportivos (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

A SETUL realizou no ano de 2016, 15 eventos esportivos de grande porte, proporcionando à comunidade do Distrito Federal a oportunidade de participar dos “Megs eventos esportivos”. Corrida de Reis; Revezamento da Tocha Olímpica; 10 Jogos de Futebol dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Revezamento da Tocha Paralímpica e finais da Superliga de vôlei masculino e feminino. As Olimpíadas Rio 2016 teve seu início na capital federal em três de maio com o revezamento da tocha Olímpica, em um percurso que passou por cinco regiões administrativas e mais de 15 pontos turísticos. Além do revezamento da tocha, a capital federal recebeu dez jogos do torneio de futebol. O Estádio Nacional Mané Garrincha foi palco de sete partidas do torneio masculino, incluindo os dois primeiros confrontos da seleção brasileira, e três do feminino. Assim, como a passagem da tocha olímpica em maio, Brasília recebeu em setembro o revezamento da tocha Paralímpica.

**2017**

Foram realizados 02 eventos esportivos de grande porte: a tradicional - Corrida de Reis, onde o Circuito destinado aos adultos e aos paraatletas reuniu cerca de 20.800 participantes entre inscritos e pipoca; a Corrida de Reis Mirim contou com 1.000 inscritos com idade até 13 anos; os Jogos Escolares da Juventude, reuniu aproximadamente 4 mil atletas de 15 a 17 anos, de 1.360 colégios públicos e particulares de todas as regiões do país. Os jogos foram realizados em 21 espaços esportivos contemplado 14 modalidades. O Distrito Federal teve grande destaque uma vez que foi a cidade sede e ainda conquistou 16 medalhas.

## **3. Apoiar 160 atletas no Projeto Atleta da Casa; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive, a SETUL propôs na revisão do PPA a retirar desta ação do PPA 2016 - 2019.

## **4. Apoiar mensalmente 147 atletas convencionais e 120 atletas paraolímpicos no Projeto Bolsa Atleta, conforme lei nº 2.402 de 10/01/1999 (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

O Programa Bolsa Atleta foi criado pela Lei nº 2.402, de 15/01/1999, com o intuito de garantir recursos para a manutenção pessoal dos atletas em plena atividade esportiva. Ao mesmo tempo, o programa busca dar condições necessárias para que os atletas possam dedicar-se ao treinamento esportivo e participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. Atualmente, o programa não atende à demanda de atletas de rendimento e nem à demanda das modalidades no DF, que hoje beneficia 120 atletas e 95 paratletas mensalmente em 19 modalidades paralímpicas e 17 olímpicas.

**2017**

O benefício do Programa Bolsa Atleta é concedido no ano exercício, configurando até 12 recebimentos. O valor mensal do benefício é concedido de acordo com a classificação dos atletas e dos níveis da modalidade. Foram disponibilizadas, 120 bolsas paralímpicas e 147 convencionais mensalmente, totalizando 3.204 atendimentos em 2017.

## 5. Premiar 400 atletas/dirigentes no Prêmio Brasília Esporte. (SETUL).

2016

Denominado “Prêmio Esporte Brasília” trata-se de reconhecimento oferecido pelo Governo do Distrito Federal aos esportistas, treinadores e outros segmentos que apoiam e contribuem para o desenvolvimento do Esporte do Distrito Federal. O objetivo do “Prêmio Brasília Esporte” é reconhecer e premiar atletas e paratletas, técnicos, equipes, jornalistas, patrocinadores, árbitros e agentes sociais que se destacaram no esporte em Brasília, por meio de eleição popular e técnica. De 5 a 9 de dezembro de 2016, 8.680 pessoas escolheram o seu esportista preferido em enquete disponível na página eletrônica do evento. O “Prêmio Brasília Esporte” 2016 foi realizado por meio de patrocínio privado, dessa forma, tendo em vista a otimização do recurso e o levantamento realizado em parceria com as federações esportivas, verificou-se que a concessão de 49 premiações atenderia a demanda das modalidades esportivas da cidade.

2017

A edição do Prêmio Brasília Esporte 2017 premiou 56 atletas e paratletas.

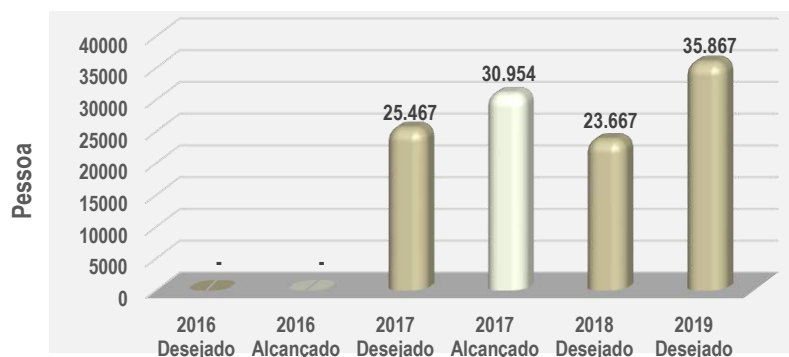
### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1709	NÚMERO DE ATLETAS ATENDIDOS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PESSOA	20.899	31/12/2016	-	-	25.467	30.954	23.667	35.867	SUEL/SEL/UO 34101/OE 3

#### Justificativas

**Indicador 1709** - O Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas e paratletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais. Foram atendidos 3.519 atletas no Programa Bolsa Atleta, foram concedidas 1.384 bolsas para atletas convencionais e 1.251 bolsas para atletas paraolímpicos, em Grandes Eventos foram 4.000 atletas participantes dos Jogos da Juventude e 20.800 participantes da Corrida de Reis 2017. Com isso o índice foi superado.

NÚMERO DE ATLETAS ATENDIDOS



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	3	1	Realização de parcerias com as Regiões Administrativas, Comitê Olímpico Brasileiro, Confederações e Federações Esportivas (local, nacional e internacional), Embaixadas, Comitê RIO 2016, Órgãos Federais e Secretarias do GDF. (SETUL).	34101	25	<p><b>2016</b> A SETUL tem entre suas competências divulgar as informações de interesse público e contribuir para a construção de uma comunicação pública eficaz, pautada na atuação social e democrática. Dessa forma a SETUL têm interagido com as regiões administrativas, apoiando eventos com, por exemplo, aniversário da cidade, corridas entre outros. Além das regiões administrativas, essa Secretaria interage com professores, treinadores, profissionais do esporte, profissionais das ciências da saúde, acadêmicos e atletas do Distrito Federal envolvido no Sistema Nacional do Desporto (federações, associações, ligas, clubes, academias).</p> <p><b>2017</b> Por meio do desenvolvimento de uma parceria entre o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Ministério do Esporte, Grupo Globo, Coca-Cola, Secretaria de Educação, e Exército a SETUL realizou os Jogos Escolares da Juventude, que contemplaram 14 (quatorze) modalidades esportivas, reunindo cerca de 5.000 alunos/atletas escolares, milhares de instituições de ensino públicas e privadas e 27 Unidades Federativas do Brasil.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/ 2017

Objetivando ampliar o acesso ao esporte de rendimento a SETUL vem potencializando e ampliando os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal relativo a essa categoria de esporte. No exercício de 2016, a Secretaria realizou 15 eventos esportivos de grande porte, proporcionando à comunidade do Distrito Federal a oportunidade de participar dos “Megs eventos esportivos”. Corrida de Reis; Revezamento da Tocha Olímpica; 10 Jogos de Futebol dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Revezamento da Tocha Paraolímpica e as finais da Superliga de Vôlei. As Olimpíadas Rio 2016 teve seu início na Capital Federal em 03/05/2016, com o revezamento da tocha Olímpica, em um percurso que passou por cinco regiões administrativas e mais de 15 pontos turísticos.

Outra forma de ampliar o acesso ao esporte de rendimento é a concessão bolsa atleta, que visa garantir recursos para a manutenção pessoal aos atletas em plena atividade esportiva. Atualmente, o Programa não atende à demanda de atletas de rendimento e nem à demanda das modalidades no DF, que hoje beneficia 120 atletas e 95 paratletas mensalmente em 19 modalidades paralímpicas e 17 olímpicas.

Além da Bolsa Atleta a SETUL proporcionou a concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais) através do Programa Compete Brasília beneficiando 2.647 atletas.

Em 2017, a SETUL trabalhou para promover o esporte para todos, incluindo-os como meio para alcançar as metas de desenvolvimento, assegurando que os atletas e paratletas atendidos pelos Programas Bolsa Atleta e Compete Brasília, possam contribuir com o país por meio de seus resultados. Outra forma de fomentar o esporte de rendimento são os apoios mediante a disponibilização de serviços relacionados à arbitragem desportiva, montagem de infraestrutura, fornecimento de bens de consumo, mão de obra e apoio logístico aos campeonatos realizados por federações de diversas modalidades.

As dificuldades encontradas foram à execução dos Programas já existentes e a realização de grandes eventos, por exemplo, Corrida de Reis que teve parceria da iniciativa privada. Assim, ficaram prejudicadas, por falta de recursos, a execução de diversas ações previstas, inclusive na proposta orçamentária de 2016, visto ser consideradas relevantes para o incentivo ao esporte e lazer; adequação ao Decreto nº 37.843 de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias, envolvendo ou não a transferência de recursos. Essa adequação resultou em um Edital de chamamento público para Organizações da

A perspectiva da SETUL é continuar mantendo os Centros Olímpicos, visando proporcionar uma melhora na qualidade de vida da população do Distrito Federal, além de apoiar os atletas do Distrito Federal, tanto no âmbito do desporto amador, como no esporte de alto rendimento nas mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, além de fomentar um aumento no Programa Bolsa Atleta, que é um programa de patrocínio individual de atletas e paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade e que não possuam patrocínio; aprimorar e manter os Programas Compete Brasília e Bolsa Atleta, visando apoiar os atletas e paratletas do Distrito Federal, no esporte de rendimento nas mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, além de fomentar um aumento de atletas e paratletas em competições nacionais e internacionais.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**004 - GESTÃO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER: Qualificar e capacitar a comunidade esportiva, promover estudo e pesquisa com vistas a contribuir para o desenvolvimento esportivo e paraesportivo. Implantar nas Regiões Administrativas, estrutura para o desenvolvimento do esporte e lazer, com acessibilidade, permitindo, dessa forma, a plena participação social, com qualidade e segurança.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	1	Conservar e reformar: 12 centros olímpicos e Paralímpicos; o Complexo Poliesportivo; 47 quadras de esportes nas Regiões Administrativas; 04 campos de areia e 40 campos sintéticos; (SETUL). <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	104	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	2	Implantar 10 coberturas em quadras esportivas; (SETUL). <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	3	Construir o ginásio poliesportivo Claudio Coutinho; (SETUL). <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	4	Construir 05 pistas de skate e 04 campos sintéticos; (SETUL). <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	9	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	5	Implantar cobertura e aquecimento em 11 piscinas dos centros olímpicos e paraolímpicos; (SETUL)	11	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	6	Conservar e manter 12 Centros Olímpicos e Paraolímpicos, Estádio Bezerrão e Complexo Poliesportivo (SETUL) <i>(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	14	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	12			12	85,7%

## Análise Qualitativa

**1. Conservar e reformar: 12 centros olímpicos e Paralímpicos; o Complexo Poliesportivo; 47 quadras de esportes nas Regiões Administrativas; 04 campos de areia e 40 campos sintéticos; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Em 2016 foram mantidos os 15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso (11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo). As manutenções e reparos são realizados conforme a demanda de cada local e de acordo com a disponibilidade orçamentária. Quanto à construção e revitalização de espaços e equipamentos esportivos e de lazer a SETUL não tem gerência sobre quadras poliesportivas, campos de areia, campos sintéticos e PECs nas Regiões Administrativas, assim a meta não foi implementada em 2016, inclusive será proposta sua revisão.

**2. Implantar 10 coberturas em quadras esportivas; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

**3. Construir o ginásio poliesportivo Claudio Coutinho; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

**4. Construir 05 pistas de skate e 04 campos sintéticos; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

**5. Implantar cobertura e aquecimento em 11 piscinas dos centros olímpicos e paraolímpicos; (SETUL);**

2016

A implantação das coberturas e aquecimento das piscinas dos Centros Olímpicos e Paralímpicos encontra-se em processo de licitação junto a NOVACAP.

2017

A implantação das coberturas das piscinas dos Centros Olímpicos e Paralímpico encontra-se em processo de licitação junto a NOVACAP e a instalação dos aquecedores começou no exercício de 2018.

**6. Conservar e manter 12 Centros Olímpicos e Paraolímpicos, Estádio Bezerrão e Complexo Poliesportivo (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2017

No ano de 2017 foram conservados todos os Próprios da SETUL e inaugurado mais um Centro Olímpico e Paralímpico.

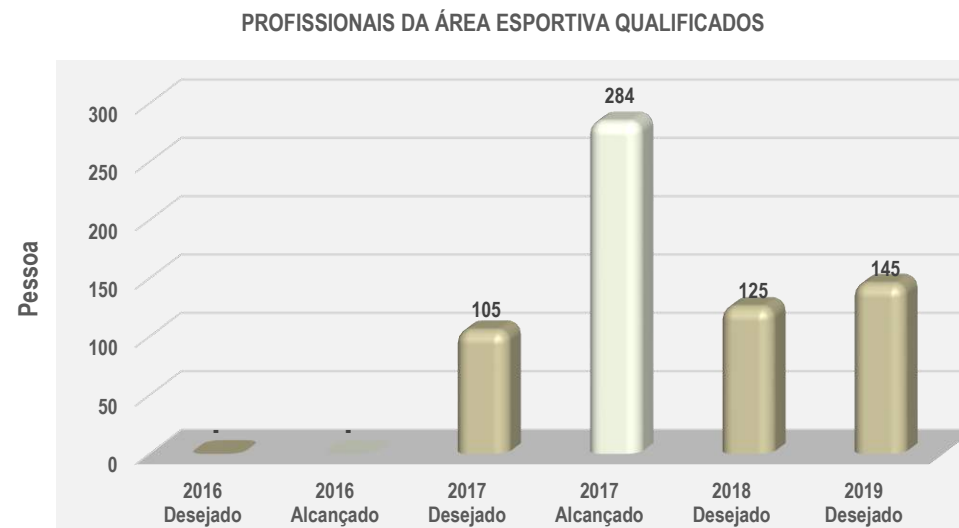
## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1710	PROFISSIONAIS DA ÁREA ESPORTIVA QUALIFICADOS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PESSOA	92	31/12/2016	-	-	105	284	125	145	SUEL/SEL/UO 34101/OE 4

## Justificativa



**Indicador 1710** - Foram realizados diversos cursos para capacitação de profissionais desta Secretaria em diversas modalidades, o que superou o índice desejado.



### ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	4	1	Projeto Compartilhar - Realizar a gestão participativa dos espaços esportivos das Regiões Administrativas (Estádios, PECs, Ginásios, Campos Society, entre outros) (SETUL);	34101	0	<p><b>2016</b> Para o desenvolvimento do esporte no Distrito Federal e melhoria da qualidade de vida da população é fundamental a garantia da oportunidade do acesso à prática esportiva para as gerações presentes e futuras. Para tanto se faz necessário à construção da rede de infraestrutura interligando os próprios da SETUL (Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Ayrton Senna, Estádios) com espaços esportivos de outras entidades tais como: Administrações Regionais, Secretaria de Educação, Órgãos de Segurança, entre outros</p> <p><b>2017</b> Em 2017 a SETUL em parceria com a Secretaria de Estado das Cidades solicitou o apoio no sentido em que todas as administrações regionais forneçam os referidos diagnósticos acerca dos equipamentos públicos esportivos. Com as informações de 13 RAs, foi possível verificar quais são os equipamentos e os tipos de manutenção necessária. A grande dificuldade da SETUL é que as informações não são fidedignas e a ausência de informações por parte de algumas Administrações Regionais: (Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Riacho Fundo II, Sobradinho, Taguatinga e Varjão), prejudicou a análise do diagnóstico.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	4	2	Planejar e formalizar parcerias para promover as melhores condições para a prática do esporte e do lazer (licitações para manutenção, padronizar instrumentos e processos de trabalho, entre outros) (SETUL).	34101	28	<p><b>2016</b> Trata-se de um projeto a ser realizado em três níveis: primeiro com os servidores da Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer; depois, por meio de convênios (SEBRAE) e parcerias com Universidade de Brasília, Faculdades Particulares, Secretaria de Educação, Escola de Governo; em seguida convidando profissionais brasileiros e estrangeiros que possam colaborar com a formação esportiva destes servidores e, por fim, expandindo para outros profissionais que atuam nessa área e também a comunidade. No ano de 2016 foram capacitados profissionais do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos em parceria com: UNB (Psicomotricidade), Instituto do Tênis (Tênis), Clube de Golfe de Brasília (Solf Golfe), e CETEFE (Tênis de mesa).</p> <p><b>2017</b> Foram capacitados 284 profissionais dos Centros Olímpicos e Paralímpicos em parceria com: Professor Gilvan (capacitação de capoterapia); UNODOC / ONU (Prevenção ao crime por meio do esporte); Centro Especializado de Atendimento as Mulheres -CEAM(Brasília de Todas as Mulheres); FIFA (Prevenção de Lesões FIFA 11+);UNODOC / ONU (Youth Dialogues) e Instituto do Tênis (capacitação de tênis). Com isso houve um incremento de 8%, totalizando 28% até 2017.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

O Governo de Brasília, por meio da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer prioriza a melhoria das infraestruturas já existentes, onde ocorrem programas e projetos, realizando, quando necessário, reformas e manutenção das instalações esportivas já existentes, salientando a necessidade de gestão dos espaços, é promovendo o uso dessas instalações, além de zelar pelo bom estado de conservação dos mesmos, em especial nos aspectos de localização, acessibilidade e modalidades esportivas oferecidas.

A SETUL, manteve os 15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso (11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo). As manutenções e reparos são realizados conforme a demanda de cada local e de acordo com a disponibilidade orçamentária. No exercício anterior não foram realizadas manutenções nos próprios da SETUL por indisponibilidade orçamentária, porém há previsão de retomada das manutenções periódicas no próximo exercício, em virtude da assinatura de portaria conjunta com a NOVACAP.

No exercício de 2017, a SETUL inaugurou o Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina oferecendo atendimento a mais de 3 mil pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência) que serão beneficiados em atividades esportivas e de lazer regulares e aos finais de semana.

As dificuldades encontradas pela SETUL foram relativas à construção, revitalização e manutenção de espaços e equipamentos esportivos e de lazer, que tratam dos equipamentos de responsabilidade das Administrações Regionais, por não ter a gerência e por se tratar de uma ação contínua com grande prioridade e necessária para que as demais ações possam ser bem sucedidas.

## DIRETRIZ ESTRATÉGICA: ECONOMIA MAIS COMPETITIVA



### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR DIRETRIZ E PROGRAMA (Valores em R\$)

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programa Temático	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/PPA %	Liq/PPA %
<b>Economia mais competitiva</b>								
Promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda.	6207 - Brasília Competitiva	743.443.337	892.251.631	917.170.822	160.632.025	221.702.465	22	30
Consolidar Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo.								
Tornar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação								
<b>TOTAL</b>		<b>743.443.337</b>	<b>892.251.631</b>	<b>917.170.822</b>	<b>160.632.025</b>	<b>221.702.465</b>	<b>22</b>	<b>30</b>

**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: PROMOVER AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. CONSOLIDAR BRASÍLIA COMO PÓLO TURÍSTICO NACIONALMENTE ATRATIVO. TORNAR BRASÍLIA DESTAQUE EM CIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO.**

**PROGRAMA TEMÁTICO:  
6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**

**OBJETIVO GERAL:**

Tornar Brasília competitiva por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda, e de inovação.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

**20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DF - SEDES**

**001 – AMBIENTE DE NEGÓCIOS:** Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das **potencialidades do DF e RIDE.**

**002 – BRASÍLIA CRIATIVA:** Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.

**34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF - SETUL**

**003 – DESTINO BRASÍLIA:** Promover Brasília como referência nacional e internacional em Turismo, reconhecida pela excelência de qualidade de vida e pelos diferenciais associados a sua arquitetura moderna, identidade e diversidade cultural, criatividade, mobilidade e acessibilidade.

**14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI**

**004 – ECONOMIA RURAL:** Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

**09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI**

**005 – CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA:** Transformar Brasília em referência pela capacidade de realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a presença de institutos de pesquisa, centros de pesquisa científica, centros de educação tecnológica e de educação superior, e empresas intensivas no uso de tecnologia.

**25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS -SEDESTMIDH**

**006 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA:** Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do DF por meio do fortalecimento do sistema público de emprego, garantindo a qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra, seguro desemprego e trabalho decente, além de apoiar o setor produtivo, as micro e pequenas empresas, a economia solidária, o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo.

**14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI**

**007 – SANIDADE DOS REBANHOS E LAVOURAS:** Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)**

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	200.000	1.000	0	0	0	0	0
1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	51.000	1.005.000	0	0	0	0	0
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	4.420.513	1.981.996	5.415.783	4.923.526	2.937.839	111	66
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	210.600	604.398	705.705	488.265	477.265	232	227
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	136.332.687	151.056.098	151.056.098	0	69.510.952	0	51
1715 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA	15.000	0	0	0	0	0	0
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4.000	10.000	2.513	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	96.691	593.826	253.585	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	16.184.334	23.736.416	35.506.278	21.643.321	19.990.369	134	124
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.069.500	6.600.000	12.828.900	0	5.523.599	0	136
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	763.250	480.000	3.898.318	1.663.433	1.662.444	218	218
2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	85.000	85.000	77.160	70.023	68.218	82	80
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	50.000	0	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	539.337	280.000	160.840	158.583	142.437	29	26
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	6.200.000	2.000.000	0	0	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	3.000	0	0	0	0	0	0
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	4.220.000	1.500.000	0	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	20.000	50.000	1.140.523	28.674	28.674	143	143
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	10.000	10.000	0	0	0	0	0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	10.000	70.000	18.037	18.036	18.036	180	180
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	215.783	310.000	220.551	220.549	198.462	102	92
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	10.000	51.000	0	0	0	0	0
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	160.000	2.215.000	0	0	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	4.427.587	7.907.100	6.210.447	5.916.509	5.509.190	134	124
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	245.000	3.200.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.224	1.224
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL	10.000	20.098	20.098	0	0	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	10.000	640.000	6.547	6.544	6.544	65	65
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0	0	0
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.000.000	6.500.000	6.500.000	383.210	352.405	6	6
2846 - RODADAS DE NEGÓCIOS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	110.000	0	0	0	0	0	0
2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	300.000	50.000	0	0	0	0	0
2873 - (EP)PROMOÇÃO E DIFUSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE DESIGN DO DISTRITO FEDERAL	100.000	200.000	0	0	0	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	30.979	60.000	60.000	0	0	0	0
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	40.000	2.770.000	5.456.854	1.557.096	1.557.096	3.893	3.893
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	5.800.000	2.188.000	379.798	379.798	189.899	7	3
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	5.038.190	4.701.000	5.120.241	5.064.436	4.663.794	101	93
3027 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR	100.000	500.000	0	0	0	0	0
3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	4.000	10.000	2.513	0	0	0	0
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	3.566.163	20.000	0	0	0	0	0
3035 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO	4.000	0	0	0	0	0	0
3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	1.000	10.000	1.031.799	134.608	134.608	13.461	13.461
3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	157.000	10.000	2.513	0	0	0	0
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	5.883	90.000	2.603	0	0	0	0
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS	10.000	50.000	0	0	0	0	0
3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	7.920.000	1.348.200	1.348.200	0	0	0	0

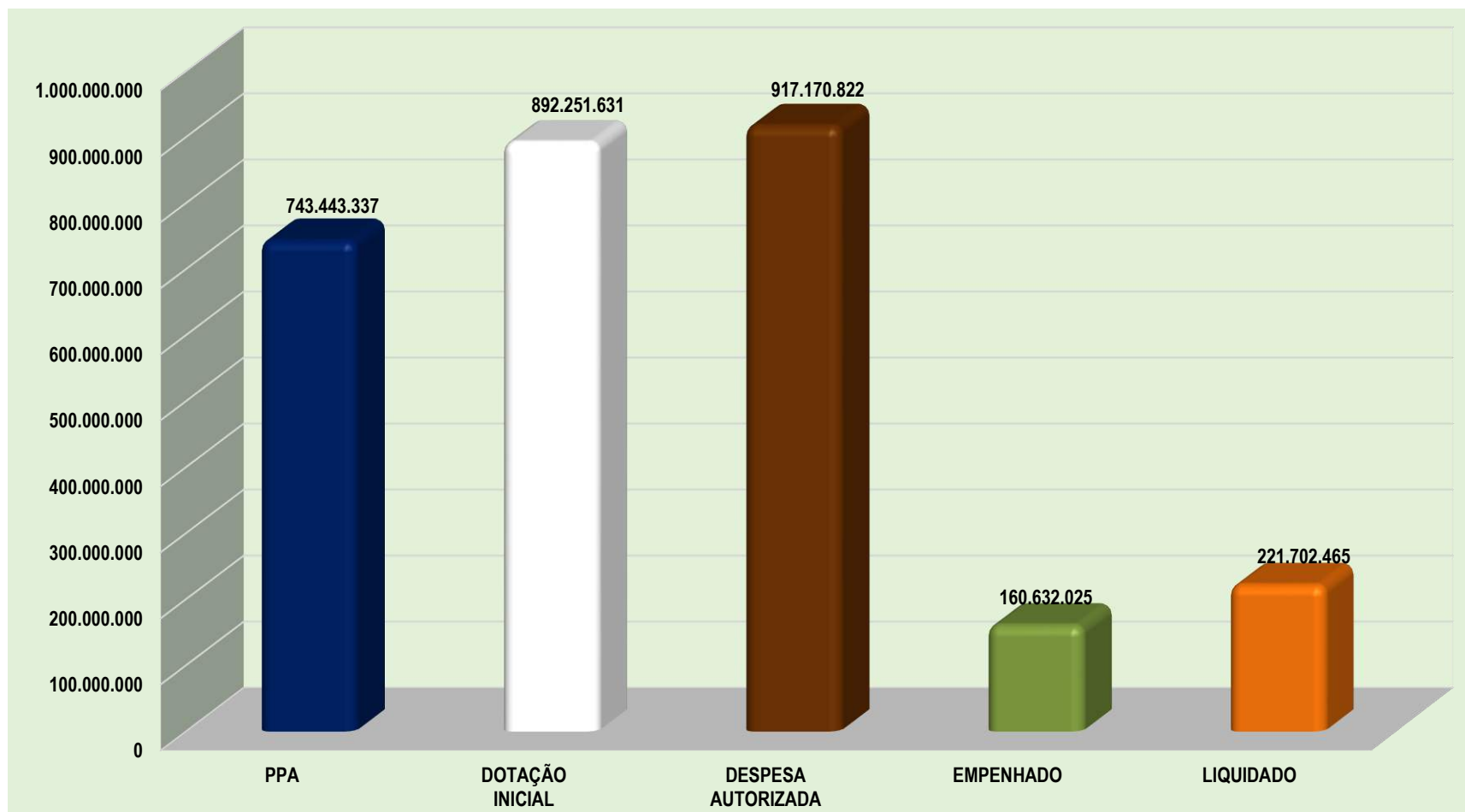
AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	199.187	0	0	0	0	0	0
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	250.000	250.000	1	0	0	0	0
3066 - CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO TRABALHO	230.000	0	0	0	0	0	0
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	54.000	10.000	2.513	0	0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	4.000	10.000	473.472	0	0	0	0
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	10.000	20.000	600	600	600	6	6
3093 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4.000	0	0	0	0	0	0
3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	200.000	3.870.000	2.888.124	814.396	814.396	407	407
3176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA	7.815.939	2.000.000	0	0	0	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	9.000.000	1.565.449	567.449	0	467.400	0	5
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	304.000	1.010.000	950.000	785.872	401.489	259	132
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	335.000	251.000	0	0	0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	2.276.000	10.036.233	4.804.156	1.983.512	932.824	87	41
3247 - REFORMA DE FEIRAS	0	10.000	2.010.000	0	0	-	-
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.620.792	932.987	2.660.032	1.088.086	1.088.086	42	42
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	401.937	200.000	963.500	0	943.724	0	235
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	250.000	1.000.000	1.285.526	1.086.440	1.086.440	435	435
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	4.730.377	5.104.775	5.104.775	0	147.556	0	3
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	50.000	460.000	4.538.105	49.673	49.673	99	99
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	7.101.000	10.000	1	0	0	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	0	12.470.000	12.470.000	0	3.319.361	-	-
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	3.000	60.000	1	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	243.000	1.320.000	750.000	250.000	250.000	103	103
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	459.300	600.000	480.001	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	500.000	16.500.000	16.500.000	0	2.776.550	0	555
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	7.000	50.000	1	0	0	0	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	0	8.607.000	5.067.000	0	0	-	-
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	1.000.000	1.000.000	1.000.000	383.714	225.088	38	23
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	54.000	200.000	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	16.674.000	21.520.000	20.820.000	15.711.536	15.666.814	94	94

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4091 - APOIO A PROJETOS	200.505	1.000.400	1	0	0	0	0
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	3.593.596	4.637.620	5.784.530	2.357.225	2.210.613	66	62
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	210.600	150.000	3.331.901	1.039.370	1.039.370	494	494
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.000	10.000	0	0	0	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	10.000	1.601.000	1.726.000	1.171.428	1.171.428	11.714	11.714
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	10.000	10.000	0	0	0	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	914.117	800.000	1.280.463	1.177.812	593.372	129	65
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	203.000	600.000	90.826	90.826	32.653	45	16
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	3.500.000	2.000.000	620.285	595.520	543.160	17	16
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	37.818	200.000	200.000	0	0	0	0
5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	625.000	625.000	435.616	435.616	435.616	70	70
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	19.767.995	83.437.932	84.511.109	5.904.143	4.579.492	30	23
5523 - REFORMA DE GALPÃO	53.100	90.000	90.000	0	0	0	0
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	150.000	1.000.000	0	0	0	0	0
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	129.248.046	150.230.914	152.409.323	35.208.646	23.935.490	27	19
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	6.000.000	5.500.000	5.500.000	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.000.000	3.000.000	3.000.000	866.885	726.525	29	24
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	179.459.199	254.607.573	205.730.684	4.763.269	4.763.269	3	3
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	100.000.000	38.145.017	87.021.889	23.421.447	23.421.447	23	23
9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	11.867.231	6.760.191	10.855.799	9.786.907	9.786.907	82	82
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	16.500.000	18.000.000	18.000.000	3.178.200	1.497.000	19	9
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	517.149	586.696	586.696	42.833	42.833	8	8
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	240.000	200.000	0	0	0	0	0
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2.675.879	3.037.202	8.026.759	2.676.495	2.676.495	100	100
9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	123.073	40.510	207.781	104.963	104.963	85	85
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>580.488.836</b>	<b>688.790.109</b>	<b>709.254.900</b>	<b>160.632.025</b>	<b>139.013.323</b>	<b>28</b>	<b>24</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>162.954.501</b>	<b>203.461.522</b>	<b>207.915.922</b>	<b>0</b>	<b>82.689.142</b>	<b>0</b>	<b>51</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6207</b>	<b>743.443.337</b>	<b>892.251.631</b>	<b>917.170.822</b>	<b>160.632.025</b>	<b>221.702.465</b>	<b>22</b>	<b>30</b>

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: 09.101 – CACI; 14.101 – SEAGRI; 20.101 – SEDES e 34.101 – SETUL, 25.101 – SEDESTMDH)



### PROGRAMA 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA (Valores em R\$)



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 – AMBIENTE DE NEGÓCIOS: Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das potencialidades do DF e RIDE.**

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

**20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DF – SEDES**

**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	1	Implantar o Programa de Atração de Investimentos; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	30			30	30,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	2	Implantar projeto de urbanismo e infraestrutura e promover o desenvolvimento empresarial nas ADEs; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	8			8	8,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	3	Fomentar o desenvolvimento dos polos econômicos da Região Metropolitana – RIDE; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	4	Implantar 100% da Política de Desenvolvimento Econômico; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	5	Firmar 20 Parcerias Público-Privadas e promover 20 concessões ou permissões de serviços públicos, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso (SUPPE/SEF) <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	40	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	6	Implantar o Projeto Cidade Aeroportuária na Região Administrativa de Planaltina/DF; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	7	Implantar o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	90	90			90	90,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	8	Implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim); (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	9	Implementar as ações do tratamento direto das compras públicas (Licitação Exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	70	90			90	90,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	10	Elaborar 300 projetos de crédito do Próspera para produtores rurais do DF e RIDE (EMATER);	300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	272	255			527	175,7%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	11	Realizar e participar de feiras de Economia Solidária e Fóruns de Cooperativismo e Associativo para agricultores do DF e RIDE; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	80			80	80,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	12	Contribuir para geração de empregos e estimular a economia. (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	-			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	13	Contribuir para a formalização de 300 empresas no Distrito Federal; (SEJUS)	300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	-			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	14	Contribuir para a formalização de 500 empreendedores individuais; (SEJUS)	500	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	-			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	15	Capacitar 400 empreendedores; (SEJUS)	400	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	-			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	16	Criar a Agência Brasiliense de Promoção de Investimentos até 2016; (EP) (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	17	Aprovar legislação que institui a Política de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal, as normas regulamentadoras e as soluções de governança até 2016. (EP) (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

## Análise Qualitativa

### 1. Implantar o Programa de Atração de Investimentos (SEDICT);

#### 2016

Ressalta-se que o Programa de Atração de Investimentos, objeto específico do Componente II do Programa Procidades, cujo desenvolvimento das ações dependem diretamente da concretização das ações 2.1.1 – Consultoria para Elaboração do Plano Estratégico de Atração de Investimentos (Políticas de Desenvolvimento Produtivo) e 2.2.1 – Consultoria individual para apoiar a elaboração de Termos de Referência do Programa de Atração de Investimentos. Assim, o que foi executado, em 2016, foram os termos de referência; os orçamentos e o Edital para a contratação de empresa de consultoria técnica especializada, com o objetivo de elaboração de um Plano Estratégico de Atração de Investimentos. Os documentos para esta aquisição foram submetidos à análise do BID e a avaliação final dos documentos licitatórios será realizada por consultor individual a ser contratado. Cabe informar que os Termos de Referência e os orçamentos para a contratação de consultoria individual, para prestar apoio na elaboração dos Termos de Referência do Programa de Atração de Investimentos, também já foram produzidos. Tais ações deverão ser implantadas em 2017.

#### 2017

O Componente II foi reformulado por completo, por conta da publicação do Decreto nº 38.228, de 25 de maio de 2017, que reestruturou a Secretaria de Economia, dando à Coordenação de Atração de Investimentos (COATI), com a atribuição da promoção, atração, fidelização e ampliação dos investimentos produtivos no Distrito Federal, suprimindo a criação da Agência supragovernamental, Brasília Negócios, e imputando tal responsabilidade à referida coordenação. Ressalte-se que a reformulação foi aprovada junto ao BID e ao colegiado da pasta no final de outubro de 2017. A análise, formulação e elaboração do novo cronograma do componente, que tem aporte do BID na operação de crédito nº 2957/OC BR, prevê 06 (seis) contratações: 01 (uma) uma contratação internacional de empresas para elaboração de Estudo Técnico que resultem em projetos de melhoria do ambiente de negócios, de concessão de benefícios (fiscais ou creditícios), de arranjos produtivos, aglomerados econômicos, distritos industriais ou parques tecnológicos, no DF; 01 (um) Consultor individual para a análise do Ecossistema de Inovação do DF; 01 (um) consultor individual para elaboração de estudo sobre os Arranjos produtivos, Aglomerados Econômicos e vocações empreendedoras de cada uma das áreas de interesse econômico do DF; 01 (uma) contratação de empresa para realização do Censo 2018 das Áreas de Desenvolvimento Econômico ADEs e avaliação estática comparativa com base no censo de 2008 elaborado pela SETE, sobre as ADEs; (02) dois consultores individuais (recursos humanos) para atuarem na estruturação do Plano Distrital de Atração de Investimentos para os próximos anos. Outro destaque importante foi a recepção da Agenda de Longo Prazo para Atração de Investimentos no DF, realizado pela Tendências Consultorias Integradas, que, além do diagnóstico recente da economia local (2016) apontam quatro eixos de atuação para atração de investimentos: Ambiente de Negócios, Infraestrutura, Concessão de Benefícios e Parques Tecnológicos. Estão previstas ainda parcerias com organizações da sociedade civil, representantes da iniciativa privada e do setor produtivo, outros subnacionais e organismos internacionais de desenvolvimento econômico e atração de investimentos. Destacamos a criação do Grupo de trabalho para tratar da Política de Desenvolvimento Econômico do DF, coordenado pela SEDICT e que tem como base nas diretrizes do Projeto de Lei do ZEE-DF, em fase de votação na CLDF.

## 2. implantar projeto de urbanismo e infraestrutura e promover o desenvolvimento empresarial nas ADEs (SEDICT);

2016

No tocante ao Componente IV – Urbanismo e Infraestrutura nas ADES, vale destacar: 1.ADE CENTRO NORTE (CEILÂNDIA): 1.1 Complementação da Pavimentação: projetos de urbanização pronto; orçamentos em revisão, previsão de publicação da Manifestação de Interesse em abril/2017; 1.2 Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana: Projetos de urbanização pronto; orçamentos em revisão; previsão de publicação da Manifestação de Interesse em abril/2017; 1.3 Limpeza e cercamento das Lagoas de Detenção: projetos executivos concluídos; previsão de encaminhamento à comissão de licitação (abril/2017). 2.ADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CEILÂNDIA):2.1 Complementações da Urbanização e Mobilidade Urbana: orçamentos: em revisão pela SINESP; Previsão de licitação das obras em abril/2017. 3.ADE SETOR DE INDÚSTRIA (CEILÂNDIA): 3.1 Drenagem Pluvial: o orçamento está em finalização e ajustes na SINESP; IBRAM já solicitou providências da TERRACAP para dar continuidade a análise da Licença; 3.2 Pavimentações: orçamento em finalização na SINESP; Projeto encaminhado para o BID com vistas a N.O; IBRAM solicitou providências da TERRACAP para dar continuidade a análise da Licença; 3.3 Complementações da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 2.1); 3.4 Limpeza e Cercamento das Lagoas de Detenção: projetos executivos concluídos; previsão de encaminhamento à comissão de licitação (abril/2017). 4. ADE AMA DO GAMA (SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES): 4.1. Desocupação da Área para complementação da Urbanização dos Conjuntos S a Y (chacareiro) - Área desocupada; 4.2. Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 1.2); 4.3. Complementação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): os orçamentos estão em revisão na UGP para posterior encaminhamento ao BID com vistas a N.O; Licenciamento ambiental: Ver observação antes de 4.1; 4.4. Complementação da Rede de Distribuição de Energia dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): CEB deve encaminhar complementação dos projetos (memorial descritivo). O representante da UGL/CEB solicitou reunião com a equipe da UGP para o dia 23/03/2017, para acertar as adequações; 4.5. Pavimentação e Drenagem Pluvial dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): os orçamentos estão em revisão na UGS/SINESP; Previsão da publicação de licitação das obras em abril/2017; 5.ADE POLO JK (SANTA MARIA): 5.1. Linha de Distribuição de Energia: A CEB está concluindo as adequações nos documentos de licitação para o padrão BID. O representante da UGL/CEB solicitou reunião com a equipe da UGP para o dia 23/03/2017, para acertar as adequações necessárias; 5.2. Implantação de Subestação de Energia: Aguardando a Não Objeção do BID para os documentos de licitação; TDR, orçamentos e M.I serão encaminhados ao BID para N.O; 5.3. Drenagem, Lagoas de Amortecimento e Lançamento Final: Aguardando manifestação do BID ao pedido de Não Objeção para as obras; 5.4. Urbanização e Mobilidade Urbana: Edital para contratação dos projetos executivos em elaboração; 5.5. Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 1.2).

Em relação ao Desenvolvimento empresarial nas ADEs – Componente III destaca-se que foi encaminhado Ofício com a Solicitação da **Não Objeção** do BID a fim de antecipar o desenvolvimento do item sob o nº 3.6 - Casa do Empreendedor, cuja previsão está contemplada no POA de dezembro/2016, porém ainda não contemplada no Plano de Aquisições, de Dezembro/2016, em busca de atender ao setor produtivo. Quanto às demais ações deste Componente, salienta-se que estão em fase de definição pela SEDES os respectivos objetos, escopos, cronogramas e orçamentos para discussão com o BID e posterior início dos procedimentos licitatórios.

2017

Em relação às atividades para o Desenvolvimento empresarial nas ADEs – Componente III, o item nº 3.6 - Implantação da Casa do Empreendedor, foi descontinuado pela nova administração que assumiu a SEDICT (na época SEDS) em abril de 2017. Os itens a seguir, referem-se ao Componente III, Plano de Aquisições a partir de abril de 2017: Item nº 4.6 - O Desenvolvimento das ações da SAADE/CODIN, que efetuou a contratação direta (prevista no Regulamento Operacional do Programa - ROP) - do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/DF, por intermédio do contrato nº 07/2017, assinado em 08/08/2017. Contrato em execução, com vigência de 08/08/2017 a 08/04/2018. Item nº 4.7 - Capacitação dos trabalhadores nas ADEs - Reunião realizada com a FIBRA/DF, representante do Sistema “S” (SESI, SENAI, SENAT, IEL) no dia 12/09/2017. Para execução dessa atividade, era necessária a capacitação preliminar dos executivos, a qual não foi executada. Foi realizada apenas uma prospecção para identificar possíveis parceiros. No momento, o SENAI de Taguatinga apresentou uma proposta que poderá atender essa etapa do projeto. Item nº 4.8 - foi feita uma reunião para coleta de informações sobre o contrato de Modernização técnica, inovação e acesso a novas tecnologias, com o SEBRAE/DF, no dia 14/09/2017.

Componente 4 – Urbanismo e infraestrutura nas ADEs - 1. ADE CENTRO NORTE (CEILÂNDIA): Tendo em vista a necessidade de adequação e atualização com as normas vigentes, bem como atender as recomendações para aprovação, não houve tempo hábil para realização de licitação. Em razão do exposto as contratações previstas foram interrompidas. Além disso, há que se considerar os prazos dos órgãos controladores (PGDF, TCDF e Ministério Público) para análise e aprovação dos editais. 2. ADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CEILÂNDIA): 2.1. Complementação da urbanização e mobilidade urbana: Os Projetos Executivos e o Orçamento foram revistos, atualizados e aprovados pelos órgãos competentes. O IBRAM concedeu a Licença de Instalação (LI 040/2017) em 27/10/2017, e foi obtida a não-objeção, dando continuidade ao processo pelo BID. A licitação das obras está prevista para fevereiro/2018. 3. ADE SETOR DE INDÚSTRIA (CEILÂNDIA):

3.1 Execução das Obras de drenagem pluvial, de pavimentação asfáltica e de complementação da urbanização e mobilidade urbanas. 4. ADE AMA DO GAMA (SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES): 4.1 Complementação da rede elétrica e iluminação pública: Projeto básico e orçamento de energia elétrica no Setor de Múltiplas Atividades, Conjuntos S, U, V, W, X e Y elaborados pela CEB. Previsão de licitação em fevereiro de 2018. Após a aprovação do Projeto Executivo, será elaborado o Projeto Básico para implantação da rede de iluminação pública. 4.2. Complementação da Infraestrutura de esgoto, conjuntos X e Y do Setor de Múltiplas Atividades - Projeto e orçamento elaborados pela CAESB e atualizados. Foi obtida a não-objeção pelo BID e emitida a Autorização Ambiental nº 030/2017 – IBRAM, bem como a Autorização de Supressão Vegetal. Foi preparada a minuta do edital e o envio dos autos à PGD, para avaliação. 4.3 Complementação da infraestrutura de drenagem e pavimentação asfáltica da ADE, Conjuntos S a Y: Projetos executivos em fase de elaboração em função de adequações necessárias e os orçamentos estão sendo revistos. 4.4. Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana: Projetos executivos em elaboração, devido às adequações necessárias e os orçamentos serão revistos. 5. ADE POLO JK (SANTA MARIA): 5.1 Linha de transmissão de energia, Termo de Referência e orçamento elaborados pela CEB, e publicada Manifestação de interesse em 3/5/2017. A contratação de consultoria para elaboração de projeto executivo de uma linha de transmissão de 138kv foi enviada a PGDF, para análise. 5.2 Implantação de subestação de energia: publicação do edital de licitação em 27/9/2017. O TCDF suspendeu a licitação em 3/11/2017 para atender as medidas corretivas. Correção do edital conforme recomendações do TCDF. 5.3 Complementação de drenagem, lagoas de amortecimento e lançamento final: Publicação do edital de licitação em 12/7/2017. TCDF suspendeu a licitação para as devidas correções e/ou justificativas. Correção do edital, dos projetos e do orçamento. Publicação do aviso de reabertura da licitação em 10/11/2017 e novamente o TCDF analisou o edital. 5.4. Complementação de pavimentação da 1ª e 2ª etapas e complementação da urbanização e mobilidade urbana: Projetos executivos em elaboração.

### **3. Fomentar o desenvolvimento dos polos econômicos da Região Metropolitana – RIDE (SEDICT);**

**2016**

Não houve execução desta meta em 2016.

**2017**

O Conselho da RIDE (COARIDE), ficou em torno de 03 (três) anos sem se reunir, retomando suas atividades no final de 2017. A partir desta data passou-se a elaborar projeto de interesse da RIDE em parceria com o Sebrae/DF e Sebrae/GO, além de receber proposta de projetos do Setor Produtivo. O projeto está em fase de conclusão com o nome de Projeto Líder, objetivando incluir os Agentes de Desenvolvimento Econômico – ADT, nas regiões da RIDE, estimulando o desenvolvimento econômico da localidade, levando palestras, orientações, desburocratização, simplificação e fomento ao crédito. A SURESP/SEDICT mantém assento como membro no Conselho de Desenvolvimento, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal – CODESE/DF, especificamente na Câmara Temática Eixo Brasília Goiânia e RIDE e nas reuniões com o Setor Produtivo, onde são tratados assuntos relativos ao desenvolvimento econômico das referidas cidades e municípios que compõe a RIDE. Essas reuniões acontecem quinzenalmente. Há também parceria técnica com a CODEPLAN que fornece estudos de vocação econômica das Regiões Administrativas e dos Municípios, mapeamento do Setor Produtivo e potenciais ambientes de negócios para desenvolvimento de novos empreendimentos.

### **4. Implantar 100 % da Política de Desenvolvimento Econômico (SEDICT);**

**2016**

Não houve execução desta meta em 2016.

**2017**

A SEDICT dentro da parceria com o BID - PROCIDADES, irá contratar, em 2018 serviços de consultoria que realizará estudo para orientar as iniciativas da criação da Política de Desenvolvimento.

### **5. Firmar 20 Parcerias Público-Privadas e promover 20 concessões ou permissões de serviços públicos, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso (SUPPE/SEF). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

As parcerias público/privadas ou concessões referem-se às mais variadas áreas de atuação, desde mobilidade, lazer, cultura, entretenimento e desenvolvimento econômico e social. Dentre os projetos em desenvolvimento no âmbito desta Subsecretaria de parcerias Público-Privadas, hoje, pertencente à estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Fazenda, destaca a seguir o andamento das propostas de PPP: Via Transbrásilia e Iluminação Pública, tiveram os estudos concluídos e seguirão para avaliação pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos –

UNOPS; Centro de Convenções Ulysses Guimarães, encontra-se sob avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF; Shopping Popular, está na fase de desenvolvimento dos estudos; Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek e Complexo Esportivo e de Lazer do Guará – CAVE, ambos em fase de desenvolvimento dos estudos.

**2017**

Concluíram-se os seguintes estudos dos projetos: a) Complexo Esportivo e de Lazer do Guará - CAVE; b) Shopping Popular; e c) Via Transbrásilia. Seguem em fase de estudos os projetos: a) Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek; e b) Iluminação Pública. Também em 2017, foi publicado o Edital de Concorrência Pública 001/2016/SEF, para concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que ocorrerá em 27/03/2018.

#### **6. Implantar o Projeto Cidade Aeroportuária na Região Administrativa de Planaltina/DF (SEDICT);**

**2016**

Trata do processo da gestão do Termo de Convênio nº 036/2013, formalizado entre a União e o Distrito Federal, cujo objeto é a delegação para exploração do aeródromo de Planaltina (SWPV). O Processo de Contratação do Plano Aeroviário do Distrito Federal foi suspenso temporariamente, em razão da crise financeira enfrentada pelo GDF que teve que priorizar outras ações.

**2017**

A respeito das tratativas em andamento quanto ao Convênio nº 36/2013, o processo foi encaminhado a Casa Civil, para que a autoridade signatária, o Excelentíssimo Sr. Governador, se pronunciasse quanto ao interesse do governo do GDF dar continuidade ou não ao referido Convênio. Após avaliação a Casa Civil do GDF restituiu a esta Secretaria de Estado, para que, na qualidade de responsável pelo Convênio, procedesse uma avaliação técnica e definisse quanto à pertinência ou não de continuidade do mesmo. Neste momento estamos realizando as análises e avaliações necessárias, efetuando estudos e consultas aos atores envolvidos para apresentação de uma resposta definitiva.

#### **7. Implantar o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET (SEDICT);**

**2016**

O Projeto de Desenvolvimento Territorial, dentre outras ações, oferece aos micro e pequenos empresários da região cursos, oficinas e palestras além de consultorias personalizadas, (de acordo com suas demandas e necessidades). Desta forma, o empresário irá participar de capacitações e receber um consultor dentro de sua empresa, sem a necessidade de se deslocar e deixar seu local de trabalho. As comunicações entre a SDES, o Sebrae e as RA's, são os Agentes de Desenvolvimento Territorial-ADT, que ficam na sala do empreendedor que funciona dentro das Regiões Administrativas, a meta é implantar a sala em todas as RA's.

**2017**

Em parceria com o Sebrae/DF, realizamos cursos de atualização para treinar os ADTs, na formalização de microempreendedor individual, emissão de nota fiscal eletrônica, registro de licenciamento de empresa, através da implantação da plataforma do RLE@Digital.

#### **8. Implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim) (SEDICT);**

**2016**

O sistema de Registro de Legalização das Empresas – RLE, foi totalmente implantado, faltando apenas aperfeiçoamentos que poderão surgir ao longo de sua execução.

**2017**

Buscando agilizar a abertura, licenciamento e baixa de empresa, alteramos a plataforma do RLE para RLE@Digital, onde atualmente ocupamos o primeiro lugar no ranking nacional em integração do sistema.

#### **9. Implementar as ações do tratamento direto das compras públicas (Licitação Exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE (SEDES);**

**2016**

Foram efetuamos 80% (oitenta por cento) das ações, referente a compras públicas; Criação da legislação; elaboração de editais, credenciamento dos estabelecimentos comerciais de papelaria para o cartão material escolar em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

**2017**

Foram efetuados o credenciamento de 271 microempreendedores individuais, através de chamada pública, para prestação de pequenos reparos nas escolas públicas de São Sebastião, nas especialidades de: eletricista, bombeiro hidráulico, serralheiro, pintor, chaveiro, jardineiro, técnico em informática, técnico em eletrodoméstico e pedreiro.

#### **10. Elaborar 300 projetos de crédito do Prospera para produtores rurais do DF e RIDE (EMATER);**

**2016**

Elaboração de projetos de crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 4.408.571,31 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando no aumento da produção agropecuária do Distrito Federal.

**2017**

Elaboração de projetos e crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 4.231.281,97 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando o aumento da produção agropecuária do Distrito Federal. Devido as questões relacionadas a crise econômica enfrentada pelo Brasil e a crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal, no ano 2017, o acesso ao crédito rural foi reduzido, uma vez que os produtores enfrentaram maiores dificuldades e incertezas no desenvolvimento das atividades produtivas.

#### **11. Realizar e participar de feiras de Economia Solidária e Fóruns de Cooperativismo e Associativo para agricultores do DF e RIDE (EMATER);**

**2016**

A EMATER incentiva a participação dos seus agricultores na comercialização de espaços referentes à economia solidária como feiras, eventos e espaços físicos, como o espaço na Torre de TV Digital, onde agricultores participam da comercialização em espaço coletivo. Foram realizadas através do apoio da Emater cerca de 8 ambientes de comercialização solidária com a participação de 72 agricultores e artesãos. Ocorreram exposições e comercialização de artesanatos, produtos de agroindústria, orgânicos, lanches, plantas ornamentais e apresentações culturais. São iniciativas de produção própria com comercialização de forma coletiva para o consumidor final.

Em 2016 participaram de espaços solidários: 28 artesãos, 33 agroindústrias (formais e não formais), 11 agricultores de plantas ornamentais, 1 criador de animais exóticos, 4 grupos de orgânicos. Com apoio da EMATER, seus produtos foram expostos e comercializados em espaços e feiras como a Torre de TV Digital, Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, na Agrobrasília, Festa do Morango, Conferência Nacional de Ater (Cnater) e feirinhas locais. No total, foram comercializados R\$ 157.893,00 em produtos da agricultura familiar.

O Fórum com parceria junto à Secretaria de Trabalho não ocorreu em 2016 e com proposta para realizar em 2018.

**2017**

Em 2017 a EMATER-DF continua com ações alternativas econômicas para incrementar a renda das famílias, oportunizando a inclusão social, resgatando a cultura, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como as mulheres, idosos, jovens, agricultores familiares e assentados de reforma agrária; realizou dentro de eventos maiores espaços de feiras de Economia Solidária com a participação dos agricultores de atividades associadas ao turismo rural. Nestes espaços ocorreram a comercialização com a participação de 28 artesãos; 33 agroindústrias (formais e não formais); 11 agricultores de plantas ornamentais; 1 criador de animais exóticos; 4 grupos de orgânicos e fornecimento de 3 alimentação/lanches. Participaram de alguns espaços e feiras como: Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, AgroBrasília, Festa do Morango, Congresso de Agroecologia e Festival das Flores, com a comercialização dos produtos associados ao turismo rural. Comercializaram o valor total de R\$ 157.893,00.

## **12. Contribuir para geração de empregos e estimular a economia (SEJUS);**

**2016**

Esta meta relaciona-se com a implantação de mais uma unidade do NA HORA, voltada para o atendimento ao público empresarial. Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público. A iniciativa para implantação da referida unidade empresarial foi objeto do Processo 400.000.0509/2015, que apresenta projeto básico de adequação física para a implantação do Na Hora no Shopping Popular de Brasília.

**2017**

Embora a SUB/NAHORA tenha solicitado a manutenção desta meta, por meio de e-mail em 13 de setembro de 2017, não houve ações/movimentações nesse sentido. Ao contrário, os gestores recém nomeados informaram que solicitarão a retirada da meta em momento oportuno, pelo mesmo motivo apresentado em 2016.

## **13. Contribuir para a formalização de 300 empresas no Distrito Federal (SEJUS);**

**2016**

Meta Não Encontrada no PPA da SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

**2017**

Embora a SUB/NAHORA tenha solicitado a manutenção desta meta, por meio de e-mail em 13 de setembro de 2017, não houve ações/movimentações nesse sentido. Ao contrário, os gestores recém nomeados informaram que solicitarão a retirada da meta em momento oportuno, pelo mesmo motivo apresentado em 2016.

## **14. Contribuir para a formalização de 500 empreendedores individuais (SEJUS);**

**2016**

Meta Não Encontrada no PPA da SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

**2017**

Embora a SUB/NAHORA tenha solicitado a manutenção desta meta, por meio de e-mail em 13 de setembro de 2017, não houve ações/movimentações nesse sentido. Ao contrário, os gestores recém nomeados informaram que solicitarão a retirada da meta em momento oportuno, pelo mesmo motivo apresentado em 2016.

## **15. Capacitar 400 empreendedores (SEJUS);**

**2016**

Meta Não Encontrada no PPA da SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

**2017**

Embora a SUB/NAHORA tenha solicitado a manutenção desta meta, por meio de e-mail em 13 de setembro de 2017, não houve ações/movimentações nesse sentido. Ao contrário, os gestores recém nomeados informaram que solicitarão a retirada da meta em momento oportuno, pelo mesmo motivo apresentado em 2016.

## **16. Criar a Agência Brasiliense de Promoção de Investimentos até 2016 (EP) (SEDICT);**

**2016**

Não houve execução desta meta em 2016.

**2017**

O Decreto nº 38.228, de 25 de maio de 2017, reestruturou a Secretaria de Economia, criando a Coordenação de Atração de Investimentos com a atribuição da promoção, atração e ampliação dos investimentos produtivos no Distrito Federal, em resposta à proposta de criação Agência de Promoção de Investimentos do DF.



**17. Aprovar legislação que institui a Política de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal, as normas regulamentadoras e as soluções de governança até 2016 (EP) (SEDICT).**

**2016**

Não houve execução desta meta em 2016.

**2017**

A realização desta meta está condicionada ao estudo que irá orientar a elaboração da Política de Desenvolvimento.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1471	MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTO	PESSOA	308.506	31/03/2015	323.931	142.431	340.127	239.041	357.134	374.991	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
1472	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO	%	97,59	31/03/2015	98	99,96	98,5	99,97	98,5	99	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
1473	TEMPO MÉDIO DE ESPERA	MINUTO	13	31/03/2015	11	13,40	10	14,43	8	7	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
1474	TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO	MINUTO	6,27	31/03/2015	6	4,38	5,8	4,34	5,5	5	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1

**Justificativas 2016**

**Indicador 1471** - O índice não foi alcançado devendo-se ao fato de que, visando à diminuição do tempo de espera e do tempo médio de atendimento, a fim de atender à demanda do público assistido, tendo em vista falta de servidores.

**Indicador 1472** - A superação do índice foi alcançada devido ao treinamento e conscientização dos atendentes tanto nos guichês, quanto na recepção. Uma vez que o NA HORA investiu em treinamento dos servidores. Sendo o índice de satisfação medido por cada usuário, tendo à sua disposição quatro opções de avaliação, a saber: ótimo, bom, regular e ruim.

**Indicador 1473** - O alcance do índice de diminuição do tempo não foi atingido devido a alguns fatores como a falta de atendentes, entre outros, que, conseqüentemente caracterizaram altas demandas concentradas de serviços aos órgãos, os quais contribuíram para a majoração no tempo médio de espera.

**Indicador 1474** - O tempo médio que o cidadão em atendimento passa para resolver suas questões, foi reduzido devido a eficiência dos procedimentos adotados pelos atendentes que padronizou o atendimento.

## Justificativas 2017

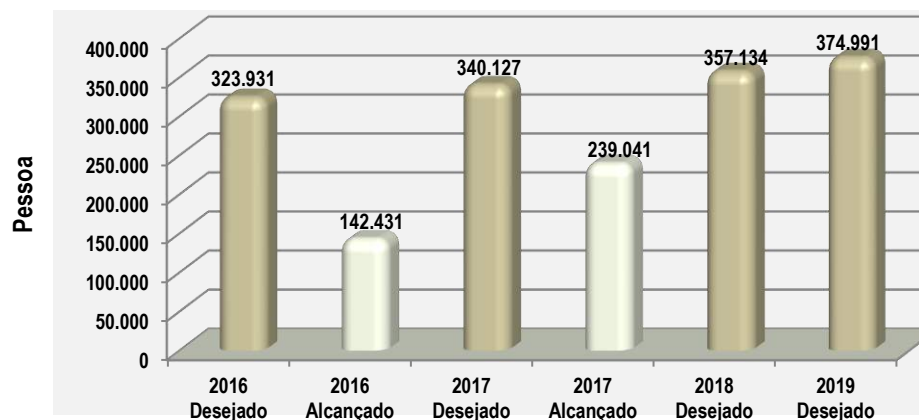
**Indicador 1471** - O atendimento aos chamamentos públicos (aluguel de imóveis), a adequação de mobiliários e divisórias em espaços já destinados à implantação de novas unidades e a redução da substituição de equipes de pessoal que acompanham os projetos de manutenção das atividades do NA HORA constituiriam ferramentas para a expansão dos atendimentos rumo ao índice desejado.

**Indicador 1472** - Embora a quantidade de atendimentos não tenha alcançado o índice planejado, o percentual de satisfação foi superior, considerando-se a proporção no que diz respeito à quantidade de atendimentos em 2017.

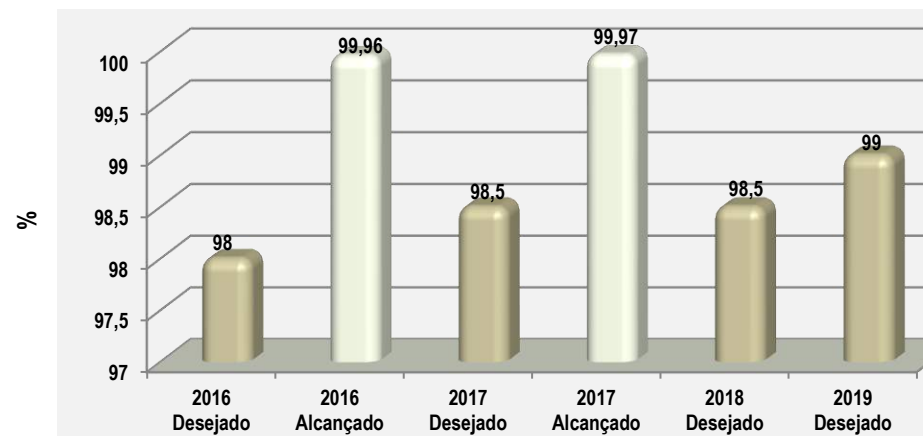
**Indicador 1473** - O aumento do tempo de espera de atendimento atribui-se, entre outros, ao fato de a equipe de pessoal do NA HORA/SEJUS necessitar de incremento tanto do ponto de vista de seu quantitativo (com a realização de concurso público e/ou nomeação para cargos comissionados) quanto do ponto de vista de capacitação técnica (com treinamentos e reciclagens em escolas de governo).

**Indicador 1474** - O tempo médio de atendimento foi reduzido em relação ao índice desejado em cerca de 1',14" o que aponta para uma significativa melhora do atendimento. Espera-se manter a superação da meta nos próximos exercícios.

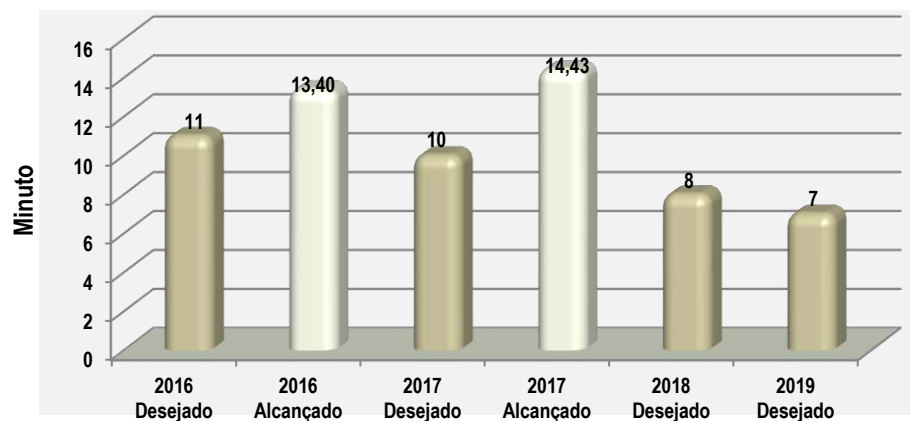
MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTO



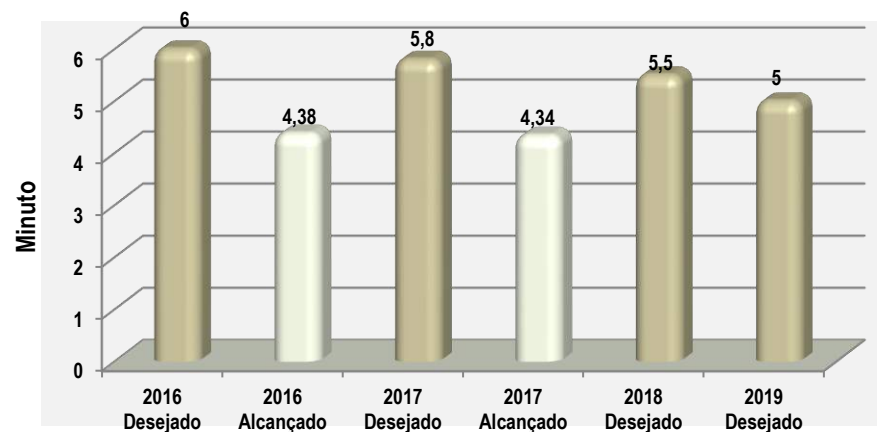
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO



TEMPO MÉDIO DE ESPERA



TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO



**ANALISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTARIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	1	1	Articulação do alinhamento das políticas tributárias com as demais Unidades Federativas;	20101	100	<b>2016</b> Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> Articulação com os estados do Centro-Oeste, no intuito de alinhar os benefícios tributários concedidos na região, conforme a lei complementar 160/2017.
6207	1	2	Fomento à economia solidária por meio da criação de espaços para comercialização de produtos; (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20101	X	<b>2016</b> O circuito ECOSOL – Economia Solidária, Feira de Economia Solidária, é uma iniciativa da Secretaria Adjunta do Trabalho e surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo em média 20 empreendimentos por circuito.
6207	1	3	Implementação de ações de incentivo ao desenvolvimento da Região Metropolitana – RIDE;	20101	25	<b>2016</b> Foram realizadas visitas aos municípios que fazem parte da RIDE, integradas por prefeitos e autoridades municipais, com o fim de debater políticas eficientes e ações possíveis considerando os casos abordados. Nesse sentido, um dos maiores problemas encontrados no exercício de suas funções, fora conseguir o êxito em determinadas demandas quando a ação estava atrelada a outro órgão a resposta por muitas vezes, foram negativa. <b>2017</b> O Conselho da RIDE (COARIDE), ficou em torno de 03 (três) anos sem atividades, retomando sua atuação no final de 2017. Estão sendo elaborados projetos de interesse da RIDE em parceria com o Sebrae/DF e Sebrae/GO, além de propostas de projetos do Setor

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Produtivo.
6207	1	4	Fortalecimento do cooperativismo e o associativismo como fonte de geração de renda; (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20101	X	<b>2016</b> Visando empreender essa ação, foi idealizado o Projeto "Saber Cooperativo" de iniciativa da Secretaria Adjunta do Trabalho e consiste em um circuito de palestras com intuito de compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.
6207	1	5	Incremento e fortalecimento do empreendedorismo;	20101	35	Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> Elaboração de Projeto Líder em parceria com o Sebrae do DF e GO, visando estimular o desenvolvimento dos municípios e regiões administrativas, simplificando, desburocratizando e promovendo o fomento ao crédito. Participação no Conselho da RIDE e nas Câmara Temática Eixo Brasília/Goiânia. Parceria com a Codeplan na elaboração de estudos vocacionais e mapeamento de potenciais ambientes de negócios.
6207	1	6	Disponibilização de áreas para a implantação e ampliação de empreendimentos industriais;	20101	30	Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> O TCDF, através da decisão 5458/2017, suspendeu a disponibilização de áreas para implantação e ampliação de empreendimentos industriais. As realizações referem-se a benefícios concedidos em anos anteriores e implementados em 2017.
6207	1	7	Atração, adensamento e fortalecimento das cadeias produtivas dos setores estratégicos;	20101	80	Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> Contratado a consultoria do SEBRAE/DF, no âmbito do BID, para realizar diagnóstico setorial, capacitação em consultoria de gestão e consultoria para a cadeia produtiva, nas regiões administrativas do DF.
6207	1	8	Promoção da ampliação e diversificação da pauta de exportações do Distrito Federal;	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> Não houve execução em 2017. Esta ação será excluída do PPA, conforme a solicitação da Subsecretaria de Relações com o Setor Produtivo – SURESP.
6207	1	9	Simplificação do acesso a linhas de crédito e financiamento;	20101	15	Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> Está sendo estruturado, junto ao Banco do Brasil, a Caravana do FCO nas Federações, Associações, Sindicatos e em todo o Setor Produtivo. O Banco do Brasil e o BRB foram integrados ao Simplifica PJ.
6207	1	10	Implantação e fortalecimento de soluções de governança necessárias ao desenvolvimento produtivo e à melhoria do ambiente de investimentos;	20101	100	Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> Implantado o Simplifica PJ com a finalidade de simplificar, desburocratizar o atendimento das empresas, fomentar o empreendedorismo visando melhorar o ambiente de negócios, sendo realizado em uma central onde reúnem em um só local, os órgãos responsáveis pela abertura, registro, licenciamento e baixa de empresas.
6207	1	11	Ampliação de opções de incentivos ao desenvolvimento;	20101	30	Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> Em função da decisão do TCDF 5458/2017, de suspensão dos benefícios econômicos, os fundos IDEAS e FIDE foram reativados para as empresas que se encontravam nos programas de incentivos ao desenvolvimento.
6207	1	12	Promoção da ampliação e diversificação do setor produtivo da Região Metropolitana/RIDE para o	20101	20	<b>2016</b> Esta na fase de confecção de projetos.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			aumento da geração de trabalho, emprego e renda			<b>2017</b> Em fase final do Projeto LIDER em parceria com o Sebrae DF/GO e integrante do conselho da RIDE, que tem como função coordenar e decidir sobre a execução dos projetos de interesse da região metropolitana.
6207	1	13	Implementação e incentivo do empreendedorismo;	20101	100	<b>2016</b> Fase de confecção de projetos. <b>2017</b> Realizado através do Projeto Pequenos Reparos, com o credenciamento de microempreendedores individuais e microempresas para prestação de serviços às escolas públicas e participação nas compras governamentais.
6207	1	14	Estabelecimento de compromisso de Estado para garantir a estabilidade e continuidade do projeto da Cidade Aeroportuária;	20101	15	<b>2016</b> Contratação do Plano Aeroviário do Distrito Federal, contudo foi suspenso temporariamente, em razão da crise financeira enfrentada pelo GDF que teve que priorizar algumas ações. <b>2017</b> Estão sendo realizadas análises, avaliações, estudos e consultas aos atores envolvidos.
6207	1	15	Articulação, junto aos agentes financeiros, para implementação de política de crédito rural; (EMATER)	14203	100	<b>2016</b> Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, visando facilitar o acesso dos produtores rurais do Distrito Federal às linhas de crédito rurais disponíveis, como PRONAF, PROSPERA, FDR, FCO, RO. Todas as articulações foram realizadas, inclusive as tratativas junto ao Banco do Brasil para contrato de correspondente bancário agropecuário. <b>2017</b> Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos e da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Inclusive com as tratativas com BB e assinatura do contrato de Correspondente Bancário no país para inclusão de projetos de PRONAF.
6207	1	16	Firmar convênios com os órgãos parceiros por meio de termos de cooperação; (SEJUS).	44101	100	<b>2016</b> Considerando-se a inviabilidade de implantação do NA HORA EMPRESARIAL, durante o Exercício/2016, não foi possível estabelecer parcerias por meio de termos de cooperação com órgãos públicos que atuam especificamente junto às empresas empresários. <b>2017</b> Foram renovados 6 (seis) termos de cooperação do NA HORA: DETRAN, DFTRANS, Receita Federal, TRE, CODHAB e CAESB. Firmou-se, ainda, dois novos termos de cooperação com os Correios e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – MTE
6207	1	17	Elaborar o Plano de Desenvolvimento Empresarial do Distrito Federal, em parceria com o setor privado. (EP)	20101	100	<b>2016</b> Não houve execução desta meta em 2016. <b>2017</b> Parceria com a CODEPLAN para fornecer estudos sobre a vocação econômica das Regiões Administrativas e dos Municípios. Mapeamento do Setor Produtivo e de potenciais ambientes de negócios.

## Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2017

Visando alcançar o Objetivo Específico em análise, em 2016 foram desenvolvidas diversas ações do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES II, cujos objetivos, também, prevê: desenvolvimento econômico, mediante melhoria nas condições para a atração de investimentos, urbanismo e infraestrutura, bem como, a promoção e o desenvolvimento empresarial no DF, o qual contou com a participação da Companhia Energética de Brasília e Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, possibilitando o suporte ao Componente IV do Programa (melhoria das condições urbanas de infraestrutura nas ADEs ) com estudos para o investimentos nas áreas de saneamento urbano, iluminação pública e demais aspectos de infraestrutura.

Também foi implantado o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET, com o objetivo de desenvolver e fortalecer as atividades produtivas locais, geradoras de emprego e renda, através do fomento ao empreendedorismo baseado no potencial de oportunidades e vocações locais, de modo a contribuir com a inclusão produtiva e geração de novos negócios, com a implementação e potencialização de seus eixos de atuação.

*Público Alvo:* Pequenos negócios existentes nas 17 (dezesete) Regiões Administrativas do DF – RA/DF, sendo Microempreendedores Individuais – MEI; Microempresa – ME; Potenciais Empresários; Potencial Empreendedor; *Ações de Atendimento:* Conhecimento e informação qualificada do território; Articulação de uma rede de cooperação público e privada; Outros Atendimentos – Geração e fortalecimento dos pequenos negócios; SEI; Na Medida; Negócio a Negócio; Sebraetec; Educação Empreendedora; Acesso a Mercados; *Regiões Administrativa beneficiadas:* 17 Regiões Administrativas com 46 pontos de aglomerados subnormais Gama: Ponte Alta e Engenho das Lajes; Brazlândia: Vila São José; Planaltina: Vila Pacheco, Vale do Amanhecer, Quintas do Amanhecer, Vale do Sol, Arapoangas e seus 21 pequenos condomínios, Estância, Mestre D'armas, Vila Nossa Sra. De Fátima; Paranoá: Toda região; Itapoã: Toda Região; Ceilândia: Condomínio Sol Nascente, Por do Sol e Privê; Samambaia: Quadra 800, 1000 e Expansão da Samambaia; Santa Maria: Condomínio Porto Rico; São Sebastião: Morada do Bosque, Vila Nova, Bela Vista, Residencial Vitória, Vila Boa e Morro da Cruz ;Recanto das Emas: Agua Quente e Quadras 500, 600 e 800; Riacho Fundo: Sucupira; Riacho Fundo II: CAUB I e II; Varjão: Toda Região; SCIA – Cidade Estrutural: Toda Região; Sobradinho II: Sobradinho dos Melos, Vila do Menê e Vila Rabelo e transversais; Sobradinho I: Nova Colina, Nova Dignéia e Vila Denocs; Fercal: Toda região; Obter índice de aplicabilidade dos produtos e serviços realizados com o projeto. *Resultados esperados:* Obter índice de satisfação dos clientes atendidos pelo projeto, aumentar o número de pequenos negócios que fornecem para o Governo do Distrito Federal e Governo Federal, aumento da nota da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal, Aumento da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal. Salas do Empreendedor funcionando de acordo com os requisitos do Termo de Referência publicado pela UDT Nacional, Nomeação dos Agentes de Desenvolvimento com planos de trabalho estratégicos.

Acrescenta-se que foram estabelecidas parcerias entre a SEDES, Regiões Administrativas - RA's e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, para que juntos atuem como agentes de Desenvolvimento Territorial – ADT. Os empresários das diversas Regiões Administrativas poderão participar de capacitações além da possibilidade de contar com a presença de um consultor em sua empresa.

Destaca-se entre as ações realizada em 2016 a implantada a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIMPLES, uma ação que integra os diversos órgãos e entidades responsáveis pelo registro e legalização de empresas no âmbito da União, Estados e Municípios, com a utilização do Sistema Nacional Informatizado – RLE. Desse modo, os procedimentos unificados e simplificados no REDESIMPLES veem agilizar a abertura, alteração cadastral, licenças de funcionamento e baixas de empresas.

O diferencial da REDESIMPLES é dar fé a palavra do cidadão, substituindo a apresentação de documentos e vistorias prévias por declarações. Outra inovação é a desvinculação de processos como o Habite-se no ato de abertura e legalização de empresas. Essas medidas são importantes para simplificar e agilizar a etapa de licenciamento de atividade, maior gargalo do processo de abertura. Iniciada como piloto no Governo de Brasília a REDESIMPLES permitirá a criação e a legalização de empresas com significativa redução de esforços, custo e tempo. O cidadão poderá realizar qualquer processo (abertura, alteração ou baixa de empresas) pela internet, desde de que possua um certificado digital.

Com relação às Ações do Tratamento Direto das Compras Públicas (licitação exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE, foi editado o Decreto nº 36.820/2015, de 21 de outubro de 2015, que escabece as garantias e regras da *participação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e aos Microempreendedores Individuais nos processos de contratações de serviços, obras e aquisições do Distrito Federal*. No âmbito desse projeto, ressalta-se que no ano de 2016, a SEDES credenciou 271 papelarias para participarem do Programa Cartão Material Escolar, que dentro de sua finalidade também visa fomentar o comércio local.

No sentido de contribuir para o fomento e dinamizar a atividade econômica do DF, com maior atratividade aos equipamentos públicos, maior geração de emprego e renda e incremento na arrecadação tributária do DF, o Governo de Brasília desenvolveu diversas ações objetivando firmar Parcerias Público Privada de alguns equipamentos públicos de Brasília, entre estes o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, encontra-se sob avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF; o Shopping Popular, está na fase de desenvolvimento dos estudos; o Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek e o Complexo Esportivo e de Lazer do Guará – CAVE, ambos em fase de desenvolvimento dos estudos.

No que tange a criação de políticas públicas inovadoras e sustentáveis visando às potencialidades do DF e RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômica, destaca-se a chamada Economia Solidária – ECOSOL, O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES (diversidades de atores que interagem entre si e se apoiam coletivamente), que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Assim, o Governo, por meio da Secretaria Adjunta de Trabalho, em 2016, realizou 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE, com a inauguração prevista para abril de 2017.

Com o objetivo de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável propôs-se o Projeto “Saber Cooperativo”, trata-se de circuito de palestras “Saber Cooperativo” que é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho.

Em 2016 foram realizadas diversas ações nesse sentido, destacam-se a palestra “Saber Cooperativo” que aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. Destaca-se, também, que no segundo semestre de 2016, foram realizadas 4 palestras “Saber Cooperativo”, reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

Em abril de 2017, a Secretaria de Desenvolvimento Ciência, Inovação e Tecnologia - SEDICT - passou por uma mudança de gerenciamento, onde alguns objetivos específicos foram revisitados e revistos pela nova gestão. Considerando as dificuldades econômicas e financeiras que iniciaram em 2015, e que continuou avançando inclusive no ano de 2017, a SEDICT, adotou como forma de continuidade aos planos de ação a construção de parcerias, tanto no âmbito governamental como no setor privado. Entre elas destacamos a parceria com o SEBRAE/DF e órgãos do governo (Agência de Fiscalização do DF - Agefis; Banco de Brasília - BRB ; Conselho Regional de Contabilidade do DF; Corpo de Bombeiros Militar do DF; Instituto Brasília Ambiental - Ibram; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Junta Comercial do DF; Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Secretaria das Cidades; Secretaria de Fazenda; Secretaria de Gestão do Território e Habitação – Central de Aprovação de Projetos ; Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social; Secretaria de Saúde – Diretoria de Vigilância Sanitária e Receita Federal do Brasil). Esse conjunto de parceiros institucionais possibilitou a instalação do Simplifica PJ - órgão centralizador para o acolhimento das demandas dos empresários. Nesta unidade de atendimento, os empreendedores poderão legalizar empresas com significativa redução de esforços, custos e tempo, com acesso a serviços de abertura, alteração ou baixa de empresas. Esses procedimentos abreviaram significativamente os processos que demoravam, no mínimo, 45 dias. Essas ações, aperfeiçoaram o ambiente de negócios, facilitando a atração de novas empresas

No que diz respeito à atração de investimentos, foram iniciados estudos para orientar os programas a serem realizados na área, sendo eles: realização do Censo nas ADE's para avaliação do desempenho do antigo modelo do PRO - DF; assessoria na formulação do Plano Distrital de Atração de Investimentos – PDAI; mapeamento do ecossistema de inovação e identificação dos aglomerados com vocações econômicas; e contratação de empresa de nível internacional para estudo técnico em projetos na área de Concessão de Benefícios, Infraestrutura e Ambiente de Negócios.

O programa PROCIDADES lançou 03 (três) manifestações de interesses nas áreas de infraestrutura e urbanismo, sendo eles: 1) execução da supervisão civil e ambiental das obras; 2) execução do programa de comunicação social e educação ambiental nas ADEs, contempladas pelo PROCIDADES; e 3) elaboração do projeto executivo de linha de distribuição de energia elétrica a ser implantada na ADE Polo JK . Em continuidade foram realizados os editais de licitação para a contratação: 1) das obras de complementação da drenagem pluvial da ADE Polo JK; 2) das obras de complementação da infraestrutura das ADEs ; e 3) fornecimento de 02 (dois) transformadores para a subestação de energia elétrica na ADE Polo JK.

Importante salientar que em 30 de agosto de 2017, a Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SACTI/DF passou a integrar a estrutura da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do Decreto n ° 38.456/2017, o que ampliou sobremaneira as demandas desta Unidade considerando o intenso fluxo de trabalho recepcionado, aliado à proximidade com o final do exercício financeiro. Apesar das dificuldades naturais de adequações, realizou-se o possível para garantir a regular continuidade dos contratos, convênios e ações que já se encontravam em andamento naquela Secretaria.

Destacamos também a assinatura e publicação da Portaria Conjunta nº 01 – SEDICT/SEF, de 22/05/2017 (DODF nº 98, de 24/05/2017), o Financiamento Especial para o Desenvolvimento – FIDE, que foi reativado, tendo sido beneficiadas 09 (nove) empresas cujos projetos foram aprovados pelo Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - COPEP/DF, em 2017. Tal benefício consiste na concessão de empréstimo bancário, em até 25% sobre o faturamento mensal, para atender às operações interestaduais realizadas pelas empresas incentivadas, especialmente o setor atacadista, na tentativa de se igualar as condições oferecidas pelo Estado de Goiás. O FIDE tem como fonte os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - FUNDEFE e como agente financeiro o Banco de Brasília – BRB. O Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial também foi reativado com a assinatura e publicação da Portaria Conjunta nº 03 – SEDICT/SEF, de 14/09/2017 (DODF nº 180, de 19/09/2017), tendo sido beneficiadas 06 (seis) empresas cujos projetos foram aprovados pelo Conselho de Gestão para o Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Sustentável - CG IDEAS. O benefício consiste na concessão de financiamento para instalações, capital de giro e produção a indústrias no DF, em até 13% do faturamento bruto mensal. Assim, como no FIDE, os recursos que amparam o IDEAS Industrial são provenientes do FUNDEFE, sendo o Banco de Brasília – BRB o agente financeiro.

Com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de gestão da Secretaria, pretende-se adotar no próximo exercício a Gestão dos Riscos, melhorando o processo de decisão, diminuindo a incerteza e promovendo a transparência e a melhoria contínua dos processos da organização. Com a adoção dessa ferramenta a Secretaria pretende adquirir a capacidade de melhor identificar eventos com potencial de riscos estabelecendo respostas a estes, reduzindo surpresas e custos ou prejuízos associados. As soluções para mitigação dos riscos poderão contemplar desde revisão de processos, bem como a inclusão de controles em sistemas, criação de relatórios e indicadores de desempenho, políticas de procedimentos, implantação de mecanismos de monitoramento e controle. Espera-se, com as diretrizes fixadas em 2017, que o exercício de 2018 se desenvolva de maneira mais eficiente, impessoal e transparente.

## **EMATER**

Em termos de política agrícola de fomento, prestamos serviços na divulgação, elaboração e acompanhamento técnico dos projetos de crédito, além de verificar o andamento destes, junto aos agentes financiadores, sendo um instrumento facilitador no acesso ao crédito. Neste ano de 2017, ainda existem reflexo dos problemas relacionados à crise econômica vivida pelo País, o acesso ao crédito rural pelos produtores foi diminuído devido a dificuldades como garantias, endividamento e insegurança para investimento, dentre outros. Destaca-se a oferta de crédito pelas linhas do Governo do Distrito Federal onde foram contratados cerca de 250 projetos do Prospera, totalizando cerca de R\$ 4.230.000,00 e Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR com a contratação de 19 projetos, totalizando cerca de R\$ 2.450.000,00 enquanto no ano de 2016 os números eram de 250 projetos do Prospera, no valor de R\$ 4.400.000,00, e 15 projetos no FDR no valor de R\$ 1.873.296,03. Os principais itens financiados são custeio agropecuário, matrizes bovinas, veículos utilitários, estufas agrícolas, dentre outros, possibilitando um efeito multiplicador nas variáveis macroeconômicas como geração de renda e aumento no consumo

## **SEF**

Ressaltamos que este Relatório foi baseado nas informações prestadas pelas seguintes Unidades da SEF/DF: Coordenação de Cobrança Tributária-CBRAT, Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito GEFMT, Assessoria de Estudos Econômicos-Fiscais – AEF/SEF/DF, Gerência de Julgamento e Contencioso -GEJUC e Subsecretaria do Tesouro- SUTES.

## **SEJUS**

Em 2016, a SEJUS quanto ao Programa temático 6207- Brasília Competitiva, no objetivo específico 001- Ambiente de Negócios: “Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das potencialidades do DF e RIDE” têm no seu alcance a meta número12 – Contribuir para geração de empregos e estimular a economia, meta esta que engloba a implantação de mais uma unidade do NA HORA, voltada para o público empresarial e que, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançá-la já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.



Em relação aos indicadores de desempenho, o indicador “Média mensal de atendimento” não atendeu, no ano de 2016, o número de atendimentos desejados em função do déficit quantitativo de servidores; do aumento de serviços prestados pelo NA HORA e em razão da ampliação de parcerias estabelecidas em 2016 com a Defensoria Pública do Distrito Federal, com a Rodoviária Federal e com a CODHAB. O indicador “índice de satisfação” foi alcançado por ocasião de treinamento, capacitação e conscientização dos atendentes de guichês e das recepções das unidades do NA HORA. O indicador “tempo médio de espera” não foi atingido em razão de fatores associados à insuficiência nos quadros de pessoal das unidades do NA HORA, o que contribuiu para o aumento do tempo médio de espera do cidadão; e o indicador “tempo médio de atendimento” foi atendido e reduzido devido à eficiência dos procedimentos adotados pelos atendentes após uma padronização do atendimento.

Em relação às ações não orçamentárias, a ação “firmar convênios com os órgãos parceiros por meio de termos de cooperação” não foi estabelecida considerando a inviabilidade de implantação do NA HORA Empresarial durante o exercício de 2016. Desta forma, não foi possível estabelecer parcerias por meio de termos de cooperação com órgãos públicos que atuam especificamente junto às empresas.

Em 2017, com o propósito de dar maior transparência aos serviços prestados nas Unidades do Na Hora e de conferir maior agilidade no atendimento ao cidadão, a Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA firmou parcerias com os Correios e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - MTE, o que provocou um aumento de 22% nos atendimentos comparados à 2016. O objetivo destas parcerias foi de ampliar o atendimento à população. A SEJUS também renovou os Termos de Cooperação com o DETRAN, Receita Federal, TRE, CODHAB, DFTRANS e CAESB visando dar agilidade à prestação de serviços públicos ao cidadão.

Importante ressaltar que as unidades do NA HORA ainda apresentam déficit quantitativo de servidores o que implica em um número de atendimentos inferior à meta desejada, mas, em relação ao índice que mede a satisfação e tempo médio de atendimento, foi possível cumprir a meta devido à capacitação profissional dos servidores, devido à padronização do atendimento e ao controle de qualidade do serviço prestado.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**002 – BRASÍLIA CRIATIVA: Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEDICT**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	1	Institucionalizar 4 territórios criativos; (SEDICT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	2	Mapear os setores criativos de 20 Regiões Administrativas do DF; (SEDICT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	3	Implantar o Polo de Desenvolvimento Intensivo em Economia Criativa; (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
				29/12/17)										
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	4	Capacitar 200 Artesãos Rurais nos aspectos da Produção, da Gestão e da Comercialização do Artesanato. (EMATER)	200	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	88	99			187	93,5%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	5	Disponibilizar espaço para uso em modelo de gestão compartilhada, que estimule a Cultura, a troca de Saberes e o Desenvolvimento Colaborativo de Tecnologias Digitais Livres e de Gestão Compartilhada. (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	X	X	X	X	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	6	Qualificar 600 agentes criativos nos aspectos de modelagem de negócios e gestão de empreendimentos (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	600	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	570			570	95,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	7	Acelerar 30 empreendimentos dos setores criativos (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	30	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	8	Elaborar 4 planos de desenvolvimento setorial em economia criativa (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%

### Análise Qualitativa

#### **1. Institucionalizar 4 territórios criativos; (SEDICT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

#### **2. Mapear os setores criativos de 20 Regiões Administrativas do DF; (SEDICT), (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

#### **3. Implantar o Polo de Desenvolvimento Intensivo em Economia Criativa. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

#### **4. Capacitar 200 Artesãos Rurais nos aspectos da Produção, da Gestão e da Comercialização do Artesanato (EMATER);**

2016

Foram realizadas diversas ações utilizando métodos coletivos de extensão rural como: oficinas, cursos, reuniões, palestras com o objetivo de capacitar o público rural que se dedica ao artesanato em técnicas de artesanato, qualificação, organização e gestão.

Os artesãos são acompanhados nas comunidades rurais onde os trabalhos com recursos naturais, em retalhos, bordados e bonecas de tecidos, predominam. Os produtores participaram de espaços de comercialização (feiras, exposições), proporcionando inclusão social e econômica.

2017

A EMATER-DF deu continuidade à capacitação ao artesanato, principalmente incentivando os trabalhos com recursos naturais existentes na localidade e produtos com tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. Além de apoio e capacitação aos (às) artesãos (ãs) da área rural do DF na produção e qualificação, também apoiou na busca de mercado para comercialização de seus produtos e inserção nas políticas públicas. Frente aos trabalhos realizados neste segmento foram alcançados os seguintes resultados: 227 pessoas atendidas e 99 pessoas capacitadas com repetição em técnicas do artesanato, qualificação, organização e outras 28 pessoas encaminhadas para comercialização em feiras e eventos, gerando o montante de R\$ 32.954,00 de renda bruta.

**5. Disponibilizar espaço para uso em modelo de gestão compartilhada, que estimule a Cultura, a troca de Saberes e o Desenvolvimento Colaborativo de Tecnologias Digitais Livres e de Gestão Compartilhada. (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Visando disponibilizar espaço adequado para atender o projeto “Território Criativo – Incubadora Criativa do DF – Criativa Birô”, foi contratada inicialmente, por meio de processo licitatório, no valor de R\$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais) uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte, tendo em vista a necessidade de mudança de espaço e deslocamento de equipamentos e correlatos para a realização do projeto. Considera-se que a meta atingiu aproximadamente 30% de realização, diante da qual o espaço disponibilizado representa uma das principais ações para obter o êxito almejado.

**6. Qualificar 600 agentes criativos nos aspectos de modelagem de negócios e gestão de empreendimentos (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Por meio dos circuitos de oficinas “Como Transformar Criatividade em Negócio” e “Economia Criativa na Prática”, que atravessaram 16 Regiões Administrativas, parte do plano de trabalho previsto no âmbito do Termo de Colaboração nº 10/2017, foram capacitados 570 agentes criativos nos aspectos de modelagem de negócios e gestão de empreendimentos. Considera-se que a meta atingiu 95% de realização.

**7. Acelerar 30 empreendimentos dos setores criativos (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Por meio do “Laboratório de Empreendedorismo e Negócios”, parte do plano de trabalho previsto no âmbito do Termo de Colaboração nº 10/2017, foi lançada convocatória para seleção de 15 empreendimentos criativos nos setores de moda, música e audiovisual (5 de cada setor abrangido) a serem acelerados. Considera-se que a meta atingiu 0% de realização, mas com perspectiva de realização de 50% em 2018.

**8. Elaborar 4 planos de desenvolvimento setorial em economia criativa (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2017

2017 - Por meio do Projeto de Cooperação 914BRZ4020, firmado entre esta Secretaria e a UNESCO, foram contratados dois consultores que subsidiarão o desenvolvimento dos planos setoriais em economia criativa para a música e o audiovisual. Considera-se que a meta atingiu 0% de realização, mas com perspectiva de realização de 50% em 2018.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1475	PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.	%	1,6	31/12/2012	25	-	25	1,4	25	25	SEDES/ CODEPLAN / UO 20101 / OE 2

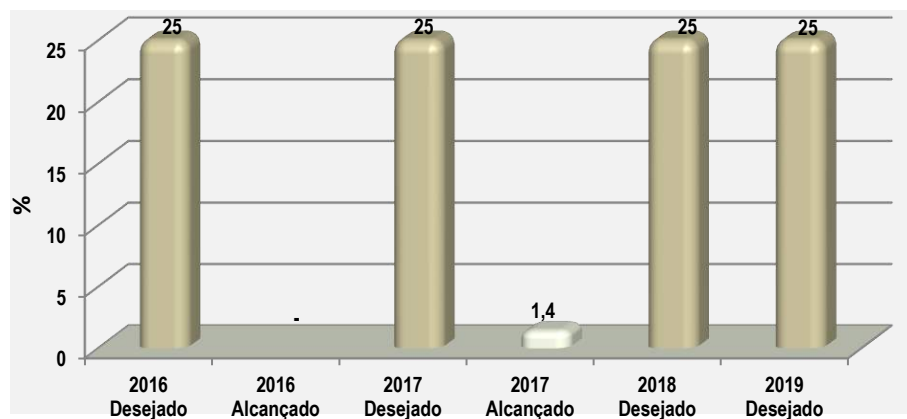
## Justificativas 2016

**Indicador 1475** - O índice mais recente apurado pela CODEPLAN refere-se ao ano de 2014 (1,8%), divulgado em nov/2016. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2015 e 2016 serão divulgadas em 2017 e 2017 e 2018, serão divulgados em 2019 e em 2019 e 2020 serão apurados em 2021, esclare-se que o índice desejado de 25% refere-se ao incremento no índice alcançado do ano anterior.

## Justificativas 2017

**Indicador 1475** - O Índice mais recente foi apurado pela CODEPLAN. Comunicamos que a última informação disponível relativa à solicitação da Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado do PIB/DF refere-se ao ano de 2015 (1,4%), divulgado em novembro/2017. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2016 e 2017 serão divulgadas em 2018 e 2019, respectivamente.

**PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	2	1	Instituição do Fórum de Economia Criativa do Distrito Federal (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	20101	X	<b>2016</b> Ação não realizada.
6207	2	2	Formação de rede de laboratórios de cultura digital, público e privados. (SECULT). (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	<b>2016</b> A ação a ser implementada encontra-se em processo de discussão para execução.
6207	2	3	Instituição do Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	<b>2017</b> A Portaria nº 251, de 30 de agosto de 2017, instituiu o Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal, que também encontra lastro legal no artigo 27 da Lei Complementar nº 934/2017. Foi publicada, no Diário Oficial do Distrito Federal, em 09 de novembro de 2017, a Portaria nº 327/2017, que designa os representantes governamentais e da sociedade civil a comporem o Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal. Em tempo, vale salientar que a primeira reunião ordinária do referido colegiado ocorreu no dia 07 de dezembro de 2017, das 14h às 17h, na Secretaria de Cultura do Distrito Federal.
6207	2	4	Implantação do Espaço de Referência do Território Criativo (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	<b>2017</b> O Espaço Território Criativo foi inaugurado no dia 30 de agosto de 2017, sendo sua gestão operada a partir do Termo de Colaboração nº 10/2017, firmado junto ao Instituto Bem Cultural com o objetivo de realização do projeto Território Criativo. Considera-se que a meta atingiu 100% de realização.
6207	2	5	Implantação de Painel de Indicadores da Economia Criativa do Distrito Federal (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101/ 32201	10	<b>2017</b> Encaminhou-se, junto à Codeplan, o desenvolvimento de um Acordo de Cooperação Técnica que prevê, em seu plano de trabalho, o desenvolvimento de Painel de Indicadores da Economia Criativa do Distrito Federal. A assinatura do ACT está prevista para o dia 20/03/2018.

## Análise do Resultado do Objetivo Específico

### 2016/2017

#### SEDICT

A Economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual, cultura que na sua execução gera valor econômico social. Na indústria criativa estimula a geração de renda, cria empregos e produz receitas de exportação, enquanto promove a diversidade cultural e desenvolvimento humano. Abrange ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários. Trabalhar essa ação é fundamental para o desenvolvimento das cidades, e do País como um todo, já que essas atividades possibilitam um crescimento sustentado ao longo do tempo e têm grande potencial para contornar períodos de crise. A despeito de considerar a importância desse seguimento econômico para Distrito Federal, não foi implementada nenhuma ação no âmbito desse Objetivo Específico no ano de 2016, especificamente, por não haver sido destacado unidade orgânica para coordenar as ações desse seguimento, visto que por meio do Decreto 36.826, de 22 de outubro de 2015, se verifica a extinção da Subsecretaria de Economia Criativa e Solidária, da estrutura da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentado, responsável pelo Objetivo Específico 002– BRASÍLIA CRIATIVA: *Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.*

Em função do Decreto nº 38.228, de 25 de maio de 2017, que reestruturou a Secretaria de Economia foram excluídas das atribuições desta pasta as metas e ações não orçamentárias, referentes ao objetivo específico - Brasília Criativa.

### **EMATER**

O artesanato é uma das opções de geração de renda que as famílias rurais têm à sua disposição, sendo igualmente uma atividade ocupacional e de lazer. Atualmente existem famílias da área rural que tem o artesanato como renda principal e para outras famílias é apenas uma renda complementar no orçamento.

As ações são realizadas no sentido de gerar alternativas que auxiliem na inclusão dos agricultores no processo produtivo, bem como ao estímulo do artesanato, atividade geradora de renda que proporciona a inserção social e a autonomia de mulheres, idosos jovens e agricultores familiares. Nessa área de atuação, é comum a utilização de materiais existentes dentro da propriedade rural para a fabricação dos produtos, como vasos e esculturas em barro, cachepos, bolsas, caixas e diversos outros produtos feitos com fibra de bananeira, flores e sementes do Cerrado. Trabalhar a qualidade do produto para que seja aceito no mercado e preservar o valor agregado pelo conteúdo cultural são as premissas para introdução de produtos no mercado; desse modo, permite – se que as pessoas envolvidas produzam produtos com qualidade e com potencial para comercialização.

### **CODEPLAN**

OBS: A Ação Orçamentária 5 foi lançada como Meta nº 15 no Programa 6203, ver texto na análise qualitativa, parte final.

### **SECULT**

O exercício de 2016 foi investido para equacionar diversas questões relacionadas à realização das atividades previstas conforme segue: a logística de mudança da sede executiva do BSB Criativa, as readequações que se fizeram necessárias no plano de trabalho do Convênio nº 774952/2012 para possibilitar a continuidade das ações e a utilização dos rendimentos para geração de ativos do projeto; o desenvolvimento de edital de chamamento público para seleção de organização da sociedade civil para operar de forma cogeriada o ambiente executivo da ação e das ações empreendidas em seu âmbito; e realização de contratações de serviços e aquisição de equipamentos necessários às novas instalações. Além desses elementos, vale ressaltar, a gestão da proposta, ainda não conveniada, junto ao MinC para fortalecimento da BSB Criativa, Edital aberto pelo Ministério no qual o projeto apresentado pela Secretaria de Estado de Cultura obteve primeiro lugar na classificação. Diante das perspectivas considera-se que o objetivo foi parcialmente alcançado.

Dentre as ações não orçamentárias, foram plenamente alcançadas as referentes à Instituição do Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal e Implantação do Espaço de Referência do Território Criativo, conforme detalhamento acima. Ao que se refere à implantação de painel de indicadores da Economia Criativa do Distrito Federal, vale ressaltar que as tratativas institucionais para encaminhamento da entrega foram desenvolvidas, restando perspectiva de implementação ao longo de 2018. Diante das questões considera-se que o objetivo foi parcialmente alcançado, mas com previsão de sua completa realiza em 2018.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – DESTINO BRASÍLIA:** Promover Brasília como referência nacional e internacional em Turismo, reconhecida pela excelência de qualidade de vida e pelos diferenciais associados a sua arquitetura moderna, identidade e diversidade cultural, criatividade, mobilidade e acessibilidade.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF - SETUL**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	1	Participar de 6 Feiras Nacionais ou Internacionais anualmente (SETUL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	24	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4	3			7	29,2%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	2	Implementar 2 Pólos do Projeto Orla em 4 anos; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	3	Implementar o Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	4	Qualificar 1.000 profissionais do Setor de Turismo ao ano; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	5	Implementação de 70% do Projeto de Capitalidade de Brasília; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	70	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	X	X	X	X	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	6	Implementação do Laboratório de Cultura Digital (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	7	Apoiar 80 eventos visando o incremento do calendário de eventos do DF (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	80	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	59			59	73,8%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	8	Realizar 60 ações de promoção de Brasília em eventos com fluxo turístico (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	60	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	15			15	25,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	9	Captar 06 eventos/ano geradores de fluxo turístico para Brasília (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do	18	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	14			14	77,8%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
				PPA nº. 6061, de 29/12/17)										
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	10	Viabilizar a comercialização do artesanato do DF em 80 eventos locais, regionais ou nacionais/ano (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	240	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	125			125	52,1%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	11	Implementar 02 ações do Plano de Turismo Criativo por ano (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	6	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	2			2	33,3%

## Análise Qualitativa

### **1. Participar de 6 Feiras Nacionais ou Internacionais anualmente (SETUL). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17); 2016/2017**

Em 2016, a SETUL, por meio da Secretaria Adjunta de Turismo participou de duas feiras nacionais, a WTM - World Travel Latin America 2016 e a 44ª ABAV Expo Internacional de Turismo, ambas em São Paulo, e uma feira internacional, a ANATO 2016 em Bogotá, Colômbia. A participação nessas feiras foi viabilizada por meio de parceria com o Ministério do Turismo - MTUR e com a EMBRATUR, seja com passagens aéreas e posto de trabalho (ANATO), seja com a contratação de piso e montagem de estande (WTM e ABAV). A Secretaria, também, atuou no Rio Mídia Center no Rio de Janeiro, o centro de mídia dos jogos olímpicos, com o objetivo de promover Brasília para os jornalistas nacionais e internacionais no maior evento esportivo do mundo. O espaço foi garantido por meio de apoio do MTUR. Em todas as feiras, o objetivo foi promover Brasília. Para isso, a Secretaria Adjunta de Turismo fechou uma extensa agenda de reuniões com os principais operadores turísticos com o objetivo de estreitar o relacionamento com o trade turístico e profissionais da indústria do turismo, estabelecer parcerias e dar maior visibilidade ao Destino Brasília no mercado nacional e internacional. A meta era participar de 10 feiras, mas, por conta de restrição orçamentária com relação às despesas com viagens, ela não foi alcançada. Essa meta é considerada razoável se comparada aos destinos brasileiros e internacionais que melhor se posicionam e atraem considerável fluxo de turista, por isso, avalia-se que é necessário haver mais investimento em 2017 para que se possa alcançar a meta de dez feiras, e posicionar Brasília como um destino atraente e criativo.

Em 2017 a SETUL fez poucas investidas em ações promocionais em feiras e eventos fora de Brasília, devido à determinação estabelecida no Decreto nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016, de reduzir em 10%, em relação ao exercício anterior, os gastos com passagens aéreas. Porém, destacamos a importância da participação da Secretaria nos eventos do mercado turístico, tendo em vista a necessidade contínua de promoção e de melhor entendimento das perspectivas dos trades local e internacional, já que as feiras de turismo são uma das ferramentas que melhor proporcionam tal aproximação.

Assim, os eventos em que Brasília esteve presente, são:

- **WTM LatinAmerica (abril/2017) em São Paulo/SP** - A participação da Secretaria foi um importante mecanismo para a apresentação de argumentos de vendas do destino Brasília para o trade turístico internacional e nacional. Foram realizados aproximadamente 100 encontros com diversos atores do trade turístico, quando foi possível obter uma dimensão mais prática e comercial do produto Brasília. Durante toda a feira realizou-se atendimento aos Agentes de Viagem elucidando questões sobre o destino Brasília e sobre o papel da Secretaria Adjunta de Turismo. Além de fomentar a participação dos integrantes da Missão do SEBRAE/DF, tendo também aproveitado a oportunidade para entender as dificuldades de venda do destino e se colocar à disposição do mercado. Diante da participação foi possível o estreitamento e fortalecimento do relacionamento com o trade turístico. Além disso, foi possível conhecer melhor o panorama do mercado atual, tanto de operadoras como de agências de viagem e as ferramentas de trabalho mais adequadas para o mercado em 2017/2018.

- **45ª ABAV - Expointernacional de Turismo & 48º Encontro Comercial Braztoa – Setembro/2017 em São Paulo/SP** - A participação da Secretaria em tal ação visou a continuidade em ampliar o conhecimento do trade nacional e internacional sobre a diversidade da oferta turística brasiliense, estimulando a formação de parcerias e a geração de negócios, ampliando



e fortalecendo os processos de segmentação mercadológicos do turismo em Brasília. Para o alcance de tais objetivos foram realizados aproximadamente 300 atendimentos diretos aos agentes de viagem no estande de Brasília. Os agentes buscavam informações acerca da promoção de turística de Brasília e, principalmente, os produtos que vêm sendo trabalhados no conceito de turismo criativo.

**Adventure Fair – Outubro/2017 em São Paulo/SP** - Trata-se da principal feira do mercado de aventura e ecoturismo, proporciona o contato direto entre a marca e o público final e ambiente para fazer negócios. São 3 dias de exposição privilegiada para um público de cerca de 30 mil visitantes qualificados. O evento é reconhecido como referência na prática de atividades ao ar livre, envolvendo toda a indústria de turismo e esportes de aventura. É o canal que atua frente ao segmento, oferecendo suporte e benefícios que impulsionam o mercado durante todo o ano. A participação neste evento não gerou custos ao GDF, tendo em vista que o servidor representou Brasília custeando as despesas com recursos próprios.

## **2. Implementar 2 Pólos do Projeto Orla em 4 anos; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

A gestão das ações em relação ao Projeto Orla, atualmente está sob a responsabilidade da Casa Civil. Em 2016 foram realizados 56% do Projeto Orla Sul, executado com recursos da TERRACAP, o qual prevê, entre outros itens, a construção de calçadões de madeira, parques, ciclovias e estacionamentos.

## **3. Implementar o Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Foram desenvolvidas ações no sentido de implementar o Centro de Artesanato, inclusive com o estabelecimento de parceria com o Sebrae, contudo, o Governo de Brasília ainda não identificado local que atendesse a necessidade. Assim, por falta a disponibilidade de um prédio adequado ou que pudesse ser adequado à implementação do Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira e em face de restrições orçamentárias do GDF e do Sebrae ainda não foi possível implementar esta meta em 2016.

## **4. Qualificar 1.000 profissionais do Setor de Turismo ao ano; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Ação não implementada, especificamente em face das alterações ocorridas na estrutura organizacional desta Secretaria. Os projetos e as responsabilidades pela qualificação ainda estão sendo discutidas junto à SEDESTMID, por meio da Subsecretaria Adjunta de Trabalho, principal órgão do GDF responsável pela qualificação de postos de trabalho de qualquer atividade econômica. Entretanto, em acompanhamento ao andamento dos projetos qualificação daquela Secretaria-Adjunta, identificou-se que não houve priorização para o setor de turismo.

## **5. Implementação de 70% do Projeto de Capitalidade de Brasília; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

O Projeto de Capitalidade de Brasília trata-se de um Macro Projeto, que tem como objetivo *“Renovar o conceito de Brasília como Cidade-símbolo da modernidade no Brasil e no mundo mediante o Plano de Posicionamento de Brasília no qual, sobre a base de suas potencialidades, dê uma resposta inovadora e sustentável aos profundos desafios de mudanças sociais, econômicas e culturais do século XXI, com base na história, vontade e expectativas do povo brasileiro e também dos brasilienses”*. Este projeto reúne inúmeras iniciativas/projetos. Dentro do roll de projetos foram desenvolvidos o Plano de Turismo Criativo, elaborado de forma participativa e lançado em novembro de 2016; Criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo formada por entidades representativas do mercado e a Secretaria de Turismo que tem se mobilizado para reposicionar o destino Brasília; Lançamento do concurso da marca Brasília, bem como lançamento do portal do concurso ([www.marcabrasilia.com.br](http://www.marcabrasilia.com.br)).

## **6. Implementação do Laboratório de Cultura Digital (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Não houve realização.

## 7. Apoiar 80 eventos visando o incremento do calendário de eventos do DF (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Entende-se que o incentivo a eventos que atraiam públicos de outros Estados e países, realizados em Brasília, trata-se de uma estratégia de desenvolvimento do Turismo de Evento no Distrito Federal, sendo este segmento da atividade turística um dos vetores de desenvolvimento econômico e social. Assim, compete à Secretaria fomentar a realização de eventos que utilizem da infraestrutura turística receptiva, atrativos e equipamentos turísticos disponíveis em Brasília.

Outras ações que corroboram para este objetivo é a celebração de Termos de Fomento e o apoio disponibilizado a eventos importantes para Brasília, quer seja por meio de descontos na locação dos equipamentos administrados pela Secretaria ou com viabilização de estrutura e pessoal. Tais eventos contribuem para posicionar a capital federal no imaginário coletivo de alguns segmentos de forma positiva, como referência nacional e até internacional.

Eventos realizados/apoiados, em 2017:

- Carnaval realizado em Brasília, fevereiro - Coordenação e organização dos Blocos de Carnaval - Apoio no cadastramento e alvarás; distribuição de material Cheking fotográfico; disponibilização do Centro de Atendimento ao Turista – CAT móvel e equipe;
- Dançando na Praça - Bloco Eduardo e Mônica, 26/02/2017 - Participação na organização, estruturas, divulgação e equipe;
- 9ª Via Sacra dos Surdos em Taguatinga Norte, 08/04/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- Dançando na Praça - Edição Rock na Ciclovía, 29/04/2017 - Realização com estrutura completa e equipe;
- VI Festival do Japão 2017, no Pavilhão do Parque da Cidade, de 05/05/2017 a 07/05/2017 - Apoio com estruturas, divulgação e equipe;
- Wings For Life, em 07/05/2017 - Articulação para receber o evento e apoio com UTEs móvel, divulgação que gerou grande destaque para a cidade, com um evento de nome mundial;
- Uma Noite 10 com o Craque Zico no Auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 18/05/2017 - Apoio com brigadistas e equipe;
- Festa do Divino Espírito Santo, em Planaltina, de 20/05/2017 a 30/05/2017 - Coordenação e organização de estruturas junto as paróquias, apoio com parceiros na doação de materiais e interlocução com órgãos no apoio ao evento;
- 33ª Feira do Livro de Brasília, em Brasília/DF, de 16/05/2017 a 25/06/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- 23ª Reunião Técnica do CONACI – Conselho Nacional de Controle Interno, no Palácio do Buriti - Apoio com coquetel, ambientação e equipe;
- 2ª Edição Top Cufa – Funarte, em Brasília/DF, 08/07/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- VIVA+, no Estacionamento 4 do Parque da Cidade, de 22/07/2017 e 23/07/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- XIV Brasília Capital Moto Week, na Granja do Torto, de 22/07/2017 a 26/07/2017 – Apoio à realização por meio da celebração de Termo de Fomento;
- C.O.M.A - Convenção de Música e Arte, no Clube do Choro - Gramado da Funarte - Apoio à realização por meio da celebração de Termo de Fomento;
- TAP - 10 Anos da Rota Lisboa/Brasília, Mezanino da Torre de TV, 08/08/2017 - Apoio com coquetel, ambientação e equipe;
- 70 Anos da Copa Airlines e 6 Anos da Rota Brasília /Cidade do Panamá, Mezanino da Torre de TV, 31/08/2017 - Apoio com coquetel, ambientação e equipe;
- 14ª Brasília Tatroo Festival, Centro de Convenções Ulysses Guimarães, de 03/11/2017 a 05/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- Dançando na Praça - Edição Paranoá, ao Lado da Administração Regional do Paranoá, de 04/11/2017 - Realização com estrutura completa e equipe;
- Dançando na Praça – Edição Arraiá, Taguaparque – Taguatinga, 16/11/2017 - Realização com estrutura completa e equipe;
- X Latinidades - Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha, Estádio Nacional Mané Garrincha, 25/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- 20º Porão do Rock, Estádio Mané Garrincha, 25/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- Natal Monumental, Torre de TV e Esplanada dos Ministérios, de 17/12/2017 a 25/12/2017 - Realização incluindo apoio de estrutura e equipe;

- Natal da Inovação, Esplanada dos Ministérios, de 20/12/2017 a 10/01/2018 - Realização incluindo apoio de estrutura e equipe.

## **8. Realizar 60 ações de promoção de Brasília em eventos com fluxo turístico (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

As iniciativas que impactam esta meta tratam-se de ações que promovem Brasília durante os eventos realizados na cidade ou em outras localidades. Com estas promoções foi potencializada a oportunidade do visitante aproveitar melhor a nossa cidade, aumentar o tempo de permanência aqui e o desejo de conhecer ou retornar a Brasília. Com essa perspectiva foram realizadas as seguintes ações:

- \_ XIV Brasília Capital Moto Week, Granja do Torto, de 22/07/2017 a 26/07/2017 - Apoio na divulgação do evento Atendimento ao turista com envio de CAT móvel com grande distribuição de material turístico.
- \_ C.O.M.A - Convenção de Música e Arte, Clube do Choro e Gramado da Funarte - Apoio com estrutura e equipe com atendimento ao turista, envio de CAT móvel e com grande distribuição de material turístico.
- \_ Jogos Nacionais da Anamatra – Minas Brasília Tennis Clube de 1 a 4 de novembro com distribuição de material, exibição de filmes de Brasília.
- \_ 13ª Congresso Brasileiro de Prevenção de Acidentes de Trânsito no Centro de Convenções Brasil XXI de 05 a 09 de setembro, com distribuição de material, exibição de filmes de Brasília.
- \_ Jogos Escolares da Juventude em Brasília de 16 a 25 de novembro, com distribuição de material, exibição de filmes de Brasília, participação de equipe da Secretaria de Esporte e do Turismo.

Outros eventos assistidos pela Secretaria em 2017:

- \_ Hiper Feirão Flytour – processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- \_ Dança nos parques música na árvore - exibição de filmes promocionais de Brasília e processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- \_ 6º Festival do Japão - exibição de filmes promocionais de Brasília e processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- \_ "XI Encontro Norte, Nordeste e Centro-Oeste de Catalise" - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.
- \_ L'Européenne de Cirques 2017 em Toulouse - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.
- \_ III Semana de Comunicação Organizacional - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.
- \_ Eventos Fetratuh DF nos dias 10 a 15 de maio de 2017 - processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- \_ Mopar Centro Oeste nos dias 6,7 e 8 de maio na área externa do Brasília Palace Hotel - processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- \_ ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de magistrados - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.
- \_ Workshop estratégias para agricultura familiar de 3 a 5 de outubro - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.

## **9. Captar 06 eventos/ano geradores de fluxo turístico para Brasília (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

A captação de eventos também atua apoiando a promoção do destino Brasília por meio da atração de eventos estratégicos para serem realizados na cidade, visando a geração de expressivos impactos econômicos no mercado turístico, bem como, na economia local como um todo. Em 2017, foram captados 14 novos eventos para Brasília, com impacto econômico em 2017 de R\$ 75.656.580,00 e previsão para 2018 de R\$ 93.686.400,00.

Eventos Captados 2017	Edição	Ano de realização dos eventos captados em 2017	Nº Participantes	Impacto Econômico Estimado R\$	Abrangência
Congresso Brasileiro de Transplantes	19º	2021	2.000	4.507.000,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Cirurgia	33º	2019	5.000	11.267.600,00	Nacional
Jogos Escolares da Juventude		2017	5.000	11.267.600,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Medicina do Trabalho	17º	2019	3.000	6.760.000,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola	47º	2018	1.000	2.216.900,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Nutrição	25º	2018	3.500	7.787.000,00	Nacional
7 <sup>th</sup> World Junior WushuChampionship	7º	2018	600	2.250.000,00	Internacional
Conferência Internacional de Pilates	-	2018	5.000	11.267.600,00	Internacional
Congresso Internacional "Américas Summit Brasília 2017"	-	2017	150	675.000,00	Internacional
50º Congresso Brasileiro de Geologia	50º	2020	2.500	5.633.800,00	Nacional
17º Congresso da Fundação Otorrinolaringologia	17º	2018	3.000	6.760.000,00	Nacional
FENAC 2017 - Festival Nacional da Juventude	-	2017	200	450.700,00	Nacional
Congresso Rede Nacional de Contabilidade	2º	2018	500	563.380,00	Nacional
AlohaSpirit		2018	2.000	4.250.000,00	Nacional

**10. Viabilizar a comercialização do artesanato do DF em 80 eventos locais, regionais ou nacionais/ano (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

Mensalmente os artesãos do DF têm a oportunidade de participarem de eventos realizados ou apoiados pela Secretaria. Tratam-se de eventos como a Rota do Artesanato e outros eventos realizados por terceiros nos equipamentos administrados pela SAT. São disponibilizados espaços de forma gratuita para que Artesãos e Trabalhadores Manuais definidos por meio de um edital de seleção, devidamente registrados no SICAB - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, possam expor e comercializar seus produtos. Em 2017 foram criadas as seguintes oportunidades/resultados:

- \_ Comercialização do artesanato do DF viabilizada em 125 eventos locais, regionais ou nacionais em 2017, beneficiando cerca de 2.375 artesãos diretamente;
- \_ Impacto econômico da comercialização do artesanato em eventos na área privada/áreas públicas: R\$ 1.192.005,69 (hum milhão, cento e noventa e dois mil, cinco reais e sessenta e nove centavos).

**11. Implementar 02 ações do Plano de Turismo Criativo por ano (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

**2017**

Foram implementadas as seguintes ações em 2017:

**Marca Brasília** – Desenvolver nova imagem da marca Brasília mediante a promoção de um processo de branding da cidade, que permita reforçar o prestígio, fomentar a fidelidade, garantir a qualidade, transmitir valores e dotar as pessoas de identidade e sentimento de pertencimento. Marca Brasília entregue a sociedade em novembro de 2017.

**Candidatar Brasília para compor a Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UNESCO CREATIVE CITIES NETWORK-UCCN)** – a candidatura de Brasília à Rede de Cidades Criativas foi apresentada por meio de um Dossiê em 16 de junho de 2017, em 31 de outubro de 2017 foi apresentado o resultado mundial e Brasília alcança êxito em sua candidatura e passa a integrar o seleto grupo de cidades criativas do mundo.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1476	TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE	%	0	31/12/2016	5	-11,2	5	-25,37	5	5	SAD TUR/ SEC ESP, TUR LAZER/ UO 34101 / OE 3
1711	PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO DESTINO. (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	DIA	3,75	31/12/2016	-	-	3,8	-	3,9	4	SEC. ADJ.TUR/SETUL/U 34101/OE 3
1712	CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE BRASÍLIA EM EVENTOS INTERNACIONAIS A PARTIR DOS DADOS DA ICCA. (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	CLASSIFICAÇ	10	31/12/2015	-	-	10	3	10	10	MTUR- EMBRATUR/SETUL 34101/OE 3

### Justificativas 2016

**Indicador 1476** - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2016 somam 308.636 (trezentos e oito mil seiscentos e trinta e seis) passageiros, conforme dados obtidos de vôos internacionais e disponibilizados pela Inframérica à SAT. Ocorre que houve um decréscimo de 11,2% do número de passageiros em 2016, mesmo com a ocorrência do evento Olímpico devido aos últimos meses do ano quando Brasília perdeu importantes voos internacionais, das empresas Aerolíneas Argentina, Air France e Gol.

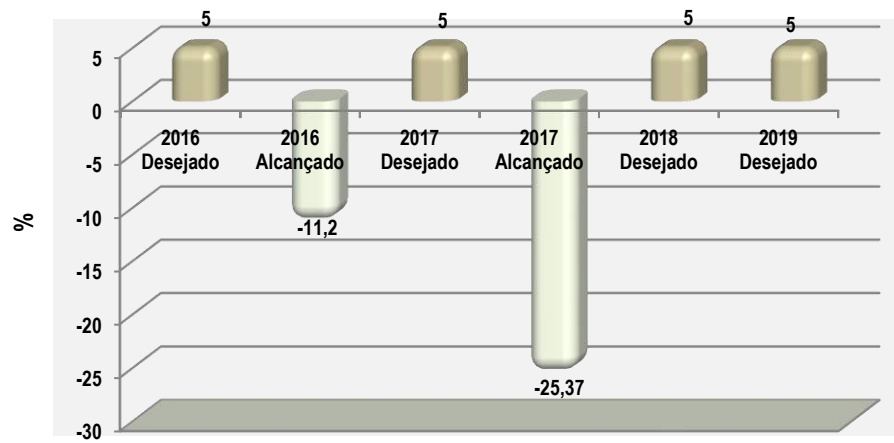
### Justificativas 2017

**Indicador 1476** - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2017 somam 230.101 (duzentos e trinta mil centos e um) passageiros, conforme dados de voos internacionais que chegaram à Brasília, disponibilizados pela Inframérica à SETUL. Houve um decréscimo de 25,37% do número de passageiros em relação a 2016, porque os voos internacionais cancelados no 2º semestre daquele ano impactaram significativamente no ano de 2017, tendo em vista que se trata de dados do período relativo a 12 (doze) meses

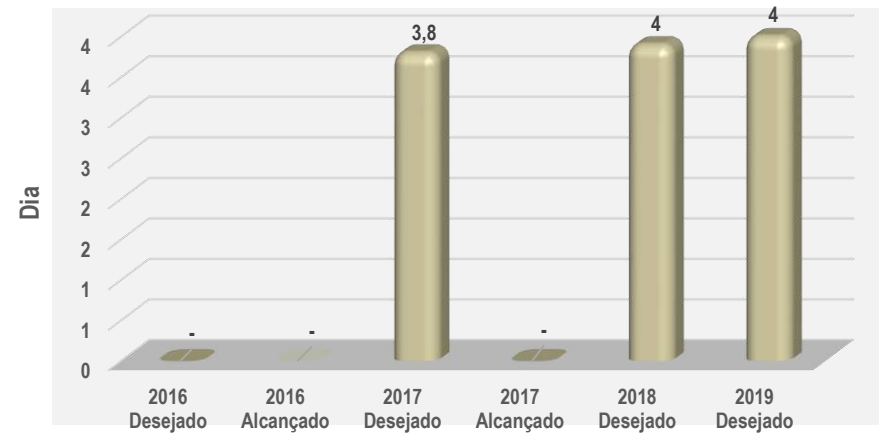
**Indicador 1711** - A Permanência Média do turista no destino não foi aferida em 2017. Foi realizado o processo licitatório para contratação da pesquisa, entretanto por entraves burocráticos não foi realizada em 2017. A SETUL/SAT espera que em 2018 seja possível apurar esse índice.

**Indicador 1712** - Apesar do objetivo não ser alcançado, Brasília subiu 1 posição no ranking devido ao aumento do número de eventos ocorridos na cidade, que subiram de 11 para 18.

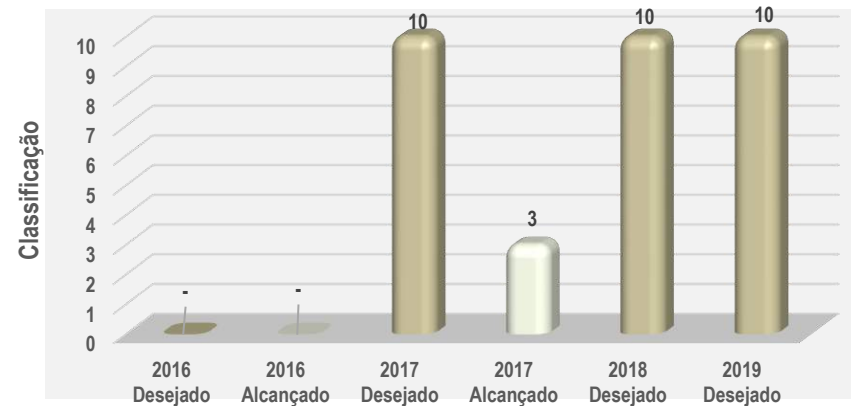
TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE



PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO DESTINO



CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE BRASÍLIA EM EVENTOS INTERNACIONAIS A PARTIR DOS DADOS DA ICCA



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	3	1	Formulação de critérios de participação em feiras, rotas e eventos para a normatização do processo de seleção dos artesãos; (SETUL)	34101	100%	<p><b>2016</b> Os critérios de participação em feiras e eventos organizações pela Secretaria foram formulados e implantados.</p> <p><b>2017</b> Os critérios de participação em feiras e eventos organizações pela Secretaria foram formulados e implantados em 2016.</p>
6207	3	2	Instalação do Conselho de Artesanato do Distrito Federal; (SETUL)	34101	60%	<p><b>2016</b> Em andamento. A minuta do decreto de instalação do Conselho foi enviada à assessoria jurídica para análise, retornou com orientações para modificações na minuta do decreto e criação do regimento interno. O processo está na Unidade de Gestão do Artesanato para adequações. Os órgãos que compõem o conselho enviaram os dados dos representantes, titulares e suplentes.</p> <p><b>2017</b> Em abril de 2017, a AJL emitiu parecer com recomendação pela aprovação do Regimento Eleitoral do Conselho do Artesanato do Distrito Federal. Em julho, a Unidade de Gestão do Artesanato - UGARTE tomou conhecimento do Projeto de Lei nº 1.882/2014, que institui o Estatuto do Artesão e dá outras providências. O projeto de lei previa a criação do Conselho do Artesanato do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Cultura, o que paralisou o processo. A UGARTE apresentou nota técnica manifestando-se contrariamente ao PL.</p>
6207	3	3	Formulação dos parâmetros para o desenvolvimento do Sistema de Informação da Produção Associada ao Turismo; (SETUL)	34101	100%	<p><b>2016</b> O Sistema de Informação da Produção Associada foi implementado com vistas à produção de um Catálogo da Produção Associada ao Turismo do Distrito Federal, conforme convênio firmado em 2012 com Ministério do Turismo.</p> <p><b>2017</b> O Sistema de Informação da Produção Associada foi implementado com vistas à produção de um Catálogo da Produção Associada ao Turismo do Distrito Federal, conforme convênio firmado em 2012 com Ministério do Turismo.</p>
6207	3	4	Criação do Plano de Festas Regionais, com aproveitamento da dimensão religiosa e do turismo rural e ecológico em todas as cidades do Distrito Federal; (SETUL)	34101	30%	<p><b>2016</b> Foi feito um levantamento das festas regionais, realizado por acadêmicos da graduação em turismo, da Universidade de Brasília.</p> <p><b>2017</b> Esta ação não foi trabalhada em 2017.</p>
6207	3	5	Cadastramento e recadastramento de artesãos e trabalhadores manuais do Distrito Federal; (SETUL)	34101	100%	<p><b>2016</b> Os tramites para o serviço de emissão de Carteira do Artesão mediante demonstração de habilidade técnica e avaliação da produção artesanal foi 100% implementado. Em 2016, foram cadastrados 751 e recadastrados 544 artesãos e trabalhadores manuais. Desses, 399 foram atendidos em cadastramento externo.</p> <p><b>2017</b> De acordo com dados de outubro de 2017, O Distrito Federal está em 4º lugar no quantitativo de artesãos e trabalhadores manuais cadastrados com os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 779 artesãos beneficiados diretamente;</li> <li>• Total de 1.644 carteiras emitidas em 2017 (média mensal: 137 carteiras confeccionadas/renovadas);</li> <li>• 2.580 atendimentos realizados</li> </ul>
6207	3	6	Mapeamento, diagnóstico e implementação de um programa integrado, entre Cultura, Turismo e Esportes/Lazer que definam usos e funções dos espaços públicos de interesse do turismo, em todas as cidades de Brasília;	34101	50%	<p><b>2016</b> O projeto Abrace o Parque e está no momento sendo ajustado pelo jurídico e demais Subsecretarias da SETUR. Dependendo destas manifestações para sua conclusão e lançamento.</p> <p>No Plano de Turismo Criativo foram contemplados inúmeros projetos que definem os usos e funções dos espaços públicos de</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			(SETUL)			interesse turístico, para o sua viabilização foi desenvolvida uma minuta de termo de cooperação com a Sec. de Cultura, que está em análise pelos parceiros. <b>2017</b>
6207	3	7	Criação de comitê interinstitucional para formulação de políticas visando à formação didática e pedagógica dos estudantes, a partir da inserção de conteúdos que contemplem conceitos de cultura, turismo, esporte, meio ambiente, cidadania e civismo, tendo a escola como centro dessas políticas; (SETUL)	34101	100%	<b>2016</b> Foi assinado um Termo de Cooperação assinado entre a TCB, Sec. De Esporte, Turismo e Lazer, Casa Militar, Sec. de Educação, Sec de Cultura, e a SEDESTMIDH, para viabilizar a realização do Turismo Cívico, com saídas 2ª, 3ª e 4ª. Em 2016 51 turmas de escolas Públicas e do COSE (Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) foram atendidas o que totalizaram 1.565 crianças alcançadas. <b>2017</b> Em 2017 foi lançado o Projeto Abrace o Parque que vem sendo ajustado pelo jurídico e demais Subsecretarias da SETUL. No Plano de Turismo Criativo foram contemplados inúmeros projetos que definem os usos e funções dos espaços públicos de interesse turístico.
6207	3	8	Criação de GT para Implantação e priorização do Projeto Capitalidade com o Plano de reposicionamento estratégico da "Marca Brasília"; (SETUL).	34101	50%	<b>2016</b> Criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo que trabalhou no lançamento do concurso da Marca Brasília, que está em andamento normal. <b>2017</b> Em 2017, este Projeto atingiu um público de mais de 4mil beneficiados.
6207	3	9	Consolidação e difusão de um mapa turístico expandido e georreferenciado de Brasília, RIDE e região Centro-Oeste; (SETUL) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	X	<b>2016</b> Não teve andamento em 2016. <b>2017</b>
6207	3	10	Apoio à criação do Museu do Esporte no Estádio Nacional de Brasília; (SETUL)	34101	5%	<b>2016</b> O projeto foi contemplado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO - PRODOC, entretanto está aguardando disponibilização de recurso. <b>2017</b> Devido à PPP do Estádio Nacional de Brasília, o Projeto será excluído na revisão substantiva do PRODOC e não poderá mais ser viabilizado.
6207	3	11	Realização de Acordo com a Secretaria de Educação e com o Ministério da Educação para estabelecer a obrigatoriedade de uma Unidade Didática sobre Brasília, com vistas ao Projeto de Lei para contemplar o turismo cívico a nível nacional nas escolas; (SETUL).	34101	0%	<b>2016</b> Não teve andamento em 2016. <b>2017</b> Não teve andamento em 2017.
6207	3	12	Consolidação de uma agenda oficial do Governo do Distrito Federal que integrem eventos de interesse do turismo; (SETUL).	34101	50%	<b>2016</b> A Secretaria Adjunta de Turismo está consolidando a agenda de eventos que promovam o turismo em Brasília. Um exemplo é o Carnaval de Brasília, realizado em parceria com a Secretaria de Cultura, que a cada ano atrai mais foliões e turistas de outros estados e se consolidou como a maior festa de Brasília. Outro exemplo é o projeto Dançando na Praça, que tem como objetivo promover a arte, a música e a cultura de Brasília. No ano de 2016, foram feitas três edições, a primeira edição, realizada no Carnaval, levou mais de 10 mil pessoas para o Bloco Eduardo & Mônica, que se apresentou no projeto.



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<b>2017</b> Está em consolidação a agenda de eventos que promovam o turismo em Brasília. Em 2017 as realizações que corroboraram para este objetivo foram: Carnaval, Natal e Reveillon e Dançando na Praça.
6207	3	13	Estímulo ao turismo receptivo por meio da certificação das empresas e profissionais autônomos, bem como a criação e qualificação de produtos e serviços turísticos com vistas à dinamização da oferta turística; (SETUL). <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	34101	X	<b>2016</b> Não teve andamento em 2016. Tendo em vista o alto custo do processo de certificação, foi entendido como inviável a implementação desta ação.
6207	3	14	Articulação e estabelecimento de termo de parceria com as Instituições de Ensino Superior para oferecimento de vagas para prestação de estágio obrigatório nos centros de atendimento ao turista; (SETUL).	34101	20%	<b>2016</b> Foi firmado um Termo de Cooperação Técnica com a UPIS para o oferecimento de vagas de estágio nos Centros de Atendimento ao Turista, entretanto esta colocação exige tutoria integral dos estudantes durante a atuação o que inviabiliza o projeto por parte da Secretaria. Foi identificada a possibilidade da parceria para atuação dos alunos para receberem Hora Aula Complementar, que necessita apenas de tutoria parcial, prevista para dar andamento em 2017. <b>2017</b> Não houve avanços em 2017.
6207	3	15	Encaminhamento de proposta e criação do GT para alteração de norma (Decreto transporte coletivo privado turístico); (SETUL).	34101	60%	<b>2016</b> Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Mobilidade e DFTRANS para alinhamento. Esta proposta está no Acordo de Cooperação desse ano e o Processo enfrenta dificuldades devido a alteração de gestores nos órgãos ligados à regulação de transportes no Distrito Federal. <b>2017</b> Nova minuta em construção, consolidada com contribuições e propostas dos entes da iniciativa privada (trade turístico) e entes públicos interessados (SETUL, SEMOB, DFTRANS). Em setembro de 2017 a proposta consolidada foi encaminhada para análise da SEMOB.
6207	3	16	Realização de visitas e fiscalizações preventivas junto aos prestadores de serviços turísticos; (SETUL). <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	34101	X	<b>2016</b> Não foram realizadas devido ao parecer da Procuradoria Geral do DF que alertou que esta Secretaria não tem poder para fiscalizar, por não ter no quadro servidores concursados para a carreira de fiscalização.
6207	3	17	Elaboração de Termo de Ajuste de Conduta para sanar problemas inerentes ao transporte turístico interestadual com o estado de Goiás; (SETUL).	34101	100%	<b>2016</b> A SETUL fez parte do grupo de trabalho que elaborou a Resolução 5.017 de 2016, que alterou os artigos da resolução 4777 de 2015, onde o problema do transporte terrestre interestadual foi resolvido. <b>2017</b> A SETUL fez parte do grupo de trabalho que elaborou a Resolução 5.017 de 2016, que alterou os artigos da resolução 4777 de 2015, onde o problema do transporte terrestre interestadual foi resolvido.
6207	3	18	Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica para execução de ações voltadas à estruturação e diversificação da oferta turística; (SETUL).	34101	50%	<b>2016</b> Foi elaborada uma Proposta de Portaria Conjunta para o Acordo de Cooperação Técnica que está em análise pela Sec. De Cultura. <b>2017</b> Foi elaborada uma Proposta de Portaria Conjunta para o Acordo de Cooperação Técnica que está em análise pela Secretaria de Cultura.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	3	19	Formulação de Plano de Comunicação e Marketing; (SETUL)	34101	50%	<p><b>2016</b> A formulação do Plano de Comunicação e Marketing está em andamento. O projeto básico já foi desenvolvido e, este ano, será contratada uma empresa para implementar esse projeto.</p> <p><b>2017</b> No ano de 2017, algumas iniciativas foram desenvolvidas, no entanto, não foram passíveis de execução. A Secretaria, tendo em vista e em curso o Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO, 914BRZ3032 - Consolidação de uma agenda de turismo, esporte e legado no Distrito Federal em função dos Jogos Olímpicos de 2016, identificou no projeto, dentro do resultado 2, atividade 2.4 - mapear e propor estratégias e instrumentos de gestão para a promoção e marketing do destino Brasília, um caminho para a viabilidade técnica e execução do Plano de Comunicação e Marketing. O Plano será inserido como um novo componente do Projeto de Cooperação Internacional, a partir da revisão substantiva apresentada no ano 2018, uma vez que a ação está alinhada e vem de encontro com o propósito de valorização da cidade de Brasília como Patrimônio Mundial.</p>
6207	3	20	Captação de recursos via convênios e emendas parlamentares para a realização de ações de interesse e fomento ao segmento de Turismo; (SETUL).	34101	65%	<p><b>2016</b> A Secretaria Adjunta de Turismo realiza constantemente a captação de recursos, seja via convênio, emendas parlamentares ou parcerias para fomentar o turismo em Brasília. Em 2016, realizamos convênios com o Ministério do Turismo para a realização da Celebração da Tocha Olímpica em Brasília, além da participação em feiras nacionais. Foi realizado também uma parceria com o Comitê Rio 2016 para promover os Jogos Olímpicos na cidade. Ressalta-se, também, a realização de parceria com a Fecomércio para promover o Natal e transformar essa época de baixa estação turística em uma oportunidade de atrair turistas para Brasília. Nesse sentido, ainda foi executado emendas parlamentares, como o Festival do Japão, Festa do Divino, Brasília Festival Tatto, entre outros eventos de interesse turístico.</p> <p><b>2017</b> Foram realizados 10 Termos de Fomento todos viabilizados por Emendas Parlamentar, tais como: Feira do Livro, 16 a 25 /05/2017; Top Cufa, 08/07/2017; Moto Week, 21 a 30/07/2017; COMA, 5 e 6 de/08/2017; Brasília Tattoo Festival, 3 a 5/11/2017; Latinidades, 24/11/2017; Porão do Rock, 25/11/2017; Natal Monumental, 16, 23,24 e 25/12/2017; Natal da Inovação, 16/12/2017 a 06/01/2018; Expoestados, 27/12/2017 e 20/01/2018. Foram investidos um total de R\$ 5.825.000,00 ( cinco milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais).</p>
6207	3	21	Ampliação do número de seguidores da Secretaria de Turismo nas mídias sociais; (SETUL).	34101	62%	<p><b>2016</b> O crescimento do número de seguidores nas mídias sociais da Secretaria Adjunta de Turismo é orgânico. Isto é, não existe post patrocinado nem qualquer outro investimento de recurso financeiro nas mídias sociais. Ainda assim, o número atual de seguidores da fanpage vem crescendo. Hoje são mais de 12.200 seguidores, o que significa um crescimento de 50% em relação de pessoas em relação ao ano anterior, quando tínhamos aproximadamente 8 mil seguidores.</p> <p><b>2017</b> Alcançamos um total de 13.678 curtidas. Um crescimento de 1.478 curtidas a mais. O crescimento é orgânico e sem qualquer tipo de investimento por impulsionamento de publicações, ou postagens patrocinadas. Ainda que o crescimento de curtidas seja baixo referente aos outros anos, apostamos no engajamento com nossos seguidores, tornando as publicações mais atrativas e de maior interação com o público. Atualmente estamos com quase 100% de taxa de respostas na página, o que nos coloca em uma escala muito positiva pelo próprio Facebook. Os dados mostram também que o período onde mais alcançamos nosso público e obtivemos maior engajamento foi no período do carnaval, onde nossos seguidores buscam na nossa página, toda a programação e agenda de eventos comemorativos dessa data.</p>
6207	3	22	Recuperação e avaliação do plano de uso e ocupação do Parque da Cidade; (SETUL).	34101	100%	<p><b>2016</b> Conclusão do plano e encaminhado para a Secretaria de Fazenda, com vistas a Subsecretaria de Parcerias Público Privada, com o objetivo de orientar a PPP do Parque da Cidade.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<b>2017</b> A conclusão do plano foi encaminhada pela SEGETH à Secretaria de Fazenda, com vistas a Subsecretaria de Parcerias Público Privada, com o objetivo de orientar a PPP do Parque da Cidade. A Administração do Parque colaborou com as informações necessárias à elaboração do Plano de Uso e Ocupação e iniciou os diálogos com a SEFAZ para apoiar o trabalho da PPP do Parque da Cidade.
6207	3	23	Criação de GT com a finalidade de promover levantamentos sobre a situação do parque da cidade (transferência de responsabilidades); (SETUL).	34101	100%	<b>2016</b> Grupo de trabalho criado e processo construído – Levantamento sobre a situação do Parque da Cidade. <b>2017</b> Grupo de trabalho criado e processo construído – Levantamento sobre a situação do Parque da Cidade.
6207	3	24	Diagnostico sobre a situação dos permissionários e ambulantes dentro da área do Parque da Cidade; (SETUL).	34101	100%	<b>2016</b> Levantamento em andamento realizado em conjunto com Secretaria das Cidades, previsto para ser concluído em Abril de 2017 a última publicação do Cadastro Único dos Permissionários do Parque da Cidade. Após a Secretaria das Cidades e a AGEFIS realizarão ações para a retirada dos Permissionários irregulares. <b>2017</b> Levantamento realizado pela Secretaria das Cidades, com a publicação das permissões no DODF.
6207	3	25	Elaboração de manuais de gestão e procedimentos dos próprios da SETUR (CCUG, Torre de TV, Casa de Chá, 26 - Parque da Cidade, Pavilhão ExpoBrasília e Estádio); (SETUL)	34101	100%	<b>2016</b> Foi elaborada a Minuta da Portaria que trata da locação, descontos, procedimentos e normas de utilização dos próprios, que está em revisão pelas áreas técnicas. <b>2017</b> Foram elaborados os Manuais de gestão do CCUG e Torre de TV. Esses instrumentos serão disponibilizados no sítio da Secretaria para consulta e "download". Com relação ao ENB, foi elaborado o Plano de Ação e o Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios – PPCI, ambos voltados para a segurança dos servidores e público frequentador do ENB. A Casa de Chá não é um equipamento que está à disposição para locação, portanto, não foi elaborado o Manual de Gestão. O Manual do Pavilhão de Exposições está em elaboração. Em novembro de 2017, foi publicada a Portaria que estabelece normas e procedimentos de locação dos CCUG, Torre de TV, Parque da Cidade, Pavilhão ExpoBrasília e Estádio Nacional.
6207	3	26	Articulação com as instituições competentes a gestão de um sistema de mobilidade urbana e instalação de sinalização turística, de modo a atender às necessidades do setor, em todas as cidades de Brasília; (SETUL).	34101	50%	<b>2016</b> Em 2016 a SETUL iniciou o acompanhamento das ações da UNESCO para instalação de totens em comemoração aos 30 anos da inclusão de Brasília como Patrimônio da Humanidade. O projeto já foi elaborado e está em fase de licitação para fabricação, transporte e instalação. <b>2017</b> Em procedimento licitatório. Segundo informações da área técnica competente, o Edital será publicado em junho/2018.
6207	3	27	Implantação do sistema de agenciamento e cadastramento de locação dos próprios da SETUR; (SETUL).	34101	50%	<b>2016</b> O sistema foi elaborado e implementado internamente, entretanto o contrato com a empresa que desenvolveu o sistema teve o prazo expirado. Assim, o sistema ficou sem manutenção e não foi disponibilizado para o público. <b>2017</b> O sistema foi elaborado e implementado internamente, entretanto o contrato com a empresa que desenvolveu o sistema teve o prazo expirado. Assim, o sistema ficou sem manutenção e não está disponível para o público.
6207	3	28	Publicação de Grupo de Trabalho para retomada do Projeto Orla; (SETUL)	34101	100%	<b>2016</b> As ações do Projeto Orla não estão sob a responsabilidade da SETUL, contudo em 2016 foram executados 56% do Projeto Orla

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Sul. PS.: Ação totalmente executada pela Casa Civil.
6207	3	29	Implantação da Agência Brasil Central de Turismo ABC. (SETUL)	34101	100%	<b>2016</b> Com a criação do Consórcio Brasil Central os objetivos da Agência Brasil Central foram absorvidos por uma Câmara criada dentro Consórcio com foco no desenvolvimento do Turismo do Centro-Oeste. <b>2017</b> Já em 2017 foi desenvolvido e implementado um Plano de Ações para a promoção do turismo do Brasil Central.
6207	3	30	Transformação em iluminação Pública da energia gasta com o Monumento – Torre de TV (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	<b>2017</b> Por meio de uma articulação via Administração de Brasília, esta ação foi concluída com sucesso em 2017.
6207	3	31	Implantação do sistema de agenciamento e cadastramento de locação dos próprios da SETUR (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	<b>2017</b> O sistema foi elaborado e implementado internamente, entretanto o contrato com a empresa que desenvolveu o sistema teve o prazo expirado. Assim, o sistema ficou sem manutenção e não está disponível para o público.
6207	3	32	Elaboração e publicação de estudos, pesquisas e publicações técnicas do setor de turismo (5 por ano) (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	<b>2017</b> Em 2017 foram realizadas 6 pesquisas em feriados e datas comemorativas (Carnaval, 21 de abril, Corpus Christi, 7 de setembro, 12 de outubro e 2 de novembro), todas com os devidos relatórios publicados, foi apoiada a realização de 3 pesquisas em eventos (Perfil do Público do COMA, Perfil do Público do Moto Week, Perfil do Público do Porão do Rock). Além disso, foram elaboradas 2 publicações (Perfil do turista de eventos, Perfil dos turistas que visitam os CAT's.). Portanto, ao total foram 11 publicações em 2017.
6207	3	33	Realizar o cadastramento e recadastramento dos prestadores de serviços do setor de turismo no CADASTUR (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	<b>2017</b> Atividade contínua, delegada pelo MTur por meio do Acordo de Cooperação Técnica, cujas ações visam executar o "Programa de Regulamentação e Normatização do Turismo", no tocante às funções de cadastramento, orientação, sensibilização e apoio à fiscalização dos prestadores de serviços turísticos no DF. Cadastros Iniciais: 200 Renovação e alteração de cadastros: 284
6207	3	34	Realizar atendimento ao Turista prestando informações relevantes sobre o turismo na cidade (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	<b>2017</b> Atividade de caráter contínuo, que ocorre nos Centros de Atendimento aos Turistas localizados no Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek e na Praça dos Três Poderes, no tocante ao atendimento aos turistas e demais usuários, com fornecimento de informações turísticas e culturais, distribuição de material promocional do Distrito Federal e levantamento de dados estatísticos e de impressões dos turistas sobre a cidade. Total dos atendimentos realizados em 2017: 17.789 - Internacionais = 4.302

## Contribuição para Alcance do Resultado do Objetivo Específico

### 2016

O ano de 2016 foi um ano importante para o turismo, momento em que foi realizada as Olimpíadas Rio 2016 e Brasília foi cidade sede de 10 partidas de Futebol. Entretanto, o órgão oficial de turismo passou por uma reestruturação e não conseguiu alcançar as metas estabelecidas na sua totalidade.

Dentre os principais resultados alcançados está a criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo que tem desenvolvido ações que visem o fortalecimento do sentimento de pertencimento do brasiliense e a promoção de uma imagem positiva de Brasília em diversos aspectos. O lançamento do concurso para a criação da Marca Brasília foi outro importante avanço para o alcance dos objetivos.

Complementando a promoção de Brasília enquanto destino turístico, a Secretaria participou de 4 eventos, sendo 1 deles no exterior, que possuem como seu principal público os mercados geradores de fluxo para o Distrito Federal, a priorização dos eventos considerou sua importância e o melhor custo/benefício para o Destino. Na ANATO (FEV/2016) – Colômbia foram realizadas 36 reuniões e três capacitações do Destino Brasília para operadores e agentes de viagem colombianos; Na WTM Latin America (MAR/2016) - maior feira internacional de turismo realizada no Brasil, em São Paulo, foram realizadas 43 reuniões com operadores e agentes de viagem; Na ABAV (SET/2016) - Participação na 44ª ABAV, a ABAV Expo Internacional de Turismo, em São Paulo, a mais completa, tradicional e importante feira de turismo brasileira, com o objetivo de promover Brasília nacional e internacionalmente. Na ocasião foi apresentado Brasília com a tecnologia de vídeo em 360 graus, a mais moderna maneira de apresentar destinos turísticos.

Sendo assim, identifica-se que os esforços realizados em 2016 contribuem para o alcance dos objetivos propostos para a Pasta do Turismo.

### 2017

No exercício de 2017 além dos espaços mantidos (15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso -11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo) a SETUL inaugurou o Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina oferecendo atendimento a mais de 3 mil pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência) que serão beneficiados em atividades esportivas e de lazer regulares e aos finais de semana. Uma dificuldade encontrada pela SETUL é à manutenção de espaços e equipamentos esportivos e de lazer, uma ação contínua com grande prioridade e com necessidades para que as demais ações possam ser bem-sucedidas.

## OBJETIVO ESPECÍFICO:

**004 – ECONOMIA RURAL: Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.**

## UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI**

## ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6207	BRASÍLIA	4	1	Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra;	1.300	KM	ANUAL	MAIOR,	428	313			741	57,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	COMPETITIVA			(SEAGRI)				MELHOR						
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	2	Implantar 02 polos agroindustriais no DF; (SEAGRI)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	3	Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE; (SEAGR)	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25%	53,5%			53,5	71,3%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	4	Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA); (SEAGRI)	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	45%	29%			29	48,3%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	5	Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF; (SEAGRI)	230	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85%	556%			556	241,7%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	6	Atender 100% das famílias de agricultores familiares; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100%			100	100,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	7	Capacitar 10.000 beneficiários de ATER; (EMATER)	10.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	5594	5.339			10.933	109,3%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	8	Implantar unidades de validação de tecnologia; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	23,33%	100%			100	100,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	9	Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/ EMATER);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100%			100	100,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	10	Ampliar para 2800 o número de propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica; (EMATER)	2.800	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1474	1.474			1.474	52,6%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	11	Implementar e realizar assistência técnica em hortas escolares, assistenciais, hospitalares e comunitárias; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100			100	100,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	12	Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/ CEASA);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0%	0%			0	0,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	13	Fazer com que o CEASA funcione mais dias por semana para o produtor rural; (CEASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100%			100	100,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	14	Construir nova unidade da CEASA; (CEASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	10%			10	10,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	15	Alcançar equilíbrio econômico financeiro da CEASA; (CEASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100%			100	100,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	16	Reestruturar o organograma, visando a eficiência operacional e aumento da capacidade de gestão para entrega de resultados à sociedade. (CEASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20%	20%			20	20,0%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra (SEAGRI);**

**2016**

Dentro da disponibilidade de máquinas da SDR e a demanda existente de adequação e manutenção em 2016, foi possível executar a meta. Execução direta de adequação e manutenção de estradas rurais ultrapassando a meta anual de 350 km (foi 428 km, o que se justifica pela maior disponibilidade de equipamentos não previstos anteriormente). Foram entregues equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais, por meio de transferência de patrimônio da Seagri, sendo para a A.R. de São Sebastião (17 equipamentos novos e 03 usados), e A.R. de Brazlândia (09 novos e 06 usados) para atendimento de serviços diversos à produtores rurais do Distrito Federal.

**2017**

Apesar da disponibilidade de máquinas da SDR e a demanda existente de adequação e manutenção em 2017, foram executados 89% da meta anual. Este resultado é consequência de paralização dos serviços de campo por duas vezes nos meses de agosto e outubro, com duração total de 35 dias, devido à exaustão da cota mensal de combustível e a demora na liberação de cota extra.

### **2. Implantar 02 polos agroindustriais no DF (SEAGRI);**

**2016**

Em 2016, foram feitas as Notas Técnicas e foram publicados os Decretos do GDF- D.O., referentes a implantação dos 02 Polos, PAD-DF/ Decreto Nº 37937 de 30/12/2016 e Rio Preto/ Decreto Nº 37861 de 16/12/2016. Os desafios de implementação estão relacionados ao perfil do projeto, que tem características únicas, o que gerou atraso inicial em discussões e metodologias a serem aplicadas, porém haverá o alcance de implantação que foram planejados e abertos os processos. Foram feitas as reuniões nas comunidades onde foram elaboradas e discutidas apresentações conceituais e obtidos os direcionamentos. O Prazo de implantação dos Polos será PAD-DF até 20/10/2017 e Rio Preto até fevereiro de 2018. Foram colhidas propostas para aperfeiçoamento dos projetos em 2017, com bases no anseio público e visando à implantação.

**2017**

O Caderno Técnico de apresentação do Projeto para implantação do Polo do PAD/DF foi submetido ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, em março de 2017, a fim de que seja elaborado o Termo de Referência para o Licenciamento de parcelamento do solo. De forma a complementar a documentação supracitada, foi encaminhado o recibo do cadastro Ambiental Rural em setembro de 2017. Destaca-se que o prosseguimento das ações depende da apresentação do Termo de Referência que está sendo elaborado pelo IBRAM/DF.

### **3. Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE (SEAGRI);**

**2016**

No Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, foi realizado, em 2015 para execução no exercício seguinte, a Chamada Pública 001/2015 SEDF, para aquisição de gêneros alimentícios com o objetivo de atender o Projeto Piloto. Tal Projeto tinha como objetivo de identificar todos os eventuais entraves para efetiva execução do Programa. Ele foi realizado na regional de ensino do Recanto das Emas, atendendo 26 escolas da rede pública, com valor de R\$ 361.000,00 e foram selecionadas 01 cooperativa e 01 associação de agricultores familiares. Identificada e sanadas as dificuldades, foi lançada a Chamada Pública 004/2016 SEDF para atendimento de 06 regionais de ensino, 186 escolas e um montante financeiro de R\$ 6.100.000,00. Foram selecionados para essa chamada 07 associações e cooperativas, sendo atendidos por elas 308 agricultores familiares.

Portanto, em 2016 foram atendidos 250 agricultores familiares pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, tendo um acréscimo de 25% além da meta proposta para esta política em 2016.

**2017**

Foi lançada a Chamada Pública 004/2016 SEDF, executado em 2017, para atendimento de 06 regionais de ensino, 186 escolas e um montante financeiro de R\$ 6,1 milhões. Foram selecionados para essa chamada 07 associações e cooperativas, sendo atendidos 308 agricultores familiares.

#### **4. Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA) (SEAGRI);**

**2016**

No Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na modalidade Termo de Adesão, em 2016 foi realizado um edital, PAA/TA 001/20016, de chamamento público pela SEAGRI para cadastramento dos agricultores familiares interessados em aderir ao Programa. Foram 983 agricultores familiares cadastrados nesta proposta de participação. Para o público beneficiário consumidor foram cadastradas, em 2016, 112 entidades socioassistenciais com público assistidos por elas de 32 mil pessoas. Para este ano, 2017, haverá um incremento de cerca de 20% das entidades, sendo atendido mais de 37 mil pessoas. No PAA modalidade Compra Institucional participaram 111 Agricultores Familiares, na modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares. O número total de famílias de agricultores familiares atendidos em 2016 é da ordem de 1.138. Com isso, obtivemos um acréscimo de 4% acima da meta estabelecida de atendimento à agricultores familiares.

**2017**

No Programa de Aquisição De Alimentos – PAA, na modalidade Termo de Adesão, em 2017 foi aberto um edital de chamamento público, PAA/TA 001/2017, pela Seagri para cadastramento dos agricultores familiares interessados em aderir ao Programa. Foram 1.014 agricultores familiares cadastrados nesta proposta de participação. Para o público beneficiário consumidor foram cadastradas, em 2017, 126 entidades socioassistenciais com público assistidos por elas de 30 mil pessoas.

#### **5. Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF (SEAGRI);**

**2016**

No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF foram realizadas 05 chamadas públicas, nas quais participaram 63 Agricultores Familiares – AF. O resultado obtido foi abaixo do esperado, pois a demanda dos órgãos do Executivo por produtos da agricultura familiar foi abaixo do que em anos anteriores. No entanto, cabe ressaltar que, apesar do número de chamadas públicas terem sido menor, foram negociados R\$ 2.041.886,68, para uma aquisição de 495 toneladas de alimentos. Desta maneira, o número de agricultores familiares participantes no PAPA/DF não deve ser observado de maneira isolada para mensurar o desempenho do programa, pois diante de um cenário de crise a injeção de mais de dois milhões de reais na área rural do DF é um resultado expressivo, participaram 63 Agricultores Familiares – AF. Ampliou-se 85% até 2016 a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF.

**2017**

No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF foram realizadas 08 chamadas públicas, nas quais participaram 178 Agricultores Familiares – AF. Foram negociados R\$ 8.412.634,08, para uma aquisição de 2.528 toneladas de alimentos.

#### **6. Atender 100% das famílias de agricultores familiares (EMATER);**

**2016**

Em 2016, foram atendidos 7.931 beneficiários de ATER classificados como familiares, sendo 55.737 atendimentos individuais. As atividades são voltadas para o desenvolvimento humano e social, produção agropecuária, negócios, gestão ambiental, desenvolvimento de agroecologia e atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroindústria.

**2017**

Foram atendidos 7.627 beneficiários familiares de ATER, sendo 83.172 atendimentos individuais. As atividades são voltadas para os eixos temáticos ambiental, social e econômico, nos aspectos de desenvolvimento da produção agropecuária, desenvolvimento humano e social, desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecologia, de comercialização através das atividades das compras institucionais, de turismo, artesanato e agroindústria, gestão de propriedades rurais, adequação ambiental, dentre outras inúmeras atividades voltadas para as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal.

#### **7. Capacitar 10.000 beneficiários de ATER (EMATER);**

**2016**

No ano de 2016 foram capacitadas 5.594 pessoas em gestão de negócios, nos aspectos do desenvolvimento da produção agropecuária, do desenvolvimento humano e social, da gestão ambiental, do desenvolvimento da agroecologia e de atividades não agrícolas (artesanato e agroindústria), visando colaborar com o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades e vocações do agricultor.



**2017**

Foram capacitados 5339 beneficiários de ATER nos eixos temáticos social, ambiental e econômico, visando o aprimoramento e desenvolvimento de habilidades de toda família rural atendida pela Emater-DF.

## **8. Implantar unidades de validação de tecnologia (EMATER);**

**2016**

A unidade de validação de tecnologia é importante para transformar a tecnologia em inovação, ou seja, para que as pesquisas geradas nas instituições de pesquisa/ensino sejam testadas, avaliadas e adaptadas a realidade do público beneficiário. É importante a criação e manutenção das redes de inovação sendo firmadas parcerias entre várias instituições e o público beneficiário. Segue as unidades implementadas em 2016:

- UPPO – Unidade Participativa de Produção de Leite Orgânico – 1 unidade – local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados, MDA e Rede de inovação Tecnológica de produção de leite agroecológica (UFSC);
- Unidades de reprodução de cultivares de mandioca – 10 unidades – local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados;
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Pitáia – 01 unidade – Local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados;
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Maracujá Pérola – 01 unidade – Local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados; e
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Multicultivo (Banana e Café) – 01 unidade – Local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados.

**2017**

Além das unidades já existentes, em 2017 foram implantadas 04 unidades demonstrativas de Integração Lavoura Pecuária Floresta – ILPF, sendo duas em propriedades de agricultores (uma em Planaltina-DF e a outra no PAD-DF) e duas na Fazenda Água Limpa da UnB. A área total das 4 unidades é de 40 Hectares. Outras 20 Unidades de avaliação e multiplicação de cultivares de mandioca, em parceria Emater-DF e Embrapa Cerrados, foram implantadas em 2017. Estas unidades foram planejadas a partir dos trabalhos desenvolvidos na REDE de INOVAÇÃO: Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (Emater). Obs. A meta eram 8. Destas foram implantadas 6. Existem mais 8 para serem implantadas em 2018 além das 20 já relatadas.

## **9. Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/ EMATER);**

**2016**

Em 2016 foi publicada, no DODF nº 128, a Portaria nº 35, de 12 de maio 2016, que instituiu o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal – Brasília Qualidade no Campo. O selo de Boas Práticas Agropecuárias – BPA vem para certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, estimulando a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal.

As Boas Práticas Agropecuárias são definidas como o conjunto de princípios, conceitos, práticas, tecnologias, métodos e recomendações técnicas apropriadas aos sistemas de produção de insumos, de animais e de alimentos aplicados e implementados em nível de campo a fim de fomentar e agregar valor às atividades agropecuárias e de promover a saúde e o bem-estar humano e animal.

Para obter a certificação do selo, o produtor interessado deve procurar a Seagri ou o escritório local da Emater mais próximo de sua cidade e assinar o Termo de Adesão e Compromisso, comprometendo-se a atender as exigências previstas pelo Programa. De posse do Termo de Adesão e Compromisso a Emater realiza a vistoria no estabelecimento rural e elabora o Plano de Adequação da Propriedade.

O BPA foi implementado em 02 de junho de 2016, foram elaborados 67 Planos de Adequação das Propriedades e 10 propriedades receberam a certificação Também foram realizadas ações envolvendo qualificação e certificação de agricultores, resultou em 78 agricultores fomentados na transição agroecológica que anteriormente atuavam na produção convencional e foram feitas as concessões do Selo Brasília Alimento Seguro em 11 propriedades.

**2017**

A fim de certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, foram realizadas, durante o ano de 2017, a adesão de 1.119 propriedades rurais, a elaboração de 11 projetos de adequação, a certificação de cinco propriedades e a realização de quatro cursos em Boas Práticas Agropecuárias.

EMATER - As ações em 2017 foram focadas em capacitações e orientações para promoção da produção de alimentos com qualidade higiênico-sanitária na adequação das propriedades rurais com vista a Certificação das propriedades do DF e resultaram em:

1.104 termos de adesão ao Programa Qualidade no Campo;

78 planos de adequação a propriedade elaborados;

03 propriedades com certificados de infraestrutura sendo 1 produção de leite, 1 orgânica e 1 hidropônica, totalizando 15 certificados.

88 propriedades com fossas implantadas.

#### **10. Ampliar para 2800 o número de propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica (EMATER);**

**2016**

Houve apoio à transição agroecológica e à conversão para a produção orgânica por parte das instituições públicas, através de ações de assistência técnica e extensão rural agroecológica em todo o DF, envolvendo aspectos tecnológicos da produção, comercialização, aspectos sociais e ambientais. Estas ações resultaram em cerca de 400 agricultores com sistemas produtivos de base agroecológica, em processos de conversão para a produção orgânica e em mais de 210 agricultores(as) já certificados ou cadastrados(as) como orgânicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

**2017**

Foram realizadas ações no sentido de certificar as propriedades em transição agroecológicas para atender à demanda crescente de produtos orgânicos e ainda abrir novas oportunidades de comercialização, através da abertura de novas feiras no DF para comercialização de tais produtos, incentivando novas modalidades de venda direta nos chamados circuitos curtos de comercialização. Outro mercado em ascensão para produtores familiares são as compras institucionais de produtos orgânicos, onde 116 produtores comercializaram a sua produção para o PNAE, PAA e PAPA-DF. Em 2017 a venda direta de produtos orgânicos ao consumidor aumentou 34%. Apesar da crise hídrica que afetou a produção agroecológica local, os esforços envidados para certificação, mudança da forma de reconhecimento da produção orgânica nas propriedades que tinham declaração de orgânico reconhecida pelo Ministério da Agricultura, culminaram ao final do ano em uma resposta positiva para o setor de produtos orgânicos local.

#### **11. Implementar e realizar assistência técnica em hortas escolares, assistenciais, hospitalares e comunitárias (EMATER);**

**2016**

A meta foi atingida e está diretamente relacionada com a disponibilidade de insumos, ferramentas, adubos e sementes aos participantes das atividades. Esses insumos estiveram disponíveis no ano de 2016, provenientes de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS firmado em 2011 e encerrado em novembro de 2016.

**2017**

A meta continua sendo atingida no ano de 2017, com as atividades de hortas escolares e hortas comunitárias. Foi concluído o segundo Curso Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis por meio da Hidroponia, numa parceria com a Fábrica Social (SEDESTMIDH), com a capacitação mais duas turmas de público urbano (25 participantes cada turma) iniciada no mês de setembro. Como subsídio à produção das hortas Escolares e Hortas Comunitárias foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes, ferramentas e assistência técnica a 43 hortas escolares, beneficiando estimados 21.500 alunos, 03 hortas comunitárias e ainda 20 entidades assistenciais tais como centros de atendimento à população de rua (Centro POP), CAPS e centros de saúde. Além desses, também foram atendidas, 06 unidades de internação socioeducativas da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF.

#### **12. Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/ CEASA);**

**2016**

Através de parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital. - NOVACAP, a Emater viabilizou o empenho conforme consta nos Processos nº 112.004.966/16, 112.004.864/16, 112.004.865/16, referente à contratação da elaboração do projeto de reforma dos Escritórios Locais: Gama, Alexandre Gusmão e Vargem Bonita.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Emater- DF por meio da Deliberação Nº 14/2016 de 26 de setembro de 2016 a definição de programação orçamentária de recurso próprio para reforma do prédio Sede. Cabe ressaltar que o quadro de empregos permanentes da Emater não dispõe de vagas para a especialidade engenharia civil, sendo necessária à contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, execução e fiscalização da obra.

Ressaltamos que foi pactuado com a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, órgão ligado a Casa Civil da Presidência da República, tendo como interveniente a Caixa Econômica Federal, o Contrato de Repasse de Nº 839.700/2016 - SICONV, com a finalidade de construção do Centro da Agricultura Familiar, composto por um galpão multiuso, banheiros públicos e unidade de apoio administrativo, com área total construída de 1.739,75 m², localizado no "módulo A, Lote 14, PAD-DF" situada no imóvel rural denominado Poço Claro ou Lamarão, Região Administrativa do Paranoá.

Em 2016, houve a atuação da Seagri em elaboração de projetos e análises/orçamentos, mas não se iniciou construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. Apesar de esta meta integrar o PPA 2016, ela somente seria atendida após a sequência: elaboração de projeto, aprovação de orçamento e execução (se houver recurso disponível).

A Ceasa em 2016 não teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. No entanto, a mesma possui em seu espaço, unidades de apoio que funcionam em atendimento aos usuários da Ceasa.

#### **2017**

No exercício de 2016 houve parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) para viabilizar a contratação e elaboração de projeto de reforma dos Escritórios Locais da Emater como Gama, Alexandre Gusmão e Vargem Bonita. Foi realizada ainda a definição de programação orçamentária de recurso próprio para reforma do prédio Sede. Além disso, foi efetuada a contratação de um engenheiro civil para a execução e fiscalização de obra. Entretanto, por uma questão orçamentária, juntamente com a não aprovação dos projetos complementares pelos órgãos competentes, não ocorreu a execução desta meta no exercício de 2017.

A Ceasa em 2017 não teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. No entanto, a mesma possui em seu espaço, unidades de apoio que funcionam em atendimento aos usuários da Ceasa.

### **13. Fazer com que o CEASA funcione mais dias por semana para o produtor rural (CEASA);**

#### **2016**

A Ceasa tem buscado ampliar o atendimento aos produtores rurais que desejam comercializar seus produtos no Mercado Livre do Produtor. Esse mercado funciona de segunda a sexta das 5h às 12 horas, sendo seu maior fluxo de comercialização nos dias de segunda e quinta-feira. Dada a consolidação desses dois dias da semana no calendário de comercialização da Ceasa, a Seção de Mercado junto a Gerência Técnica Operacional tem trabalhado para estimular a ampliação da quantidade de produtores que comercializam nos demais dias. Para isso, no último ano foi ampliada a divulgação entre os compradores da realização de feiras atacadistas durante toda a semana, criação de atendimento imediato dos produtores que desejam comercializar sua produção nos dias de terça, quarta e sexta, sem taxa, para estimular o desenvolvimento e crescimento do mercado nesses dias. Dessa forma, a Ceasa tem garantido o funcionamento do mercado em todos os dias da semana, investindo agora em divulgação e na consolidação da comercialização nesses dias.

#### **2017**

A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito.

### **14. Construir nova unidade da CEASA. (CEASA);**

#### **2016**

A execução da meta estabelecida no PPA 2016/2019 não foi realizada em 2016, considerando as características específicas para o terreno a ser selecionado para receber novas instalações da Ceasa tais como área ampla, topografia plana e de fácil escoamento de águas, estrutura viária para grande fluxo de veículos leves e pesados e livre de outras destinações, não foi possível a definição do local para providências de projeto e outras tratativas pertinentes à execução. Em 1º de dezembro de 2016 foi encaminhado à SEAGRI as justificativas relacionadas à necessidade de transferência da estrutura de atacadistas da Ceasa para nova área. Esse documento deu origem ao Processo 0071-000006/2017 – Ceasa que se encontra na casa Civil para análise.

2017

O Processo 0071.000196/2017 foi encaminhado para a SEAGRI conforme expediente em 08 de Agosto de 2017 após criação do grupo de trabalho para elaboração da proposta de expansão das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal.

#### 15. Alcançar equilíbrio econômico financeiro da CEASA (CEASA);

2016

Em 2016, a Ceasa implantou o programa de demissão voluntária, no qual foi possível reduzir custos com pessoal, além de renovar sua força de trabalho com a convocação de novos empregados. Além disso, houve um controle mais efetivo da cobrança e do controle dos inadimplentes, fazendo com a inadimplência tenha diminuído de 17%, em 2015, para 12% em 2016, o que representou a recuperação de créditos a receber considerável através de parcelamentos, que beneficiaram tanto o usuário como a Ceasa. Através dessas ações, a empresa conseguiu apurar um resultado financeiro positivo em 2016 de aproximadamente R\$ 870.000,00 reais, o que representou não apenas a recuperação do equilíbrio financeiro da empresa, como também a possibilidade de planejar novos investimentos na melhoria do serviço oferecido pela empresa aos produtores rurais e empresários. Por fim, para os próximos exercícios são previstos novos investimentos em construções que gerarão receitas para a empresa, o que consolidará de vez o equilíbrio econômico financeiro da Ceasa.

2017

A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito.

#### 16. Reestruturar o organograma, visando a eficiência operacional e aumento da capacidade de gestão para entrega de resultados à sociedade (CEASA).

2016

Por meio do processo nº 071.000.121/2015 foi proposta a criação de novos cargos para adequação da estrutura organizacional da Ceasa. O objetivo é criar cargos que melhorem a estrutura da empresa, tornando os processos internos mais eficientes, atendendo as demandas internas e externas de forma satisfatória. O processo foi encaminhado para a Governança do Distrito Federal, porém em 2016 foram solicitados diversos ajustes, que foram realizados e encaminhados novamente para apreciação dos órgãos competentes. Dessa forma, a Ceasa depende hoje da análise e aprovação de outros órgãos para poder cumprir essa meta, tendo realizado todas as etapas de sua competência no ano de 2016.

2017

Neste quesito não houve avanço no ano de 2017.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1480	CANAL RECUPERADO	KM	11	31/12/2014	15	19,675	15	1,47	15	5,5	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1481	PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	PESSOA	1030	31/12/2014	650	438	650	4.390	650	650	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1482	PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	PESSOA	1161	30/06/2015	1.550	1.451	1.700	1.321	1.850	2.000	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1483	AGRICULTOR ASSISTIDO	UNIDADE	10.000	31/01/2015	10.900	11284	11.800	12.362	12.700	13.600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
1484	PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF	PESSOA	637	31/12/2014	870	1626	1110	1.501	1360	1600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1485	AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA-DF	UNIDADE	460	31/05/2015	506	392	552	564	607	667	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1486	ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO	UNIDADE	233	31/01/2015	245	226	256	245	256	256	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1487	ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO	UNIDADE	38	31/05/2015	48	35	50	38	53	55	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1488	PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS	UNIDADE	41.300	31/01/2015	45.000	35754	32.000	32.528	32.500	33.000	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1489	RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO	%	0,34	31/05/2015	2	3	5	4,5	7,5	10	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4

## Justificativas 2016

**Indicador 1480** - Houve uma demanda superior ao que havia sido planejado, mas ocorreram aquisições de novas máquinas e implementos, possibilitando o atendimento à nova demanda superior.

**Indicador 1481** - Foram distribuídos 211 trajetos/caminhões de apara de poda e 672 toneladas de composto orgânico/calcário.

**Indicador 1482** - No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 980 Agricultores Familiares - AF foram cadastrados. No PAA na modalidade Institucional participaram 111 Agricultores Familiares -AF. No PAA modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares - AF. No Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE participaram 250 Agricultores Familiares - AF. No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF participaram 63 Agricultores Familiares - AF.

**Indicador 1483** -11.284 beneficiários de ATER (agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais) assistidos, com repetição, totalizando 79.095 atendimentos. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

**Indicador 1484** - Participação de 1.138 agricultores familiares no PAA, 250 no PNAE e 238 no PAPA. O índice foi superado, principalmente, devido a disponibilização de recursos da área federal. Também houve a inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.

**Indicador 1485** - Conforme informações mais recentes do setor de estatística da CEASA/DF foram atendimentos 510 agricultores com espaço para comercialização na CEASA/DF, os espaços destinados ao agricultor foram ampliados e melhorados.

**Indicador 1486** - Conforme informações recentes da Diretoria Operacional da CEASA/DF são disponibilizados 245 boxes para usuários na CEASA/DF. Em 2016, houve a retomada de alguns boxes por motivo de inadimplência através de processo judicial.

**Indicador 1487** - A meta de 48 organizações não foi atingida oficialmente, porém já temos no espaço do Mercado de Agricultura Familiar 35 organizações cadastradas e mais 60 agricultores familiares desvinculados de organizações. Esses agricultores estão utilizando a área sem cadastro, por estarem no prazo regimental. O regulamento do Mercado prevê que esses produtores possam utilizar a área enquanto providenciam a regularização da organização, estabelecendo, para isso, o prazo de doze meses. Assim sendo, a expectativa

**Indicador 1488** - Conforme informações do Banco de Alimentos da CEASA/DF a adequação à resolução nº 72 do MDS suspendeu o atendimento a diversas entidades por não estarem adequadas as obrigações da resolução.

**Indicador 1489** - Com a realização de programa de desligamento voluntário incentivado e a diminuição da inadimplência média mensal, a CEASA/DF conseguiu aumentar o percentual de seu resultado operacional líquido em 2016.

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1480** - Devido a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para coordenação de equipes de campo, não foi possível alcançar o índice desejado. O número alcançado é resultado do empenho normal da equipe.

**Indicador 1481** - O alcance do índice desejado foi possível por ter sido trabalhado paulatinamente conforme os preceitos legais vigentes, com o avanço controlado de seu cumprimento, avaliando o desempenho das ações e assegurando a prestação de contas, primando sempre pela qualidade do atendimento e serviços prestados.

**Indicador 1482** - Devido à diminuição de recursos disponibilizados pelo MDSA, o atraso ao iniciar as atividades do PAA no segundo semestre de 2017 e falta de recursos das secretarias do DF para contratação no PAPA, não foi possível alcançar o índice desejado. O valor obtido se deve ao empenho normal da equipe.

**Indicador 1483** - Em 2017 foram atendidos 12.362 beneficiários de ATER, compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais, sem repetição. Os atendimentos com repetição somaram 118.374. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

**Indicador 1484** - Em 2017 houve a participação de 1.016 agricultores familiares no PAA; no PNAE 307 e no PAPA-DF 178. O índice foi superado em razão da disponibilização de recursos da área federal, além da inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.

**Indicador 1485** - Foi atendida a expectativa de agricultores com espaço para comercialização graças à expansão da abertura das atividades na pedra para todos os dias da semana.

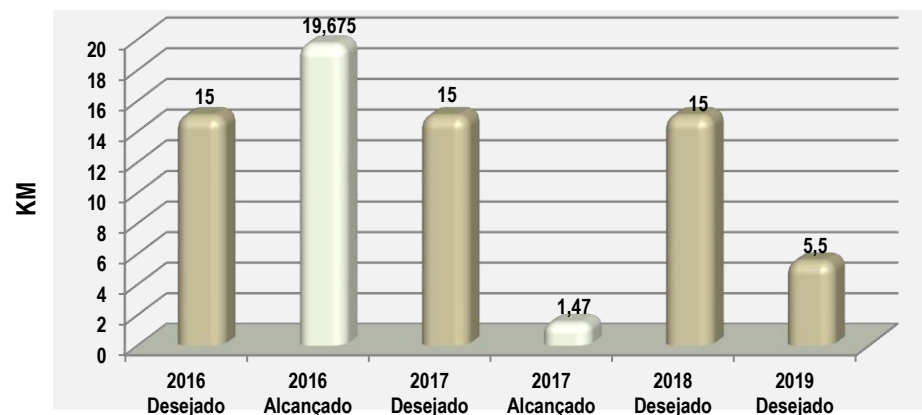
**Indicador 1486** - A CEASA/DF está em processo de licitação para ampliação dos novos pavilhões para atender ainda mais boxes para empresas atacadistas.

**Indicador 1487** - São 38 organizações, porém o espaço disponível da agricultura familiar está sendo preenchido em sua totalidade, pois algumas organizações possuem mais de um espaço.

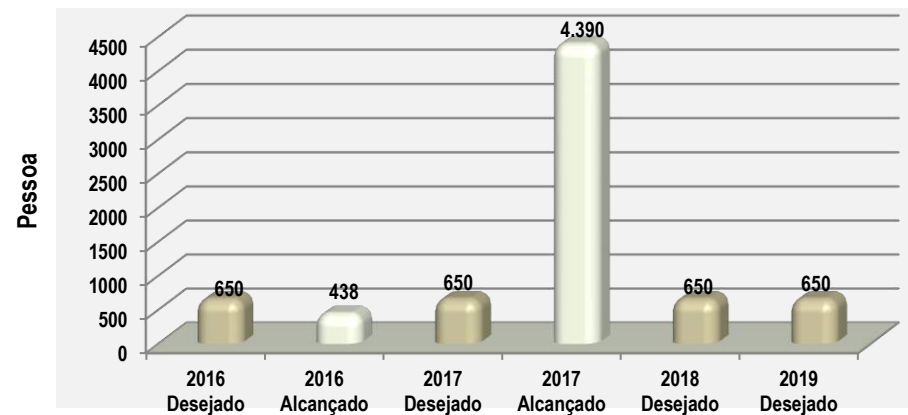
**Indicador 1488** - A CEASA/DF tem capacidade de atender ainda mais instituições do que está atendendo hoje. O número de instituições atendidas hoje está limitado devido ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal ter reduzido drasticamente o volume comprado, o que, mesmo com o aumento do volume recebido pelo Programa Desperdício Zero, não conseguiu ser superado.

**Indicador 1489** - Houve perdas importantes de receita no ano de 2017, dentre eles a receita do Makro e o Posto de Gasolina que não permitiram que o índice fosse alcançado este ano.

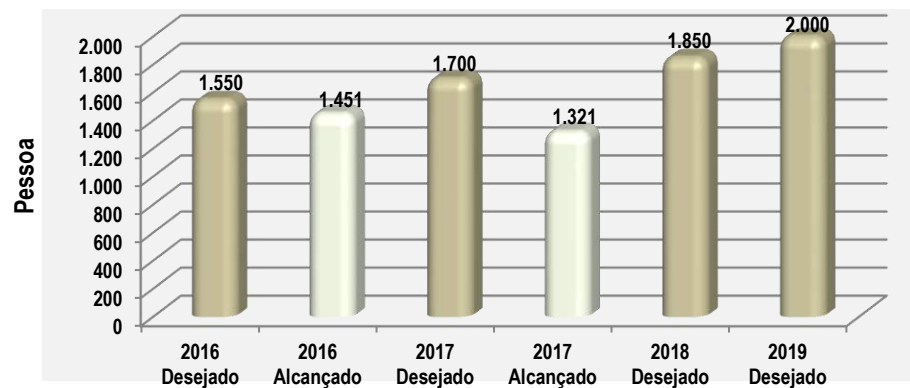
**CANAL RECUPERADO**



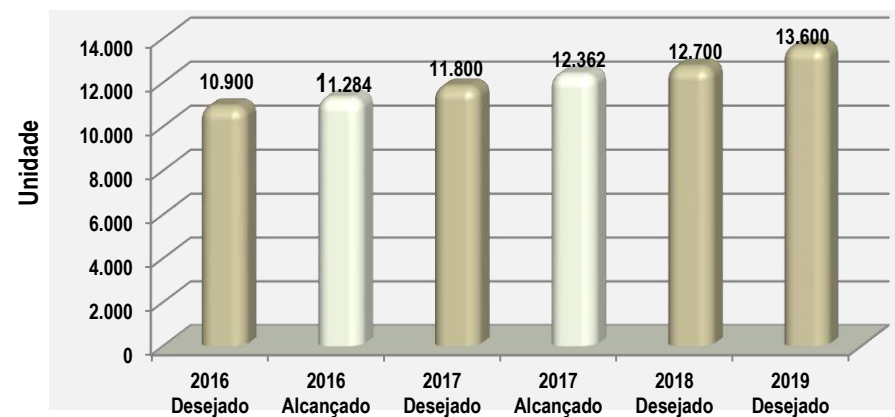
**PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS**



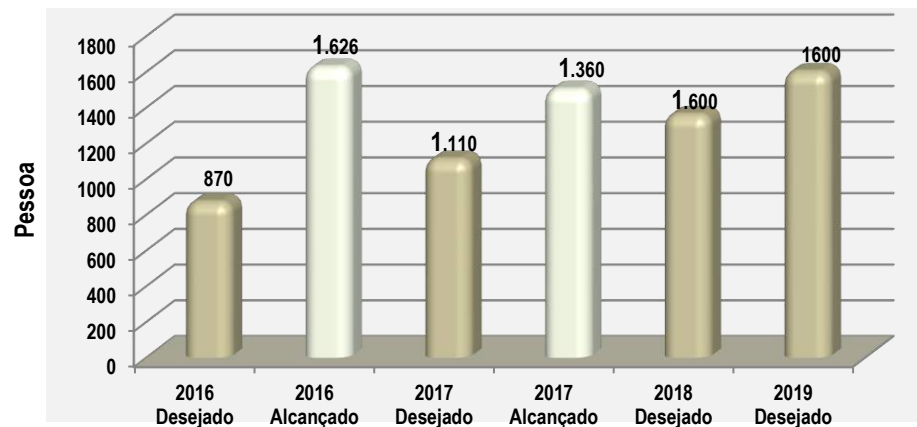
**PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS**



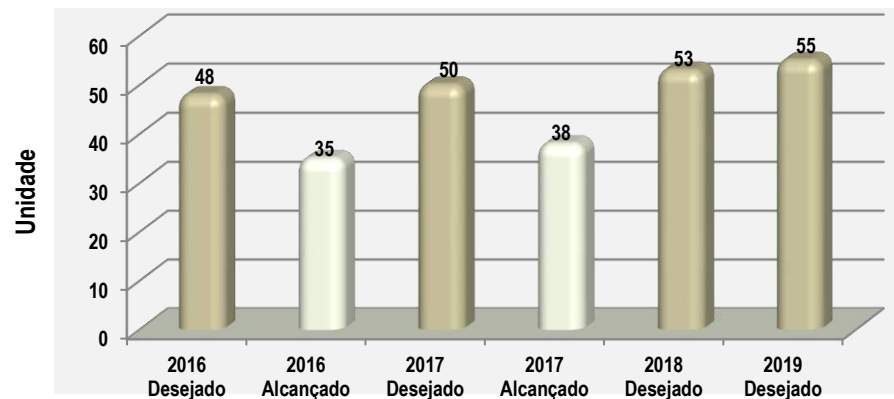
**AGRICULTOR ASSISTIDO**



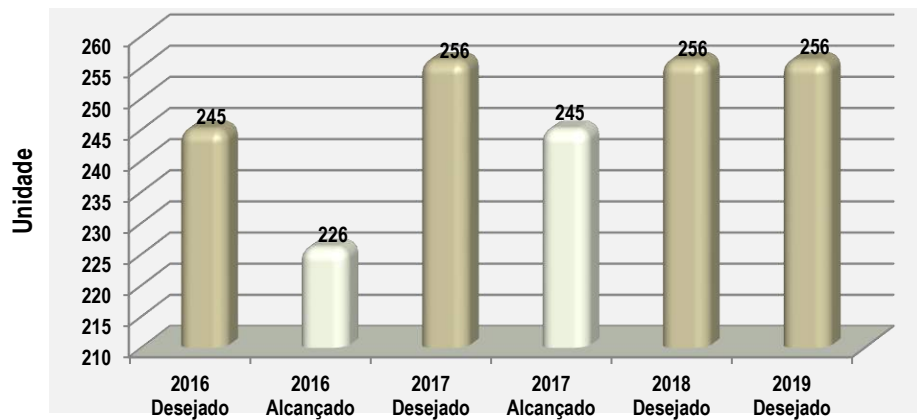
**PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF**



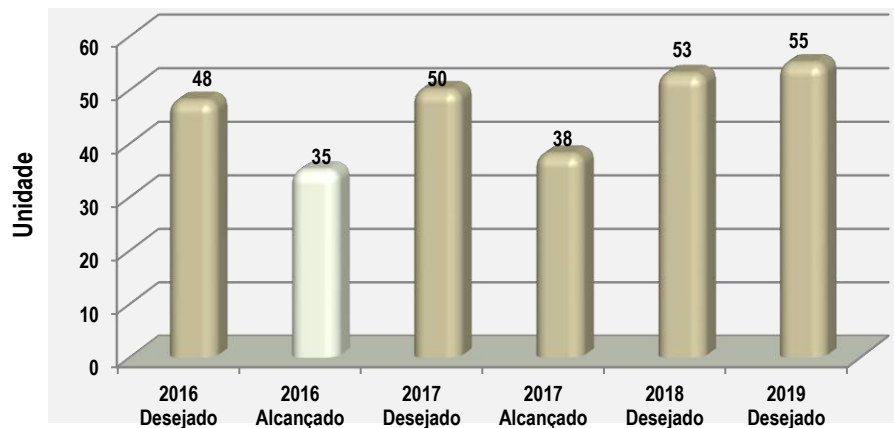
**ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO**



**ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO**

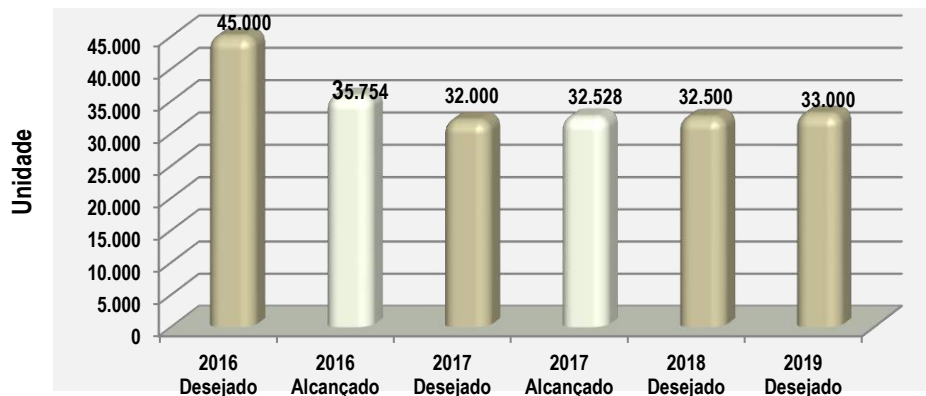


**ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO**

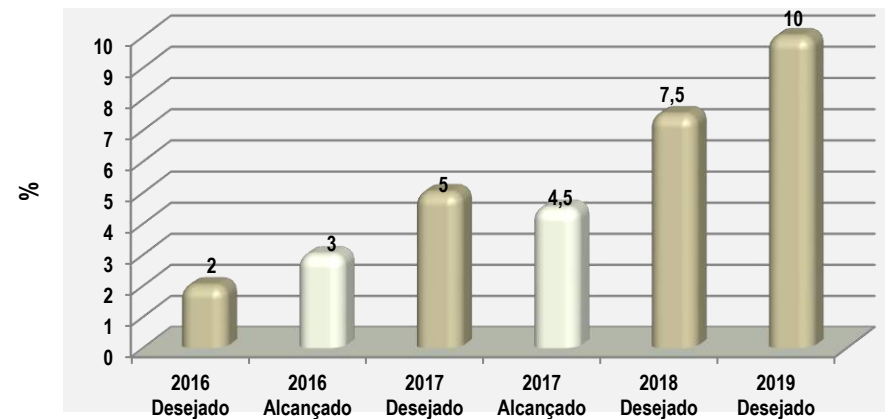




**PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS**



**RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	4	1	Articulação junto à AGEFIS, à Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, à Secretaria de Gestão do Território e Habitação, à Subsecretaria de Ordenamento das Cidades, dentre outros órgãos, para a elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à área rural do Distrito Federal (SEAGR, EMATER)	14101/ 14203	100%	<p><b>2016</b> A Segari-DF está com projeto em implementação que é o "Direto na Roça" que envolve a comercialização de produção agrícola de forma direta do produtor rural na utilização de espaços públicos. O projeto foi elaborado e a implementação está no aguardo de decisões da Seagri/Gabinete relativas à adequação de legislações. Várias articulações foram realizadas junto aos órgãos distritais. Ação com 30% de implementação. A articulação com as instituições governamentais no âmbito do GDF está instituída no Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica. Em 2017 o V Seminário Distrital e do Entorno de Agroecologia e o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, acontecerá em Brasília, foi articulada a participação do GDF no referido evento em estreita parceria com a entidade representante dos produtores orgânicos do DF, através da Emater, em 2016. Ação com 100% implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, consideramos a média de 65% de implementação.</p> <p><b>2017</b> Em parceria com a SEMA estamos implantando o projeto "Brasília nos Parques" que vai selecionar produtores de orgânicos que estejam interessados em comercializar nos parques de Brasília. Em 2017 aconteceu em Brasília o V Seminário Distrital e do Entorno de Agroecologia e o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, com articulação do GDF, Embrapa, Inkra e representantes de produtores orgânicos do DF. Prospera em parceria com BRB/SEDESTMIDHT com aprovação de 255 projetos num total de R\$ 4.321.000,00. - Elaboração do Plano de enfrentamento da Crise Hídrica na Bacia do Descoberto com articulação com entidades do GDF (Emater, Seagri, Caesb, Adasa, etc)</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						- Compras institucionais com parceria entre Emater, Seagri, Secretaria de Educação e Governo Federal.
6207	4	2	Apresentação de projetos para acessar recursos de Fundos de financiamento e Emendas Parlamentares (SEAGRI);	14101	100%	<b>2016</b> 01 Projeto de Emenda Parlamentar Federal no valor de R\$ 421.800,00 SDR/DDR para aquisição de 78 kits para fomentar agroecologia. <b>Observação:</b> a implementação depende da liberação do recurso para a compra dos insumos <b>2017</b> O projeto que foi apresentado no exercício de 2016 para aquisição de 78 kits para fomentar agroecologia por meio de Emenda Parlamentar Federal, Convênio n° 835680/2016, teve o recurso liberado em julho de 2017 no valor de R\$ 421.800,00 com contrapartida do GDF no valor de R\$ 423,00. Em 2017 foi apresentado 01 projeto para acessar recurso de Emenda Parlamentar Federal no valor de R\$ 442.563,00 para adequação ambiental da Serrinha do Paranoá, referente ao Convênio n° 862554, mas o recurso ainda não foi liberado para a Seagri.
6207	4	3	Celebração de Termos de Cooperação Técnica com Jardim Botânico de Brasília, Novacap, Rede de Sementes do Cerrado (renovação), IBRAM, Secretarias de Estado e Universidades, entre outros; (SEAGRI, EMATER)	14101/ 14203	100%	<b>2016</b> Foi elaborado o Acordo de Cooperação Técnica entre a Seagri e Rede de Sementes do Cerrado e encaminhado à Assessoria Jurídico Legislativa desta Secretaria para a análise e prosseguimento. Ação com 12,5% de implementação. Emater não celebrou nenhum Termo de Cooperação com essas instituições. Ação com 0% de implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, consideramos a média de 6,25% de implementação. <b>2017</b> Foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica– Aliança do Cerrado.
6207	4	4	Apresentação de projetos para acessar recursos de Fundos de Financiamento FAP-DF, FUNAM, Fundo Clima, FBB, inclusive federais e internacionais (IICA, PNUMA); (SEAGRI, EMATER)	14101/ 14203	100%	<b>2016</b> A Seagri elaborou projeto junto ao IICA para encaminhamento ao Edital IKI -Iniciativa Internacional de Proteção do Clima do Governo Alemão. Obteve-se resposta da não contemplação desta proposta. O valor da proposta era de 4 milhões 520 mil Euros. Ação com 25% de implementação. Emater: apresentado e aprovado ao FUNAM o Projeto Programa de Assistência à Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos Imóveis Rurais localizados na APA da Bacia do Rio Descoberto DF e aos que tiverem até 4 Módulos Fiscais em todo o DF, no valor de R\$ 1.114.514,70. Ação com 100% de implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, consideramos a média de 62,5% de implementação. <b>2017</b> A Seagri celebrou Convênio de Cooperação Financeira com a Fundação Banco do Brasil para alocação de recursos financeiros necessários à implementação do Projeto n° 16.276, intitulado "Implantação do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto", destinado a promover o desenvolvimento rural, econômico e sustentável na Bacia do Alto Rio Descoberto. A Seagri submeteu a proposta "Agroforestry in the Brazilian Savanna: transition to a low-carbon agricultural production in the Brazilian Federal District", em parceria com o IICA, ao IKI (iniciativa do Ministério do Meio Ambiente do Governo Alemão), a fim de acessar recursos da Iniciativa Internacional do Clima. Emater: Instrumento Específico da Anater para atendimento em ATER de forma continuada de 500 produtores familiares totalizando R\$ 1.555.504,00 em 03 anos de prestação de serviço
6207	4	5	Criação de Grupos de Trabalho interinstitucionais para diagnóstico de potencialidades e elaboração dos Programas de Desenvolvimento; (EMATER).	14203	100	<b>2016</b> Acordo de Cooperação entre Seagri/Emater/Ceasa para promover a política de desenvolvimento rural, através de programas que articulem ações dos setores de produção, beneficiamento, comercialização e consumo de alimentos. <b>2017</b> Formação de Grupo de trabalho em parceria com a Seagri no sentido de elaborar legislação para Agroindústria de pequeno porte. - Plano de enfrentamento da Crise hídrica na Bacia do Descoberto com elaboração de 638 diagnósticos de irrigantes em parceria com a Seagri/Adasa/Caesb-
6207	4	6	Celebração de Termos de Cooperação Técnica e outros instrumentos legais com órgãos	14203	100%	<b>2016</b> Acordos de cooperação técnica vigentes no exercício 2016: Associação dos produtores do Núcleo Rural Lago Oeste – ASPROESTE; Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina – COOTAQUARA; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			governamentais e não governamentais para desenvolvimento e implantação dos Programas de Desenvolvimento; (EMATER).			Avançado Cristalina-GO – IFC Goiano; Tribunal Regional do Trabalho – TRT; Agência Nacional de Águas – Ana Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal - Coopa-DF; Instituto Agrônomo do Paraná – Iapar; Incra SR(28)-DF ;Seagri / Ceasa / Emater; Prefeitura de Cristalina; Município de Padre Bernardo – GO; Fape-DF; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados; Sebrae-DF. <b>2017</b> Foram celebrados os seguintes termos de cooperação: Câmara de Comércio Brasil – Portugal Centro Oeste, Seapro/AC, Emater-AC, FUB, Associação Brasileira de Agroecologia-ABA, Finatec, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico – Adasa, Crea-DF.
6207	4	7	Atualização, publicidade e implantação de novo regulamento de mercado da CEASA-DF; (CEASA);	14202	100%	<b>2016</b> A atualização do Regulamento de Mercado foi realizada por um Grupo de Trabalho, formado por funcionários da Ceasa, amplamente debatido com as associações de produtores e empresários. A minuta foi aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho administrativo desta empresa. A cerimônia de apresentação das novas regras de mercado ocorreu em 9 de maio de 2016 no Mercado Livre do Produtor. Na ocasião, o regulamento de Mercado foi distribuído para os produtores e empresários, além disso, o arquivo está disponível por meio físico na Gerência de Mercado e por meio eletrônico no site da Ceasa. <b>2017</b> Regulamento já implantado.
6207	4	8	Elaboração de manual de boas práticas de comercialização de alimentos no âmbito da CEASA-DF; (CEASA)	14202	40%	<b>2016</b> As ações para a elaboração do manual de boas práticas de comercialização foram interrompidas. Os contatos foram refeitos e aguarda-se posicionamento dos envolvidos para dar continuidade aos procedimentos. Concomitantemente, a Ceasa está colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual, tais como a Gestão dos resíduos sólidos e Higienização seguida de padronização das caixas plásticas no Mercado Livre do Produtor. <b>2017</b> As ações para a elaboração do manual foram interrompidas devido à desentendimentos entre os parceiros envolvidos no trabalho. Os contatos feitos para dar continuidade aos trabalhos não surtiram efeito até o momento. Posto isto, o desenvolvimento dos trabalhos deverão continuar com equipe interna. Concomitantemente a isso, estamos colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual de Boas Práticas de Comercialização, tais como a implantação dos projetos de Gestão dos Resíduos Sólidos da Ceasa/DF
6207	4	9	Aprimoramento do programa de agro-qualidade, considerando o planejamento estratégico, inclusive com implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos ;(CEASA)	14202	70%	<b>2016</b> As ações do Programa de Agroqualidade têm sido desenvolvidas em relação às práticas de comercialização dos permissionários da Ceasa. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS foi desenvolvido e entregue finalizado. O PGIRS encontra-se em fase de execução do proposto, onde criou-se mudanças na execução do serviço de limpeza da empresa atua na aquisição de novos contêineres adaptados. Ademais, está sendo elaborado um novo Termo de Referência para contratação de uma nova empresa especializada em coleta seletiva, adaptado ao previsto no PGIRS. Em relação aos resíduos sólidos buscou-se também alternativas para destinação final e tratamento dos resíduos sólidos gerados no âmbito da Ceasa. <b>2017</b> As ações do Programa de Agroqualidade estão sendo aprimoradas juntamente com os técnicos de comercialização. Ações têm sido desenvolvidas em relação às práticas de comercialização dos permissionários da Ceasa/DF, desenvolvendo pareceres técnicos e relatórios que subsidiarão o Manual de Boas Práticas de Comercialização da Ceasa/DF. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, foi desenvolvido e entregue finalizado no início de 2017. O PGIRS se encontra em fase de execução do proposto, com mudanças na execução do serviço de limpeza e varrição da atual empresa terceirizada, com a reforma e aquisição de novos contêineres adaptados. Ademais, foi elaborado um novo Termo de Referência para contratação de uma nova empresa especializada em coleta seletiva e varrição, adaptado ao previsto no PGIRS, e está em fase de licitação. Outro Termo de Referência também foi elaborado para a coleta, transporte e destinação final dos resíduos, e também está em fase de licitação. Os EcoPontos foram demandados à equipe de manutenção e estão em fase de início de construção. Em relação aos resíduos sólidos orgânicos especificamente, está sendo elaborado um projeto de compostagem. Uma comissão de gestão da coleta seletiva solidária foi formada também no âmbito da Ceasa/DF
6207	4	10	Implantação de CNPJ do Banco	14202	0%	<b>2016</b>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			de Alimentos (CEASA);			Foram realizados estudos em 2016 para implantação do CNPJ do Banco de Alimentos da Ceasa, porém a ação foi considerada inviável. A criação de um CNPJ significaria a criação de uma nova personalidade jurídica, com custos próprios, gerando um gasto com o governo. Portanto, entendeu-se pela não necessidade da implantação do CNPJ, continuando o banco de alimentos com seu funcionamento como parte integrante do complexo administrativo da agricultura do Distrito Federal. <b>2017</b> Situação anteriormente considerada inviável.
6207	4	11	Regulamentação da atuação dos carregadores avulsos (Lei 12.023, de 2009) (CEASA);	14202	70%	<b>2016</b> Em 2015 foi autuado processo administrativo nº 071.000.169/2015, objetivando a aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009 que trata das atividades da movimentação de mercadorias em geral. Com isso foi firmado entre a Ceasa e o SINTRAMB - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias de Brasília. Foi apresentado pelo SINTRAMB um plano de trabalho, incluindo o cronograma para cumprimento das normas. A Ceasa nomeou servidores para fiscalizar o Termo de Cooperação e o mesmo foi colocado em prática no ano de 2016. No entanto ainda há ações a serem desenvolvidas, que serão firmadas em novo acordo em 2017, onde se dará continuidade aos trabalhos iniciados. <b>2017</b> No dever de acompanhar e fiscalizar o funcionamento do mercado atacadista nesta Ceasa-DF e em relação à aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009, informamos que foram realizadas ações como o cadastramento dos carregadores e distribuição de uniformes para os profissionais da classe. No entanto, ainda existem ações a serem realizadas no que trata a Lei supracitada.
6207	4	12	Administração do Mercado da Agricultura Familiar (CEASA);	14202	100%	<b>2016</b> O espaço passou a ser administrado pela Ceasa em 2016. Nesse ano, foram regularizadas as documentações das organizações familiares, adquiridas bancas padronizadas para comercialização, reorganizado o layout, confeccionado placas para diferenciação de produtos convencionais e orgânicos, elaborada normativa para funcionamento do mercado entre outras. Atualmente, cerca de 35 organizações comercializam todos os sábados no Mercado de Agricultura Familiar, as ações implementadas pela Ceasa foram fundamentais para organizar o uso do espaço e regulamentar normas para seu funcionamento. Houve um ganho significativo de valor atribuído, com crescimento nas vendas e na imagem final levada ao consumidor. <b>2017</b> A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito.
6207	4	13	Realização de avaliação e atualização do ativo permanente da CEASA-DF (CEASA);	14202	30%	<b>2016</b> Foi autuado em 2016 o processo nº 071.000.217/2016 com o intuito de se realizar a avaliação e atualização dos ativos permanentes da Ceasa, o mesmo foi analisado pela Diretoria Administrativa e encontra-se em fase de licitação. Após a contratação da empresa, será realizado estudo para reavaliação imobiliária e do ativo permanente da empresa. <b>2017</b> A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano 2017, mantendo com isso o mesmo percentual no atendimento deste requisito.
6207	4	14	Desenvolvimento de ferramenta de avaliação do Clima Organizacional e de processos de resposta aos seus resultados (CEASA);	14202	50%	<b>2016</b> Em 2016 a Ceasa através da Diretoria Administrativa, responsável pelo gerenciamento de recursos humanos, desenvolveu um estudo, o qual foi possível a criação de ferramenta de avaliação do Clima Organizacional. Nesse tempo, diversas atividades foram organizadas na empresa com o intuito de trazer ganhos positivos para o clima na empresa. Com a ferramenta desenvolvida, a realização de pesquisa para avaliação ocorrerá no primeiro semestre do exercício de 2017. <b>2017</b> A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito.
6207	4	15	Readequação de organograma/atividades das gerencias de apoio, conforme demanda do planejamento operacional e redesenho dos processos visando melhoria,	14202	20%	<b>2016</b> A Ceasa possui em andamento o processo nº 071.000.121/2015 para readequação do seu organograma, com o objetivo de dar maior eficiência aos processos gerenciais da empresa. Além disso, foi decidido pela Diretoria da empresa, a renovação do regimento interno da empresa, com o intuito de apresentar no regimento as atividades reais que cada Diretoria e suas divisões desenvolvem, os relatórios de cada Diretoria foram entregues no final de 2016 e o mesmo será discutido e implantado nos próximos meses. <b>2017</b>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			sobretudo no apoio às atividades finalísticas, com adequação do Regimento Interno (CEASA);			A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito.
6207	4	16	Realização de estudos para novo concurso público (CEASA);	14202	10%	<b>2016</b> A Ceasa em 2016 encontrava-se ainda com seu concurso realizado em 2012 vigente. Dessa forma, em 2016 foi desenvolvido e estabelecido um cronograma para realização das ações necessárias para realizar um novo concurso público. Com o encerramento da validade do concurso anterior, em 2017 serão realizadas as ações previstas no cronograma. <b>2017</b> A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito.
6207	4	17	Realização de planejamento orçamentário, fiscal e financeiro da CEASA (CEASA);	14202	80%	<b>2016</b> A Diretoria Financeira, através de diversas reuniões com as outras Diretorias da empresa, realizou planejamento orçamentário e financeiro para os próximos exercícios com o intuito de planejar e visualizar o crescimento da empresa. Cada setor conseguiu informar suas necessidades e possibilidade de cortar gastos. Além disso, com o intuito de executar o planejamento estratégico da empresa, foi estabelecido plano de investimentos para os próximos anos, com o objetivo de buscar novas fontes de receitas e consolidar os bons resultados financeiros da Ceasa. <b>2017</b> A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito.
6207	4	18	Implantação de rotina de auditoria externa e interna na CEASA (CEASA);	14202	50%	<b>2016</b> Em 2016, foi elaborado pela Diretoria Financeira da Ceasa termo de referência para contratação de auditoria externa, o processo de contratação da empresa foi analisado pela Diretoria Administrativa e pela dificuldade de conseguir cotações e pelos preços elevados para contratação, foi solicitada a realização de ajustes no termo de referência. Foi dado andamento ao processo, no entanto a empresa não foi contratada no exercício de 2016, dessa forma, será elaborado novo termo de referência para executar essa ação no exercício de 2017. <b>2017</b> Auditoria externa: foi licitada empresa de auditoria externa, entretanto, o serviço ainda não foi contratado. Com previsão de término para o 2º semestre de 2018. Auditoria Interna: Não foi implantada até o momento.
6207	4	19	Construção e implantação de um plano de comunicação interna (CEASA);	14202	20%	<b>2016</b> A Diretoria Administrativa em conjunto com a Assessoria de comunicação estabeleceram um cronograma de reuniões a ações para "redesenhar" a intranet da empresa, com o objetivo de desenvolver a comunicação interna da empresa. Além disso, foram realizados seminários com o corpo gerencial da empresa com o intuito de conscientizar e criar normas para comunicação interna. No próximo ano será desenvolvida e implantada a nova intranet da Ceasa. <b>2017</b> A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito.
6207	4	20	Mapeamento e manualização dos processos internos (CEASA);	14202	30%	<b>2016</b> A Diretoria da Ceasa em 2016 determinou que os setores realizassem mapeamento e manualização dos processos internos da empresa. Nesse sentido, diversos setores já criaram manuais para seus processos internos, os quais serão disponibilizados na intranet da empresa em momento oportuno. Além disso, processos internos de pagamento, de gestão de pessoas, aquisição de bens foram mapeados e divulgados internamente na empresa para conhecimento de todos os funcionários. <b>2017</b> A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito.
6207	4	21	Aprimoramento do site da CEASA-DF, no sentido de facilitar a consulta e melhorar o acesso às informações (CEASA).	14202	40%	<b>2016</b> – Em 2016, a Ceasa criou juntamente com a Assessoria de Comunicação cronograma para melhoria do site institucional. Diversos novos itens foram adicionados ao site com o intuito de melhorar a transparência das ações desenvolvidas pela empresa, como relatório financeiro, demonstrativo de rateio, relatórios gerenciais, entre outros. Para o exercício de 2017, a Assessoria de Comunicação, juntamente com a Diretoria Administrativa e a Secretaria de Estado de Comunicação desenvolverão novas melhorias para o site da empresa. <b>2017</b> A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito.

## Análise do Resultado do Objetivo Específico

**2016/2017**

### **SEAGRI**

Dentro do Objetivo Específico, houve o atendimento às demandas de produtores assistidos em doação de insumos que atingiu resultados dentro dos parâmetros possíveis conforme a demanda que houve. A mesma situação ocorreu na participação do Agricultor nos Programas de Compras Institucionais, que depende da necessidade concreta de se realizar compras e haver oferta de propostas. Economicamente estes programas vêm atingindo suas finalidades ao público assistido.

Os programas de compras institucionais (PAA, PAPA/DF e PNAE) executados, diretamente ou em parceria com outros órgãos, pela Seagri são de grande importância para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Estes programas viabilizam a aquisição direta, sem licitação, de alimentos e produtos oriundos dos agricultores familiares, para abastecimento da rede socioassistencial ou do mercado governamental, gerando renda para as famílias do campo e contribuindo para a criação de empregos e diminuição do êxodo rural.

Os programas, em sua maioria, visa garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à uma alimentação adequada à população do Distrito Federal estando inseridos no Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional – PDSAN/DF.

Os Programas, PAA e PNAE, os recursos utilizados para o fortalecimento da agricultora familiar vem da União, o primeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o segundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Já o recurso utilizado para as aquisições do PAPA/DF é proveniente do próprio Distrito Federal.

Cabe ressaltar que, em conjunto, essas políticas vêm avançando em seus objetivos, levando cada vez mais renda ao campo, aumentando numero de famílias de agricultores familiares tendo acesso e garantindo a suplementação alimentar nutricional da população que se encontra em insegurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.

A Seagri vem atuando de forma conjunta nos projetos de assentamentos, prestando todo suporte nas questões envolvendo a mecanização de manutenção e abertura de estradas, na conservação de solo e drenagem. Destaca-se também a atuação da Seagri através de suas ações de capacitação de conversação ambiental e em programa de boas práticas aos agricultores familiares que englobam o público atendido.

A articulação com as instituições governamentais no âmbito do Governo Federal e organizações da sociedade civil também está instituída na elaboração de ações não orçamentárias a fim de promover a economia rural no Distrito Federal. Diante disso, foram realizados Acordos de Cooperação Técnica entre a Seagri e Rede de Sementes do Cerrado, onde serão propostos projetos de recuperação ambiental por meio de tecnologias de semeadura direta bem como com o plantio de mudas nativas do Bioma Cerrado, favorecendo diretamente as ações relacionadas ao Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica. Paralelo a isso, a promoção de canais de comercialização direta ao pequeno produtor rural é uma assertiva que viabilizará ao pequeno produtor comercializar os seus produtos diretamente com o consumidor, sem a presença do atravessador, proporcionando renda ao pequeno produtor rural. Esta proposta, nomeada por “Brasília nos Parques”, tem como finalidade regulamentar pontos de comercialização direta, privilegiando os circuitos curtos, em pontos estrategicamente posicionados em parques públicos do Distrito Federal, devidamente autorizados para esse fim pelos órgãos competentes.

A Seagri, por meio do Convênio SICONV nº 795520/2013, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Caixa Econômica Federal, adquiriu em 2016 Patrulhas Rurais compostas por tratores e implementos e cultivadores motorizados (tobatas) acompanhados de implementos, mas só no exercício de 2017 foram entregues aos assentamentos da reforma agrária. Em 2017 foram adquiridos: caminhão pipa, caminhão caçamba basculante, rolo compactador vibratório, motoniveladora e pá carregadeira com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar. Desse Convênio resta pendente a obra do Centro de Capacitação Oziel Alves. O valor inicial do projeto estava em R\$ 19.675.146,76, entretanto, devido a necessidades de ajustes orçamentários o valor foi atualizado para R\$ 4.400.000,00.

O projeto de execução para a Obra do Centro de Capacitação de Assentados Oziel Alves III foi licitado, restando a etapa subsequente de licitação da obra em si. Para tanto há o saldo remanescente de R\$ 4.022.100,00.

No âmbito da Coordenação de Políticas de Assentamento realizou-se 03 Chamamentos Públicos em que foram selecionadas 66 famílias de agricultores familiares para os assentamentos Santarém, Patrícia & Aparecida e 10 de junho, este último a ser concluído no primeiro trimestre de 2018.

No tocante à entrega dos insumos, entre os meses de Agosto a Dezembro de 2017 foram distribuídos 1740 m<sup>3</sup> de água e entregues 2000 m<sup>3</sup> de aparas de poda.

As parcerias com Emater, Adasa e CEB proporcionaram o manejo e conservação do solo, a outorga de água e a disponibilização de luz nos assentamentos assistidos pela Seagri.

No âmbito do PAA, em 2017 foram adquiridas 578 toneladas de alimentos destinadas a 30 mil pessoas por meio de 126 entidades sociais do DF. Para tanto, foram cadastrados 1.014 agricultores familiares no PAA Termo de Adesão. Foram investidos no campo R\$ 1,79 milhões que contribuíram para o desenvolvimento e inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares do DF.

Para o biênio de 2016 e 2017 foram adquiridas 1.146 toneladas de alimentos, com 1.988 agricultores cadastrados no programa. Esse volume de produtos foi distribuído às 159 entidades socioassistenciais que atendem a aproximadamente 40 mil pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar.

No tocante ao Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, foram realizadas 08 chamadas públicas em 04 órgãos públicos (Secriança, Sedestmidh, Emater e BRB), no valor total de R\$ 8.412.634,08, com a participação de 178 agricultores familiares.

### **EMATER-DF**

Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, serviço público prestado pela Emater é fundamental para as cadeias produtivas que predominam no Distrito Federal. A integração de esforços para o desenvolvimento de instrumentos e metodologia visando à implementação das ações, tem possibilitado aos produtores rurais acesso a informação e potencializado a interação entre os diferentes membros das cadeias, aprimorando suas habilidades, a fim de garantir o equilíbrio econômico, social e ambiental para o Distrito Federal.

As inovações tecnológicas sustentáveis têm sua relevância nas cadeias produtivas: olericultura, grãos, floricultura, avicultura, bovinocultura de leite, destacando-se pelo alto índice de produtividade. Apesar do ambiente de crise econômica, fatores ambientais como crise hídrica e fatores climáticos como escassez de chuva, o serviço de ATER continua proporcionando competitividade aos agricultores.

Os projetos que foram implementados através de parceria entre instituições públicas, ONG's, agricultores e movimentos sociais, bem como a organização de fóruns estratégicos para reflexão, encaminhamentos e desenvolvimento da Agroecologia e produção orgânica incentivaram a comercialização da produção orgânica no DF. Destacam-se 6 fatores cujo apoio governamental foi fundamental:

1. Aumento de feiras orgânicas, saltando de 37 para 51 pontos de venda de produtos orgânicos direto dos agricultores para os consumidores em todo o Distrito Federal;
2. Aumento significativo do número de agricultores orgânicos comercializando sua produção no Programa de Aquisição de Alimentos - PAAe no programa Distrital denominado Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura - PAPA;
3. Implementação do mercado de varejo e atacado de produtos orgânicos na Ceasa no Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar;
4. Consolidação do associativismo e cooperativismo de produtores orgânicos;
5. Modernização nos processos de comercialização dos grupos associativos e cooperativos e intensificação da comercialização no atacado destes grupos;
6. Formação de sete Organizações de Controle Social e de uma Organização Participativa de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC; visando o fortalecimento e consolidação no mercado local, oferecendo diferenciação de produtos e serviços.

Os empreendimentos rurais necessitam do registro em âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, denominado Cadastro Ambiental Rural - CAR, que tem por finalidade promover a regularização ambiental dos imóveis rurais permitindo a identificação, o controle, o monitoramento da vegetação nativa e em recuperação e o planejamento ambiental e econômico de imóveis rurais. Por meio do Convênio 001/2016-FUNAM, celebrado entre a Emater/Seagri/Sema, foram contratados 53 estagiários, todos capacitados pela equipe da Emater através da Gerência Ambiental e adquiridos 5 veículos, para ofertar aos pequenos produtores com área de até 4 módulos fiscais (20 hectares).

Estimular práticas inovadoras de restauração de vegetação do Cerrado como plantio direto, semeadura direta, condução da regeneração natural, e ainda a promoção de produção agrícola sustentável, por meio da agrofloresta, agroecologia e práticas de agricultura de baixo carbono, assim como divulgação de conhecimentos em práticas de restauração.

## **CEASA-DF**

A Ceasa em 2016, com a ampliação e regulamentação do Mercado de Agricultura Familiar conseguiu consolidar e aumentar espaços para comercialização da agricultura no Distrito Federal. Foram realizados diversos investimentos em infraestrutura, padronização dos espaços e um controle mais efetivo dos produtos comercializados. Além disso, a implantação de programas como o de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, boas práticas de comercialização, entre outros, auxiliou os agricultores e empresários na melhoria da qualidade dos serviços de comercialização oferecidos, além da consolidação da Ceasa como centro de distribuição de produtos hortigranjeiros no Distrito Federal. A ampliação dos dias de funcionamento da pedra e varejão proporcionou o atendimento e apoio a novos produtores rurais, que possuem garantia na comercialização de seus produtos, com ampla divulgação e apoio da empresa. Em 2016, foi iniciado também estudos para a construção da nova Ceasa, o processo, no entanto, é lento, mas o alcance de resultados proporcionará agregação de valor a agricultura do Distrito Federal. Por fim, a implantação e divulgação do novo regulamento de mercado da Ceasa proporcionou o aumento da organização da comercialização nos espaços disponíveis, foi possível consolidar esses espaços de forma a disponibilizá-los e oferecer apoio institucional aos agricultores, além de beneficiar os empresários de atacado, por trazer novos públicos para dentro da Ceasa.

Foi possível em 2017 à Ceasa ampliar sua segurança e conforto para os usuários, tanto interno, quanto externo. Essas melhorias ocorreram devido ao empenho da gestão da empresa no sentido de priorizar a qualidade dos serviços oferecidos, bem como a celeridade dos processos internos da empresa. Essas ações auxiliaram na ampliação da visibilidade da Ceasa no Distrito Federal e trouxeram confiança para o nosso usuário interno, o produtor rural e os empresários.

Em 2017 também foi iniciada a licitação para novos boxes nos novos pavilhões a serem construídos na Ceasa, o que gerará novas receitas e possibilidades para esta estatal não seja mais dependente.

A Ceasa promoveu o Programa de Refinanciamento de dívidas em atraso, de forma a viabilizar o recebimento de usuários inadimplentes. Houve adesão considerável e foi avaliado como muito positivo pela Direção da Empresa.

### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**005 – CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Transformar Brasília em referência pela capacidade de realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a presença de institutos de pesquisa, centros de pesquisa científica, centros de educação tecnológica e de educação superior, e empresas intensivas no uso de tecnologia.**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:**

**09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI**

## **ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

### **Análise Quantitativa**

<b>COD PROG</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>COD OBJ</b>	<b>Nº META</b>	<b>DESCRIÇÃO DA META</b>	<b>META ATÉ 2019 (A)</b>	<b>UNID DE MEDIDA</b>	<b>FORMA DE APURAÇÃO</b>	<b>TENDÊNCIA</b>	<b>2016 (B)</b>	<b>2017 (C)</b>	<b>2018 (D)</b>	<b>2019 (E)</b>	<b>META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)</b>	<b>% DE ALCANCE TOTAL (F/A)</b>
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	5	1	Ampliar a promoção de eventos técnicos científicos nacionais e internacionais para 4 eventos (CACI);	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4	0			4	100,0%
6207	BRASÍLIA	5	2	Implementar o Parque Tecnológico de Brasília (CACI)	100	%	ACUM	MAIOR,	60	90			90	90,0%



COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)	
	COMPETITIVA			até 2019, segundo etapas: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Consolidar o arcabouço legal e institucional do Parque Tecnológico de Brasília até 2016;</li> <li>o Definir modelo de gestão e de negócios do Parque Tecnológico de Brasília e instituir sua unidade gestora até 2016;</li> <li>o Concluir a construção da sede da governança do Parque Tecnológico de Brasília até 2017; (EP)</li> </ul>				MELHOR							
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	5	3	Disponibilizar internet sem fio gratuita (iluminação digital) de espaços públicos (CACI);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			0	100,0%	
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	5	4	Firmar Acordos de Cooperação entre o Governo de Brasília e entidades e empresas para instalação de projetos no Parque Tecnológico (CACI);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%	
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	5	5	Adequar a capacidade operacional da FAP para fazer face ao crescimento da disponibilidade de recursos (FAP);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	25			25	25,0%	
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	5	6	Aumentar e diversificar em 10% o número de editais para seleção de projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem apoiados pela FAP (FAP);	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	4			4	400,0%	
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	5	7	Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (EMATER).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40%	50%			50	50,0%	

## Análise Qualitativa

### 1. Ampliar a promoção de eventos técnicos científicos nacionais e internacionais para 4 eventos (CACI);

#### 2016

- Participação na WCIT – World Conference of Information Technology;
- Participação na Semana Nacional de CTI-SNCTI;
- Prévia da Campus Party;
- Organização de Evento da Rede Distrital de Educação e Difusão.

#### 2017

Não há realizações neste exercício.

### 2. Implementar o Parque Tecnológico de Brasília (CACI) até 2019, segundo etapas no Quadro Acima;

#### 2016

Atualmente a SACTI é responsável por acompanhar os processos inerentes a estruturação do projeto Parque Tecnológico BioTic, bem como subsidiar as atividades de outros órgãos do governo no mapeamento de informações de interesse e conceituações que abordem a CTI. Os próximos passos serão subsidiar a tomada de decisão no que tange à ocupação da Sede de Governança e definir e estruturar o modelo da aceleradora a ser instalada na Sede de Governança em parceria com a FAPDF.

- **Consolidar o arcabouço legal e institucional do Parque Tecnológico de Brasília até 2016**  
O processo está sendo gerido pela Terracap.
- **Definir modelo de gestão e de negócios do Parque Tecnológico de Brasília e instituir sua unidade gestora até 2016**  
O processo está sendo gerido pela Terracap.
- **Concluir a construção da sede da governança do Parque Tecnológico de Brasília até 2017; (EP)**  
Projeto executado em 60% no exercício de 2016, dentro do previsto, com previsão de conclusão em outubro de 2017. Gerido pela Terracap.

## 2017

A composição da Governança do BIOTIC estipulada no Decreto nº 32.730 de 27 de janeiro de 2011, foi alterada pelo Decreto nº 38.215 de 2017.

Contudo, deve-se atentar para a reestruturação administrativa realizada pelo Decreto nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, o qual transferiu a estrutura da Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal - CACI para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável - SDE (atualmente Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia – SEDICT), ficando a antiga SDE hoje representada pela Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a seguinte composição: Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SACTI, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA, Banco Regional de Brasília – BRB e Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia - SEDICT (antiga SDE).

- Consolidar o arcabouço legal e institucional do Parque Tecnológico de Brasília até 2016;

Em abril de 2017, por meio do DECRETO Nº 38.126, DE 11 DE ABRIL DE 2017 foi instituída a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação - Inova Brasília, alterando o Decreto nº 27.993, de 29 de maio de 2007, que dispõe sobre o Conselho de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal e dá outras providências. Nesse decreto foi estipulado o desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, que estreitará a relação entre entidades geradoras de conhecimento e agentes promotores de inovação;  
Encaminhamento à CLDF do PL 1536/2017 que trata da Lei de Inovação.

Em dezembro de 2017, foram encaminhados ao Comitê de Governança do BIOTIC o Termos de Referência (Agência de Inovação) e as propostas de editais para seleção dos ocupantes do Edifício de Governança (Empresas e Entidades de C&T), elaborados pela equipe técnica da TERRACAP.

- Definir modelo de gestão e de negócios do Parque Tecnológico de Brasília e instituir sua unidade gestora até 2016;

Em junho de 2017 foi assinada Portaria Conjunta BRB e Terracap criando o Grupo de Trabalho Executivo para constituição da subsidiária de propósito específico BioTIC S.A. Ainda em julho de 2017, o GTE aprovou a minuta de Estatuto e o Plano de Negócios da BioTIC S.A. Em 13/11/2017 foi realizada a Assembleia de Constituição da BIOTIC S/A, com a eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aprovação da Diretoria eleita pelo Conselho de Administração.

Em novembro de 2017 foi assinada a Escritura Pública de Constituição da BIOTIC S/A, junto ao Cartório do 4º Ofício de Notas do DF e realizado pela TERRACAP o aporte de 10% do capital inicial da BIOTIC S/A. Em 23/12/2017 foi iniciado o processo de registro da BIOTIC S/A na Junta Comercial do Distrito Federal (Protocolo DFP1700008417). Da mesma forma, a Subsidiária da TERRACAP, BIOTIC S/A, encontra-se em processo de criação, conforme Decisão nº 22 do Conselho de Administração da TERRACAP e Ofício nº 1058/2017 - PRESI. Uma vez criada, ela será responsável pela implementação e gestão das ações relativas ao Lote 01, onde está previsto a instalação dos setores de pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas.

A entidade gestora do BIOTIC como um todo, bem como seu objetivo e critérios de seleção/contratação, foram definidos ainda no exercício de 2017, e sua implantação por meio da publicação de editais no ano de 2018.

- Concluir a construção da sede da governança do Parque Tecnológico de Brasília até 2017; (EP)  
Projeto executado em 90%, no exercício de 2017, e inauguração em abril de 2018.

### 3. Disponibilizar internet sem fio gratuita (iluminação digital) de espaços públicos (CACI);

#### 2016

Em 2016, as áreas de cobertura do projeto Sinal Livre foram mantidas nos seguintes locais:

- a. Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (RPP) – Plataforma Inferior, Mezanino e Plataforma Superior;
- b. Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCUG) – Área Externa e Ala Oeste (indoor) interior;
- c. Planetário de Brasília – Cobertura interna (indoor) e Área externa;
- d. Torre de TV – Feira da Torre e Praça das Fontes;
- e. Estádio Nacional de Brasília (ENB) – Perímetro Externo;
- f. Parque da Cidade Dona Sara Kubitschek – Próximo ao Parque Nicolândia;
- g. Setor Hoteleiro Norte e Sul – Quadra 05 (não operacionais);
- h. Estações do Metrô (Central, Galeria, Feira e Águas Claras).

Durante o exercício de 2016, não foram implementadas expansões da rede e novos pontos de cobertura. Pontos de Acesso com pendências de energização não foram ativados no Parque da Cidade e Setores Hoteleiros.

Está em andamento, em fase pré-licitatória, a contratação dos serviços de suporte e manutenção que visam garantir a disponibilidade e bom funcionamento do Sinal Livre. Nos meses de novembro e dezembro de 2016, a Equipe de Planejamento da Contratação, constituída por integrantes da Casa Civil, SECTI e SUTIC/SEPLAG, trabalhou no Termo de Referência para contratação dos mencionados serviços.

Encontram-se vigentes contratos de link de dados (Contrato nº 10/2014) e de energização de pontos de acesso (CEB), em atendimento ao projeto.

A rede do Projeto Sinal Livre – SACTI-DF atende em média 20.000 usuários/dia. O monitoramento é realizado diariamente por meio da ferramenta Cisco Prime Infrastructure, que permite visualizar informações e aspectos de uso da rede online, bem como a geração de relatórios gerenciais. Quando detectados problemas sanáveis que geram indisponibilidade do sinal, a equipe da SACTI-DF percorre os locais de cobertura para identificação e resolução da falha.

#### **2017**

Durante o exercício de 2017, foi implementado, a título de projeto piloto (teste de funcionalidades), em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP-DF, cinco pontos de presença do projeto na região central da Ceilândia. Foram iniciadas tratativas para consolidação de cooperação entre os órgãos para viabilização de instalação de novos pontos definitivos.

Durante o exercício de 2017, não foram implementadas expansões da rede e novos pontos de cobertura. Pontos de Acesso com pendências de energização não foram ativados no Parque da Cidade e Setores Hoteleiros, bem como instalados novos pontos. No entanto, houve tratativas de revisão conceitual do projeto Sinal Livre, bem como tratativas com outros órgãos governamentais para discussões acerca de um melhor aproveitamento e uso dos equipamentos, devendo sua consolidação ocorrer em 2018.

#### **4. Firmar Acordos de Cooperação entre o Governo de Brasília e entidades e empresas para instalação de projetos no Parque Tecnológico (CACI);**

##### **2016**

O processo está sendo gerido pela Terracap.

##### **2017**

Ainda em 2017, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2017, entre a SEDICT e a FAP/DF com vistas a cooperação técnica, científica e operacional para desenvolvimento de ações para o BIOTIC.

#### **5. Adequar a capacidade operacional da FAP para fazer face ao crescimento da disponibilidade de recursos (FAP);**

##### **2016**

Em 2016, não houve alteração no quadro de servidores da FAPDF, permanecendo com mesma estrutura orgânica.

##### **2017**

A FAPDF teve incremento de 5 (cinco) servidores. A estrutura orgânica não foi alterada e as áreas que desempenham atividades fim são prioritárias para recebimento de novos servidores ou mão de obra que incremente a capacidade de execução dos recursos orçamentários da FAPDF.

## **6. Aumentar e diversificar em 10% o número de editais para seleção de projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem apoiados pela FAP (FAP);**

### **2016**

Em 2016, a Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP deu continuidade a diversos editais lançados e convênios firmados em razão dos compromissos previamente assumidos com instituições parceiras e com a comunidade científica, foram lançados 21 editais e chamadas para Seleção de Projetos, os quais estão distribuídos nos 07 Programas de trabalho, aprovados pelo Conselho Superior desta FAP, conforme descrito abaixo:

- ✓ 13 Editais:
  - 12 editais com recursos exclusivos da FAPDF; e
  - 01 edital com contrapartida do CNPq.
- ✓ 03 Chamadas:
  - 01 com recursos exclusivos da FAPDF em parceria; e
  - 02 em parceria.
- ✓ 05 Convênios
  - 03 internacionais; e 02 nacionais

### **2017**

Foram apoiados pela FAPDF projetos de pesquisa e desenvolvimento contidos em 12 editais, sendo que um dos editais é inédito, a saber: Edital 11/2017 – Apoio ao desenvolvimento e inovação para Micro e Pequenas Empresas. Assim, em relação ao número base de 2014, por ocasião da elaboração do PPA em 2015 (9 editais), a FAPDF alcançou o aumento no número de editais em 3 (três) unidades e diversificou 1 (um) edital.

## **7. Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (EMATER);**

### **2016**

Foi criada em 2015 e continua em funcionamento a “Rede de Inovação Rural do DF”, coordenada pela EmaterR.. Essa rede é integrada pelas seguintes instituições parceiras: Emater, Embrapa Cerrados, Embrapa Hortaliças, Embrapa Agroenergia, IFB, UNB e Upis. Esta rede tem a função de captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos.

Com a Embrapa Cerrados foram feitas reuniões com participação de técnicos da Emater e Embrapa para sistematizar as ofertas e demandas.

Com a Embrapa Hortaliças foi entregue documento com as “Demandas” dos produtores organizados pela Emater, a Embrapa analisou e elaborou um portfólio de ofertas tecnológicas disponíveis pela Embrapa Hortaliças.

Com a Embrapa Agroenergia/CCBP (Energias Renováveis) – foi construído um estande na Agrobrásilia e ministrado o curso de capacitação para técnicos da Emater, multiplicadores e produtores e foram realizadas visitas aos escritórios para orientação sobre Energia Fotovoltaica. Com as outras instituições parceiras este trabalho é feito de forma pontual e eventual.

### **2017**

A partir do grupo de trabalho interinstitucional REDE de INOVAÇÃO, criado para discutir as ofertas e demandas de tecnologias para o desenvolvimento Rural, realizou-se um levantamento de demandas dos produtores, por meio de reuniões e questionários aplicados aos escritórios locais e coordenadores de projetos. Este levantamento foi discutido no Grupo de Inovação. Realizou-se também Reuniões Técnicas sobre a parceria Embrapa, Emater e Produtor Rural, onde foi apresentado o portfólio de pesquisas existentes pela Embrapa, foi apresentada a demanda dos produtores, discutiram-se as prioridades e o consenso balizou os planejamentos posteriores. Em 2017 a REDE de INOVAÇÃO continuou trocando informações em meio digital e gerando novos projetos comuns entre os parceiros.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1490	ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA	UNIDADE	10	30/06/2015	12	0	22	0	32	36	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
1491	START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO	UNIDADE	0	31/12/2017	50	0	75	0	125	200	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
1492	BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF	UNIDADE	250	30/06/2015	1.000	1.485	1.500	1702	2.000	2.000	FAPDF
1493	ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO	UNIDADE	6	30/06/2015	10	7	15	0	20	20	FAPDF

### Justificativas 2016

**Indicador 1490** - Considerando que o Projeto WI-FI sofre com entraves orçamentários, não foi possível a ampliação da rede de cobertura. Vale ressaltar que há a dificuldade para manter em pleno funcionamento a rede existente. Todavia, tanto os contratos de manutenção existentes e futuros, quanto o modelo de gestão e ampliação da rede estão em fase de revisão e resolução.

**Indicador 1491** - Considerando que o Projeto Parque Tecnológico encontra-se em fase de definição do modelo de gestão e implantação, não há o que se falar em implantação de startups dentro do escopo do Parque neste Momento. O objetivo é que, após a inauguração da Sede da Governança do Parque tecnológico, seja possível dar continuidade ao apoio startups e as inserir efetivamente dentro do contexto do parque.

**Indicador 1492** - Foram lançados 12 editais com recursos exclusivos, 03 chamadas públicas, 03 convênios internacionais e 02 convênios nacionais.

**Indicador 1493** - Alteração do novo acordo de resultados assinado em outubro de 2016.

### Justificativas 2017

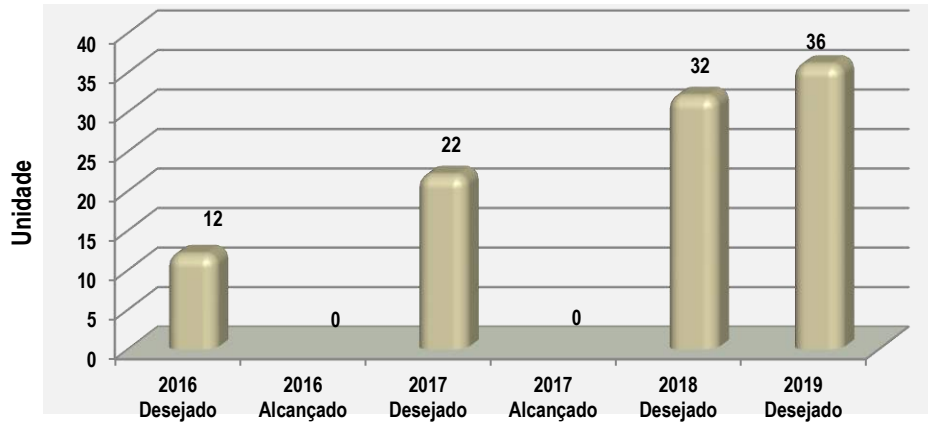
**Indicador 1490** - Falhas no funcionamento da rede, tornando o sistema instável. Ações de melhoria estão sendo implantadas pelas SACTI/SEDICT, dentre elas a licitação dos serviços de suporte e manutenção

**Indicador 1491** - Em 2017, para alavancar o projeto, a SACTI foi transferida para a SDE, hoje SEDICT, Dec. nº 38.456\_2017. O Comitê de Governança e a FAP-DF trabalham na definição do termo de referência de um Agente de Inovação, e encontra-se em processo de criação a subsidiária da TERRACAP, BIOTIC S/A. Assim ainda não foi possível a implantação das start-ups.

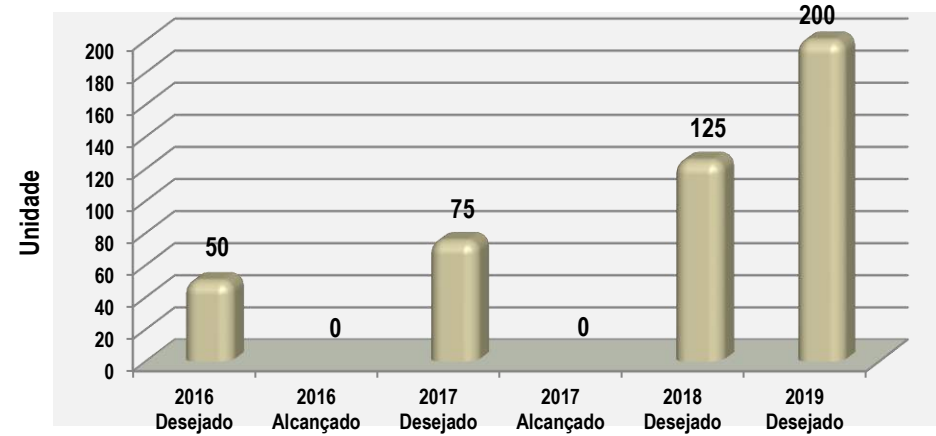
**Indicador 1492** - Em 2017 o número total de beneficiários de recursos da FAP DF alcançou o número de 1702 beneficiários, o que demonstra que o índice desejado foi superado. Tal fator deve-se ao chamamento público para apoio financeiro à demandas espontâneas de pesquisas científicas.

**Indicador 1493** - No exercício de 2017 não foram firmados convênios com captação de recursos. Os recursos captados em 2015 ainda estão em execução e não fomos demandados no corrente ano com projetos que necessitassem de captação externa.

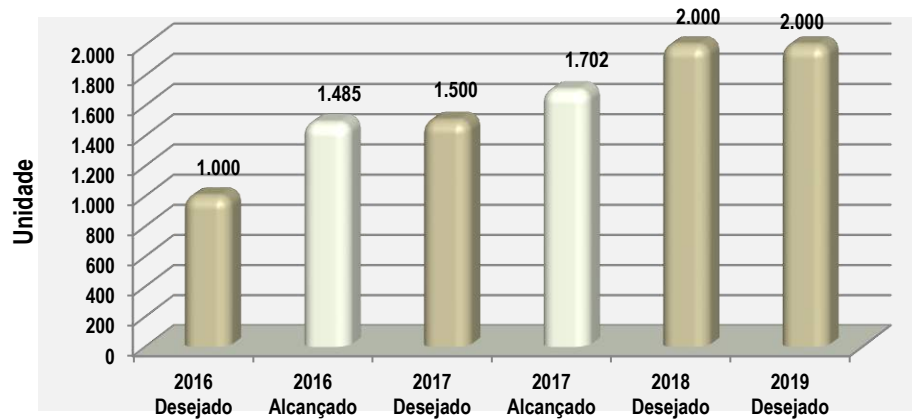
**ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA**



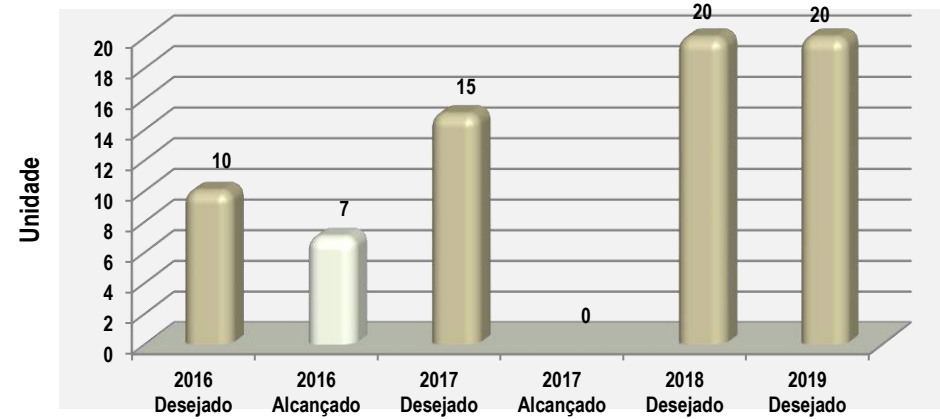
**START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO**



**BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF**



**ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO**



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	5	1	Organização do WCIT – World Conference of Information Technology - em 2016 (CACI);	9101	100	<b>2016</b> A SECTI participou efetivamente da proposta de candidatura para o DF sediar o evento. Todavia, não houve a efetiva participação na execução. <b>2017</b> O evento foi realizado em 2016.
6207	5	2	Fortalecimento do mecanismo de fomento à P&D (pesquisa e desenvolvimento) através da ampliação dos recursos disponíveis.	20202	24,11	<b>2016</b> Os recursos da FAPDF têm ampliação garantida até 2021 por dotação mínima da receita corrente líquida do Distrito Federal, que lhe será transferida mensalmente, em duodécimos, e acordos firmados com CNPQ e FINEP para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico do DF. <b>2017</b> A FAPDF recebeu recursos de acordos firmados com o CNPQ e FINEP e teve incremento de 0,2% nos recursos orçamentário próprios, os quais são repassados pelo GDF.
6207	5	3	Formalização e implementação de convênios, acordos de cooperação e ajustes visando ampliar a fonte de recursos para financiamento de projetos de Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação (C, T e I).	20202	22,52	<b>2016</b> Seminário de Avaliação Final do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX – Edital nº 03/2009 FAPDF/CNPQ; programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa; recuperação e a ampliação da infraestrutura laboratorial. Seminário de Avaliação Final do Programa de Apoio a Empresas de Base Tecnológica – PAPPE Integração: programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa; recuperação e a ampliação da infraestrutura laboratorial; Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Seminário de Avaliação do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS): busca apoiar pesquisas voltadas para solução de problemas prioritários de saúde e o fortalecimento da gestão do SUS no DF. <b>2017</b> Foram mantidos os convênios já firmados e em 2017 ocorreram alguns repasses dos mesmos.
6207	5	4	Articulação com órgãos governamentais na esfera distrital e federal, com organismos nacionais e internacionais relacionados à área de C, T e I, com vistas a fortalecer e ampliar o número de parceiros da FAPDF.	20202	46,15	<b>2016</b> A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, em conjunto com outras Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados e o INRIA e CNRS, em parceria com o CONFAP lançaram Chamada Pública para apoio a projetos de pesquisa colaborativos entre pesquisadores franceses e brasileiros. Parceria com o Conselho Britânico, o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP, o Fundo Newton recomendou 02 propostas referente workshops que serão coordenados por pesquisadores do DF. <b>2017</b> Foram mantidas as parcerias firmadas no ano de 2016, pois a execução perdura de um exercício para o outro.
6207	5	5	Instituição de Termos de Cooperação Técnica e Convênios com FAL/UNB, Embrapa, MCT, FAP-DF, Universidades Privadas com objetivo de integrar a pesquisa com extensão (EMATER);	14203	70%	<b>2016</b> Existe acordo de cooperação com a Embrapa Cerrados e Câmara de Comercio Brasil-Portugal - CCBP, outras instituições estão em processo de elaboração do acordo. <b>2017</b> Manutenção do Termo de Cooperação com a Embrapa, consolidado o Termo de Cooperação com a Câmara de Comércio Brasil-Portugal Centro-Oeste. Instituído o Termo de Cooperação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
6207	5	6	Articular com o Sistema S iniciativas de formação e qualificação de profissionais na área de design; (EP) (CACI)	9101	0	<b>2016</b> Não há informação disponível na Secretaria relativa a esta entrega. <b>2017</b> Não houve realizações neste exercício. O objetivo está sendo reavaliado pelos órgãos responsáveis justamente com a Casa Civil.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	5	7	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias voltadas para os Arranjos Produtivos Locais e para as cadeias produtivas consideradas estratégicas para a indústria do DF; (EP) (CACI)	9101	0	<b>2016</b> Desenvolvido por meio do estudo elaborado pela CODEPLAN, no que tange aos arranjos produtivos locais. Considerando a necessidade de aprofundamento da análise, foi decidido que novo Acordo de Cooperação Técnica deve ser elaborado e executado a partir do segundo Semestre de 2017. <b>2017</b> Não houve realizações neste exercício. O objetivo está sendo reavaliado pelas áreas responsáveis.
6207	5	8	Elaborar de forma participativa o Plano Ciência e Tecnologia, compatível com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. (EP) (CACI)	9101	100	<b>2016</b> O processo será efetivado em 2017 com a publicação do decreto. <b>2017</b> Efetivado com a Publicação do Decreto 38.126 de 11 de abril de 2017.

## Análise do Resultado do Objetivo Específico

### 2016/2017

#### CACI

Em 2016, houve o desenvolvimento das ações para a implantação, consolidação e coordenação do Sistema de Ciência. Entre essas ações, destacam-se a institucionalização do Marco Regulatório da CTI no DF, por meio do Decreto de Política de CTI e da Lei de Inovação, e ações a seguir:

- Identificação dos diversos atores e iniciativas, públicas e privadas, que compõem o ambiente de Ciência, Tecnologia e Inovação no Distrito Federal;
- Organização dos componentes do SDCTI para orientar o desenvolvimento econômico-social por meio de Políticas Públicas, investimentos e ações de base tecnológica;
- Incentivo à captação de recursos, públicos e privados, nacionais e internacionais, bem como o direcionamento orçamentário para as iniciativas de SDCTI;
- Melhoria do diálogo de seus integrantes e entre este e a sociedade civil, conferindo transparência, objetividade e colaboração nas ações em CTI.

No ano de 2017, destaca-se a publicação do Decreto nº 38.126/2017, que instituiu a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação - Inova Brasília e do Decreto 38.456/2017, que transfere a Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia para da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal, com vistas a implementação das ações necessárias ao desenvolvimento dos destes objetivos e a metas.

#### EMATER

A articulação da Extensão Rural, que intervém sobre a realidade mediante os preceitos da educação informal, com as instituições de pesquisa, que são importantíssimas para o desenvolvimento das ciências, conduzem a mudanças significativas nos processos de produção, sendo a aprendizagem baseada na troca de conhecimento e experiência para os profissionais e comunidade.



A inovação, diferentemente da lógica da invenção, não se baseia na busca de novas propriedades técnicas ou novos produtos, sua ênfase recai sobre a compatibilização entre o avanço tecnológico e as instituições sociais existentes. A estrutura organizacional deve ser assentada nos fluxos de informação que são essenciais. A escolha de determinadas tecnologias e a recusa de outras não são baseadas em critérios puramente econômicos ou racionais, mas sim na compatibilização, envolvendo crenças e interesses dos diversos grupos e setores estratégicos que se encontram na atividade tecnológica. O conceito de redes de atores adquire importância crucial, pois através delas é possível detectar simultaneamente tanto o sentido das práticas sociais, como das inovações tecnológicas em implicações complexas e dinâmicas.

A Inovação Tecnológica no âmbito da Emater tem os seguintes objetivos:

- Identificar as necessidades de tecnologia das populações rurais;
- Qualificar esta demanda para escolher as prioridades;
- Criar as condições objetivas para circulação da informação e para retroalimentar o processo de inovação; e
- Avaliar se o impacto da tecnologia nas várias dimensões (tecnológica, econômica, social, cultural, política, legal e ambiental) de fato se tornou uma inovação.

As atividades de Inovação Tecnológica implementadas foram as seguintes: energias renováveis, meio ambiente, gestão, articulação, pesquisa e extensão, políticas públicas, agroecologia e produção orgânica e transferência de tecnologia.

Em trabalho conjunto, a Emater-DF, os produtores rurais e a Embrapa Cerrados, desenvolvem atividades para a validação da mandioca com o objetivo de selecionar os produtos mais lucrativos para o produtor e que são melhores aceitos pelo consumidor. Dentro deste objetivo foram implantadas 15 (quinze) unidades de experimentação e feito o acompanhamento das 05 unidades de experimentação já existentes. Foram ainda realizados 02 encontros de produtores de mandioca do Distrito Federal, a Festa da Mandioca e a distribuição de 400 kits de ramas de novos cultivares. Cabe salientar ainda a parceria com o CNPH (EMBRAPA HORTALIÇAS) onde foi realizada a capacitação de Extensionistas em irrigação, visando o enfrentamento mais concentrado da crise hídrica. Destaca-se igualmente os esforços da Emater-DF em instituir Termos de Cooperação com instituições de ensino e pesquisa para complementar a pesquisa com os serviços de ATER.

## **FAPDF**

A FAPDF apoiou nos últimos anos, e especificamente em 2017, diversas pesquisas financiadas com recursos próprios e, ao contrário de todas as demais FAPs do Brasil, mesmo em meio à crise e cortes orçamentários, o GDF tem mantido o volume de investimentos em Ciência e Tecnologia, demonstrando que esta é uma área prioritária e estratégica para o Governo.

Hoje, são executados convênios nacionais e internacionais, em parceria com as instituições públicas de pesquisas vinculadas ao governo federal, com o Conselho Nacional das Fundações de Pesquisa, com outras FAPS e com instituições internacionais. Tudo isso faz com que a FAPDF seja a instituição pública que mais investe em Ciência e Tecnologia no DF.

No dia 04 de novembro de 2017, a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF comemorou 25 anos de existência. Para celebrar essa importante data a FAPDF organizou no dia 28 de novembro o Evento FAPDF 25 anos: CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES, ocorrido em um dos espaços símbolos do Distrito Federal, o Museu Nacional da República. A solenidade contou com a presença da comunidade científica de Brasília e representantes das Instituições de Ensino Superior do DF; do Governador do DF; representantes do setor produtivo: empresas, micro e pequenas empresas e das startups; de secretários de estado de governo do DF e representantes do legislativo; CNPq, CAPEs, CONFAP e outras instituições parceiras da FAPDF. Foi convidada para realizar uma apresentação a professora e pesquisadora do Departamento de Biologia Celular da UNB, Beatriz Dolabela de Lima. Sua pesquisa foi financiada pela FAPDF via Programa de Pesquisa para o SUS, o PPSUS. Com esse financiamento foi possível implantar um laboratório de diagnóstico que melhora as chances de sobrevivência e cura de pacientes com câncer.

Outra frente de atuação da FAP é o financiamento e fomento de empresas de base tecnológica que constituem o ecossistema da região e podem abrir novos caminhos de desenvolvimento para o DF. Investir em Startups é uma das prioridades da Fundação. Muitas delas conseguiram sair da fase inicial e algumas já recebem recursos de aceleradoras interessadas em seu desenvolvimento.

Para finalizar o evento, foi anunciado o lançamento de 3 (três) novos editais de grande importância para diferentes segmentos do DF.

O primeiro é o Edital Nº 11/2017 - Seleção Pública de Propostas: Apoio ao desenvolvimento de pesquisa e inovação em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Modalidade Subvenção Econômica. O segundo edital é a terceira Edição do Edital Nº 12/2017 - Startups Inova Brasília Seleção Pública De Propostas para Apoio Financeiro na Modalidade de Subvenção

Econômica às Empresas Emergentes. Edital tão aguardado por este segmento, lembrando que em 2017 a FAPDF junto com o GDF e a Câmara Legislativa conseguiu regulamentar a relação entre entes públicos e startups para dar segurança jurídica a todas as partes envolvidas, e por isso foi lançando este novo edital.

Assim, em 2017, a FAPDF lançou 12 editais nacionais com recursos próprios e 7 editais internacionais em parceria com entidades nacionais e internacionais. Desde 2015, a FAPDF investiu R\$224 milhões no Distrito Federal, elevando a cada ano o volume de recursos em Ciência, Tecnologia e Inovação na região.

No âmbito do Programa Captação de Recursos – Convênios Nacionais destaque para o pagamento realizado a 4 propostas aprovadas na Chamada INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014. Também foram realizados o pagamento para as propostas selecionadas no Edital 07/2016 - Programa de apoio a núcleos de Excelência PRONEX/FAPDF/CNPq. Nos Convênios Internacionais destaque para as 4 Chamadas: CHAMADA RESEARCHER LINKS WORKSHOPS CONFAP – 2016/2017; para o pagamento da CHAMADA DE PROJETOS CONFAP UK ACADEMIES – 2016; ESRC/CONFAP-FAPDF/CNPq e a CHAMADA DE PROJETOS Mobility CONFAP ITALY.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**006 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA: Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do DF por meio do fortalecimento do sistema público de emprego, garantindo a qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra, seguro desemprego e trabalho decente, além de apoiar o setor produtivo, as micro e pequenas empresas, a economia solidária, o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS -SEDESTMIDH**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	6	1	Promover a inserção produtiva e a geração de renda por meio do cooperativismo, associativismo e da economia solidária, com a execução de 40 ações como a realização de eventos, encontros, feiras e fóruns até 2019 (SEDESTMIDH);	40	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	19	28			47	117,5%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	6	2	Ampliar em 30% o número de atendimento a pessoas beneficiárias de programas sociais por meio de qualificação na Fábrica Social até 2019. Incrementando o atendimento de 1.100 pessoas para 1.430 até 2019 (SEDESTMIDH).	1.430	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1012	1252			2.264	158,3%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	6	3	Realizar 10 eventos, tais como eventos, fóruns, encontros para os segmentos promissores do empreendedorismo até 2019 (SEDESTMIDH).	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	5	7			12	120,0%
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	6	4	Ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R\$ 24.660.042,00 para R\$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER).	2199	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	814	848			1.662	75,6%

## Análise Qualitativa

### **1. Promover a inserção produtiva e a geração de renda por meio do cooperativismo, associativismo e da economia solidária, com a execução de 40 ações como a realização de eventos, encontros, feiras e fóruns, até 2019 (SEDESTMIDH);**

**2016**

#### **Projeto “Saber Cooperativo”**

O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. No 2º semestre de 2016, foram realizadas **4 palestras** “Saber Cooperativo”, reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

#### **Economia Solidária – ECOSOL**

O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados **15 circuitos ECOSOL** em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE e sua inauguração está prevista para abril de 2017.

Além disso, a Secretaria participa da Coordenação do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) e da comissão de análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

**2017**

#### **Projeto “Saber Cooperativo”**

O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surgiu da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta para geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas.

Foram realizadas 6 palestras durante o ano de 2017.

#### **Economia Solidária – Circuito ECOSOL.**

O Circuito de Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar que tem como proposta percorrer diversas Regiões Administrativas do DF e Entorno levando ao alcance da população os produtos criados e produzidos por este segmento, dando oportunidade de geração de trabalho e renda por parte deste empreendimento.

O público poderá também conhecer a diversidade da Economia Solidária, que reúne iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover preservação ambiental e exercício da cidadania.

Foram realizadas 22 edições do Circuito Ecosol, privilegiando o CEPES como ponto principal das atividades.

## **2. Ampliar em 30% o número de atendimento a pessoas beneficiárias de programas sociais por meio de qualificação na Fábrica Social até 2019. Incrementando o atendimento de 1.100 pessoas para 1.430, até 2019 (SEDESTMIDH);**

2016

### **Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social:**

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil – com os módulos de instalação hidráulica, instalação elétrica, revestimento, alvenaria, pintura, acabamento, almoarifado e telhado metálico; de Confeção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos – nas oficinas de bordado; serigrafia; corte e costura de laminados; confecção de bolas e de redes esportivas; corte e costura; operação e manuseio de máquinas e equipamentos industriais; de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis – por meio de oficinas de metrologia, serralheria para a produção de estufas de hidropônicas, montagem de estufas, produção de mudas e cultivo em canteiros verticais e horizontais e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas – nas oficinas de elétrica predial, EPI's, metrologia, placas fotovoltaicas e Marcenaria – em planejamento.

### **Benefícios sociais pagos:**

Durante o ano de 2016, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 1.687.781,14 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e quatorze centavos), beneficiando diretamente 1.012 alunos, em situação de vulnerabilidade social, e, em parceria com o PRONATEC Mulheres Mil foram capacitadas por meio da Fábrica Social, 55 mulheres.

### **População Atendida:**

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

2017

### **Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social:**

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, Confeção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos, Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis, Instalação e manutenção de placas fotovoltaicas e Marcenaria com madeiras recicláveis.

### **Benefícios sociais pagos:**

Durante o ano de 2017, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 2.653.665,76 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos), beneficiando diretamente 1.252 alunos, em situação de vulnerabilidade social, além de, em parceria com o PRONATEC: 85 alunas (Mulheres Mil) e 35 alunos (Elétrica Predial/Hidráulica).

### **População Atendida:**

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

## **3. Realizar 10 eventos, tais como eventos, fóruns, encontros para os segmentos promissores do empreendedorismo até 2019 (SEDESTMIDH);**

2016

### **Regulamentação Food Trucks**

A Secretaria com o objetivo de fomentar o empreendedorismo articulou e construiu a lei que foi sancionada em março de 2016, que passou a ser legal a comercialização de alimentos em veículos automotores ou rebocáveis adaptados, os chamados food trucks, em áreas públicas de Brasília. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, a lei nº 5.627, de 15/03/2016, estipula locais, horários, regras de funcionamento, multas e outras normas para que a nova modalidade de negócio não conflite com as já regulamentadas, nem ofereça risco à população. No dia 21/12/2016 foi assinado pelo governador Rodrigo o Decreto de Regulamentação. Atualmente, existe cerca de 320 Food Trucks no Distrito Federal, com aproximadamente 1.000 empregos criados diretamente. O mercado fatura cerca de 8 milhões a 15 milhões de reais por mês.

### **Quinta Cultural**

A Quinta Cultural, revitalização noturna do Setor Comercial Sul, teve 29 edições durante o ano, com público médio de 300 pessoas por edição, com duração de 6 horas e entrada gratuita. Presença de 8 Food Trucks em média por edição e 28 pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 33 atrações musicais dos mais diversos ritmos.

### **Startups Brasília**

A proposta do Startups Brasília é selecionar projetos que transformem ideias inovadoras em empreendimentos sustentáveis e que incorporem novas tecnologias, buscando formar um ambiente de inovação e empreendedorismo que estimule as pessoas a criar negócios, renda e empregos.

Durante a sessão de mentoria realizada por esta secretaria estiveram presentes mais de 100 empreendedores, 17 projetos que participaram foram aprovados na primeira fase do edital.

### **Coworking Público**

O projeto do Coworking Público visa o fomento e o apoio ao ecossistema empreendedor no Distrito Federal incentivando a criação, o desenvolvimento, e a consolidação de empreendimentos e projetos nas seguintes áreas: inovação tecnológica, social e cultural. Nos últimos 6 meses foram realizados 52 eventos com aproximadamente 800 pessoas em diversas atividades.

### **Campus Day**

O evento aconteceu no dia 5 de novembro de 2016 com 8 horas de conteúdo, das 14h às 22h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Com público inscrito pelo site da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas. Foram realizadas 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Apresentações realizadas em três espaços: palco Principal, palco Experience e Campus Drops. Houve transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do site da Campus.

**2017**

### **Quinta Cultural**

A Quinta Cultural, revitalização noturna do Setor Comercial Sul, teve 06 edições entre abril e maio de 2017, com movimentação média de 500 pessoas por edição, com duração de 11 horas, entrada gratuita, começando às 12:00 e encerrando às 23:00 horas, com a presença de 10 Food Trucks por edição, gerando trabalho informal em média de 28 pessoas diretamente no evento, mais a participação de 12 atrações musicais dos mais diversos ritmos. 1.D - Campus Party.

### **Campus Party**

O evento aconteceu entre os dias 14 e 18 de junho de 2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com público cerca de 69 mil pessoas, 5.000 pessoas, sendo a maior parte de jovens entre 18 e 25 anos.

Também tivemos cerca de 1.500 pessoas envolvidas com a organização do evento, 70 patrocinadores, apoiadores e parceiros de mídia, 39 comunidades de todo o Brasil, (empreendedores, grupos representativos da área de tecnologia, jogos, etc.), 300 jornalistas, blogueiros e profissionais de imprensa fazendo a cobertura do evento, 39 startups e 20 projetos acadêmicos em exposição e mais de 250 horas de conteúdo e 300 palestrantes.

Ocorreram as inscrições pelo site da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas e a Secretaria Adjunta do Trabalho também forneceu grande atenção para os estudantes do Distrito Federal, em especial os menos favorecidos, ao todo cerca de 870 ingressos de “campuseiro” foram distribuídos na forma de sorteio em diversas instituições de ensino do Distrito Federal. Também foram realizadas diversas visitas guiadas com jovens do sistema socioeducativo com o objetivo de gerar aproximação com o mercado e com as possibilidades que a tecnologia nos traz.

Foram oferecidas mais de 250 horas de conteúdo dentre, 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Teve apresentações em três espaços: palco Principal, palco Experience e Campus Drops, com transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do site da Campus.

Os investimentos foram feitos pelo fundo de Venture Capital Cedro Capital.

#### 4. Ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R\$ 24.660.042,00 para R\$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER).

##### 2016

Quanto ao objetivo de ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R\$ 24.660.042,00 para R\$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER), no exercício de 2016 o Programa de Microcrédito do Governo do Distrito Federal (Prospera), executado com recursos do FUNGER/DF, iniciou suas atividades de concessão de crédito em março e finalizou em dezembro. Entre julho e agosto houve uma interrupção na concessão para evitar reconhecimento de dívida, uma vez que o Contrato nº. 006/2011 terminou sua vigência em julho e ainda estava em fase final os procedimentos para a assinatura do novo contrato com o Banco de Brasília – BRB para operacionalização do Programa de Microcrédito. Em 2016 o Programa emprestou R\$ 9.816.479,80 (nove milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos). A diferença entre o valor liquidado e o efetivamente contratado deve-se a devolução de dois contratos de crédito no dia 27/12/2016 que ainda estavam pendentes de regularização contábil.

No período foram realizadas 22 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, que aprovou 834 operações de crédito. Destas, foram efetivamente contratadas 814 operações, sendo 542 da Carteira Urbana e 272 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 66,6% e 33,4% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de R\$ 5.411.395,41, o que corresponde a 55,1% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de R\$ 4.405.084,39 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), representando 44,9% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de R\$ 9.984,12 para os empreendedores urbanos e R\$ 16.195,16 para os empreendedores rurais.

##### 2017

Em 2017 o Programa emprestou R\$ 9.645.533,07 (nove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e sete centavos).

No período foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, que aprovou 885 operações de crédito. Destas, foram efetivamente contratadas 848 operações, sendo 593 da Carteira Urbana e 255 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 70% e 30% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de R\$ 5.414.250,65 (cinco milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos), o que corresponde a 56,13% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de R\$ 4.231.282,42 (quatro milhões, duzentos e trinta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos), representando 43,87% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de R\$ 8.971,79 para os empreendedores urbanos e R\$ 16.578,36 para os empreendedores rurais.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018. Desejado	2019. Desejado	Fonte Informação
1494	TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO	PESSOA	10.714	31/12/2014	9.000	4.283	11.000	4.406	13.000	15.000	MTE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
1495	PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH	PESSOA	2.844	31/12/2014	5.000	11.572	6.500	8.103	8.450	10.945	SQP/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
1496	TAXA DE DESEMPREGO	%	14,2	30/06/2015	13,5	18,6	13	18,4	12,5	12	DIEESE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6

#### Justificativas 2016

**Indicador 1494** - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.

**Indicador 1495** - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e a distância – EAD.

**Indicador 1496** - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão no mercado de trabalho foi superior ao número de postos de trabalho gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. As taxas de desemprego se elevaram também em todas as regiões metropolitanas em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED é realizada.

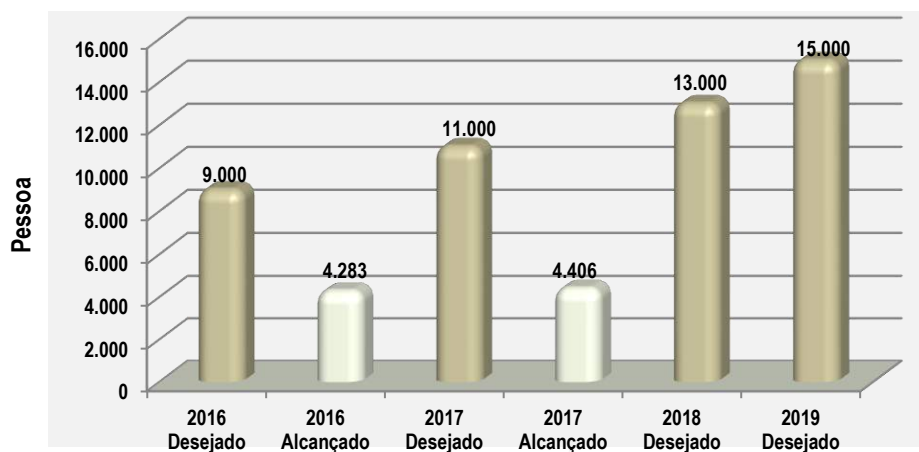
### Justificativas 2017

**Indicador 1494** - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.

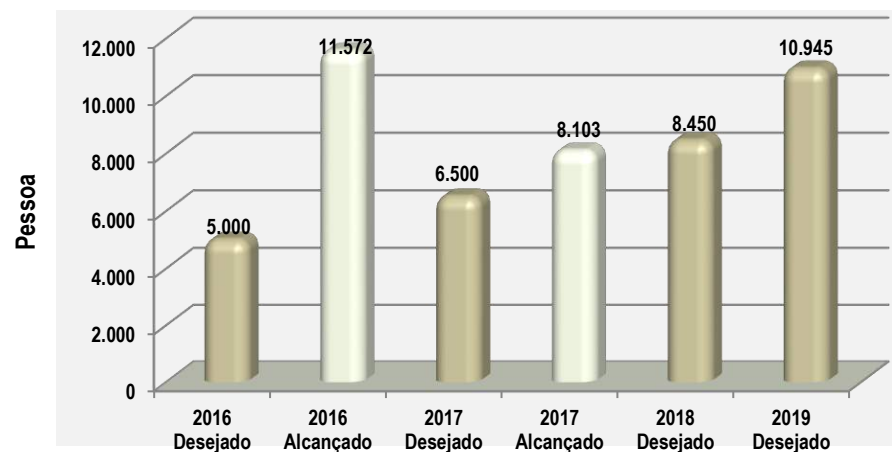
**Indicador 1495** - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e à distância - EAD.

**Indicador 1496** - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão da PEA (População Economicamente Ativa), diante do mercado de trabalho, foi superior ao número de postos de trabalhos gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. Vale salientar que as taxas de desemprego se elevaram também nas regiões metropolitanas em que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) é realizada.

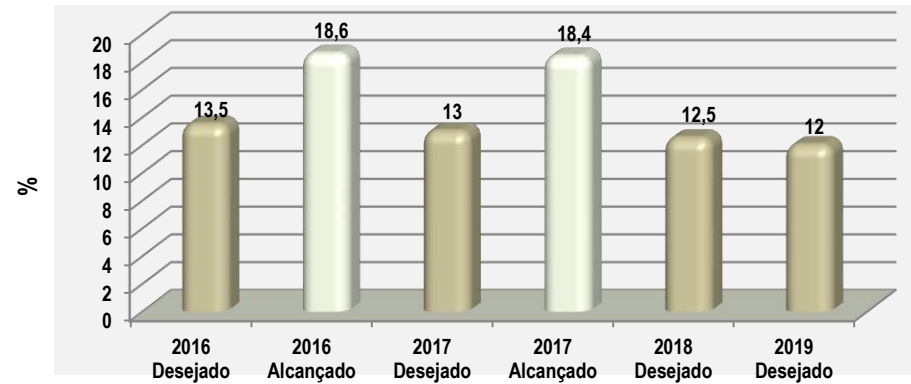
**TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO**



**PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH**



### TAXA DE DESEMPREGO



### ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	6	1	Ampliação das ações de qualificação social e profissional por meio de parcerias; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p><b>2016</b> O programa Qualifica Mais Brasília tem por objetivo promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, geridos pela Secretaria ou em parcerias com outras Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de renda que estejam com perspectivas de crescimento.</p> <p><b>2017</b> Foi firmado em 21/12/2016 parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/DF para realizar nas Agências do Trabalhador ou em locais indicados pela Secretaria Adjunta do Trabalho ações conjugadas em Educação Profissional no âmbito do Distrito Federal, por meio do Programa SENAC Gratuidade – PSG. Dentre os cursos previstos, foi executado o curso de Camareira com a oferta de 25 vagas, apresentando como resultado 25 inscrições e 14 certificações e 25 certificações em cursos realizados pelo SEBRAE para microempreendedores.</p>
6207	6	2	Fomento à economia solidária por meio da criação de espaços para comercialização de produtos	25101	25	<p><b>2016</b> Com o objetivo expandir a oferta dos serviços prestados, durante o ano de 2016, a Secretaria participou de diversos eventos onde foram disponibilizados ao público os serviços de intermediação de mão de obra e emissão de carteira de trabalho.</p>



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			(SEDESTMIDH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)			Essa oferta foi realizada em parceria com diversos órgãos e entidades tais como: Secretaria de Estado da Criança, Secretaria de Estado de Educação, Fundação de Amparo ao Preso – FUNAP, Administrações Regionais e instituições sociais. <b>2017</b> Com o objetivo expandir a oferta dos serviços prestados, durante o ano de 2016, a Secretaria participou de diversos eventos onde foram disponibilizados ao público os serviços de intermediação de mão de obra e emissão de carteira de trabalho. Essa oferta foi realizada em parceria com diversos órgãos e entidades tais como: Secretaria de Estado da Criança, Secretaria de Estado de Educação, Fundação de Amparo ao Preso – FUNAP, Administrações Regionais e instituições sociais.
6207	6	3	Realização de parcerias com associações e cooperativas para inserção produtiva de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade; (SEDESTMIDH)	25101	25	<b>2016</b> Foram inseridas 120 Mulheres da Casa Abrigo 02 (duas) parcerias. Uma parceria foi realizada com uma instituição de artesãs e outra com uma instituição de produção de bijuterias. Desse montante, 05 mulheres passaram a integrar fixamente a associação de artesanato. <b>2017</b> Em 2017, em parceria com uma associação de artesãs, 163 mulheres da Casa Abrigo participaram de oficinas de artesanato, destas, 17 passaram a integrar a associação. No mês de outubro foram realizados três cursos de capacitação, em parceria com o SEBRAE/DF, voltado para mulheres do Fórum Distrital Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado, visando participação na I Feira do Campo e do Cerrado, realizada no Parque da Cidade, nos dias 08,09,10,15,16 e 17 de dezembro.
6207	6	4	Fortalecimento do cooperativismo e o associativismo como fonte de geração de renda; (SEDESTMIDH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	0	<b>2016</b> Não houve disponibilização de Cursos do PRONATEC Seguro Desemprego no ano de 2016 no âmbito do GDF. <b>2017</b> Não houve disponibilização de Cursos do PRONATEC Seguro Desemprego no ano de 2017 no âmbito do GDF.
6207	6	5	Desenvolvimento de ações com vista à promoção do "trabalho decente (contra trabalho infantil, escravo e exploração sexual)"; (SEDESTMIDH)	25101	0	<b>2016</b> Ação não desenvolvida em 2016 considerando a dificuldade técnica. Tal ação está sendo revista a fim de implementar o projeto <b>2017</b> Ação não desenvolvida em 2017, está sendo revista a fim de implementar o projeto
6207	6	6	Concessão de empréstimos e financiamentos a empreendedores econômicos no DF e RIDE. (FUNGER)	25902	-	<b>2016</b> O Programa de Microcrédito Prospera foi concebido como um instrumento de política pública governamental destinada a garantir o direito ao crédito aos segmentos sociais historicamente marginalizados pelo sistema financeiro tradicional. Seu objetivo primordial é permitir, nestes segmentos, que as pessoas possam, por meio do trabalho empreendedor, desenvolver seus negócios, gerar renda, manter e gerar ainda novas ocupações de trabalho. No período de março a dezembro de 2016 foram contratadas 814 operações de crédito, com expectativa de geração de 398 novas ocupações e a manutenção de outras 1.380 totalizando 1.778 ocupações. <b>2017</b> Após análise, verificou-se que a informação é orçamentária e encontra-se em duplicidade. Diante disso, a Unidade formalizará a solicitação de exclusão da Ação Não Orçamentária.

## Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2017

### SEDESTMIDH

**Food Trucks** A Secretaria com o objetivo de fomentar o empreendedorismo articulou a criação da lei que foi sancionada em março de 2016, que passou a ser legal a comercialização de alimentos em veículos automotores ou rebocáveis adaptados, os chamados food trucks, em áreas públicas de Brasília. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, a lei nº 5.627, de 15/03/2016, estipula locais, horários, regras de funcionamento, multas e outras normas para que a nova modalidade de negócio não conflite com as já regulamentadas, nem ofereça risco à população. No dia 21/12/2016 foi assinado o Decreto de Regulamentação.

Atualmente, existe cerca de 320 Food Trucks no Distrito Federal, com aproximadamente 1.000 empregos criados diretamente. O mercado fatura cerca de 8 milhões a 15 milhões de reais por mês.

**Quinta Cultural** A Quinta cultural foi a revitalização noturna do Setor Comercial Sul. Movimentação média financeira de R\$ 7.000,00 por cada quinta-feira e o total da receita bruta no período de R\$ 203.000,00. A Quinta Cultural teve 29 edições durante o ano, com público médio de 300 pessoas por edição, com duração de 6 horas e entrada gratuita. Presença de 08 Food Trucks em média por edição e 28 pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 33 atrações musicais dos mais diversos ritmos.

**Startups Brasília** A proposta do Startups Brasília é selecionar projetos que transformem ideias inovadoras em empreendimentos sustentáveis e que incorporem novas tecnologias, buscando formar um ambiente de inovação e empreendedorismo que estimule as pessoas a criar negócios, renda e empregos.

Já foram realizadas duas edições 2015 e 2016, oferecida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF com apoio da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH com inscrições gratuitas.

Durante a sessão de mentoria realizada pela secretaria estiveram presentes mais de 100 empreendedores, 17 projetos que participaram foram aprovados na primeira fase do edital.

**Coworking Público** Em Brasília, são mais de 10 espaços compartilhados, com cerca de 500 empresas formando um verdadeiro ecossistema de negócios. O projeto do Coworking Público visa o fomento e o apoio ao ecossistema empreendedor no Distrito Federal incentivando a criação, o desenvolvimento, e a consolidação de empreendimentos e projetos nas seguintes áreas: inovação tecnológica, social e cultural. Nos últimos 06 meses foram realizados 52 eventos com aproximadamente 800 pessoas em diversas atividades.

**Campus Day** O evento aconteceu no dia 5 de novembro de 2016 com 8 horas de conteúdo, das 14h às 22h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Com público inscrito pelo site da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas.

Foram realizadas 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Apresentações realizadas em três espaços: palco Principal, palco Experience e Campus Drops. Houve transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do site da Campus.

**Projeto “Saber Cooperativo”** O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. No 2º semestre de 2016, foram realizadas 4 palestras “Saber Cooperativo”, reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

**Economia Solidária – ECOSOL** O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE e sua inauguração está prevista para abril de 2017.

Além disso, a Secretaria participa da Coordenação do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) e da comissão de análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

**Ações de intermediação de mão de obra** No período de janeiro a dezembro de 2016, a Secretaria, por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 58.171 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 24.901 novas vagas de emprego e realizados 44.184 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

Do total de trabalhadores encaminhados, 4.283 foram efetivamente inseridos, o que corresponde a um aproveitamento de 17,2% das vagas ofertadas.

O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador em 2016 foi de 29,1%, o que corresponde a um aumento de 10,6% quando comparado ao desempenho de 2015. Nesse sentido, podemos inferir que houve uma melhora na qualidade dos encaminhamentos realizados.

Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2016, houve uma redução de 7.362 novas vagas a serem oferecidas, o que corresponde a 23%, comparado ao ano anterior.

Mesmo assim, foram inseridos 484 novos trabalhadores no mercado de trabalho, por intermédio das Agências do Trabalhador.

**Seguro Desemprego** que é um dispositivo importante para a garantia da proteção social do trabalhador, até 31 de dezembro de 2016, do número total de requerimentos, 96% foram habilitados a receberem o benefício, conforme dados abaixo.

Já no que se refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2015, houve um acréscimo de 1.289% no número de requerentes, e um aumento 1.382% no número de segurados em 2016.

**Implantação da Central de Atendimento ao Empregador – CAE** A partir de setembro de 2016, em cumprimento ao Acordo de Resultados firmado com a Secretaria e o Governo do Distrito Federal, foi implantada a Central de Atendimento ao Empregador - CAE. O modelo adotado pela CAE, consiste em centralizar os captadores de vagas, reestruturando o modelo utilizado de gestão da vaga de emprego com o objetivo de potencializar, otimizar e padronizar os serviços de atendimento ao público empregador na Intermediação de Mão de Obra - IMO. Além de focar nas atividades desenvolvidas pelo Captador de Vagas; estreitar o relacionamento com os empregadores; ampliar a diversidade e a qualidade das vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador; efetivar a administração das vagas ofertadas no Sistema Mais Emprego.

No modelo utilizado até setembro de 2016, as vagas eram captadas e de responsabilidade dos gerentes das Agências. No modelo atual proposto a captação e gestão das vagas foram centralizadas e realizadas por 08 captadores.

Após a implantação da Central foi identificado uma melhora significativa no que tange a qualidade das vagas ofertadas, além de uma melhor gestão dessas vagas e relacionamento com o empregador.

**Implantação do Núcleo de Orientação ao Trabalhador e Empregador – NOTE** Também em cumprimento ao Acordo de Resultados, em outubro de 2016, foi implantado o Núcleo de Orientação ao Trabalhador e Empregador – NOTE. Inicialmente foi nomeado apenas uma profissional com formação em psicologia e disponibilizado o espaço físico necessário para desenvolvimento das atividades e serviços que serão ofertados ao cidadão.

Destacamos que em 2016, foi realizada apenas a implantação, e que os resultados concretos poderão ser aferidos a partir de 2017, desde que cumprido o exposto no processo 431.001.846/2016.

**Carteira de Trabalho informatizada** A Secretaria em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, desde outubro de 2015 deu início a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS informatizada por intermédio das Agências do Trabalhador. Esse novo formato de carteira de trabalho, trouxe aos trabalhadores, mais segurança, por ser feita em papel-moeda e ser plastificada, evitando rasuras e fraudes contra o Seguro Desemprego, Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários, além da integração das informações sobre a vida funcional do trabalhador e seus principais benefícios. Foram realizados aproximadamente 80.000 (oitenta mil) atendimentos, considerando o número de carteiras emitidas e entregues.

**Evento “DIA D”** É um dia totalmente voltado para inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados do INSS. Esse evento foi realizado dia 23 de setembro na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, e de Taguatinga, tendo como principais parceiros o Ministério do Trabalho e Previdência Social, além de 33 (trinta e três) empresas, que disponibilizaram vagas de emprego para atender as demandas desse público.

**Programa Qualifica Mais Brasília** Tem por objetivo promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, geridos somente pela Secretaria ou em parcerias com outras Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de renda que estejam com perspectivas de crescimento. Por meio do Portal de Qualificação Profissional foram ofertados 21 cursos, na modalidade Ensino a Distância, com a meta prevista de 10.000 (dez mil) vagas em cursos de qualificação profissional para a população do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos, no período compreendido entre 2016/2018.

Assim, das 10.000 certificações previstas para fins de atingimento da meta estabelecida, foram certificadas 11.458 pessoas, superando em 14,58% o alcance da meta. Ademais, quando se observa o número de inscritos, nota-se que a meta superou em 195,70%, ou seja, o Projeto EAD obteve uma aderência às necessidades do cidadão muito superior ao inicialmente planejado.

**Pronatec Turismo** é um programa do Governo Federal criado com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projeto e ações de assistência técnica e financeira (Parceria entre o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação). Vale esclarecer que a Secretaria de Educação é a instituição ofertante dos cursos.

**Projeto de Recolocação Profissional** Tem por objetivo prestar orientações aos alunos egressos dos cursos de qualificação profissional, promovidos pela Secretaria e/ou trabalhadores acima de 16 anos cadastrados no Sistema Nacional de Emprego – SINE em busca de inserção profissional. Tais orientações envolvem: elaboração de currículo, comportamento adequado para a entrevista de emprego, empregabilidade, meta prevista de 720 vagas em cursos e/ou palestras de recolocação profissional, no período de julho a novembro de 2016, superando em 5% a meta prevista.

Os egressos que porventura estivessem desempregados, eram encaminhados às Agências do Trabalhador para participarem do processo/rito de Intermediação de Trabalho, conforme às regras do SINE.

**Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social** Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, de Confecção de Vestuário, Assessórios e Materiais Esportivos, de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis e instalação e manutenção de placas.

Durante o ano de 2016, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 1.687.781,14 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e quatorze centavos), beneficiando diretamente 1.012 alunos, em situação de vulnerabilidade social.

#### **Projeto “Saber Cooperativo”**

O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surgiu da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas.

Foram realizadas 6 palestras durante o ano de 2017.

#### **Centro Público de Economia Popular e Solidária do DF – CEPES**

Em 21/06/2017, foi publicada a PORTARIA Nº 155, DODF Nº146, terça feira, 01 de agosto de 2017 pag. 109, acerca da criação do Centro Público de Economia Popular e Solidária do DF, cuja inauguração ocorreu em 31 de agosto de 2017. O Centro é um espaço público multifuncional de gestão colaborativa entre o poder público, sociedade civil e o Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno - FESDFE, que abriga uma série de iniciativas e atividades voltadas para o fortalecimento da economia solidária do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF-RIDE, onde a partir de agosto, o Circuito ECOSOL passou a ser o ponto principal do evento, bem como o fortalecimento do circuito ECOSOL.

#### **Economia Solidária – Circuito ECOSOL.**

O Circuito de Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar tem como proposta percorrer diversas Regiões Administrativas do DF e Entorno, levando ao alcance da população os produtos criados e produzidos por este segmento, dando oportunidade de geração de trabalho e renda por parte deste empreendimento.

O público poderá também conhecer a diversidade da Economia Solidária, que reúne iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover preservação ambiental e exercício da cidadania.

Em 2017 foram realizadas 22 edições do Circuito Ecosol, privilegiando o CEPES como ponto principal das atividades.

**Ações de intermediação de mão de obra / Central de Atendimento ao Trabalhador (CAE)**

No período de janeiro a dezembro de 2017, a Secretaria (por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual) atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 47.130 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 17.169 novas vagas de emprego e realizados 33.746 encaminhamentos ao mercado de trabalho. Do total de trabalhadores encaminhados, 4.406 foram efetivamente inseridos, que corresponde a um aproveitamento de 25,66% das vagas ofertadas. O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador em 2017 foi de 25%, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade de captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados em comparação aos anos anteriores.

Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2017, houve uma redução de 7.732 novas vagas a serem oferecidas. Apesar disso, houve aumento do número de pessoas inseridas no mercado de trabalho, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade de captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados, ao compararmos com os anos anteriores.

**Ações de intermediação de mão de obra / Central de Atendimento ao Trabalhador (CAE)**

No período de janeiro a dezembro de 2017, a Secretaria (por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual) atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 47.130 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 17.169 novas vagas de emprego e realizados 33.746 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

Do total de trabalhadores encaminhados, 4.406 foram efetivamente inseridos, que corresponde a um aproveitamento de 25,66% das vagas ofertadas. O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador em 2017 foi de 25%, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade de captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados em comparação aos anos anteriores.

Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2017, houve uma redução de 7.732 novas vagas a serem oferecidas. Apesar disso, houve aumento do número de pessoas inseridas no mercado de trabalho, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade de captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados, ao compararmos com os anos anteriores.

**Seguro Desemprego**

O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. Até 31 de dezembro de 2017, do número total de requerimentos, 95,5% foram habilitados a receberem o benefício.

Em relação ao ano de 2016, houve uma redução de 19% no número de requerentes e no número de segurados.

Já no que refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2016, houve um acréscimo de 48% no número de requerentes, e um aumento 53% no número de segurados em 2017.

**Carteira de Trabalho informatizada**

A Secretaria (em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e com o Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, desde outubro de 2015) deu início a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS informatizada por intermédio das Agências do Trabalhador. Apesar das dificuldades enfrentadas com a operacionalização do Sistema CTPSWEB, de gestão e propriedade do MTE, em 2017 foram emitidas 42.705 carteiras em todas as Agências do Trabalhador.

**Evento “DIA D”**

É um dia totalmente voltado para inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados do INSS. Esse evento foi realizado dia 29 de setembro de 2017 na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, tendo como principais parceiros o Ministério do Trabalho e Previdência Social, além de 22 (vinte e duas) empresas, que disponibilizaram vagas de emprego para atender as demandas desse público. Foram oferecidas 368 vagas oferecidas para o público PCD do DF em diversos segmentos, realizados 250 encaminhamentos para entrevistas e

processos seletivos e inseridos 32 trabalhadores. Na ocasião foram ofertadas ações, tais como: palestras, oficinas, elaboração de curriculum, corte de cabelo, massoterapia, aferição de pressão arterial e controle glicêmico, dentre outros. Além disso, o evento do Dia D promoveu a conscientização do trabalhador PCD despertando o olhar do empregador e da população para as qualidades desse público.

#### **Programa Qualifica Mais Brasília**

Tem por objetivo a execução de ações de qualificação profissional por meio de projetos específicos. Apresentou o seguinte resultado em 2017: 1) execução da etapa 2 do Projeto de Qualificação Profissional na modalidade de ensino a distância- EAD, com a oferta para a população acima de 16 anos de 21 cursos, atingindo 23027 inscrições e 7809 certificações;

#### **Recolocação Profissional**

Tem por objetivo a realização de palestras na modalidade presencial realizadas na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, dirigida aos alunos egressos do Projeto de Qualificação Profissional – EAD, alcançando 117 participantes.

#### **Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social:**

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, Confecção de Vestuário, Assessorios e Materiais Esportivos, Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis, Instalação e manutenção de placas fotovoltaicas e Marcenaria com madeiras recicláveis.

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2017, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 2.653.665,76 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos), beneficiando diretamente 1.252 alunos, em situação de vulnerabilidade social, além de, em parceria com o PRONATEC: 85 alunas (Mulheres Mil) e 35 alunos (Elétrica Predial/Hidráulica)

População Atendida:

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

### **FUNGER**

Em 2016, a unidade apresentou resultados positivos. Foi efetivado um novo contrato entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) e o BRB - Banco de Brasília (agente financeiro do FUNGER/DF e do Programa de Microcrédito Prospera). Este contrato prevê o desenvolvimento de um novo software para a operacionalização do Programa. Para tanto, foram realizadas 22 reuniões para o levantamento de requisitos necessários para o referido software, que propiciará mais confiabilidade, agilidade, produção de relatórios gerenciais e estatísticos para o Prospera. Outro ponto que merece atenção foi a elaboração do Manual de Procedimentos do Programa de Microcrédito Prospera que envolveu a participação de todos os servidores da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo. Finalmente, em que pese o reduzido quadro de servidores da SME, a execução orçamentária do FUNGER/DF em 2016 alcançou o percentual de 89%, com uma inadimplência de 2,08%.

No atual momento econômico do país, que passa por um período difícil e recessivo, o segmento de microcrédito torna-se um importante instrumento para a geração de renda e de combate ao desemprego. Essa importância pode ser destacada ao considerarmos que o microcrédito se destina principalmente às populações menos favorecidas economicamente e, portanto, com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

Em 2017, a unidade apresentou resultados positivos. Em que pese o reduzido quadro de servidores da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo - SME, a execução orçamentária do FUNGER/DF em 2017 alcançou o percentual de 90%, com uma inadimplência de 4,48%.

No atual momento econômico do país, que passa por um período difícil e recessivo, o segmento de microcrédito torna-se um importante instrumento para a geração de renda e de combate ao desemprego. Essa importância pode ser destacada ao considerarmos que o microcrédito se destina principalmente às populações menos favorecidas economicamente e, portanto, com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**007 – SANIDADE DOS REBANHOS E LAVOURAS:** Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6207	BRÁSILIA COMPETITIVA	7	1	Prevenir 100% da febre aftosa e das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,97	98,89			98,89	98,9%
6207	BRÁSILIA COMPETITIVA	7	2	Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitas a controle oficial. (SEAGRI)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	111,1%

**Análise Qualitativa****1. Prevenir 100% da febre aftosa e das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI)****2016**

Em 2016 houve um aumento na quantidade de fiscalizações realizadas na área de defesa sanitária animal e a Seagri passou a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. Foi realizado ainda um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em aproximadamente 300 propriedades. A barreira móvel foi melhorada em eficiência, com um aumento na quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. Em um rebanho de 94.436 bovinos e bubalinos foram encontrados apenas 26 animais que apresentaram resultado positivo para Brucelose e 27 que apresentaram tuberculose; essas duas doenças são endêmicas e o resultado foi acima do esperado, pois os números são decorrentes de inquérito sanitário, onde a avaliação do rebanho é feita de forma mais sistematizada. Num rebanho de 303.734 bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos, equinos e suínos apenas 2 animais apresentaram raiva, e este número apresentou-se dentro da média anual para casos de raiva em herbívoros, sendo que o trabalho realizado com vacinações e controle de morcegos hematófagos preveniu uma ocorrência maior da doença, já que o Distrito Federal apresenta elevada população desse tipo de morcego. O Distrito Federal também é uma região endêmica para Anemia Infecciosa Equina, mas mesmo assim a ocorrência da doença foi controlada e só 18 animais apresentaram a doença no ano passado, de um rebanho de 21.413 equinos, asininos e muaras. No plantel de aves, que chega a ter 15.667.123 aves não foi registrado nenhum caso de doenças de notificação obrigatória em 2016. O desempenho da equipe foi acima do esperado na prevenção de doenças, devido principalmente ao uso e implementação de sistemas informatizados de auxílio no controle. Porém, um dos desafios ainda é educar sanitariamente a população e os parceiros da SEAGRI (Emater, médicos veterinários, Universidades e produtores) para que sejam participantes do sistema de controle de doenças e efetivamente convoquem o sistema de defesa sanitária em casos de desconfiança de ocorrência de determinada enfermidade em seus animais.

**2017**

Em 2017 observou-se um aumento na eficiência das atividades de vigilância e controle da movimentação de animais. Diversos resultados positivos foram observados resultantes do aumento de ações em educação sanitária, entre eles: aumento de quase 100%, em relação a 2016, no número de notificações; diminuição da quantidade de autos de infração emitidos e aumento de mais de 100%, em relação ao ano anterior, no número de cadastros novos realizados. O controle de trânsito animal se mostrou mais eficiente, apesar de leve diminuição de cargas fiscalizadas, com diagnóstico de casos de Brucelose Bovina e Anemia Infecciosa Equina. Dessa forma, o controle de trânsito foi responsável por evitar, pelo diagnóstico e sacrifício dos animais positivos, a disseminação dessas doenças no rebanho do Distrito Federal. Em relação à prevenção de febre aftosa, as atividades de vigilância ativa foram intensificadas, e foram realizados 22 atendimentos no ano, com colheita de material para diagnóstico de enfermidades vesiculares. Em todos os atendimentos, as doenças alvos de síndrome vesicular (febre aftosa e estomatite vesicular) foram descartadas. Em um rebanho de bovinos e bubalinos de aproximadamente 90.000 animais, foram detectados 12 casos de brucelose e 10 casos de tuberculose. A vigilância para a raiva de herbívoros resultou em 40 atendimentos, e 2 casos positivos em bovinos. Ainda tivemos o diagnóstico de 3 casos positivos em morcegos não hematófagos, da espécie *Artibeus lituratus*. O controle de doenças de notificação obrigatória em equídeos resultou em 14 casos de Anemia Infecciosa Equina, com o devido saneamento de todas as propriedades consideradas como focos e eliminação dos animais positivos. A suspeita de casos de mormo foi a que mais gerou notificações no período, sendo realizados 45 atendimentos. Desses atendimentos, foram registrados 4 casos, distribuídos em 2 focos, após mais de cinco anos sem registro da doença no Distrito Federal. Nenhuma doença de notificação obrigatória no plantel avícola foi diagnosticada em 2017, apesar do atendimento a 30 notificações. As atividades de vigilância ativa foram muito importantes para aumentar o número de notificações, especialmente de síndrome vesicular, e melhorar o relacionamento da Defesa Sanitária Animal com os produtores rurais. A disponibilização do Sidagro Produtor e a educação sanitária foram importantes instrumentos para incentivar a participação dos produtores rurais no sistema de controle de doenças animais e devem ser estimuladas nos próximos anos.

## **2. Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitas a controle oficial. (SEAGRI)**

### **2016**

A meta foi ultrapassada, pois nas inspeções realizadas em campo para a verificação das doenças de controle oficial não foram encontrados sinais e sintomas de nenhuma delas. Foi inspecionada uma área de 33,2 ha de citros para verificar a ocorrência de *Candidatus liberibacter* sp, *Xanthomonas citris* subsp e *Guinardia citricarpa*. Foram inspecionados 53,62 ha de viticultura e não foi verificada a ocorrência de *Xanthomonas campestris* pv viticola. Nos cultivos de banana e helicônia buscou-se pela ocorrência de *Mycosphaerella fijiensis* e *Ralstonia solanacearum* raça 2, com área inspecionada de 20 ha. No caso da soja, foram inspecionados 68.900 hectares para verificar a ocorrência de *Phakopsora pachyrhizae* e no caso do feijão foram inspecionados 4.156 hectares para a ocorrência de *Bemisia tabaci* biótipo B (*B. argentifolli*). O ideal seria que uma maior área pudesse ser inspecionada, para que os resultados fossem mais precisos. Entretanto, a equipe é muito pequena, e a grande quantidade de funções que acumulam (controle de pragas quarentenárias, fiscalização de agrotóxicos, mudas, sementes, aplicação de vazios sanitários, etc) acabam por dificultar e atrasar a implementação de novas atividades e projetos. O desafio dessa equipe no momento é implementar um sistema de avaliação do risco de pragas para que a SEAGRI possa emitir alertas aos produtores rurais sobre a ocorrência do nível de controle das pragas, para que estes possam implementar medidas que diminuam a aplicação de agrotóxicos e diminuam o prejuízo causado pelas pragas nas lavouras do Distrito Federal.

### **2017**

Para os programas fitossanitários executados, a meta foi ultrapassada, já que não foram detectados, nos levantamentos realizados, sinais e sintomas das pragas sob controle oficial pertinentes à agricultura local. Foram realizados levantamentos de detecção da ocorrência de *Candidatus liberibacter* sp, *Guinardia citricarpa* e *Xanthomonas citri* subsp *citri* nas culturas cítricas e de Sigatoka-negra (*M. fijiensis*) e Moko da bananeira (*R. solanacearum* raça 2) em banana e helicônia. Assim, o DF teve reconhecido pelo MAPA o status fitossanitário de Área com Praga Ausente de Cancro-cítrico, uma das principais doenças da citricultura no Brasil, além da manutenção do status de Área Livre de Sigatoka negra, doença bastante agressiva para a bananicultura. Foram fiscalizados cerca de 70.000 hectares de soja e de 4.000 hectares de feijão irrigado por ocasião dos vazios sanitários para minimização dos impactos causados pela ferrugem asiática da soja e do mosaico dourado do feijoeiro, respectivamente. Some-se às ações elencadas o levantamento de detecção de fitoplasmas com sintomas associados ao HLB em citros juntamente com a Embrapa Cenargen, cujo resultado foi apresentado em um workshop específico e encaminhado para publicação em revista científica, e ainda, o levantamento para detecção de enfezamentos na cultura do milho associados à cigarrinha em conjunto com a Embrapa Cerrados. Os principais desafios para a implementação de um plano fitossanitário mais abrangente para o Distrito Federal são os recursos humanos abaixo do satisfatório, o baixo suporte tecnológico oferecido pela instituição (aquisição e implementação de softwares, dificuldade de realização de análises de laboratório, etc) e a completa inexistência de recursos para a realização de cursos e treinamentos de servidores, responsáveis técnicos e produtores.



## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018	2019	Fonte Informação
1497	FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	UNIDADE	0	31/12/2016	7.500	7.938	7.500	6.668	7.500	7.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
1498	AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	UNIDADE	0	31/12/2016	117.300	97.977	127.500	97.256	127.500	137.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7

### Justificativas 2016

**Indicador 1497** - Mesmo com o número de servidores e veículos reduzidos, a equipe trabalhou intensamente para realizar as ações de inspeção em quantidade e qualidade necessária para a manutenção da segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população do Distrito Federal, superando em 5,84% o índice do indicador.

**Indicador 1498** - A Defesa Sanitária Animal aumentou a quantidade de fiscalizações realizadas e aumentou a eficiência. Foi feito um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em quase 300 propriedades. Passou-se ainda a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. A barreira móvel melhorou a eficiência, aumentou a quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos.

### Justificativas 2017

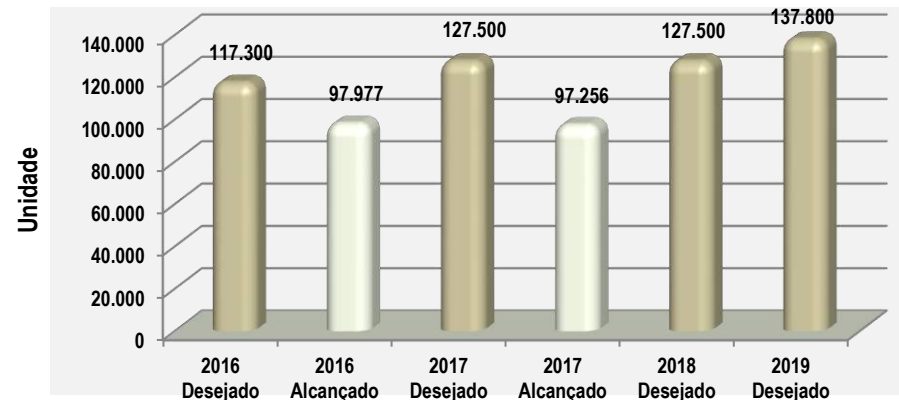
**Indicador 1497** - O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de autocontrole nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros. O número alcançado é consequência do comprometimento e capacidade dos servidores, apesar do déficit de veículos e servidores na área de fiscalização.

**Indicador 1498** - O aumento na quantidade de cadastros de novas propriedades de criação de equídeos e passeriformes, de vacinações de bezerras e de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário não foi suficiente para alcançarmos o índice desejado. Deve-se à redução nas fiscalizações de comércio de vacinas (o que se deve, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas) e de carga em trânsito (extinção de uma barreira fixa).

**FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS**



**AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL**



## Análise do Resultado do Objetivo Específico

### 2016/2017

O alcance dos objetivos pela SEAGRI tem avançado em algumas áreas, como mostram os números das metas e dos indicadores de desempenho, tendo sido realizadas cerca de 7.938 fiscalizações em estabelecimentos e veículos para garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal que chegam ao consumidor do Distrito Federal, e cerca de 97.977 ações de defesa sanitária animal e vegetal para evitar e controlar a ocorrência de pragas e doenças em vegetais e animais vivos que geram receita para os produtores do Distrito Federal.

Alguns números não puderam ser alcançados porque dependem de fatores externos e demandas do público alvo, neste caso os produtores rurais e criadores. É o caso do número de GTAs emitidas, que mais impactou o número de ações de defesa sanitária e animal. A diminuição ficou por conta da crise no setor avícola do Distrito Federal, que diminuiu drasticamente a emissão de GTAs pelos veterinários habilitados pelas empresas deste setor.

As ações de defesa vegetal também poderiam ter tido um desempenho superior caso dispusesse de uma equipe maior. Algumas metas não foram alcançadas durante o ano de 2016 pela diminuição da equipe (já defasada) com aposentadorias e transferências de técnicos para outras áreas da SEAGRI, também necessitadas. As ações mais prejudicadas foram a fiscalização do trânsito de vegetais, a fiscalização nos pontos de comercialização de hortifrutigranjeiros, a fiscalização do comércio de agrotóxicos e o levantamento de pragas quarentenárias.

De forma análoga, a fiscalização de estabelecimentos e de veículos também sofreu com a deficiência de pessoal para a execução da inspeção e fiscalização sanitária no Distrito Federal. As atividades primárias e de rotina acabam por absorver toda a disponibilidade técnica, gerando grande dificuldade de implantar programas como o de Educação Sanitária e outras ações complementares extremamente importantes para a manutenção dos indicadores e alcance do objetivo maior que é garantir a sanidade dos rebanhos e lavouras do Distrito Federal. A título de exemplificação, a inspeção de estabelecimentos de produtos de origem vegetal e artesanal (35 estabelecimentos), conta hoje com apenas 02 fiscais. Tal quadro reduzido implica em comprometimento na realização de novas vistorias para registros de estabelecimentos e avaliação de documentos internos como rotulagem e plantas para reforma/construção, uma vez que as atividades de inspeção são periódicas e não podem deixar de ser realizadas para a garantia da inocuidade dos alimentos que estão sendo produzidos. A inspeção de estabelecimentos de produtos de origem animal, (165 estabelecimentos), conta hoje com apenas 15 fiscais. A deficiência no quadro de Médicos Veterinários compromete diretamente a realização de inspeções em abatedouros, além da realização de

novas vitórias para registros de estabelecimentos e avaliação de documentos internos como rotulagem e plantas para reforma/construção. A área de inspeção de bebidas, que se encontra em implantação atualmente, conta apenas com um Químico para atuação no setor, e ainda sem capacitação para exercer tal atividade.

Cabe citar ainda as dificuldades encontradas em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da SEAGRI, relacionados aos procedimentos de aquisição. São recorrentes as dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio. Ainda, cabe destacar que houve dificuldade das bases operacionais em atender de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente aporte de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários.

Em 2016, com o auxílio orçamentário de convênio celebrado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, foi possível modernizar o sistema de atendimento eletrônico, disponibilizando ao público e cliente externo a possibilidade de emissão de guias de trânsito para animais e vegetais, digitalmente, pelo produtor cadastrado, e emissão de PTV (permissão de trânsito vegetal) eletrônico pelos técnicos da área de Defesa Agropecuária da SEAGRI. Essas funcionalidades aumentam a eficiência da SEAGRI no atendimento ao público em geral e facilita o controle e acesso aos dados por parte dos fiscais.

Foi observada uma diminuição de ações de processamento, transporte e comércio de produtos clandestinos de origem vegetal e animal no ano de 2016. Esse fato pode ter sido impulsionado pelas ações de educação sanitária e as orientações realizadas tanto nas ações em trânsito quanto nas ações de fiscalização de estabelecimentos que visa orientar e educar produtores, manipuladores e transportadores dos produtos alimentícios de origem vegetal e animal. A SEAGRI conseguiu captar recursos por meio de convênio com o MAPA, o que possibilitará a aquisição de veículos para ampliar as ações de fiscalização e aquisição de câmara fria para aumentar a capacidade de armazenamento dos produtos apreendidos durante as fiscalizações de veículos nos próximos anos.

O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vitórias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de controle e de educação sanitária, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros, tendência essa acompanhada nos relatórios anuais de inspeção. As ações de fiscalização de trânsito seguem uma rotina padrão de atuação por meio de blitz realizadas em todo o Distrito Federal, sujeitas a alterações em seu quantitativo, relacionadas às demandas geradas por denúncias, às necessidades internas no apoio às atividades críticas da inspeção e nas demandas de atividades conjuntas com outros órgãos de fiscalização.

Ocorreram também avanços no desenvolvimento de propostas de novas normativas para as atividades da SEAGRI na área de Defesa Agropecuária, como a construção da proposta de portaria que visa formalizar o processo de doação e inutilização dos produtos apreendidos em decorrência de infrações sanitárias, a aprovação da nova lei de inspeção de produtos de origem vegetal e animal e a construção do novo Decreto regulamentador, a revisão da Lei Complementar que regula o Fundo Distrital de Sanidade, a criação da lei de apreensão de animais, a revisão da lei de agrotóxicos e a alteração no decreto vegetal que prevê o registro de micro estabelecimentos produtores.

Ainda que as metas de ações da Defesa Agropecuária não tenham sido completamente atingidas em 2017, observa-se, em relação ao ano anterior, um desempenho superior em diversas atividades importantes para a manutenção do status sanitário do Distrito Federal. O serviço vem sendo mais eficiente, e as equipes, até mesmo devido à reduzida quantidade de servidores, tem executado diversas atividades diferente em uma mesma visita a campo, o que gera economia de tempo e recursos.

As ações de educação sanitária tiveram resultado positivo com um aumento de quase 100% nas notificações recebidas e atendidas. Esse indicador é considerado um dos mais importantes para a Defesa Agropecuária, já que demonstra que o serviço de vigilância está atuante e que o produtor rural confia nessa atuação. Também houve aumento considerável nos novos cadastros de propriedades realizados, incrementando o conhecimento da Seagri sobre a pecuária do Distrito Federal. Esse aumento ocorreu devido principalmente à atualização cadastral das explorações de equídeos e ao cadastro de criadores de pássaros ornamentais.

Foi investido tempo e recurso para disponibilizar o Sidagro Produtor para a emissão de GTA (Guia de Trânsito Animal) para equídeos, com foco na desburocratização do sistema. Assim, o produto foi liberado em outubro de 2017 e já se nota um aumento significativo na emissão de GTA, apesar de ainda sentirem-se os efeitos da crise na avicultura industrial, que impacta negativamente no somatório dos dados de emissão deste documento de trânsito.

O DF teve status fitossanitário reconhecido de Área com Praga Ausente de Cancro Cítrico, manteve o status de Área Livre de Sigatoka negra, evitando assim os prejuízos que essas pragas poderiam causar à produção local de citros, banana e helicônias, além de permitir que seus produtos tenham o trânsito autorizado para outras unidades da federação. Relacionado a isso, a publicação de Portaria que exige o credenciamento de empresas higienizadoras de caixas plásticas para o transporte de banana permitiu normatizar no DF uma exigência de outros estados, impedindo assim a obstrução do comércio de frutos de banana.

Existiram ainda construções e entregas importantes à cadeia agroindustrial do DF, com a elaboração de normas importantes para a modernização do setor, como o regulamento da Lei nº 5.800/2017 e o Projeto de Lei para registro de agroindústrias de pequeno porte (ambos tramitando pela Casa Civil).

Foram oferecidos e aplicados pelas equipes de inspeção treinamento direcionado às boas práticas de fabricação em todas as agroindústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal registradas na Seagri, auxiliando na capacitação de centenas de manipuladores de alimentos. A implementação dos programas de autocontrole nas agroindústrias também tem permitido maior controle dos processos produtivos por parte das indústrias, refletindo em maior intervalo de tempo entre as inspeções a serem realizadas pela Seagri, de acordo com as análises de risco realizadas pelas equipes. Ações de combate à produção e comercialização de produtos de origem vegetal e animal clandestinos continuaram como atividades prioritárias dentro do Serviço de Inspeção Distrital, com foco na segurança da saúde da população, evitando que produtos impróprios para consumo chegassem até os pontos de venda.

Entretanto, a ausência do Decreto regulamentador da Lei nº 5.800/2017 trouxe dificuldades para a realização de muitas ações fiscais na área de fiscalização do trânsito de produtos agropecuários e na área de fiscalização de agroindústrias, diante das limitações que a própria Lei traz à atuação fiscal.

A utilização do sistema Sidagro para a emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV - e dos outros documentos fitossanitários também foi um gargalo nas atividades de 2017 e deve ser considerado para a melhoria da prestação de serviço e otimização do trabalho dos técnicos. A aproximação do setor de Defesa Agropecuária com a Embrapa também deve ser buscada. Em parceria com esta empresa foi possível treinar alguns técnicos da Seagri sobre uma importante praga na cultura do milho e buscar assim a redução nas perdas de produção. A disponibilização de alguns técnicos para atuação no projeto de pesquisa da Embrapa para a detecção de fitoplasmas em citros geraram motivação e comprometimento nos servidores. Este projeto ainda permitiu o intercâmbio de informações, a realização de análises laboratoriais, um workshop técnico e uma publicação em revista científica. O apoio da Superintendência Federal de Agricultura (SFA-DF/MAPA), essencial para execução dos programas fitossanitários, tem se reduzido em comparação aos anos anteriores. Entretanto, foi possível contar mais uma vez com o Laboratório Nacional da Agropecuária de Goiás (LANAGRO-GO/MAPA) para realização dos diagnósticos fitossanitários.

Ressalta-se que todas as atividades foram impactadas pela falta de servidores e pela falta de recursos para a manutenção desta atividade de Estado. E as previsões são pessimistas, visto que a implementação dos programas de autocontrole pelas agroindústrias exigirá maior controle de seus produtos por meio de análises laboratoriais mais frequentes, demanda que o Serviço de Inspeção Distrital dificilmente conseguirá atender em razão de quantidade insuficiente de técnicos. Essa deficiência de mão-de-obra pode gerar elevação dos custos fixos nas agroindústrias, pois terão que recorrer à laboratórios particulares para realização de seus controles de qualidade. Com a publicação da Lei de agroindústria de pequeno porte, serão incluídas novas atividades a serem inspecionadas, como a de produção de cervejas, havendo apenas 02 servidores disponíveis para a atuação nessa área para realização de todo processo de registro e inspeção dos novos estabelecimentos, podendo gerar demora na regularização dessas atividades e comprometimento das ações de inspeção em todas as outras agroindústrias já registradas.

A deficiência específica no quadro de engenheiros agrônomos compromete diretamente ainda a realização de inspeções a campo, nas unidades de consolidação e em especial no trânsito de cargas de produtos vegetais, atividade bastante estratégica para a prevenção de introdução de pragas no DF. A situação é mais crítica porque o mesmo quadro que executa as atividades de sanidade vegetal, também realiza aquelas relacionadas à fiscalização de agrotóxicos e afins, sementes, mudas e todas aquelas decorrentes da ação fiscal.

Cabe citar ainda a manutenção das dificuldades encontradas em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Seagri, relacionados aos procedimentos de aquisição. São recorrentes as dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio. Cabe destacar que houve dificuldade das bases operacionais em atender de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente aporte de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários. Some-se a isso o lento aprimoramento no que diz respeito ao aspecto tecnológico, cuja dificuldade no desenvolvimento de softwares, aquisição de licenças e renovação de equipamentos é fator de sobrecarga e desmotivação para o já reduzido quadro de pessoal.

No ano de 2018 espera-se que as normas já propostas para a área de inspeção de produtos de origem vegetal e animal sejam aprovadas, que o DF possa participar dos eventos oficiais nacionais de Defesa Agropecuária para mostrar suas experiências e resultados, que os técnicos tenham treinamentos de reciclagem para que possam tornar o serviço mais eficiente, que seja realizado um concurso público para reposição do quadro (principalmente às áreas fim, que possuem qualificação específica para atuação), que novas alternativas orçamentárias sejam buscadas para o alcance das metas e que as inovações tecnológicas para que a execução das atividades possam ser implementadas a contento.

Por fim, apesar das dificuldades relatadas, espera-se continuar garantindo a sanidade dos rebanhos e lavouras do DF, buscar alternativas de gestão, orçamentárias e operacionais para o alcance das metas que não puderam ser satisfeitas no ano anterior, aumentar cada vez mais a credibilidade da Defesa Agropecuária perante a sociedade (por meio da garantia do oferecimento de produtos de origem vegetal e animal de boa qualidade) e ajudar o agronegócio do DF a prosperar de forma sustentável.

## DIRETRIZ ESTRATÉGICA: TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO



### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR DIRETRIZ E PROGRAMA (Valores em R\$)

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
<b>Território planejado e estruturado</b>								
Ampliar a mobilidade tornando o transporte coletivo e não motorizado mais atrativos.	6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável	1.818.871.913	1.582.730.994	1.935.922.082	930.886.492	877.985.002	51	48
Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade.	6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	2.042.572.309	2.774.541.380	3.149.669.607	1.054.525.706	1.397.979.190	52	68
Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.								
Promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.	6208 - Território da Gente	329.474.289	344.454.651	426.020.280	52.689.690	109.422.230	16	33
<b>TOTAL</b>		<b>4.190.918.511</b>	<b>4.701.727.025</b>	<b>5.511.611.969</b>	<b>2.038.101.888</b>	<b>2.385.386.422</b>	<b>49</b>	<b>57</b>

**OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR A MOBILIDADE TORNANDO O TRANSPORTE COLETIVO E NÃO MOTORIZADO MAIS ATRATIVOS**

**PROGRAMA TÊMÁTICO:  
6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**

**OBJETIVO GERAL:  
Promover a mobilidade das pessoas, com qualidade, segurança e sustentabilidade**

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 05 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Especifico**

**26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB**

**001 – PROMOÇÃO DA ATRATIVIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO:** Promover a atratividade dos modais e serviços especiais, estimulando o uso do transporte público e incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.

**002 - PROMOÇÃO DO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO:** Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.

**03 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA:** Promover a restauração, pavimentação e ampliação da capacidade das vias e das obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) com suas respectivas calçadas, aprimorando a segurança viária, oferecendo meios alternativos de transporte e de tecnologias inovadoras, reduzindo tempo de percurso e acidentes de trânsito.

**04 - BRASÍLIA NOS TRILHOS:** Melhorar e expandir o serviço de transporte ferroviário e elevar a satisfação do usuário com o transporte sobre trilhos.

**05 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO:** Fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, mediante a ampliação dos canais de participação social e novo arranjo institucional da área de mobilidade.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1077 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA .	1.100.000	1.000	1	0	0	0	0
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	8.205.000	418.304	2.607.507	1.390.879	408.562	17	5
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	5.991.484	4.420.000	5.339.683	3.879.000	3.216.000	65	54
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	3.912.374	1.050.000	10.331.383	10.331.382	10.331.382	264	264
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	0	264.000	587.300	0	0	-	-
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	323.320	1.020.000	2.902.329	1.399.895	1.361.115	433	421
1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	50.000	300.000	67.001	75	75	0	0
1284 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE ÔNIBUS URBANO	1.000	0	0	0	0	0	0
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	2.061.467	5.810.000	10.310.400	3.022.453	2.143.051	147	104
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	1.819.555	5.000	1	0	0	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	189.900.000	12.541.480	31.011.653	23.607.242	23.387.076	12	12
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	128.000	1.440.000	80.000	0	0	0	0
1689 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO	7.510.000	10.000	1	0	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	53.725.709	49.132.977	74.501.763	59.796.207	46.854.688	111	87
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	153.273.449	152.700.000	142.600.001	0	0	0	0
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	23.000.000	34.106.400	34.106.401	0	0	0	0
1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	13.062.079	14.225.000	14.225.000	0	0	0	0
1881 - IMPLANTAÇÃO DE TRENS REGIONAIS	100.000	1.000	1	0	0	0	0
1888 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE	11.500	5.000	0	0	0	0	0
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	10.000.000	13.452.602	3.998.916	3.998.916	3.996.291	40	40
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	0	10.000	10.000	0	0	-	-
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1.576.197	27.945.213	33.271.736	2.697.149	2.511.024	171	159
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	2.200.000	2.011.794	1.911.794	0	0	0	0
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	1.865.000	0	0	0	0	0	0
2319 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS	1.050.000	50.000	1	0	0	0	0
2329 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER	50.000	50.000	1	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	221.431.057	99.670.688	116.361.000	116.361.000	111.975.499	53	51
2458 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	3.918.246	0	0	0	0	0	0
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	12.460.000	11.230.000	3.360.590	1.747.674	876.151	14	7
2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	186.703.891	158.232.333	129.857.565	124.523.059	106.927.004	67	57
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	775.000	2.850.000	1.791.518	1.233.592	1.047.992	159	135
2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	1.050.000	50.000	1	0	0	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	50.000.000	48.605.000	47.039.712	2.605.172	2.325.649	5	5
3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	45.000.000	100.000	556.308	0	0	0	0
3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	35.010.000	38.000.000	38.000.000	0	0	0	0
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	129.707.357	130.501.000	120.000.001	0	0	0	0
3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE	28.693.788	66.360.000	71.530.315	27.449.853	27.449.853	96	96
3071 - CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM SUBTERRÂNEA NO EIXO MONUMENTAL	1.814.850	0	0	0	0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	31.723.044	8.325.000	5.299.869	629.035	605.854	2	2
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	5.959.850	15.300.000	32.998.097	3.353.248	3.353.248	56	56
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	0	2.000.000	2.000.000	0	0	-	-
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	121.966.365	164.649.000	150.900.265	2.121.457	2.055.107	2	2
3125 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	10.000	10.000	1	0	0	0	0
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	31.299.355	239.805.044	204.586.353	25.850.486	25.671.843	83	82
3127 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DA ÁREA CENTRAL	10.000	0	0	0	0	0	0
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	5.130.000	4.060.000	7.837.409	5.203.980	4.154.041	101	81
3134 - AQUISIÇÃO DE TRENS	30.000.000	55.579.200	55.836.686	168.564	168.564	1	1
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	1.686.727	455.665	1	0	0	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	1.100.000	100.000	1	0	0	0	0
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	7.545.000	6.960.000	11.153.656	3.967.259	3.083.177	53	41
3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	500.000	50.000	55.222	55.220	55.220	11	11
3207 - AMPLIAÇÃO DA DF-047- ESTRADA PARQUE AEROPORTO	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3276 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS	12.750.000	10.100.000	10.000.001	0	0	0	0
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	32.750.000	14.603.787	30.805.593	15.196.008	13.716.052	46	42

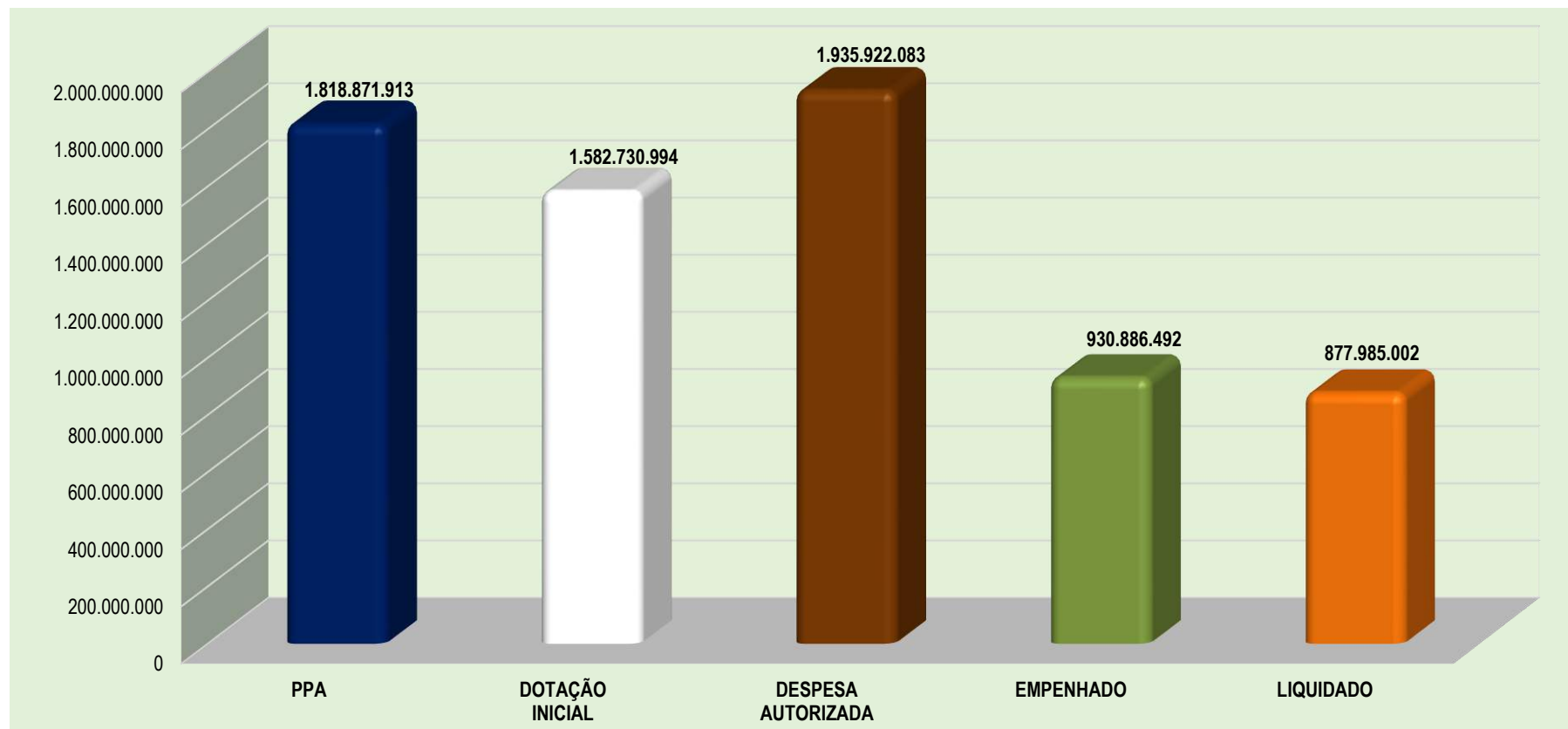


AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	20.000	20.000	2	0	0	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	59.442.683	6.150.000	10.983.307	5.149.083	5.149.083	9	9
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3.663.911	3.042.387	3.152.387	1.698.937	1.698.937	46	46
3554 - (EP)PROMOVER ESTUDO DE REESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ DE TRANSPORTE DE CARGAS PARA PARTICIPAÇÃO DO MODAL FERROVIÁRIO	100.000	0	0	0	0	0	0
3586 - (EP)DUPLICAÇÃO DA DF 001	10.000	0	0	0	0	0	0
3650 - (EP)CONSTRUÇÃO DO RAMAL FERROVIÁRIO BRASÍLIA-GOIANIA	100.000	0	0	0	0	0	0
3659 - (EP)CONSTRUÇÃO DE RAMAL FERROVIÁRIO BRASÍLIA-LUZIÂNIA	100.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000	2.830.000	500.001	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.772.955	9.263.921	7.640.954	3.186.859	2.370.859	115	85
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	3.030.000	2.438.449	1.604.416	20.000	20.000	1	1
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	19.972.092	18.052.866	11.271.593	8.227.331	7.826.573	41	39
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	9.093.786	15.721.413	15.620.404	12.824.118	12.648.521	141	139
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	17.000.000	12.320.000	20.250.529	18.238.148	18.072.434	107	106
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	172.000	150.000	150.000	87.902	84.902	51	49
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300.000	50.000	0	0	0	0	0
4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	6.028.684	9.651.482	10.013.337	8.875.663	8.875.663	147	147
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	127.551.575	60.407.989	434.101.256	427.279.680	422.534.233	335	331
4233 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS	50.000	50.000	1	0	0	0	0
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	109.384	100.000	100.000	0	0	0	0
4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	100.000	500.000	325.182	278.915	278.915	279	279
5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	243.270	1.000	1	0	0	0	0
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	101.509	2.000.000	175	0	0	0	0
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	500.000	20.000	0	0	0	0	0
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	2.326.251	700.000	1.244.850	90.281	83.086	4	4
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.827.700	7.800.000	4.073.573	4.073.572	80.239	223	4
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	69.721.449	21.210.000	1	0	0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	9.914.000	7.000.000	4.500.000	0	342.691	0	3

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	2.900.000	2.700.000,00	1.486.000,00	0,00	0,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	610.000	1.985.000,00	1.071.076,57	267.198,00	244.348,00	44	40
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>1.807.092.913</b>	<b>1.573.456.994</b>	<b>1.928.824.783</b>	<b>930.886.492</b>	<b>877.642.311</b>	<b>52</b>	<b>49</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>11.779.000</b>	<b>9.274.000</b>	<b>7.097.300</b>	<b>0</b>	<b>342.691</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6216</b>	<b>1.818.871.913</b>	<b>1.582.730.994</b>	<b>1.935.922.083</b>	<b>930.886.492</b>	<b>877.985.002</b>	<b>51</b>	<b>48</b>

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:26.101 – SEMOB, 26.204 – METRÔ, 22.101 – SINESP)

### PROGRAMA 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL (Valores em R\$)



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 – PROMOÇÃO DA ATRATIVIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO:** Promover a atratividade dos modais e serviços especiais, estimulando o uso do transporte público.  
(Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº 6.061, de 29/12/17)

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – SEMOB

26.204 – TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS

26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	1	Implantar o Bilhete Único (SEMOB e DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	90			90	90,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	2	Regularizar 100% do serviço de transporte complementar rural do DF (SEMOB);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	10			10	10,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	3	Atender 100% das pessoas cadastradas no Serviço Especial para Pessoas com Deficiência (TCB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	4	Elaborar programa de Comunicação Visual para o Transporte Coletivo (SEMOB);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	5	Implantar aplicativo para disponibilizar horários, Itinerários e demais informações sobre as linhas de Ônibus em tempo real para os usuários do STPC/DF (DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	6	Instituir até 12 dias por ano de gratuidade no Transporte Público Coletivo para atividades de acesso à cidade (SEMOB); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	DIA	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6216	MOBILIDADE	1	7	Implantar 50% da etapa 1 do Corredor Norte (tronco e	50	%	ACUM	MAIOR,	0	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	INTEGRADA E SUSTENTÁVEL			terminais) (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR						
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	8	Concluir 50% dos trechos 3 e 4 do Corredor Sul (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	9	Implantar áreas de estacionamento nos Terminais de integração (SEMOB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100			100	100,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	10	Participar como agente conscientizador de treinamento obrigatório de 4.000 rodoviários, no âmbito do Programa Mobilidade com Gentileza (DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2.000	5.643			7643	191,1%

## Análise Qualitativa

### 1. Implantar o Bilhete Único (SEMOB e DFTRANS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

#### 2016

Em 20 de janeiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.067, que criou, no âmbito da SEMOB, o Comitê Regulamentador do Sistema da Bilhetagem Automática CRSBA, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007. Também foi instituído um Grupo de Trabalho para identificar os atributos necessários para que o sistema utilizado pelo DFTRANS e pelo METRÔ sejam compatíveis, a fim de possibilitar a utilização do mesmo cartão em todos os modais.

Em 2017, foi publicado o Decreto nº 38.010, de 15 de fevereiro de 2017, com o regulamento do Sistema de Bilhetagem Automática-SBA e a implementação e a operação do Sistema Inteligente de Transportes - SIT, do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Além disso, consta o início da implantação da nova identidade visual dos ônibus (vide meta nº 4), além de testes para o aplicativo *Mobile*. Também, foi iniciada a instalação de 8 (oito) validadores no Metrô, como também de equipamentos de Biometria para teste em linha de ônibus urbano.

#### 2017

O processo de aperfeiçoamento do SBA/STPC/DF teve como marco o lançamento do Bilhete Único – BU, no dia 25 de setembro de 2017. O Bilhete Único é uma das inovações trazidas pelo novo modelo de bilhetagem automática do Distrito Federal, no qual permite que o usuário do transporte público coletivo, com apenas um cartão “Bilhete Único”, utilize o ônibus e o metrô de forma integrada, no intervalo de três horas, pagando apenas R\$ 5,00 (cinco) reais.

Além da integração com o uso do Bilhete Único, foi lançado o serviço de recarga de cartões pela internet. O Governo do Distrito Federal, também, aumentou o número de postos para emissão de cartões, que passaram de 6 (seis) para 33 (trinta e três), sendo um posto em cada estação do Metrô, além dos postos do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

Ademais, serão oferecidas 10 modalidades de cartões, incluindo 4 novas. Nesse primeiro momento, estão disponíveis as seguintes categorias de cartões:

- i) Brasília Cidadã: o cartão "comum", para quem não tem descontos ou gratuidades, mas pretende usar a integração e comprar múltiplos créditos de uma só vez;
- ii) Estudante: para alunos de escolas públicas e privadas, de ensino básico e superior. O cartão será recarregado com os créditos do Passe Livre Estudantil; e
- iii) Vale Transporte: similar ao que já existe hoje, para trabalhadores que recebem esse tipo de benefício dos empregadores.

Registra-se, ainda, que no dia 16 de novembro de 2017, iniciou-se o cadastro para pessoas com deficiência, para obtenção do cartão +Especial. A novidade do cartão + Especial é que o acompanhante de pessoas com deficiência também terá um cartão. Antes, o beneficiário principal recebia mais liberações de viagens para passar o cartão duas vezes na catraca a cada trajeto. Agora, o acompanhante terá um cartão que só é liberado na catraca se o da pessoa com deficiência passar.

## **2. Regularizar 100% do serviço de transporte complementar rural do DF (SEMOB);**

**2016**

Em decorrência a condicionantes técnicos, a regularização do transporte rural não teve avanços em 2016.

Por meio da Portaria conjunta SEMOB, DFTRANS e TCB, de 22/03/2017, foi criado o Grupo de Trabalho com o objetivo de elaboração do Plano de Ação para Aperfeiçoamento do Transporte Rural no âmbito do STPC-DF. Foram iniciados os trabalhos técnicos no dia 28/03/2017 e o grupo terá um prazo de 90 dias para concluir e entregar o documento final.

**2017**

Conforme estabelecido no Acordo de Resultados, em 2017, foram entregues os estudos e pesquisas realizados pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta nº 03, de 21/03/17, que resultaram na apresentação de um Plano de Ação para o aperfeiçoamento do Sistema de Transporte Rural. O objetivo principal foi dotar o Governo do Distrito Federal de um documento técnico com um diagnóstico e propostas de melhoria do transporte rural no DF.

O processo, que versa sobre o Sistema de Transporte Rural, encontra-se em tramitação no DFTrans, para que a autarquia analise e se manifeste quanto às propostas apresentadas no Plano de Ação.

## **3. Atender 100% das pessoas cadastradas no Serviço Especial para Pessoas com Deficiência (TCB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

Em fase de reformulação do projeto "Mão na Roda", não houve nenhum avanço da meta em 2016. No entanto, está previsto para 2017 o início de um projeto de mobilidade com um novo escopo, que atenderá às pessoas com deficiência.

A Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília está conduzindo um processo licitatório para oferta do serviço.

**2017**

O estudo para implantação do Serviço "Mais Acessível" foi desenvolvido com base em pesquisa da CODEPLAN de maio de 2013, que produziu um relatório com o perfil das pessoas com deficiência no DF.

Em 2010 o DF tinha 573.805 pessoas com deficiência - PCD, 22,23% da população, que equivale atualmente cerca de 661.836 pessoas com deficiência, sendo: visual (63,71%), deficiência motora (18,02%), auditiva (14,41%) e mental/intelectual (3,85%). O Mais Acessível irá atender as demandas dos portadores com deficiência motora severa, 18,02 %, ou seja, um total de 119.263 pessoas, porém, com renda "per capita" de até 2 salários mínimos. De acordo com a pesquisa, o percentual da população empregada com deficiência entre meio a dois salários mínimos é de 51,52%.

Assim, a estimativa de potenciais clientes do Mais Acessível será de 61.445 pessoas. Não há disponível, neste momento, elementos que indiquem do universo potencial de clientes (61.445) quantos são portadores de deficiência motora severa e necessitam de deslocamento diário. Se estimarmos apenas em 1%, teríamos aproximadamente 615 usuários se deslocando diariamente. Contudo, somente após a criação do Serviço e realização do cadastramento será conhecido o público a ser atendido. Registre-se que o projeto atenderá aos usuários que não tenham condições de utilizar o transporte público convencional, nos termos do artigo 93 da Lei nº 4.317/2009.

## **4. Elaborar programa de Comunicação Visual para o Transporte Coletivo (SEMOB);**

**2016**

O Programa de Comunicação Visual vem sendo conduzido pela SEMOB em parceria com a Subsecretaria de Publicidade, da Secretaria de Comunicação. No ano de 2016, teve como ação a criação da nova identidade visual para o Transporte Público Coletivo do DF. Para o ano de 2017, está previsto o seguimento desta meta, já com a nova identidade visual nos ônibus.

**2017**

Em 2017, começou a fase experimental da nova identidade visual do transporte público coletivo do DF, a qual foi aplicada a cerca de 100 veículos e rendeu à cidade de Brasília o 1º lugar no Concurso de Comunicação Visual e Pintura de Frotas realizado pela OTM Editora. O *layout* que chamou a atenção dos jurados utiliza o símbolo oficial da bandeira de Brasília e faz referência ao cruzamento entre o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário. Além disso, a identidade visual vencedora também representa as linhas nas quatro direções e usa as cores verde e amarelo que refletem a sustentabilidade. A alteração ocorre de forma gradual, de acordo com a renovação da frota das empresas.

**5. Implantar aplicativo para disponibilizar horários, itinerários e demais informações sobre as linhas de Ônibus em tempo real para os usuários do STPC/DF (DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016, foi instituído através do Decreto nº 37.067/16, o Comitê Regulamentador do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal com a atribuição de elaborar normas, para que as concessionárias assumam as atividades de comercialização de créditos do SBA, conforme previsto nos Contratos de Concessão, resultante da Licitação realizada em 2011.

Um dos produtos resultantes das diretrizes elaboradas pelo Comitê foi a publicação do Decreto nº 38.010/2017, que prevê implantação do Centro de Supervisão Operacional para a disponibilização de informações em tempo real sobre linhas, itinerários, horários, tarifas e dados operacionais que possibilitem o controle pelo órgão gestor bem como pelos usuários.

Destacamos que na Rodoviária do Plano Piloto, principal Terminal do Distrito Federal, existem totens interativos onde são disponibilizadas aos usuários informações sobre as linhas que operam no Terminal, por plataforma, empresa operadora, horários e itinerários.

**2017**

Em 2017, foi criado um novo site para consulta de horários das linhas de ônibus do STPC/DF chamado "DF no Ponto" (<http://www.sistemas.dftrans.df.gov.br/horarios>), com a implantação de consultas geoespaciais sobre rotas possíveis para integração entre o ponto de origem e o destino.

**6. Instituir até 12 dias por ano de gratuidade no Transporte Público Coletivo para atividades de acesso à cidade (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016, existiram algumas categorias com direito a desconto ou gratuidades no serviço de transporte público coletivo do DF. Cada segmento possui uma legislação e formas de controle específicas.

Não foi estabelecido dias de gratuidades até o momento.

**7. Implantar 50% da etapa 1 do Corredor Norte (tronco e terminais); (DER) (Meta alterada, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)**

**2016**

Estudos de deslocamentos no DF mostraram a concentração de empregos no Plano Piloto e dispersão da urbanização no território distrital. No sentido de melhorar às condições de transporte para a população das cidades de Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II, Varjão, Planaltina de Goiás, Formosa, e a população residente na divisa norte/nordeste do Distrito Federal, está sendo implantado o modo BRT (Bus Rapid Transit), um sistema de transporte moderno, confortável, rápido, confiável e com maior capacidade. A população a ser beneficiada corresponde a, aproximadamente, 300 mil habitantes, que representam cerca de 12% da população do DF.

O Expresso Norte com 68,8 Km de extensão, iniciará no Terminal de Planaltina, seguirá pela BR-020 e DF-003, até o acesso ao Noroeste, onde será construído o Terminal da Asa Norte. O projeto contempla a criação de outro terminal, na região de Mestre d'Armas, em Planaltina, e a colocação de uma estação do Expresso Norte nos terminais de Planaltina e de Sobradinho I e na Rodoviária do Plano Piloto.

O Projeto do Corredor Eixo Norte foi concluído e aprovado pela Caixa Econômica em 2016, contudo devido às mudanças no Cenário Político Nacional fizeram com que a Caixa retirasse o financiamento conforme demonstrado na Portaria nº 633 SEMOB/MCIDADES. Diante disto, a 1ª Etapa do Projeto ficou comprometida. Não havendo, até o momento, informação quanto a novo financiamento da obra.

**2017**

No exercício de 2017, o Projeto do Corredor Eixo Norte passou por adequações consequentes do deslocamento da adutora situada nas imediações, o que implicou em ajuste no projeto do Terminal de Integração Asa Norte - TAN.

Em decorrência do cancelamento dos recursos financeiros para implantação do Corredor, o DER segue acompanhando as tratativas governamentais de captação de recursos com vistas à execução da obra.

#### **8. Concluir 50% dos trechos 3 e 4 do Corredor Sul (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

O Projeto Executivo da obra do Corredor Sul constitui a implantação dos Trechos 3 e 4, chamada de 2ª Etapa.

A Semob enviou ao DER diretrizes para atualização dos projetos executivos dos subtrechos 3 e 4. O DER iniciou o processo de licitação, com previsão para início das obras em 2017. Juntos, os dois subtrechos somam 7,3km e, quando concluídos, conectarão o Eixo-Sul ao Terminal da Asa Sul.

**2017**

Em 2017, o DER/DF iniciou o procedimento licitatório para execução de pavimento rígido e barreira de concreto na via do BRT Eixo Sul, segmento compreendido entre o final do pavimento rígido existente (próximo ao Túnel do BRT sob a DF-047) até o viaduto Camargo Corrêa, entroncamento da rodovia DF-047 com a DF-051(EPGU)/DF-004(EPNA). O órgão atualmente conduz o contrato de gerenciamento ambiental e execução dos programas ambientais do Corredor Sul - ligação das cidades do Gama e Santa Maria ao Plano Piloto, na DF-480/DF-065/DF-040/DF-003/DF-025/DF-047 e acesso ao Terminal Asa Sul.

#### **9. Implantar áreas de estacionamento nos Terminais de integração (SEMOB); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

Não houve avanços na implementação de bolsões de estacionamento em 2016. No entanto, no pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais rodoviários do DF compreendeu também áreas destinadas a estacionamento, não tão abrangentes, em razão da delimitação dos lotes dos terminais.

**2017**

Os terminais inaugurados em 2017 passaram a ofertar 215 vagas para estacionamento de carros e mais 80 para estacionamento de bicicletas, distribuídos da seguinte forma:

Terminal	Vagas para carros	Vagas para bicicletas
Samambaia Norte	99	20
Samambaia Sul	29	20
Núcleo Bandeirante	14	20
Planaltina	73	20



**10. Participar como agente conscientizador de treinamento obrigatório de 4.000 rodoviários, no âmbito do Programa Mobilidade com Gentileza. (DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)**

**2016**

O DFTRANS, por meio de sua Ouvidoria, implementou ações de conscientização voltadas a motoristas e cobradores através de palestras de cunho sócio-educacional, nas quais participaram cerca de 250 rodoviários. No entanto, essas palestras não tiveram a intenção de treinamento, porque segundo o Decreto nº 30.584, de 16 de julho de 2009 DODF de 17.07.2009, tal responsabilidade seria dos delegatários do serviço oferecido pelas operadoras do STPC/DF.

Ressalta-se que todas as operadoras possuem programas de treinamento, qualificação e reciclagem de seus servidores, entre eles cerca de 12.000 motoristas, cobradores e apontadores, e que nestes programas há uma pauta específica voltada ao atendimento ao usuário. Neste tema, busca-se a melhoria do atendimento ao passageiro abrangendo a cortesia, amabilidade e gentileza dos prestadores de serviço para com os usuários do transporte público do DF.

A participação do DFTRANS é fundamental, como agente conscientizador na mudança do comportamento dos profissionais rodoviários junto às respectivas operadoras. E para o ano de 2017, o Programa Mobilidade e Gentileza, em parceria com a Secretaria de Mobilidade, remodelou o escopo deste projeto, dando suporte ao treinamento dos rodoviários junto às operadoras e ainda, disseminando o tema "Mobilidade e Gentileza" aos usuários do transporte público nos ônibus, e aos alunos do ensino médio e fundamental da rede pública, através de campanhas e ações de conscientização sobre o tema.

**2017**

Com o objetivo de conscientizar passageiros e rodoviários no Sistema de Transporte Público Coletivo do DF - STPC/DF, foi lançado em 25 de maio de 2017, o Projeto Mobilidade e Gentileza. A ação visou promover treinamentos para o exercício da cidadania e na adoção de comportamentos saudáveis de convivência, segurança e ética. Dentre os eventos, foi realizado o "Workshop de Gentileza" nos dias 21 e 22 de junho de 2017. Houve também o lançamento de concurso para eleger os motoristas e cobradores mais gentis do STPC/DF. Foram entregues certificados, bottons e placas para 204 rodoviários, em três etapas. Primeiro, a população escolheu os 50 profissionais mais gentis de cada concessionária. Em seguida, foram identificados os 30 rodoviários mais elogiados nas ouvidorias do DFTRANS e Secretaria de Mobilidade. Por fim, os gestores das empresas de transporte indicaram os funcionários que estavam com os exames periódicos em dia e que não apresentavam notificações nos registros. Além desses, foram ministrados ao longo do ano palestras e cursos de capacitação nas garagens das operadoras. Com isso, o resultado alcançado em 2017 de capacitação de 5.643 rodoviários superou em apenas um ano a meta proposta de treinamento de 4.000 rodoviários durante o período de vigência do PPA (2016 a 2019), contribuindo para o reconhecimento e valorização dos profissionais do transporte público do DF, para a redução de ocorrências relacionadas a situações de conflitos, para a satisfação dos usuários e principalmente, para a prática de atos de gentileza para com o próximo.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1651	TAXA DE CRESCIMENTO DE USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO – RODOVIÁRIO (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	86	31/12/2014	86	0	86	85	86	90	METRÔ / UO 26206/ OE 1
1652	TAXA DE CRESCIMENTO DE USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO - RODOVIÁRIO	%			-	1,03	0,5	-7,32	1	1,5	DFTRANS / UO 26204 / OE 1
1720	NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO SISTEMA DE	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	31.988.000	34.701.123	32.947.640	33.936.069	DFTRANS/UO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
	TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>										26204/ OE 1
1721	NÚMERO DE PESSOAS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	3.358.000	37.239.241	3.458.740	3.562.502	DFTRANS/UO 26204/OE 1
1722	NÚMERO DE PESSOAS TRANSPORTADAS NAS LINHAS DO SISTEMABRT <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	617.000	27.970.269	635.510	654.575	DFTRANS
1723	ÍNDICE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	PASSAGEIRO/	0	31/12/2017	-	-	1,50	1,2624	1,545	1,591	DFTRANS/UO 26204/OE 1

### Justificativas 2016

**Indicador 1651** - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente.

**Indicador 1652** - Foram empreendidas diversas ações que tornaram os serviços de transporte mais atrativos, com a implantação de novos serviços (criação de linhas), com combate à pirataria e com o incentivo ao uso do Sistema Integrado.

**Indicador 1653** - Dados ainda não consolidados. Prazo mínimo para apuração: 30 dias após o encerramento do ano (2016).

### Justificativas 2017

**Indicador 1651** – O índice alcançado refere-se ao ano de 2016, visto que o relatório final da Pesquisa de Satisfação dos Usuários foi divulgado em julho de 2017. Durante a coleta foram aplicadas 2.926 entrevistas, nas 24 estações do Metrô-DF, nos 7 (sete) dias da semana, em horário de pico e não-pico. Em razão das limitações orçamentárias, a contratação da Pesquisa referente a 2017 foi homologada em 18/01/2018, com previsão de entrega do resultado em abril/2018.

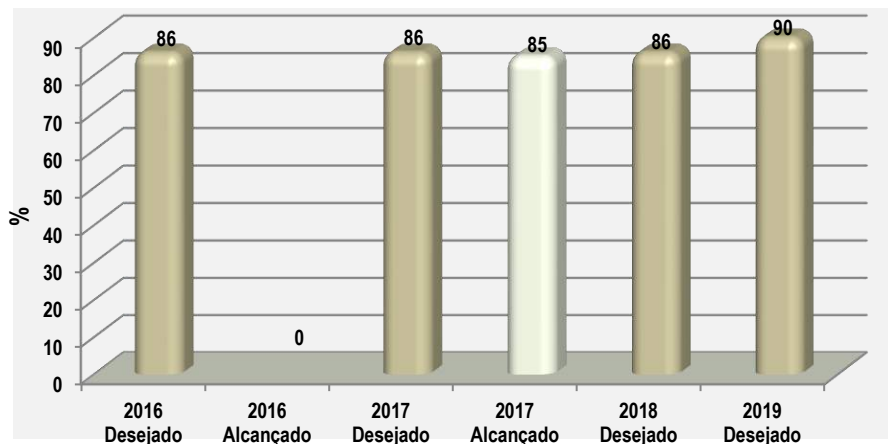
**Indicador 1652** – Mesmo com a criação de linhas e a adaptação de linhas existentes, a taxa de crescimento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF teve uma diminuição em relação ao exercício anterior.

**Indicador 1720** - Devido ao aumento das tarifas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, o número de passageiros teve uma diminuição de 374.431.794 pessoas em 2016 para 347.011.239 pessoas em 2017.

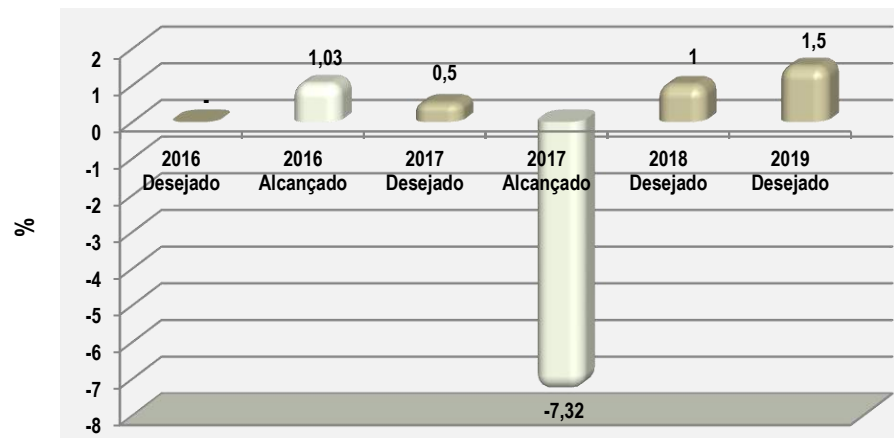
**Indicador 1721** - A implantação do Bilhete Único em 2017 colaborou para o crescimento de 4,41% no número de passageiros que utilizam a integração no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

**Indicador 1722** - O número de pessoas transportadas no BRT teve uma diminuição de 4,11% em relação ao índice alcançado no exercício anterior, de 29.169.709 em 2016 para 27.970.629 em 2017.

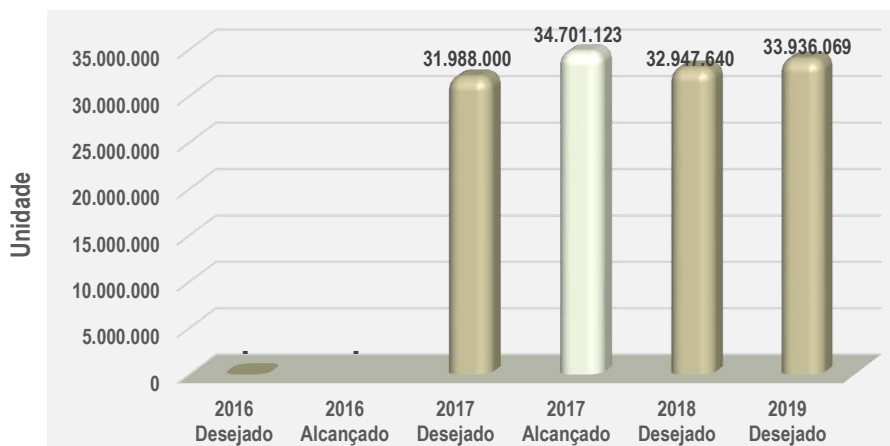
**ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ**



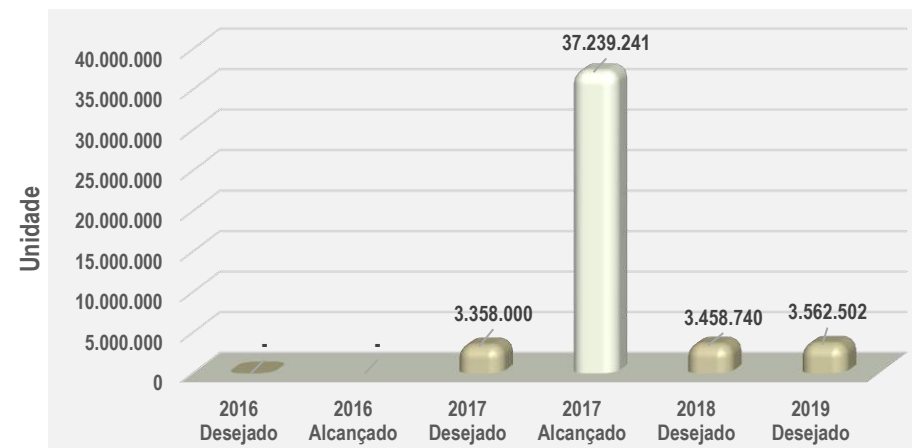
**TAXA DE CRESCIMENTO DE USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO - RODOVIÁRIO**



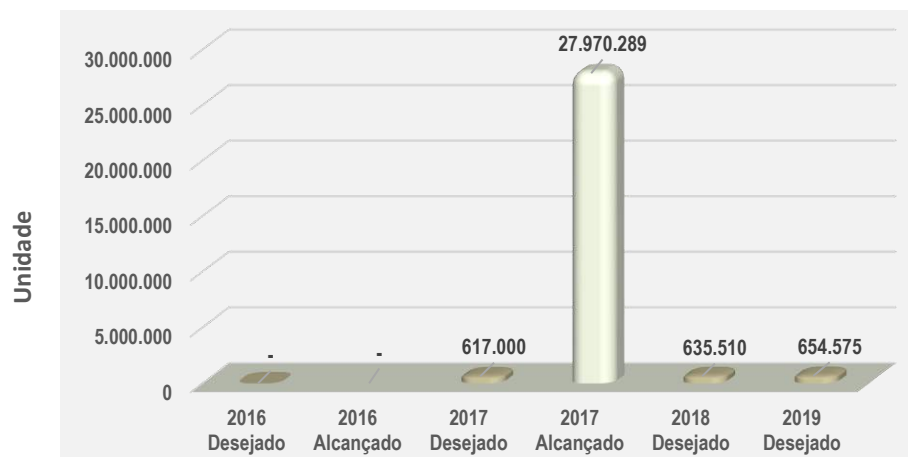
**NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO**



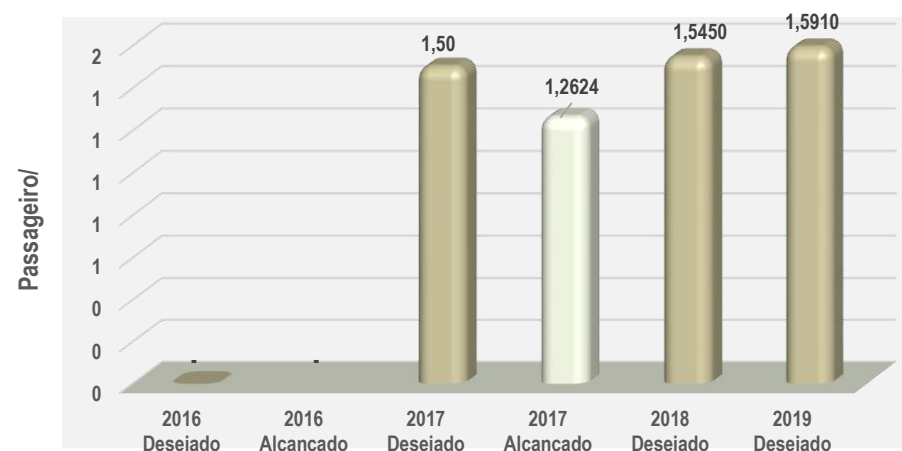
**NÚMERO DE PESSOAS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO**



NÚMERO DE PESSOAS TRANSPORTADAS NAS LINHAS DO SISTEMA BRT



ÍNDICE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	1	1	Estabelecimento de concessões para gestão de terminais, estações, abrigos, estacionamentos de integração e pontos de parada (SEMOB); <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	26101	X	<p><b>2016</b> Em 2016, foi elaborado o Termo de Referência para a construção de 500 novos abrigos com acessibilidade e demais normas que propiciem condições satisfatórias ao conforto dos usuários. Elaborado também Termo de Referência para revitalização de 700 abrigos em pontos de parada de ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo em todo o Distrito Federal. Os abrigos estão em fase de licitação. Esta ação não orçamentária está sendo reavaliada.</p>
6216	1	2	Fortalecimento da estratégia de comunicação no STPC (SEMOB).	26101	70	<p><b>2016</b> Em 2016, todas as alterações operacionais e inovações no STPC/DF, com informações sobre linhas, horários, trajetos, tarifas, operadoras e demais aspectos operacionais, que possibilitem o controle social do STPC/DF pelo usuário, foram disponibilizados no: Portal da DFTrans, Facebook e Twitter. Posteriormente, também será disponibilizado aplicativo, após a implantação do CSO, para divulgação dessas informações.</p> <p><b>2017</b> Em 2017, foi desenvolvida a plataforma informatizada para o lançamento, em 31 de janeiro de 2018, do aplicativo "+ Ônibus", que permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos. A posição dos veículos é monitorada por GPS. O +Ônibus Brasília também possibilita acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	1	3	Elaboração de Termos de Referência e realização de licitações para a implantação de 500 novos abrigos e revitalização dos 700 abrigos existentes (DFTRANS). <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	26204	50	<b>2017</b> Em 2017, foi: i) dada continuidade ao certame para contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e instalação de abrigos de passageiros tipo C Pré-moldado iniciado em 2016 conforme Processo 0098.001.218/2016; ii) elaborado Termo de Referência e publicado o Edital do Pregão Eletrônico por SRP nº 001/2017; iii) determinada suspensão pelo Tribunal de Contas do DF até deliberação posterior com a finalidade de adoção de medidas sanatórias das impropriedades identificadas.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SEMOB

A Secretaria de Estado de Mobilidade e suas vinculadas (DFTRANS, DER, Metrô e TCB) têm se comprometido em promover a atratividade dos modos de transporte público coletivo e incentivar a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.

Lançado em maio de 2016, o “Circula Brasília”, primeiro programa estruturante de mobilidade do Distrito Federal, prioriza investimentos para os meios de transporte coletivo e os não motorizados, tendo como objetivo a integração multimodal, o desenvolvimento sustentável, a melhoria na prestação dos serviços e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população de Brasília. O Programa tem como objetivo atender à expectativa de mudar o transporte no DF, fazendo com que as pessoas deixem o carro na garagem e se desloquem por outros meios, como ônibus, metrô, bicicleta e a pé. Segundo levantamento da Secretaria de Mobilidade do ano de 2005 a 2015, a frota de veículos no DF aumentou 99,63%, chegando a 1.649.563 unidades.

Com o intuito de promover a atratividade da mobilidade sustentável à sociedade e usuários do transporte público coletivo, o Circula Brasília foi planejado com vistas aos padrões de mobilidade multimodais intergrados, já utilizados em algumas metrópoles do país.

Para que este Programa fosse viável, as ações traçadas dentro do PPA foram subdivididas entre todos os órgãos vinculados à Secretaria de Mobilidade (DFTRANS, DER, Metrô e TCB). Estes receberem metas, indicadores, e Projetos específicos para contemplarem o Programa por completo, entrega esta que tange o objetivo específico aqui avaliado.

O Circula Brasília pactuou construções e melhorias no sistema viário urbano e rodoviário do Distrito Federal, com o estabelecimento de vias exclusivas para ônibus, construção de terminais nos principais pontos de transferência de passageiros de transporte público coletivo, implementação de bilhetagem automática e um amplo conjunto de ações no âmbito da gestão e do fortalecimento institucional do Sistema de Transporte Urbano do Distrito Federal.

#### Ações da Mobilidade

- Eixo Norte – Além do acompanhamento técnico do Projeto Executivo, sob responsabilidade do DER, a Semob definiu as diretrizes operacionais do ITS e acompanhou as definições do corredor exclusivo e do modelo operacional (definição de linhas troncais, alimentadoras e de ligação, especificação do perfil da frota operante, definição do sistema de controle operacional e informação ao público e da infraestrutura de apoio, terminais e estações).

- Eixo Sudoeste – Além do acompanhamento técnico do Projeto Executivo, sob responsabilidade do DER, a Semob acompanhou as definições operacionais, que contemplam corredor exclusivo e modelo operacional (definição de linhas troncais, alimentadoras e de ligação, especificação do perfil da frota operante, definição do sistema de controle operacional e informação ao público e da infraestrutura de apoio, terminais e estações).

- BRT Sul – Para a melhoria da operação do BRT-Sul, a Semob realizou visita técnica aos terminais do Gama e Santa Maria, com pesquisa operacional neste último. Buscou-se dar maior fluidez à circulação de ônibus e à organização de filas.

- Eixo Oeste – Em 2016 a Semob analisou proposta técnica apresentada por empresa operadora da Bacia 4 para adequação de pontos de parada do corredor da EPTG, visando à operação com veículos com porta à direita. O posicionamento defendido, no entanto, foi de manutenção da proposta original, com veículos com porta à esquerda, o que demanda apenas adequação dos veículos, frente à complexa e onerosa adequação dos pontos de parada.

- A Secretaria também definiu diretrizes, junto à SINESP, quanto a obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na via de ligação da Avenida Hélio Prates à Avenida Principal do Sol Nascente, parte do Eixo Oeste.

- BRT Aeroporto – Em consonância com o importante empreendimento que se dará no sítio aeroportuário de Brasília, a SEMOB definiu a solução de mobilidade urbana para o aeroporto. Utilizando a tecnologia BRT, logrou-se encontrar uma alternativa de impacto ambiental insignificante e de baixo custo.

- Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV. No âmbito da Comissão Permanente interinstitucional, coordenada pela SEGETH, a Semob participou da elaboração de minuta do Termo de Referência, dos seguintes empreendimentos: Praça Capital/DF; Túnel e *Boulevard* na Avenida Central de Taguatinga; e Projeto de Parcelamento de Solo para área localizada na Região Administrativa de Sobradinho RAV, Paranoazinho.

- Através do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, e visando à compensação ambiental em atendimento às demandas dos órgãos de fiscalização ambiental relativas às obras dos terminais de ônibus, e em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal N° 100.000.005/2012-IBRAM e ao PGAS/ RAAE (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica), foi realizado o plantio de 67.164 mudas de espécies nativas do cerrado no Jardim Botânico de Brasília, de um total de 87.885 mudas previstas, conforme contrato n° 01/2015 – SEMOB, em andamento. Como componente de Custos Diretos do PTU/DF, foi concluído em 2016 o processo de contratação de serviços de “Elaboração de Projeto Executivo e Construção das Passarelas n° 6 e 7 na DF-095 (EPCL) e Passarela n° 4 na DF-003 (EPIA)”, com a assinatura do contrato n° 08/2016-SEMOB em dezembro/2016.

- Em 2016 a SEMOB, por meio da Junta de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos administrativos atinentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, bem como dos serviços de táxi e mototáxi do DF, realizou análise e julgamento de 2.315 (dois mil, trezentos e quinze) processos relativos a recursos e infrações, sendo 153 (cento e cinquenta e três) processos referentes a operadores de táxi e 2.162 (dois mil, cento e sessenta e dois) processos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC.

Para uma melhoria constante do transporte coletivo no DF, ao longo do ano de 2016, principalmente por meio do direcionamento e acompanhamento dos projetos e obras à SEMOB avançou seu Planejamento com grandes obras de infraestrutura, como as relacionados aos corredores de ônibus (Expressos) e alterações na operação.

Até o fim do ano de 2016, nove terminais rodoviários (sendo 7 reformados e 2 novos) foram entregues à população. Esses projetos foram financiados com recursos provenientes com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Com finalidade de melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade da população do DF, aumentando a integração entre os núcleos urbanos locais, em 2016, o pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais rodoviários incluiu 2 (duas) novas unidades (em operação no Recanto das Emas I, Recanto das Emas II) e 7 (sete) reformados, nas seguintes cidades: Guará II, Paranoá, Guará I, Cruzeiro Novo, Taguatinga Sul, P Sul (Ceilândia) e M Norte (Taguatinga). Adicionalmente, em 2017, a conclusão da execução da obra de reforma do terminal do Núcleo Bandeirante e dos novos terminais de Samambaia Norte e Samambaia Sul. A obra do terminal de Planaltina está em andamento (23%) e tem previsão de entrega para 2017.

Estrategicamente, pode-se analisar que dentro do objetivo específico planejado para 2016-2019 que compõe a promoção da atratividade dos modais e serviços especiais, através do uso do transporte público e incentivar a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, a mobilidade urbana do DF surge como um novo desafio às políticas públicas e urbanas, em um cenário de constante desenvolvimento social e econômico do país.

Com as crescentes taxas de urbanização, afetadas pelo aumento expressivo da motorização individual (automóveis e motocicletas), torna-se um desafio esta realidade para o planejamento de mobilidade urbana. Em outras palavras, o padrão de mobilidade centrado no transporte motorizado individual mostra-se insustentável, tanto no que se refere à proteção ambiental quanto no atendimento das necessidades de deslocamento que caracterizam a vida urbana. A resposta tradicional aos problemas de congestionamento, por meio do aumento da capacidade viária,

estimula o uso do carro e gera novos congestionamentos, além dos impactos ambientais com a da degradação da qualidade do ar, aquecimento global e comprometimento da qualidade de vida nas cidades como um todo.

A Secretaria de Mobilidade pode contextualizar através de suas ações e projetos entregues resultados positivos que contribuirão para a melhoria das políticas públicas, gestão da infraestrutura, aqui mencionadas, realizou mudanças profundas nos padrões tradicionais de mobilidade, na perspectiva de uma cidade mais sustentável, atendendo não só aos objetivos traçados dentro de um Plano mas à Lei Federal nº 12.587 de 2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana e contém princípios, diretrizes e instrumentos fundamentais para o processo transitório de meios de transportes não motorizados sobre os motorizados. E ainda, dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, com vistas à integração entre os modos e serviços de transporte urbano.

Norteadas pelo primeiro programa estruturante de mobilidade do Distrito Federal, o “Circula Brasília”, lançado em maio de 2016, a Semob seguiu com a priorização de investimentos para os meios de transporte coletivo e os não motorizados, tendo como objetivo a integração multimodal, o desenvolvimento sustentável, a melhoria na prestação dos serviços e, consequentemente, na qualidade de vida da população de Brasília.

Em 2017, destacaram-se as ações de modernização do transporte público coletivo no DF. Esforços intensivos foram aplicados no aperfeiçoamento do Sistema de Bilhetagem Automática, não somente em aspectos tecnológicos, mas também quanto à estrutura de regulação. O principal marco desse processo foi o lançamento do Bilhete Único – BU, no dia 25 de setembro de 2017, apenas alguns meses após o Decreto nº 38.010, de 15 de fevereiro de 2017, que estabeleceu o Regulamento do Sistema de Bilhetagem Automática e do Sistema Inteligente de Transportes do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. O Bilhete Único permite ao usuário do transporte público coletivo a utilização de apenas um cartão, “Bilhete Único”, no ônibus e no metrô, de forma integrada. Junto ao BU foi lançado ainda o serviço de recarga de cartões pela internet e elevado o número de postos para emissão de cartões, que passaram de 6 (seis) para 33 (trinta e três).

Como parte das entregas que compõem o Circula Brasília, o primeiro ônibus 100% elétrico do Distrito Federal entrará em operação em 2018, no Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, que já conta com nove ônibus movidos a biodiesel B-20.

Também foi implantada a Biometria Facial, por meio da instalação de câmeras de reconhecimento no interior dos ônibus, tendo em vista a necessidade de coibir as fraudes no uso da gratuidade concedida aos cartões de Pessoa com Deficiência – PCD e do Passe Livre Estudantil – PLE. Em dezembro de 2017, havia 1400 veículos com a nova tecnologia implantada, cerca de 50% da frota.

Atendendo a anseio histórico da população usuária do transporte público, em 2017, foi desenvolvida a plataforma informatizada que permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos, por meio do aplicativo “+ Ônibus”, lançado em 31 de janeiro de 2018. A posição dos veículos é monitorada por GPS. O +Ônibus Brasília também possibilita acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.

Ainda, visando às ações de melhoria no transporte público coletivo, como solução de mobilidade urbana para o aeroporto, o sistema viário passará a ter um tratamento prioritário para o transporte coletivo, com a integração com o metrô e BRT.

Como parte das melhorias no transporte coletivo, foram inaugurados 2 novos terminais de ônibus urbano (em Samambaia Norte e em Samambaia Sul) e reformados outros dois (Terminal do Núcleo Bandeirante e de Planaltina).

Dando continuidade às ações da mobilidade urbana, reforçando a priorização do transporte coletivo sobre o privado, como preconizado na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587 de 2012), vale citar as manifestações desta Secretaria e de entidades vinculadas em defesa da prerrogativa de priorização dos ônibus no uso das faixas exclusivas no DF. Ainda quanto ao aperfeiçoamento do quadro legal regulador do transporte público, destaca-se a sanção de Lei Distrital nº 5.984, de 30 de agosto de 2017, que torna todos os assentos de ônibus e do Metrô prioritários para idosos, grávidas, mulheres com crianças de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A medida, principalmente educativa, tem por objetivo incentivar valores de respeito e cidadania à população.

Foi iniciada a fase experimental da nova identidade visual do transporte público coletivo do DF, a qual foi aplicada a cerca de 100 veículos e rendeu à cidade de Brasília o 1º lugar no Concurso de Comunicação Visual e Pintura de Frotas realizado pela OTM Editora. O *layout* que chamou a atenção dos jurados utiliza o símbolo oficial da bandeira de Brasília e faz referência ao

cruzamento entre o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário. Além disso, a identidade visual vencedora também representa as linhas nas quatro direções e usa as cores verde e amarelo que refletem a sustentabilidade.

Na vertente da fiscalização do transporte público, ação essencial ao melhoramento contínuo da prestação desse serviço, a Semob, por meio da Junta de Recursos de Infrações – JARI, unidade responsável pelo julgamento de recursos administrativos atinentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação do STPC/DF, incluindo os serviços de táxi e mototáxi, realizou análise e julgamento de 3.158 processos relativos a recursos e infrações, sendo 9 processos referentes a operadores de táxi e 3.149 processos referentes ao STPC/DF.

As ações de modernização são importantes à ampliação da atratividade do transporte público, proporcionando melhores condições aos atuais usuários e ganhando a adesão de novos. Em 2017, a implementação das iniciativas acima referidas, lograram aproximar Brasília das referências de qualidade na prestação desse serviço. Espera-se, em 2018, consolidar essas ações, expandindo-as a toda a frota do DF.

## **DER**

Em 2017, o Departamento de Estradas de Rodagem tem envidado esforços para viabilizar a implantação dos corredores a fim de promover o transporte público coletivo mediante aumento de sua atratividade, segurança e conforto aos usuários de forma sustentável. Contudo, em razão de equipe reduzida de técnicos e a existência de outras prioridades de governo, o procedimento licitatório dos Subtrechos 3 e 4 foi tratado em reuniões semanais específicas com a participação de membros da SEMOB. Cabe salientar que existem impedimentos ambientais e administrativos que precisam ser resolvidos para viabilizar a licitação.

## **DFTRANS**

Em 2017, houve ações buscando reformular a rede de transportes com ajustes continuados. Dentre as realizações, destacamos a eliminação de linhas redundantes, a criação de 70 (setenta) linhas de ônibus em regiões administrativas como Brazlândia, Ceilândia, Guará, Paranoá, Riacho Fundo II e Santa Maria, e cerca de 1.700 (mil e setecentos) intervenções no STPC/DF como ajustes de itinerários, horários e outros, baseadas nas demandas dos usuários para melhoria da qualidade da prestação de serviço em cada região administrativa. Assim como, a ampliação do Serviço Noturno de Transporte Público do DF (Corujão) mediante adequações de itinerários, exemplificando as linhas que operam de Taguatinga Norte para Águas Claras, além do Paranoá, Planaltina e Riacho Fundo II e o tronco alimentação, nos horários de entropico em Planaltina.

Estudos foram feitos para ajustes no Sistema de Transporte Rural. Em relação a estrutura física, foram inauguradas e entregues à população, em conjunto com a Secretaria de Estado de Mobilidade, 02 (duas) novas Estações do BRT (Vargem Bonita e Granja do ipê), de 02 (dois) Terminais Rodoviários situados nas regiões administrativas de Samambaia Norte e Samambaia Sul, e reforma dos Terminais do Núcleo Bandeirante e Planaltina, totalizando 44 (quarenta e quatro) terminais em operação. Como também, a implantação de 67 (sessenta e sete) placas de sinalização de ponto de ônibus, aumento de 191% em relação ao Exercício de 2016, implantação de 37 (trinta e sete) abrigos de passageiros de ônibus, aumento de 37% em relação a 2016 e a construção de 50 (cinquenta) baias/recuo para parada de ônibus.

Foram elaborados materiais gráficos juntamente com a Secretaria de Publicidade para informação, divulgação e campanhas educativas para conscientizar os usuários sobre as práticas de boas maneiras no uso do transporte coletivo. O DFTRANS foi o órgão mais demandado do Distrito Federal no ano de 2017, respondendo por 19% de todas as manifestações de Ouvidoria registradas no sistema OUV-DF, sendo o assunto "Cartão Estudante - Passe Livre Estudantil – SBA" o mais manifestado no âmbito desta Autarquia. Tentou-se resolver as ocorrências da melhor maneira possível, no qual segundo a percepção do cidadão, a Ouvidoria deste DFTRANS ficou entre as três ouvidorias mais elogiadas em 2017. Esse cenário de elogio pela melhora na prestação do serviço público foi refletido em dois prêmios recebidos: Prêmio destinado ao Projeto Ciclo de Palestras para Instituições de Ensino, e o prêmio por resolutividade.



Houve o início do projeto Ouvidoria Itinerante, com encontros sempre no último sábado de cada mês, tendo sua inauguração em 24/03/2017. Nesse primeiro encontro, foram atendidas, das 08h às 14h, em torno de 90 pessoas em busca de informações/esclarecimentos acerca dos serviços e benefícios ofertados e/ou mantidos pelo DFTRANS. As dificuldades encontradas para alcance do objetivo se deram ao fato do número reduzido de servidores, da não aquisição de ferramentas de ponto para a gestão em si, na falta de informações das áreas técnicas relacionadas a macro decisões do sistema (concentração de ações e informações na alta cúpula), assimetria de informações entre operadores e DFTRANS e pela não implantação do rastreamento da frota.

## **METRÔ**

Índice De Satisfação Do Usuário: em 2017, foi mensurado por meio de pesquisa feita com empresa especializada, contratada para o devido fim, mediante entrevista individual junto aos usuários do METRÔ-DF para avaliação do nível de satisfação dos serviços prestados, caracterização socioeconômica e, ainda, avaliar itens identificados pelas áreas técnicas. O relatório conclusivo (diagnóstico) da pesquisa identifica, de forma geral, o nível de satisfação dos usuários, com o objetivo de fornecer subsídios para o desenvolvimento de estudos, projetos e ações que visem atender as demandas e a melhoria do sistema metroferroviário, identificando atributos - Bilheteria, Infraestrutura e serviços nas estações e trens e serviços de transporte.

Em 2017, 65,65% dos usuários do metrô utilizaram o sistema diariamente, contra 57,18% que manifestaram a mesma opinião em 2016. O posicionamento das estações permite que 63,63% dos passageiros cheguem a elas a pé. Outros 25,21% utilizam o ônibus, o segundo meio mais utilizado. Houve pouca variação em relação a 2017. A bicicleta é utilizada por menos de 1,5% dos brasileiros. Observa-se que mesmo com a implantação do Bilhete Único em setembro de 2016 a movimentação da utilização do ônibus para se chegar ao metrô caiu dois pontos percentuais: de 27,03% em 2016 para 24,88% em 2017. Para 78,57% dos brasileiros usuários do METRÔ-DF, o atual horário de pico, com 24 trens, (das 6h às 08h45 e das 16h45 às 19h45) atende as suas necessidades.

Em 2017, a apresentação pessoal dos empregados nas estações foi satisfatória para 96,05% dos entrevistados e o atendimento prestado alcança 82,82% de satisfação. Ambos os atributos têm menos de 4% de insatisfação. A pesquisa revela ainda que 5,60% foram vítimas ou já presenciaram algum furto ou roubo dentro do metrô, o que explica os 5,40% de insatisfação com seu sistema de segurança, que é aprovado por 69,85% dos passageiros.

No que se refere à fiscalização com ambulantes e pedintes, em 2017, o nível de satisfação alcança 38,61%. Outros 25% consideram regular e 21,03% estão insatisfeitos.

O número de pessoas que já presenciou ou necessitou de atendimento em primeiros socorros é alto. Ao todo, 17,12% dos entrevistados disseram já ter necessitado ou presenciado alguma ação de primeiros socorros. O serviço teve aprovação de 87,31% e rejeição de 3,47%.

Após análise de todos os atributos, os usuários do metrô são convidados a oferecer uma nota final ao serviço prestado pela companhia à população do Distrito Federal. Ao responder à pergunta, "de uma maneira geral, qual nota de 1 a 10, você dá para o serviço prestado pelo METRÔ-DF?", os usuários deram-lhe nota média 7,62, o que representa 83,37% de aprovação. Um total de 38,41% os entrevistados deu nota 8 e 21,26% notas 9 e 10.

## **TCB**

Os estudos para implantação do Serviço Especial para Pessoas com Deficiência, previsto no Programa Mão na Roda criado pela Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009, compõe o processo nº 095.000.759/2017. O programa denominado " Mais Acessível" será um Serviço de Transporte Complementar do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, e terá a finalidade de possibilitar o deslocamento de pessoas portadoras de deficiência com comprometimento severo de mobilidade temporária ou permanente, que não tenham condições de utilizar o transporte público convencional. O Serviço irá compreender trajetos regulares ou esporádicos no âmbito do Distrito Federal, com características e equipamentos diferenciados dos demais serviços de transportes do STPC/DF, bem como atenderá a uma coletividade específica de usuários.

Para criação do Serviço Mais Acessível, a TCB preparou uma minuta de Decreto, objeto do processo 095.000.759/2017, que está tramitando junto à Casa Civil, SEPLAG - Governança e SEMOB, para instrução. Recentemente, foi solicitada pela SEPLAG - Governança à SEMOB a instrução do processo quanto às seguintes questões: a) Estimativa do impacto financeiro no exercício de 2018, 2019 e 2020 e suas respectivas metodologias de cálculo utilizadas; b) A compatibilidade do aumento de despesas com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e c) Informação da fonte de financiamento da despesa para os exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Em razão de a TCB não possuir recursos orçamentários/financeiros para cobertura da despesa neste exercício e nos subsequentes, a Empresa aguarda a liberação dos recursos por parte da SEMOB. É importante ressaltar que somente após a publicação do Decreto de criação do Serviço Mais Acessível e da aprovação da sua Regulamentação, a TCB iniciará o processo de cadastramento dos potenciais usuários do serviço. Após, o cadastramento, com a ajuda de um software específico a empresa elaborará a roteirização do atendimento, a fim de verificar se será possível atender a 100% das pessoas cadastradas até 2019, em conformidade com a disponibilidade de recursos orçamentários alocados no projeto. Registre-se que em virtude da escassez de motoristas à disposição da TCB e por não possuir os veículos adaptados, a empresa deverá licitar empresa especializada para prestar o serviço, com fornecimento da mão de obra e veículos específicos. Com o propósito de agilizar a implantação do Serviço Mais Acessível, a TCB já elaborou minutas do Regulamento do Serviço e da Especificação completa dos veículos. Os trabalhos relativos à preparação das minutas dos termos de referência para contratação do Sistema Informatizado e da prestadora do serviço estão em fase de conclusão

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**002 PROMOÇÃO DA MOBILIDADE ATIVA: Incentivar e promover a qualidade dos deslocamentos pelos modos ativos de transporte (Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6.060, de 29/12/17)**

#### UNIDADES RESPONSÁVEIS PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – SEMOB

26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO - SEGETH

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	1	Revisar e ampliar o plano cicloviário; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33	X	X	X	X	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	2	Elaborar o Plano de Mobilidade a pé; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33	X	X	X	X	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	3	Instalar paraciclos em terminais rodoviários; (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	48,38	58			58	58,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E	2	4	Implantar 150 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas do DF; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de	150	KM	ACUM	MAIOR, MELHOR	7,22	X	X	X	X	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	SUSTENTÁVEL			Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)										
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	5	Implantar 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias no DF; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	120	KM	ACUM	MAIOR, MELHOR	1,48	X	X	X	X	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	6	Elaborar 30 projetos de rotas acessíveis no DF; (SEGETH) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	30	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	9	15			24	80,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	7	Implantar sistemas de bicicleta compartilhada em mais 3 cidades do DF; (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	>3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	8	Modernizar a acessibilidade em 12 estações do Metrô (Metrô) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	5			6	50,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	9	Elaborar o Plano de Mobilidade Ativa (SEMOB). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	35			35	35,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	10	Implantar 217 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas e rodovias do DF (SEMOB/ DER/SEGETH) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	217	KM	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	25,1			25,1	11,6%

### Análise Qualitativa

#### **1. Revisar e ampliar o plano cicloviário (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

A Secretaria de Estado e Mobilidade vem trabalhando no intuito de ampliar a Infraestrutura cicloviária para todo o Distrito Federal e integrar a bicicleta ao sistema de transporte coletivo, bem como estabelecer formalmente as diretrizes dessa política pública, gerando inclusão social e propiciando acesso à cidade à população. Assim, concluiu-se, em 2016, a minuta do Projeto de Lei que formalizará a Política de Ciclomobilidade do Distrito Federal, incorporando todos os conceitos atuais de infraestruturas cicloviárias e prevendo o Plano de Ciclomobilidade como o instrumento para sua efetivação. Será a primeira Lei no campo da ciclomobilidade elaborada pelo Poder Executivo. A ação preparatória incluiu a elaboração de pesquisa junto à sociedade através de questionário via internet, com o objetivo de buscar sugestões que embasassem a minuta do Projeto de Lei, a qual será submetida à consulta pública posteriormente. Vale destacar, ainda, a elaboração de minuta de Decreto para instituição do Projeto Zona 30, que regulamenta a delimitação de ruas compartilhadas entre carros e bicicletas com velocidade máxima permitida de 30km/h, com prioridade para a bicicleta.

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), encontra-se em processo de licitação a contratação de consultoria para Elaboração de Estudos Técnicos de Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no DF. Os produtos previstos incluem: Planejamento Global, Levantamento de Campo – Diagnóstico por RA; Reanálise dos Projetos - Proposta de Readequação e Definição de Novos Projetos; Projetos Executivos de Readequação e de Novos Trechos de Ciclovias; e Relatório Final. O início dos serviços está previsto para o 1º semestre/2017, com tempo de execução de 120 dias.

## **2. Elaborar o Plano de Mobilidade a pé (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Foi elaborada a Minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF. Tal qual a política de ciclomobilidade, a ação preparatória incluiu o desenvolvimento de questionário para pesquisa via internet, com o objetivo de buscar sugestões para embasar texto final da minuta do Projeto de Lei. Ademais, no âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), encontra-se em processo de licitação a contratação de consultoria especializada para elaboração de Diretrizes para o Plano de Mobilidade de Pedestres do DF. Os produtos previstos incluem: Plano de Trabalho; Diagnóstico; Relatório de Trabalho; e Documento de Referência para a Política de Mobilidade para Pedestres no DF. O início dos serviços está previsto para o 1º semestre/2017, com tempo de execução de 120 dias.

## **3. Instalar paraciclos em todas as estações de metrô e terminais rodoviários (SEMOB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Foram instalados paraciclos em 15 dos 31 terminais rodoviários existentes. No entanto, em 2017, a SEMOB pretende ampliar essa meta, para a instalação de paraciclos em diversos pontos da cidade.

No que se refere aos paraciclos no Metrô, em virtude de recessão orçamentária, não foi possível implementar as medidas planejadas na sua integralidade. Destaca-se que na Carta de Serviços ao Cidadão do METRÔ-DF, pág. 20 - Paraciclos (bicicletários) - Ciclistas que desejam complementar o trajeto com o metrô podem estacionar suas bicicletas nos paraciclos localizados próximos às estações. O usuário deve utilizar dispositivos de proteção contra furtos, pois o Metrô não se responsabiliza por furtos de bicicletas nos paraciclos. Cabe destacar a existência de bicicletários em 10 Estações como segue: 102 Sul, 112 Sul, Guará, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte, Ceilândia, Samambaia Sul e Samambaia.

2017

Dando prosseguimento às implementações de 2016, foram instalados paraciclos em mais 3 terminais rodoviários no ano de 2017: Núcleo Bandeirante, Samambaia Norte e Samambaia Sul.

Assim, somados aos 15 terminais contemplados com paraciclos em 2016, o DF chegou ao fim de 2017 com 18 terminais rodoviários equipados com paraciclos.

## **4. Implantar 150 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas do DF. (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

A ciclovia é a mais importante infraestrutura de circulação para as bicicletas nas áreas urbanas, sendo constituída de estrutura totalmente segregada do tráfego motorizado e, portanto, é a via que apresenta o maior nível de segurança e conforto aos ciclistas. A ciclovia é parte de um sistema cicloviário que consiste em uma rede integrada composta por diversos elementos com características que atendam o usuário da bicicleta em seus deslocamentos em áreas urbanas, especialmente em termos de segurança e conforto. Em 2016, foi revisado o Plano de ciclomobilidade do DF, objetivando estabelecer novas diretrizes e prioridades no desenvolvimento de projetos e investimentos de infraestrutura cicloviária no Distrito Federal. Além dos planos de mobilidade, está em fase de contratação um estudo para elaboração de um diagnóstico da malha cicloviária existente no Distrito Federal, que deverá apontar suas deficiências e propor melhorias na malha cicloviária existente. Como exemplo de entrega citamos que, em 2016, a Região Administrativa de Águas Claras recebeu 7,2 km de ciclofaixa, infraestrutura que estimula o desenvolvimento de uma cultura voltada para o transporte sustentável. Esta RA apresentou um índice de 0,58% de pessoas que se locomovem até o trabalho de bicicleta, após a implantação desta infraestrutura, estima-se que esse índice aumente.

## **5. Implantar 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias no DF (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

No caso específico das rodovias, O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF é o órgão executivo rodoviário de trânsito do Distrito Federal responsável pelo Sistema Rodoviário do DF (SRDF) e tem como uma de suas finalidades construir, manter, conservar, operar e fiscalizar as vias do SRDF e respectivas faixas de domínio. Atualmente verifica-se

que aproximadamente 1913 km de rodovias são mantidos pelos cinco Distritos Rodoviários (DER), hoje existentes. Como entrega, em 2016, de ciclovias em rodovias citamos 1,48 km na Vila Basevi (Sobradinho). O Projeto Ciclovitário do Distrito Federal objetiva, por meio da implantação de ciclovias, a redução do trânsito de veículos promovendo melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e tornando a cidade mais sustentável.

A fim de alcançar a meta de 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias do DF, o DER implantou em 2016, 4 km de espaço cicloviário na DF-035 entre a Estrada Parque Dom Bosco e a DF-001, próximo à Escola de Administração Fazendária (Esaf) e está em andamento mais de 3,852 Km de ciclovia na VC-533, no trecho compreendido entre o seu entroncamento com as rodovias BR-080/251/DF-180 e a divisa com o estado de Goiás (acesso ao Núcleo Rural Padre Lúcio). Espaço cicloviário executado em 2016 na VC-533 – 3,4km. Neste mês de abril o DER/DF inicia, por meio das empresas licitadas, a obra de implantação de 23,566 km de Ciclovia na DF-085 (EPTG), no trecho: entroncamento da Rodovia DF-003 (EPIA) ao entroncamento da Rodovia DF-001 (EPCT) – Pistão Sul/Norte. Inicia ainda a elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para execução da pavimentação de vias de acesso às Escolas Rurais “ Caminho das Escolas” (várias Rodovias Distritais e Vicinais do SRDF) - Lote 1 e 2 beneficiando 28 escolas rurais contemplando as rodovias Distritais - 108,70 Km; Estradas Vicinais - 64,80 Km; Vias Locais - 45,75 Km e totalizará 219,25 Km de vias e espaço cicloviário; e a construção de ciclovia na rodovia DF-290 Trecho: entroncamento de acesso ao Gama, entroncamento com a rodovia BR-040/BR-05), extensão de 8,90Km; ciclovia do Lago Oeste com 12,5km, além das ciclovias que estão contempladas nas obras do Trevo de Triagem Norte e na Ligação Torto Colorado.

#### **6. Elaborar 30 projetos de rotas acessíveis no DF (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

De acordo com a informação da Coordenação de Projetos da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH), unidade responsável por essa meta, em 2016 foram elaborados 9 (nove) projetos, alguns dos quais de setores inteiros como o caso do SAFSul e do Setor de Rádio e TV Sul. São eles:

Projetos executivos de rota acessível: no entorno do Hospital Regional de Ceilândia (7.000 m<sup>2</sup>); no entorno do Hospital Regional de Taguatinga (17.000 m<sup>2</sup>); à Escola de Música (1.315 m<sup>2</sup>); ligando o Terminal Asa Sul ao Setor Hospitalar Local Sul (3.500 m<sup>2</sup>); da estação 114 Sul do Metrô ao Setor Médico Hospitalar Local Sul (17.740 m<sup>2</sup>). Projeto de Acessibilidade: do Setor Médico Hospitalar Local Sul (25.000 m<sup>2</sup>); do Setor Hoteleiro Sul (4.500 m<sup>2</sup>). Projeto de acessibilidade e inserção de malha cicloviária no SAFSul (10.000 m<sup>2</sup>). Rota Acessível na 610 norte em direção ao Instituto Federal de Brasília (2.500 m<sup>2</sup>).

O início da execução das obras está previsto para 2017.

#### **7. Implantar sistemas de bicicleta compartilhada em mais 3 cidades do DF (SEMOB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016 foi desenvolvido um Plano de Ampliação do Sistema de Bicicletas compartilhadas no DF que apresenta elementos conceituais e aspectos metodológicos, para orientar a proposição de implantação, operação e manutenção de um Sistema de Bicicletas Compartilhadas – SBC/DF, dando continuidade e ampliando a atual oferta de bicicletas compartilhadas no Plano Piloto, e estendendo o sistema para outras regiões administrativas, priorizando a implantação em pontos que proporcionem integração entre o modal cicloviário e sistema de transporte coletivo, notadamente os sistemas de BRT e Metrô. Em 2017, o edital para chamamento público será lançado.

**2017**

Em 2017, foi consolidado o estudo de expansão do sistema de bicicletas compartilhadas, com a indicação de mais 80 estações em 5 Regiões Administrativas do DF atendidas pelo Metrô-DF, além do Plano Piloto: Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. As três primeiras foram definidas como prioritárias, onde foram previstas 40 das 80 estações.

Além do sistema convencional de bicicletas compartilhadas, foi também realizado o estudo de implantação do sistema de bicicletas compartilhadas, no modelo integração, com a definição de implantação em 3 estações do BRT: Park Way, Gama e Santa Maria. Nesse modelo, as estações comportam até 50 bicicletas e permitem o aluguel por até 14 horas, excepcionalmente, visando atender às necessidades dos usuários de transporte público daquela região.

Ambas as ações foram apresentadas no lançamento do Plano de Ciclomobilidade +BIKE, em agosto de 2017.

## **8. Modernizar a acessibilidade em 12 estações do Metrô (Metrô). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

As estações do METRÔ-DF são todas acessíveis, no entanto com o objetivo de atender a NBR N° 9050/2015 (define aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano), esta Companhia está procedendo adequação à acessibilidade, como : instalação de pisos táteis, instalação de corrimões, guarda corpo e etc.

**2017**

Execução do Contrato n. 003/2017 para "Fornecimento e Instalação de corrimãos, guarda-corpos e piso táteis para 11 Estações do Metrô (102 Sul, 108 Sul, 112 Sul, 114 Sul, Guará, Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Terminal da Ceilândia)." Execução de 41,46% do valor total contratado de R\$840.271,70 (oitocentos e quarenta mil duzentos e setenta e um reais e setenta centavos).

## **9. Elaborar o Plano de Mobilidade Ativa (SEMOB). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

Com relação à Mobilidade Ativa, no tocante à Ciclomobilidade, destaca-se a condução de diagnóstico da malha cicloviária, como componente do Programa de Transporte Urbano (PTU/DF), que permitirá indicar, de maneira mais adequada, as soluções para as ciclovias implantadas no DF, bem como as prioridades de locais que devem receber esse tipo de infraestrutura. Com este propósito, em 2017, foi firmado contrato para "Elaboração de Estudos Técnicos visando a Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no Distrito Federal" (contrato nº 06/2017-SEMOB), cujos serviços foram iniciados em agosto/2017, com conclusão prevista para abril/2018.

A partir do mapa da malha cicloviária do Distrito Federal, foi feito um amplo levantamento de informações sobre a infraestrutura cicloviária de forma a oferecer informações acerca da qualidade do pavimento, sinalização, sombreamento, continuidade, dentre outros. As próximas etapas, a serem realizadas em 2018, contemplam a elaboração e a adequação de projetos cicloviários existentes e implantados.

Ainda no escopo da Mobilidade Ativa, no âmbito do PTU/DF, foram contratados em 2017 os serviços para "Elaboração de Diretrizes para o Plano de Mobilidade de Pedestres do Distrito Federal" (contrato nº 03/2017-SEMOB), visando subsidiar o Plano de Mobilidade de Pedestres do Distrito Federal, instrumento de implementação da Política de Mobilidade a Pé no DF.

Também, foi realizada pesquisa com um total de 2.395 entrevistas em 50 pontos de acesso ao sistema de transporte público coletivo de alta e média capacidade, sendo esses terminais, paradas de ônibus, estações de BRT e todas as estações metroviárias em funcionamento. A partir disso, foram selecionadas 138 rotas de acesso por pedestres a esses pontos, que foram analisadas *in loco*. Esse levantamento permitiu que, em 2018, seja desenvolvido um documento base para estabelecimento de prioridades de adequação das condições de acessibilidade nessas rotas.

## **10. Implantar 217 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas e rodovias do DF (SEMOB/ DER/SEGETH). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

**2017**

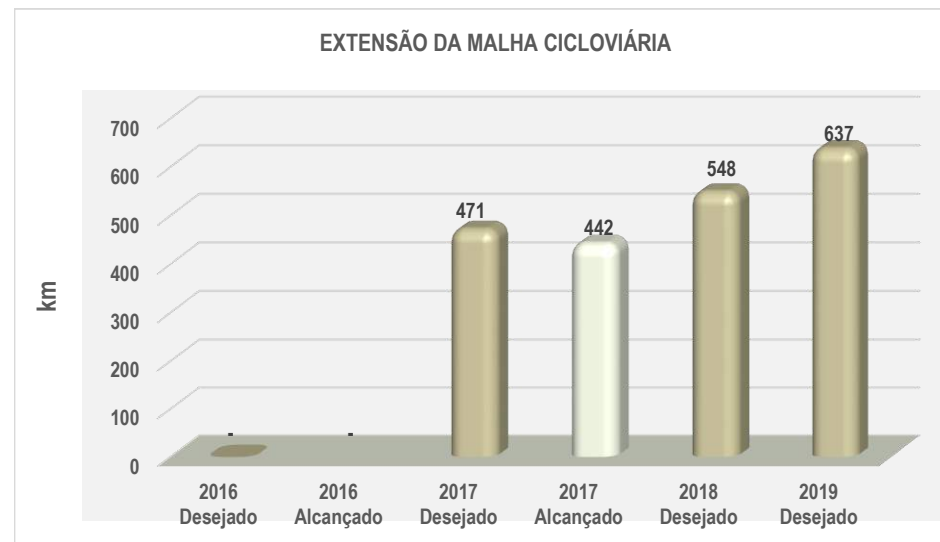
Integrante do Circula Brasília, o Plano de Ciclomobilidade, + Bike, lançado em agosto de 2017, tem como meta implementar 218 km de infraestrutura cicloviária até o fim de 2018 e transformar Brasília na cidade com maior malha da América Latina. Portanto, com essa meta, em 2017, foram concluídas as obras da DF 290 (8,0 km), Via S3 (1,5 km), Projeto Orla (4 km) e Rodovia Vicinal VC 533 (3,7 km). Além disso, o acostamento circulável da EPPN (7,9 km) foi requalificado em ciclofaixa, sem, contudo, somar na extensão total da malha cicloviária. Importante ressaltar que a extensão da malha cicloviária é continuamente revisada, em função do levantamento de mais detalhes dos trechos mapeados. Da infraestrutura cicloviária prevista para 2017, as obras da EPTG (25 km) e Lago Oeste - DF 001 (12,6 km) estão em execução e previstas para serem concluídas em 2018 e ainda não foram concluídas. Ambas intervenções estão em execução e serão lançadas em 2018.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1724	EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA	KM	420	31/12/2016	-	-	471	442	548	637	SEMOB/UO 26101/OE 2

### Justificativa

**Indicador 1724** - Da infraestrutura ciclo viária prevista para 2017, a Semob aguarda a conclusão das obras da EPTG (25 km) e Lago Oeste - DF 001 (12,6 km). Ambas intervenções são conduzidas pelo DER e serão lançadas em 2018.



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	2	1	Atrair a implantação de uma Fábrica de Bicicletas no DF; (SEMOB) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	26101	X	<b>2016</b> Não houve registro de evolução desta ação.
6216	2	2	Criação de parceria com a iniciativa privada para a Implantação de bicicletários (SEMOB);	26101	0	<b>2016</b> Não houve evolução desta ação. <b>2017</b> Ficou acordado com as 5 empresas operadoras do STPC/DF a implantação de bicicletários em 2 terminais de cada uma das 5 bacias, totalizando 10 bicicletários em terminais rodoviários. A previsão é de que esses bicicletários sejam instalados ao longo do ano de 2018.
6216	2	3	Amparo à Ampliação da oferta de bicicletas compartilhadas no DF; (SEMOB)	26101	100	<b>2016</b> Elaborado o Plano de Ampliação do Sistema de Bicicletas compartilhadas no DF que apresenta elementos conceituais e aspectos metodológicos, para orientar a proposição de implantação, operação e manutenção de um Sistema de Bicicletas Compartilhadas – SBC/DF. <b>2017</b> Em 2017, foi consolidado o estudo de expansão do sistema de bicicletas compartilhadas, com a indicação de mais 80 estações em 5 Regiões Administrativas do DF servidas pelo Metrô-DF, além do Plano Piloto: Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. As três primeiras foram definidas como prioritárias, onde foram previstas 40 das 80 estações. Além do sistema convencional de bicicletas compartilhadas, foi também realizado o estudo de implantação do sistema de bicicletas compartilhadas, no modelo integração, com a definição de implantação em 3 estações do BRT: Parway, Gama e Santa Maria. Neste modelo, as estações comportam até 50 bicicletas e permitem o aluguel por até 14 horas. Ambas as ações foram apresentadas no lançamento do Plano de Ciclomobilidade +BIKE, em agosto de 2017.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SEMOB

No esteio da priorização das políticas de desenvolvimento urbano, em 2016, a Secretaria de Estado de Mobilidade trabalhou no intuito de ampliar a Infraestrutura cicloviária para todo o Distrito Federal e integrar o modo não motorizado de pessoas ao Sistema de Transporte Público, bem como estabelecer formalmente as diretrizes dessa política pública, gerando inclusão social e propiciando acesso da população à cidade.

Assim, concluiu-se, em 2016, a minuta do Projeto de Lei que formalizará a Política de Ciclomobilidade do Distrito Federal, incorporando todos os conceitos atuais de infraestruturas cicloviárias e prevendo o Plano de Ciclomobilidade como o instrumento para sua efetivação. Será a primeira Lei no campo da ciclomobilidade elaborada pelo Poder Executivo. A ação preparatória incluiu a elaboração de pesquisa junto à sociedade através de questionário via internet, com o objetivo de buscar sugestões que embasassem a minuta do Projeto de Lei, a qual será submetida à consulta pública.



Vale destacar, ainda, a elaboração de minuta de Decreto para instituição do Projeto Zona 30, que regulamenta a delimitação de ruas compartilhadas entre carros e bicicletas com velocidade máxima permitida de 30km/h, com prioridade para a bicicleta.

Tendo em vista tanto a ampliação do modal quanto a integração da bicicleta com os demais modais de transporte, a SEMOB preparou o Plano de Ampliação do Sistema Bicicletas Compartilhadas (Bike Brasília), que hoje compreende 40 estações no Plano Piloto. Ao longo do ano, o acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com a empresa Serttel, operadora do Bike Brasília, mostrou ser viável a instalação de mais estações de bicicletas em regiões onde há metrô e BRT. Desse modo, foi elaborado novo edital para a ampliação do Sistema, a ser publicado.

Sobre o Programa Bike Brasília, o ano de 2016 registrou, de forma consolidada, 120.656 (cento e vinte mil, seiscentos e cinquenta e seis) usuários cadastrados. Com isso, já deixaram de ser emitidas 217.18 toneladas de CO2 na atmosfera.

Destaca-se, ainda, a condução de diagnóstico da malha cicloviária, componente do Programa de Transporte Urbano (PTU-BID), que permitirá indicar, de maneira mais adequada, as soluções para as ciclovias implantadas no DF, bem como as prioridades de locais que devem receber esse tipo de infraestrutura. Em 2016, deu-se início ao processo licitatório de contratação desse estudo, que produzirá um diagnóstico da malha cicloviária do DF.

No tocante à orientação estratégica exercida pela SEMOB, pode-se citar os seguintes projetos em que a Secretaria atuou: ciclovia na BR-040/BR-050 (trecho do entroncamento de acesso ao Gama com entroncamento com a rodovia); na DF-047 (EPAR), na rodovia DF-001 (Lago Oeste) e na DF-085 (EPTG). Cabe destacar, ainda, a implantação de ciclofaixas em Águas Claras, com quase 8km de extensão, e da ciclovia no Setor Comercial Sul, como parte da revitalização das vias S1 e S2.

No caso da ciclovia prevista no projeto do Trevo de Triagem Norte, cujas obras foram iniciadas no segundo semestre de 2016, a SEMOB conduziu a revisão do trajeto cicloviário projetado. O projeto da ciclovia foi alvo de críticas de organizações da sociedade civil, as quais foram, após diversas oitivas, recepcionadas pela Semob. A adequação da ciclovia do TTN foi incorporada ao projeto da obra. Essa infraestrutura oferecerá mais comodidade ao ciclista, com cerca de 10 km a mais de ciclovias na região norte de Brasília.

Ressalta-se, por fim, o progresso no desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em Brasília em parceria com a SEGETH para a definição de prioridades em projetos e na aplicação de recursos para a Política Cicloviária.

Foi elaborada a Minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF. Tal qual a política de ciclomobilidade, a ação preparatória incluiu o desenvolvimento de questionário para pesquisa via internet, com o objetivo de buscar sugestões para embasar texto final da minuta do Projeto de Lei.

Ademais, no âmbito do PTU-BID, deu-se início ao processo de contratação de estudo para definição de diretrizes do Plano de Mobilidade a pé do Distrito Federal, instrumento de implementação da política.

Dada a interface das ações de gestão do território com a mobilidade a pé, a SEMOB acompanhou as discussões sobre rotas acessíveis e avançou, em parceria com a SEGETH, no desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em Brasília, para a definição de prioridades no desenvolvimento de projetos e aplicação de recursos para a Política de Mobilidade a Pé.

Junto a outros órgãos, a SEMOB também tem atuado na elaboração do Plano de Acessibilidade do DF – um estudo global sobre as condições gerais de acessibilidade nas Edificações e Áreas Urbanas das diversas unidades Administrativas do Governo do Distrito Federal, com vistas à criação de um plano de ação para elaboração de projetos executivos e realização de obras para adequação das edificações, vias, acessos e áreas urbanas às normas técnicas vigentes.

Foi desenvolvido o projeto Centro Vivo, na Semana Nacional de Trânsito, ocorrida entre 19 e 27 de setembro de 2016. Na ocasião, sob coordenação da SEMOB, foi fechado o estacionamento da Quadra 6 do Setor Comercial Sul para demonstração da possibilidade de múltiplos usos daquele espaço público. Contou-se com a participação de diversos órgãos do governo.

Também, foi realizada oficina de mobilidade ativa na Estrutural. A atividade foi desenvolvida, em setembro de 2016, por meio de uma dinâmica com a população para identificar as principais rotas feitas a pé e por bicicleta; envolver a população no desenvolvimento de diretrizes de intervenção; abrir um diálogo com a população; identificar atores locais que tenham interesse em dar continuidade aos estudos e ao Programa Mobilidade Ativa. Como resultado, foram criados dois mapas, sendo o primeiro com as principais rotas de ciclistas e o segundo com a proposta de infraestrutura para a Região.

A SEMOB tem como missão institucional “assegurar à população o direito de ir e vir e o acesso à cidade de forma integrada, com qualidade, sustentabilidade e justiça social”. Considerando que no DF os deslocamentos a pé e por bicicleta constituem uma parcela significativa do total de viagens na cidade, a SEMOB tem se empenhado na política e na ampliação da

infraestrutura dos modos não motorizados, como ampliação de ciclovias, ciclofaixas, paraciclos, calçadas, iluminação e sinalização adjacentes, para garantir à população um melhor acesso à cidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução dos impactos ambientais e de mortes no trânsito.

A SEMOB em parceria com a WRI Brasil realizou o Workshop "Ruas Completas" que teve duração de 8 horas, no dia 23 de agosto de 2017, e contou com palestra, discussões e atividade prática, com o objetivo de capacitar técnicos e grupos da sociedade civil quanto ao conceito de Ruas Completas e subsidiar a elaboração do projeto de requalificação da Av. Independência de Planaltina, de competência da SEGETH. Ainda, realizou duas Oficinas de Participação de Elaboração do PMA-DF, a fim de promover a participação e a contribuição efetiva dos órgãos do GDF envolvidos no tema e da sociedade civil na elaboração do Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal, no dia 13 de dezembro de 2017.

Podemos relatar diversas ações importantes desenvolvidas pela SEMOB em 2017, tais como:

i) O Dia Mundial Sem Carro, realizado no dia 22 de setembro, onde foram realizadas diversas atividades a fim de se promover a conscientização em defesa de cidades mais humanizadas, com maior equidade no uso dos espaços públicos e melhor qualidade de vida para as pessoas, estimulando uma reflexão sobre o uso excessivo do automóvel e seus impactos diretos e indiretos, como a poluição ambiental, os acidentes viários e a deterioração dos espaços urbanos;

ii) A requalificação viária da EPPN, com a necessidade e a relevância da redução da velocidade da EPPN e requalificação da infraestrutura cicloviária da via EPPN no Lago Norte, passando a velocidade máxima permitida de 70 km/h para 60 km/h. Tal medida foi executada pelo DER/DF e teve por objetivo a implantação de ciclofaixa contínua, eliminando o acostamento e as faixas de aceleração e desaceleração, propiciando mais segurança na via e contribuindo para a redução de acidentes de trânsito envolvendo ciclistas, bem como atenuando os seus efeitos;

iii) O mutirão da cidadania na Região Administrativa de Planaltina, onde a atividade permitiu identificar as principais rotas feitas a pé e por bicicleta na cidade. Esse evento permitiu à população o desenvolvimento de diretrizes de intervenção, bem como identificar atores locais que tenham interesse em dar continuidade a essa participação social dialogada; e

iv) O mutirão da cidadania na Região Administrativa Estrutural, no qual a atividade desenvolvida com a população, por meio de uma dinâmica com a aplicação de questionário piloto, servirá para embasamento na consulta pública a ser realizada na composição do Plano de Mobilidade Ativa.

Vale destacar que o Plano de Ciclomobilidade +BIKE foi lançado em agosto de 2017, e teve como principais componentes, a proposta de expansão da malha cicloviária estruturante do DF, de 420 km para 1.200 km, ao longo dos próximos 6 anos. A primeira fase conta com 218 km que serão concluídos até o fim de 2018; O lançamento de 5 novas estações de bicicletas compartilhadas na UnB; Como atividade da ciclomobilidade consta, também, o acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com a SERTTEL sobre as bicicletas compartilhadas, que contou com a ampliação do número de estações de 40 para 45 e definição, via aditivo contratual, de quantitativo mínimo de bicicletas em efetiva operação; O estudo para ampliação do sistema de bicicletas compartilhadas (com incremento de 40 a 80 estações) nas Regiões Administrativas do Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia e elaboração do respectivo Termo de Referência; O estudo para implantação de estações do sistema de bicicletas compartilhadas, modo integração, em 3 estações do BRT: Park Way, Santa Maria e Gama e elaboração do respectivo Termo de Referência; A elaboração de projetos conceituais e orçamentos para implantação de bicicletários em salas sem uso em 10 terminais rodoviários novos ou reformados, e articulação institucional visando ao apoio das operadoras das respectivas bacias do STPC/DF para implantá-los; e O estudo para implantação de 3 mil paraciclos em todo o Distrito Federal e elaboração do respectivo Termo de Referência.

No que se refere ao Programa Bike Brasília, o ano de 2017 registrou, de forma consolidada, 166.997 usuários cadastrados e 240.411 viagens.

A fim de se consolidar o planejamento cicloviário e subsidiar o Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal – PMA-DF, em agosto de 2017, foi contratada consultoria para Elaboração de Estudos Técnicos com vistas à Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no Distrito Federal (contrato nº 06/2017-SEMOB), decorrente do cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), instrumento norteador das ações mitigadoras e compensatórias previsto no PTU/DF. A partir do mapa da malha cicloviária do Distrito Federal, foi feito um amplo levantamento de informações sobre a infraestrutura cicloviária de forma a oferecer informações acerca da qualidade do pavimento, sinalização, sombreamento, continuidade, dentre outros.

A SEMOB tem como missão institucional “assegurar à população o direito de ir e vir e o acesso à cidade de forma integrada, com qualidade, sustentabilidade e justiça social”. Considerando que no DF os deslocamentos a pé e por bicicleta constituem uma parcela significativa do total de viagens na cidade, a SEMOB tem se empenhado na política e na ampliação da infraestrutura dos modos não motorizados, como ampliação de ciclovias, ciclofaixas, paraciclos, calçadas, iluminação e sinalização adjacentes, para garantir à população um melhor acesso à cidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução dos impactos ambientais e de mortes no trânsito.

## **SEGETH**

A mobilidade ativa constitui-se premissa dos projetos em desenvolvimento da SEGETH, resultando em possibilidades de ampliação das infraestruturas de mobilidade destes espaços após a execução dos projetos desenvolvidos. Em 2017 foram elaborados projetos agrupados segundo sua natureza: projetos voltados à Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade de espaços públicos e projetos voltados à Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário, ambos com abrangência em todo o território do Distrito Federal. O primeiro conjunto contabilizou 8 projetos, com área total de 1.475.654 m<sup>2</sup>, enquanto o segundo totalizou 7 projetos com área total de 1.026.688 m<sup>2</sup>.

## **METRÔ**

Em 2016, o eixo PROMOVER A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL nos transportes públicos foi amparado por um arcabouço de leis federais, distritais e normas técnicas. No que se refere ao sistema metroferroviário, o Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 estabeleceu o prazo de dez anos para os sistemas (infraestrutura e material rodante) ficarem totalmente acessíveis. Reserva-se ainda a necessidade de atender a NBR Nº 9050/2015 (define aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano).

Em que pese às estações metroviárias serem acessíveis, os dispositivos legais aplicáveis à época da elaboração do projeto de arquitetura foram alterados ou criados no decorrer dos anos.

Dessa forma, uma das metas estratégicas para promoção da acessibilidade universal é a modernização das estações metroviárias operacionais para adequá-las à legislação de acessibilidade em vigor, tendo sido estabelecidas as seguintes ações:

- Adequação dos corrimãos, guarda-corpos e pisos táteis de 11 (onze) Estações e respectivas Passagens de Pedestres, contemplando a execução dos referidos serviços nas Estações 102 Sul, 108 Sul, 112 Sul, 114 Sul, Guará, Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Ceilândia.
- Contratação das obras de reforma da Estação Arniqueiras.

Em 2017, o eixo em questão cumpriu os objetivos estabelecidos a partir de metas estratégicas para adequar à legislação de acessibilidade em vigor. Execução do Contrato n. 003/2017 para "Fornecimento e Instalação de corrimãos, guarda-corpos e piso táteis para 11 Estações do Metrô, com execução de 41,46% do valor total contratado. Entretanto, a realização da Licitação para Reforma da Estação Arniqueiras (Concorrência n. 1/2017), o contrato não foi assinado em virtude da indisponibilidade de recursos financeiros.

### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA: Promover a restauração, pavimentação e ampliação da capacidade das vias e das obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) com suas respectivas calçadas, aprimorando a capacidade e a segurança viária, oferecendo meios alternativos de transporte e de tecnologias inovadoras, reduzindo tempo de percurso e acidentes de trânsito. (Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – SEMOB**

**26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER**

**22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS – SINESP**

## ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	1	Elaborar Projetos do Anel Viário do DF (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	42,91			42,91	42,9%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	2	Elaborar projetos do "Caminho das Escolas" (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	24,51			24,51	24,5%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	3	Promover melhorias em 55 pontos críticos em rodovias do DF (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	55	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	13	12			25	45,5%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	4	Restaurar 5 obras de arte e/ou trechos de rodovias (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	5	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	3			3	60,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	5	Implantar a ligação: Torto – Colorado (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	29,84	32,62			32,62	32,6%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	6	Adequar e melhorar com aumento de capacidade o TTN – Trevo de Triagem Norte (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	11	30			30	30,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	7	Construir Ponte Paralela à Barragem do Paranoá; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0				X	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	8	Construir 3 passarelas em rodovias (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	9	Construir 9 pontes em rodovias (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	9	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	2			2	22,2%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	10	Construir 12 viadutos em rodovias (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	8			8	66,7%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	11	Realizar o plantio de 20.721 mudas nativas do cerrado como compensação ambiental (SEMOB) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20.721	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	20.721			20721	100,0%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Elaborar Projetos do Anel Viário do DF (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

O Projeto Anel Viário do DF nasceu da necessidade de promover o desvio do tráfego de passagem (cargas e passageiros) na região central de Brasília e de retirar o tráfego de longa distância do Sistema Viário local, especialmente da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), de modo a possibilitar opções para o tráfego regional de passagem. Tais soluções reduzirão de modo eficiente os problemas de mobilidade existentes hoje no Distrito Federal. A concepção do Anel Viário busca a composição de rodovias existentes que interliguem os vetores de tráfego regional que acessam o DF, e circundam a região central de Brasília com o objetivo de desafogar o tráfego em curto espaço de tempo. A implantação do Anel Viário representa importante papel na integração dos Corredores Estratégicos de Transporte. Serão 320 km, integrando estes corredores de transporte, oferecendo deslocamentos com maior eficiência e segurança.

Em 2016 foram realizados 32% de estudos e projetos básico da implantação do Anel Viário do Distrito Federal, e estão previstos mais 34% para a 2º quinzena de abril referentes à parte do Projeto Executivo.

**2017**

O projeto referente ao Anel Viário teve um avanço significativo no ano de 2017. Entretanto, alguns trechos estão em fase de revisão enquanto a DF-205 se encontra para análise no órgão.

### **2. Elaborar Projetos do “Caminho das Escolas” (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Com o objetivo de aumentar a segurança no transporte de estudantes na zona rural por meio da melhoria na qualidade das vias; Ampliar e facilitar o acesso aos estudantes e servidores às escolas rurais; Aumentar a segurança dos trajetos; Diminuir a insalubridade devido às más condições das estradas; Reduzir os custos de manutenção dos veículos utilizados para o transporte escolar; Oferecer maior conforto no transporte aos estudantes da zona rural - O DER/DF pavimentará as rodovias e construirá ciclovias que dão acesso às escolas rurais, a fim de promover o acesso dos estudantes às instituições de ensino e reduzir os custos de manutenção dos veículos escolares utilizados.

O projeto beneficiará 28 escolas rurais contemplando as rodovias Distritais - 108,70 Km; Estradas Vicinais - 64,80 Km; Vias Locais - 45,75 Km e totalizará 219,25 Km de vias e espaço cicloviário.

A Ordem de Serviço para o desenvolvimento dos Projetos Executivos dos Lotes 1 e 2 foi emitida em 14/12/2016, contudo o novo empenho foi realizado após publicação do superávit do Banco do Brasil, em 24/03. Os serviços topográficos foram iniciados.

**2017**

Em 2017, a elaboração dos projetos de vias de acesso às escolas rurais, "Caminho das Escolas, Lotes 1 e 2", tiveram um avanço acumulado médio de 24,51%, abrangendo a entrega de relatórios conclusivos dos estudos preliminares referentes a trechos de rodovias em diversas áreas do Distrito Federal.

### **3. Promover melhorias em 55 pontos críticos em rodovias do DF. (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

No sentido de reduzir o número de acidentes de trânsito causados por problemas nas vias, o DER/DF elencou 55 pontos críticos, sendo realizados em 2016 as seguintes intervenções : DF-003 - em frente ao Shopping Popular - taper e faixa para retorno, construção de baia de ônibus; DF-011 – acesso SWO, complexo PC e Parque, adequação de semáforos, retornos, acessos e construção de baia de ônibus; DF-001/035 – Balão da ESAF, adequação geométrica; DF-001 – Setor Comercial dos Condomínios/ESAF - construção de baias de ônibus; DF-001 - acesso Boca da Mata, adequação geométrica; DF-075 - acesso Núcleo Bandeirante, adequação geométrica; DF-430 - construção de baias de ônibus; DF-128 – ao lado da igreja – sinalização, adequação geométrica e duplicação.

Destaca-se o trabalho integrado da Secretaria de Estado de Mobilidade e vinculadas, com outros órgãos do GDF e parceiros privados no “Plano Brasília Vida Segura”, que tem por finalidade reduzir pela metade o número de mortes em acidentes de trânsito até 2020, conforme meta estabelecida pelo plano Década de Ações para Segurança Viária, lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

#### 2017

Em 2017, o DER/DF trabalhou na adequação de importantes rodovias, eliminando pontos de estrangulamento de alguns trechos que se encontram sobrecarregados. Essas intervenções visam a melhoria da capacidade operacional de importantes fluxos de transporte, em especial, daqueles que se encontram saturados e que estão submetidos a condições de trafegabilidade desfavoráveis ou que apresentem elevado número de acidentes. Em 2017, foram realizadas intervenções nas seguintes rodovias: DF-004 - Canalização de veículos com uso de balizadores no km 19, em frente à Vila Telebrasil; DF-451 - Canalização de veículos com uso de balizadores no entroncamento com a BR-070; DF-003 - Canalização de veículos com uso de balizadores no Km 18, próximo ao SOF SUL; DF-003 - Canalização de veículos com uso de balizadores no Km 19, próximo ao Park Shopping; DF-003 - Canalização de veículos com uso de balizadores no Km 12, próximo ao SMU (Setor Militar Urbano); DF-001 - Itapoã -Adequação Geométrica e Sinalização entre os km 10 e 11; DF-015 - Paranoá - Adequação Geométrica e Sinalização entre os km 00 e 01; DF-250 - Itapoã/Paranoá - Adequação Geométrica e Sinalização entre os km 00 e 01; DF005 - Lago Norte - Criação de baía de ônibus entre km 00 e 01; DF-005 - Lago Norte - Criação de Retorno entre km 04 e 05; DF-290 - Adequação Geométrica do acesso à VC-379; DF-003 - Adequação da terceira faixa no entroncamento com a DF001.

#### **4. Restaurar 5 obras de arte e/ou trechos de rodovias. (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### 2016

Não houve registro de evolução dessa meta em 2016, segundo o DER.

#### 2017

Com o objetivo de promover a segurança e a fluidez viária, o DER/DF entregou, em 2017, 03 (três) obras de restauração em rodovias, aprimorando a segurança viária e reduzindo tempo de percurso e o número de acidentes de trânsito.

Restauração da DF-001(EPCT) “Caminho para Brazlândia”: Execução das obras de restauração da rodovia distrital DF-001 (EPCT) - "Caminho de Brazlândia", no trecho compreendido entre o entroncamento BR-070/DF-095 (EPCL), até o entroncamento BR-080/BR-251 (B), com extensão aproximada de 9.070,00 m, sendo 540,00 m de trecho em pista dupla e 7.760,00 m em pista simples e, ainda 770,00 m de 03 (três) alças existentes: alça de ligação da DF-001 para a BR-070; alça de ligação da DF-095 para a DF-001 e alça de ligação da DF-001 para a DF-095 (operação de reversão da EPCL), incluindo acostamento em toda a extensão do trecho, em ambos os sentidos (exceto nas alças), abrangendo também os serviços de drenagem, baias de parada de ônibus e a sinalização horizontal e vertical. Situação do contrato: concluído.

Restauração da rodovia DF-001 (EPCT) – Lago Oeste 1ª Etapa: Execução das obras de restauração da rodovia DF-001 (EPCT), entroncamento da DF-170 ao entroncamento BR-010/020/030/450/DF-001/003/150-Parque Rodoviário do DER/DF, trecho compreendido do km 119,3 ao km 131,8 (Lago Oeste – 1ª Etapa), incluídos os serviços de sinalização vertical e horizontal. Situação do contrato: concluído.

Restauração da rodovia DF-001 (EPCT) - Lago Oeste - 2ª Etapa: Restauração da DF-001 (EPCT) - Lago Oeste, entroncamento da DF-170 ao entroncamento da BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER/DF) - 2ª Etapa. Extensão de 8,8 km. Situação do contrato: concluído.

Além das obras entregues, se encontra em andamento a elaboração do projeto de restauração da rodovia DF-463, São Sebastião, e a obra de restauração da rodovia DF-087 (EPVL).

#### **5. Implantar a ligação: Torto – Colorado (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### 2016

A obra de Ligação Torto Colorado em conjunto com a obra do Trevo de Triagem Norte prevê medidas, para desafogar o trânsito na saída norte, beneficiará cerca de 100 mil motoristas que passam diariamente pelo local. As medidas vêm para eliminar problemas antigos, como a necessidade de recorrer à faixa reversa em horários de pico.

Com a obra de Ligação Torto-Colorado haverá: Ampliação da capacidade viária da saída norte e ordenamento do tráfego local, proporcionando menor tempo de deslocamento e facilitando os acessos à Rodovia DF-003, com maior segurança e facilidade, por meio do aumento da capacidade de trecho da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA); Diminuição no tempo de percurso; Redução do número de acidentes; Aumento da segurança viária; Aumento no conforto na circulação de todos os modos de transporte; Duplicação de capacidade do tráfego entre o Balão do Torto e o Balão do Colorado; Ordenamento do fluxo com a eliminação dos pontos de conflito; Acesso direto a DF-001, DF-150 e Bairro Taquari; Viabilização do uso de transporte não motorizado na região através de ciclovias; e Reduzir os congestionamentos.

O Lote 01 corresponde à execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 0,0 ao km 2,5, denominado Ligação Torto-Colorado. Foram executados até o momento 6,94%.

O Lote 02 corresponde à execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 2,5 ao km 5,2, denominado Ligação Torto-Colorado. Foram executados 22,9%.

#### 2017

A execução de obras de reabilitação de pavimento com melhorias e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), Ligação Torto-Colorado, segue em andamento em 2017 com avanço acumulado médio de 32,62% compreendendo os Lotes 1 e 2. Foi concluída em 2017 a execução da drenagem superficial e a remoção da rede de energia elétrica. Foram iniciados os ramais de drenagem, conclusão da OAE (Obra de Arte Especial) 01A e provação das OAE-03 e OAE-01C.

### **6. Adequar e melhorar com aumento de capacidade o TTN – Trevo de Triagem Norte (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### 2016

A construção do Trevo de Triagem Norte visa ampliar a capacidade viária da saída norte e ordenar o tráfego local, melhorando significativamente a segurança e o fluxo de veículos na região.

Atualmente, a saída da extremidade norte comporta um tráfego intenso em horário de pico, que vai das 17h30min até às 20h, apresenta diversos pontos de conflito de fluxos em seus entrecruzamentos, o que causa alto índice de acidentes; grande retenção dos fluxos, congestionamentos que afetam à fluência do tráfego, lentidão no escoamento, além da insuficiência da ponte do Braghetto que já não atende a quantidade de veículos que necessitam ultrapassá-la, apresenta desgastes estruturais e necessita de reforma e readequação à quantidade de veículos para oferecer deslocamentos eficientes e seguros na região. Além da ausência de ciclovias e passeios para circulação de pedestres ao longo das vias; inexistência de obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) que complementem de forma eficiente a mobilidade.

Esta obra tem por objetivo a diminuição no tempo de percurso; Redução do número de acidentes; Aumento da segurança viária; Aumento no conforto na circulação de todos os modos de transporte; Duplicação de capacidade do tráfego entre final da Asa Norte e o Balão do Torto; Ordenamento do fluxo com a eliminação dos pontos de conflito; Acesso direto ao Lago Norte por meio das vias L4 e W3 Norte; Viabilização do uso de transporte não motorizado na região.

A obra do TTN, em 2016, teve 11% executado. Neste ano, foram iniciadas as fundações da OAE 2, 3, 4.

#### 2017

A execução de obras para Implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN) segue em andamento com avanço acumulado de 30%. Foi concluída em 2017 a execução das Obras de Arte Especiais OAE 01, OAE 02, OAE 03, OAE 04, OAE 08, OAE 10 e OAE 12; pavimentação das vias laterais 1L e 2 W; execução de 50% OAE 09C do ramo 9W, ligação entre Eixo Rodoviário (DF-002) e Eixo Oeste.

## **7. Construir Ponte Paralela à Barragem do Paranoá (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

A construção da Ponte Paralela à Barragem do Paranoá se faz necessária em razão do acréscimo do número de veículos originários das regiões administrativas do Paranoá e condomínios existentes nas imediações, além da grande quantidade de veículos de cargas que passam sobre a DF-001 (EPCT). Esse cenário agravado pelas más condições topográficas, pode gerar impactos negativos tanto na estrutura quanto no aumento de número de acidentes de trânsito.

A fim de dar maior segurança e fluidez retirando o fluxo de veículos no local, o DER/DF abriu o processo nº 113.006.095/2015 para a realização de estudo técnico e a elaboração de Termo de Referência que dará origem a contratação de Concurso Público para a Construção da Ponte sobre a Barragem do Paranoá.

## **8. Construir 3 passarelas em rodovias; (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), após licitação, foi assinado, em 29/12/2016, o contrato nº 08/2016-SEMOB/DF para Elaboração de Projeto Executivo e Construção de 3 (três) Passarelas: nº 6 e nº 7 na DF-095 (EPCL) e nº 4 na DF-003 (EPIA). O início dos serviços está previsto para janeiro/2017, com tempo de execução de 120 dias.

**2017**

Em 2017, alterou-se a localização da passarela nº 4, anteriormente prevista para a DF-003 (EPIA), para a DF-095 (EPCL). A Ordem de Serviço autorizando o início das obras foi assinada em 26/07/2017. Contudo, a execução das obras está suspensa por força da Decisão nº 5587 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de 16/11/2017

## **9. Construir 9 pontes em rodovias. (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), em processo de preparação a licitação para contratação das obras de Alargamento das Pontes sobre o Córrego Samambaia e o Córrego Vicente Pires e dos Viadutos sobre a “FCA – Ferrovia Centro-Atlântica” na DF-085 (EPTG), totalizando 4 pontes e 2 viadutos (considerados os dois sentidos da via). O orçamento e os projetos básicos foram revisados e entregues pelo DER-DF em dezembro/2016. No mesmo mês, a minuta do edital foi encaminhada ao BID para análise e não objeção.

Ponte sobre o Rio Córrego do Torto (Prevista na obra de Ligação Torto Colorado – LTC; vide item 5) e 02 pontes sobre o Lago Paranoá (Previstas na obra do Trevo de Triagem Norte – TTN, vide item 6). Ponte sobre o Rio VC-533, iniciada no mês 04/2017. Ponte sobre a DF-290, licitação prevista para o primeiro semestre de 2017.

**2017**

Em 2017, das nove obras previstas na meta, quatro pontes e dois viadutos estão sob a alçada da SEMOB. Importantes obras, no sentido de melhorar a segurança viária, consistem no alargamento das Pontes sobre os Córregos Samambaia (1 em cada sentido da via) e Vicente Pires (1 em cada sentido da via) e Viadutos sobre a FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) na DF-085 (EPTG), que tiveram a Ordem de Serviço para o início das obras assinada em 19/12/2017 e têm previsão de conclusão de 120 dias.

Com o objetivo de promover a fluidez viária, o DER/DF concluiu, em 2017, a execução de 02 pontes: Ponte sobre o Rio Descoberto VC-533: Execução das obras para Construção de Ponte sobre o Rio Descoberto na VC-533 Brazlândia - Divisa DF/GO. Entroncamento BR-080/BR-251. Situação do contrato: concluído. Ponte sobre o Rio Alagado, rodovia DF-290: Construção de ponte sobre o Rio Alagado e passagem de fauna. Trecho: acesso ao Gama/entroncamento Avenida Alagados (Santa Maria). Situação do contrato: concluído.

Além daquelas já concluídas, o DER/DF realizou a licitação do alargamento da ponte sobre o Ribeirão Rodeador, DF-445.



**10. Construir 12 viadutos em rodovias (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);****2016**

Em 2016, foram previstos 8 viadutos que, embora ainda não construídos, fazem parte das obras em andamento como o Trevo de Triagem Norte – TTN e Ligação Torto Colorado, citadas nos itens 5 e 6. Por meio de Convênio celebrado entre o DER/DF e a TERRACAP em 14.03.2016, serão repassados ao Departamento R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a execução de cinco obras de Arte Especiais (viadutos), que fazem parte das obras necessárias à ampliação do Sistema Viário da Rodovia DF-003 – EPIA – Ligação Torto-Colorado. OAE – 01ª, OAE - 01BW, OAE – 01C, OAE-03 e OAE-04.

Aguardando a definição do modelo de licitação (RDC ou Lei 8.666/93) a Implantação de 3 viadutos no entroncamento das rodovias DF-001/DF-015/DF-250- Recanto das Emas/Riacho Fundo, II.

**2017**

Em 2017, ainda com o objetivo de promover a fluidez viária, o DER/DF concluiu 08 (oito) viadutos, sendo 07 (sete) integrantes da implantação do Trevo de Triagem Norte e 01 (um) da Ligação Torto-Colorad.

**11. Realizar o plantio de 20.721 mudas nativas do cerrado como compensação ambiental (SEMOB). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).****2017**

Em 2017, foram plantadas, no Jardim Botânico de Brasília, 20.721 mudas de espécies nativas do cerrado, atingindo a meta estipulada. Além do plantio, está previsto o monitoramento das mudas por mais dois anos.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1656	EXTENSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - SRDF	KM	2706	31/12/2014	2756	3039	3.064	3.064	3.089	3.114	DER / UO 26205 / OE 3
1657	ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO	%	58	31/12/2014	64	51	65	48	68	71	DER / UO 26205/ OE 3
1659	IMPLANTAÇÃO DO EXPRESSO OESTE	%			38	0	64	3,41	89	100	SINESP / UO 22101 / OE 3
1725	ÍNDICE DE MORTOS NO TRÂNSITO DO DF POR 100.000 HABITANTES	VÍTIMAS FATAIS/HABIT	13,23	31/12/2016	-	-	11,65	-	10,27	9,05	DER/DETRAN/DNI 26205/OE 3
1726	ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO VERTICAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO.	%	79	31/12/2016	-	-	65	84	68	71	DER/UO 26205/OE 3
1727	ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO.	%	58	31/12/2017	-	-	62	62	65	68	DER/UO 26205/OE 3

## Justificativas 2016

**Indicador 1656** - Foram consideradas as rodovias do BRT SUL, bem como as atualizações nas pavimentações das rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Somatório da extensão nas rodovias pavimentadas x número de faixas x 2 (acumulativo).

**Indicador 1657** - Em virtude de restrição orçamentária, não foi possível implementar todas as medidas planejadas. Destaca-se que o contrato de fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ só foi realizado no final do último trimestre (outubro) de 2016. Fórmula: número de quilômetros da malha rodoviária pavimentada em "ótimo e bom" estado / total malha pavimentada.

**Indicador 1658** - Em virtude de recessão orçamentária, não foi possível implementar todas as medidas planejadas.

**Indicador 1659** - Esse corredor ainda não foi implantado. O DER executou as obras em apenas um trecho do total, que foi na DF-085 (EPTG). A complementação deverá ser feita após licitação sob responsabilidade da SINESP.

**Indicador 1660** - Ainda será licitada a obra para a implantação dos Trechos 3 e 4, chamado de 2º Trecho ou 2ª Etapa. O Projeto Executivo de toda a extensão do BRT foi concluído antes da implantação dos Trechos 1 e 2, logo não é possível quantificar valores para a parte do projeto que se refere apenas aos Trechos finais (3 e 4).

**Indicador 1661** - O Projeto já está concluído e foi entregue à CAIXA para análise. Ainda não há um valor fechado para a obra, nem previsão de licitação. O que se tem é uma estimativa de quanto custará a obra, aproximadamente, R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). O Projeto foi concluído com valor final de R\$15.219.344,98.

## Justificativas 2017

**Indicador 1656** - Por meio de contratos de pavimentação e duplicação de rodovias, o DER/DF alcançou o índice desejado para o aumento da extensão das faixas de rolamento pavimentadas no Sistema Rodoviário do Distrito Federal.

**Indicador 1657** - A queda na avaliação do pavimento foi decorrente de que as obras de restauração da DF-001, Entroncamento BR-070/DF-095(EPCL) ao Entroncamento BR-080/251 (B) 080/251(B), "Caminho para Brazlândia" e Entroncamento DF-170 ao Entroncamento BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER-DF), " 2ª etapa Lago Oeste" não foram avaliadas como concluídas.

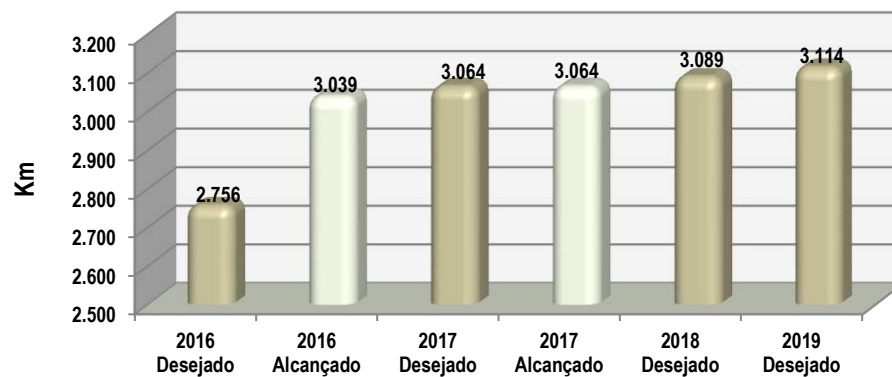
**Indicador 1659** - O resultado ficou muito abaixo do pretendido devido a alterações em projetos ou impedimentos para continuação de certames e para o prosseguimento de intervenção contratada, pelos efeitos de Decisões do TCDF e do TJDFT. Embora já tenham sido licitados 59,35% das intervenções do Corredor Oeste, outros 17,74% restantes não tiveram seus procedimentos licitatórios iniciados, pois apesar dos projetos de engenharia desenvolvidos, houve necessidade de ajustes, solicitados pela SEMOB, SEGETH e/ou IPHAN.

**Indicador 1725** - O indicador dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal. Dessa forma, envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER/DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano.

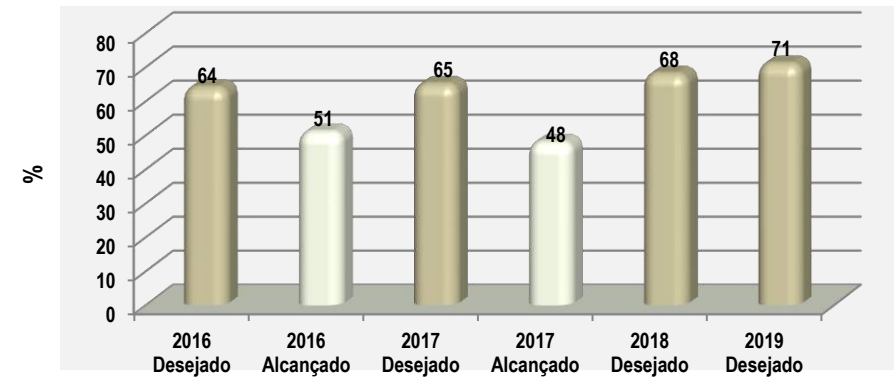
**Indicador 1726** - No exercício de 2017, o DER/DF superou o índice desejado para sinalização vertical classificada como em "bom e ótimo estado" no Sistema Rodoviário do Distrito Federal, alcançando a marca de 84%.

**Indicador 1727** - No exercício de 2017, o DER/DF alcançou o índice desejado de 62% para sinalização horizontal classificada como em "bom e ótimo estado" no Sistema Rodoviário do Distrito Federal.

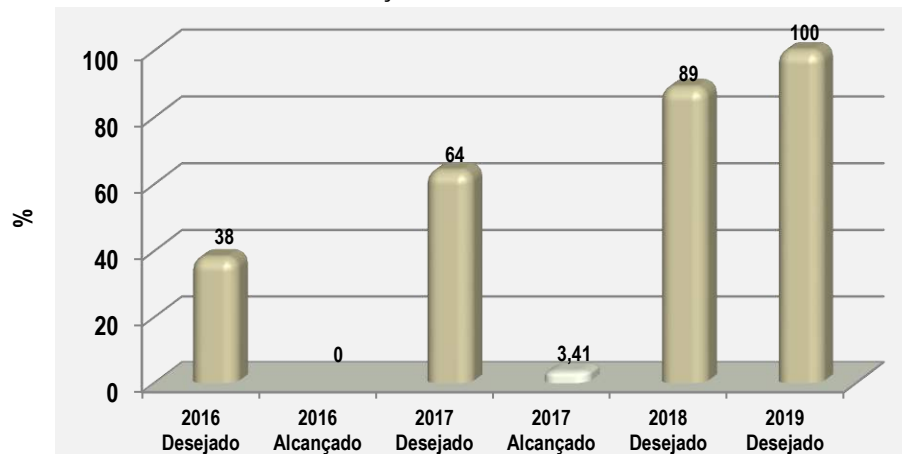
**EXTENSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - SRDF**



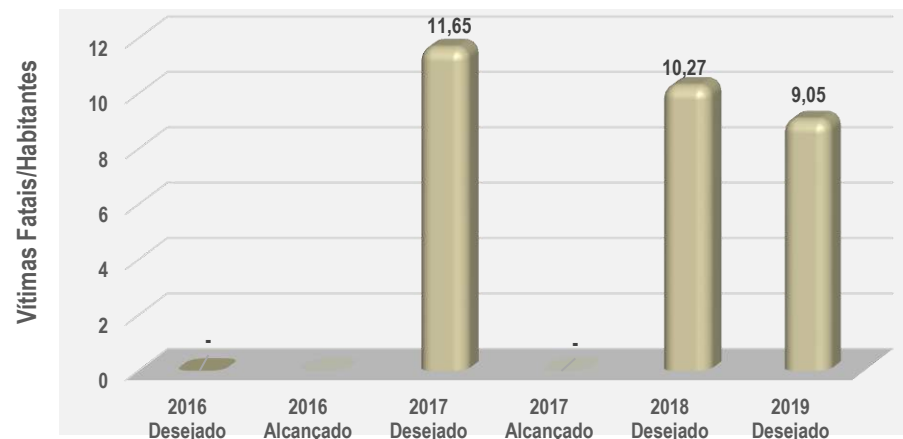
**ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO**



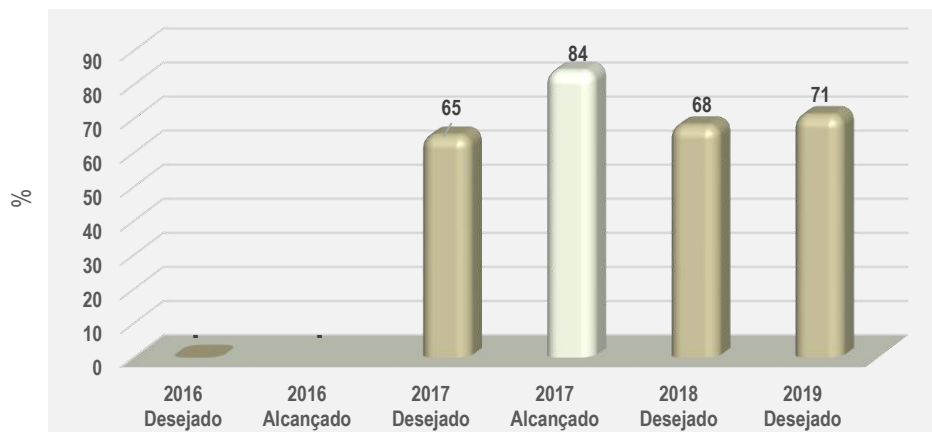
**IMPLANTAÇÃO DO EXPRESSO OESTE**



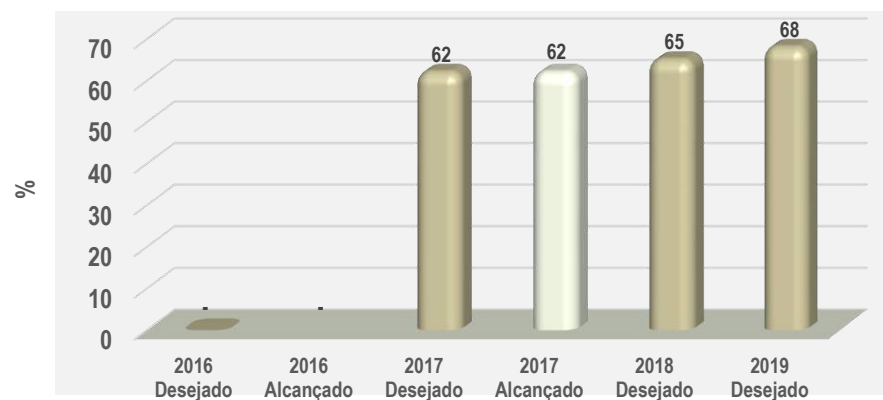
**ÍNDICE DE MORTOS NO TRÂNSITO DO DF POR 100.000 HABITANTES**



**ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO VERTICAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO**



**ÍNDICE DE MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO.**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	3	1	Articular a Implantação de estacionamentos rotativos ( <i>Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019</i> )	58101	20	<p><b>2016</b> Foi instituída, por meio do Decreto nº 37.436, de 23 de junho de 2016, a Comissão Interinstitucional para elaborar a regulamentação das áreas destinadas a estacionamentos no Distrito Federal - CIRAE-DF). Em 21 de outubro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.719 que transferiu à Secretaria das Cidades a Coordenação da CIRAE-DF. Segundo à Secretaria das Cidades, não houve avanço nesta ação em 2016.</p> <p><b>2017</b> A SECID coordenou e concluiu a Comissão para implantação dos Estacionamentos Rotativos no DF. O Edital do Procedimento de Manifestação de Interesse-PMI, para os estudos dos estacionamentos do DF foi elaborado. A Coordenação do projeto foi transferida para o IPREV.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SEMOB

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade, tem como missão Assegurar a Qualidade da Infraestrutura Viária, do Trânsito e da Mobilidade nas Rodovias do Distrito Federal, comprometida com o Desenvolvimento Sustentável.

Visando promover a segurança e fluidez viária, o DER atua na modernização e na manutenção da infraestrutura do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, incluindo, em 2016, ações de adequação, melhoramento, aumento de capacidade nas rodovias, duplicação e restaurações. Estavam em andamento ou foram finalizadas em 2016 diversas obras nas Rodovias: DF-463, DF-480, VC-533, DF-440, DF-035, DF-001 (EPCT)-Lago Oeste, ligação Torto- Colorado e no Eixo Norte com a implantação do Trevo de Triagem Norte. Constam em elaboração diversos projetos executivos de engenharia e de EIA/RIMA, destinados à implantação do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros denominados Corredor Eixo Norte, consultoria em engenharia para análise e adequações nos produtos oriundos do contrato 040/2008 e a elaboração dos projetos básico e executivo para implantação do Anel Viário, elaboração do Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-285, elaboração do Plano de Controle de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-001 (EPCT), incluindo a construção de ponte de concreto sobre o Rio da Palma, gerenciamento ambiental dos Programas Ambientais do Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul e supervisão das obras de implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN).

De acordo com as diretrizes governamentais, sendo o responsável pela administração de uma expressiva carteira de obras de construção totalizando, 16 contratos de obras, projetos rodoviários e serviços de engenharia administrados ao mesmo tempo, o DER foi responsável por 1.015 km de rodovias pavimentadas, conforme dados constantes do (SRDF) de 2016, e por uma malha rodoviária total de 1.913 km, cabendo-lhe ainda a execução de serviços de expansão ou recuperação, bem como contribuir para a educação no trânsito, zelar pela segurança viária, fiscalizar o trânsito em que compete o SRDF.

A grande diretriz para o período 2016-2019 é a priorização do transporte coletivo sobre o individual e do não motorizado sobre o motorizado. Todavia, dado o alto índice de motorização da capital do país, também são importantes ações para garantir a fluidez e a segurança viária.

Em 2017, no âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF), dentre outras ações, foram autorizadas importantes obras para a segurança e fluidez viária, que consistem no alargamento das Pontes sobre os Córregos Samambaia (1 em cada sentido da via) e Vicente Pires (1 em cada sentido da via) e Viadutos sobre a FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) na DF-085 (EPTG), que tiveram a Ordem de Serviço para o início das obras assinada em 19/12/2017 e têm previsão de conclusão de 120 dias. Estas pontes e viadutos auxiliarão na fluidez na EPTG, assegurando, ainda, um maior nível de segurança e conforto para os motoristas que utilizam a DF-085 diariamente.

Visando à compensação ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal Nº 100.000.006/2012-IBRAM e ao PGAS/RAAE (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica), foi concluído o plantio de 87.885 mudas de espécies nativas do cerrado no Jardim Botânico de Brasília, representando 100% do total previsto, conforme contrato nº 01/2015 – SEMOB.

Como componente de Custos Diretos do PTU/DF, visando à Melhoria da Segurança Viária para Transporte Motorizado e Não Motorizado, foram iniciados em julho/2017 os serviços de “Elaboração de Projeto Executivo e Construção das Passarelas nº 6 e 7 na DF-095 (EPCL) e Passarela nº 4 na DF-003 (EPIA)” (contrato nº 08/2016-SEMOB). Com o intuito de abranger uma maior parcela da população usuária das passarelas, o equipamento previsto para ser instalado na DF-003 (EPIA) foi transferido para a DF-095 (EPCL).

## **SINESP**

A SINESP contribui para a segurança e fluidez viária do Programa Mobilidade Integrada e Sustentável com a execução da ação da implantação do eixo oeste e vem enfrentando alguns entraves para a execução desta ação. Segue abaixo as considerações à respeito do **Indicador de Desempenho da Implantação do Expresso Oeste**:

O resultado ficou muito abaixo do pretendido devido a alterações em projetos ou impedimentos para continuação de certames e para o prosseguimento de intervenção contratada, pelos efeitos de Decisões do TCDF e do TJDFT. Embora já tenham sido licitados 59,35% das intervenções do Corredor Oeste, outros 17,74% restantes não tiveram seus procedimentos licitatórios iniciados, pois apesar dos projetos de engenharia desenvolvidos, houve necessidade de ajustes, solicitados pela Semob, Segeth e/ou Iphan.

Assim a Implantação do Expresso Oeste finalizou o exercício de 2017 com, apenas, 3,41% implantados, e encontra-se em execução os trechos: Sol Nascente/Hélio Prates e Viaduto EPTG/EPCT. A causa do baixo desempenho, como já observado, deu-se pela ausência de desfechos esperados de procedimentos licitatórios, cujas intervenções objeto dos certames influenciaram a elaboração da meta que restou prejudicada conforme o cenário apresentado abaixo.

Houve alteração de expectativa com relação a meta que para ser alcançada dependia, sobretudo, da evolução da intervenção do Túnel de Taguatinga até o Viaduto da EPTG, que teve impedido seu prosseguimento, por meio da Decisão nº 2375/2016 - TCDF, que determinou à Sinesp e à Novacap absterem-se em dar continuidade na execução do Contrato nº 004/2016-Sinesp.

E, também houve a necessidade de se adequar os projetos já existentes dos seguintes trechos:

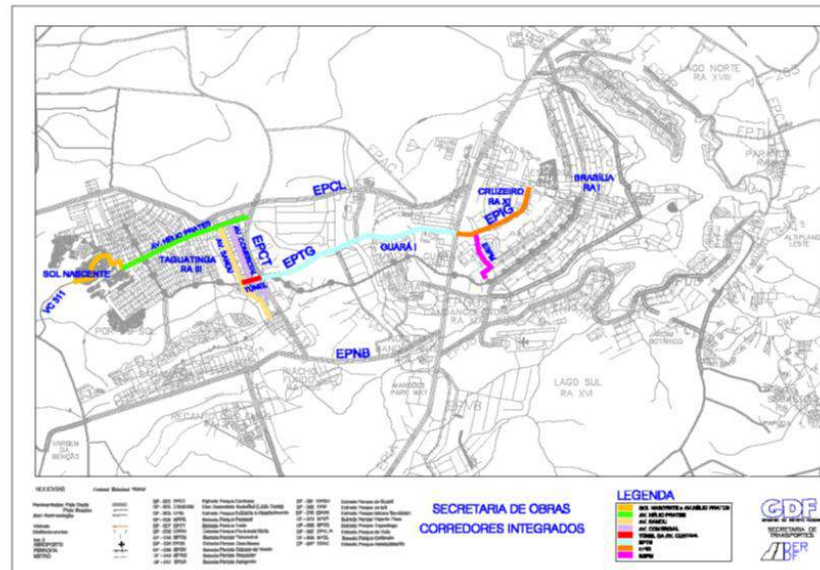
- Av. Hélio Prates e o trecho Samdu e Comercial Norte e Sul (Semob apresentou novas diretrizes para a Operação do Sistema de Transporte),
- EPIG – Trecho SIG (foi necessário destacá-lo do restante das obras face à negativa do Iphan com relação aos demais trechos),
- EPIG – Trechos restantes (ajustes face a novas diretrizes do Iphan e Semob),
- ESPM – entre a EPIG e o Viaduto da W3 Sul (fase final de orçamento), e
- ESPM – entre o Viaduto W3 Sul e o Terminal da Asa Sul - TAS (aguarda conclusão do trecho entre a EPIG e o Viaduto da W3 Sul).

Já em relação ao trecho EPIG – Viaduto Parque da Cidade, até o final do exercício, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades, que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.

## **Expresso Oeste (Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste) – PAC MOBILIDADE GRANDES CIDADES**

O Eixo Oeste é considerado o principal eixo de transporte público coletivo do Distrito Federal, pois sua implantação irá melhorar a mobilidade entre várias Regiões Administrativas, desde o Plano Piloto, como outras áreas bastante populosas, que compreendem as Regiões Administrativas de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará, além do município de Águas Lindas/GO.

A concepção da proposta se baseia na implantação de um sistema integrado com eixos estruturantes servidos por linhas troncais, circulares, de ligação e alimentadoras/distribuidoras, visando a redução dos tempos de espera e de viagens nas linhas alimentadoras e troncais, com o mínimo de superposição de itinerários, com foco principal nas questões de mobilidade e acessibilidade.



LOCALIZAÇÃO: Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia

Por uma questão de estratégia, tanto para a elaboração de projetos como para a implantação das obras, o corredor de transporte do eixo oeste foi dividido nos seguintes trechos:

- Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG;
- Estrada do Setor Policial – EPM,
- Estrada Parque Taguatinga / Guarã – EPTG,
- Túnel de Taguatinga;
- Avenidas Comercial e SAMDU;
- Avenida Hélio Prates; e
- Acesso à Avenida Principal do Sol Nascente.

Estes trechos atingem a extensão total de 30,12 km (sem considerar os 25,84 km correspondentes às vias transversais às Avenidas Comercial e Samdu); O valor total estimado para a implantação de todo o Eixo Oeste é de R\$ 650 milhões.

As obras relativas à Avenida Hélio Prates e à EPIG serão realizadas com recursos oriundos do OGU; as demais, com recursos do FGTS e o trecho correspondente à EPTG foi implantado pelo DER.

Agrupando-se as obras/projetos dos diferentes trechos em função do estágio em que se encontram, e tomando-se como base o valor estimado para todo o empreendimento, obtêm-se os seguintes dados:

SITUAÇÃO DAS OBRAS OU PROJETOS	EXTENSÃO km	PERCENTUAL SOBRE O VALOR TOTAL A SER INVESTIDO EM TODO O EMPREENDIMENTO %
Obras concluídas	0,18	2,27
Obras licitadas ou em execução	2,16	59,35
Obras com licitação prevista para início de 2018	17,08	20,65
Obras com projetos que necessitam de novos ajustes	10,7	17,74
<b>Total</b>	<b>30,12</b>	<b>100</b>

Dessa forma, estima-se que até o final de 2018 já terão sido iniciadas as ações para a implantação de 82% das obras que compõem o corredor de transporte; as obras já licitadas correspondem a 59,35% e os 17,74 % restantes não foram iniciados devido a fatores específicos de projeto, em função de alterações solicitadas pela Semob, Segeth e/ou Iphan, após a conclusão dos mesmos. No entanto, ao se considerar o percentual de obras executadas sobre a extensão total do Eixo Oeste, obtém-se o índice de 3,41% de obras implantadas.

Por fim, apresenta-se abaixo, as justificativas detalhadas para o atraso na implantação de cada trecho do corredor de transporte do Eixo Oeste, ao longo de todo o processo:

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DO ANDAMENTO DAS OBRAS
ACESSO SOL NASCENTE / HÉLIO PRATES	Obra em Andamento
AV. HÉLIO PRATES	A obra não poderá ser realizada concomitantemente à obra do Túnel. Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente.
SAMDU E COMERCIAL NORTE E SUL	Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente. Os novos projetos executivos estão em fase final de orçamento para posterior envio para licitação.
TRANSVERSAIS SAMDU E COMERCIAL	Projeto incluído recentemente no empreendimento. Certames lançados, mas suspensos pelo TCDF.
DRENAR TAGUATINGA	Obra licitada, aguardando recursos para contrapartida.
TÚNEL (ATÉ O VIADUTO DA EPTG)	Obra contratada, porém prosseguimento interrompido por Decisão do TCDF, em consequência de Ação Judicial que questiona o certame.
VIADUTO EPTG/EPCT	Obra em Andamento.
EPIG – VIADUTO PARQUE DA CIDADE	Projeto concluído, porém até o encerramento do exercício de 2017, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.
EPIG – TRECHO SIG	Único trecho autorizado pelo Iphan - projeto concluído em fase final de orçamento (houve necessidade de destacá-lo do restante das obras, face à negativa do Iphan com relação aos demais trechos).
EPIG – TRECHOS RESTANTES	Projeto concluído, mas com necessidade de ajustes face à nova orientação do IPHAN e Semob.
ESPM – ENTRE A EPIG E O VIADUTO DA W3	Projeto refeito face às novas diretrizes da Segeth e Semob, eliminando as trincheiras; projeto concluído e em fase final de orçamento para posterior licitação.
ESPM - VIADUTO W3	Obra concluída.



LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DO ANDAMENTO DAS OBRAS
ESPM – ENTRE O VIADUTO W3 e o Terminal da Asa Sul	Projeto pronto para licitação, aguardando o trecho entre a EPIG e o viaduto da W3.

#### **DER**

No ano de 2017, houve aumento nas Faixas de Rolamento em decorrência da ampliação das rodovias pavimentadas, bem como na melhoria da metodologia de aferição proporcionada pelo Sistema de Cadastro de Rodovias - SCR, utilizado pelo DER/DF.

O Índice de Sinalização Vertical em "Bom e Ótimo" estado foi superado em 2017, enquanto índice referente à Sinalização Horizontal atingiu o esperado.

A queda na avaliação do pavimento é consequência de que as obras de restauração da DF-001 ("Caminho para Brazlândia" e "2ª Etapa do Lago Oeste") não foram avaliadas como concluídas quando da aferição quadrimestral. Ambas se encontram finalizadas e somam 21,59 km, sendo que a restauração do "Caminho para Brazlândia" tem extensão aproximada de 9,07 km, e a 2ª Etapa do Lago Oeste, 12,52 km.

O indicador de Mortos no Trânsito do DF por 100.000 Habitantes dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal. Dessa forma, envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER/DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano.

#### **SECID**

Todo trabalho técnico e edital de PMI foi desenvolvido pela Secretaria das Cidades. Com a aprovação da Lei Complementar 932 de 2017 que institui o regime de previdência complementar do DF, os recursos decorrentes da cessão do direito de superfície sobre os espaços públicos destinados a estacionamento de veículos automotores e o direito de superfície sobre áreas destinadas à regularização fundiária urbana e rural de propriedade do Distrito Federal e de suas empresas públicas, observada a regulamentação específica definida em lei, serão destinados ao Fundo da Previdência. Isto posto, a coordenação da implantação do projeto de estacionamentos rotativos anteriormente designada à Secretaria de Estado das Cidades, foi transferida ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV. Os estudos e trabalhos desenvolvidos por esta Secretaria foram oficialmente repassados aos novos coordenadores, com a finalidade de proporcionar celeridade e devida continuidade ao processo já iniciado.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**04 - BRASÍLIA NOS TRILHOS: Melhorar e expandir o serviço de transporte ferroviário e elevar a satisfação do usuário com o transporte sobre trilhos. (Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

#### **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ**

#### **ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

## Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	1	Implantar a Expansão da rede metroviária - linha 1, Samambaia (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	2	Concluir 3 estações do metrô na Asa Sul (104 Sul, 106 Sul e 110 Sul) (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	3	Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	65,79	77,62			77,62	77,6%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	4	Concluir projeto executivo dos VLTs na W3 Sul, Eixo Monumental e Sol Nascente – Ceilândia / Taguatinga/ Riacho Fundo I; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	5	Reduzir o intervalo dos trens do metrô para 3 minutos, por meio da modernização do Sistema Metroviário (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	3:40	3:40			0:03:40	77,8%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	6	Ampliar frota em 10 novos Trens; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	7	Implantar a Escola de Formação Metroferroviária de Brasília (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	50			50	50,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	8	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética do Metrô (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	94			94	94,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	9	Modernizar o Sistema de Telecomunicação do Metrô (Sistema de Radiotelefonia, Sistema de telefonia fixa, Sistema de Transmissão de Dados e Sistema de Sonorização) (METRÔ) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	63,5			63,5	63,5%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	10	Concluir os Estudos de Modelagem e Macrossimulação de Demanda na Área Central de Brasília para Expansão do Transporte sobre Trilhos/Metrô na Área Central (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Implantar a Expansão da rede metroviária - linha 1, Samambaia (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

O Termo de Compromisso n.º 445.443-62/2015 foi assinado em 28/12/2015 e a Síntese do Projeto Aprovado – SPA referente à 1ª Etapa foi homologada em 24/03/2016. Por meio da Concorrência n.º 003/2016 está sendo realizada a licitação para “*Contratação de Serviços Especializados de Engenharia para Elaboração de Estudo, Modelagem e Macrossimulação de Demanda na Área Central de Brasília para a análise de Projetos Metroferroviários*”, cuja abertura ocorreu no dia 21 de novembro de 2016. No momento encontram-se em análise as propostas técnicas.

2017

No decorrer de 2017, o METRÔ-DF continuou aguardando a homologação pelo Ministério das Cidades da SPA referente ao empreendimento "Expansão e Modernização da Linha 1 do METRÔ-DF".

### **2. Concluir 3 estações do metrô na Asa Sul (104 Sul, 106 Sul e 110 Sul) (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Esta Meta estava vinculada à Operação de Crédito n.º 445.237-66, selecionada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 406, de 21 de julho de 2014. Foram providenciados pelo Metrô-DF os documentos técnicos solicitados, que se encontravam aprovados pela Caixa Econômica Federal. Todavia, em virtude de pendências na análise de risco do GDF para efetivar tal contratação a Operação de Crédito foi cancelada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 632, de 29 de dezembro de 2016.

2017

Tendo em vista o cancelamento dos recursos em 2016, essa Meta foi reavaliada em função dos recursos disponíveis: os empreendimentos passaram a ser custeados com recursos de financiamento junto ao Banco do Brasil, a Estação 104 foi suprimida e inserida a Estação Estrada Parque, em Águas Claras. Foram realizadas as 03 licitações para a realização das obras de Conclusão das Estações 106 Sul (Concorrência n.º 004/2017); 110 Sul (Concorrência n.º 005/2017) e Estrada Parque (Concorrência n.º 006/2017).

### **3. Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

A elaboração do Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT foi contrato em 23/07/2015, Contrato n.º 005/2015 e encontra-se com andamento normal, tendo sofrido reprogramação do respectivo cronograma em virtude da greve dos metroviários ocorrida em meados de 2016. Em dezembro de 2016 foi concluída a coleta de dados da Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU/DF que, após o respectivo processamento, fornecerá os subsídios para a elaboração do PDTT/DF.

2017

Em 2017, foi concluída a Pesquisa de Mobilidade Urbana – PMU/DF (estudo traz disponibilidade de dados precisos, atualizados, concatenados e segregados por todos os modos de transporte, inclusive aquele sobre trilhos – acerca do padrão das viagens urbanas realizadas diariamente no Distrito Federal). Continuidade do Contrato n.º 005/2015, com execução de 77,62% do valor total do PDTT/DF. O PDTT/DF tem como finalidade o planejamento, a médio e a longo prazos, do Sistema de Transporte Público sobre Trilhos do Distrito Federal – STPT/DF, segundo um modelo de desenvolvimento físico-funcional sustentável e adequado ao padrão de atendimento da demanda por transporte urbano no Distrito Federal – DF, idealizado para um horizonte futuro de 20 anos e, em observância, principalmente, ao disposto no PDTU/DF de 2011 e às prescrições do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, de 2009, e de suas alterações (Lei Complementar n.º 854 de 15/10/12).

**4. Concluir projeto executivo dos VLTs na W3 Sul, Eixo Monumental e Sol Nascente – Ceilândia / Taguatinga/ Riacho Fundo I; (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Quanto ao VLT na W3 Sul, o Termo de Compromisso n.º 445.450-67/2015 foi assinado em 28/12/2015. Aguarda a homologação pelo Ministério das Cidades da Síntese do Projetos Aprovado - SPA. O VLT Monumental é desdobramento da Meta 1. O VLT Sol Nascente/Ceilândia/Taguatinga/Riacho Fundo I está em fase de estudo de traçado, não havendo recursos vinculados.

**5. Reduzir o intervalo dos trens do metrô para 3 minutos, por meio da modernização do Sistema Metroviário (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Em 2014 e 2015, a modernização não foi possível devido às limitações orçamentárias motivadas pela recessão econômica, como consequência, os serviços foram mantidos nos mesmos níveis com intervalo nos horários de pico de 3 minutos e 40 segundos. Dentro das limitações e da maior demanda das estações do ramal Ceilândia foi implantada ainda em setembro de 2015 (Y2) uma modificação no esquema de circulação de trens de maneira a atender aquelas estações. A modernização de diversos subsistemas (radiotelefonia, sonorização, sistema de transmissão de dados, etc.) e com os estudos que estão sendo conduzidos para reduzir as despesas com energia elétrica contribuirão para melhores condições do sistema e consequentemente dos usuários do sistema, quer de conforto quer de segurança.

2017

Em 2017, a priorização da contratação do Sistema de Modernização do Metrô (Sistema de Radiotelefonia, Sistema de telefonia fixa, Sistema de Transmissão de Dados e Sistema de Sonorização), e sua implementação, bem como melhorias no sistema de energia, trarão condições para alcançar a redução do intervalo dos trens do metrô para 3 minutos no tronco.

**6. Ampliar frota em 10 novos Trens (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Meta vinculada à Operação de Crédito n.º 445.236-52, selecionada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 406, de 21 de julho de 2014. Foram providenciados pelo Metrô-DF os documentos técnicos solicitados, que se encontravam aprovados pela Caixa Econômica Federal. Todavia, haviam pendências na análise de risco do GDF. A Operação de Crédito foi cancelada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 632, de 29 de dezembro de 2016.

**7. Implantar a Escola de Formação Metroferroviária de Brasília (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Em 2016, foi concluído o Projeto para reforma do prédio que abrigará as instalações da Escola Metroferroviária de Brasília. O Projeto encontra-se em fase de licitação com vistas ao início das obras.

No ano de 2016, a Escola Metroferroviária de Brasília capacitou 138 (cento e trinta e oito) empregados da área meio, e 987 (novecentos e oitenta e sete) empregados da área fim, num total de 1.125 (mil, cento e vinte e cinco) empregados capacitados em cursos das áreas administrativa e operacional.

Por meio de parcerias com a Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Contas do DF, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e Controladoria Geral do Distrito Federal, foram ofertados 130 cursos nas áreas de contratos, riscos, controle, processos, normatizações, informática, cerimonial, legislação de pessoal e combate ao racismo institucional.

2017

Em 2017, foi efetivada a licitação para Contratação de Serviços Especializados de Engenharia para Reforma das Edificações e da Primeira Etapa da Escola Metroferroviária na sede do METRÔ-DF (Concorrência nº 002/2017).

A implantação do Laboratório de Inovações Metroferroviárias tem como objetivo comprovar e desenhar viabilidade técnica ou funcional de novos produtos, sistemas ou processos que impactam no usuário, trazendo soluções simples para situações incômodas. 1º Produto de inovação (tecnologia desenvolvida exclusivamente por técnicos do Metrô-DF) - instalação de 56 painéis na Estações (Águas Claras, Arniqueiras, Central, Praça do Relógio, Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Terminal Ceilândia, Furnas, Concessionárias, Terminal Samambaia, 114 Sul, Shopping, Metropolitana, Guará e Galeria) do Sistema de Sinalização Online, que informam o horário exato em que os trens chegam às plataformas. O usuário pode se programar melhor ao saber o horário em que o trem chega à estação.

Implantação de programa de visitas técnicas/orientadas para público externo - 359 pessoas participaram dos passeios/visitas monitoradas do Projeto Educação nos Trilhos

#### **8. Elaboração e implantação de plano de eficiência energética do Metrô (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Esta meta apresenta relação com a Modernização de Energia – 1ª Etapa (Implantação de miniusina fotovoltaica na Estação Guariroba), uma vez que fornecerá subsídios para verificar a viabilidade técnica e econômica de utilização da energia solar em todas as 16 estações operacionais ou em trecho do sistema. A contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba efetivará em 2017, no valor total de R\$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

**2017**

Modernização de Energia – em 2017, trabalhou-se na implantação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica na Estação Guariroba (Ceilândia) que é um projeto piloto que conta com 578 placas fotovoltaicas, responsáveis por gerar energia limpa com utilização de recursos naturais renováveis - 94% de execução.

#### **9. Modernizar o Sistema de Telecomunicação do Metrô (Sistema de Radiotelefoneia, Sistema de telefonia fixa, Sistema de Transmissão de Dados e Sistema de Sonorização) (METRÔ). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2017**

Modernização do Sistema de Radiotelefoneia (O sistema melhorará a comunicação entre os trens, estações e o Centro de Controle Operacional (CCO) e é fundamental para a expansão da via do Metrô-DF em Samambaia, Ceilândia e Asa Norte) - 71% de execução;

Modernização do Sistema de Transmissão de Dados (Ampliará a capacidade de transmissão de dados do sistema metroviário para garantir melhor prestação de serviço ao usuário do metrô) - 69% de execução;

Modernização do Sistema de Telefonia (Ampliará a capacidade do sistema telefônico para garantir melhor prestação de serviço ao usuário do metrô) - 57% de execução; Modernização do Sistema de Sonorização (Melhorará a sonorização das estações, possibilitando a comunicação remota via Centro de Controle Operacional (CCO) que passa a se comunicar diretamente com as plataformas) - 67% de execução;

#### **10. Concluir os Estudos de Modelagem e Macrossimulação de Demanda na Área Central de Brasília para Expansão do Transporte sobre Trilhos/Metrô na Área Central (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2017**

Em 2017, foi concluída a Concorrência nº 003/2016 e foi assinado o Contrato nº 018/2017 para elaboração dos estudos de Modelagem e Macrossimulação. Documentação referente ao procedimento licitatório foi enviada e aprovada pela Caixa Econômica Federal. Em sequência, foi remetida ao Ministério das Cidades para a Autorização da Início de Execução do Objeto (AIO), o que não ocorreu em 2017.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1663	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	%	86	31/12/2014	86	0	86	85	86	90	METRÔ / UO 26206 OE 4
1664	NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO METRÔ (MÊS X 1000)	UNIDADE	3.474	31/12/2015	4160	2996	3.626	3.050	3.916	4.112	METRÔ / UO 26206/ OE 4
1728	ÍNDICE DE REGULARIDADE	%	96	31/12/2015	-	-	97	91,64	97	97	METRÔ/UO 26206/OE 4
1729	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS QUE CAUSARAM INTERRUPÇÃO DO SISTEMA	UNIDADE	45	31/12/2016	-	-	45	73	38	35	METRÔ/UO 26206/OE 4

### Justificativas 2016

**Indicador 1663** - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de Satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente.

**Indicador 1664** - Em 2016, a média foi de 2,99 milhões de usuários. Verificou-se assim, que a diminuição de usuários em relação a 2015 ocorreu devido a ampla greve dos metroviários que durou 72 dias (junho, julho e meados de agosto) refletindo uma redução de 13,76%.

### Justificativas 2017

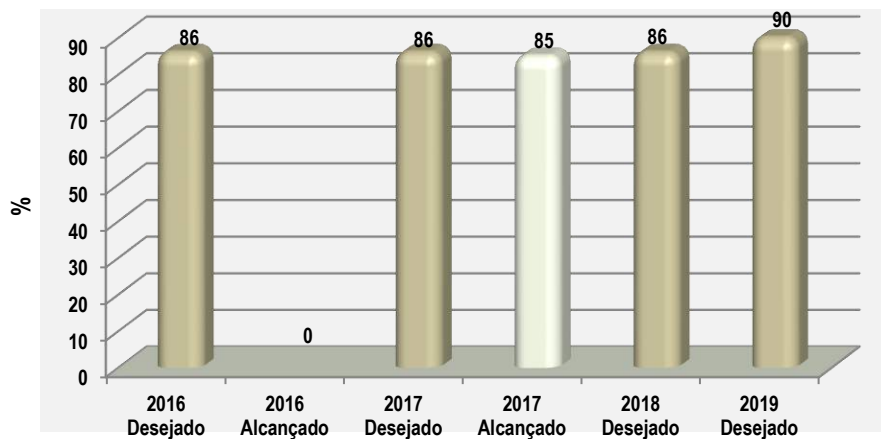
**Indicador 1663** - O índice alcançado refere-se ao ano de 2016, visto que o relatório final da Pesquisa de Satisfação dos Usuários foi divulgado em Julho de 2017. Durante a coleta foram aplicadas 2.926 entrevistas, nas 24 estações do Metrô-DF, nos 7 (sete) dias da semana, em horário de pico e não-pico. Em razão das limitações orçamentárias, a contratação da Pesquisa referente a 2017 foi homologada em 18/01/2018, com previsão de entrega do resultado em Abril/2018.

**Indicador 1664** - Em 2017, a média foi de 3,05 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 2,99 milhões em 2016. Verificou-se um pequeno aumento 2% entre os dois períodos. A manutenção da média entre os dois anos pode ser creditada à redução da oferta de viagens devido às greves, que no ano de 2016 ocorreu nos meses de junho, julho e agosto, e em 2017 nos meses de novembro e dezembro, além de paralisações pontuais nos meses de abril e junho.

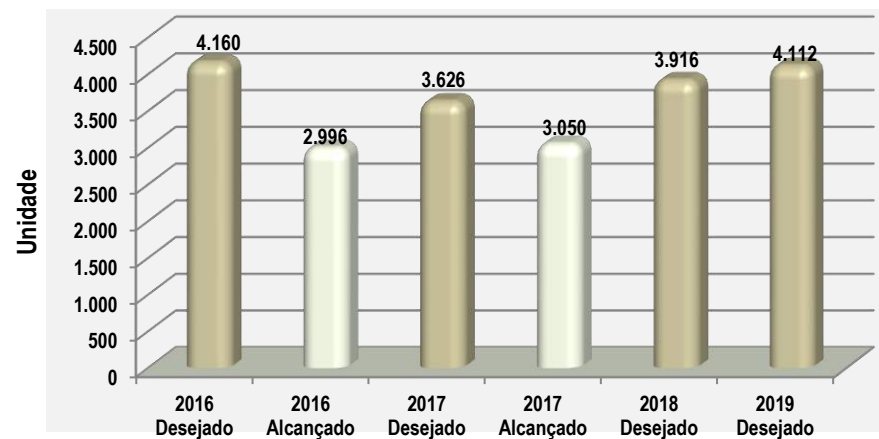
**Indicador 1728** - Em 2017, foram realizadas um total de 112.584 viagens frente a 122.853 programadas, o que corresponde a uma execução total de 91,64%. A prolongada greve, que ocorreu entre 06/11 e 18/12, foi a responsável pela execução inferior à programação. Durante os meses de janeiro e fevereiro, a oferta de trens foi reduzida para um total de 22 trens nos horários de pico, ofertando um serviço melhor em relação ao ano de 2016, quando a oferta foi reduzida para 20 trens.

**Indicador 1729** - Em 2016, foram registrados 56 Incidentes Notáveis. Em 2017, ocorreram 73 Incidentes Notáveis.

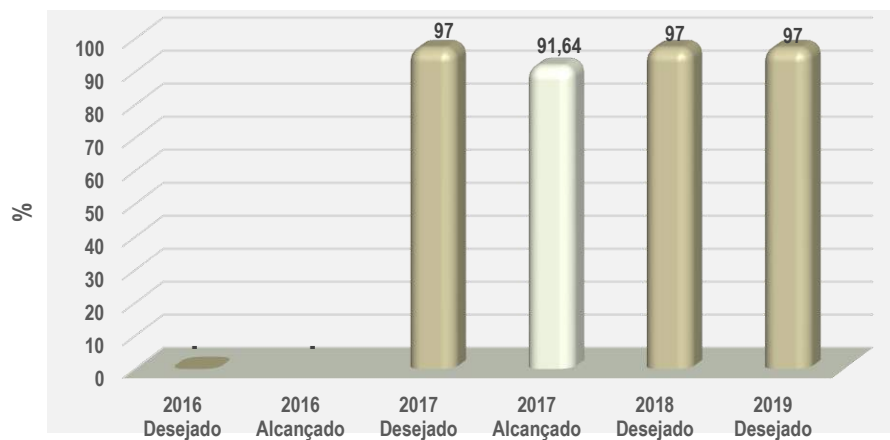
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ



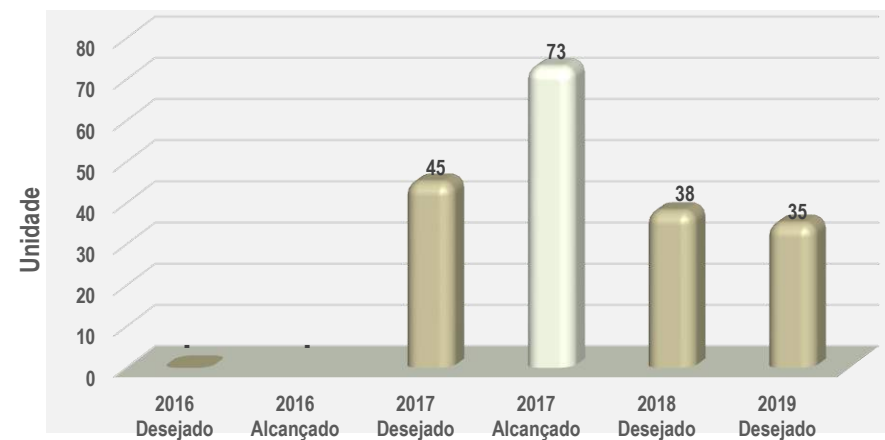
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO METRÔ (MÊS X 1000)



ÍNDICE DE REGULARIDADE



NÚMERO DE OCORRÊNCIAS QUE CAUSARAM INTERRUÇÃO DO SISTEMA



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	4	1	Realização de estudos para expansão de veículos elétricos na frota de apoio do Metrô; (SEMOB) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	26101	X	<p><b>2016</b></p> <p>Realização de estudos para expansão de veículos elétricos na frota de apoio do Metrô - Ação para reduzir o impacto ao meio ambiente é a utilização de carros elétricos em substituição aos de gasolina. Foi publicada no <i>Diário Oficial do DF</i> a cessão gratuita de dois veículos elétricos, por 30 dias, fabricados pela empresa chinesa BYD para que sejam realizados testes dessa tecnologia em prol da redução da emissão de gás carbônico. Em 2016, o METRO em razão das limitações orçamentárias do GDF e alto valor da alfândega e limitações administrativas suspendeu esta ação.</p>
6216	4	2	Elaboração de estudos visando à expansão comercial do Metrô; (SEMOB)	26101	60%	<p><b>2016</b></p> <p>A Expansão Comercial do Metrô - Implantação do Programa de Comercialização dos Espaços nas Estações Metrô engloba:</p> <p>Etapa 1 - Implantação da comercialização dos espaços destinados a painéis publicitários e adesivamento das estações e trens.</p> <p>Etapa 2 – Implantação da comercialização dos espaços destinados a quiosques, eventos, máquinas dispensadoras, entre outros. As ações: locação de lojas, implantação de quiosques, estandes e máquinas dispensadoras - ainda não foram implementadas devido a necessidade de <u>regularização dos terrenos das Estações</u>, bem como a necessidade de <u>definição do endereçamento dos espaços</u>, demanda que encontra-se em análise pela SEGETH.</p> <p>Etapa 3 – Licitação das Lojas das Estações.</p> <p>Etapa 4 – Shopping no Metrô - O Projeto da Estação 19 – encontra-se na Câmara Legislativa, via Projeto de Lei Complementar, para autorização de alteração da destinação do terreno.</p> <p><b>2017</b></p> <p>Estudos internos no METRÔ-DF foram realizados desde 2016, com orientações e possibilidades de arrecadação extratratária, composta de ações que visam explorar os espaços disponíveis nas estações e trens. Uma das formas de utilização desses espaços se dá por meio das Feiras nas estações, que foram intensificadas após a publicação do regulamento em 2017 (exploração de espaços físicos destinados à realização de ações publicitárias, promocionais, comerciais e de serviços nas áreas da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF, mediante credenciamento), e que se mostraram uma importante fonte de receita, além de outros benefícios indiretos gerados para a população/usuários. Já na parte da publicidade, outra iniciativa foi a elevação de receita extratratária, com a locação de espaços publicitários e ações comerciais, onde angariou R\$ 4,6 milhões em 2016, um aumento de 43%, e se projeta aumentar a arrecadação de publicidade em pelo menos R\$ 2 milhões para 2018</p>
6216	4	3	Articulação para implantação de trens regionais; (SEMOB)	26101	100	<p><b>2016</b></p> <p>Houve várias reuniões em 2016 para articulação dessa temática, com a participação do Governador e do Secretário de Estado de Mobilidade.</p> <p><b>2017</b></p> <p>O METRÔ-DF articula e monitora junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) a implantação do transporte ferroviário regional e semiurbano de passageiros no trecho Brasília (DF), Anápolis (GO) e Goiânia (GO) e do transporte de cargas entre Brasília e Goiânia. Mas, para que seja viabilizado, o projeto sinaliza seu desenvolvimento por meio de uma PPP (Parceria Público-Privada). O levantamento conduzido pela ANTT analisa a viabilidade técnica, econômica, socioambiental e jurídico-legal, necessários à outorga da exploração do serviço. Os documentos abarcam a avaliação de alternativas de traçado e de localização das estações, de tecnologias, além dos aspectos econômico-financeiros e socioambientais de modo a dotar a região de trens de passageiros modernos, confortáveis e seguros. Segundo os estudos, a previsão é que, no primeiro ano de operação, mais de 40 milhões de passageiros sejam transportados numa velocidade de até 160 quilômetros por hora, em um percurso de 95 minutos entre Brasília e Goiânia.</p>
6216	4	4	Criação de projeto piloto de implantação de	26101	X	<p><b>2016</b></p>



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			energia solar na estação. (SEMOB) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)			A contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, Montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba efetivará em 2017, no valor total de R\$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

**2016/2017**

### **METRÔ**

Como é sabido, o METRÔ-DF é empresa pública dependente do Distrito Federal. Tem por objeto promover e explorar o transporte público coletivo sobre trilhos no Distrito Federal. O projeto METRÔ-DF é composto por 29 estações, das quais 24 estão em funcionamento. Com uma frota de 32 trens, transporta em média 160 mil passageiros por dia. Toda a via tem extensão de 42,38 km e liga a região administrativa de Brasília à de Ceilândia e Samambaia, passando pela Asa Sul, Setor Policial Sul, Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), Guará, Park Way, Águas Claras e Taguatinga.

Em alinhamento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, incorporou-se ao Plano Estratégico Institucional - PEI a metodologia ISO 31000:2009 e o COSO 2013. De forma complementar, seguiu-se a Declaração de Posicionamento do Institute of Internal Auditors – IIA com relação às melhores práticas em gestão de riscos.

A base estratégica adotada na elaboração do PEI – METRÔ-DF segue abordagem descendente, iniciando-se na observação dos Programas do Governo Federal, do Programa do Governo de Brasília e sua interação com o PPA-METRÔ/DF e outros Órgãos de Gestão Distrital, tais como a Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAG, Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB e Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

Desde a sua criação, o METRÔ-DF sempre dependeu de recursos provenientes do erário distrital, pois sua arrecadação própria não assegura recursos suficientes para tornar-se não dependente do Tesouro distrital. Ainda que o grau de dependência tenha diminuído em 2016 com relação aos anos anteriores (agora em 65%; redução de 8% com relação a 2015), tem-se um cenário claro de dependência dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

Como desafio para reduzir ainda mais a dependência financeira, além de reduzir seus custos operacionais, o METRÔ-DF buscou incrementar suas receitas (fontes extratratifárias - exploração comercial de lojas, outros espaços físicos, espaços publicitários, etc.). Por outro lado, as receitas extratratifárias podem ser majoradas por meio de esforço de comercialização junto aos interessados, ainda que representem pequena parcela do total de arrecadação do METRÔ-DF (em 2016, apenas 3,3%). Cabe também ressaltar a intenção de abrir ao setor privado a exploração da área da Estação 19, cujo potencial de incremento de recursos tarifários e extratratifários mostra-se superior ao seu custo operacional.

Em 2016 houve muitos valores contingenciados, fato que prejudica a execução da programação financeira e das atividades cotidianas da Companhia. Em especial, o período atual de crise institucional, política e financeira no Brasil e no Distrito Federal afeta diretamente o METRÔ-DF por depender do tesouro distrital, o qual sofre com a queda de arrecadação de tributos.

Outra dificuldade que se apresenta é a escassez do quadro de empregados do METRÔ-DF, que se mostra insuficiente para assegurar o funcionamento do sistema de modo ideal. Dadas as suas características, o quantitativo atual de empregados assegura o funcionamento com segurança operacional suficiente. Não obstante, esse quadro induz a categoria à deflagração de greves e à perda de arrecadação tarifária quando há necessidade de se preferir a segurança operacional à cobrança de tarifas.

Por outro lado, a crise do Distrito Federal culminou em algumas boas práticas na gestão da empresa. Notadamente, destaca-se o início da implementação da gestão de risco com base na ISO 31.000:2009, reforçando os mecanismos de identificação e de controle dos riscos para aprimorar o processo de tomada de decisões.

Ademais, conseguiu-se reduzir despesas operacionais, no quadro de terceirizados, de empregos de livre provimento e nas licitações públicas. Em especial, o custo do serviço de

manutenção do sistema foi reduzido em 50% (aproximadamente cinquenta milhões de reais por ano), com pequena diferença no escopo dos contratos. O serviço de vigilância patrimonial também foi reduzido, alcançando-se economia de 28% (aproximadamente 7,5 milhões de reais por ano) com a limitação dos serviços para os postos de vigilância armada.

Não obstante, ainda há possibilidade de se otimizar as despesas do METRÔ-DF, especialmente com a recente retomada do controle científico da manutenção do sistema, com a modernização de diversos subsistemas (radiotelefonia, sonorização, sistema de transmissão de dados, etc.) e com os estudos que estão sendo conduzidos para reduzir as despesas com energia elétrica. Essas atividades também propiciam melhores condições aos usuários do sistema, quer de conforto quer de segurança.

Em 2016, dadas as consequências da crise institucional, política e econômica que assolou o Brasil, foram fortemente afetados os investimentos de maior vulto para a contratação de novos trens e de projetos e construção do VLT que trariam mais recursos tarifários, mas também demandariam a contratação de novos empregados e a majoração das despesas operacionais.

Em 2017, houve relativa melhora da economia, mas persistiu a crise institucional e política. O ano de 2018 não deve trazer maior estabilidade por se tratar de ano eleitoral. Considerando, contudo, o processo de descentralização, a pressão social oriunda de sucessivas crises econômicas e o consequente acúmulo de demandas locais, vêm fazendo com que a geração e disseminação periódica de controles e monitoramento passem a assumir um caráter ainda mais relevante no processo de planejamento, sobretudo para subsidiar o processo de implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

## **SEMOB**

Como é sabido, o METRÔ-DF é empresa pública dependente do Distrito Federal. Tem por objeto promover e explorar o transporte público coletivo sobre trilhos no Distrito Federal. O projeto METRÔ-DF é composto por 29 estações, das quais 24 estão em funcionamento. Com uma frota de 32 trens, transporta em média 160 mil passageiros por dia. Toda a via tem extensão de 42,38 km e liga a região administrativa de Brasília à de Ceilândia e Samambaia, passando pela Asa Sul, Setor Policial Sul, Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), Guará, Park Way, Águas Claras e Taguatinga.

Em alinhamento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, incorporou-se ao Plano Estratégico Institucional - PEI a metodologia ISO 31000:2009 e o COSO 2013. De forma complementar, seguiu-se a Declaração de Posicionamento do *Institute of Internal Auditors* – IIA com relação às melhores práticas em gestão de riscos.

A base estratégica adotada na elaboração do PEI – METRÔ-DF segue abordagem descendente, iniciando-se na observação dos Programas do Governo Federal, do Programa do Governo de Brasília e sua interação com o PPA-METRÔ/DF e outros Órgãos de Gestão Distrital, tais como a Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAG, Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB e Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

Desde a sua criação, o METRÔ-DF sempre dependeu de recursos provenientes do erário distrital, pois sua arrecadação própria não assegura recursos suficientes para tornar-se não dependente do Tesouro distrital. Ainda que o grau de dependência tenha diminuído em 2016 com relação aos anos anteriores (agora em 65%; redução de 8% com relação a 2015), tem-se um cenário claro de dependência dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

Como desafio para reduzir ainda mais a dependência financeira, além de reduzir seus custos operacionais, o METRÔ-DF buscou incrementar suas receitas (fontes extratarifárias - exploração comercial de lojas, outros espaços físicos, espaços publicitários, etc.). Por outro lado, as receitas extratarifárias podem ser majoradas por meio de esforço de comercialização junto aos interessados, ainda que representem pequena parcela do total de arrecadação do METRÔ-DF (em 2016, apenas 3,3%). Cabe também ressaltar a intenção de abrir ao setor privado a exploração da área da Estação 19, cujo potencial de incremento de recursos tarifários e extratarifários mostra-se superior ao seu custo operacional.

Em 2016 houve muitos valores contingenciados, fato que prejudica a execução da programação financeira e das atividades cotidianas da Companhia. Em especial, o período atual de crise institucional, política e financeira no Brasil e no Distrito Federal afeta diretamente o METRÔ-DF por depender do tesouro distrital, o qual sofre com a queda de arrecadação de tributos.

Outra dificuldade que se apresenta é a escassez do quadro de empregados do METRÔ-DF, que se mostra insuficiente para assegurar o funcionamento do sistema de modo ideal. Dadas as suas características, o quantitativo atual de empregados assegura o funcionamento com segurança operacional suficiente. Não obstante, esse quadro induz a categoria à deflagração de greves e à perda de arrecadação tarifária quando há necessidade de se preferir a segurança operacional à cobrança de tarifas.

Por outro lado, a crise do Distrito Federal culminou em algumas boas práticas na gestão da empresa. Notadamente, destaca-se o início da implementação da gestão de risco com base na ISO 31.000:2009, reforçando os mecanismos de identificação e de controle dos riscos para aprimorar o processo de tomada de decisões.

Ademais, conseguiu-se reduzir despesas operacionais, no quadro de terceirizados, de empregos de livre provimento e nas licitações públicas. Em especial, o custo do serviço de manutenção do sistema foi reduzido em 50% (aproximadamente cinquenta milhões de reais por ano), com pequena diferença no escopo dos contratos. O serviço de vigilância patrimonial também foi reduzido, alcançando-se economia de 28% (aproximadamente 7,5 milhões de reais por ano) com a limitação dos serviços para os postos de vigilância armada.

Não obstante, ainda há possibilidade de se otimizar as despesas do METRÔ-DF, especialmente com a recente retomada do controle científico da manutenção do sistema, com a modernização de diversos subsistemas (radiotelefonia, sonorização, sistema de transmissão de dados, etc.) e com os estudos que estão sendo conduzidos para reduzir as despesas com energia elétrica. Essas atividades também propiciam melhores condições aos usuários do sistema, quer de conforto quer de segurança.

Por fim, à exceção das consequências nefastas da crise institucional, política e econômica que assola o Brasil, o cenário atual poderá sofrer grande variação apenas em razão dos investimentos de maior vulto para a contratação de novos trens e de contratação de projetos e construção do VLT que trarão mais recursos tarifários, mas também demandarão a contratação de novos empregados e a majoração das despesas operacionais.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**05 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO, DA GESTÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DA REGULAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO: Fortalecer o planejamento, a gestão, a fiscalização, a regulação, para melhorar a prestação dos serviços de transporte demandados pela sociedade, priorizando os canais de participação social e fortalecimento institucional. (Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – SEMOB

26.201 – SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB

26.204 –TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS

26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	1	Atualizar o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	75	75,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	2	Revisar 100% dos cadastros de gratuidades do Sistema de Transporte Público Coletivo; (DFTRANS).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	81	75			25	25,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	3	Instituir o Sistema de Participação Popular da Mobilidade composto pelas seguintes instâncias de participação social: I – Conselho de Mobilidade do Distrito Federal; II – Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal; III – Comitês Regionais de Mobilidade; e IV – Comitês de Transportes Coletivos. (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25			X	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	4	Modernizar o Sistema do Transporte Público (Nova identidade visual dos ônibus, Sistema Mobile, Sistema de Bilhetagem Automática e Bilhete Único (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	70			70	70,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	5	Promover novo arranjo institucional para o sistema do DF e da Área Metropolitana; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	6	Garantir a oferta de taxi em todo DF na proporção de no mínimo 1 para cada 700 habitantes. (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	1/700	PROPORÇÃO	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	7	Promover a capacitação de 160 gerentes e técnicos da SEMOB e órgãos co-executores em gestão de transportes públicos (SEMOB) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	160	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	160			160	100,0%
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	8	Promover a capacitação, no âmbito do STPC/DF, de 600 agentes multiplicadores de práticas socioambientais (educação socioambiental) (SEMOB) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	600	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	600			600	100,0%

### Análise Qualitativa

#### 1. Atualizar o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve avanço na atualização Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em 2016.

#### 2. Revisar 100% dos cadastros de gratuidades no Sistema de Transporte Público Coletivo (DFTRANS);

2016

De um total de 307.464 beneficiários de gratuidades no transporte público coletivo do Distrito Federal, em 2016, foram recadastrados 249.134 estudantes, sendo criados novos procedimentos e rotinas para cruzamento de dados das informações das instituições de ensino, bem como com a base de dados da Receita Federal para conferência dos CPF's dos estudantes

usuários do STPC/DF. Quanto às gratuidades relativas às pessoas com deficiência, o total de cadastro existente é de 58.330, sendo que 33.732 usuários precisam fazer o recadastramento. A SEDESTMIDH é a Secretaria responsável pelo recebimento dos pedidos, efetua os cadastros e atesta que o requerente tem direito ao benefício. Ao DFTrans cabe a emissão do cartão PNE.

#### 2017

Em 2017, foram implantadas medidas para a atualização do cadastro de Passe Livre Estudantil, dentre as quais, a necessidade de as instituições de ensino apresentarem declaração eletrônica dos alunos regularmente matriculados para o ano letivo de 2017. O canal para a apresentação dos dados foi através da Internet conforme Portaria Conjunta nº 01, de 20/01/2017, entre este DFTRANS e a Secretaria de Estado de Mobilidade. Em relação ao benefício da gratuidade para pessoas com deficiência, foi necessária a atualização do cadastro pela internet, no portal do Bilhete Único e para os novos beneficiários, e o encaminhamento da documentação comprobatória. Salienta-se o aprimoramento do sistema para análise da utilização do benefício do passe livre através do georreferenciamento dos dados cadastrais, indicando a necessidade ou não de utilização do benefício e o aumento ou redução na quantidade de viagens. Todas essas medidas possibilitou a revisão de 75% (setenta e cinco por cento) dos cadastros de beneficiários dos Programas Passe Livre Estudantil e Passe para Portadores de Necessidades Especiais.

**3. Instituir o Sistema de Participação Popular da Mobilidade composto pelas seguintes instâncias de participação social: I – Conselho de Mobilidade do Distrito Federal; II – Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal; III – Comitês Regionais de Mobilidade; e IV – Comitês de Transportes Coletivos. (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### 2016

Conforme prevê a Lei nº 12.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade, o Decreto 36.772/2015 instituiu o Sistema de Participação Popular da Mobilidade no âmbito do Distrito Federal (SPPM/DF) que compreende os seguintes projetos: o Conselho de Mobilidade do Distrito Federal, os Conselhos Regionais de Mobilidade, o Observatório de Mobilidade do Distrito Federal e o Sistema de Informações de Mobilidade.

O Conselho de Mobilidade (Distrital) e os Conselhos Regionais não foram efetivamente implantados, pois está sendo realizada uma reestruturação pela Subsecretaria de Planejamento da Mobilidade em parceria com a Coordenação de Participação Social da Unidade Especial de Planejamento e Gestão Estratégica da SEMOB para um sistema de Conselhos mais enxuto, a fim de diminuir a quantidade de membros e com isso tornar mais eficaz o trabalho e os resultados nestes Conselhos junto aos cidadãos.

Já o Observatório de Mobilidade do Distrito Federal, agora chamado de “Mobilidade em Discussão” constituído por grupo de especialistas, ativistas da mobilidade e acadêmicos, integrado por instituições da sociedade civil e da área pública do DF e Entorno, tem por objetivo ampliar o debate, acompanhar os resultados e contribuir para os estudos e ações voltados para a construção da política de mobilidade urbana sustentável. Além, da alteração na terminologia a fim de alcançar uma melhor interface com o cidadão, com vistas à transparência, o Portal passou por uma reestruturação em seu escopo, de forma à ser viável sua implementação. O Projeto está em andamento e sua entrega está prevista para este ano, integrando o de Acordo de Resultados de 2017.

Encerrando o pacote de Projetos, temos o Sistema de Informações da Mobilidade – INFOMOB/DF, constituído pelo conjunto organizado, coordenado e integrado dos meios que visam propiciar aos usuários dos serviços de mobilidade o acesso às informações através de interfaces interativas e tecnológicas. O INFOMOB/DF não avançou devido ao alto custo que o projeto necessitaria em investimentos. Foi previsto no Decreto, itens como painéis/displays eletrônicos embarcados, sistemas de som a bordo e displays de itinerário eletrônico, totens interativos. Devido à restrição orçamentária, ficou inviável a implementação desse projeto.

Conclui-se que o Sistema de Participação Popular da Mobilidade no âmbito do Distrito Federal atingiu 25% da meta estabelecida até 2016.

#### 2017

O Conselho de Mobilidade (Distrital) e os Conselhos Regionais foram concebidos e sua estrutura e governança definidas. Entretanto, após ampla discussão sobre seu funcionamento, optou-se por promover uma revisão desses Conselhos, buscando imprimir maior eficácia nos trabalhos desses colegiados através de uma composição nacionalizada.

Em 2017, as ações de participação social realizadas junto à sociedade civil se destacaram, principalmente, na esfera da mobilidade ativa (a pé e por bicicleta), em especial, na realização de reuniões mensais com grupos através de oficinas com a participação de ciclistas e representantes das empresas e cooperativas de ônibus, órgãos e entidades visando interface e/ou interesse em pautas ligadas a Mobilidade. Atividades estas, com o intuito de promover discussões focadas na busca de soluções rápidas, através de proposições e priorização de políticas públicas.

Os resultados destas discussões, provenientes desses debates, têm elevado a sinergia entre o Estado e o cidadão, possibilitando à Secretaria de Mobilidade gerenciar de forma mais eficiente todas as demandas recebidas pela sociedade, seja através dos grupos de discussões da mobilidade ativa, ou até mesmo, através das redes sociais da mobilidade, como o *Facebook*, site da secretaria e ouvidoria.

Conclui-se que mesmo o SPPM-DF não tendo avançado da forma planejada, a participação social dessa Secretaria avançou através de outros canais de comunicação e houve tentativa de suprir a participação social e reforçar o andamento das proposições solicitadas pela população na tentativa de atender de forma igualitária as políticas públicas da mobilidade do Governo do Distrito Federal.

#### **4. Modernizar o Sistema do Transporte Público (Nova identidade visual dos ônibus, Sistema Mobile, Sistema de Bilhetagem Automática e Bilhete Único. (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Em 2016 foi criado o Comitê Regulamentador do Sistema da Bilhetagem Automática - CRSBA, conforme o Decreto nº 37.067, de 20 de Janeiro de 2016, publicado DODF - Nº 14, de 21 de janeiro de 2016. O referido comitê elaborou minuta de Decreto objetivando a regulamentação do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e o Sistema Inteligente de Transporte (da sigla em inglês ITS – *Intelligent Transportation System*) SIT, o qual prevê as funcionalidades de apoio à operação que equipam todos os veículos e terminais de integração do STPC/DF, homologadas pela Entidade Gestora, por disposição contratual, e materializadas pelo conjunto de tecnologias de bilhetagem eletrônica e monitoramento da operação da frota do STPC/DF. O Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e o Sistema Inteligente de Transporte (da sigla em inglês ITS - *Intelligent Transportation System*) SIT foram implantados em 2017.

**2017**

Em 2017, foi publicado o Decreto nº 38.010, de 15 de fevereiro de 2017, com o regulamento do Sistema de Bilhetagem Automática-SBA e da implementação e a operação do Sistema Inteligente de Transportes - SIT, do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

O processo de aperfeiçoamento do SBA/STPC/DF teve como marco o lançamento do Bilhete Único – BU, no dia 25 de setembro de 2017. O Bilhete Único é uma das inovações trazidas pelo novo modelo de bilhetagem automática do Distrito Federal, no qual permite que o usuário do transporte público coletivo com apenas um cartão “Bilhete Único” utilize no ônibus e no metrô, de forma integrada, ou seja, os usuários poderão pagar R\$ 5,00 (cinco) reais para pegar até três trajetos diferentes no mesmo sentido e no intervalo de duas horas. Junto ao BU foi lançado ainda o serviço de recarga de cartões pela internet.

Além da integração, o Governo do Distrito Federal aumentou o número de postos para emissão de cartões, que passaram de 6 (seis) para 33 (trinta e três), sendo um posto em cada estação do Metrô, além dos postos do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans.

Ademais, serão oferecidas 10 (dez) modalidades de cartões, incluindo 4 (quatro) novas. Nesse primeiro momento estão disponíveis as seguintes categorias de cartões:

- i) Brasília Cidadã: o cartão "comum", para quem não tem descontos ou gratuidades, mas pretende usar a integração e comprar múltiplos créditos de uma só vez;
- ii) Estudante: para alunos de escolas públicas e privadas, de ensino básico e superior. O cartão será recarregado com os créditos do Passe Livre Estudantil; e
- iii) Vale Transporte: similar ao que já existe hoje, para trabalhadores que recebem esse tipo de benefício dos empregadores.

Registra-se ainda que no dia 16 de novembro de 2017, iniciou-se o cadastro para pessoas com deficiência, para obtenção do cartão +Especial. A novidade do cartão +Especial é que o acompanhante de pessoas com deficiência também terão um cartão. Antes, o beneficiário principal recebia mais liberações de viagens para passar o cartão duas vezes na catraca a cada trajeto. Agora o acompanhante terá um cartão que só é liberado na catraca se o da pessoa com deficiência passar.

Atendendo a umas das demandas mais importantes dos usuários de transporte público, o provimento de fácil acesso a informações sobre horários e itinerários dos ônibus, foi desenvolvida a plataforma informatizada para o lançamento, em 31 de janeiro de 2018, do aplicativo de celular “+ Ônibus”. O aplicativo permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos. A posição dos veículos é monitorada por GPS. O +Ônibus Brasília também possibilita acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.

Começou a fase experimental da nova identidade visual do transporte público coletivo do DF, a qual foi aplicada a cerca de 100 veículos e rendeu à cidade de Brasília o 1º lugar no Concurso de Comunicação Visual e Pintura de Frotas realizado pela OTM Editora. O layout que chamou a atenção dos jurados utiliza o símbolo oficial da bandeira de Brasília e faz referência ao cruzamento entre o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário. Além disso, a identidade visual vencedora também representa as linhas nas quatro direções e usa as cores verde e amarelo que refletem a sustentabilidade.

**5. Promover novo arranjo institucional para o sistema do DF e da Área Metropolitana (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

A meta versa sobre a possível formalização de um acordo (Consórcio) entre o DF, a União e os estados de Goiás e Minas, para a gestão do transporte público do entorno do DF.

**6. Garantir a oferta de taxi em todo DF na proporção de no mínimo 1 para cada 700 habitantes (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

O Sistema Público de Transporte Individual está passando por uma série de mudanças, inclusive com a implantação do transporte privado individual de passageiros por aplicativos, já disponível à população. Portanto, essa meta será revista em 2017.

Destaca-se que o serviço de transporte privado individual de passageiros foi aprovado pela CLDF a Lei 5.691 de 2016, faltando ainda sua regulamentação.

**7. Promover a capacitação de 160 gerentes e técnicos da SEMOB e órgãos co-executores em gestão de transportes públicos. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Voltado ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de gerentes e técnicos da SEMOB e Co-Executoras, o programa de Capacitação em Gestão de Transportes Públicos teve como resultado, em 2017, 160 profissionais capacitados incluindo servidores da SEMOB, DFTRANS, DER-DF, NOVACAP, Metrô-DF, TCB e DETRAN-DF.

A Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB por meio de licitação internacional contratou o Consórcio ENGIMIND, IMEP, COMAP para Elaboração e Execução de Ações de Capacitação em Gestão de Transportes Públicos a profissionais servidores da Secretaria e das co-executoras do PTU/DF. Com base nas premissas constantes no Termo de Referência e no Contrato nº 04/2017 – SEMOB, foi ministrada a Capacitação aos seguintes órgãos, entidades e empresas: Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB; Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS; Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF; Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB; Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF; Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF; e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

A capacitação abarcou as principais temáticas do uso e ocupação do solo, sistema de transporte individual, do transporte público, da mobilidade ativa e ferramentas de gestão. Foi abordado entre outros temas, legislação de trânsito, programação semaforica, sistemas viários, tópicos de geoprocessamento aplicado aos transportes, simulação de transportes, programação de transportes, custos e tarifas entre outros temas.

**8. Promover a capacitação, no âmbito do STPC/DF, de 600 agentes multiplicadores de práticas socioambientais (educação socioambiental). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Iniciada em 2016, a implementação do Programa de Educação Socioambiental resultou, em 2017, na capacitação de 600 agentes multiplicadores, formados em 17 oficinas realizadas, e campanhas de sensibilização, com mais de 10 mil pessoas. Destacam-se no âmbito das turmas capacitadas, 3 turmas formadas por catadores de materiais recicláveis, originados no antigo lixão da via Estrutural. O programa contou, ainda, com o envolvimento e a colaboração das empresas operadoras do Sistema de Transporte Público do DF e dos seguintes órgãos e instituições: Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, Portal do Voluntariado – Brasília Cidadã, Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDEST/MIDH, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, Instituto Federal de Brasília/Ministério da Educação – IFB, Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF e Coordenação de Estratégia e Políticas Intersetoriais da Governadoria do Distrito Federal.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1730	ÍNDICE DE QUALIDADE NO TRANSPORTE - IQT	%	0	31/12/2017	-	-	50	-	90	100	SEMOB/UO 26101/OE 5
1731	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - SEMOB	%	56	31/12/2016	-	-	75	40	85	100	SEMOB/UO 26101/OE 5
1732	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DFTRANS	%	25	31/12/2016	-	-	75	0	85	100	DFTRANS/UO 26204/OE 5
1733	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DER	%	41	31/12/2016	-	-	75	18	85	100	DER/UO 26205/OE 5
1734	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - METRÔ <i>(Indicador Incluído, Conforme Lei de Revisão do Ppa N°. 6061, de 29/12/17)</i>	%	35	31.12.16	-	-	75	92,85	85	100	METRÔ/UO 26206/OE 5
1735	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - TCB	%	66,7	31/12/2016	-	-	75	75	85	100	CB/UO 26201/OE 5

### Justificativas 2017

**Indicador 1730** - Com relação ao IQT, sua não apuração deve-se ao fato de a SEMOB não ter os insumos necessários para o seu cálculo que é composto por 8 indicadores. Mas vale lembrar que um dos objetos do contrato celebrado entre a Semob e a FGV, para avaliação dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo - STPC, é a viabilização do cálculo desse Índice.

**Indicador 1731** - Devido ao Aditivo do Acordo de Resultados de 2017, as datas de várias entregas foram repactuadas para 2018.

**Indicador 1732** - Devido a suspensão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF do procedimento de licitação para construção de abrigos para passageiros de ônibus, o cumprimento desta meta ficou comprometido neste exercício. Como em janeiro de 2018 houve a liberação para continuidade deste projeto, há a expectativa de implantação de 500 abrigos referente ao Programa Circula Brasília.

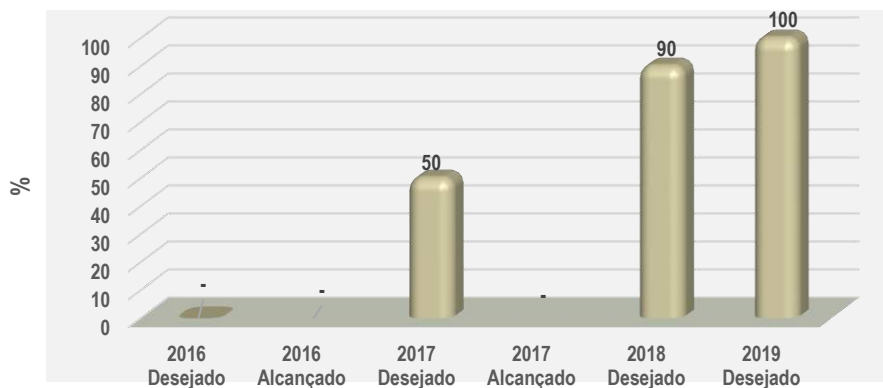
**Indicador 1733** - O índice alcançado de 18% de entregas concluídas do Acordo de Resultados se justifica pelos atrasos na entrega de Autorizações de Supressão Vegetal (ASV) assim como pelos atrasos nas entregas e aprovações de projetos executivos, ambos requisitos para conclusão dos empreendimentos.

**Indicador 1734** - Índice alcançado em 2016: 46,87%. Índice alcançado em 2017: 92,85%

**Indicador 1735** - A TCB cumpriu as metas estabelecidas no Acordo de Resultados de 2017. As Ações previstas foram as seguintes: 1) - Aquisição de 04 ônibus para o serviço básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Os 4 veículos foram adquiridos e entraram em operação no mês de Outubro/2017; 2) Estudo de viabilidade, demanda impacto financeiro do serviço de transporte denominado porta a porta, para pessoas com deficiências e portadores de mobilidade reduzida, até 30/04/217 - A TCB apresentou o projeto no prazo.



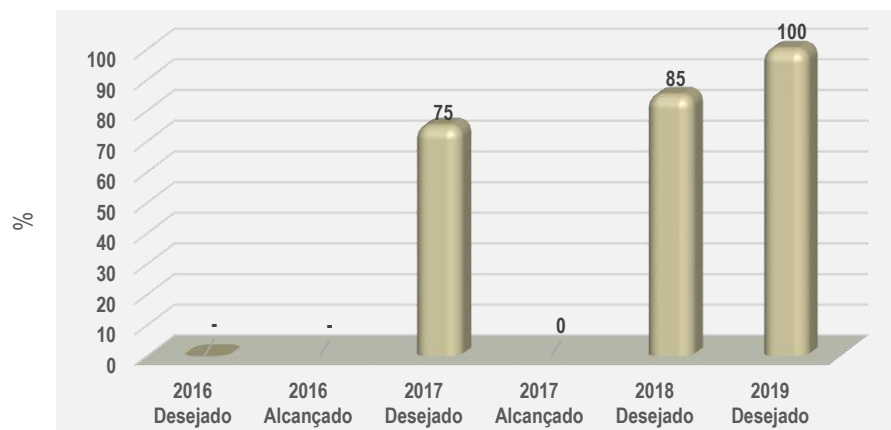
ÍNDICE DE QUALIDADE NO TRANSPORTE - EQT



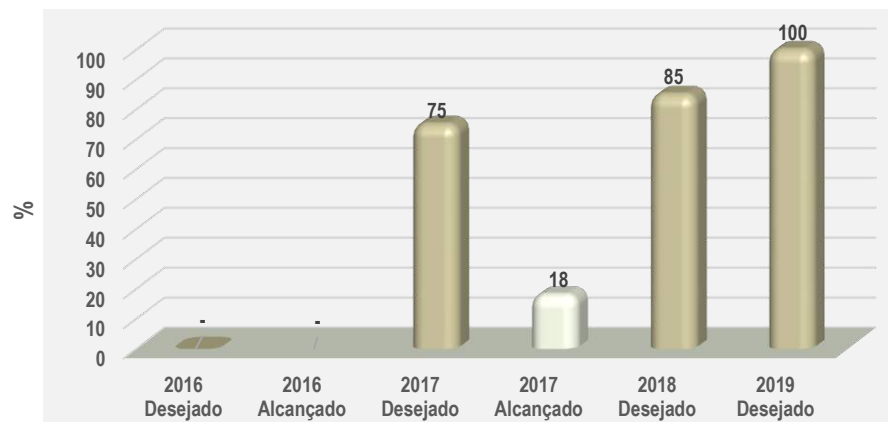
ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - SEMOB



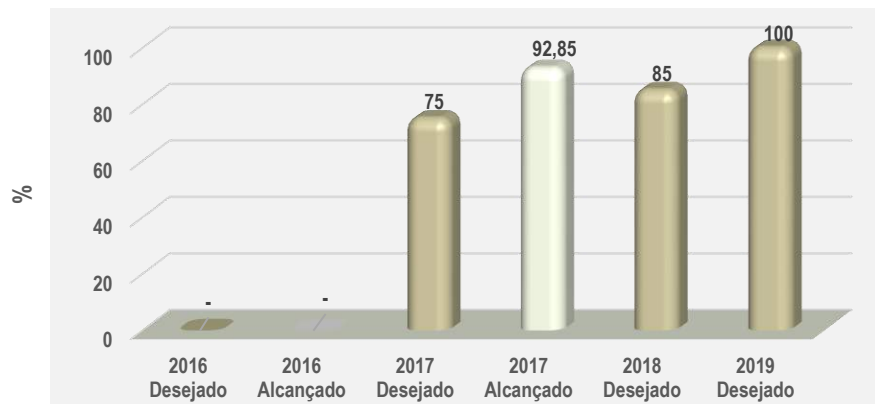
ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DFTRANS



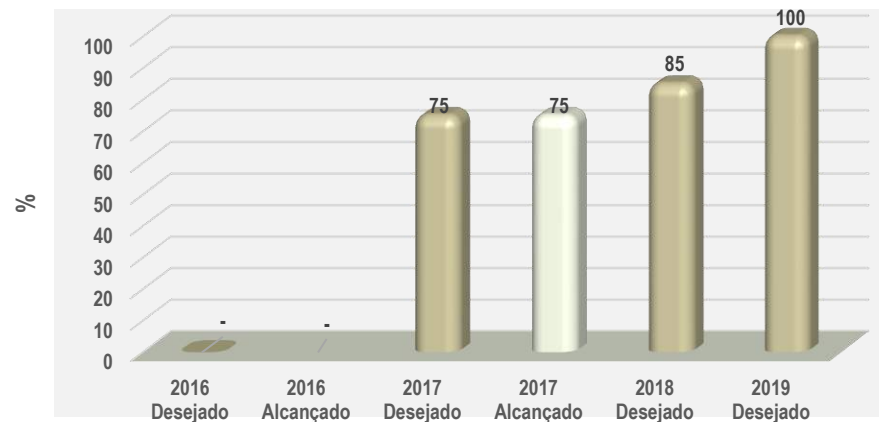
ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DER



ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - METRÔ



ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - TCB



### ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	5	1	Expedição de autorizações para os Serviços de Táxi e Moto Táxi ;(SEMOB) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	26101	X	<b>2016</b> - Não houve avanço em 2016.
6216	5	2	Promoção para a implantação de Linhas de Financiamento para a Infraestrutura do Sistema de Transporte Público do DF;(SEMOB)	26101	100	<b>2016</b> Essa é uma ação contínua de relacionamento da SEMOB com o Governo Federal, com fontes de financiamento (incluindo bancos nacionais e estrangeiros) para fomentar novas linhas de financiamento para o Sistema de Transporte do DF. <b>2017</b> Em 2017, tendo em vista o lançamento pelo Ministério das Cidades do Programa Avançar Cidades, voltado ao financiamento de infraestrutura urbana e a expectativa de abertura de linha de crédito para estados (categoria na qual, segundo o órgão federal, o DF enquadrar-se-á), a Semob iniciou a elaboração de proposta para financiamento de diversos projetos e empreendimentos na área de mobilidade no DF.
6216	5	3	Desoneração do ICMS de Óleo Diesel para o STPC; (SEMOB)	26101	100	<b>2016</b> Já há previsão de desoneração de óleo Diesel (ICMS) no DF para as operadoras do STPC. O Decreto 35.767, de 29/08/2014 (DODF de 01/09/2014) alterou o Decreto 18.955, de 22/12/97, estabelecendo normas para isenção

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						do imposto nas saídas internas promovidas por distribuidora de combustível que destinem óleo diesel às empresas de transporte público coletivo. <b>2017</b> Em 2017, não houve alteração na previsão legal de desoneração do Diesel para as Operadoras do STPC.
6216	5	4	Estímulo às iniciativas de Sustentabilidade Ambiental na Mobilidade. (SEMOB).	26101	100	<b>2016</b> Ação contínua da SEMOB. A exemplo, em 2016, houve a aquisição de 9 ônibus novos movidos a biodiesel e a elaboração de Termo de Referência para a aquisição de células fotovoltaicas para os terminais. <b>2017</b> É ação contínua da SEMOB. A exemplo, cita-se o Plano +Bike, lançado em agosto de 2017, o qual está contido na estratégia de redução da motorização e, conseqüentemente, das emissões de gases e efeito estufa. Ainda, como parte das entregas que compõem o Circula Brasília, além dos nove ônibus que já operam com biocombustível, o DF também contará, em 2018, com um ônibus elétrico no Sistema de Transporte Coletivo. O objetivo é a substituição gradativa da frota pelas novas tecnologias, visando à sustentabilidade no transporte com a emissão mínima possível de poluentes.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SEMOB

No intuito de fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, a Secretaria de Mobilidade reúne esforços para implementação do Bilhete Único, através de um novo conceito tecnológico, no qual o usuário terá maior facilidade para chegar ao seu destino, podendo fazer integração de qualquer modo de transporte público disponível no sistema: metrô, micro-ônibus ou ônibus, incluindo o BRT e as bicicletas compartilhadas, com menor custo.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede, um serviço inovador que permite maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos.

Já com relação às gratuidades, a fim de assegurar aos estudantes (do ensino superior, médio e fundamental da área urbana e rural, inclusive alunos de cursos técnicos e profissionalizantes) o benefício ao Passe Livre Estudantil, foi realizado o cadastramento dos estudantes, com o objetivo de atualizar a base de dados e evitar fraudes, deixando no sistema apenas quem estiver matriculado. Esse trabalho revelou 50 mil cadastros irregulares que oneravam o Sistema de Transporte Público Coletivo.

No tocante ao Sistema de Participação Popular, considerando a Política Nacional de Mobilidade instituída por meio da Lei nº 12.587/2012, bem como do Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, a SEMOB vem atuando para aperfeiçoar as políticas públicas na área de mobilidade, institucionalizando canais de participação popular, bem como promovendo a adoção de mecanismos de participação popular e a integração dos agentes governamentais e não governamentais que atuam na área de mobilidade, como a Celebração de Termos de Cooperação Técnica, bem como a instalação de canais de participação efetiva e permanente da sociedade.

Em 2017, a Semob se dedicou ao aperfeiçoamento do SBA/STPC/DF, um processo essencial ao programa Circula Brasília, programa estruturante de mobilidade urbana do DF, e que teve como destaque o lançamento do Bilhete Único (BU). Com ele, o usuário pode realizar a integração no STPC utilizando um ou mais modos de transporte do sistema e até dois transbordos no mesmo sentido em um período de três horas, pagando uma tarifa única total de cinco reais.

Outra mudança significativa implementada em 2017 foi a melhoria no processo de aquisição de créditos por meio da ampliação dos postos de emissão e recarga dos cartões. O usuário pode adquirir créditos em 33 pontos de atendimento, distribuídos nas estações do metrô, nos postos do DFTrans e nos terminais do BRT. Ainda, foi disponibilizada a recarga pela internet, um benefício adicional aos cidadãos.

A expectativa para 2018 é de que, com as facilidades trazidas pelo Bilhete Único, o número de usuários do transporte público no DF aumente, bem como daqueles que utilizam a integração. Também é esperada uma maior aderência de grupos específicos ao sistema com a disponibilização de novos cartões, como o cartão +Turista e o +Criança Candanga.

No que se refere ao acesso à informação, a Secretaria, em conjunto com o DFTrans, concentrou esforços no sentido de desenvolver, para lançamento em 2018, um aplicativo onde os usuários pudessem obter informações em tempo real sobre horários e itinerários dos ônibus. No início do corrente ano, a plataforma já dispunha dos dados das empresas Marechal e Piracicabana. Com a aderência de todas as operadoras ao aplicativo, prevista para ocorrer ainda em 2018, os usuários terão acesso às informações de todas as linhas existentes no STPC/DF.

No esteio do processo de modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo, destaca-se, ainda, a implantação de equipamentos de biometria facial na frota de ônibus das operadoras do STPC/DF. A ação, impulsionada pela Secretaria de Mobilidade e pelo DFTrans, visa combater as fraudes no uso de gratuidades e a evasão de receitas. Os testes iniciais, realizados em maio de 2017, apontaram, por exemplo, que cerca de 15% dos usuários das linhas observadas faziam uso irregular do Passe Livre Estudantil.

Tais mudanças representam um grande avanço para a população do Distrito Federal, pois proporcionam mais economia, segurança e agilidade ao usuário. Do ponto de vista da governança, a modernização do sistema de bilhetagem também contribui para maior transparência, controle das gratuidades e melhoria na gestão do sistema.

Ainda como forma de aperfeiçoar o controle e a gestão da mobilidade no DF, a Semob se dedicou, em 2017, a construir uma proposta de reestruturação no modelo de participação social estabelecido pelo Decreto nº 36.772/2015 - e alterado pelo Decreto nº 37.396/2016 - que instituiu o Sistema de Participação Popular da Mobilidade do Distrito Federal – SPPM/DF. No entendimento da Semob, o modelo vigente inviabiliza as atividades inerentes ao diálogo com a sociedade, uma vez que possui uma estrutura demasiadamente ampla e que não proporciona interface entre suas instâncias.

O intuito da reestruturação é promover, com efetividade e cidadania, a participação social nas ações de planejamento e gestão das políticas de mobilidade. Deste modo, a minuta de decreto proposta para o SPPM/DF mantém sua finalidade, seus objetivos e diretrizes, porém diminui o quantitativo de instâncias de forma a viabilizar sua implantação e promover a sinergia e o diálogo entre tais instâncias, alcançando, efetivamente, o objetivo da norma, que é a participação popular.

No tocante à capacitação de servidores, o programa de Capacitação em Gestão de Transportes Públicos, realizado em 2017, foi um passo importante em direção ao aperfeiçoamento da gestão na Secretaria e nas co-executoras do Programa de Transporte Urbano – PTU/DF. A capacitação abordou uma série de tópicos relacionados à gestão de transportes, permitindo que os cerca de 160 servidores participantes ampliassem seus conhecimentos em temas técnicos e de interesse da mobilidade, conhecimentos estes que ficarão como legado para os órgãos envolvidos.

Ainda, a Secretaria coordenou o Programa de Educação Socioambiental – PEA, que integra o Programa de Transporte Urbano, uma das exigências para o licenciamento ambiental de empreendimentos relativos ao PTU/DF. O Programa, destinado à população do DF, capacitou mais de 600 multiplicadores em temas relacionados ao transporte público e ao meio ambiente. No âmbito do PEA, também foram realizadas atividades de sensibilização com o objetivo de promover a mobilidade no DF, a sustentabilidade ambiental e boas práticas no uso consciente do transporte coletivo. As atividades impactaram mais de 15 mil pessoas diretamente, um marco na promoção da cidadania no transporte público.

## **TCB**

No intuito de fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, em 2016, a Secretaria de Mobilidade reuniu esforços para implementação do Bilhete Único, através de um novo conceito tecnológico, no qual o usuário terá maior facilidade para chegar ao seu destino, podendo fazer integração de qualquer modo de transporte público disponível no sistema: metrô, micro-ônibus ou ônibus, incluindo o BRT e as bicicletas compartilhadas, com menor custo.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede, um serviço inovador que permite maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos.

Já com relação às gratuidades, a fim de assegurar aos estudantes (do ensino superior, médio e fundamental da área urbana e rural, inclusive alunos de cursos técnicos e profissionalizantes) o benefício ao Passe Livre Estudantil, foi realizado o cadastramento dos estudantes, com o objetivo de atualizar a base de dados e evitar fraudes, deixando no sistema apenas quem estiver matriculado. Em 2016, esse trabalho revelou 50 mil cadastros irregulares que oneravam o Sistema de Transporte Público Coletivo

No tocante ao Sistema de Participação Popular, considerando a Política Nacional de Mobilidade instituída por meio da Lei nº 12.587/2012, bem como do Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, a SEMOB vem atuando para aperfeiçoar as políticas públicas na área de mobilidade, institucionalizando canais de participação popular, bem como promovendo a adoção de mecanismos de participação popular e a integração dos agentes governamentais e não governamentais que atuam na área de mobilidade, como a Celebração de Termos de Cooperação Técnica, bem como a instalação de canais de participação efetiva e permanente da sociedade.

Conforme Acordo de Resultados assinado em 13 de fevereiro de 2017, a TCB se comprometeu em cumprir 02 (dois) projetos: 1) Renovação da Frota do Serviço do STPC/DF, que refere-se a aquisição de 04 (quatro) ônibus para o Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, com entrega até 30/11/2017; e 2) Serviço De Transporte Porta a Porta para Pessoas com Deficiência e Portadores de Mobilidade Reduzida, estabelecendo que até 30/04/2017, fosse apresentado estudo de viabilidade, demanda e impacto financeiro do Serviço Porta-a-Porta.

Com relação ao primeiro projeto, a TCB adquiriu por meio de licitação 04 (quatro) novos veículos, equipados com ar condicionado, câmbio automático, motor traseiro, piso baixo, rampa de acesso para pessoas com deficiência e outros acessórios do tipo padron. Os veículos entraram em operação em outubro de 2017. No tocante ao segundo projeto, por meio do processo 095.000.189/2017, a empresa apresentou os estudos relativos ao Porta a Porta, que naquele momento foi denominado de TCB Mais Acessível. O processo com os estudos iniciais, acompanhado de minutas de projeto de lei, de decreto e de regulamento, foi remetido à SEMOB no prazo estabelecido.

Contudo, em razão de a indisponibilidade de recursos no Orçamento da TCB, a Governança não aprovou o andamento do projeto. No final do exercício de 2017, por orientação da SEMOB, a empresa autuou novo processo, de nº 095.000.759/2017, apresentando minuta de criação do serviço em comento por meio de decreto, regulamentando o Programa Mão na Roda estabelecido pela Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009. O processo encontra-se neste momento na SEMOB para fins complementação das instruções relativas ao impacto financeiro nos exercícios de 2018, 2019 e 2020; compatibilidade do aumento da despesa com a LDO e informação quanto a fonte de financiamento a despesa em 2018, 2019 e 2020. Portanto, as questões pertinentes à TCB foram apresentadas de forma tempestiva, entretanto, para implantação do projeto, demandará comprometimento de vários órgãos, principalmente da SEMOB, SEPLAG, Governança e Casa Civil.

## **DER**

No intuito de fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, a Secretaria de Mobilidade reúne esforços para implementação do Bilhete Único, através de um novo conceito tecnológico, no qual o usuário terá maior facilidade para chegar ao seu destino, podendo fazer integração de qualquer modo de transporte público disponível no sistema: metrô, micro-ônibus ou ônibus, incluindo o BRT e as bicicletas compartilhadas, com menor custo. O projeto está previsto para ser implementado em 2017.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede, um serviço inovador que permite maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos. Em 2017, prevê-se a conclusão dessa regulamentação.

Já com relação às gratuidades, a fim de assegurar aos estudantes (do ensino superior, médio e fundamental da área urbana e rural, inclusive alunos de cursos técnicos e profissionalizantes) o benefício ao Passe Livre Estudantil, foi realizado em 2016 o cadastramento dos estudantes, com o objetivo de atualizar a base de dados e evitar fraudes, deixando no sistema apenas quem estiver matriculado. Esse trabalho revelou 50 mil cadastros irregulares que oneravam o Sistema de Transporte Público Coletivo

No tocante ao Sistema de Participação Popular, considerando a Política Nacional de Mobilidade instituída por meio da Lei nº 12.587/2012, bem como do Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, a SEMOB vem atuando para aperfeiçoar as políticas públicas na área de mobilidade, institucionalizando canais de participação popular, bem como promovendo a adoção de mecanismos de participação popular e a integração dos agentes governamentais e não governamentais que atuam na área de mobilidade, como a Celebração de Termos de Cooperação Técnica, bem como a instalação de canais de participação efetiva e permanente da sociedade.

As prioridades e metas do DER/DF em 2017 seguiram um alinhamento entre a programação estabelecida no PPA 2016-2019, o Acordo de Resultados firmado com o Governo do Distrito Federal e as diretrizes internas do órgão. Os índices do Acordo de Resultados reflete a complexidade inerente à execução de contratos de infraestrutura urbana, os quais estão sujeitos à interação com outras instituições e condicionados às dinâmicas próprias do Orçamento Público estabelecidas em leis e decretos -- por exemplo, a apuração de superávit, que ocorreu somente no final de abril de 2017, impedindo o avanço de contratos com recursos de financiamentos e da CIDE-Combustíveis.

Ademais, o Departamento exerceu um gerenciamento constante, que envolveu diferentes níveis de gestão da instituição visando o aperfeiçoamento e a integração entre o Planejamento e o Orçamento na gestão pública.

## **METRÔ**

No intuito de fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, em 2016, a Secretaria de Mobilidade reuniu esforços para implementação do Bilhete Único, através de um novo conceito tecnológico, no qual o usuário terá maior facilidade para chegar ao seu destino, podendo fazer integração de qualquer modo de transporte público disponível no sistema: metrô, micro-ônibus ou ônibus, incluindo o BRT e as bicicletas compartilhadas, com menor custo.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede, um serviço inovador que permite maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos.

Já com relação às gratuidades, a fim de assegurar aos estudantes (do ensino superior, médio e fundamental da área urbana e rural, inclusive alunos de cursos técnicos e profissionalizantes) o benefício ao Passe Livre Estudantil, foi realizado o cadastramento dos estudantes, com o objetivo de atualizar a base de dados e evitar fraudes, deixando no sistema apenas quem estava matriculado. Esse trabalho revelou 50 mil cadastros irregulares que oneravam o Sistema de Transporte Público Coletivo.

No tocante ao Sistema de Participação Popular, considerando a Política Nacional de Mobilidade instituída por meio da Lei nº 12.587/2012, bem como do Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, a SEMOB atuou para aperfeiçoar as políticas públicas na área de mobilidade, institucionalizando canais de participação popular, bem como promovendo a adoção de mecanismos de participação popular e a integração dos agentes governamentais e não governamentais que atuam na área de mobilidade, como a Celebração de Termos de Cooperação Técnica, bem como a instalação de canais de participação efetiva e permanente da sociedade.

Em 2017, o Plano Estratégico Institucional – PEI adotado pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal cumpriu seus objetivos de Fortalecimento do planejamento, da gestão, da fiscalização, e da regulação, na finalidade de melhorar a prestação dos serviços de transporte demandados pela sociedade, priorizando os canais de participação social e fortalecimento institucional, a partir da produção de documentos fundamentais, como o Plano de Negócios do METRÔ-DF, alinhado ao pensar estratégico, seguindo uma abordagem descendente, iniciando-se na observação dos Programas do Governo Federal, do Programa do Governo de Brasília e na arquitetura do PPA-METRÔ/DF, com interlocução a outros órgãos de gestão distrital. Ressalta-se também a referência base do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF. Todos os resultados alcançados neste documento estão balizados nas premissas apresentadas no PEI.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade.  
Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.

**PROGRAMA TEMÁTICO:**  
**6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**

**OBJETIVO GERAL:**

Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

**21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

**001 – CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** Promover cidadania para os desafios socioambientais com inclusão social, cultural, boas práticas e tecnologias para uma governança efetiva, transversal e participativa.

**002 – CAPITAL DAS ÁGUAS:** Promover a cultura do cuidado com a água, o aperfeiçoamento do marco normativo e institucional e garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para a população e os ecossistemas naturais, a conservação e a recuperação das áreas de recarga de aquífero, nascentes e matas ciliares e áreas de proteção de mananciais.

**003 – ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:** Garantir o fornecimento de energia elétrica, a eficiência energética e diversificação da matriz, bem como adaptar e mitigar as mudanças climáticas.

**22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DF – SINESP**

**004 – SANEAMENTO AMBIENTAL:** Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, assegurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.

**21.208 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – IBRAM**

**005 – BRASÍLIA VERDE:** Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

**21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

**006 – DIREITOS DOS ANIMAIS:** Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem estar dos animais domésticos e silvestres.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	124.555.859	173.830.798	158.619.919	133.858.376	98.454.037	107	79
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	2.765.859	2.815.859	2.643.625	1.030.751	0	37	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	130.000.000	156.970.168	156.970.168	0	59.024.519	0	45
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	90.000	90.000	0	0	0	0	0
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	500.000	0	0	0	0	0	0
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	500.000	0	0	0	0	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	800.000	0	0	0	0	0	0
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	500.000	5.000	0	0	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	884.156	3.365.688	5.102.333	3.909.113	1.908.445	442	216
1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLOGICO	625.000	300.000	0	0	0	0	0
1768 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	405.000	0	0	0	0	0	0
1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	428.037	0	0	0	0	0	0
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0	500.000	300.000	276.711	0	#DIV/0!	#DIV/0!
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	171.129.425	193.787.000	204.180.247	0	59.678.521	0	35
1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	36.471.672	60.632.000	134.661.000	0	101.395.803	0	278
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	94.019.655	109.364.000	117.642.000	0	46.698.597	0	50
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.845.000	10.297.404	6.809.264	2.632.425	1.346.507	143	73
1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	1.716.000	5.715.000	3.389.000	0	867.890	0	51
1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	6.366.320	19.074.000	38.047.000	0	14.833.410	0	233
1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	520.000	200.000	422.002	103.975	42.813	20	8
1918 - CONSTRUÇÃO DE USINA DE COMPOSTAGEM	110.000	0	0	0	0	0	0
1947 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO	210.000	0	0	0	0	0	0
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	87.997.815	35.326.308	30.440.783	0	0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.000.000	2.300.000	0	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	59.834	4.750.000	8.273.532	5.674.591	4.830.543	9.484	8.073



AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	59.818	30.000	0	0	0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	306.732.800	298.349.065	378.422.679	378.087.918	359.016.950	123	117
2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	10.000	0	0	0	0	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	11.235	400.000	262.714	9.711	9.372	86	83
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	131.651	1.000.000	340.513	314.806	245.516	239	186
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	254.750	270.000	0	0	0	0	0
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	51.536	30.000	8.247	1.396	1.396	3	3
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	591.020	1.000.000	686.813	534.572	444.487	90	75
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	1.000	50.000	33.144	3.444	3.444	344	344
2573 - CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE AMORTECIMENTO DA EEJBB	50.000	0	0	0	0	0	0
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	10.000	333.572	333.572	321.652	280.056	3.217	2.801
2580 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	40.000	0	0	0	0	0	0
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	2.100.000	1.605.000	820.167	646.083	437.877	31	21
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	1.000.000	1.000.000	168.000	168.000	17	17
2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	2.345.750	2.713.000	2.613.000	2.215.287	1.197.772	94	51
2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	100.000	150.000	150.000	0	0	0	0
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	1.500.000	1.490.000	2.273.726	345.553	874	23	0
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	3.757.913	1.700.895	3.144.108	3.043.952	2.667.618	81	71
2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	150.000	1.335.952	594.852	0	0	0	0
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.750.000	1.550.000	130.000	12.748	0	1	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	400.000	800.000	22.800	10.600	10.600	3	3
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	300.000	300.000	8.100	2.700	2.700	1	1
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	165.000	100.000	0	0	0	0	0
2706 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	1.233.840	301.000	8.500	7.995	7.995	1	1
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	110.000	50.000	31.331	27.561	27.561	25	25
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	13.304.000	10.446.966	5.423.074	4.919.982	4.180.271	37	31
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	175.000	148.952	56.208	14.190	14.190	8	8
3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	10.000	10.000	10.000	0	0	0	0
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	1.000.000	1.500.000	69.535	68.910	68.910	7	7

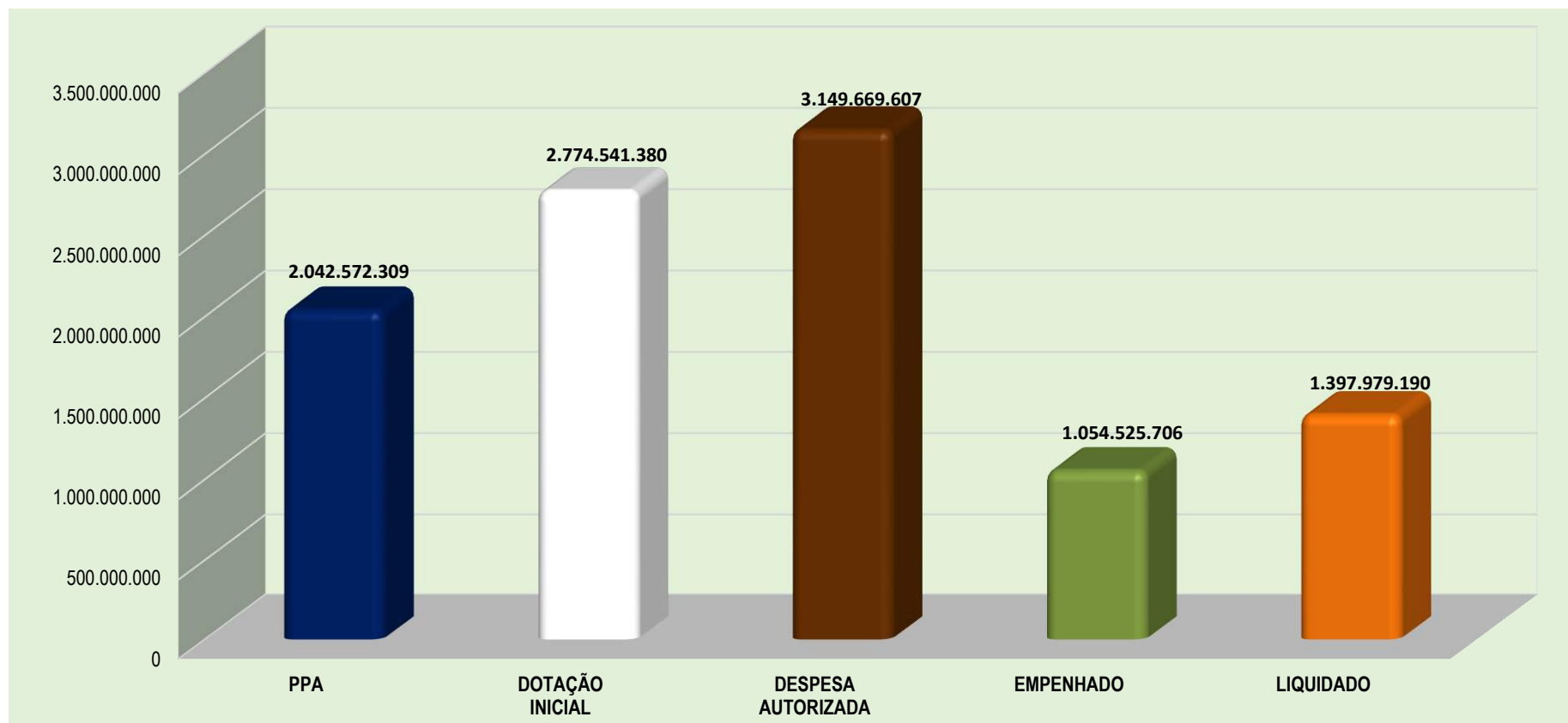
AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's	1.500.000	772.898	1.121.575	0	0	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	14.617.000	23.342.000	16.711.870	1.593	1.593	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	2.000.000	10.413.000	6.910.750	0	0	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	500.000	0	0	0	0	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	1.000.000	500.000	0	0	0	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	6.500.000	9.437.000	30.000.000	0	0	0	0
3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	14.000	9.000	0	0	0	0	0
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.330.007	679.702	5.683.622	2.213.955	1.663.955	166	125
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	1.000.000	5.000	0	0	0	0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	500.000	5.000	4.279.058	2.216.015	1.486.015	443	297
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	260.631.851	278.018.692	298.374.463	68.853.563	66.627.119	26	26
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	10.000	10.000	2.256.269	632.391	632.391	6.324	6.324
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	43.255.268	113.038.496	145.754.505	53.107.233	49.474.258	123	114
3067 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA	100.000	0	0	0	0	0	0
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	3.347.777	6.824.388	13.372.441	11.178.183	4.900.095	334	146
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	1.000	10.000	0	0	0	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	650.000	650.000	870.919	857.569	857.569	132	132
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	25.000.000	584.763.195	584.763.195	0	123.624.479	0	494
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR	200.000	29.853	3.001	0	0	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	1.300.000	44.569	717.149	710.663	710.663	55	55
3122 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	15.000	0	0	0	0	0	0
3123 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	25.000	0	0	0	0	0	0
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	528.750	250.000	21.136	21.135	15.275	4	3
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	4.214.000	14.100.000	15.900.000	0	1.676.371	0	40
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	105.000	1.700.000	1.644.298	0	0	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	2.538.000	7.188.000	5.304.001	0	0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	500.000	0	0	0	0	0	0
3256 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT	100.000	0	0	0	0	0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	350.000	150.000	29.400	400	400	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	20.000	15.000	10.000	1.620	1.620	8	8
3584 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL EM BRAZLÂNDIA	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3586 - (EP)DUPLICAÇÃO DA DF 001	1.000.000	510.000	1	0	0	0	0
3622 - (EP)REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO BALNEÁRIO VEREDINHA	1.000.000	1.200.000	1.000.000	1.000.000	274.996	100	27
3631 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER	300.000	0	0	0	0	0	0
3637 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DO SETOR NORTE DO GAMA	300.000	500.000	0	0	0	0	0
3671 - REFORMA DE CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	1.100.000	12.480.000	8.419.000	0	0	0	0
3672 - RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E ÁREAS DEGRADADAS NO DISTRITO FEDERAL (EP)	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	32.614	0	0	0	0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	440.000	0	0	0	0	0	0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1.750.000	1.600.000	1.309.835	1.189.520	1.178.500	68	67
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	34.000	10.000	10.000	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS		60.000	442.946	335.925	335.925	-	-
4091 - APOIO A PROJETOS	100.000	101.000	0	0	0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.311.220	1.642.000	459.904	305.751	305.751	23	23
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	1.000	600.000	112.728	1.430	1.430	143	143
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	29.551	169.000	0	0	0	0	0
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	20.000	1.802.484	1.797.484	0	0	0	0
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	50.000	30.000	1.820.722	506.754	506.605	1.014	1.013
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	500.000	200.000	200.000	183.002	157.002	37	31
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	300.000	200.000	200.000	5.960	5.960	2	2
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	106.434.000	208.738.000	179.918.900	0	4.978.448	0	5
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	17.351.602	35.916.217	10.577.323	0	0	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	200.000	0	0	0	0	0	0
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSIÃO	2.100.000	478.588	8.861	0	0	0	0
5713 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	10.000	0	0	0	0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	500.000	0	0	0	0	0	0
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	34.692.715	93.912.000	111.059.000	0	35.398.445	0	102
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	69.205.991	47.098.000	57.158.000	0	22.605.534	0	33

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	500.000	10.000	0	0	0	0	0
7046 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	155.000	0	0	0	0	0	0
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	500.000	10.000	0	0	0	0	0
7462 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF	2.522.439	12.000	10.002	0	0	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	223.803.869	169.589.814	187.625.113	186.430.995	168.600.928	83	75
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	201.620.516	39.718.969	187.623.651	185.639.047	153.501.189	92	76
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	10.194	9.888	2.244.529	890.000	590.000	8.731	5.788
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>1.352.701.880</b>	<b>1.248.058.017</b>	<b>1.500.651.347</b>	<b>1.054.525.706</b>	<b>927.197.173</b>	<b>78</b>	<b>69</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>689.870.429</b>	<b>1.526.483.363</b>	<b>1.649.018.260</b>	<b>0</b>	<b>470.782.017</b>	<b>0</b>	<b>68</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6210</b>	<b>2.042.572.309</b>	<b>2.774.541.380</b>	<b>3.149.669.607</b>	<b>1.054.525.706</b>	<b>1.397.979.190</b>	<b>52</b>	<b>68</b>

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:21.101 – SEMA e 22.101 – SINESP)

### PROGRAMA 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (Valores em R\$)



**PROGRAMA TEMÁTICO:****6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL****OBJETIVO GERAL:**

Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

001 – CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Promover cidadania para os desafios socioambientais com inclusão social, cultural, boas práticas e tecnologias para uma governança efetiva, transversal e participativa.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	1	Elaborar o Plano Distrital de Educação Ambiental; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	50			50	50,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	2	Implementar o Programa Virada do Cerrado;(SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50			50	50,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	3	Realizar pelo menos duas campanhas de conscientização sobre resíduos sólidos; (SLU)	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	5			6	300,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	4	Atender pelo menos 6.200 (seis mil e duzentas) pessoas em ações de Educação Ambiental; (SLU)	6.200	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	11.357	12.343			23.700	382,3%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	5	Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; Conscientizar os usuários (interno/externo) do Metrô quanto ao uso racional natural e consumo consciente (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	45			45	45,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	6	Conscientizar os usuários do Metrô quanto ao uso racional dos recursos naturais e consumo consciente (METRÔ)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	60			60	60,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	7	Implementar o Programa Brasília nos Parques; (SEMA) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10			10	10,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	8	Criar 10 Conselhos de Unidades de Conservação; (SEMA) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2	2			4	40,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	9	Criar projeto piloto/implantar energia solar na estação da Guariroba (METRÔ) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	94			94	94,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	10	Capacitar 100% das Comissões Gestoras da Coleta Seletiva Solidária dos órgãos da Administração Pública do DF (SEMA). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	34			34	34,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	11	Dar conhecimento a 100% dos órgãos da Administração Pública do DF a respeito do Programa A3P do MMA e estimular sua implementação (SEMA). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	34			34	34,0%

## Análise Qualitativa

### 1. Elaborar o Plano Distrital de Educação Ambiental (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

#### 2016

Em março de 2016 iniciou-se a elaboração do Termo de Referência para a contratação de uma consultoria para elaboração do Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA). De acordo com a lei 3.833 de 27 de março de 2006 as ações de Educação Ambiental formal e não formal devem ser debatidas na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Compete a CIEA, na forma da lei, o acompanhamento e avaliação da implementação da Política de Educação Ambiental do Distrito Federal. Assim o termo de referência foi debatido e aprovado nesta instância em 13 de abril de 2016. Durante a discussão e aprovação do PDEA na CIEA, surgiu a necessidade de em parceria com a CODEPLAN implementar uma pesquisa sobre o estado da arte da Educação Ambiental para orientar a elaboração do PDEA. A pesquisa foi realizada ao longo de 2016. Por motivos administrativos o termo de referência foi publicado em 17 de novembro de 2016.. Os desafios encontrados foram administrativos, a Secretaria de Meio Ambiente, todavia não tinha realizado uma licitação com esses objetivos, não tinha um banco de preços para esse serviço, além de ser uma Secretaria pequena com muitas demandas e poucos funcionários. Assim a finalização do PDEA ficou para 2017.

#### 2017

Em março de 2017, foi finalizada a consulta da CODEPLAN e iniciadas as ações da consultora contratada. Os diálogos e concertações entre diferentes atores sociais, ao longo de todo o ano de 2017, foram promovidos em oficinas executadas com o uso de metodologias colaborativas que estimularam a troca de saberes. Adicionalmente, foram entrevistados atores sociais de grande relevância na história da Educação Ambiental (EA) no DF, oriundos tanto de instituições de ensino, quanto de organizações governamentais e do terceiro setor. A CIEA, em cumprimento de suas atribuições, organizou todas essas contribuições e aportes no documento.

A consultora executou o plano até a metade do ano de 2017, quando decidiu rescindir o contrato. Assim, a CIEA e as equipes da SEMA e IBRAM assumiram o trabalho, com conclusão prevista para 2018.

## **2. Implementar o Programa Virada do Cerrado (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

### **2016**

Em 2016, a Virada do Cerrado, aconteceu em 28 regiões administrativas do DF, além de uma atividade realizada em Padre Bernardo-GO. O tema deste ano foi Mudança Climática. Foram mais de oitenta (80) organizações articuladas em duzentas e vinte (220) ações e aproximadamente quinhentas e trinta (530) atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território, com participação de milhares de pessoas.

Estima-se que 508.939 (quinhentas e oito mil, novecentas e trinta e nove mil) pessoas foram envolvidas indiretamente no período de 13 de agosto a 13 de setembro, por meio das mídias sociais, o que ultrapassa a taxa de participação popular prevista, estimada em 7%, que corresponde a 200 mil pessoas. Mais 45.000 pessoas foram envolvidas diretamente. Meta apresentada e cumprida no Acordo de Resultados para 2016.

Quanto ao apoio financeiro, a grande maioria das atividades foi autogestionada, ou seja, não necessitou de capital externo para sua execução. O recurso utilizado foi disponibilizado pelo Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM), que destinou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) via edital de demanda espontânea. Para a realização da Corrida pelo Clima foi utilizado recurso do orçamento LOA/SEMA, no total de R\$ 101.525,00 (cento e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais) e o recurso utilizado para a compensação de carbono foi no valor de 32.470,00 (trinta e dois mil quatrocentos e setenta reais) da LOA/SEMA.

Desempenho: A Virada do Cerrado teve início em 2015 e vem cumprindo as metas de mobilização socioambiental estabelecidas até então, aumentando em mais de 100% os resultados comparativos entre 2015 e 2016.

Desafios de realização: O principal desafio para a continuidade do programa é a pouca estrutura da Secretaria de Meio Ambiente para comportar um programa tão grande e complexo. É necessária melhor infraestrutura (computadores, software, espaço, mobiliário, materiais de apoio/expediente para oficinas), mais pessoal para apoiar o programa e garantia de liberação de recursos no tempo previsto para a execução adequada do planejamento. Em 2016, a SEMA teve um grande desafio no processo de adesão de ata de eventos para a realização da Virada do Cerrado.

### **2017**

A Virada de 2017 foi registrada como evento preparatório para o Fórum Mundial da Água, a acontecer em março de 2018. Assim, o tema não poderia ser outro, a Água, e teve como slogan "Cuidando das Águas".

Foram 27 Regiões Administrativas envolvidas, mais de 90 organizações articuladas em 99 ações e, aproximadamente, 340 atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território.

As 27 regiões administrativas do DF que participaram da Virada do Cerrado, desenvolvendo as atividades da 3ª edição, foram: Águas Claras; Brazlândia; Ceilândia, Cruzeiro; Fercal; Gama; Guarará; Itapoã; Jardim Botânico; Lago Sul; Lago Norte; Varjão; Planaltina; Plano Piloto; Riacho Fundo I; Riacho Fundo II; Sobradinho; Sobradinho 2; Taguatinga; São Sebastião; Candangolândia; Recanto das Emas; Paranoá; Park Way; Sudoeste; Santa Maria e Samambaia.

O público-alvo consistiu em crianças e jovens de escolas públicas, famílias, ambientalistas, movimentos socioambientais e culturais, jovens e idosos. Estima-se que 30.000 pessoas foram envolvidas diretamente e 200.000 pessoas envolvidas indiretamente no período de 01 de março a 12 de dezembro, por meio das mídias sociais.

Houve apresentação dos artistas Ellen Oléria, Hamilton de Holanda e Manassés, que acompanharam a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro (OSTNCS).



### **3. Realizar pelo menos duas campanhas de conscientização sobre resíduos sólidos (SLU);**

**2016**

Embora a falta de execução financeira no programa de trabalho "Promoção da educação ambiental e ações sustentáveis", o SLU desenvolveu programas de educação que envolveu os diversos segmentos sociais do DF em um diálogo aberto e participativo para a construção de um modelo de gestão democrático. Nesse contexto, a campanha "Brasília Limpa - Sua Atitude Faz a Diferença", desenvolvida desde julho de 2015 e em 2016, promoveu, principalmente, as seguintes atitudes positivas pela limpeza urbana: 1 - Descarte de resíduos nas lixeiras mais próximas; 2 - Uso de lixeirinhas no interior dos automóveis; 3 - Descarte adequado de entulhos e resíduos volumosos; 4 - Disposição de resíduos nos dias e horários de coleta; 5 - Separação adequada dos resíduos para disposição para a coleta seletiva e a coleta convencional. Foram distribuídos 15.000 cartazes e desenvolvidas mídias no site do SLU sobre estas 5 atitudes. Houve ainda uma campanha publicitária na TV estimulando a população a não dispor incorretamente resíduos em áreas públicas e privadas. Há urgência na ampliação da participação da população na manutenção da limpeza das cidades e na segregação dos resíduos em seco e úmido para coleta seletiva e convencional. Sem uma coleta seletiva efetiva, o Aterro Sanitário de Brasília será esgotado rapidamente, os catadores de materiais recicláveis não obterão renda satisfatória para o seu sustento e uma enorme quantidade de recursos naturais será desperdiçada. Para o sucesso da coleta seletiva, há que se promover intensa campanha em mídias diversas, com o intuito de explicitar a metodologia e o cronograma de coleta para todos os públicos envolvidos. Percebe-se a relevância e a urgência em se criar os meios necessários para o tratamento adequado dos resíduos sólidos no Distrito Federal e, nesse processo, é imprescindível engajar a população. Desta forma, é preciso encontrar meios para superar a falta de sensibilização, informação, credibilidade e adesão efetiva da população do Distrito Federal no processo. Nesse sentido, foram realizadas a segunda edição da Corrida dos Garis e a premiação dos Blocos Carnavalescos parceiros da limpeza, além de diversas outras atividades de educação ambiental. Houve paralisação, por 24 horas, dos serviços de limpeza em Taguatinga centro para chamar atenção para o quantitativo de resíduos gerados e lançados no chão, como também, ações de mobilização para coleta seletiva com a inclusão das cooperativas, com entrega de 30 mil panfletos e 45 mil imãs de geladeira patrocinados por empresa do setor de embalagens.

**2017**

A campanha de conscientização denominada "Labirinto do Lixo" construiu um labirinto com fardos de materiais recicláveis. A obra ficou exposta no Museu Nacional entre os dias 07/10/2017 e 04/11/2017. Ao longo do percurso diversos painéis informavam sobre a gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal e abordavam temas como o fechamento do Lixão e a Coleta Seletiva. Já a campanha "Agentes de cidadania ambiental", capacitou mensalmente 900 catadores de materiais recicláveis que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei. O "Bloco Brasília Limpa" mobilizou os organizadores de blocos da Capital, assim como vendedores ambulantes e teve como objetivo reduzir a geração de rejeitos nas festas e eventos do carnaval, bem como reduzir a quantidade de lixo dispensado nas ruas. Cumpre ressaltar que o órgão criou uma campanha para arregimentar voluntários, que disseminassem ações e informações acerca da gestão dos resíduos sólidos e boas práticas de gestão de resíduos, como compostagem e reciclagem, através do portal do Voluntariado. Outra campanha de grande impacto foi a denominada "Eu ajudei a fechar o Lixão", que mobilizou a sociedade civil.

### **4. Atender pelo menos 6.200 (seis mil e duzentas) pessoas em ações de Educação Ambiental (SLU);**

**2016**

A apresentação de palestras, estórias contadas, apresentações teatrais, capacitações e cursos, acompanhamentos em visitas técnicas às usinas de tratamento de lixo da Asa Sul e Ceilândia e nos aterros controlado do Jóquei e sanitário de Brasília, o acompanhamento nas visitas ao Museu da Limpeza Urbana, o programa de voluntariado para a coleta seletiva na ocasião das Olimpíadas, as reuniões comunitárias nas Regiões Administrativas, a participação em exposições, entre outras ações, representaram 128 ações de educação desenvolvidas, atingindo 11.357 participantes. O Programa de Educação Ambiental do SLU aborda temas que se reflitam em não geração, redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos, além da limpeza das vias públicas. Assim, pretende-se tratar da temática de produção e consumo sustentáveis, bem como da destinação adequada dos resíduos e da coleta seletiva, como também atuar, principalmente sobre 3 aspectos relacionados aos resíduos sólidos no Distrito Federal: a alta geração de resíduos per capita, o descarte de resíduos de todos os tipos nas vias públicas e a baixa participação da população

no descarte adequado dos resíduos, em especial para a coleta seletiva. A população do Distrito Federal tem um dos maiores índices de geração per capita de resíduos do Brasil. Assim, projetos que abordem o consumo consciente, minimizando-se a geração de resíduos, mostram-se urgentes. Fica evidente a necessidade da realização de um conjunto de ações estratégicas, programáticas e continuadas, utilizando diferentes meios, com vistas à sensibilização e informação do público do Distrito Federal em relação aos impactos socioambientais causados pela gestão inadequada dos resíduos sólidos, ressaltando a importância da responsabilidade compartilhada, em especial no que diz respeito à segregação dos resíduos para a coleta seletiva.

**2017**

As ações de educação ambiental desenvolvidas pelo SLU no ano de 2017 contaram com a participação de 12.343 pessoas. Essas ações compreenderam atividades como "teatro, visitas às unidades do SLU (Lixão, Aterro Sanitário, Usinas de Compostagem, Museu da limpeza urbana e demais unidades do SLU). Além disso, foram realizados cursos para professores da rede pública e privada do Distrito Federal, capacitação para ambulantes do carnaval e eventos, como a corrida do Gari e a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília.

#### **5. Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; Conscientizar os usuários (interno/externo) do Metrô quanto ao uso racional natural e consumo consciente (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

O METRÔ-DF iniciou a implantação da Agenda A3P com a adesão ao instrumento do Ministério do Meio Ambiente – MMA e a preparação institucional para as adequações empresariais correspondentes. Dentre elas se encontra a consolidação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que demanda a realização de licitações para aquisição de lixeiras, containers e outros equipamentos, contratação de empresa especializada em gerenciamento de resíduos sólidos nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, disposição ou destinação final de resíduos sólidos orgânicos e resíduos indiferenciados. Também se encontra em análise a substituição dos copos descartáveis e a edição de uma norma organizacional definindo responsabilidades e procedimentos de gerenciamento de resíduos sólidos.

**2017**

Em 2017, a meta de Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P foi desdobrada em várias ações prioritárias em função de preferências institucionais e da ausência de recurso para o processo de contratação do referido Plano. Foi priorizada institucionalmente nova ação para contratação de empresa especializada para realização de estudos técnicos e elaboração de projeto básico de engenharia para a adequação dos pontos de medição de energia fornecida pela CEB ao Metrô-DF. Foi firmada a parceria com a ONG Metarreciclagem, disponibilizando um contêiner na Estação Águas Claras para recolhimento de Lixo Eletrônico e pilhas usadas. Campanha para conscientização dos usuários e funcionários do Metrô à destinação correta, através de banners fixados e através de mídia divulgada pela TV Minuto em todos os trens do Metrô. Foram realizadas palestras na SIPAT de 2017, para o público interno e externo com os temas Sustentabilidade e 3R Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

#### **6. Conscientizar os usuários do Metrô quanto ao uso racional dos recursos naturais e consumo consciente (METRÔ);**

**2016**

O METRÔ-DF realiza campanhas de conscientização da população e usuários do sistema metroviário através de campanha de educação ambiental executada pela Secretaria de Mobilidade Urbana através de um Programa de Educação Ambiental – PEA que integra o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, que realiza várias atividades de educação ambiental nas estações operacionais do METRÔ, dentre outros locais. O METRÔ também aderiu aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS que realiza atividades de conscientização e educação, como campanhas de publicidade com a divulgação dos Objetivos nos trens do METRÔ-DF com materiais publicitários.

**2017**

Campanha de conscientização ao correto uso dos recursos hídricos com a afixação de cartazes em todos os departamentos e Divisões da Companhia, com publicações na intranet, foi disparada a partir da crise hídrica em 2017 e teve o enfoque na redução do consumo de água com o Plano de Redução de Consumo no Uso da Água, que contempla diversas ações: incentivo ao uso racional da água evitando desperdícios, por vazamentos na rede hidráulica, falta de conscientização dos empregados da Companhia e de usuários que usam o serviço. Outras ações foram necessárias como: perfuração de dois poços artesianos destinados à irrigação dos jardins e lavagem dos trens no Complexo Administrativo e Operacional (CAO) e irrigação. A limpeza pesada nas estações e centro administrativo passou a ser em dias alternados, houve também o rebaixamento do nível das boias das caixas de descargas de todos os banheiros, todas as torneiras externas das estações foram fechadas para evitar o uso da água por “flanelinhas”, criação de adesivos de conscientização sobre o fechamento correto das torneiras após o uso em todas as torneiras do Metrô. Com todas essas ações a empresa reduziu 49% do consumo, representando em valor contábeis R\$ 246.975,47.

## **7. Implementar o Programa Brasília nos Parques (SEMA). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

### **2016**

Formulação, supervisão, coordenação e desenvolvimento do Programa Brasília nos Parques, garantindo ações integradas de governo com diferentes secretarias de estado, órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Implementar o Programa nos parques selecionados, com atividades permanentes e continuadas.

O Programa teve dificuldades em desenvolver ações permanentes e continuadas. Prevalece nas administrações regionais apenas o interesse de uso do espaço para eventos, pouco em atividades continuadas. Prevalece o interesse no atendimento de demandas próprias e não em atividades que promovam e fortaleçam a própria área protegida e a conservação de sua biodiversidade.

A sociedade civil (DF em Movimento) promoveu, com o apoio da Sema e do IBRAM, um seminário com o objetivo de organizar os movimentos sociais para apoiar o governo e articular ações integradas para a gestão de parques e unidades de conservação.

### **2017**

O Programa Brasília nos Parques, criado pelo Decreto nº 37.115, de 15 de fevereiro de 2016, tem por finalidade aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal (DF). No sentido de atender ao disposto no citado Decreto, a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF firmaram, em portaria conjunta, o compromisso de implementar, dentre outras ações, o Projeto Parque Educador, que visa ressignificar os espaços dos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) do DF como espaços educadores para que a comunidade restabeleça sua relação de pertencimento àquele local, auxiliando na valorização das UCs do DF, por meio de ações de educação integral, ambiental e patrimonial. Considerando a importância da Educação Integral, Ambiental e Patrimonial como eixo transversal na educação, esse projeto permitirá aos docentes e discentes o acesso aos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) Sucupira/ESECAE, Três Meninas, Águas Claras e Saburo Onoyama, para a realização de atividades pedagógicas voltadas ao uso sustentável desses espaços educadores. O Projeto Parque Educador é coordenado por um Comitê Gestor tripartite, no qual fazem parte 2 (dois) representantes da SEMA, 2 (dois) da SEEDF e também 2 (dois) do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM. Esse Comitê tem, dentre outras atribuições, a incumbência de elaborar o Plano de Gestão desse projeto, que será assinado pelo Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, pelo Secretário de Educação do Distrito Federal e pelo Presidente do IBRAM.

Em 2017, o Comitê Gestor do Programa Brasília nos Parques se reuniu apenas no início do ano. Seja pela falta de servidores e alterações nas estruturas dos órgãos e entidades parceiras do programa, seja pela prioridade de outras demandas dessa Secretaria, o Programa Brasília nos Parques ficou paralisado momentaneamente. Vale ressaltar que algumas ações que compunham o programa se desenvolveram de forma independente. São elas:

a) Parque Educador: as dificuldades orçamentárias inibiram as ações do Parque Educador. As articulações entre Secretaria de Estado de Educação - SEE, Instituto Brasília Ambiental - IBRAM e Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA foram retomadas no segundo semestre de 2017, com o repasse de recurso da SEMA para o IBRAM com a finalidade de contratação de empresa para garantir o transporte dos alunos aos Parques selecionados. Outra ação iniciada foi a organização do concurso interno, elaborado pela SEE/DF, para seleção dos professores da rede pública para o programa.

b) Feira nos Parques: a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI decidiu pela paralisação das ações e aguardar o Decreto que trataria o desenvolvimento das feiras orgânicas nos espaços públicos. Visto que as Unidades de Conservação são competências do IBRAM, as negociações foram retomadas. Foi lançado edital de chamamento das associações de produtores orgânicos para seleção e desenvolvimento das atividades nos Parques, mas todas as propostas entregues foram desclassificadas por não atenderem o edital supracitado. Aguarda-se a republicação do edital.

## **8. Criar 10 Conselhos de Unidades de Conservação (SEMA). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

### **2016**

Coordenação das ações para mobilização, formação e implantação dos conselhos dos parques e unidades de conservação do DF.

Implantação dos conselhos gestores consultivos da ARIE Granja do Ipê e Parque Ecológico Burle Marx.

Recriação e apoio à implementação do Conselho Gestor da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal, apoiando a estruturação de sua Secretaria Executiva.

Representação da Sema no Conselho da APA do Planalto Central.

Apoio à criação de conselho gestor consultivo da ARIE JK e recriação do conselho gestor consultivo da APA Gama-Cabeça de Veado.

Condução dos GTs Parque das Esculturas e Parques do Gama.

Proposição de minuta de regulamentação do artigo 17 da lei do SDUC (Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), para criação de mosaicos de unidades de conservação.

A criação dos conselhos consultivos depende de discussão com as instituições de governo e sociedade civil interessadas, tramitação administrativa e jurídica, que muitas vezes demoram no tempo próprio da burocracia. Neste processo, há necessidade de administrar fatores externos que fogem, em parte, à governabilidade da Secretaria.

### **2017**

Os conselhos da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx, bem como o Comitê da Reserva da Biosfera do Cerrado continuaram funcionando regularmente. A secretaria executiva do comitê foi exercida pelo Jardim Botânico de Brasília. A SEMA também acompanhou os trabalhos do Conselho Gestor da APA do Planalto Central, como membro efetivo. Em 21 de junho de 2017, o Decreto nº 38.286 instituiu o Conselho Gestor Consultivo da Área de Proteção Ambiental das bacias Gama e Cabeça de Veado. Em 26 de julho de 2017, o Decreto nº 38.363 instituiu o Conselho Gestor Consultivo do Parque Juscelino Kubitschek. Logo em seguida, foi lançado chamamento público para que as instituições da sociedade civil apresentassem suas candidaturas aos dois conselhos (um chamamento para cada), tendo se apresentado instituições que preencheram parcialmente as vagas. Foram encaminhados ofícios às instituições de governo para que nomeassem representantes. Dada a demora de resposta de boa parte dessas instituições públicas, não foi possível dar posse aos conselheiros em 2017.

A SEMA encaminhou à Governadoria minuta de decreto de regulamentação do artigo 24 do SDUC, de criação de mosaicos de unidades de conservação e seus respectivos conselhos. Essa minuta foi e voltou à SEMA algumas vezes para alterações sugeridas pela Governadoria e ainda não foi assinada.

A continuidade dos trabalhos do GT Parques do Gama depende da assinatura desse Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, criando o mecanismo legal que permitirá que o GT discuta e aprove a minuta de decreto de criação do mosaico dos parques do Gama e do respectivo conselho deste mosaico.

O GT Parque das Esculturas teve o ritmo de seus trabalhos reduzidos. Por se tratar de um parque de uso múltiplo, o IBRAM avaliou que deveria ser desenvolvida uma metodologia de gestão compartilhada entre o próprio instituto, a Administração do Paranoá e a comunidade local, para que fosse aberta a possibilidade de que a comunidade e a administração colaborassem com sua manutenção, entre outros aspectos. Além disso, houve a necessidade de melhor entendimento com os autores do projeto do parque, com vistas a apresentação do projeto ao IBRAM para aprovação formal, consulta aos moradores locais para que o conhecessem e opinassem sobre o mesmo e busca de meios/recursos para sua implantação.

Ressalta-se que o resultado alcançado para a meta no exercício de 2016 foi alterado em razão de ter sido verificado erro material (havia sido calculado em porcentagem ao invés de unidade).

**9. Criar projeto piloto/implantar energia solar na estação da Guariroba (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2017

Implantação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica e Fornecimento de Equipamentos com Montagem e Instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaica na Estação Guariroba. Empresa contratada: CAPUA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA. no valor total de R\$1.060.592,32 (um milhão e sessenta mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos). O METRÔ-DF lançou em 20/10/2017, a primeira estação com captação de energia solar e totalmente sustentável da América Latina, a Estação Solar Guariroba (Ceilândia), projeto piloto que conta com 578 placas fotovoltaicas, sendo capaz de gerar 288 mil kWh (quilowatts-hora) por ano, equivalente a 100% do consumo da Estação Guariroba e mais outras 2 do mesmo porte. A área de captação da energia solar é de 1.087,56 m<sup>2</sup>, na QNN 14, Setor N – Ceilândia/DF. O sistema está conectado à rede da distribuidora local, e o excedente da energia solar beneficiará todo o sistema metroviário de Brasília. Esse sistema significa uma economia entre R\$ 50 mil a R\$ 60 mil por mês para o Metrô. Execução de 94%.

**10. Capacitar 100% das Comissões Gestoras da Coleta Seletiva Solidária dos órgãos da Administração Pública do DF. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2017

Coleta seletiva solidária

Em 2017, o Decreto que regulamenta a Lei nº 4792/2012 foi atualizado. O novo Decreto nº 38.246/2017 trouxe alguns pontos de maior facilidade na implementação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos públicos do DF. Segundo o novo Decreto, cabe à SEMA a mobilização, sensibilização e acompanhamento dos órgãos, além do estímulo à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

No dia 5 de julho de 2017, foi realizada reunião aberta, sendo convidados 89 órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, dos quais 53 compareceram. Na oportunidade, a SEMA e o SLU realizaram apresentação explicativa de como deveria ser a implementação da Coleta Seletiva Solidária, bem como quais eram os prazos de implementação e demais procedimentos. Para recebimento das informações dos órgãos públicos, foram elaborados 3 Formulários para preenchimento online. As informações recebidas foram compiladas em uma planilha/relatório.

A SEMA prestou auxílio ainda elaborando materiais de divulgação (folders, vídeo, cartilhas), que tem previsão de serem expedidos pela CACI em 2018. Ademais, outras reuniões foram realizadas com o pessoal da TI da Casa Civil para delimitar e elaborar um sistema de recebimento e compilação das informações prestadas pelos órgãos públicos a respeito da implantação da Coleta Seletiva Solidária e da quantidade de resíduo produzido nos órgãos, bem como recebimento dos relatórios trimestrais para controle tanto da CACI como SEMA e SLU.

**11. Dar conhecimento a 100% dos órgãos da Administração Pública do DF a respeito do Programa A3P do MMA e estimular sua implementação. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2017

Coleta seletiva solidária

No ano de 2017, o Decreto que regulamenta a Lei nº 4792/2012 foi atualizado. O novo Decreto nº 38.246/2017 determina que cabe à SEMA, além de outras atividades, o estímulo à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

No dia 5 de julho de 2017, foi realizada reunião aberta, sendo convidados todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta. Foi apresentado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), o que deu visibilidade ao programa e estimulou sua implementação.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1626	TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO	%			6	7	7	7	9	10	SEMA / UO 21101 / OE 1
1627	TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA	%	0	31/12/2017	50	50	60	1	70	70	JBB / UO 21106 / OE 1
1693	TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS	UNIDADE			04	5	08	0	12	16	SEMA/ UO 21101/ OE 01

### Justificativas 2016

**Indicador 1626** - O projeto Virada no Cerrado foi um sucesso. Contou com a participação aproximada de 200 mil pessoas.

**Indicador 1627** - O resultado estipulado para o primeiro ano foi alcançado em parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, através de ações educativas que compreendem a realização de oficinas de implantação de jardins, manutenção de hortas e paisagismo, a fim de propiciar Prestação de Serviços à comunidade, sendo capacitados 34 internos, que participaram de forma voluntária das atividades propostas.

**Indicador 1693** - Instalação e Comitê Gestor e Decreto de criação para escolha de cinco parques; Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Parque Ecológico Ezequias Heringer.

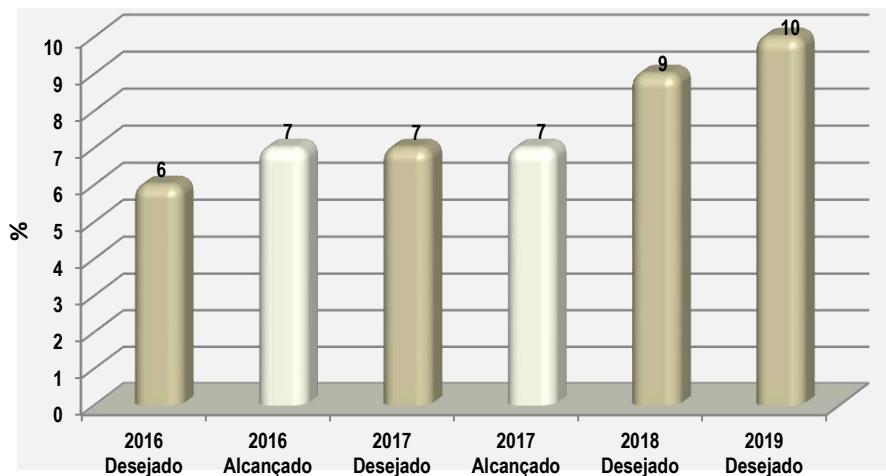
### Justificativas 2017

**Indicador 1626** - Foram envolvidas 30.000 (trinta mil) pessoas diretamente e 200.000 (duzentas mil) pessoas indiretamente.

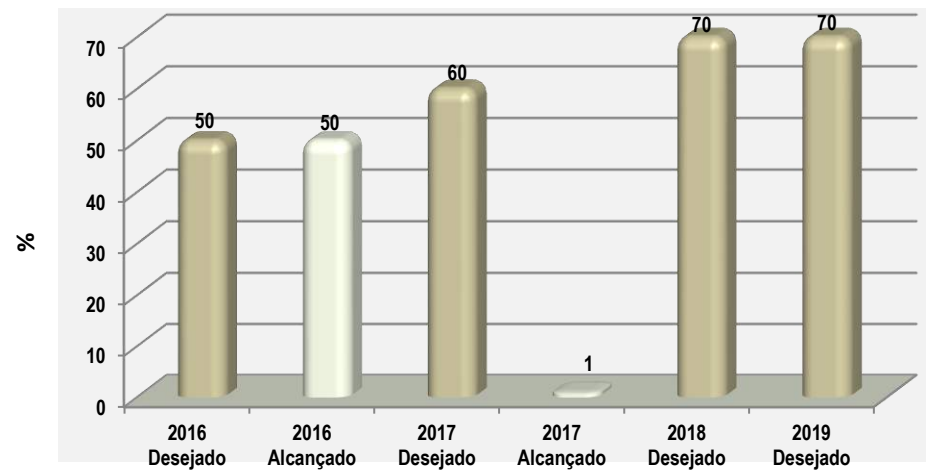
**Indicador 1627** - Foi renovada a parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília - JBB. Esta parceria foi considerada muito eficaz por parte da UAMA. No entanto, em 2017, foi encaminhado apenas um adolescente para este Órgão.

**Indicador 1693** - A política de implantação do Programa Brasília nos Parques impõe várias atividades, as quais ao longo de 2017 foram continuadas principalmente nos cinco parques: Parque Ecológico Águas Claras, Três Meninas, Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Ezequias Heringer, objeto de cumprimento da Meta de 2016. Desta forma, foi verificado que o indicador ora apresentado pela SEMA não condiz com a melhor forma de mensuração da política. Será proposta alteração do indicador.

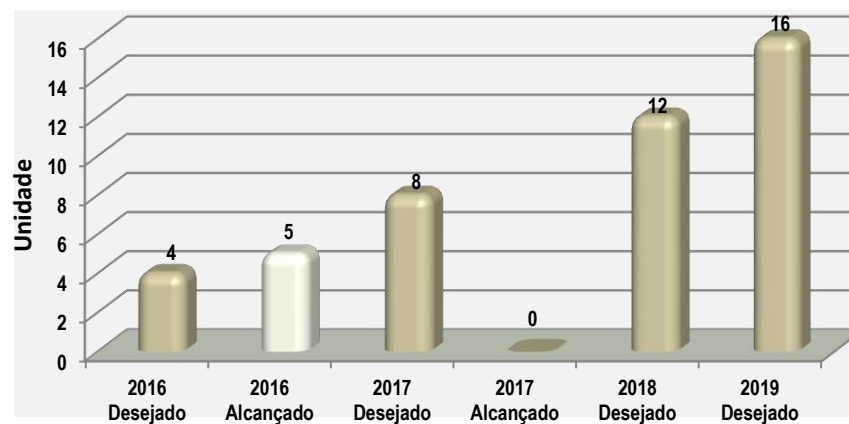
**TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO**



**TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA**



**TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	1	1	Criação de Grupo de Trabalho Intergovernamental de Educação Ambiental; (SEMA)	21101	100	<p><b>2016</b> Grupo criado e em atividade, criado pela Portaria Nº 14 de 23 março de 2015, com representantes de 26 órgãos públicos. Realizou 25 reuniões com as pautas: Fauna, Resíduos, EA em Unidades de Conservação, Água e ações intersecretoriais como EA no carnaval, Semana do Meio Ambiente, Virada do Cerrado.</p> <p><b>2017</b> Em 2017, o Grupo de Trabalho decidiu ter as atividades concentradas nas reuniões de construção do Plano Distrital de Educação Ambiental, no âmbito da CIEA.</p>
6210	1	2	Revisão do Decreto de regulamentação da Lei nº 3833, de 27 de março de 2006; (SEMA)	21101	0	<p><b>2016</b> A Secretaria de Meio ambiente apresentou uma proposta de regulamentação da Lei à CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental) coordenada pelo IBRAM que não concordou e não convocou reunião para debater a proposta de regulamentação. Esperamos que a revisão entre na pauta em 2017.</p> <p><b>2017</b> Em 2017, a CIEA decidiu ter como foco a construção do Plano Distrital de Educação Ambiental, deixando a revisão do Decreto para o ano de 2018.</p>
6210	1	3	Acompanhamento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental; (SEMA)	21101	100	<p><b>2016</b> Acompanhamento integral de todas as reuniões da Comissão e inserção de algumas pautas importantes como a Pesquisa de Educação Ambiental e a construção do Plano de Educação Ambiental.</p> <p><b>2017</b> Em 2017, as reuniões da CIEA foram produtivas e tiveram como foco a construção do Plano Distrital de Educação Ambiental, previsto para ser concluído em 2018.</p>
6210	1	4	Regulamentação da Lei 4772/12; (SEMA)	21101	0	<p><b>2016</b> A regulamentação da Lei nº 4772, de 24, de fevereiro de 2012, que dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal não é de competência da Secretaria de Meio Ambiente e sim da Secretaria de Agricultura. Solicitamos a retirada dessa ação não orçamentária do PPA.</p> <p><b>2017</b></p>
6210	1	5	Realização de cursos de jardinagem/produção de mudas para jovens aprendizes. (NOVACAP).	22201	50%	<p><b>2016</b> Foram realizadas ações educativas pela equipe dos Viveiros da NOVACAP, de modo especial, junto às escolas da Rede Pública e Privada. Em 2016 foram contempladas 28 escolas com 50 alunos, em média, por escola, tendo sido alcançados cerca de 1.400 alunos. Foram realizadas visitas aos Viveiros, também, pelos alunos universitários, podendo-se destacar: UnB, UCB, ICESP, entre outras. Foi ministrado um curso de Produção de Plantas Ornamentais, em conjunto com a EMATER, para cerca de 30 produtores rurais, além de cursos para 2 profissionais da Aeronáutica.</p> <p><b>2017</b> Foram realizadas ações educativas pelas equipes dos Viveiros da NOVACAP, atendendo, de modo especial, alunos da Educação Básica. Foram contempladas 20 escolas com 50 alunos, em média, por escola, alcançando cerca de 1000 alunos. Foram realizadas visitas aos Viveiros, também, pelos alunos universitários, podendo-se destacar: ICESP e UCB, entre outras.</p>



## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

**2016/ 2017**

### **SEMA**

A SEMA tem contribuído com esse objetivo específico com duas ações principais, que visam, principalmente, aumentar a efetivação e a ocupação das unidades de conservação e parques do DF, tanto com a maior presença do governo em suas diversas instâncias, quanto da sociedade. Para isso, estão sendo desenvolvidas as ações do Programa “Brasília nos Parques e o apoio à criação de colegiados, na forma de conselhos gestores consultivos, como fóruns de concertação entre governo e sociedade na gestão dos parques e UCs.

No caso do Brasília nos Parques, a SEMA coordena um conselho gestor, que tem a presença de representantes dos setores de governo que tem afinidade com o tema. Devido às dificuldades intrínsecas ao Governo como um todo (carência de recursos e de pessoal, p.ex.), diversas secretarias participantes tiveram dificuldades em aportar esforços para contribuir com o programa. Atualmente, a SEMA está finalizando os procedimentos para a implantação de duas ações concretas: i) o Programa Parque Educador, que levará alunos das escolas públicas aos parques para visitas guiadas com o objetivo de trazer o tema da conservação da natureza para o currículo escolar com uma vivência prática da realidade destas áreas protegidas. Serão contemplados os alunos de tempo integral, em programa continuado ao longo do ano, sendo complementado com o atendimento a outras escolas com visitas únicas. A ação será executada por equipe conjunta da Secretaria de Educação (professores selecionados por edital interno para o trabalho permanente no programa ao longo do ano) e pela equipe de educação ambiental do IBRAM; ii) as feiras orgânicas nos parques, num entendimento com a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), para a organização de feiras dentro de alguns parques que possuem bastante afluência de público que tem interesse no tema.

No caso da criação dos conselhos gestores consultivos, a SEMA se responsabiliza pela articulação com a sociedade e os setores de governo para a criação dos conselhos que, a partir do momento que são criados, passam à coordenação do IBRAM, continuando a participação da SEMA como membro destes conselhos. Essa ação resgata uma previsão legal da existência destes colegiados para garantir a concertação entre governo e sociedade civil na gestão das áreas protegidas. Os conselhos que antes existiam no DF foram extintos ou deixaram de funcionar até 2007. Assim, foram criados, em 2016, atendendo à mobilização da sociedade, os Conselhos Gestores Consultivos da Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx. Foram encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo as minutas de decretos para a recriação dos conselhos da APA Gama-Cabeça de Veado e ARIE JK. Foram criados grupos de trabalho, que estão em andamento, para a criação dos conselhos do Parque das Esculturas, no Altiplano Leste, e de um mosaico, a ser instituído, dos Parques do Gama. A SEMA continuará atenta, até o final da gestão, para a mobilização da sociedade para demandas de criação destes colegiados, por considerá-los fundamentais para a efetivação dos parques e UCs do DF.

A SEMA também está muito articulada com o IBRAM para apoiá-lo em suas atribuições de criação e gestão de UCs. Existe, atualmente, uma ênfase maior na gestão, tendo em vista os passivos existentes nas unidades já criadas. Assim, a SEMA repassou recursos orçamentários ao IBRAM, possibilitando o reforço dos esforços de manutenção das áreas protegidas existentes e de conclusão de algumas obras de infraestrutura necessárias para garantir um melhor uso da população destes parques, como, p.ex., o antigo Parque Urbano e Vivencial do Gama, agora em processo de recategorização para Parque Ecológico, que receberá algumas obras complementares, como cercamento, iluminação e construção de galpão multiuso, que tornarão mais efetiva a proteção da unidade e sua melhor utilização pela comunidade.

Por último, cabe lembrar o apoio da SEMA, em conjunto com o IBRAM, a uma iniciativa da sociedade civil organizada (DF em Movimento) na realização de um seminário para discutir os principais problemas das áreas protegidas do DF e estabelecer estratégias de maior participação da sociedade civil na solução desses problemas e no aumento de atividades nessas unidades, em estreita colaboração com o governo.

O Programa Brasília nos Parques, criado pelo Decreto nº 37.115, de 15 de fevereiro de 2016, tem por finalidade aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal (DF). No sentido de atender ao disposto no citado Decreto, a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF firmaram, em Portaria Conjunta, o compromisso de implementar, dentre outras ações, o Projeto Parque Educador, que visa ressignificar os espaços dos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) do DF como espaços educadores para que a comunidade restabeleça sua relação de pertencimento àquele local,

auxiliando na valorização das UCs do DF, por meio de ações de educação integral, ambiental e patrimonial. Considerando a importância da Educação Integral, Ambiental e Patrimonial como eixo transversal na educação, esse Projeto permitirá aos docentes e discentes o acesso aos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) Sucupira/ESECAE, Três Meninas, Águas Claras e Saburo Onoyama, para a realização de atividades pedagógicas voltadas ao uso sustentável desses espaços educadores. O Projeto Parque Educador é coordenado por um Comitê Gestor tripartite, no qual fazem parte 2 (dois) representantes da SEMA, 2 (dois) da SEEDF e também 2 (dois) do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, autarquia vinculada à SEMA. Esse Comitê tem, dentre outras atribuições, a incumbência de elaborar o Plano de Gestão desse Projeto, que será assinado pelo Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, pelo Secretário de Educação do Distrito Federal e pelo Presidente do IBRAM. Cabe à SEMA garantir recursos para o transporte dos alunos para o segundo semestre de 2018. Outra estratégia de formação foi o Curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal – 2ª edição, ofertado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) da Secretaria de Educação do DF, em parceria com ADASA, IBRAM, SLU, CAESB e SEMA, com o objetivo de promover a difusão de conhecimentos técnico-pedagógicos sobre a gestão responsável e compartilhada da água e dos resíduos sólidos nas bacias hidrográficas do Descoberto e do Paranoá, a fim de instrumentalizar o professor para o trabalho dos conteúdos relacionados aos eixos transversais em suas respectivas escolas. Possibilitou-se aos cursistas a vivência de estudos e diálogos que trataram da inserção e engajamento das pessoas na gestão sustentável e participativa das Águas e resíduos passando pelo nível individual, coletivo e institucional, tratando de temas de relevância técnica e política.

Os conselhos da Granja do Ipê, Parque Ecológico Burle Marx continuaram funcionando regularmente. O Comitê da Reserva da Biosfera do Cerrado também, com a secretaria executiva exercida pelo Jardim Botânico de Brasília. A SEMA também acompanhou os trabalhos do Conselho Gestor da APA do Planalto Central, como membro efetivo. Em 21 de junho de 2017, o Decreto nº 38.286 instituiu o Conselho Gestor Consultivo da Área de Proteção Ambiental das bacias Gama e Cabeça de Veado. Em 26 de julho de 2017, o Decreto nº 38.363 instituiu o Conselho Gestor Consultivo do Parque Juscelino Kubitschek. Logo em seguida, foi lançado chamamento público para que as instituições da sociedade civil apresentassem suas candidaturas aos dois conselhos (um chamamento para cada), tendo se apresentado instituições que preencheram parcialmente as vagas. Foram encaminhados ofícios às instituições de governo para que nomeassem representantes. Dada a demora de resposta de boa parte dessas instituições públicas, não foi possível dar posse aos conselhos em 2017.

A SEMA encaminhou à Governadoria minuta de decreto de regulamentação do artigo 24 do SDUC, de criação de mosaicos de unidades de conservação e seus respectivos conselhos. Essa minuta foi e voltou à SEMA algumas vezes, para alterações sugeridas pela Governadoria, e ainda não foi assinada.

A continuidade dos trabalhos do GT Parques do Gama depende da assinatura do Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, criando o mecanismo legal que permitirá que o GT discuta e aprobe a minuta de decreto de criação do mosaico dos parques do Gama e do respectivo conselho deste mosaico.

## **JBB**

Em 2016, foi assinado o Plano de Trabalho com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, com a finalidade de propiciar a execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC – no Distrito Federal, prevista no art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante Portaria Conjunta nº 12, de 07 de agosto de 2012. O objetivo desta parceria, estabelecido no Plano de Trabalho, foi utilizar Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), determinada por decisão judicial, na realização de tarefas por parte dos adolescentes/jovens de forma voluntária, porém num contexto educativo e de reflexão viável por meio de trabalhos gratuitos e orientação pessoal. Esta parceria contribui para suprir a necessidade de criação de programas de atendimento que possibilitem ao jovem em conflito com a lei uma leitura diferenciada da sua condição pessoal, passando a compreender-se como sujeito capaz de mudar a realidade de risco e exclusão a qual foi submetido.

Em 2017, foi renovada a parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília - JBB. Essa parceria é considerada muito eficaz por parte da UAMA. No entanto, foi encaminhado apenas um adolescente o JBB, que cumpriu medida socioeducativa durante 8 semanas. O jovem acompanhou as equipes de jardinagem e cultivo de mudas no viveiro do JBB, no viveiro de Orquídeas, Orquidário e Jardim Sensorial. O JBB tem enorme potencial para proporcionar a jovens em situação de vulnerabilidade social novas perspectivas de vida. Se, por um lado, a imersão em um ambiente belo, em contato direto com a natureza, cercado de calma, por si só já contribui muito com o bem-estar de qualquer pessoa, no JBB também é possível contribuir com a formação profissional desses jovens em atividades como viveirismo, produção agroflorestal, educação ambiental, jardinagem, tecnologias socioambientais, artesanato sustentável, entre outras. Por esse motivo, em 2018, o JBB continuará disponível para receber jovens em execução de medida socioeducativa de PSC – Prestação de Serviços à Comunidade da UAMA (Unidade de Atendimento Aberto do Paranoá).

## **SLU**

Foi dada continuidade ao esforço para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis. Em 2017, as campanhas e eventos de educação ambiental arrematados pelo SLU atingiram grande parte da população do Distrito Federal. Foram atividades lúdicas, focadas em informar diversos extratos da sociedade, assim como, dar especial atenção às crianças e estudantes.

## **NOVACAP**

Como uma forma de contribuir com o objetivo específico na promoção da cidadania para os desafios socioambientais com inclusão social, a NOVACAP vem desenvolvendo de forma contínua cursos de jardinagem/produção de mudas para jovens aprendizes. O atendimento contempla alunos da Educação Básica, onde eles recebem informações acerca da importância do meio ambiente. Entre os temas abordados, pode-se destacar: gestão ambiental, produção de mudas, adubação, controle de espécies, entre outros. Neste contexto, a Companhia muito tem contribuído com o processo de conscientização, quanto à preservação ambiental e urbanística.

Além desse atendimento, a Companhia continua atuando junto à sociedade, de modo especial, junto às escolas de nível superior, corroborando com a formação de multiplicadores, pesquisadores, e especialização de professores.

## **METRÔ**

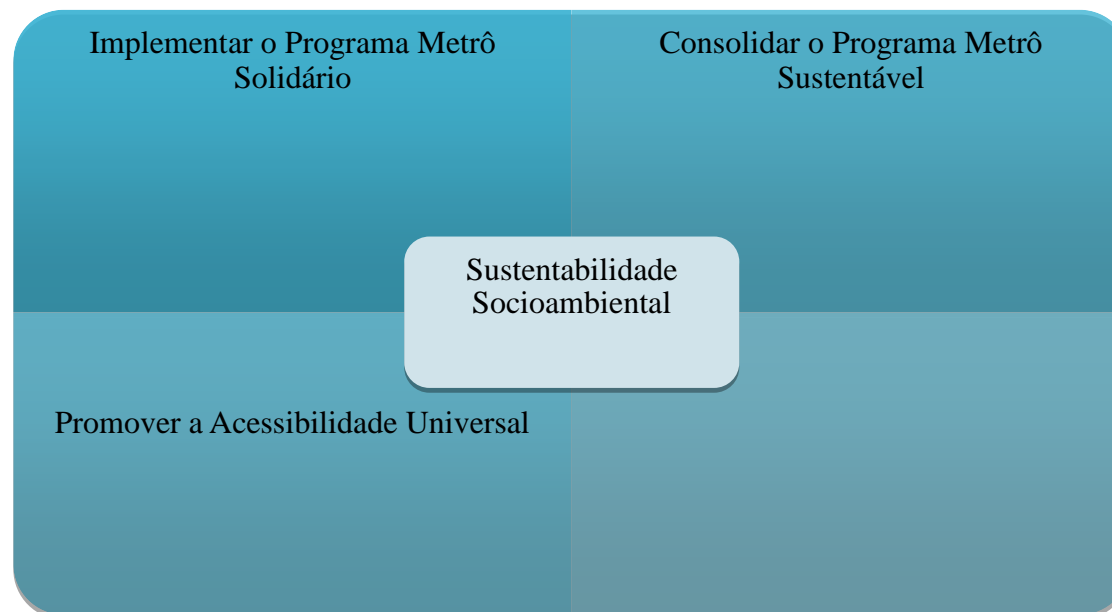
O transporte metroferroviário é um serviço público, de cunho social e ambiental e, ao mesmo tempo em que desloca grande número de pessoas, estrutura o transporte urbano, promove a redução das emissões atmosféricas, poluição sonora, e faz uso de combustível fóssil como fonte de energia.

Cabe destacar que o foco na Responsabilidade Social Corporativa em estreita articulação com a coletividade proporcionará à Empresa uma trajetória de maior reconhecimento junto à Sociedade. Essa prática evidencia o papel da Companhia como parceira do Estado, buscando a mediação entre a atuação corporativa e às questões sociais. Tais iniciativas estimularam em 2016 a conquista de premiações e selos no campo da responsabilidade social junto às comunidades do DF.

Tomando como base a metodologia exposta à realidade empresarial e à base estratégica do METRÔ-DF, em plena consonância com os interesses públicos perseguidos, com os objetivos de governo e igualmente de Estado, voltados para o planejamento estratégico de longo prazo, sustentável e eficiente, o mapeamento estratégico desta Companhia culminou nas medidas de alto impacto estratégico – atreladas às oportunidades e riscos envolvidos:



Na identificação das medidas de alto impacto estratégico, destaca-se a medida 5.7 – Buscar Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental, com os seguintes eixos:



O PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL objetiva a promoção da sustentabilidade ambiental nas operações e atividades do METRÔ-DF, através do desenvolvimento de ações que reduzam ao máximo o impacto dessas atividades ao meio ambiente e à saúde humana. Para mitigar o impacto das atividades, o Programa estabelece metas de eficiência energética, melhorias operacionais, gerenciamento de resíduos sólidos, pesquisa, fontes renováveis e uso eficiente de recursos naturais, produtos, serviços e materiais.

Busca-se o aperfeiçoamento de produtos e processos do sistema metroviário, visando racionalizar o consumo de água e energia elétrica nas operações do METRÔ-DF, alcançando padrões desejáveis de eficiência energética, implantação de tecnologias menos intensivas de uso da água e otimização de processos, ou seja, um conjunto de mecanismos de planejamento e gestão e de procedimentos operacionais, que são exigidos diante da atual etapa de Mudanças Climáticas e aquecimento global por que passa o Planeta, bem como, daqueles determinados pela legislação.

Dessa forma, o METRÔ-DF definiu as seguintes diretrizes prioritárias para o PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL:

1. Racionalização do consumo de energia elétrica.
2. Racionalização do consumo de água potável.
3. Implantação do Plano de Resíduos Sólidos do METRÔ-DF.
4. Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P.
5. Preparação institucional para certificação ISO 14.001.

Com isso, espera-se dar uma guinada em direção à profissionalização da gestão da Companhia na condução dos seus recursos humanos, materiais e financeiros, em respeito aos princípios da transparência e da eficiência da Administração Pública e em prol dos usuários/sociedade.

Em 2017, os objetivos propostos na temática Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental se cumpriram nessa Companhia a partir da Promoção da Acessibilidade Universal, e do "Programa Metrô Sustentável" e do "Programa Metrô Solidário". O Programa Metrô Solidário tem como premissa a responsabilidade social a partir da valorização do ser humano através de ações de

cidadania, com vistas a tornar o Metrô-DF, uma empresa exemplo em ações sociais, com foco na solidariedade, e assim, despertar a consciência humana dos metroviários junto aos usuários. Vivenciar a cidadania, apoiando ações, em parceria com os setores público e privado, além das organizações da sociedade civil, e despertar junto à comunidade, os valores de solidariedade e inclusão social, de forma a fortalecer a imagem do Metrô/DF como uma empresa exemplo em participação social. Esse programa persegue os objetivos específicos de despertar a consciência crítico-social dos metroviários, visando o resgate da dignidade humana, possibilitando uma ação solidária dos mesmos, junto às comunidades carentes mais próximas; Promover eventos culturais e atividades para incentivar a participação social, envolvendo a nossa comunidade em ações de solidariedade; Estimular parcerias com empresas públicas e privadas e demais esferas do governo no âmbito da responsabilidade social, como segue:

EIXOS (2017)	Inclusão Social	Sócio cultural	Direito e Cidadania	Educação	Saúde nos Trilhos	Todo Mundo no Metrô	TOTAL
<b>Projetos Corporativos:</b>							
✓ <u>Cultura no Metrô</u> (músicos, exposições, teatro, dança).	—	59 (*)	—	—	—	—	59
✓ <u>Educação nos Trilhos</u> (escolas de ensino especial e regular, jovens e pacientes).	30 crianças	—	—	202 alunos	50 pacientes	20 jovens	302
✓ <u>Semana da Saúde nos Trilhos</u> (campanhas, serviços, feiras).	—	—	—	—	14.585 usuários	—	14.585
<b>Eventos</b>	01	01	05	01	05	—	13
<b>Campanhas Sociais</b>	04	01	06	01	05	—	17
<b>Termos de Cooperação</b> (HeForShe, Banco de Leite, SECRIANÇA, SECULT).	—	02	01*	01*	02	01	05
<b>Selo Social</b>	—	—	01	—	01	—	02

Obs: (\*) Outras atividades culturais serão contabilizadas pela ACS no Projeto Cultura no Metrô.

Maiores detalhes estão inseridos no Relatório Anual denominado Balanço Social 2017, disponibilizado no site: [www.metro.df.gov.br](http://www.metro.df.gov.br), aba Metrô Solidário. No contexto do "Programa Metrô Sustentável", destaca-se as ações de racionalização do consumo de energia elétrica, racionalização do consumo de água potável e a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P. Investimentos adequados também podem favorecer o equilíbrio financeiro da companhia, nesse sentido, a estação Solar Guariroba (Ceilândia) é responsável por gerar energia limpa com utilização de recursos naturais renováveis. Além de Guariroba, a primeira fase da estratégia corporativa do Metrô de Brasília é implantar mais três plantas de energia solar, com planejamento para conclusão de instalação até final 2019, sendo outras duas estações solares de passageiros (Estação Samambaia Sul e Estação Feira do Guará) e uma Usina Solar com capacidade instalada de 3,5 MW no Centro Operacional da Companhia, que somadas, poderão gerar cerca de 5 MW de energia, o que representa em torno de 33% da demanda de energia contratada pela Companhia, atualmente de 15 MW por mês ao custo de R\$ 3,5 milhões.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**002 – CAPITAL DAS ÁGUAS:** Promover a cultura do cuidado com a água, o aperfeiçoamento do marco normativo e institucional e garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para a população e os ecossistemas naturais, a conservação e a recuperação das áreas de recarga de aquífero, nascentes e matas ciliares e áreas de proteção de mananciais.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	1	Organizar e realizar eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água; (ADASA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	1			2	66,7%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	2	Organizar e realizar o 8º Fórum Mundial da Água; (ADASA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-			-	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	3	Estimular a captação e o reuso de águas (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-				X	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	4	Fortalecer a gestão democrática e sustentável das águas (SEMA);	14	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	5			5	35,7%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	5	Realizar a Conferência Distrital de Meio Ambiente com o tema "Águas de Brasília"; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	8	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	8			8	100,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	6	Realizar 15 reuniões de articulações com instituições distritais e federais, visando promover a redução da erosão dos solos e do assoreamento de mananciais no meio rural, contribuindo com o sistema de monitoramento de investimento governamental (EMATER);	15	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	5	5			10	66,7%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	7	Elaborar 400 pedidos de outorga de água para os pequenos e médios produtores rurais (EMATER);	400	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	55	0			55	13,8%

## Análise Qualitativa

### **1. Organizar e realizar eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água; (ADASA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### **2016**

Em dezembro de 2016 a SEMA-DF juntamente com diversos parceiros do GDF e da sociedade civil realizaram o evento de lançamento da Aliança pelo Descoberto que inaugurou um trabalho conjunto de vários projetos em prol da conservação da bacia do Descoberto. Este trabalho coordenado de diversos atores daquela bacia é uma ação que contribui para a preparação para o 8º Fórum Mundial da Água e para a consolidação de Brasília como Capital das Águas.

Um segundo evento realizado em 2016 e que colabora para a realização do 8º Fórum Mundial da Água de 2018 foi o lançamento da sede do CIRAT (Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade) no Jardim Botânico de Brasília. O CIRAT está em processo de qualificação como Centro Categoria 02 sob os auspícios da UNESCO. A proposta é finalizar este processo de qualificação como centro de excelência antes da realização do 8º Fórum em Brasília.

Para 2017 a previsão é a realização de dois outros eventos preparatórios: o “5º Encontro Nacional Formativo de Educação Ambiental para a Gestão das Águas” em Maio e o “2º Seminário Internacional de Água e Transdisciplinaridade: Águas pela Paz” em Outubro de 2017.

#### **2017**

No ano de 2017, foi realizado pela ADASA o evento "Contribuições para o 8º Fórum Mundial da Água - Brasília 2018", com o intuito de lançar o fórum para o setor agrícola durante a Feira Internacional dos Cerrados - Agro Brasília.

Em 25 de abril de 2017, foi publicado o Decreto nº 38.150. Instituiu-se o Comitê Gestor e o Comitê Executivo do 8º Fórum Mundial da Água 2018 no âmbito do Distrito Federal, com a função de coordenar e executar, respectivamente, as ações distritais que contribuam com os objetivos centrais do Fórum e as atividades correlatas voltadas à realização do evento. A Assessoria Técnica Especializada da ADASA coordenou e acompanhou os subgrupos estabelecidos dentro do Comitê Executivo. Foram realizadas, semanalmente, reuniões entre os subgrupos de Logística, Projetos Estratégico, Comunicação Interna e Externa e Ações Transversais para tratar do assunto Fórum no âmbito do GDF

### **2. Organizar e realizar o 8º Fórum Mundial da Água; (ADASA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### **2016**

Por meio do Ofício nº 490/2016-PRES/ADASA foi autorizada a alteração da responsabilidade pela presente Meta para a ADASA.

#### **2017**

No início de 2017, O secretariado do 8º Fórum Mundial da Água foi estabelecido na Agência Nacional de Águas – ANA, e não mais na ADASA, que ficou responsável pela parte que envolve o GDF no Fórum, além do pagamento de todas as taxas do Conselho Mundial da Água. A Agência se encarregou da reserva dos locais para realização dos eventos preparatórios e do próprio Fórum em 2018. Responsabilizou-se, igualmente, em estabelecer um contato e uma parceria com os Órgãos do GDF que poderiam contribuir de alguma forma com o Fórum

### **3. Estimular a captação e o reúso de águas (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

#### **2016**

A SEMA-DF investiu esforços no primeiro semestre de 2016 em buscar captar recursos para a implementação do Cultivando Água BOA no DF tendo em vista a situação financeira desafiadora do GDF. Uma importante conquista foi a escrita e refinamento, com apoio de consultoras contratadas pelo GEF, do Projeto GEF Cidades Sustentáveis para implementação de algumas



agendas de sustentabilidade no DF. O valor em captação com o Projeto GEF Cidades Sustentáveis é da ordem de 06 milhões de dólares para o período entre 2017 e 2021. Neste projeto foram incluídos recursos para a implementação do Cultivando Água Boa na bacia do Descoberto e Paranoá (recuperação florestal, boas práticas conservacionistas, estímulo a agroecologia e educação ambiental).

Outra articulação liderada pela SEMA foi atrair para o DF, de forma mais expressiva, o Programa Água Brasil Fase 02. Este programa é conduzido pela ANA, WWF, Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil e na renovação do novo ciclo do projeto (2016-2020) 02 das 04 bacias selecionadas estão localizadas no DF (Descoberto e São Bartolomeu).

Em 2016 aconteceu o fortalecimento do Programa Cultivando Água Boa no DF com o início das atividades do Comitê Gestor do CAB no Paranoá, que realizou três reuniões para definição de ações estratégicas e escrita de um projeto para captação de recurso. No Descoberto foi lançada a Aliança pelo Descoberto que abarca atores dos 10 projetos que são realizados na bacia. Foi criada uma matriz de convergência destes 10 projetos e no momento estes atores governamentais, da academia e da sociedade civil estão montando um plano de trabalho que abarque as frentes desenvolvidas por todos os projetos com metas, indicadores e responsáveis. Também foram definidas microbacias prioritárias de atuação e realizadas 03 Oficinas do Futuro com a comunidade na microbacia do Guariroba. Vale destacar que o Descoberto é o manancial responsável por 67% do abastecimento de água do DF e uma gestão eficiente daquele território será um legado significativo para o Objetivo Específico 02- Capital das Águas do PPA do GDF.

Outro destaque na implementação do Cultivando Água Boa no DF nas bacias do DF foi a realização, no dia 29 de junho de 2016, do “1 Curso de Adequação de Estradas Rurais com Ênfase em Conservação de Microbacias” realizado na EMATER de Brazlândia. O curso, liderado pela SEMA com o apoio de parceiros como SEAGRI, Itaipu-Binacional, EMATER e DER-DF, capacitou 40 operadores de máquinas (tratoristas) do GDF em como fazer adequações de estradas rurais de maneira mais ecológica retendo a água no terreno e não deixando que sedimentos sigam para os mananciais.

#### **4. Fortalecer a gestão democrática e sustentável das águas (SEMA);**

##### **2016**

A SEMA-DF investiu esforços no primeiro semestre de 2016 em buscar captar recursos para a implementação do Cultivando Água BOA no DF tendo em vista a situação financeira desafiadora do GDF. Uma importante conquista foi a escrita e refinamento, com apoio de consultoras contratadas pelo GEF, do Projeto GEF Cidades Sustentáveis para implementação de algumas agendas de sustentabilidade no DF. O valor em captação com o Projeto GEF Cidades Sustentáveis é da ordem de 06 milhões de dólares para o período entre 2017 e 2021. Neste projeto foram incluídos recursos para a implementação do Cultivando Água Boa na bacia do Descoberto e Paranoá (recuperação florestal, boas práticas conservacionistas, estímulo a agroecologia e educação ambiental).

Outra articulação liderada pela SEMA foi atrair para o DF, de forma mais expressiva, o Programa Água Brasil Fase 02. Este programa é conduzido pela ANA, WWF, Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil e na renovação do novo ciclo do projeto (2016-2020) 02 das 04 bacias selecionadas estão localizadas no DF (Descoberto e São Bartolomeu).

Em 2016 aconteceu o fortalecimento do Programa Cultivando Água Boa no DF com o início das atividades do Comitê Gestor do CAB no Paranoá, que realizou três reuniões para definição de ações estratégicas e escrita de um projeto para captação de recurso. No Descoberto foi lançada a Aliança pelo Descoberto que abarca atores dos 10 projetos que são realizados na bacia. Foi criada uma matriz de convergência destes 10 projetos e no momento estes atores governamentais, da academia e da sociedade civil estão montando um plano de trabalho que abarque as frentes desenvolvidas por todos os projetos com metas, indicadores e responsáveis. Também foram definidas microbacias prioritárias de atuação e realizadas 03 Oficinas do Futuro com a comunidade na microbacia do Guariroba. Vale destacar que o Descoberto é o manancial responsável por 67% do abastecimento de água do DF e uma gestão eficiente daquele território será um legado significativo para o Objetivo Específico 02- Capital das Águas do PPA do GDF.

Outro destaque na implementação do Cultivando Água Boa no DF nas bacias do DF foi a realização, no dia 29 de junho de 2016, do “1 Curso de Adequação de Estradas Rurais com Ênfase em Conservação de Microbacias” realizado na EMATER de Brazlândia. O curso, liderado pela SEMA com o apoio de parceiros como SEAGRI, Itaipu-Binacional, EMATER e DER-DF, capacitou 40 operadores de máquinas (tratoristas) do GDF em como fazer adequações de estradas rurais de maneira mais ecológica retendo a água no terreno e não deixando que sedimentos sigam para os mananciais.

## 2017

O segundo semestre de 2016 já começou a dar sinais de que um desafio iminente aconteceria no tema da água no DF. Em novembro de 2016, foi lançada a "Aliança pelo Descoberto", uma junção de 10 projetos que atuam na bacia do Descoberto para um trabalho mais integrado e sistêmico da bacia. Em janeiro de 2017, foi iniciado o racionamento de água no Distrito Federal e teve início uma situação de estresse hídrico nunca antes experimentado. Foi criado pelo Governo do Distrito Federal o Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica (PICH), sob coordenação da Casa Civil. Nesse contexto, a Unidade Estratégica de Água da SEMA-DF, que possuía apenas 01 pessoa da área técnica, foi acionada para acompanhar o PICH e liderar algumas frentes para a superação da crise hídrica, como a coordenação do GT de redução do consumo de água no âmbito das instituições da administração direta e indireta do GDF e a participação no GT dos usos não-prioritários da água. Adicionalmente, a aproximação do 8º Fórum Mundial da Água e de os seus eventos preparatórios também representaram um importante desafio para a compatibilização das agendas.

A intensa mobilização que aconteceu em 2015 e 2016 na Bacia do Descoberto, no intuito de construção de uma visão de longo prazo que envolvesse os produtores rurais, foi bastante reduzida em 2017 em razão de toda a estrutura de governo ter sido mobilizada para superar a crise hídrica que colocou o DF a um passo de uma situação de desabastecimento, com o Reservatório do Descoberto atingindo a marca dos 5% do volume útil. O foco naquele momento eram ações de curtíssimo prazo que favorecessem o abastecimento da cidade, como a limitação da irrigação pelo setor agropecuário, o revestimento de canais e a implantação de sistemas mais eficientes de irrigação. Nesse contexto, os processos de construção coletiva no âmbito da Aliança pelo Descoberto tiveram uma interrupção, pois houve uma inversão de prioridades. Outro fator que também acabou retardando o seguimento na construção coletiva com as comunidades no Descoberto foi o atraso na assinatura e chegada do recurso do projeto GEF-Cidades Sustentáveis, de 6,5 milhões de dólares, que deveria chegar ainda no primeiro semestre de 2017.

Um avanço que ocorreu no ano de 2017 foi a construção institucional para a formalização do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto entre 20 instituições do Governo Federal, Governo do Distrito Federal, academia e instituições da sociedade civil. Todas as reuniões preparatórias e articulações políticas foram feitas em 2017 e o referido ACT será assinado durante a realização do 8º Fórum Mundial da Água em 2018.

Outra ação que colaborou para o fortalecimento de gestão democrática da água foi a realização da Virada do Cerrado, com o tema "Cuidando das Águas". A Terceira Virada do Cerrado aconteceu entre os dias 1º e 3 de setembro de 2017 e envolveu comunidades de 29 regiões administrativas do Distrito Federal, mais de 90 organizações articuladas em cerca de 100 ações e mais de 340 atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais. Contou com a participação de aproximadamente 40 mil de pessoas e colaborou com a reflexão e o fortalecimento da gestão democrática e participativa da água.

Outro destaque foi o apoio da SEMA ao Encontro Nacional Formativo de EA para a Gestão da Água de 09 a 12 de Maio de 2017, uma ação oficial preparatória para o 8º Fórum Mundial da Água.

Outra estratégia de formação foi o Curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal – 2ª edição, ofertado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) da Secretaria de Educação do DF, em parceria com ADASA, IBRAM, SLU, CAESB e SEMA, com o objetivo de promover a difusão de conhecimentos técnico-pedagógicos sobre a gestão responsável e compartilhada da água e dos resíduos sólidos nas bacias hidrográficas do Descoberto e do Paranoá, a fim de instrumentalizar o professor para o trabalho dos conteúdos relacionados aos eixos transversais em suas respectivas escolas. Possibilitou-se aos cursistas a vivência de estudos e diálogos que trataram da inserção e engajamento das pessoas na gestão sustentável e participativa das Águas e resíduos passando pelo nível individual, coletivo e institucional, tratando de temas de relevância técnica e política.

## **5. Realizar a Conferência Distrital de Meio Ambiente com o tema “Águas de Brasília” (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

### 2016

A Conferência de Meio Ambiente do DF vai acontecer somente em Novembro de 2017, mas em 2016 já foram dados alguns passos para sua realização. Em dezembro de 2016 durante o lançamento da sede do CIRAT foi realizada uma oficina para colheita das contribuições dos presentes sobre caminhos, temas e formato para a Conferência. Estas contribuições foram formatadas em um relatório que, ainda no primeiro trimestre de 2017, será a base para a construção do texto-base da Conferência.

### 2017

Entre 09 e 11 de maio de 2017, a SEMA-DF apoiou a realização do V Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para Gestão das Águas em Brasília como um evento oficial preparatório para o 8º Fórum Mundial da Água. Outros eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água realizados pela SEMA foram as 06 (seis) pré-conferências nas bacias hidrográficas do DF e a posterior realização da Conferência de Meio Ambiente do DF (CDMA), nos dias 25 e 26 de novembro de 2017. Foram seis etapas prévias de 1 dia cada, abrangendo todas as Regiões

Administrativas do DF. Em 25 e 26 de novembro, houve a Conferência Distrital com a participação dos delegados eleitos. Os eixos temáticos trabalhados foram seis: Gestão Territorial e Gestão Hídrica, Uso Econômico da Água, Educação Ambiental, Cidadania e Participação, Biodiversidade e Cerrado, Clima, Resíduos sólidos, Saneamento e Saúde. Para a realização do processo da Conferência, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Brasília- IFB, que cedeu seu campus para a realização das seis pré-Conferências, e foram firmadas parcerias com a Frente Nacional de Prefeitos, que elaborou todas as artes gráficas, e com a Secretaria de Educação do DF, que cedeu a sede da EAPE para realização do evento final. Como resultado final da Conferência, foram elaboradas e ranqueadas 60 Diretrizes Prioritárias para orientar as Políticas de Água (10 por eixo temático) e foram lidas e aprovadas pela plenária final 13 moções, que já foram encaminhadas e endereçadas aos órgãos pertinentes. O número total de participantes foi de 989 (novecentos e oitenta e nove) pessoas. Um terceiro evento preparatório em 2017 seria o Seminário Águas pela Paz, que estava previsto para acontecer em outubro de 2017, mas o Comitê Deliberativo do Seminário, do qual a SEMA-DF faz parte, decidiu por postergar o evento para os dias 11 e 12 de janeiro de 2018, para finalizar alguns processos de captação de recursos.

No segundo semestre de 2017, ocorreu a realização das 5 pré-conferências regionais de meio ambiente e da Conferência Distrital de Meio Ambiente, que teve como tema “Cuidando das Águas”. Os resultados das pré-conferências foram consolidados em 05 linhas temáticas para a elaboração do caderno de propostas que foi a base para a realização da Conferência final. As propostas que foram construídas nas 5 pré-conferências foram votadas pelos delegados eleitos durante a Conferência Distrital de Meio Ambiente, que aconteceu nos dias 25 e 26 de Novembro de 2017.

Três projetos de pesquisa foram apoiados pela SEMA nesse ano de 2017. O primeiro versa sobre a realização de pesquisa sobre a contaminação de mananciais do DF (Descoberto, Corumbá 04 e Preto) por agrotóxicos no âmbito do edital FAP-DF sobre água. O segundo trata da utilização de água em unidades de saúde, tendo como perspectiva um uso mais eficiente da água, buscando entender como está a qualidade do efluente lançado pelas unidades de saúde. O terceiro diz respeito à educação ambiental para a água e conservação das áreas ripárias no âmbito de escolas do DF. Os três projetos de pesquisa supracitados foram viabilizados com recurso de edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do DF (FAP-DF), sem necessidade de investimentos pela SEMA-DF. Nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, a SEMA apoiou a realização do 2º Encontro de Pesquisadores e Parceiros do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade – CIRAT. Uma parte dos recursos foi investida no apoio à realização do encontro de pesquisadores.

## **6. Realizar 15 reuniões de articulações com instituições distritais e federais, visando promover a redução da erosão dos solos e do assoreamento de mananciais no meio rural, contribuindo com o sistema de monitoramento de investimento governamental (EMATER);**

### **2016**

Os espaços abertos nessas reuniões são para tratativas do Plano de Manejo de Água e Solo, iniciado na Bacia do Redeador que fica na Área de Proteção Ambiental - APA do Descoberto, tendo a participação de instituições distritais que fazem parte do Projeto Descoberto-Coberto.

### **2017**

Em função da crise hídrica, os espaços abertos nas reuniões foram concentrados na elaboração do projeto executivo de revitalização do sistema coletivo de distribuição de água – Canal Rodeador. Além disso, foi realizado um censo dos irrigantes do Rodeador com vistas à implantação do Plano de Qualificação da Agricultura (Irrigação).

## **7. Elaborar 400 pedidos de outorga de água para os pequenos e médios produtores rurais (EMATER).**

### **2016**

Através de três mutirões de pedidos de outorga foram elaborados na Bacia do Descoberto, os 55 pedidos.

### **2017**

Não foram realizados mutirões em função da suspensão de emissão de outorga como medida do enfrentamento à crise hídrica.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1630	AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS	UNIDADE			2	3	3	0	4	5	SEMA / UO 21101 / OE 2
1631	AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"	UNIDADE	0	31/12/2016	1	2	2	0	3	3	SEMA/ UO 21101 / OE 2

### Justificativas 2016

**Indicador 1630** - Aprovação de três resoluções: 01, 02 e 03 pelo CRH em 2016.

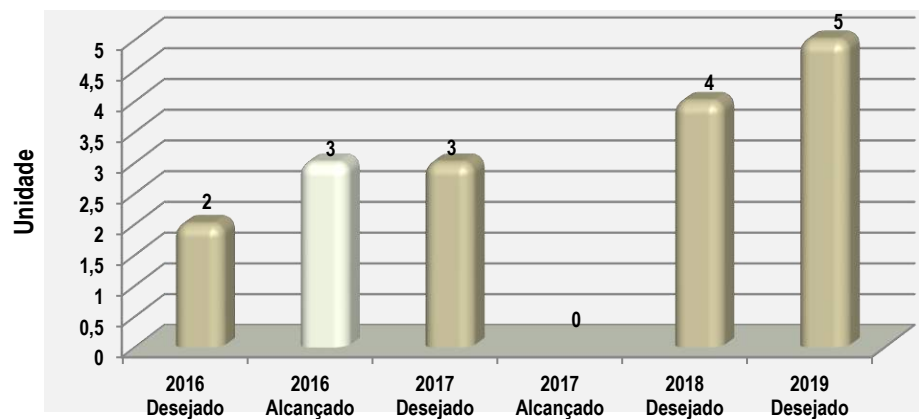
**Indicador 1631** - Atividades: Aliança do Descoberto e Microbacia do Guariroba.

### Justificativas 2017

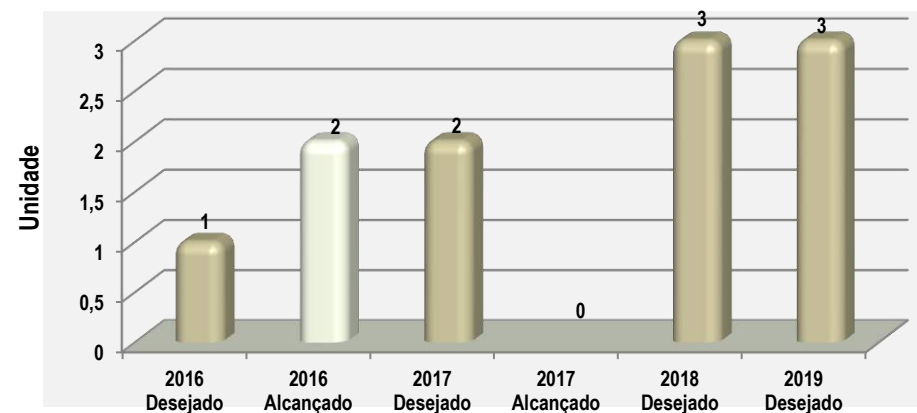
**Indicador 1630** - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no exercício de 2017, para a resolução do problema.

**Indicador 1631** - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no exercício de 2017, para a resolução do problema.

AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS



AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	2	1	Editar Resolução do Conselho de Recursos Hídricos – CRH com metas intermediárias de enquadramento de recursos hídricos para o Distrito Federal (SEMA);	21101	20	<p><b>2016</b> Foi criado um GT no âmbito da Câmara Técnica de Assessoramento ao Conselho de Recursos Hídricos, para discutir o assunto dentre outros. No entanto, ainda está sendo aguardado o Plano da Bacia do Rio Paranaíba, para que então o GT possa iniciar a definição de Metas Intermediária de enquadramento de recursos hídricos do DF.</p> <p><b>2017</b> RESOLUÇÃO CRH/DF Nº 02, DE 30 DE MAIO DE 2017. (DODF Nº 103, quarta-feira, 31 de maio de 2017). Aprova a criação do Grupo de Trabalho para realizar estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas e consolidar proposta para apresentar a Câmara Técnica Permanente de Assessoramento- CTPA do CRH.</p>
6210	2	2	Elaborar três planos de Bacias Hidrográficas (ADASA) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 5787/2016)	21206	-	
6210	2	3	Criar a primeira base hidrográfica para todo o DF (SEMA);	21101	100	<p><b>2016</b> Base hidrográfica para o DF criada e mapa impresso e disponibilizado em meio digital para a comunidade em dezembro de 2016.</p> <p><b>2017</b> meta já atingida.</p>
6210	2	4	Implementar modelo de governança do projeto “Cultivando Água Boa” para conservação e recuperação de áreas estratégicas de água do DF (SEMA);	21101	38	<p><b>2016</b> Comitê Gestor do Cultivando Água Boa implementado na bacia do Paranoá. Na bacia do Descoberto foi lançada a Aliança pelo Descoberto que congrega todos os principais atores da região, realizado curso de capacitação de 40 operadores de máquinas e realizadas 03 oficinas do Futuro com a comunidade do Guarairoba.</p> <p><b>2017</b> Em 2017, apesar dos desafios advindos da crise hídrica, foi construída, durante 04 reuniões no segundo semestre de 2017, a minuta do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto e todo o alinhamento entre as áreas jurídicas das 20 instituições signatárias do Acordo. A data definida, no final do ano de 2017, para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica foi durante a realização do 8 Fórum Mundial da Água em 2018. Com o início da crise hídrica, atores estratégicos para a agenda de água como ADASA, EMATAER, SEAGRI, CAESB e SEMA focalizaram esforços na implementação do Plano de Enfrentamento da Crise Hídrica sob a coordenação da Casa Civil. O foco do Plano está em ações de curto prazo como revestimentos de canais, modernização dos sistemas de irrigação e fiscalização das captações de água na área rural da bacia do Descoberto. Vale destacar também que o recurso do GEF-Cidades Sustentáveis (6,5 milhões de dólares) captado pela SEMA-DF para trabalho com a agenda de recuperação de bacias no Descoberto e Paranoá estava previsto para chegar no início de 2017, porém foi postergado para o início de 2018, o que acarretou atraso na implementação de ações de campo naqueles territórios. Não foi possível o cumprimento da meta referente às ações de enquadramento dos corpos hídricos. Juntamente com o cumprimento do Indicador tema Água – “Ações implementadas no Projeto Cultivando Água Boa” –, para o Ano 02 (2017) estavam previstas a implementação de duas ações do projeto Cultivando Água Boa.</p>
6210	2	5	Criar sistema de monitoramento de investimento governamental para a agenda de água (SEMA);	21101	0	<p><b>2016</b> Solicitada a retirada desta ação orçamentária na revisão do PPA de 2016</p> <p><b>2017</b> Solicitou-se a retirada desta ação orçamentária na revisão do PPA.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	2	6	Elaborar Mapa do Caminho das Águas (SEMA);	21101	100	<b>2016</b> Mapa do Caminho das Águas elaborado e apresentado no Conselho de Recursos Hídricos <b>2017</b> Mapa já elaborado em 2016.
6210	2	7	Controle de processos erosivos em áreas destinadas à produção agropecuária (EMATER);	14203	70	<b>2016</b> O Plano de Manejo de Água e Solo iniciou suas atividades de intervenção preservacionista na Bacia do Rio Descoberto. <b>2017</b> Ações Continuadas do Plano de Manejo de Água e Solo nas Bacias Hidrográficas do Alto Descoberto e Alto Jardim, com os seguintes resultados: 1) 107 hectares de terraceamento; 2) 25,4 Km de terraplanagem; 3) Construção de 180 Bacias de Retenção; 4) Limpeza de 53 Bacias de Retenção; 5) Construção de 116 Ondulações Transversais. Sendo que os itens de 2 a 5 estão contemplados dentro de Adequação técnica e ambiental de estradas rurais.
6210	2	8	Adoção da bacia hidrográfica como unidade referência para o planejamento das ações preservacionistas de forma integrada e articulada com instituições Distritais e Federais (EMATER);	14203	100	<b>2016</b> O Plano de Manejo de água e solo adotou a bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento das ações preservacionistas. <b>2017</b> Foram estabelecidas tratativas interinstitucionais para implantação do Programa Produtor de Água na Bacia do Alto Rio Descoberto, culminando na criação do projeto Aliança do Cerrado.
6210	2	9	Orientação quanto à qualidade e ao uso racional dos recursos hídricos (EMATER);	14203	65	<b>2016</b> Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do tensiômetro. <b>2017</b> Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do tensiômetro, por meio de cursos e oficinas com foco na Bacia do Alto Descoberto.
6210	2	10	Incentivo à utilização de sistemas de irrigação poupadores de água e energia (EMATER);	14203	65	<b>2016</b> Através da assistência técnica e extensão rural é estimulado o uso do sistema de irrigação por gotejamento. Em fase de implantação de projetos com sistemas poupadores de água, convênio com o MAPA. <b>2017</b> Estimular o uso do sistema de irrigação por gotejamento, por meio de cursos e oficinas em diversos eventos promovidos pela Emater, tais como: festa do morango em Brazlândia e no encontro dos produtores de folhosas em Vargem Bonita.
6210	2	11	Incentivo à utilização de tecnologias que otimizem o uso de água em sistema de irrigação e outros usos da agropecuária (EMATER);	14203	65	<b>2016</b> Através da assistência técnica e extensão rural é estimulado o uso de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura. <b>2017</b> Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do tensiômetro, por meio de cursos, oficinas com foco na Bacia do Alto Descoberto. Incentivar ao uso de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura.
6210	2	12	Identificação de canais de irrigação a seres revitalizados (EMATER).	14203	100	<b>2016</b> Identificado 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos). <b>2017</b> Foi identificada a necessidade de recuperar 213 km de diversos canais. Foram implantadas, por meio de ação conjunta Seagri, Emater e Adasa, a revitalização (tubulação) de canais de irrigação nos Córregos Guariroba, Capão Comprido e Índio.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

## 2016/2017

### SEMA

De um modo geral esse objetivo vem avançando, com ações normativas, bem como, com ações de mobilização da sociedade.

.Em 2017, apesar dos desafios advindos da crise hídrica, foi construída, durante 04 reuniões no segundo semestre de 2017, a minuta do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto e todo o alinhamento entre as áreas jurídicas das 20 instituições signatárias do Acordo.

O Acordo de Cooperação Técnica será assinado durante a realização do 8º Fórum Mundial da Água em 2018.

### ADASA

O 8º Fórum Mundial da Água contribuirá muito para o alcance do Objetivo Específico "Capital das Águas", especialmente no que diz respeito ao cuidado com a água, pois será um evento que reunirá pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo, em que serão compartilhadas maneiras diversas de se ter um uso consciente desse bem natural tão precioso. Serão também apresentadas experiências de sucesso de reaproveitamento da água e realizadas várias palestras conscientizadoras e instrutivas, voltadas para os cuidados que se deve ter com a água. Nesse intuito, em 2017, foram selecionados projetos que serão apresentados no evento com o objetivo de sensibilizar as pessoas para o uso consciente dos recursos hídricos e representarão um verdadeiro legado para a cidade de Brasília: Projetos Produtor de Água na Bacia do Ribeirão Pipiripau, ADASA na Escola, Águas Emendadas, Escola Sustentável e Sala de Leitura.

### EMATER

A EMATER tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável, como processo da extensão rural, no fator de mudanças, em ações da ética socioambiental. A Gestão Ambiental contribui na transformação do cenário atual e na mudança comportamental, com tomada de decisão e o desenvolvimento de mecanismos, a fim de garantir a sustentabilidade nos processos produtivos e, sobretudo, na consciência ambiental.

A Gestão Ambiental é uma das diretrizes operacionais que a EMATER vem desenvolvendo para adequar as propriedades rurais, conforme a legislação ambiental vigente. Tem como objetivo: minimizar os impactos ambientais produzidos nos processos de produção de bens e serviços das propriedades rurais no Distrito Federal.

Propiciar às gerações futuras um ambiente que lhes garanta qualidade de vida e perspectiva de futuro é o ponto de partida para as transformações que deixarão um ambiente mais equilibrado e harmonioso a todos. Nesse contexto, a EMATER atua em comissões, conselhos, comitês ambientais e grupos de trabalho.

Dentre esses, destacam-se as ações no Programa Produtor de Água, iniciativa da Agência Nacional de Águas - ANA, cujo objetivo é estimular a política de pagamento por serviços ambientais voltados à proteção hídrica no Brasil. No Distrito Federal, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pipiripau e recebeu o nome de Projeto Produtor de Água no Pipiripau. Desde o início do Projeto até o ano de 2016, na modalidade Conservação de Solo, foram realizadas 1005 ondulações transversais, construção e/ou manutenção de 545 bacias de retenção, readequação de 315 km de estradas e recuperação e/ou construção de 1200 ha de terraceamento. Na modalidade Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e/ou Vegetação Nativa, no ciclo 2012/2016, houve o plantio de 323.500 mudas. A modalidade Conservação de Remanescentes de Vegetação Nativa se detém na manutenção da vegetação existente. Destaca-se a implantação de 12 km de cercas para proteção de áreas destinadas a conservação e/ou restauração, especialmente em propriedades com criação de animais.

A EMATER também integra as ações do Projeto Descoberto Coberto, realizado na bacia hidrográfica do rio Descoberto, principal manancial de água do DF. O Projeto é desenvolvido por meio da adesão voluntária dos produtores rurais da região, com o apoio governamental, em busca da reversão do desmatamento, dos processos erosivos e da sedimentação do Lago do Descoberto. Entre 2009 e 2013, foi realizada a revegetação com espécies nativas do cerrado, totalizando 163.102 mudas distribuídas em 36 propriedades na orla do Lago do Descoberto e em 60

propriedades nas áreas contribuintes do Lago. Em 2014, essas propriedades foram orientadas quanto ao manejo das áreas recuperadas e entre, 2015-2016, houve ações de educação ambiental para sensibilizar os moradores da região quanto à importância hídrica do rio Descoberto. Cabe destacar ainda em 2015 a assinatura do acordo do Governo do Distrito Federal com o Projeto Cultivando Água Boa de Itaipu Binacional, bem como o lançamento do Plano de Manejo e Conservação de Água e Solo, ambos estão em fase de implementação na bacia hidrográfica do rio Descoberto.

O Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo em Áreas de Produção Rural no Distrito Federal busca promover a adoção de boas práticas voltadas para adequação ambiental da infraestrutura e da produção rural, pois propõe a construção de uma política pública estruturante, envolvendo o setor rural e as diversas organizações de apoio, com responsabilidade compartilhada, visando à sustentabilidade das atividades agrossilvopastoris no DF e como consequência, a melhoria da qualidade de vida da população. Ele é dividido em quatro programas que são Água, Solos, Regularização Ambiental e Ações Transversais. Tem como base a do planejamento da unidade hidrográfica do DF, e, iniciados os trabalhos de conservação de solo em imóveis rurais, reparo e manutenção de estradas rurais na bacia do Rodeador em Brazlândia. Nesse contexto, em 2016 houve a construção de 14 bacias de retenção, implantação e manutenção de 41,09 hectares de terraços, adequação de 1,1 km de estradas rurais e realização de um curso de treinamento para operadores referente à adequação de estradas rurais. Houve ainda, a realização de 5 campanhas de outorga em conjunto com a ADASA. A bacia do Rodeador foi região prioritária para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e foram realizadas 2 oficinas com a comunidade Guariroba, para discussão da realidade local.

Além da construção do Plano, a EMATER, em parceria com a SEAGRI e CAESB, contribuiu na revitalização de 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos).

Foram realizados diversos cursos, oficinas, palestras, dia de campo, entre outros, para capacitar e sensibilizar os produtores com metodologias que são eficazes e reduzem a perda ou a quantidade de água utilizada na irrigação. Metodologias utilizadas: manejo de irrigação com o uso de tensiômetro, irrigação por gotejamento, tanques lonados, revitalização (tubulação) de canais de irrigação.

Estudo ambiental para se conseguir a Autorização do Órgão Ambiental do DF para revitalização dos canais de irrigação tem contribuído para minimizar perdas de água ao longo dos canais. A capacitação em manejo de irrigação com o uso de tensiômetros tem reduzido o gasto de água em irrigação em até 40%. A utilização de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura reduz significativamente a perda de água por infiltração no solo.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**003 – ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Garantir o fornecimento de energia elétrica, a eficiência energética e diversificação da matriz, bem como adaptar e mitigar as mudanças climáticas.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E	3	1	Elaborar e implantar plano de eficiência energética; (SINESP)	100	%	ACUM	MAIOR,	28	198,79			198,79	198,8%



COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL							MELHOR						
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	2	Formulação do Decreto de Criação do Programa Brasília Solar para a elaboração da política de energia solar do Distrito Federal; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	3	Implantar o Programa Brasília Solar; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	60			60	60,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	4	Expandir, revitalizar e modernizar as redes de distribuição de energia elétrica; (CEB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	37,8	53,8			53,8	53,8%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	5	Fortalecer a gestão de riscos climáticos; (SEMA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	40			40	40,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	6	Implantar quatro projetos ambientais em energia solar e eficiência energética no período 2016 a 2019; (SEMA)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	7	Fortalecer a gestão das mudanças climáticas (riscos e opções de enfrentamento) com a elaboração da regulamentação da Lei de Clima do DF e a Integração dos parâmetros de clima nas políticas públicas distritais, planos, programas e projetos; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	30			30	30,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	8	Priorizar ações nos 50 circuitos elétricos com pior índice de continuidade em relação ao índice global da CEB(CEB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	50			50	100,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	9	Suprir todo o parque de iluminação pública do Distrito Federal com tecnologia de LED e instalar novos pontos luminosos em todas as áreas ainda não atingidas (CEB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-			-	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	10	Implantar o terceiro Posto de Gás Natural Veicular (GNV) e negociar a instalação de Kits de GNV nos táxis do DF; (CEB GÁS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	11	Expandir a distribuição do gás natural canalizado no Distrito Federal. (CEB GÁS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	12	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética no Metrô (METRÔ) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0			0	0,0%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Elaborar e implantar plano de eficiência energética (SINESP);**

#### **2016**

A CEB Distribuição S.A. concessionária de energia elétrica possui um Programa de Eficiência Energética – PEE que é executado anualmente. Este Programa determina a aplicação anual do valor equivalente a 0,5 % (meio por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) anual para o incremento da eficiência energética no uso final de energia elétrica, através de projetos executados em instalações de consumidores.

A aplicação dos recursos é definida pelas Resoluções e Manuais da ANEEL. Dentre as possibilidades de aplicação existem os projetos cooperados que podem ser executados com os diversos segmentos do DF e que visam difundir o conceito de eficiência energética e desenvolvimento sustentável, promovendo a mudança de hábitos de consumo de energia elétrica, além da substituição de equipamentos ineficientes.

#### **2017**

O Programa de Eficiência Energética determina a aplicação anual do valor equivalente a 0,4 % da ROL, em projetos executados em instalações de consumidores. Além, da aplicação de 0,1% da ROL ao PROCEL o qual é responsável pelo desenvolvimento de projetos voltados a racionalização da energia dos consumidores de energia elétrica.

Neste ano foi finalizada a implementação dos projetos selecionados na chamada pública de PEE de 2015. As ações previstas foram:

Eficientização das Instalações do Garvey Park Hotel no valor de R\$ 860.889,96 que compreende as seguintes ações: Substituição de toda a iluminação das áreas comuns do hotel por Lâmpadas LED; Instalação de um sistema de aquecimento solar da água de banho com 36 placas com 60 tubos de vácuo cada; Instalação de 30,6 kWp de geração fotovoltaica.

Eficientização das Instalações do UniCEUB Campus Asa Norte no valor de R\$ 1.010.305,41 que compreende as seguintes ações: Substituição de toda a iluminação do campus por Lâmpadas LED; Substituição de 10 chuveiros elétricos existentes por um sistema de aquecimento solar com duas placas com 60 tubos de vácuo cada; Instalação de 40,8 kWp de geração fotovoltaica.

Em ambos os projetos no ano de 2017 foram realizadas as substituições dos equipamentos de iluminação, que correspondia à última ação de eficiência energética prevista. Os projetos foram finalizados e todas as ações previstas foram implementadas. Os valores efetivamente investidos ficaram abaixo do valor previsto devido à redução dos preços de alguns itens e aumento da contrapartida dos clientes contemplados. O valor efetivamente investido com recursos do PEE no projeto do Garvey Park Hotel foi de R\$ 814.314,48 e a contrapartida do consumidor foi de R\$ 52.715,60. Já o valor efetivamente investido com recursos do PEE no projeto do UniCEUB foi de R\$ 893.934,08 e a contrapartida do consumidor foi de R\$ 161.767,28.

Em 2016 foram publicadas as licitações para contratação do projeto de efficientização do edifício da ANEEL. Este projeto será o primeiro projeto de efficientização na tipologia Poder Público realizado por Contrato de Desempenho, ou seja, os recursos investidos pela CEB-D serão devolvidos pela ANEEL ao final do projeto, no prazo limitado pela vida útil das ações de eficiência. A licitação para a substituição da iluminação e ar condicionado terminou fracassada e houve modificações no projeto, e a nova licitação será realizada em 2018 somente para substituição do ar condicionado já que a substituição da iluminação será contratada pela ANEEL.

### **2. Formulação do Decreto de Criação do Programa Brasília Solar para a elaboração da política de energia solar do Distrito Federal (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

#### **2016**

Atividade: Formulação Decreto Nº 37717 DE 19/10/2016. Meta atingida em 2016. Principais resultados: Publicado no DOE em 20 outubro de 2016 o Decreto Nº 37717 DE 19/10/2016 que Cria o programa de estímulo ao uso de Energia Solar Fotovoltaica no Distrito Federal - Programa Brasília Solar, e dá outras providências.

**2017**

Em 2017, para o alcance dessas ações, procedeu-se à continuidade quanto à elaboração do projeto, participação em negociação e captação junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) de recursos para a implantação de projetos solares em 2018. Do mesmo modo, foi negociada e captada a doação de 240 placas solares fotovoltaicas junto ao MME-PRODEEM, ou 14 toneladas de equipamentos recebidos em doação, para início de solarização do Zoológico de Brasília em 2018. Objetivando a disseminação e ampliação de iniciativas solares, foi realizado o engajamento de atores do setor público e privado ao GT Brasília Solar, realizando uma reunião ampliada em meados de 2017 com atores do setor da energia solar fotovoltaica. Do mesmo modo, foram realizadas reuniões bilaterais entre a SEMA e a Secretaria da Educação para a celebração de acordo de cooperação para a implantação de projetos solares junto a edifícios escolares. Os Projetos de Energia Solar ainda não foram implantados. O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil. Essa ação está reprogramada para 2018.

### **3. Implantar o Programa Brasília Solar (SEMA);**

**2016**

Atividade: Governança/ Consulta Pública/ Minuta Programa Brasília Solar. Período: Janeiro a fevereiro/ 2016. Alvo: Público em geral. Principais resultados: 40 contribuições + 1.000 downloads da Minuta disponibilizada no site da SEMA. Boa inserção na mídia (escrita e radiodifusão). Sistematização das contribuições.

Atividade: Governança/ Reunião GT Brasília Solar. Período: Março e Julho. Alvo; Atores engajados no GT Brasília Solar. Principais resultados: Apresentados os resultados da consulta pública sobre o Programa Brasília Solar. Reunião realizada para apresentação de propostas de trabalho ou de comunicação de ações em realização: Secretaria da Saúde (Carta de Adesão), SEMA-CEB-Eletronorte-UnB (Estrutural), SETRAB-SENAI (Escola Social), etc. Encaminhada a criação de três subgrupos executivos para a condução dos trabalhos futuros. Subgrupos não aconteceram; muito dependentes da disponibilidade do Secretário. Diminuir demanda sobre o Secretário, viabilizar reuniões de trabalho dos subgrupos para produzirem eles as entregas ao Secretário. Adotar com urgência caráter mais executivo, tendo em vista execuções orçamentárias previstas para 2017.

**2017**

Objetivando a disseminação e ampliação de iniciativas solares, a SEMA trabalhou para o engajamento de atores do setor público e privado ao GT Brasília Solar, realizando uma reunião ampliada em meados de 2017 com atores do setor da energia solar fotovoltaica. Do mesmo modo, foram realizadas reuniões bilaterais entre a SEMA e a Secretaria da Educação para a celebração de acordo de cooperação para a implantação de projetos solares junto a edifícios escolares.

### **4. Expandir, revitalizar e modernizar as redes de distribuição de energia elétrica (CEB);**

**2016**

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, conseqüentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

Sobre os projetos de subtransmissão, houve a modernização da Subestação de 138 kV – SE 06, com o objetivo de reduzir a frequência de duração de falta de energia e ampliação da carga disponível para a região, com implantação em finalização, com 96% de execução em 2016 e Acordo de Resultados em 2016 aditivado com o cancelamento da entrega desse projeto nesse ano. Ademais, houve ampliação da Subestação de 138 kV - Embaixada Sul, para ampliação da carga disponível na região, com 99% de execução em 2016 e Acordo de Resultados aditivado para execução de 95% dessas obras de ampliação em 2016.

Quanto aos projetos referentes à instalação de Religadores e Chaves Telecomandadas, o Acordo de Resultados foi aditivado para instalação de 41 Religadores e de 35 Chaves, o que corresponde a 100% de execução que foi realizada em 2016.

**2017**

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, conseqüentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

Sobre os projetos de subtransmissão, houve a modernização da Subestação de 138 kV – SE 06, com o objetivo de reduzir a frequência de duração de falta de energia e ampliação da carga disponível para a região, e a ampliação da Subestação de 138 kV - Embaixada Sul, para ampliação da carga disponível na região, ambas concluídas 100% em maio de 2017.

Quanto aos projetos referentes à instalação de Religadores e Chaves Telecomandadas, o Acordo de Resultados foi aditivado para 2017 prevendo a instalação de 275 Religadores e automação de 100 Chaves Telecomandadas. Desse montante de 275 Religadores, até dez/17, foram instalados 142 representando 51,64% de execução. Em referência à automação das 100 Chaves Telecomandadas esclarecemos que foram instalados 76 equipamentos em 2016. O restante dos equipamentos apresentou defeito e foram devolvidos à fábrica para manutenção.

## **5. Fortalecer a gestão de riscos climáticos (SEMA);**

**2016**

Atividade: Reporte/ MRV/ Inventário DF/ Publicação impressa do Inventário De Emissões Por Fontes E Remoções Por Sumidouros De Gases De Efeito Estufa (GEE) do Distrito Federal, com Nota Técnica e apresentações dos secretários de meio ambiente e agricultura. Período: Julho a Dezembro. Atores envolvidos: SEMA, SEAGRI, WayCarbon. Principais resultados: Publicação impressa do Inventário de Emissões do DF (2005-2012), acompanhado de Nota Técnica e prefácio e apresentação dos secretários de meio ambiente e agricultura. 500 exemplares. 96 páginas. Catalogação na fonte ISBN:978-85-68931-02-8. Divulgação e distribuição do relatório. Internalização para a formulação de políticas e planos de mitigação.

Atividade: Elaboração e publicação impressa da Nota Técnica a Formuladores de Políticas e Tomadores de Decisão Sobre Mudanças Climáticas no DF e na RIDE. Período: Julho a Dezembro. Atores envolvidos: UEC, INPE, INMET, EMBRAPA CERRADOS, ANA, NASA, IBRAM. Principais resultados: Formulação e Publicação impressa da Nota Técnica sobre dados de detecção e projeção de cenários de mudanças climáticas para o DF e RIDE. 500 exemplares. 192 páginas. Catalogação na fonte ISBN:978-85-68931-03-5. Divulgação e internalização dos dados de clima detectados e esperados para o DF junto à formuladores de políticas e tomadores de decisão, para a formulação de políticas e planos de adaptação.

**2017**

Em 2017, para o alcance destas ações, a SEMA deu continuidade à elaboração do projeto, participou de negociação e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para: a realização de estudos de avaliação dos impactos esperados para os setores de água, uso do solo e energia; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Mitigação; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Adaptação; e a contratação de assessor para facilitar a formulação da minuta de regulamentação da Política de Clima do DF; manutenção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas; e manutenção do Painel Distrital de Mudanças Climáticas. Portanto, o processo está no seu início, pois o dinheiro para esta ação não foi disponibilizado em 2017.

## **6. Implantar quatro projetos ambientais em energia solar e eficiência energética no período 2016 a 2019 (SEMA);**

**2016**

A realizar. Processo ainda a ocorrer. Em 2016, captou-se, junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF), recursos para a implantação de projetos solares.

**2017**

Em 2017, para o alcance destas ações, a SEMA deu continuidade à elaboração do projeto, participou de negociação e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para a implantação de projetos solares, para implantação em 2018. Portanto, o processo está no seu início, pois o dinheiro não foi disponibilizado no exercício. A SEMA elaborou projeto, participou de negociação e captou doação de 240 placas solares fotovoltaicas junto ao MME-PRODEEM, ou 14 toneladas de equipamentos recebidos em doação, para início de solarização do Zoológico de Brasília em 2018. Foi desenhado o projeto demonstrativo de sistema fotovoltaico para 4 escolas da rede de ensino da Secretaria de Educação do DF, cujas tratativas para implantação prosseguirão em 2018.

## **7. Fortalecer a gestão das mudanças climáticas (riscos e opções de enfrentamento) com a elaboração da regulamentação da Lei de Clima do DF e a Integração dos parâmetros de clima nas políticas públicas distritais, planos, programas e projetos (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**2016**

Atividade: Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ GEF Cidades Sustentáveis. Período: Janeiro a junho/ 2016. Atores envolvidos: SEMA e parceiros externos. Principais resultados: Proposta apresentada. Pré-aprovada. Principais linhas estratégicas da Unidade Estratégica de Clima com previsão orçamentária para a sua realização.

Atividade: Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ BID PBL Sustentabilidade do Gasto Público. Janeiro a julho/ 2016. Atores envolvidos: SEMA, SEPLAG, SEF. Principais resultados; Proposta elaborada, apresentada ao COFIEX. Sólida parceria entre os entes envolvidos

Atividade; Integração de agendas/ ZEE. Período: Maio a Setembro. Atores envolvidos: UEC, SUPLAM, CODEPLAN. Principais resultados: A Unidade Estratégica de Clima produziu três textos e participou de reuniões de produção de cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática. A UEC também produziu texto final sobre cenários de clima para o DF contribuindo para a construção de texto sobre cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática

Atividade: Integração de agendas/ Engajamento de atores/ Governança climática / Fórum Mudanças Climáticas DF. Período: Dezembro 13. Atores envolvidos: SEMA, Secretarias de Estados, órgãos públicos, setor privado, academia e universidades, organizações da sociedade civil. Principais resultados: Realização da primeira reunião preparatória do Fórum de Mudanças Climáticas do DF e lançamento de duas ferramentas de trabalho Inventário de Emissões e NT Mudanças Climáticas no DF. Número de participantes 70 pessoas. Local: Torre de TV. Publicação de relatório da reunião no dia 23 de Dezembro no site da SEMA. Abertura de consulta pública sobre a construção do Fórum em Janeiro de 2017.

**2017**

Além de coordenar várias reuniões para a formulação da minuta do decreto de criação do Fórum, em 2017 a SEMA deu continuidade e encerrou o processo de ampla consulta pública iniciado em janeiro para a construção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas. Realizou a segunda reunião preparatória do Fórum, em junho na UnB, com 80 participantes, e a terceira reunião preparatória do Fórum, em novembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 400 participantes, entre representantes de órgãos de governo, do setor privado, da academia e da sociedade civil organizada. Juntos com a SEMA, representantes de todos estes setores formularam a minuta do Decreto de criação do Fórum de Clima do DF. Também em 2017, a SEMA ocupou-se da criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas, mobilizando cientistas de vários centros de referência local e nacional. Realizou cinco reuniões preparatórias com cientistas do DF para estruturar o Painel e para a construção de acordos para a criação do Painel, contando com o engajamento principal das seguintes instituições: INMET, UNB/CDS, UnB/Hidrologia, INPE, Embrapa Cerrados. Juntos com a SEMA, estes atores elaboraram a minuta da Portaria de criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas. Entre 2016 e 2017, a SEMA atuou fortemente em ações de integração da agenda de clima junto a outras secretarias e áreas, tais como: transporte, agricultura, zoneamento ecológico econômico, meio ambiente, água, incêndios florestais, energia, mobilização social etc., realizando palestras em mais de 30 eventos e alcançando um público estimado de cerca de 1000 pessoas, entre representantes de órgãos de governo, sociedade civil, academia e setor privado. Realizou-se formulação e reporte público anual do Distrito Federal sobre dados de emissões e medidas de mitigação, junto às plataformas: CARBON DISCLOSURE PROGRAM (<http://www.cdpla.net/pt-br/iniciativas/cities>) e COMPACT OF MAYORS (<https://www.compactofmayors.org/cities/brasilia/>).

**8. Priorizar ações nos 50 circuitos elétricos com pior índice de continuidade em relação ao índice global da CEB (CEB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

\*Ofício nº 887/2016-GAB/Sema solicitou alteração da responsabilidade para a SINESP que concordou por meio do Ofício nº 1270/2016-GAB/SINESP.

2017

De acordo como Plano de Resultados negociado com a Aneel, a CEB realizou obras de melhoria e ações de manutenção nos 50 piores circuitos elétricos em relação aos indicadores de continuidade.

**9. Suprir todo o parque de iluminação pública do Distrito Federal com tecnologia de LED e instalar novos pontos luminosos em todas as áreas ainda não atingidas (CEB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Ofício nº 887/2016-GAB/Sema solicitou alteração da responsabilidade para a SINESP que concordou por meio do Ofício nº 1270/2016-GAB/SINESP.

2017

Não definida pela Secretaria de Obras. A CEB é demandada.

**10. Implantar o terceiro Posto de Gás Natural Veicular (GNV) e negociar a instalação de Kits de GNV nos táxis do DF (CEB GÁS);**

2016

A demanda do gás natural veicular- GNV, no Distrito Federal, como também em outras Unidades da Federação, vem apresentando uma redução progressiva, por uma série de fatores, dentre os quais destacamos: a pouca competitividade frente à variação dos preços dos outros combustíveis, a adequação dos veículos para utilização do GNV, e a falta de incentivo de políticas governamentais para o estímulo ao consumo do gás natural veicular, impediram que as metas previstas para o ano de 2016 fossem alcançadas,

A alternativa para suprimento de Gás Natural com custos menores e volumes interessantes, será o aproveitamento do BIOGÁS que será liberado após a implantação do aterro do Distrito Federal e das estações de tratamento de esgoto.

2017

O implemento do terceiro Posto de Gás Natural Veicular, acordado com a Petrobrás encontra-se em atraso devido a mudanças estruturais naquela companhia através da venda de ativos, o governo por outro lado, busca criar condições para que o setor privado assuma um papel importante na expansão da indústria através de mudanças regulatórias.

O governo neste momento está promovendo a iniciativa “Gás para crescer” cujo objetivo são “medidas efetivas de aprimoramento das normas do setor visando um mercado com diversidade de agentes, competitividade e que contribua para o crescimento do país”.

**11. Expandir a distribuição do gás natural canalizado no Distrito Federal (CEB GÁS);**

2016

A inexistência de suprimento de gás natural por gasoduto de transporte, a não implantação de mais um posto de GNV que permitiria a expansão e diversificação geográfica da distribuição do produto, as dificuldades existentes para conversão de veículos, redução do consumo de GNV e a pouca competitividade frente aos outros combustíveis impediram a expansão da distribuição de Gás.

2017

A distribuição a granel em locais ainda não atendidos pela malha de gasodutos pode ser benéfica para a sua expansão, ao propiciar um consumo incipiente do gás, deslocando energéticos substitutos. Assim, no longo prazo, a chegada dos dutos já contaria com algum mercado consolidado. De fato, os projetos estruturantes de “gasodutos virtuais”, empreendidos pelas próprias distribuidoras, se apoiam nessa lógica de prospecção.

Se por um lado o gás canalizado desloca o gás transportado a granel, em princípio mais custoso, por outro este pode impedir a expansão da rede de gasodutos ao capturar clientes-âncoras – grandes consumidores capazes de ancorar elevados investimentos em infraestrutura, imprescindíveis para a expansão.

## 12. Elaboração e implantação de plano de eficiência energética no Metrô (METRÔ). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

Não informado pela Unidade.

### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1632	VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO	M³/DIA	6.000	30/06/2015	6.000	5.109	7.000	3.966	7.500	8.000	CEBGAS / UO 22210 / OE 3
1633	DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	HORA	15,88	31/12/2014	15,14	9,69	13,09	8,43	10,58	8,49	CEB / UO 22211 / OE 3
1634	FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	UNIDADE	11,86	31/12/2014	11,33	8,08	9,83	7,10	7,99	6,43	CEB / UO 22211 / OE 3
1635	TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	%	100	31/12/2014	100	57	100	172	100	100	CEB / UO 22211 / OE 3
1694	INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	1	0	2	-	SEMA/ UO 21101/ OE 03

#### Justificativas 2016

**Indicador 1632** - Redução progressiva do consumo de GNV no Distrito Federal pela inexistência de suprimento de gás natural por gasoduto de transporte, a não implantação de mais um posto de GNV que permitiria a expansão e diversificação geográfica da distribuição do produto, as dificuldades existentes para conversão de veículos e a pouca competitividade frente aos outros combustíveis.

**Indicador 1633** - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e em 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora- atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".

**Indicador 1634** - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora- atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade desse indicador é "menor melhor".

**Indicador 1635** - As metas estabelecidas não foram cumpridas devido, principalmente, aos atrasos nas contratações, as quais adiaram o início dos projetos previstos para serem executados em 2016. Desse modo, a previsão é a aplicação de todo o recurso de 2017 acrescido do saldo remanescente de 2016, até o final de 2017.

**Indicador 1694** - Sem índice desejado para 2016.

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1632** - No exercício de 2017 ainda persistem as justificativas apontadas no ano de 2016, acrescidas pelas dificuldades econômicas e políticas ocorridas no cenário nacional.

**Indicador 1633** - Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2017, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".

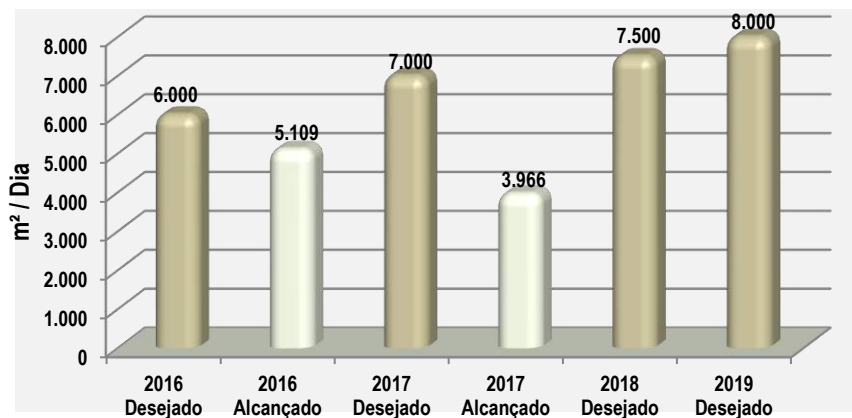
**Indicador 1634** - Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2017, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".

**Indicador 1635** - O montante investido em 2017 foi maior do que o previsto, visando ajustar o desvio a menor do ano anterior, mantendo-se a meta de investir anualmente 100% da obrigação da empresa em todos os anos do horizonte do PPA 2016-2019.

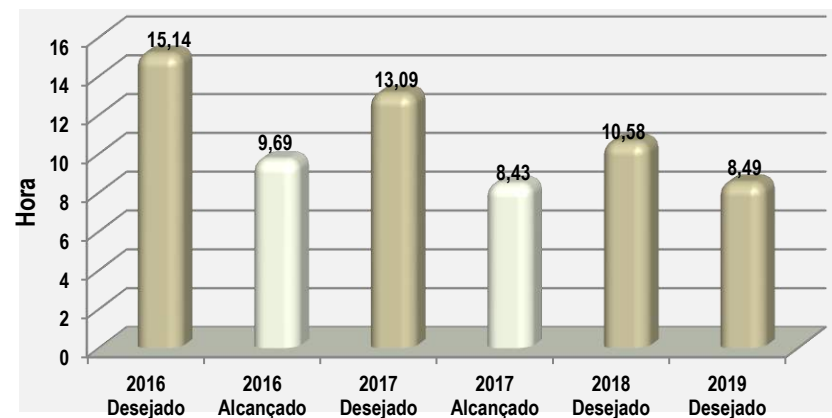
**Indicador 1694** - O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil.



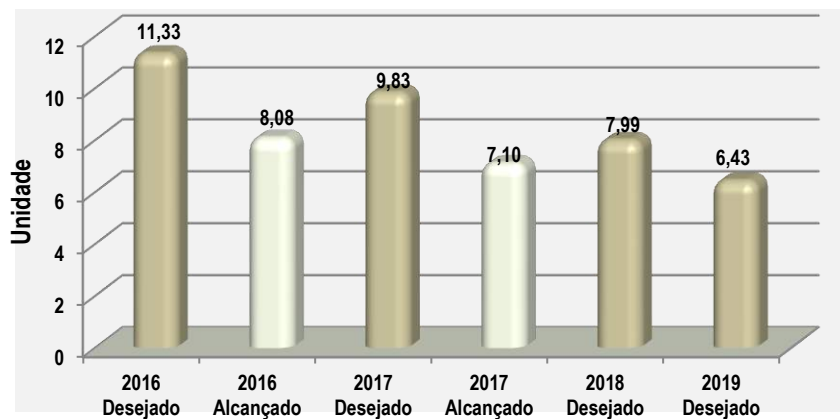
VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO



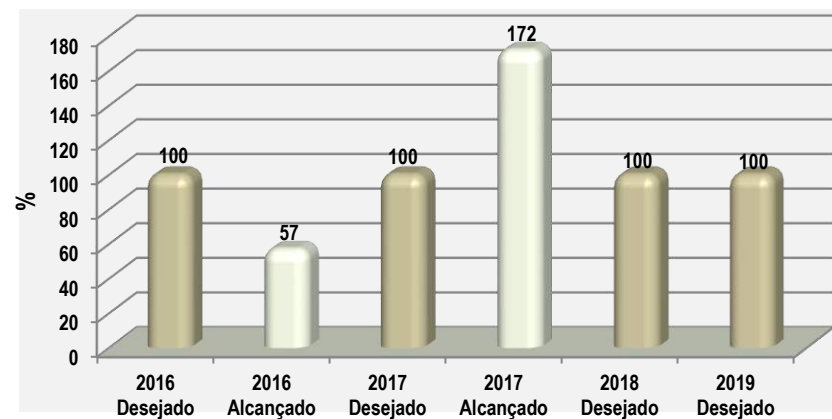
DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR



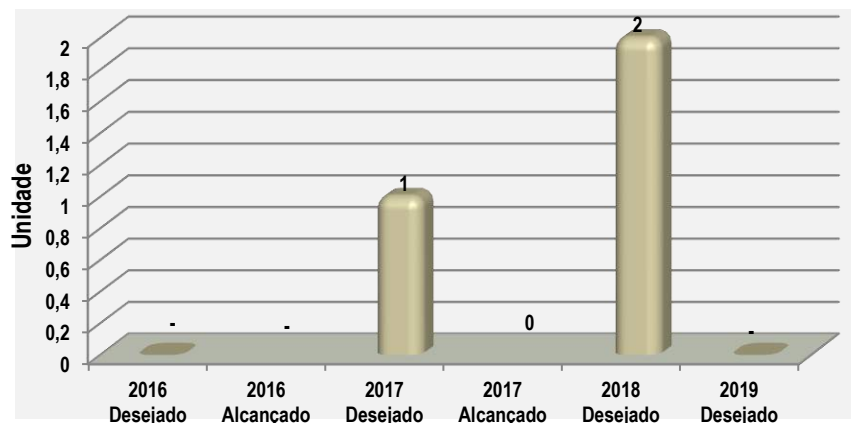
FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR



TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE



**INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA  
POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	3	1	Elaboração e implantação do plano de eficiência energética, destinando 0,5% da receita operacional líquida da CEB para o atendimento à comunidade de baixo poder aquisitivo em projetos educacionais e/ou a projetos cooperados destinados aos diversos segmentos da sociedade (SINESP);	22101	198,79	<b>2016</b> – O valor do Programa de Eficiência Energética de 2016 (0,5% da ROL) foi calculado em R\$ 9.845.329,79, tendo sido aplicado R\$ 1.428.559,61 em projetos de EE, e empenhado R\$ 1.296.303,70 para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, conforme previsto na Lei nº 13.280, publicada em 04/05/2016, que destina 20% do recurso de Eficiência Energética - EE para ações ligadas ao PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985, e ratificado pelo Decreto de 18/07/1991. Portanto em 2016 foi aplicado 28% do valor total previsto. <b>2017</b> – O valor do Programa de Eficiência Energética de 2017 (0,5% da ROL) foi calculado em R\$ 12.718.789, tendo sido aplicado R\$ 22.739872 em projetos de EE, e empenhado R\$ 2.543.757 para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, conforme previsto na Lei nº 13.280, publicada em 04/05/2016, que destina 20% do recurso de Eficiência Energética - EE para ações ligadas ao PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985, e ratificado pelo Decreto de 18/07/1991. Portanto em 2017 foi aplicado 198,79% do valor total previsto.
6210	3	2	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética no Metrô (METRÔ) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de	26206	X	<b>2016</b> O METRÔ-DF firmou Protocolo de Intenções e está firmando Acordo de Cooperação Técnica com o IBICT/MCT para o desenvolvimento de um Plano de Trabalho conjunto entre METRÔ e IBICT para realizar os estudos e levantamentos necessários para a formulação do Projeto de Eficiência Energética das instalações do METRÔ-DF. Com a consolidação do Plano de Eficiência o METRÔ-DF poderá realizar a concorrência pública para executar o projeto de substituição de equipamentos elétrico e luminárias por outros de maior eficiência energética e também proporcionará a captação

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			29/12/17)			de recursos financeiros externos para o financiamento da execução do projeto.
6210	3	3	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética na CAESB (CAESB);	22202	76%	<b>2016</b> O Plano de Eficiência Energética da Caesb foi concluído com a elaboração dos estudos, relatórios e gráficos gerenciais e de manutenção. A implantação do Plano encontra-se em fase de contratação dos projetos. <b>2017</b> O Plano de Eficiência Energética foi implementado na etapa de contratação dos projetos -
6210	3	4	Avaliação de impactos climáticos esperados e alternativas de adaptação nos seguintes setores: água; uso do solo; e energia (SEMA);	21101	10	<b>2016</b> Processo ainda a ocorrer (2017-2018) <b>2017</b> Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019.
6210	3	5	Divulgação de Projetos Demonstrativos de Geração de Energia Solar e Eficiência Energética em escolas, postos de saúde e prédios públicos (SEMA);	21101	10	<b>2016</b> Processo ainda a ocorrer, posto que nenhum Projeto Demonstrativo foi ainda implementado. Em 2016, captou-se junto ao GEF recursos para a implementação de projetos demonstrativos (2017-2018) <b>2017</b> Processo iniciado com o apoio à solarização do Zoológico de Brasília, com financiamento garantido de uma Usina Fotovoltaica, pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA, e entrega prevista para 2018-2019.
6210	3	6	Implantação de Planejamento Estratégico voltado para a adequação dos custos operacionais e de investimento suportados por uma tarifa justa que permita a inovação tecnológica em benefício da qualidade do fornecimento de Energia Elétrica (CEB);	22204	100	<b>2016</b> Com o desdobramento de suas diretrizes estratégicas, a CEB - D definiu grandes objetivos a serem perseguidos de maneira contínua, que são: orientar a empresa para as demandas dos seus consumidores atuais e potenciais; obter lucro suficiente para promover sempre a justa remuneração do capital investido; assegurar a racionalidade nas operações da empresa; garantir qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços; assegurar a responsabilidade socioambiental; ter um relacionamento com a força de trabalho que privilegie a competência e a produtividade. Com base no Planejamento Estratégico 2016 a 2019, foi possível definir projetos e ações que visam à correção de rumos e a busca permanente do equilíbrio operacional e econômico-financeiro da empresa. As ações manifestam, de forma clara e objetiva, as transformações necessárias na Companhia para garantir a sua sustentabilidade e perpetuidade, sempre com o foco na prestação de um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal. <b>2017</b> Em 2017 foi realizada a revisão do Plano Estratégico, que passou a vigorar até 2021, possibilitando definir projetos e ações que visaram a correção de rumos e a busca permanente do equilíbrio operacional e econômico-financeiro da empresa. As ações manifestaram, de forma clara e objetiva, as transformações necessárias na Companhia para garantir a sua sustentabilidade e perpetuidade, sempre com o foco na prestação de um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal.
6210	3	7	Consolidação, validação e atualização do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEAGRI E SEMA);	14101/ 21101	80	<b>2016</b> <b>SEAGRI</b> – Processo nº 070.022.753/ 2012 – Objeto contratual: elaboração de inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa - GEE. Produto entregue em 19/12/2014, sendo inexistente e não foram estabelecidas ações posteriores de: consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa. <b>SEMA</b> – Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (2005-2012), publicado (ISBN:978-85-68931-02-8) e validado pelo Conselho de Meio Ambiente do DF. Atualização do Inventário ainda a ocorrer. <b>2017- Não foram estabelecidas ações.</b> <b>SEMA</b> <b>2016</b> Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (2005-2012), publicado (ISBN:978-85-68931-02-8) e validado pelo

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Conselho de Meio Ambiente do DF. Atualização do Inventário ainda a ocorrer. <b>2017</b> Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019.
6210	3	8	Coordenação da elaboração do Plano Climático de Mitigação para o Distrito Federal;(SEMA)	21101	10	<b>2016</b> Processo ainda a ocorrer <b>2017</b> Processo iniciado com a formulação do Decreto de Criação do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas, que prevê a criação da Câmara Técnica de Mitigação, para a formulação do Plano de Mitigação do DF. O financiamento foi garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA, e entrega prevista para o projeto é 2018-2019
6210	3	9	Implementação do Plano de Controle de Poluição Veicular; (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019);	21208	40	<b>2016</b> Em processo. De 10/08/2015 a 02/03/2016, foram realizadas 08 reuniões com equipes técnicas da SEMA e do IBRAM para análise das condições da atual gestão para a implementação do PCPV. Em 25/05/2016, novo Termo de Referência foi apresentado, juntamente com três novas cotações de preços. Em 26/10/2016 a UEC emite Nota Técnica 001/2016 com questionamentos. Em 15/11/2016 o IBRAM apresenta revisão do Plano de Controle de Poluição Veicular, minuta do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (Programa I/M); e Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar Voltado à Emissão veicular (PCPV - I/M-DF) para o Triênio 2018-2020. <b>2017</b> A SEMA analisou as propostas apresentadas pelo IBRAM e iniciou as tratativas para retomar o assunto com o DETRAN.
6210	3	10	Construção, consolidação, divulgação e publicação da ferramenta de gestão e tomada de decisão "Regionalização de modelos climáticos para o DF quanto a cenários esperados para temperatura, precipitação, umidade, ventos e eventos externos" (SEMA);	21101	90	<b>2016</b> Meta parcialmente cumprida com a publicação do documento "Mudanças Climáticas no DF e RIDE: Detecção e Projeções das Mudanças Climáticas para o Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, Nota Técnica Endereçada aos Formuladores de Políticas Públicas e Tomadores de Decisão (SEMA, 2016), ISBN:978-85-68931-03-5. O estudo abordou apenas duas variáveis climáticas (temperatura e precipitação), entretanto, das mais importantes. Ainda está em processo de divulgação. <b>2017</b> Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018.
6210	3	11	Construção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas (SEMA);	21101	40	<b>2016</b> Processo ainda em construção. Para a construção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas estão previstas reuniões periódicas abertas ao conjunto da sociedade (em 2016 realizou-se uma). As reuniões previstas são de nivelamento de conteúdo e para a definição do processo e regras de funcionamento. <b>2017</b> Realização da terceira reunião preparatória do Fórum de Mudanças Climáticas do Distrito Federal, para encerramento do processo de consulta pública do Decreto de Criação do Fórum (dias 28 e 29 de novembro de 2017). Público presente: 400 participantes. Decreto de Criação do Fórum formulado, com encerramento de consulta pública e encaminhamento à Subsecretária de Serviços Ecológicos. Processo de organização de duas outras edições do Fórum em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019.
6210	3	12	Coordenação da Elaboração do Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas;(SEMA)	21101	10	<b>2016</b> Processo ainda a ocorrer <b>2017</b> Processo iniciado, com a formulação do Decreto de Criação do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas que prevê a criação da Câmara Técnica de Mitigação para a formulação do Plano de Mitigação do DF, financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	3	13	Coordenação da Elaboração da Minuta de regulamentação da Política Distrital de Mudanças Climáticas. (SEMA)	21101	10	<b>2016</b> Processo ainda a ocorrer <b>2017</b> Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018.

## Análise dos Resultados do Objetivo Específico

### 2016/2017

#### SEMA

Em 2016, avançou-se na elaboração e disponibilização de ferramentas de gestão climática, tais como o Inventário e a Regionalização dos cenários de Clima.

Em 2017, para o alcance das ações, a SEMA deu continuidade aos trabalhos, participou de negociação e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para: a realização de estudos de avaliação dos impactos esperados para os setores de água, uso do solo e energia; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Mitigação; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Adaptação; a contratação de assessor para facilitar a formulação da minuta de regulamentação da Política de Clima do DF; manutenção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas; e manutenção do Painel Distrital de Mudanças Climáticas. Além de coordenar várias reuniões para a formulação da minuta do decreto de criação do Fórum, em 2017 foi encerrado o processo de ampla consulta pública iniciado em janeiro, com a realização da segunda reunião preparatória do Fórum, em junho na UnB, com 80 participantes. Já a terceira reunião preparatória do Fórum foi realizada em novembro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 400 participantes, entre representantes de órgãos de governo, do setor privado, da academia e da sociedade civil organizada. Juntos com a SEMA, representantes de todos esses setores formularam a Minuta do Decreto de criação do Fórum de Clima do DF. Também em 2017, a SEMA ocupou-se da criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas, mobilizando cientistas de vários centros de referência local e nacional. Foram realizadas cinco reuniões preparatórias com cientistas do DF para estruturar o Painel e para a construção de acordos para a criação do Painel, contando com o engajamento principal das seguintes instituições: INMET, UNB/CDS, UnB/Hidrologia, INPE, Embrapa Cerrados. Juntos, esses atores elaboraram a minuta da portaria de criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas. Entre 2016 e 2017, a SEMA atuou fortemente em ações de integração da agenda de clima junto a outras secretarias e áreas, tais como: transporte, agricultura, zoneamento ecológico econômico, meio ambiente, água, incêndios florestais, energia, mobilização social, etc., realizando palestras em mais de 30 eventos e alcançando um público estimado de cerca de 1000 pessoas, entre representantes de órgãos de governo, sociedade civil, academia e setor privado. Os recursos foram destinados ao apoio dos eventos para implantação do Fórum Distrital de Clima. Boa parte das ações foram realizadas sem o aporte de recursos. Esse objetivo ainda está em processo de consolidação. Avançou-se na elaboração e disponibilização de ferramentas de gestão climática, tais como o Inventário e a Regionalização dos cenários de Clima. Espera-se que, com os recursos do GEF, sejam implementadas as demais ações previstas para esse objetivo até o final de 2018.

## **SINESP**

Em 2016 as licitações para contratação do Projeto de efficientização do edifício sede da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no valor previsto de R\$7.485.754,00, foram publicadas no fechamento do exercício e a execução do projeto deu-se em 2017. Este projeto foi o primeiro projeto de efficientização na tipologia Poder Público realizado por Contrato de Desempenho, ou seja, os recursos investidos pela CEB-D foram devolvidos pela ANEEL ao final do projeto, no prazo limitado pela vida útil das ações de eficiência. Foi iniciada também a implementação do “Projeto Agente CEB 3” para atendimento a comunidades de baixa renda. Esse projeto previu o investimento de R\$ 16.630.992,79 para a execução das seguintes ações:

- 30.000 entrevistas de orientação para o uso eficiente de energia;
- 50 palestras socioeducativas;
- Substituição de 7.000 refrigeradores por novos mais econômicos;
- Substituição de 80.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por Lâmpadas LED; e
- Instalação de 2.000 aquecedores solares, para redução dos gastos com chuveiro elétrico;

Durante o ano de 2016 foram realizadas 3.000 entrevistas, substituídas 4.000 lâmpadas e 777 refrigeradores, além de 25 palestras em Órgãos Públicos, escolas e orientação a grandes clientes, capacitando cerca de 2.000 participantes sobre o uso consciente de energia elétrica tanto em casa quanto no trabalho. Proporcionou-se assim economia de energia nas edificações. Foram disponibilizadas para os centros de ensino e a comunidade em geral sete maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas.

O processo de seleção de projetos de eficiência energética por meio da Chamada Pública EE 2016 teve seu início em 2016, com o objetivo de aportar 10 milhões de reais em benefícios energéticos voltados a todas as classes de clientes da CEB-D.

Quanto a 2017, a licitação referente a instalação da usina solar fotovoltaica foi realizada com sucesso e o contrato foi firmado com valor de R\$ 1.879.000,00. A execução foi iniciada em 2017 os desembolsos estão previstos para 2018.

Finalizou-se a implementação do “Projeto Agente CEB 3” para atendimento a comunidades de baixa renda. O Projeto sofreu um aditivo e o investimento total foi de R\$ 20.616.337,62 para a execução das seguintes ações:

- 37.500 visitas técnicas contemplando cadastramento dos consumidores; orientações para redução de consumo de energia; e identificações de lâmpadas e refrigeradores passíveis de substituição;
- 62 palestras sócio educativas;
- Substituição de 8.750 refrigeradores;
- Substituição de 100.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por lâmpadas tipo LED;
- Instalação de 2.600 aquecedores solares.

Durante o ano de 2017 foram realizadas 34.500 visitas e foram substituídas 96.000 lâmpadas, 7.973 refrigeradores e instalados 2.600 aquecedores solares, além de 62 palestras em escolas, capacitando cerca de 1.750 participantes sobre o uso consciente de energia elétrica tanto em casa quanto no trabalho proporcionando assim economia de energia nas edificações. Foram disponibilizadas também 3 maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas, para os centros de ensino e a comunidade em geral.

Houve a seleção de 8 Projetos de Eficiência Energética decorrentes da Chamada Pública de PEE 001-2016, cujas execuções estão previstas para 2018, conforme especificado na tabela seguinte:

Descrição	Valor
PEE SECONCI DF	R\$ 342.297,90
PEE CONDOMÍNIO VICTÓRIA OFFICE	R\$ 564.544,94
PEE CONDOMÍNIO LAKE SIDE	R\$ 1.001.770,77
PEE CASA THOMAS JEFFERSON ASA SUL	R\$ 993.442,51
PEE CONDOMÍNIO PARQUE CIDADE	R\$ 757.356,22
PEE ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	R\$ 1.250.171,81
PEE CASA THOMAS JEFFERSON ASA NORTE	R\$ 807.355,39
PEE CONDOMÍNIO METROPOLITAN FLAT	R\$ 350.736,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 6.067.675,54</b>

Foi iniciado em 2017 o processo de seleção de projetos de eficiência energética por meio da Chamada Pública de EE 2017, que têm o objetivo de aportar R\$ 10 milhões em projetos de eficiência energética voltados a todas as classes de clientes da CEB-DIS.

## **CEB**

Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, os indicadores de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) atingiram a meta estabelecida para dezembro de 2016. Houve grande melhora no DEC, que passou de 15,50 em 2015 para 9,69 em 2016. O FEC, por sua vez, também melhorou consideravelmente, passando de 11,66 em 2015 para 8,08 em 2016. Já em 2017, tínhamos uma meta de DEC estipulada de 13,09 h e alcançamos 8,43h sendo 4,66h melhor do que o planejado. Em relação ao FEC, a meta era de 9,83 interrupções e atingimos 7,10, assim ficamos com 2,73 interrupções melhor do que o planejado para 2017.

Comparando com os resultados de 2016, o DEC passou de 9,69 h para 8,43h em 2017, uma melhoria de 1,26h. O FEC, por sua vez, também melhorou passando de 8,04 interrupções em 2016 para 7,10 em 2017, uma melhoria de 0,94 interrupções por Unidade Consumidora.

Esta grande melhoria nos indicadores DEC e FEC resultou numa excelente avaliação dos clientes da CEB, e assim conquistamos o Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Cliente) de Melhor Distribuidora da Região Centro-Oeste, acima de 400.000 consumidores, além de passarmos do 18º para o 9º lugar na classificação geral entre todas as Distribuidoras de Energia Elétrica do Brasil.

## **CAESB**

A energia elétrica é um dos principais insumos dos processos de produção da Caesb e representa a segunda maior despesa de exploração da Companhia. Com a escassez de energia ocorrida nos últimos anos e consequente aumento das tarifas, especialmente no ano de 2016, o tema se tornou ainda mais relevante para a melhoria operacional da empresa. Dessa forma, buscando garantir a eficiência dos processos operacionais e em atenção ao princípio institucional da responsabilidade ambiental, a Caesb dispõe de um Programa de Eficiência Energética. Em 2016, a Caesb concluiu o Plano de Eficiência Energética que incluiu os estudos e relatórios sobre o tema, bem como a avaliação de viabilidade econômica e financeira dos investimentos a serem realizados. Assim, as ações que contribuíram para os resultados apresentados nesse ano foram:

- Elaboração do Relatório Anual do Consumo de Energia Elétrica da Caesb do ano de 2015;
- Melhorias no Sistema de Gestão de Energia e Eficiência Energética (GCEN);
- Aprovação do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico de Aproveitamento Energético do Biogás, com vistas a construção de usina de biogás na Estação de Tratamento de Esgotos Sul, em parceria com a “U.S. Trade and Development Agency” (USTDA)
- Elaboração do projeto básico e termo de referência da Usina Minigeradora Fotovoltaica de 700kWp para o edifício sede da Caesb;
- Participação da Caesb no Projeto Brasil-Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético de Biogás no Brasil (PROBIOGÁS);
- Elaboração de relatório sobre avaliação de eficiência energética, viabilidade financeira e competitividade do mercado de motores elétricos em baixa tensão e;
- Publicação da solicitação de proposta para contratação de projetos de eficiência energética e melhorias operacionais em Estações de Tratamento da Caesb, incluindo: eficiência energética em água, eficiência energética em esgoto, substituição de sopradores em quatro estações de tratamento de esgotos (ETE's), implantação de hidrelétrica da ETE Melchior e Melhorias da ETE Sul e Norte, envolvendo a modelagem hidrodinâmica do Lago Paranoá.

Em 2017, a Caesb contratou os projetos do Plano de Eficiência Energética. Assim, as ações que contribuíram para os resultados apresentados foram:

- Contratação de 5 Projetos de Eficiência Energética e melhorias operacionais em Estações de Tratamento da Caesb, incluindo: eficiência energética em água, eficiência energética em esgoto, substituição de sopradores em quatro estações de tratamento de esgotos (ETE's), implantação de hidrelétrica da ETE Melchior e Melhorias da ETE Sul e Norte, envolvendo a modelagem hidrodinâmica do Lago Paranoá.
- Nota Técnica sobre o Mercado Livre de Energia na CAESB;
- Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica de Usina de Biogás na ETE Sul;
- Contratação da obra da Usina Minigeradora Fotovoltaica de 700 kWp para a Sede (parceria com SSA);
- Implementação do Ateste Eletrônico de faturas de energia elétrica via sistema GCEN (parceria com PRT, CCO, PGO e PPA);
- Emissão de Relatórios Anual e Trimestrais sobre Consumo de Energia Elétrica na CAESB.

## **METRÔ**

Em 2016, o METRÔ-DF definiu diretrizes prioritárias para o Programa Metrô Sustentável que se destacam:

- Racionalização do consumo de energia elétrica

Nesse sentido, o METRÔ-DF está alinhada à vertente da responsabilidade sustentável como compromisso institucional. Destaca-se a contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba que efetivará no início de 2017, no valor total de R\$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

Em 2017, o sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba foi implantado e encontra-se na fase de operação assistida (monitoramento).



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**004 – SANEAMENTO AMBIENTAL: Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, assegurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.**

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DF – SINESP**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	1	Expandir a infraestrutura para resíduos sólidos; (SLU)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	50			50	50,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	2	Fortalecer a gestão de saneamento básico; (SINESP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	80			80	80,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	3	Implantar sistema de logística reversa para tipos prioritários de resíduos – construção civil, perigosos, hospitalares, tóxicos, pneus e PET; (SINESP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	30			30	30,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	4	Otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário; (CAESB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	19	56			56	56,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	5	Ampliar a capacidade de atendimento e cobertura de serviços – condomínios horizontais, áreas de baixa renda e região do Grande Colorado e Vicente Pires; (CAESB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33	46			43	43,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	6	Automatizar os sistemas operacionais; (CAESB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	9	76			76	76,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	7	Otimizar e expandir os sistemas de manejo/drenagem de águas pluviais urbano e rural; (SINESP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	50			50	50,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	8	Elaborar 550 Projetos Individuais da Propriedade – PIP; (EMATER)	500	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	137	45			182	36,4%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	9	Construção e operacionalização de 3 Áreas de Transbordo e Triagem – ATTR, até 2018. (EP) (SLU)	3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	10	Construção de 03 centros de triagem de resíduos e 01 Central de Comercialização; (SEMA) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	20			20	20,0%

### Análise Qualitativa

#### **1. Expandir a infraestrutura para resíduos sólidos (SLU);**

##### **2016**

Em áreas como o Sol Nascente e o Pôr do Sol foram incluídos os caminhões compactadores de pequeno porte para fazerem a coleta porta a porta em regiões de difícil acesso, assim como implantados os papa lixos que são containers semienterrados de 5 m3 para acondicionamento dos resíduos indiferenciados. 10 containers semienterrados foram instalados. Foi ainda contratada a coleta seletiva operada por catadores de materiais recicláveis em 5 regiões administrativas. Visando um maior controle na prestação dos serviços sob responsabilidade do SLU, tem-se trabalhado no sentido de modernizar seu parque tecnológico. O sistema, para o cadastramento de grandes geradores, de coletores de resíduos da construção civil, além de sistema online de medição das pesagens está em andamento e alguns destes serviços estão implantados. Foi inovado o mecanismo de pintura de meio fio, utilizando-se de pintura mecanizada visando maior segurança aos trabalhadores em pistas de rolamento de alta velocidade, em canteiros centrais de pistas e avenidas, sendo gerado ainda ganhos na produtividade e na qualidade da aplicação do produto. Com a aprovação da Lei 5.610/2016 regulamentada pelo Decreto 37.568/2016 que desobriga o Estado do gerenciamento dos resíduos dos grandes geradores o SLU se capacitou para a implantação deste novo modelo que terá sua implementação definitiva a partir de 2017. Com relação à Lei que regulamenta a gestão dos Resíduos da Construção Civil, foi aprovado no âmbito do Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos (CORC) e publicado em 18/11/2016, o Decreto Nº 37.782/2016 que regulamenta o manejo destes resíduos no Distrito Federal. Coube ao SLU o desenvolvimento e a implantação do sistema que viabilizará o acompanhamento do cumprimento de todas as atividades dos contratantes, dos contratados e da disposição final dos resíduos. A construção de Pontos de Entrega Voluntária – PEV's, posteriormente denominados "Papa entulhos", teve início em setembro de 2016, com 7 unidades em obras ao final do ano. O Aterro Sanitário de Brasília, licenciado pelo IBRAM, atingiu condições operacionais, sendo sua inauguração postergada para início do ano 2017.

##### **2017**

A expansão da infraestrutura de resíduos sólidos é um programa pertinente, que envolve, além da construção de novas unidades, a reforma e ampliação das unidades existentes. Nesse sentido, no ano de 2017 foi inaugurado o Aterro Sanitário de Brasília. Esse empreendimento é a principal ampliação da infraestrutura de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal. Além disso, o SLU locou 5 galpões para abrigar provisoriamente os catadores de materiais recicláveis que atuavam no Lixão da Estrutural. Isso porque estão sendo construídas duas Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR) para abrigar definitivamente esses trabalhadores e, outras duas unidades, encontram-se em fase final de licitação. Ademais, foram construídas 7 unidades do tipo "papa entulho", destinada a receber e armazenar resíduos da construção civil, reduzindo, assim, a quantidade desses resíduos disposta irregularmente nas ruas e logradouros públicos. Por fim, cumpre ressaltar a instalação de mais três unidades de "papa lixo" no Sol Nascente, onde já funcionavam dez unidades, destinadas a receber os resíduos sólidos urbanos gerados em locais de difícil acesso aos caminhões de coleta.

## **2. Fortalecer a gestão de saneamento básico (SINESP);**

**2016**

Está em fase de elaboração o Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e o Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIR, esses dois Planos apresentarão uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle, que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Os Planos estão sendo elaborados pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidido pela SINESP, também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear tecnicamente as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto, dos Planos estejam prontos para envio à Casa Legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos reportamos que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados e coleta de críticas e sugestões para refinamento do produto, atualmente estamos na fase de prognóstico e definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão do saneamento no DF. Oportunamente ressaltamos a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS, o valor a ser destacado para o cumprimento desta meta: R\$ 2.468.556,25.

**2017**

Finalizada a fase de elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS, restando os trâmites para a positivação dos dois instrumentos, sendo o primeiro por meio de Lei e o segundo por Decreto, com expectativa de publicação em 2018. Esses dois Planos apresentarão uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas e diretrizes consignadas nos dois Planos para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal, com vistas à execução dos projetos propostos nas respectivas políticas.

## **3. Implantar sistema de logística reversa para tipos prioritários de resíduos – construção civil, perigosos, hospitalares, tóxicos, pneus e PET (SINESP);**

**2016**

No que se refere à implementação da logística reversa dos resíduos da construção civil, em 2016 foi publicada o Decreto nº 37.782, de 18/11/2016, que regulamenta o art. 24 da Lei nº 4.704, de 20/12/2011, que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos. O decreto institui o Sistema de Informações sobre a Gestão de Resíduos da Construção Civil do Distrito Federal, que foi objeto de regulamentação pelo CORC/DF. O SLU realizou o certame licitatório para a contratação do desenvolvimento do Sistema, porém, a execução foi frustrada, assim o Serviço de Limpeza Urbana está finalizando a instrução para lançamento de nova licitação. Concomitantes as ações do SLU, a SINESP vem trabalhando juntamente a TERRACAP e ao SLU para a elaboração do Projeto Básico, que subsidiará o certame para a cessão dos terrenos onde deverão ser instalados as Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – ATTRs, tal ação deverá estar finalizada até o final do ano de 2017.

Quanto aos demais tipos de resíduos previstos no programa de logística reversa não são de responsabilidade desta Secretaria, sendo os acordos setoriais para a implantação da logística reversa responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, por força da Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010, que *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12/02/1998; e dá outras providências.*

**2017**

Foi lançado edital de licitação para unidades de transbordo, triagem e reciclagem de RCC – ATTR. A implantação do Sistema de Gestão de Resíduos de Construção Civil, (e-RCC) foi complementada com a publicação da resolução 1/2017 do Comitê Gestor do Plano Distrital de Gestão de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, que estabeleceu procedimentos de

cadastro de transportadores de Resíduos de Construção Civil e Volumosos no Distrito Federal, bem como especificou a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte. Foram instalados pontos de entrega de resíduos para pequenos geradores de RCC e volumosos (papa entulho), e iniciou-se o procedimento de cadastramento de grandes geradores, que passaram a ser responsáveis pela coleta e transporte de seus resíduos recicláveis, que juntos compõem a estratégia de gestão de resíduo visando reduzir a disposição inadequada do material em áreas públicas.

#### **4. Otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário (CAESB);**

##### **2016**

A Caesb tem investido significativamente em obras para otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os principais empreendimentos que contribuíram para o alcance dos resultados em 2016 foram:

- Recuperação do reservatório de Sobradinho (concluído);
- Implantação de melhorias operacionais nas Estações de Tratamento de Esgotos Sul e Norte de Brasília (concluído);
- Implantação do sistema de reservação do Noroeste (concluído)
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Noroeste (concluído);
- Ampliação do sistema de abastecimento de água do SMPW e Aeroporto Internacional JK (em andamento);
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Clubes Esportivos Sul no Lago Sul (em andamento);
- Implantação da unidade de gerenciamento de lodo na Estação de Tratamento de Esgoto de Melchior (em andamento);
- Implantação da Estação de Tratamento de Água de Corumbá (em andamento), dentre outros.

##### **2017**

Os principais empreendimentos que contribuíram para o alcance dos resultados em 2017 foram:

- Subsistema Produtor de Água do Bananal (concluído);
- Remanejamento das adutoras de água tratada da EPIG no Sudoeste/DF (concluído);
- Perfuração de 4 poços nos núcleos rurais de Rajadinha, Chapada, Capão Seco, e Cerâmica Dom Bosco (concluído);
- Implantação de redes de abastecimento nos Núcleos Rurais de Taquara, Fazenda Larga e Capão Seco (concluído);
- Implantação de sistema de abastecimento do Núcleo Rural Oziel Alves, incluindo poço, UTS e Reservatório (concluído);
- Implantação de 02 reservatórios metálicos de 50 m³ nos Núcleos Rurais de Buriti Vermelho e Capão Seco (concluído);
- Subsistema Produtor de Água do Lago Norte (concluído);
- Reabilitação da captação do Alagado (concluído);
- Interligação do Total Ville à rede de abastecimento do Pólo JK (concluído);
- Melhorias na Estação de Tratamento de Água de Brasília (concluído);
- Reforço no sistema de distribuição de água dos Hospitais de Base, Sarah Kubitschek e Forças Armadas (concluído);
- Implantação de novo poço profundo em São Sebastião/DF (concluído)
- Sistema Produtor de Água do Corumbá (em andamento);
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do SMPW e Adutoras de Reforço do SMPW e Aeroporto Internacional JK no Park Way (em andamento);
- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Lago Sul (5ª Etapa) (em andamento);
- Implantação da Unidade de Gerenciamento de Lodo na Estação de Tratamento de Esgoto Melchior em Samambaia (em andamento);

- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Clubes Esportivos Sul no Lago Sul (em andamento);
- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor Residencial Oeste de Samambaia (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nas regiões do Setor de Mansões Park Way, Colônia Agrícola Águas Claras, Vila IAPI e Colônia Agrícola Bernardo Sayão no Park Way (em andamento);
- Complementação das obras do sistema de exportação de esgotos, abrangendo linha de recalque, interceptor e Estação Elevatória de Esgotos Águas Claras, Estação Elevatória de Esgotos Parque Águas Claras e QS 11 em Taguatinga (em andamento)

## **5. Ampliar a capacidade de atendimento e cobertura de serviços – condomínios horizontais, áreas de baixa renda e região do Grande Colorado e Vicente Pires (CAESB);**

### **2016**

A ampliação da capacidade de atendimento e cobertura de serviços aos Condomínios Horizontais, às áreas de baixa renda e à região do Grande Colorado e Vicente Pires busca oferecer serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos em áreas de ocupação espontânea e em processo de regularização. Os principais investimentos que contribuíram para os resultados alcançados foram:

- Complementação do sistema de esgotamento sanitário do Setor Sol Nascente em Ceilândia (em andamento);
- Implantação da Estação Elevatória de Esgotos, Linha de Recalque e Poço de Segurança no Setor Habitacional Ribeirão em Santa Maria (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Águas Lindas (em andamento);
- Interligação do sistema de esgotamento da região oeste de Vicente Pires (conclusão de 6.000 novas ligações);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II (em andamento);
- Implantação da 3ª etapa do sistema de esgotamento sanitário na região do Grande Colorado, Setor Colorado, em Sobradinho II (em andamento);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário na região do Grande Colorado, Setor Bela Vista e Condomínio RK, em Sobradinho II (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário do Setor de Mansões Dom Bosco (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário nos condomínios La Font no Paranoá; Mansões Entre Lagos e Novo Horizonte no Itapoã; (em andamento);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Setor Habitacional São Bartolomeu no Jardim Botânico (em andamento), dentro outros.

Importante faz-se destacar que os empreendimentos realizados tanto para consecução da meta 4, quanto da meta 5, implicam diretamente na melhoria dos indicadores de Aumento da Capacidade Instalada de Produção e do Índice de Atendimento Urbano de Esgoto. Este último indicador superou, em 2016, as expectativas de resultados desejáveis para o período de 2017 e 2018.

### **2017**

Os principais investimentos que contribuíram para os resultados alcançados nesse ano foram:

- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sol Nascente em Ceilândia - bacias B e C (concluído);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Inkra 08 em Brazlândia, incluindo Estação Elevatória de Esgotos, linha de recalque, sifão invertido e complementação das redes públicas e ramais condominiais (concluído);
- Implantação da Estação Elevatória de Esgotos, Linha de Recalque e Poço de Segurança no Setor Habitacional Ribeirão em Santa Maria (concluído);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor de Mansões Dom Bosco no Lago Sul (concluído);
- Implantação de Estação Elevatória de Esgoto e linha de recalque do Setor ARIS Burity em Sobradinho (concluído);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria (concluído);
- Adequação e recuperação das redes de esgoto (incluindo travessias aéreas) em Vicente Pires (concluído);

- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II - 1ª Etapa (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Águas Lindas/GO-Entorno (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Região do Grande Colorado - Setor Colorado em Sobradinho II - 3ª Etapa (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da 1ª Etapa da Região do Grande Colorado em Sobradinho - Setor Boa Vista I, II, III e IV e Condomínio Residencial RK, constituído de rede pública, ramal condominial, coletor tronco, sifões e interceptor (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nos Condomínios La Font no Paranoá; Mansões entre Lagos e Novo Horizonte no Itapoã (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II - 2ª Etapa (em andamento).

## **6. Automatizar os sistemas operacionais (CAESB);**

### **2016**

A meta de automação dos sistemas operacionais se refere ao programa corporativo de infraestrutura tecnológica que oferece serviços mais confiáveis e sem a necessidade de atuação humana na execução de atividades operacionais da Caesb e que exijam exposição a agentes danosos à saúde. O programa possibilita, também, a utilização de recursos de forma mais eficiente e eficaz, gerando economia e maior disponibilidade operacional. Entre os objetivos específicos do programa têm-se:

- Utilização de tecnologias eficientes, incluindo a substituição de equipamentos obsoletos;
- Sistematização dos procedimentos;
- Monitoramento de resultados operacionais;
- Otimização de recursos;
- Maximização do uso da infraestrutura;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores;
- Padronização de soluções operacionais da Caesb; e
- Redução dos custos operacionais e de manutenção dos sistemas.

Dessa forma, em 2016 foram adquiridos equipamentos e materiais, tanto para automação do sistema de esgotamento sanitário, de forma geral, quanto para o sistema de abastecimento de água, os quais foram instalados em diversas unidades operacionais da Caesb.

### **2017**

As aquisições e instalações de equipamentos para automação das unidades industriais do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário continuaram em 2017, visando a maximização na utilização das instalações industriais, gerando economia e maior disponibilidade operacional.

Em 2017 foi iniciado um programa de automatização do completa do controle do sistema de produção de água, estando funcionando no sistema de produção de Brazlândia um projeto piloto, que tem obtido ótimos resultados.

Os objetivos do programa forma mantidos, visando uma gestão mais eficiente e eficaz do parque industrial.

## **7. Otimizar e expandir os sistemas de manejo/drenagem de águas pluviais urbano e rural (SINESP);**

**2016**

A Secretaria está trabalhando em duas frentes. A primeira no âmbito das obras civis de infraestrutura nas áreas desprovidas de sistemas de manejo de águas pluviais, tais como, os Setores Habitacionais Sol Nascente, Buritizinho, Ribeirão (Porto Rico), Bernardo Sayão, entre outras áreas inseridas na estratégia de regularização do Distrito Federal, constante do Plano Diretor de Ordenamento do Território – PDOT, além do desenvolvimento de projetos para a requalificação de sistemas existentes como no caso do Drenar DF, que estão em fase final de contratação para sua execução. E a segunda na área de planejamento, gestão e fortalecimento institucional, por meio da elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS. Esses dois Planos possibilitarão a tomada de decisão dos gestores do sistema de drenagem pluvial, quanto aos investimentos necessários para ampliar e aperfeiçoar o sistema e definição das áreas prioritárias para recebimento desses investimentos. Outro ponto relevante para a otimização do sistema e que será apresentado no PDSB, é uma proposta de solução estruturante (financeira e administrativa) para a gestão do sistema de drenagem pluvial. Oportunamente destaca-se a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS. O valor a ser alocado para o cumprimento desta meta é de R\$ 2.468.556,25.

**2017**

Neste ano deu-se continuidade a duas frentes anteriormente descritas, sendo promovidas obras civis de infraestrutura nas áreas desprovidas de sistemas de manejo de águas pluviais, tais como, nos Setores Habitacionais Sol Nascente, Buritizinho, Ribeirão (Porto Rico), Bernardo Sayão, entre outras áreas inseridas na estratégia de regularização do Distrito Federal, constante do Plano Diretor de Ordenamento do Território – PDOT, além do desenvolvimento de projetos para a requalificação de sistemas existentes como no caso do Drenar DF, que estão em fase final de contratação para sua execução. Em relação a segunda frente foi finalizada a fase de elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS, restando os trâmites para a positivação dos dois instrumentos, sendo o primeiro por meio de Lei e o segundo por Decreto, que deverão ser publicados no ano de 2018. Esses dois Planos possibilitarão a tomada de decisões dos gestores do sistema de drenagem pluvial, quanto aos investimentos necessários para ampliar e aperfeiçoar o sistema e definição das áreas prioritárias para recebimento desses investimentos. Outro ponto relevante para a otimização do sistema, e que será apresentado no PDSB, é uma proposta de solução estruturante (financeira e administrativa) para a gestão do sistema de drenagem pluvial. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas e diretrizes consignadas nos dois Planos para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal, com vistas à execução dos projetos propostos nas respectivas políticas.

## **8. Elaborar 550 Projetos Individuais da Propriedade – PIP (EMATER);**

**2016**

Os Projetos Individuais da Propriedade - PIP é um importante projeto de intervenção na área em estudo para minimizar os impactos ambientais utilizando práticas conservacionistas como proposta de ação, contemplando os usos do solo e as práticas ambientalmente adequadas a serem implementadas, para que o produtor possa ser remunerado pelos serviços ambientais prestados.

**2017**

Os projetos individuais da PIP elaborados para intervenção na área em estudo atenderam a contento em relação a minimização dos impactos ambientais antrópicas conforme proposta de ação para 2017.

## **9. Construção e operacionalização de 3 Áreas de Transbordo e Triagem – ATTR, até 2018 (EP) (SLU);**

**2016**

Não houve execução financeira no programa de trabalho “Construção de áreas de transbordo e triagem – ATTR”. Esta responsabilidade ficou por conta da SINESP. Uma área cedida pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, em Sobradinho, será utilizada em consonância com as indicações do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos em elaboração. O SLU tem como desafio para 2017 elaborar o projeto de uso desta área, indicada para área de transbordo e triagem.

**2017**

Não houve execução financeira no programa de trabalho “Construção de áreas de transbordo e triagem – ATTR”. Esta responsabilidade ficou a cargo da SINESP. No dia 29 de março de 2018 foram publicados os editais de licitação de duas ATTRs, uma localizada no Gama e a outra em Samambaia.

## **10. Construção de 03 centros de triagem de resíduos e 01 Central de Comercialização (SEMA) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**2016**

Em 2016 foram realizadas ações pela SEMA para lograr a referida meta, entre elas: a) Reestruturação do Conselho Gestor do Projeto BNDES/GDF com Portaria Nº 28, de 02 de Maio de 2016; b) Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o Centros de Triagem visando atender ao requisito obrigatório para solicitação da Licença Ambiental Simplificada para a construção dos Centros e Central de Comercialização – LAS a ser emitida pelo IBRAM; c) Nota Técnica sobre a Viabilidade e sustentabilidade da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da Estrutural elaborada em 29 de Agosto de 2016 que tem interface diretamente relacionada à construção dos Centros de Triagem; d) Firmado Convênio de cooperação técnica, administrativa e financeira entre SEMA/ NOVACAP/CENTCOOP Nº 02/2016 para repasse de verbas para a construção dos Centros de Triagem. Extrato do convênio publicado DODF no dia 14 de Setembro de 2016; e) Elaborado e firmado junto com a ADASA Termo de Referência para a contratação de consultor destinado a identificar, detalhar e dimensionar os equipamentos necessários a implantação e operação de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis e da Central de Comercialização, considerando o programa de coleta seletiva do Distrito Federal; f) Elaboração de Projeto de Lei de compensação financeira aos catadores de materiais recicláveis do Aterro do Jóquei durante o período compreendido entre o início da destinação de resíduos oriundos da coleta pública do Distrito Federal ao Aterro Sanitário de Brasília, situado em Samambaia, e o pleno funcionamento dos Centros de Triagem de Resíduos – CTRs do Distrito Federal e g) Proposta de modelo de coleta seletiva a ser adotado no Distrito Federal apresentada pela SEMA. Isto posto, as atividades executadas pela SEMA apresenta desempenho satisfatório quanto à meta estipulada e possui como principal desafio a articulação interinstitucional com os demais órgãos que estão envolvidos direta e indiretamente com a gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal.

**2017**

No ano de 2017, algumas medidas foram tomadas, além de ajustes administrativos internos, tais como: processo licitatório para três centros de triagem e um centro de comercialização. Porém, o BNDES decidiu financiar apenas dois centros de triagem e um de comercialização. Assim, o orçamento anterior deverá ser revisto para que seja adequado a essa nova realidade, o que momentaneamente impede o prosseguimento do processo licitatório.

Em 05 de dezembro de 2017, a SEMA-DF, por meio da Portaria Conjunta nº 06, descentralizou a execução de crédito orçamentário referentes ao pagamento de Autorização de supressão vegetal - ASV no terreno da SPU cedido à CENTCOOP, destinado à construção de 03 centros de triagem de resíduos – CTR e um centro de comercialização de materiais recicláveis-CC.

Os recursos do Contrato para a construção de 02 (dois) Centros de Triagem e 01 (um) de comercialização estão programados para subsidiar o início das obras em março de 2018, além da compra de equipamentos, assistência técnica e capacitação programada para julho de 2018. De acordo com as contrapartidas estabelecidas, foram cadastrados 2499 catadores, sendo 403 da Rede Alternativa e 2096 da CENTCOOP. Desse total, 310 catadores (250 da Cooperativa Construir e 60 da Cooperativa Planalto) estão atualmente utilizando os Centros de Triagem nos galpões alugados do SLU no SCIA e Sobradinho, aguardando a construção dos Centros de Triagem do Convênio do BNDES.



## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1636	TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS	%	8,07	31/12/2014	9	8,92	11	10,72	13	15	SLU / UO 22214 / OE 4
1637	TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO	%	0	31/12/2016	80	1	100	31,57	100	100	SLU / UO 22214 / OE 4
1638	CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO	L/S	9.565	31/12/2014	9565	9606	10065	10.829	12865	12865	CAESB / UO 22202 / OE 4
1639	ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO	L.DIA/LIGAÇÃ	303	31/12/2014	303	376,69	300	317	280	250	CAESB / UO 22202 / OE 4
1640	ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO	%	82,11	31/12/2014	82,89	85,23	83,68	85,10	84,55	85,42	CAESB / UO 22202 / OE 4
1641	TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES	%			-	-	10	0	40	100	SEMA/ UO 21101 /OE 4
1751	TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1BNDES (2.160)	PESSOA	0	31/12/2017	-	-	10	14	40	100	SEMA/UO 21101/OE 4

### Justificativas 2016

**Indicador 1636** - O programa de coleta seletiva está em avaliação para verificação dos locais com maior possibilidade de eficácia. Interrupção da coleta seletiva em algumas RA's prejudicou a obtenção de melhores índices.

**Indicador 1637** - A previsão de início de operação do Aterro Sanitário de Brasília não ocorreu em agosto de 2016. Apenas 1% dos resíduos gerados no DF foram aterrados fora do DF.

**Indicador 1638** - Meta atingida. Reativação da capacidade do Crispim, acréscimo de 30 litros/segundo e operação de poço profundo em São Sebastião, acréscimo de 11 litros/segundo.

**Indicador 1639** - Em setembro de 2015, a Caesb realizou revisão da metodologia de apuração do indicador Índice de Perdas por Ligação, alinhando o método de cálculo aos padrões internacionais da International Water Association (IWA). Essa alteração conferiu maior robustez ao método de apuração e implicou em uma adequação de toda a série histórica do indicador, inclusive do valor apurado em 2015 que, após recalculado, resultou no valor de 381 litros/ligação/dia.

**Indicador 1640** - Meta atingida. Houve incremento de 15.077 nas ligações de esgotos em Sol Nascente, Vicente Pires e outras localidades.

**Indicador 1641** - Sem índice desejado para 2016.

## **Justificativas 2017**

**Indicador 1636** - As ausências de prestação de informações pelas associações de catadores contratadas, bem como o atraso na construção das instalações de recuperação de resíduos, prejudicaram a obtenção do índice previsto.

**Indicador 1637** - Mesmo com a inauguração do aterro sanitário em janeiro de 2017, manteve-se o funcionamento do aterro controlado do Jóquei - ACJ, devido à falta de local adequado para os catadores de materiais realizarem o trabalho de triagem dos recicláveis. A baixa cobertura da coleta seletiva também contribuiu para o resultado.

**Indicador 1638** - Meta atingida. Implantação do Subsistema Bananal com capacidade de produção de 700L/s, implantação do Subsistema Lago Norte com capacidade de produção de 700L/s, reabilitação da captação do Alagado com acréscimo de 50L/s e implantação de poços profundos.

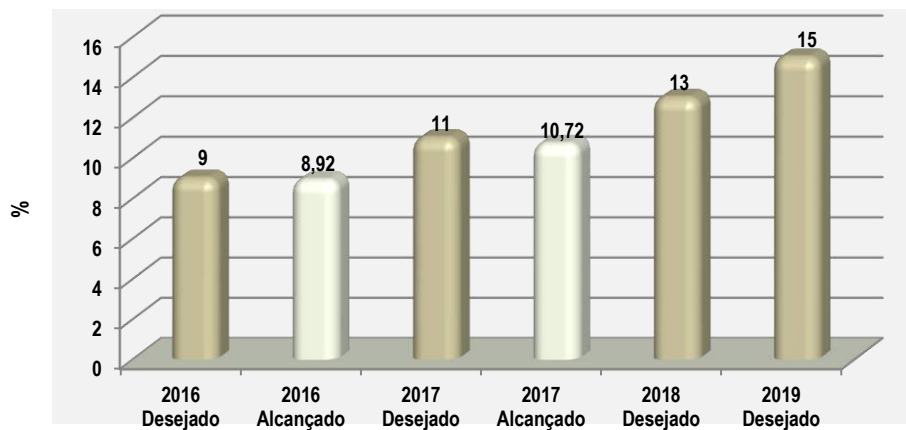
**Indicador 1639** - Média dos últimos 12 meses. Devido a revisão da metodologia de apuração do indicador de Perdas para adequação aos padrões internacionais da International Water Association (IWA), os valores de toda a série histórica do indicador foram recalculados, o que implicou em uma revisão das metas projetadas para os anos de 2015 a 2019, sendo: 381; 373; 349; 308 e 250L/ligação/dia, respectivamente.

**Indicador 1640** - Meta atingida. Ativação de 19.814 novas ligações de esgoto em localidades como Setor de Mansões Dom Bosco, INCRA 08, os condomínios da Região do Grande Colorado, dentre outras.

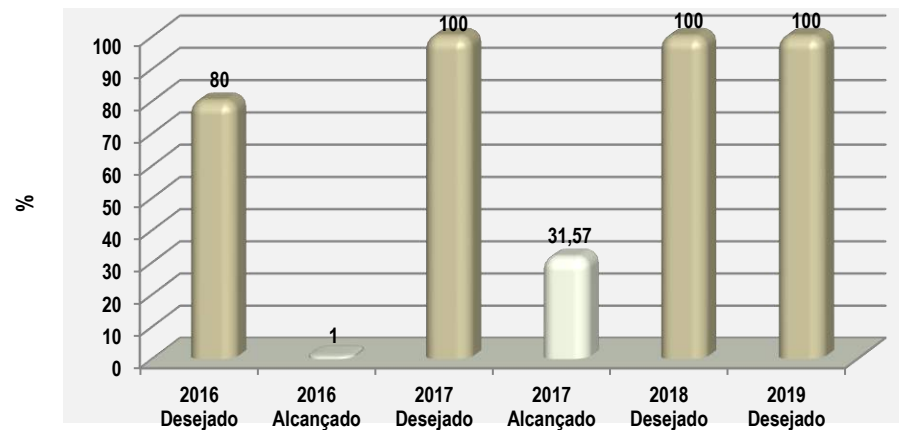
**Indicador 1641** - Esse indicador foi substituído pelo 1751 e será objeto de revisão na Lei do PPA.

**Indicador 1751** - Os recursos do Contrato para a construção de 2 (dois) Centros de Triagem e 1 (um) de comercialização estão programados para início de obras em março de 2018, além da compra de equipamentos, assistência técnica e capacitação programada para julho de 2018. De acordo com as contrapartidas realizadas, foram cadastrados 2499 catadores, sendo 403 da Rede Alternativa e 2096 da CENTCOOP. Desse total, 310 catadores (250 da Cooperativa Construir e 60 da Cooperativa Planalto).

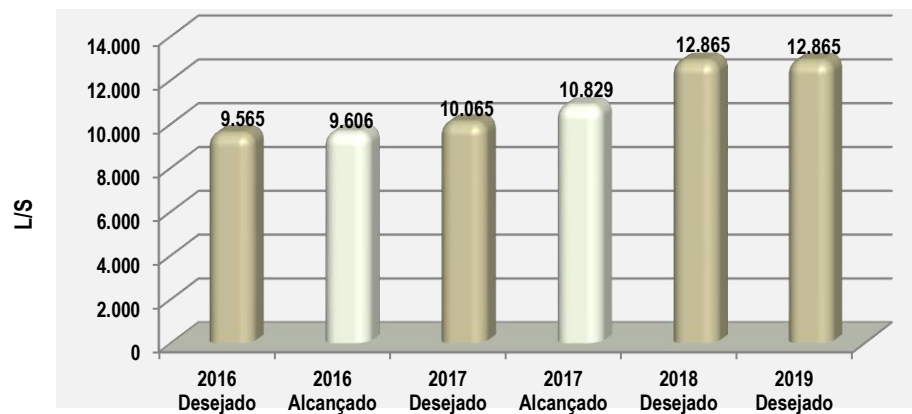
TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS



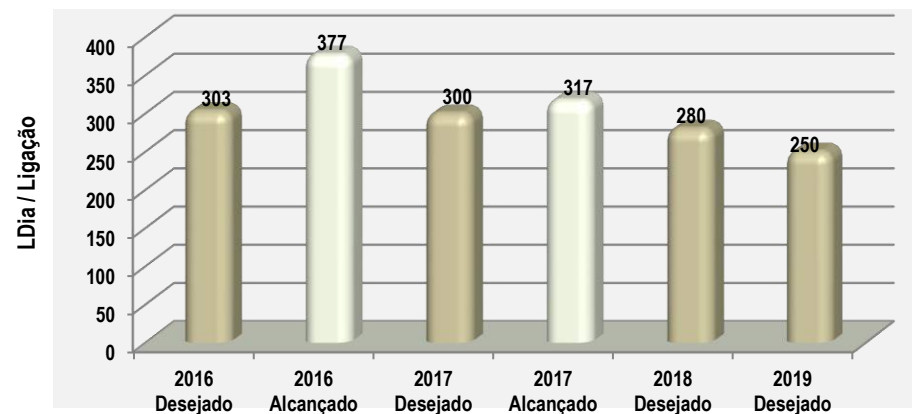
TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO



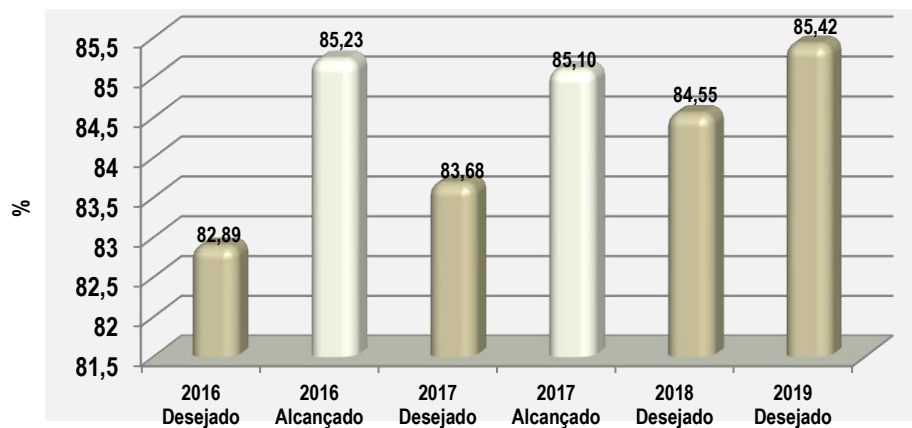
CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO



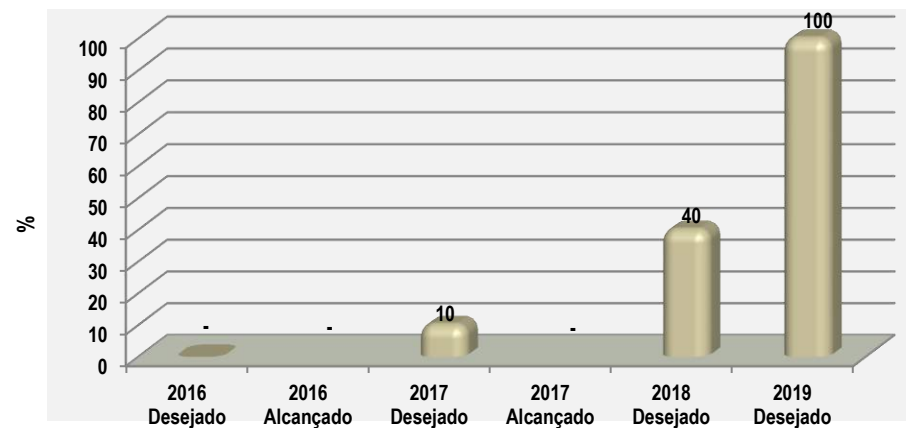
ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO



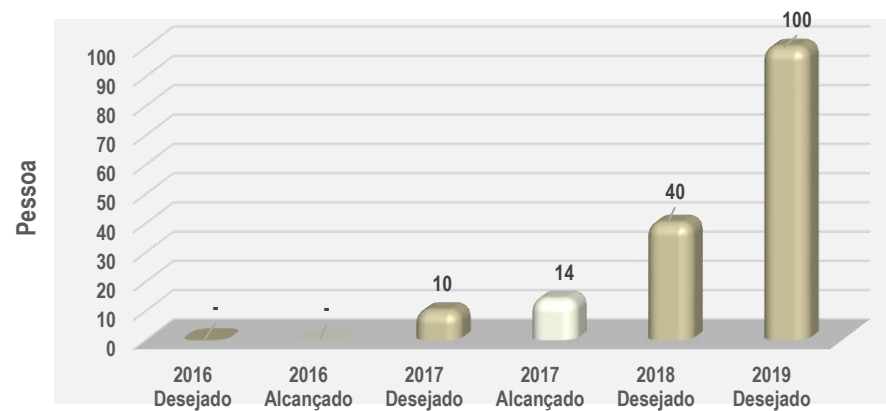
ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO



TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES



TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES  
(2.160)



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	4	1	Elaboração do Plano de Saneamento Básico Distrital; (SINESP)	22101	95	<p><b>2016</b> O Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB sob elaboração pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidida pela SINESP. Também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto do Plano esteja pronto para envio à casa legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos destaca-se que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados e coleta de críticas e sugestões para refinamento do produto. Atualmente dá-se continuidade à fase de prognóstico e definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão do saneamento no DF. Tais definições são importantes, para permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS. O valor a ser alocado para o cumprimento desta meta é de R\$ 2.468.556,25.</p> <p><b>2017</b> Finalizada a fase de elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB, restando os trâmites para a positivação do instrumento, mediante Lei, que esperamos serem publicados no ano de 2018. Para o desenvolvimento da minuta do Plano foram realizadas 5 (cinco) Audiências Públicas, bem como Consultas Públicas, com o intuito de colher contribuições da população. Foram também feitas apresentações aos Conselhos de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano e de Desenvolvimento Rural. O Plano apresentará uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle, que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas e diretrizes consignadas no Plano para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal, com vistas à execução dos projetos propostos.</p>
6210	4	2	Regulamentação a Lei de Resíduos Sólidos; (SINESP)	22101	30	<p><b>2016</b> Conforme preconiza a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, através da definição das espécies de saneamento básico e atribuição de competências, o Distrito Federal, de forma análoga, distribui a competência por gestão e regulamentação dos serviços de saneamento, cabendo à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP a gestão dos chamados serviços públicos, tais como: coleta e distribuição de água tratada, coleta, tratamento e destinação final de esgoto, manejo das águas pluviais e de forma compartilhada a gestão dos resíduos sólidos. Como são acolhidas as competências estabelecidas na esfera Federal, os procedimentos relacionados à política de resíduos sólidos são de responsabilidade da SEMA, envolvendo especialmente ações relativas aos resíduos não públicos e sob logística reversa. Quanto aos resíduos públicos, provenientes da coleta e limpeza urbana o SLU, responsável pela execução do serviço, ligado à SINESP, tem normatizado procedimentos, especialmente no que se refere aos grandes geradores. Outra forma de atuação quanto à regulação da Lei de Resíduos Sólidos tem sido por meio da atuação do Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos do Distrito Federal – CORC, definido na Lei nº 4.704, no qual a SINESP atua como coordenador dos trabalhos. A publicação do Decreto nº 37.782, de 18/11/2016, que define procedimentos de cadastro e licença de transportadores de RCC, foi uma das propostas apresentadas, pelo CORC/DF, e que aguarda a definição de sistema informatizado do SLU para publicação de regulamentação de procedimentos através de resolução do comitê, é importante também destacar a atuação do Conselho de Limpeza Urbana – CONLUB que tem por finalidade zelar pela correta aplicação das normas legais e regulamentares relacionadas à Política Distrital de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, com vistas ao acompanhamento e avaliação da gestão dos serviços prestados.</p> <p><b>2017</b> As ações para implementação da política distrital de resíduos sólidos envolveram a finalização da minuta do Plano Distrital de Gestão de Resíduos e do Plano Distrital de Saneamento Básico. Publicação do edital de licitação de áreas de trasbordo, triagem e reciclagem de resíduos de construção civil. Instalação de unidades de papa entulho para recebimento de resíduos de construção civil de pequenos geradores e implantação do Sistema informatizado para gestão de resíduos de construção civil – e-RCC.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	4	3	Formulação, regulamentação e monitoramento da política de resíduos sólidos; (SEMA)	21101	40	<p><b>2016</b> Como atividades realizadas pela SEMA podemos citar a participação na Comissão Técnica de Elaboração do Plano de Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; articulação de parcerias que envolvem a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos no Distrito Federal, visando a implementação da Logística Reversa (Art. 33 da Lei 12.305/10), do Polo de Reciclagem do DF; Resíduos de Construção Civil; Projeto do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) voltado ao estudo da contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas, do solo e do ar área do Lixão da Estrutural do DF e entorno; Coleta Seletiva Solidária; Fomento de captação de recursos junto à CEB para firmar parcerias entre CEB, UnB e SEMA de inovação tecnológica para Estudo do Potencial Energético da área do Lixão da Estrutural e participação da elaboração da minuta de Decreto para formação da Comissão Distrital de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida à Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2.</p> <p><b>2017</b> A elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS) foi iniciada em abril/2016, data da assinatura do contrato. Para a elaboração dos diagnósticos, foram realizadas 11 (onze) Pré-Audiências em todo o território do DF de forma regionalizada. Para tratar de maneira mais aprofundada questões de Logística Reversa, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais (Agrossilvopastoris, Industriais, Mineração, Saneamento e Transporte), foram realizadas 04 (quatro) Oficinas Setoriais específicas para cada um dos temas. Em 2017, o PDSB e o PDGIRS foram finalizados e aprovados, faltando somente a publicação. Salienta-se que, de acordo com a Lei Orgânica do DF, o Plano Distrital de Saneamento Básico precisa ser convertido em lei.</p>
6210	4	4	Elaboração e implantação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; (SINESP)	22101	95	<p><b>2016</b> O Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS está sendo elaborado pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidido pela SINESP, também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto do Plano esteja pronto para envio a casa legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos reportamos que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados, bem como coleta de críticas e sugestões para refinamento do produto, atualmente estamos na fase de prognóstico e definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão dos resíduos no DF, essas definições são muito importantes, pois vão permitir uma maior eficiência na gestão integrada dos resíduos sólidos no Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente ressaltamos a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS, valor a ser destacado para o cumprimento desta meta: R\$ 2.468.556,25.</p> <p><b>2017</b> Foi finalizada a fase de elaboração do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS, restando os trâmites para a positivação do instrumento, mediante Decreto, que esperamos serem publicados no ano de 2018. Para o desenvolvimento da Minuta do Plano foram realizadas 05 (cinco) Audiências Públicas, bem como Consultas Públicas, com o intuito de colher contribuições da população. Também, foram feitas apresentações aos Conselhos de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano e de Desenvolvimento Rural. O Plano apresentará uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle que vão permitir uma maior eficiência na gestão dos resíduos sólidos e fortalecimento das instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas e diretrizes consignadas no Plano para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal com vistas à execução dos projetos propostos.</p>
6210	4	5	Redução de perdas no sistema de abastecimento de água; (CAESB)	22202	23%	<p><b>2016</b> Foi concluída a etapa de planejamento do Programa de Melhoria da Medição do Consumo de Água que consistiu em informatizar o processo de gestão e operação dos serviços. Também foram estabelecidos os critérios de priorização de substituição dos hidrômetros e de previsão dos resultados econômicos.</p> <p><b>2017</b> Foi dada continuidade ao programa de substituição de hidrômetros antigo. Foi contratado e desenvolvido 25% do Projeto Executivo de Setorização de Redes, ação que antecede a contratação das obras de implantação dessa setorização. Foi contratado o serviço de telemetria para monitoramento e controle de 11 Distritos de Medição e Controle e monitoramento de 100 macromedidores. Foi concluída a licitação dos serviços de melhoria do cadastro técnico, para início em janeiro/2018.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	4	6	Apoio à implantação de sistemas de abastecimento de água para áreas rurais do DF; (EMATER)	14203	100	<p><b>2016</b> A EMATER apoia as comunidades rurais que necessitam da implantação de um sistema de abastecimento de água através da mobilização da comunidade e encaminhamento do pedido através da implantação do sistema junto à Caesb, bem como estender o convite a mesma para participar de reuniões junto à comunidade.</p> <p><b>2017</b> A EMATER-DF apoia as comunidades rurais que necessitam de implantar um sistema de abastecimento de água através de mobilização da comunidade e encaminhamento ao pedido de implantação do sistema para a Caesb, bem como convida a Caesb para participar de reuniões junto à comunidade.</p>
6210	4	7	Identificação de fossas e poços de captação de águas que possam ser encerrados na área rural do DF; (EMATER)	14203	100	<p><b>2016</b> A participação da EMATER é de orientar o produtor rural, no intuito de substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração.</p> <p><b>2017</b> Esse serviço é exclusivo dos Órgãos ambientais IBRAM e ADASA A participação da EMATER-DF é orientar o produtor a substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração.</p>
6210	4	8	Orientação para o plantio e a escolha de espécies destinadas à recuperação de áreas degradadas; (EMATER)	14203	100	<p><b>2016</b> As orientações são repassadas quando da visita à propriedade do demandante visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER faz o levantamento das áreas degradadas em Área de Preservação Permanente - APPE calcula a quantidade de mudas a serem requeridas ao viveiro da SEAGRI.</p> <p><b>2017</b> O interessado entra em contato com o escritório da EMATER-DF para pedir uma visita de um técnico visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER-DF faz levantamento das áreas degradadas em APP e calcula a quantidade de mudas a serem pedidas para o viveiro da SEAGRI. Devido as ações ao enfrentamento à crise hídrica, as mudas do programa foram direcionadas à Bacia do Alto Descoberto</p>
6210	4	9	Acompanhar a evolução de áreas degradadas em recuperação; (EMATER)	14203	100	<p><b>2016</b> A cada seis meses técnicos da EMATER visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada.</p> <p><b>2017</b> A cada seis meses técnicos da EMATER-DF visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada.-</p>
6210	4	10	Suporte à organização de catadores; (SLU)	22214	100	<p><b>2016</b> Para dialogar e auxiliar as cooperativas e associações de catadores, o SLU dispõe de uma equipe exclusiva para tratar das demandas dessas organizações. Recorrentes reuniões são realizadas utilizando painéis ilustrativos e dinâmicas em grupo para garantir uma comunicação efetiva. Foi criado em 2013 pelo GDF o Comitê Inter setorial de Inclusão Social de Catadores (CIISC/DF), onde membros do SLU também participam das negociações feitas entre o poder público e representantes dos catadores. A construção de Centros de triagem (CTR) está sendo contratada pela NOVACAP e serão inaugurados em breve para alocar diversas organizações de catadores, onde terão a oportunidade de se profissionalizarem. A construção do modelo de gestão, operação e manutenção desses CTR vem sendo discutida junto aos catadores para garantir uma melhor eficiência e produtividade nos empreendimentos. O SLU firmou contrato com 4 organizações de catadores para a prestação do serviço de coleta seletiva em 5 Regiões Administrativas e pretende ampliar para o total de 10 contratos. A triagem de materiais recicláveis passará a ser remunerada por meio de contratação do SLU de acordo com a quantidade comercializada de materiais recicláveis.</p> <p><b>2017</b> O SLU contratou nove cooperativas para realizar o serviço de triagem nos cinco galpões alugados para abrigar as cooperativas de catadores que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei. Também desenvolveu, no ano de 2017, o programa de capacitação "agente de cidadania ambiental", destinado a capacitar profissionalmente os catadores que trabalhavam no Aterro Controlado do Jóquei. Além disso, expandiu a coleta seletiva abrangendo cerca de 60% do Distrito Federal.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	4	11	Reavaliação do programa de coleta seletiva. (SLU)	22214	80	<p><b>2016</b> O Programa de Coleta Seletiva se encontra em reformulação, tendo como embasamento produtos de consultores contratados pela ADASA, inovações tecnológicas e sistematização de informações. Os novos contratos preveem a ampliação do serviço de coleta seletiva para todas as RA do DF até o final do ano de 2017, podendo ser atendida pelo sistema porta a porta ou ponto a ponto. O modelo atual contempla a prestação de serviço feita parte por empresa privada e parte por organizações de catadores de materiais recicláveis.</p> <p><b>2017</b> O novo modelo de coleta seletiva para o Distrito Federal encontra-se em implementação. Esse modelo conta com a presença de cooperativas de catadores na realização da coleta e aguarda a publicação do edital de licitação dos novos lotes de limpeza urbana. Esse novo modelo também está integrado com os centros de triagem que estão em funcionamento, assim como os que irão entrar em operação quando as obras forem concluídas.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SINESP

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP tem agido de modo a apresentar políticas e executar projetos buscando o cumprimento dos objetivos específicos inerentes ao Programa 004 – Saneamento Ambiental. A seguir apresentamos um breve relato das ações desenvolvidas no ano de 2017.

A SINESP finalizou juntamente com a Comissão Técnica dos Planos, composta pela ADASA, SEMA, CAESB, NOVACAP e SINESP (presidência), a elaboração das minutas referentes aos Planos Distritais de Saneamento Básico – PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, as quais foram encaminhadas para finalização dos textos legais e posterior publicação, essa ação busca apresentar uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle, que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal.

Outra ação desenvolvida com vistas à melhoria da gestão dos serviços públicos de saneamento básico no Distrito Federal foi a instituição do Conselho de Saneamento Básico – CONSAB que busca atender ao disposto na Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.455/07) no que se refere ao controle social dos serviços públicos prestados. O CONSAB, de caráter consultivo e articulador, foi instituído mediante o Decreto nº 38.458/2017 e estabelece formalmente o instrumento de controle social focado nos serviços de saneamento básico, permitindo a participação da sociedade organizada na viabilização dos princípios fundamentais previstos na Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007, além do acompanhamento da implementação do PDSB e PDGIRS.

Em relação à política de resíduos foram realizadas ações no âmbito do Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – CORC/DF no sentido de se regular a atividade dos transportadores de RCC, por meio da edição da Resolução nº 01, de 1º de novembro de 2017, que *estabelece procedimentos de cadastramento de transportadores de Resíduos de Construção Civil e Volumosos no Distrito Federal, bem como especifica a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte*. Aliado à citada Resolução foi implantado o Sistema Informatizado para Gestão de Resíduos de Construção Civil – e-RCC que permite o controle, monitoramento e fiscalização dos serviços prestados pelos transportadores de RCC.

Outra ação realizada pela SINESP, no âmbito do programa 004, foi a finalização da elaboração e lançamento do edital de licitação para unidades de transbordo, triagem e reciclagem de RCC – ATTR, para que se possa dar uso aos resíduos provenientes das construções do Distrito Federal, diminuindo assim sensivelmente a demanda por áreas para deposição de tais materiais.



No ano em análise, também foram executadas diversas obras de infraestrutura e urbanização, buscando a melhoria das condições sanitárias da população do Distrito Federal, destacando-se as intervenções nas áreas definidas dentro da estratégia de regularização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, nos Setores Habitacionais: Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão e Sol Nascente.

### **EMATER**

A atuação da EMATER em três projetos estratégicos para recuperação de área degradada, o Produtor de Água na Bacia do Pipiripau, O Projeto Descoberto-Coberto na Bacia do Descoberto e o Reflorestar em todo o DF, visa garantir a assistência técnica adequada aos agricultores e em todos os projetos mencionados, a participação é voluntária. As mudas são fornecidas pelo Viveiro da SEAGRI, que tem uma produção de aproximadamente 150 mil mudas por ano o que equivale na recuperação de 90ha por ano. Geralmente há uma perda de 10% de mudas em cada plantio, devido a doenças e ataques de formigas. Os técnicos da Ematerexpedem recomendações técnicas, solicitando o espaçamento das covas, adubação, coroamento, estaquiamento, controle de formiga e aceiro para queimada.

Após o plantio, há acompanhamento da evolução da área em recuperação para levantar substituição ou replantio de mudas, controle de pragas e doenças e a manutenção do produtor rural das mudas plantadas.

Como o saneamento básico é um dos fatores determinantes e condicionantes na promoção da saúde, foi realizado trabalho educativo através de atendimentos, palestras, mutirões, capacitações, reuniões técnicas, dias especiais e outras metodologias, em que a EMATER orienta o público rural sobre sistemas de saneamento (fossa séptica, ecológica); importância da análise de água, tanto para o consumo humano quanto para qualidade final dos alimentos; limpeza dos arredores de casas e propriedades; pragas domésticas; destino do lixo; limpeza de caixa d'água; proteção de cisternas; tratamento de água.

Em 2016, foram realizados 4 mutirões de limpeza em comunidades rurais, curso de capacitação em saneamento (água e esgoto) para técnicos e análises de água para consumo humano, em parceria com o DIPOVA/SEAGRI.

Em decorrência da crise hídrica no ano de 2017, as mudas do viveiro da SEAGRI destinadas ao Programa Reflorestar foram destinadas preferencialmente às propriedades rurais localizadas na região do Descoberto.

### **CAESB**

O Programa de Redução e Controle de Perdas da Caesb consiste em um programa com diversas ações previstas para melhoria da medição de consumo, modernização da micromedição e macromedição, melhorias no cadastro das redes de água, serviços de telemetria e controle, setorização e substituição de redes, controle ativo de vazamentos e desenvolvimento de sistema de TI para acompanhamento e controle de indicadores de perdas. Em 2016, os principais projetos desenvolvidos foram:

- Aquisição e substituição de 68 mil hidrômetros em diversas localidades do distrito Federal;
- Construção do Laboratório de Monitoramento da Estação de Tratamento de Água de Brasília;
- Modernização da micromedição com a aquisição de equipamentos.

Em 2017, as principais ações implementadas foram:

- Substituição de 49.375 hidrômetros, em diversas localidades do Distrito Federal. De dezembro de 2014 a dezembro de 2017 a Caesb já adquiriu e substituiu 186.686 hidrômetros antigos. A meta é substituir 250.000 hidrômetros até o último trimestre de 2019.
- Contratação do desenvolvimento do Projeto Executivo de Setorização e Adequação de Redes de Distribuição de Água para 24 localidades do DF. Até dezembro/2017, a primeira versão dos projetos para 7 localidades já havia sido entregue à Caesb para análise. Após a aprovação dos projetos pela Caesb, as obras de implantação da setorização serão licitadas.
- Contratação de sistema de telemetria para monitoramento de 100 macromedidores, e monitoramento e controle de 11 distritos de medição e controle (DMCs). A contratação engloba projeto, fornecimento e instalação dos equipamentos e software, e prestação dos serviços de operação e manutenção por 36 meses.
- Contratação de serviços para melhoria do cadastro técnico das redes de distribuição de água do DF, englobando complementações, atualizações, correções e levantamentos de campo

## SEMA

A elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS) foi iniciada em abril/2016, data da assinatura do contrato. Para a elaboração dos diagnósticos, foram realizadas 11 (onze) Pré-Audiências em todo o território do DF de forma regionalizada. Para tratar de maneira mais aprofundada questões de Logística Reversa, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais (Agrossilvopastoris, Industriais, Mineração, Saneamento e Transporte), foram realizadas 04 Oficinas Setoriais específicas para cada um dos temas. O site e a página do Facebook também são meios de postagem de contribuições por parte da população. No site <http://www.planodesaneamentodf.com.br/> podem ser encontradas maiores informações. Em 2017, o PDSB e o PDGIRS foram finalizados e aprovados, faltando somente a publicação. Cumpre informar que, de acordo com a Lei Orgânica do DF, o Plano Distrital de Saneamento Básico precisa virar lei.

Todas as ações e atividades realizadas pela SEMA no âmbito do Saneamento Ambiental, em especial aos resíduos sólidos, são consideradas significativas e de impacto positivo para o alcance do objetivo específico exposto e convergem a uma política de inserção ambiental, cultural, econômica e social.

### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**005 – BRASÍLIA VERDE: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.**

### UNIDADE RESPONSÁVEL:

**21.208 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – IBRAM**

## ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	1	Estabelecer um plano de recuperação da cobertura florestal no bioma Cerrado no Distrito Federal; (SEMA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	70			70	70,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	2	Implantar o projeto "Brasília nos Parques"; (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-				40	40,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	3	Implantar o projeto "Recupera Cerrado", com a consolidação da Aliança Cerrado; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	40			60	60,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	4	Implantar o projeto "Cerrataenses: preservação e conservação dos recursos naturais do bioma cerrado";(SEMA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	60			60	60,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	5	Criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques; (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	50			50	50,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	6	Ampliar as ações de gestão e conservação da água e do solo baseadas em Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA; (ADASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	32	46			46	46,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	7	Planejar ações de manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural; (SEAGRI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25			25	25,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	8	Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais; (SEAGRI)	500	HA	ANUAL	MAIOR, MELHOR	98	48			146	29,2%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	9	Recuperar 200 hectares de APP (área de preservação permanente) e 350 hectares de reservas legais; (EMATER)	550	HA	ANUAL	MAIOR, MELHOR	168	25			193	35,1%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	10	Promover a oferta de serviços públicos à população nos 73 parques do Distrito Federal; (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	73	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	0	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	11	Elaborar 600 requerimentos de planos de utilização das propriedades, abordando a adoção de práticas conservacionistas de manejo de solo e água e recuperação de áreas degradadas; (EMATER)	600	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	15	46			61	10,2%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	12	Elaborar 07 licenças ambientais, 400 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, 10 Autorizações, 12 Projetos de Recuperação de Área Degradada – PRAD, e 500 Dispensas de Licenciamento; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	13	Capacitar 3.150 produtores rurais no período de quatro anos (EMATER);	3.150	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1104	778			1882	59,7%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	14	Recuperar 50% das áreas degradadas do Jardim Botânico e de sua Estação Ecológica; (JBB)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	35	40			40	80,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	SÓCIOAMBIENTAL													
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	15	Produzir 350.000 mudas de espécies nativas do Cerrado; (JBB)	350.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	10.000	12.500			22.500	6,4%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	16	Reduzir em 50% os incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB; (JBB)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,8	99,9			99,9	199,8%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	17	Implantar a infraestrutura da biblioteca digital e Herbário Virtual do JBB; (JBB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	60			60	60,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	18	Recuperar 80% do cercamento do perímetro do JBB e de EEJBB; (JBB)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	5			5	6,3%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	19	100% do Centro de Excelência do Cerrado equipado e em operação; (JBB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	70	80			80	80,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	20	Elaborar mapa de risco de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; (IBRAM);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	21	Elaborar Planos Integrados de Combate a Incêndios Florestais para todas as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	76	89,47			89,47	89,5%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	22	Elaborar Mapa de Risco associado a atividades licenciáveis no DF; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	65			65	65,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	23	Ampliar o diagnóstico das áreas erodidas nas Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM para 100% das áreas; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	39	44,7			44,7	44,7%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	24	Cadastrar no Cadastro Ambiental Rural – CAR, 90% da malha cadastrável, até o final de 2017; (IBRAM)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	77	100			100	111,1%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	25	Validar 50% dos imóveis cadastrados no CAR até o final de 2019; (IBRAM)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	26	Elaborar e publicar 10 planos de manejo de Unidades de Conservação até 2019; (IBRAM)	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4	5			9	90,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	27	Implementar o Banco de Dados Geoespaciais do IBRAM até 2019; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	28	44			44	44,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	28	Atualizar o acervo bibliográfico e o acervo de normas técnicas da Biblioteca do Cerrado; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	29	Ampliar em 3.000 unidades o acervo digital de Estudos Ambientais e de Publicações Institucionais. (IBRAM)	3.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	123	35			158	5,3%

### **Análise Qualitativa**

#### **1. Estabelecer um plano de recuperação da cobertura florestal no bioma Cerrado no Distrito Federal (SEMA);**

##### **2016**

Coordenação dos trabalhos da Comissão de Coordenação do CAR – (Sema/Seagri/Ibram), com prioridades e metas acordadas com Gabinete Sema, Ibram, Seagri e Emater-DF.

Regulamentação da implementação do CAR no Distrito Federal.

As atividades elencadas no Convênio 001/2016 realizadas em 2016 foram consideradas satisfatórias pelos executores do convênio.

Temos sido questionados pelos produtores rurais sobre a possibilidade de flexibilizar ainda mais as exigências previstas na legislação sobre o licenciamento de atividades rurais, pré-requisito na aprovação de solicitações de financiamento com recursos do Pró-Rural, no caso de atividades que trabalhem com irrigação. Os produtores querem que seja exigido apenas o protocolo de pedidos de licenciamento no IBRAM. A AJL/Sema é contra essa flexibilização e a área técnica do licenciamento do IBRAM também. A matéria ainda não foi examinada no Conselho.

##### **2017**

Estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do programa-piloto “Recupera Cerrado”, instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre SEMA, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da SEMA, IBRAM e Serviço Florestal Brasileiro. O Acordo de Cooperação Técnica foi assinado e todos os mecanismos relacionados ao edital estão prontos para publicação, dependendo de depósito de parte do saldo devedor da TERRACAP, principal instituição devedora de compensação ambiental do DF, que já manifestou interesse em aderir ao programa. O depósito dos recursos é condição essencial expressada pela Fundação Banco do Brasil para publicação do edital.

Com a prorrogação do prazo de cadastramento dos produtores no CAR pela Câmara Federal, a EMATER solicitou um termo aditivo de prazo no respectivo convênio para continuar os trabalhos de cadastramento até meados de 2018, que já alcançaram cerca de 5.500 dos 10.000 cadastramentos previstos. Quanto à solicitação de simplificação do licenciamento de atividades rurais, a matéria passou a ser examinada pelo Conselho de Meio Ambiente do DF - CONAM.

A consultoria SEMA/MMA/GIZ foi concluída e os resultados foram apresentados à Secretaria de Agricultura, que solicitou que os estudos sobre instrumentos econômicos associados ao Programa de Regularização Ambiental - PRA/DF fossem ampliados para propor benefícios que atingissem todos os tributos existentes a partir da regularização ambiental da atividade dos produtores rurais, e não ficasse restringido apenas ao PAPA-DF e à merenda escolar.

#### **2. Implantar o projeto “Brasília nos Parques” (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

### **3. Implantar o projeto “Recupera Cerrado”, com a consolidação da Aliança Cerrado (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**2016**

Coordenação e desenvolvimento da “Aliança Cerrado”, em articulação com o Cerrtenses, com o desenvolvimento de diversos grupos de trabalho, visando estabelecer, em conjunto com as instituições de governo e sociedade envolvidas, as estratégias e ações para conservação e recuperação do Cerrado do Distrito Federal, com produção de mapas, minutas de legislação e de um Plano com metas de recuperação do Bioma no DF.

Estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do Programa-piloto “Recupera Cerrado”, instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre Sema, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da SEMA, IBRAM e Serviço Florestal Brasileiro.

**2017**

No âmbito dos trabalhos da Aliança Cerrado, avançou-se em três pontos: i) elaboração, lançamento e publicação do Plano Recupera Cerrado, com a proposição de uma meta de restauração de 14 mil hectares até 2030 e o delineamento dos mecanismos necessários ao cumprimento dessa meta; ii) dentre os instrumentos, destaca-se o Mapa de Áreas Prioritárias para Recomposição e Conservação no Distrito Federal, que delimita no território do DF as áreas ambientalmente mais relevantes e orienta o esforço de compensação e conservação para essas áreas; iii) a minuta de decreto que estabelece novas regras para a recomposição de áreas degradadas e alteradas no DF, com dois aspectos principais, quais sejam: a) a aceitação de métodos diversos de recomposição de áreas degradadas, superando o paradigma do plantio de mudas como método preferencial ou exclusivo; e b) o foco nos resultados e o sucesso da recomposição, a partir de indicadores claros e objetivos, em contraposição ao foco na forma como ela foi iniciada. Assim, o objetivo central da compensação é assegurar, em outra área, as funções ambientais da área que foi convertida, de forma que preferencialmente ela ocorrerá mediante a conservação ou recuperação de área por ação direta ou indireta do empreendedor. Nessa nova regra, a compensação ocorrerá mediante a preservação voluntária de remanescentes de cerrado (assegurada por meio de servidão ambiental, reserva legal adicional à mínima necessária ou RPPN), assim como com a recomposição da vegetação nativa em áreas com algum nível de proteção permanente (APP, RL, servidão, UC). A recuperação de APPs e RLs só será considerada válida para fins de compensação se estas tiverem sido desmatadas anteriormente a 2008 e no imóvel não houver área rural consolidada incidente sobre as mesmas. A compensação será guiada pelo mapa de áreas prioritárias, que, por sua vez, incentiva a concentração das ações de conservação e recomposição do Cerrado nas regiões ambientalmente mais relevantes do DF. Para a realização da meta de restauração, foi articulada a elaboração de um projeto de captação de recursos internacionais, cuja aprovação ocorreu em 2017, com previsão de início das ações em janeiro de 2018. O Projeto foi aprovado no âmbito do Global Environmental Fund – GE F. Essa iniciativa irá permitir o cumprimento de nossa meta de restauração até o final desse PPA.

Os técnicos das quatro instituições envolvidas no Programa (SEMA, IBRAM, SFB e FBB) construíram o 1º edital do Programa. Devido ao tempo necessário às tratativas entre as quatro instituições para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, o mesmo só foi assinado em 11 de setembro de 2017. Pronto o edital, assinado o ACT e tomadas as providências administrativas necessárias ao repasse de recursos, havia necessidade de que a primeira instituição devedora de compensação ambiental a aderir ao Programa, a TERRACAP, depositasse pelo menos parte de sua dívida, o que não ocorreu até o final do ano, impedindo que a implementação do Programa prosseguisse.

### **4. Implantar o projeto “Cerrtenses: preservação e conservação dos recursos naturais do bioma cerrado”(SEMA);**

**2016**

Apoio no processo de implantação do Centro de Excelência do Cerrado – Cerrtenses, sob responsabilidade do Jardim Botânico de Brasília, como espaço para mobilização de ações de governo e sociedade para conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos do Bioma.

Realização de diversas reuniões e atividades para andamento do Programa.

**2017**

Centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado, foi implantado em prédio próprio no Jardim Botânico de Brasília e está em pleno funcionamento, atuando na função de Secretaria Executiva do Fórum Aliança Cerrado, rede de 58 entidades que atuam para a proteção do cerrado. Em 2017, o Cerrtenses atendeu aproximadamente 3.000 pessoas, entre técnicos de meio ambiente e áreas afins, estudantes, profissionais, representantes de governo, ONGs, academia, setor privado e público em geral. Também

nesse ano, o Cerratenses abrigou mais de 50 eventos, em sua maioria voltados ao desenvolvimento de subsídios e à construção de políticas públicas para o Cerrado, por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades do campo governamental, do acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada.

O Cerratenses atuou em 2017 como secretaria executiva da Aliança Cerrado, rede de 58 entidades que atuam para a proteção do Cerrado. Além disso, o Cerratenses vem realizando seu objetivo como centro de difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado e recebeu mais de 50 eventos ao longo de 2017, com atendimento de cerca de 3000 pessoas. Além disso, foram desenvolvidos inúmeros trabalhos no contexto dos grupos de trabalho criados pela Aliança, com destaque para o lançamento do Plano Recupera Cerrado, que tem como objetivo promover a recomposição das áreas desmatadas e degradadas dos DF, por meio de técnicas inovadoras de recuperação e produção sustentável e estabelecimento de mecanismos financeiros e incentivos econômicos para tanto. Além disso, foi lançado, com o Plano, o Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação e Restauração e a minuta de um decreto de novos mecanismos de compensação florestal e gestão da arborização urbana.

#### **5. Criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**2016**

Durante o ano de 2016 foi desobstruída parte das áreas dos Parques Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul e Ecológico Península Sul, com posterior recuperação do cerrado e realização de reformas e ampliação da pista de caminhada e ciclovia, além de melhorias paisagísticas com o plantio de árvores nativas do cerrado.

**2017**

Em relação à criação de Unidades de Conservação, estão em andamento as seguintes: 1) Parque Ecológico do Gama; 2) Parque Ecológico de Águas Claras; 3) ARIE Bananal. Quanto à implementação, apenas o Parque Ecológico do Gama recebeu infraestruturas entre os anos de 2016 e 2017. Além disso, cinco parques foram recuperados durante o ano: Saburo Onoyama, Paranoá, Lago Norte, Olhos d'Água e Três Meninas – acumulado de 50%.

#### **6. Ampliar as ações de gestão e conservação da água e do solo baseadas em Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA (ADASA);**

**2016**

Com o objetivo de possibilitar o atendimento satisfatório aos usos múltiplos, resguardar a vazão mínima remanescente e melhorar a qualidade da água do ribeirão Pipiripau, encontra-se em execução o Projeto Pipiripau – Produtor de Água, que reúne 18 parceiros, de várias institucionalidades, colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Este Projeto, cuja adesão é de caráter voluntário, promove uma condição inovadora à medida que se aposta na inversão da lógica em relação à conservação ambiental. Em suma, impera o sistema do poluidor-pagador, onde alguém que provoque danos ambientais é compelido a pagar por sua ação, enquanto que nesta nova visão, os produtores são convencidos a cuidar do meio ambiente e recebem por isso, constituindo-se assim a lógica do provedor-recebedor.

A meta até 2019 será atingir 60% das propriedades da Bacia do Pipiripau, ou seja, 354 propriedades de um total de 591.

Em 2016, as ações de gestão de conservação da água e do solo atingiram 113 propriedades, o que representa que 32% da meta proposta foi alcançada.

Para 2017, a meta é alcançar 150 propriedades – 42%; para 2018, 250 propriedades – 71%; em 2019, espera-se alcançar com as ações o total de 354 propriedades da Bacia.

O Projeto foca suas ações na melhoria da saúde da bacia, provendo maior qualidade e quantidade de água, agindo assim efetivamente na Gestão dos Recursos Hídricos.

**2017**

Em 2017, as ações de gestão de conservação da água e do solo realizadas no âmbito do Projeto Pipiripau atingiram 162 propriedades da Bacia do Pipiripau, o que significa que 46% da meta já foi alcançada.

Para 2018, a meta é alcançar 250 propriedades (71%) e, em 2019, espera-se alcançar com as ações o total de 354 propriedades da Bacia (100%).

O Projeto foca suas ações na melhoria da qualidade e quantidade de água, agindo assim efetivamente na gestão dos recursos hídricos do Distrito Federal

## **7. Planejar ações de manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural (SEAGRI);**

**2016**

No exercício de 2016 a SEAGRI alcançou 25% da meta estabelecida no PPA 2016-2019, foram: Criadas 02 Unidades Hidrográficas (UH) Manejo e conservação da água em áreas de produção rural; Dentro da ação de ampliar o número e adequar os reservatórios de água para agricultores, foram construídos 02 novos reservatórios na BR 251 km 05 – AgroBrasília – Rod. Júlio Garcia; 01 reparo no reservatório na DF 250 km 7,5 Chácara R em Paranoá; 01 novo reservatório na DF 250 km 8,5 – Chácara Canaã nº7; 01 novo reservatório no Assentamento Pequeno Willian em Planaltina; 01 novo reservatório no Núcleo Rural Fazenda Larga em Planaltina e 01 reparo no reservatório do Assentamento Nova Vitória em São Sebastião, assim sendo atendidos dentro demanda ocorrida em 2016.

A SEAGRI entregou, por meio de transferência de patrimônio, equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais de São Sebastião e de Brazlândia para atendimento de serviços diversos a produtores rurais do Distrito Federal, sendo para:

➤ A.R. de São Sebastião: 1 Carreta Agrícola em madeira; 1 Trator Agrícola; 1 Roçadeira Hidráulica; 1 Grade Aradora de Arrasto; 1 Pá Carregadeira; 1 Perfurador de Solo; 2 Carretas Agrícolas; 1 Plantadeira Semeadora e Adubadora; 2 Roçadeira Hidráulica; 2 Sulcador de Linha; 2 Cultivador; e 1 Rolo Compactador de pé de carneiro duplo.

➤ A.R. de Brazlândia: 1 Roçadeira Hidráulica; 2 Pá Carregadeira; 1 Grade Aradora de Arrasto; 1 Carreta Tanque; 2 Motoniveladora; 1 Perfurador de Solo; 1 Carreta Agrícola em madeira; 1 Colhedora de Forragens; 1 Sulcador de Linha; 2 Plantadeira Adubadeira; e 1 Distribuidora de Corretivo e Fertilizante.

A realização de serviços de levantamento de terraços alcançou 3.800 metros lineares, atendendo todas as demandas solicitadas, sendo: Núcleo Rural Rodeador – Brazlândia 1.800 metros lineares e Núcleo Rural Pípiripau 2.000 metros lineares. Foram executados serviços de preparo de solos (por demanda): 40 hectares de aração; 569,2 hectares de gradagem; 04 hectares de sulcagem; 50,2 metros quadrados de mistura de matéria orgânica em canteiros; 31 unidades de destoca; 03 hectares de construção de canteiros; 90 toneladas de distribuição de adubo; 04 hectares de sulcagem; 04 hectares de abertura de covas e também 90 covas individuais.

**2017**

No ano de 2017 as ações do Plano de Manejo se concentraram, devido à crise hídrica, na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, composta pelas Unidades Hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Riacho das Pedras, muito embora também tenha sido implementado na Unidade Hidrográfica do Extrema, na Bacia Hidrográfica do Preto.

Na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto o desempenho das ações foi o seguinte: Revitalização de Canais de Irrigação – 5,9 Km; Implantação de Reservatórios Lonados – 72 ud; Estradas Rurais – Terraplanagem – 22,4 Km.

Na Unidade Hidrográfica do Extrema foi realizado um curso sobre Manejo de Irrigação – com a participação de 16 treinandos.

## **8. Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais (SEAGRI);**

**2016**

No exercício de 2016 a SEAGRI realizou a revegetação de 98 hectares, baseada na disponibilidade de mudas produzidas e condições ambientais de pluviosidade (chuvas).

**2017**

A meta estabelecida foi de 500 hectares, porém, baseada na disponibilidade de mudas de espécies nativas do Bioma Cerrado produzidas no viveiro da Granja Modelo do Ipê, e condições ambientais de pluviosidade (chuvas), a SEAGRI realizou a revegetação de 48 hectares no ano de 2017. Destaca-se que no ano de 2017, devido à crise hídrica, as ações de plantio se concentraram na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, composta pelas Unidades Hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Riacho das Pedras, muito embora também tenham sido realizadas ações em outras áreas rurais do DF. Ainda neste viés, frisa-se a inexistência de recursos financeiros para a aquisição de insumos e contratação de mão de obra para a realização das atividades de revegetação, posto que a SEAGRI possui a estrutura de viveiro, mas são necessários os itens supracitados tanto para a produção das mudas utilizadas na revegetação quanto na mão de obra para produzi-las, bem como realizar o plantio nas áreas degradadas.



### **9. Recuperar 200 hectares de APP (área de preservação permanente) e 350 hectares de reservas legais (EMATER);**

2016

A recuperação de Área de Preservação Permanente- APP é uma importante ação para proteger as águas em quantidade e qualidade. A APP e a Reserva Legal são obrigações imposta pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) que limita o uso dessas áreas pelo proprietário ou posseiro do imóvel rural.

2017

O programa de reabilitação ambiental (PRAR), conforme exigido no código florestal (Lei 12.651 de 25 de maio de 2012) foca na recuperação de área degradada em Área de Proteção Permanente (APP) e reserva legal. Ação esta que visa exclusivamente as águas (qualidade e quantidade), a fauna e a flora nativa do cerrado.

### **10. Promover a oferta de serviços públicos à população nos 73 parques do Distrito Federal (SEMA). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

### **11. Elaborar 600 requerimentos de planos de utilização das propriedades, abordando a adoção de práticas conservacionistas de manejo de solo e água e recuperação de áreas degradadas (EMATER);**

2016

O Plano de Utilização é um dos principais projetos de utilização do imóvel público pelo atual posseiro da área. Esse documento faz parte do processo de regularização fundiária das terras rurais da TERRACAP que são administradas pela SEAGRI. O Plano de Utilização comprova o uso do imóvel por atividades rurais e a necessidade de adoção de práticas conservacionista para minimizar os impactos produzidos pela atividade em questão. O requerimento do P.U. é uma solicitação junto a SEAGRI, no sentido de iniciar o processo de regularização pelo atual posseiro em terras públicas, que é feito pelos técnicos da EMATER. O pedido é voluntário e a EMATER faz os requerimentos, conforme demanda, após o mesmo ser aprovado pela SEAGRI.

2017

Em virtude de que uma das principais políticas públicas do GDF é a regularização fundiária das terras rurais de propriedade da TERRACAP, para dar segurança jurídica aos posseiros que elas produzem, um dos principais requisitos exigidos pela SEAGRI nesse processo de regularização é o plano de utilização. Entre as metas exigidas pelo plano de utilização é a produção agropecuária e a conservação de água e do solo. A EMATER tem como prioridade a elaboração de PU gratuitamente aos produtores familiares.

### **12. Elaborar 07 licenças ambientais, 400 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, 10 Autorizações, 12 Projetos de Recuperação de Área Degradada – PRAD, e 500 Dispensas de Licenciamento (EMATER);**

2016

Os processos de licenciamento ambiental: Licença Ambiental Simplificado, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA e autorização são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental faz-se um estudo de todos os impactos ambientais causados pela a atividade e é realizado um projeto de controle ambiental com práticas para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

2017

Todas as atividades agrosilvopastoril são exigidos licenciamento ambiental. Existem atividades mais impactantes ambientalmente que outras e são exigidos estudos diversos conforme o nível de impacto, entre estes: Licenciamento ambiental ou DCAA ou dispensa de licença ambiental ou autorização ou licenciamento ambiental simplificado ou licenciamento ambiental ordinário.

### **13. Capacitar 3.150 produtores rurais no período de quatro anos (EMATER);**

2016

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimento de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural - CAR, mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura – Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

**2017**

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimentos de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura-Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

#### **14. Recuperar 50% das áreas degradadas do Jardim Botânico e de sua Estação Ecológica (JBB);**

**2016**

Foram recuperados, inicialmente 10 hectares de áreas degradadas com o plantio de aproximadamente 40 mil mudas de árvores nativas do bioma Cerrado na área de antiga exploração de cascalho na EEJBB que se encontrava invadida e colonizada por gramíneas exóticas e indesejáveis, sendo finalizada a recuperação de 20 hectares com o plantio de mais 90 mil mudas de árvores, originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF.

**2017**

Dentre os projetos de recuperação propostos, em 2017 houve a continuidade da Compensação Florestal decorrente da supressão de indivíduos arbóreos para implantação e pavimentação de 3ª faixa e vias marginais da DF-085 (Estrada Parque Taguatinga – EPTG), através do contrato n° 001/2015-SEMOB que trata do fornecimento, plantio, manutenção e monitoramento de mudas de espécies nativas do bioma Cerrado para recuperação de área degradada por mineração de cascalho na Estação Ecológica do Jardim Botânico – EEJBB. Dessa forma, foi realizado um plantio de complementação da área da cascalheira com cerca de 3.000 mudas e manutenção dos plantios como roçagem, coroamento e tratamento fitossanitário ao longo do ano. Ademais, a empresa responsável pela Compensação Florestal fez a roçagem de 3 hectares em uma nova área de cascalheira para o restante do plantio de aproximadamente 26.000 mudas de espécies nativas do bioma Cerrado. Elaborou-se projeto para a continuidade do uso de lodo de esgoto da CAESB na recuperação dessa área, sendo protocolado junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental – IBRAM.

Foi realizado, também, o plantio de aproximadamente 01 hectare com mudas de espécies nativas do bioma Cerrado devido pela NOVACAP em Compensação Florestal pelas obras da Terceira Ponte (Ponte JK). O plantio consistiu de 10.000 mudas em área a ser recuperada na junção dos córregos Tapera e Taquara e ao longo de seu curso. O preparo do solo e o transporte das mudas foram realizados em dezembro de 2016. Porém, o plantio foi realizado em janeiro e fevereiro deste ano de 2017. Por fim, foi realizado um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para duas áreas do Jardim Botânico, sendo retirados indivíduos de Pinheiros e Eucaliptos. As áreas das quadras K e L eram áreas de experimento de plantios realizados pela extinta Fundação Zoobotânica, anteriormente à criação do Jardim Botânico de Brasília, numa área total de 5,72 hectares

#### **15. Produzir 350.000 mudas de espécies nativas do Cerrado (JBB);**

**2016**

Em 2016, o viveiro do JBB inovou na produção de Ninfeias e outras plantas aquáticas. Além destas, foram produzidas aproximadamente 10.000 mudas de árvores nativas do Cerrado, as quais estão sendo plantadas no projeto Orla do Lago e na recuperação de áreas degradadas do JBB e da EEJBB. Foram realizadas ainda coletas de sementes de 48 espécies nativas do Cerrado beneficiadas e armazenadas estando prontas para a semeadura, bem como, pesquisas nas áreas de germinação de sementes e de produção de mudas de espécies da flora do Cerrado de diversas famílias. Para o ano de 2017 está prevista a assinatura de convênio com a TERRACAP, que irá viabilizar a produção de mudas nativas do cerrado.

**2017**

No viveiro do Jardim Botânico de Brasília foram produzidas ao longo do ano de 2017 o quantitativo de 12.500 mudas das diversas espécies do cerrado. Ressalta-se que a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e o Jardim Botânico de Brasília visam realizar ação conjunta na preservação e manutenção dos ecossistemas naturais, com a finalidade de produzir mudas nativas do Bioma Cerrado para a recuperação e/ou revegetação de áreas degradadas ou perturbadas do Distrito Federal, oriundos de compensação ambiental da TERRACAP. A assinatura de Convênio entre as partes não foi assinada em 2017 por motivo de contenção de gastos.

## **16. Reduzir em 50% os incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB (JBB);**

**2016**

A meta foi superada. A incidência de incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB nos últimos dois anos caiu a praticamente zero. Houve apenas um incêndio em 2015 e outro em 2016, na mesma área limítrofe com as casas da SHIS QI 19. Esta significativa melhora na prevenção aos incêndios florestais foi possível com o apoio da TERRACAP e da Secretaria de Agricultura - SEAGRI, que disponibilizaram equipamentos e mão-de-obra para abrir os aceiros e melhorar as vias internas de forma a facilitar o tráfego de veículos de combate a incêndios e de fiscalização. Foram realizadas campanhas educativas para sensibilizar os vizinhos das Unidades de Conservação do mosaico para os riscos, causas, consequências dos incêndios florestais antrópicos em área de Cerrado e a divulgação da Lei que proíbe a queima de lixo no DF, visando à redução das áreas queimadas, de gastos públicos no combate aos incêndios e a preservação ambiental do bioma. O aplicativo DF100Fogo foi aperfeiçoado introduzindo novas funções. A nova versão está disponível na Google Store, sendo o up load gratuito para celulares do sistema Android. O Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal se comprometeu a montar uma sala de emergência para recebimento de notificações de incêndios, continuamente. Está sendo discutida a logística para que esse serviço seja montado até o início da estação seca de 2017.

**2017**

Em 2017, a meta de redução de incêndios florestais foi superada novamente. Destaca-se que, apesar da seca prolongada de 2017, apenas 1 hectare de área foi queimada no JBB. As atividades realizadas para diminuir a vulnerabilidade destas áreas aos incêndios foram o combate imediato de todas as ocorrências avistadas do Mirante e demais focos nas áreas vizinhas; rescaldo minucioso e monitoramento no perímetro do Jardim e da Estação Ecológica, principalmente próxima a matas de galeria e ciliares; bem como o mapeamento da área queimada com a utilização de GPS, organização e treinamento da equipe para a fiscalização e ações eficazes de combate aos incêndios. Foram adquiridos equipamentos para garantir a segurança dos servidores em todas as atividades. Em parceria com a NOVACAP, GAT e PREVFOGO, foi realizado aceiro mecânico e aceiro negro nas margens da DF – 001 em colaboração com as unidades vizinhas e os órgãos envolvidos no PPCIF, além de reparos em todas as estradas da EEJBB e roçagem lateral de vias internas e supressão de vegetação exótica em toda a extensão da DF 001, que corta o mosaico de UCs, até a BR-040, bem como corte e poda de árvores caídas sobre as estradas e acessos à Unidade de Conservação, para garantir a livre circulação, principalmente nos casos de emergências.

No total, foram realizados 30 km de aceiro negro ao longo da DF – 001, em toda a extensão que bordeia as unidades de conservação. Essa prática é fundamental para a proteção das unidades e é realizada com apoio de vários órgãos, entre eles: JBB, IBGE, FAL, 6º COMAR, PREVFOGO, CBMDF, DER, CIAB/Marinha.

A Brigada de Incêndio do Jardim Botânico de Brasília está apta a dar o primeiro combate aos incêndios florestais até a chegada dos bombeiros, tanto dentro de sua área quanto na área do mosaico de unidades de conservação da APA Gama-Cabeça-de-Veados. Essa atuação, na maioria das vezes, garantiu a contenção dos focos de incêndio em pequenas áreas e em áreas mais distantes, incluindo o combate a incêndios na Floresta Nacional de Brasília (Taguatinga), no Mosteiro Eisho-Ji (Pirenópolis) e também no incêndio de grandes proporções da Chapada dos Veadeiros.

Ressalta-se que o resultado alcançado para essa meta no exercício de 2016 foi alterado em razão de ter sido verificada inconsistência no critério de cálculo.

## **17. Implantar a infraestrutura da biblioteca digital e Herbário Virtual do JBB (JBB);**

**2016**

A biblioteca digital está em funcionamento e vem sendo alimentada pela equipe do JBB. Ainda existem algumas falhas na Plataforma DSpace, que estão sendo sanadas pela equipe do IBICT, com apoio técnico do Núcleo de informática do JBB. Estão em fase de aquisição os equipamentos necessários para obtenção da autonomia completa da base de dados que permanece hospedada no IBICT. No que se refere ao Herbário Virtual foi adquirido a título de empréstimo, em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, uma estação fotográfica a fim de digitalizar todas as exsicatas existentes, inserir no sistema com código de barras. Em três meses foram fotografadas 4060 exsicatas o que corresponde a 13% da meta. Logo que este trabalho estiver encerrado, as imagens serão transferidas para o Herbário Virtual do JBB.

A Fundação Flora tem apoiado os herbários brasileiros para a digitalização de seus acervos, no âmbito da segunda fase do projeto Herbário Virtual Reflora, iniciativa da qual participam mais de 60 herbários brasileiros e cerca de 10 herbários estrangeiros. As imagens digitalizadas estão sendo disponibilizadas no site: <http://www.herbariovirtualreflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/ConsultaPublicoHVUC/ConsultaPublico HVUC>. Tornando essa informação acessível a taxonomistas do mundo todo interessados na flora brasileira.

#### **2017**

Em parceria com o IBICT, a Biblioteca Digital do Cerrado está em fase final de implementação e logo será retomada a alimentação do acervo. A biblioteca está localizada no Centro de Excelência do Cerrado, recebendo várias doações no ano de 2017. Autores relevantes ao tema Cerrado aumentaram muito a qualidade da coleção. No primeiro semestre de 2017, foram recebidos 72 livros provenientes da biblioteca física do IBRAM, totalizando 165 obras recebidas ao longo do ano, além de 10 molduras com vidro e um scanner de mesa HP Scanjet 200/300. A classificação, catalogação e a indexação de obras físicas, ou em suporte físico, tem sido a atividade principal exercida pela biblioteca devido às doações recebidas. Em 2017, foram gerados 2 (dois) tipos de catálogos das obras físicas, com aproximadamente 65 (sessenta e cinco) páginas cada um, os quais se encontram na entrada da Biblioteca do Cerrado. Atualmente, estão catalogados 1.250 livros, 40 títulos de revistas e 1720 exemplares diversos.

Quanto ao Herbário Virtual, o Jardim Botânico de Brasília, em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, dentro do Projeto Reflora, está digitalizando sua coleção de plantas herborizadas para divulgação do seu acervo em nível nacional e internacional no site Herbário Virtual Reflora < <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual>>. Até o momento, foram digitalizadas 18.000 exsicatas do acervo ou 55% do total da coleção.

O Herbário Ezechias Paulo Heringer - HEPH conta com o acervo atual de 33.500 espécimes, constituído principalmente por plantas do Cerrado em diferentes quantidades entre famílias botânicas mais representativas, em termos de número de exsicatas, sendo cadastradas 28.500 delas. O HEPH realiza atendimentos a professores, alunos e visitantes, além de identificar diversas imagens para pesquisadores, amantes da natureza e pesquisadores/taxonomistas, estes últimos colaboradores nas identificações botânicas em suas áreas de especialização.

O HEPH participa do INCT - Herbário Virtual da Flora e dos Fungos desde 2013 e já está com seus dados disponibilizados no site do programa SpeciesLink: <http://splink.cria.org.br/>. Atualmente, encontram-se disponíveis 27.577 exsicatas online. Por meio da parceria realizada com o IBICT/MCTI, está sendo criado o site do herbário virtual, no qual estarão disponíveis todas as fotos de exsicatas e dados do acervo de plantas do JBB e EEJBB.

### **18. Recuperar 80% do cercamento do perímetro do JBB e de EEJBB (JBB);**

#### **2016**

A meta proposta não foi atingida no ano de 2016 devido à dificuldade para a aquisição do material necessário e à ação constante de vândalos. Até o momento foram adquiridos apenas arame e esticadores e a licitação para compra dos mourões de concreto está em andamento na Central de Compras. Dessa forma, estão sendo realizados contínuos reparos na cerca, com fechamento das áreas consideradas mais críticas, a fim de evitar a entrada de invasores e pessoas não autorizadas.

#### **2017**

A meta não foi atingida em 2017. O processo para a compra dos mourões está em fase final de licitação. Até o momento, foram adquiridos arames e esticadores que estão sendo utilizados para reparos na cerca e fechamento das áreas consideradas mais críticas. Para evitar a entrada de invasores e pessoas não autorizadas, está sendo realizada a fiscalização com rondas diárias internas e externas durante todo o ano, com intervenções no perímetro do JBB e da Estação Ecológica.

## **19. 100% do Centro de Excelência do Cerrado equipado e em operação (JBB);**

**2016**

O Centro de Excelência do Cerrado, em um ano de funcionamento, vem alcançando os objetivos propostos de promover a integração de instituições para a construção de políticas ambientais, atividades e pesquisas voltadas para conservação, recuperação e uso sustentável do Cerrado, com a criação do Fórum Aliança Cerrado, formado por mais de 55 instituições. As exposições, a gastronomia, a poesia e as apresentações musicais apresentaram ao público a proposta de valorização do Cerrado e sua conservação.

**2017**

O Centro de Excelência do Cerrado está em pleno funcionamento e cumprindo a missão de subsidiar a construção de políticas públicas, por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades dos campos governamental e acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada, empresas e entidades em geral.

Está prevista para o próximo ano a contratação de empresa especializada para instalação de internet e aquisição de equipamentos de informática.

## **20. Elaborar mapa de risco de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM;**

**2016**

No ano de 2016, foram mapeados 100 % dos parques e unidades de conservação onde ocorreram incêndios florestais. Adicionalmente ao que foi estabelecido pela meta foi realizado o estudo de reincidências, sendo desenvolvidos mapas de reincidência para 10 unidades de conservação e mapas de vulnerabilidade para outras 05 unidades de conservação.

**2017**

Para viabilizar a realização do trabalho, em novembro de 2017, foi contratado o fornecimento de imagens da constelação de satélites Planet, que conta com 150 satélites imageando sistematicamente a cada 3 dias todo o Estado, com imagens detalhadas, ortorretificadas de 3 metros de resolução espacial, e com bandas multiespectrais adquiridas na faixa do visível e do infravermelho próximo. Em função da aquisição tardia das imagens, a elaboração dos mapas foi prejudicada, tendo início apenas em 2018, portanto, a meta 2017 só será concluída em 2018.

## **21. Elaborar Planos Integrados de Combate a Incêndios Florestais para todas as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM;**

**2016**

Do total de 95 parques e unidades de conservação geridas pelo Instituto, após análise de suas características como infraestrutura física, cercamento, acesso e sede, foram elencados 38 unidades de conservação, sendo possível realizar esse trabalho em 29 delas. Para a realização desse trabalho nas demais unidades, melhorias de gestão na unidade e na estrutura física são necessários, visto que esses atributos fazem parte do Plano Integrado. Considerando o universo de 38 unidades e que foram feitos 29 planos, tem-se que 76,31 % estão concluídos.

**2017**

Do total de 38 unidades de conservação eleitas para a composição dos planos integrados de combate a incêndios florestais, foram concluídos em 2017 a elaboração de planos para 5 parques, totalizando um acumulado de 34 unidades de conservação (89,47% da meta estabelecida para até 2019).

## **22. Elaborar Mapa de Risco associado a atividades licenciáveis no DF (IBRAM);**

**2016**

Este trabalho está sendo desenvolvido no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico, com a participação do IBRAM nos trabalhos coordenados pela SEMA. Pretende-se extrair do ZEE dois instrumentos para o licenciamento ambiental: os mapas de riscos e a matriz multicritério, que deve ser utilizada no enquadramento das atividades licenciadas. Este trabalho somente será finalizado após publicação da Lei do ZEE e regulamentação de seus instrumentos.

**2017**

Buscou-se padronização e organização das informações para banco georreferenciado do IBRAM. Iniciou-se trabalho, via convênio IBRAM/MMA, na contratação de serviço especializado de desenvolvimento e implementação de uma solução de geoprocessamento para auxiliar com inteligência geográfica o processo de licenciamento ambiental, que será integrado com o sistema SIBRAM, permitindo um mapeamento em camadas. Este trabalho está em conexão com as diretrizes ambientais propostas pelo Projeto do ZEE, totalizando, até o momento, o cumprimento de 65% da meta pactuada até 2019.

### **23. Ampliar o diagnóstico das áreas erodidas nas Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM para 100% das áreas;**

**2016**

Para esta meta foi feito um recorte das UCs administradas pela IBRAM considerando uma série de critérios, como tamanho das áreas e dificuldades de acesso para realização de vistorias, chegando a total de 38 Unidades de Conservação passíveis de vistoria, sendo este o universo considerado para o cumprimento integral da meta. Assim, em 2016 foi cumprido 39% da meta o que equivale a 15 parques administrados pelo IBRAM. Para 2017 a expectativa é ampliar esse diagnóstico com a utilização de técnicas de geoprocessamento e análise de imagens de sensoriamento remoto.

**2017**

Em 2017, o diagnóstico foi elaborado com a utilização de técnicas de geoprocessamento e análise de imagens de sensoriamento remoto, contemplando 17 parques, totalizando o alcance de 44,7% da meta estabelecida para até 2019. Com a contratação de fornecimento de imagens ocorrida ao final de 2017, serão feitos testes de confiabilidade a partir de 2018.

### **24. Cadastrar no Cadastro Ambiental Rural – CAR, 90% da malha cadastrável, até o final de 2017 (IBRAM);**

**2016**

Conforme Boletim Informativo (dez 2016) emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, o Distrito Federal já possui 70% da sua malha prevista cadastrada no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. A entrada no sistema ocorre por iniciativa própria dos detentores de imóveis rurais ou através do apoio técnico oferecido pelo IBRAM e EMATER/DF, destacando que a EMATER/DF tem o apoio do Fundo Único do Meio Ambiente – FUNAM, através do Programa de assistência à inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos imóveis rurais de até 4 módulos fiscais no Distrito Federal, que prevê o atendimento a todos os pequenos imóveis rurais no Distrito Federal, atendendo a previsão do Capítulo XII da Lei 12.651/2012 e Art. 8º do Decreto 7.830/2012.

**2017**

Com as ações de orientação e incentivo desempenhadas no transcorrer do ano, foi possível superar a marca de 90% da malha cadastral, alcançando assim a totalidade da meta estabelecida.

### **25. Validar 50% dos imóveis cadastrados no CAR até o final de 2019 (IBRAM);**

**2016**

Baseado em Acordo de Cooperação Técnica – ACT assinado em 2013, o Distrito Federal é uma das unidades da federação que utilizam dos recursos tecnológicos e seguem o cronograma adotada pelo Governo Federal, através do Serviço Florestal Brasileiro – SFB para a implementação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. Neste ponto, em 2016 a equipe da Gerência de Cadastro Ambiental Rural – GECAR foi treinada pelo SFB para utilização do Módulo de Análise do SICAR, meio em que os cadastros serão validados, contudo, a ferramenta não foi lançada para utilização oficial, não permitindo ainda o início das análises que tem previsão para 2017.

**2017**

Não houve avanços neste período, em razão da não ocorrência da capacitação dos servidores do IBRAM por parte do SFB - Sistema Florestal Brasileiro. O curso foi adiado para o início de 2018, ano em que se espera que a validação dos imóveis cadastrados ocorra com mais intensidade.

### **26. Elaborar e publicar 10 planos de manejo de Unidades de Conservação até 2019 (IBRAM);**

**2016**

Contratação da elaboração do plano de manejo do Refúgio de Vida Silvestre mata Seca. Elaboração do Plano de Manejo do Parque Ecológico Bernardo Sayão, Monumento Natural do Morro da Pedreira e Reserva Biológica do Guará. Para o ano de 2017 teremos a contratação do Plano de manejo do Parque Ecológico Burle Marx, Parque Ecológico Península Sul, Parque Vivencial do Anfiteatro Natural, Parque Distrital Salto do Tororó, Monumento Natural Dom Bosco (ARIE Dom Bosco e Parque Ecológico Dom Bosco), Refúgio de Vida Silvestre Gatumé, Parque Três Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama e Parque Ecológico Cortado. Além do Diagnóstico ambiental dos Parques de Sobradinho. Em 2017 está prevista a publicação dos seguintes planos de manejo: ARIE Cruis, ARIE Bananal, Parque Vila Estrutural e ARIE Estrutural.

**2017**

Em 2017 foram publicados 5 planos de manejo, a saber:

	Unidade de Conservação	Publicação
1	ARIE Cabeceira do Valo	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017
2	ARIE Vila Estrutural	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017
3	Parque Urbano da Vila Estrutural	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017
4	Parque Ecológico Burle Marx	Instrução nº 706, de 13 de novembro de 2017
5	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Instrução nº 686 de 26 de outubro de 2017.

Para os anos de 2018/2019, estão previstas as seguintes publicações de planos de manejo: 1) Reserva Biológica do Guará,; 2) Parque Ecológico Bernardo Sayão; 3) Parque Ecológico Asa Sul, 4) Parque Ecológico Veredinha e; 5) Parque Bosque dos Tribunais.

## **27. Implementar o Banco de Dados Geoespaciais do IBRAM até 2019 (IBRAM);**

### **2016**

Esta meta (100%) foi subdividida em 4 etapas: 1. Instalação de banco de dados em servidores – que corresponde a 20% da meta; 2. Inserção de tabelas com dados espaciais – corresponde a 40% da meta; 3. Elaboração de formulários para entrada de dados – correspondendo a 30% da meta e 4. Capacitação interna para utilização do banco de dados – 10% da meta. Destas etapas a primeira foi completamente alcançada em 2016. Em relação às demais foram parcialmente alcançadas e seus resultados somados correspondem a aproximadamente 8% do total. Assim, em relação a esta meta o IBRAM avançou 28%. As ações desenvolvidas para o alcance do percentual informado foram: instalação em ambiente GDFNET, INTERNET e INTRANET bancos de dados espaciais POSTGRESQL+POSTGIS para inclusão de dados especializados do IBRAM. Atualmente o banco BDGEINF que foi apelidado de Carcará e está instalado no servidor 10.233.36.10 na SUTIC e conta com 101 tabelas espaciais que podem ser consultadas por todos os servidores do IBRAM pelo software Qgis com acesso por login e senha. Além disso, foram desenvolvidos formulários eletrônicos para a inclusão de dados espaciais sobre Poluição Sonora e Postos de Gasolina, bem como a capacitação dos servidores envolvidos. As perspectivas para 2017 são a unificação da validação de usuário por login e senha compatível com o login e senha da rede intranet e incorporação de dados da fiscalização e licenciamento.

### **2017**

Foi obtida a "unificação da validação de usuário por login e senha compatível com o login e senha da rede intranet" para o banco de dados geoespaciais institucional, o Carcará. Quanto a incorporação de dados do licenciamento e fiscalização ao banco Carcará, reporta-se o andamento da atividade a partir do assessoramento das áreas para levantamento e padronização dos dados geoespaciais. No entanto, ainda não foram atingidos os resultados esperados. Os resultados de inserção de tabelas no Carcará encontram-se na fase inicial, correspondendo 25% da Etapa 2 [10% da meta total] da massa de geoinformação produzida pelo IBRAM. Foram realizados 20% da meta 3 [6% da meta total]. Ainda em 2017, foi efetivada a publicação dos dados do IBRAM através do compartilhamento de geoserviços [[Geoserviços IBRAM](#)] por sua Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE-IBRAM, efetivando-a como nó próprio na IDE-DF [Geoportal.df.gov.br] em sua temática "Ambiental". Dessa forma, e considerando o alcance acumulado entre os anos de 2016 e 2017, tem-se a realização de 44% da meta total estipulada para até 2019.

## **28. Atualizar o acervo bibliográfico e o acervo de normas técnicas da Biblioteca do Cerrado (IBRAM);**

### **2016**

Durante o ano de 2016, foram feitas correções da base de dados do acervo técnico, recebidas e registradas doações de dezenas de títulos, e selecionadas e descartadas obras bibliográficas. Além disso, houve a celebração de um novo contrato de manutenção e suporte do software de gestão de bibliotecas. Apesar das ações realizadas, isto não implicou numa atualização do acervo bibliográfico e das normas técnicas, portanto, não houve avanço em relação à meta estabelecida.

### **2017**

Foram realizadas atividades rotineiras para a manutenção da base de dados bibliográfica, recebimento de doações, seleção e descarte de obras bibliográficas, mas não a atualização propriamente dita do acervo conforme descrito na meta estabelecida.

## 29. Ampliar em 3.000 unidades o acervo digital de Estudos Ambientais e de Publicações Institucionais (IBRAM);

2016

Para a ampliação do acervo digital e consequente extensão do universo de informações disponíveis no âmbito de todo o IBRAM, definiu-se que o passivo de Estudos Ambientais e Publicações Institucionais (Coleção da Memória Ambiental) serão digitalizados. Os trabalhos foram iniciados em 2016 e, para potencializar esta ação, foi elaborado um projeto básico com vistas à aquisição de scanners em 2017. A viabilização desta aquisição possibilitará maior eficiência na consecução da meta estabelecida.

2017

Para a ampliação do acervo digital, o passivo de Estudos Ambientais e Publicações Institucionais devem ser digitalizados. O Projeto Básico para referenciar a aquisição dos scanners foi elaborado, já com vistas à licitação dos equipamentos. Espera-se que após a conclusão da compra, os trabalhos sejam iniciados e o alcance da meta se dê nos dois anos restantes deste PPA.

Ressalta-se que o resultado alcançado para essa meta no exercício de 2016 foi alterado em razão de erro material.

### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1642	TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO	%	0	31/12/2016	30	35	40	40	50	60	JBB / UO 21106 / OE 5
1643	TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO	%	10	31/12/2014	8	2	6	1	4	2	JBB / UO 21106 / OE 5
1644	TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA	%	16,93	31/12/2014	15,2	11,28	14,4	17,32	13,5	12,7	IBRAM / UO 21208 / OE 5
1645	RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL	HA	20	31/12/2014	105	99	120	59,43	150	185	EMATER-DF / UO 14203 / OE 5)

#### Justificativas 2016

**Indicador 1642** - A meta foi superada com o plantio de 40 mil mudas de árvores nativas do cerrado na antiga cascalheira da EEJBB e ainda o plantio de mais 90 mil mudas de árvores originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF.

**Indicador 1643** - A meta foi superada (quanto mais próximo de um, melhor o desempenho do indicador) com o apoio de diferentes instituições e órgãos parceiros, que disponibilizaram máquinas, equipamentos e mão de obra para a realização de aceiros e melhorias do acesso nas vias internas do JBB facilitando o tráfego de veículos para o combate e prevenção de incêndio florestal no Jardim Botânico de Brasília, com o uso de aplicativo DF100FOGO e ainda por meio de campanhas educativas junto à comunidade com uso de aplicativo DF100FOGO.

**Indicador 1644** - Apesar da meta ter sido superada, o total da área queimada em 2016 foi superior aos 9% apurados em 2015. Tal fato decorreu da impossibilidade da realização de aceiros, em razão da inexistência de contrato de Prestação de serviços na NOVACAP e da não autorização da SEPLAG para a contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio da realização de concurso público temporário.

**Indicador 1645** - Em 2016 foram alcançados 99 hectares de área de recuperação de APP e reserva legal correspondendo a 95% do índice desejado. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 5% restantes para o alcance do índice.



## Justificativas 2017

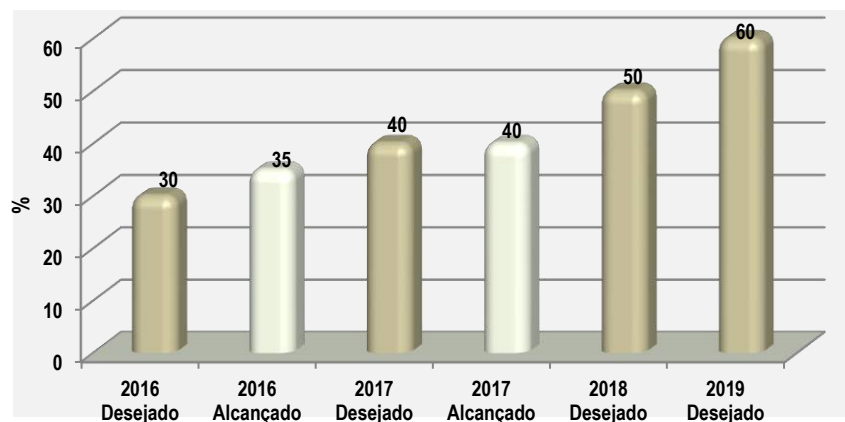
**Indicador 1642** - Foi realizado o plantio de aproximadamente 01 hectare com mudas de espécies nativas do bioma Cerrado devido pela NOVACAP, em Compensação Florestal pelas obras da Terceira Ponte (Ponte JK). O plantio consistiu de 10.000 mudas em área a ser recuperada na junção dos córregos Tapera e Taquara e ao longo de seu curso. Foi realizado ainda o plantio de 3.000 mudas na área da cascalheira e manutenção dos plantios, como: roçagem, coroamento e tratamento fitossanitário ao longo do ano.

**Indicador 1643** - A taxa de área atingida por incêndio no JBB tem sofrido um decréscimo significativo a cada ano. Destaca-se que, apesar da seca prolongada de 2017, apenas 1 hectare de área foi queimada no JBB. Como medida de prevenção, foram adquiridos, por meio de doação, equipamentos de combate a incêndios e realizados diversos tipos de aceiros, com o apoio dos órgãos: JBB, GAT, IBGE, FAL, 6º COMAR, PREVFOGO, CBMDF, DER, CIAB/Marinha.

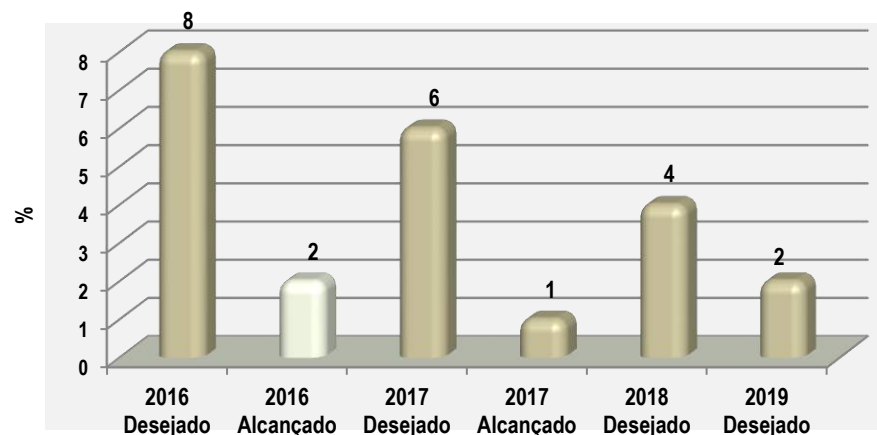
**Indicador 1644** - Das 70 unidades de conservação vistoriadas, 17,32% das áreas foram atingidas pelo fogo. Foram mapeados 3249,52ha de área queimada de unidades conservação que perfazem 20817,96 ha. Dentre os motivos pela taxa alcançada ser superior à desejada, destaca-se a mudança no regime de chuvas observado no DF nos últimos anos, com a estação seca mais severa e a não autorização para contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio de concurso público temporário.

**Indicador 1645** - No exercício de 2017, a meta para recuperação de APP e reserva legal era de 120 hectares. No entanto, foram alcançados apenas 59,43 hectares, o que corresponde a 49,52% da meta. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 50,48% restantes para o alcance da meta.

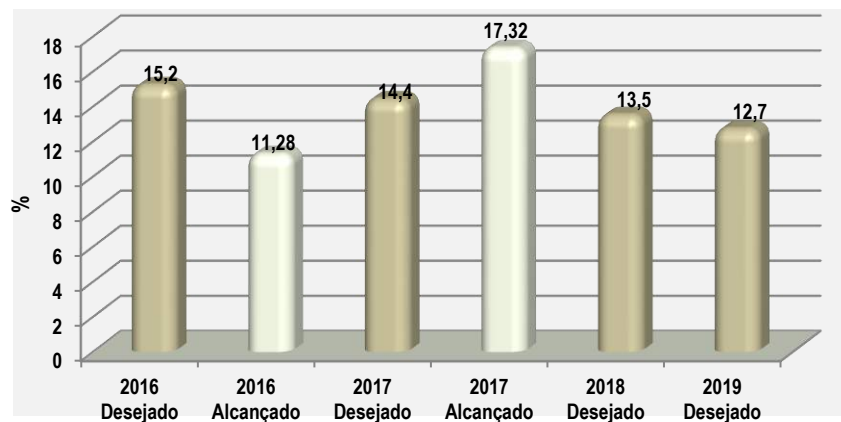
TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO



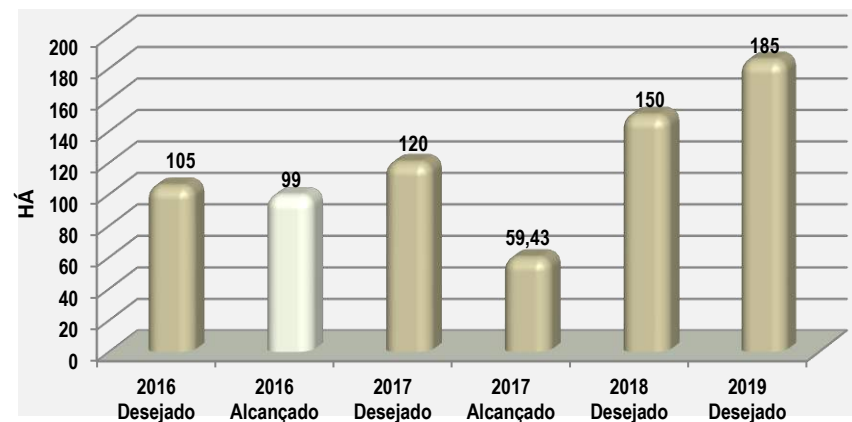
TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO



TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA



RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	5	1	Implementação dos Conselhos consultivos dos parques, com participação de governo e sociedade, de acordo com a estratégia de mosaicos de áreas protegidas; (SEMA/IBRAM)	21101	30	<p><b>2016</b> <b>SEMA</b> Dois conselhos encontram-se em pleno funcionamento (ARIE Granja do Ipê e Parque Ecológico Burle Marx). Outros dois estão com as minutas de decretos prontas para assinatura do Governador (recriação do conselho gestor consultivo da APA Gama-Cabeça de Veado e criação do conselho gestor consultivo da ARIE JK). Estão em andamento dois GTs criados para implementar conselhos consultivos, atendendo à solicitações da sociedade organizada (Parque das Esculturas, na região do Altiplano Leste e Parques do Gama, que direciona para a criação de um conselho gestor consultivo de um futuro mosaico dos três parques existentes na região do Gama). Há também a possibilidade de formação de mais um GT, que abrange as unidades de conservação existentes na bacia do ribeirão Sobradinho.</p> <p><b>IBRAM</b> Foram realizadas reuniões com a SEMA, objetivando ações que contemple o mosaico de áreas protegidas. As tratativas foram parcialmente suspensas, em função de alterações na estrutura da SEMA e retomadas no início de 2017</p> <p><b>2017</b> <b>SEMA</b> Os dois conselhos continuam funcionando regularmente. Em 21 de junho de 2017, o Decreto nº 38.286 instituiu o Conselho Gestor Consultivo da Área de Proteção Ambiental das bacias Gama e Cabeça de Veado. Em 26 de julho de 2017, o Decreto nº 38.363 instituiu o Conselho Gestor Consultivo do Parque Juscelino Kubitschek. Logo em seguida, foi lançado chamamento público para que as instituições da sociedade civil apresentassem suas candidaturas aos dois conselhos (um chamamento para cada), tendo se apresentado instituições que preencheram parcialmente as vagas. Foram encaminhados ofícios às instituições de governo para que nomeassem representantes.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Dada a demora de resposta de boa parte dessas instituições públicas, não foi possível dar posse aos conselhos em 2017.</p> <p>A SEMA encaminhou à Governadoria minuta de decreto de regulamentação do artigo 24 do SDUC, de criação de mosaicos de unidades de conservação e seus respectivos conselhos. Essa minuta foi e voltou à SEMA algumas vezes, para alterações sugeridas pela Governadoria e ainda não foi assinada pelo senhor Governador. Cada um deles dispõe de quatorze vagas para instituições da sociedade civil e quatorze para as instituições de governo previamente escolhidas. Para dar posse ao conselho e início dos trabalhos, aguarda-se a manifestação de algumas instituições de governo sobre nomes para representá-las. Proposição de minuta de regulamentação do artigo 24 da lei do SDUC (Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), para criação de mosaicos de unidades de conservação, antecedendo à criação de conselhos de mosaico: essa minuta de decreto foi discutida internamente com o IBRAM e encaminhada à Governadoria, a qual, após alguns ajustes solicitados naquela instância, está aguardando a assinatura do Governador e publicação. Nessa minuta de decreto, a SEMA propôs que os mosaicos devam ser criados gradativamente a partir de demandas efetivas, uma vez que essa Secretaria entende que essa estratégia proporciona melhores condições de êxito. Condução dos GT Parques do Gama: o grupo de trabalho (GT) Parques do Gama foi instituído pela Portaria Sema nº 80, de 11 de outubro de 2016, tendo os prazos de sua existência prorrogados pela Portaria Sema nº 47, de 25 de maio de 2017. Com a publicação do decreto de regulamentação do art. 24 do SDUC, os trabalhos do GT serão retomados com a discussão da minuta de decreto de criação desse mosaico e do conselho de gestão do mesmo. Condução do GT Parque das Esculturas, criado por solicitação da comunidade do Altiplano Leste: criado pela Portaria Sema nº 81, de 11 de outubro de 2016, tendo seus prazos prorrogados pela Portaria Sema nº 46, de 25 de maio de 2017. Recentemente, foi realizada reunião entre IBRAM, Administração Regional do Paranoá e 03 associações representativas dos moradores do entorno do parque, para discutir a proposta de gestão compartilhada.</p> <p><b>IBRAM</b></p> <p>Foram instituídos dois Conselhos, por meio de Decretos: Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Parque JK (Decreto nº 38.363, de 26 de julho de 2017), e Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das bacias do Gama e Cabeça de Veado (Decreto nº 38.286, de 21 de junho de 2017)</p>
6210	5	2	Implementação de novos modelos de gestão das Unidades de Conservação; (IBRAM)	21208	10	<p><b>2016</b></p> <p>Foram iniciadas as tratativas com a Administração Regional do Sudoeste para a gestão compartilhada do Parque Urbano Bosque do Sudoeste, com o envio de Acordo de Cooperação Técnica para a análise da Procuradoria Jurídica do IBRAM. Além disso, encontra-se em andamento uma negociação junto ao SEBRAE para celebração de uma parceria, com o objetivo de criação de um modelo de sustentabilidade financeira para os parques. A expectativa é que em 2017 o acordo seja formalizado e um piloto seja implantado em um dos parques administrados pelo IBRAM.</p> <p><b>2017</b></p> <p>As tratativas com a Administração Regional do Sudoeste não evoluíram, o que inviabilizou a assinatura do acordo para gestão compartilhada daquele parque. Ao final de 2017, houve o início das negociações com a SEGETH, TST, STJ e TSE para a celebração de um acordo de cooperação técnica para gestão compartilhada do Parque Bosque dos Tribunais. Sua vigência se dará a partir de 2018. A pretensa parceria com o SEBRAE não prosperou, estando prevista a retomada das negociações em 2018. Esses fatores impediram a evolução da meta durante o ano de 2017.</p>
6210	5	3	Regulamentação de métodos, padrões e mecanismos para financiar a recuperação do cerrado; (SEMA/IBRAM)	21101	50	<p><b>2016</b></p> <p><b>SEMA</b></p> <p>Criou-se o Programa Recupera Cerrado (Dec. 37.646, de 20 de setembro de 2016), com o objetivo de permitir que as instituições devedoras de compensação florestal, no valor equivalente aos 50% de plantio obrigatórios, depositassem esse valor em um fundo destinado a financiar editais de contratação de projetos de recuperação da vegetação do DF em bacias prioritárias. Com esse decreto, abriu-se também para a utilização de diversas técnicas de recuperação já utilizadas em todo o Brasil, permitindo que a(s) técnicas que mais se adaptassem à área a ser recuperada fossem utilizadas. Este programa está em fase de assinatura do acordo de cooperação técnica entre as instituições envolvidas (Sema, IBRAM, SFB e Fundação Banco do Brasil), que permitirá o lançamento do primeiro edital (já pronto), com recursos da TERRACAP, provenientes de parte de seu passivo de recuperação ambiental. Paralelamente, o Plano</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Recupera Cerrado desenvolveu um capítulo de instrumentos econômicos, onde se estudam novos mecanismos de financiamento.</p> <p><b>IBRAM</b> Publicação do Decreto 37646/2016 e 37931/2016.</p> <p><b>2017</b> <b>SEMA</b> Os técnicos das quatro instituições envolvidas no Programa (SEMA, IBRAM, SFB e FBB) construíram o 1º edital. Devido ao tempo necessário às tratativas entre as quatro instituições para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, o mesmo só foi assinado em 11 de setembro de 2017. Finalizado o edital, assinado o ACT e tomadas as providências administrativas necessárias ao repasse de recursos, havia necessidade de que a primeira instituição devedora de compensação ambiental a aderir ao Programa, a TERRACAP, depositasse pelo menos parte de sua dívida, o que não ocorreu até o final do ano, impedindo que a implementação do Programa prosseguisse.</p> <p><b>IBRAM</b> Foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Banco do Brasil, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro, com resultados previstos para os próximos anos. Além disso, foi finalizado o Edital Recupera Cerrado</p>
6210	5	4	Implementação de Conselhos de Unidades de Conservação; (IBRAM)	21208	40	<p><b>2016</b> Foram criados os conselhos gestores da ARIE da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx.</p> <p><b>2017</b> Foram instituídos dois Conselhos, mediante Decretos: Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Parque JK (Decreto nº 38.363, de 26 de julho de 2017), e Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das bacias do Gama e Cabeça de Veado (Decreto nº 38.286, de 21 de junho de 2017)</p>
6210	5	5	Transformação da natureza jurídica do Jardim Botânico de Brasília em fundação pública; (JBB)	21106	80	<p><b>2016</b> Processo em tramitação entre órgãos do GDF, para análise e manifestações técnicas sobre o pleito apresentado.</p> <p><b>2017</b> Processo com os trâmites administrativos conclusos e apto à submissão da matéria ao crivo do Sr. Governador.</p>
6210	5	6	Orientação aos ocupantes de terras públicas rurais quanto aos procedimentos necessários à regularização fundiária; (EMATER)	14203	100	<p><b>2016</b> As orientações aos atuais ocupantes de terras públicas sobre os procedimentos necessários para a regularização fundiária acontecem por demanda. Aqueles que não providenciaram o pedido de requerimento e elaboração de P.U. estão sendo notificados pela SEAGRI.</p> <p><b>2017</b> A Emater-DF continua a orientar os ocupantes de terras públicas por meio de atendimentos individuais e reuniões a partir da demanda do produtor.-</p>
6210	5	7	Elaboração de estudos ambientais específicos para os diferentes processos de licenciamento de atividades agrosilvipastoris, de agroindústrias, de ecoturismo e de turismo rural (EMATER);	14203	100	<p><b>2016</b> A implementação dos processos de licenciamento ambiental é por demanda. Os estudos ambientais realizados são feitos em visita ao imóvel rural, relatório de impactos ambientais e projeto de controle ambiental. A proposta de regularidade ambiental obriga que o imóvel rural seja adequado, conforme legislação ambiental vigente.</p> <p><b>2017</b> Os técnicos da Emater-DF atuam continuamente na elaboração de estudos ambientais que visem a adequação ambiental das atividades agropecuárias e do imóvel rural como um todo.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	5	8	Revisão e Regulamentação da Legislação Ambiental Distrital aplicada à Conservação do Cerrado e Biodiversidade (IBRAM)	21208	40	<p><b>2016</b> Durante o ano de 2016 foram publicados o Decreto 37.646/16, que criou o Programa Recupera Cerrado e o Decreto 37.931/16, que regulamentou, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelecendo regras complementares para o funcionamento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - PRA/DF</p> <p><b>2017</b> Foi publicada a Instrução Normativa IBRAM nº 723 de 22/11/2017, estabelecendo as diretrizes e critérios para a recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas e alteradas no DF.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### IBRAM

Em 2016, houve a implementação de dois importantes conselhos gestores, o da Arie da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx, e já se encontra sob análise da Consultoria Jurídica da Casa Civil a proposta para o Conselho da ARIE JK. Para a suplementação de novos modelos de gestão das unidades de conservação, havia uma expectativa de que o Plano de Manejo do Monumento Natural Morro da Pedreira apontasse propostas para a participação da comunidade do entorno na gestão da unidade, porém, a empresa executora dos estudos atrasou a entrega. Nesta linha, encontra-se em análise a proposta de gestão compartilhada para o Parque Urbano Bosque do Sudoeste, em parceria com a associação local.

Em 2017, dando sequência à política de implantação de conselhos gestores de unidades de conservação, foram instituídos em 2017 o da ARIE JK e o da APA Gama Cabeça de Veado. Com isso, amplia-se o modelo de gestão participativa com a presença tanto do poder público quanto da sociedade organizada.

Quanto às ações relacionadas à conservação do cerrado e biodiversidade, além da publicação da Instrução IBRAM, que estabeleceu diretrizes para a recomposição de vegetação nativa, foram iniciados os trabalhos de revisão e criação de novos regimentos relativos a árvores tombadas, espécies exóticas e compensação florestal. A expectativa é que em 2018 estejam publicados os novos normativos sobre esses temas.

#### ADASA

A conservação e a preservação dos mananciais de água no Distrito Federal são fundamentais para a sustentabilidade ambiental da região e merecem grande atenção de todos os envolvidos. Um dos mecanismos adotados para alcançar este objetivo envolve o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, através do Programa Produtor de Água. O Programa Produtor de Água tem como objetivo o controle da poluição difusa rural em bacias de importância estratégica; seu foco é a redução da erosão, melhoria da quantidade e qualidade da água e regulação do regime hidrológico dos rios por meio de práticas vegetativas e mecânicas de conservação.

Além de garantir proteção e a manutenção de nascentes, o programa investe pesadamente na conservação do solo, e isso contribui diretamente para o alcance do objetivo específico “Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

O Projeto Pipiripau vem colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Os produtores rurais que adotarem, com sucesso, práticas e manejos conservacionistas recomendados para as suas propriedades, fazem jus a receber o pagamento pelos serviços ambientais prestados.

As ações desenvolvidas no projeto incluem o reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, adequação de estradas rurais e a conservação de solo e água em áreas produtivas, para permitir a infiltração da água e o aumento do volume do lençol freático. Nos últimos seis anos, o projeto tem atuado na restauração de áreas degradadas, no apoio a produtores rurais para a recuperação e conservação de solo e água, no fomento ao uso de novas tecnologias poupadoras de água e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores que preservam suas áreas e voluntariamente aderem às práticas sustentáveis propostas.

Além de garantir proteção e a manutenção de nascentes, o projeto investe pesadamente na conservação do solo, e isso contribui diretamente para o alcance do objetivo específico “Brasília Verde.

### **EMATER-DF**

Dado a grande importância ecológica na preservação e conservação dos recursos naturais como os recursos hídricos e a preservação da biodiversidade, a EMATER preconiza a sua atuação em metodologias de assistência técnica e extensão rural apropriadas para adequação ambiental das propriedades rurais, tendo o diagnóstico que identifica os aspectos produtivos e ambientais e para gestão, planejamento e recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL, realizados através de orientações, conforme a legislação ambiental. As ações são planejadas pela área técnica, especialmente relacionada ao licenciamento ambiental de empreendimentos familiares e agroindústrias. Os processos de licenciamento ambiental Licença Ambiental Simplificada, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com DCAA (Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária), autorização, são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, contemplando um estudo de todos os impactos ambientais causados pela atividade e plano de controle ambiental. Em seguida deve-se executar o previsto no projeto para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

### **JBB**

Nos últimos anos, o Jardim Botânico de Brasília investiu na melhoria de sua infraestrutura, na consolidação de seus espaços e coleções, viabilizando suas ações por intermédio de emendas parlamentares, recursos de projetos e parcerias. Dessa forma, em 2016, foi possível realizar a construção de mais três estufas na área de visitação pública para abrigar as coleções existentes e a reforma do Parque Infantil, cumprindo com a missão institucional de promover a conservação e a preservação do bioma Cerrado, dar subsídios aos trabalhos de pesquisas de flora, apoiar a Educação Ambiental nos programas desenvolvidos para atendimento à Rede de Ensino do Distrito Federal, além de oferecer mais opções de visitação.

As parcerias institucionais estabelecidas pelo JBB têm se mostrado estratégicas na busca do cumprimento de sua missão. Além disso, têm gerado capacidade de diversificação de atividades para atingir as metas do PPA, tendo em vista a escassez de recursos humanos e financeiros.

Em 2016, foi realizado no Jardim Botânico de Brasília o Fórum Aliança Cerrado, que teve como prioridade a elaboração do Plano de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal, definindo mecanismos legais das áreas prioritárias de recomposição florestal, bem como metas de reflorestamento para os próximos anos, valorização cultural do Cerrado e melhoria da pesquisa e gestão de unidades de conservação. Nesta ocasião, foram assinados o Decreto do Programa Recupera Cerrado, o Decreto do Comitê Distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado e o Projeto de Lei para constituição da Fundação Jardim Botânico de Brasília, contribuindo para o cumprimento do objetivo do programa da SEMA-DF de promoção e construção de políticas socioambientais para o Cerrado.

Já o Centro de Excelência do Cerrado do Jardim Botânico de Brasília vem realizando o seu objetivo como centro de difusão de conhecimento sobre o bioma Cerrado e recebeu no ano de 2017 mais de 50 eventos. Atuou como Secretaria executiva no Fórum Aliança Cerrado e na coordenação dos encontros quadrimestrais dos Grupos de Trabalho Recupera Cerrado, com o objetivo de levantar demandas e contribuições para a revisão da legislação distrital sobre a recuperação do Cerrado no DF e subsidiar a formulação de políticas públicas capazes de promovê-la. No total, foram atendidas aproximadamente 3.000 pessoas em 2017, entre técnicos de meio ambiente e áreas afins, estudantes, profissionais, representantes de governo, ONGs, academia, setor privado e

público em geral. Em decorrência do trabalho desenvolvido no Cerradenses e uma parceria com a Atman Filmes, foi aprovado, no Fundo de Apoio à Cultura –FAC, o Memorial dos Cerradenses, projeto que homenageia personalidades do Cerrado In Memoriam e que tem no centro um espaço de congregação do histórico destes notáveis seres humanos.

Em parceria com instituições da Aliança Cerrado, foi realizado o “Jardim Cerradense”, evento de promoção da inclusão e organização produtiva de comunidades rurais dedicadas à agricultura e ao extrativismo de espécies nativas do Cerrado, e de celebração da diversidade de culturas tradicionais dos povos do Cerrado. Idealizado e promovido coletivamente por diferentes iniciativas, foi um ambiente de construção de boas práticas, de difusão de políticas públicas de fomento e subvenção à produção agroextrativista e de intercâmbio cultural, tanto entre os representantes das comunidades que tem a sociobiodiversidade do Cerrado como base de seus meios de vida e de sua reprodução sociocultural, como entre estes e a sociedade brasileira, atualmente o maior mercado consumidor, efetivo e potencial, para os produtos ecossociais do agroextrativismo. São apresentadas políticas públicas e realizadas rodas de conversa em torno das principais temáticas que envolvem a Sociobiodiversidade do Cerrado: a produção agroextrativista e o acesso aos mercados; a comercialização, o consumo e reconhecimento do consumidor de produtos que valorizam o bioma; linhas de pesquisa e projetos de extensão para atender à demanda social; marcos regulatórios que constituem entraves ou aprimoram os processos de produção e comercialização. O projeto contou com público estimado de 500 pessoas e foi realizado entre os parceiros da Aliança Cerrado, Centro de Excelência do Cerrado – Cerradenses, CONAB/MMA, Projetos Sociobiocerrado, Inova Cerrado (UnB, CAPES, CNPq, CIRAD, Agropolis Foundation) e ISPN, com apoio da Embaixada da França e do Instituto Caixa Seguradora.

### **SEAGRI-DF**

A SEAGRI realizou a revegetação de 98 hectares em áreas rurais onde é tecnicamente permitida, que são as áreas sensíveis ambientalmente: Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reservas Legais. As mudas são produzidas na Granja Modelo do Ipê, unidade que pertence a estrutura da SEAGRI, a qual coordena a produção de mudas nativas do cerrado, no intuito de abastecer os Programas Reflorestar, Produtor de Água do Píripau, Descoberto e dar suporte a eventos e demandas dos órgãos no Distrito Federal.

### **SEMA**

Em 2016, houve o estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do Programa-piloto “Recupera Cerrado”, instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre Sema, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da Sema, IBRAM e Serviço Florestal Brasileiro.

Em 2017, com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, em 11 de setembro de 2017, e a elaboração do primeiro edital com os técnicos das instituições envolvidas, foram desenvolvidos os mecanismos necessários para a plena implementação do Programa Recupera Cerrado, faltando apenas o depósito da primeira instituição devedora a aderir ao programa, a TERRACAP, o que não aconteceu em 2017.

---

### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**006 – DIREITOS DOS ANIMAIS: Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem-estar dos animais domésticos e silvestres.**

---

### **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

---

### **ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

## Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	1	Fortalecer a gestão da fauna silvestre, a defesa e o bem estar dos animais domésticos; (SEMA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	30			30	30,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	2	Implementar o Hospital Público Veterinário; (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	3	Ampliar o número de castrações anuais, por meio do Castramóvel, e promover 5.000 castrações por meio do Hospital Público Veterinário; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	49,12	99,3			99,3	99,3%
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	4	Implementar política de controle dos animais. (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	70			70	70,0%

## Análise Qualitativa

### 1. Fortalecer a gestão da fauna silvestre, a defesa e o bem estar dos animais domésticos (SEMA);

#### 2016

As metas para o fortalecimento da gestão da fauna silvestre e a defesa e o bem-estar dos animais domésticos é feita por meio da coordenação do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais – CIPDA (Decreto no. 36.477/2015 e alterado pelo Decreto no. 38.087/2017), presidido pela SEMA. No ano 2016 foram realizadas 10 reuniões. O CIPDA é um colegiado de natureza executiva de assessoramento, de caráter permanente e consultivo, tem como principais atribuições: I – Propor ações integradas entre os órgãos e entidades participantes para a defesa e proteção dos animais; II – Propor e acompanhar políticas públicas de defesa e proteção dos animais; e III – Avaliar e emitir parecer referente às questões de defesa e proteção dos animais. São membros do CIPDA órgãos de governo, federal e distrital, Conselho Regional de Medicina Veterinária – DF, OAB-DF, Universidade de Brasília e organizações não governamentais.

#### 2017

Os membros do CIPDA se articulam por meio dos canais de comunicação interna, principalmente a fiscalização para atender denúncias, resgate da fauna silvestre, apreensão de animais domésticos, solicitação de apoio para abrigar cães e gatos apreendidos com a parceria dos protetores de animais e ONGs, orientações jurídicas, dentre outros.

O CIPDA elaborou texto substitutivo ao Projeto de lei n. 717/2015, que tramita na Câmara Legislativa do DF, com finalidade de tipificar maus-tratos aos animais e também dar mais eficiência às ações de fiscalização.

Apoio às atividades para viabilização do Programa de Manejo Populacional de Animais Domésticos - Castramóvel: por meio do Projeto Unidade Móvel para Educação em Saúde, Guarda Responsável e Controle Populacional de Cães e Gatos no Distrito Federal - Castramóvel, foram realizadas três mil castrações. Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre Sema, IBRAM e UNB para operacionalizar o Castramóvel até dezembro de 2018.

Ampliação dos canais de comunicação para denúncias de maus tratos aos animais. Elaboração de projeto e aprovação no FUNAM para execução de aproximadamente 7mil procedimentos cirúrgicos de castração.

Resposta aos questionamentos da PGDF sobre a contratação de consultoria para apoiar a elaboração da política distrital para a proteção dos animais domésticos.



## **2. Implementar o Hospital Público Veterinário (IBRAM); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

A SEMA enviou Ofício nº 743/2016-GAB/SEMA para o IBRAM requerendo alteração da responsabilidade e até o momento não foi aprovado. Pelo Ofício nº 254/2017-GAB/SEMA o pleito foi reiterado.

**2017**

Com a publicação do Decreto Distrital nº 37.843/2016, ocorrida nos últimos dias daquele ano, vislumbrou-se, em 2017, a possibilidade de celebração de parceria com uma Organização da Sociedade Civil para gestão e operacionalização do HVEP. A previsão é que o Hospital Público Veterinário seja inaugurado em 2018.

## **3. Ampliar o número de castrações anuais, por meio do Castramóvel, e promover 5.000 castrações por meio do Hospital Público Veterinário (IBRAM);**

**2016**

Considerando o total de castrações realizadas no castramóvel no ano de 2015, foi apurado um aumento de 370% em 2016. Esta evolução se deu por meio de parcerias com a Fundação Universidade de Brasília e com a iniciativa privada, sendo esta última viabilizada com recursos de compensação ambiental. Em relação ao Hospital Público Veterinário, em razão de pendências na obra da edificação e documentação necessária à sua operação, sua inauguração foi adiada para o ano de 2017.

**2017**

No ano de 2017, o cadastro para castração se deu por duas formas: I) campanhas de cadastramento de pessoas que possuem até 10 animais; e II) processos de parceria para castração de grandes plantéis, para pessoas físicas ou jurídicas interessadas na castração de mais de 10 animais. Para o público em geral, foram realizadas 03 campanhas, nos meses de abril, setembro e outubro. Para realizar esse cadastro, foi elaborado um formulário virtual, no qual cada interessado, além de preencher seus dados, encaminha a documentação necessária e, após o envio da documentação de todos interessados, sua análise é realizada pela Equipe da Coordenação de Fauna do IBRAM, que classifica ou não o interessado para receber o Termo de Encaminhamento para castração. Além disso, a partir da segunda campanha de 2017, o cadastramento também pôde ser feito presencialmente. Na segunda campanha, o atendimento presencial ocorreu somente no IBRAM, enquanto que na terceira campanha o atendimento também ocorreu nas Administrações Regionais de Sobradinho I, Paranoá e Jardim Botânico. A segunda modalidade de captação de interessados para a castração foi a parceria para castração de grandes plantéis, na qual pessoas físicas ou jurídicas que desejam indicar mais de dez bichos para a castração podem apresentar proposta de parceria com o IBRAM. Somente para a parceria para castração de grandes plantéis, foram abertos 29 processos, com encaminhamentos para 1.197 castrações. A ampliação em relação ao ano de 2016 foi pequena, de 2.458 para 2.509 cirurgias realizadas, o que representa uma ampliação de 2%. As castrações não foram realizadas no Hospital Veterinário, pois além de este hospital ter previsão de inauguração para 2018, não estão previstas realizações de castrações nele. Destaca-se que a meta de 5.000 castrações para o PPA 2016-2019 foi praticamente atingida em dois anos.

## **4. Implementar política de controle dos animais. (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Devido à grande demanda acumulada a UEDAN/SEMA tem priorizado atividades relacionadas aos animais domésticos. Políticas públicas para animais como cães e gatos não existem no Distrito Federal e ainda é um tema pouco conhecido entre os órgãos governamentais que, historicamente, atuavam somente em ações referentes à fauna silvestre. Ainda há um longo caminho a percorrer, necessitando elaborar conceitos, definir competências, modernizar a legislação, articular e consolidar arranjos entre as instituições de governo e sociedade civil. Apesar da questão dos maus-tratos aos animais domésticos estar contemplada na Lei de Crimes Ambientais, ainda há pouco entendimento do tema por parte dos profissionais de meio ambiente. Em relação ao Programa de Controle Reprodutivo de Animais Domésticos – cães e gatos, a UEDAN/SEMA e a COFAU/IBRAM têm somado esforços para buscar fontes de recursos para ampliar o número de cirurgias de castrações, tendo em vista que os recursos orçamentários são insuficientes para um programa continuado. Em 2016 foi realizada uma campanha utilizando o Castramóvel que atendeu três mil animais com recursos de Compensação Ambiental. No sentido de melhorar a eficiência no atendimento, em 2016, o IBRAM lançou edital para cadastramento de clínicas veterinárias visando proporcionar maior organização no cadastro e conforto para os animais atendidos e seus tutores.

**2017**

Credenciamento de Clínicas Veterinárias: mediante projeto aprovado no Fundo Único do Meio Ambiente - FUNAM, o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para a realização de aproximadamente sete mil castrações em clínicas veterinárias credenciadas pelo IBRAM. O projeto será executado em 18 meses.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1647	TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS	%	0	31/12/2016	30	4,39	50	4,18	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6)
1648	TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	%	0	31/12/2016	30	93,31	50	97,63	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6

### Justificativas 2016

**Indicador 1647** - Os atendimentos realizados se restringiram as esterilizações feitas no castramóvel. A meta não foi cumprida em razão do Hospital Veterinário Público não ter iniciado as operações. O IBRAM está envidando esforços para o recebimento do prédio, definição do modelo de gestão do hospital e início das operações.

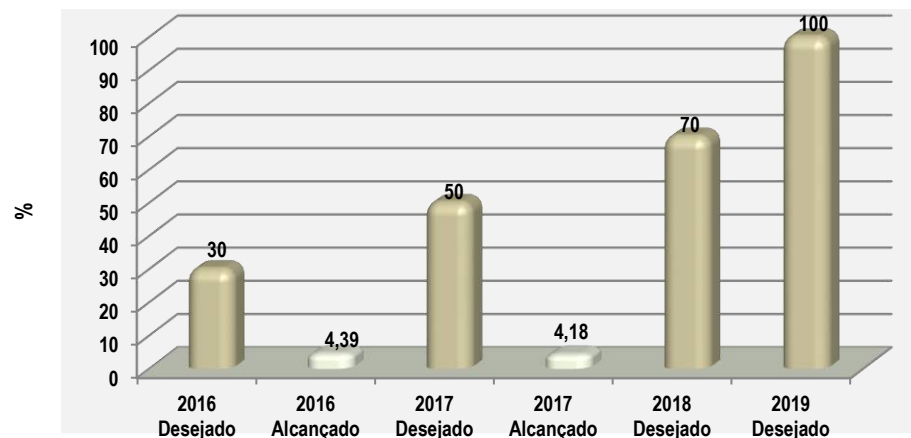
**Indicador 1648** - A meta foi superada, graças a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre IBRAM, SEMA e FUB que viabilizou a operação do castramóvel no ano de 2016.

### Justificativas 2017

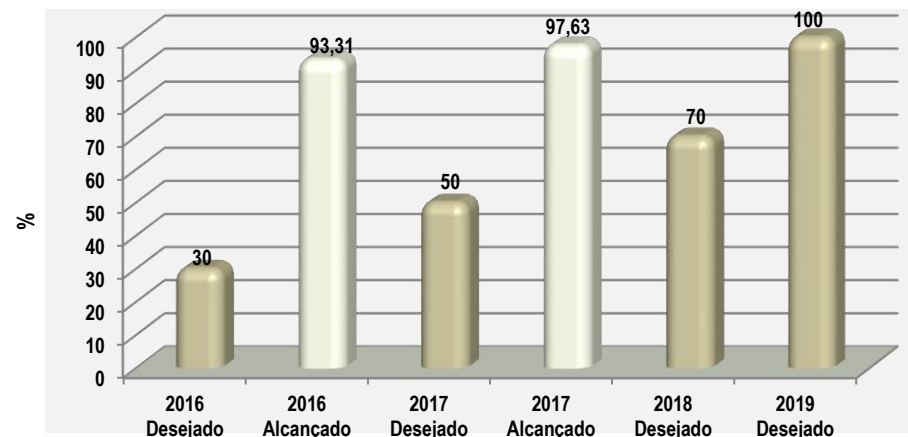
**Indicador 1647** - As metas estão diretamente relacionadas à operação do Hospital Veterinário Público do GDF. Por ainda não estar em funcionamento, não foi possível o cumprimento da meta. Os únicos atendimentos realizados pelos IBRAM foram as esterilizações realizadas em clínicas veterinárias credenciadas e no Castra móvel. Foram atendidos 2.570 animais, sendo 61 considerados como simples atendimento clínico, visto que foram animais negados para o procedimento cirúrgico. Os demais 2509 animais foram de fato operados.

**Indicador 1648** - A utilização do total de atendimentos como referência para a meta de cirurgias de esterilização gerou esse percentual alto de 97.63%. Entretanto, o número de cirurgias realizadas equivaleria a 16,73% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 15.000 castrações. Ressalta-se que ambos indicadores devem ser revistos.

TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS



TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	6	1	Implantação da política distrital de proteção e defesa dos animais domésticos; (SEMA)	21101	10	<p><b>2016</b> Apesar da questão dos maus-tratos aos animais domésticos estar contemplada na Lei de Crimes Ambientais, ainda há pouco entendimento do tema por parte dos profissionais de meio ambiente. Para que haja uma política de proteção aos animais domésticos há muitas etapas a serem vencidas como elaborar conceitos, definir competências, modernizar a legislação, articular e consolidar arranjos entre as instituições de governo e sociedade civil.</p> <p><b>2017</b> Foi elaborado o Termo de Referência – TR para a Política de Defesa e Proteção dos Animais Domésticos no Distrito Federal – cães e gatos e para realizar Diagnóstico Socioeconômico com foco nos grupos sociais que dependem da utilização de veículo de tração animal – VTA. Identificar na estrutura do Governo do Distrito Federal e na iniciativa privada arranjos institucionais para promover a inclusão social desses grupos e elaborar uma proposta de regulamentação da Lei no 5.756/2016, bem como propor um arranjo institucional para a sua execução. Infelizmente, devido à vagarosidade da tramitação, não foi possível contratar os serviços em 2017. Destaca-se que esse processo deve ter continuidade em 2018, sendo de extrema importância ter diretrizes claras para a Política Distrital dos Direitos Animais no DF, tendo em vista que é uma área nova no âmbito do Governo do Distrito Federal.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	6	2	Implementação da política distrital de controle populacional, com definição de diretrizes (registro, chipagem, prioridade de atendimento/região; (SEMA) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 5787/2016)	21101	-	
6210	6	3	Implantação do Comitê Interinstitucional de Políticas Distritais aos Animais – CIPDA (SEMA)	21101	40	<p><b>2016</b> A constituição do CIPDA foi um avanço na política de meio ambiente no DF por reunir profissionais de diversas formações proporcionando uma riqueza de informações e o auxílio técnico na elaboração de documentos e proposições. A articulação entre os órgãos de Governo, em especial a fiscalização, tem avançado e várias parcerias têm sido estabelecidas. Por outro lado, para que as políticas públicas para os animais domésticos se tornem efetivas é necessária a revisão para a modernização da Lei no 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal. Acreditamos que implementação de políticas públicas para defesa e proteção dos animais será um ganho para o Governo do Distrito Federal, pois visa à redução de gastos públicos e torna as ações de seus entes governamentais mais eficientes.</p> <p><b>2017</b> Foi promovida a reestruturação e coordenação das atividades do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais - CIPDA, tendo sido realizadas 22 (vinte e duas) reuniões ordinárias e uma extraordinária. Apoio à gestão do Centro de Controle de Zoonoses do DF, com realização de gestões com a Secretaria de Saúde, com vistas a melhorar a gestão daquele Centro.</p>

## Análise dos Resultados do Objetivo Específico

### 2016/2017

#### SEMA

A política Distrital de defesa de direitos dos animais ainda está em processo de contratação. Em 2016, através da parceria com o IBRAM, foi possível avançar nas castrações através do castra-móvel. Foi aprovado também novos recursos para continuar o apoio das castrações através de recursos do Fundo de meio ambiente – FUNAM.

Em 2017, foi promovida a reestruturação e coordenação das atividades do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais - CIPDA, tendo sido realizadas 22 ordinárias e uma extraordinária. Apoio à gestão do Centro de Controle de Zoonoses do DF, com realização de gestões com a Secretaria de Saúde, com vistas a melhorar a gestão daquele Centro, com os seguintes encaminhamentos: descentralização da campanha de vacinação antirrábica com credenciamento de clínicas veterinárias, com edital previsto para ser lançado em janeiro de 2018; elaboração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente e organização da sociedade civil para apoiar e acompanhar a gestão do Centro de Controle de Zoonoses; elaboração de Termos de Referência – TR para a Política de Defesa e Proteção dos Animais Domésticos no Distrito Federal – cães e gatos e para realizar Diagnóstico Socioeconômico com foco nos grupos sociais que dependem da utilização de veículo de tração animal – VTA; identificar na estrutura do Governo do Distrito Federal e na iniciativa privada arranjos institucionais para promover a inclusão social desses grupos e elaborar uma proposta de regulamentação da Lei no 5.756/2016, bem como propor um arranjo institucional para a sua execução. Infelizmente, devido à vagarosidade da tramitação, não foi possível contratar os serviços em 2017. Destaca-se que esse processo deve ter continuidade em 2018, sendo de extrema importância ter diretrizes claras para a Política Distrital dos Direitos Animais no DF, tendo em vista que é uma área nova no âmbito do Governo do Distrito Federal

## **IBRAM**

Em 2016, para viabilização da atividade, celebrou-se um Acordo de Cooperação Técnica definindo que IBRAM e SEMA seriam os responsáveis pelo cadastramento inicial das demandas e aquisição dos materiais consumíveis necessários à realização das castrações, enquanto que a Fundação Universidade de Brasília contribuiria com a cessão dos profissionais médicos veterinários. A celebração desta parceria possibilitou o alcance de 93,31% da meta estabelecida.

Para viabilização das cirurgias em 2017, foi publicado, ainda em 2016, um edital de credenciamento de clínicas veterinárias para prestação do serviço de esterilização de cães e gatos. Duas clínicas foram credenciadas para este fim. Além disso, o Castramóvel foi cedido via acordo de cooperação técnica para UnB para que fossem realizadas operações em animais da R.A. da Candangolândia em um projeto acadêmico específico daquela universidade.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER O PLANEJAMENTO, ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL DE FORMA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL.**

**PROGRAMA TEMÁTICO:**

**6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**

**OBJETIVO GERAL:**

Resgatar a capacidade do Estado de planejar e projetar, fiscalizar e controlar, segundo uma concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, visando ao desenvolvimento sustentável, e assegurando a preservação do patrimônio cultural urbanístico e a promoção ambiental.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 03 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo**

**28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH**

**001 – PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL:** Qualificar, disciplinar e reestabelecer o uso e ocupação sustentáveis do solo do DF conforme as diretrizes do ZEE, PDOT e planos diretores setoriais, bem como consolidar mecanismos interfederativos de articulação e governança metropolitana.

**21.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE- SEMA**

**002 – PACTO PELO LICENCIAMENTO INTEGRADO E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO:** Definir o regramento para os processos de licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência, a regulação do uso do solo, constantes às premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, tendo assegurado infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada.

**28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH**

**003 – HABITAÇÃO COM CIDADANIA:** Definir e endereçar a demanda real habitacional por faixa socioeconômica, especialmente para a população de baixa renda, seguindo uma concepção que integre ocupação territorial, mobilidade, atividade econômica, infraestrutura, lazer, áreas verdes e prestação de serviços públicos.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)

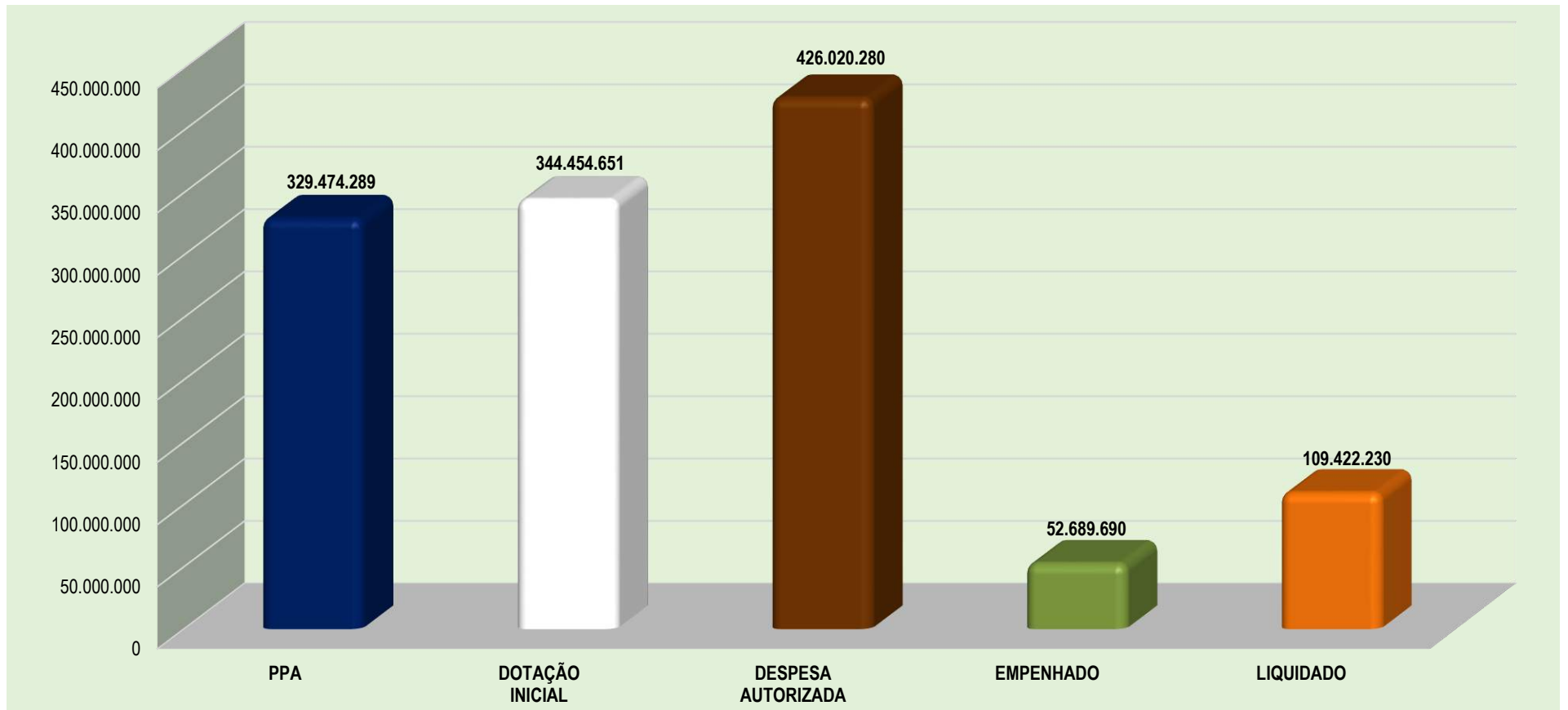
AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	5.357.000	28.500.000	58.100.000	0	53.690.272	0	1.002
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	58.100.000	84.602.982	24.272.124	23.465.640	-	-
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	38.483.000	40.910.000	12.340.500	0	2.287.462	0	6
1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	15.216.292	19.850.000	31.300.000	2.173.504	2.173.504	14	14
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8.778.775	1.887.562	4.756.072	2.038.703	1.892.540	23	22
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	3.073.000	3.073.000	1.473.000	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	24.702.503	5.845.051	17.747.414	3.487.844	3.487.844	14	14
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	4.854.000	2.950.000	3.728.780	0	181.233	0	4
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1.000	10.000	0	0	0	0	0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1.000	80.000	20.184	0	0	0	0
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	387.166	401.000	400.001	0	0	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	74.745	493.000	74.527	62.466	61.926	84	83
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	436.110	831.659	513.643	218.286	145.966	50	33
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.398.612	476.467	878.717	756.813	756.813	54	54
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	600.000	461.500	400.000	339.980	339.980	57	57
3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	8.254.927	5.012.570	57.130.532	5.395.967	5.182.415	65	63
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	17.351.604	11.056.219	10.577.326	0	0	0	0
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	126.737	175.014	175.014	1.775	356	1	0
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	43.358.049	22.811.000	37.196.172	4.039.629	2.400.293	9	6
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	22.048.970	28.028.214	22.652.410	0	0	0	0
3100 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	15.000	0	0	0	0	0	0
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	264.842	20.000	1.007	0	0	0	0
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	8.606.000	22.100.000	18.900.000	0	852.127	0	10
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	15.139.000	9.865.000	9.865.000	0	3.243.929	0	21
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	100.000	50.000	0	0	0	0	0
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	150.000	150.000	710	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	20.000	1.000	1	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	11.000	0	0	0	0	0	0
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	22.645.295	19.651.898	14.925.330	2.027.723	1.836.868	9	8
3588 - (EP)REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	300.000	0	0	0	0	0	0
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	39.903.164	23.483.062	1.407.974	1.407.963	1.407.963	4	4
3675 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (EP)	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.648.418	2.050.000	1.668.400	299.344	289.344	11	11
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	4.587.153	2.577.000	817.052	0	0	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	200.000	200.000	0	0	0	0	0
4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	6.500.000	1.650.000	2.805.527	657.094	366.345	10	6
4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	3.500.000	2.985.499	3.310.892	3.288.933	2.951.184	94	84
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	2.235.107	710.000	706.206	231.886	226.318	10	10
4053 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	0	100.000	100.000	11.900	10.784	-	-
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	50.000	3.300	3.300	3.300	33	33
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	31.589	170.000	95.622	47.372	44.672	150	141
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	41.779	90.000	21.700	21.700	21.700	52	52
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	10.000	710.880	0	0	0	0	0
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	1.090.336	11.000	1.008	0	0	0	0
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	500.000	300.000	300.000	15.020	15.020	3	3
5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	2.058.000	995.000	1.205.000	0	247.401	0	12
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	19.241.798	14.011.879	14.011.879	502.697	502.697	3	3
5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS	3.162.318	10.001.000	10.347.974	1.030.049	980.699	33	31
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	569.177	458.424	357.618	355.635	-	-
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>250.904.289</b>	<b>235.061.651</b>	<b>319.408.000</b>	<b>52.689.690</b>	<b>48.919.806</b>	<b>21</b>	<b>19</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>78.570.000</b>	<b>109.393.000</b>	<b>106.612.280</b>	<b>0</b>	<b>60.502.424</b>	<b>0</b>	<b>77</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6208</b>	<b>329.474.289</b>	<b>344.454.651</b>	<b>426.020.280</b>	<b>52.689.690</b>	<b>109.422.230</b>	<b>16</b>	<b>33</b>

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (SEGETH, SEMA,, 09.201; 14101; 20.201; 21.101; 21.208; 22.101; 22.201; 28.101; 28.117; 28.122; 28.209; 28.901; 28.905, etc. )



### PROGRAMA 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE (Valores em R\$)



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 – PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL:** Qualificar, disciplinar e reestabelecer o uso e ocupação sustentáveis do solo do DF conforme as diretrizes do ZEE, PDOT e planos diretores setoriais, bem como consolidar mecanismos interfederativos de articulação e governança metropolitana.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	1	Aprimorar e integrar os instrumentos legais de planejamento e gestão territorial (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	70			70	70,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	2	Criar e implementar instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	77			77	77,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	3	Instalar incremento do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	50			50	50,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	4	Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	56			56	56,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	5	Aprimorar gestão da informação territorial (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	6	Gerir de forma centralizada lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos, como a elaboração do cadastro georeferenciado de lotes e a implantação do portal "Nós Urbanos". (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	100			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	7	Elaborar e implementar política de assentamento rural (SEGETH); <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	8	Elaborar projetos para a promoção de intervenções estruturantes visando qualificação e reabilitação de espaços públicos urbanos; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	83			83	83,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	9	Implementar portal "Nós Urbanos". (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	10	Entregar a Minuta do projeto de lei e do Decreto de regulamentação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE-DF (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	75			75	75,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	11	Realizar Seminário de apresentação da legislação proposta a CLDF (SEMA); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
				nº. 6061, de 29/12/17)										
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	12	Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);	32	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	13			13	40,6%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	13	Construir 2 centros de comercialização , 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);	17	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	14	Criar quatro projetos de assentamentos rurais, considerando o CAR (cadastro ambiental rural) e o PRA (programa de regularização ambiental); (SEAGRI) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	1			2	50,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	15	Criar o Sistema Distrital de Informações Ambientais integrado com os Bancos de Dados Governamentais; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	30			30	30,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	16	Implementar e monitorar o Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal ZEE-DF (SEMA).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	10			10	10,0%

## Análise Qualitativa

### 1. Aprimorar e integrar os instrumentos legais de planejamento e gestão territorial (SEGETH);

#### 2016

Diversos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial foram aprimorados, sendo os principais: Início da revisão do novo Código de Edificações do DF e sua regulamentação, publicação do Decreto de regulamentação da Lei referente ao licenciamento da atividade de “ food truck”, iniciada a elaboração do Projeto de Lei que trata do cercamento de ocupação de área pública lindeira às áreas residenciais no DF, iniciada a elaboração do Decreto que trata de aprovação da Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do DF, publicação das portarias de aprovação de Planos de Ocupação de Quiosques e Trailers; aprovação do Plano de Ocupação de Quiosques e Trailers das Regiões Administrativas SCIA e Gama, encaminhamento de propostas de leis complementares para definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo em Águas Claras, Sobradinho, Guará e Gama. Quanto ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), foram iniciadas as etapas de base conceitual, discussão de temas em fóruns, elaboração de planilhas de parâmetros com georreferenciamento e confecção do PLC e da Memória Técnica. Foi desenvolvida a metodologia de “Avaliação de Inserção Urbana”. Elaborada a Nota Técnica de ZEIS resultando na proposição de Decreto de criação de seis ZEIS de Regularização e dez ZEIS de Provisão Habitacional, integrando por meio deste instrumento a Política de Regularização Fundiária e a Política Habitacional. Realizado estudo “Leitura Territorial da Disposição dos Equipamentos Públicos e Dinamização da Atividade Econômica no Distrito Federal” e o estudo de compatibilização entre os princípios e as diretrizes constantes no Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF e do Projeto de Lei do Zoneamento Ecológico e Econômico do DF – ZEE, visando subsidiar a LUOS. Foram iniciados estudos dos instrumentos previstos no PDOT – Outorga Onerosa de Alteração de Uso e Outorga Onerosa do Direito de Construir. Estudos sobre vagas de estacionamento como subsídio à alteração do Código de Edificações – COE e para integrar o capítulo da LUOS. Revisão do Decreto nº 33741/2012, que originou o Decreto nº 38.047, de 09 de março de 2017, que regulamenta o art. 20, da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, no que se refere às normas viárias e aos conceitos e parâmetros para o dimensionamento de sistema viário urbano do Distrito Federal, para o planejamento, elaboração e modificação de projetos urbanísticos, e dá outras providências. Revisão da Norma Técnica nº02- IPDF, que dispõe sobre os procedimentos para a apresentação de Projetos de Urbanismo e dá outras providências, cujo Decreto encontra-se na Casa Civil para aprovação.

#### 2017

O aprimoramento e integração dos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial são atividades constantes no desenvolvimento do trabalho realizado pela SEGETH.

O percentual apresentado na tabela acima tem como base os instrumentos urbanísticos listados abaixo, os quais tiveram execução em 2017:

1. Atualização do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB):
  - Etapas previstas:
    - Base Conceitual – 25%. (100% em 2017);
    - Temas do PPCUB – 25% (80% em 2017);
    - Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação (georreferenciamento) – 25% (70% em 2017);
    - Atualização da minuta de PLC e da Memória Técnica – 25% (50% em 2017).
  - Realização de duas Audiências Públicas do PPCUB;
  - Realização de vinte e uma reuniões ordinárias da Câmara Técnica – CT/PPCUB;
  - Revisão do Documento-Base do PPCUB – definição de conceitos e critérios para aplicação dos Instrumentos de política urbana (ONALT, ODIR, OUC e outros) nas áreas do CUB (concluído);
    - Revisão da estrutura institucional para a gestão compartilhada do CUB, em conjunto com a Secretaria de Estado de Cultura, em razão da recente aprovação da Lei Orgânica de Cultura – LOC (em andamento);
    - Revisão e complementação dos dados urbanísticos do CUB na base georreferenciada do Geoportal (concluído);
    - Revisão das Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação – PURP das Unidades de Preservação – UP (em andamento);
    - Revisão dos mapas e respectivas poligonais dos Territórios de Preservação - TP e das Unidades de Preservação – UP da Minuta de PLC (documento-base) do PPCUB (concluído);
    - Conferência e linkagem dos dados urbanísticos das áreas do CUB (link dos parâmetros normativos vigentes com as PURPs do PPCUB) – mapa dinâmico (em andamento);
    - Elaboração da Minuta de PLC do PPCUB: revisão de trechos do texto da minuta do PLC (documento-base) que já foram discutidos e endossados pela Câmara Técnica do PPCUB, Grupo de Trabalho constituído (em andamento);
      - Reunião de apresentação do processo de sistematização dos instrumentos normativos dos Setores Centrais do Plano Piloto e propostas do PPCUB para esses Setores, para a DIHAB/COPLAN (concluído).
2. Elaboração e aprovação do Decreto nº 37.951, de 12/01/2017 – Regulamentação da Lei Complementar nº 766, de 19/06/2008 (“Puxadinhos” da Asa Sul).
3. Elaboração e aprovação do Decreto nº 38.172, de 03/05/2017 – Regulamentação da Lei Complementar nº 883, de 25/06/2014 (“Puxadinhos” da Asa Norte).
4. Elaboração da minuta de Decreto para criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia, para provimento de novas áreas habitacionais.
5. Elaboração de minuta de Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e análise do substitutivo do Projeto de Lei.
6. Elaboração de minuta de Decreto da linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília.
7. Elaboração de minuta de Decreto para a Gestão Compartilhada de Áreas de Proteção de Manancial, por meio da participação na Dimensão Socioeconômica do Programa Integrado de enfrentamento da Crise Hídrica – PICH, junto da Casa Civil e diversos órgãos. Trabalhando conjunto com a SEMA, CAESB, ADASA, SEAGRI, EMATER; NOVACAP e AGEFIS.
8. Início dos trabalhos de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, devido à publicação da Lei Federal nº 13.465/2017 que trata de regularização fundiária urbana, com a constituição de Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei Federal coordenado pela CACI - Decreto Nº 38.433, de 24 de agosto de 2017.
9. Elaborada, aprovada e sancionada a Lei Complementar sobre o Código de Edificações do DF nº 6.138, de 26 de abril de 2018, iniciada em 2017 e em fase de elaboração em 2018, a minuta do decreto de regulamentação da Lei do novo COE.
10. Elaborado e publicado o Decreto nº 37.966, de 20 de janeiro de 2017, que aprova Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do DF.
11. Elaborada e aprovada a Lei de Permeabilidade nº 929, de 28 de julho de 2017, que trata de dispositivos de captação de águas pluviais, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias.
12. Elaborada e aprovada a Lei nº 940, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o instrumento da compensação urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT.

13. Encaminhado à Câmara Legislativa do DF projetos de leis complementares para definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo: a) altera parâmetros de uso e ocupação do solo do lote único, usina termoeletrica, trecho 6, SAI (PLC 120/2017); b) define parâmetros urbanísticos para as quadras QI 1 a 7 do Setor Leste Industrial do Gama (PLC 119/2017); c) altera parâmetros urbanísticos do Setor de Postos e Motéis Sul (PLC 133/2018); d) altera parâmetros urbanísticos dos lotes 1 a 23 da avenida comercial do Setor Habitacional Taquari (PLC 134/2018); e) define parâmetros de uso e ocupação do solo para área destinada ao hospital regional de Santa Maria (PLC 100/2017); f) define parâmetros de uso e ocupação do solo para lote 4.450 da avenida as araucárias em Águas Claras (PLC 102/2017); g) define parâmetros de uso e ocupação do solo para trecho 1 e Centro de Vivência do STRC (PLC 103/2017); h) define parâmetros de uso e ocupação do solo para Área Especial para indústria 01 da rua G do Setor de Indústria de Sobradinho(PLC 107/2017); i) altera a destinação de uso de áreas do Setor Habitacional Jardim Botânico (PLC 114/2017).
14. Elaboração de minuta de projeto de lei que trata de ocupação de área pública limdeira aos lotes não-residenciais no DF.
15. Elaboração do projeto de lei que regulamenta a implantação de infraestrutura de telecomunicação.
16. Elaboração do projeto de lei complementar que regulamenta a aplicação da outorga onerosa de alteração de uso – ONALT da transformação do uso rural para urbano.
17. Elaboração do decreto que regulamenta a adoção de praças e espaços públicos

## **2. Criar e implementar instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);**

### **2016**

Visando atingir a meta foram criados os Conselhos Locais de Planejamento, conforme Decreto nº 37.556, de 17 de agosto de 2016, com o objetivo de atender a demanda crescente de participação popular nas ações de Planejamento e Gestão Territorial. No ano de 2016 foram criados 19 (dezenove) Conselhos Locais, dos 31 (trinta e um) necessários. Desta forma, foram possíveis discussões, análises e acompanhamento das questões relativas ao ordenamento e à gestão territorial local, através do controle social e participação democrática no planejamento territorial e urbano local em cada Região Administrativa.

### **2017**

Em continuação ao trabalho iniciado com o Decreto nº 37.556, de 17 de agosto de 2016, foram criados mais 05 (cinco) Conselhos Locais de Planejamento. Visando promover a participação popular e dar mais transparência às realizações do Governo, em 2017, a SEGETH, publicou o Decreto nº 37.337, de 16 de maio de 2016, que convocou a 6ª Conferência Distrital das Cidades e a Portaria nº 68, de 17 de maio de 2017, da SEGETH, constituindo a 6ª Comissão Preparatória, composta por cinco Subcomissões: Metodologia e Sistematização; Recursal e de Validação; Mobilização e Articulação e Infraestrutura e Logística. Nesse sentido em 2017, foram realizadas cerca de dez reuniões com a Comissão Preparatória e com a Subcomissão de Metodologia e Sistematização, além de uma apresentação para o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM. Foi construído um documento de Metodologia, a ser complementado por consultor especializado na organização deste tipo de evento e elaborado o Regimento, que sofrerá ajustes após o trabalho com o consultor. Houve também a preparação do Termo de Referência para contratação do Consultor.

Estão previstas as Conferências Preparatórias em cada uma das sete Unidades de Planejamento Territorial nos meses de julho a setembro de 2018 e a 6ª Conferência Distrital das Cidades em novembro de 2018. Destaca-se também a criação das câmaras técnicas no CONPLAN e CCPTM para acompanhar a elaboração dos instrumentos complementares de política urbana: Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Diversas audiências públicas foram realizadas, como também, reuniões públicas, consultas públicas e enquetes com a sociedade para apresentação e debate de diversos temas e proposições afetas ao planejamento e gestão urbana e ainda o Seminário de Habitação em Áreas Centrais do Distrito Federal.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de reuniões realizadas com o intuito de promover a participação social no planejamento e gestão territorial:

<b>Discriminação</b>	<b>Reuniões Realizadas</b>
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN	<b>15</b>
Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM/DF	<b>6</b>
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE	<b>16</b>

<b>Discriminação</b>	<b>Reuniões Realizadas</b>
Conselho de Administração de Fundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB	6
Conselho Gestor do Fundo Distrital de habitação e Interesse Social - FUNDHIS	7
Consulta Pública	40
Audiência Pública	13
Lei De Permeabilidade	3
Lei De Antenas	2
Diálogos Por Brasília	3
Câmara Técnica – Aprovação De Projetos – Conplan	5
Câmara Temática – LUOS	33
Câmara Temática – PPCUB	21
Grupo De Trabalho – CEDS/LUOS	5
Comissão EIV – Guará	1
Projeto Masterplan – Orla	3
Apresentação de Projetos GDF- SEF e TERRACAP	2
<b>TOTAL DE REUNIÕES</b>	<b>181</b>

### **3. Instalar incremento do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);**

#### **2016**

O intuito da criação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, era no sentido do Governo dispor de uma autarquia independente, visando garantir a atuação em pesquisa e planejamento, melhorando a qualidade das ações e imprimindo permanência e institucionalidade as essas atividades.

A minuta do Projeto de Lei que prevê a criação do Instituto, bem como a exposição dos motivos, as planilhas e quadro funcional, foi encaminhada para a SEPLAG em 2016 para avaliação, no entanto, a sua criação não foi possível em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permitiu a criação de novos cargos, bem como aumento de despesas.

#### **2017**

A implantação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM permanece inalterável em virtude da impossibilidade de criação de novos cargos e consequentemente aumentar despesas.

#### **4. Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT (SEGETH);**

**2016**

Elaboração do anteprojeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo, sendo as seguintes atividades desenvolvidas em 2016: a) Vistorias visando a verificação da conformidade ou não da proposta contida no PLC 79/13, com o uso e ocupação atual, nas Regiões Administrativas abrangidas pela LUOS. Foram comparados os seguintes aspectos: nº de pavimentos, uso do solo, existência ou não de marquises e beirais; b) Atualização do banco de dados da LUOS com os coeficientes do PDOT- Base de dados georeferenciada para a LUOS, c) Desenvolvimento de metodologia para estudo de densidade, modelagem de parâmetros e cálculos estatísticos, d) Estudos para modelagem da volumetria das edificações e do terreno, nas áreas de abrangência da LUOS, com vistas à possibilitar estudos da paisagem; e) Observância das Estratégias do PDOT – mapeamento das estratégias em relação as áreas abrangidas pela LUOS; f) Consideração dos estudos em elaboração no âmbito do ZEE, quanto às áreas para desenvolvimento de atividades econômicas e aos aspectos relativos à disponibilidade hídrica. g) Sintaxe Espacial – (oficina de treinamento a ser realizada) - uma compreensão da ferramenta e seu apoio para a interpretação do espaço urbano, h) Ajuste dos critérios para definição das Unidades de Uso e Ocupação do Solo – UOS, que remetem à: uso, atividade, localização, ocupação do solo, desenho urbano; i) Elaboração dos Mapas de uso do solo – UOS das Regiões Administrativas abrangidas pela LUOS, j) Base de dados da LUOS - Correção dos dados referentes aos projetos urbanísticos - Preenchimento dos dados dos projetos e PDL, k) Definição dos Parâmetros de ocupação para os lotes – estabelecimento das faixas de tamanho de lotes.

Alguns estudos foram realizados visando subsidiar as ações acima: caracterização e demarcação de poligonais de Parcelamentos Urbanos Isolados (PUI), que resultou na definição de três poligonais de PUI e os estudos para formulação de Projeto de Lei para criação de seis áreas de ZEIS de Regularização e dez áreas de ZEIS de Provisão Habitacional, em conjunto com a DIHAB/COPLAN. Foram iniciados estudos e elaborada a proposta de decreto para regulamentar a Lei nº 5.135/2013 que dispõe sobre a alienação de imóveis na Vila Planalto. Foi iniciada, a proposta de Decreto de Regularização Fundiária para regulamentação da Lei 4.996/2012. Em função da edição da Medida Provisória 759/2016, aprovada recentemente no Congresso Nacional, os trabalhos serão reiniciados visando proposta de lei, e não mais de decreto, uma vez que a MP 759 revoga o capítulo de regularização fundiária urbana da Lei Federal nº 11.977/2009, inteiramente recepcionado pela lei distrital de regularização - Lei 4.996/2012.

**2017**

Elaborado o anteprojeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, sendo as seguintes atividades desenvolvidas em 2017: a) Definição dos parâmetros de ocupação do solo para os lotes abrangidos pela LUOS estabelecidos por faixas de tamanho de lotes por Unidade de Uso do solo UOS e elaboração das planilhas de parâmetros por Região Administrativa; b) Atualização do banco de dados da LUOS – disponibilização de uma Base de dados georeferenciada para a LUOS, c) Desenvolvimento de estudos específicos para subsidiar a elaboração da proposição, como da sintaxe espacial, estudo de densidade, modelagem de parâmetros e cálculos estatísticos, d) Ajuste dos critérios para definição dos parâmetros de uso e ocupação; e) definições quanto a parâmetro de estacionamento para os lotes; f) definições quanto ao instrumentos urbanísticos de outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, compensação urbanística; g) definições quanto ao parcelamento do solo e rememoração de lotes; h) consolidação do texto completo do anteprojeto de lei complementar da LUOS; i) elaboração de documento de memória técnica da LUOS; e j) realização de amplo processo participativo para debate do proposta da LUOS (audiências públicas, consultas públicas on-line e presenciais em cada uma das Regiões Administrativas, reuniões públicas, reuniões da câmara técnica do CONPLAN e CCPPTM e reunião no CONPLA para a aprovação da proposta). O Projeto de Lei da LUOS encontra-se na Câmara Legislativa do DF para aprovação.

As realizações quanto a Habitação e Regularização destacam-se:

- Desenvolvimento da descrição programática do serviço de locação social para a sua modelagem e estudos e modelagem da linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita e apresentação em Conselhos;
- Estudos sobre déficit e demanda habitacional no Distrito Federal;

- Ferramenta de avaliação de inserção urbana para os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida” em nove glebas disponibilizadas para o Programa Habita Brasília. Nota Técnica nº 2 – DIPLAN/2017;

- Elaboração do Caderno de Estudo para Avaliação das novas áreas destinadas à criação de Zonas Especifica de Interesse Social – ZEIS para provimento de novas áreas habitacionais de Interesse Social, visando atender ao Programa Habita Brasília e suprir o Déficit Habitacional no Distrito Federal e elaboração, em conjunto com a DIREG, da Minuta do Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;

- Elaboração do Caderno de Estudo para Avaliação da criação de Zonas Especifica de Interesse Social – ZEIS de regularização fundiária; e elaboração, em conjunto com a DIHAB, da Minuta do Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;

- Elaboração de Caderno nº 2 sobre a definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS/ARIS). Em revisão ortográfica;

- Elaboração de Caderno nº 3 sobre o processo de regularização fundiária / etapa titulação da Vila Planalto. Em revisão ortográfica;

- Regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, devido à publicação da Lei Federal nº 13.465/2017 que trata de regularização fundiária urbana, com a constituição de Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei Federal coordenado pela CACI - Decreto nº 38.433, de 24 de agosto de 2017.

Em relação aos instrumentos urbanísticos e de controle urbano, foram realizados:

- Elaboração de estudos técnicos e proposição de minuta de lei sobre a temática “cobrança de ODIR e ONALT” a ser incorporado no Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF – LUOS/DF;

- Elaboração de estudos técnicos e proposição de minuta de de lei sobre a temática de “exigência de vagas de garagem” para o Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF.

Quanto aos Instrumentos de monitoramento e transparência ativa:

- Índice de Bem-Estar Urbano do DF – IBEU/DF seguindo a metodologia elaborada pelo Observatório das Metrôpoles. Nota Técnica nº3 – DIPLAN/2017.

No que se refere aos estudos de subsídio ao planejamento e revisão do PDOT:

- Redefinição das poligonais indicativas das Áreas de Desenvolvimento Produtivo - ADP I e da ADP II, (DIPLAN e SUGEST) em conjunto com a SEMA e a TERRACAP para o ZEE.

Estratégia de revitalização prevista no PDOT:

- R1 – Setores Centrais de Brasília.

Elaboração dos Projetos de Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade no Setor de Rádio e TV Sul, SCS, Setor Hoteleiro Sul, SAUN.

Estratégia de dinamização prevista no PDOT:

- Eixo Ceilândia;

- Adequação de sistema viário, implantação de sistema cicloviário e acessibilidade na ADE Setor de Indústrias e ADE Setor de Depósitos de Materiais de Construção em Ceilândia;

- Projeto urbanístico do subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília.

Estratégia de oferta de áreas habitacionais prevista no PDOT:

- Projeto urbanístico das quadras 100 ímpares e subcentro oeste de Samambaia;

- Projeto urbanístico do centro urbano do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília;

- Projeto urbanístico do subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília.



Gestão Compartilhada da Áreas de Proteção de Manancial:

- Elaboração de minuta de decreto para a gestão compartilhada, construída por meio da participação na dimensão socioeconômica do Programa Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica – PICH, junto da Casa Civil e diversos órgãos. Trabalho conjunto com a SEMA, CAESB, ADASA, SEAGRI, EMATER; NOVACAP e AGEFIS.

## **5. Aprimorar gestão da informação territorial (SEGETH);**

**2016**

Elaboração e publicação do Decreto que institui a Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal – IDE/DF e lançamento do Geoportal - Mapa Dinâmico de Brasília. Este Geoportal possui um visualizador do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF – SITURB que disponibiliza na Web, para consulta e download, todos os dados georreferenciados do Distrito Federal. Ele tem ferramentas de interoperabilidade que permitem que cada órgão disponibilize seus dados a partir de seus bancos de dados, garantindo assim a constante atualização e a responsabilidade pela informação. Desta forma, os usuários poderão sobrepor os dados oriundos dos diversos órgãos para análises setoriais, obtendo de forma rápida as informações necessárias para o planejamento de ações governamentais. Este Geoportal disponibiliza também o acesso aos metadados, geoserviços, cartografia, rede geodésica e o Sistema de Documentação Urbanística - SISDUC. Foi instituído também um Comitê Gestor de Geoinformação com o objetivo de deliberar sobre os assuntos que envolvam a Política de Geoinformação e Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal.

**2017**

Atualização do Geoportal para uma nova versão com responsividade, o que tornou possível a utilização do Geoportal em computadores, tablets e celulares. Foram também implementadas melhorias nessa nova versão do Geoportal tornando a ferramenta mais ágil e interativa aos usuários. Tais melhorias implantadas dizem respeito a seleção espacial, análise de áreas de abrangências por pontos, linhas e polígonos, busca por endereço, correção nos processos de busca e análise de proximidade. Foram disponibilizadas também novas ferramentas no Geoportal com a possibilidade de visualização de imagens e documentos nos menus laterais, atividade desenvolvida especificamente para o portal Nós Urbanos e que foi incorporada ao Geoportal. Nos ambientes internos, foram implementadas melhorias de segurança e atualização das informações com relatórios de edições, automação de processos de exportação de camadas e geração de cache. Nos ambientes do Sistema de Documentação Urbanística - SISDUC, foram realizadas melhorias de performance e correção de erros nos sistemas de arquivos.

## **6. Gerir de forma centralizada lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos, como a elaboração do cadastro georeferenciado de lotes e a implantação do portal “Nós Urbanos” (SEGETH);**

**2016**

Foram realizadas a atualização da base de equipamentos públicos e próprios do Distrito Federal com base nos dados da COPAT/Secretaria de Fazenda; resposta conjunta com a SUGEST quanto à demanda por lotes para Equipamentos Públicos, procurando acomodar as solicitações nos lotes subutilizados; elaboração da minuta de decreto de procedimentos para transferência de unidades imobiliárias destinadas a equipamentos públicos e regularização de concessões de áreas para equipamentos públicos repassados aos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal – Processo nº 309.000.403/2015, pendente de publicação. O portal Nós Urbanos está em pleno funcionamento.

**2017**

Publicado o Decreto nº 38.427, de 3 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos para distribuição de unidades imobiliárias e concessão de áreas de domínio público destinadas a equipamentos públicos aos órgãos do Distrito Federal. Foram implementados os procedimentos e a estruturação de banco de dados georeferenciado para acompanhamento e registro dos lotes e áreas concedidos a implantação de equipamentos públicos, é uma ação constante.

O Portal Nós Urbanos, foi atualizado para a mesma plataforma do Geoportal. Dessa forma, foi possível o aproveitamento de todas as ferramentas desenvolvidas para o Geoportal no Portal Nós Urbanos. A estrutura de arquivos foi também otimizada para a publicação de documentos e fotos, arquivos e dados visualizados diretamente no Portal do Nós Urbanos.

## **7. Elaborar e implementar política de assentamento rural (SEGETH); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Segundo a SEAGRI, cinco assentamentos foram regularizados: Sobradinho; Paranoá; Gama; São Sebastião e Centro de capacitação de assentados Luzia Alves. Ressalte-se que a SEGETH não tem participação direta em políticas de assentamento rural. No novo Código de Edificações, está sendo discutida a aprovação de atividades urbanas em áreas rurais e atividades rurais em áreas urbanas.

## **8. Elaborar projetos para a promoção de intervenções estruturantes visando qualificação e reabilitação de espaços públicos urbanos. (SEGETH);**

2016

Em março de 2016, a SEGETH foi reestruturada, e entre suas atribuições há atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de urbanização, mobilidade e acessibilidade; projetos de parcelamentos do solo; projetos de parques e espaços livres públicos. Neste período, foram elaborados os seguintes projetos: 1) projetos de requalificação das áreas centrais: projeto executivo de urbanização do canteiro central da via S3-etapas 2; projeto de urbanização, acessibilidade e malha cicloviária para a ADE- setor de materiais de construção e setor de indústrias de Ceilândia, como parte do Programa Pró-Cidades; projeto de acessibilidade do setor hoteleiro sul; projetos de requalificação e acessibilidade do setor hospitalar local sul; 2) projetos de parques e espaços livres públicos: projeto de urbanização e paisagismo da orla livre-fase 1 – etapa 1 - SHIS QL 12 – península dos ministros; projeto de requalificação da praça do povo na quadra 03 do setor comercial sul; projeto do parque sol nascente- Ceilândia; 3) projetos de sistema viário: proposta de revisão de sistema viário e proposta de estacionamentos entre a 616 a 612 sul; projeto de revisão do sistema viário do setor de autarquias norte; 4) projetos de parcelamento do solo: projeto urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô; projeto urbanístico para concessão da galeria dos estados; projeto urbanístico do setor de embaixadas norte; projeto urbanístico para regularização dos lotes dos terminais rodoviários norte e sul de Samambaia; projeto urbanístico do terminal rodoviário Asa Norte; projeto urbanístico do terminal rodoviário do subcentro 400-600 do Recanto das Emas. Destaca-se que parte dos projetos elaborados pela SEGETH integram o *Programa 6216 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. Promoção do transporte não motorizado: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas*, tais ações totalizaram 60.000 m<sup>2</sup> de projetos de acessibilidade, sendo eles: Projeto executivo de rota acessível no entorno do hospital regional de Ceilândia - HRC; projeto executivo de rota acessível no entorno do hospital regional de Taguatinga - HRT;

Objetivando alcançar a meta, também foram realizadas as seguintes ações: elaboração do projeto executivo de rota acessível à escola de música; projeto executivo de rota acessível ligando o terminal asa sul ao setor hospitalar local sul; projeto executivo de rota acessível da estação 114 sul do metrô ao setor médico hospitalar local sul; rota acessível na 610 norte em direção ao Instituto Federal de Brasília; projeto de acessibilidade do setor médico hospitalar local sul; projeto de acessibilidade do setor hoteleiro sul; projeto de acessibilidade e inserção de malha cicloviária no SAFSul.

2017

Projetos urbanísticos aprovados por decreto ou portaria, desenvolvidos em 2017:

1. Projetos de Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade – Área total de projeto de 1.475.654 m<sup>2</sup>
  - a. Projeto de Acessibilidade e Espaços Livres do Setor de Autarquias Norte (Área de projeto de 501.627 m<sup>2</sup>);
  - b. Projeto de Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul (Área de projeto de 66.465 m<sup>2</sup>);
  - c. Projeto de Urbanização e paisagismo da Orla Livre- Fase 1 – Etapa 2A - SHIS QL 10 (Área de projeto de 478.786 m<sup>2</sup>);
  - d. Projeto de Urbanização e Paisagismo da Orla Livre-Trecho SHIS QL 8 a 10, e conexões via ponte das Garças ao Deque Sul (Área de projeto de 336.835 m<sup>2</sup>);
  - e. Projeto de Urbanização Via L2 Sul – SGAS 613 a 616 e SES 813 e 815/816 – estacionamentos e calçadas (Área de projeto de 2.186 m<sup>2</sup>);
  - f. Projeto de Acessibilidade da Quadra 03 do SCS (Área de projeto de 25.502 m<sup>2</sup>);
  - g. Projeto de Acessibilidade da Quadra 05 e da Praça do Povo do SCS (Área de projeto de 39.253 m<sup>2</sup>);
  - h. Projeto de Acessibilidade do Setor Hospitalar Local Sul (Área de projeto de 25.000 m<sup>2</sup>).

2. Projetos de Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário – Área total de projeto de 1.026.688 m<sup>2</sup>
  - a. Projeto1 de adequação de sistema viário, implantação de sistema cicloviário e acessibilidade na ADE Setor de Indústrias e ADE Setor de Depósitos de Materiais de Construção em Ceilândia (Área de projeto de 784.630 m<sup>2</sup>);
  - b. Projeto de criação de via de acesso ao Fórum do Itapoã (Área de projeto de 76.492 m<sup>2</sup>);
  - c. Projeto1 de Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 Samambaia QS 303 - Conj 04 - Lt 01, Gama EQ 55/56 - AE 02., Brazlândia, Sobradinho e Taguatinga (Área de projeto de 39.594 m<sup>2</sup>);
  - d. Projeto de Sistema Viário das Quadras 1 a 6 do Setor Hoteleiro Sul (Área de projeto de 21.096 m<sup>2</sup>);
  - e. Projeto1 executivo de rota acessível da Estação 112 Sul do Metrô à W3 e via L2 (Área de projeto de 51.031 m<sup>2</sup>);
  - f. Projeto1 Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária do SESC em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 17 (Área de projeto de 32.302 m<sup>2</sup>);
  - g. Projeto1 Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 20 (Área de projeto de 21.543 m<sup>2</sup>).
3. Projetos de Urbanismo – Área total de projeto de 2.540.555 m<sup>2</sup>
  - a. Projeto Urbanístico de criação de lote - Administração da Candangolândia (Área de projeto de 10.529 m<sup>2</sup>);
  - b. Projeto Urbanístico do Centro Urbano do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília (Área de projeto de 404.487 m<sup>2</sup>);
  - c. Projeto Urbanístico do Setor de Embaixadas Norte (Área de projeto de 594.120 m<sup>2</sup>);
  - d. Projeto Urbanístico do Subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília (Área de projeto de 185.591 m<sup>2</sup>);
  - e. Projeto Urbanístico para concessão da Galeria dos Estados (Área de projeto de 8.593 m<sup>2</sup>);
  - f. Projeto Urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô (Área de projeto de 711.121 m<sup>2</sup>);
  - g. Projeto Urbanístico Quadras 100 ímpares e Subcentro oeste de Samambaia (Área de projeto de 626.114+ m<sup>2</sup>).

## **9. Implementar portal “Nós Urbanos” (SEGETH);**

**2016**

Foi implantado o Portal “Nós Urbanos” que reúne as ações e projetos de planejamento e gestão urbana do Distrito Federal desenvolvidos pela Secretaria de Gestão do Território e Habitação. Neste portal o cidadão pode entender como o trabalho da Secretaria impacta o cotidiano da vida urbana. Para isso, o site usa pontos no mapa em que é possível conhecer as ações em desenvolvimento por Região Administrativa e tipo de obra. O “Nós Urbanos” também é um canal institucional para a difusão de conceitos e princípios urbanísticos, constituindo instrumento de educação urbana e patrimonial. Tudo isso privilegiando o diálogo com a comunidade de forma transparente.

**2017**

O Portal Nós Urbanos, foi atualizado para a mesma plataforma do Geoportal. Dessa forma, foi possível o aproveitamento de todas as ferramentas desenvolvidas para o Geoportal no portal Nós Urbanos. A estrutura de arquivos foi também otimizada para a publicação de documentos e fotos, arquivos e dados visualizados diretamente no portal do Nós Urbanos.

## **10. Entregar a Minuta do projeto de lei e do Decreto de regulamentação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE-DF (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**2016**

Foram realizadas diversas reuniões de trabalho e apresentações, conforme o que segue abaixo:

Apresentações do ZEE-DF em 07 (sete) Conselhos Distritais, sendo: no Conselho de Meio Ambiente (CONAM-DF); no Conselho de Recursos Hídricos (CRH-DF); no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN); no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPTM); no Conselho de Política de Desenvolvimento Rural (CPDR); no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); no Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais (CIPDA).

A qualificação da Base de Dados do ZEE-DF, que atualmente conta com cerca de 150 usuários cadastrados em órgãos do GDF e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais;

O lançamento do Portal Eletrônico do ZEE-DF em março/2016, cujo número de consultas ao referido portal, ao longo do ano de 2016, alcançou a marca de 16.360 acessos, superando a meta de 200 acessos prevista para 2016;

A disponibilização do texto de referência para o Anteprojeto de Lei do ZEE/DF com vistas à consulta pública online (<http://www.zee.df.gov.br/ozee/consulta-publica.html>) em outubro/2016.

Realização de quatro consultas públicas presenciais nas Regiões Administrativas de Sobradinho, Samambaia, Plano Piloto e Ceilândia (público total: mais de 170 pessoas).

É válido esclarecer que, em razão das 10 reuniões realizadas no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a novembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal, previstos para novembro de 2016, ocorrerão no 1º semestre de 2017.

O novo texto consolidado no âmbito da Coordenação Política foi publicado para consulta pública no Portal Eletrônico do ZEE/DF em 20 de dezembro de 2016. Para a divulgação da Audiência Pública do ZEE-DF, que prevista para o mês de março de 2017, foi elaborado conteúdo técnico para a impressão de 4.000 folderes e cerca de 5.000 exemplares da Revista/Cartilha, publicação explicativa do ZEE/DF.

#### **2017**

Foram realizadas diversas reuniões de trabalho, apresentações e Audiências Públicas, conforme segue:

27 (vinte e sete) reuniões da Coordenação Geral Política do ZEE-DF, instituída pelo Decreto nº 36.473, de 30 de abril de 2015, sob a coordenação da Casa Civil e com a participação de outros órgãos do Governo de Brasília; 89 (oitenta e nove) reuniões da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF, instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, e composta pela SEMA, SEGETH, SEAGRI e SEDS –, com a participação de outros órgãos de governo (distrital e federal); 01 reunião da Comissão Distrital do ZEE-DF, instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, inicialmente com representantes de 25 órgãos de governo (distrital e federal); 15 reuniões de participação popular para o ZEE-DF com representantes da sociedade civil, associações de moradores, organizações não-governamentais, entidades de classe, representações do setor produtivo etc., incluindo uma apresentação no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM/DF); 02 (duas) Audiências Públicas do ZEE-DF, sendo a primeira realizada em 11 de março de 2017, com a participação de 326 cidadãos, e a segunda, em 28 de outubro de 2017, com a participação de 100 cidadãos.

Além disso, foi encaminhada minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF para análise da Casa Civil foi realizado em 17 de novembro de 2017.

Ao longo do ano de 2017, o Portal Eletrônico do ZEE-DF ([www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)) alcançou a marca de 30.664 acessos, superando a meta inicialmente prevista de 25.000 acessos. A Base de Dados do ZEE-DF possui, atualmente, 182 usuários cadastrados em órgãos do Governo de Brasília e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais.

### **11. Realizar Seminário de apresentação da legislação proposta a CLDF (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

#### **2016**

Projeto de LEI – PL será apresentado pela Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

#### **2017**

A realização do Seminário de apresentação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF ocorrerá em 10 de maio de 2018. O referido Projeto de Lei foi enviado à CLDF em 11 de abril de 2018.

## **12. Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);**

**2016**

Com a finalidade de promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Distrito Federal por meio de fomento à mecanização agrícola nos assentamentos rurais, foram adquiridas cinco patrulhas mecanizadas e nove cultivadores motorizados com implementos. Aguarda-se a realização de chamamento público para disponibiliza-las a organização selecionada. Esta meta tem como objetivo geral o apoio à estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização. O Chamamento Público é procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

**2017**

Foram entregues 13 patrulhas mecanizadas, cumprindo o Convênio SICONV nº 795520/2013, firmado entre o a SEAGRI-DF, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Caixa Econômica Federal, para possibilitar a estruturação produtiva de assentamentos oriundos de reforma agrária, dando cumprimento à determinação constitucional de dar à terra a sua função social.

## **13. Construir 2 centros de comercialização, 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);**

**2016**

Não foram construídos os centros, os pontos e as URDAS. Estão em fase de licitação. Esta meta tem como objetivo geral o apoio à estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.

**2017**

Para a realização das obras a SEAGRI já obteve as autorizações para construção, tanto da Terracap quanto do Incra, em cada área de sua respectiva propriedade, os projetos estão prontos no setor de Engenharia e Obras desta Pasta. Restam pendentes as autorizações dos órgãos ambientais e daqueles fornecedores de serviços públicos de água, luz, sanitário, de tráfego e coleta de lixo.

## **14. Criar quatro projetos de assentamentos rurais, considerando o CAR (cadastro ambiental rural) e o PRA (programa de regularização ambiental). (SEAGRI) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**2016**

Foi criado o projeto de assentamento Patrícia e Aparecida e foi incluído o Cadastro Ambiental Rural – CAR. As principais realizações em relação ao proposto, desempenho, desafios de implementação foram os seguintes: fazer o relatório de viabilidade ambiental social, solicitar outorga de uso de água e o licenciamento ambiental.

**2017**

Em 2017 foi realizado o processo seletivo para seleção de famílias a serem assentadas nas áreas dos assentamentos Patrícia & Aparecida e 10 de Junho, este último finalizará o procedimento até o primeiro quadrimestre de 2018. O procedimento foi realizado por meio de procedimento de Chamamento Público seguindo as orientações da Procuradoria do Distrito Federal.

## **15. Criar o Sistema Distrital de Informações Ambientais integrado com os Bancos de Dados Governamentais (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);**

**2016**

Para a implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, instituído pelo art.279, inciso IX, da Lei Orgânica, e a Lei Distrital Nº 3.944/2007, foram realizadas diversas reuniões de trabalho para elaboração do projeto de implantação em 2017, o qual foi aprovado para receber financiamento de recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF), no âmbito do programa Cidades Sustentáveis.

No que concerne ao projeto de implantação do SISDIA, importa ressaltar sua apresentação na Agência Espacial Europeia em setembro, para início dos trabalhos de desenvolvimento de indicadores ambientais, evento no qual o SISDIA obteve destaque internacional em virtude de seu caráter inovador, ao trazer o entendimento da gestão territorial a partir dos riscos ambientais e a capacidade de suporte ambiental.

Importante destacar ainda as seguintes ações finalísticas:

Participação efetiva na elaboração do decreto da Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal - IDE/DF, Decreto nº 37.612, de 09 de setembro de 2016, tendo por um dos principais objetivos a promoção do adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disponibilização e no uso da geoinformação sobre o território e a população do Distrito Federal, aos órgãos ou entidades públicas pertencentes à Administração do Distrito Federal;

Elaboração de 155 mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos, etc.

Fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos shapefiles (dez 2016)

Contribuição técnica na construção da Matriz de Prioridade de Combate à Grilagem (MARIS) e fornecimento de informações ambientais para a elaboração do Mapa de Combate à grilagem e Ocupação Irregular no Distrito Federal;

Participação e fornecimento de informações ambientais para a elaboração do mapa de prioridade de áreas de recuperação.

## 2017

No tocante ao Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, foi iniciada a etapa de elaboração dos termos de referência, com a realização de reuniões de trabalho entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a CODEPLAN (Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal), o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), o MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e a UNEP (Organizações das Nações Unidas – Meio Ambiente), para aprimoramento dos conceitos do sistema, de modo que as contratações/aquisições relativas ao projeto de implantação possam ter eficácia e eficiência em sua construção. Os termos de referência se dividem, resumidamente, em dois grupos: um para a compra e desenvolvimento de software, e o outro para a análise de requisitos e modelagem do banco de dados do sistema.

Destacaram-se ainda as seguintes ações finalísticas: elaboração de 1500 arquivos, compreendendo mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos etc. (arquivados em rede corporativa da SEMA); fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 180 usuários GDF-NET, com dois grandes nichos informacionais, abrangendo 265 arquivos shapefiles; suporte técnico para as demais áreas finalísticas da SEMA em mapas temáticos e para pareceres técnicos; desenvolvimento e suporte em estudos geoespaciais para alocação de recursos no território, tais como recuperação florestal, áreas prioritárias para combate à grilagem, etc.

## **16. Implementar e monitorar o Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal ZEE-DF (SEMA).**

### 2016

A aprovação do Projeto de Lei do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal na Câmara Legislativa do DF constitui elemento condicional para o desenvolvimento de ferramentas e indicadores da capacidade de suporte ambiental e socioeconômica do território, bem como para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal, cuja produção acontecerá em 2017.

Para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal foi iniciada, ao final de 2016, a elaboração do Termo de Referência para contratação de serviços técnico-profissionais com vistas à definição do modelo conceitual e dimensionamento do conteúdo técnico, projeto gráfico e impressão do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal nas seguintes versões: (i) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); (ii) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial das Águas (2018).

### 2017

Foram elaborados diversos termos de referência para a contratação da elaboração das quatro versões do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal: I) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); II) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial da Água (2018)

No entanto, em razão do valor autorizado para contratação da elaboração do Atlas ter sido bastante reduzido, além da proximidade da realização da 8ª edição do Fórum Mundial da Água, optou-se inicialmente pela elaboração da versão específica para o referido evento, com fundamento nos estudos realizados sobre a disponibilidade hídrica do DF no âmbito do Grupo de Trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF.

Para a contratação dos serviços de design gráfico/diagramação/arte final, foi autuado processo, em agosto de 2017, que se encontra em fase de diligências para atualização da pesquisa de orçamentos com vistas ao encaminhamento à SEPLAG para realização da licitação.

Está em andamento a contratação dos serviços gráficos para a impressão de 20.000 exemplares do Atlas para o Fórum Mundial da Água.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1713	PERCENTUAL DE LOTES INFORMAIS	%	44,42	31/12/2016	-	-	34,7	34,68	24,19	12,78	SEGETH/CODHAB/28101/OE 1
1714	POPULAÇÃO RESIDENTE PRÓXIMA À INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ATIVA	KM/1000 HAB	33,43	31/07/2017	-	-	34,76	33,43	38,24	42,06	SEGETH/PDAD/PN 28101/OE 1

### Justificativas

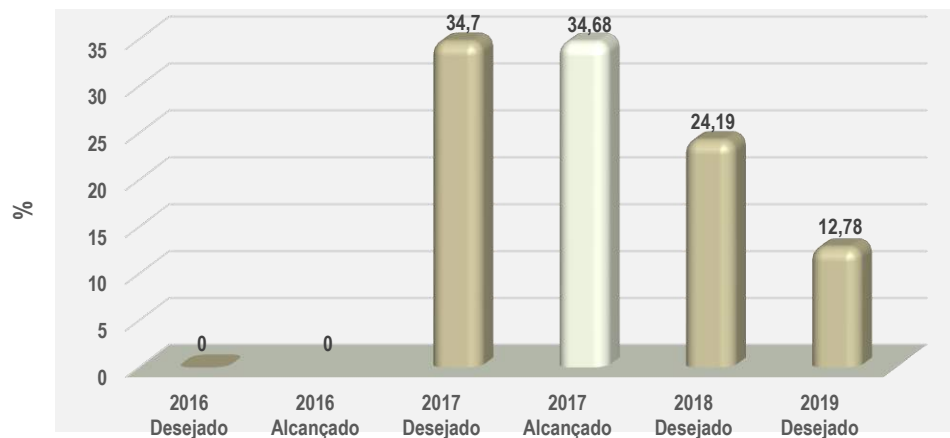
**Indicador 1713 - Polaridade:** Quanto menor melhor. Índice criado em 2017. Devido falha no sistema SIGGO o índice mais recente está errado. Onde se lê 44,42, leia-se 34,68%, pois é o primeiro ano que o indicador é apurado. O indicador parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social - ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017.

**Indicador 1714 - Polaridade:** Quanto maior melhor. Índice criado em 2017. O indicador População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa mede a razão entre a extensão da infraestrutura de mobilidade ativa (destinada a pedestres e ciclistas) no DF e o número de habitantes, para avaliar a capacidade de atendimento dessa infraestrutura e subsidiar o planejamento de sua expansão.

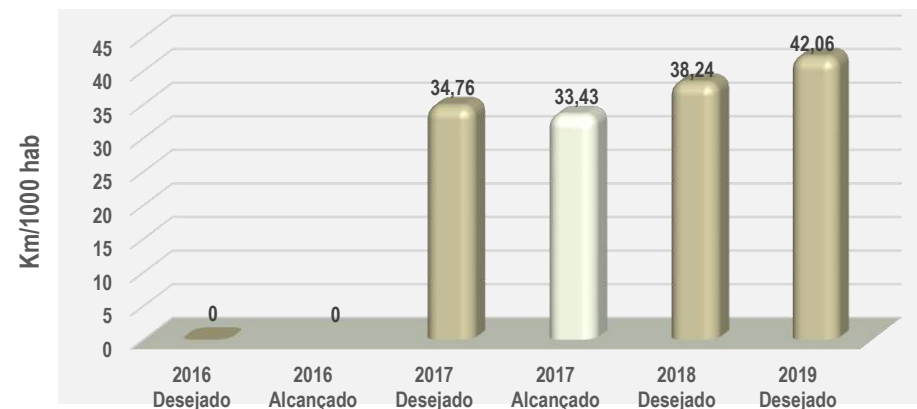
Obs: Em 2017 a Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano firmou uma parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, visando definir alguns indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Territorial do DF. Dessa parceria, surgiram alguns indicadores dentre eles o "Percentual de Lotes Informais" e "População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa", os quais foram inseridos no PPA em 2017.

O indicador 1713, percentual de lotes Informais parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social – ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017, resultando em 34,68% de lotes em ARIS que ainda não tem escrituras entregues.

PERCENTUAL DE LOTES INFORMAIS



POPULAÇÃO RESIDENTE PRÓXIMA À INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ATIVA



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	1	1	Instalação incremental do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);	28101	50	<p><b>2016</b> O intuito da criação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, era no sentido de que o DF pudesse dispor de uma autarquia independente, visando garantir a atuação em pesquisa e planejamento, melhorando a qualidade das ações e imprimindo permanência e institucionalidade às essas atividades. A minuta do Projeto de Lei que prevê a criação do Instituto, bem como a exposição dos motivos, as planilhas e quadro funcional, foi encaminhada para a SEPLAG em 2016 para avaliação, no entanto, a sua criação não foi possível em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permitiu a criação de novos cargos, bem como aumento de despesas.</p> <p><b>2017</b> Situação mantida inalterada, conforme mencionado na análise de 2016.</p>
6208	1	2	Elaboração de cadastro georreferenciado de lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos (EPC/EPU), associando-o a estratégia de gestão de demandas das políticas setoriais (SEGETH);	28101	100	<p><b>2016</b> O cadastro georreferenciado de lotes de propriedade do Governo do Distrito Federal foi concluído e atualizado até novembro de 2016. O decreto elaborado aguarda a publicação para efetivação dos procedimentos detalhados no instrumento legal. (Processo nº 309.000.403/2015).</p> <p><b>2017</b> Publicado o Decreto nº 38.427, de 24 de agosto de 2017 que dispõe sobre os procedimentos para distribuição de unidades imobiliárias e concessão de áreas de domínio público destinadas a equipamentos públicos aos órgãos do Distrito Federal. Elaboração de cadastro georreferenciado de lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos (EPC/EPU), associando-o a estratégia de gestão de demandas das políticas setoriais, no GEOPORTAL.</p>



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	1	3	Construção de banco de dados para gerenciar a disponibilidade de terras públicas destinadas à implantação de equipamentos públicos no DF (SEGETH);	28101	100	<p><b>2016</b> Foram realizadas a atualização da base de equipamentos públicos e próprios do Distrito Federal com base nos dados da COPAT/Secretaria de Fazenda; resposta conjunta com a SUGEST quanto à demanda por lotes para Equipamentos Públicos, procurando acomodar as solicitações nos lotes subutilizados; elaboração da minuta de decreto de procedimentos para transferência de unidades imobiliárias destinadas a equipamentos públicos e regularização de concessões de áreas para equipamentos públicos repassados aos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal – Processo nº 309.000.403/2015, pendente de publicação. O portal Nós Urbanos foi lançado em 2016, é uma ferramenta que reúne as ações de planejamento, projeto e gestão urbana no DF, o site usa pontos no mapa em que é possível conhecer as ações em desenvolvimento por Região Administrativa e tipo de obra, está em pleno funcionamento por meio do site <a href="http://www.nosurbanos.segeth.df.gov.br/">http://www.nosurbanos.segeth.df.gov.br/</a>.</p> <p><b>2017</b> elaboração da minuta de decreto de procedimentos para transferência de unidades imobiliárias destinadas a equipamentos públicos e regularização de concessões de áreas para equipamentos públicos repassados aos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal – Processo nº 309.000.403/2015, pendente de publicação.</p>
6208	1	4	Participação no Comitê Gestor do ZEE-DF – (SEGETH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	28101	100	<p><b>2016</b> A SEGETH integra a Coordenação Geral Técnica (CGT) do ZEE, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) e Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Foram realizadas 10 (dez) reuniões no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a dezembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal ocorrerão no 1º semestre de 2017. No que concerne ao decreto de regulamentação, esta ação somente será implementada após a aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A SEGETH Coordenou no primeiro semestre de 2016 a elaboração de dois Cadernos Técnicos, que compõem a relação de documentos técnicos que serviram de embasamento para a proposta do projeto de lei do ZEE, quais sejam: i) Alocação Territorial de Empreendimentos Produtivos; ii) Avaliação das Estratégias de Ordenamento e Monitoramento Territorial no Período 1997-2015.</p> <p><b>2017</b> A SEGETH integra a Coordenação Geral Técnica (CGT) do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF ZEE, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) e Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Foram realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 27 (vinte e sete) reuniões da Coordenação Geral Política do ZEE-DF – instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473, de 30 de abril de 2015 –, sob a coordenação da Casa Civil e com a participação de outros órgãos do Governo de Brasília.</li> <li>• 89 (oitenta e nove) reuniões da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF – instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, e composta pela SEMA, SEGETH, SEAGRI e SEDS –, com a participação de outros órgãos de governo (distrital e federal).</li> <li>• 01 (uma) reunião da Comissão Distrital do ZEE-DF – instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, inicialmente com representantes de 25 órgãos de governo (distrital e federal).</li> <li>• 15 (quinze) reuniões de participação popular para o ZEE-DF com representantes da sociedade civil, associações de moradores, organizações não-governamentais, entidades de classe, representações do setor produtivo, etc., incluindo uma apresentação no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM/DF).</li> <li>• 02 (duas) Audiências Públicas do ZEE-DF; a primeira em 11 de março de 2017, com a participação de 326 cidadãos, e a segunda em 28 de outubro de 2017, com a participação de 100 cidadãos.</li> </ul> <p>O envio da minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF para análise da Casa Civil foi realizado em 17 de novembro de 2017. Ao longo do ano de 2017, o Portal Eletrônico do ZEE-DF (<a href="http://www.zee.df.gov.br">www.zee.df.gov.br</a>) alcançou a marca de 30.664 acessos, superando a meta inicialmente prevista de 25.000 acessos. A Base de Dados do ZEE-DF possui, atualmente, 182 usuários cadastrados em órgãos do Governo de Brasília e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais.</p>
6208	1	5	Elaboração ou revisão de legislação referente a instrumentos de	28101	56	<p><b>2016</b> Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). No ano de 2016 foram instituídos Grupos de Trabalho da SEGETH (Portaria nº 15, de 23 de fevereiro de 2016) e as Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal -</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			planejamento territorial e urbano (SEGETH);			<p>CCPPTM/DF (Portaria nº 59, de 30 de julho de 2016). Desta forma, a SEGETH busca a participação popular, discutindo os princípios, conceitos, Planilhas de parâmetros Urbanísticos (PURP) do PPCUB. A partir dessas discussões foi possível o início da Minuta de Projeto de Lei a ser apresentado em audiência pública.</p> <p>Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) o prazo de vigência do PDOT, aprovado em 2009, é de 10 (dez) anos. São admitidas modificações em prazo diferente para adequação ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE/DF). O Projeto de Lei do ZEE/DF já teve audiência pública, realizada em 11/03/2017, e está em fase final de ajustes para envio à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Portanto, a revisão do PDOT deverá ter início após o envio à CLDF do Projeto de Lei do ZEE.</p> <p>Projeto de Lei de para criação de novas Áreas de Regularização Fundiária de Interesse Social (ARIS) e de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), para provisão habitacional.</p> <p>A delimitação dessas novas ZEIS denota o reconhecimento pelo Poder Público do passivo socioambiental no Distrito Federal, e a necessidade de uma Política Corretiva de Regularização Fundiária. Viabiliza, ainda, o estabelecimento de uma reserva de áreas para a produção de habitação de interesse social, com a delimitação de áreas vazias no âmbito da construção da Política de Planejamento Urbano e Ordenamento Territorial. Os trabalhos executados em 2016 correspondem à 80%.</p> <p>CÁLCULO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO COMPUTO DA SUPLAN:  PPCUB - 40%; PDOT - 40%; Lei de ZEIS – 20%  Executados :  PPCUP (0,40x0,15) – 6%  PDOT – 0%  Lei de ZEIS (0,80x0,20) – 16%TOTAL – 22% na SUPLAN  Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal.</p> <p>No ano de 2016 foram realizadas vistorias: foram comparados aspectos de uso de solo; número de pavimentos; existência ou não de marquises; beiras; atualização do banco de dados da LUOS com os coeficientes do PDOT- Base de dados georreferenciada para a Luos e desenvolvimento de metodologia para estudo de densidade; modelagem de parâmetros e cálculos estatísticos.</p> <p>Foram iniciados os estudos dos instrumentos da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT) e Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR), previstos no PDOT.</p> <p>Elaboração do Projeto de Lei do instrumento de Compensação Urbanística previsto no PDOT.</p> <p><b>2017</b>  Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Das quatro etapas previstas, foram finalizadas a (1) Base Conceitual; a etapa (2) Temas do PPCUB encontra-se 80% finalizada; a etapa (3) Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação está no estágio de 70% de desenvolvimento; a etapa (4) de Atualização da Minuta de PLC e da Memória Técnica está 50% desenvolvida;</li> <li>▪ Realizadas duas audiências públicas do PPCUB;</li> <li>▪ 21 reuniões ordinárias da Câmara Técnica – CT/PPCUB.</li> <li>▪ Revisão do Documento-Base do PPCUB (definição de conceitos e critérios para aplicação dos Instrumentos de política urbana (ONALT/ODIR/OU e outros) nas áreas do CUB (concluído);</li> <li>▪ Revisão da estrutura institucional para a gestão compartilhada do CUB, em conjunto com a Secretaria de Estado de Cultura, em razão da recente aprovação da Lei Orgânica de Cultura – LOC (em andamento);</li> <li>▪ Revisão e complementação dos dados urbanísticos do CUB na base georreferenciada do Geoportal (concluído);</li> <li>▪ Revisão das Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação – PURP das Unidades de Preservação – UP (em andamento).</li> <li>▪ Revisão dos mapas e respectivas poligonais dos Territórios de Preservação - TP e das Unidade de Preservação – UP da Minuta de PLC (documento-base) do PPCUB (concluído).</li> <li>▪ Conferência e linkagem dos dados urbanísticos das áreas do CUB (link dos parâmetros normativos vigentes com as PURPs do PPCUB) – mapa dinâmico (em andamento).</li> <li>▪ Elaboração da minuta de PLC do PPCUB: revisão de trechos do texto da minuta do PLC (documento-base) que já foram discutidos e</li> </ul>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>endossados pela Câmara Técnica do PPCUB, Grupo de Trabalho constituído (em andamento)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reunião de apresentação do processo de sistematização dos instrumentos normativos dos Setores Centrais do Plano Piloto e propostas do PPCUB para esses Setores, para a DIHAB/COPLAN (concluído).</li> </ul> <p>Foram elaborados, também, os seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Minuta do Decreto nº 37.951, de 12/01/2017 – Regulamentação da Lei Complementar nº 766, de 19/06/2008 (“Puxadinhos” da Asa Sul);</li> <li>▪ Minuta do Decreto nº 38.172, de 03/05/2017 – Regulamentação da Lei Complementar nº 883, de 25/06/2014 (“Puxadinhos” da Asa Norte);</li> <li>▪ Minuta de Decreto para criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia, para provimento de novas áreas habitacionais;</li> <li>▪ Minuta de Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e análise do substitutivo do Projeto de Lei;</li> <li>▪ Minuta de Decreto da linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília;</li> <li>▪ Minuta de Decreto para a Gestão Compartilhada de Áreas de Proteção de Manancial, por meio da participação na Dimensão Socioeconômica do Programa Integrado de enfrentamento da Crise Hídrica – PICH, junto da Casa Civil e diversos órgãos. Trabalhando conjunto com a SEMA, CAESB, ADASA, SEAGRI, EMATER; NOVACAP e AGEFIS;</li> <li>▪ minuta do Decreto nº 38.433, de 24 de agosto de 2017, para constituição do Grupo de Trabalho com o objetivo de propor a regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, devido à publicação da Lei Federal nº 13.465/2017 que trata de regularização fundiária urbana, com a constituição de Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei Federal coordenado pela CACI.</li> </ul>
6208	1	6	Participação no processo de elaboração ou revisão de legislação referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano (SEGETH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	28101	X	<p><b>2016</b> A SEGETH participa ativamente como protagonistas na elaboração das legislações referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano, não houve a elaboração de instrumentos relacionados à planejamento territorial em outros órgãos no ano de 2016.</p> <p><b>2017</b> Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17.</p>
6208	1	7	Articulação para encaminhamento para aprovação junto à CLDF de legislação referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano (SEGETH);	68101	100	<p><b>2016</b> A SEGETH mantém a constante articulação em conjunto com a Casa Civil junto à CLDF visando a aprovação das legislações referente aos instrumentos de planejamento territorial e urbano.</p> <p><b>2017</b> A SEGETH mantém a constante articulação em conjunto com a Casa Civil junto à CLDF visando a aprovação das legislações referente aos instrumentos de planejamento territorial e urbano. Foram aprovadas no ano de 2017 A Lei de Permeabilidade, A Lei de Compensação Urbanística, O novo Código de Edificações e entregue a Lei de Uso e Ocupação do Solo.</p>
6208	1	8	Elaboração de projetos para requalificação de espaços públicos no que se refere à temática de mobilidade e acessibilidade (SEGETH);	28101	83	<p><b>2016</b> Os projetos elaborados pela COPROJ/SEGETH integram o Programa 6216 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. PROMOÇÃO DO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, totalizando 60.000 m2 de projetos de acessibilidade. Os projetos elaborados estão descritos no item referente à análise qualitativa do Objetivo 1 Meta 8.</p> <p><b>2017</b> Projetos aprovados por decreto ou portaria:</p> <p><b>1. Projetos de Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade – Área total de projeto de 1.475.654 m²</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Projeto de Acessibilidade e Espaços Livres do Setor de Autarquias Norte (Área de projeto de 501.627 m²)</li> <li>b. Projeto de Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul (Área de projeto de 66.465 m²).</li> <li>c. Projeto de urbanização e paisagismo da Orla Livre- Fase 1 – Etapa 2A - SHIS QL 10 (Área de projeto de 478.786 m²).</li> <li>d. Projeto de Urbanização e Paisagismo da Orla Livre-Trecho SHIS QL 8 a 10, e conexões via ponte das Garças ao Deque Sul (Área de projeto de</li> </ol>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>336.835 m²).</p> <p>e. Projeto de Urbanização Via L2 Sul – SGAS 613 a 616 e SES 813 e 815/816 – estacionamentos e calçadas (Área de projeto de 2.186 m²).</p> <p>f. Projeto de Acessibilidade da Quadra 03 do SCS (Área de projeto de 25.502 m²).</p> <p>g. Projeto de Acessibilidade da Quadra 05 e da Praça do Povo do SCS (Área de projeto de 39.253 m²)</p> <p>h. Projeto de Acessibilidade do Setor Hospitalar Local Sul (Área de projeto de 25.000 m²).</p> <p><b>2. Projetos de Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário – Área total de projeto de 1.026.688 m²</b></p> <p>a. Projeto<sup>1</sup> de adequação de sistema viário, implantação de sistema cicloviário e acessibilidade na ADE Setor de Indústrias e ADE Setor de Depósitos de Materiais de Construção em Ceilândia (Área de projeto de 784.630 m²).</p> <p>b. Projeto de criação de via de acesso ao Fórum do Itapoã (Área de projeto de 76.492 m²).</p> <p>c. Projeto<sup>1</sup> de Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 Samambaia QS 303 - CONJ 04 - LT 01, GAMA EQ 55/56 - AE 02., BRAZLÂNDIA, SOBRADINHO e TAGUATINGA (Área de projeto de 39.594 m²)</p> <p>d. Projeto de Sistema Viário das Quadras 1 a 6 do Setor Hoteleiro Sul (Área de projeto de 21.096 m²).</p> <p>e. Projeto<sup>1</sup> executivo de rota acessível da Estação 112 Sul do Metrô à W3 e via L2 (Área de projeto de 51.031 m²).</p> <p>f. Projeto<sup>1</sup> Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária do SESC em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 17 (Área de projeto de 32.302 m²).</p> <p>g. Projeto<sup>1</sup> Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 20 (Área de projeto de 21.543 m²).</p> <p><b>3. Projetos de Urbanismo – Área total de projeto de 2.540.555 m²</b></p> <p>a. Projeto Urbanístico de criação de lote - Administração da Candangolândia (Área de projeto de 10.529 m²)</p> <p>b. Projeto Urbanístico do Centro Urbano do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília (Área de projeto de 404.487 m²).</p> <p>c. Projeto Urbanístico do Setor de Embaixadas Norte (Área de projeto de 594.120 m²).</p> <p>d. Projeto Urbanístico do Subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília (Área de projeto de 185.591 m²).</p> <p>e. Projeto Urbanístico para concessão da Galeria dos Estados (Área de projeto de 8.593 m²).</p> <p>f. Projeto Urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô (Área de projeto de 711.121 m²).</p> <p>g. Projeto Urbanístico Quadras 100 ímpares e Subcentro oeste de Samambaia (Área de projeto de 626.114+ m²).</p> <p><sup>1</sup> Os projetos indicados elaborados pela COPROJ/SEGETH integram o Programa 6216 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. PROMOÇÃO DO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, totalizando 60.000 m2 de projetos de acessibilidade. Os projetos elaborados estão descritos no item referente à análise qualitativa do Objetivo 1 Meta 8.</p>
6208	1	9	Criação e implementação de instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);	28101	100	<p><b>2016</b></p> <p>Foram criados os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP, por meio do Decreto nº 37.556 de 17, de agosto de 2016 e Portaria nº 90. Dada continuidade nos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM e da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE.</p> <p><b>2017</b></p> <p>Desenvolvidos trabalhos pelo Conselho de Planejamento Territorial - CONPLAN e pelas Câmaras Técnicas da LUOS E PPCUB. Realizadas diversas audiências, reuniões e consultas públicas conforme detalhamento do quadro na Análise dos Resultados.</p>
6208	1	10	Participação no comitê gestor do ZEE-DF, no qual elaborará a minuta do projeto de lei e do decreto do ZEE-DF (SEMA).	21101	75	<p><b>2016</b></p> <p>Foram realizadas 10 reuniões no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a dezembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal ocorrerão no 1º semestre de 2017. No que concerne ao decreto de regulamentação, esta ação somente será implementada após a aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p><b>2017</b> No ano de 2017, foram realizadas duas audiências públicas e, no período de março a outubro, ocorreram dezenas de reuniões interinstitucionais no âmbito das Coordenações Política e Técnica do ZEE-DF, convocadas pela Casa Civil, para o refinamento da minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF, a qual foi enviada para apreciação final da Casa Civil em novembro de 2017. Em razão da mudança na direção da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Projeto de Lei do ZEE-DF retornou à SEMA para apreciação do novo Secretário de Estado na segunda quinzena de dezembro, o que postergou o envio do referido Projeto de Lei à Câmara Legislativa para o ano de 2018, e, conseqüentemente, sua regulamentação.</p>
6208	1	11	Articulação interinstitucional com órgãos planejamento e gestão territorial distrital com foco nos dados e informações relevantes ao planejamento e gestão ambiental (SEMA);	21101	70	<p><b>2016</b> Entrada em operação preliminar da base de dados do ZEE/DF, mediante o cadastramento de acesso de 150 usuários (já cadastrados) referentes a 10 (dez) instituições governamentais.</p> <p><b>2017</b> Fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 180 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais, abrangendo 265 arquivos shapefiles.</p>
6208	1	12	Articulação interinstitucional para integração do ZEE/DF nos instrumentos de planejamento e gestão territorial distrital, (SEMA);	21101	60	<p><b>2016</b> Refinamento da minuta do anteprojeto de lei para inclusão de políticas estruturantes para o território, a partir das análises dos instrumentos setoriais legais vigentes, à exemplo de uma política de desenvolvimento produtivo sustentável (incluindo os cinco tipos de naturezas de empreendimentos produtivos, dentre os quais a rural, e a industrial); da política de fiscalização integrada. Por outro lado, avança na proposição de instrumento disciplinador do licenciamento tais como uma matriz de licenciamento, o mapa de combate à grilagem, o mapa de áreas prioritárias de Cerrado (para orientar a compensação), dentre outros.</p> <p><b>2017</b> Realizou-se aprofundamento acerca dos riscos ecológicos como elementos subsídios à revisão do PDOT no âmbito da Coordenação Técnica e Coordenação Política do ZEE. O ZEE foi apresentado à equipe técnica da SEGETH envolvida na revisão do PDOT.</p>
6208	1	13	Articulação intergovernamental para retomada do ZEE da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico), com Governo de Brasília, Governo Federal (MMA e M. da Integração), Governo de Goiás, Governo de Minas Gerais e Prefeituras, (SEMA), e	21101	5	<p><b>2016</b> A referida articulação intergovernamental para a retomada do ZEE da RIDE é uma das metas pactuadas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente na etapa de implementação do ZEE-DF, após aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do DF. Há necessidade de finalização da minuta do ZEE para dar os encaminhamentos necessários.</p> <p><b>2017</b> Nesse exercício, houve apenas a manutenção das conversações.</p>
6208	1	14	Formulação da regulamentação do ZEE/DF, (SEMA).	21101	5	<p><b>2016</b> A formulação da regulamentação do ZEE-DF depende da aprovação do Projeto de Lei do ZEE-DF na Câmara Legislativa do Distrito Federal. No referido Projeto de Lei há indicação de regulamentações específicas para vários dispositivos materializados na lei.</p> <p><b>2017</b> Organização preliminar das frentes de trabalho para regulamentação do ZEE-DF. Especificamente, a regulamentação do ZEE-DF depende da aprovação do Projeto de Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. No referido Projeto de Lei há indicação de regulamentações específicas para vários de seus dispositivos.</p>

## Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2017

### SEGETH

O objetivo geral desta Secretaria visa resgatar a capacidade do Estado de planejar, projetar, fiscalizar e controlar, segundo um concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, para isso, destaca-se algumas ações de extrema importância que foram desempenhadas para atingir o **Objetivo Específico 001 – Preservação e Planejamento Territorial Sustentável**, tais como as revisões e uniformizações de instrumentos legais de planejamento e gestão territorial, em que pese destacar o novo Código de Edificações do Distrito Federal - COE, instrumento indispensável no processo de licenciamento, impactando expressamente no desenvolvimento das cidades e no processo da construção civil. No final de 2016, 40% do COE estava revisado, sendo a previsão de publicação do Projeto de Lei e o decreto de regulamentação para o ano de 2017.

A Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, foi amplamente discutida no ano de 2016, com a participação da comunidade e de instituições diretamente relacionadas ao tema, visando estabelecer a transição da base normativa de uso e ocupação do solo atual, composta de inúmeras normas, fragmentadas e sem uniformidade, para uma base normativa única e padronizada em termos de tipos de uso e parâmetros de ocupação.

Outro Plano fundamental nesse processo de integração da legislação referente ao Planejamento Urbano, é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, onde foram iniciadas as etapas de base conceitual, definidos os parâmetros por meio do georreferenciamento e iniciada a confecção da Minuta do Projeto de Lei Complementar e da Memória Técnica.

Outras legislações revisadas ou publicadas, no sentido de melhor gerir o Território do Distrito Federal, tratam da proteção de áreas públicas lindeiras às áreas residenciais, classificação de usos e atividades urbanas e rurais do DF, ocupação de quiosques e trailers e uso e ocupação do solo.

Destaca-se ainda a metodologia desenvolvida “Avaliação de Inserção Urbana”, visando avaliar e qualificar as áreas do Habita Brasília e subsidiar a proposta de decreto de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sendo utilizado na análise e seleção de áreas de ZEIS para Provimento Habitacional. Foi proposto o Decreto de criação de seis ZEIS de Regularização e dez ZEIS de Provisão Habitacional, integrando por meio deste instrumento a Política de Regularização Fundiária e a Política Habitacional. A delimitação dessas novas ZEIS denota o reconhecimento pelo Poder Público do passivo socioambiental no Distrito Federal, e a necessidade de uma Política Corretiva de Regularização Fundiária. Viabiliza, ainda, o estabelecimento de uma reserva de áreas para a produção de habitação de interesse social, com a delimitação de áreas vazias no âmbito da construção da Política de Planejamento Urbano e Ordenamento Territorial.

No entanto, não basta somente a revisão dessas legislações de forma autônoma, o intuito inicialmente proposto foi sempre equacionar e integrar as ações de planejamento e de gestão de forma participativa e democrática, aprimorando e agilizando o atendimento ao cidadão, imprimindo transparência às ações, articulando as políticas e grandes planos setoriais com vistas à melhoria e ampliação dos serviços, dos equipamentos coletivos e das atividades econômicas e culturais. Desta forma, foram realizadas reuniões com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, com a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE e criados os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano - CLP.

Nesse sentido a SEGETH adotou práticas ancoradas no princípio da democracia participativa com a inclusão de vários setores da sociedade civil. Assim, foram realizadas 151 reuniões com a participação da sociedade civil, profissionais de conselhos, comissões e o Estado, da seguinte forma:

Discriminação	Reuniões Realizadas
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN	18
Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM/DF	9
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE	30
Conselho de Administração de Fundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB	4
Conselho Gestor do Fundo Distrital de habitação e Interesse Social - FUNDHIS	2
Audiência Pública/Consulta Pública	12
Lei de Permeabilidade	18

Discriminação	Reuniões Realizadas
Lei de Antenas	5
LUOS	16
PPCUB	15
Lei dos Puxadinhos	4
Vila Planalto	3
Comitê Gestor do Habita Brasília	3
Mediações	2
Câmara Temática - Aprovação de Projetos, ARINE e ARIS	5
Fórum de Regularização Fundiária	5
<b>TOTAL DE REUNIÕES</b>	<b>151</b>

No tocante ainda ao Objeto Específico em questão, importa dizer que apesar de todo o estudo, desenvolvimento do PL de constituição do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, não foi possível a sua criação em virtude de restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual limitou os gastos públicos e criação de novas estruturas no ano de 2016.

Um dos maiores avanços que se pode destacar, foi a publicação do Decreto nº 37.612, de 09 de setembro de 2016, que se trata de uma infraestrutura de dados espaciais e regulamentou e definiu a IDE/DF, SITURB, GEOPORTAL que é o portal web que disponibiliza acesso às geoinformações, metadados e aos geoserviços das entidades participantes da IDE/DF, possui um mapa dinâmico, onde qualquer cidadão, instituição pública ou privada, órgãos do governo, estudantes, enfim, qualquer pessoa pode acessar todos os dados georreferenciados do território e da população do Distrito Federal. Com isso, foi possível reunir em um só local, as mais variadas informações, que vão da malha cicloviária, até lotes escriturados, áreas passíveis de regularização, obras públicas, redes de infraestrutura e outras informações.

Por fim, corroborando com o objetivo em questão, foram desenvolvidos projetos para a promoção de intervenções estruturantes, visando qualificação e reabilitação de espaços públicos, dentre os previstos, 40% foram desenvolvidos no ano de 2016, projetos esses relacionados à acessibilidade, parques, espaços livres públicos, praças, sistema viários, parcelamento do solo, infraestrutura, estações do metrô e terminal rodoviário.

Como mencionado quando da avaliação relativa ao ano de 2016, o intuito inicialmente proposto foi sempre equacionar e integrar as ações de planejamento e de gestão de forma participativa e democrática, aprimorando e agilizando o atendimento ao cidadão, imprimindo transparência às ações, articulando as políticas e grandes planos setoriais com vistas à melhoria e ampliação dos serviços, dos equipamentos coletivos e das atividades econômicas e culturais. Contudo, a integração das ações de planejamento e gestão territorial foram acompanhadas de diversas reuniões com a comunidade por meio de audiências, consultas e reuniões públicas, com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, com a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE e com os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Discriminação	Reuniões Realizadas
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN	15
Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM/DF	6
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE	16
Conselho de Administração de Fundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB	6
Conselho Gestor do Fundo Distrital de habitação e Interesse Social - FUNDHIS	7
Consulta Pública	40
Audiência Pública	13
Lei De Permeabilidade	3
Lei De Antenas	2
Diálogos Por Brasília	3
Câmara Técnica – Aprovação De Projetos – Conplan	5
Câmara Temática – LUOS	33
Câmara Temática – PPCUB	21
Grupo De Trabalho – CEDS/LUOS	5
Comissão EIV – Guará	1
Projeto Masterplan – Orla	3
Apresentação de Projetos GDF- SEF e TERRACAP	2
<b>TOTAL DE REUNIÕES</b>	<b>181</b>

Pode-se considerar que 2017 foi um ano de muitas consolidações e entregas, como a publicação da Lei de Permeabilidade, a Lei de Compensação Urbanística, e a entrega na CLDF do Novo Código de Obras, o qual foi aprovado e sancionado em 2018.

Alguns projetos urbanísticos foram aprovados por meio de Decreto ou Portaria, sendo eles:

1. Projeto urbanístico de regularização da área do Hospital Regional de Santa Maria;
2. Projeto de desmembramento do AE 28 do SAI Sudoeste, projeto urbanístico de regularização de parte das quadras 5 e 6 da Vila Buritis – Setor Residencial Leste – Planaltina;
3. Projeto de criação de estacionamento e acessibilidade na Av. Pau Brasil e entorno do Lote 2 na Quadra 207 em Águas Claras;
4. Publicado Lei Complementar nº 935, de 21 de dezembro de 2017, que define os parâmetros urbanísticos para as Quadras QI 1 a 7 do Setor Leste Industrial do Gama.

Outros projetos relacionados à gestão territorial foram aprovados pelo Conselho de Planejamento – CONPLAN e encaminhados à Casa Civil do Distrito Federal, tais como:

1. Alteração dos parâmetros urbanísticos dos lotes 1 a 23 da Avenida Comercial do Setor Habitacional Taquari;
2. Definição de parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes destinados à H4, HC4 e C relacionados no MDE11/92 e MDE 86/92 – Santa Maria;
3. Altera parâmetros de uso e ocupação do solo do Lote Único da Usina Termoelétrica – Trecho 6 – SAI.

Algumas minutas de Lei estão em elaboração:

1. Minuta de Lei Complementar que regulamenta a outorga onerosa de transformação de uso rural em urbano – ONURB;
2. Minuta de Lei de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicação;
3. Minuta do Projeto de Lei para a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;
4. Revisão do Anteprojeto de Lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB;



5. Proposta de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, que será alterada em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana, com a participação desta Secretaria no Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil e o Decreto de Adoção de Praças.

Acrescenta-se, a cerca dos instrumentos de planejamento territorial a finalização das minutas de decretos referente à criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS no Pôr do Sol - Ceilândia, para provimento de Novas Áreas Habitacionais e para a Criação da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília. E ainda, a emissão de 5 (cinco) Diretrizes Urbanísticas e 16 (dezesesseis) Diretrizes Urbanísticas Específicas, documentos oficiais que dispõem sobre o parcelamento do solo com fins urbanos, para elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo.

### **SEAGRI-DF**

Os assentamentos de reforma agrária se consolidaram, nas últimas décadas, como uma das principais políticas de estado que melhor conjugam os esforços para aliar desenvolvimento social, econômico e sustentabilidade ambiental. O público da reforma agrária é, em sua imensa maioria, composta por trabalhadores excluídos dos processos produtivos e do mercado formal, sendo posseiros, meeiros, trabalhadores rurais assalariados, bem como ex-moradores das periferias dos centros urbanos. Dada as condições econômicas, também são grupos de grande vulnerabilidade social, com altos índices de insegurança alimentar. Nesse sentido, todo projeto de assentamento é também um projeto de reforma social, de superação da pobreza e da vulnerabilidade que assola os grupos sociais menos abastados.

Por outro lado, os assentamentos de reforma agrária também cumprem um papel importante em projetos de desenvolvimento econômico e regional. Além de serem potenciais polos produtores de alimentos, contribuindo assim para uma política mais ampla de abastecimento, são também responsáveis por atrair investimentos públicos significativos – como é o caso do Crédito Instalação – dinamizando a economia local. Cabe destacar também como a nova política de habitação rural tem sido responsável por uma relevante retomada do setor de construção civil, sobretudo de micro e pequenas empresas de construção civil e de materiais de construção.

O Acampamento Patrícia e Aparecida foi constituído em novembro de 2013 com a ocupação inicial de 87 famílias vinculadas ao Movimento Brasileiro de Sem Terra – MBST, na BR 251, km 21 na Região Administrativa de São Sebastião, na Fazenda Quebrada dos Neres. A SEAGRI já possui o pré-cadastro dessas famílias.

O Projeto de Assentamento Distrital Patrícia & Aparecida foi criado no âmbito do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT, situado no imóvel Quebrada dos Neres, em Terras Desapropriadas, pertencentes ao patrimônio da TERRACAP, conforme matrículas nº 47 e nº 77, às fls. 35 e 69, respectivamente, do Livro 3 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. O assentamento possui área total de 377,14 hectares. O assentamento possui capacidade para instalação de 24 unidades agrícolas familiares. Compete à SEAGRI a coordenação do processo de implantação e desenvolvimento do assentamento criado pelo Decreto 37.932 de 30 de dezembro de 2016, devendo ser observadas as etapas e responsabilidades dos diversos órgãos envolvidos no PRAT, conforme previsto na Lei nº 1.572, de 22 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 34.289, de 17 de abril de 2013.

Para dar cumprimento a este objetivo a SEAGRI vem trabalhando em emendas parlamentares voltadas ao desenvolvimento agricultura familiar sustentável, por meio do desenvolvimento de projetos

### **EMATER-DF**

Quando da elaboração a EMATER irá envidar esforços no âmbito da sua competência.

### **SEMA**

No que concerne aos mecanismos interfederativos de articulação e governança, o processo de formulação da Lei do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) tem contribuído de forma essencial para o seu alcance, posto que implica na articulação de 23 órgãos distritais e 2 federais, acompanhamento pelo Ministério Público do Distrito Federal, pelo Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do DF, bem como supervisão do Ministério do Meio Ambiente. Essa supervisão é meio de resguardo da metodologia nacional na elaboração do instrumento.

Com relação ao Projeto de Lei do ZEE-DF, o mesmo dá diretrizes para revisões necessárias nos instrumentos de planejamento e gestão territorial, o que converge com a qualificação, disciplina e restabelecimento do uso e ocupação sustentáveis do solo, tais como: revisão do PDOT e LUOS, levando em consideração os riscos ecológicos e a capacidade de suporte do território, a

compatibilização dos planos de manejo de áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, estudo da disponibilidade hídrica, saneamento no processo de geoinformação temática ambiental, apontamento da necessidade da criação de políticas de desenvolvimento econômico, social e rural, bem como de fiscalização integrada para combate à grilagem.

Em 2017, foram finalizados os arranjos intergovernamentais para apresentação da minuta do PL do ZEE ao Chefe do Poder Executivo.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**002 – PACTO PELO LICENCIAMENTO INTEGRADO E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO:** Definir o regramento para os processos de licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência, a regulação do uso do solo, constantes às premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, tendo assegurado infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE- SEMA

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	1	Efetivar a integração interinstitucional do Licenciamento com o SISDIA e ZEE; (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10			10	10,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	2	Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito real de Uso; (SEAGRI)	2.250	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	3	Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação; (SEAGRI)	1.578	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	81	46			127	8,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	4	Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF; (SEAGRI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33,33	66,67			66,67	66,7%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	5	Reduzir em 15% da quantidade de áreas de interesse social pendentes de regularização fundiária, com a regularização de 09 projetos de interesse social das 64 ARIS existentes (CODHAB)	15	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	4,7			4,7	31,3%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	6	Redefir e normatizar 100% do fluxo de documentos e procedimentos internos do setor de Licenciamento Ambiental do IBRAM; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	22,5	70,75			70,75	70,8%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	7	Elaborar mapeamento de tendências para a ocupação irregular do território do DF; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	30			30	30,0%
6208	TERRITÓRIO	2	8	Reprimir à ocupação irregular em Unidades de Conservação	30	%	ACUM	MAIOR,	-	1.750			1750	5833,3%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	DA GENTE			Ambiental em 10% em 2017, 20% em 2018 e 30% em 2019; (IBRAM)				MELHOR						
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	9	Realizar uma ação de fiscalização integrada por mês a partir do ano de 2017; (AGEFIS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	36	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	289	X	X	X	X	0,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	10	Realizar um evento de educação urbana por bimestre no primeiro ano, passando a um evento de educação urbana por mês até o fim do ano de 2019; (AGEFIS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	42	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	29	X	X	X	X	0,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	11	Gerar relatórios gerencias mensais de monitoramento territorial como subsídio à fiscalização integrada. (AGEFIS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	242	X	X	X	X	0,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Efetivar a integração interinstitucional do Licenciamento com o SISDIA e ZEE (IBRAM); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

#### **2016**

Articulação interinstitucional, no âmbito da Coordenação Geral Técnica e Política do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, entre a SEMA, o IBRAM, a SEGETH, a ADASA, a SEAGRI, a TERRACAP, a SINESP etc., para elaboração e refinamento da minuta do anteprojeto de lei do ZEE-DF, que propõe um instrumento disciplinador para o licenciamento consubstanciado em uma Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água.

#### **2017**

A articulação interinstitucional dos órgãos distritais integrantes da Coordenação Política e Técnica do ZEE-DF prosseguiu no trabalho de refinamento do Anteprojeto de Lei do ZEE-DF após a realização da 1ª e 2ª Audiência Pública. No tocante ao instrumento disciplinador para o licenciamento, a etapa de regulamentação da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico deverá acontecer em 2018, após a aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF. Com respeito à integração do Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, Licenciamento e ZEE, a base de dados do referido sistema, utilizando as informações produzidas pelo ZEE-DF, está sendo utilizada por 77 analistas do IBRAM para as análises de processos de licenciamento e formulação de documentos técnicos. Ademais, o sistema propiciou no ano de 2017 o fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET, com dois grandes nichos informacionais, abrangendo 387 arquivos shapefiles.

### **2. Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito real de Uso (SEAGRI);**

#### **2016**

O potencial de entrega de CDRU's pela SEAGRI são de 24 glebas em processo de individualização da Fazenda Várzeas pertencente ao Patrimônio do Distrito Federal, sendo atribuição específica da SEAGRI todo o trâmite para o alcance desta meta e no ano de 2016 com a individualização das 24 Glebas da Fazenda Várzeas.

A entrega de aproximadamente 560 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, dividindo o quantitativo de 2.250 por 04 (quatro) anos, previstos para o ano de 2016 está condicionado ao acertamento fundiário, após efetuação do registro da individualização do imóvel rural, e a legislação específica que instituiu a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, advinda após amplo debate com o setor produtivo e entidades interessadas culminando no Projeto de Lei que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito

Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, ou seja, com a iminência desta norma no meio jurídico, além do mais a SEAGRI trabalhou no ano de 2016 uma Minuta de Decreto, para regulamentação do possível Projeto de Lei autorizando a TERRACAP e o Distrito Federal a efetuarem o registro da individualização da terra pública rural, que alcançará as devidas assinaturas das CDU's.

**2017**

Os contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU previstos na Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 para a regularização dos imóveis rurais pertencentes ao patrimônio da TERRACAP ou do Distrito Federal são firmados nos casos onde a ocupação esteja individualizada em uma unidade imobiliária individualizada, com matrícula própria.

Para os imóveis de propriedade da TERRACAP foram individualizadas as Fazendas Boa Vista e Barra Alta, resultando em 40 lotes (12 CDRUs firmadas) e 118 lotes (1 CDRU firmada), respectivamente.

A competência para a entrega das CDRUs em propriedade da TERRACAP é daquela Companhia, participando a SEAGRI na instrumentalização do processo de regularização e da análise quanto à ocupação e às atividades rurais ali desenvolvidas, culminando com a declaração por parte desta pasta quanto ao interessado ser Legítimo Ocupante quando atendido todos os requisitos legais.

Para a SEAGRI, enquanto entrega de CDRUs, compete fazê-lo nos imóveis que pertencem ao Governo do Distrito Federal, inicialmente, em uma única Fazenda denominada Várzeas.

A Fazenda Várzeas possui dois quinhões sendo que, um primeiro já se encontra individualizado e o segundo necessita da individualização, identificando 25 lotes para o primeiro quinhão e aproximadamente 13 lotes para o segundo, sendo que nenhum deles foi firmado CDRU.

### **3. Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação (SEAGRI);**

**2016**

Foram entregues 81 documentos de legitimação de ocupação. A SEAGRI foi reestruturada em 2016 e durante o ano foram realizados os ajustes a nova estrutura e com isso houve alterações no fluxograma da Regularização Fundiária, dessa forma afetando a tramitação dos processos de regularização. Cabe ressaltar que o andamento do processo depende do comprometimento do requerente em atender as notificações da SEAGRI ao longo do processo e dessa forma sendo a inércia do requerente o maior empecilho para o andamento ágil do processo. Devemos levar em consideração ainda a quantidade de processos que foram indeferidos por parcelamento irregular do solo e não comprovação da ocupação, inclusive apresentação da documentação mínima exigida por lei.

**2017**

Foram entregues apenas 46 documentos de legitimação de ocupação. Tendo em vista a edição da Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, foi necessária a readequação de todo o normativo e de alguns fluxos de trabalho, o que produziu uma baixa produtividade quanto à efetividade do processo no período.

### **4. Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF (SEAGRI);**

**2016**

Elaboração de Minuta de Projeto de Lei, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília e dá outras providências e elaboração da Minuta do Decreto que regulamentará a Lei a ser publicada, após amplo debate com o setor produtivo.

**2017**

Foi efetivada em 100%. A Política foi instituída pela Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 e regulamentada no Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017.

## **5. Reduzir em 15% da quantidade de áreas de interesse social pendentes de regularização fundiária, com a regularização de 09 projetos de interesse social das 64 ARIS existentes (CODHAB);**

### **2016**

Promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária de áreas declaradas integrantes de programas habitacionais de interesse social do Distrito Federal está entre as competências da CODHAB e nesse sentido, a Empresa regularizou, em 2016, a ARIS SÃO SEBASTIÃO e adiantou a regularização de mais 03 (três) ARIS, sendo elas NOVA PLANALTINA, SOL NASCENTE ETAPA 2 TRECHO II e PONTAS DE QUADRAS DE SOBRADINHO, que serão finalizadas em 2017. O maior desafio encontrado para cumprimento desta meta é o tempo despendido na obtenção do licenciamento ambiental. Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS. Em 2016, a CODHAB deu importantes passos para a consolidação de importantes projetos de regularização, concluindo 06 Projetos de Regularização Fundiária, contendo Planta Urbana, Memorial Descritivo, Norma Geral de Gabarito – NGT.

### **2017**

Em 2017 a CODHAB seguiu executando suas competências legais, em que pesem as dificuldades encontradas, importantes passos foram dados para a conclusão dos Projetos de Regularização Fundiária iniciados em 2016, como: Nova Planaltina, SOL NASCENTE ETAPA 2 TRECHO II e PONTAS DE QUADRAS DE SOBRADINHO, que se encontravam pendente de registro cartorial e licenciamento ambiental e adiantou a regularização de mais 03 (três) áreas RECANTO DAS EMAS QD 406, PONTAS DE QUADRA DE TAGUATINGA - QSC e BURITIZINHO QD 01, 02 e Conj. N da QD 03 . O maior desafio encontrado para cumprimento desta meta é o tempo despendido na obtenção do licenciamento ambiental. Nesse sentido, sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Área Regularização de Interesse Social – ARIS e das áreas declaradas de interesse social por Lei Complementar específica (Pontas de Quadras e Becos).

Quanto a consolidação de importantes projetos de regularização, nesse exercício foi iniciando a elaboração de 07 de Projetos de Regularização Fundiária e revisando 06 Projetos de Regularização Fundiária os quais contêm Planta Urbana - URB, Memorial Descritivo - MDE, Norma de Edificações, Uso e Gabarito - NGB e Quadro Demonstrativo de Unidades Imobiliários - QDUJ.

## **6. Redefinir e normatizar 100% do fluxo de documentos e procedimentos internos do setor de Licenciamento Ambiental do IBRAM;**

### **2016**

Esta meta está subdividida em 6 etapas, quais sejam: 1) Diagnóstico e prognóstico da situação do licenciamento ambiental realizado por empresa de consultoria (20% do total da meta); 2) Execução das principais melhorias levantadas na etapa 1, a saber: elaboração de checklist para entrada de documentos externos, elaboração de modelos de pareceres estruturados, elaboração de termos de referência, elaboração de banco de condicionantes (50% do total); 3) Implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações (10% do total); 4) Elaboração de Norma relativa ao fluxo de documentos e procedimentos administrativos e técnicos (10% do total); 5) Elaboração de Normas específicas por atividade licenciável (5% do total); 6) Sintetização das informações anteriores (etapas de 1 a 5) em um manual do licenciamento, no site do IBRAM (5% do total).

Do conjunto de etapas/atividades, a 1ª foi integralmente concluída em 2016 (20% da meta total para os 4 anos) e a 2ª evoluiu em 5% do que foi estabelecido (2,5% da meta total para os 4 anos). Assim, o total executado em 2016 foi de 22,5%.

### **2017**

Durante o ano de 2017, foi concluída uma grande parte das entregas que compõem a etapa 2 - check list, pareceres estruturados e termos de referência, e iniciada a elaboração do banco de condicionantes, correspondendo a 38,75% do total da meta. Estes produtos compõem um conjunto de soluções para melhoria da performance e da eficiência do licenciamento ambiental, idealizadas e testadas pela empresa de Consultoria em Gestão por Processos contratada em 2016 pelo Escritório de Processos do IBRAM e pela equipe de trabalho da unidade de Licenciamento. Em relação à etapa 3, destaca-se a conclusão da implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, não apenas para o licenciamento ambiental, mas para todos os processos do IBRAM. Quanto à etapa 5, teve início a elaboração das normas específicas aplicadas às atividades licenciáveis. Em relação às etapas 4 e 6, o início dos trabalhos se dará em 2018, com previsão de conclusão em 2019. Assim, considerando a evolução acumulada ao final de 2017, tem-se um total de 70,75% de alcance da meta estabelecida para ser atingida em 2019.

## **7. Elaborar mapeamento de tendências para a ocupação irregular do território do DF (IBRAM);**

**2016**

Com o objetivo de estabelecer prioridades nas ações de desobstrução das ocupações, a fim de evitar e/ou mitigar o processo continuado e agressivo de ocupação irregular de áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, a Fiscalização Ambiental do IBRAM, em conjunto com os Órgãos do Comitê de Governança do Território do Distrito Federal, contribuiu ativamente com a criação do método Matriz Multicriterial de Análise Territorial – MARIT. A MARIT permite que o Comitê de Governança classifique as áreas irregulares conforme suas vulnerabilidades territoriais, seja de ordem urbana, fundiária, ambiental ou social, promovendo medidas de remoção das ocupações e invasões. Ainda, no âmbito do Comitê de Gestão do Território, a Fiscalização Ambiental contribuiu com a criação do Mapa de Informações Geoespaciais que reúne base de dados georreferenciadas das ocupações irregulares e das ações de desobstrução, estando em processo contínuo de revisão e atualização. Apesar de todos os esforços na promoção do combate às ocupações irregulares, a Fiscalização Ambiental do IBRAM não conseguiu mapear as tendências das áreas sujeitas a ocupações irregulares. O desafio para a Fiscalização Ambiental será contribuir na criação, normatização e estruturação, material e humana, de uma Gerência de Fiscalização com a temática de Uso e Ocupação do Solo, com o objetivo de realizar ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais atinentes às ocupações irregulares. Essa medida, em conjunto com as melhorias processuais que estão em curso, irá proporcionar ganho de eficiência e maior efetividade nas ações de Fiscalização Ambiental já em 2017.

**2017**

No ano de 2017, houve a criação de uma nova unidade interna específica para fiscalização de uso de ocupação de solo (Decreto nº 38.149, de 24 de abril de 2017), com o objetivo de fiscalizar, combater e desestimular o uso e ocupações irregulares em áreas ambientalmente sensíveis. Além disso, foi desenvolvido um aplicativo que possibilitará maior eficiência na gestão de demandas de fiscalização para os gerentes e criará um mapa de incidência de ações fiscais, possibilitando a geração de mapa de calor e verificação de quais são as áreas mais suscetíveis. Todavia, não foi possível concluir o aplicativo no ano de 2017.

## **8. Reprimir a ocupação irregular em Unidades de Conservação Ambiental em 10% em 2017, 20% em 2018 e 30% em 2019 (IBRAM).**

**2016**

No ano de 2016 a Fiscalização Ambiental do IBRAM realizou diversas ações fiscais, em conjunto com o Comitê de Gestão do Território, para desocupação nas Unidades de Conservação Distrital. As ações foram realizadas nas seguintes Unidades de Conservação: ARIE Cruls, Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho, Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte, Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul, Parque Ecológico Península Sul, Parque Ecológico Bernardo Sayão (Rasgado), sendo desconstituído o total de 81 (oitenta e uma) edificações e removido cercas, alambrados e muros. O desempenho da fiscalização restou prejudicado em razão das leis de criação de algumas Unidades de Conservação terem sido declaradas inconstitucionais pelo Poder Judiciário, existindo de fato, mas não de direito, e de algumas Unidades não possuírem poligonais e plano de manejo elaborados, aprovados e publicados. Para o cálculo da meta de 2017 serão utilizados, como linha de base, os índices de 2016 aqui apresentados. Ressalta-se que o cumprimento dessa meta está associado ao alcance da Meta 5, da Temática de Infraestrutura e Sustentabilidade, em que o IBRAM se compromete a criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques.

**2017**

Ao longo do ano de 2017, foram realizadas diversas ações fiscais em Unidades de Conservação Ambiental, proteção integral e de uso sustentável. Na APA do Descoberto, foram vistoriados 177 pontos em Área de Preservação Permanente – APP, sendo lavrados 25 autos de infração, sendo aplicadas as penalidades de advertência, embargo e multa. Em atendimento à demanda do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF para avaliar o cumprimento de Autos de Infração aplicados no ano de 2009, na Quadra 17 da RA XVI, foram lavrados 27 Autos de Infração e determinada a recuperação das áreas degradadas. No Parque Ecológico Ezequias Heringer - PEEH, houve a remoção de 320 (trezentos e vinte) edificações, em conjunto com diversos órgãos do GDF. Foram executadas três ações no Parque do Retirinho. Na primeira, foram removidas aproximadamente 600 edificações, após "rescaldo" mais 90 e, novamente, no mês de setembro/2017, outras 40. Na execução de desocupação do Parque Burle Marx, houve a remoção de mais de 20 barracos. Houve a execução de desocupação do Parque da Candangolândia, com a derrubada de 05 barracos. Por fim, até 08/12/2017, a orla da península do Lago Norte teve um total de 671.000 m<sup>2</sup> de área desobstruída, com um recuo de 139 lotes. Já a orla do Lago Sul teve uma área de 1.007.836,36m<sup>2</sup> (hum milhão e sete mil metros quadrados) desobstruída. Houve uma evolução significativa que supera as expectativas preestabelecidas. Em comparação com o ano de 2016, houve um crescimento de 1.750% das ações de proteção a unidades de conservação, muito acima do estimado.

**9. Realizar uma ação de fiscalização integrada por mês a partir do ano de 2017; (AGEFIS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Entende-se por operações de fiscalização integrada todas as ações de fiscalização pautadas pelo Comitê de Governança do Território, realizadas diariamente, quais sejam as Grandes Operações e as Operações de Pronta Resposta. Assim, o representativo valor alcançado justifica-se pela afinização inter órgãos propiciada pela criação do Comitê. Portanto, posteriormente, solicitar-se-á a alteração da meta pelos canais apropriados.

Foram realizadas 289 operações de desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente, empreendidas em operações integradas de fiscalização, sendo 107 grandes operações e 182 pequenas e médias operações, perfazendo um total de 10.001.839,0m<sup>2</sup> de áreas desobstruídas.

As operações foram realizadas em parceria com os demais órgãos do governo, com logística e planejamento integrados, regidas pelo Comitê de Governança, de acordo com o Planejamento Estratégico do Governo. (FONTE: Relatório de Atividades 2016).

**10. Realizar um evento de educação urbana por bimestre no primeiro ano, passando a um evento de educação urbana por mês até o fim do ano de 2019; (AGEFIS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Atualmente, entende-se por evento de educação urbana, os seminários, as palestras, os workshops, dentre outros, promovidos com o objetivo de sensibilizar os cidadãos acerca das ações da AGEFIS atinentes à acessibilidade, à limpeza urbana e às atividades econômicas, aprimorando para a melhoria da qualidade de vida no DF. Esses eventos compreendem: sensibilização em acessibilidade; sensibilização em limpeza urbana; sensibilização em atividades econômicas.

No ano de 2016 a AGEFIS realizou 30 eventos, com a participação de 1.713 pessoas, sendo:

23 eventos com temática acessibilidade e 779 pessoas sensibilizadas;

05 eventos da limpeza urbana com 703 participantes; e

02 Caminhadas Urbanas, com 29 participantes. (FONTE: Reportes Sistema Gestão DF)

**11. Gerar relatórios gerenciais mensais de monitoramento territorial como subsídio à fiscalização integrada. (AGEFIS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2016

Será solicitada a alteração da descrição da meta e sua mensuração pelos canais apropriados, pois atualmente para cada operação realizada é produzido um relatório gerencial de monitoramento territorial correspondente. Isto posto, tem-se para o ano de 2016 o total de 242 relatórios gerados.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1414	DOMICILIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF	UNIDADE	120730	30/04/2012	108.657	-	97.791	73.213	88.012	79.210	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 2

## Justificativas 2016

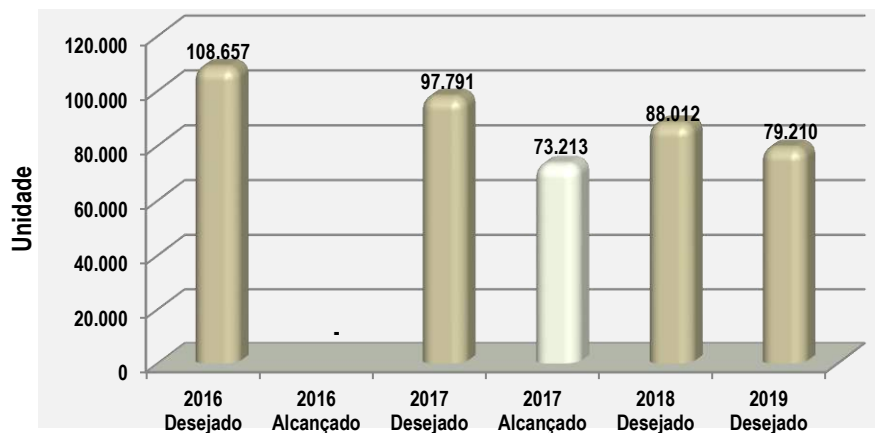
**Indicador 1414** - Não foi apurado por que o indicador foi mal formulado, e será revisto.

## Justificativas 2017

**Indicador 1414** - Polaridade: Quanto menor melhor. O índice foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios no DF. O índice desejado considera o total de domicílios menos a quantidade de domicílios em projetos de regularização, sendo  $236.578 - 163.365 = 73.213$ .

**Obs:** O indicador Domicílios em projetos de regularização fundiária/total de domicílios no DF foi definido no início do PPA, porém, por se tratar de um indicador com informações de outros órgãos, no ano de 2016 não foi possível identificar o resultado alcançado. No ano de 2017, o indicador em questão foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios em ARIS e ARINE que temos no DF. Já temos, portanto, um total de 69% ( $163.365 / 236.578$ ) de domicílios com projeto de regularização fundiária. Apesar do indicador ter sido criado em número absoluto, o resultado apresentado se faz em percentual.

**DOMICÍLIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF**





## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	2	1	Articulação interinstitucional entre o IBRAM, SEMA, ADASA, SEGETH, SEAGRI, TERRACAP, SINESP e Concessionárias, e PGDF para implementação do presente Objetivo Específico (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	21208	10	<p><b>2016</b> Articulação interinstitucional, no âmbito da Coordenação Geral Técnica e Política do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, entre a SEMA, o IBRAM, a SEGETH, a ADASA, a SEAGRI, a TERRACAP, a SINESP etc, para elaboração e refinamento da minuta do anteprojeto de lei do ZEE-DF, que propõe um instrumento disciplinador para o licenciamento consubstanciado em uma Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água.</p> <p><b>2017</b> O refinamento e a conclusão do Anteprojeto de Lei do ZEE-DF pelas Coordenações Política e Técnica foram finalizados em novembro de 2017. No tocante ao instrumento disciplinador para o licenciamento, foram propostas regras para simplificação, objetividade e segurança jurídica, devendo a regulamentação deste regramento, por intermédio da criação de um Grupo de Trabalho interinstitucional, acontecer após a aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF (ano de 2018). O SISDIA, instituído no Anteprojeto de Lei do ZEE-DF, propiciou no ano de 2017 o fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET, com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos shapefiles.</p>
6208	2	2	Criação de GT via expedição de Decreto com vista à elaboração de fluxos de trabalho e procedimentos para o Licenciamento Integrado; (SEMA)	21101	10	<p><b>2016</b> A criação do referido GT, com as respectivas atribuições de seus integrantes, depende dos avanços na definição da proposta da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água no anteprojeto de Lei do ZEE-DF (2º semestre de 2017).</p> <p><b>2017</b> Durante o refinamento do Projeto de Lei do ZEE-DF, pactuou-se regras para a simplificação nos procedimentos do Licenciamento Ambiental, as quais serão objeto de regulamentação específica. Estas discussões foram levadas para o CONAM-DF para aprimoramento da revisão da resolução do LAS, AA e DL, que aconteceram durante o ano de 2017, com vistas à finalização em 2018. Quanto ao GT para a elaboração dos fluxos com vistas ao ATO LICENCIADOR INTEGRADO, sua instauração ocorrerá em 2018.</p>
6208	2	3	Consultas e validações em Conselhos Distritais acerca dos novos fluxos e etapas para integração dos licenciamentos; (SEMA)	21101	10	<p><b>2016</b> Etapa de regulamentação da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água, após a aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF (ano de 2018).</p> <p><b>2017</b> Etapa de regulamentação da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico deverá acontecer em 2018, posteriormente à aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF. No entanto, já houve avanço nas discussões sobre a simplificação do LA no âmbito do CONAM-DF.</p>
6208	2	4	Atendimento das Famílias nos Postos de Assistência Técnica (CODHAB);	28209	26%	<p><b>2016</b> Pretende-se atingir o número de 252.000 famílias nos postos de assistência técnica da CODHAB, estima-se que cerca de 6.000 famílias serão atendidas por mês nesses postos a partir de 2017. Em 2016 o atendimento se intensificou a partir do 2º semestre.</p> <p><b>2017</b> Foram atendidas 29.251 famílias nos Postos de Assistências Técnica, localizados na ARIS.</p>
6208	2	5	Análise de processos de emissão de escrituras (CODHAB);	28209	48%	<p><b>2016</b> Em 2016, a Gerência de Crédito Imobiliário/DIFIN analisou 1.905 processos do total de 13.000 processos a serem analisados até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG analisou 12.452 processos dos 63.000 que deverão ser analisados até 2019.</p> <p><b>2017</b> A Gerência de Crédito Imobiliário/DAGES analisou 1.934 processos do total de 13.000 processos a serem analisados até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG analisou 20.519 processos dos 63.000 que deverão ser analisados até 2019.</p>
6208	2	6	Emissão de Escritura públicas para os	28209	31%	<p><b>2016</b> A Gerência de Crédito Imobiliário emitiu o total de 1.197 escrituras no exercício de 2016, sendo que o objetivo é de 4.800 escrituras emitidas até 2019.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			contemplados pelos Programas da CODHAB (CODHAB);			A Gerência de Cadastro emitiu 8.198 escrituras das 44.100 que se pretende emitir até final de 2019. <b>2017</b> A Gerência de Crédito Imobiliário/DAGES emitiu o total de 1.297 escrituras no exercício de 2017, sendo que o objetivo é de 4.800 escrituras emitidas até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG emitiu 4.335 Escrituras das 44.100 que se pretende emitir até 2019.
6208	2	7	Emissão de Termo de Concessão de Uso para os contemplados pelos Programas da CODHAB (CODHAB);	28209	89	<b>2016</b> A partir de 2016 o Termo de Concessão de Uso foi substituído pela Escritura de Reconhecimento de Ocupação para os lotes não registrados mais passíveis de regularização. Em 2016 foram emitidas 3.513 escrituras das 18.900 que se pretende emitir até 2019. <b>2017</b> Foram emitidas 13.304 escrituras de reconhecimento de Ocupação das 18.900 que se pretende emitir até 2019.
6208	2	8	Reestruturação (Revisão) do processo de julgamento dos Autos de Infração Ambiental; (IBRAM)	21208	100	<b>2016</b> O IBRAM, em parceria com uma empresa de consultoria especializada em modelagem de processos, definiu uma nova forma de julgamento dos autos de infração, a partir da criação de uma Câmara de Instrução e Julgamento. Uma equipe técnica avalia o processo administrativo ao qual o auto de infração está vinculado, os procedimentos adotados e a legislação pertinente e, em seguida, encaminha para julgamento, que é feito por um dentre quatro Superintendentes, com acompanhamento e gestão da Secretaria Geral do Instituto. Em 2016, o novo processo foi idealizado, testado e aprovado, restando para 2017 a publicação da Instrução Normativa que regulamentará a implantação do novo processo de julgamento. <b>2017</b> Houve o desenvolvimento de um novo modelo de julgamento de autos de infração, a partir da remodelagem de todo o processo, tornando-o mais célere e efetivo. Em março de 2017, com a publicação da Instrução Normativa nº. 411 do IBRAM, a Comissão de Instrução e Julgamento de Auto de Infração Ambiental foi criada com a participação efetiva de 05 (cinco) Auditores Fiscais para a elaboração de Parecer Técnico de Julgamento, estando 100% implantado.
6208	2	9	Revisão e atualização da legislação ambiental afeta as infrações ambientais; (IBRAM)	21208	50	<b>2016</b> Publicado o Decreto nº 37.506/16, dispondo sobre o procedimento de apuração e aplicação de sanções administrativas em decorrência de infração administrativa ambiental ocorrida no âmbito do DF. <b>2017</b> Considerando que cabe à Secretaria de Meio Ambiente a definição da política ambiental do Distrito Federal, será avaliada a possibilidade de alteração da responsabilidade por esta meta durante o exercício de 2018
6208	2	10	Elaboração de Instruções Normativas para as atividades licenciáveis; (IBRAM)	21208	40	<b>2016</b> Esta ação está inserida na meta 6, e teve como principal atividade de 2016 o diagnóstico e prognóstico elaborado por empresa de consultoria. Esta ação somente será concluída após publicação das instruções pelo IBRAM, ou seja, nas etapas 4 e 5 elencadas na META 6. <b>2017</b> Esta ação está inserida na meta 6 e teve como principal atividade de 2017 o mapeamento do fluxo de processos do licenciamento ambiental. Esta ação somente será concluída após publicação das instruções pelo IBRAM, ou seja, nas etapas 4 e 5 elencadas na meta 6, previstas para os anos de 2018 e 2019.
6208	2	11	Revisão das Normas Ambientais aplicáveis ao Licenciamento Ambiental; (IBRAM)	21208	30	<b>2016</b> Esta ação será executada simultaneamente a etapa 4 e 5, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM, de forma que as instruções publicadas façam a revisão das normas ambientais aplicadas ao licenciamento. <b>2017</b> Esta ação será executada simultaneamente às etapas 4 e 5 da meta 6, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM. Em 2017, foram publicadas as Resoluções CONAM nº 09 - disciplinando as normas para emissão de autorização ambiental; nº10 - dispondo sobre a dispensa de licenciamento ambiental para empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental; e nº11 - instituindo a Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA, nas modalidades facultativa e compulsória, e elencando o rol de atividades agrossilvopastoris dispensadas de licenciamento ambiental.
6208	2	12	Preparação para	21208	0	<b>2016</b>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			realização de Seminários do Licenciamento Ambiental; (IBRAM)			Esta ação será executada simultaneamente a etapa 5, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM, de forma a absorver as contribuições da população e profissionais da área. <b>2017</b> Esta ação será executada simultaneamente a etapa 5 da meta 6, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM, de forma a absorver as contribuições da população e profissionais da área.
6208	2	13	Revisão do Manual de Licenciamento Ambiental. (IBRAM).	21208	0	<b>2016</b> Esta ação será executada na etapa 6, ou seja, posteriormente a publicação das instruções pelo IBRAM. <b>2017</b> Esta ação será executada na etapa 6 da meta 6, ou seja, posteriormente a publicação das instruções pelo IBRAM
6208	2	14	Disponibilizar informações ambientais (SISDIA) e territoriais (ZEE) para fortalecimento de informações para o licenciamento. (SEMA) (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 5787/2016)	21101	40	<b>2016</b> 77 analistas do IBRAM com acesso à Base de Dados Geográficos do Zoneamento Ecológico-Econômico do DF – ZEE-DF; Subsídios das informações ambientais e territoriais da Base de Dados do ZEE-DF para relatórios e análise de processos de licenciamento no Conselho de Meio Ambiente do DF – CONAM e no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF – CONPLAN; Fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos shapefiles. <b>2017</b> Fornecimento de dados mediante geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) a 180 usuários GDF-NET de 19 órgãos, abrangendo 265 arquivos shapefiles em uso.

## Análise dos Resultados do Objetivo Específico

### 2016/2017

#### SEMA

A SEMA tem trabalhado na proposição de instrumentos para aprimorar, simplificar e dar celeridade ao ato autorizativo de licenciamento. Neste sentido, a primeira ação consistiu na construção de um olhar integrador das lei e regras que incidem nos atos autorizativos ao nível do território no Anteprojeto de lei do Zoneamento Ecológico Econômico do DF (ZEE/DF), visando minimizar ou eliminar as dubiedades que resultam em interpretações contraditórias nos atos autorizativos. A segunda ação consistiu na instituição, no âmbito do texto do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, de novo instrumento, específico para regramento do licenciamento ambiental, do licenciamento urbanístico, bem como da outorga do uso da água, a qual prevê critérios técnicos claros para a tomada de decisão dos atos autorizativos, com vistas a maior transparência, controle social, agilidade e redução da discricionariedade dos servidores públicos durante a análise e tomada de decisão.

Este instrumento está nominado como “Matriz Multicritério de Pontuação, Priorização, Aprovação para o Licenciamento Ambiental, Licenciamento Urbanístico e Outorga do Uso da Água” e será objeto de regulamentações específicas a partir da aprovação da Lei do ZEE/DF. Estas três matrizes passam a ser requisitos para a aprovação dos projetos relativos à fase de Viabilidade Ambiental (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia), Licenciamento Urbanístico (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia, após aprovação no CONPLAN) e outorga pelo uso da água (pré-requisito a ambas licenças ambientais).

Em 2017, o material serviu de subsídio à revisão das resoluções de simplificação do Licenciamento Ambiental, no âmbito do CONAM-DF, instituídas em 2014 e revistas em 2017 (Licenciamento Ambiental Simplificado, Autorização Ambiental e Dispensa de Licenciamento).

## **SEAGRI**

No ano de 2016 elaborou-se a Minuta do Projeto de Lei para instituir a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília e a Minuta de Decreto que Regulamentará a Lei mencionada e encaminhadas à Casa Civil e à Câmara Legislativa, de acordo com cada atribuição entre os poderes.

A concretização da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP foi um ganho imensurável para a regularização das ocupações e o desenvolvimento rural, criando regramentos próprios e oferecendo ao produtor a segurança jurídica necessária.

Com o devido respaldo legal, a área rural resolveu uma questão que se arrastava a anos e que possibilita, definitivamente, proporcionar a regularização das ocupações históricas e propicia o olhar mais promissor ao produtor rural.

A SEAGRI, voltando seu olhar aos procedimentos necessários para o alcance da regularização, formalizou junto à TERRACAP o Acordo de Cooperação Técnica nº 014-2017 que transferiu à SEAGRI a competência para a celebração dos contratos de Concessão de Uso – CDUs, o que, traz à SEAGRI o controle integral do processo regulatório, possibilitando maior agilidade nos procedimentos, a redução do lapso temporal entre a autuação do requerimento, visando a regularização e a efetiva formalização do contrato de concessão para as áreas que não possuem matrícula própria, nessa excetuadas as áreas urbanas para contrato específico

## **CODHAB**

Objetivando desenvolver programas na regularização de áreas de interesse social, em 2016 a CODHAB realizou ações no sentido de ser capazes de enfrentar o processo de desenvolvimento urbano informal e promover a integração dessas áreas irregulares à cidade formal. Esse processo tem implicado na implementação de ações interventivas em áreas prioritárias estabelecidas no PDOT, Núcleos Urbanos implantados inicialmente pelo poder público, que envolve a regularização do registro cartorário e titulação das unidades habitacionais localizadas nessas áreas.

Outras ações desenvolvidas no intuito de alcançar esse Objetivo Específico destacam-se: disponibilização de 11.771 Escrituras Públicas de Doação e 11.711 Escrituras Públicas de Reconhecimento de Ocupação, distribuídas em 18 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS. No ano de 2016, a CODHAB deu importantes passos para a consolidação de importantes projetos de regularização, sendo que São Sebastião foi regularizado ainda em 2016 e foram quase concluídas as regularizações da Etapa 2 do Trecho II do Sol Nascente, Pontas de Quadras de Sobradinho e Nova Planaltina.

No exercício de 2017, a CODHAB desenvolveu uma arte gráfica própria para a confecção das escrituras, com isto, as Escrituras passaram a ser lavradas por esta Companhia em formulário de segurança específico, permitindo desta forma a gratuidade ao menos da lavratura aos Beneficiários com renda familiar de até 05 salários mínimos (o primeiro registro, contudo, ainda é cobrado no DF pelos cartórios de registro de imóveis).

Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Área Regularização de Interesse Social – ARIS e das áreas declaradas de interesse social por Lei Complementar específica (Pontas de Quadras e Becos). Em 2017, a CODHAB deu importantes passos para a conclusão dos Projetos de Regularização Fundiária iniciados em 2016. Em 2017 foi iniciada a elaboração de 07 Projetos Urbanísticos e realizado a revisão de 06 Projetos Urbanísticos.

No ano de 2017, a Medida Provisória 759 de 22/12/2016 que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismo para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União (revoga o capítulo da regularização fundiária urbana da Lei nº 11.977/2009, artigos 46/71-A), foi transformada na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Destacamos que o Decreto nº 38.333, de 13 de julho de 2017, dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.465/2017 no âmbito do Distrito Federal. Salientamos ainda que, por meio do Decreto nº 38.433, de 24 de agosto de 2017, foi instituído o Grupo para regulamentação da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no âmbito do Distrito Federal.

No ano de 2017, a CODHAB consolidou importantes projetos dentro do eixo Lote Legal, com contemplação de famílias nas regiões de Sobradinho II - Buritizinho, Sol Nascente e Porto Rico - Santa Maria, foram emitidos 294 Termos de Ocupação De Uso Precário.

Outra ação desenvolvida pela Empresa foi a estruturação de ambiente de trabalho dos espaços institucionais localizados nas ARIS, nas quais estão instalados os escritórios de Assistência Técnica com o objetivo de facilitar o deslocamento e acesso do cidadão, possibilitando a resolução de problemas de forma mais eficiente. Após a consolidação dos espaços de trabalho

nas ARIS, com a implementação do subprograma Melhorias Habitacionais (Habita Brasília), contribuiu para elevar os atendimentos às famílias. Pretende-se que a partir de 2018 todos os atendimentos e convocações serão realizados nestes espaços institucionais.

## **SEGETH**

Vale destacar a participação da SEGETH quanto ao início dos estudos para efetuar o projeto de regularização de parcelamentos urbanos, o qual foi suspenso em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural no Brasil, que revogou a Lei nº 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei nº 4.996/2012. Com isso, restou prudente a paralisação do projeto do decreto de regulamentação da Lei nº 4.996/2012, até que a MP seja convertida em lei e se reestabeleça a segurança jurídica do tema em questão. Tão logo a MP 759 for aprovada no Congresso, haverá a possibilidade de ser retomado os estudos referente ao projeto citado.

Destaca-se, também, que duas outras legislações foram discutidas no ano de referência, sendo elaborada minuta de projeto de lei de compensação urbanística, visando sanar o problema de inúmeros empreendimentos, em lote ou projeção registrado no Cartório de Ofício de Registro de Imóveis competente, que estão em desacordo com os índices de parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação urbanística vigente, possibilitando assim, a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação mediante indenização pecuniária ao Estado, ou seja, a norma poderá trazer a regularidade a uma série de empreendimentos no Distrito Federal. A outra legislação trata-se do projeto de lei de permeabilidade, acarretando a consolidação do marco legal sobre dispositivos de infiltração e de retenção de águas pluviais, e de se mitigarem incompatibilidade e conflitos de normas urbanísticas entre a ocupação do solo e subsolo e a taxa de permeabilidade prevista para o lote.

Em 2017 foram retomados os trabalhos de regulamentação da Lei Federal de Regularização Fundiária urbana e rural no Brasil, por meio de um Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil do DF. Houve também a publicação da Lei de Compensação Urbanística, visando sanar o problema de inúmeros empreendimentos, em lote ou projeção registrado no Cartório de Ofício de Registro de Imóveis competente, que estão em desacordo com os índices de parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação urbanística vigente, possibilitando assim a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação mediante indenização pecuniária ao Estado.

Nesse exercício foi publicada a Lei de Permeabilidade, acarretando a consolidação do marco legal sobre dispositivos de infiltração e de retenção de águas pluviais e de se mitigarem incompatibilidade e conflitos de normas urbanísticas entre a ocupação do solo e subsolo e a taxa de permeabilidade prevista para o lote.

A lei que dispõe sobre o Novo Código de Obras e Edificações do Distrito Federal foi encaminhada à CLDF em 2017 e sancionada em 2018. O texto do novo código substitui a legislação que vigia desde 1998, esse Código recepciona normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), resolvendo conflitos legais, atualizando o código por inteiro.

Objetivando alcançar esse Objetivo Específico, há que destacar também a implantação do Sistema da Central de Aprovação de Projetos – SISCAP, o qual possibilita maior agilidade no controle dos processos de aprovação de projetos edifícios e foi possível dar início ao desenvolvimento do CAP WEB, sistema, o qual, permite que o interessado peticione projetos de arquitetura por meio digital, sem papel e sem a necessidade de comparecer fisicamente na SEGETH. O CAP WEB foi efetivamente implantado em 2018.

## **IBRAM**

Em 2016, os resultados apurados se deram a partir da contratação de uma empresa especializada em mapeamento e modelagem de processos. A seleção da empresa e a celebração desse contrato foram viabilizadas por meio de um Acordo de Cooperação Internacional firmado entre o IBRAM, a UNESCO e a ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

Em 2017, por meio do Acordo de Cooperação Internacional firmado junto à UNESCO, foi possível, em parceria com empresa de consultoria especializada, realizar a remodelagem de uma parte dos processos de licenciamento ambiental que haviam sido mapeados no ano anterior. Houve ainda a implantação de parte das soluções que haviam sido idealizadas e testadas no âmbito dos serviços de consultoria e do Escritório de Processos do IBRAM, bem como o início das ações para contratação da fábrica de software que irá desenvolver o sistema de gestão ambiental do Instituto, tendo como prioridade, inicialmente, o processo de licenciamento ambiental. Esse sistema já dispõe de seus requisitos devidamente documentados, contemplando uma ferramenta de workflow e permitindo a criação automatizada de fluxo dos processos. Caberá à empresa contratada o desenvolvimento deste sistema durante o ano de 2018.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – HABITAÇÃO COM CIDADANIA:** Definir e endereçar a demanda real habitacional por faixa socioeconômica, especialmente para a população de baixa renda, seguindo uma concepção que integre ocupação territorial, mobilidade, atividade econômica, infraestrutura, lazer, áreas verdes e prestação de serviços públicos.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

**28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	1	Regulamentar a Lei 5.485, de 8 de junho de 2015 – Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	80			80	80,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	2	Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	50			50	50,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	3	Atualizar os Instrumentos Legais que regulamentam atuação do poder público no enfrentamento ao déficit habitacional no DF; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	60			60	60,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	4	Constituir Política de Locação Social da Moradia às famílias de renda equivalente a 3 salários mínimos que tem comprometimento de mais de 30% da sua renda domiciliar com aluguel; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	70	100			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	5	Criar Linha de Assistência Técnica às famílias de baixa e média renda com recursos do FNHIS e do FUNDHIS a adequação da moradia; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	6	Estabelecer fonte de recursos permanente para a ação com direcionamento a arrecadação por tributos específicos; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	7	Criar e integrar os sistemas de monitoramento de ações de enfrentamento do déficit habitacional. (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	80			80	80,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	8	Atender com moradia adequada 20% dos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, com o atendimento de 30.000 dentre os 140.000 habilitados (CODHAB)	30.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4.901	1.397			6.298	21,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	9	Recuperar em sua totalidade os créditos oriundos dos contratos junto ao FCVS, no valor de R\$ 380.000.000,00 (CODHAB)	380.000.000	R\$	ANUAL	MAIOR, MELHOR	8.392.972	0			8.392.972	2,2%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	10	Quitar a dívida imobiliária junto a Caixa Econômica Federal, num total de R\$ 182.000.000,00 (CODHAB)	182.000.000	R\$	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

## **Análise Qualitativa**

### **1. Regulamentar a Lei 5.485, de 8 de junho de 2015 – Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social; (SEGETH)**

**2016**

Foi elaborada minuta de decreto de regulamentação da lei em tela, à qual foi submetida à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, que sugeriu modificações a fim de aprimorar o instrumento. Estima-se que 80% da meta foi alcançada.

**2017**

Nesse exercício não houve avanço quanto a edição do decreto de regulamentação da lei de que trata a presente Meta.

### **2. Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS; (SEGETH)**

**2016**

Em relação aos componentes do PLANDHIS implementados no ano de 2016, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Entrega de 4.901 unidades habitacionais por meio do programa habitacional Morar Bem.
- Realização de estudos e pesquisas para identificação e criação de novas áreas de provisão habitacional em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS;
- Realização de estudos e pesquisas para dispor sobre a implantação da linha de ação Serviço de Locação Social do Programa Habita Brasília;
- Realização de estudos e pesquisas para dispor sobre a regulamentação da Lei 5485/2015 – para serviço de assistência técnica a habitação de interesse social;
- Realização de cursos de capacitação familiar em construção civil para famílias beneficiárias do Programa Habitacional Habita Brasília;
- Criação das linhas de ação “melhorias habitacionais” e “ações urbanas”.

Com base nas ações supracitadas, a meta foi atingida em 20%.

**2017**

Nesse exercício foram realizadas ações no âmbito do projeto de Locação Social onde foi realizada uma oficina com especialistas externos para discussão sobre a linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília, desenvolvida a Descrição Programática do Serviço de Locação Social, realizados estudos e Modelagem da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita e apresentação em Conselhos. Publicada a Nota Técnica Nº 1/2017, que trata da demanda habitacional no DF. Publicada a Nota Técnica nº 2, que dispõe sobre a Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana para os empreendimentos do programa “Minha Casa Minha Vida” em nove glebas disponibilizadas para o Programa Habita Brasília. Quanto as Zonas Especiais de Interesse Social, foram elaborados o Caderno de Estudo para Avaliação das novas áreas destinadas à criação de Zonas Específicas de Interesse Social – ZEIS para provimento de novas áreas habitacionais de Interesse Social e Minuta do Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Caderno de Estudo – ZEIS Pôr do Sol e Minuta do Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Realizado o Seminário de Habitação em Áreas Centrais do Distrito Federal. Considerando as ações supracitadas e as desenvolvidas em 2016, pode-se dizer que a meta foi atingida em 50%.

### **3. Atualizar os Instrumentos Legais que regulamentam atuação do poder público no enfrentamento ao déficit habitacional no DF; (SEGETH)**

**2016**

Foi elaborado o Decreto nº 37.438/2016, que institui o Programa Habita Brasília, no âmbito da Política Habitacional do Distrito Federal, e foi criado o Comitê Gestor e o Grupo Técnico Executivo para desenvolvimento das ações de implantação do Programa. As cinco modalidades do Programa – Lote Legal; Projeto na Medida; Morar Bem; Aluguel Legal e Portas Abertas— atendem

a inscritos nas listas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (CODHAB). No mesmo ano se iniciaram os trabalhos para regulamentação da linha de ação Aluguel Legal, com reuniões de alinhamento técnico e elaboração do plano de trabalho previstos para ocorrer em 2017.

Além disso, foram realizados estudos para a proposição de novas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de provimento habitacional, os quais se consubstanciaram em um caderno técnico.

Elaborou-se ainda o plano de trabalho do acordo de cooperação técnica para construção de qualidade e sustentabilidade, firmado entre a SEGETH e a CODEPLAN, onde figura um eixo de indicadores de habitação, destinados a aprimorar o acompanhamento do déficit habitacional no Distrito Federal, que poderão subsidiar o aprimoramento da legislação afeta. Estima-se que 50 % da meta foi alcançada.

**2017**

Foram desenvolvidas, nesse exercício apenas duas minutas de projetos de lei criando novas Zonas Especiais de Interesse Social no DF:

- PLC 129/2017: Dispõe sobre a criação de Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS de Provisão Habitacional, altera a lei nº 5.022 de 04 de fevereiro de 2013 e dá outras providências;
- Minuta de PLC ZEIS Pôr do Sol (Processo SEI-GDF nº 00390-00010273/2017-54). Alcançando somente nesse exercício o índice de 10% da Meta.

#### **4. Constituir Política de Locação Social da Moradia às famílias de renda equivalente a 3 salários mínimos que tem comprometimento de mais de 30% da sua renda domiciliar com aluguel; (SEGETH)**

**2016**

Foi iniciada a modelagem da linha de ação e iniciados os projetos de arquitetura e complementares para a construção do edifício cujas unidades habitacionais, com as tipologias 1, 2 e 3 quartos, serão destinadas para o atendimento ao público alvo que se encontra em ônus excessivo com aluguel.

**2017**

Foi realizada oficina com especialistas externos para discussão sobre a linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília, com as seguintes ações: Desenvolvimento da descrição programática do Serviço de Locação Social; continuação dos estudos e modelagem da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita; e apresentação dos estudos em Conselhos.

#### **5. Criar Linha de Assistência Técnica às famílias de baixa e média renda com recursos do FNHIS e do FUNDHIS a adequação da moradia; (SEGETH)**

**2016**

Foram criadas linhas de assistência técnica às famílias de baixa e média renda, linhas que tratam de melhorias habitacionais e ações urbanas. Em 2016, 2860 moradias foram melhoradas, recebendo reboco e/ou pintura, pintura de painel artístico e ainda construção de fossas. No final do ano de 2016 foi firmado contrato para atuação na linha “Melhorias Habitacionais” que serão realizadas no ano de 2017.

**2017**

Não houve evolução quanto a regulamentação da Lei, em razão da minuta ainda aguardar posicionamento da CODHAB. Assim, a meta de criação da linha de assistência foi alcançada, contudo ainda carece o desenvolvimento de ações visando a regulamentação.

#### **6. Estabelecer fonte de recursos permanente para a ação com direcionamento a arrecadação por tributos específicos; (SEGETH)**

**2016**

Revisão da legislação específica que trata da ONALT e ODIR.

**2017**

Não houve evolução, visto que a Meta já foi alcançada em 2016.



## **7. Criar e integrar os sistemas de monitoramento de ações de enfrentamento do déficit habitacional; (SEGETH)**

**2016**

Firmado o plano de trabalho do Acordo de Cooperação Técnica para Construção de Qualidade e Sustentabilidade, entre a SEGETH e a CODEPLAN, onde figura um eixo de indicadores de habitação, destinados a aprimorar o acompanhamento do déficit habitacional no Distrito Federal. Será possível acompanhar anualmente, por meio de pesquisa amostral, os quatro componentes do déficit habitacional, segundo método da Fundação João Pinheiro, nos quais embasa-se o Programa Habitacional Habita Brasília: domicílios em situação de coabitação, domicílios em situação de ônus excessivo com aluguel, domicílios com adensamento excessivo e domicílios apresentando déficit por precariedade. Além disso iniciaram-se os trabalhos para elaboração de nota técnica sobre a aplicação do método da Caixa Econômica Federal para estimativa da Demanda Habitacional Domiciliar, apto a aperfeiçoar análises sobre a precariedade habitacional.

**2017**

O Acordo de Cooperação Técnica - ACT desenvolveu produto que trata dos indicadores urbanos. Uma linha temática é focada na habitação, de forma a gerar dados para monitoramento, avaliação e proposição da Política Pública relativa ao tema. Assim, o alcance da Meta acumulada soma-se 80%.

## **8. Atender com moradia adequada 20% dos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, com o atendimento de 30.000 dentre os 140.000 habilitados; (CODHAB)**

**2016**

Da perspectiva traçada para 2016, foram entregues 4.901 Unidades habitacionais aos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, nas localidades do: Riacho Fundo II - 4ª (1.392), Riacho Fundo II - 5ª etapa (1.116), Paranoá (2.304), Samambaia (56) e Sobradinho II – COER (33), promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS e FAR.

**2017**

Da meta prevista para 2017 foram construídas 1.992 unidades habitacionais e foram entregues 1.103 aos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, nas localidades do Riacho Fundo II - 4ª (759) e Samambaia (344), promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS. Dentro do eixo Lote Legal, foram entregues 294 Lotes urbanizados, destinados ao assentamento de famílias em processo de remoção/relocação e vulnerabilidade, nas localidades de Sol Nascente - Ceilândia (229), Sobradinho II - Buritinho (64) e Porto Rico (1).

## **9. Recuperar em sua totalidade os créditos oriundos dos contratos junto ao FCVS, no valor de R\$ 380.000.000,00; (CODHAB)**

**2016**

No período 2015/2016, ocorreu à habilitação de outros 23.420 contratos junto ao FCVS, e foi dada celeridade aos trabalhos das etapas seguintes, quais sejam: a definição junto à CAIXA/FCVS da quantidade de processos a serem homologados, com a indicação de 2.500 mensais, a adoção de critérios para agilizar a validação de créditos homologados, além de monitoramento “on line” de diferenças porventura ocorridas na depuração pelo Agente Operador do FCVS, com vistas à pronta atualização de documentação requerida a par da manutenção da regularidade do Agente Financeiro/CODHAB no processo. Dessa forma, no final de 2016 remanesciam 11.925 contratos com créditos a habilitar. É importante ressaltar que após o procedimento de habilitação junto à CAIXA/FCVS, inicia-se a etapa de reconhecimento dos créditos (novação) por aquela entidade e só a partir desse momento ocorrerá à liberação dos respectivos créditos. Está em processo de novação o valor aproximado de R\$ 112.000.000,00.

**2017**

No Final de 2017, remanesciam 2.171 contratos a habilitar. Ressalte-se novamente, após o procedimento de habilitação junto à CAIXA/FCVS, inicia-se a etapa de reconhecimento dos créditos (novação) por aquela entidade e só a partir desse momento ocorrerá à liberação dos respectivos créditos. Está em processo de novação o valor aproximado de **R\$ 117,0 Milhões**. Assim, como no exercício de 2017 não houve nenhum reconhecimento de crédito junto a CEF também não houve nenhuma recuperação de crédito oriundo dos contratos com FCVS.

## **10. Quitar a dívida imobiliária junto à Caixa Econômica Federal, num total de R\$ 182.000.000,00. (CODHAB)**

**2016**

Com o processo de recuperação dos créditos do FCVS, estimados em 371,7 milhões, considerando os créditos já habilitados. Desse valor, já foram reconhecidos pela CAIXA/FCVS 299,7 milhões de reais (posição em 31/12/2016 e sujeita a atualizações), por meio das atividades Habilitação/Homologação/Novação onde será possível a efetiva quitação da dívida fundada com a

CAIXA/FGTS, a qual gira em torno de 178,6 milhões de reais e ainda restar um saldo positivo para utilização no programa habitacional do Distrito Federal. Com a suspensão da dívida com a garantia dos créditos junto ao FCVS, não houve pagamento da dívida imobiliária junto à Caixa Econômica Federal no exercício de 2016.

#### 2017

Em 2017, continuou suspenso o desembolso da dívida da CODHAB-DF com a Caixa/FGTS, tendo ainda como indicativo de garantia de pagamento de tal dívida, os créditos da CODHAB-DF, junto à Caixa/FCVS. Que ao final do exercício de 2017 o saldo devedor girava em torno de R\$ 186,2 milhões. Assim, em 2017, ocorreu aumento da dívida e não houve desembolso relativo ao pagamento da dívida imobiliária. Espera-se que em 2018 haja a recuperação de crédito a fim de viabilizar o atingimento dessa meta.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1418	NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS PROG. MORAR BEM	%	1,5	31/12/2014	1,5	3,5	1,5	1,0	1,5	1,5	CODHAB / UO 28209 / OE 3
1419	NÚMERO DE MORADIAS MELHORADAS	UNIDADE	0	31/12/2016	500	2.860	4.000	4.709	4.000	4.000	CODHAB / UO 28209 / OE 3
1420	PERCENTUAL DE CRÉDITOS HOMOLOGADOS	%	0	31/12/2016	25	31	50	78	75	100	CODHAB / UO 28209 / OE 3

#### Justificativas 2016

**Indicador 1418** - Riacho Fundo II (5ª etapa) Parque do Riacho 1.392 Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS 1.116 Paranoá Paranoá Parque 2.304 Samambaia H4 - ASMARF 56 Sobradinho II COER 33 Total 4.901.

**Indicador 1419** – Moradias beneficiadas direta e indiretamente pelas Ações Urbanas Comunitárias com melhorias habitacionais. O índice desejado foi ultrapassado devido à alta taxa de adesão das comunidades alvo.

**Indicador 1420** - Foram homologados em 2016 pela Caixa Econômica 10.494 contratos, de um total de aproximadamente 32.752 contratos com cobertura do FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) gerou a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado de R\$ 180.000.000,00.

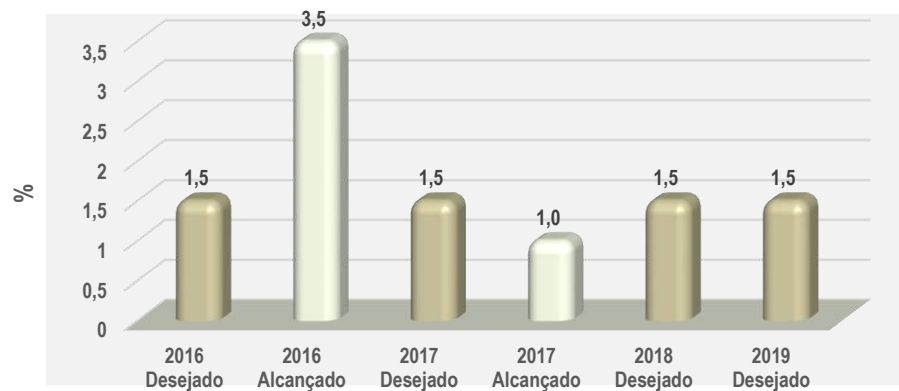
#### Justificativas 2017

**Indicador 1418** - Entregas de 1.103 UH: Em Samambaia (empreendimentos H4) - 344 UHs, no Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS: 759 UHs. Em 2017 estavam previstas entregas no total de 1.992UHs, porém, houve atrasos operacionais em relação a 889 UHs. Após atualização cadastral o número de beneficiários da CODHAB reduziu de 140.000 para 110.000.

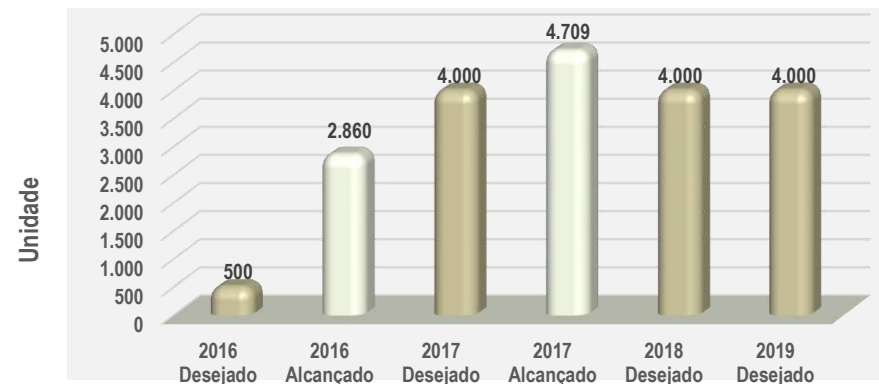
**Indicador 1419** - Moradias beneficiadas direta e indiretamente pelas ações urbanas comunitárias e melhorias habitacionais com projetos e serviços de reforma.

**Indicador 1420** - Foram homologados até o ano de 2017 pela CEF, 31.267 contratos, de um total de aproximadamente 40.000 contratos encontrados com cobertura de FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) manteve a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado neste momento de R\$ 185,0 milhões.

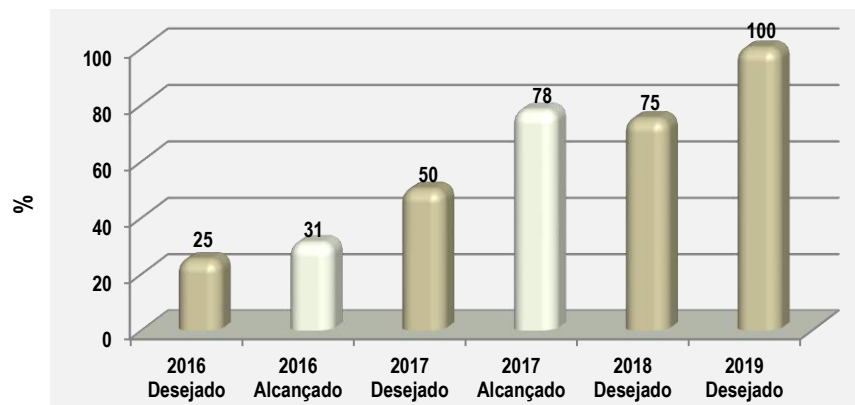
**NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS  
PROG. MORAR BEM**



**NÚMERO DE MORADIAS MELHORADAS**



**PERCENTUAL DE CRÉDITOS HOMOLOGADOS**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	3	1	Elaboração de Minuta da Regulamentação da Lei 5.485/2015; (SEGETH)	28101	80	<p><b>2016</b> Embora não tenha ocorrido a regulamentação da legislação, a Lei nº 5.485/2015, que estabelece os princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social, está sendo cumprida por meio da assistência nos postos de atendimento nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, visando a requalificação das moradias promovendo melhoria de moradias inadequadas.</p> <p><b>2017</b> Não houve avanço quanto ao alcance dessa Ação não Orçamentária.</p>
6208	3	2	Revisão e implementação das Leis das Outorgas Onerosas do Direito de Construir e de Alteração de Uso, com o viés de aporte de recursos ao FUNDHIS para fazer frente às necessidades da moradia digna; (SEGETH)	28101	100	<p><b>2016</b> Revisão e implementação das Leis ONALT e ODIR realizadas em 2015.</p> <p><b>2017</b> Ação alcançada no final do exercício de 2015.</p>
6208	3	3	Atualização dos instrumentos legais de promoção de moradia digna da Política Habitacional do Distrito Federal; (SEGETH)	28101	55	<p><b>2016</b> Início de entendimentos com a Secretaria do Meio Ambiente, visando a Compensação Florestal nos empreendimentos do Programa Habita Brasília do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 37.438, de 24 de junho de 2016. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, estabeleceu com missão da empresa “Promover habitação de qualidade, com cidadania”, assim, a Política Habitacional e de Regularização do DF foi estruturado em três linhas estratégicas de ação: a) Provisão de Moradias, que ocorreu com a continuidade do Programa Morar Bem, implementado em parceria com o programa federal Minha Casa Minha Vida, houve o lançamento de programas habitacionais com utilização de recursos próprios da CODHAB, b) Requalificação de Moradias, que vem ocorrendo com as assistências técnicas gratuitas, e c) Regularização Fundiária de Interesse Social, o qual tratava-se de um Projeto Estratégico para a SEGETH, no entanto, foi necessária a sua paralisação em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização urbana e rural no Brasil, revogando a Lei nº 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei Distrital nº 4.996/2012.</p> <p><b>2017</b> Modelagem da linha de ação Aluguel Legal, referente ao serviço de locação social previsto no Decreto nº 37.438, de 24 de junho de 2016, que institui o Programa Habita Brasília, no âmbito da Política Habitacional do Distrito Federal, e cria o Comitê Gestor e o Grupo Técnico Executivo para desenvolvimento das ações de implantação do Programa. Foram elaborados dois estudos para demarcação de novas ZEIS no território, que resultaram no PLC 129/2017, que dispõe sobre a criação de Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS de Provisão Habitacional, e na minuta de PLC ZEIS Pôr do Sol, no âmbito do Processo SEI-GDF nº 00390-00010273/2017-54.</p>
6208	3	4	Promoção de audiências públicas para a atualização dos instrumentos legais referentes a Política habitacional no DF; (SEGETH)	28101	100	<p><b>2016</b> Não houve a realização de audiências públicas.</p> <p><b>2017</b> Realização de audiências públicas referentes à minuta de Projeto de Lei para criação de Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS e Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de Provisão Habitacional, no Distrito Federal e à minuta de Projeto de Lei para criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia, para provimento de novas áreas habitacionais.</p>
6208	3	5	Realização do levantamento socioeconômico de famílias	28209	48	<p><b>2016</b> Em 2016 a implementação desta ação foi realizada com recursos humanos próprios, sendo que em 2017 serão utilizados recursos de empresas</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			a serem beneficiadas com melhorias habitacionais; (CODHAB).			contratadas. Das 2.000 famílias que se pretende beneficiar com melhorias, somente 77 foram atendidas. <b>2017</b> Em 2017 a implementação desta ação foi realizada com empresas contratadas por meio de procedimento licitatório realizado o último bimestre de 2016. Das 500 famílias que se pretendeu realizar o levantamento socioeconômico, foram alcançadas 220 famílias.
6208	3	6	Realização de ações referentes à remoção e relocação de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social; (CODHAB).	28209	68	<b>2016</b> Estima-se que em 4 anos a CODHAB terá que realocar cerca de 850 famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em 2016, foram realocadas 287 famílias. <b>2017</b> Foram realocadas 294 famílias nas ARIS: Sol Nascente (229), Sobradinho - Buritizinho (64) e Ribeirão-Porto Rico (1). Estas realocações ocorreram devido às obras de execução de infraestrutura de saneamento básico e pavimentação de acordo com projetos urbanísticos incompatíveis com a realidade local.
6208	3	7	Desenvolvimento de projetos arquitetônicos de unidades habitacionais, realizados por servidores do Órgão. (CODHAB).	28209	29	<b>2016</b> A meta era atingir cerca de 400 projetos. Até 2016, os projetos eram elaborados apenas por servidores da CODHAB, foram desenvolvidos 77. A partir de 2017, os projetos serão elaborados por empresas contratadas. <b>2017</b> Os projetos arquitetônicos de readequação habitacional foram elaborados em grande parte por empresas contratadas por meio de procedimento licitatório. A CODHAB desenvolveu com recursos próprio 40 projetos na ARIS Estrutural.

## Análise dos Resultados do Objetivo Específico

### 2016/2017

#### SEGETH

Com o intuito de disponibilizar habitação digna à população a SEGETH elaborou 80% do Decreto de regulamentação da Lei nº 5.485, de 08 de junho de 2015, que estabelece princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social e desenvolveu as ações de assistência técnica às moradias

A provisão de moradias, realizadas em 2016, ocorreu com a continuidade do *Programa Morar Bem*, implementado em parceria com o Programa Federal Minha Casa Minha Vida, havendo lançamento de programas habitacionais com utilização de recursos próprios da CODHAB.

A assistência técnica permitiu que os proprietários dos lotes requalificação de moradias contasse serviços de assistência técnica gratuita, melhorando a habitabilidade e retirando famílias do déficit habitacional qualitativo.

O projeto de regularização fundiária de Interesse Social, teve início na SEGETH no ano de 2016, no entanto foi necessária à sua paralisação em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização urbana e rural no Brasil, revogando a Lei nº 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei Distrital nº 4.996/2012.

O Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS tem impacto direto nesse Objetivo Específico, tendo como objetivo planejar a política habitacional de interesse social do Distrito Federal, que será executada pelo governo. Compõem o PLANDHIS todas as ações e estratégias do Governo para o enfrentamento do déficit habitacional do DF de forma ambientalmente sustentável, em especial para as famílias com renda na faixa 1 (até R\$ 1.600,00) do Programa Morar Bem. No ano de 2016 foram entregues 4.901 unidades habitacionais por meio do *Programa Morar*

*Bem*, garantindo a segurança jurídica e regularização dessas moradias. Também foram realizados vários estudos referentes à identificação e criação de novas áreas de provisão habitacional em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, viabilizando assim novas entregas para o ano de 2017.

A modelagem da linha de ação Aluguel Legal, realizada durante o ano de 2017, visou promover a provisão de unidades habitacionais, por meio da concessão de subsídio para o público alvo, consolidando o conceito de moradia como serviço propiciado pelo Estado, em detrimento à concepção da moradia como bem de consumo e a seus efeitos no mercado imobiliário – altas de preços de imóveis, gentrificação de áreas reabilitadas etc. Buscou-se o atendimento à faixa da população em déficit habitacional com ônus excessivo com aluguel, maior componente do déficit no Distrito Federal; a modelagem de concessão de subsídios à população com maior comprometimento de renda com moradia; a consolidação da moradia como serviço propiciado pelo Estado em detrimento concepção da moradia como bem de consumo e a seus efeitos no mercado imobiliário. Foi realizado seminário sobre Habitação em Áreas Centrais, com o intuito de discutir possibilidades e estratégias de reabilitação de imóveis públicos e privados para provisão habitacional. Foram elaborados dois estudos para demarcação de novas ZEIS no território, que resultaram no PLC 129/2017, que dispõe sobre a criação de Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS de Provisão Habitacional, e na minuta de PLC ZEIS Pôr do Sol, no âmbito do Processo SEI-GDF nº 00390-00010273/2017-54. No período ainda foram desenvolvidos estudos sobre o tema habitação, para suporte às ações de planejamento.

## **CODHAB**

Com a execução de obras de urbanização foram realizados os serviços de implantação da infraestrutura externa aos empreendimentos habitacionais contratados no âmbito dos Programas Morar Bem/MCMV, localizados no Riacho Fundo II – 4ª e 5ª etapa, na expansão do Paranoá, Recanto das Emas Quadras 117/118, Setor Central Gama e COER (Sobradinho II). A implantação da infraestrutura contempla a execução dos serviços de: drenagem, terraplenagem, pavimentação, calçadas, Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário e Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica de Alta e Baixa Tensão e iluminação pública, serviços necessários para dar habitabilidade aos empreendimentos previstos para atendimento habitacional a famílias.

A produção habitacional em 2016 foi promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS e FAR, tendo sido concluído e entregues 4.901 unidades habitacionais. Imbuída da obrigação legal em promover habitação de qualidade e com cidadania, Governo de Brasília, por meio da CODHAB desenvolveu ações de Melhorias Habitacionais e efetivou as contratações para elaboração de projetos por meio da realização de Concursos Públicos Nacionais visando à seleção de projetos tanto de Unidades Habitacionais quanto de Equipamentos Públicos Comunitários para as regiões do Riacho Fundo II, Sobradinho, Samambaia, Santa Maria, Sol Nascente Trecho I, Sol Nascente Trecho II. Em paralelo aos concursos públicos nacionais, também foram desenvolvidos, através da equipe de projetos da CODHAB, projetos de habitação para Sol Nascente, Samambaia, Vila Estrutural, e ainda projetos de calçadas para o Riacho Fundo II - 4ª Etapa e Recanto das Emas Quadras 117/118.

O Programa é desenvolvido exclusivamente pela CODHAB com empresas contratadas, entretanto as comunidades onde o programa está em operação são parceiras em potencial e está em operação em cinco comunidades: Porto Rico/Santa Maria, Fercal/DF, QNR/Ceilândia, Estrutural/SCIA/DF e Sol Nascente.

Continuando as ações desenvolvidas em 2016 em relação a execução de obras de urbanização, neste exercício foram realizados os serviços de implantação da infraestrutura externa aos empreendimentos habitacionais contratados no âmbito dos Programas Morar Bem/MCMV, localizados no Riacho Fundo II – 4ª etapa, na expansão do Paranoá, Recanto das Emas Quadras 117/118 e Sol Nascente. Quanto à implantação da infraestrutura foram executados os seguintes serviços: drenagem, terraplenagem, pavimentação, calçadas, sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, fossas sépticas e rede de distribuição urbana de energia elétrica e iluminação pública, serviços necessários para dar habitabilidade aos empreendimentos previstos para atendimento habitacional a famílias.

Em 2017 a produção habitacional em 2017, também, foi promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS, tendo sido concluído 1.992 UH construídas e entregues 1.103 unidades habitacionais. Imbuída da obrigação legal em promover habitação de qualidade e com cidadania, Governo de Brasília, por meio da CODHAB efetivou as contratações para

elaboração de projetos por meio da realização de Concursos Públicos Nacionais visando à seleção de projetos tanto de Unidades Habitacionais para as regiões do Pôr do Sol e Sol Nascente Trecho II.

Com a aplicação do Programa de Melhorias Habitacionais obteve êxito em quatro localidades nas quais os Postos de Assistência Técnica (PAT) estão em funcionamento, sendo: Porto Rico/Santa Maria, Fercal/DF, QNR/Ceilândia e Sol Nascente/Ceilândia, totalizando assim um universo possível de 350 famílias a serem atendidas pelo primeiro Edital nº 012/2016. Ao longo de 2017 foram atendidas 132 famílias com projetos e obras executadas, ficando o remanescente para 2018. Para 2018 há a previsão de novo edital para atendimento de 1.050 famílias distribuídas em 07 localidades.

Para o alcance do objetivo específico a CODHAB implementou algumas adequações, cuja finalidade é a obtenção de maior efetividade na aplicação do Programa Temático. Como alguns exemplos: a) investimento na capacitação dos executores de contrato; b) reuniões com o corpo técnico, formado por mais de 10 (dez) profissionais, entre arquitetos e engenheiros, para debate e proposição de melhorias de processo; c) desenvolvimento, para as empresas responsáveis pela elaboração do projeto arquitetônico, de um Caderno de Orientações Técnicas (COT); d) Para as empresas responsáveis pela execução das obras, desenvolvimento de um novo processo de credenciamento mais ágil e interativo, por meio de um módulo web (0392- 004464/2017); e) aconselhamento jurídico, proporcionado pela Procuradoria Jurídica (PROJU) desta Empresa, no intuito de, no tocante aos aspectos jurídicos - formais, deixar as disposições contratuais mais efetivas; f) análise dos contratamentos sofrido anteriormente, nos diversos âmbitos nos quais constaram, com vistas a implementação de aperfeiçoamentos; g) criação de um sistema eletrônico para o gerenciamento de todos os processos de qualificações de moradias, por meio do qual, teremos um controle eficiente e célere.

#### **IBRAM**

Em 2016, os resultados apurados se deram a partir da contratação de uma empresa especializada em mapeamento e modelagem de processos. A seleção da empresa e a celebração desse contrato foram viabilizadas por meio de um Acordo de Cooperação Internacional firmado entre o IBRAM, a UNESCO e a ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

Em 2017, por meio do Acordo de Cooperação Internacional firmado junto à UNESCO, foi possível, em parceria com empresa de consultoria especializada, realizar a remodelagem de uma parte dos processos de licenciamento ambiental que haviam sido mapeados no ano anterior. Houve ainda a implantação de parte das soluções que haviam sido idealizadas e testadas no âmbito dos serviços de consultoria e do Escritório de Processos do IBRAM, bem como o início das ações para contratação da fábrica de software que irá desenvolver o sistema de gestão ambiental do Instituto, tendo como prioridade, inicialmente, o processo de licenciamento ambiental. Esse sistema já dispõe de seus requisitos devidamente documentados, contemplando uma ferramenta de workflow e permitindo a criação automatizada de fluxo dos processos. Caberá à empresa contratada o desenvolvimento deste sistema durante o ano de 2018.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**004 – PACTO PELA FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO: Definir os regramentos para os procedimentos de fiscalização (normas, procedimentos, monitoramentos, programações e governança) e assegurar a eficiência e eficácia nas ações fiscais, em consonância com os princípios de sustentabilidade, no ordenamento das atividades urbanas, ambientais e econômicas do território.**

#### **UNIDADE RESPONSÁVEL:**

**09.201 – AGÊNCIA DE FISCALIZADORA DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS**

## ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	1	Desobstruir e combater 16.000.000 m2 de ocupações irregulares no Distrito Federal; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16.000.000	m²	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	20.815.426			20.815.426	130,1%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	2	Elaborar "Projeto de Monitoramento da Dinâmica do Território; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100%			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	3	Realizar ações de fiscalização integrada; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100%			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	4	Executar 21.000 fiscalizações no comércio estabelecido; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	21.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	7.722			7.722	36,8%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	5	Realizar ações de capacitação do quadro de pessoal; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100%			100	100,0%
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	6	Realizar eventos de educação em fiscalização em Unidades Educacionais do Distrito Federal. (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100%			100	100,0%

### Análise Qualitativa

#### 1. Desobstruir e combater 16.000.000 m2 de ocupações irregulares no Distrito Federal (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

O indicador acumula para 2017 o total de 20.815.426 m2 de áreas desobstruídas em ações de fiscalização executadas pela AGEFIS, em áreas rurais e urbanas. A superação da meta se deve a melhorias implantadas no planejamento pré-operacional e do geoprocessamento das ações. Dentre as ações de desobstrução consideradas no indicador, figuram as realizadas na Orla do Lago Paranoá, a desobstrução de Parques Ecológicos e operações de Pronto Resposta.

#### 2. Elaborar "Projeto de Monitoramento da Dinâmica do Território; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

O projeto foi elaborado no Sistema Gestão DF e encontra-se sob o ID nº 1655-Monitoramento da Dinâmica do Território, sendo concluída a metodologia de trabalho em 2017. Em destaque, nessa metodologia, encontram-se as Unidades Territoriais de Monitoramento Fiscal (UTMF), instituídas pela Instrução Normativa Nº 122, de 28 de agosto de 2017, que subsidiam o



Monitoramento da Dinâmica do Território e consiste em um marco que pretende garantir, dentre outros aspectos, a regularização fundiária sustentável no Distrito Federal, o direito à cidade sustentável e a diminuição da segregação socioespacial.

### 3. Realizar ações de fiscalização integrada (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A meta da fiscalização integrada foi cumprida em 100%, tendo como resultado a desobstrução em 2017 do total de 20.815.426 m2 de áreas desobstruídas no território do DF.

Esse indicador apresenta os resultados das ações integradas com vários órgãos distritais para melhor alocação dos meios operacionais necessários para sua execução, entre eles: PMDF, CMBDF, CEB, CAESB, IBRAM, TERRACAP e NOVACAP, com o objetivo de estabelecer procedimentos para definir, planejar e executar as operações de erradicação, remoção e demolição de ocupações irregulares e de uso do solo com suporte em critérios técnicos.

### 4. Executar 21.000 fiscalizações no comércio estabelecido (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Tem-se no acumulado de 2017 o total de 7.722 estabelecimentos fiscalizados no comércio estabelecido, tendo em vista a necessidade de inibir o exercício irregular de atividade econômica no Distrito Federal.

### 5. Realizar ações de capacitação do quadro de pessoal (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

As ações previstas no Plano Anual de Capacitação dos Servidores (PACS), ano 2017, da AGEFIS obtiveram o resultado total de 3.843 eventos/cursos de capacitação para servidores. Entre os destaques, encontram-se: Seminário de Combate à Grilagem de Terras Públicas no Distrito Federal (822 participantes) e treinamentos no SEI-DF (373 cursistas).

### 6. Realizar eventos de educação em fiscalização em Unidades Educacionais do Distrito Federal (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

A meta foi alcançada pelo Projeto AGEFIS nas Escolas, tendo em vista o atendimento de 100% do público-alvo previsto para o ano de 2017, totalizando 131 (cento e trinta e um) alunos em 06 turmas do 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Classe 01, situada no INCRA 08 em Brazlândia-DF. Esse evento ocorreu após a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 09, de 18/10/2017 (DODF nº 209, p. 37, 31/10/2017), entre SEE-DF e AGEFIS, com vista a viabilizar o referido projeto na Rede Pública de Ensino.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1715	PESSOAS SENSIBILIZADAS EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO	PESSOA	1.713	31/12/2017	-		1.500	4.288	1.000	1.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4
1716	EXECUÇÃO DE AÇÃO FISCAL NO COMÉRCIO ESTABELECIDO	UNIDADE	0	31/12/2017	-		7.000	7.722	7.000	7.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4
1717	ÁREAS DESOBSTRUÍDAS NO TERRITÓRIO	M2	10.126.168	31/12/2016	-		10.000.000	20.815.426	3.000.000	3.000.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1718	VISTORIA DE OBRAS LOCALIZADAS EM ÁREAS EM REGULARIZAÇÃO (ESCOPO: FORA DO DIURB)	%	0	31/12/2017	-		80	85	80	80	AGEFIS/UO 09201/OE 4
1719	DESOBSTRUÇÃO E COMBATE ÀS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO LAGO PARANOÁ	UNIDADE	57	31/12/2016	-		112	330	100	100	AGEFIS/UO 09201/OE 4

### Justificativas 2017

**Indicador 1715** - Este indicador foi criado para sensibilizar os participantes acerca das ações da AGEFIS em prol da acessibilidade e da educação para fiscalização com foco na formação de cidadãos mais conscientes e com estreitamento da relação entre a instituição e a Sociedade. São eventos que compõe este indicador: Palestras sobre acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e as ações de sensibilização em feiras livres, permanentes e eventuais do DF.

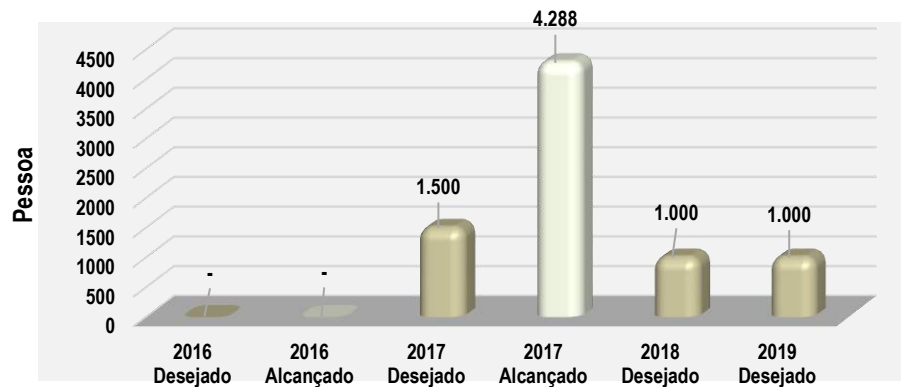
**Indicador 1716** – O indicador tem como finalidade mensurar a fiscalização de comércios estabelecidos no âmbito do Distrito Federal e verificar se as ações fiscais estão inibindo o exercício irregular de atividade econômica no Distrito Federal.

**Indicador 1717** – O indicador acumula o total de áreas desobstruídas em ações de fiscalização executadas pela AGEFIS, em áreas rurais e urbanas. A superação da meta se deve a melhorias implantadas no serviço decorrentes do planejamento pré-operacional e do geoprocessamento das ações. Dentre as ações de desobstrução consideradas no indicador, figuram as realizadas na Orla do Lago Paranoá, a desobstrução de Parques Ecológicos e operações de Pronto Resposta.

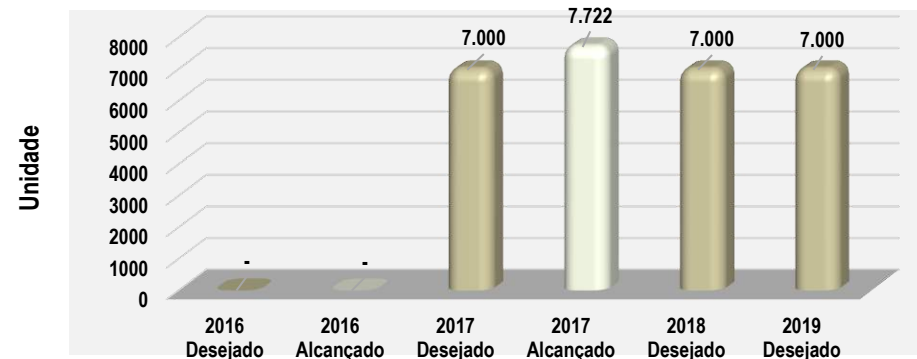
**Indicador 1718** - No ano de 2017, foram realizadas 85 vistorias em obras no Setor Habitacional Vicente Pires, área objeto deste indicador, que estão em desacordo com a DIUR, tendo sido lavradas 2.282 ações fiscais, incluindo lacre e interdição das obras e apreensão de materiais de construção. Destacamos o excesso de liminares judiciais concedidas pela Justiça Federal em desfavor da AGEFIS, como um limitador à atuação deste órgão nesta região.

**Indicador 1719** - Para o cumprimento das obrigações estipuladas na sentença proferida na Ação Civil Pública nº 2005011090580-7, a AGEFIS executou o Plano de Fiscalização e Remoção de Construções e Instalações erguidas na APP do Lago Paranoá em uma faixa de 30 metros da margem do Lago. A desobstrução foi iniciada em agosto de 2015 e concluída em dezembro de 2017, com um total de 454 lotes desocupados em todo o processo, sendo 330 lotes somente em 2017.

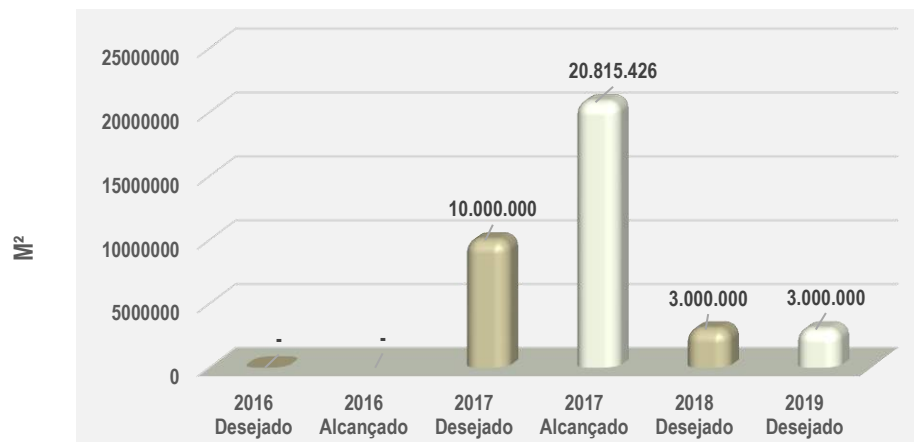
**PESSOA SENSIBILIZADAS EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO**



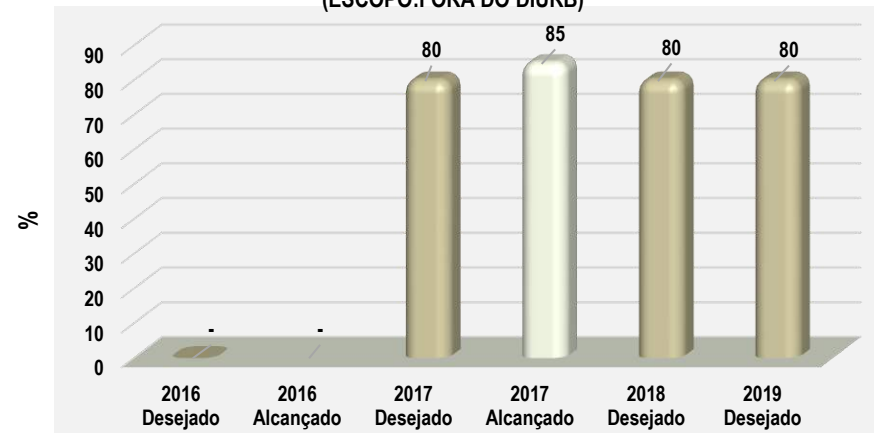
**EXECUÇÃO DE AÇÃO FISCAL NO COMÉRCIAL ESTABELECIDO**



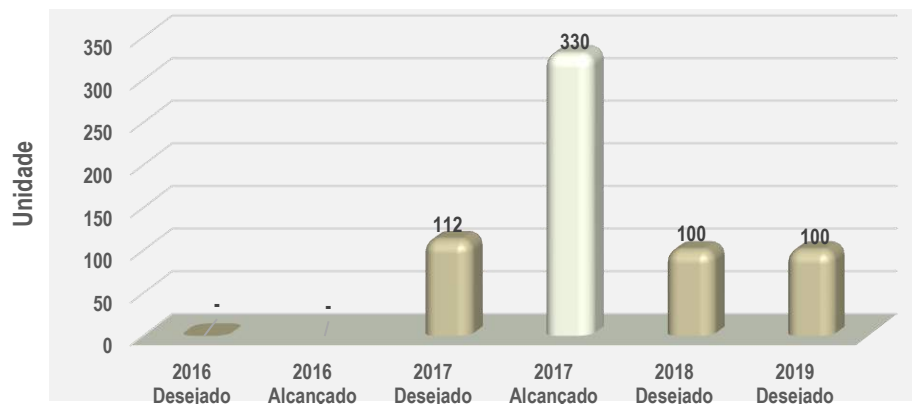
**ÁREAS DESOBSTRUÍDAS NO TERRITÓRIO**



**VISTORIAS DE OBRAS LOCALIZADAS EM ÁREAS EM REGULARIZAÇÃO (ESCOPO:FORA DO DIURB)**



**DESOBSTRUÇÃO E COMBATE ÀS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO LAGO PARANOÁ**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	4	1	Elaborar a Política de Fiscalização de Atividades Urbanas do DF (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<b>2017</b> A Política de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal foi elaborada em 2016 e publicada pelo Decreto nº 37.239, de 07/04/2016, que regulamenta a referida política prevista na Lei nº 4.150, de 05/06/2008, que dispõe sobre a criação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS
6208	4	2	Elaborar o Plano de Ação para a implantação da Fiscalização Integrada (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<b>2017</b> Plano de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal foi concluído em 2016 no Projeto Gestão DF de ID nº 742- Fiscalização Integrada de Atividades Urbanas, sendo aplicado por meio de deliberações do Comitê de Governança do Território do Distrito Federal, instituído pelo Decreto 36.694, de 25/08/2015.
6208	4	3	Elaborar o Mapa de Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<b>2017</b> O mapa de combate à grilagem e ocupações irregulares no Distrito Federal encontra-se disponível no endereço eletrônico: <a href="http://portal.agesfis.df.gov.br:8080/portal/public/maps/grilagem.html">http://portal.agesfis.df.gov.br:8080/portal/public/maps/grilagem.html</a>
6208	4	4	Elaborar o Mapa do Índice de Impacto Territorial, com base no Método MARIT (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<b>2017</b> O Mapa do Índice de Impacto Territorial, foi elaborado com base no método da Matriz Multicriterial de Impacto Territorial - MARIT, a qual consiste em uma ferramenta que caracteriza e classifica áreas no Distrito Federal de forma objetiva a fim de auxiliar nas tomadas de decisões do Comitê de Governança do Distrito Federal - CGT/DF. Pela aplicação dos cálculos propostos obtém-se o Índice de Impacto Territorial - IT - de cada porção do território do Distrito Federal. Quanto mais negativo o IT, maior o impacto da ocupação irregular sobre território e quanto menos negativo, menor o impacto. Vale ressaltar que o CGT/DF, instituído pelo Decreto nº 36.694/2015, possui a finalidade de assegurar a ordem urbanística.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						fundiária e ambiental, por meio de ações estratégicas de preservação, prevenção, proteção, operacionalização e controle, para prevenir, coibir, conter e fazer cessar práticas ilícitas afetas ao uso, ocupação ou parcelamento irregular do solo e das áreas de interesse ambiental.
6208	4	5	Celebrar Acordo de Cooperação com a TERRACAP para obtenção de serviço de monitoramento do território via satélite (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<b>2017</b> Celebrado Termo de Cooperação Técnica, em 11/11/2015, entre a AGEFIS e a TERRACAP (DODF nº 220, p. 31, 17/11/2015)
6208	4	6	Celebrar Acordos de Cooperação com a NOVACAP para compartilhamento operacional (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	-	<b>2017</b> Ação não executada, tendo em vista que foram priorizadas a celebração de Acordos de Cooperação firmados para atendimento de demandas estratégicas da AGEFIS, entre eles, destacam-se os celebrados com a Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Defensoria Pública, Controladoria-Geral do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
6208	4	7	Implantar Central de Fiscalização Integrada (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	90	<b>2017</b> A implantação da Central de Fiscalização Integrada se deu por meio do projeto de Solução de Sala de Situação, ID Gestão DF nº 1701, no âmbito da AGEFIS, sendo concluída a infraestrutura necessária para o recebimento das imagens a serem disponibilizadas pelo Centro Integrado de Comando e Controle Regional, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social - SSPDF. Essa solução visa a disponibilização de dados relativos aos acompanhamentos e monitoramentos quantitativos e qualitativos das operações da AGEFIS, em tempo real ou não, propiciando uma visão holística, concisa e detalhada das suas operações de fiscalização e/ou de desobstrução no Distrito Federal.
6208	4	8	Elaborar Programações Fiscais Táticas e Operacionais (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201		<b>2017</b> Em 2017, as Programações Fiscais Táticas (PFT) passaram por um processo de modernização, onde o esforço foi em torno de aperfeiçoar da sua metodologia de trabalho, tornando-as mais intuitivas aos procedimentos relativos as ações fiscais para cada tema abordado. Conforme a legislação vigente para cada tema abordado, foram acrescentados e disponibilizados os fluxogramas de ações fiscais e modelos de Autos vinculados a cada uma das PFTs. O projeto de modernização das Programações Fiscais foi executado de forma efetiva, sendo estas 40 Programações Fiscais revisadas a colocadas numa nova formatação, inseridos os fluxos de ação fiscal e, ainda, itens que remetem ao Planejamento Estratégico, ciclo 2017/2020, da AGEFIS. Com base das Programações Fiscais Táticas, as diretorias das áreas fins elaboram as Programações Fiscais Operacionais (PFO) que estabelecem os detalhes das ações fiscais em termos de "quando, onde e quem" conduzirá o processo de fiscalização
6208	4	9	Elaborar Plano de Arrecadação da AGEFIS (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201		<b>2017</b> Plano foi concluído e culminou na arrecadação de cerca de R\$ 1 milhão para investimento nas impressoras portáteis que compõem a solução do Talonário Eletrônico da AGEFIS
6208	4	10	Rever o Plano Estratégico da AGEFIS (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201		<b>2017</b> O Plano Estratégico, ciclo 2017/2020, foi ajustado e alinhado às estratégias governamentais e institucionais, aprovado pela IN nº 113/2017-AGEFIS
6208	4	11	Elaborar Projeto AGEFIS nas Escolas (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201		<b>2017</b> Projeto foi elaborado e implantado em 2017, sendo celebrado Termo de Cooperação nº 09/2017, entre SEE/DF e AGEFIS, para expansão do referido Projeto na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal

## Análise dos Resultados do Objetivo Específico

### 2016/2017

A AGEFIS realizou grandes conquistas no ano de 2017.

A revisão e o alinhamento dos instrumentos de planejamento, como o Planejamento Estratégico Institucional, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano Plurianual (PPA), e a adoção ao Modelo de Gestão para Resultados (GpR), trouxeram grandes benefícios para o órgão, na medida em que as ações passam a focar resultados que agreguem valor à instituição e à Sociedade.

Entre os Resultados desse alinhamento registra-se 2017 como o ano com maiores aquisições em tecnologia da informação, entre eles, destacam-se: Drone - tipo quadricóptero, impressoras termos sensíveis e portáteis da solução de talonário eletrônico, equipamentos para infraestrutura da solução sala de situação e estações de trabalho avançadas (workstations), que corresponderão ao investimento no montante de R\$ 1.101.022,50.

Ainda, registram-se os excelentes resultados obtidos no principal indicador da AGEFIS, intitulado Índice de Áreas Desobstruídas no Território, que objetiva a mensurar o desempenho do governo na promoção do ordenamento e regularização territorial, por meio da desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente, em área urbana ou rural. Em 2017, foram desobstruídos 20.815.425,26 m<sup>2</sup> em 503 operações realizadas pela AGEFIS na Orla, nos Parques Ecológicos e nas Equipes de Pronto-Resposta.

Consideramos de suma importância o reconhecimento da população do Distrito Federal sobre a atuação da AGEFIS, conforme o resultado da Pesquisa de Opinião da AGEFIS desenvolvida e aplicada pela CODEPLAN, em março de 2017, que foi finalista no Prêmio Inova Brasília, tendo como principais resultados:

- 1) 51% dos pesquisados consideram boas ou ótimas as ações da AGEFIS;
- 2) 80% apoiam as ações da AGEFIS na Orla do Lago Paranoá.

A AGEFIS, também, deslumbra a oportunidade de não apenas reagir às situações consolidadas, mas também de promover a cidadania, como agente transformador da sociedade, na medida em que tenta conscientizar as futuras gerações da importância com o cuidado com o meio ambiente em prol do desenvolvimento sustentável da comunidade a preservação da qualidade de vida para todos.

Em iniciativas como o AGEFIS nas Escolas, Acessibilidade no Jardim Zoológico e Calçadas Acessíveis em Águas Claras, onde se pretende conscientizar a nova geração sobre a importância do respeito aos espaços públicos e dos cuidados com a ocupação, conservação e limpeza das áreas de circulação e convivência, assim como, propiciar a compreensão da acessibilidade como meio de inclusão para todas as pessoas no uso de espaços públicos e privados.

A AGEFIS permanece buscando a excelência no exercício de sua missão institucional, sendo consciente do papel fundamental que desempenha na busca de promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.

## DIRETRIZES ESTRATÉGICAS: TODOS POR BRASÍLIA

### GOVERNO ÉTICO TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS



#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR DIRETRIZ E PROGRAMA (Valores em R\$)

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/PPA %	Liq/PPA %
<b>Todos por Brasília</b>								
Tornar o cidadão protagonista na formulação e controle de políticas públicas.	6203 - Gestão para resultados	560.670.502	216.028.263	364.528.382	237.386.027	219.152.462	42	39
Tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo.								
<b>Governo ético, transparente e com foco em resultados</b>								
Assegurar o equilíbrio fiscal para garantir a capacidade de investimento do Governo.	6204 -Atuação Legislativa	1.554.604	1.644.100	794.100	240.804	237.300	15	15
Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.								
<b>Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados - TOTAL</b>		<b>562.225.106</b>	<b>217.672.363</b>	<b>365.322.482</b>	<b>237.626.831</b>	<b>219.389.762</b>	<b>42</b>	<b>39</b>

**PROGRAMA TÉMATICO:  
6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS**

**OBJETIVO GERAL:**

Promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando o equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos e assegurar transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

<b>45.101 – CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - CGDF</b>
<b>001 – GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA:</b> Tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas.
<b>19.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEF</b>
<b>002 – EQUILÍBRIO FISCAL:</b> Elevar a capacidade do Estado de gerar receita tributária e não tributária e de aplicar adequadamente os recursos públicos por meio da promoção da eficiência e eficácia da máquina administrativa.
<b>32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG</b>
<b>003 – EFICIÊNCIA DA GESTÃO:</b> Promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo Brasília.
<b>004 – GESTÃO DE PESSOAS:</b> Implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados.
<b>005 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA:</b> Utilizar tecnologias de informação e comunicação (TIC) adequadas para gerar valor à prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.
<b>09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI</b>
<b>006 – COMUNICAÇÃO SOCIAL:</b> Difundir informações de interesse público sobre os objetivos, diretrizes e metas do governo, os direitos e deveres dos cidadãos, projetos e ações desenvolvidas pelo Distrito Federal nas diversas áreas de interesse da sociedade e estimular a participação da sociedade no debate com vistas ao aprimoramento das políticas e investimentos públicos.
<b>09.102 - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF</b>



**007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS:** Aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo de modo integrado às ações que visem promover o acesso à informação pública, bem assim a conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão.

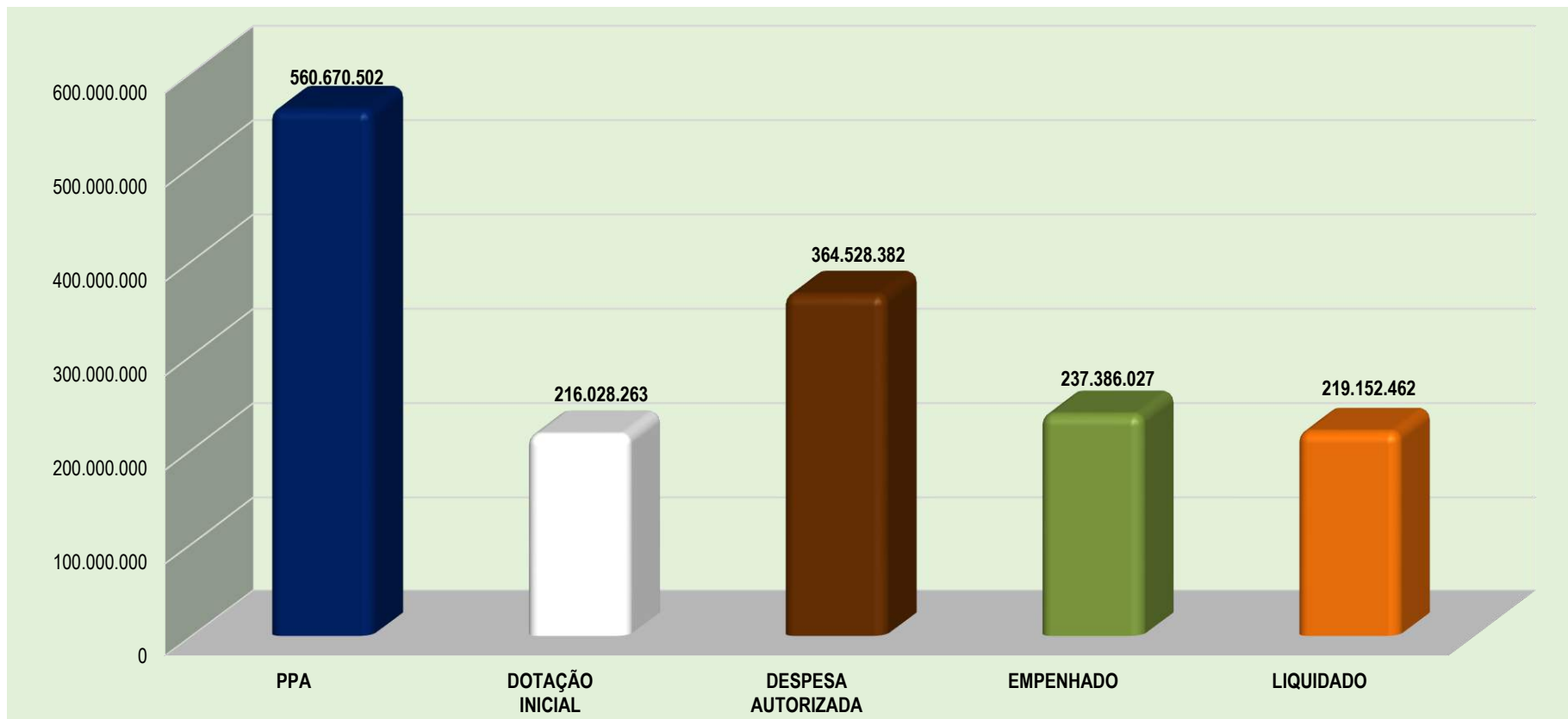
### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	230.709.899	697.316	230.199	0	0	0	0
1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	16.500	120.000	2.182	2.180	2.180	13	13
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	28.985.551	36.063.791	41.081.258	12.685.712	12.580.327	44	43
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC	20.975.780	38.090.127	38.090.127	0	0	0	0
1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	35.763	60.000	2	0	0	0	0
2415 - MANUTEÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	46.207.585	0	0	0	0	0	0
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	21.500	65.000	87.903	79.546	9.646	370	45
2499 - EXPRESSO DA CIDADANIA	20.000	0	0	0	0	0	0
2502 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	10.000	0	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32.176.506	11.385.976	22.001.269	19.696.062	15.676.087	61	49
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000	41.000	0	0	0	0	0
2895 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMIISTRATIVA	100.000	0	81.600	0	0	0	0
2912 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS	153.504	2.092.735	101.386	101.381	83.000	66	54
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.200.000	1.550.903	4.581.207	4.565.373	4.239.443	380	353
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	1.041.622	40.807	0	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	8.675.000	10	3.401	0	0	0	0
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	41.239	40.807	0	0	0	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	800.000	0	0	0	0	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	4.700.000	1.100.000	30.600.000	27.687.709	27.172.775	589	578
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	10.086.322	26.829.821	26.511.166	13.160.319	5.875.909	130	58
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	474.735	127.733	127.733	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	38.185	37.096	0	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	8.913.124	4.925.667	3.317.963	624.898	624.898	7	7

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.500.000	0	0	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	4.960.672	553.206	235.630	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	46.973	1.335.000	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	100.000	20.000	50.001	0	0	0	0
4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	31.000	180.000	150.800	148.598	148.598	479	479
4105 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	122.955	300.404	0	0	0	0	0
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	279.221	100.000	14.001	14.000	14.000	5	5
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	5.518.842	70.000	73.400	0	0	0	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	11.219.961	17.266.864	23.069.960	22.457.145	19.458.206	200	173
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	2.859.733	2.859.733	2.620.839	0	0	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	2.859.733	2.859.733	2.620.839	0	0	0	0
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	39.700.000	31.695.190	31.839.857	3.535.069	3.501.816	9	9
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.077.840	13.000.000	1.042.059	133.219	122.659	12	11
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	11.288.011	10	11.525.726	11.505.247	10.802.106	102	96
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	4.000.000	0	0	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	79.712.746	22.519.334	124.467.874	120.989.569	118.840.812	152	149
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>560.670.502</b>	<b>216.028.263</b>	<b>364.528.382</b>	<b>237.386.027</b>	<b>219.152.462</b>	<b>42</b>	<b>39</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6203</b>	<b>560.670.502</b>	<b>216.028.263</b>	<b>364.528.382</b>	<b>237.386.027</b>	<b>219.152.462</b>	<b>42</b>	<b>39</b>

Obs.: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: 19.101 – SEF; 32.101 – SEPLAG e 45.101 – CGDF)

### PROGRAMA 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS (Valores em R\$)



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 – GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA:** Tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

**45.101 – CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - CGDF**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	1	Fomentar a fiscalização e o controle por meio do aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno do GDF, especialmente pela implantação do modelo IA-CM e da Gestão de Riscos; (CGDF) (Alterado, conforme Decreto nº. 37517/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	16	40			40	40,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	2	Fortalecer os mecanismos de combate à fraude e à corrupção no GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50			50	50,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	3	Aprimorar os procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares no GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	55			55	55,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	4	Aprimorar os procedimentos de apuração de danos ao erário e sua recuperação ao GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50			50	50,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	5	Fortalecer os mecanismos de transparência e controle social das ações do GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50			50	50,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	6	Aprimorar a integração do sistema de ouvidorias do GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	59	80			80	80,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	7	Otimizar os processos de planejamento e gestão da CGDF alinhados aos do GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50			50	50,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	8	Implantar 01 Casa da Cidadania, com ambientes adequados aos objetivos do projeto (CACI);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-			-	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	9	Implantar 19 Casas Comunitárias (CACI);	19	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	10	Implantar 07 Bibliotecas para movimentos sociais (CACI);	7	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	11	Capacitar 3.400 pessoas (CACI)	3.400	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	12	Disponibilizar 1 unidade móvel para atendimento às comunidades (CACI);	1	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	13	Promover o atendimento social a 20.000 pessoas (CACI).	20.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	55.700	35.250			90.950	454,8%

## Análise Qualitativa

### **1. Fomentar a fiscalização e o controle por meio do aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno do GDF, especialmente pela implantação do modelo IA-CM e da Gestão de Riscos (CGDF). (Alterado, conforme Decreto nº. 37517/2016);**

#### **2016**

Com vistas ao aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno, foi implantado na CGDF o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Modelo IA-CM), integrante do Acordo de Resultados da CGDF, projeto consiste em uma estrutura que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no governo e no setor público em geral e ilustra os níveis e estágios por meio dos quais a atividade de auditoria interna deve evoluir. O Modelo traz uma autoavaliação, construção de capacidades e promoção da profissão, com vistas a melhorar a eficácia da auditoria interna, e contempla macroprocessos-chaves (Key Process Area - KPA) de auditoria interna, constituídos por atividades que devem ser institucionalizadas para que o órgão de controle seja considerado eficaz no governo e no setor público em geral.

Esses macroprocessos também estão relacionados a seis elementos: serviços e papel da auditoria interna; gerenciamento de pessoas; práticas profissionais; gerenciamento do desempenho e *accountability*; cultura e relacionamento organizacional e estruturas de governança. Tais elementos correlacionam-se ainda com os cinco níveis de maturidade de auditoria interna propostos pelo Modelo: 1-Inicial, 2-Infraestrutura, 3-Integrado, 4-Gerenciado e 5-Otimizado. A Controladoria-Geral objetiva alcançar até 2019 o nível 4 do Modelo e atualmente encontra-se no nível 2 do Modelo.

Além disso, iniciou-se o projeto, também integrante do Acordo de Resultados, de fomento e implantação da Gestão de Riscos em órgãos considerados de alta complexidade no Poder executivo do DF. A iniciativa busca integrar a gestão de riscos como elemento-chave da responsabilidade gerencial, de modo a promover a integridade e prevenir a improbidade, os desvios e a corrupção, com o desenvolvimento de atividades e ações destinadas a controlar os riscos da organização, neutralizando seu impacto. Em 2016, a meta de implantação em 15% das unidades programadas de alta complexidade foi alcançada, quais sejam: Hemocentro, SEAGRI e Metrô.

#### **2017**

Em relação ao projeto IA-CM, a meta estabelecida é atingir o nível 4 até 2019. Isso implica na institucionalização de 34 KPAs.

A meta de 2016 foi cumprida com a institucionalização de 10 KPAS. Para 2017, a meta também foi cumprida com a institucionalização de 7 KPAS, que consistiram na implantação dos seguintes produtos, entre outros: gestão por competências, custos, programa de avaliação de qualidade, relatórios de gestão, auditorias de desempenho.

Ou seja, até 2017 foram institucionalizados no total 17 KPAS que correspondem a 50% do total de KPAS necessários para atingimento do nível 4.

Em continuação ao processo de agregação de novas ferramentas de trabalho, com proposição inclusive advinda do Modelo IA-CM, foi iniciado o processo de fomento à gestão de riscos no GDF pela CGDF. Com esse intuito, o corpo funcional da CGDF foi capacitado e certificado para atuar junto às unidades que compõem o complexo administrativo do Poder Executivo do Distrito Federal.

Dessa forma, em 2017, a CGDF capacitou 180 (cento e oitenta) servidores por meio do curso Gestão de Riscos com base na ISO 31000:2009, sendo 22 (vinte e dois) servidores desta Controladoria Geral e 158 (cento e cinquenta e oito) servidores de outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

A premissa adotada para o apoio à implantação da gestão de riscos no GDF é da CGDF atuar como uma consultoria às unidades integrantes do Poder Executivo. Nesse sentido foi adotada como metodologia a ser aplicada nos processos de implantação a ISO 31.0000:2009. Esse padrão é utilizado para agregar os princípios da gestão de riscos à gestão da unidade, constituir uma estrutura formal com alocação de responsabilidades e objetivos para gerir riscos e integração de um processo de identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos associados à rotina administrativa e finalística da unidade. Além disso, faz parte dos mecanismos implantados a revisão contínua e comunicação interna e externa constante como forma de manutenção da eficiência e eficácia da gestão de riscos. Em 2017, a matriz de riscos foi implantada nos seguintes órgãos: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA; Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer - SETUL; Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS-DF; e Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP.

## **2. Fortalecer os mecanismos de combate à fraude e à corrupção no GDF (CGDF);**

### **2016**

Visando fortalecer os mecanismos institucionais de combate à corrupção, ao longo do ano de 2016 foram priorizadas, as seguintes ações vinculadas ao tema, quais sejam:

- realização de Inspeções Correcionais nos órgãos e entidades do DF, com a finalidade de promover a supervisão técnica das atividades de correição, bem como corrigir as falhas porventura identificadas. Em 2016, foi realizada inspeção correcional na Administração Regional do Cruzeiro, a qual recomendou a implantação de um sistema de gestão de documentos pela Secretaria das Cidades e a realização de parceria entre aquela Administração e a CGDF para o aperfeiçoamento prático, com troca de experiências entre as duas jurisdições, o que resultou no arquivamento de 4 processos de acompanhamento, após cumprimento das recomendações;
- ações com vistas à implantação de 2 (duas) unidades especializadas de correição na Casa Civil, relações Institucionais e Sociais e Secretaria de Estado de Mobilidade, com o objetivo de aprimorar e fornecer os elementos necessários ao pleno exercício das competências originárias das jurisdições;
- ações com vistas à implementação de Comissão de Ética em 21 (vinte e um) órgãos e entidades do Distrito Federal;
- realização de visitas técnicas, sendo 05 (cinco) de cunho correcional e 05 (cinco) de tomada de contas especial nos órgãos e entidades do DF, para definir, padronizar e sistematizar procedimentos; e
- capacitação de 423 (quatrocentos e vinte e três) servidores em mecanismos de combate à corrupção e disponibilização de modelos de atos processuais aos integrantes das comissões processantes.

### **2017**

Com o objetivo de fortalecer os mecanismos institucionais de combate à corrupção, foram definidos indicadores vinculados ao referido objetivo estratégico, assim esta CGDF, em 2017, efetuou as seguintes ações:

- 1- realização de 09 (nove) visitas técnicas nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.
- 2- implementação de 01 unidade especializada de correição e de comissões de ética nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.
- 3- capacitação de 277 (duzentos e setenta e sete) servidores em mecanismos de combate à corrupção.

### **3. Aprimorar os procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares no GDF (CGDF);**

**2016**

Em relação aos procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares foi editada a Portaria nº 235, de 26 de outubro de 2016 – que dispõe sobre a criação do Cadastro de Presidentes, Membros, Assistente Técnicos e Peritos para atuarem em Procedimento Apuratório em Comissões de Sindicância Investigatória, Sindicância Patrimonial, processo Administrativo Disciplinar, Processo de Investigação Preliminar, Processo Administrativo de Fornecedores, bem como em Processo de Tomada de Contas Especial no âmbito de Correição do Distrito Federal. Ademais, visando à implantação do módulo Sistema Correcional Integrado no SAEWEB foi feita a contratação de empresa objetivando o desenvolvimento do Sistema. Além disso, foi elaborado o Documento de Visão para à consecução dos trabalhos de concepção e mapeamento dos procedimentos disciplinares que irão possibilitar um monitoramento, em tempo real, dos processos disciplinares desenvolvidos em todos os Órgãos e Entidades do Governo do Distrito Federal.

**2017**

Em alinhamento ao papel desta CGDF como órgão superior do Sistema de Correição do Distrito Federal, conforme previsto pela Lei nº 4.938/2012, foram promovidas as seguintes ações, visando à uniformização dos procedimentos disciplinares instaurados no âmbito da Administração Distrital.

Destaca-se, inicialmente, a participação de servidores nas atividades de mapeamento e concepção do Sistema Correcional Integrado – SCI, em desenvolvimento pela equipe desta Controladoria-Geral do Distrito Federal, que possibilitará o acompanhamento informatizado de procedimentos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e autarquias distritais.

Foram realizados, também, 315 (trezentos e quinze) atendimentos aos servidores atualmente encarregados da condução dos procedimentos disciplinares, no âmbito da Administração distrital, visando esclarecer dúvidas e evitar a prática de atos processuais eivados de nulidades.

Finalmente, registra-se a capacitação de 52 servidores da Secretaria de Estado de Saúde, na ocasião da realização da Inspeção Correcional Extraordinária na Corregedoria Geral da Saúde.

### **4. Aprimorar os procedimentos de apuração de danos ao erário e sua recuperação ao GDF (CGDF);**

**2016**

Em relação ao aprimoramento dos procedimentos de apuração de danos ao Erário e sua recuperação, destaca-se a edição da Instrução Normativa nº 1/2016-CGDF, de 31 de maio de 2016, publicada no DODF nº 103, de 1º de junho de 2016, que instituiu o Termo Circunstanciado Administrativo em alternativa ao processo administrativo disciplinar e à sindicância administrativa em caso de extravio ou dano a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor. E a revisão da Instrução Normativa nº 5/2012 - STC, revogada pela Instrução Normativa nº 4/2016-CGDF, que estabeleceu normas de instauração, organização e processamento de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.

**2017**

Em relação ao aprimoramento dos procedimentos de apuração de danos ao Erário e sua recuperação, destaca-se:

- A promoção de 05 (cinco) Workshops de Tomada de Contas Especial, com vistas ao conhecimento de instrução preliminar e execução de Tomadas de Contas Especiais e as formas de reposição do débito;
- A realização de 09 (nove) Visitas Técnicas junto a jurisdicionadas, objetivando orientar acerca das atividades relacionadas às tomadas de contas especiais e coletar informações dos processos dos órgãos/entidades que envolvam prejuízos. Registra-se que nessas visitas são verificadas se estão ocorrendo as devidas instaurações, bem como a correta condução dos trabalhos nos termos das legislações vigentes;
- Firmou-se também 07 (sete) parcerias com órgãos e entidades do GDF, a fim de promover maior celeridade na apuração de TCEs instauradas por eles, mediante orientação técnica e acompanhamento periódico por esta Pasta. Importa ressaltar a parceria realizada com a Secretaria de Estado de Saúde resultou em Cronograma junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, visando à orientação e à instrução inicialmente de 40 (quarenta) TCEs, com a presença in loco de 16 (dezesesseis) servidores da SES ;

- Implementação do ‘módulo auditado ‘ dentro do Sistema de Auditoria do Distrito Federal – SAEWEB ;
- Conclusão de apuração de 169 (cento e sessenta e nove) processos de TCE, sendo que 145 (cento e quarenta e cinco) procedimentos foram encerrados no âmbito desta CGDF e 24 (vinte e quatro) finalizados em parceria com outros órgãos. Encerrou-se o ano com um estoque de 155 (cento e cinquenta e cinco) TCEs em apuração.

Os esforços empreendidos nas apurações em sede de TCE proporcionaram um considerável aporte no ressarcimento de danos em favor do Governo do Distrito Federal, cujo montante de potencial retorno, no exercício de 2017, atingiu a cifra de R\$ 235.707.624,24 (duzentos e trinta e cinco milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos).

## **5.Fortalecer os mecanismos de transparência e controle social das ações do GDF (CGDF);**

### **2016**

Em 2016 é possível constatar o atingimento de 25% da lacuna identificada por meio do fomento ao monitoramento da Lei de Acesso à Informação, ao monitoramento da transparência passiva, que atualmente possui uma taxa de respostas correspondendo a noventa e oito por cento dos pedidos realizados, ao monitoramento dos requerimentos de acesso a informação, tendo sido respondidos aproximadamente setecentos e sessenta recursos em 2016, ao desenvolvimento de ações que atuem diretamente sobre o índice de transparência ativa dos órgãos do governo do distrito federal, ao desenvolvimento da formação “espaço aberto” em que as unidades do governo são treinadas quanto à legislação de acesso a informação pela equipe da CGDF e ao desenvolvimento e incremento do portal de transparência do distrito federal que, em 2016, recebeu novos recursos e foi avaliado com a nota máxima pelo observatório social de Brasília. Além disso, foram realizadas ações que apoiam a transparência do Distrito Federal, quais sejam, reativação do aplicativo Siga Brasília no ano de 2016 que, até o presente momento já computa mais de duzentos mil acessos, a web tv transparência que garante o acompanhamento em tempo real das reuniões do conselho de transparência do Distrito Federal e a publicação dos painéis de transparência que produziram mais de setenta informações relativas à gestão do governo e que foram disponibilizadas ao público através de canais abertos no metrô e em alguns órgãos do GDF, além do próprio portal de transparência. Por fim no que concerne o controle social foram realizadas, em 2016, sessenta e três auditorias cívicas nas unidades básicas de saúde no Distrito Federal. Esta ação contempla, em sua metodologia, o envolvimento direto da comunidade na atividade de controle social e auditoria cívica. Também foi realizado o projeto “Controladoria na escola” que foi responsável por implantar a metodologia desenvolvida em 10 escolas do distrito federal tendo impactado aproximadamente 1022 alunos diretamente.

### **2017**

Em 2017 constatou-se o atingimento de 25% da lacuna identificada por meio do aprimoramento das ações a seguir: 1. Aprimoramento contínuo do Portal da Transparência e do aplicativo Siga Brasília, assim como o incremento da WEB TV Transparência. Com essas ações, o número de acessos a esses instrumento teve um aumento de 50% em 2017, perfazendo um total de 4,3 milhões. O Portal da Transparência contou com 268 mil usuários e o Aplicativo Siga Brasília com 47 mil. 2. Em 2017 foram publicadas 165 informações por meio dos painéis de transparência, relativas à aplicação dos recursos públicos, disponibilizadas várias vezes ao dia nos totens onde se encontram os horários dos ônibus na Rodoviária do Plano Piloto. 3. Em 2017, foi instituída a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal e foi lançado o Portal de Dados Abertos do Governo de Brasília ([www.dados.df.gov.br](http://www.dados.df.gov.br)), para publicação das bases dos órgãos e entidades em formato aberto. 4. O Governo de Brasília atingiu, em 2017, 78,5% do cumprimento à Lei de Acesso à Informação, em função da criação do Índice de Transparência Ativa, cuja taxa atual de atendimento é de 59% e do monitoramento contínuo da transparência passiva, que atualmente possui uma taxa de respostas correspondendo a 98%. 5. O projeto “Espaço Aberto” ofereceu treinamento sobre a Lei de Acesso à Informação a 700 servidores em 2017. 6. Conclusão do retorno do projeto “Auditoria cívica na saúde” sendo concluído o retorno nas 63 unidades básicas de saúde e finalizado o relatório com a mensuração da taxa de resolução da auditoria cívica na saúde. Foram resolvidos 24,2% do total dos apontamentos da auditoria cívica. Foram mensurados 1524 apontamentos e resolvidos 369 itens, sendo que 17,3% da Estrutura física; 24,5% da Estrutura da farmácia; 38,2% dos Equipamentos; 7. Ampliação do projeto “Controladoria na Escola” com a gamificação através do 1º Prêmio Escola de Atitude que visa premiar as melhores iniciativas das escolas participantes e permitiu a participação de 104 escolas, capacitando 280 professores orientadores e com a participação de 4.000 alunos da rede pública de ensino do DF. O projeto premiou 10 escolas e 30 professores.



## 6. Aprimorar a integração do sistema de ouvidorias do GDF (CGDF);

2016

Com intuito de aprimorar a integração entre os projetos e programas das ouvidorias que compõem o Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal – SIGO-DF em 2016 foi realizado um planejamento estratégico integrado, que teve como produto a Agenda Estratégica do SIGO-DF, representada no mapa estratégico abaixo. Esse trabalho teve como objetivo instituir uma atuação sistêmica entre as unidades especializadas de ouvidoria dos órgãos e das entidades, denominadas unidades seccionais do SIGO/DF. Essa iniciativa tem como objetivo final colaborar com o cumprimento dos desafios impostos a nova administração do Governo do Distrito Federal, conforme planejamento estratégico governamental, no que se refere às melhorias dos serviços públicos que impactam diretamente na vida do cidadão do DF.

Uma vez construída a Agenda Estratégica, verificou-se a necessidade de elaborar um plano de ação, instrumento que dimensiona de forma prática o que deverá ser executado, contribuindo tanto para medidas de correção de problemas quanto para sua prevenção. Como primeira etapa desse planejamento estratégico realizou-se diagnóstico onde foram contemplados registros históricos, relatórios de visitas técnicas às unidades seccionais, memórias de reuniões, pesquisas de satisfação e outros relatórios gerenciais com informações sobre as demandas do cidadão e infraestrutura física disponível no âmbito do SIGO, o que constituiu uma gama de fontes de informações relevantes para elaboração desse plano, tornando-o mais consistente. Vale ressaltar que a construção da Agenda Estratégica contou com a participação de 49 ouvidorias, representando 59% de todo o SIGO-DF. Esse percentual representa o quanto houve de integração inicial com o desenvolvimento desse trabalho, para os próximos anos busca-se atingir um aumento de 30% para cada exercício.



2017

Em 2017, o desempenho da rede foi bastante satisfatório, com a execução de mais de 80% das iniciativas previstas. Com a execução implementada em parcerias com as ouvidorias seccionais, com a utilização de Grupos de Trabalho multidisciplinares, a proposta de trabalho obteve êxito em seu primeiro exercício de execução. Dentre as ações executadas pelos grupos de trabalho, destacamos o modelo de monitoramento compartilhado, com Grupos de Trabalho, a equipe de Gestão da Estratégia e o Conselho de Gestão Estratégica. Destaque deve ser dado ao desempenho dos grupos de trabalho, com a participação de diversos órgãos e entidades da Rede de Ouvidorias, com destaque para os seguintes:

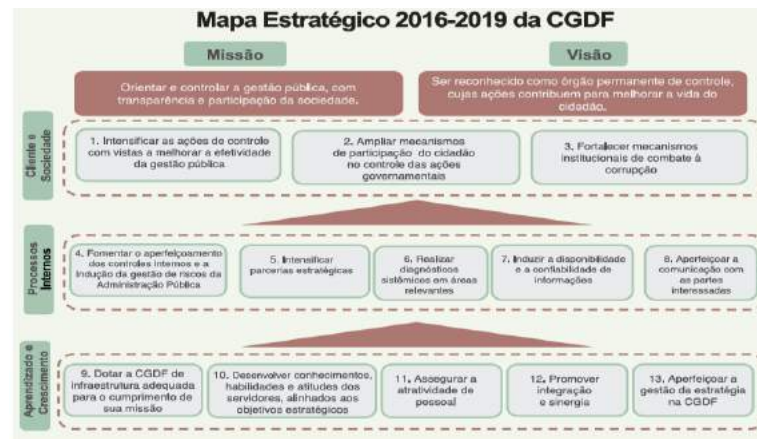


- Qualidade da Resposta
  - Formação Continuada
  - Carta de Serviços ao Cidadão
  - Projeto Ouvindo os Ouvidores
  - Manual de Atendimento de Ouvidoria
- 

**7. Otimizar os processos de planejamento e gestão da CGDF alinhados aos do GDF (CGDF);**

2016

Como parte do processo de planejamento e gestão da estratégia da Controladoria-Geral do DF - CGDF, em 2016, foram realizadas ações para a implantação do modelo de gestão voltada para resultados, adotado pelo Governo de Brasília. A estratégia da CGDF foi traduzida para o Mapa Estratégico e para o Plano Estratégico Institucional da Controladoria-Geral - PEI 2016-2019:



No Mapa Estratégico da CGDF, foram estabelecidos 13 objetivos estratégicos, divididos em 3 (três) perspectivas, Cliente e sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, e busca o fortalecimento da CGDF para ser reconhecida como órgão permanente de controle, cujas ações contribuem para melhorar a vida do cidadão.

A ferramenta utilizada para monitorar a execução da estratégia, é o Sistema Gestão-DF, desenvolvido pelo corpo técnico da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ela representa o principal repositório de informações da estratégia da Pasta, sejam elas referentes aos compromissos assumidos no Acordo de Resultados ou relacionados ao Plano Estratégico Institucional da CGDF.

Além disso, em 2016, foram realizadas capacitações de 15 servidores em duas oficinas promovidas pela Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ocorridas em maio e em julho de 2016, as oficinas trataram do “Modelo de Gestão adotado pelo Governo” e “Monitoramento da Execução da Estratégia com a utilização do Sistema Gestão-DF”.

**2017**

Na continuidade ao modelo de gestão voltado para resultados, adotado pelo Governo de Brasília, a CGDF acompanha, monitora e orienta seus setores bem como os usuários internos para a consecução tempestiva de seus Objetivos Específicos, descritos nos indicadores constantes no seu Plano Estratégico Institucional - PEI, sendo que tal Plano está devidamente alinhado ao Mapa Estratégico do Governo de Brasília.

Tendo por base as diretrizes oriundas da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, por meio da Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos - SUPPE, esta CGDF tem cumprido seus compromissos pactuados em seus Indicadores de Processos Críticos e Estratégicos, constantes no Acordo de Resultados firmado entre o titular desta Pasta e o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, e ainda, aqueles constantes em seu Plano Estratégico Institucional.

Para tanto, a Controladoria Geral mantém o monitoramento tempestivo de seus Indicadores e Projetos, mediante acompanhamento da evolução quantitativa e qualitativamente das metas propostas, e com isso alimentando o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão - GESTÃO-DF, principal repositório das informações da estratégia governamental.

Dessa forma, mediante tais ações, esta CGDF tem mantido o devido alinhamento aos macroprocessos do Governo de Brasília, o qual tem por missão precípua promover um governo ético, democrático, transparente e com foco em resultados, ofertando aos seus cidadãos oportunidades igualitárias, bem como, o orgulho de viver em Brasília.

#### **8. Implantar 01 Casa da Cidadania, com ambientes adequados aos objetivos do projeto (CACI);**

**2016**

Em 2016 passou a chamar-se Casa Comunitária e suas realizações passaram para a Secretaria de Estado das Cidades, acompanhadas pela Saris.

**2017**

Desde 2016, as atribuições referentes à Casa da Cidadania foram transferidas para a Secretaria de Estado das Cidades.

#### **9. Implantar 19 Casas Comunitárias (CACI);**

**2016**

Foram destinados recursos exíguos e insuficientes para promover as ações necessárias ao cumprimento das metas no ano de 2016. O projeto será realizado pelas Administrações Regionais, sob o acompanhamento da Subsecretaria de Movimentos Sociais e Participação Popular-SUBMOP.

**2017**

Após repactuação de metas para o aditivo do Acordo de Resultados 2017-2018, definiu-se que o projeto será realizado pelas Administrações Regionais.

#### **10. Implantar 07 Bibliotecas para movimentos sociais (CACI);**

**2016**

A insuficiência de recursos orçamentários inviabilizou sua implantação neste exercício.

**2017**

A atual conjuntura econômica não permitiu implantar o projeto que encontra-se em fase de revisão.

### **11. Capacitar 3.400 pessoas (CACI);**

**2016**

Os recursos ofertados foram exíguos e insuficientes para promover as ações necessárias a atingir a meta em 2016.

**2017**

A atual conjuntura econômica não permitiu implantar o projeto.

### **12. Disponibilizar 1 unidade móvel para atendimento às comunidades (CACI);**

**2016**

A inexistência de recursos orçamentários impediu a disponibilização da unidade móvel para atendimento às comunidades.

**2017**

A carência de recursos orçamentários impediu atingir a meta.

### **13. Promover o atendimento social a 20.000 pessoas (CACI).**

**2016**

Foram realizados atendimentos nas unidades da Subsecretaria de Movimentos Sociais, por servidores do setor, que superaram o número de 20.000 pessoas, conforme demonstram as estatísticas de participação:

- I. MST-DF- 12.000 pessoas em diversos acampamentos;
- II. Associação de Feirantes do Gama, Rodoviária e Shopping Popular – 1.500 pessoas;
- III. UES-DF – Representa todos os estudantes secundaristas do DF;
- IV. FNL – 10.000 pessoas em acampamentos diversos;
- V. MTST-DF – 3.000 Pessoas;
- VI. MDT – 3.000 pessoas;
- VII. ANALC – 5.000 pessoas;
- VIII. Comunidade Cigana Calon – 200 pessoas;
- IX. FETRAF-DF – 7.000 Pessoas;
- X. MATR – 5.000 pessoas;
- XI. MBST – 5.000 pessoas;
- XII. MLT – 4.000 pessoas.

**2017**

As ações desenvolvidas pela Subsecretaria de Movimentos Sociais, por servidores do setor, superaram o quantitativo de 20.000 pessoas, de acordo com os levantamentos feitos, em destaque:

- I - ANALC – 5.000 pessoas;
- II - FNL – 11.000 pessoas em diversos acampamentos;
- II - Associação das Mulheres de Sobradinho – 250 pessoas;
- IV- UMES E FESB – 2.000 pessoas;
- V - Prefeituras comunitárias e Associação de Moradores – 2.000 pessoas;
- VI - MST DF – 15.000 pessoas em diversos acampamentos.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1680	NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL	NÍVEL	1	31/10/2015	2	1	3	2	3	4	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
1681	ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES	%			30	45	35	47	40	45	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
1682	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO	%			15	15	30	30	60	100	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
1683	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREIÇÃO	%	10	31/12/2015	30	22	50	91,66	80	100	SUCOR/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
1684	IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL	%			30	87	50	96	80	100	SUCOR/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
1685	TAXA DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE OUVIDORIA	%	50	31/12/2015	55	56	56	58,25	58	60	OUVIDORIA GERAL/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
1686	TAXA DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA	%			50	63	55	50	60	65	SUTCS/ CGDF/ UO 45101/ OE 1

### Justificativas 2016

**Indicador 1680** - Para o atingimento do nível 2, há atividades remanescentes que se encontram em fase de revisão com previsão de entrega até 30/03/2017. Em 2016, não foi possível alcançar o nível 2, por conta de necessárias revisões dos textos normativos que surgiram durante todo processo.

**Indicador 1681** - Meta atingida em 45,73%. O monitoramento das falhas de auditoria no exercício de 2016 obteve o quantitativo de 293 recomendações.

**Indicador 1682** - Foram entregues 3 matrizes de risco em 2016: HEMOCENTRO, SEAGRI e METRÔ-DF.

**Indicador 1683** - Inobstante os esforços empreendidos por esta Controladoria no sentido de fomentar, orientar e recomendar os órgãos e entidades do DF sobre a necessidade de implantação das unidades correccionais, o resultado alcançado foi de 22,22% de instituição de unidades especializadas.

**Indicador 1684** - Foi estabelecido o indicador relativo à implementação de Comissões de Ética nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do DF. Para tanto, os órgãos foram definidos como de alta complexidade. Destes órgãos, 87% já implementaram suas Comissões de Ética. Portanto, foi superada a meta estabelecida em 2016.

**Indicador 1685** - O índice alcançado é de 56%. A satisfação foi medida pelo Sistema Informatizado de Ouvidoria - Ouv-DF, no qual o cidadão tem a opção de indicar se sua manifestação foi ou não resolvida.

**Indicador 1686** - A meta prevista para o indicador em 2016 é de 55%. Houve 290 respondentes, dentre os quais, 137 declararam-se muito satisfeitos, 47 satisfeitos, 39 insatisfeitos e 67 muito insatisfeitos. A soma dos que se declaram satisfeitos e muito satisfeitos corresponde a 63% do total o que fez com que a meta fosse superada em 8%.

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1680** - No ano de 2017 foram implantados 7 KPAs que correspondem a 50% do nível 3 do modelo IA-CM: Estrutura de Gestão da Qualidade; Informações de Custos; Planos de Auditoria baseados em risco; Relatório de Gestão de AI; Coordenação com outros Grupos de Revisão; Criação de Equipes e Competências; e Auditorias de Desempenho/Operacionais.

**Indicador 1681** - 47% representa o total de 88 recomendações atendidas nos relatórios de auditoria de monitoramento. Esse resultado é a divisão de 88 por 187 (Total de recomendações nos relatórios de monitoramento).

**Indicador 1682** - No ano de 2017 foram implementadas as matrizes nos seguintes Órgãos: SEMA, TERRACAP, SETUL E AGEFIS. Somadas às matrizes implementadas no ano de 2016 (HEMOCENTRO, SEAGRI e METRO), foram implantadas até o momento a metodologia de gestão de riscos em 7 unidades, num total de 24 unidades de alta complexidade do Poder Executivo do DF. Para o ano de 2018 o quadro de servidores da CGDF foi fortemente reforçado, o que deve ajudar no trabalho com fins de atingimento das metas para este ano.

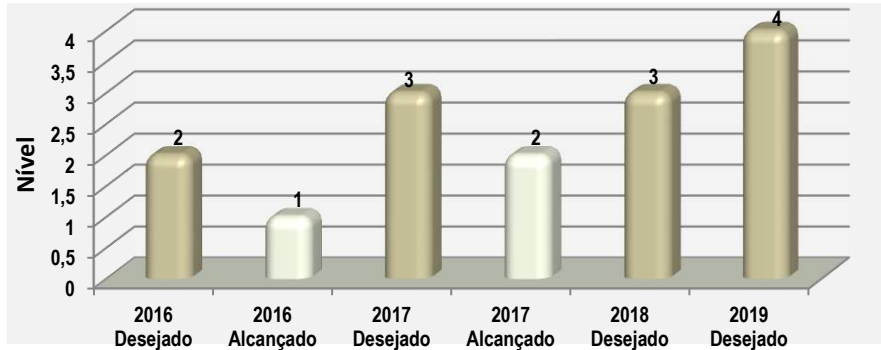
**Indicador 1683** - O índice alcançado de 91,66% refere-se a 11 Órgãos da Administração Direta, de um total de 12 Órgãos. Dessa feita, foram implantadas 11 unidades especializadas de correição/comissões

**Indicador 1684** - O Indicador "Implementação de Comissão de Ética nos Órgãos e Entidades do DF" alcançou a meta de 96%, restando apenas o Departamento de Estradas de Rodagem do DF - DER/DF para implementar a referida Comissão de Ética. A Polícia Militar do Distrito Federal não se enquadra na legislação distrital, pois possui regimento próprio aplicado à Corporação, razão pela qual deixou de constituir a comissão de ética.

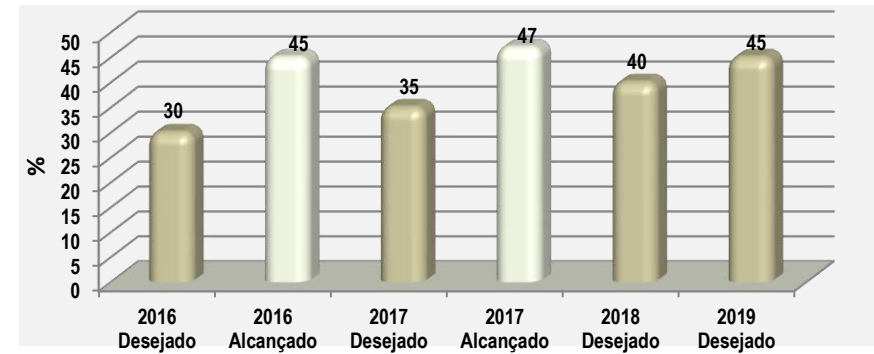
**Indicador 1685** - A avaliação cidadã acerca das demandas de Ouvidoria é feita de forma automática no sistema informatizado de ouvidoria, disponível em [www.ouv.df.gov.br](http://www.ouv.df.gov.br), logo após o recebimento da resposta de sua demanda. O cidadão qualifica a resposta recebida como "resolvida" ou "não resolvida" e preenche uma pesquisa de satisfação com relação ao serviço de ouvidoria. Os dados apresentados são referentes ao período de janeiro a outubro de 2017

**Indicador 1686** - Em razão das limitações de recursos financeiros e de recursos humanos especializados para implementação nos demais instrumentos, a pesquisa de opinião só foi implementada no Portal da Transparência em 9 de dezembro de 2016 e ainda está em fase de aperfeiçoamento, uma vez que a forma como é apresentada atualmente pode gerar resultados enviesados.

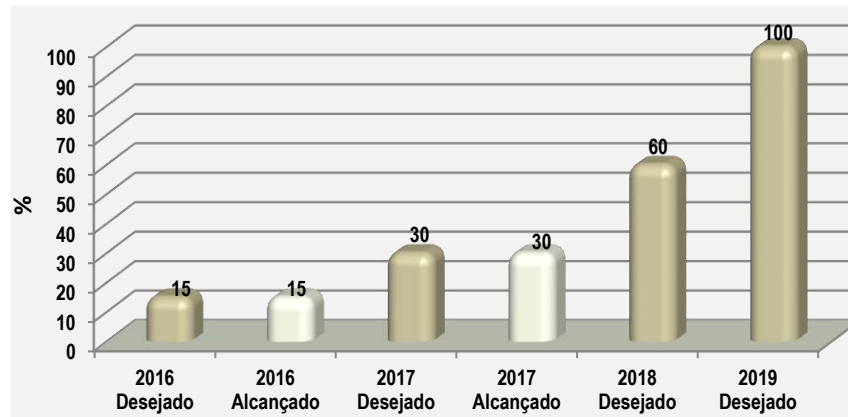
**NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL  
NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL**



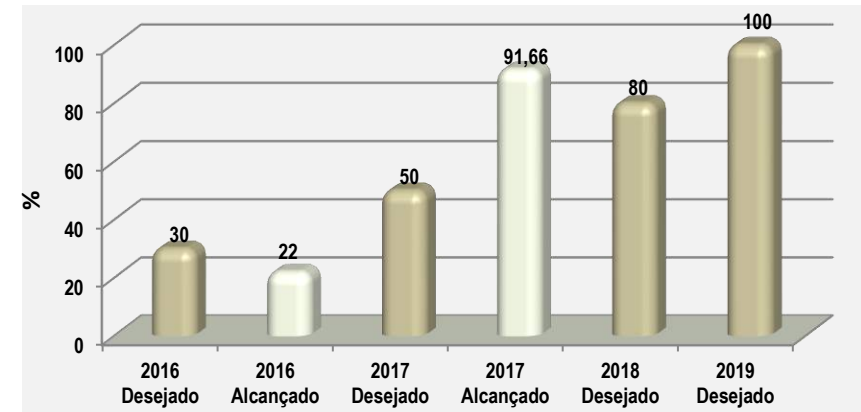
**ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA  
CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES**



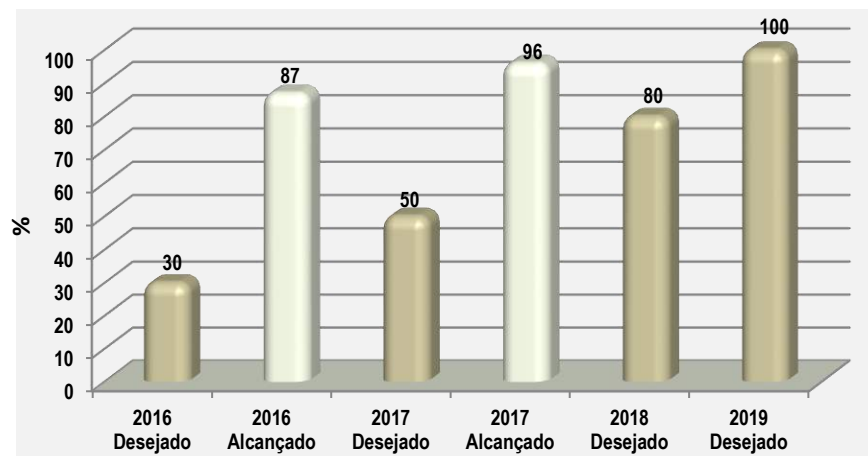
**TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO**



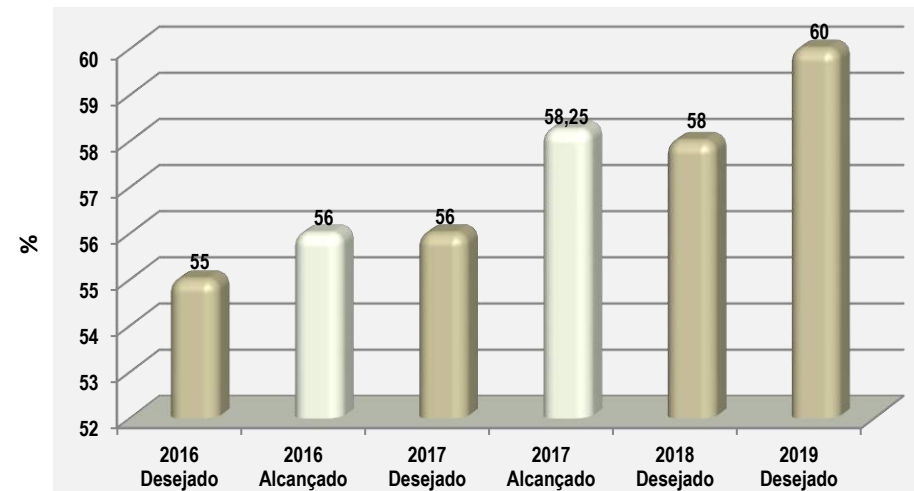
**IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREIÇÃO**



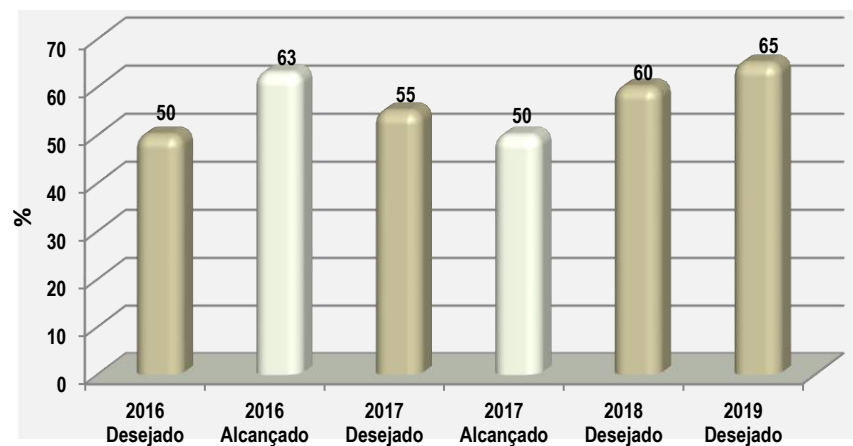
**IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL**



**TAXA DE SATISFAÇÃO DAS RESPOSTAS DE OUVIDORIA**



**TAXA DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA**





## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	1	1	Implantação da Carta de Serviços ao Cidadão nos órgãos públicos do DF (CGDF);	45101	100%	<p><b>2016</b> Ação concluída. Foram implantadas 83 (oitenta e três) Cartas de Serviços em todos os órgãos do Poder Executivo do Distrito Federal. Elas foram disponibilizadas nos endereços eletrônicos das instituições e encontram-se à disposição do cidadão no endereço eletrônico do Governo.</p> <p><b>2017</b> Ação concluída em 2016.</p>
6203	1	2	Regulamentação da Lei Anticorrupção (CGDF);	45101	100%	<p><b>2016</b> Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.296, de 29 de abril de 2016 que disciplina, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, a aplicação da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</p> <p><b>2017</b> Ação concluída em 2016.</p>
6203	1	3	Elaboração e publicação do Código de Ética do Governo (CGDF);	45101	100%	<p><b>2016</b> Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016, que aprovou o Código de Conduta da Alta Administração, o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, e instituiu as Comissões de Ética do Poder Executivo do Distrito. (DODF nº 94, de 18/05/2016).</p> <p><b>2017</b> Ação concluída em 2016.</p>
6203	1	4	Aprimoramento do aplicativo SIGA BRASÍLIA (CGDF);	45101	63%	<p><b>2016</b> O aplicativo SIGA Brasília, disponível através do link <a href="http://sigabrasilia.df.gov.br/">http://sigabrasilia.df.gov.br/</a> e nas plataformas Android e IOS, possui ao final de 2016 cinco telas quais sejam: "Despesa", "Receita", "Remuneração", "Escalas da Saúde" e "Pesquisa DODF". Estão planejadas até o final de 2017 a implementação de mais duas telas e para 2018 a implementação de uma tela, totalizando 8 telas. O que faz com que, ao término de 2016, o aprimoramento estivesse com um percentual de 63% concluído em relação ao planejado.</p> <p><b>2017</b> Foi aprimorada a versão do Aplicativo Siga Brasília para a plataforma iOS, que se encontra disponível na Apple Store. Além disso, foram inseridas no aplicativo, as remunerações dos empregados do BRB. Por falta de recursos suficientes não foi possível realizar a implementação de novas telas em 2017, ficando a implementação de duas telas para 2018 e a implementação de uma tela em 2019.</p>
6203	1	5	Fomento à criação do Sistema de Gestão de Tomada de Contas Especial (CGDF) (Ação excluída, conforme Decreto nº. 37517/2016)	45101	-	
6203	1	6	Remodelagem dos Procedimentos de Tomada de Contas Especial (CGDF) (Ação Alterada, conforme Decreto nº. 37517/2016);	45101	100%	<p><b>2016</b> Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.096, de 02 fevereiro de 2016, o qual define procedimentos para a instauração de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, alterando a competência de instrução, instauração e acompanhamentos das tomadas de contas especiais para os Órgãos de origem do fato ensejador de prejuízo ao Erário Distrital. Além disso, foi publicada a IN nº 04/2016, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece normas de instauração, organização e processamento de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<b>2017</b> Ação concluída em 2016.
6203	1	7	Apoio ao projeto Controladoria nas Escolas (CGDF);	45101	27,31%	<b>2016</b> Ação parcialmente concluída. O projeto "Controladoria na Escola" foi implementado, com o apoio da Controladoria Geral do DF, em 8 escolas do Distrito Federal no ano de 2016 e contemplou a capacitação de 1.022 alunos da rede pública de ensino do DF. <b>2017</b> Com a inclusão do Projeto no acordo de resultados as metas do projeto Controladoria na Escola (CNE) foram repactuadas para permitir uma ampliação do projeto, assim em 2017 a meta foi de 100 escolas, para 2018 serão 200 escolas e em 2019 mais 100 escolas. Essa mudança nas metas modificou o cálculo e houve redução na implementação em 2017, considerando o total de 410 escolas o projeto já foi implementado em 112 escolas. Em 2017, o projeto lançou o 1º Premio Escola de Atitude e foi realizado em 104 escolas públicas, capacitou 280 professores orientadores e teve a participação de 4.000 alunos da rede pública de ensino do DF. O projeto premiou 10 escolas e 30 professores.
6203	1	8	Elaboração de Conteúdo para Painéis Digitais (CGDF);	45101	100%	<b>2016</b> Ação concluída. A elaboração de conteúdo para Painéis Digitais de Transparência fez parte de uma das etapas do projeto "Painéis de Transparência", integrante do Acordo de Resultados da CGDF. Os Painéis foram lançados na Semana de combate à Corrupção, em 9 de dezembro de 2016, e possibilitam ao cidadão conhecer onde é aplicado o dinheiro pago com impostos e taxas. <b>2017</b> Ação concluída em 2016.
6203	1	9	Fortalecimento do Conselho de Transparência (CGDF);	45101	100%	<b>2016</b> Ação concluída. O Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS foi instituído por meio do Decreto nº 36.307, de 26 de janeiro de 2015, e são compostos por 17 (dezesete) conselheiros, todos representantes da sociedade civil, designados por decreto assinado pelo Governador do Distrito Federal. É o órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de acompanhamento das políticas de transparência e controle social, vinculado à Controladoria-Geral, tem como finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento do controle social e incremento da transparência na gestão do Poder Executivo Distrital. <b>2017</b> Ação concluída em 2016.
6203	1	10	Realização de Reuniões dos Conselhos Comunitários (CACI);	9101	0	<b>2016</b> Não foram realizadas ações neste exercício com vistas a atingir o objetivo. Ações voltadas a aproximação destes conselhos estão sendo elaboradas para o próximo exercício. <b>2017</b> Não houve avanços na execução da ação. Atualmente está em fase de revisão pelos órgãos gestores para implementação no exercício de 2018.
6203	1	11	Realização de Exposição de Produção de Artistas Locais (CACI);	9101	0	<b>2016</b> Ação não desenvolvida neste exercício. <b>2017</b> Ação não implementada. Encontra-se em fase de revisão pelos órgãos envolvidos.
6203	1	12	Realização de Campanhas Educativas (CACI);	9101	0	<b>2016</b> Ação não desenvolvida neste exercício. <b>2017</b> Ação não implementada. Encontra-se em fase de revisão pelos órgãos envolvidos.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	1	13	Realização de reuniões para construção e implementação das melhores práticas em participação popular e diálogo social (CACI).	9101	100	<p><b>2016</b> Estabeleceu vários instrumentos para este fim, sob responsabilidade da SUBMOP, quais sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Mesas de diálogo: realizadas geralmente às quartas-feiras à tarde, visando estabelecer pontes de mediação de conflitos e atendimento entre as secretarias finalísticas e as lideranças sociais para aproximação e atendimento às demandas específicas;</li> <li>b. Grupos de Trabalho: compostos por membros do governo e de movimentos sociais, são realizados em casos específicos, que necessitam de acompanhamento prolongado e/ou envolvendo um grande número de pessoas, tais como atendimento à Marcha das Margaridas, o Fórum da Reforma Agrária, dentre outros;</li> <li>c. Encontros Governo de Brasília e Movimentos Sociais em 2016: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Encontro Governo de Brasília Movimento de Mulheres (março de 2016); Local: CAVE/Guará. Participantes: 400 pessoas;</li> <li>2. Encontro Governo de Brasília e Representantes de Conselhos (agosto de 2016); Local: Escola de Governo. Participantes: 100 pessoas;</li> <li>3. Encontro Governo de Brasília Movimentos Sociais (dezembro de 2016). Local: Centro de Convenções (Fórum Brasília Cidadã). 500 participantes.</li> </ol> </li> </ol> <p><b>2017</b> Sob responsabilidade da Submop destacamos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Organização do II Encontro de Líderes Comunitários;</li> <li>b) Reuniões com portadores de deficiência com vistas a levantamento, acompanhamento e solução de demandas relacionada;</li> <li>c) Reunião com Movimentos Sociais com vistas a encaminhamento, acompanhamento de demandas em diferentes órgãos, nas áreas de transporte escolar cedido, acessibilidade;</li> <li>d) Suporte na organização e implementação do Idjovem no Distrito Federal, através da organização de eventos em Planaltina, Ceilândia, Recanto das Emas e Santa Maria;</li> <li>e) Convocação e participação de reuniões com vista a solução de demandas da Umesb e Fesb;</li> <li>f) Acompanhamento e suporte a Conferências realizadas em 2017;</li> <li>g) Reuniões com diferentes setores do Governo de Brasília e a Comunidade do Alagado da Suzana, resultando no início das obras do Centro de Internação de menores infratores do sexo feminino no Gama;</li> <li>h) Encaminhamento e acompanhamento de demandas referentes à Associação das Mulheres de Sobradinho e Guarda Mirim de Sobradinho II;</li> <li>i) Encaminhamento de demandas relacionadas a Prefeituras Comunitárias e Associação de Moradores;</li> <li>j) Gestões para permanência da Academia Taguatinguense de Letras;</li> <li>k) Reuniões na Ouvidoria Agrária Nacional para negociação com movimentos de Sem Terra. 15. Reuniões na SOPS para tratar de reintegrações e saídas pacíficas de ocupações de Sem Terra;</li> <li>l) Realização do 2º Encontro de Movimentos Sociais e o Governo de Brasília;</li> <li>m) Mobilização para o evento do Brasília Cidadã, com a presença de mais de 500 militantes da questão agrária e do movimento popular;</li> <li>n) Reuniões com órgãos do GDF, principalmente Terracap, SEAGRI e CODHAB;</li> <li>o) Reuniões com órgãos do GDF necessárias à realização do Encontro Nacional Pescadores e Pescadoras Artesanais;</li> <li>p) Visita a mais de uma dezena de assentamentos de Sem Terra;</li> <li>q) Acordo com a Defensoria Pública do Distrito Federal para intervenções jurídicas em defesa aos movimentos populares e entidades ligadas a questão agrária.</li> </ol>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

**2016/2017**

### **CGDF**

O Objetivo Específico vinculado à CGDF é tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas. A CGDF tem desenvolvido e fortalecido ações que contribuem para o alcance desse objetivo, especialmente no que tange aos serviços de ouvidoria, transparência e controle social, promovendo o empoderamento do cidadão.

Em 2016, a implantação das Cartas de Serviços ao Cidadão se consolidou enquanto Programa de Governo, sendo incorporada como instrumento de Transparência Ativa das instituições públicas, incrementado o rol de informações disponibilizadas ao cidadão. Tendo em vista que a perspectiva do programa é de longa duração, com avanços importantes a cada ano, a proposta para 2016 foi de finalização e revisão das informações apresentadas, bem como a padronização visual do instrumento. Dentre as ações executadas nesse exercício, merecem destaque:

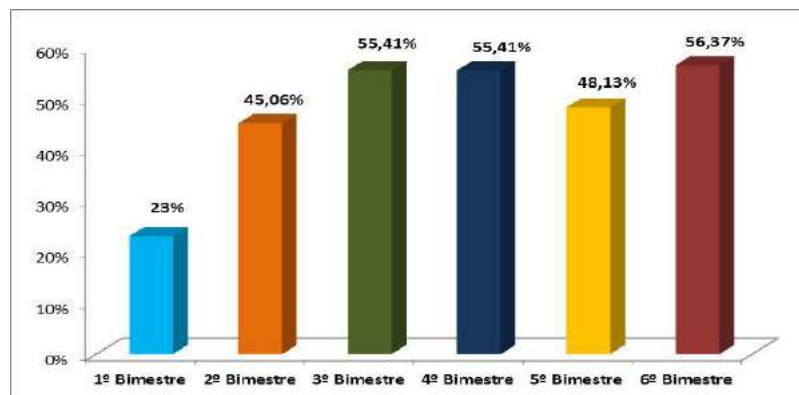
- 83 Cartas de Serviços publicadas, tanto nos sítios governamentais como no Portal do Governo de Brasília – <http://df.gov.br/index.php/category/servicos/>;
- Convergência entre as atribuições apresentadas nas Cartas de Serviços de cada órgão e entidade e o processo de atendimento de ouvidoria, representado na implantação do novo sistema informatizado- Ouv-DF, sobretudo em se tratando de conflito de responsabilidades pela prestação de serviços;
- Auxílio na melhoria de processos e procedimentos de trabalho no que se refere à prestação de serviços;
- Campanha Publicitária on-line no período de 17 a 22/12/2016 para incentivar a leitura. Durante o ano a média de acessos/mês ficou em 40.383;



Relatório do Google Analytics fornecido pela Subchefia de Interação Social da Governadoria.

\*Fonte:

- 06 ciclos de revisão e monitoramento das Cartas de Serviços ao longo do exercício. Além da revisão e recomendações iniciais realizadas em 2015. O indicador que verificou o conteúdo e a padronização de publicação ao longo superou a meta de 2016, que era 20%.



Em complemento à implantação das Cartas de Serviços, foi lançado, no segundo semestre de 2016, o projeto Ouvidoria Itinerante que consiste na integração real entre sociedade civil e instituições estatais, por meio da ação comunicativa. O objetivo do projeto é a aproximação do cidadão e a divulgação das Cartas de Serviços - esclarecer ao cidadão de forma presencial quais são os serviços prestados e como funcionam. No segundo semestre, foram realizados 15 eventos em diversas regiões administrativas, facilitando o acesso do cidadão ao serviço de ouvidoria.

Outra ferramenta que contribui com o objetivo de tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade é o novo Sistema de Ouvidoria – Ouv-DF, lançado em 5 de setembro de 2016. O novo sistema permite que o cidadão faça consultas do seu histórico de solicitações e manifestações junto ao órgão, além de vincular uma solicitação não atendida a contento a sua posterior reclamação de forma a gerar a estatística correta entre os serviços deficitários aos seus motivos e causas, resultando assim em uma pesquisa de satisfação do usuário dos serviços de ouvidoria.

No âmbito da transparência passiva, é de suma importância que o índice de respostas aos pedidos de acesso a informação realizados pelos cidadãos mantenha alto padrão de efetividade. Em 2016, o índice foi de 98% (noventa e oito por cento) e não deixaram de ser apreciados nenhum dos setecentos e sessenta recursos relativos as respostas fornecidas. O público alvo contemplado é variado, porém é possível identificar dentre os perfis contemplados nos pedidos a presença de representantes do setor público, federal e distrital, além de representantes da mídia e da academia. Após quatro anos de implementação da Lei de Acesso a Informação, foram realizados mais de duzentos mil solicitações ao Governo de Brasília.

No âmbito do controle social, com a implementação da metodologia de auditoria cívica em 63 (sessenta e três) unidades de saúde e da metodologia de auditoria cívica em 8 escolas por meio do projeto “controladoria na escola” foram impactadas diretamente 1.322 (mil trezentos e vinte e dois) cidadãos, sendo 300 (trezentos) voluntários compondo a mobilização das comunidades e parceiros no projeto de auditoria cívica na saúde e 1.022 (mil e vinte e dois) alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

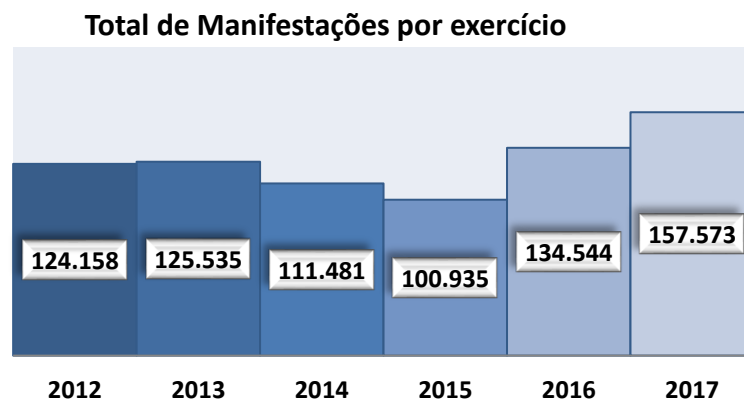
Dessa forma, verifica-se que há contribuições diretas para a consecução do objetivo específico em questão, uma vez que o cidadão encontra nas atividades da CGDF um canal direto de relacionamento amparado por diferentes sistemas e metodologias para que possa participar diretamente das etapas do ciclo de vida de políticas públicas.

Dando continuidade às ações que contribuem para o alcance do Objetivo Específico, esta Controladoria Geral do Distrito Federal, no decorrer do exercício de 2017 implementou bem como fortaleceu diversas ações, especialmente às referentes aos serviços de ouvidoria, transparência e controle social, objetivando a participação plena do cidadão.

Em 2017, um dos principais desafios desta GDF foi o de no fortalecer os espaços de participação popular e das instâncias de controle social com o objetivo de fomentar a gestão colaborativa e consolidar um governo ético, democrático e transparente, por meio da qualificação do Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF, de forma a estabelecê-lo como elo entre a sociedade e o Estado. Assim, a Controladoria Geral do Governo do Distrito Federal funciona como um sistema orgânico de ouvidorias públicas e tem a finalidade de garantir a participação popular e contribuir para desenvolver a cultura de cidadania, aprimorando os serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Distrito Federal, com foco na Gestão para resultados efetivos.

Atualmente, a rede de Ouvidorias do Governo do Distrito Federal está estruturada e é percebida pela comunidade como o espaço de participação no Estado. A estrutura do SIGO-DF garante amplo acesso ao serviço tanto por estar (i) acessível a qualquer tempo via internet ([www.ouv.df.gov.br](http://www.ouv.df.gov.br)), ou via Central 162 em horários bastante diversificados, como por estar (ii) espacialmente difundida, uma vez que o SIGO/DF dispõe de ouvidorias em todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, com destaque à existência de unidade de atendimento em todas as administrações regionais e todos os hospitais públicos, bem como a implantação de linha direta nas centrais de atendimento do Na Hora – telefone disponibilizado em ambiente reservado para o cidadão registrar sua manifestação junto à Central 162.

Ainda, ressalta-se que o Governo do Distrito Federal já atende aos dispositivos constantes na Lei Federal nº 13.460, de 13/06/2017, que dispõe acerca dos direitos dos usuários dos serviços públicos, no tocante ao papel das ouvidorias públicas e à obrigatoriedade de divulgação das Cartas de Serviços a todos os órgãos públicos, colocando-se inclusive como exemplo de boas práticas para outras unidades da federação.



Segue abaixo ampliação do atendimento ao cidadão:

A- Sistema informatizado Ouv-DF - o referido Sistema o Ouv-DF foi reconhecido como uma experiência bem sucedida, tanto pelo cidadão, em forma de elogios e no aumento substancial de cidadãos cadastrados, como em premiações nacionais de inovação no setor público, a saber: 21º Concurso Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração; e, Prêmio Excelência em Governo Eletrônico, promovida pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação – Abep e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Destaca-se também que o Sistema já foi cedido sem custos para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), membro da Rede Ouvir-DF, e para a Controladoria-Geral do Município de São Paulo, e está disponível para outras instituições do Distrito Federal e de demais entes da federação.

B- Ouvidorias Itinerantes: Em 2017, 43 seccionais realizaram ao todo 62 Ouvidorias Itinerantes em eventos e equipamentos públicos – o atendimento realizado em eventos externos e em equipamentos públicos, como restaurantes comunitários, cemitérios, postos de atendimento do Detran, dentre outros, aproximando o governo do cidadão e disseminando o papel da ouvidoria como canal direto de diálogo.

C- Atendimento pela Central 162 de ligações oriundas de celulares (2017) – demanda antiga da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal com a preocupação de ampliar o acesso da população aos canais de atendimento de ouvidoria. As ligações podem ser realizadas por qualquer operadora de celular.

D- Implantação da Rede Ouvir-DF – Formalizado por protocolo de intenções para promover a atuação integrada das ouvidorias das instituições parceiras, representantes dos dois poderes do Governo de Brasília e do Poder Judiciário do Governo Federal. Além disso, a rede permitirá uma resposta mais completa para casos que envolvam mais de uma instituição. O protocolo foi firmado entre: Ouvidorias do Governo de Brasília, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT, Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

E- Gestão da informação compartilhada em tempo real: Com a utilização de um sistema e base de dados únicos para registro de manifestações em todo o governo, e com o auxílio de ferramentas de Business Intelligence – BI, a gestão das informações de ouvidoria foi incrementada e potencializada.

F- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC: No âmbito do Distrito Federal, as ouvidorias atuam também como SIC, sendo a Ouvidoria-Geral responsável pela capacitação das equipes com intuito de orientar sobre as normas para registro e encaminhamento de pedido de acesso à informação, disponível no site [www.e-sic.df.gov.br](http://www.e-sic.df.gov.br). Em 2017, a rede de ouvidorias do Distrito Federal recebeu 6.668 pedidos de informações, tendo respondido 98% destes pedidos.

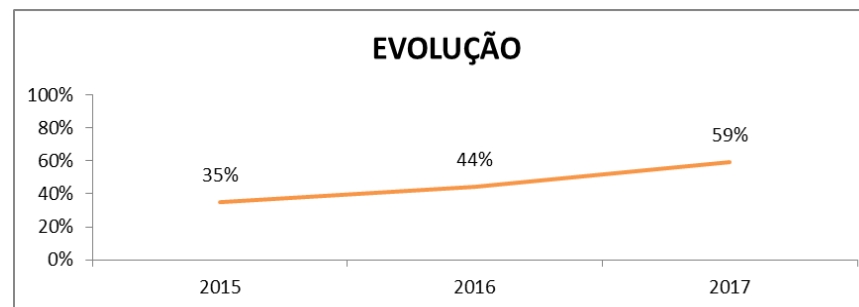
G- Programas de capacitação e formação continuada: A estruturação da rede teve foco intenso na capacitação de seus membros. Em três anos, foram capacitados 936 servidores do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal, nos mais diversos temas.

H- Publicação do Manual de Atendimento de Ouvidoria - O objetivo do manual é aprimorar o atendimento ao cidadão que utiliza os serviços públicos do Distrito Federal e que demanda ações das ouvidorias, contribuindo para consolidar a participação social e fortalecer uma cultura organizacional voltada para o interesse público. O arquivo está disponível no Portal das Ouvidorias – [www.ouvidoria.df.gov.br](http://www.ouvidoria.df.gov.br), no link: <https://goo.gl/3gBCgb>

No tocante ao controle social é cediço que o acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado é um direito fundamental do cidadão, garantido pela Constituição Federal de 1988. No Distrito Federal, esse direito é regulamentado pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI. Em 2017, cerca de 3.700 cidadãos e 130 empresas utilizaram a Lei de Acesso à Informação para solicitar informações ao Governo de Brasília.

Visando aprimorar o atendimento da Lei de Acesso à Informação, estimulando os órgãos a disponibilizarem maior quantidade de informações aos cidadãos em seus sítios institucionais, a CGDF instituiu o Índice de Transparência Ativa. Para orientar os órgãos na divulgação das informações exigidas pela LAI foi publicada a Instrução Normativa nº 02/2015 e disponibilizado o passo a passo por meio do Guia de Transparência Ativa. Com base na referida IN é feita a avaliação dos sítios oficiais e com o resultado, obtido pela razão entre os requisitos exigidos e os atendidos, é elaborado o Ranking da Transparência Ativa.

A 1ª edição do Índice, apresentada em dezembro de 2016, contou com 5 órgãos atingindo o percentual de 100%. Em 2017, a segunda edição contou com 27 órgãos atingindo a totalidade do índice.



Obs: Evolução do atendimento à transparência ativa pelo Governo do Distrito Federal com a instituição do Índice de Transparência Ativa.

Um dos aspectos previstos na Lei Distrital de Acesso à Informação – LAI/DF, nº 4.990/2012, é a adoção de meios eletrônicos para a disponibilização de dados públicos, que devem ser divulgados de forma que facilite sua reutilização e que permitam o acesso simplificado para os seus usuários.

Neste sentido, são registrados grandes avanços na transparência pública em 2017 com a instituição da Política de Dados Abertos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, e o lançamento do Portal de Dados Abertos do Distrito Federal ([www.dados.df.gov.br](http://www.dados.df.gov.br)), em 05 de dezembro de 2017. O Portal de Dados Abertos do Distrito Federal é a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas sobre diversos temas em formato bruto e aberto. A disponibilização de dados abertos possui potenciais variados, como a melhoria da gestão pública, o incremento da transparência, o fomento ao controle e participação social, a geração de emprego e renda e o incentivo à inovação.

Dos 268 mil usuários do Portal da Transparência em 2017, cerca de 60% têm de 18 a 34 anos, sendo que 54% são do sexo masculino, de acordo com os dados do Google Analytics.

Quanto ao aplicativo Siga Brasília, foi desenvolvida a versão para a plataforma iOS, disponibilizada na Apple Store. Este aplicativo teve 59 mil usuários em 2017, sendo que 60% têm de 18 a 34 anos e 54% são do sexo masculino, de acordo com os dados do Google Analytics.

Consigna-se também que foram finalizadas a realização das atividades da auditoria cívica na Secretaria de Estado de Saúde, com o retorno nas 63 (sessenta e três) unidades de saúde, essa ação contou com o engajamento de 70 (setenta) voluntários.

Outro projeto de sucesso desta CGDF é o projeto “Controladoria na Escola”, o qual foi gamificado através do 1º Prêmio Escola de Atitude que visa premiar as melhores iniciativas das escolas participantes. O projeto capacitou 280 (duzentos e oitenta) professores orientadores nas metodologias de controle social e na auditoria cívica e contou com a participação de 4.000 alunos da rede pública de ensino do DF. Foi realizada uma apresentação para 4.000 (quatro mil) alunos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães onde foi apresentada a peça de teatro Auto da Barca da Cidadania, que visa estimular através de uma ação cultural e de maneira divertida apresentar temas como transparência, controle social, ética, cidadania e prevenção primária a corrupção.

Dessa forma, verifica-se que há contribuições diretas para a consecução do objetivo específico em questão, uma vez que o cidadão encontra nas atividades da CGDF um canal direto de relacionamento amparado por diferentes sistemas e metodologias para que possa participar diretamente das etapas do ciclo de vida de políticas públicas.

## **CACI**

As ações exercidas por essa Subsecretaria objetivaram a busca de ampliação e aprimoramento dos canais de diálogo e criação de políticas públicas que aumentem o número de pessoas capacitadas, buscando o aperfeiçoamento das relações, da participação popular e do controle social entre o Governo de Brasília e os movimentos sociais.

Dessa maneira, busca-se a promoção de diálogo direto entre Governo de Brasília e Sociedade Civil, planejando e contribuindo para o desenvolvimento das cidades de acordo com as demandas sociais, trazendo assim um fortalecimento a institucionalidade das políticas para que se firmem como política de Estado e não apenas deste governo.



**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**002 – EQUILÍBRIO FISCAL:** Elevar a capacidade do Estado de gerar receita tributária e não tributária e de aplicar adequadamente os recursos públicos por meio da promoção da eficiência e eficácia da máquina administrativa.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**19.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEF**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	1	Implementar medidas de incremento da receita (SEF);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	32,23			32,23	32,2%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	2	Manter nível de endividamento menor que o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (SEF);	< 100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	29,89	33,78			33,78	166,2%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	3	Elevar o crescimento real da arrecadação nos seguintes percentuais: 3% em 2016, 2% em 2017, 2% em 2018 e 2% em 2019 (SEF);	9	%	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1,41	1,35			2,76	30,7%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	4	Reduzir o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano (SEF);	40	%	ACUM	MENOR, MELHOR	88,6	53,5			53,5	133,8%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	5	Manter o Rito Especial de Cobrança atualizado, com intervalo máximo de 90 dias entre o fato gerador e a inclusão dos débitos em dívida ativa (SEF);	< 90	DIA	ANUAL	MENOR, MELHOR	137	164			164	17,8%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	6	Apoiar a elaboração de Cartas Consultas de projetos estratégicos do governo para captação externa (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	60			60	60,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	7	Estreitar as relações com os agentes financeiros internacionais (SEPLAG).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	90			90	90,0%

**Análise Qualitativa****1. Implementar medidas de incremento da receita (SEF);**

2016

Para alcance desta meta, foram implementados os projetos de Mineração de Dados, Cobrança do Diferencial de Alíquota e Comércio Eletrônico:

**Mineração de Dados** – trata do desenvolvimento de uma ferramenta que permita a apuração do ICMS ST das Notas fiscais de mercadorias que estão destinadas aos contribuintes localizados no DF; os valores calculados por notas fiscais são disponibilizados na internet juntamente com o DAR para pagamento pelos contribuintes. Se não é identificado o pagamento do imposto, é emitida uma notificação para o contribuinte, iniciando assim o processo de cobrança. Essa ferramenta ainda está em processo de aquisição, porém foi desenvolvido pela GEFMT um aplicativo em Excell, como ação paliativa, até que o SISAUDIT entre em operação. Com a implementação desse aplicativo, em 2016 se obteve como arrecadação de R\$ 109.893.038,57, o que redundou numa variação de 45,33% em relação à arrecadação de 2015.

**Cobrança do Diferencial de Alíquota** – consiste em dotar a SEF/DF de mecanismos de monitoramento e fiscalização das empresas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional por meio do desenvolvimento de um piloto de monitoramento e fiscalização até o final do ano de 2016 que será posteriormente utilizado na rotina diária do setor. O incremento de arrecadação do ICMS relativos às aquisições interestaduais de empresas tributadas pelo Simples Nacional busca eliminar a distorção entre as aquisições interestaduais, menos onerosa, do que a compra no próprio estado, sujeita à alíquota interna, e igualar as condições de concorrência. Aumentar a percepção de risco do contribuinte estimulando a arrecadação espontânea. Reduzir a guerra fiscal entre os estados. Este projeto se desenvolverá de forma constante, com o monitoramento dos contribuintes do Simples Nacional que efetuarem compras fora do DF e as respectivas ações de cobrança do imposto devido, buscando incrementar cada vez mais o recolhimento espontâneo do imposto.

**2017**

**Cobrança do Diferencial de Alíquota** - No ano de 2017, a Coordenação de Cobrança Tributária – CBRAT deu prosseguimento à cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas a consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação, estabelecido pela Emenda Constitucional 87/2015 e Convênio n.º 93/2015, sob responsabilidade do Núcleo de Gestão do Comércio Eletrônico – NGCEL, alocado na Gerência do Rito Especial - GCORE. Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFe a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre as duas UF's envolvidas. Nesta partilha, coube ao Estado de destino 60% da diferença de alíquotas no ano de 2017 e caberá 80% no ano de 2018 e, a partir de 2019, 100% da mesma, consoante art. 99 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias –ADCT. Para o monitoramento dessas operações o NGCEL utiliza um painel na ferramenta QlikView, na qual foi desenvolvido o cálculo do imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos. Já foi testada por meio de POC a exportação desses cálculos e do DAR para consulta pelo contribuinte na área restrita do Agenci@Net, por meio do aplicativo QAP, estando atualmente em processo de aquisição da ferramenta. Até o mês de dezembro/2017, foi calculado o total de R\$ 273.564.752,30 de diferencial de alíquotas devido em função das notas fiscais enviadas para o DF, destinadas ao consumidor final. Desse total, R\$ 210.954.668,85 foram pagos, perfazendo 77,11%, restando a cobrar o valor de R\$ 62.610.083,45 que, após procedimentos de cobrança administrativa, se não pagos, serão inscritos na Dívida Ativa do Distrito Federal. No ano de 2017, a CBRAT, por meio de Núcleo de Cobrança do Simples Nacional – NUCSN, alocado na Gerência de Cobrança Tributária – GBRAT, deu-se prosseguimento à cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação, em decorrência de previsão constante da Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei n.º 5.558/2015. A Lei n.º 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação, limitação esta, vigente até 2019. Em 2017, foram enviados, 204.534 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas, em operações oriundas de outros estados, no valor total de R\$ 3.522.169.773,93, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas. Deste montante, R\$ 74.573.305,19 foram recolhidos a título de diferencial de alíquotas. Ressalta-se que está em desenvolvimento um painel na ferramenta Qlik View, para monitoramento dessas operações, que irá calcular o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando o início da cobrança efetiva dos valores devidos. Até então, tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e o esclarecimento de dúvidas dos contribuintes sobre a matéria. As duas modalidades de Diferencial de Alíquotas proporcionaram, no ano de 2017, um aporte financeiro à receita tributária do Distrito Federal na ordem de R\$ 285.527.974,04. **Mineração de dados** - Continua em processo de aquisição de ferramenta para cálculo do ICMS. Sendo assim, continua sendo utilizada a ferramenta excel.

## **2. Manter nível de endividamento menor que o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (SEF);**

**2016**

A relação Dívida Consolidada Líquida versus Receita Corrente Líquida DCL/RCL nos três quadrimestres de apuração do exercício esteve abaixo de 180% do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF com base no máximo definido pelo Senado Federal- SF.

**2017**

Ao final do 3º quadrimestre de 2017, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 7,8 bilhões, sendo R\$ 3,3 bilhões originários da dívida interna, R\$ 774 milhões da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no montante de R\$ 3,8 bilhões. Salienta-se que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Ao final do 3º quadrimestre de 2017, esta relação correspondeu a 33,78%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, de 200% sobre a RCL, indicando que o DF possui uma alta capacidade de endividamento.

### **3. Elevar o crescimento real da arrecadação nos seguintes percentuais: 3% em 2016, 2% em 2017, 2% em 2018 e 2% em 2019(SEF);**

#### **2016**

A presente meta apresentou o resultado a seguir:

Janeiro a dezembro de 2016 (A) = 12.176.295.117,02

Janeiro a dezembro de 2015 (B) = 12.006.802.745,13

Resultado 3º Quadrimestre/2016 (%) =  $((A/B)-1) \times 100 = 1,41\%$

O mencionado indicador refere-se ao desempenho do total da arrecadação de origem tributária, a qual inclui a receita de impostos, exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte, e as receitas de taxas, da dívida ativa tributária e de multas e juros tributários. O resultado em questão, de 1,41%, é o percentual de variação do total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2016 na comparação com o total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2015.

Na comparação com a meta de 3% para o ano de 2016, o percentual de 1,41%, apesar de representar apenas 47,0% da meta, indicou melhora da arrecadação de maneira crescente ao longo do ano quando comparado com o resultado de 0,06% apurado para o primeiro quadrimestre de 2016 e de 0,83% apurado para o segundo quadrimestre.

O crescimento real de 1,41% acumulado até o terceiro quadrimestre de 2016 reflete o impacto das medidas fiscais de elevação de alíquotas do ICMS e do IPVA adotadas ao final de 2015. No acumulado até o terceiro quadrimestre de 2016, a receita do ICMS apresentou incremento real de 4,05%, enquanto a do IPVA registrou aumento real de 6,92%. As receitas do IPTU, da TLP, de Multas e Juros de débitos tributários não inscritos na dívida ativa e de Multas e Juros da dívida ativa também apresentaram aumento real, respectivamente, de 8,25%, 4,98%, 21,22% e 11,34%.

Por outro lado, os incrementos reais das receitas do ICMS, IPVA, IPTU, TLP e Multas e Juros foram parcialmente anulados pelas quedas reais das receitas do ISS, Simples Nacional, ITBI, ITCD e da Dívida Ativa. As receitas do ISS e do Simples Nacional, que não sofreram aumento de alíquotas, tiveram o desempenho impactado desfavoravelmente pelo cenário econômico adverso. O ITBI e o ITCD, embora tenham sofrido aumento de alíquota, tem registrado queda real de receita atribuída ao fraco movimento do mercado imobiliário.

#### **2017**

A presente meta apresentou o seguinte resultado:

- Janeiro a dezembro de 2017 (A) = 12.595.245.868,25

- Janeiro a dezembro de 2016 (B) = 12.427.970.731,11

- Resultado 3º Quadrimestre/2017 (%) =  $((A/B) - 1) \times 100 = 1,35\%$

O indicador refere-se ao desempenho do total da arrecadação de origem tributária, a qual inclui a receita de impostos, exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte, e as receitas de taxas, da dívida ativa tributária e de multas e juros tributários. O resultado em questão, de 1,35%, é o percentual de variação do total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2017 na comparação com o total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2016, sendo que os valores mensais do total da arrecadação foram atualizados monetariamente para o mês de dezembro de 2017 pelo INPC/IBGE.

Na comparação com a meta de 4,27% para o ano de 2017, o percentual de 1,35%, representou apenas 31,6% da meta.

No entanto, o resultado de 1,35%, embora esteja abaixo da meta estipulada de 4,27%, representa uma melhora de 218,49% em relação ao 2º quadrimestre.

O crescimento real de 1,35% deveu-se principalmente aos aumentos reais de 11,0% do ITBI (+R\$ 36,9 milhões), 4,9% do ISS (+R\$ 76,5 milhões) e de 4,4% do IPVA (+R\$ 41,9 milhões) suficientes para compensar a queda real de 0,5% ocorrida na arrecadação do ICMS (-R\$ 37,2 milhões) e de 5,7% (-R\$ 17,6 milhões) da Dívida Ativa.

As receitas de Multas e Juros da Dívida Ativa, ITCD, Multas e Juros dos Tributos e ITBI, também apresentaram aumentos reais expressivos, de 25,1%, 23,4%, 12,4% e 11,0%, respectivamente.

#### 4. Reduzir o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano (SEF);

2016

As ações implementadas para o alcance da **meta 4 reduziram o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano**, que redundaram no desempenho auferido pela Primeira Instância durante o exercício de 2016, tanto em termos de valor de crédito tributário decidido, quanto em termos de quantidade de processos julgados, evidenciam reflexos positivos das iniciativas de automação e racionalização de procedimentos no âmbito da Secretaria e, também, das ações voltadas para o incremento da arrecadação própria do Distrito Federal, segundo as quais se buscou a seleção e distribuição de grupos de processos para julgamento por tema e similitude das autuações objetivando maior eficiência e celeridade na atividade jurisdicional, maior valor de crédito tributário, otimização do tempo/trabalho de análise/relatoria e da avaliação/decisão da lide pelo corpo técnico.

Com a finalidade de contribuir para o incremento de receitas, para a redução do tempo de resolução dos lançamentos sob impugnação administrativa, e para maior transparência externa e interna, a SEF vem atuando fortemente nas ações de modernização, automação e padronização de procedimentos.

O eixo principal desse processo de modernização tem sido o sistema SGEJUC, que tem contribuído para o considerável desempenho desta GEJUC neste exercício de 2016. No entanto, a consecução de maior eficiência envolve, também, a busca de um fluxo ágil/constante de informações com as unidades responsáveis pelos lançamentos tributários impugnados, visando aprimoramento do processo de constituição do crédito e do cumprimento de diligências/determinações. Merece registro, também, o permanente contato com as áreas atuantes na recuperação de créditos tributários, isto a fim de acelerar a recuperação/realização dos lançamentos tributários julgados em primeira instância, em vista da soma expressiva dos créditos tributários envolvidos.

No que diz respeito ao SGEJUC, cabe consignar que a equipe da GEJUC vem atuando em demandas que envolvem ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades desse Sistema. Trata-se de evoluções, modernizações e correções necessárias e prementes, em face das metas definidas no planejamento estratégico da SEF; das alterações no campo jurídico institucional e da premissa de maior transparência e do melhor atendimento aos contribuintes.

2017

Em dezembro de 2016, o estoque final de processos a distribuir para julgamento era de 2.131 processos, contra 3.163 processos em dezembro de 2015 e 3.161 processos em dezembro de 2014. Em 2017 esse quantitativo somou 1.476, menos da metade do estoque de 2014.

A variação absoluta do estoque de processos a distribuir para julgamento, entre 2016 e 2017, correspondeu a cerca de 655 processos, o que em termos relativos equivalerá a uma redução de 30,73%. Comparado o estoque existente, em dezembro de 2017, com o valor de referência constante do PPA, 3.300 processos, o percentual de redução alcança 53,30%. Como se pode constatar, trata-se de resultado bastante favorável, em confronto com a meta final fixada que pretende redução de 40% até 2019.

Em síntese, a meta indica que o estoque de processos que aguardam julgamento de primeira instância deve no ano de 2019 estar num patamar numérico que seja 40% menor do que aquele posto como parâmetro do PPA. A interpretação é no sentido de que a meta foi quase totalmente alcançada em 2016, pois o estoque de processos a julgar ao final desse ano já foi 35,4% menor que o valor de referência, fixado em 3.300 processos.

No final de 2017, a meta de redução de 40% foi superada, pois o estoque de processos ao final desse exercício, comparado com o valor de referência, evidenciou uma redução da ordem de 53,30%, em relação a meta. Isso significou mais de 100% de cumprimento da meta, na verdade 133,25%.

Importante destacar que esse resultado é realmente bastante positivo, sobretudo quando se leva em conta que a redução do estoque de processos ocorreu mesmo em face da dinamização das atividades do fisco, que redundou em expressivo volume de novos processos encaminhados para julgamento.

Em 2017, foram julgados 1.421 processos, equivalendo a 2,09 bilhões, tendo sido inscrito R\$ 193,5 milhões em Dívida Ativa.

Não é demais lembrar que os resultados auferidos e a melhoria no nível de eficiência alcançado foram possíveis e viabilizados, notadamente, em razão da automação de rotinas, revisão, simplificação e padronização de procedimentos.

## **5. Manter o Rito Especial de Cobrança atualizado, com intervalo máximo de 90 dias entre o fato gerador e a inclusão dos débitos em dívida ativa (SEF);**

### **2016**

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

Apesar dos esforços em sanear diversas situações antecipadamente a sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agênci@Net, muitos contribuintes cometem erros quando do preenchimento do Documento de Arrecadação – DAR, o que leva à não identificação, pelo sistema, do pagamento realizado.

Mesmo alertados pelos comunicados enviados, só formalizam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, ocorrem inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Parcela substancial desses erros tem origem na estrutura atual do próprio documento de arrecadação, cujos campos são livres, dando margem a incorreções quando do seu preenchimento. Buscando solucionar o problema, a SEF, no ano de 2016, deu início ao processo de alteração da estrutura do documento de arrecadação, vinculando seus campos às informações de cadastro do contribuinte e aos tipos de operações que o contribuinte realiza, fazendo com que, ao acessar o sistema do novo DAR e iniciar o preenchimento, ele seja direcionado para as informações corretas da sua atividade.

Em vista da complexidade das alterações necessárias, que afetam vários sistemas, o projeto está atualmente em fase final de homologação, antes da sua disponibilização para os usuários.

O trabalho desenvolvido pela GCORE, no ano de 2016, consistiu na execução da rotina do Rito relativa ao 1º semestre daquele ano, até o mês de abril e repescagens para os anos de 2013, 2014 e 2015, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R\$ 546.871.847,72, em desfavor de 53.167 contribuintes, tendo sido pago, a vista ou parcelado o montante de R\$ 73.169.812,06, correspondente a 13,38% do total identificado. Para os meses de maio a outubro de 2016, a rotina foi executada em fevereiro de 2017 e, para os meses de novembro e dezembro, a execução ocorreu em março de 2017.

Aqueles que não pagaram ou regularizaram as pendências foram inscritos na Dívida Ativa, no mês seguinte. Por esses motivos, restou inviável se atingir a meta estabelecida, pelo Rito Especial, para o ano de 2016, do prazo de 90 dias entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição do débito em dívida ativa, alcançando a média anual de 137 dias para tanto, dentro do que foi possível de ser realizado pelos sistemas desta SEF/DF.

### **2017**

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

Apesar de todo o esforço do NURIT/GCORE em sanear diversas situações antecipadamente à sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agênci@Net, muitos contribuintes cometiam muitos erros quando do preenchimento do Documento de Arrecadação, o que levava à não identificação, pelo sistema, do pagamento realizado.

Mesmo alertados pelos comunicados enviados, só formalizavam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, chegam ao NURIT/GCORE inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Parcela substancial desses erros tinha origem na estrutura do próprio documento de arrecadação, cujos campos são livres, dando margem a incorreções quando do seu preenchimento. Buscando solucionar o problema, a Subsecretaria da Receita – SUREC, implementou, no final do ano de 2017, um novo modelo de documento de arrecadação, vinculando seus

campos às informações de cadastro do contribuinte e aos tipos de operações que o contribuinte realiza, fazendo com que, ao acessar o sistema do novo DAR e iniciar o preenchimento, ele seja direcionado para as informações corretas da sua atividade. Com a implantação do novo DAR estima-se que, em 2018, haja significativa redução da quantidade de erros cometidos pelos contribuintes quando dos respectivos pagamentos.

Para o ano de 2017, a meta inicial prevista, de 90 dias de prazo entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição do débito em dívida ativa, tendo em vista a impossibilidade de ser alcançada em função dos motivos expostos acima, foi alterada para a execução quadrimestral da rotina do Rito. Neste sentido, no ano de 2017, a rotina do Rito, relativa ao 1º quadrimestre, alcançou os meses de maio a dezembro de 2016. No segundo quadrimestre, a rotina alcançou os meses de janeiro a março de 2017 e uma repescagem dos anos de 2011 e 2012. No terceiro quadrimestre, a rotina alcançou os meses de abril a junho de 2017 para os Livros Fiscais Eletrônicos e de janeiro a junho de 2017 para as “Guias Nacionais de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária – GIA/ST”. No total foram identificadas diferenças tributáveis no montante de R\$ 572.186.105,12 (quinhentos e setenta e dois milhões, cento e oitenta e seis mil e cento e cinco reais e doze centavos), em desfavor de 75.903 contribuintes, tendo sido pagos, à vista ou parcelado, R\$ 45.988.552,47 (quarenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 8,04% do total identificado no ano. Aqueles que não pagaram ou regularizaram as pendências foram inscritos na Dívida Ativa. Assim, com a nova sistemática o prazo entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição dos débitos em dívida ativa, atingiu 164 dias em média, o que consideramos compatível com a atual estrutura do sistema do Rito Especial. Para 2018, ao se concretizarem os efeitos das alterações produzidas, principalmente a implantação do novo DAR e a conseqüente redução da incidência de erros no recolhimento entendemos que será possível a otimização desses resultados.

## **6. Apoiar a elaboração de Cartas Consultas de projetos estratégicos do governo para captação externa (SEPLAG);**

### **2016**

No ano de 2016 a SUCAP participou da elaboração da Carta Consulta do Policy Based Loan – PBL: Programa elaborado pelo Planejamento, Fazenda e Meio Ambiente, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com metas e objetivos elaborados baseados no Plano Plurianual - PPA, destinado ao financiamento de políticas públicas de Gestão Fiscal alinhada com as mudanças climáticas observando-se os impactos dos recursos planejados de forma sustentável. Não exige contrapartida do governo sendo o recurso proveniente do financiamento internalizado pelo Tesouro do DF e aplicado posteriormente em investimentos, condicionado ao atingimento de 100% das metas e objetivos pactuados. Situação: Carta Consulta cadastrada na SEAIN/MPOG dia 06/07/2016. Valor estimado: US\$ 103 milhões.

Na Captação Nacional a SUCAP participou da elaboração da Carta Consulta do Programa de Infraestrutura Urbana e Social – destinado a financiar aporte de contrapartida de recursos do tesouro distrital; infraestrutura urbana e social; e, desenvolvimento institucional. Os recursos vão oferecer suporte a uma série de projetos em andamento envolvendo mobilidade, agregando projetos de transporte público integrado, melhorias na utilização do espaço e acessibilidade; Saneamento Básico com a melhoria dos sistemas de abastecimento d’água, de esgotos sanitários, de drenagem pluvial e de tratamento de resíduos; Infraestrutura Social com a construção e a ampliação dos equipamentos sociais; e, Desenvolvimento Institucional com a implantação de projetos que garantam a melhoria dos sistemas de gestão e dos serviços à população. Valor: R\$ 600 milhões. Contratado em 29/12/2016.

### **2017**

No ano de 2017 a SUCAP participou da elaboração da Carta Consulta do Programa Brasília Capital das Águas que visa promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioprodutiva da população do Distrito Federal, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, com foco na segurança hídrica e a reabilitação ambiental. Estão previstas ações relacionadas ao uso sustentável da água na agropecuária e na agricultura irrigada, infraestrutura rural, atividades ambientais e educativas, infraestrutura urbana na orla do Lago Paranoá, recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento institucional dos coexecutores. Valor estimado: R\$ 199 milhões, sendo US\$ 41 milhões junto ao FONPLATA e contrapartida local de US\$ 20 milhões.

## **7. Estreitar as relações com os agentes financeiros internacionais (SEPLAG).**

### **2016**

No ano de 2016, a SUCAP estreitou as relações com vários agentes financiadores internacionais, por meio de reuniões, visitas e tratativas para verificar possibilidades de captação de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis dentre eles:

✓ Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA – é um organismo financeiro internacional de caráter intergovernamental, estabelecido, em 1974, por cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai;

- ✓ MLW Intermed- Export-Import – Financiamento do Governo Alemão;
- ✓ Empresa de Planejamento e Logística S.AEPL - Projeto Embaixada Reino Unido; e
- ✓ Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

As reuniões resultaram em negociações que atualmente estão em andamento, são elas:

✓ Programa Brasília Capital das Águas que visa promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioprodutiva da população do Distrito Federal, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, com foco na segurança hídrica e a reabilitação ambiental. Estão previstas ações relacionadas ao uso sustentável da água na agropecuária e na agricultura irrigada, infraestrutura rural, atividades ambientais e educativas, infraestrutura urbana na orla do Lago Paranoá, recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento institucional dos coexecutores. Valor: US\$ 41 milhões de financiamento junto ao FONPLATA e contrapartida local de US\$ 20 milhões; e

✓ Brasília Sustentável II: O Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF - Prevê a melhoria na gestão dos resíduos sólidos e na qualidade ambiental do DF, por meio da implantação de serviços de infraestrutura urbana e recuperação de áreas degradadas. Estão previstos o fortalecimento institucional dos órgãos partícipes, a requalificação de estações de compostagem dos resíduos sólidos e também a readequação urbana no Condomínio Pôr do Sol. Valor: US\$ 100 milhões de financiamento junto ao BID e contrapartida local de US\$ 50 milhões.

## 2017

No ano de 2017, a SUCAP estreitou as relações com vários agentes financiadores nacionais e internacionais, por meio de reuniões, visitas e tratativas para verificar possibilidades de captação de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis dentre eles:

- Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA – organismo financeiro internacional de caráter intergovernamental, estabelecido, em 1974, por cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai;

- Banco do Brasil – BB;
- Caixa Econômica Federal – CAIXA;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Banco ABC (Arab Banking Corporation);
- Banco Santander; e
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As reuniões resultaram em negociações de novas operações e desembolso de recursos das operações que atualmente estão em andamento.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1435	ICMS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	9,24	31/12/2014	3,7	13	4,9	2,5	7,8	7,8	SUREC/SEF / UO 19101/OE 2
1436	ISS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	11,03	31/12/2014	9,5	3,0	7,6	8,00	7	6,6	SUREC/SEF / UO 19101/OE 2
1437	IPTU (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	4,78	31/12/2014	5,7	18,3	5,1	2,5	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/OE 2

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1438	IPVA (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	16,31	31/12/2014	4,8	17,5	5,1	8,1	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1439	ITBI (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-3,53	31/12/2014	65,3	5,5	7,2	14,2	6,6	6,2	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1440	ITCD (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-41,83	31/12/2014	-17,5	-18,2	9,8	27,2	9,1	8,4	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1441	TLP (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	2,03	31/12/2014	38,5	14,7	5,4	4,7	5,2	5,1	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1666	LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL	%	48,01	31/01/2015	<=49	46,82	<=48	46,07	<=47	<=46,55	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
1667	TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL	%	9,39	31/01/2015	10	3,44	10	4,15	10	10	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
1671	RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)	R\$	-514	31/01/2015	-1.422	-686	-610	-975	-305	A definir	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2

## Justificativas 2016

**Indicador 1435** - Resultado alcançado superior ao desejado é reflexo da elevação de alíquotas, bem como da implementação das cobranças do ICMS sobre o comércio interestadual de bens destinados ao consumidor final (Emenda Constitucional 87/15) e de mercadorias adquiridas por contribuintes do regime Simples Nacional. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

**Indicador 1436** - O menor resultado alcançado decorre do cenário econômico desfavorável, no qual a atividade de serviços, base tributável do ISS, recuou 0,6% no terceiro trimestre de 2016 (último dado disponível), segundo o IBGE. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

**Indicador 1437** - De acordo com o Decreto nº 37.039/2015, a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, para efeito do IPTU/2016, foi atualizada em 10,97%. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

**Indicador 1438** - O bom desempenho da arrecadação do IPVA está atrelado ao aumento de 0,5 ponto percentual da alíquota do imposto sobre automóveis e motocicletas. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

**Indicador 1439** - Embora a alíquota do ITBI tenha passado de 2% para 3%, o fraco movimento do mercado imobiliário impactou negativamente sobre a arrecadação do imposto. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

**Indicador 1440** - De acordo com Subsecretaria da Receita - SEF/DF, houve queda do número de transações tributadas pelo ITCD em 2016, que foi de 19.722, contra 38.588 em 2015. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).



**Indicador 1441** - Os valores básicos de referência considerados no lançamento da TLP/2016 sofreram atualização de 10,97% na comparação com 2015, por força do Decreto 37.039/2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

**Indicador 1666** - A meta foi atingida, pois o índice apurado ficou abaixo do desejado. Apesar disto, está acima do limite prudencial de 46,55%, determinado pela LRF.

**Indicador 1667** - O comprometimento dos recursos orçamentários com despesas de pessoal e custeio, bem como o impacto da crise econômica, não permitiram o atingimento do percentual proposto.

**Indicador 1671** - Segundo a LRF, a meta de Resultado Primário é estabelecida na LDO. A LDO 2016 sofreu uma alteração e a meta inicial de -1.422 ficou alterada para -1.927. A meta foi atingida, sendo o valor apurado melhor do que o desejado.

## **Justificativas 2017**

**Indicador 1435** - Apesar das ações de monitoramento e cobrança da administração tributária, a receita do ICMS sofreu o impacto do fraco desempenho do consumo em 2017, o que refletiu no resultado alcançado.

**Indicador 1436** - Com um resultado alcançado próximo do desejado, a receita do ISS apresentou crescimento cujo destaque foram as retenções do imposto pela administração pública federal, em razão de serviços prestados pelo setor privado a órgãos públicos.

**Indicador 1437** - Embora o lançamento do IPTU para o exercício de 2017 tenha sido efetuado com base nas áreas construídas e de terrenos identificadas por mapeamento aerofotogramétrico, o nível de inadimplência do tributo impediu um resultado alcançado maior.

**Indicador 1438** - Na comparação com 2016, o valor do lançamento do IPVA para o exercício de 2017 sofreu acréscimo de 7,86%, tendo ainda as ações de cobrança pela administração tributária sido intensificadas no segundo semestre de 2017 .

**Indicador 1439** - De acordo com dados da SUREC, embora o número de transações imobiliárias tributadas pelo ITBI em 2017 tenha sido inferior ao de 2016, o valor lançado em 2017 superou o do ano anterior, de tal forma que o valor médio lançado por transação aumentou 20% em relação a 2016.

**Indicador 1440** - O resultado alcançado acima do desejado se deu por influência da tributação do ITCD sobre doações

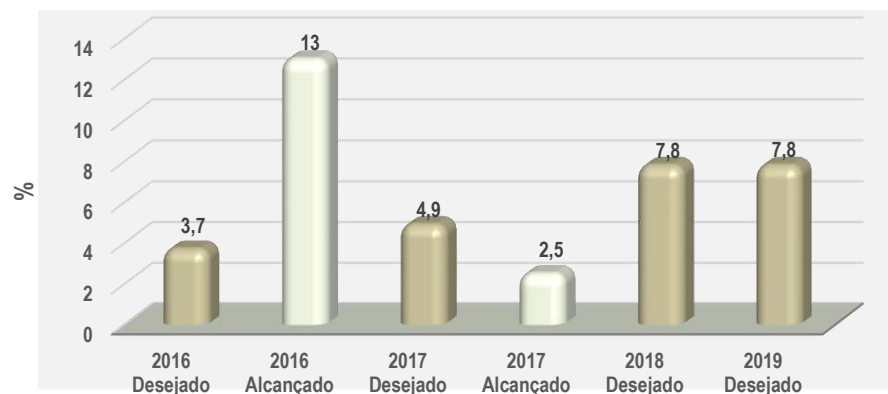
**Indicador 1441** - Apesar do aumento de 7,4% dos valores básicos de referência utilizados na cobrança da TLP em 2017, o nível de inadimplência comprometeu o resultado

**Indicador 1666** - O índice ficou abaixo da meta estipulada, pois a despesa de pessoal não cresceu na mesma proporção da RCL.

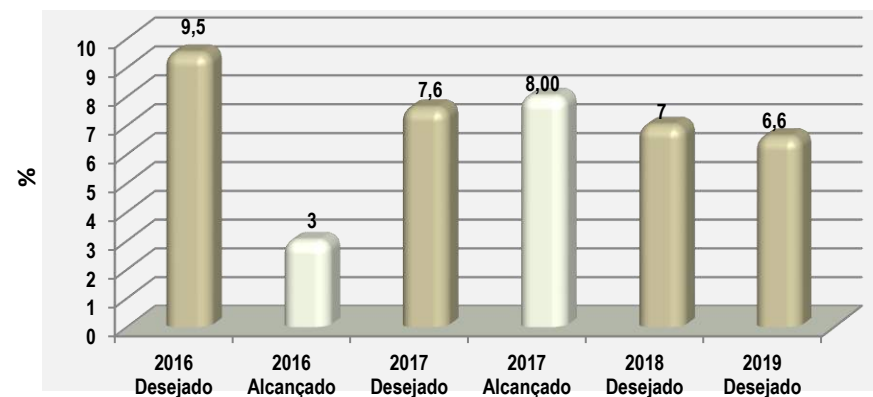
**Indicador 1667** - O índice não foi obtido devido a frustração no ingresso de operações de crédito, ocasionando o cancelamento de cerca de R\$ 200 milhões de investimento e, ainda, pelo equacionamento do déficit existente, não permitindo maior destinação de recursos de fonte do tesouro para investimentos.

**Indicador 1671** - A Subsecretaria de Orçamento Público-SUOP informou que a meta estipulada foi super dimensionada, uma vez que o previsto na LDO/2017 foi de -2.067.

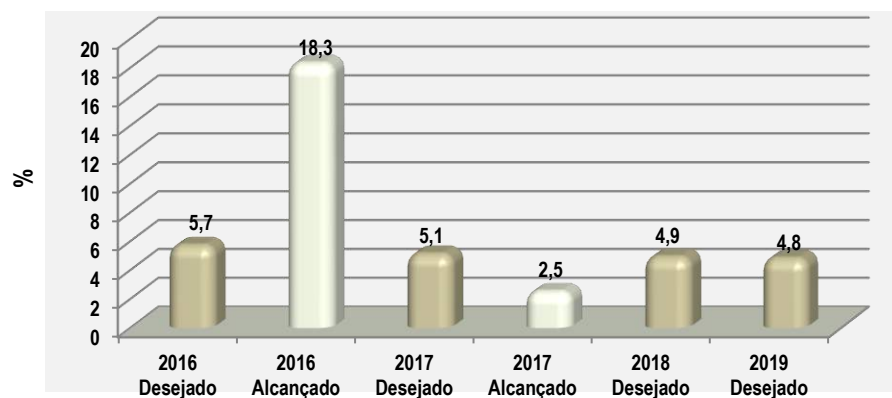
**ICMS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)**



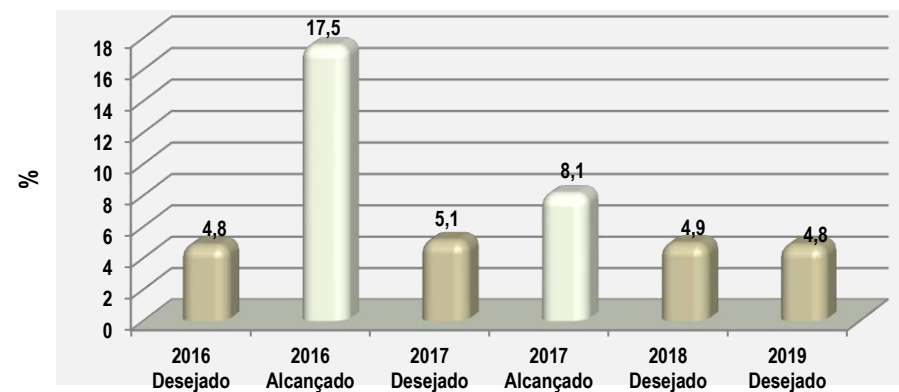
**ISS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)**



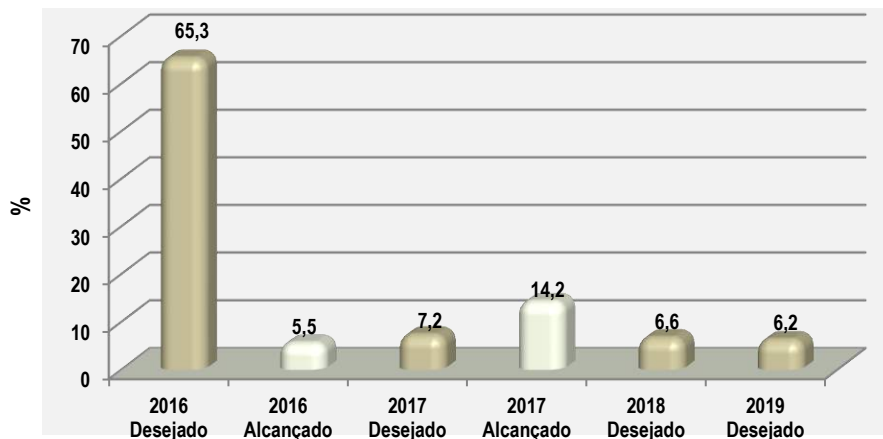
**IPTU (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)**



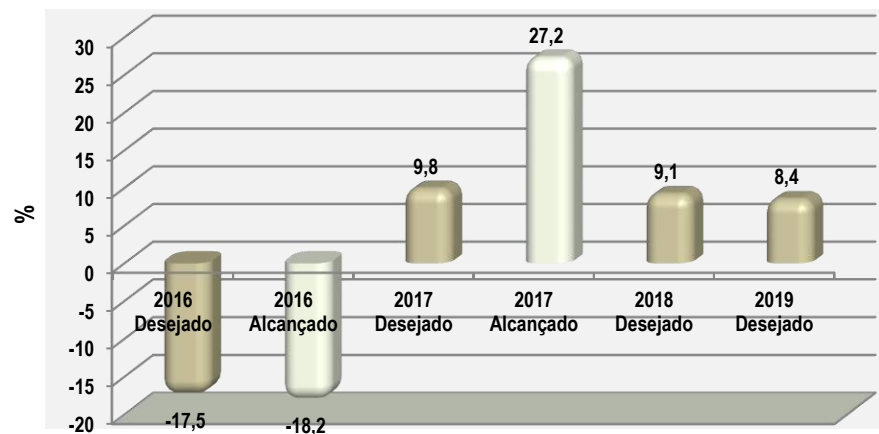
**IPVA (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)**



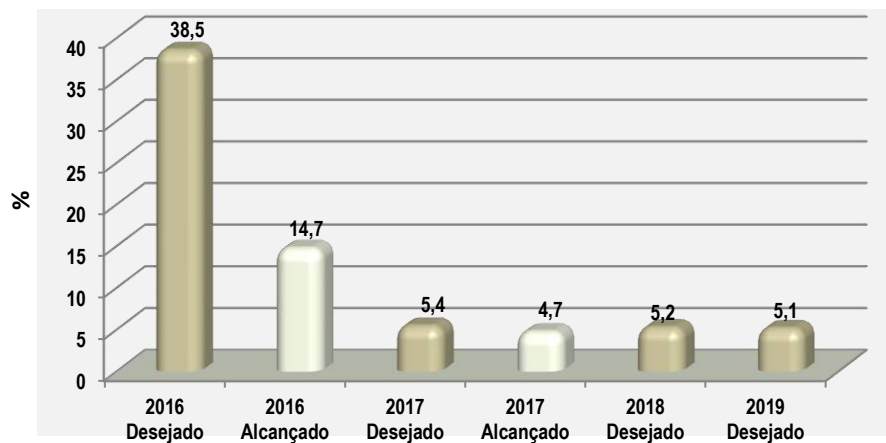
ITBI (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



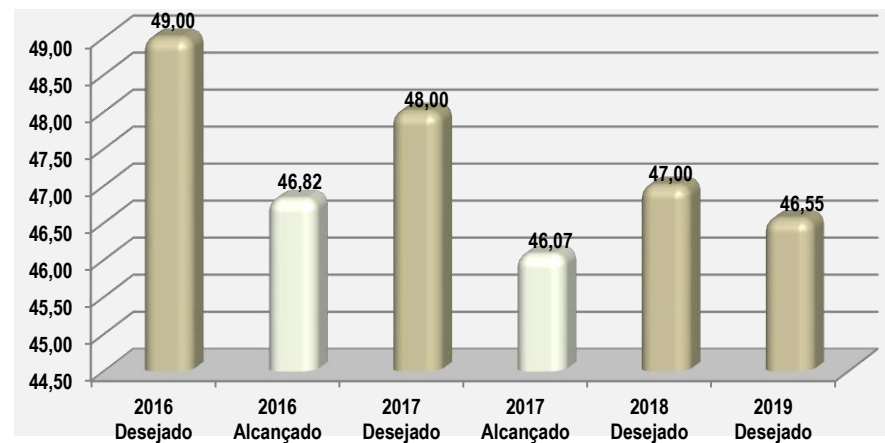
ITCD (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



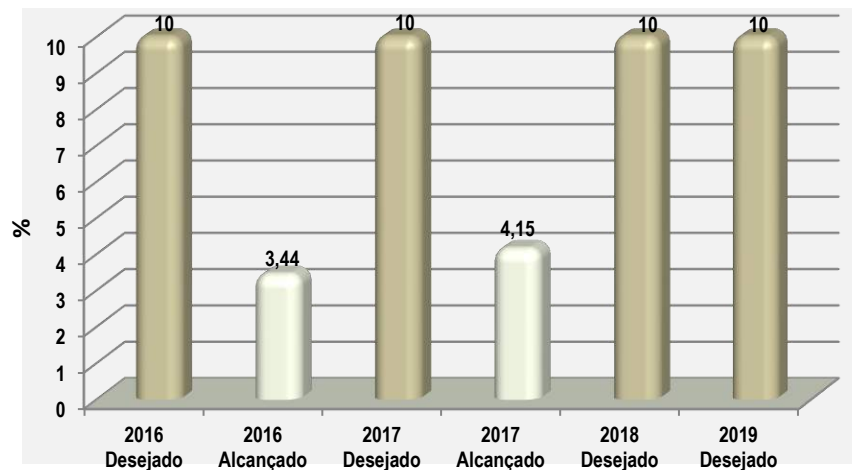
TLP (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



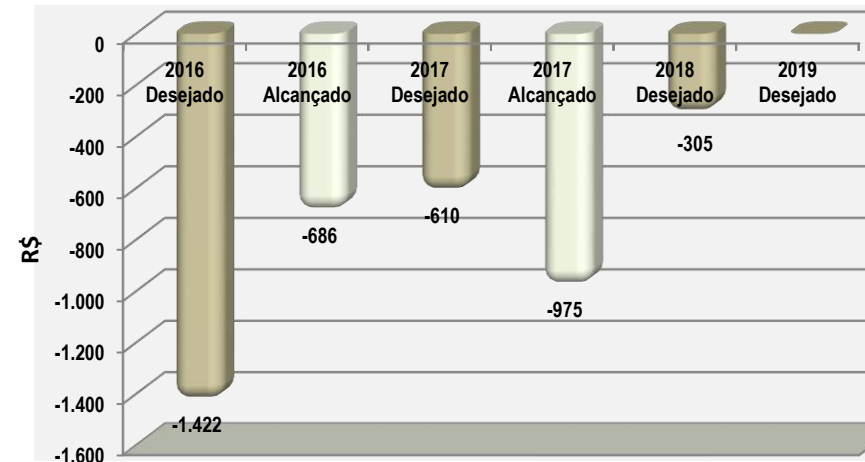
LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL



**TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL**



**RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)**



## Análise do Resultado do Objetivo Específico

### 2016/2017

#### SEF

Conforme Relatório de Gestão Fiscal do Distrito Federal referente ao 3º Quadrimestre de 2016, as Receitas realizadas até o 3º quadrimestre do ano de 2016, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 26,3 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 1,52% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 78,84% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2016. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 14,4 bilhões e R\$ 7,3 bilhões, respectivamente.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 14,4 bilhões, com um aumento nominal de 9,11% na arrecadação em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior.

Na comparação acumulada de janeiro a dezembro de 2016 com correspondente período de 2015, observam-se acréscimos reais significativos de ICMS de 4,0% (+R\$ 291,6 milhões), decorrente de medidas legislativas implementadas em dezembro de 2015; de IPTU/TLP de 7,7% (+R\$ 60,7 milhões); e de IPVA de 6,9% (+R\$ 61,0 milhões), decorrente do incremento de alíquota promovido pela Lei nº5.452/2015.

Por outro lado, foram registradas quedas reais expressivas de arrecadação do IRRF de 8,7% (-R\$ 276,6 milhões), provavelmente devido às medidas de contenção com despesa de pessoal; da Dívida Ativa de 24,9% (- R\$ 100,9 milhões), decorrente da elevada base comparativa de 2015 alavancada pelo programa de recuperação de créditos REFIS; do ISS de 5,8% (-R\$ 93,5 milhões); do Simples Nacional de 6,4% (-R\$ 24,1 milhões), decorrentes do cenário econômico; do ITCD (-R\$ 35,7 milhões), apesar da implementação da progressividade do imposto através da Lei nº 5.549/2015; como também do ITBI de 3,6% (-R\$ 12,3 milhões), apesar do incremento de alíquota promovido pela Lei 5.452/2015, devido à deterioração do mercado imobiliário. Para esses dois últimos impostos, foi verificada redução na quantidade de transações tributadas.

As Receitas realizadas até o 3º quadrimestre do ano de 2017, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 21,7 bilhões, representando uma variação nominal negativa de 17,34% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 78,10% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2017.

As receitas correntes decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias, legais e outras. Foram realizados, nesta categoria, R\$ 20,7 bilhões, representando 92,02% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal negativa de 19,19% em relação ao mesmo período do ano anterior. A mudança na forma de ingressar os recursos do FCDF, explicada no tópico anterior, impactou significativamente essa categoria de receitas.

As receitas de capital atingiram o valor de R\$ 901,7 milhões e contemplaram os ingressos referentes às operações de crédito - R\$ 517,20 milhões, alienação de bens - R\$ 29,7 milhão, amortizações de empréstimos - R\$ 14,00 milhões, transferências de capital - R\$ 73,90 milhões e outras receitas de capital - R\$ 266,80 milhões.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 14,8 bilhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente.

A significativa variação negativa de 17,35% na realização das receitas de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 deve-se ao fato das receitas do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, destinadas ao pagamento das áreas de saúde e de educação, terem saído do orçamento de 2017 do Distrito Federal e retornado seu registro no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI da União. Nos exercícios de 2015 e 2016, os valores foram contabilizados no orçamento do Governo do Distrito Federal.

No mês de dezembro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.326,6 milhões em valores correntes. No confronto com dezembro de 2016, aponta-se um decréscimo nominal de 2,6%, que corresponde a um decréscimo real de 4,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

No resultado acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 15,30 bilhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 3,1% e real de 0,1%, em relação ao mesmo período de 2016.

Na comparação acumulada do ano de 2017 com 2016, foram observados acréscimos reais de R\$ 76,5 milhões do ISS (+4,9%), R\$ 41,8 milhões do IPVA (+4,4%), R\$ 36,9 milhões do ITBI (+11,0%) e R\$ 26,5 milhões do ITCD (+23,4%).

Por outro lado, foram registradas quedas reais de R\$ 149,7 milhões do IRRF (-5,1%); R\$ 60,3 milhões do ICMS (-0,8%), com o expurgo da receita do incentivado; e de R\$ 17,6 milhões de Dívida Ativa (-5,7%).

## **SEPLAG**

Em 2016 e 2017 a SUCAP/SEPLAG contribuiu para alcance do Objetivo Específico, captando recursos para investimentos nas áreas de Saneamento Básico, Infraestrutura Urbana e Social, gestão tributária e fiscal e mobilidade.

Em 2016:

✓ PRODEFAZ/PROFISCO: Valor: R\$ 146,8 milhões - Projeto financiado pelo BID, para realizar investimentos na gestão tributária e fiscal, contemplando a modernização dos instrumentos arrecadatários, de modo a garantir o equilíbrio das contas públicas do GDF.

✓ Valor: R\$ 146,1 milhões - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos para realizar obras viárias na Saída Norte de Brasília, para as seguintes obras:

- Trevo de Triagem Norte - TTN prevê a execução de um complexo viário composto por três grandes intersecções, com cruzamentos da DF-002 com as vias W1/W3 no Plano Piloto, e de seu prolongamento, a DF-007, com as vias DF-009 e DF-006. Em outras palavras, são obras que permitirão uma melhor fluidez no trânsito do final do Eixão Norte; Avenida das Nações e respectivas intersecções com a Ponte do Braghetto, entrada do Lago Norte e acesso à Granja do Torto.
- A obra de Ligação Torto-Colorado – LTC, por sua vez, envolve um complexo viário que se estenderá entre o Balão do Torto e o Balão do Colorado, por meio da construção de pista marginal à DF 003 e novos acessos aos condomínios situados as suas margens, diminuindo os constantes engarrafamentos existentes naquela via.
- ✓ Programa de Infraestrutura Urbana e Social – Valor: R\$ 600 milhões - destinados a financiar aporte de contrapartida de recursos do tesouro distrital; infraestrutura urbana e social; e, desenvolvimento institucional. Os recursos vão oferecer suporte a uma série de projetos em andamento envolvendo mobilidade, agregando projetos de transporte público integrado, melhorias na utilização do espaço e acessibilidade; Saneamento Básico com a melhoria dos sistemas de abastecimento d'água, de esgotos sanitários, de drenagem pluvial e de tratamento de resíduos; Infraestrutura Social com a construção e a ampliação dos equipamentos sociais; e, Desenvolvimento Institucional com a implantação de projetos que garantam a melhoria dos sistemas de gestão e dos serviços à população; e

✓ Programa Nacional de Apoio a Gestão Fiscal dos Municípios – PNAFM - Valor R\$ 30 milhões - contratado com a Caixa Econômica Federal, destinado a custear, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, despesas com aquisição de microcomputadores e equipamentos de informática, aquisição de licenças de softwares, implantação e melhoria de sistemas de tecnologia da informação e treinamento de servidores.

Valor total de Captação em 2016: R\$ 922,9 milhões.

Em 2017, com a publicação do Decreto nº 38.144, de 20 de abril de 2017, que altera a estrutura administrativa da SEPLAG, foi criada a Coordenação de Desempenho da Carteira de Financiamentos da SUCAP, que atuou de forma ativa na gestão do restante dos recursos a serem executados no Contrato de Mobilidade Integrada, bem como dos recursos do Contrato de Mobilidade Urbana e Social, assinado no mês de dezembro de 2016, que contemplou o valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) disponibilizados em 3 (três) parcelas, sendo a 1ª parcela de até R\$ 300.000.000,00 até 30/12/2017; 2ª parcela de até R\$ 200.000.000,00 até 30/12/2018 e 3ª parcela de até R\$ 100.000.000,00 até 30/12/2019.

O desembolso de R\$ 300 milhões contemplou cerca de 35 (trinta e cinco) projetos distribuídos entre 13 (treze) órgãos e entidades do Distrito Federal, nas áreas de Infraestrutura Urbana e Social e de Desenvolvimento Institucional.

Devido à dinâmica do setor público e das peculiaridades que envolvem a execução das obras, em alguns casos, no decorrer dos desembolsos e da execução das obras, é necessário promover ajustes ou até mesmo complementações orçamentárias.

Esses ajustes e remanejamentos são decididos em reuniões estratégicas que acontecem com a participação do Chefe do Executivo e da Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, secretários de estados e/ou representantes de todos os órgãos executores das obras, objetivando a melhor qualidade do gasto.

Foram promovidas articulações necessárias ao acompanhamento do andamento dos projetos, o que possibilitou aos órgãos maior agilidade no desembolso dos recursos, bem como na efetivação da prestação de contas.

No mês de dezembro de 2017, ocorreu o último desembolso do Contrato de Mobilidade Integrada num valor de aproximadamente R\$ 49 milhões, os quais deverão ser gastos e comprovados até dezembro de 2018.

A SUCAP atuou fortemente na gestão da liberação de recursos dos Contratos do GDF com a Caixa Econômica Federal – CEF e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES por meio de ações na melhoria da execução de tais contratos.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**003 – EFICIÊNCIA DA GESTÃO:** Promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo Brasília.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	1	Implementar, nas unidades do Governo, a metodologia de gestão para resultados (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	2	Identificar o perfil profissional necessário para as funções e atividades mapeadas – exercício 2018 (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	3	Identificar os principais gargalos e vulnerabilidades para as quais serão necessárias a realização de concurso público ou terceirização de mão de obra – exercício 2018 (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	4	Concluir a mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	5	Definir os novos processos integrados de administração, como protocolo, almoxarifado e manutenção (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	5			5	5,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	6	Instituir controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	5			5	5,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	7	Estudar, mapear e elaborar normativos para desburocratizar os gargalos das ações de licenciamento (exercício de 2016 e 2017) (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	8	Monitorar e avaliar as ações de desburocratização de atividades de licenciamentos e administrativas (exercício de 2018 e 2019) (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	9	Realizar auto avaliação assistida (2º semestre de 2016) (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	10	Implantar, monitorar e avaliar o Plano de Excelência da Gestão (exercício de 2017 a 2019), respectivamente (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6203	GESTÃO PARA	3	11	Implementar 01 sistema de informação, monitoramento e avaliação da	100	%	ACUM	MAIOR,	37	46			46	46,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	RESULTADOS			SEDHS com três Subsistemas (SEDESTMIDH);				MELHOR						
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	12	Implementar 01 subsistema de informação, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social no DF; 01 subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF; 01 subsistema de Transferência de Renda (SEDESTMIDH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	37	46			46	46,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	13	Implementar 01 Sistema de Vigilância Sócioassistencial (SEDESTMIDH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0			0	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	14	Realizar 24 estudos e 09 pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento humano e às políticas de proteção social no DF (SEDESTMIDH);	33	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	3			3	9,1%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	15	Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio e serviços, indústria, turismo, trabalho, cadeias e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do DF. (CODEPLAN);	48	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	12	24			36	75,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	16	Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades e indicadores sociais, subsidiando o Governo de Brasília nas ações de planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas. (CODEPLAN);	48	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	9	14			23	47,9%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	17	Realizar 24 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais. (CODEPLAN);	24	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	16	18			34	141,7%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	18	Gerar 2 (duas) plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas. (CODEPLAN);	2	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2	10			12	600,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	19	Realizar 150.000 (cento e cinquenta mil) atendimentos telefônicos/mês através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias. (CODEPLAN);	150.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	186.068	394.898			394.898	263,3%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	20	Gerar 4 (quatro) consultorias técnicas em gestão pública nas prefeituras dos municípios localizados na região metropolitana de Brasília. (CODEPLAN). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X			0	0,0%



## Análise Qualitativa

### **1. Implementar, nas unidades do Governo, a metodologia de gestão para resultados (SEPLAG);**

**2016**

O Governo do Distrito Federal publicou o Decreto 37.621, de 14 de setembro de 2016, o qual prevê a implantação do Modelo de Gestão para Resultados do Distrito Federal.

O ano de 2016 foi de aprimoramento da estratégia. Fixado para o período de 2016 a 2019, o mapa estratégico foi construído com base no Plano de Governo, no diagnóstico realizado durante a transição da gestão do Executivo e por meio das reuniões do secretariado e norteou a apuração dos projetos estratégicos para o Acordo de Resultados de 2016, que continha metas e indicadores.

Com o apoio técnico e metodológico da Secretaria-Adjunta de Gestão da Estratégia e da Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos, 46 órgãos e entidades da Administração Pública do DF iniciaram a adesão ao Modelo de Gestão para Resultados por meio da assinatura de 20 Acordos de Resultados.

Ao final do ano foi realizado balanço dos acordos de resultados pactuados, que serviu para avaliação das melhorias a serem implementadas pelos órgãos.

A metodologia de gestão para resultados foi implementada em 100% dos órgãos do Distrito Federal. Cada órgão possui um acordo de resultados composto por projetos e indicadores estratégicos. O acordo de resultados é monitorado semanalmente presidido pelo Governador do Distrito Federal com a participação das secretarias e órgãos vinculados.

**2017**

Em 2017, foram elaborados os Acordos de Resultados com órgãos e entidades do GDF, instrumentos de contratualização de metas de realizações para o ano. A SUPPE realizou trabalho de articulação para pactuação das metas relativas aos projetos estratégicos do Governo enquanto a Unidade de Gestão da Estratégia e Informação ficou responsável pela pactuação de metas para indicadores.

No total, foram celebrados 27 Acordos, assinados em 13 de fevereiro de 2017 por secretarias e órgãos vinculados. No segundo semestre de 2017, foram articuladas reuniões de revisão dos Acordos para repactuação das metas propostas. Com isso, o total pactuado passou para 29 Acordos. Os acordos são subscritos pelos dirigentes de secretarias e pelos responsáveis pelos órgãos vinculados.

A metodologia de gestão para resultados foi implementada em 100% dos órgãos do Distrito Federal. Cada órgão possui um acordo de resultados composto por projetos e indicadores estratégicos.

### **2. Identificar o perfil profissional necessário para as funções e atividades mapeadas – exercício 2018 (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Para esta meta não houve análise, devido a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

### **3. Identificar os principais gargalos e vulnerabilidades para as quais serão necessárias a realização de concurso público ou terceirização de mão de obra – exercício 2018 (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

Importante dizer que esta meta está associada à ação descrita no PPA 2016-2019 “mapeamento de competências”, tendo sido formulada pela extinta Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD a qual teve por finalidade a execução de ações envolvendo a contratação de consultoria com capacitação em mapeamento de competências, as quais estavam previstas para serem realizadas no ano de 2015. Em sequência, seriam realizadas outras contratações no sentido de prover a capacitação de servidores e melhoria de processos e, ainda,

uma terceira contratação para capacitação e dimensionamento da força de trabalho. A partir desses levantamentos, realizado por meio das citadas contratações, estava previsto dispor de informações a respeito de quais gargalos e vulnerabilidades estariam sendo superadas por meio de concurso público, isso em 2018.

Ocorre que não houve nenhuma destas capacitações pretendidas, tendo em vista a incorporação da SEGAD pela SEPLAG. Em virtude de contenção de recursos financeiros, as metas, previstas para serem cumpridas pela SEGAD, não foram alcançadas. Está-se diligenciando no sentido de promover a execução destas ações ainda este ano, porém, por meio da EGOV ou ENAP. Sendo assim, considera-se necessária a revisão das metas estabelecidas para os projetos previstos, anteriormente, com execução pela extinta SEGAD.

#### **4. Concluir a mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo (SEPLAG);**

**2016**

Não foi iniciada a mudança das estruturas administrativas do Distrito Federal para o Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF, pois depende da solução de divergências contratuais, tais como medidas mitigadoras do Relatório de impacto de Transito (RIT), infraestrutura de energia elétrica e aditivos, bem assim da emissão da Carta de Habite-se.

Ressalte-se, entretanto, que esta Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), com o objetivo de avaliar o Contrato do CADF e solucionar suas divergências, firmou Acordo de Cooperação Técnica Internacional (Projeto UNOPS 16/01) em 11 de agosto de 2016 com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS).

Além disso, destaque-se que a Concessionária do Centro Administrativo (CENTRAD) solicitou rescisão amigável do Contrato, o que vem sendo negociado, inclusive com base nos estudos que estão sendo apresentados pelo UNOPS.

Em 2017, foram divulgadas pela mídia, no âmbito da Operação Lava-Jato, notícias envolvendo o Centro Administrativo do Distrito Federal, no que se refere à corrupção durante o processo licitatório do empreendimento, passíveis de ocasionar a anulação do contrato da PPP. Inobstante, a Controladoria-Geral do Distrito Federal, por meio da Portaria nº 42, de 17 de abril de 2017, instituiu o Grupo de Ações Integradas de Controle (GAIC), com o objetivo de avaliar e propor ações quanto aos ilícitos administrativos ocorridos no âmbito do Governo do Distrito Federal, a despeito de colaborações premiadas em depoimentos tornados públicos na “Operação Lava-Jato”. Ressalta-se que foi editada a Portaria Conjunta nº 35, de 30 de junho de 2017, posteriormente reconduzida pela Portaria nº 76, de 21 de dezembro de 2017 por meio da qual a Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e o Controlador-Geral do Distrito Federal instituíram Comissão para “I - apurar os indícios de fraude à Concorrência nº 01/2008-Codeplan; e II - instaurar procedimento administrativo para, observados o contraditório e a ampla defesa, avaliar a recomendação de declaração de nulidade da Concorrência nº 01/2008-Codeplan e do Contrato de Concessão Administrativa”. A Comissão instituída pela Portaria nº 76/2017 tem o prazo de 90 dias, prorrogáveis, para conclusão e apresentação dos trabalhos, que podem ensejar a anulação do Contrato de PPP. Nesse contexto o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), com a qual a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) firmou Acordo de Cooperação Técnica Internacional, com o objetivo de avaliar o Contrato do CADF e solucionar suas divergências, vem desenvolvendo suas atividades, junto com a Seplag, no sentido de buscar a melhor solução para o desfazimento do contrato.

#### **5. Definir os novos processos integrados de administração, como protocolo, almoxarifado e manutenção (SEPLAG);**

**2016**

Por meio da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de agosto de 2016, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-DOC) para promover estudos e propostas relacionadas ao processo de mudança para a ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo. As indicações de membros e atividades do referido Grupo de Trabalho estão registradas no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56.

**2017**

Em, 17 de agosto de 2016, foi editada a Portaria Conjunta nº 05, que instituiu o Grupo de Trabalho (GT-DOC) para promover estudos e propostas relacionadas ao processo de mudança para a ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo. As indicações de membros e atividades do referido Grupo de Trabalho estão registrada no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56. Os trabalhos foram desenvolvidos e coletados nas unidades que seriam transferidas para o CADF, baseados na ocupação definida pelo Conselho Gestor responsável pela definição da ocupação do empreendimento. No decorrer do ano de 2017, a mídia divulgou, no âmbito da “Operação Lava Jato” delações de corrupção durante o processo licitatório do empreendimento, passíveis de ocasionar a anulação do contrato da PPP, conforme mencionado na meta nº 04 da presente avaliação. Dessa feita foi sugerida, no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56, a suspensão dos trabalhos enquanto não houver uma solução para o Contrato da Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.

## **6. Instituir controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado (SEPLAG);**

**2016**

O Grupo de Trabalho GT-DOC, instituído pela Portaria Conjunta nº 05/2016, foi criado para promover estudos e propostas relacionados ao processo de mudança para ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo.

**2017**

Em 2017, trabalhos foram desenvolvidos e coletados nas unidades que seriam transferidas para o CADF, baseados na ocupação definida pelo Conselho Gestor responsável pela definição da ocupação do empreendimento entretanto, os trabalhos foram suspensos conforme razões apresentadas anteriormente, nas metas nºs 04 e 05. Ademais em 2017 houve a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI em quase totalidade dos órgãos passíveis de ocupar o CADF, o que ensejaria uma nova coleta de dados para continuidade dos trabalhos. Dessa feita foi sugerido, no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56, a suspensão dos trabalhos enquanto não houver uma solução para o Contrato da Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.

## **7. Estudar, mapear e elaborar normativos para desburocratizar os gargalos das ações de licenciamento (exercício de 2016 e 2017) (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Para esta meta não houve análise, devido ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

## **8. Monitorar e avaliar as ações de desburocratização de atividades de licenciamentos e administrativas (exercício de 2018 e 2019) (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

## **9. Realizar auto avaliação assistida (2º semestre de 2016) (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, quando a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

## **10. Implantar, monitorar e avaliar o Plano de Excelência da Gestão (exercício de 2017 a 2019), respectivamente (SEPLAG);**

**2016**

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

**2017**

Para esta meta não houve análise no exercício de 2017, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

#### **11. Implementar 01 sistema de informação, monitoramento e avaliação da SEDHS com três Subsistemas (SEDESTMIDH);**

**2016**

Sistema em implementação, sua consolidação constitui desafio, face limitação de recursos orçamentários, financeiros e humanos, em termos quantitativos e qualitativos. Em relação aos recursos humanos, destaca-se a necessidade de perfil adequado às atividades requeridas pela implementação de um sistema de informação, monitoramento e avaliação, complexo, por abranger políticas de proteção social com locus específico (assistência social) e políticas transversais (segurança alimentar), que requerem alinhamento conceitual, disponibilização de dados e informações por várias áreas de políticas públicas, numa relação dialógica, Inter sistemas, ainda insipiente e em construção.

**2017**

Foram realizadas ações que incidem no monitoramento e avaliação, tais como: Publicação da Portaria nº 239, de 09 de outubro de 2017 da Política de Monitoramento e Avaliação da SEDESTMIDH; Instituição do Comitê Permanente de Gestão da Informação; Tramite para aquisição de TVs para acompanhamento de indicadores por parte dos gestores da SEDESTMIDH; Reuniões técnicas e elaboração do processo para realização de Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Brasília – UNB, o qual permitirá parceria na produção de estudos e pesquisa a partir dos dados e ações da SEDESTMIDH; Participação em parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN na elaboração do questionário de pesquisa em relação ao público alvo dos restaurantes comunitários; Participação na elaboração do Plano Distrital de Segurança Alimentar na perspectiva de subsídio ao planejamento em relação a gestão da informação, assim como em posterior monitoramento com informações para acompanhamento, planejamento e tomada de decisão; Elaboração e apresentação do plano de ação. Os avanços e desafios dos 3 subsistemas que formam o sistema de informação, monitoramento e avaliação está especificado na meta 12.

É importante ressaltar a limitação de recursos orçamentários e humanos que dificulta significativamente a execução do projeto. Em relação aos recursos humanos existe um número insuficiente para o tamanho e complexidade do projeto em questão. Além disso, vale destacar a necessidade de perfil adequado dos servidores às atividades requeridas por se tratar de políticas de proteção social e políticas transversais. Encontra-se ainda dificuldades de padronização nos processos de trabalho, desalinhamento conceitual e insuficiência de recursos humanos. Tal padronização de processo e conceitos é essencial em todo o processo de implementação, especialmente nas fases de levantamento de requisitos, homologação, capacitação e implantação dos módulos do Sistema.

#### **12. Implementar 01 subsistema de informação, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social no DF). 01 subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF; 01 subsistema de Transferência de Renda (SEDESTMIDH);**

**2016**

Meta em processo de Implementação, prevista sua consolidação em 2019. Em 2016 foi priorizado o Subsistema de Assistência Social, que integrado ao Subsistema de Transferência de Renda apresenta 60% de consolidação, enquanto o Subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional apresenta 36 % de consolidação do trabalho de desenho e implementação, perfazendo juntos, os três módulos, percentual de implementação de 37% em sua totalidade. Constitui desafio para os próximos exercícios a garantia de recursos orçamentários e financeiros necessários à consultorias e capacitação de servidores – busca da excelência técnica - para realização das atividades requeridas ao processo de implementação dos subsistemas e conseqüente alcance da meta no prazo previsto.

**2017**

Foram realizadas as seguintes ações de implementação e respectivos percentuais: 1 - Subsistema de Assistência Social – 40% a) Cesta Emergencial/Cesta Verde Orgânica: Viabilização da concessão de cestas orgânicas de alimentos, possibilitando a coleta dos registros da concessão do benefício e do beneficiário; b) Automatização Parcial das Sinopses de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS: Os dados de atendimento não são mais computados/coletados manualmente; c)

Benefício Excepcional: O processo ganhou agilidade e transparência, o usuário passou a receber o benefício em menor tempo; d) Fase 1 da Reformulação do Cadastro de Usuários da Assistência Social: Incluídas variáveis para o atendimento nas unidades de média e alta complexidade, tornando possível traçar o perfil de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos. 2 - Subsistema de Transferência de Renda – 60% a) Agendamento Setor de Cadastro e Transferência de Renda (SECAT): Registro das atividades relativas ao Cadastro Único, contempla a geração e disponibilização das vagas, atendimento nas unidades e as informações do atendimento do cidadão via telefone 156. Possibilita a identificação da demanda reprimida para agendamento, dados de atendimento das unidades, identificação do público prioritário, cancelamento e reagendamento do atendimento, constando os dados na evolução do histórico detalhado do cidadão. b) Folhas de pagamentos do PBF e DFSM foram integradas ao Sistema. 3 - Subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional – 40% a) Relatório de Pagamento e Controle de Acesso: A implantação fomentaram o acompanhamento, monitoramento e controle dos serviços dos restaurantes comunitários, e facilitaram o acesso dos usuários do Cadastro Único à Tarifa Reduzida, o controle em tempo real por meio do painel de gestão do quantitativo de refeições servidas, a coleta de informações por tipo de refeição e tipo de tarifa, relatórios de usuários e de refeições servidas por período, relatório de pagamento e lista de cartões extraviados, e controle e monitoramento na produção de alimentos. Entre os 14 restaurantes, 11 já estão com o novo modelo de Controle de Acesso implantado. Constitui desafio a garantia de recursos orçamentários e financeiros para realização das atividades requeridas ao processo de implementação dos subsistemas e alcance da meta no prazo previsto. Dessa forma, a porcentagem parcial dos três subsistemas nos leva a uma implementação total de 46%.

### **13. Implementar 01 Sistema de Vigilância Sócioassistencial (SEDESTMIDH);**

**2016**

Meta não implementada, prevista consolidação até 2019. Depende da implementação das metas 12 e 14 (consolidação do sistema de informação, monitoramento e avaliação e dos três subsistemas - assistência social, segurança alimentar e transferência de renda - e da implementação da meta 14 – realização de estudos e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento humano e às políticas de proteção social no DF – para sua consolidação. Meta referenciada no Sistema Único de Assistência Social – SUAS – constitui compromisso do GDF, pactuado com o Governo Federal, com impacto significativo na identificação de vulnerabilidades (população/território) e potencialidades (pessoas/instituições), por Região Administrativa do DF. O mapeamento das vulnerabilidades e potencialidades por território, resultante dos dados e informações consolidados a partir do atendimento à população em situação de vulnerabilidade e os estudos e pesquisas, deles decorrentes, constitui ação relevante para a garantia de proteção social, enfrentamento das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população do DF. Constitui, ainda, desafio e condição para adequação da oferta de serviços e benefícios sócio- assistenciais ao perfil da população em cada território – Região Administrativa do Distrito Federal.

**2017**

Meta não implementada de acordo com o descrito no ano de 2016 e prevista consolidação até 2019.

### **14. Realizar 24 estudos e 09 pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento humano e às políticas de proteção social no DF (SEDESTMIDH);**

**2016**

Em 2016 não foram implementadas ações relacionadas à meta 14 – Realização de 06 Estudos e 02 Pesquisas - observado o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros. Contudo, foi consolidado o estudo iniciado em 2015 – “Diagnóstico da gestão das Unidades Descentralizadas responsáveis pela execução da Política de Assistência Social no DF”, base para identificação de variáveis e construção de indicadores, que permitam mensurar, monitorar e avaliar o desempenho das Unidades e da Secretaria na implementação de serviços e benefícios da Assistência Social, ou seja, na garantia à população do DF do direito à proteção social, mediante um atendimento de qualidade em sintonia com suas demandas e necessidades. O estudo “Diagnóstico da Gestão das Unidades Descentralizadas” possibilitou identificar a necessidade de capacitação para gerentes, subsidiando a realização do 1º Curso de Formação para Gerentes, numa parceria Secretaria e Escola de Governo – EGOV, com a capacitação de 157 servidores e previsão de continuidade em 2017, mediante realização de curso de formação para ocupação de cargo de gerente, diretor e coordenador. Previsto para o primeiro semestre de 2017 o mapeamento de estudos e pesquisas a serem implementados no período de 2017 a 2019, com definição de prioridades e busca de interlocução e parcerias com Instituições públicas e privadas em âmbito local e nacional. Prevista a realização em 2017 de duas (02) pesquisas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (“Pesquisa de satisfação dos usuários dos Restaurantes Comunitários”) e à Assistência Social (“População em situação de rua”). As pesquisas subsidiaram a análise da adequação de serviços, redesenho de atividades, revisão e projeção de metas.

2017

Em 2017 houve a realização de 02 Estudos e 01 Pesquisa – relacionada à meta 14. As demais ações para cumprimento da meta não ocorreram observando o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros. Contudo, foi consolidado o estudo do “Perfil do Negro no DF Escolaridade, Ocupação e Rendimento e Inclusão Digital”, uma reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento. Além disso, foi apresentado o Estudo “Um olhar sobre a população LGBT do Distrito Federal”, que expôs os dados escassos e falhos existentes sobre esse público. Foi aplicada em 2017 a pesquisa relacionada à Segurança Alimentar e Nutricional (“Pesquisa de satisfação de usuários dos Restaurantes Comunitários”). Prevista a realização em 2018 da pesquisa relacionada à Assistência Social (“População em situação de rua”). As pesquisas visam subsidiar a análise da adequação de serviços, redesenho de atividades, revisão e projeção de metas.

**15. Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio e serviços, indústria, turismo, trabalho, cadeias e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do DF. (CODEPLAN);**

2016

A meta foi plenamente atingida, uma vez que foram desenvolvidas as 12 pesquisas e estudos de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica, previstas: 1. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD; 2. Pesquisa Complementar; 3. Índice de Desempenho Econômico – IDECON; 4. Projeções Populacionais do DF; 5. Produto Interno Bruto do DF; 6. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DF; 7. Anuário Estatístico do DF; 8. Migração, Fecundidade e Mortalidade no DF e da Área Demográfica; 9. Estudos Área de Influência Regional de Brasília – PERGEB; 10. Eixo de Estudos Brasília/Anápolis/Goiânia; 11. Pesquisa de Emprego e Desemprego – Periferia Metropolitana do DF; 12. Estudos Metropolitanos e Regionais.

A disponibilização de informações socioeconômicas para o planejamento governamental vem a contribuir com a eficiência e eficácia da máquina pública, permitindo que sejam implementadas políticas públicas adequadas e possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

2017

Em relação à referida meta, foram desenvolvidas 24 pesquisas e estudos de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica, sendo: - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2017; -. Pesquisas Complementares da PDA/2017, realizadas no complexo do Morar Bem no Riacho Fundo, no Paranoá Park e no Setor Noroeste do Plano Piloto; - Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Foram realizadas 12 pesquisas mensais e um balanço anual; - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD 2017 realizadas coletas de dados mediante amostra probabilística em 7 municípios; - Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB/DF; - Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON; - Implantação de Painel de Indicadores da Economia Criativa do Distrito Federal (ACT Secretaria de Estado de Cultura do DF).

**16. Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades e indicadores sociais, subsidiando o Governo de Brasília nas ações de planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas (CODEPLAN);**

2016

A meta estabelecida para o exercício de 2016 foi de 13 estudos e análises de políticas sociais, não obtendo o alcance desejado. A meta atingida mostrou-se inferior ao quantitativo previsto, sendo realizados 9 estudos e análises e acompanhamento de políticas sociais de governo: 1. Perfil do Afroempreendedor no Distrito federal; 2. Trajetória das Mulheres no Distrito Federal – 50 anos de conquistas; 3. Aplicação do Critério Brasil aos dados da PDAD 2013 e 2015; 4. Motivações para o Consumo de Alimentos Orgânicos – Possibilidades do Distrito Federal; 5. Levantamento de Base de Dados/2º semestre de 2016 – Notas Fiscais Eletrônicas; 6.O Perfil dos Conselheiros Tutelares eleitos para o mandato 2015 – 2019; 7. Estrutura dos Conselhos Tutelares do DF; 8. Perfil da Juventude do DF – Uma análise a partir dos dados da PDAD 2015/2016; 9. Conhecimento tecnológico e Inovação para o Desenvolvimento de Brasília.

A realização de estudos e análises sobre as políticas sociais implementadas pelo governo, serve de instrumento para o planejamento governamental, contribuindo para corrigir distorções e atingir melhores resultados sobre a sociedade como um todo, possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

**2017**

Em relação à referida meta, foram desenvolvidos 14 estudos, pesquisas e diagnósticos de políticas sociais, sendo: 1. Pesquisa de identificação e percepção Social dos Usuários do Restaurantes Comunitários do DF; 2. Pesquisas de Percepção da Violência Escolar por Alunos e Professores; 3. Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Paranoá Parque; 4. O Perfil dos Conselheiros Tutelares eleitos para o mandato 2015/19; 5. Os Desafios de ser Mulher no Distrito Federal; 6. Um Olhar Sobre a População LGBT; 7. A Importância da Articulação Intersectorial na Administração Pública; 8. Defasagem Escolar no Distrito Federal; 9. Estudos de Acompanhamento das metas 1 e 2 do Plano Distrital de Educação- PDE; 10. Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal; 11. Nascidos Vivos no Distrito Federal – 2000 a 2015; 12 – Indicadores demográficos do Brasil Central – 2000/2010/2015; 13. Pesquisa Sobre o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal; 14. Estrutura dos Conselhos Tutelares do DF.

**17. Realizar 24 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais (CODEPLAN);**

**2016**

A meta atingida superou em 11 o quantitativo previsto, sendo realizados 16 estudos e pesquisas urbano e ambientais: 1. Estudos urbanos e Ambientais de 18 Regiões Administrativas do DF e Estudo Urbano e Ambiental Consolidado do DF; 2. Estudo urbano e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial UPT SUL; 3. Informalidade Territorial e Mercado de Terras Urbanas no DF; 4. Densidades Urbanas das Regiões Administrativas do DF; 5. Estudos Urbanos e Ambientais dos Municípios da Periferia Metropolitana de Brasília; 6. Novas Áreas de Centralidade e Mobilidade Urbana no DF; 7. Estudo de Diagnóstico Físico, de Acessibilidade e Demográfico na Região de Influência da Rodoferroviária de Brasília, para possível instalação de posto do NA HORA; 8. Identificação de Intermodalidade nas estações do Metrô em Águas Claras e Samambaia; 9. Estacionamento em Quadras Comerciais do Plano Piloto. O caso da Entrequadra 207/208 Norte “Rua da Informática”; 10. Estudo das paradas de ônibus na via W3 Sul; 11. Transporte Noturno para Pessoas que Trabalham nos Bares e Restaurantes do Plano Piloto; 12. Estudos das Crenças Salientes e da Intenção do Condutor em respeitar as Velocidade Limite em Vias Urbanas; 13. Análise Sobre recursos Hídricos no DF; 14. Construção de Indicadores de Qualidade Ambiental e Urbana; 15. Análise Sobre Energia e Uso de Energias Alternativas no DF; 16. Pesquisa: Brasília Resiliente – Desastres Ambientais.

A realização de estudos e pesquisas urbano e ambientais servem de forte instrumento para o planejamento governamental, contribuindo com o ordenamento territorial e a preservação do meio ambiente, fornecendo subsídios para implementação de políticas públicas adequadas e possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

**2017**

Em relação à referida meta, foram realizados 18 estudos e pesquisas urbano e ambientais, sendo: 1. Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Sul; 2. Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Norte; 3. Estudo Urbano e ambiental do Município de Águas Lindas de Goiás; 4. Estudo Urbano e Ambiental do Município de Padre Bernardo – GO; 5. Texto para Discussão “ Densidades Urbanas das regiões Administrativas do DF”; 6. Estudo do Desempenho de uma Interseção da Via W3 Sul após implantação da faixa exclusiva de ônibus; 7. Plano Diretor de Transportes e Mobilidade do Distrito federal – PDTU DF: Instrumento de Mobilidade Urbana Sustentável; 8. Indicador de Mobilidade - Taxa de Mobilidade da População do Distrito Federal; 9. Aplicação da Moderação do Tráfego no Distrito Federal; 10. Nota Técnica DFTRANS; 11. Estudo das Crenças Salientes e da Intenção do Condutor em Respeitar a Velocidade limite em Vias Urbanas; 12. Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana; 13. Recursos Hídricos no Distrito federal; 14. Zoneamento ecológico Econômico do Distrito federal; 15. Desastres Naturais – Brasília Resiliente; 16. Atlas Temático do Distrito Federal; 17. Construção de Indicadores de Qualidade Urbana e Ambiental para o DF; 18. Cenários de Longo Prazo para a Coordenação do ZEE.

**18. Gerar 2 (duas) plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas (CODEPLAN);**

**2016**

A meta de gerar 2 plataformas foi atingida, sendo: 1. Brasília em Números e 2. Brasília em Mapas.

2017

Em relação à referida meta, foram geradas 10 (dez) plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas, sendo: 1. Portal “Brasília em Números” – melhorias; 2. Portal “Brasília em Mapas”; 3. Geocode (antigo OpenLBS); 4. Codeplan na WEB; 5. Morar bem; 6. Questionários Codeplan; 7. Monitor do Mercado de Trabalho; 8. Geoserviços; 9. PROCULT; 10. Brasília Metropolitana.

**19. Realizar 150.000 (cento e cinquenta mil) atendimentos telefônicos/mês através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias (CODEPLAN);**

2016

A meta atingida superou em 36.068 o quantitativo de ligações recebidas/atendidas.

2017

No que se refere à esta meta, em 2017 foram recebidas/atendidas 394.898 ligações telefônicas através das centrais 156, 160, 162 e 192, na prestação de informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo de Brasília, além de reclamações, sugestões e denúncias.

**20. Gerar 4 (quatro) consultorias técnicas em gestão pública nas prefeituras dos municípios localizados na região metropolitana de Brasília. (CODEPLAN). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2016

A meta prevista não foi atingida, não sendo realizadas consultorias técnicas.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1442	SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO	%	0	31/12/2016	60	37	90	50	100	100	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
1445	ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA	UNIDADE	14	31/01/2015	12	12	20	23	21	22	CODEPLAN/ DIEPS / UO 32201 / OE 3
1446	ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE GOVERNO	UNIDADE	12	31/01/2015	13	9	11	14	12	12	CODEPLAN/ DIPOS / UO 32201 / OE 3
1447	ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS	UNIDADE	5	31/01/2015	5	16	8	18	8	8	CODEPLAN/ DEURA / UO 32201 / OE 3
1449	MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA	LIGAÇÕES REC/ ATEND	230.000	31/01/2015	150.000	186.068	230.000	394.898	230.000	230.000	CODEPLAN/ GECAC / UO 32201 / OE 3
1699	ÍNDICE DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DOS ACORDOS DE RESULTADOS	%	100	31/12/2016	-	-	100	100	100	100	SAGE/SEPLAG/UO 32101/OE3



Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1700	ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE AGEPS	%	100	31/12/2016	-	-	100	100	100	100	SUPPE/SAGE/SEP 32101/ OE 3
1701	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PREPARATÓRIAS - PRÉRARS	%	100	31/12/2016	-	-	100	100	100	100	SUPPE/SAGE/SEP 32101/OE3
1702	PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	UNIDADE	2	30/06/2015	-	-	2	10	2	2	CODEPLAN/UO 32201/OE 3

## Justificativas 2016

**Indicador 1442** - Justifica-se pela insuficiência e ou ausência de condições técnicas operacionais: aporte de recursos orçamentários e financeiros, recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, observada especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento e Avaliação de políticas sociais.

**Indicador 1443** - O indicador em questão foi proposto pela extinta Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUGEST e não é operacional. O resultado destes indicadores depende exclusivamente do desempenho da Secretaria signatárias do Acordo de Resultados. Por essa razão, o índice não pode ser alcançado pela Secretaria Adjunta de Gestão Estratégica.

**Indicador 1444** - O indicador em questão foi proposto pela extinta Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUGEST. O resultado deste indicador depende exclusivamente do desempenho da Secretaria signatárias do Acordo de Resultados. Por essa razão, o índice não pode ser alcançado pela Secretaria Adjunta de Gestão Estratégica.

**Indicador 1445** - Foram realizados 12 (doze) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico, pesquisas na área de economia, comércio, serviços, indústria, turismo, trabalho, setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do DF e da RIDE.

**Indicador 1446** - Mudanças na gestão da unidade responsável, cargo do diretor vago e evasão de técnicos requisitado, levaram ao não alcance do índice desejado. Foram realizados 9(nove) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades, etc.

**Indicador 1447** - Equipe reconstituída e gestão determinada. Foram realizados 5 (cinco) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais.

**Indicador 1448** - Implementadas as plataformas: Brasília em Números e Brasília em Mapas.

**Indicador 1449** - Sistema de atendimento ao cidadão, melhorado. Foram atendidas 186.068 ligações telefônicas/mês, através das Centrais 156, 160 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal, bem como, registros e reclamações, sugestões e denúncias.

## **Justificativas 2017**

**Indicador 1442** - O índice parcial não foi alcançado face a limitação e a não disponibilidade de recursos financeiros, impactando em termos quantitativos e qualitativos na área de recursos humanos, acrescido pela aposentadoria de servidores, alterações da estrutura orgânica das unidades diretamente envolvidas na ação, além da redução de equipe e movimentação do pessoal alocado no projeto. A especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento

**Indicador 1445** - A Empresa não somente alcançou como ultrapassou em 3 (três) o quantitativo de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas realizados no decorrer do exercício, resultado de esforço conjunto e dedicação da equipe que compõe a atual gestão.

**Indicador 1446** - A Companhia ultrapassou a previsão de estudos e pesquisas realizadas em Políticas Sociais, tendo alcançado 14 (catorze) estudos e pesquisas realizadas. Tal resultado decorre de esforço e dedicação da equipe de técnicos e gestores.

**Indicador 1447** - Os resultados alcançados em estudos e pesquisas urbano e ambientais, ao ultrapassar em mais que o dobro o quantitativo previsto inicialmente, demonstram que a Companhia, em seu processo de reestruturação, tem aumentado, significativamente, o número de informações disponibilizadas ao GDF, para implementação de políticas públicas.

**Indicador 1449** - O Serviço de Atendimento ao Cidadão, mantido sob a coordenação da Codeplan, tem sido objeto de crescente demanda por parte do cidadão residente no Distrito Federal e da Região adjacente. Em 2017, passou a ser usado, complementarmente, como instrumento nas pesquisas da Codeplan (Pesquisa por telefone - CATI), para diversos órgãos do GDF, como a Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria de Mobilidade, Secretaria de Fazenda e outros, elevando o número de ligações.

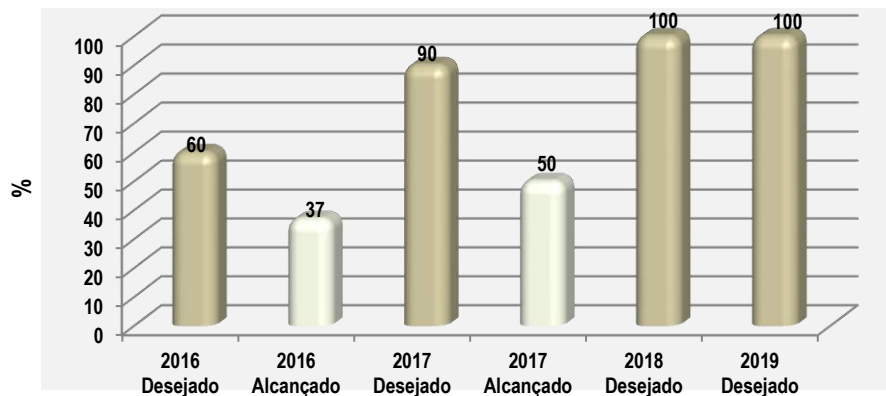
**Indicador 1699** - Todos os 240 indicadores pactuados nos Acordos de resultados foram monitorados pela Coordenação de Acompanhamento de Indicadores, com frequência mínima mensal. Alguns indicadores possuem periodicidade bianual, como o IDEB por exemplo, porém os mesmos foram monitorados via reporte no sistema Gestão DF.

**Indicador 1700** - Todos os 58 Ageps responsáveis pelas informações de seus respectivos órgãos receberam ao menos uma capacitação em 2017, seja em gestão de projetos ou em alimentação de indicadores, tendo como base o sistema Gestão DF o que reflete 100% da meta cumprida.

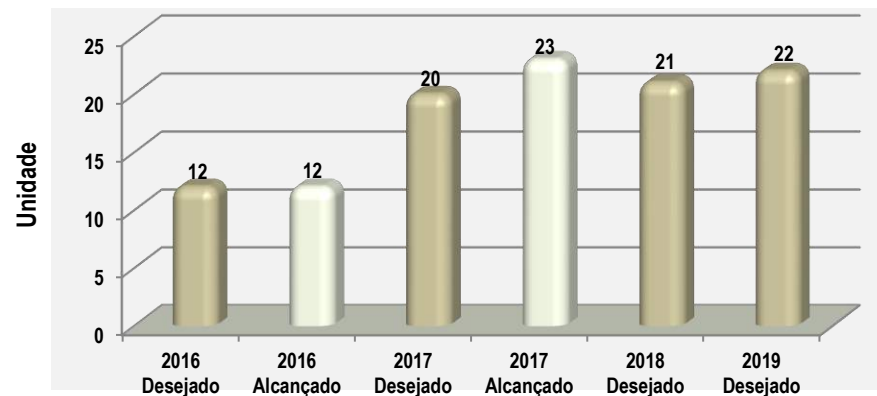
**Indicador 1701** - Um total de 30 reuniões preparatórias foram realizadas no ano de 2017, com vistas a subsidiar e preparar não apenas as reuniões de Acordo de Resultados, mas também Reuniões dos Projetos especiais e Reuniões de Alinhamento da Estratégia.

**Indicador 1702** - 1. Portal "Brasília em Números (melhorias) A ferramenta ganhou novas aplicações e um novo modelo de gestão; 2. Portal "Brasília em Mapas" A ferramenta abrigará todas as plataformas de dados espaciais disponíveis na Codeplan; 3. Geocode; 4 Codeplan Web; 5. Morar Bem; 6. Questionários Codeplan; 7 Monitor do Mercado de trabalho; 8 Geoserviço (ortofoto); 9 API SIEDF; 10 Brasília Metropolitana; e, PROCULT.

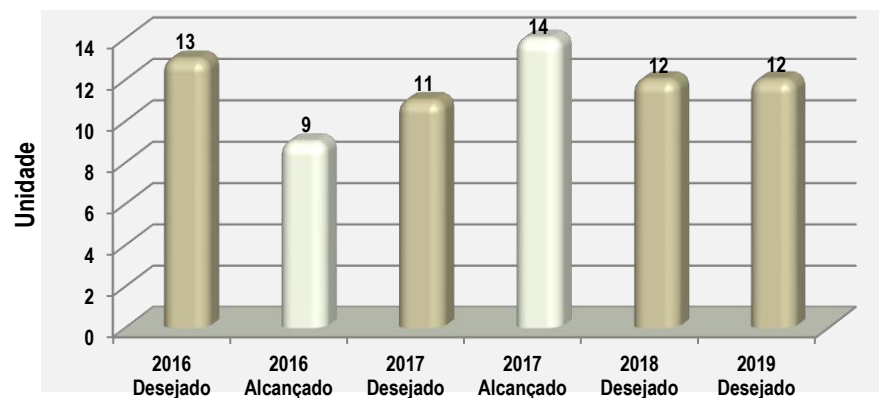
**SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO**



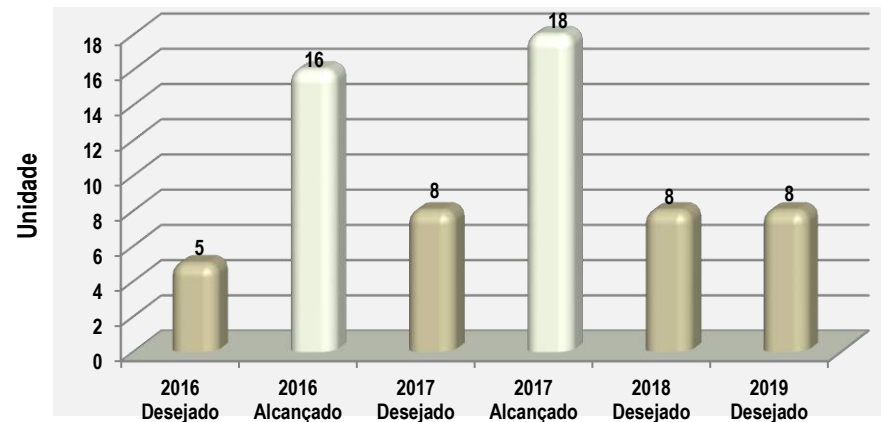
**ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA**



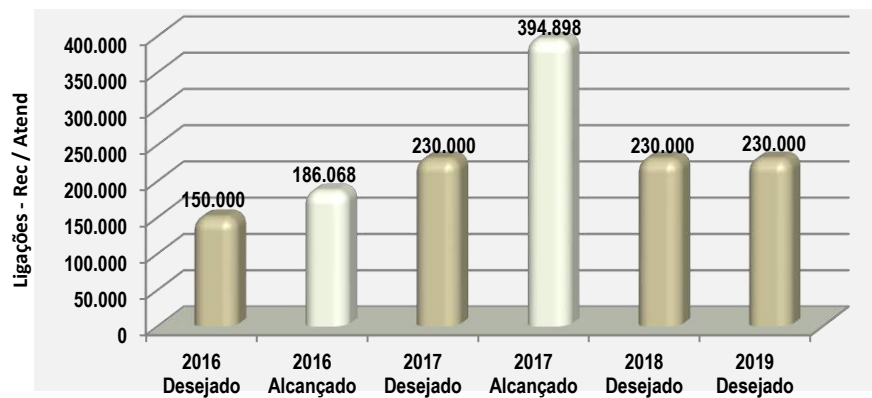
**ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SÓCIAS DE GOVERNO**



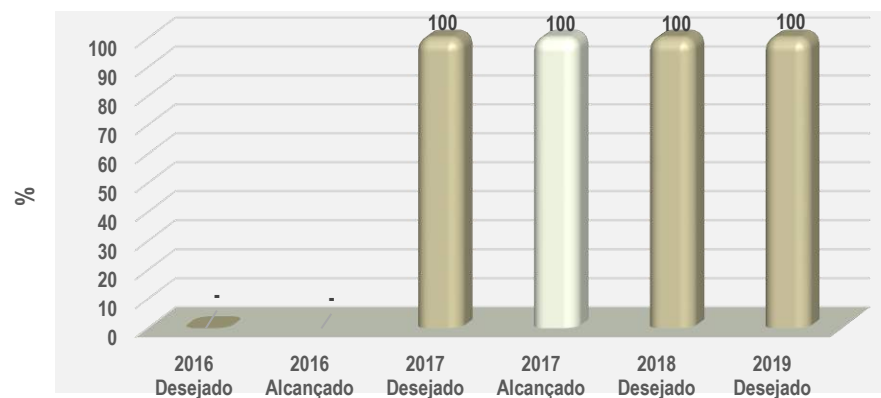
**ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS**



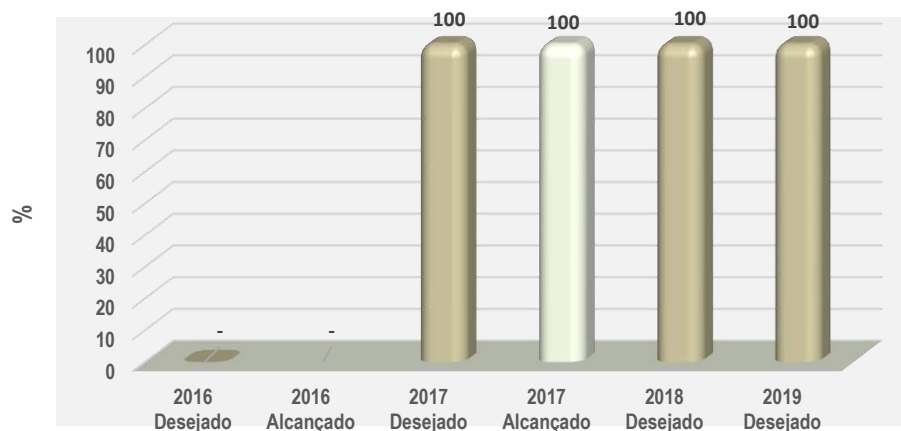
**MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA**



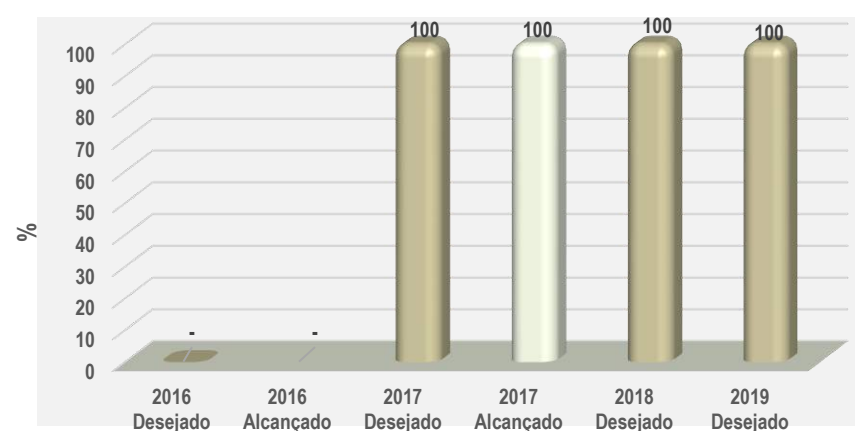
**ÍNDICE DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DOS ACORDOS DE RESULTADOS**



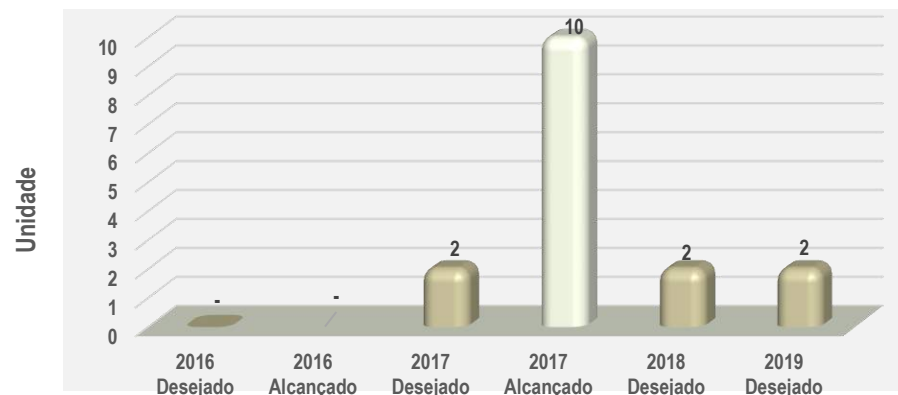
**ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE AGEPS**



**ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PREPARATÓRIAS - PREPARS**



PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	3	1	Elaboração de normas específicas para execução dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	5	<p><b>2016</b></p> <p>- Por meio da Portaria Conjunta nº 5, de 17 de agosto de 2016, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-DOC) para promover estudos e propostas relacionadas ao processo de mudança para ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo;</p> <p>- Por meio do processo SEI nº 00410.00011050/2017-56, foi solicitada a indicação de servidores para compor grupo de discussão a fim de estudar solução viável para o almoxarifado do CADF;</p> <p><b>2017</b></p> <p>Por meio do processo SEI nº 00410.00011050/2017-56, foi sugerida a suspensão dos trabalhos enquanto não houver uma solução para o Contrato da Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.</p>
6203	3	2	Criação de Grupo de Trabalho, por meio de Portaria, para a desburocratização de licenças para obras e atividades econômicas e administrativas (SEPLAG);	32101	X	<p><b>2016</b></p> <p>Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			<i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>			
6203	3	3	Monitoramento e avaliação dos resultados das ações de desburocratização de licenciamentos (SEPLAG); <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	32101	X	<b>2016</b> Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.
6203	3	4	Criação de Comitê Gestor do Plano de Excelência da Gestão com pontos focais em todos os órgãos (monitoramento das ações previstas no Plano) (SEPLAG);	32101	0	<b>2016</b> Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal. <b>2017</b> Não houve a implementação dessa ação durante o exercício de 2017, pois a mesma foi prevista pela extinta Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD.
6203	3	5	Capacitação de Pessoas no MEG – Modelo de Excelência da Gestão (SEPLAG);	32101	100%	<b>2016</b> Quanto à capacitação de servidores, a Escola de Governo do Governo do Distrito Federal (EGOV) buscou suprir as necessidades de capacitação dos órgãos do Governo, com o total de 16.982 servidores certificados no exercício de 2016. <b>2017</b> Houve um total de 18.937 servidores inscritos NA Escola de Governo do Distrito Federal, sendo 3.030 na modalidade EAD e 15.907 em cursos presenciais.
6203	3	6	Padronização dos conceitos necessários à implementação dos requisitos do sistema integrado (SEDESTMIDH);	25101	85	<b>2016</b> A interlocução estabelecida com Unidades finalísticas responsáveis pela execução das políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar, oportunizou a identificação de inconsistências e/ou divergências na apreensão e aplicação de conceitos necessários à implementação dos requisitos do Sistema Integrado de informação, monitoramento e avaliação, o que resultou na busca por revisão dos conceitos adotados, a serem consolidados em um caderno de terminologias, em execução, referência para o mapeamento de processos de trabalho e melhoria da qualidade da oferta de serviços, junto à população do DF, contribuindo para um melhor desempenho dos servidores públicos e unidades, responsáveis pelo atendimento à população no âmbito das políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar no Distrito Federal. <b>2017</b> Em relação a padronização dos conceitos estabelecidos em 2016 houve pouco avanço no ano de 2017, isto devido a mudança de pessoal e não continuidade do trabalho de interlocução com as unidades finalísticas na metodologia de trabalho que vinha sendo implementado até então. Porém, com o avanço da meta 12, sucedeu a padronização de conceitos para implementação dos requisitos do sistema e o avanço no trabalho de definição de conceitos por parte da gestão administrativa.
6203	3	7	Revisão e mapeamento dos processos de trabalho (SEDESTMIDH).	25101	66	<b>2016</b> A implementação vem ocorrendo de modo sistemático, embora impactada pela fragilidade das Unidades - finalísticas e centrais – no que tange à disponibilidade de Recursos Humanos, necessários à sua realização. A implementação da revisão e mapeamento dos processos de trabalho tem

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>possibilitado conhecer, mapear e aprimorar o desenho das ações desenvolvidas por Unidades finalísticas, o que certamente resultará em maior eficiência e eficácia na resposta às demandas da população, com otimização da gestão de recursos físicos, humanos, orçamentários e financeiros, possibilitando maiores e melhores resultados e, conseqüentemente, maior efetividade, ou seja, impacto na ampliação e garantia da qualidade de vida da população atendida nas unidades integrantes do Sistema Único de Assistência Social - /SUAS e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no Distrito Federal.</p> <p><b>2017</b> O mapeamento dos processos de trabalho também foi impactado pela mudança de pessoal e metodologia de trabalho em relação ao ano anterior, assim a progressão percentual, que se deu neste item, refere-se ao avanço da meta 12 e conseqüente padronização dos processos de trabalho.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

#### SEPLAG

Em relação ao Objetivo Específico EFICIÊNCIA DA GESTÃO, no período sob análise, a SEPLAG desenvolveu diversas atividades no sentido de profissionalizar a gestão pública no âmbito do GDF. Com o apoio técnico e metodológico da Secretaria-Adjunta de Gestão da Estratégia e da Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos – SUPPE, dos 53 órgãos e entidades que compõem o Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, 46 iniciaram a adesão ao Modelo de Gestão para Resultados por meio da assinatura de 20 Acordos de Resultados agrupados por temáticas que envolvem secretarias de estado e suas respectivas entidades vinculadas.

A partir dos Acordos de Resultado assinados em 2016, foram pactuadas 574 metas, que foram monitoradas pela SUPPE e apreciadas em 44 Reuniões de Acordos de Resultados – RAR's, presididas pelo Exmo. Sr. Governador, com a presença dos signatários dos respectivos acordos, além da SEPLAG, que atua como interveniente e da Casa Civil.

Importante ressaltar que, antecedendo cada RAR, a SAGE e SUPPE realizaram pelo menos uma reunião prévia no órgão monitorado com a presença dos dirigentes e principais colaboradores dos projetos.

Em 2016, foram realizadas mais de 400 agendas com representantes de órgãos do DF e instituições diversas para:

1. Articulação para realização de projetos.
2. orientação sobre as ferramentas de gestão.
3. levantamento de informações.
4. preparação para as reuniões de avaliação dos Acordos de Resultados.
5. reuniões para tratar de obras sob responsabilidade da Novacap e de interesse de diversos órgãos do DF.
6. Levantamento e demanda de ajustes e melhorias no Sistema Gestão DF.

No exercício sob análise, a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos participou de reuniões de articulação de projetos com a Caixa relativas à execução de empreendimentos da carteira do PAC – obras de saneamento, educação, infraestrutura e moradia.

Também foram monitoradas, pela SUPPE, outras ações e obras relacionadas a Políticas Sociais (Ex.: Unidades de internação, reforma e ampliação de penitenciárias etc.).

Em 2017 a SUPPE realizou trabalho de articulação para pactuar as metas relativas aos projetos estratégicos do Governo. Nesse sentido foram confeccionados, em conjunto com os órgãos e instituições vinculadas, 27 Acordos de Resultados para o ano de 2017, assinados em 13 de fevereiro de 2017 por secretarias e órgãos vinculados, totalizando 565 metas.

No segundo semestre de 2017, foram articuladas reuniões de revisão dos Acordos para repactuação das metas propostas. Com isso, o total pactuado passou para 29 Acordos e 335 metas. Destas, 138 foram concluídas.

Em relação ao Planejamento Governamental, as principais contribuições da SEPLAG para o alcance do Objetivo Específico se refere à elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de governo, realizadas em conjunto com os Órgãos e Entidades do GDF e sua disponibilização à apreciação dos Órgãos de Controle Interno, Externo e à população do DF.

O Plano Plurianual PPA 2016-2019 (aprovado pela nº 5.602, de 30/12/2016 e suas alteração), define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas orientando a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Para o acompanhamento das ações e dos recursos previstos no PPA e na LOA, a SEPLAG publica bimestralmente o Relatório de Desempenho Físico-Financeiro, documento que consolida as informações dos órgãos governamentais e visa dar transparência à execução do orçamento do DF. Em 2016 foram acompanhadas 1.983 etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental-SAG que abrangem tanto ações relativas a pagamento de pessoal, manutenção das unidades do governo, obras e serviços em andamento ou concluídas no período de janeiro a dezembro. Do total de etapas cadastradas, 1.713 foram concluídas e 141 estavam em andamento normal no final do exercício. Em 2017 foram acompanhadas 2.303 etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG que abrangem tanto ações relativas a pagamento de pessoal, manutenção das unidades do governo, obras e serviços em andamento ou concluídas no período de janeiro a dezembro. Do total de etapas cadastradas, 226 estavam em andamento normal no final do exercício, 10 paralisadas e 19 não iniciadas e 1.854 foram concluídas.

A Avaliação do Plano Plurianual – 2016 e 2017 tem por finalidade identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas. Nesta fase do processo de planejamento foram analisados os resultados dos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias em coerência com as diretrizes do planejamento estratégico de governo. A Avaliação do PPA é parte fundamental do ciclo de planejamento e sua elaboração tem por principais objetivos, acompanhar a execução do PPA identificando os avanços ou não das Políticas Públicas, retroalimentar o ciclo para manutenção, adequação ou redefinição de rumos em busca de um aperfeiçoamento contínuo do desenvolvimento das Políticas Públicas.

Ainda em consonância com o Objetivo Geral desse Programa, foram elaborados o Relatório de Atividades do Governo e de Indicadores de Desempenho que integram a Prestação de Contas Anual do Governador. Os documentos refletem as realizações do Governo durante o exercício e conferem transparência às ações governamentais, demonstrando como o governo aplicou os recursos durante o ano, tendo como parâmetros as metas estipuladas no Plano Plurianual e os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

A SEPLAG, em conjunto com os órgãos e Entidades do GDF elaborou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e realizou audiências públicas com a participação da Câmara Legislativa do Distrito Federal para apresentação e discussão da LDO/2017, LDO/2018, da Lei Orçamentária/2017 e da Lei Orçamentária/2018 à sociedade civil e a representantes de comunidades ligadas às Regiões Administrativas.

Durante os exercícios de 2016 e 2017 foram realizadas orientações às unidades do GDF quanto às alterações do orçamento e sua execução e ainda, o acompanhamento e controle dos recursos aplicados nas áreas de Educação e Saúde do Distrito Federal, objetivando o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e aos limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29/2000, respectivamente, tanto no processo de elaboração do orçamento para os exercícios de 2017 e 2018, quanto na execução orçamentária dos 02 exercícios.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão através de sua Escola de Governo – EGOV desenvolveu ações que buscaram ampliar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da gestão e para a melhoria dos serviços públicos e buscou suprir as necessidades de capacitação dos órgãos do Governo. Em 2016 foram 16.982 servidores certificados e em 2017, houve um total de 18.937 servidores inscritos, sendo 3.030 na modalidade EAD e 15.907 em cursos presenciais.

Na Ouvidoria foram recebidas durante o exercício de 2016 o total de 1.088 (mil e oitenta e oito), manifestações superando em 64% (sessenta e quatro por cento) os resultados esperados.

Em 2017 foram 1.261 manifestações, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria – DF.

Em 2016, o Programa COMPRASDF, que preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras, está em desenvolvimento e será doravante aperfeiçoada por meio de utilização de consultorias, bem como pela contribuição motivada das partes interessadas. Será este o legado da SCG/SEPLAG para as futuras administrações das compras do GDF.



Em 2017 houve grandes avanços de planejamento e de modernização, destacando-se a implementação do Sistema e.PACC, acompanhado do seu Plano de Gerenciamento de Riscos; elaboração do Guia de Compras Públicas Sustentáveis (GCPS); elaboração do Caderno Técnico de Transportes de Passageiros e Caderno Técnico de Eventos; acompanhamento da parceria com a CAESB para a customização e implantação do Sistema de Gestão do Contrato (e-Contratos DF).

Entre os meses de janeiro até o final do mês de novembro de 2016 ocorreu a fase de implantação, nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, do Sistema Eletrônico de Informação SEII. Nesta fase, foram adotadas ações focadas especialmente na parametrização desse sistema, na elaboração de normas, manuais e instrumentos de gestão internas, no planejamento e acompanhamento do projeto nos órgãos e entidades aderentes ao SEII.

A Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE atuou em 2016 de maneira proativa, buscando um atendimento ágil no cumprimento de suas obrigações. O foco dos trabalhos da Subsecretaria foi a saúde do servidor, mediante inovações como: o agendamento das perícias por meio eletrônico e informatizado; atendimento aos periciandos por perfis (sistema senhas); a ampliação do horário de atendimento aos servidores para homologação de licenças; e por meio de uma Gestão participativa e compartilhada.

A Secretaria por meio da Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP atuou na atividade de captação de recursos financeiros, nas modalidades de transferências voluntárias do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União e de operações de créditos (internas e externas), para suporte financeiro aos projetos do Governo de Brasília, em benefício à população do Distrito Federal e áreas de influência.

A Seplag, por meio da Governança-DF atuou de forma a contribuir para o objetivo específico que trata da Eficiência da Gestão buscando “promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo de Brasília”, considerando as premissas então utilizadas para criação dos Colegiados:

1. estabelecer medidas visando a redução do custo da máquina pública distrital, assegurando o funcionamento contínuo dos serviços públicos prestados;
2. necessidade de manter as obras e os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;
3. preservar os empregos públicos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal.

A partir destas premissas destaque-se que nos últimos dois anos a Câmara de Governança e seus Comitês: Políticas de Pessoal, Empresas Públicas e Qualidade do Gasto Público vêm estabelecendo parâmetros de gestão orçamentária e financeira, com o intuito de criar condições para garantir o seu equilíbrio, de acordo com os Decretos publicados, como se segue:

- Decreto nº 36.240/2015 (alterado pelo Decreto nº 37.173/2016), que dispõe sobre os mecanismos de Governança no âmbito do Distrito Federal;
- Decreto nº 37.121/2016 que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal;
- Decreto nº 37.427/2016 que dispõe sobre a descentralização orçamentária e financeira no âmbito do Distrito Federal;
- Decreto nº 37.594/2016 que dispõe sobre o reconhecimento de dívida de exercícios anteriores;
- Instrução Normativa Governança nº 01/2016, que trata da tramitação dos processos enviados à Câmara e seus Comitês, bem como estabelece procedimentos de análise pelas áreas técnicas das diversas matérias: pessoal, orçamento, financeiro, licitações e contratos, dentre outros.

Dentre as atribuições dadas à Câmara, destacam-se as reprogramações orçamentárias, realizadas em 2015, 2016 e 2017, cujo resultado foi satisfatório do ponto de vista de ajuste orçamentário sempre em busca do equilíbrio.

Outro importante destaque foram as reestruturações publicadas a partir de outubro de 2015, fazendo com que reduzisse os valores de pessoal e auxiliando na redução do percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal de 50,08% para 46,93% naquele exercício, porém ainda acima do Limite Prudencial que é de 46,55%, permanecendo nesta faixa, encerrando o 1º Quadrimestre de 2017 em 47,19%.

Com relação aos contratos e convênios houve significativa redução com base nas decisões do Colegiado, a exemplo da Decisão 01/2016: *“Considerando a situação econômica brasileira de grande recessão, aliada à queda do PIB, bem como às restrições orçamentárias do Distrito Federal, a GOVERNANÇA-DF decidiu comunicar a todas as unidades orçamentárias que tenham contratos de serviços terceirizados, que o percentual de repactuação concedido aos contratos deverá corresponder a uma redução de igual proporção no contrato, a fim de manter o equilíbrio das contas públicas. Tal medida se faz necessária tendo em vista a dificuldade de conceder suplementação orçamentária às unidades. As unidades gestoras deverão repassar esta informação a todas as empresas que tenham contratos com o poder público do Distrito Federal”*.

Em 2017, foram realizadas 113 reuniões da GOVERNANÇA-DF, com 1.075 propostas analisadas.

Quanto à conclusão da mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo, em 02 de fevereiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.097, o qual deu nova estrutura do Conselho Deliberativo do CADF. O Decreto transferiu a gestão da parceria a esta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Todavia, em 18 de outubro de 2016, o Decreto foi revogado pelo de nº 37.713, o qual, em que pese dissolvendo referido Conselho, manteve a gestão do Contrato nesta Pasta.

Com a revogação, a competência para o tratamento da parceria retornou ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP), o qual, por meio da Resolução nº 81, de 28 de setembro de 2016, criou, em sua estrutura, o Comitê Deliberativo do CADF (CD-CADF), com competência para deliberar sobre as questões afetas ao Contrato do CADF. Também a coordenação deste Conselho é atribuída a SEPLAG. Assim, atribuiu-se a Unidade de Parceria Público-Privada (UPPP) subsidiar a SEPLAG na gestão do Contrato ora em comento.

Em 2016, ainda, a SEPLAG firmou com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em 11 de agosto de 2016, Acordo de Cooperação Técnica Internacional (Projeto UNOPS 16/01). O acordo visa à avaliação do Contrato, permeando a avaliação do seu equilíbrio econômico-financeiro, a ocupação racional do CADF e a capacitação de servidores tanto para lidar com reequilíbrios em PPPs, quanto para gerir o empreendimento.

Em 2017, a SEPLAG juntamente com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), visando a avaliação do Contrato da PPP do CADF vem desenvolvendo suas atividades com objetivo de buscar a melhor solução para o desfazimento do contrato.

Além disso, destaque-se que a Concessionária do Centro Administrativo (CENTRAD) solicitou rescisão amigável do Contrato, o que vem sendo negociado, inclusive com base nos estudos que estão sendo apresentados pelo UNOPS.

Em 2017, a definição dos novos processos integrados de administração, como protocolo, almoxarifado e manutenção, e ainda da Instituição dos controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado, aguarda-se a definição quanto uma solução para o Contrato da Parceria Público Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.

A Unidade do Terceiro Setor da SEPLAG atendeu diversas demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios em decorrência do interesse do Governo de Brasília em firmar contratos de gestão, mais especificamente, na área de Saúde. Atualmente existem 01 (uma) entidade qualificada como Organização Social na área de Saúde e 01 (uma) na área de Ciência e Tecnologia no âmbito do Distrito Federal. Apenas o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE, Organização Social, está com o contrato de gestão em vigor com o Governo do Distrito Federal.

### **CODEPLAN**

Entre os anos de 2016 e 2017, a CODEPLAN disponibilizou ao Governo do Distrito Federal de informações atualizadas, decorrentes de estudos e pesquisas socioeconômicas, estudos e análises de políticas sociais e estudos e pesquisas urbano e ambientais, voltadas para o planejamento governamental, retratou a situação atual em que se encontra o Distrito Federal e Região de Desenvolvimento Integrado – RIDE, contribuindo sobremaneira, com a promoção da eficiência da máquina pública, elevando a capacidade do Estado de implementar políticas públicas mais adequadas à realidade territorial, urbana, social, econômica, populacional e ambiental do Distrito Federal e de sua RIDE, permitindo, ainda, melhorar os resultados dos serviços públicos prestados à sociedade e alcançar melhores práticas de gestão e governança, otimizando e agilizando a tomada de decisão e os processos críticos, identificando os desafios que se apresentam e as potencialidades a serem exploradas e, delineando os rumos a serem tomados de forma integrada e estratégica pelos gestores públicos.

### **SEDESTMIDH**

Maior conhecimento do processo de gestão no âmbito da SEDESTMIDH, com identificação de problemas e busca de alternativas e/ou estratégias de solução, que signifiquem respostas mais efetivas à população em sua necessidade de proteção social.

Ampliação do compromisso Institucional com o processo de coleta e tratamento de dados, mediante disponibilização de informações quantitativas e qualitativas, necessárias ao processo de gestão e a transparência na implementação de serviços e benefícios sociais, base do controle social sobre a aplicação de recursos e efetividade das políticas públicas no Distrito Federal.

Construção do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação, com base em relação dialogada, interna e externa, consolidando o processo de participação e compromisso de servidores e gestores com a entrega de serviços e benefícios de qualidade à população do Distrito Federal. “Compromisso com a qualidade dos serviços e a garantia de direitos”.

Os avanços dos subsistemas em desenvolvimento possibilitaram eficiência e evolução na coleta de dados e na qualidade de atendimento ao público, resultando em agilidade e transparência no processo de trabalho, além da recepção dos benefícios e do atendimento ao cidadão em menor tempo. A coleta de dados via sistema também agilizou a produção de informações que podem subsidiar a gestão no alcance dos benefícios aos usuários da política social do Distrito Federal. Semelhantemente, as pesquisas e os estudos realizados contribuem para nortear a implementação de atividades no âmbito do serviço público, principalmente no que se refere à gestão de políticas públicas voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esses avanços são essenciais e necessários ao processo de gestão, transparência e governança na implementação de serviços aos usuários objeto das políticas sociais.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

**004 – GESTÃO DE PESSOAS: Implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados.**

#### UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

**32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG**

#### ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

##### Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	1	Definir metodologia de mapeamento de competências e respectivos indicadores de avaliação – 2016-2019 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	25			25	25,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	2	Traçar perfil profissiográfico necessário às funções e atividades estratégicas da administração pública – 2017-2018 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	25			25	25,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	3	Propor diretrizes para adequação e lotação de servidores nos locais de trabalho, observando-se a escolaridade, o perfil profissional e as atividades a serem executadas – 2018 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	50			50	50,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	4	Elaborar cronograma para constituição do acervo documental relativo aos assentamentos funcionais do servidor, para atualização de dados no Novo Sistema de Gestão de Pessoas do GDF – 2017-2018 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	70			70	70,0%
6203	GESTÃO PARA	4	5	Apresentar projeto de lei instituindo Plano Geral de Carreiras do	100	%	ACUM	MAIOR,	50	60			60	60,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	RESULTADOS			Governo do Distrito Federal com base em estudos técnicos para ajustamento das carreiras públicas – 2017-2018 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR						
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	6	Definir diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos – 2017 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%

### Análise Qualitativa

#### **1. Definir metodologia de mapeamento de competências e respectivos indicadores de avaliação – 2016-2019 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

##### **2016**

Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução até 2019.

No início do ano de 2016 foi elaborado o termo de referência para contratação de consultoria especializada, com definição do escopo e abrangência da ação de mapeamento de competências. O termo foi submetido à Subsecretaria de Compras Governamentais para revisão. Ainda no ano de 2016, em vista da escassez de recursos financeiros, optou-se por sobrestar a licitação. Importante mencionar que uma das razões para o sobrestamento do referido procedimento licitatório foi o fato de ter havido tratativas no sentido da utilização de recursos do *FCO Strategic Programme Fund*, da Inglaterra. O projeto foi selecionado para provável financiamento internacional, tendo restado prejudicado em virtude do contexto nacional, à época. Após resposta negativa ao financiamento pretendido, a minuta do Termo de Referência foi encaminhada à Subsecretaria de Compras Governamentais, para contratação com recursos próprios, momento em que não houve oportunidade para prosseguimento do pleito, posto o cenário financeiro do Distrito Federal.

##### **2017**

Em 2017 foi elaborada pela Coordenação de Gestão de Cargos e Carreiras – COGEC e Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas – DIDEP documentação relativa a capacitação em análise profissiográfica e mapeamento de competências dos servidores do Governo do Distrito Federal, a ser ministrada na Escola de Governo - EGOV. Tal capacitação será realizada por meio da metodologia de “mentoring” no qual as técnicas devem ser repassadas aos alunos, que além de aplicar a metodologia poderão ser multiplicadores nos diversos órgãos do GDF.

#### **2. Traçar perfil profissiográfico necessário às funções e atividades estratégicas da administração pública – 2017-2018 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

##### **2016**

Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução até 2018.

Dada a proximidade de temas entre as metas 1 e 2 e o cenário fiscal, optou-se por capacitar os servidores da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, junto com servidores de outros órgãos, na metodologia de análise de perfil profissiográfico e proposição de diretrizes para melhor alocação de pessoal nas funções e atividades consideradas estratégicas, para que atuem como multiplicadores para execução da ação. Assim, houve antecipação de atividades relacionadas à meta, tendo sido iniciadas tratativas junto à Escola de Governo – EGOV. Neste ano de 2017 foi elaborada minuta de “Plano de Curso” para execução pela EGOV, com previsão de realização do curso no segundo semestre de 2017.

**2017**

A temática constante desta meta 2 será objeto de capacitação em conjunto com a meta 1, considerando a consonância entre ambos, bem como a inegável importância de execução do processo de forma a implantar ações orientadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências individuais, ampliação do nível de escolaridade e profissionalização da gestão, bem como a formação de equipes preparadas para o desempenho da missão institucional, metas e objetivos visando adequar o perfil do servidor às demandas relacionadas ao ambiente de trabalho e aos processos de forma a possibilitar que a atividade seja executada em termos de competências e resultados esperados.

**3. Propor diretrizes para adequação e lotação de servidores nos locais de trabalho, observando-se a escolaridade, o perfil profissional e as atividades a serem executadas – 2018 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Ação não iniciada – a ser executada no ano de 2018 por depender das ações anteriores. Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução em 2018.

**2017**

Ação iniciada por meio de contratação de consultoria especializada em Dimensionamento da Força de Trabalho, para capacitação, transferência de conhecimento da metodologia e execução conjunta do dimensionamento da força de trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG. A fase I que constava de elaboração de plano de trabalho para execução de todas as atividades/etapas já foi concluída e, no momento (2018), encontra-se na fase II onde serão capacitados 40 (quarenta) servidores da SEPLAG para aplicação, transferência da metodologia e execução conjunta do dimensionamento da força de trabalho da SEPLAG. As fases seguintes dizem respeito ao levantamento das competências organizacionais, gerenciais e técnicas da secretaria, bem como elaborar “manual” a ser utilizado pela SEPLAG contendo especificações de todos os passos, fluxograma, formulários, tabelas e critérios a serem observados para dimensionamento da força de trabalho ideal e mínima, por unidade de trabalho, o qual poderá ser multiplicado para outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

**4. Elaborar cronograma para constituição do acervo documental relativo aos assentamentos funcionais do servidor, para atualização de dados no Novo Sistema de Gestão de Pessoas do GDF – 2017-2018 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

Considera-se a ação em atraso, com nova meta de execução para o segundo semestre de 2017.

Esta ação é vinculada ao recadastramento dos servidores, conforme processo n 0410.001037/2016. A minuta de Decreto foi elaborada, entretanto ainda não foi submetida à autoridade competente.

**2017**

Foram realizadas reuniões entre o órgão central e unidades setoriais de Gestão de Pessoas, para levantamento da documentação necessária à constituição do acervo documental do servidor, desde sua entrada no serviço público até a aposentadoria. Foi elaborada minuta de Decreto referente ao Recadastramento Anual de servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e fundacional do Distrito Federal, e dos Empregados públicos de Empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal, ativos, temporários, inativos e pensionistas, que se encontra em trâmite de aprovação pelas autoridades competentes.

**5. Apresentar projeto de lei instituindo Plano Geral de Carreiras do Governo do Distrito Federal com base em estudos técnicos para ajustamento das carreiras públicas – 2017-2018 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

**2016**

Considera-se a ação em atraso, com nova meta de execução para o segundo semestre de 2017.

Foi elaborada a proposta preliminar com base em estudos de outras normas similares existentes nos diversos Estados brasileiros, além de algumas experiências internacionais. Observou-se necessidade de aprimoramento da proposta.

2017

Elaborado projeto Básico para capacitação de servidores da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG com o objetivo de elaboração do Plano Geral de Carreiras e Cargos – PGCC, com a respectiva proposta sobre a estrutura normativa das carreiras do GDF.

**6. Definir diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos – 2017 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

2016

Sugere-se que seja adotada uma interpretação para este descritor de forma que se tenha a seguinte meta: “Definir diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos”.

2017

Ação iniciada no primeiro semestre de 2017. Foram estabelecidas as diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos. Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução em 2018.

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1450	SERVIDORES CAPACITADOS	PESSOA			6.000	14.226	7.000	11.861	7.000	7.000	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 /OE 4
1452	ATENDIMENTO AO SERVIDOR	PESSOA			700	1.088	750	1.261	750	800	OUIVISER/SEPLAG / UO 32101 / OE 4

**Justificativas 2016**

**Indicador 1450** - O indicador reflete o número de servidores atendidos nos cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EAD): Cursos presenciais: 12.407 servidores capacitados; Cursos a distância: 1.859 servidores capacitados.

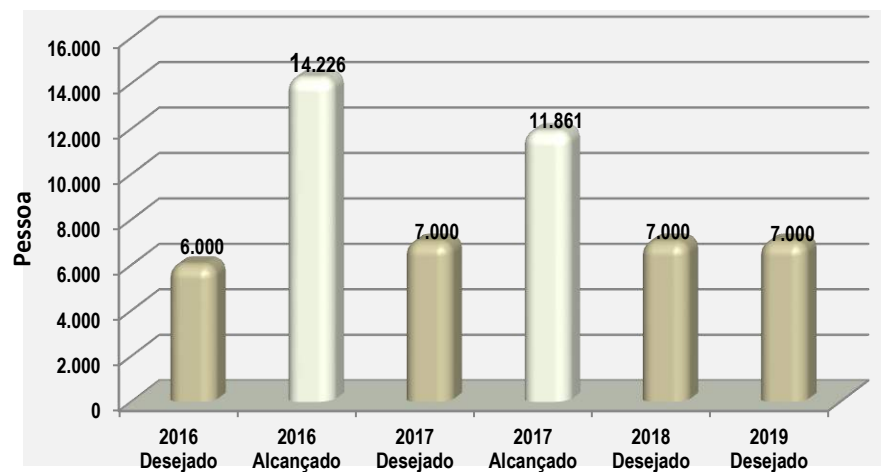
**Indicador 1452** - Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria da SEPLAG atingiu o total de 1.088 (mil e oitenta e oito) atendimentos: - Atendimentos aos servidores: 535; - Atendimentos aos cidadãos: 553.

**Justificativas 2017**

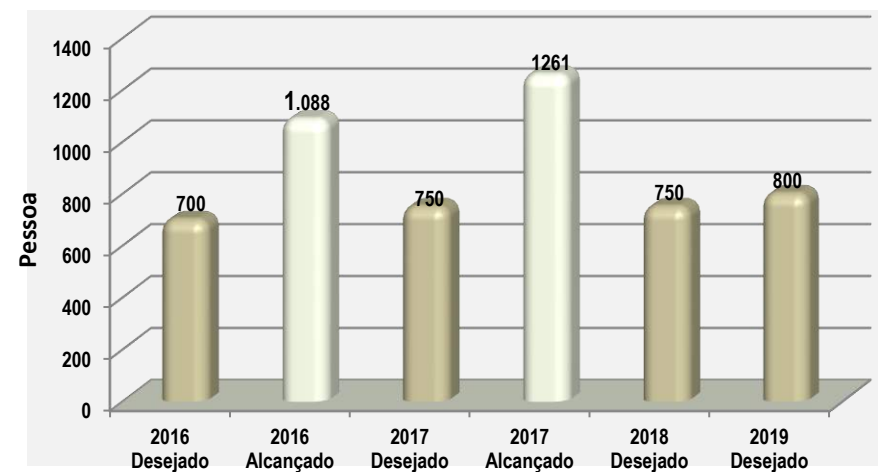
**Indicador 1450** - Em 2017, a EGOV capacitou 11.861 servidores que concluíram as atividades e receberam certificados. Isso representa um resultado 68% maior do que a meta, de 7.000 capacitações. Desses, 9.766 foram capacitados em cursos presenciais e 1.456 em cursos de EaD. Também integram o número de capacitações os 639 servidores que participaram do X Consad com recursos do Fundo Pró-Gestão.

**Indicador 1452** - Os atendimentos da Ouvidoria-SEPLAG contemplam, não apenas as demandas provenientes dos servidores do GDF, mas todos os atendimentos à população do DF. No período de janeiro a dezembro de 2017, foram recebidas 1.261 manifestações na Ouvidoria-SEPLAG, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria-DF e 596 registradas no Sistema e-SIC. Do total de atendimentos de 2017, 220 foram reencaminhadas para outros órgãos do Distrito Federal e 1.041 direcionadas para áreas técnicas da SEPLAG.

**SERVIDORES CAPACITADOS**



**ATENDIMENTO AO SERVIDOR**



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	4	1	Elaboração de normas específicas para execução dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	90	<p><b>2016</b> Apenas a meta de nº 4 requer norma específica para sua execução. A minuta de norma consta do processo 0410001037/2016, não tendo sido, entretanto, levada à consideração superior.</p> <p><b>2017</b> A minuta do Decreto referente ao Recadastramento Anual de servidores públicos já foi elaborada e encontra-se em trâmite de aprovação pelas autoridades competentes.</p>
6203	4	2	Definição de equipe para execução dos trabalhos com envolvimento de sindicatos das carreiras (SEPLAG).	32101	0	<p><b>2016</b> Essa ação se iniciará após conclusão da meta 5, quando deverão ser iniciados os estudos individualizados das carreiras. Previsão de início em 2018.</p> <p><b>2017</b> Foi instituído o Ciclo de Debates, entre representantes das carreiras, governo e sociedade civil (acadêmicos, servidores de outras esferas de poder), para discussão dos institutos que fundamentam o Plano Geral de Carreiras. Houve uma rodada sobre Avaliação de Desempenho e uma sobre Reestruturação de Carreiras.</p>

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

No exercício de 2016, destacam-se os projetos estratégicos, sob responsabilidade da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, que foram executadas de forma satisfatória: Aprovação de Decreto instituindo a Política de Valorização de Servidores; realização dos jogos dos servidores, elaboração de cartilhas tratando de temas de interesse dos servidores; instituição do Prêmio INOVADF.

Muito embora não tenha havido possibilidade da contratação de consultoria especializada para realização do mapeamento de competências, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SEPLAG tem interesse na execução do projeto.

Importante destacar que foi elaborado termo de referência para a contratação pretendida, entretanto, não se chegou a constituir processo formal. Também é importante mencionar que uma das razões para não se ter dado prosseguimento ao procedimento licitatório foi o fato de que houve tratativas no sentido de sua apresentação ao FCO Strategic Programme Fund, da Inglaterra, para que concorresse a um financiamento internacional, o que não aconteceu.

Após o recebimento de resposta negativa ao financiamento pretendido, procederão à coleta de preços.

Submetida a minuta do Termo de Referência à Subsecretaria de Compras Governamentais, foram sugeridos alguns ajustes. Considerando, porém, a perspectiva de gastos em torno de um milhão de reais, entendeu-se que não era possível realizar a licitação no ano de 2016.

A SEPLAG está redesenhando o projeto e também buscando proceder à contratação dos especialistas, detentores de metodologia de mapeamento de competências na forma pretendida, são professores e consultores independentes, com a possibilidade de contratação por meio da EGOV/SEPLAG.

Em 2017, foram diligenciados encontros de trabalho para viabilização do projeto. Já houve reuniões prévias e isoladas, entres técnicos da SEPLAG e especialistas da EGOV, quanto a possibilidade de um programa de capacitação específica para servidores do GDF visando a execução do projeto de forma menos onerosa, porém, com a mesma qualidade.



No ano de 2017 instituiu-se o Fórum de Gestão de Pessoas, encontro mensal da Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP/SEPLAG com os setoriais de pessoal dos diversos órgãos do GDF onde trata-se de diversos temas importantes de apoio aos servidores que realizam as atividades de gestão de pessoas.

Também, há de se destacar a aquisição do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE, que se encontra na fase de Prova de Conceito - POC, do Pregão Eletrônico 103/2016, que após finalização de todo processo, visa alcançar os seguintes benefícios: 1. Utilização de tecnologias mais modernas; 2. Portabilidade por ser arquitetura Web; 3. Padronização das telas e interfaces; 4. Automatização e otimização dos processos de trabalho das áreas de recursos humanos; 5. Utilização de boas práticas de mercado no que se refere a gestão de pessoas; 6. Diminuição da probabilidade de inserção de erros e retrabalho; 7. Visão integrada das informações; 8. Mapeamento e padronização dos processos de trabalho; 9. Transparência nos processos de trabalho; 10. Diminuição da dependência da unidade funcional a ferramenta específica; 11. Acesso seguro e controlado às informações; 12. Economia com relação a valores calculados ao invés de informados, o que diminui o risco de falhas humanas e o retrabalho; 13. Economia quanto à automatização da folha e possibilidade de que os processamentos sejam programados e 14. Utilização de ferramentas para implantação da Governança em TI.

No exercício de 2017, o Governador do Distrito Federal nomeou 4.238 candidatos aprovados em concursos públicos para cargos efetivos em diversos Órgãos.

Instituiu-se a revisão e regularização das cessões de servidores dos diversos Órgãos do Governo do Distrito Federal.

Foi realizado o primeiro ciclo do Prêmio Inovação na Gestão Pública do Distrito Federal - INOVA BRASÍLIA, instituído pelo Decreto Nº 34.648, de 22 de setembro de 2016, publicado no DODF Nº 181, de 23/09/2016, que instituiu a Política de Valorização de Servidores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

Neste ano foram realizadas, também, revisão e padronização de normas e capacitação das unidades setoriais com cursos referentes ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH (cadastro, ferramenta do SIGRHWEB - Extrator de dados, SIGRHWEB e ferramenta do SIGRHWEB - GFIP – SEFIP).

Realizou-se, ainda, de 24 de novembro a 03 de dezembro, a 7ª edição do Festival Esportivo e Cultural dos Servidores, onde os servidores e empregados públicos do Distrito Federal puderam revelar suas habilidades nas quadras e nos palcos.

---

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**005 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA: Utilizar tecnologias de informação e comunicação (TIC) adequadas para gerar valor à prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.**

---

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

**32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG**

---

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	1	Garantir a disponibilidade de 97% ao ano de todos os sistemas e serviços dos órgãos do GDF hospedados e gerenciados pelo CeTIC (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	97	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,56	99,84			99,84	102,9%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	2	Ativar 100% do Data Center Planejado até 2019, com site secundário de Backup (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	40			40	40,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	3	Realizar cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	4	Implementar, homologar o Sistema de Contratos do GDF, em pleno funcionamento (100% do planejado até 2019) (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	100			100	100,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	5	Expandir a infraestrutura de comunicação de alta velocidade da Rede GDFNet que permita a prestação de serviços públicos por meio digital e o acesso a Internet para órgãos do governo (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	6	Expandir a Rede GDFNet em 100% do planejado até 2019 (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	35			35	35,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	7	Permitir ao GDF a gestão e controle das compras de modo eficiente, eficaz e transparente (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	75,68	95,5			95,5	95,5%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	8	Agilizar a Atividade de Licenciamento de Obras (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	9	Redefinir os processos e a legislação referente ao licenciamento de obras e implantação de sistema eletrônico para sua operação (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	10	Implementar governança corporativa de TIC que permita a estruturação da política e da unidade central de TI (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	70			70	70,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	11	Estruturar política e unidade central de TI, com sistemas eficientes e informação avaliável em 100% do planejado até 2019, no âmbito do GDF e da SEPLAG (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	12	Implantar Sistema Eletrônico de Informações - SEI na SEPLAG, ArPDF, CAP/SEGETH e CBMDf (novembro de 2015); implantar SEI nas restantes Secretarias e órgãos (até julho/2016); manter e monitorar as ações do SEI nos órgãos (2017 a 2019) (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	12	86			86	86,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	13	Proporcionar a virtualização de novos processos e de novos documentos, permitindo a atuação simultânea de várias unidades, reduzindo o tempo de realização das atividades (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	12	X	X	X	X	0,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Garantir a disponibilidade de 97% ao ano de todos os sistemas e serviços dos órgãos do GDF hospedados e gerenciados pelo CeTIC (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

A continuidade dos serviços prestados pelo CeTIC foram realizadas a contento no ano de 2016, garantindo a integridade, segurança e alta disponibilidade de todos os sistemas e serviços hospedados e gerenciados. Todavia, cabe evidenciar que a SUTIC tem como meta interna de disponibilidade dos serviços prestados pelo CeTIC o percentual de 97% e obteve os seguintes percentuais no decorrer de 2016.

Indicadores	Meta	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC - Taxa de Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC	97%	99,76%	99,78%	99,81%	99,84%	99,86%	99,87%	99,89%	99,90%	99,91%
<b>Análise do Indicador:</b> O Tempo Total - TT considerado para o período de 365 dias de 2016 corresponde a 8.760 horas. Neste mesmo período foram contabilizadas 8 horas de indisponibilidade dos serviços de TI prestados pelo CeTIC. Dessa forma, o Tempo de Funcionamento Sem Falhas para o período-base - TFSF foi de 8.752 horas (8.760 - 8). Sendo assim, aplicando-se a fórmula $(8.752 / 8.760) * 100$ , é obtido o percentual de 99,91% de disponibilidade.										

**2017**

No ano de 2017 a disponibilidade dos sistemas e serviços prestados pelo Data Center Corporativo – CeTIC foram aferidos de acordo com a tabela abaixo:

Indicadores	Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC - Taxa de Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC	97%	99,81%	99,81%	99,81%	99,79%	99,79%	99,79%	99,63%	99,63%	99,63%	99,89%	99,89%	99,89%
<b>Análise do Indicador:</b> O Tempo Total - TT considerado para o período de 365 dias dos meses de janeiro a dezembro de 2017 correspondem a 8.760 horas. Neste mesmo período foram contabilizadas 14 horas de indisponibilidade dos serviços de TI prestados pelo CeTIC. Dessa forma, o Tempo de Funcionamento Sem Falhas para o período-base - TFSF foi de 8.746 horas (8.760 - 14). Sendo assim, aplicando-se a fórmula $(8.746 / 8.760) * 100$ , obtemos o percentual de 99,84% de disponibilidade para o ano de 2017.													

Dessa forma, observa-se o alcance da meta, não apenas no exercício de 2017, como em todos os meses daquele ano, garantindo a integridade, segurança e alta disponibilidade de todos os sistemas e serviços hospedados e gerenciados.

### **2. Ativar 100% do Data Center Planejado até 2019, com site secundário de Backup (SEPLAG);**

**2016**

A SUTIC promoveu a expansão do ambiente do CeTIC, localizado no Ed. Sede CODEPLAN – 1º andar, com um aumento considerável da área útil para alocação de equipamentos, a fim de receber novas demandas e possibilitar a expansão dos serviços do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!. Entretanto, em virtude do grande investimento necessário, a construção de novo ambiente foi despriorizada no âmbito desta SEPLAG, não fazendo mais parte do escopo dos projetos desta SUTIC até 2018, tendo toda a atenção da equipe direcionada para a implementação de soluções de melhoria no atual CeTIC.

**2017**

Após a expansão física do ambiente do CeTIC em 2016, foi realizada a aquisição de equipamentos e o licenciamento de softwares que permitiram um aumento em 40% na capacidade de processamento e armazenamento do Data Center Corporativo. Com relação aos equipamentos, foram adquiridos Servidores High End, Storage e Robô de Backup. O licenciamento de software foi realizado para Sistemas Operacionais, Servidores de Aplicação, Banco de Dados e Solução de Monitoramento de Aplicações. Como alternativa ao ambiente secundário, foi realizado acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado da Fazenda do DF para o compartilhamento do seu ambiente localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), por meio da Portaria Conjunta nº10, de 20 de junho de 2017.

**3. Realizar cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

**2016**

A meta proposta é inadequada às competências regimentais desta SUTIC. A possibilidade de realizar o cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF será o resultado da implementação de um sistema de Contratos e Convênios, sendo este a meta nº 4 dessa relação.

**4. Implementar, homologar o Sistema de Contratos do GDF, em pleno funcionamento (100% do planejado até 2019) (SEPLAG);**

**2016**

A SUTIC produziu internamente para atendimento do pleito o Sistema de Contratos e Convênios – SISCON, que encontra-se implantado e em uso no GDF. Todavia, a Subsecretaria de Compras Governamentais entende que o sistema não atende as necessidades de Governo e solicitou a substituição do SISCON por solução que disponha de mais recursos e funcionalidades.

**2017**

Para êxito da solução acertadamente escolhida (e-ContratosDF), inicialmente, desenvolvido e implantado na CAESB, a SEPLAG optou por implantá-lo em dois módulos sequenciais, em razão das integrações com outros sistemas de grande repercussão e complexidade funcional (SIGRH, SEI, SFCC e SIGGO).

O primeiro de Gestão Contratual ou Gestão Administrativa, encontra-se em perfeito funcionamento na SEPLAG e SEF desde 15/01/2018, com a expansão do Piloto em todas as Secretarias e algumas entidades. Na SEPLAG e SEF, inclusive, os contratos em vigor estão todos sendo operacionalizado no Sistema e-ContratosDF. Já o segundo módulo, é o de faturamento cuja especificação de demanda de serviços foi finalizada dia 28/02/2018, com perspectiva de desenvolvimento e implantação a partir da segunda quinzena de MAIO/2018.

**5. Expandir a infraestrutura de comunicação de alta velocidade da Rede GDFNet que permita a prestação de serviços públicos por meio digital e o acesso a Internet para órgãos do governo (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

**2016**

As metas nº 5 e nº 6 tratam de um mesmo assunto, a expansão da Rede GDFNet, sendo a meta nº 5 apenas uma descrição mais detalhada da meta nº 6. A expansão da rede GDFNet no segmento fibra ótica não obteve o êxito esperado no ano de 2016, considerando as dificuldades orçamentárias e as dificuldades da contratada em entregar as conexões com a temporalidade adequada. Apesar disso, foram conectados 34 novos pontos a rede GDFNet. A manutenção dos serviços existentes foi realizada a contento.

## **6. Expandir a Rede GDFNet em 100% do planejado até 2019 (SEPLAG);**

**2016**

As metas nº 5 e nº 6 tratam de um mesmo assunto, a expansão da Rede GDFNet, sendo a meta nº 5 apenas uma descrição mais detalhada da meta nº 6. A expansão da rede GDFNet no segmento fibra ótica não obteve o êxito esperado no ano de 2016, considerando as dificuldades orçamentárias e as dificuldades da contratada em entregar as conexões com a temporalidade adequada. Apesar disso, foram conectados 34 novos pontos a rede GDFNet. A manutenção dos serviços existentes foi realizada a contento.

**2017**

Novamente, a expansão da Rede Metropolitana de Dados do DF - GDFNet no segmento fibra ótica não obteve o êxito esperado, considerando as dificuldades administrativas para contratação do serviço. Somam-se a isso as dificuldades para execução das ordens de serviço devido à greve da Companhia Energética de Brasília - CEB (Responsável pela aprovação de projetos dessa natureza). Apesar do exposto, foram conectadas 20 novas localidades, incluindo Escolas Públicas, unidades da Secretaria de Estado da Fazenda, Polícia Militar do DF e Administrações Regionais. Além disso, foram realizados investimentos em equipamentos ativos de rede e contratação do serviço de manutenção da GDFNet no segmento de fibra ótica.

## **7. Permitir ao GDF a gestão e controle das compras de modo eficiente, eficaz e transparente (SEPLAG);**

**2016**

A Subsecretaria de Compras Governamentais é responsável pela centralização, padronização e planejamento das compras e licitações do governo de Brasília, levando em conta critérios de sustentabilidade e priorizando micro e pequenas empresas e empreendedores individuais do Distrito Federal.

No exercício de 2016, foram agendadas 93 sessões de pregões eletrônicos. O total de 93 procedimentos agendados corresponderam a 1.860 itens, sendo que 1.539 itens foram efetivamente licitados, dos quais 1.266 foram adjudicados e homologados, o que representa 82% de sucesso nas aquisições/contratações realizadas.

Destaca-se ainda que 41 procedimentos, dos 93 realizados, apresentaram 100% de sucesso na adjudicação dos itens. Com base nessa informação, foi apurado o percentual de 16,25% de economia na realização dos aludidos procedimentos, considerando a redução média dos valores em relação às respectivas estimativas iniciais. Insta esclarecer que as licitações realizadas envolvem objetos diversos, como aquisição de materiais de consumo e permanente, softwares, serviços de manutenção de equipamentos, locação de materiais, prestação de serviços para eventos, contratações de serviços de terceirização, dentre outros e são realizadas por meio dos sistemas e-Compras ([www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br)) e COMPRASNET ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

Por fim, cabe mencionar que foi atingida a meta de 75,68% comparando a quantidade de processos licitatórios homologados, 84 (oitenta e quatro) no exercício em avaliação com a quantidade de processos licitatórios demandados, 111 (cento e onze).

**2017**

A Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG/SEPLAG foi criada com a missão de planejar e implementar as mudanças almejadas pelo atual governo, a se iniciar pelo compromisso de centralizar e normatizar as compras públicas do governo do Distrito Federal, de forma a que a compra com qualidade contribua para a redução das despesas e o equilíbrio financeiro do GDF.

Tal desafio pode ser avaliado, considerando as dimensões estruturais da administração direta e indireta do GDF, composta por 21 secretarias, 31 Administrações Regionais, 28 entidades e 5 órgãos especializados, alguns dos quais, atualmente, realizam suas compras e contratações, visando atender as demandas da sociedade, utilizando sistemas e metodologias distintos.

Grandes avanços foram realizados no âmbito da SCG/SEPLAG, podendo destacar na Coordenação de Planejamento e Modernização (COPLAM/SCG) as seguintes entregas: implementação do Sistema e.PACC, acompanhado do seu Plano de Gerenciamento de Riscos; elaboração do Guia de Compras Públicas Sustentáveis (GCPS); elaboração do Caderno Técnico de

Transportes de Passageiros e Caderno Técnico de Eventos; acompanhamento da parceria com a CAESB para a customização e implantação do Sistema de Gestão de Contrato (e-ContratosDF), que se encontra em testes e será implantado em produção no presente exercício, na SEPLAG e SEF.

No tocante aos procedimentos licitatórios realizados pela Coordenação de Licitações (COLIC/SCG), entre importantes certames para atender de forma eficiente as atividades meio e/ou finalísticas dos órgãos e entidades distritais, o destaque fica para o Pregão nº 15/2017 – SCG/SEPLAG, visando à contratação de serviços de vigilância para diversas unidades do Distrito Federal, que gerou uma economia de R\$ 51.067.452,48 (cinquenta e um milhões sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos) ao ano.

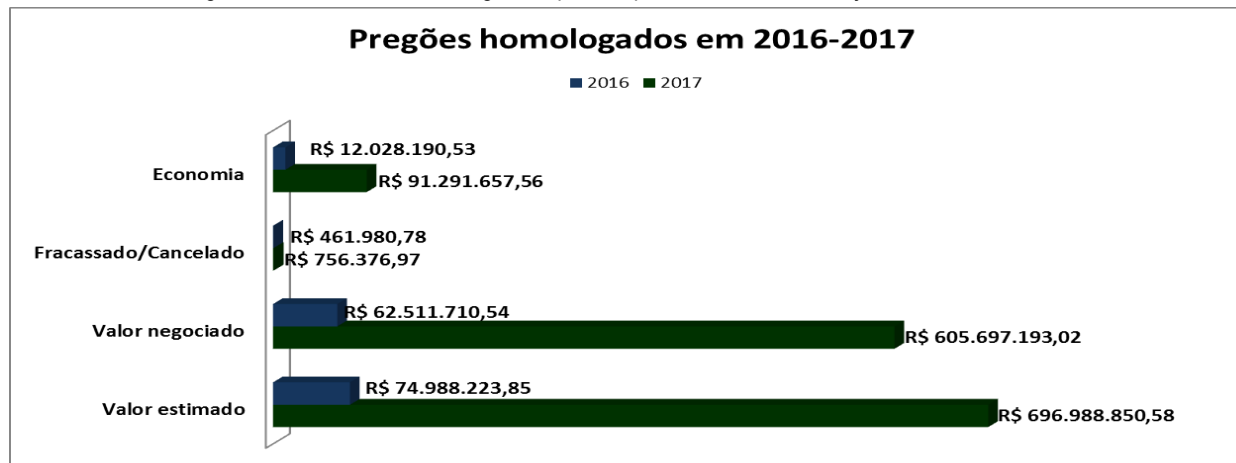
Em relação à Coordenação de Gestão de Suprimentos, os esforços foram concentrados no atendimento às solicitações de compras de itens registrados por esta Pasta para diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, ressaltando um acréscimo da ordem de 60% em relação ao exercício anterior (o valor autorizado em 2017, foi da ordem de R\$ 47.228.593,10, os quais se somam ao montante das Atas de Contratos Cooperativos da ordem de R\$ 563.662.509,21), o que reforça a eficiência do Sistema de Compras implantado pela SCG.

No que tange aos contratos corporativos celebrados neste exercício, vale ressaltar a celeridade e assertividade nas instruções processuais implantadas pela Coordenação de Contratos e Convênios, formalizando até a presente data, 47 novos instrumentos, 2 importantes acordos de cooperação técnica (SEBRAE/DF e CAESB), e finalização da instrução de todos os pedidos de repactuação, sobretudo, o levantamento de requisitos do e-ContratosDF, o que possibilitou, entre outras atividades, a homologação do referido sistema antes do prazo acordado, o que demonstra um resultado significativo quando confrontado com os 23 contratos celebrados em 2016.

A adoção de tecnologias de gestão consolidadas pelo mercado (Business Process Management - BPM) segue em 2017 como orientação da SCG/SEPLAG, face aos recursos financeiros reduzidos, ao iniciar o mapeamento de seus processos rumo a melhorias com base no fluxograma otimizado do ciclo de compras e em indicadores quantitativos, projeto conduzido a custo zero, em parceria com a academia (Departamento de Engenharia de Produção da UnB) e a Casa Civil do GDF, mas que já evidencia sua relevância.

O Programa COMPRASDF preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras e vem sendo implementada e será continuamente aperfeiçoada, pela melhor das consultorias - a contribuição motivada das partes interessadas.

O quadro abaixo traz os resultados de alguns dos indicadores do Programa que são parciais frente ao almejado e a SCG/SEPLAG vem monitorando.



Dessa forma, a SCG/SEPLAG vem se empenhando diuturnamente no sentido de implementar um conjunto de sistemas de apoio às compras (e-ComprasDF), de gestão contratual (e-ContratosDF) e de suprimentos no GDF (e-SupriDF), com a finalidade de padronizar as compras públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, primando pela economicidade, controle e transparência, resultando em uma maior eficiência no atendimento às necessidades da população, o que gerou somente no ano de 2017 uma economia aos cofres públicos de R\$ 91.291.657,56 (noventa e um milhões duzentos e noventa e um mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

#### **8. Agilizar a Atividade de Licenciamento de Obras (SEPLAG); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17);**

**2016**

Meta excluída, pois foi definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional, subsecretaria da extinta SEGAD, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que, com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

A referida Subsecretaria era responsável, em articulação com a SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e SEDS – Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, pela gestão de projeto relacionado ao mapeamento de processos de licenciamentos de obras e de atividades econômicas do Governo.

Por este motivo, essa meta restou sem sua devida análise de alcance (quantitativas, qualitativas e das ações não orçamentárias).

#### **9. Redefinir os processos e a legislação referente ao licenciamento de obras e implantação de sistema eletrônico para sua operação (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17);**

**2016**

Meta excluída, pois foi definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional, subsecretaria da extinta SEGAD, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, conforme a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015, republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

A referida Subsecretaria era responsável, em articulação com a SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e SEDS – Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, pela gestão de projeto relacionado ao mapeamento de processos de licenciamentos de obras e de atividades econômicas do Governo.

Por este motivo, essa meta restou sem sua devida análise de alcance (quantitativas, qualitativas e das ações não orçamentárias).

#### **10. Implementar governança corporativa de TIC que permita a estruturação da política e da unidade central de TI (SEPLAG);**

**2016**

No ano de 2016, por meio do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC, foram publicados a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do GDF e o acolhimento da Instrução Normativa 04/2014, que versa sobre as normas para contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Internamente, a SUTIC iniciou a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação PDTIC, a ser concluído em 2017.

**2017**

As principais realizações do CGTIC em 2017, tomando por base as diretrizes estabelecidas na Estratégia Geral de TI do Distrito Federal foram:

-Foco principal na implementação dos projetos de Serviços Eletrônicos ao Cidadão (acesso a serviços públicos via plataformas digitais – app e web) e Nuvem Privada do Distrito Federal (aperfeiçoamento e ampliação dos serviços do Data Center Corporativo do DF);

-Dos grupos temáticos definidos para a atuação do CGTIC, foram feitas as seguintes entregas:

- \*Portal de Dados Abertos do DF ([www.dados.df.gov.br](http://www.dados.df.gov.br));
- \*Definição das rubricas orçamentárias de TIC;
- \*Recepção de Software e Metodologia de Desenvolvimento de Softwares;
- \*Levantamento dos PDTIC's dos órgãos.

Além disso, foram elaboradas respostas a diversas Decisões do TCDF referentes a Governança e Gestão de TIC no complexo administrativo distrital e, juntamente com as respostas, elaborados planos de ação para orientação dos órgãos sobre a necessidade de observância dos normativos vigentes e da melhoria dos seus processos internos de TIC.

### **11. Estruturar política e unidade central de TI, com sistemas eficientes e informação avaliável em 100% do planejado até 2019, no âmbito do GDF e da SEPLAG (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)**

2016

As metas nº 10 e nº 11 tratam de um mesmo assunto, Estruturação da TIC. Todavia, a meta nº 11 dispõe de um conjunto de ações que agregam todas as demais metas do Objetivo Específico 005, podendo ser considerada, portanto, um projeto.

### **12. Implantar Sistema Eletrônico de Informações - SEI na SEPLAG, ArPDF, CAP/SEGETH e CBMDF (novembro de 2015); implantar SEI nas restantes Secretarias e órgãos (até julho/2016); manter e monitorar as ações do SEI nos órgãos (2017 a 2019) (SEPLAG);**

2016

Para adequar a meta do Projeto de Implantação do SEI, no início de 2016 foi elaborado um novo Termo de Aprovação de Projeto e estabelecidas alterações no Plano de Implantação do SEI. Houve a revisão e elaboração dos instrumentos legais, a definição do método de implantação, o dimensionamento de pessoal e equipamentos e o estabelecimento de órgãos que implantariam até o final de 2016, também foram definidos o Plano de Comunicação, Plano de Capacitação, Plano de Adequação das necessidades de Tecnologia da Informação e foi realizada uma avaliação sobre a integração de sistemas atualmente em uso.

Foi realizada a parametrização e alimentação de tabelas do sistema e a reestruturação da Unidade responsável pela Implantação do SEI-GDF, com alocação de pessoal por meio de chamamento, para gerenciamento e atendimento aos órgãos.

Em agosto de 2016 foi instituída a Unidade de Central de Gestão do Sistema SEI-GDF e em novembro o Projeto passou a ser gerido pela Coordenação de Implantação de Projetos - CPROJ na Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia - SAGE.

Foi definida a Metodologia para a capacitação dos usuários junto à Escola de Governo – EGOV. A EGOV montou laboratório com 20 computadores e foram disponibilizadas turmas para treinamento aos usuários do SEI, bem como do curso à distância SEI-USAR da ENAP.

Foi definida a metodologia de implantação nos órgãos com a assinatura de Portarias Conjuntas entre o órgão que irá implantar o SEI-GDF e a SEPLAG. Esta portaria institui Comitês Setoriais de Gestão do SEI-GDF e apresenta a data da implantação e definem alguns parâmetros do projeto.

Alterações havidas no Projeto fizeram com que o ArPDF realizasse a implantação em 02/01/2017. Entretanto, a SEMOB, IBRAM, Casa Civil, Casa Militar, CGDF, PGDF, SEPLAG e SEGETH implantaram o SEI-GDF entre julho e novembro de 2016, fazendo com que a meta fosse alcançada por meio dessas implantações.



## 2017

Em 2017 o SEI foi implantado em 30 (trinta) órgãos da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal: ArPDF, PMDF, SES, SEF, TERRACAP, SEE, INAS, SINESP, SEDESTMIDTH, IPREV, DFTRANS, SECRIANÇA, AGEFIS, SSP, CODEPLAN, DETRAN, SEAGRI, PROCON, SECID, SLU, SEMA, ADASA, SEDICT, SEPE, BRB, SEC, DER, FAP, FEPECS e HEMOCENTRO.

Em agosto de 2017 o cronograma de implantação foi revisto, alterando a previsão de meta do ano de 2017 para 86% e do ano de 2018 para 100%. Ressalta-se que o projeto tem novo prazo de conclusão previsto para 23 de maio de 2018, estando a meta de 2019 antecipada para essa data.

**13. Proporcionar a virtualização de novos processos e de novos documentos, permitindo a atuação simultânea de várias unidades, reduzindo o tempo de realização das atividades (SEPLAG). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).**

## 2016

As metas nº 12 e nº 13 tratam de um mesmo assunto, a Implantação do Sistema Eletrônico de Informações, sendo a meta nº 13 apenas uma descrição dos resultados a serem alcançados com o sucesso da implementação da meta nº 12

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1453	IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	%			5	0	35	0	40	20	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5
1703	TAXA DE CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NA SCG	%	74,39	31/12/2016	-	-	80	95,5	85	90	COPLAM/SCG/SEP 32101/OE5
1704	TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE LICITAÇÕES	%	28	30/07/2017	-	-	63	45	100	100	COPLAM/SCG/SEP 32101/OE 5
1705	TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTRATOS	%	30	30/07/2017	-	-	68	100	100	100	COPLAM/SCG/SEP 32101/ OE 5
1706	TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ALMOXARIFADO	%	13	30/07/2017	-	-	56	77	100	100	COPLAM/SCG/SEP 32101/OE 5

### Justificativas 2016

**Indicador 1453** - O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema. Por essa razão, o índice não foi alcançado, pois o alcance da meta dependia diretamente da contratação almejada.

**Indicador 1454** - O indicador em questão foi definido pela gestão anterior à atual Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), visando acompanhar um projeto de sistema eletrônico de compras, desenvolvido à época, mas que não teve continuidade na mudança de estrutura da unidade, acontecida em março de 2016. Por esta razão não houve acompanhamento do desempenho do referido projeto e resultando no não atingimento da meta.

## Justificativas 2017

**Indicador 1453** - Realizado o Pregão Eletrônico 103/2016 alusivo a contratação da Solução Integrada de Gestão de Pessoas, que atualmente encontra-se suspenso pela Decisão nº 36/2018, de 18 de janeiro de 2018. Desta forma, considerando que ainda não houve a indicação do vencedor do Pregão 103/2016 e respectivo início do processo de implantação do novo sistema, informamos que não houve avanço em relação a porcentagem informada em 2017.

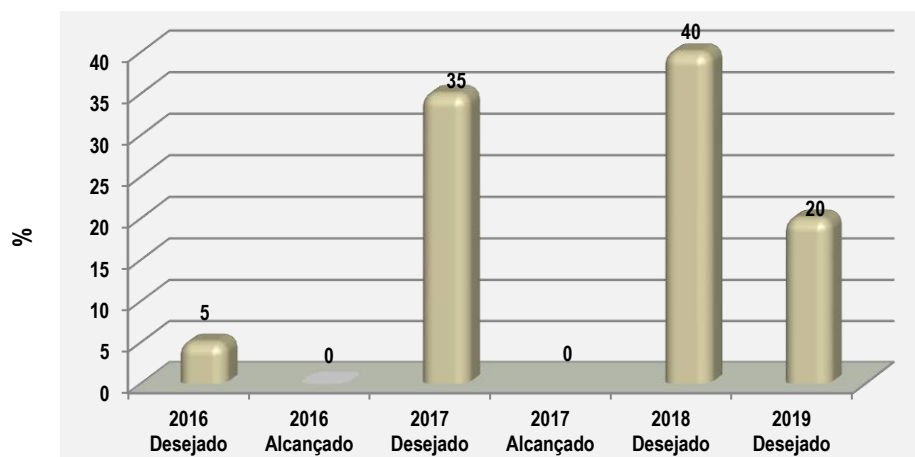
**Indicador 1703** - Os resultados superiores na conclusão de processos de aquisição, observados no período, se devem à implementação de práticas atualizadas de gestão do processo licitatório e da política gerencial em curso da busca permanente por melhorias contínuas.

**Indicador 1704** - O Sistema teve sua taxa de conclusão reduzida em razão de propostas de melhorias introduzidas no escopo de funcionalidades e na agenda de desenvolvimento do produto.

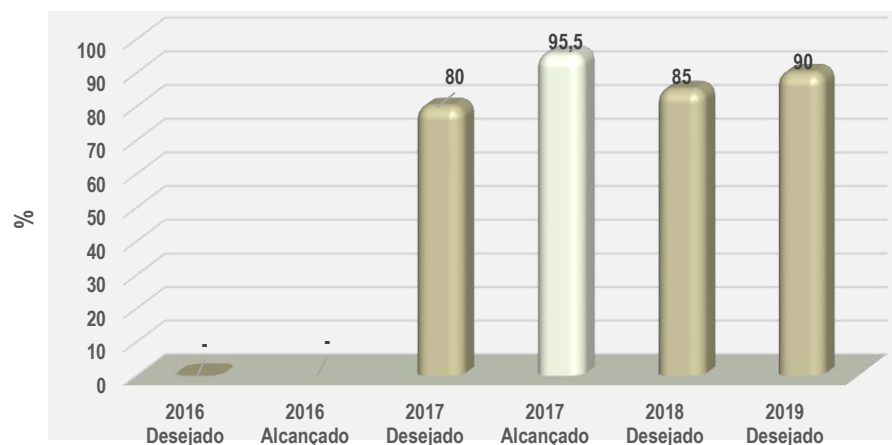
**Indicador 1705** - A taxa de implantação foi concluída em prazo anterior ao previsto em razão da parceria da SEPLSG/SCG com a CAESB que destinou a sua fábrica para participação no desenvolvimento e customização do sistema, que já se encontra em operação.

**Indicador 1706** - A taxa de implantação do e.SupriDF foi ampliada no período em razão da curva de aprendizagem do técnico responsável pelo desenvolvimento do sistema e da maior interação do mesmo com a área deandante.

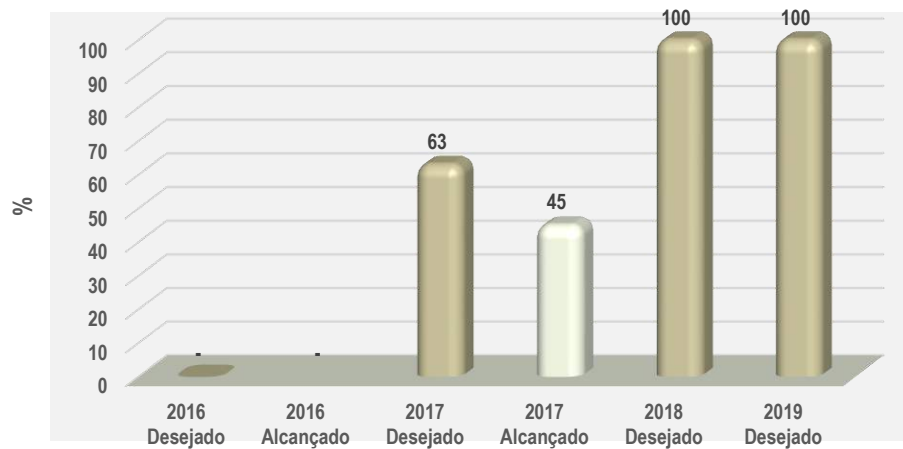
IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS



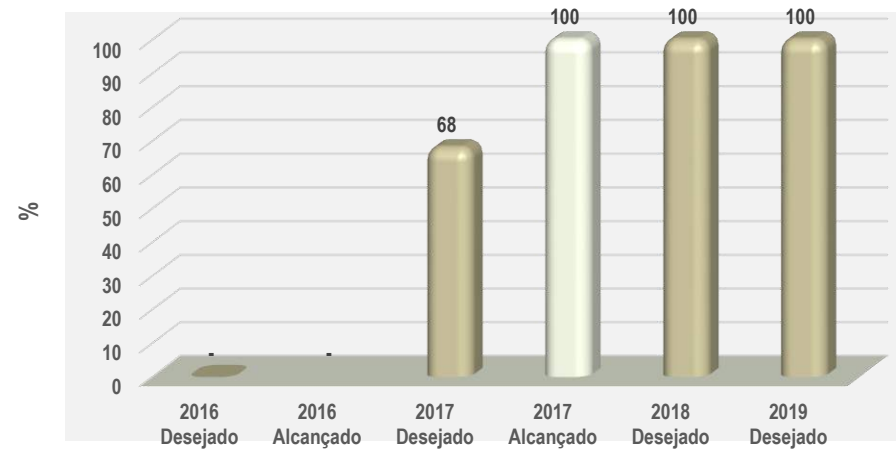
TAXA DE CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NA SCG



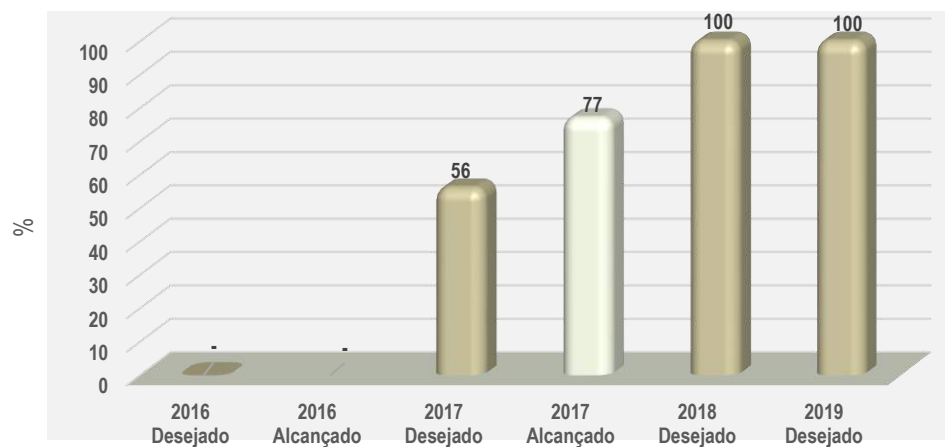
TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE LICITAÇÕES



TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTRATOS



TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ALMOXARIFADO



## ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	5	1	Elaboração de normas específicas dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	100	<p><b>2016</b> Instrumento legais publicados para a implantação do Processo de Informações SEI-GDF: - Decreto Nº 37.565, de 23/08/2016, altera o Decreto nº 36.756, de 16/09/2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial; - Portaria SEPLAG nº 389 de 10/10/2016 - Estabelece procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações -SEI-GDF; - Portarias Conjuntas que estabelecem procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF): - Portaria Conjunta SEPLAG e CACI nº31, de 14/10/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e CGDF nº26, de 16/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e SEMOB nº25, de 09/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e IBRAM nº30, de 27/09/2016; - Conjunta SEPLAG e IBRAM nº30, de 27/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e SEGETH, nº 34 de 28/11/2016; Além desses atos, foram feitos encaminhamentos dos seguintes produtos: - Portaria SEPLAG nº 459, de 25/11/2016; - Minuta Decreto do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito do GDF - Processo SEI nº 00410-00010247/2016-97; - Minuta Portaria Conjunta SEPLAG e CBMDF, SICOP 410.001839/2016; - Minuta Decreto do Número Único de Protocolo - NUP – SICOP nº410.3253/2016; - Minuta de Portaria Conjunta SEPLAG e PGDF – Processo SEI nº 00410-00010063/2016-27 (na AJL/SEPLAG).</p> <p><b>2017</b> Portaria nº337, de 11/07/2017, disciplina o uso institucional da Internet por meio da rede GDFNET, estabelecendo o bloqueio e/ou limite de acessos a determinados sítios e aplicações, além de restrições de horários para os acessos.</p>
6203	5	2	Definição de equipe para execução das ações de coordenação da formação da base de dados e de depuração da base de dados atual, que migrará para o novo sistema (SEPLAG);	32101	100	<p><b>2016</b> O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema.</p> <p><b>2017</b> O Pregão Eletrônico 103/2016 teve o seu primeiro agendamento para 27/01/2017, porém foi impugnado e suspenso pelo TCDF. Após ajustes recomendados pela corte de contas o PE foi realizado no dia 18/10/2017. Atualmente, encontra-se em fase final de habilitação da licitante aprovada na Prova de Conceito. A definição da equipe para execução das ações de coordenação da formação da base de dados e de depuração da base de dados atual, que migrará para o novo sistema já foi realizada, e será oficializada assim que o contrato for assinado.</p>
6203	5	3	Ajustes da lotação de pessoas para a implantação do SEI (SEPLAG);	32101	100	<p><b>2016</b> A unidade responsável pela implantação do SEI, a Coordenação de Documentação, Informação e Conhecimento da Subsecretaria de Administração Geral (CDOC/SUAG) foi reestruturada e realizou chamamento público de servidores efetivos do GDF para alocar novos colaboradores à equipe. Esses novos colaboradores passaram a atuar na implantação, gestão e atendimento do projeto SEI-GDF. Posteriormente foi realizada a reestruturação da gestão do projeto, passando a Coordenação de Implantação de Projetos da Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia da SEPLAG a ser a unidade responsável por toda a gestão e implantação do SEI no âmbito do GDF.</p> <p><b>2017</b> A gestão do projeto passou a ser vinculada à Secretaria Adjunta de Gestão da Administrativa (SAGA), tendo sido criada a Unidade de Implantação de Projetos e Inovação.</p>
6203	5	4	Suporte técnico de gestão documental ao Sistema	32101	100	<p><b>2016</b> O SEI está em pleno funcionamento e é mantido pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC), unidade técnica de gestão</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Eletrônico de Informações - SEI (SEPLAG);			<p>responsável por prover as condições necessárias à implantação, utilização, manutenção e sustentação do sistema. Ainda como suporte técnico na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o projeto conta com o apoio das Unidades de TIC dos órgãos para prover suporte tecnológico local referente à implantação e utilização do SEI-GDF.</p> <p>O suporte aos órgãos que utilizam o sistema é centralizado na CPROJ e ocorre a partir da fase de implantação no órgão com a realização de reuniões, visitas técnicas e atendimento a chamados no sistema Hesk. As principais demandas são relacionadas ao cadastro das tabelas de usuários, unidades, assinaturas, esclarecimento de dúvidas e reporte de erros do sistema. Os arquivistas da CPROJ prestam suporte técnico de gestão documental relacionado ao cadastro de tipos de processos e documentos, atendimento presencial e acompanhamento da implantação.</p> <p><b>2017</b> Em 2017 a SUTIC manteve a sustentação do projeto com as atualizações e manutenções necessárias. A Unidade de Implantação de Projetos e Inovação - UIPI manteve as ações de gestão das implantações e o suporte aos órgãos que já utilizam o SEI. Ao todo foram atendidos 3.028 (três mil e vinte e oito) chamados de comitês setoriais de implantação e unidades setoriais de gestão do SEI dos órgãos do Governo do Distrito Federal. Foi iniciada a integração via Webservices do SEI com os Sistemas Corporativos do GDF. A Terracap foi o primeiro órgão a iniciar a integração, além da SEMOB, CGDF, CODAHB e SEPLAG.</p>
6203	5	5	Elaboração de diretrizes, normas e instrumentos controle e procedimentos de gestão de documentos (SEPLAG);	32101	100	<p><b>2016</b> Foram elaborados os seguintes normativos para o projeto: - Publicação do Decreto Nº 37.565, de 23 de agosto de 2016 - Altera o Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal, e dá outras providências. - Portaria Nº 459, de 25 de novembro de 2016 - Define parâmetros para uso e gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal. - Portaria Nº 389, de 10 de outubro de 2016 - Estabelece procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), institui o Comitê Setorial de Gestão do Sistema e dá outras providências. - Portarias Conjuntas entre a SEPLAG e os seguintes órgãos: Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal (CACI); Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF); Casa Militar do Distrito Federal (CM); Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB); - Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (SEGETH); e Secretaria de Estado de Fazenda (SEF). Em relação aos procedimentos de controle, gestão e diretrizes do projeto, foram produzidos os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Termo de Abertura do Projeto: contendo as informações estratégicas do projeto;</li> <li>• Canvas: com o detalhamento das principais ações do projeto;</li> <li>• Plano de Capacitação: contendo a metodologia, plano de aula e cronograma de treinamento. Foi encaminhado e aprovado pela Escola de Governo – EGOV e executado pela equipe de gestão do SEI-GDF;</li> <li>• Guia de Implantação: contendo todas as informações para orientação aos órgãos que desejam implantar o Sistema, o guia está publicado no Portal SEI-GDF;</li> <li>• Planejamento do Portal SEI-GDF, com espaço para divulgação das informações do Projeto. (<a href="http://www.portalsei.df.gov.br/">http://www.portalsei.df.gov.br/</a>)</li> </ul> <p><b>2017</b> Estabelecimento de Portarias Conjuntas entre a SEPLAG e os seguintes órgãos: - Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF); - Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF); - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (SINESP); - Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS); - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP);</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<ul style="list-style-type: none"> <li>- Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN);</li> <li>- Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS);</li> <li>- Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH);</li> <li>- Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF);</li> <li>- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI);</li> <li>- Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev/DF);</li> <li>- Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA);</li> <li>- Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF);</li> <li>- Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (SSP/DF);</li> <li>- Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF (INAS);</li> <li>- Serviço de Limpeza Urbana (SLU);</li> <li>- Secretaria de Estado de Cultura (SEC);</li> <li>- Banco de Brasília (BRB);</li> <li>- Secretaria de Estado de Cidades (SECID);</li> <li>- Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA);</li> <li>- Departamento de Estradas de Rodagem (DER/DF);</li> <li>- Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (SEPE);</li> <li>- Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA);</li> <li>- Fundação Hemocentro de Brasília (FHB);</li> <li>- Vice Governadoria do Distrito Federal;</li> <li>- Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia (SEDICT);</li> <li>- Administração Regional de Brazlândia – RA IV, Administração Regional de Samambaia – RA XII, Administração Regional de Taguatinga – RA III, Administração Regional do Lago Norte – RA XVIII, Administração Regional de Santa Maria – RA XIII, Administração Regional de São Sebastião – RA XIV, Administração Regional do Varjão – RA XXXIII</li> <li>- Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS);</li> <li>- Secretaria de Projetos Estratégicos (SEPE);</li> <li>- Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF);</li> </ul> <p>Publicação de Portaria Conjunta entre a SEPLAG e a Secretaria de Fazenda visando a Cooperação Técnica para fornecimento de equipamentos, softwares e certificados digitais visando apoio ao Projeto de Implantação do SEI.</p> <p>O Portal do SEI (<a href="http://www.portalsei.df.gov.br">http://www.portalsei.df.gov.br</a>) foi lançado em março de 2017 com o objetivo de disponibilizar acesso a funcionalidades e informações sobre o projeto SEI-GDF. Por meio do portal é possível realizar pesquisa processual, conferência de autenticidade de documentos, cadastro como usuário externo, acessar notícias sobre o SEI, obter orientações, realizar capacitações, entre outras ações destinadas aos servidores do GDF e a sociedade civil.</p> <p>Além de normativos do projeto, em 2017 a UIPI produziu e divulgou tutoriais de orientação aos usuários do SEI-GDF:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tutorial para Conversão de Processo Físico para Eletrônico,</li> <li>- Tutorial para Cadastro e Acesso do Usuário Externo,</li> <li>- Tutorial para Liberação de Usuário Externo (Unidade Setorial de Gestão),</li> <li>- Tutorial para Cadastro de Processo com Número Informado,</li> <li>- Tutorial para Utilização de Certificado Digital E-CPF (ICP-Brasil), e</li> <li>- Tutorial sobre Extensões permitidas no SEI-GDF – padrão ePING</li> </ul> <p>Montagem e disponibilização de Laboratório de Informática exclusivo para treinamentos do Projeto de Implantação do SEI-GDF, os equipamentos foram doados pela CACI e a sala e móveis foram disponibilizados pela EGOV.</p> <p>Realização de mais de 40 Palestras de Sensibilização nos órgãos que estão implantando o SEI-GDF.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Realização de 3 Workshops sobre a Lei de Acesso a Informação (LAI) e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em parceria com a CGDF e o Núcleo de Segurança da Informação da Casa Militar. Apresentação do projeto no X Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração (Consad), tendo composto os painéis 31 - Governo Eletrônico & Transparência e 51 – Processo Eletrônico Nacional. O projeto foi apresentado e Habilitado no Prêmio Inova Brasília, ficando em 2º Lugar na categoria "Uso eficiente dos recursos públicos".
6203	5	6	Edição de normativos de TIC a serem aprovados pelo comitê interno de TIC da SEPLAG (SEPLAG);	32101	100	<b>2016</b> A SUTIC encaminhou ao Comitê desta Secretaria a criação de grupo de trabalho para a elaboração do PDTIC. <b>2017</b> Portaria nº87, de 14/03/2017, dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.
6203	5	7	Estudo e proposição de metodologias e normativos de TIC a serem avaliados e aprovados pelo Comitê de governança de TIC do GDF, em consonância com as orientações do TCDF (SEPLAG).	32101	100	<b>2016</b> A SUTIC coordenou e concluiu dois grupos temáticos no CGTIC-GDF, sendo: 1. Rubricas orçamentárias; e 2. Recepção de softwares de terceiros. Resta pendente a publicação dos normativos elaborados. <b>2017</b> O CGTIC deu início a revisão da Política de Segurança da Informação que deverá ser seguida por toda administração distrital.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

O desafio de aprimorar os usos da Tecnologia da Informação (TI) no Poder Executivo Distrital envolve questões que vão muito além da tecnologia: pessoas, estruturas, processos e, sobretudo, o conhecimento devem ser articulados para que os recursos de informática de fato respondam adequadamente às aspirações da Administração Pública e da Sociedade, seja no que se refere à eficiência/eficácia de processos administrativos, seja na melhoria da prestação de serviços públicos, das condições para exercício do controle social e da participação popular.

A importância da TI na prestação de serviços públicos de qualidade à população é inquestionável. Porém, os investimentos necessários a essa agregação de valor carecem de planejamento e de uma abordagem sistêmica que contemple uma estratégia que tenha foco nos seguintes aspectos: no atendimento às necessidades atuais e futuras do cidadão; na responsabilização dos gestores nas tomadas de decisão; um desempenho que garanta o atendimento dos níveis de serviço requeridos pelas áreas finalísticas; no respeito pelas pessoas no processo; na conformidade com a legislação e os normativos; e em decisões de aquisição que equilibrem benefícios, custos, oportunidades e riscos.

Com o advento e massificação da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, qualquer organização produz uma significativa quantidade de dados e informações, essenciais ao desempenho de suas atividades fins e tomadas de decisão. Estes dados e informações necessitam estar sempre disponíveis, íntegros, seguros, com qualidade e ao menor custo. A TI tornou-se um recurso de grande valor estratégico, possuindo o mesmo status em relação às demais áreas de governo, sendo capaz de proporcionar às áreas de negócios ferramentas para o cumprimento de metas e objetivos organizacionais.

A racionalização da Gestão de TI passa, principalmente, pelo alinhamento das ações da área em relação às ações da organização a qual está inserida, objetivando evitar o desperdício de recursos em projetos que não trarão melhoria à área de negócio e nem em valor ao cidadão.

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação é a unidade da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão responsável por gerir as ações de TIC em nível corporativo, tendo recebido a incumbência por meio do Decreto 30.034/2009, de armazenar todos os sistemas e serviços do Complexo Administrativo do Distrito Federal no Datacenter Corporativo e por meio das Decisões nº 1138/2012-TCDF e nº 188/2015-TCDF, de fornecer acesso, sempre que possível, à Rede Metropolitana GDFNet, por quaisquer uma das tecnologias de rede disponíveis.

O Datacenter Corporativo, também conhecido como Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CeTIC), é um ambiente seguro, aparelhado com sistema de combate a incêndios, ar de precisão, energia e segurança, com soluções integradas de hardware e software com a finalidade de prover serviços corporativos de tecnologia da informação e comunicação, como: armazenamento de dados, acesso a rede mundial de computadores e hospedagem de aplicações e sistemas, geridos por equipe técnica especializada, com funcionamento 24h por dia, 7 dias na semana.

No Data Center Corporativo, foram realizados investimentos para aumentar a capacidade de processamento e armazenamento de dados, com a aquisição de Storages elevando a capacidade de armazenamento para 2,5 petabytes e aquisição de Servidores High End incrementando em 40% a capacidade de processamento. Além destes, investimentos em licenciamento de software também foram realizados seja para garantir o direito de atualização e suporte das soluções adquiridas anteriormente, seja para obter o direito de uso perpétuo de novas soluções.

A Rede Metropolitana GDFNet é uma rede corporativa de diversas tecnologias de comunicação interligando todo o GDF, em fibra ótica, rádio, provedoras contratadas, e também por meio de infraestrutura de redes conveniadas e parcerias com o poder público de um modo em geral.

Em 2016, a manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública.

Com relação a expansão e a manutenção da Rede GDFNet, foram adquiridos 200 switches de borda e contratados serviços especializados tanto para manutenção quanto para expansão do segmento de fibra ótica, possibilitando a conexão de mais 20 unidades administrativas, dentre elas: 14 escolas públicas de Ceilândia, 01 unidade da Secretaria de Estado da Fazenda em Taguatinga, 01 unidade da EMATER no Gama, Administração de Santa Maria, Restaurante Comunitário de Santa Maria, 26º BPM (Santa Maria) e o Presídio Feminino (Colméia).

Com o intuito de aumentar a capacidade de atendimento de novas demandas, foi realizada em 2016 a expansão da sala segura, com o aumento da área de alocação de equipamentos e dos sistemas de sustentação do ambiente (condicionadores de ar de precisão, nobreak e sistema de geração de energia), possibilitando a expansão das unidades atendidas pelo SEI!, bem como a expansão do segmento de fibra ótica da Rede GDFNet, provendo nesta fase acesso de qualidade à rede e à internet a escolas e hospitais definidos em conjunto com as Secretarias de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde, respectivamente.

Os serviços ofertados pela SUTIC/SEPLAG de armazenamento de informações e conexões de rede têm como principais beneficiados os demais órgãos de governo. Com isso, esses órgãos reduzem consideravelmente seus custos financeiros e de pessoal com infraestrutura de TI, permitindo o enfoque principal em agregar valor às atividades fins de suas unidades.

No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, foram colocados em produção o Sistema Eletrônico de Informação – SEI!, utilizado a pleno vapor na SEPLAG e em outras unidades do Complexo Administrativo. Além desse, foram implementadas as seguintes soluções, desenvolvidas pela equipe técnica desta SUTIC e disponibilizadas para melhoria dos processos de trabalho e o aumento da produtividade dos clientes internos desta SEPLAG: Sistema de Relatórios de Atividades Gerenciais – SISTRAG, Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos – SFCC, Sistema de Controle de Emendas Parlamentares, SICOPWEB – sistema de tramitação de processos na web, Sistema de Chamados da SEMOB, Sistema de Chamados da Administração Predial e Sistema de Chamados dos Contratos Corporativos.

Em 2017 foram realizadas diversas ações para a manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, hospedagem de novos sistemas e a manutenção e ampliação do serviço de acesso à Rede GDFNet. No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, destacam-se o Portal do Voluntariado, o Sistema de Agendamento de Perícias Médicas e o Sistema de Identificação de Concessões e Permissões. O primeiro focado diretamente na população permitindo que ações voluntárias sejam divulgadas e organizadas por qualquer indivíduo/instituição. O segundo voltado para administração pública trazendo eficiência para procedimentos administrativos que antes dificultavam a vida do servidor público afastado por licença médica. E o terceiro, também para uso corporativo da administração pública, com a finalidade de realizar a gestão das concessões e permissões do GDF. Além destes, foram implementadas manutenções evolutivas no



Sistema de Controle de Emendas Parlamentares e no Sistema Eletrônico de Informações. Este último, tem previsão de conclusão de implantação em todo Complexo Administrativo do DF no segundo semestre de 2018.

Dentre as ações da Secretaria Executiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, coordenada pela SUTIC, destacam-se no Assunto Governança, em 2016 a aprovação da Estratégia Geral de TI, documento norteador das ações de TIC dos órgãos e entidades da Administração Distrital. Foram criados também diversos grupos de trabalho com temas críticos à área, tendo sido concluídos os de Rubricas Orçamentárias e Recepção de softwares de terceiros, que restaram sob a responsabilidade da SUTIC/SEPLAG.

Em 2017, no que diz respeito a Governança de TI, o Comitê Gestor de TIC do GDF, presidido e coordenado pela SEPLAG iniciou estudos para a implementação dos projetos de Serviços Eletrônicos ao Cidadão e Nuvem Privada do Distrito Federal. Realizou o levantamento dos Planos Diretores de TI dos órgãos da administração direta. Implantou o Portal de Dados Abertos do DF ([www.dados.df.gov.br](http://www.dados.df.gov.br)), sob coordenação da Controladoria-Geral do DF. No âmbito da SEPLAG, foi aprovado o PDTIC 2017-2019, por meio da Portaria nº 87, de 14/03/2017.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**006 – COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Difundir informações de interesse público sobre os objetivos, diretrizes e metas do governo, os direitos e deveres dos cidadãos, projetos e ações desenvolvidas pelo Distrito Federal nas diversas áreas de interesse da sociedade e estimular a participação da sociedade no debate com vistas ao aprimoramento das políticas e investimentos públicos.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO**

**09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI**

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**

**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	6	1	Divulgar anualmente, de modo eficaz, 100% das ações, atos, fatos e políticas públicas de interesse do governo do Distrito Federal e da sociedade em geral, em atendimento aos princípios da administração pública. (Casa Civil).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			100	100,0%

## Análise Qualitativa

### **1. Divulgar anualmente, de modo eficaz, 100% das ações, atos, fatos e políticas públicas de interesse do governo do Distrito Federal e da sociedade em geral, em atendimento aos princípios da administração pública. (Casa Civil).**

**2016**

A Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais utilizou os veículos de comunicação da Imprensa Nacional para a divulgação e publicação das atividades da administração pública direta, publicações referentes a licitações, citações e avisos dos órgãos da Administração direta, por meio do Diário oficial da União, de matérias de interesse do Governo do Distrito Federal.

A Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria, por intermédio da Subchefia de Publicidade e Propaganda, coordenou e realizou 55 (cinquenta e cinco) campanhas publicitárias institucionais neste exercício sendo: 46 (quarenta e seis) com custos e 9 (nove) sem custos para o Governo. E, realizou outras 39 (trinta e nove) campanhas publicitárias de utilidade Pública, sendo: 36 (trinta e seis) com custos e 3 (três) sem custos para o Governo, durante o período de janeiro a dezembro de 2016.

**2017**

As atividades de comunicação, foram coordenadas pela Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria do Distrito Federal, que se utilizou por meio de serviços de clipping de mídia impressa e eletrônica, local e nacional, sobre matérias jornalísticas de interesse do Governo do Distrito Federal e do agenciamento de publicações um total de vinte campanhas publicitárias institucionais (PI) e de utilidade pública (PU) foram realizadas no período de janeiro a abril de 2017. A execução iniciou-se na Casa Civil e, com a edição do Decreto nº 38.116, de 6 de abril de 2017, que criou a Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, foi transferida e continuada na nova Secretaria.

Destaca-se o cumprimento do disposto no parágrafo 9º do artigo 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que destina 10% do orçamento de publicidade do Poder Executivo para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisiva e online, sediados no Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais utilizou os veículos de comunicação da Imprensa Nacional para a divulgação e publicação das atividades da administração pública direta, publicações referentes a licitações, citações e avisos dos órgãos da Administração direta, por meio do Diário oficial da União, de matérias de interesse do Governo do Distrito Federal.

## **INDICADORES DE DESEMPENHO**

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1455	TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	%	100	31/12/2014	100	78,62	100	64,15	100	100	CASA CIVIL / UO 09101 / OE 6

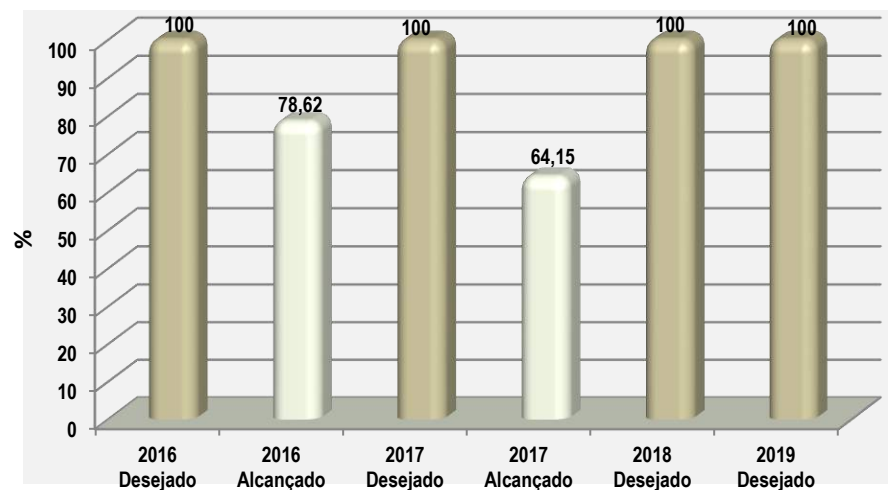
### **Justificativas 2016**

**Indicador 1455** - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os meios propostos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.

### **Justificativas 2017**

**Indicador 1455** - As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variáveis que podem alterar os resultados/objetivos, tais como: falhas na programação, tipo de mensagem, horário e tempo de exposição da mensagem, falhas técnicas e outras situações adversas que interferem na comunicação. Essa dificuldade é agravada pela ausência de tecnologia eficiente e eficaz para aferição dos resultados prejudicando a avaliação. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, entre outros, possibilitando variações conforme o público selecionado.

**TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	6	1	Elaboração e publicação, anualmente, do Plano Anual de Publicidade, com as demandas dos órgãos da Administração Direita do Governo do DF, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2015-CACI, de 20/02/2015, publicada no DODF nº 37, de 23/02/2015 (CACI);	9101	100	<p><b>2016</b> O Plano Anual de Publicidade é publicado no Diário Oficial do Distrito Federal a cada ano. Em 2016 a divulgação foi feita de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2016, DODF nº 21 de 30/01/2016.</p> <p><b>2017</b> O Plano Anual de Publicidade é publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, Instrução Normativa nº 01, de 30 de janeiro de 2017, DODF nº 21 de 30/01/2017. -</p>
6203	6	2	Divulgação, em canal próprio, dos gastos efetivos com a publicidade e propaganda governamental, com esteio no artigo 22, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal; Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003 e artigo 16 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 (CACI).	9101	100	<p><b>2016</b> Trimestralmente é publicado no DODF e divulgado no site da Transparência e da Casa Civil os gastos efetivos com publicidade e propaganda governamental, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1º Trimestre de 2016 – DODF nº 69, de 12-04-2016, pág. 3;</li> <li>✓ 2º Trimestre de 2016 – DODF nº 130, de 08-07-2016, pág. 3;</li> <li>✓ 3º Trimestre de 2016 – DODF nº 192, de 10-10-2016, pág. 6;</li> <li>✓ 4º Trimestre de 2016 – DODF nº 005, de 06-01-2017, pág. 3, Links internet:</li> </ul>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p><a href="http://www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/gastospublicidade">www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/gastospublicidade</a> e <a href="http://www.casacivil.df.gov.br">www.casacivil.df.gov.br</a>.</p> <p><b>2017</b>  Trimestralmente é publicado no DODF e divulgado no site da Transparência e da Casa Civil os gastos efetivos com publicidade e propaganda governamental, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1º Trimestre de 2017 – DODF nº 70, de 11-04-2017, pág. 3 a 6;</li> <li>✓ 2º Trimestre de 2017 – DODF nº 129, de 7-07-2017, pág. 1 a 6;</li> <li>✓ 3º Trimestre de 2017 – DODF nº 194, de 9-10-2017, pág. 1 a 6;</li> <li>✓ 4º Trimestre de 2017 – DODF nº 4, de 5-01-2018, pág. 45, Links internet: <a href="http://www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/gastospublicidade">www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/gastospublicidade</a> e <a href="http://www.casacivil.df.gov.br">www.casacivil.df.gov.br</a>.</li> </ul>

## Análise do Resultado do Objetivo Específico

### 2016/ 2017

A realização de publicidade no curto prazo e com baixos orçamentos dificulta o atingimento das metas previstas. Faz-se necessário dispor de um orçamento considerável para que se possa investir em testes e pesquisas antes de se ter uma visão mais precisa de suas possibilidades de retorno. A publicidade é tão mais eficiente quanto maior o valor investido, isto é, faz-se mais com mais, sempre. Quanto mais exposição da propaganda, mais eficiente ela será.

Em tempos de crise econômica, como a que assola o país, com orçamentos de pouca monta, torna-se imperioso fazer mais com menos; com vistas a se maximizar o atingimento da meta proposta.

Ao elaborar o plano de publicidade anual tendo por base as demandas encaminhadas pelos órgãos que compõem a Administração Direta do GDF, é buscado, antes de tudo, o uso de instrumentos que mostrem a eficiência e eficácia da máquina administrativa para assegurar o bem-estar e a tranquilidade da sociedade. Com isso, o objetivo principal é difundir informações de interesse público, traduzidas nas ações das diversas áreas de governo, buscando estimular a participação da sociedade no debate que leve ao aprimoramento das políticas de investimento público, além de tornar público.

A meta, portanto, é executar todas as ações planejadas e atingir 100% do público alvo de cada ação. Embora a Casa Civil esteja sujeita a mudanças de percurso que independem da sua vontade, não pode começar a trabalhar reduzindo as expectativas.

Afora os problemas orçamentários, na concretização do que foi planejado, a Unidade se depara, por vezes, com outras realidades e consequentes demandas que não existiam quando foi feita a programação. Em 2016, um exemplo dessa situação foi as campanhas de combate ao Aedes Aegypti. Quando a Unidade se deparou com novas doenças associadas ao mosquito, são provocadas novas demandas, em detrimento de outras ações planejadas. A escassez no abastecimento de água é outro exemplo. Os fatos inesperados, associados ao problema orçamentário, são fortes fatores que podem contribuir para a redução do alcance das metas. Isso não significa, contudo, que o esforço da Comunicação Social tenha sido em vão, principalmente porque em todas as ações o público impactado é superior a 70%.

Dentro do universo de avaliação de alcance da publicidade em meios aferidos pelas áreas técnicas, o índice de 70% já é considerado eficaz e ideal a ser alcançado. Em 2017, se forem analisadas individualmente algumas campanhas, como IPTU JULHO, o índice apurado ultrapassou o estimado de 70%, atingindo 95,21% de alcance. Já em determinadas campanhas, como as relativas à Programas de Rádio, Consumo Consciente Água – Produtor Rural, Febre aftosa, os índices tendem a baixar conforme a peculiaridade da campanha onde há a necessidade de utilização de veículos não auditados.

Atualmente, a forma de se aferir a publicidade é por meio do Relatório de Análise de Resultados encaminhado pelas Agências de Publicidade que prestam serviço ao Governo do DF, que compilam as informações de diversos meios e apresentam os índices finais.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS: Aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo de modo integrado às ações que visem promover o acesso à informação pública, bem assim a conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:**

09.102 - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF

**ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	7	1	Gestão, Pesquisa e Divulgação do Acervo Documental de Valor Permanente (ArPDF);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50			50	50,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	7	2	Consolidação e Fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF – SIARDF e da Política Distrital de Arquivos (ArPDF).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50			50	50,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	7	3	Realizar Projetos Educativos e Exposições para divulgação de Memória do Distrito Federal (ARPDF) (Ação Excluída, conforme Decreto nº. 37517/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	7	4	Participar do processo de implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (ArPDF) (Ação Excluída, conforme Decreto nº. 37517/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X	0,0%

**Análise Qualitativa****1. Gestão, Pesquisa e Divulgação do Acervo Documental de Valor Permanente (ArPDF);**

2016

Desde 2015, o Arquivo Público vem destinando esforços para a melhoria na gestão, pesquisa e divulgação de seu acervo permanente, a fim de facilitar o acesso aos estudantes, professores, pesquisadores e instituições públicas e privadas, visando à disseminação seletiva e o acesso democratizado a publicações, dados, informações e referências documentais sobre Arquivologia e sobre a História de Brasília, do DF e da RIDE. Esse esforço se comprova quando se observa a superação do valor previsto para o indicador 1687, que se refere ao número de atendimentos esperados em 2016 (330), em 47,57 % (487 atendimentos realizados).

## 2017

O Arquivo Público do Distrito Federal, em 2017, continuou colhendo os frutos das ações iniciadas em 2016, quanto ao acesso e divulgação do acervo documental de valor permanente custodiado pela Instituição. Além da superação do valor previsto no indicador "1687 - Atendimento ao Público" para o período em 60% (foram previstos 340 atendimentos e realizados 546), houve, também, aumento significativo da procura por visitas ao ArPDF, a fim de conhecer suas dependências, competências institucionais e atividades técnicas.

Ao longo do ano, foram recebidas 28 visitas dos públicos mais diversos, dentre os quais destacam-se: alunos da Universidade de Brasília; de cursos técnicos do Instituto Federal de Brasília, representantes da Aliança Mulheres que Amam Brasília - AMA; do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES; pesquisadores do Projeto "Memória e Invenção do Distrito Federal", financiado pela FAP e coordenado pela Universidade de Brasília; de representantes do Município de Cocalzinho/GO; representantes do Planejamento do Desenvolvimento Nacional da República da Indonésia e integrantes da Embaixada da República da Indonésia.

Tanto o incremento no número de atendimentos ao público realizados em 2017, quanto a quantidade de visitas recebidas demonstram que a constante preocupação do Órgão, quanto ao aprimoramento na gestão, pesquisa e divulgação do acervo permanente sob sua custódia, tem facilitado o acesso democratizado à Memória do Distrito Federal.

## **2. Consolidação e Fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF – SIArDF e da Política de Distrital de Arquivos (ArPDF);**

### 2016

Dentre as atividades previstas para a consolidação e o fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF - SIARD, encontram-se as orientações técnicas às unidades organizacionais; o aprimoramento da capacitação de servidores e a busca da atualização da base legal e normativa; além da melhoria dos procedimentos e da infraestrutura física e tecnológica para a gestão de documentos no GDF.

Analisando especificamente o indicador 1457, cujas atividades consistem em orientar os diversos órgãos que compõem o Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivística, no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos (códigos de classificação e tabelas de temporalidade), além dos procedimentos a serem observados para a eliminação de documentos, recolhimento e transferência de acervos, dentre outros, observa-se que a meta prevista para o ano de 2016, que eram de 40 orientações prestadas, foi superada em 112,5% (2016).

Isso demonstra melhora significativa na prestação de serviços finalísticos pelo Arquivo Público, e também o reforço e fortalecimento da sua atuação como Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal – SIArDF, de onde advém sua responsabilidade de orientar os Órgãos e Entidades do Governo do DF para uma melhor gestão documental e na elaboração da Política Distrital de Arquivos. Alguns dos órgãos que foram parte dessas orientações técnicas realizadas em 2016, cujos indicadores superaram o desejado em 45 orientações, foram: CEASA, IPREV, SEAGRI, Conselho Tutelar do Lago Norte, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Administração Regional do SIA, PGDF, PROCON, Administração Regional do Gama, SSP/DF, NOVACAP, CBMDF, HEMOCENTRO, DETRAN, Administração Regional do Núcleo Bandeirante, Administração Regional de Planaltina, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Administração Regional do Plano Piloto, CODHAB, SEGETH, Fundação Hemocentro de Brasília, DER, Unidade Básica de Saúde de Brazlândia, Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, CODEPLAN, Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, CAESB, SEJUS, e Agência Brasília. Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que a meta prevista para 2016 foi atingida devidamente.

### 2017

Durante o ano de 2017, o Arquivo Público seguiu as mesmas diretrizes traçadas em 2016, no que diz respeito ao fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF - SIArDF, tendo continuado na busca pelo aprimoramento dos procedimentos e da infraestrutura física e tecnológica para a gestão de documentos no âmbito do Governo do Distrito Federal, por meio da prestação de orientações técnicas a seus órgãos e entidades quanto à gestão de documentos, e da capacitação de servidores na mesma matéria.

Como em 2016, o índice registrado pelo indicador "1457 - Orientações Técnicas Prestadas quanto aos Procedimentos de Gestão de Documentos" superou o esperado. Enquanto se previa a realização de 40 orientações técnicas, foram realizadas 60, ou seja, o órgão prestou 50% a mais de assistências do que o previsto. Em que pese o indicador alcançado tenha sido menor que o atingido no ano anterior, continua demonstrando sucesso nas ações empreendidas pelo Arquivo Público.

Os órgãos que foram objeto dessas orientações técnicas foram: 1. Administrações Regionais: Plano Piloto; São Sebastião; Gama; Sobradinho II Recanto das Emas; Santa Maria; Ceilândia; Riacho Fundo II; Guarã; SIA; Lago Norte; Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico; Lago Sul, Itapoã, Paranoá, Riacho Fundo; Varjão, e Taguatinga; 2. Secretarias de Estado: Secretaria das

Cidades; SEMOB; SEDESTMIDH; SECRIA; SSP, SECULT; Casa Militar; SEJUS; SEAGRI; SEGETH; Secretaria de Educação e SEF; 3. Entidades: CGDF; PGDF; METRODF; DER; Agência Brasília; PMDF; DETRAN; FAPDF; PCDF; NOVACAP; Fundação Hemocentro, IBRAM; EMATER, AGEFIS; TERRACAP; CODEPLAN; CAESB e FEPECS.

**3. Realizar Projetos Educativos e Exposições para divulgação de Memória do Distrito Federal (ARPDF). (Ação Excluída, conforme Decreto nº. 37517/2016);**

**4. Participar do processo de implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (ArPDF). (Ação Excluída, conforme Decreto nº. 37517/2016).**

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte Informação
1457	ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.	UNIDADE	0	31/12/2016	40	85	40	106	40	40	ArPDF / UO 09102/ OE 7
1687	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	UNIDADE	200	31/05/2015	330	487	340	546	350	360	ArPDF / UO 09102/ OE 7

### Justificativas 2016

**Indicador 1457-** Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos.

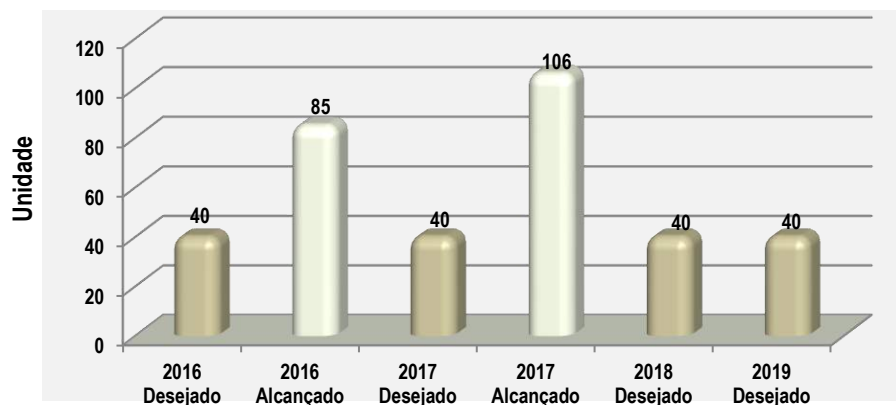
**Indicador 1687-** O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2016, houve uma maior procura ao acervo.

### Justificativas 2017

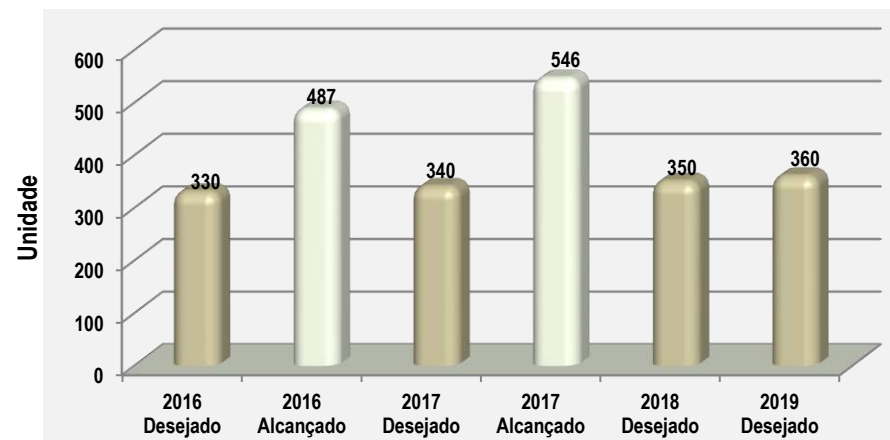
**Indicador 1457-** Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e à aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos. Desempenho alcançado devido ao aprimoramento e ao fortalecimento da atuação do ArPDF como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF - SIARDF.

**Indicador 1687-** O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2017, houve uma maior procura ao acervo disponibilizado pelo ArPDF pelo público em geral, o que se deve, também, à grande divulgação das atividades do órgão realizada no período.

**ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.**



**ATENDIMENTO AO PÚBLICO**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	7	1	Acompanhamento da Comissão Central de Arquivo - CCA (ArPDF);	9102	50	<p><b>2016</b> Durante o ano de 2016, o Arquivo Público presidiu a Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal – CCA/DF. De acordo com as suas atribuições, os trabalhos da Comissão consistem na análise das propostas de eliminação de documentos apresentadas pelos órgãos do GDF; análise das propostas de códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim dos órgãos do GDF, e na análise de propostas de alterações nos códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documento vigentes. Em 2016, foram realizadas 13 reuniões, tanto para análise das propostas de eliminação de documentos, quanto para a realização de visitas in loco, a fim de inspecionar a documentação apresentada para descarte, por meio das respectivas listagens. Enviaram processos de eliminação de documentos para análise da CCA/DF, os seguintes órgãos: a. Secretaria de Estado de Saúde do DF; b. Controladoria-Geral do Distrito Federal; c. CEB Distribuição S.A.; d. Administração Regional de Vicente Pires, e. Banco de Brasília S.A., e f. Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS. Quanto às propostas de códigos de classificação e tabela de temporalidade, somente foi apresentada e analisada pela CCA, aquela apresentada pela CEB Distribuição S.A. Como demandas extraordinárias, a CCA também se manifestou acerca de pedido de orientação de cancelamento e incineração de selos de licença de funcionamento apresentado pela Administração Regional de Vicente Pires e em proposta de recolhimento de documentos da atividade meio formulada pela Secretaria de Estado de Saúde do DF. Todas as atividades realizadas corroboraram para o alcance da implementação esperada no período.</p> <p><b>2017</b> Em 2017, a Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal - CCA/DF, constituída por meio da Portaria CACI nº 42, de 13 de junho de 2017 realizou 13 reuniões, sendo que 7 dessas tiveram como objetivo a análise de listagens de eliminação de documentos formuladas pelo DETRAN, pelo DFTRANS e pela CEASA. As demais foram utilizadas para análise da Proposta de fluxo de recolhimento de documentos arquivísticos produzidos e recebidos pelos</p>



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						órgãos e entidades do GDF ao ArPDF, em caráter extraordinário, devido à urgência da matéria. Não foram apresentadas à CCA propostas de códigos de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos durante o ano em questão. Como em 2016, as atividades realizadas foram responsáveis pelo alcance da implementação esperada no em 2017.
6203	7	2	Acompanhamento Técnico do Desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação em gestão de documentos (ArPDF);	9102	50	<p><b>2016</b></p> <p>Durante o ano de 2016, representantes do ArPDF participaram de reuniões com o Comitê Central da SEPLAG, responsável pela implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito do GDF, para tratar da sua implantação no Órgão. Também foi realizada a capacitação de todos os servidores do ArPDF para utilização do referido sistema, e dos servidores da UGED, unidade definida pelo Comitê Central - SEPLAG para coordenar a implantação e manutenção do SEI no ArPDF. O referido sistema passou a ser utilizado no Órgão a partir do dia 02/01/2017, assim as ações realizadas no período em análise foram suficientes para sustentar o atendimento das expectativas para o ano de 2016.</p> <p><b>2017</b></p> <p>Em janeiro de 2017, foi implementando o Sistema Eletrônico de Informações - SEI em todos os processos de trabalho do ArPDF, o que foi formalizado com a publicação da Portaria Conjunta SEPLAG/CACI nº 24, de 23 de maio de 2017. Os fluxos de trabalho no âmbito do Sistema foram definidos pelo Comitê Setorial de Implantação do SEI do ArPDF, composto por representantes de todas as Unidades e coordenado pela Unidade de Gestão de Documentos - UGED do Órgão. Ao todo, desde sua implantação, até o dia 31/12/2017, foram recebidos 3.926 documentos e gerados 1.190 processos, os quais foram integrados por 6.490 documentos digitais. A implantação do Processo Eletrônico no ArPDF trouxe significativa agilidade ao atendimento das demandas e da atividade administrativa, além de ter auxiliado a revisão e aprimoramento de alguns dos fluxos das atividades de rotina. Para abordar os resultados obtidos na primeira fase de implementação do sistema, foi realizado o evento "100 dias de SEI no ArPDF", que contou com a participação de todos os servidores, e resultou em significativo momento de troca de experiências, esclarecimentos de dúvidas e harmonização de conhecimento quanto ao manejo do SEI. As atividades realizadas em 2017 foram de grande relevância para o alcance dos resultados esperados na presente ação. Em 2018, prevê-se o aprimoramento da utilização das ferramentas disponíveis no SEI, bem assim dos fluxos de trabalho utilizados pelo ArPDF na execução de suas atividades e competências.</p>
6203	7	3	Otimização do Atendimento ao Público (ArPDF) (Ação Incluída, conforme Decreto nº. 37517/2016)	9102	50	<p><b>2016</b></p> <p>Em 2016 a meta prevista de 330 atendimentos realizados foi superada em 47,57%, tendo o ArPDF atingido 487 atendimentos realizados de janeiro a dezembro do referido ano. Além do incremento do número de pessoas que acessaram o acervo permanente sob custódia da Instituição, as seguintes ações foram realizadas visando à otimização do atendimento ao público e ao acesso à informação pública, garantindo a superação do indicador esperado: 1. Elaboração do Guia de Fundos do ArPDF, com as informações acerca de todos os fundos que integram o acervo permanente, o qual foi lançado em 14 de março de 2016, em comemoração ao aniversário de 31 anos do Órgão; 2. Atualização e impressão do instrumento de pesquisa "Registro Topográfico", referente aos Fundos: Gladson da Rocha; Jethro Bello Torres, Taguatinga e Cartografia do Fundo Novacap; 3. Início da elaboração da biografia do fundador do ArPDF, Walter Melo, e 4. Preparação dos textos e imagens dos articulistas, realizada revisão textual e a editoração gráfica do Guia de Cartografia Histórica de Goyaz, cuja elaboração foi iniciada em 2015. Também se procedeu à adequação dos procedimentos de acesso e pesquisa ao conjunto documental do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, cujo acesso será realizado a partir de 2017.</p> <p><b>2017</b></p> <p>Em 2017, a meta prevista de 340 atendimentos foi superada em 50%, tendo o ArPDF atingido 546 atendimentos realizados, de janeiro a dezembro. Visando ao aprimoramento do atendimento ao público e ao acesso à informação pública, foram realizadas as seguintes ações: 1. Levantamento da situação dos conjuntos documentais de valor permanente existentes no ArPDF. Foram localizados 26 fundos públicos, 53 fundos privados e 5 fundos em custódia provisória, de pessoas físicas e entidades privadas. As informações servirão para a atualização futura do Guia de Fundos, lançado em 2016. 2. Digitalização de documentos, plantas arquitetônicas, mapas, eslaides e fotografias que passaram a estar disponíveis para acesso pelos usuários; 3. Tratamento dos depósitos onde está acondicionado o acervo permanente, visando ao monitoramento, controle e saneamento de eventuais problemas que afetassem a preservação e a conservação dos documentos históricos; 4. A implantação de ambiente de teste do AtoM, que servirá como mais um instrumento para acesso ao acervo histórico custodiado pelo ArPDF pelos pesquisadores; 5. A continuidade na elaboração da Biografia do fundador do ArPDF, Walter Melo; 6. A instrução do processo administrativo para a impressão do Guia de Cartografia Histórica do Goiás, que será lançado no primeiro semestre de 2018, e 7. O Tratamento documental e liberação do acesso público ao conjunto documental do Centro de Informações da Secretaria de</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Segurança Pública. Todo o trabalho de preservação e conservação dos acervos realizado pelo ArPDF durante o ano de 2017 serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a Memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Dessa forma, foram alcançados os objetivos esperados para o período, quando da construção do PPA 2016/2019.

## Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

### 2016/2017

Para o alcance do objetivo específico 007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS, durante o ano de 2016, o Arquivo Público do Distrito Federal adotou diversas estratégias no sentido de aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo integrando às ações que visam à promoção e o acesso à informação pública à conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão. Assim, os serviços especializados prestados pelo Órgão abrangeram tanto a orientação, a capacitação e o acompanhamento da gestão de documentos, quanto o recolhimento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos que guardam a memória de Brasília - datados desde o período anterior à fase da construção da Nova Capital até os dias atuais e a realização de pesquisas e do atendimento ao público interessado pelo acervo que narra a história da Capital.

Como Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 24.204, de 10 de novembro de 2003, além das orientações técnicas, o ArPDF realizou, durante o ano de 2016, 20 inspeções técnicas com o objetivo de conhecer o espaço físico de alguns arquivos, de órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, a fim de tratar de temas como gestão de documentos, ambiente adequado para o armazenamento de documentos em fase intermediária, avaliação de acervos para recolhimento, e gestão de acervos resultante da fusão de órgãos.

Além disso, visando fortalecer e harmonizar a gestão de documentos nos órgãos que compõem tal Sistema, foram instituídos os seguintes Grupos de Trabalho: **1.** Grupo de Trabalho para a atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade da Atividade Meio do GDF, que data de 1998 (Portaria CACI nº 106, de 20 de agosto de 2015) - Presidido pelo ArPDF, conta com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Polícia Militar e Controladoria Geral do Distrito Federal. A atualização do PCTT-Meio foi concluída em 2016 e em 2017 irá para consulta pública; **2.** Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documento das Administrações Regionais (Portaria CACI nº 01, de 6 de março de 2016) – Integrado por representantes das Administrações Regionais do Lago Norte, Águas Claras, Octogonal, Sudoeste e Ceilândia é coordenado pelo ArPDF. A elaboração do Plano de Classificação foi concluída em outubro de 2016, estando em andamento a construção dos prazos da respectiva Tabela de Temporalidade. Pretende-se, em 2017, realizar uma reunião técnica com todos os Administradores Regionais, chefes e servidores das unidades de protocolo e arquivos das RAs, a fim de apresentar os instrumentos, sensibilizá-los acerca da importância da sua implementação e de dar início ao período de validação dos mesmos; e **3.** Grupo de Trabalho para Análise da Legislação Arquivística em vigor no Distrito Federal, que tem como objetivo propor alterações na legislação distrital sobre gestão de documentos, a fim de harmonizá-la com a realidade contemporânea do Governo do Distrito Federal (instituído por meio da Ordem de Serviço nº 6, de 8 de abril de 2016).

Ainda no âmbito da gestão de documentos, durante todo o ano de 2016, o ArPDF adotou ações a fim de integrar os órgãos que compõem o SIARDF e de fortalecer seu papel como Órgão Central do mesmo. Dentre tais ações, podem ser citadas a orientação quanto à necessidade de criação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSADs em todos os órgãos e entidades do GDF, uma vez que estas são responsáveis pela condução do processo de avaliação documental, que consiste na determinação do ciclo de vida dos documentos, fixação de prazos de guarda e sua destinação final nos respectivos órgãos. Devido a essa iniciativa, foi realizado levantamento acerca da quantidade de CSADs constituídas no GDF, no qual constatou-se que até dezembro de 2016, 33 CSADs foram constituídas.

Outra importante iniciativa para a gestão de documentos no DF foi a apresentação do Projeto de Diagnóstico Arquivístico, que consistirá no levantamento da situação de todos os arquivos dos Órgãos e Entidades do Distrito Federal, para traçar um diagnóstico que subsidiará a construção da Política Distrital de Arquivos do DF. O projeto foi selecionado pela FAP/DF em setembro de 2016, e suas atividades iniciadas em fevereiro de 2017.

Quanto à Preservação e Difusão da Memória Documental da Construção da Capital Federal, que, traz à tona duas grandes áreas de atuação do ArPDF: o tratamento e preservação do acervo arquivístico de valor permanente e o acesso a essa documentação, estando incluídas neste último, as atividades de pesquisa, difusão e atendimento ao público, também muito se trabalhou para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Com relação ao acervo textual sob a custódia do Arquivo Público, em 2016, deu-se continuidade às atividades de tratamento técnico e conservação preventiva (higienização, organização, classificação, descrição, digitalização e elaboração do quadro de arranjo). Foi realizada a identificação topográfica do Depósito Honestino Guimarães, em várias etapas, foram identificadas 942 caixas dos fundos Administração Regional de Taguatinga, Brasília Palace Hotel, Gabinete do Governador do Distrito Federal, Secretaria de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Segurança Pública, Yvonne Jean e 1275 caixas do fundo Fundação Cultural e identificados os conteúdos, até então desconhecidos, de 9 caixas do fundo Gabinete do Governador do Distrito Federal, provenientes do cerimonial. Também foi estabelecida metodologia para sistematização dos dados dos Fundos que o Arquivo Público do Distrito Federal tem sob sua guarda, trabalhou-se na localização de termos de recolhimento e de doação de acervos ao ArPDF e no mapeamento da situação dos fundos com o objetivo de regularizar alguns procedimentos de recolhimento e doação, além da revisão e organização da listagem de recolhimento do fundo SEDUMA. Foi realizado, também, um pequeno diagnóstico sobre o mobiliário instalado no depósito onde está o acervo permanente, a fim de identificar a capacidade atual de armazenamento do mesmo. Procedeu-se, ainda, ao tratamento do acervo Paulo de Tarso Santos, doado ao Órgão em 2015, e dos acervos digital, audiovisual e cartográfico sob sua guarda.

Sob o aspecto da difusão do acervo e da Memória do Distrito Federal, o ArPDF desenvolveu 8 pesquisas em seu acervo, as quais abrangeram os seguintes temas: 1. Projeto do Programa de História Oral: Pesquisa em 15 publicações do acervo bibliográfico do ArPDF para elaboração do novo Projeto do Programa de História Oral, para o período de 2016 a 2018; 2. Lúcio Costa: Pesquisa fotográfica e textual para elaboração da exposição de painéis temáticos: “Brasília, cidade que inventei”, sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa, lançada por ocasião do Aniversário do ArPDF; 3. Planaltina/DF: Pesquisa (textual, iconográfica, bibliográfica) sobre o prédio da “Prefeitura Velha” de Planaltina-DF, por solicitação da PRODEMA - Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural; 4. Biografia de Walter Mello: Foram realizadas pesquisas nas pastas funcionais do Sr. Walter Albuquerque Mello, idealizador e fundador do Arquivo Público do Distrito Federal. Também foram realizadas pesquisas na Secretaria de Cultura e no Correio Braziliense, sobre eventos relativos ao mesmo, para elaboração de sua biografia; 5. Comissões Cruls: Pesquisa (textual, iconográfica, bibliográfica) para pesquisadora belga. Temas pesquisados: Luis Cruls, Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892) e Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1895); 6. Israel Pinheiro: Pesquisa textual e iconográfica para elaboração de 10 painéis temáticos (2,34m x 1,25m): “Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília”, sobre a vida de Israel Pinheiro, com vistas à participação do ArPDF no aniversário de 60 anos da Novacap, em setembro/2016; 7. Honestino Guimarães e Agenor de Faria: Pesquisa no acervo do Fundo ArPDF e no arquivo intermediário do órgão - com vistas à localização de documentos que justificassem e relatassem a história do nome do depósito Honestino Guimarães e da doação do acervo privado do Sr. Agenor Gomes de Faria, fotógrafo durante a construção de Brasília, e 8. O Primeiro Mapa do DF: Pesquisa para o artigo “O primeiro mapa do Distrito Federal – um ilustre desconhecido”, apresentado no Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, realizado em outubro/2016.

Importante iniciativa para a preservação e difusão da Memória do DF e também para a compreensão de peças do acervo sob guarda do ArPDF, o Projeto do Programa de História Oral mencionado acima, consiste em registrar depoimentos orais dos pioneiros acerca do cotidiano na época da construção da Capital. Ele foi apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF e selecionado para ser realizado com suporte da Instituição. As atividades serão iniciadas em fevereiro de 2017.

Além das pesquisas mencionadas, em homenagem ao aniversário de 31 anos do ArPDF, no dia 14/04, foi lançado, em parceria com a Rádio Cultura FM, o Projeto “Minuto da Memória Candanga”. O programa de rádio vai ao ar todas às segundas-feiras, às 12h, com reprise às 18h55, na Rádio Cultura FM, 100.9, com cerca de 5 minutos de duração. Ele apresenta a história de Brasília a partir do acervo textual e sonoro do Arquivo Público. Neles, os documentos públicos e livros servem de base para os textos lidos pelos radialistas da emissora e as vinhetas sonoras são viabilizadas por meio das dezenas de depoimentos de pioneiros que ajudaram a construir Brasília, os quais compõem o Programa de História Oral do ArPDF. Ao todo, em 2016, foram transmitidos 37 programas.

O Arquivo Público também executou projetos para impressão dos painéis temáticos “Brasília, cidade que inventei”, sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa e “Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília”, sobre a vida do próprio Israel Pinheiro. Tais exposições estão em circulação por diversos espaços na Cidade. Todo o trabalho de preservação e conservação dos acervos realizado pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, 2016 foi um ano de muito trabalho, o que ficou registrado, também, no âmbito do atendimento ao público.

Como se observa nos quadros de indicadores, em 2016, os números propostos pelo ArPDF foram superados. Isso se deve, em grande parte, às modificações ocorridas nos últimos dois anos, como a mudança de estrutura ocorrida em dezembro de 2015, que possibilitou à Instituição o estabelecimento de corpo técnico mais especializado e qualificado para o exercício das atividades de sua competência. Tal superação vem se refletindo não só nos indicadores, mas em toda a produção da Instituição, que tem tomado proporções cada vez maiores.

Pode-se dizer, portanto, que o ano de 2016, para o Arquivo Público do Distrito Federal foi um ano produtivo, uma vez que se conseguiu adquirir e construir instrumentos importantes para a gestão documental interna do órgão e no DF, bem assim para a preservação e o tratamento do seu acervo permanente. Todo o esforço empreendido pelo ArPDF, mesmo com quadro de pessoal e orçamento limitados, juntamente com o apoio institucional do Governo do Distrito Federal, fez com que a gestão de documentos e a preservação da memória do DF fossem elevados à tema prioritário na agenda de governo, o que fortaleceu o Arquivo Público e fez com o que fosse possível sua reafirmação enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF.

Para o próximo exercício, ainda há desafios a serem enfrentados, entretanto, pretende-se seguir nesse mesmo caminho, buscando o aprimoramento da infraestrutura física do ArPDF, da gestão de documentos no âmbito do GDF, bem como o acesso à informação histórica e recuperação de informações de forma mais rápida e fácil. Tudo isso, por meio de ações que promovam os avanços necessários ao bom desempenho institucional e à geração de resultados eficazes na prestação de serviços ao cidadão. Buscar-se-á, portanto, dar continuidade e efetividade às ações e responsabilidades históricas, culturais, sociais e administrativas da Instituição, além de possibilitar a concretização de produtos e a realização de serviços que agreguem valor às políticas públicas com impacto positivo para a sociedade.

Em 2017, para o alcance do objetivo específico 007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS, o Arquivo Público do Distrito Federal manteve a mesma linha de trabalho utilizada em 2016, no que diz respeito a promover ações visando ao aperfeiçoamento da gestão de documentos de arquivo, à conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão e ao acesso à informação pública.

Com vistas a continuar na busca pela eficiência na gestão e tratamento dos documentos arquivísticos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e com o fortalecimento do seu papel enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal - SIARDF, o ArPDF deu continuidade às ações iniciadas em 2016. Do resultado de tais ações, destaca-se a ativação de 60 (criação de 28 novas e reconstituição de 32 já existentes) Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos - CSADs nos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, em 2017. Diante dessa nova realidade, foram realizadas, em dezembro de 2017, as primeiras Reuniões de Integração das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, as quais tiveram como objetivo orientar e trocar experiências de boas práticas com cada órgão no âmbito da gestão de documentos, as quais contaram com a participação de 68 representantes de 31 órgãos e entidades do GDF, com exceção das administrações regionais.

Outras duas importantes iniciativas para a gestão de documentos no DF foram: 1. o início das atividades do Projeto de Diagnóstico Arquivístico, que consiste no levantamento da situação dos arquivos da Administração Pública do Distrito Federal, para traçar um diagnóstico que subsidiará a construção da Política Distrital de Arquivos. O projeto, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF possibilitou o conhecimento do estado de 81 arquivos de órgãos e entidades do GDF, e teve sua duração prorrogada até o dia 12 de junho de 2018, quando deverão ser apresentados o relatório final - composto pelos dados mais relevantes, obtidos no levantamento e gráficos -, e suas recomendações, e 2. A continuidade das atividades no âmbito de Grupo de Trabalhos criados em anos anteriores, descritas abaixo.

O Grupo de Trabalho para atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade da Atividade-Meio do GDF (datada de 1998), foi instituído em 2015, por meio da Portaria CACI nº 106, de 20 de agosto de 2015, e reconduzido pela Portaria CACI nº 15, de 18 de maio de 2016. Coordenador pelo Arquivo Público, conta com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Polícia Militar e Controladoria-Geral do Distrito Federal. A atualização do PCTT-Meio foi concluída em 2016, e durante todo o ano de 2017, os instrumentos passaram por edição final e formatação, tendo sido elaborado seu Índice Remissivo e a Tabela de Equivalência entre o PCTT novo e o em vigor no GDF. Após a conclusão dos trabalhos, os textos finais foram colocados em Consulta Pública, cujo prazo encerrou-se em 10 de fevereiro de 2018. As atividades serão retomadas em 2018, para que seja possível a análise das contribuições recebidas e o encaminhamento do texto final à Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal, para aprovação e publicação no DODF.

Por meio da Portaria Conjunta nº 05, de 23 de novembro de 2017, da Casa Civil e Secretaria das Cidades, foi reconduzido o Grupo de Trabalho instituído para elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das Administrações Regionais, o qual é integrado por representantes das Administrações Regionais do Lago Norte, Águas Claras, Octogonal, Sudoeste e Ceilândia e da Secretaria de Estado das Cidades, e coordenado pelo ArPDF. Embora a elaboração do PCTT-Fim das Administrações Regionais tenha sido concluída em outubro de 2016, durante todo o ano de 2017, o GT continuou atuando na revisão dos textos dos instrumentos e realizando testes quanto a sua aplicação prática junto às

Administrações Regionais, por meio de oficinas de capacitação. Além disso, foi realizada reunião técnica com todos os Administradores Regionais, chefes e servidores das unidades de protocolo e arquivos das RAs, para apresentação dos instrumentos arquivísticos, a fim de sensibilizá-los quanto à importância da sua implementação e observância. O PCTT-Fim esteve em Consulta Pública no período de 24 de maio a 24 de agosto de 2017, após o qual foram inseridas no texto as contribuições recebidas, para ser enviado para análise da Comissão Central de Arquivos do DF no início de 2018.

Enquanto Órgão Central, o ArPDF tem como competência, também, a de "Capacitar os servidores da Administração Direta e Indireta das unidades integrantes do SIArDF," quanto ao ciclo vital de documentos, no que se refere ao tratamento técnico dos arquivos em fase corrente e intermediária, quanto ao cumprimento dos prazos de guarda, até sua destinação final. Nesse sentido, deu-se continuidade à parceria estabelecida, em 2016, com a Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV, para a realização do Curso de Tratamento de Acervos Arquivísticos. O curso possui carga horária de 20 horas semanais e é ministrado pelos técnicos do Arquivo Público nas dependências da EGOV. Em 2017, as 4 turmas realizadas resultaram na capacitação de 107 servidores, representando 48 órgãos do Governo do Distrito Federal, todos integrantes das Unidades de Protocolo e Arquivo ou das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos - CSAD.

Parceria semelhante foi estabelecida com a Escola dos Profissionais da Educação do Distrito Federal - EAP, para a realização do Curso "Noções Básicas sobre tratamento de Acervos Arquivísticos, com 18 horas aulas, realizadas somente às terças-feiras. Nas duas turmas realizadas entre abril e maio, e setembro e outubro de 2017, foram capacitados 9 servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A busca pelo fortalecimento do ArPDF como Órgão Central do SIArDF e responsável pela preservação da informação relativa à Memória da Construção de Brasília tem se demonstrado, também, através do crescimento da procura pela realização de visitas às suas dependências. Ao longo de 2017, foram recebidas 28 visitas do público mais diversos, desde alunos dos cursos de arquivologia, museologia e história da Universidade de Brasília, a representantes de governos estrangeiros como foi o caso do Assessor Especial do Ministro do Planejamento do Desenvolvimento Nacional da República da Indonésia.

Além de suas atribuições e competências como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF, O Arquivo Público possui duas grandes áreas de atuação que são: 1. O tratamento e a preservação do acervo arquivístico de valor permanente, e 2. O acesso a informação pública existente nessa documentação. Na segunda, estão incluídas as atividades de pesquisa, difusão e atendimento ao público. Dessa forma, antes falar de acesso à documentação de valor permanente, é preciso abordar ações que foram realizadas pelo ArPDF em 2017, que dizem respeito ao tratamento e à preservação desse acervo.

TRATAMENTO DE ACERVOS - Quanto às atividades de tratamento e preservação do acervo permanente, foi realizado levantamento da situação dos conjuntos documentais existentes no ArPDF, ocasião em que foram localizados alguns acervos que necessitam de formalização da transferência ao ArPDF por meio de Termos de Recolhimento, no caso dos Fundos Públicos e de Termos de Doação, em se tratando de Fundos Privados. A atividade resultou na catalogação para controle dos conjuntos documentais custodiados pelo ArPDF e seus respectivos registros de entrada, além de ter dado início às tratativas necessárias com os produtores originais da documentação, para a regularização dos procedimentos.

Em 2017, boa parte do acervo permanente foi objeto de tratamento, uma vez que se trata de ação contínua. Foram tratados os seguintes Fundos Públicos: Secretaria de Segurança Pública - SSP; Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP; SEDUMA; Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal - DEPHA, e Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH. Quanto aos acervos privados, foram tratados os Fundos Paulo de Tarso Santos; Gladson da Rocha; Ernesto Silva; Jethro Bello Torres; Stênio Bastos; José Joffili e Asta-Rose Alcaide.

Também foram digitalizadas documentações que integram os Fundos: Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA; Secretaria de Segurança Pública - SSP/DF; Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP; Fundação Cultural do Distrito Federal; Paulo de Tarso Santos; Gladson da Rocha e Jethro Bello Torres.

Outra importante realização ArPDF, em 2017, no que diz respeito à Política de recebimento de acervos permanentes por recolhimento ou doação, foi a criação da Comissão Permanente de Análise de Acervos Privados - COPAP, por meio da Ordem de Serviço nº 07, de 16 de março de 2017, publicada no DODF do dia 17 subsequente. A Comissão foi criada devido à necessidade de estabelecer critérios para a custódia de arquivos privados e para a padronização dos procedimentos envolvidos com esta atividade, bem assim de estabelecer os procedimentos técnicos que determinariam a necessidade de declarar arquivos privados como de interesse público e social, e seu trabalho resultou na elaboração das diretrizes para aquisição de arquivos privados por doação, no fluxograma para a doação de acervos arquivísticos privados ao ArPDF, nos formulários de análise preliminar de doação de acervo arquivístico privado e no modelo de Termo de Doação de acervo privado, que passarão a ser utilizados pelo ArPDF nas suas atividades.

Também foi responsável pela elaboração da minuta do ato que estabelece os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento regional, a qual foi aprovada e publicada por meio da Portaria Conjunta nº 06, de 24 de novembro de 2017, da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e o Arquivo Público.

Quanto à difusão da Memória do Distrito Federal, o Arquivo Público desenvolveu, 11 pesquisas em seu acervo permanente, com os objetivos de: elaborar os painéis temáticos "Os Candangos"; localizar documentos referentes a edições anteriores do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; localizar, nos Fundos SEDUMA e NOVACAP, desenhos originais do mobiliário dos Palácios do Planalto e da Alvorada; elaborar catálogo de documentos dos Fundos Gabinete do Governador e José Aparecido de Oliveira; localizar documentos referentes à Declaração de Brasília como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO; localizar informações sobre liberdade de imprensa no Fundo Secretaria de Segurança Pública; produzir material de divulgação para a XIV Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; obter informação dos Fundos NOVACAP, ArPDF e Jetro Bello Torres, e dar continuidade à elaboração da Biografia do Sr. Walter Albuquerque Mello, idealizador e fundador do Arquivo Público do Distrito Federal, iniciada em 2016.

Outra importante iniciativa para a compreensão de peças do acervo sob guarda do ArPDF, foi a reformatação do Projeto do Programa de História Oral, que, a partir de fevereiro de 2017, passou a ter como objeto o registro depoimentos orais dos pioneiros que aturam na área rural e da saúde, e que se caracterizam pelo protagonismo no complexo processo de criação e desenvolvimento dessas áreas a partir do início da construção da Capital. Executado com aporte financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP, até 31 de dezembro, resultou na realização de 97 entrevistas.

Ainda sobre o aspecto da difusão, foi instruído durante 2017, o processo para a impressão do Guia de Cartografia Histórica do Goiás, que deve ser lançado no primeiro semestre de 2018, e foram executados projetos para a realização da Exposição "Brasília a Brasília", em parceria com o Arquivo Nacional e a Presidência da República; para impressão dos painéis temáticos para o Chá da Memória sobre "O Papel das Mulheres na Construção de Brasília", realizado na Residência Oficial de Águas Claras; para execução da Exposição virtual "Taguatinga 59 anos" e da Exposição "A Construção de Brasília segundo os Humoristas", a qual será composta por charges publicadas em jornais de Brasília durante sua construção que compõem o Fundo NOVACAP, e é objeto de parceria entre o ArPDF e a Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Brasília e será realizada durante as comemorações do Aniversário de Brasília, em 2018.

Por fim, dentre tantas distintas e importantes realizações, merece destaque, ainda, a publicação do Novo Regimento Interno do Arquivo Público, que se deu por meio do Decreto nº 38.725, de 20 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 2017, e republicado no dia 03 de janeiro de 2018, em face de erro material. Após 11 anos desde o último Regimento Interno, datado de 2005 (Portaria nº 01, de 20 de maio de 2005, da Secretaria da Cultura), o novo texto traz as atribuições e competências da Instituição de forma mais adequada à sua e à realidade atual do Governo do Distrito Federal, além de trazer mais segurança jurídica para a realização de suas atividades.

Diante do exposto, todo o aperfeiçoamento e o crescimento do Órgão não vem sendo demonstrado somente pela superação dos indicadores esperados para o Exercício de 2017, mas também em toda sua produção e capacidade de solução de conflitos, que vem tornando proporções cada vez maiores. Dessa forma, pode-se dizer que o ano de 2017, para o Arquivo Público do Distrito Federal foi um ano produtivo, de fortalecimento de competências, e de crescimento, no qual se conseguiu alcançar os resultados pretendidos no âmbito de todas as suas competências.

Para o próximo ano, ainda há desafios a serem enfrentados, entretanto, pretende-se seguir nesse mesmo caminho, buscando o aprimoramento da infraestrutura física do ArPDF, da gestão de documentos no âmbito do GDF, bem como do acesso à informação histórica e recuperação de informações de forma mais rápida e eficiente. Tudo isso se dará por meio de ações que promovam os avanços necessários ao bom desempenho institucional e à geração de resultados na prestação de serviços ao cidadão.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.

**PROGRAMA TEMÁTICO:**  
**6204 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA**

**OBJETIVO GERAL:**  
Promover a cidadania por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O Programa Temático é composto de 01 objetivo específico, conforme seguem abaixo:

**Unidade Responsável/Objetivo Específico**

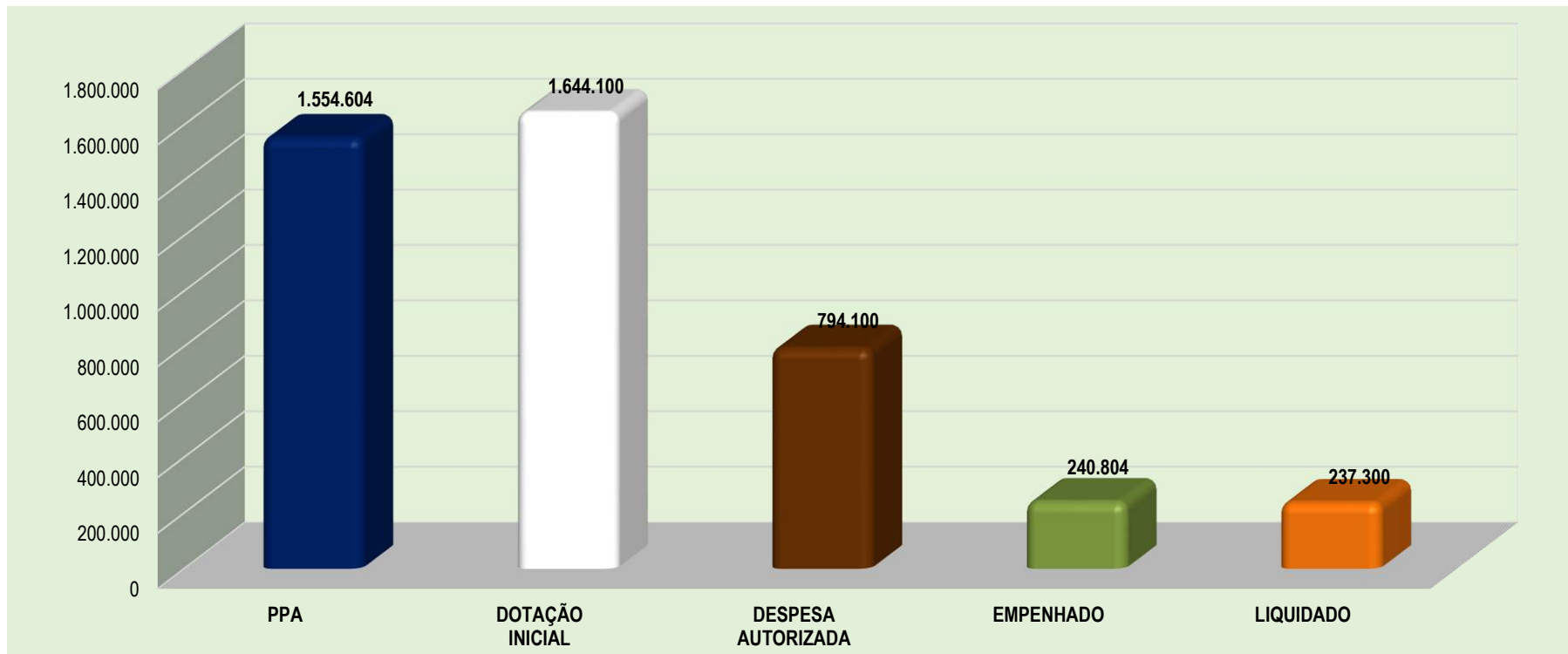
01.101 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

001 – Promover a cidadania, por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, da produção de leis, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em R\$)**

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	612.054	581.800,00	531.800,00	231.880,00	229.255,00	38	37
4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	132.550	132.300,00	32.300,00	1.000,00	121,00	1	0
4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	810.000	930.000,00	230.000,00	7.924,00	7.924,00	1	1
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>1.554.604</b>	<b>1.644.100</b>	<b>794.100</b>	<b>240.804</b>	<b>237.300</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6204</b>	<b>1.554.604</b>	<b>1.644.100</b>	<b>794.100</b>	<b>240.804</b>	<b>237.300</b>	<b>15</b>	<b>15</b>

### PROGRAMA 6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA (Valores em R\$)





**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

001 – Promover a cidadania, por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, da produção de leis, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**

01.101 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	META REALIZADA ACUMULADA (2016-2019) (F)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6204	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	1	Desenvolver capacidades de formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas; (CLDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	82,8	88,8			88,8	88,8%
6204	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	2	Criar e aperfeiçoar mecanismos de aproximação da CLDF com a população; (CLDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85,6	95,7			95,7	95,7%
6204	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	Desenvolver estratégias de captação de informações junto à população, construção de indicadores de participação popular, transparência e resolubilidade das demandas; (CLDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	104,4	112,8			112,8	112,8%

**Análise Qualitativa****1. Desenvolver capacidades de formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas (CLDF);****2016**

Ocorreu aumento na quantidade de eventos relativos a reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias, sessões ordinárias e leis aprovadas em 2016 relativamente a 2015. Por outro lado, ocorreu redução de 33% no número de projetos de lei apresentados tendo em vista ter sido a meta fixada sobre os quantitativos do primeiro ano da legislatura.

**2017**

Em 2017, foram atingidos 88,8% da meta 1, um avanço frente os 82,8% alcançados no ano anterior, resultado obtido graças a um aumento da ordem de 70% do número de leis aprovadas em relação a 2015, incluídos Projetos de Lei Ordinária, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Emenda à Lei Orgânica, Projetos de Decreto Legislativo e Projetos de Resolução.

## 2. Criar e aperfeiçoar mecanismos de aproximação da CLDF com a população (CLDF);

### 2016

O total de audiências públicas, comissões gerais, sessões solenes, solenidades e reuniões com a comunidade reduziu-se em aproximadamente em 14%, tendo em vista a intensificação das atividades em relação a meta 1 em 2016.

### 2017

No que se refere à promoção da participação popular, observou-se um aumento no número de solenidades, sessões solenes, seminários e reuniões com a comunidade, os quais foram apenas parcialmente compensados pela redução de 12 audiências públicas e 6 Comissões Gerais.

## 3. Desenvolver estratégias de captação de informações junto à população, construção de indicadores de participação popular, transparência e resolubilidade das demandas; (CLDF)

### 2016

O percentual observado em 2016 superou a meta de participação 2,5% da população para aquele exercício tendo sido registrada quantidade de demandas correspondentes 3,4 % da população no ano em que se encerrou. Os indicadores de transparência e de resolubilidade atingiram percentuais superiores a 85% o que indica um desempenho institucional satisfatório no que se refere a resolução dos questionamentos dos cidadãos, o que, não obstante pode ser aperfeiçoado

### 2017

Os indicadores de Transparência, Resolubilidade e Participação Popular registraram avanço em 2017 frente a 2016, resultado que se reflete em indicadores muito próximos a 100% nos dois primeiros casos. No caso da Participação Popular, a CLDF tem envidado esforços para que um percentual cada vez mais expressivo da população seja atendida pela Ouvidoria, cuja meta estabelecida em 2015 foi superada em significativos 43,6%.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
1460	EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO(ENSINO FUNDAMENTAL)	%	97,14	30/11/2014	100	173	100	336,6	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1461	EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)	%	13,33	30/11/2014	100	127	100	50	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1462	EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)	%	50	30/11/2014	100	50	100	50	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1)
1463	SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)	%	100	30/11/2014	100	33	100	150	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1464	CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SOCIEDADE)	%	150	30/11/2014	100	100	100	550	100	100	Relatório da

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	Desejado 2019	Fonte Informação
											ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1466	INDICADOR DE RESOLUBILIDADE	%	90	31/12/2014	100	86	100	96,53	100	100	CLDF / UO 01101 / OE 1
1467	INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	%	0,0249	31/12/2014	1,5	0,04	0,0251	0,0359	0,0252	0,0253	CLDF / UO 01101 / OE 1

### Justificativas 2016

**Indicador 1460** - Foram realizadas 52 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 173% do programado, com participação de 4702 estudantes do ensino fundamental e 310 professores. Foram realizadas palestras sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão composto por mochila contendo, bloco de anotações, caneta e marcador de página.

**Indicador 1461** - Foram realizadas 38 edições do Projeto Jovem Cidadão, representando 127% do programado, com participação de 2675 estudantes e 05 professores do ensino médio e 242 estudantes e 10 professores de três instituições de nível superior. Nesse projeto também foi realizada palestra sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão.

**Indicador 1462** - Foi realizada 01edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, com 16 participantes da Ação Social Comunitária AFMA, de Taguatinga Norte. Foi realizada palestra sobre as funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital e sobre a legislação do DF referente a idoso, por Consultora Técnico-Legislativa da ELEGIS.

**Indicador 1463** - Consiste em realização de seminários e ciclo de palestras sobre temas de interesse geral que podem contribuir para a educação política e para as funções legiferante e fiscalizadora, e Cursos de Educação Política, com conteúdos relacionados a Estado e Sociedade, Poderes de Estado, Sistemas de Governo, Sistema Político, Representação Política, História e Autonomia Política do DF, Teorias da Escolha Social, Orçamento e outros afins. Esse foi o único projeto que ficou abaixo do desejado.

**Indicador 1464** - Consiste em um programa na TV Distrital de debate entre estudantes dos ensinos médio e superior com Deputados Distritais sobre temas relacionados a políticas sociais e públicas, democracia, representatividade, papel do Parlamentar, função da Câmara Legislativa e outros de interesse coletivo afetos ao Legislativo.

**Indicador 1465** - No ano de 2016, foram contabilizadas 1030 demandas. O número de demandas em relação a 2015 manteve-se no mesmo nível, porém, considerando os eventos "Câmara em Movimento" realizados conclui-se que a participação por iniciativa própria da população foi maior em 2016.

**Indicador 1466** - Com relação ao número de demandas solucionadas, ao longo do exercício de 2016, constatamos que o resultado alcançado atingiu um percentual abaixo do esperado. Essa situação deve ser imputada à falta de recursos tecnológicos e humanos para captação e tratamento de informações.

**Indicador 1467** - Com relação ao indicador Participação Popular, constatamos que este ficou muito abaixo do esperado, indicando que foi superestimado e que deve ser futuramente revisto.

## **Justificativas 2017**

**Indicador 1460** - Foram realizadas 101 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 336,6 % do programado, com participação de 6097 estudantes do ensino fundamental e 44 professores.

**Indicador 1461** - Foram realizadas 15 edições do Projeto Jovem Cidadão (ensino médio e superior), representando apenas 50% do programado, com participação de 898 alunos, sendo 85 de nível superior, além de 39 professores, sendo destes 2 de nível superior. Ressalte-se que, devido à extensão do currículo que compõe o ensino médio, é difícil sensibilizar alunos e professores daquele nível a participarem desse tipo de evento.

**Indicador 1462** - Foi realizada apenas uma edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, contando com a participação de 80 cidadãos (todos situados na faixa da 3ª idade). As dificuldades de locomoção desse público-alvo contribuíram para que o resultado desejado não fosse alcançado.

**Indicador 1463** - Foram realizados 4 seminários ao longo do ano, a saber: Fórum de Combate à Corrupção; Mais Mulheres na Política; Renovação Política e Transparência Pública - Você faz parte.

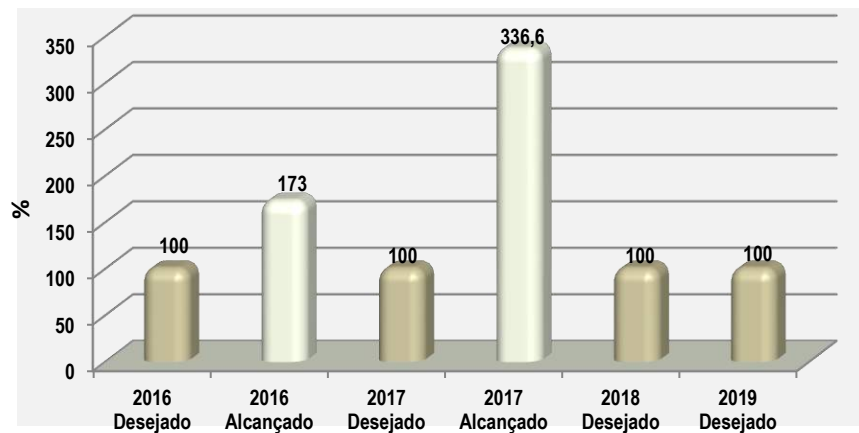
**Indicador 1464** - Foram realizadas 11 edições do Projeto Polis, representando 550% do programado, contando com a participação de 595 cidadãos. Constatou-se um incremento do número de participantes devido à redefinição do conteúdo do projeto, que passou a incluir temas com conteúdo relacionados a Estado e Sociedade; Poderes de Estado; Sistemas de Governo; Sistema Político; Representação Política; História e Autonomia Política do DF; Teoria da Escolha Social e Orçamento.

**Indicador 1465** - O indicador deve refletir o grau de transparência alcançado pela Ouvidoria no efetivo atendimento às demandas de acesso à informação, especificamente no que se refere aos procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 e no Ato da Mesa Diretora da CLDF nº 57/2016.

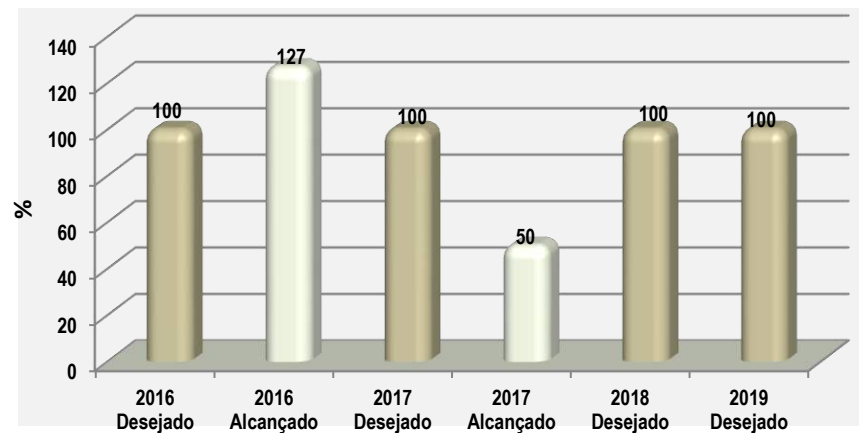
**Indicador 1466** - Este indicador engloba todos os tipos de demandas recebidas pela Ouvidoria. Acrescenta-se que as demandas oriundas de órgãos externos são consideradas finalizadas assim que formalmente respondidas. As demais demandas são consideradas atendidas quando respondidas diretamente pela Ouvidoria ou pelas respectivas unidades organizacionais da CLDF. Em que pese não ter sido alcançado o resultado desejado, constata-se que houve um aumento em relação ao ano anterior.

**Indicador 1467** - Com relação a este indicador, constatou-se que o resultado se situou acima do esperado, considerando, inclusive, que houve o registro do crescimento da população em referência à última aferição.

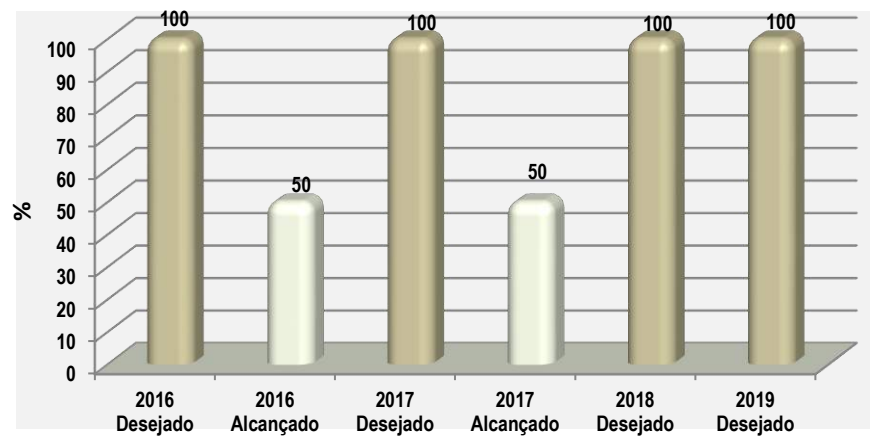
EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO(ENSINO FUNDAMENTAL)



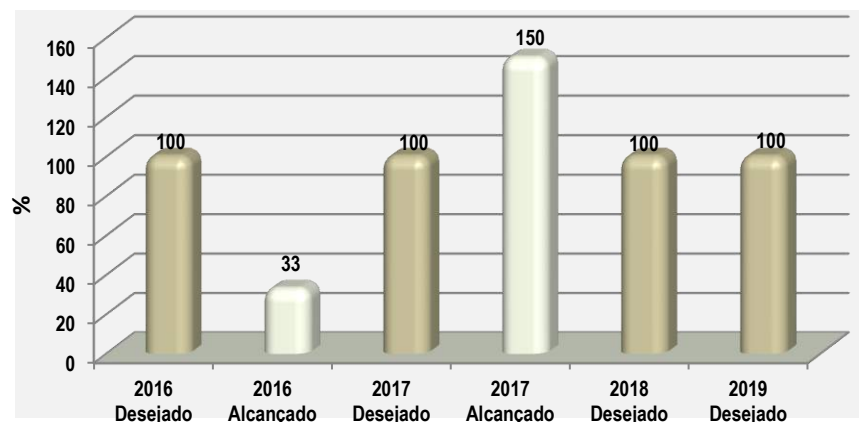
EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)



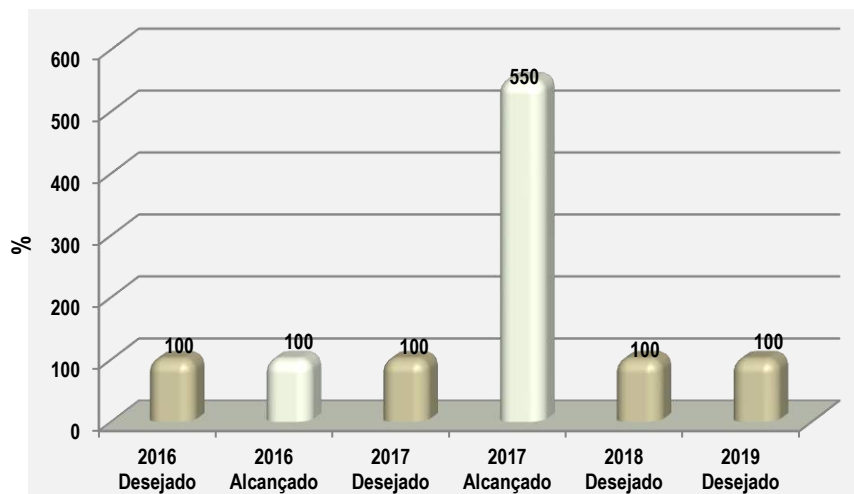
EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)



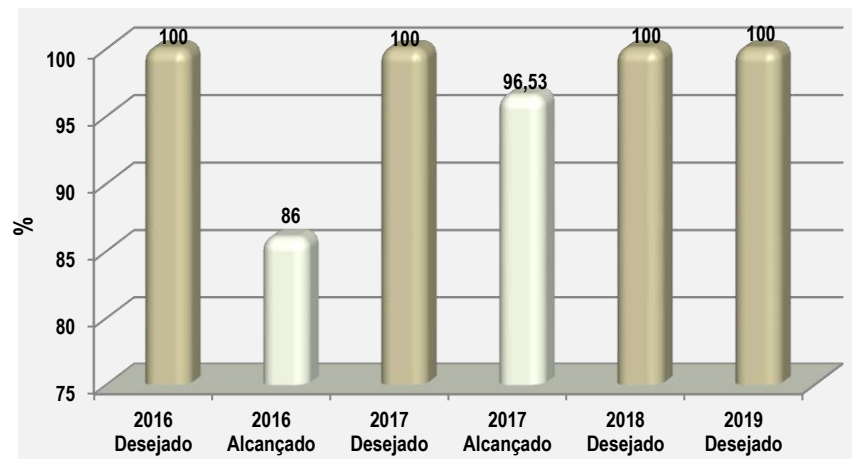
SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)



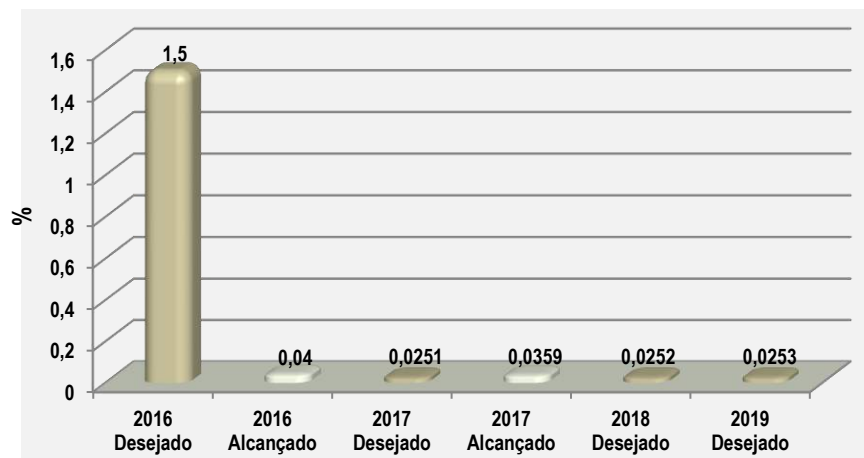
**CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SOCIEDADE)**



**INDICADOR DE RESOLUBILIDADE**



**INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**



**ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS**

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6204	1	1	Exercício da representação política com participação da sociedade; (CLDF)	1101	100	<b>2016</b> Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. <b>2017</b> Atribuiu-se 100% conforme ano anterior
6204	1	2	Fortalecimento da democracia e da cidadania; (CLDF)	1101	100	<b>2016</b> - Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. <b>2017</b> Atribuiu-se 100% conforme ano anterior
6204	1	3	Tomar-se referência na discussão das estratégias e políticas públicas para o DF; (CLDF)	1101	100	<b>2016</b> Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. <b>2017</b> Atribuiu-se 100% conforme ano anterior
6204	1	4	Produção de leis para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida; (CLDF)	1101	100	<b>2016</b> Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. <b>2017</b> Atribuiu-se 100% conforme ano anterior
6204	1	5	Acompanhamento e fiscalização, com independência dos atos do Poder Executivo; (CLDF)	1101	100	<b>2016</b> Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.
6204	1	6	Monitoramento e avaliação de políticas públicas com foco em resultados; (CLDF)	1101	100	<b>2016</b> Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. <b>2017</b> Atribuiu-se 100% conforme ano anterior
6204	1	7	Aprimoramento do processo de debate sobre políticas públicas com a sociedade; (CLDF)	1101	100	<b>2016</b> Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. <b>2017</b> Atribuiu-se 100% conforme ano anterior
6204	1	8	Garantia da transparência da ação parlamentar. (CLDF)	1101	100	<b>2016</b> - Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. <b>2017</b> Atribuiu-se 100% conforme ano anterior

## **Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos**

### **2016/2017**

Os objetivos específicos relacionados à Unidade Orçamentária da Câmara Legislativa do Distrito Federal caracterizam-se pela obediência aos princípios da autonomia, independência e harmonia do Poder Legislativo, bem como do exercício constitucionalmente instituído de suas funções de fiscalização, legiferação e representação.

Além disso, a CLDF identifica-se como local de defesa do interesse coletivo e de aprimoramento e normatização das políticas públicas, em um contexto democrático garantido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para tanto, utiliza-se do processo legislativo na discussão e deliberação das proposições formuladas pelos Deputados Distritais ou pelo Poder Executivo, exercendo, ainda, atividade de fiscalização do funcionamento da Administração Pública, os quais, plenamente exercidos, contribuem decididamente para o aprimoramento da consciência cidadã, o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e o fortalecimento da democracia.

Com o intuito de possibilitar o acompanhamento, por gestores e pela sociedade, das atividades que buscam ao atingimento de tais objetivos, a Câmara Legislativa vem empenhando esforços no sentido de fazer constar no Plano Plurianual os resultados obtidos em cada uma das três metas propostas, buscando a satisfação de seu papel social de produção e aperfeiçoamento legislativo e de fiscalização da Administração Pública.

Para isso, tomou-se como referência o exercício de 2015, último ano do Plano Plurianual anterior, buscando-se, no quadriênio 2016-2019, privilegiar o aprimoramento qualitativo da produção legislativa, de atividades de fiscalização e da promoção de uma relação cada vez mais transparente com a sociedade, muito embora os resultados quantitativos também tenham sido satisfatórios ao fim do primeiro ano de vigência do PPA atual.

Conforme se observa dos dados acerca das metas e ações, verificam-se elevados os indicadores de participação popular, de produção legislativa e dos mecanismos de transparência, evidenciando-se que, apesar de eventuais imperfeições, a instituição tem sido bem sucedida em seu objetivo de promover a cidadania e a participação popular na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, aprimorando-se a representação popular e propiciando um ambiente cada vez mais democrático de promoção de bem estar ao cidadão.

No ano de 2017, a Câmara Legislativa do Distrito Federal obteve um desempenho geral de 99,1% das metas alcançadas, ao passo que, em 2016, o alcance foi de 85,9% dos objetivos planejados. Tal aprimoramento deveu-se a um maior número de projetos de lei apresentados e aprovados, à maior ocorrência de eventos de promoção da participação popular, assim como pela maior eficiência no atendimento das demandas de cidadãos que acionam a instituição em busca de informação.

Esses números demonstram um expressivo ganho de eficiência nas atividades institucionais ao longo do exercício, tendo em vista que o gasto no Programa Atividade Legislativa foi de R\$ 307.417,56 em 2016, enquanto que, em 2017, os gastos foram reduzidos a R\$ 237.300,39.



## 5. TABELAS DE REFERÊNCIA

Execução Orçamentária e Financeira – 2017  
Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado  
Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual – LOA  
(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional) SIGGO

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
<b>0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>0</b>	<b>7.076.682.685</b>	<b>7.628.191.638</b>	<b>5.687.853.444</b>	<b>5.614.223.578</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO</b>							
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	25.074.310	18.787.322	16.397.899	7.010.878	5.356.455	28	21
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	62.605.275	44.650.584	48.420.584	0	22.692.164	0	36
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2.525.000	330.000	0	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	24.687.266	7.269.341	21.035.130	16.879.341	11.062.595	68	45
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	9.074.600	3.697.000	2.397.000	0	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	35.049.217	71.903.893	64.951.337	8.882.261	7.992.166	25	23
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	746.000	540.000	510.000	490.982	490.898	66	66
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	1.000	0	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.899.385	18.261.059	17.438.486	12.433.315	12.106.744	39	38
2595 - ADMINISTRAÇÃO NA SUA QUADRA	100.000	120.000	1	0	0	0	0
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	561.000	220.000	50.000	8.567	8.567	2	2
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	1.616	35.000	0	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	55.000	47.000	7.285	0	0	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	150.000	1.320.000	600.001	0	0	0	0
3201 - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESPECIAIS DE PRÁTICAS TECNOLÓGICAS	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3348 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	0	100.000	30.000	0	0	-	-
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	25.000	641.100	107.136	7.136	7.136	29	29
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	14.175.065	7.007.000	7.767.000	0	538.500	0	4
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.437.746	2.404.505	985.505	646.126	646.126	27	27
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5.045.124	20.735.961	15.401.588	3.506.911	1.955.076	70	39
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	13.736.000	11.103.000	7.698.000	0	799.193	0	6
3995 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS	23.000.000	22.872.000	30.144.000	0	13.451.369	0	58
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5.967.424	3.081.986	1.325.771	381.049	369.408	6	6

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	134.000	25.000	1	0	0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	1.223.315	414.000	302.323	33.708	32.708	3	3
4231 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL	10.000	40.000	1	0	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.520.155.655	1.387.150.515	1.334.673.642	1.309.450.917	1.304.473.246	86	86
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	216.926.738	169.409.555	151.911.324	147.014.657	146.964.300	68	68
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	8.756.300	8.760.640	6.011.819	3.650.730	3.488.701	42	40
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	195.089.548	206.683.662	163.432.263	129.374.857	119.814.125	66	61
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>2.077.620.644</b>	<b>1.918.280.539</b>	<b>1.795.171.511</b>	<b>1.639.771.435</b>	<b>1.614.768.251</b>	<b>79</b>	<b>78</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>122.590.940</b>	<b>89.329.584</b>	<b>96.426.584</b>	<b>0</b>	<b>37.481.226</b>	<b>0</b>	<b>31</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6001</b>	<b>2.200.211.584</b>	<b>2.007.610.123</b>	<b>1.891.598.095</b>	<b>1.639.771.435</b>	<b>1.652.249.477</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
<b>6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL</b>							
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	34.307.805	26.716.771	7.326.091	5.258.741	3.779.666	15	11
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100.000	69.160	0	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5.628.455	2.227.062	1.650.004	0	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	62.247.160	42.993.292	42.335.154	38.974.604	25.295.300	63	41
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	3.166.797	5.319.625	3.676.422	3.676.422	3.301.858	116	104
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.064.928	27.697.342	27.940.402	24.850.747	22.398.906	80	72
2570 - AUXÍLIO MORADIA	279.289.883	0	0	0	0	0	0
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100.000	0	0	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	9.500.000	0	0	0	0	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.601.713	957.019	346.737	94.736	72.304	6	5
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	8.558.967	2.525.968	606.654	392.999	392.999	5	5
4052 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL	2.004.791	1.663.200	1.294.240	1.260.661	1.260.661	63	63
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	70.433.946	500.000	3.420.634	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5.839.023	1.458.693	890.948	131.688	101.733	2	2
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	500.000	263.710	263.710	219.829	219.829	44	44
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	1.000	1.000	0	0	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	14.856.088.374	5.706.293.263	6.810.486.123	6.728.970.564	6.635.594.456	45	45
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	894.559.882	268.601.310	592.553.127	580.493.188	567.317.593	65	63
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	16.811.000	17.547.000	17.370.169	16.816.595	9.521.812	100	57

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	470.725.755	637.825.920	717.581.134	701.178.183	572.236.654	149	122
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>11.615.085.886</b>	<b>6.742.660.335</b>	<b>8.227.741.550</b>	<b>8.102.318.957</b>	<b>7.841.493.771</b>	<b>70</b>	<b>68</b>
Fundo Constitucional do DF (Segurança Pública, Saúde e Educação)	5.138.443.593	6.866.641.972	6.825.961.452	6.825.956.539	6.825.956.539	133	133
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6002</b>	<b>16.753.529.479</b>	<b>13.609.302.307</b>	<b>15.053.703.002</b>	<b>14.928.275.496</b>	<b>14.667.450.310</b>	<b>89</b>	<b>88</b>
<b>6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA</b>							
1006 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF	525.000	2.065.000	545.000	13.000	13.000	2	2
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	19.150.000	26.638.744	13.449.090	4.778.603	4.674.351	25	24
1765 - BRASÍLIA SEM FRONTEIRA	500.000	0	0	0	0	0	0
1767 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL	380.000	400.000	97.810	78.831	77.831	21	20
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	979.078	50.000	1	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	3.320.460	7.912.525	11.519.376	0	0	0	0
2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF	26.110.000	29.229.230	41.338.724	32.847.028	26.264.514	126	101
2386 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	332.650	325.000	64.352	64.352	64.352	19	19
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	15.411.415	15.412.520	8.540.464	7.336.895	5.985.169	48	39
2414 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	148.000	143.400	143.400	118.391	118.391	80	80
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	21.667.429	20.800.914	16.244.685	14.737.825	13.039.172	68	60
2484 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.400.000	11.050.000	12.072.572	11.985.818	11.190.423	272	254
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.996.230	18.919.850	13.986.417	5.647.445	5.230.721	40	37
2578 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR	290.000	1.200.000	102.445	47.049	47.049	16	16
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	9.754.940	5.553.420	4.977.506	121.582	120.835	1	1
2901 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	5.548.264	5.472.332	3.196.723	1.303.490	1.143.490	23	21
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	42.431.345	14.600.000	32.172.534	27.855.539	27.497.437	66	65
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	450.000.000	328.200.730	404.262.140	396.089.865	393.661.663	88	87
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	239.927	4.193	1	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	225.000	1.027.540	61.151	33.038	25.638	15	11
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	9.633.950	12.384.643	8.373.311	122.058	2.066	1	0
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	6.500.000	17.261.377	13.661.529	3.517.949	3.160.389	54	49
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6.146.523	8.493.009	12.371.861	2.380.597	2.373.777	39	39
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	12.025.163	5.553.167	34.634.553	6.254.596	6.220.289	52	52
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	2.561.131	0	0	0	0	0	0
7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	55.000	30.000	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.226.940.482	1.961.113.255	1.628.667.098	1.590.438.920	1.579.881.792	71	71
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	107.230.994	123.246.021	122.545.953	118.283.924	117.247.957	110	109
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	40.017.614	35.969.677	23.788.752	21.738.582	17.398.128	54	43
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	175.466.170	151.427.327	125.636.798	90.914.799	80.818.257	52	46
9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	1.000.000	1.900.000	2.595.030	1.900.000	1.900.000	190	190
9051 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	150.000	100.000	0	0	0	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	100.000	400.000	105.224	25.223	25.223	25	25
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>3.203.236.765</b>	<b>2.806.883.874</b>	<b>2.535.154.501</b>	<b>2.338.635.399</b>	<b>2.298.181.914</b>	<b>73</b>	<b>72</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6003</b>	<b>3.203.236.765</b>	<b>2.806.883.874</b>	<b>2.535.154.501</b>	<b>2.338.635.399</b>	<b>2.298.181.914</b>	<b>73</b>	<b>72</b>
<b>6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL</b>							
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	1.002.000	2.000	3.446.168	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	19.195.000	10.841.000	6.605.933	5.340.125	3.150.701	28	16
1684 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	1.744.137	0	0	0	0	0	0
1743 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	50.000	30.000	21.000	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	7.000.000	4.000.000	2.839.395	2.469.989	1.457.519	35	21
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	6.252.425	11.427.000	9.704.816	9.368.091	8.248.165	150	132
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	50.000	157.600	9.398	7.185	7.185	14	14
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	200.000	226.200	33.214	17.397	17.397	9	9
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	148.000.000	229.359.896	244.171.854	229.825.736	162.121.369	155	110
2175 - FOMENTO À PESQUISA	400.000	450.000	515.918	420.465	420.465	105	105
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1.443.638	335.000	55.192	44.423	44.423	3	3
2454 - ATENÇÃO AOS PACIENTES COM COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS E DOENÇA FALCIFORME	198.000	0	0	0	0	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	600.000	420.000	199.547	176.902	176.902	29	29
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.000.000	22.000.000	12.911.958	11.364.655	2.462.301	284	62
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	5.622.480	6.650.000	2.295.115	2.141.668	1.619.502	38	29
2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	7.000.000	6.000.000	2.031.018	1.897.618	753.417	27	11
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	4.000.000	4.169.876	4.642.381	4.257.461	2.964.600	106	74
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	2.500.000	1.400.000	38.389	8.209	8.209	0	0
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	2.700.000	4.010.000	2.019.812	1.338.108	1.281.186	50	47
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.500.000	2.002.020	6.006.205	3.329.238	2.345.574	74	52

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	2.500.000	2.870.000	3.228	0	0	0	0
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	3.900.000	2.650.000	4.737.337	2.183.466	628.977	56	16
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	4.172.012	3.000.000	3.670.287	3.632.704	3.279.316	87	79
2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	20.500.000	30.000.000	20.470.203	10.597.030	5.105.896	52	25
2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	8.001.000	8.841.000	9.616.072	6.006.211	5.819.074	75	73
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	12.404.248	11.038.000	8.688.000	5.790.715	5.663.070	47	46
2876 - (EP) CAPTAÇÃO DE DOADORES DE TECIDOS, ÓRGÃOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E TRATAMENTO	300.000	0	0	0	0	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	85.000.000	107.586.117	108.630.553	95.526.931	47.503.472	112	56
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	558.000	10.000	4.200	0	0	0	0
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	10.000	4.200	0	0	0	0
3024 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER	1.250.000	10.000	669.603	669.603	0	54	0
3025 - REFORMA DE BASES DO SAMU	4.747.575	0	0	0	0	0	0
3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	2.000.000	10.000	14.814.688	0	0	0	0
3031 - REFORMA DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	4.000.000	4.000.000	0	0	0	0	0
3050 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	557.062	10.000	2.064.283	0	0	0	0
3109 - REFORMA DO NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	59.000	0	0	0	0	0	0
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	26.800.000	12.891.000	8.337.338	6.356.273	1.403.930	24	5
3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	600.000	100.000	1.133.928	1.091.927	0	182	0
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	27.700.000	1.055.000	1.252.079	158.448	121.537	1	0
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	8.000.000	9.012.170	45.618.027	40.987.048	40.622.699	512	508
3154 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	300.000	50.000	0	0	0	0	0
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3.000.000	2.200.000	2.100.000	2.100.000	1.799.491	70	60
3165 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	662.588	370.255	0	0	0	0	0
3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	610.000	20.000	14.000	0	0	0	0
3173 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU	1.000.000	300.000	1	0	0	0	0
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	18.000.000	30.533.823	4.612.108	827	827	0	0
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	35.000.000	22.314.415	48.067.301	3.351.110	343.092	10	1
3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	1.000.000	1.430.000	0	0	0	0	0
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	10.000.000	560.000	211.779	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	5.500.000	17.999.460	16.066.582	7.630.348	1.768.871	139	32

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3642 - (EP)CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA UTI NO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	650.000	0	0	0	0	0	0
3663 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO CURRALINHO EM BRAZLÂNDIA	800.000	0	0	0	0	0	0
3664 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO INCRA 08 EM BRAZLÂNDIA	2.545.000	0	0	0	0	0	0
3680 - AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	55.000	50.000	50.000	0	0	0	0
4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	13.687.163	7.363.000	9.663.000	5.459.203	5.380.326	40	39
4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	1.435.000	1.587.000	1.407.000	775.551	705.027	54	49
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	20.000.000	19.383.000	15.227.889	13.845.508	12.215.296	69	61
4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	4.004.000	3.106.000	3.416.000	2.848.686	2.653.915	71	66
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.000.000	654.000	8.631.589	223.029	68.740	22	7
4091 - APOIO A PROJETOS	10.000	425.000	3.830.455	0	0	0	0
4133 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO	936.882	386.882	0	0	0	0	0
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	19.000.000	14.680.736	5.327.715	3.482.239	1.851.859	18	10
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	200.000	705.000	15.062	0	0	0	0
4145 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3.500.000	1.700.000	323.408	205.207	71.322	6	2
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	800.000	2.340.309	6.655.639	944.520	944.520	118	118
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	13.000.000	17.207.857	12.450.000	12.449.992	12.406.167	96	95
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	159.307.098	159.442.936	175.200.743	150.945.615	113.327.502	95	71
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	125.000.000	105.040.000	96.979.248	96.959.248	87.524.913	78	70
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	103.358.729	105.194.245	34.339.449	21.652.529	15.878.155	21	15
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3.600.000	3.573.572	8.773.123	7.388.355	4.247.731	205	118
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	270.050.000	300.054.539	317.840.892	279.830.574	223.108.418	104	83
4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	16.701.417	27.946.910	30.112.892	24.954.760	14.349.678	149	86
4226 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	5.500.000	13.117.000	5.445.930	4.526.329	3.321.737	82	60
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	130.000.000	166.670.034	151.912.478	151.460.496	126.017.472	117	97
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	28.936.480	37.100.000	24.123.018	18.637.239	4.103.330	64	14
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	3.010.000	4.111.300	2.491.039	765.457	643.626	25	21
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	23.500.000	18.500.000	33.017.263	24.688.012	14.360.966	105	61
6055 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	3.360.218	4.651.861	27.930	27.929	27.929	1	1
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	5.500.000	1.125.000	1.125.000	1.125.000	1.125.000	20	20

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	354.000	295.000	30.001	0	0	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	493.680	430.680	398.250	363.015	363.015	74	74
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	51.123.320	77.066.869	78.309.312	78.272.678	78.272.027	153	153
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	86.400	81.600	72.000	65.600	65.600	76	76
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>1.516.263.127</b>	<b>1.666.342.162</b>	<b>1.625.529.434</b>	<b>1.359.986.682</b>	<b>1.024.173.438</b>	<b>90</b>	<b>68</b>
<b>Fundo Constitucional do DF (Saúde)</b>	<b>1.820.425</b>	<b>226.572.361</b>	<b>21.758.540</b>	<b>21.758.540</b>	<b>21.758.540</b>	<b>1.195</b>	<b>1.195</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6202</b>	<b>1.518.083.552</b>	<b>1.892.914.523</b>	<b>1.647.287.974</b>	<b>1.381.745.222</b>	<b>1.045.931.978</b>	<b>91</b>	<b>69</b>
<b>6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS</b>							
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	230.709.899	697.316	230.199	0	0	0	0
1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	16.500	120.000	2.182	2.180	2.180	13	13
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	28.985.551	36.063.791	41.081.258	12.685.712	12.580.327	44	43
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC	20.975.780	38.090.127	38.090.127	0	0	0	0
1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	35.763	60.000	2	0	0	0	0
2415 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	46.207.585	0	0	0	0	0	0
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	21.500	65.000	87.903	79.546	9.646	370	45
2499 - EXPRESSO DA CIDADANIA	20.000	0	0	0	0	0	0
2502 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	10.000	0	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32.176.506	11.385.976	22.001.269	19.696.062	15.676.087	61	49
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000	41.000	0	0	0	0	0
2895 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA	100.000	0	81.600	0	0	0	0
2912 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS	153.504	2.092.735	101.386	101.381	83.000	66	54
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.200.000	1.550.903	4.581.207	4.565.373	4.239.443	380	353
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	1.041.622	40.807	0	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	8.675.000	10	3.401	0	0	0	0
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	41.239	40.807	0	0	0	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	800.000	0	0	0	0	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	4.700.000	1.100.000	30.600.000	27.687.709	27.172.775	589	578
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	10.086.322	26.829.821	26.511.166	13.160.319	5.875.909	130	58
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	474.735	127.733	127.733	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	38.185	37.096	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	8.913.124	4.925.667	3.317.963	624.898	624.898	7	7
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.500.000	0	0	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	4.960.672	553.206	235.630	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	46.973	1.335.000	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	100.000	20.000	50.001	0	0	0	0
4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	31.000	180.000	150.800	148.598	148.598	479	479
4105 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	122.955	300.404	0	0	0	0	0
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	279.221	100.000	14.001	14.000	14.000	5	5
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	5.518.842	70.000	73.400	0	0	0	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	11.219.961	17.266.864	23.069.960	22.457.145	19.458.206	200	173
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	2.859.733	2.859.733	2.620.839	0	0	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	2.859.733	2.859.733	2.620.839	0	0	0	0
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	39.700.000	31.695.190	31.839.857	3.535.069	3.501.816	9	9
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.077.840	13.000.000	1.042.059	133.219	122.659	12	11
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	11.288.011	10	11.525.726	11.505.247	10.802.106	102	96
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	4.000.000	0	0	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	79.712.746	22.519.334	124.467.874	120.989.569	118.840.812	152	149
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>560.670.502</b>	<b>216.028.263</b>	<b>364.528.382</b>	<b>237.386.027</b>	<b>219.152.462</b>	<b>42</b>	<b>39</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6203</b>	<b>560.670.502</b>	<b>216.028.263</b>	<b>364.528.382</b>	<b>237.386.027</b>	<b>219.152.462</b>	<b>42</b>	<b>39</b>
<b>6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA</b>							
4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	612.054	581.800,00	531.800,00	231.880,00	229.255,00	38	37
4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	132.550	132.300,00	32.300,00	1.000,00	121,00	1	0
4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	810.000	930.000,00	230.000,00	7.924,00	7.924,00	1	1
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>1.554.604</b>	<b>1.644.100</b>	<b>794.100</b>	<b>240.804</b>	<b>237.300</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6204</b>	<b>1.554.604</b>	<b>1.644.100</b>	<b>794.100</b>	<b>240.804</b>	<b>237.300</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER</b>							
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	420.000	0	0	0	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	5.332.001	10.046.278	10.239.831	4.605.080	887.869	86	17
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	0	10.000	10.000	0	0	-	-
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.489.001	3.389.955	965.002	563.821	112.820	13	3



PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.500.000	1.510.000	25.390.270	0	0	0	0
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	2.234.340	3.800.000	7.185.778	1.308.281	813.233	59	36
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	2.094.100	3.550.418	4.188.964	2.865.930	2.680.506	137	128
2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	105.000	15.000	1	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	420.000	0	0	0	0	0	0
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	871.097	1.730.000	6.501.714	6.288.004	5.128.961	722	589
2875 - (EP)PROJETO BOLEIROS	5.500.000	0	0	0	0	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	4.539.754	898.422	6.682.292	0	0	0	0
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	611.000	1.270.000	546.000	0	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	1.594.200	5.406.000	1.014.827	490.350	349.796	31	22
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	100.000	18.000.000	13.150.000	0	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	105.000	15.000	1	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	1.887.849	6.438.871	3.947.344	1.586.162	1.254.673	84	66
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	0	10.000	10.000	0	0	-	-
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	250.000	884.000	5.032.436	4.879.039	4.830.966	1.952	1.932
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	6.670.442	2.830.303	3.202.908	859.986	520.112	13	8
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.630.009	6.470.861	3.340.865	2.944.057	2.431.638	181	149
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	5.104.386	6.546.000	4.087.431	2.480.014	836.100	49	16
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	33.171.244	29.961.712	39.176.674	36.675.232	32.104.789	111	97
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	94.343	10.000	10.000	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	2.066.984	5.695.795	7.974.231	4.879.119	3.204.190	236	155
4091 - APOIO A PROJETOS	3.448.743	5.165.020	4.780.250	400.720	400.720	12	12
4092 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	525.750	50.000	0	0	0	0	0
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2.451.750	2.316.000	2.471.702	2.422.965	2.088.754	99	85
4177 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS	110.000	50.000	50.000	0	0	0	0
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	10.500	110.000	1	0	0	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	835.000	18.556	1	0	0	0	0
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	2.605.000	3.600.000	8.504.626	0	0	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	3.370.000	2.695.760	2.358.999	0	0	0	0
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	1.880.339	3.360.000	3.285.090	1.687.419	1.685.987	90	90
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>94.427.832</b>	<b>106.323.951</b>	<b>125.546.969</b>	<b>74.936.179</b>	<b>59.331.114</b>	<b>79</b>	<b>63</b>

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
Orçamento de Investimento das Estatais	4.600.000	19.530.000	38.560.270	0	0	0	0
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6206</b>	<b>99.027.832</b>	<b>125.853.951</b>	<b>164.107.239</b>	<b>74.936.179</b>	<b>59.331.114</b>	<b>76</b>	<b>60</b>
<b>6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA</b>							
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	200.000	1.000	0	0	0	0	0
1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	51.000	1.005.000	0	0	0	0	0
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	4.420.513	1.981.996	5.415.783	4.923.526	2.937.839	111	66
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	210.600	604.398	705.705	488.265	477.265	232	227
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	136.332.687	151.056.098	151.056.098	0	69.510.952	0	51
1715 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA	15.000	0	0	0	0	0	0
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4.000	10.000	2.513	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	96.691	593.826	253.585	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	16.184.334	23.736.416	35.506.278	21.643.321	19.990.369	134	124
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.069.500	6.600.000	12.828.900	0	5.523.599	0	136
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	763.250	480.000	3.898.318	1.663.433	1.662.444	218	218
2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	85.000	85.000	77.160	70.023	68.218	82	80
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	50.000	0	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	539.337	280.000	160.840	158.583	142.437	29	26
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	6.200.000	2.000.000	0	0	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	3.000	0	0	0	0	0	0
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	4.220.000	1.500.000	0	0	0	0	0
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	20.000	50.000	1.140.523	28.674	28.674	143	143
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	10.000	10.000	0	0	0	0	0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	10.000	70.000	18.037	18.036	18.036	180	180
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	215.783	310.000	220.551	220.549	198.462	102	92
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	10.000	51.000	0	0	0	0	0
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	160.000	2.215.000	0	0	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	4.427.587	7.907.100	6.210.447	5.916.509	5.509.190	134	124
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	245.000	3.200.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.224	1.224
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL	10.000	20.098	20.098	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	10.000	640.000	6.547	6.544	6.544	65	65
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0	0	0
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.000.000	6.500.000	6.500.000	383.210	352.405	6	6
2846 - RODADAS DE NEGÓCIOS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	110.000	0	0	0	0	0	0
2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	300.000	50.000	0	0	0	0	0
2873 - (EP)PROMOÇÃO E DIFUSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE DESIGN DO DISTRITO FEDERAL	100.000	200.000	0	0	0	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	30.979	60.000	60.000	0	0	0	0
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	40.000	2.770.000	5.456.854	1.557.096	1.557.096	3.893	3.893
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	5.800.000	2.188.000	379.798	379.798	189.899	7	3
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	5.038.190	4.701.000	5.120.241	5.064.436	4.663.794	101	93
3027 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR	100.000	500.000	0	0	0	0	0
3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	4.000	10.000	2.513	0	0	0	0
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	3.566.163	20.000	0	0	0	0	0
3035 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO	4.000	0	0	0	0	0	0
3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	1.000	10.000	1.031.799	134.608	134.608	13.461	13.461
3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	157.000	10.000	2.513	0	0	0	0
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	5.883	90.000	2.603	0	0	0	0
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	10.000	50.000	0	0	0	0	0
3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	7.920.000	1.348.200	1.348.200	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	199.187	0	0	0	0	0	0
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	250.000	250.000	1	0	0	0	0
3066 - CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO TRABALHO	230.000	0	0	0	0	0	0
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	54.000	10.000	2.513	0	0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	4.000	10.000	473.472	0	0	0	0
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	10.000	20.000	600	600	600	6	6
3093 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4.000	0	0	0	0	0	0
3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	200.000	3.870.000	2.888.124	814.396	814.396	407	407
3176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA	7.815.939	2.000.000	0	0	0	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	9.000.000	1.565.449	567.449	0	467.400	0	5
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	304.000	1.010.000	950.000	785.872	401.489	259	132
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	335.000	251.000	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3247 - REFORMA DE FEIRAS	2.276.000	10.036.233	4.804.156	1.983.512	932.824	87	41
3247 - REFORMA DE FEIRAS	0	10.000	2.010.000	0	0	-	-
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.620.792	932.987	2.660.032	1.088.086	1.088.086	42	42
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	401.937	200.000	963.500	0	943.724	0	235
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	250.000	1.000.000	1.285.526	1.086.440	1.086.440	435	435
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	4.730.377	5.104.775	5.104.775	0	147.556	0	3
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	50.000	460.000	4.538.105	49.673	49.673	99	99
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	7.101.000	10.000	1	0	0	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	0	12.470.000	12.470.000	0	3.319.361	-	-
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	3.000	60.000	1	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	243.000	1.320.000	750.000	250.000	250.000	103	103
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	459.300	600.000	480.001	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	500.000	16.500.000	16.500.000	0	2.776.550	0	555
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	7.000	50.000	1	0	0	0	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	0	8.607.000	5.067.000	0	0	-	-
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	1.000.000	1.000.000	1.000.000	383.714	225.088	38	23
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	54.000	200.000	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	16.674.000	21.520.000	20.820.000	15.711.536	15.666.814	94	94
4091 - APOIO A PROJETOS	200.505	1.000.400	1	0	0	0	0
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	3.593.596	4.637.620	5.784.530	2.357.225	2.210.613	66	62
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	210.600	150.000	3.331.901	1.039.370	1.039.370	494	494
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.000	10.000	0	0	0	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	10.000	1.601.000	1.726.000	1.171.428	1.171.428	11.714	11.714
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	10.000	10.000	0	0	0	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	914.117	800.000	1.280.463	1.177.812	593.372	129	65
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	203.000	600.000	90.826	90.826	32.653	45	16
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	3.500.000	2.000.000	620.285	595.520	543.160	17	16
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	37.818	200.000	200.000	0	0	0	0
5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	625.000	625.000	435.616	435.616	435.616	70	70
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	19.767.995	83.437.932	84.511.109	5.904.143	4.579.492	30	23
5523 - REFORMA DE GALPÃO	53.100	90.000	90.000	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	150.000	1.000.000	0	0	0	0	0
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	129.248.046	150.230.914	152.409.323	35.208.646	23.935.490	27	19
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	6.000.000	5.500.000	5.500.000	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.000.000	3.000.000	3.000.000	866.885	726.525	29	24
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	179.459.199	254.607.573	205.730.684	4.763.269	4.763.269	3	3
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	100.000.000	38.145.017	87.021.889	23.421.447	23.421.447	23	23
9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	11.867.231	6.760.191	10.855.799	9.786.907	9.786.907	82	82
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	16.500.000	18.000.000	18.000.000	3.178.200	1.497.000	19	9
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	517.149	586.696	586.696	42.833	42.833	8	8
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	240.000	200.000	0	0	0	0	0
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2.675.879	3.037.202	8.026.759	2.676.495	2.676.495	100	100
9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	123.073	40.510	207.781	104.963	104.963	85	85
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>580.488.836</b>	<b>688.790.109</b>	<b>709.254.900</b>	<b>160.632.025</b>	<b>139.013.323</b>	<b>28</b>	<b>24</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>162.954.501</b>	<b>203.461.522</b>	<b>207.915.922</b>	<b>0</b>	<b>82.689.142</b>	<b>0</b>	<b>51</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6207</b>	<b>743.443.337</b>	<b>892.251.631</b>	<b>917.170.822</b>	<b>160.632.025</b>	<b>221.702.465</b>	<b>22</b>	<b>30</b>
<b>6208 - TERRITÓRIO DA GENTE</b>							
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	5.357.000	28.500.000	58.100.000	0	53.690.272	0	1.002
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	58.100.000	84.602.982	24.272.124	23.465.640	-	-
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	38.483.000	40.910.000	12.340.500	0	2.287.462	0	6
1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	15.216.292	19.850.000	31.300.000	2.173.504	2.173.504	14	14
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8.778.775	1.887.562	4.756.072	2.038.703	1.892.540	23	22
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	3.073.000	3.073.000	1.473.000	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	24.702.503	5.845.051	17.747.414	3.487.844	3.487.844	14	14
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	4.854.000	2.950.000	3.728.780	0	181.233	0	4
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1.000	10.000	0	0	0	0	0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1.000	80.000	20.184	0	0	0	0
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	387.166	401.000	400.001	0	0	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	74.745	493.000	74.527	62.466	61.926	84	83
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	436.110	831.659	513.643	218.286	145.966	50	33
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.398.612	476.467	878.717	756.813	756.813	54	54
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	600.000	461.500	400.000	339.980	339.980	57	57

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	8.254.927	5.012.570	57.130.532	5.395.967	5.182.415	65	63
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASILIA SUSTENTÁVEL II"	17.351.604	11.056.219	10.577.326	0	0	0	0
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	126.737	175.014	175.014	1.775	356	1	0
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	43.358.049	22.811.000	37.196.172	4.039.629	2.400.293	9	6
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	22.048.970	28.028.214	22.652.410	0	0	0	0
3100 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	15.000	0	0	0	0	0	0
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	264.842	20.000	1.007	0	0	0	0
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	8.606.000	22.100.000	18.900.000	0	852.127	0	10
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	15.139.000	9.865.000	9.865.000	0	3.243.929	0	21
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	100.000	50.000	0	0	0	0	0
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	150.000	150.000	710	0	0	0	0
3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	20.000	1.000	1	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	11.000	0	0	0	0	0	0
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	22.645.295	19.651.898	14.925.330	2.027.723	1.836.868	9	8
3588 - (EP)REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	300.000	0	0	0	0	0	0
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	39.903.164	23.483.062	1.407.974	1.407.963	1.407.963	4	4
3675 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (EP)	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.648.418	2.050.000	1.668.400	299.344	289.344	11	11
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	4.587.153	2.577.000	817.052	0	0	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	200.000	200.000	0	0	0	0	0
4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	6.500.000	1.650.000	2.805.527	657.094	366.345	10	6
4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	3.500.000	2.985.499	3.310.892	3.288.933	2.951.184	94	84
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	2.235.107	710.000	706.206	231.886	226.318	10	10
4053 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	0	100.000	100.000	11.900	10.784	-	-
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	50.000	3.300	3.300	3.300	33	33
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	31.589	170.000	95.622	47.372	44.672	150	141
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	41.779	90.000	21.700	21.700	21.700	52	52
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	10.000	710.880	0	0	0	0	0
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	1.090.336	11.000	1.008	0	0	0	0
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	500.000	300.000	300.000	15.020	15.020	3	3

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	2.058.000	995.000	1.205.000	0	247.401	0	12
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	19.241.798	14.011.879	14.011.879	502.697	502.697	3	3
5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS	3.162.318	10.001.000	10.347.974	1.030.049	980.699	33	31
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	569.177	458.424	357.618	355.635	-	-
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>250.904.289</b>	<b>235.061.651</b>	<b>319.408.000</b>	<b>52.689.690</b>	<b>48.919.806</b>	<b>21</b>	<b>19</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>78.570.000</b>	<b>109.393.000</b>	<b>106.612.280</b>	<b>0</b>	<b>60.502.424</b>	<b>0</b>	<b>77</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6208</b>	<b>329.474.289</b>	<b>344.454.651</b>	<b>426.020.280</b>	<b>52.689.690</b>	<b>109.422.230</b>		
<b>6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL</b>							
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	124.555.859	173.830.798	158.619.919	133.858.376	98.454.037	107	79
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	2.765.859	2.815.859	2.643.625	1.030.751	0	37	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	130.000.000	156.970.168	156.970.168	0	59.024.519	0	45
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	90.000	90.000	0	0	0	0	0
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	500.000	0	0	0	0	0	0
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	500.000	0	0	0	0	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	800.000	0	0	0	0	0	0
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	500.000	5.000	0	0	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	884.156	3.365.688	5.102.333	3.909.113	1.908.445	442	216
1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLOGICO	625.000	300.000	0	0	0	0	0
1768 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	405.000	0	0	0	0	0	0
1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	428.037	0	0	0	0	0	0
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0	500.000	300.000	276.711	0	#DIV/0!	#DIV/0!
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	171.129.425	193.787.000	204.180.247	0	59.678.521	0	35
1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	36.471.672	60.632.000	134.661.000	0	101.395.803	0	278
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	94.019.655	109.364.000	117.642.000	0	46.698.597	0	50
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.845.000	10.297.404	6.809.264	2.632.425	1.346.507	143	73
1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	1.716.000	5.715.000	3.389.000	0	867.890	0	51
1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	6.366.320	19.074.000	38.047.000	0	14.833.410	0	233
1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	520.000	200.000	422.002	103.975	42.813	20	8
1918 - CONSTRUÇÃO DE USINA DE COMPOSTAGEM	110.000	0	0	0	0	0	0
1947 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO	210.000	0	0	0	0	0	0
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	87.997.815	35.326.308	30.440.783	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.000.000	2.300.000	0	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	59.834	4.750.000	8.273.532	5.674.591	4.830.543	9.484	8.073
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	59.818	30.000	0	0	0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	306.732.800	298.349.065	378.422.679	378.087.918	359.016.950	123	117
2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	10.000	0	0	0	0	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	11.235	400.000	262.714	9.711	9.372	86	83
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	131.651	1.000.000	340.513	314.806	245.516	239	186
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	254.750	270.000	0	0	0	0	0
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	51.536	30.000	8.247	1.396	1.396	3	3
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	591.020	1.000.000	686.813	534.572	444.487	90	75
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	1.000	50.000	33.144	3.444	3.444	344	344
2573 - CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE AMORTECIMENTO DA EEJBB	50.000	0	0	0	0	0	0
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	10.000	333.572	333.572	321.652	280.056	3.217	2.801
2580 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	40.000	0	0	0	0	0	0
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	2.100.000	1.605.000	820.167	646.083	437.877	31	21
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	1.000.000	1.000.000	168.000	168.000	17	17
2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	2.345.750	2.713.000	2.613.000	2.215.287	1.197.772	94	51
2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	100.000	150.000	150.000	0	0	0	0
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	1.500.000	1.490.000	2.273.726	345.553	874	23	0
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	3.757.913	1.700.895	3.144.108	3.043.952	2.667.618	81	71
2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	150.000	1.335.952	594.852	0	0	0	0
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.750.000	1.550.000	130.000	12.748	0	1	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	400.000	800.000	22.800	10.600	10.600	3	3
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	300.000	300.000	8.100	2.700	2.700	1	1
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	165.000	100.000	0	0	0	0	0
2706 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	1.233.840	301.000	8.500	7.995	7.995	1	1
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	110.000	50.000	31.331	27.561	27.561	25	25
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	13.304.000	10.446.966	5.423.074	4.919.982	4.180.271	37	31
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	175.000	148.952	56.208	14.190	14.190	8	8
3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	10.000	10.000	10.000	0	0	0	0



PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	1.000.000	1.500.000	69.535	68.910	68.910	7	7
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's	1.500.000	772.898	1.121.575	0	0	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	14.617.000	23.342.000	16.711.870	1.593	1.593	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	2.000.000	10.413.000	6.910.750	0	0	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	500.000	0	0	0	0	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	1.000.000	500.000	0	0	0	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	6.500.000	9.437.000	30.000.000	0	0	0	0
3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	14.000	9.000	0	0	0	0	0
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.330.007	679.702	5.683.622	2.213.955	1.663.955	166	125
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	1.000.000	5.000	0	0	0	0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	500.000	5.000	4.279.058	2.216.015	1.486.015	443	297
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	260.631.851	278.018.692	298.374.463	68.853.563	66.627.119	26	26
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	10.000	10.000	2.256.269	632.391	632.391	6.324	6.324
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	43.255.268	113.038.496	145.754.505	53.107.233	49.474.258	123	114
3067 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA	100.000	0	0	0	0	0	0
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	3.347.777	6.824.388	13.372.441	11.178.183	4.900.095	334	146
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	1.000	10.000	0	0	0	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	650.000	650.000	870.919	857.569	857.569	132	132
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	25.000.000	584.763.195	584.763.195	0	123.624.479	0	494
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR	200.000	29.853	3.001	0	0	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	1.300.000	44.569	717.149	710.663	710.663	55	55
3122 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	15.000	0	0	0	0	0	0
3123 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	25.000	0	0	0	0	0	0
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	528.750	250.000	21.136	21.135	15.275	4	3
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	4.214.000	14.100.000	15.900.000	0	1.676.371	0	40
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	105.000	1.700.000	1.644.298	0	0	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	2.538.000	7.188.000	5.304.001	0	0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	500.000	0	0	0	0	0	0
3256 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT	100.000	0	0	0	0	0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	350.000	150.000	29.400	400	400	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	20.000	15.000	10.000	1.620	1.620	8	8
3584 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL EM BRAZLÂNDIA	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3586 - (EP)DUPLICAÇÃO DA DF 001	1.000.000	510.000	1	0	0	0	0
3622 - (EP)REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO BALNEÁRIO VEREDINHA	1.000.000	1.200.000	1.000.000	1.000.000	274.996	100	27
3631 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER	300.000	0	0	0	0	0	0
3637 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DO SETOR NORTE DO GAMA	300.000	500.000	0	0	0	0	0
3671 - REFORMA DE CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	1.100.000	12.480.000	8.419.000	0	0	0	0
3672 - RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E ÁREAS DEGRADADAS NO DISTRITO FEDERAL (EP)	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	32.614	0	0	0	0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	440.000	0	0	0	0	0	0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1.750.000	1.600.000	1.309.835	1.189.520	1.178.500	68	67
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	34.000	10.000	10.000	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS		60.000	442.946	335.925	335.925	-	-
4091 - APOIO A PROJETOS	100.000	101.000	0	0	0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.311.220	1.642.000	459.904	305.751	305.751	23	23
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	1.000	600.000	112.728	1.430	1.430	143	143
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	29.551	169.000	0	0	0	0	0
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	20.000	1.802.484	1.797.484	0	0	0	0
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	50.000	30.000	1.820.722	506.754	506.605	1.014	1.013
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	500.000	200.000	200.000	183.002	157.002	37	31
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	300.000	200.000	200.000	5.960	5.960	2	2
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	106.434.000	208.738.000	179.918.900	0	4.978.448	0	5
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	17.351.602	35.916.217	10.577.323	0	0	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	200.000	0	0	0	0	0	0
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROÇÃO	2.100.000	478.588	8.861	0	0	0	0
5713 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	10.000	0	0	0	0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	500.000	0	0	0	0	0	0
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	34.692.715	93.912.000	111.059.000	0	35.398.445	0	102
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	69.205.991	47.098.000	57.158.000	0	22.605.534	0	33
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	500.000	10.000	0	0	0	0	0
7046 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	155.000	0	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	500.000	10.000	0	0	0	0	0
7462 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF	2.522.439	12.000	10.002	0	0	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	223.803.869	169.589.814	187.625.113	186.430.995	168.600.928	83	75
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	201.620.516	39.718.969	187.623.651	185.639.047	153.501.189	92	76
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	10.194	9.888	2.244.529	890.000	590.000	8.731	5.788
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>1.352.701.880</b>	<b>1.248.058.017</b>	<b>1.500.651.347</b>	<b>1.054.525.706</b>	<b>927.197.173</b>	<b>78</b>	<b>69</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>689.870.429</b>	<b>1.526.483.363</b>	<b>1.649.018.260</b>	<b>0</b>	<b>470.782.017</b>	<b>0</b>	<b>68</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6210</b>	<b>2.042.572.309</b>	<b>2.774.541.380</b>	<b>3.149.669.607</b>	<b>1.054.525.706</b>	<b>1.397.979.190</b>	<b>52</b>	<b>68</b>
<b>6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b>							
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.530.000	2.407.350	5.952.403	2.177.474	0	142	0
1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.096.875	254.797	0	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	300.000	50.000	0	0	0	0	0
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	332.995	73.536	3.536	0	0	0	0
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	3.625.527	4.447.350	3.731.463	984.113	984.113	27	27
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	1.283.856	819.217	300.002	0	0	0	0
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	87.000	200.000	0	0	0	0	0
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	39.708.308	29.111.519	48.435.270	36.785.052	33.870.687	93	85
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10.000	20.000	0	0	0	0	0
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	10.000	60.000	0	0	0	0	0
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS	30.961.790	69.400.000	73.460.676	73.180.676	65.685.719	236	212
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	390.000	568.866	568.866	0	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.385.000	460.000	250.000	231.386	208.573	17	15
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	2.500.000	1.104.000	2.904.582	2.070.603	1.961.852	83	78
2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	700.000	500.000	505.325	505.323	505.323	72	72
2628 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	700.000	100.000	1	0	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	750.000	0	0	0	0	0	0
2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	5.040.000	200.000	950.000	0	0	0	0
2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	41.500.000	0	0	0	0	0	0
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	239.212	2.051.000	1.740.497	51.900	6.868	22	3
2782 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	0	940.000	0	0	0	-	-

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2877 - (EP)PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	5.050.000	0	0	0	0	0	0
2890 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES ALTERNATIVAS PENAIS	700.000	22.100.000	33.723	10.617	617	2	0
2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR	121.142	100.000	100.000	250	250	0	0
2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	24.300.000	23.100.000	12.877.241	12.866.342	8.689.619	53	36
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	6.586.989	2.698.308	6.744.561	3.715.124	2.969.868	56	45
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	1.370.978	6.200.000	1.860.000	478.010	0	35	0
3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	300.000	50.000	0	0	0	0	0
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	3.106.409	10.641.088	75.662.370	6.813.966	6.813.966	219	219
3189 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	300.000	0	0	0	0	0	0
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	500.000	0	0	0	0	0	0
3481 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE	130.000	0	0	0	0	0	0
3568 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO-DIA DO IDOSO - CDI	3.000.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.412.500	100.000	0	0	0	0	0
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	1.000.000	11.293.772	257.258	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.212.500	0	0	0	0	0	0
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.712.500	296.800	0	0	0	0	0
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.212.500	410.000	250.434	0	0	0	0
4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	112.514	90.000	190.000	96.072	96.072	85	85
4127 - DEFENSORIA PÚBLICA NA COMUNIDADE	1.000.000	0	0	0	0	0	0
4128 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO	100.000	70.000	50.000	0	0	0	0
4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	390.122	300.000	25.000	23.732	10.723	6	3
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	100.000	30.000	12.800	336	336	0	0
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	1.212.500	200.000	0	0	0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	5.067.978	2.136.628	51.029.836	562.671	562.671	11	11
4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	1.000.000	200.000	0	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.000	2.000	0	0	0	0	0
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>193.150.195</b>	<b>192.786.231</b>	<b>287.895.844</b>	<b>140.553.647</b>	<b>122.367.257</b>	<b>73</b>	<b>63</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6211</b>	<b>193.150.195</b>	<b>192.786.231</b>	<b>287.895.844</b>	<b>140.553.647</b>	<b>122.367.257</b>	<b>73</b>	<b>63</b>
<b>6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL</b>							
1077 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA .	1.100.000	1.000	1	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	8.205.000	418.304	2.607.507	1.390.879	408.562	17	5
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	5.991.484	4.420.000	5.339.683	3.879.000	3.216.000	65	54
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	3.912.374	1.050.000	10.331.383	10.331.382	10.331.382	264	264
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	0	264.000	587.300	0	0	-	-
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	323.320	1.020.000	2.902.329	1.399.895	1.361.115	433	421
1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	50.000	300.000	67.001	75	75	0	0
1284 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE ÔNIBUS URBANO	1.000	0	0	0	0	0	0
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	2.061.467	5.810.000	10.310.400	3.022.453	2.143.051	147	104
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	1.819.555	5.000	1	0	0	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	189.900.000	12.541.480	31.011.653	23.607.242	23.387.076	12	12
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	128.000	1.440.000	80.000	0	0	0	0
1689 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO	7.510.000	10.000	1	0	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	53.725.709	49.132.977	74.501.763	59.796.207	46.854.688	111	87
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	153.273.449	152.700.000	142.600.001	0	0	0	0
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	23.000.000	34.106.400	34.106.401	0	0	0	0
1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	13.062.079	14.225.000	14.225.000	0	0	0	0
1881 - IMPLANTAÇÃO DE TRENS REGIONAIS	100.000	1.000	1	0	0	0	0
1888 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE	11.500	5.000	0	0	0	0	0
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	10.000.000	13.452.602	3.998.916	3.998.916	3.996.291	40	40
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	0	10.000	10.000	0	0	-	-
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1.576.197	27.945.213	33.271.736	2.697.149	2.511.024	171	159
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	2.200.000	2.011.794	1.911.794	0	0	0	0
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	1.865.000	0	0	0	0	0	0
2319 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS	1.050.000	50.000	1	0	0	0	0
2329 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER	50.000	50.000	1	0	0	0	0
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	221.431.057	99.670.688	116.361.000	116.361.000	111.975.499	53	51
2458 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	3.918.246	0	0	0	0	0	0
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	12.460.000	11.230.000	3.360.590	1.747.674	876.151	14	7
2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	186.703.891	158.232.333	129.857.565	124.523.059	106.927.004	67	57

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	775.000	2.850.000	1.791.518	1.233.592	1.047.992	159	135
2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	1.050.000	50.000	1	0	0	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	50.000.000	48.605.000	47.039.712	2.605.172	2.325.649	5	5
3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	45.000.000	100.000	556.308	0	0	0	0
3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	35.010.000	38.000.000	38.000.000	0	0	0	0
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	129.707.357	130.501.000	120.000.001	0	0	0	0
3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE	28.693.788	66.360.000	71.530.315	27.449.853	27.449.853	96	96
3071 - CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM SUBTERRÂNEA NO EIXO MONUMENTAL	1.814.850	0	0	0	0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	31.723.044	8.325.000	5.299.869	629.035	605.854	2	2
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	5.959.850	15.300.000	32.998.097	3.353.248	3.353.248	56	56
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	0	2.000.000	2.000.000	0	0	-	-
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	121.966.365	164.649.000	150.900.265	2.121.457	2.055.107	2	2
3125 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	10.000	10.000	1	0	0	0	0
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	31.299.355	239.805.044	204.586.353	25.850.486	25.671.843	83	82
3127 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DA ÁREA CENTRAL	10.000	0	0	0	0	0	0
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	5.130.000	4.060.000	7.837.409	5.203.980	4.154.041	101	81
3134 - AQUISIÇÃO DE TRENS	30.000.000	55.579.200	55.836.686	168.564	168.564	1	1
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	1.686.727	455.665	1	0	0	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	1.100.000	100.000	1	0	0	0	0
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	7.545.000	6.960.000	11.153.656	3.967.259	3.083.177	53	41
3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	500.000	50.000	55.222	55.220	55.220	11	11
3207 - AMPLIAÇÃO DA DF-047- ESTRADA PARQUE AEROPORTO	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3276 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS	12.750.000	10.100.000	10.000.001	0	0	0	0
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	32.750.000	14.603.787	30.805.593	15.196.008	13.716.052	46	42
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	20.000	20.000	2	0	0	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	59.442.683	6.150.000	10.983.307	5.149.083	5.149.083	9	9
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3.663.911	3.042.387	3.152.387	1.698.937	1.698.937	46	46
3554 - (EP)PROMOVER ESTUDO DE REESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ DE TRANSPORTE DE CARGAS PARA PARTICIPAÇÃO DO MODAL FERROVIÁRIO	100.000	0	0	0	0	0	0
3586 - (EP)DUPLICAÇÃO DA DF 001	10.000	0	0	0	0	0	0
3650 - (EP)CONSTRUÇÃO DO RAMAL FERROVIÁRIO BRASÍLIA-GOIANIA	100.000	0	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3659 - (EP)CONSTRUÇÃO DE RAMAL FERROVIÁRIO BRASÍLIA-LUZIÂNIA	100.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000	2.830.000	500.001	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.772.955	9.263.921	7.640.954	3.186.859	2.370.859	115	85
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	3.030.000	2.438.449	1.604.416	20.000	20.000	1	1
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	19.972.092	18.052.866	11.271.593	8.227.331	7.826.573	41	39
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	9.093.786	15.721.413	15.620.404	12.824.118	12.648.521	141	139
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	17.000.000	12.320.000	20.250.529	18.238.148	18.072.434	107	106
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	172.000	150.000	150.000	87.902	84.902	51	49
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300.000	50.000	0	0	0	0	0
4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	6.028.684	9.651.482	10.013.337	8.875.663	8.875.663	147	147
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	127.551.575	60.407.989	434.101.256	427.279.680	422.534.233	335	331
4233 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS	50.000	50.000	1	0	0	0	0
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	109.384	100.000	100.000	0	0	0	0
4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	100.000	500.000	325.182	278.915	278.915	279	279
5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	243.270	1.000	1	0	0	0	0
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	101.509	2.000.000	175	0	0	0	0
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	500.000	20.000	0	0	0	0	0
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	2.326.251	700.000	1.244.850	90.281	83.086	4	4
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.827.700	7.800.000	4.073.573	4.073.572	80.239	223	4
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	69.721.449	21.210.000	1	0	0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	9.914.000	7.000.000	4.500.000	0	342.691	0	3
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	2.900.000	2.700.000,00	1.486.000,00	0,00	0,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	610.000	1.985.000,00	1.071.076,57	267.198,00	244.348,00	44	40
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>1.807.092.913</b>	<b>1.573.456.994</b>	<b>1.928.824.783</b>	<b>930.886.492</b>	<b>877.642.311</b>	<b>52</b>	<b>49</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>11.779.000</b>	<b>9.274.000</b>	<b>7.097.300</b>	<b>0</b>	<b>342.691</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6216</b>	<b>1.818.871.913</b>	<b>1.582.730.994</b>	<b>1.935.922.083</b>	<b>930.886.492</b>	<b>877.985.002</b>	<b>51</b>	<b>48</b>
<b>6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA</b>							
1094 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA INFORMATIZADA	7.710.000	0	0	0	0	0	0
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	8.000.000	0	0	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	14.396.466	916.232	385.683	25.332	25.332	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS	11.613.000	0	0	0	0	0	0
1482 - REFORMA DE QUARTÉIS	4.159.000	700.000	0	0	0	0	0
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	800.000	800.000	250.000	0	0	0	0
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.240.226	20.200.000	53.319.782	4.357.868	4.067.868	195	182
1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	450.000	0	0	0	0	0	0
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	77.128	0	0	0	0	0	0
2205 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	208.000	0	0	0	0	0	0
2322 - BOMBEIRO AMIGO	45.988	150.000	0	0	0	0	0
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	19.329	80.000	80.000	0	0	0	0
2340 - BOMBEIRO MIRIM	24.682	200.000	100.000	8.308	8.308	34	34
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	55.000	0	0	0	0	0	0
2362 - CENTRO PILOTO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	130.000	0	0	0	0	0	0
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	358.188	500.000	150.000	97.035	90.659	27	25
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	2.500.000	2.000.000	1.440.000	717.165	717.165	29	29
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	41.220.974	34.557.816	59.370.801	53.570.464	48.891.157	130	119
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	26.127.000	26.370.000	40.674.175	38.743.132	37.846.073	148	145
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	10.000.000	0	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.015.000	0	0	0	0	0	0
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	1.212.500	2.510.000	7.392.266	647.717	467.428	53	39
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	25.400.000	31.852.323	28.032.521	23.408.813	19.703.584	92	78
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	6.100.000	13.300.000	16.335.663	12.716.991	9.970.515	208	163
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCR	5.188.028	500.000	0	0	0	0	0
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	6.233.949	3.700.000	0	0	0	0	0
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	316.235	150.000	0	0	0	0	0
2779 - ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE DESORDEM PÚBLICA (INCIVILIDADES)	329.329	0	0	0	0	0	0
2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	156.000	8.001	0	0	0	0	0
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	6.400.000	6.350.000	9.450.000	6.566.865	5.462.101	103	85
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000.000	8.750.000	9.005.103	8.173.001	7.285.472	82	73
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	2.100.000	1.500.000	1.719.000	405.389	405.389	19	19
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	6.536.861	600.000	479.443	0	0	0	0



PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	21.106.170	18.630.932	79.830.534	38.343.258	20.219.995	182	96
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	50.000	0	0	0	0	0	0
3051 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER	56.000	0	0	0	0	0	0
3061 - IMPLANTAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE GÊNERO	7.000.000	0	0	0	0	0	0
3062 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS	5.000.000	0	0	0	0	0	0
3063 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL - UCOP	11.000.000	0	0	0	0	0	0
3080 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	567.394	0	0	0	0	0	0
3083 - AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA	100.000	0	0	0	0	0	0
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	100.000	100.000	7.864	0	0	0	0
3095 - CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE TRÂNSITO	400.000	0	0	0	0	0	0
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	15.876.219	0	0	0	0	0	0
3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	3.175.500	0	0	0	0	0	0
3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	199.540	100.000	0	0	0	0	0
3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	1.834.624	4.300.000	3.378.993	0	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	60.069	30.000	0	0	0	0	0
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	600.000	600.000	313.000	292.000	292.000	49	49
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	3.036.264	1.500.000	670.000	517.243	517.243	17	17
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	312.000	10.001	0	0	0	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	23.804.230	3.800.000	61.155	55.092	55.092	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500.000	523.572	173.572	173.517	0	35	0
3646 - (EP)CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL	12.000.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	4.511.147	1.080.000	1.458.000	1.229.545	968.374	27	21
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.178.415	1.100.000	533.000	494.365	494.365	42	42
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	15.637.948	1.000.000	0	0	0	0	0
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	100.000	20.000	1.000	0	0	0	0
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	6.500.000	0	0	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6.055.344	140.000	1.050.000	1.025.122	1.025.122	17	17
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.813.239	100.000	0	0	0	0	0
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	13.700.000	13.216.000	10.293.984	10.267.648	6.306.413	75	46
4122 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA	120.000	128.300	372	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	15.768.432	1.000.000	54.200	50.491	50.491	0	0
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	4.900.000	5.000.000	5.140.000	3.263.934	3.263.934	67	67
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	3.100.000	2.000.000	2.000.000	1.739.110	1.739.110	56	56
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	1.012.020	210.000	984.536	657.331	615.427	65	61
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	1.000.000	500.000	251.084	196.211	196.211	20	20
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	10.379.053	11.127.038	22.553.612	1.292.234	1.221.172	12	12
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	273.460	0	0	0	0	0	0
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>73.570.487</b>	<b>221.910.215</b>	<b>356.939.343</b>	<b>209.035.181</b>	<b>171.906.000</b>	<b>284</b>	<b>234</b>
<b>Fundo Constitucional do DF (Segurança Pública)</b>	<b>324.379.464</b>	<b>1.695.821.456</b>	<b>1.480.595.383</b>	<b>1.478.439.038</b>	<b>1.308.574.135</b>	<b>456</b>	<b>403</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6217</b>	<b>397.949.951</b>	<b>1.917.731.671</b>	<b>1.837.534.726</b>	<b>1.687.474.219</b>	<b>1.480.480.135</b>	<b>424</b>	<b>372</b>
<b>6219 - CAPITAL CULTURAL</b>							
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	43.966	1.001.000	810.000	280.260	0	637	0
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	2.275.303	822.000	6.119.296	1.754.918	647.783	77	28
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	40.000	150.000	149.999	139.923	129.077	350	323
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	255.200	200.000	48.935	48.934	45.228	19	18
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	2.300.000	1.500.000	875.890	860.562	850.265	37	37
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	1.045.000	750.000	900.000	757.490	757.490	72	72
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	3.000.000	6.000.000	1.074.587	1.005.636	1.003.671	34	33
2817 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	4.500.000	3.000.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	56	56
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	4.623.396	5.850.000	8.628.767	7.978.222	6.268.864	173	136
2837 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA ORQUESTRA SINFÔNICA	720.000	0	0	0	0	0	0
2838 - MOSTRA BRASÍLIA	200.000	5.000	0	0	0	0	0
2843 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS	1.500.000	15.000	0	0	0	0	0
2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	3.000.000	350.000	2.740.210	498.701	451.025	17	15
2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	3.000.000	1.000.000	158.268	108.267	83.027	4	3
2880 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO	300.000	158.000	40.319	40.319	40.319	13	13
2978 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	1.000.000	600.000	550.000	534.414	534.414	53	53
3110 - REFORMA DO PÓLO DE CINEMA	100.000	10.000	0	0	0	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	1.270.000	800.000	0	0	0	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	15.394.000	10.171.000	8.917.500	0	1.512.624	0	10

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3304 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA	1.700.000	8.410.000	1.353.412	698.710	58.710	41	3
3307 - REALIZAÇÃO DO PROJETO PONTES CULTURAIS	1.500.000	1.000.000	729.782	729.780	729.780	49	49
3308 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "FORA DA ESTANTE"	5.000.000	2.756.000	203.592	203.127	203.127	4	4
3313 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA	800.000	250.000	1	0	0	0	0
3340 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF	18.100.000	10.870.000	4.468.369	4.218.459	4.156.359	23	23
3348 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	5.130.000	10.638.995	1.956.954	1.674.657	1.174.657	33	23
3350 - REFORMA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	200.000	100.000	0	0	0	0	0
3364 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	100.000	95.000	0	0	0	0	0
3402 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO	100.000	100.000	0	0	0	0	0
3458 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA	100.000	100.000	2.716.286	1.789.853	1.320.778	1.790	1.321
3508 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS	400.000	0	0	0	0	0	0
3510 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES	300.000	200.000	50.000	0	0	0	0
3531 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO CULTURAL	100.000	0	0	0	0	0	0
3550 - CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IPAC	100.000	0	0	0	0	0	0
3576 - (EP)REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3577 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	400.000	0	0	0	0	0	0
3580 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL CINE ITAPOÃ	500.000	700.000	0	0	0	0	0
3582 - (EP)CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIA DE BRAZLÂNDIA	600.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3.132.872	11.535.180	10.325.516	9.386.180	8.922.039	300	285
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40.000	0	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	2.539.194	9.433.000	10.099.605	9.031.229	8.914.874	356	351
4091 - APOIO A PROJETOS	58.966.202	63.819.142	45.382.861	42.122.967	41.922.967	71	71
4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	540.000	514.000	314.000	270.045	270.045	50	50
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	3.235.781	2.098.721	2.378.105	2.190.076	2.148.274	68	66
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	1.133.521	0	0	0	0	0	0
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	1.384.712	0	1.600.000	1.549.077	1.354.486	112	98
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	2.000.000	3.900.000	3.373.310	3.373.309	3.373.309	169	169
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>138.275.147</b>	<b>148.731.038</b>	<b>109.548.064</b>	<b>93.745.115</b>	<b>87.860.568</b>	<b>68</b>	<b>64</b>
<b>Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>15.394.000</b>	<b>10.171.000</b>	<b>8.917.500</b>	<b>0</b>	<b>1.512.624</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6219</b>	<b>153.669.147</b>	<b>158.902.038</b>	<b>118.465.564</b>	<b>93.745.115</b>	<b>89.373.192</b>	<b>61</b>	<b>58</b>
<b>6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA</b>							

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1001 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	13.000.000	0	0	0	0	0	0
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	0	300.000	250.000	0	0	-	-
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4.625.600	2.100.814	379.641	312.289	312.289	7	7
1731 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA ESCOLAR	413.000	0	0	0	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	1.000.000	750.000	200.000	0	0	0	0
1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC	3.634.400	7.010.000	28.792.140	11.534.974	7.359.493	317	202
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	388.484	200.000	0	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	600.820	706.500	0	0	0	0	0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	326.396	150.000	0	0	0	0	0
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.775.200	1.873.102	0	0	0	0	0
2175 - FOMENTO À PESQUISA	92.341	238.923	0	0	0	0	0
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	414.153	600.000	0	0	0	0	0
2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	56.754.400	107.317.265	126.753.468	125.976.934	124.883.132	222	220
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	188.730.138	215.296.964	188.645.283	175.416.284	171.600.852	93	91
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	266.576.106	370.789.292	454.268.045	426.189.485	373.389.425	160	140
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	91.967.442	106.148.328	124.545.811	114.609.752	91.323.771	125	99
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	14.631.983	7.482.325	5.356.800	2.644.071	1.209.056	18	8
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	8.578.339	12.164.661	7.167.871	4.812.263	3.694.570	56	43
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.255.740	4.077.183	6.176.369	4.056.938	2.275.896	125	70
2442 - CARTÃO CRECHE	227.150	12.000.000	0	0	0	0	0
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	3.964.800	13.268.000	5.653.440	5.653.368	5.649.717	143	142
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	167.880	280.000	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14.042.000	5.631.900	3.506.077	3.506.076	3.254.785	25	23
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	97.121	230.000	0	0	0	0	0
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	0	0	0	0	0	-	-
2874 - (EP)MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO ESPECIAL - EQUOTERAPIA	100.000	0	0	0	0	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	51.581	0	0	0	0	0	0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	28.584.000	63.080.523	76.523.975	76.301.242	63.804.060	267	223
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	57.421.800	38.710.492	42.114.066	28.474	28.474	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3230 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	2.140.725	0	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	1.661.862	13.992	347.046	347.046	347.046	21	21
3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	2.014.800	3.187.107	3.693.422	1.232.149	1.232.149	61	61
3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	13.599.900	23.619.760	36.309.425	1.286.355	1.145.990	9	8
3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	4.835.520	3.923.580	11.515.865	3.352.894	2.687.897	69	56
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	1.007.400	12.074.984	7.878.021	2.025.239	712.812	201	71
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	14.022.940	16.363.971	2.599.428	0	0	0	0
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1.108.140	533.032	430.000	175.001	171.688	16	15
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	1.000.000	1.784.506	0	0	0	0	0
3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	3.324.420	422.760	0	0	0	0	0
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	42.777.500	78.310.137	82.665.346	7.671.161	6.181.304	18	14
3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	9.756.980	10.204.849	5.600.000	300.000	183.094	3	2
3482 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	352.590	0	0	0	0	0	0
3629 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE APRENDIZADO PARA PESSOAS COM DISTÚRBO DO PROCESSO DO PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL	3.000.000	0	0	0	0	0	0
3632 - SAÚDE ESCOLAR	2.737.112	1.449.971	165.764	33.711	33.711	1	1
3636 - (EP)CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA EM BRAZLÂNDIA	350.000	350.000	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5.640.166	481.458	894.956	642.062	617.997	11	11
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	863.296	300.000	0	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	87.969	100.000	0	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	87.969	100.000	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	53.956	0	0	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	33.576	220.000	0	0	0	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	45.176.901	81.353.506	104.747.367	101.376.402	92.651.954	224	205
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	12.560.410	5.195.507	0	0	0	0	0
5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	311.261	1.521.981	0	0	0	0	0
5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	5.074.219	53.390	0	0	0	0	0
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.025.900	11.213.900	21.323.790	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	104.906	10.000	7.500	5.430	5.430	5	5
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	113.924	220.000	0	0	0	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	113.924	350.000	0	0	0	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	12.024	0	0	0	0	0	0
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>934.131.164</b>	<b>1.223.764.663</b>	<b>1.348.510.915</b>	<b>1.069.489.600</b>	<b>954.756.592</b>	<b>114</b>	<b>102</b>

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
Fundo Constitucional do DF (Educação)	8.240.000	391.352.243	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6221</b>	<b>942.371.164</b>	<b>1.615.116.906</b>	<b>1.348.510.915</b>	<b>1.069.489.600</b>	<b>954.756.592</b>	<b>113</b>	<b>101</b>
<b>6228 - FAMÍLIAS FORTES</b>							
1235 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	513.166	0	0	0	0	0	0
1237 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DO SUAS	513.166	0	0	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	208.000	470.000	1.577.102	1.577.100	0	758	0
1583 - REFORMA DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	279.221	0	0	0	0	0	0
1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	1.037.920	2.033.000	1.033.000	1.033.000	1.032.749	100	100
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	2.808.010	7.841.596	18.266.215	6.298.448	5.753.147	224	205
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	12.406.160	15.950.982	41.341.936	5.335.914	4.943.608	43	40
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	2.036.693	1.975.646	3.653.885	3.092.825	2.743.040	152	135
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	316.414	150.000	1.462.797	296.898	265.078	94	84
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	6.732.848	7.371.260	7.680.817	6.026.189	5.661.189	90	84
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	572.000	1.500.000	430	430	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	4.567.834	2.446.000	2.548.626	2.407.436	2.268.501	53	50
2623 - CUIDANDO DA VIDA	1.856.038	20.000	1.125.680	764.918	764.918	41	41
2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	400.000	940.000	2.078.059	0	0	0	0
2754 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA	416.000	10.001	0	0	0	0	0
2761 - FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ AO TRABALHADOR	1.072.209	0	0	0	0	0	0
2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	34.121.475	39.623.572	43.887.607	43.684.682	43.258.205	128	127
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	1.040.000	10.001	0	0	0	0	0
3044 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SUAS - CRAS	478.956	0	0	0	0	0	0
3049 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (COSE)	478.956	0	0	0	0	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	365.650	731.226	681.226	0	0	0	0
3177 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	105.040	10.001	0	0	0	0	0
3184 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	367.763	0	0	0	0	0	0
3186 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	213.166	0	0	0	0	0	0
3188 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	558.442	0	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	279.221	0	0	0	0	0	0
3192 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	558.442	0	0	0	0	0	0
3195 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	684.222	0	0	0	0	0	0
3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	208.000	10.001	0	0	0	0	0
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	3.600.000	4.047.000	3.547.002	220.040	0	6	0
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	100.000	100.000	100.000	0	0	0	0
3270 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	104.000	10.000	10.000	10.000	9.814	10	9
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	8.037.919	8.807.571	9.946.003	504.000	504.000	6	6
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.669.040	1.000.177	1.600.177	1.130.760	858.906	68	51
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.623.475	1.160.353	560.353	0	0	0	0
4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.279.200	748.039	335.307	335.282	261.299	26	20
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.092.000	110.000	0	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	208.000	262.000	150.000	0	0	0	0
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	31.837.460	30.788.173	39.029.441	30.045.189	29.628.426	94	93
4153 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	717.267	446.000	830.556	82.670	65.745	12	9
4154 - ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	5.568.570	5.612.860	4.517.660	4.124.820	4.096.760	74	74
4155 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	712.620	1.181.000	1.222.039	1.099.938	912.710	154	128
4156 - ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	614.129	20.000	10.000	0	0	0	0
4157 - ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA	214.980	0	0	0	0	0	0
4158 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS	7.359.153	8.757.134	11.686.652	10.826.905	10.826.905	147	147
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	207.998	210.000	761.636	710.981	706.672	342	340
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	4.654.194	3.000.000	14.552.930	3.100.000	1.050.834	67	23
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	102.191.062	118.348.600	99.028.703	93.272.640	93.113.256	91	91
4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	91.645	20.000	410.283	0	0	0	0
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	12.737.840	12.496.000	10.534.775	10.354.775	10.029.536	81	79
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	7.406.821	5.500.000	44.844	44.842	0	1	0
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	38.803.846	39.150.000	24.546.138	23.971.797	19.309.308	62	50
4176 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS COZINHAS COMUNITÁRIAS	1.411.295	0	0	0	0	0	0
4179 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	3.121.651	1.180.084	1.369.179	697.390	593.520	22	19

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	316.414	10.000	0	0	0	0	0
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	316.414	100.000	654.095	0	0	0	0
4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	379.697	5.000	0	0	0	0	0
4185 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	18.890.635	17.643.263	20.663.247	18.939.357	18.590.653	100	98
4186 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS	1.897.536	0	0	0	0	0	0
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	35.644.237	10.177.200	15.088.676	14.580.026	13.099.373	41	37
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	206.069	3.721.000	8.354.228	3.588.100	3.535.039	1.741	1.715
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	25.165.506	25.193.572	19.372.124	19.359.436	18.650.555	77	74
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	1.761.690	243.200	258.720	251.490	238.988	14	14
5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	767.822	65.703	1.065.703	1.065.703	1.065.390	139	139
5762 - CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	326.333	0	0	0	0	0	0
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	4.100.000	3.930.000	2.930.000	0	0	0	0
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>401.331.530</b>	<b>385.137.215</b>	<b>418.517.852</b>	<b>308.833.981</b>	<b>293.838.124</b>	<b>77</b>	<b>73</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6228</b>	<b>401.331.530</b>	<b>385.137.215</b>	<b>418.517.852</b>	<b>308.833.981</b>	<b>293.838.124</b>	<b>77</b>	<b>73</b>
<b>9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>							
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.700.000	449.799.689	5.108.741	0	0	0	0
<b>TOTAL DO PROGRAMA 9999</b>	<b>23.700.000</b>	<b>449.799.689</b>	<b>5.108.741</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>24.824.205.801</b>	<b>26.902.341.731</b>	<b>29.287.317.873</b>	<b>23.461.520.364</b>	<b>22.295.062.982</b>	<b>95</b>	<b>90</b>
<b>TOTAL Orçamento de Investimento das Estatais</b>	<b>1.085.758.870</b>	<b>1.967.642.469</b>	<b>2.114.548.116</b>	<b>0</b>	<b>653.310.124</b>	<b>0</b>	<b>60</b>
<b>TOTAL Fundo Constitucional do DF (Segurança Pública, Saúde e Educação - Exceto Inativos) - Integra o valor do PPA, transferência da União/SIAFI</b>	<b>5.472.883.482</b>	<b>9.180.388.032</b>	<b>8.328.315.375</b>	<b>8.326.154.117</b>	<b>8.156.289.214</b>	<b>152</b>	<b>149</b>
<b>TOTAL GERAL (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional)</b>	<b>31.382.848.153</b>	<b>38.050.372.232</b>	<b>39.730.181.364</b>	<b>31.787.674.481</b>	<b>31.104.662.320</b>	<b>101</b>	<b>99</b>
<b>TOTAL Programas Temáticos</b>	<b>9.202.170.325</b>	<b>12.100.093.554</b>	<b>12.616.425.388</b>	<b>7.193.138.707</b>	<b>6.872.557.041</b>	<b>78</b>	<b>75</b>
<b>TOTAL Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado</b>	<b>22.156.977.828</b>	<b>18.423.796.304</b>	<b>19.480.455.597</b>	<b>18.906.682.330</b>	<b>18.617.881.701</b>	<b>85</b>	<b>84</b>